

Universidade Federal Fluminense (UFF)
Centro de Estudos Gerais (CEG)
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (IFCH)
Programa de Pós-Graduação em História (PPGH)



**Stalinismo, revolução política e contrarrevolução: o movimento
trotskista internacional e a teoria do Estado operário burocratizado
aplicada ao bloco soviético (1953-91).**

Marcio Antonio Lauria de Moraes Monteiro

Niterói
Outubro de 2021

**Stalinismo, revolução política e contrarrevolução: o movimento
trotskista internacional e a teoria do Estado operário burocratizado
aplicada ao bloco soviético (1953-91).**

Marcio Antonio Lauria de Moraes Monteiro

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal Fluminense como
requisito parcial para obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos

Co-orientador: Prof. Dr. Felipe Abranches Demier (UERJ)

Niterói
Outubro de 2021

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

M772s Monteiro, Marcio Antonio Lauria de Moraes
Stalinismo, revolução política e contrarrevolução : o movimento trotskista internacional e a teoria do Estado operário burocratizado aplicada ao bloco soviético (1953-91) / Marcio Antonio Lauria de Moraes Monteiro ; Marcelo Badaró Mattos, orientador ; Felipe Abranches Demier, coorientador. Niterói, 2021.
808 f.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2021.d.12545890740>

1. Marxismo. 2. Trotskismo. 3. União Soviética. 4. Stalinismo. 5. Produção intelectual. I. Mattos, Marcelo Badaró, orientador. II. Demier, Felipe Abranches, coorientador. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. IV. Título.

CDD -

Folha de Aprovação

Stalinismo, revolução política e contrarrevolução: o movimento trotskista internacional e a teoria do Estado operário burocratizado aplicada ao bloco soviético (1953-91).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos

Co-orientador: Prof. Dr. Felipe Abranches Demier (UERJ)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (orientador) - UFF

Prof. Dr. Felipe Abranches Demier (co-orientador) - UERJ

Prof.^a Dr.^a Tatiana Silva Poggi de Figueiredo – UFF

Prof. Dr. Valerio Arcary – IFSP

Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto – UNIFESP

Prof. Dr. Daniel Fernando Gaido – CONICET / UNC (Argentina)

Agradecimentos

Esse trabalho não teria sido possível sem a ajuda de muitas pessoas, a quem devo sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar, à minha família, que sempre incentivou e apoiou meus estudos e minha jornada na pós-graduação: meus pais, Marcia e Antonio, e meus avós (*in memoriam*), Deolinda e Nelson. Bem como aos meus grandes amigos, Morgana Romão, Ícaro Rossignoli, Elisson Saldanha, David Campos, Poema Portela e Tássio Farias, fonte constante de diversão e de solidariedade, cuja amizade foi fundamental para que eu conseguisse conduzir este trabalho até o fim. Morgana e Ícaro, ademais, prestaram uma inestimável ajuda ao ler, comentar e revisar trechos desta tese. Agradeço também a meus sogros, João Lima (*in memoriam*) e Jacqueline Romão.

Agradeço ainda aos meus orientadores, Marcelo Badaró e Felipe Demier, pela ajuda prestada na construção desta tese, e aos professores/pesquisadores Tatiana Poggi, Valerio Arcary, Daniel Gaido e Murilo Leal, que aceitaram compor as bancas de qualificação e de defesa desta tese e, com isso, colaborar com a melhoria dela.

Agradeço igualmente aos muitos colegas com quem convivi nestes últimos anos no âmbito de grupos de estudos e de pesquisas, sobretudo à professora Virgínia Fontes e aos membros do Grupo de Trabalho e Orientação por ela coordenado, à professora Tatiana Poggi e aos membros do MUNDI por ela coordenado, aos membros do Grupo de Trabalho de Rússia e URSS do CEA-UFF e aos membros do Grupo de pesquisa e estudos sobre a história do trotskismo, em especial ao Carlos Prado, grande parceiro de trabalho. Nossas muitas reuniões e discussões, mesmo quando não diretamente relacionadas ao tema desta pesquisa, foram sempre fonte de valioso aprendizado, além da prazerosa convivência.

Agradeço, ademais, aos camaradas e companheiros de militância dos diferentes movimentos em que atuei nestes últimos anos, por todo o incentivo ao desenvolvimento desta pesquisa e também pela compreensão em relação aos muitos momentos de ausência causados pelo excesso de trabalho. Espero que esta tese seja de alguma serventia para a necessária reconstrução do socialismo revolucionário.

Agradeço, ainda, às muitas pessoas que me ajudaram a obter as fontes utilizadas nesta pesquisa, seja indiretamente, ao coletarem e disponibilizarem diversos materiais em acervos *online*, seja diretamente, ao me cederem materiais ou me colocarem em contato com pessoas que pudessem ter algo de interesse. Agradeço, em especial, a todos os

envolvidos na construção e manutenção do *Marxists Internet Archive / Encyclopedia of Trotskyism Online*, da *Association RaDAR (Rassembleur, diffuser les archives de révolutionnaires)*, do *Centre d'Etudes et de Recherches sur les Mouvements Trotskyste et Révolutionnaires Internationaux* (CERMTRI), do *Splits and Fusions*, do *Red Mole Rising*, do *Socialist Review and International Socialism Journal Index and Archive*, do *Archivo León Trotsky* (em especial à sempre atenciosa Leila), do Arquivo Edgard Leuenroth, do CEDEM da Unesp (em especial à atenciosa Renata Cotrim) e do CEDINCI argentino. Agradeço também a Lucas Malaspina, Iruatã Souza, Rob Mardsen, Rodrigo Santos, Daniel Gaido e Sebastien Budgen pela ajuda prestada em diferentes momentos.

Agradeço, por fim, àqueles que se esforçam para democratizar o acesso à ciência, escaneando / disponibilizando *online* e de forma gratuita milhares de livros e artigos, e também ajudando a burlar as *paywalls* dos oligopólios editoriais, que colocam o lucro acima do conhecimento. Sem esse esforço coletivo e militante, teria sido impossível acessar boa parte dos livros e artigos utilizados nesta tese. Cabe agradecer especialmente à Alexandra Elbakyan, fundadora do imprescindível portal *Sci-Hub*, e ao trabalho colaborativo dos membros do grupo *Ask for PDFs from People with Institutional Access* e dos portais *Library Genesis* e *Z-Library*.

Stalinismo, revolução política e contrarrevolução: o movimento trotskista internacional e a teoria do Estado operário burocratizado aplicada ao bloco soviético (1953-91).

Marcio Antonio Lauria de Moraes Monteiro

Resumo

Esta tese analisa o arcabouço teórico-programático desenvolvido por Leon Trotski e pela Quarta Internacional acerca do que se tornara a URSS nos anos 1920-30, o qual nomeamos de teoria do Estado operário burocratizado, bem como a posterior apropriação desta teoria por diversos grupos trotskistas surgidos do processo de fragmentação da Quarta Internacional no pós-Segunda Guerra. Tal análise se dá por duas vias combinadas. Primeiro, no sentido de investigar a validade histórica de tal teoria em sua forma original, a partir da análise de uma série de eventos-chave ocorridos na URSS e em alguns de seus países-satélites do chamado bloco soviético, entre 1953 e 1991. Estes eventos envolveram tentativas de reformas econômicas e políticas feitas desde cima pelos próprios regimes destes países, revoltas de massas em prol de mudanças mais significativas e os processos de restauração do capitalismo. Segundo, no sentido de investigar a validade de diferentes apropriações da teoria original feitas por alguns dos principais grupos trotskistas surgidos no pós-guerra, a partir de suas reações a tais eventos. Com isso, acreditamos contribuir tanto para a melhor compreensão das formações sociais do bloco soviético, quanto, principalmente, para a elaboração de uma história do movimento trotskista internacional. Nossas conclusões principais são que a teoria do Estado operário burocratizado em sua formulação original se mostrou, no essencial, um instrumento de análise e orientação política adequado para compreender os eventos-chave do bloco soviético aqui abordados, e que alguns grupos trotskistas do pós-guerra, ainda que minoritários entre os trotskistas da época, realizaram uma apropriação adequada desta teoria diante de tais eventos, ao passo que os grupos mais conhecidos e influentes do período em foco desenvolveram apropriações inadequadas, principalmente no aspecto da elaboração de respostas políticas que fossem condizentes com o arcabouço teórico-programático original do trotskismo.

Palavras-chave: Leon Trotski; trotskismo; Quarta Internacional; URSS; União Soviética; bloco soviético; stalinismo; Estado operário burocratizado; revolução política; restauração capitalista.

Stalinism, political revolution and counterrevolution: the international Trotskyist movement and the bureaucratized workers state theory applied to the Soviet bloc (1953-91).

Marcio Antonio Lauria de Moraes Monteiro

Abstract

This thesis analyzes the theoretical and programmatic framework developed by Leon Trotsky and the Fourth International about the USSR in the 1920-30s, which we named the theory of the bureaucratized workers' state, as well as the later appropriation of that theory by different Trotskyist groups originated from the Fourth International in its fragmentation process during the decades following the Second World War. The analysis was conducted in two combined ways. On one hand, through an investigation of the historical validity of the theory in its original form, by analyzing a series of key-events that had place in the USSR and some of its satellite-countries of the so-called Soviet bloc, between 1953 and 1991. Those included attempts of political and economic reforms by the regimes of those countries, mass revolts for deeper changes, and the processes of capitalist restoration. On the other hand, there was an investigation of the validity of different appropriations of the original theory made by some of the main Trotskyist groups of the post-war period, in face of their reactions to the above mentioned events. Through such approach, we believe the thesis contributes both to a better understanding of the social nature of the Soviet bloc, as well as to the history of the international Trotskyist movement. Our main conclusions are that the theory of the bureaucratized workers' state in its original form proved to be, in its essential elements, an adequate instrument for comprehending and giving political orientation in face of the key-events here considered, and that some of the post-war Trotskyist groups, albeit minoritarian among the Trotskyists of that period, made an adequate appropriation of such theory, while more well-known and influent groups developed inadequate appropriations, especially in what concerns the development of political answers that were consistent with the original theoretical and programmatic framework of Trotskyism.

Keywords: Leon Trotsky; Trotskyism; Fourth International; USSR; Soviet Union; Soviet bloc; Stalinism; bureaucratized workers state; political revolution; capitalist restoration.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. Breve balanço da bibliografia existente	3
2. Objetivos	7
3. Fundamentos teórico-metodológicos e fontes	8
4. Recorte temporal e componentes da tese	11
5. Grupos abordados	15
PARTE I - O ARCABOUÇO ORIGINAL	17
CAPÍTULO 1 - A BUROCRATIZAÇÃO SOVIÉTICA E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO DE TROTSKI ACERCA DA URSS E DO STALINISMO.....	18
1. Precedente - “A última luta de Lenin”, contra a burocratização soviética e Stalin _	24
1.1. Lenin e as “deformações burocráticas” do Estado soviético	28
1.2. Lenin contra o ascendente Stalin, com a ajuda de Trotski	31
2. Fase inicial - Continuando a última luta de Lenin, da Oposição de 1923 à Oposição Unificada	38
2.1. A luta da Oposição de 1923 pela democratização do partido, planejamento econômico e industrialização	40
2.2. As ideias de Trotski e da Oposição de 1923 sobre a burocratização e os riscos da ausência de planejamento econômico	46
2.3. A Oposição Unificada de 1926-27: retomada das posições da Oposição de 1923 e luta por uma linha correta para a Internacional Comunista	52
2.4. As ideias de Trotski e da Oposição Unificada sobre a burocratização e os riscos de uma contrarrevolução	59
2.5. Síntese da fase inicial	62
3. Fase intermediária - Construindo a Oposição de Esquerda Internacional e reavaliando o arcabouço anterior frente ao “giro à esquerda” de Stalin	64
3.1. O início do “giro à esquerda” de Stalin e as primeiras análises de Trotski	66
3.2. O “giro à esquerda” e a crise do arcabouço desenvolvido até então	72
3.3. Caracterizações do stalinismo dentro e fora da URSS entre 1928-33: “centro”, “centrismo burocrático” e analogias com a Revolução Francesa (termidor e bonapartismo).....	79
3.4. A vitória fascista na Alemanha e a mudança profunda do arcabouço acerca da burocratização soviética: passando da “fase intermediária” à “madura” (1933-35)	85

CAPÍTULO 2 - A FASE “MADURA” DO PENSAMENTO DE TROTSKI..... 93

1. A URSS como “Estado operário (burocraticamente) degenerado” e as políticas de “defensismo revolucionário” e “revolução política”	94
1.1. “Sociedade de transição” e o duplo caráter do Estado soviético	99
1.2. “Reação termidoriana” e stalinismo como “regime de crise” / “bonapartismo”	102
1.3. A burocracia soviética enquanto “casta” / “grupo social” parasitário	105
1.4. A burocracia como “freio” ao desenvolvimento econômico	110
1.5. “Revolução política”, a nova estratégia por democracia	112
1.6. A caracterização do stalinismo internacionalmente após 1933: “conservador” e “contrarrevolucionário”	116
2. As possibilidades de restauração capitalista em detalhes (1923-40)	122
3. Conclusão	129

PARTE II - AS REFORMAS NO BLOCO SOVIÉTICO E A ECLOSÃO DE POSSÍVEIS REVOLUÇÕES POLÍTICAS NOS ANOS 1950-60 134

CAPÍTULO 3 - AS REFORMAS DO STALINISMO E AS REVOLTAS E REVOLUÇÕES POR DEMOCRACIA SOCIALISTA NO “BLOCO SOVIÉTICO” (1953-68)..... 135

1. A morte de Stalin e o “novo curso” da burocracia stalinista	139
1.1. 1953: greves na Tchecoslováquia, revolta na RDA e levante nos campos de trabalho da URSS	144
1.2. 1956: o “relatório Krushchev” e sua repercussão na Polônia e Hungria	149
1.2.1. A insurreição de Poznan e o “outubro polonês”	151
1.2.2. A Revolução Húngara dos conselhos proletários	156
1.2.3 Repercussões e o fim do período Krushchev	168
2. Doze anos depois: a “Primavera de Praga” (1968)	171
2.1. Repercussões	182
3. Conclusão	183

CAPÍTULO 4 - O MOVIMENTO TROTSKISTA INTERNACIONAL E AS REFORMAS E REVOLTAS NO “BLOCO SOVIÉTICO” (1953-68)..... 188

1. O movimento trotskista internacional nos anos 1950-60	188
2. A atuação dos trotskistas junto às oposições no bloco soviético	196
3. O movimento trotskista internacional e a revolta de 1953 na Alemanha Oriental	200

3.1. Quarta Internacional (Secretariado Internacional) – SI	202
3.2. Socialist Workers Party dos EUA – SWP	206
3.3. PCI- <i>La vérité</i> francês	213
3.4. <i>The Club</i> inglês	213
4. O movimento trotskista internacional, o “outubro polonês” e a Revolução Húngara de 1956	216
4.1. Quarta Internacional (Secretariado Internacional) – QI-SI sobre a Polônia	218
4.2. Comitê Internacional da Quarta Internacional – CI-QI sobre a Polônia	221
4.3. Quarta Internacional (Secretariado Internacional) – QI-SI sobre a Hungria	224
4.2. Comitê Internacional da Quarta Internacional – CI-QI sobre a Hungria	225
5. O movimento trotskista internacional e a “Primavera de Praga” de 1968	231
5.1. Quarta Internacional (Secretariado Unificado) – QI (SU)	233
5.2. Comitê Internacional da Quarta Internacional – CI-QI	235
6. Conclusão	237
PARTE III - O GIRO À DIREITA DAS OPOSIÇÕES AO STALINISMO NO BLOCO SOVIÉTICO: O SURGIMENTO DO SOLIDARIEDADE POLONÊS.....	240
CAPÍTULO 5 - A OPOSIÇÃO POLONESA NOS ANOS 1960-80 E A FORMAÇÃO DO SOLIDARIEDADE: DA LUTA POR UM SOCIALISMO DEMOCRÁTICO À DEFESA DO MERCADO, COM APOIO DOS EUA E DO VATICANO	241
1. Os anos 1960-70: novas forças oposicionistas e enfraquecimento dos ideais socialistas	244
2. O surgimento do Solidariedade	255
3. 1980-81: os conflitos entre o Solidariedade e o regime stalinista	261
4. A moderação do Solidariedade e o movimento por “autogestão”	266
5. O I Congresso do Solidariedade e seu programa pró-mercado	271
6. A aplicação da Lei Marcial e o Solidariedade na clandestinidade	277
7. A “santa aliança” Washington-Vaticano-AFL-CIO em prol do Solidariedade e do colapso do stalinismo	281
8. Conclusão	286
CAPÍTULO 6 - O MOVIMENTO TROTSKISTA INTERNACIONAL E O SOLIDARIEDADE	

POLONÊS (ATÉ A LEI MARCIAL DE 1981)	292
1. O movimento trotskista internacional dos anos 1970-80 _____	292
2. A atuação dos trotskistas em relação aos dissidentes poloneses _____	297
3. O movimento trotskista internacional e o surgimento e supressão do Solidariedade _____	303
3.1. Comitê Internacional da Quarta Internacional – CI-QI (“healyismo”) _____	309
3.2. Quarta Internacional (Secretariado Unificado) – QI (SU) (“mandelismo”) _____	312
3.3. SWP dos EUA (no interior da QI (SU)) _____	320
3.4. Comitê Paritário / Quarta Internacional (Comitê Internacional) – QI-CI _____	322
3.5. Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional – LIT-CI (“morenismo”) _____	326
3.6. Quarta Internacional - Comitê Internacional de Reconstrução – QI (CIR) (“lambertismo”) _____	333
3.7. <i>Spartacist League</i> dos EUA / tendência Espartaquista internacional – iSt (“espartaquismo”) _____	339
4. Conclusão _____	346
 PARTE IV - A RESTAURAÇÃO DO CAPITALISMO NO “BLOCO SOVIÉTICO” VIA REAÇÃO DEMOCRÁTICA	352
 CAPÍTULO 7 - O COLAPSO DA URSS E A RESTAURAÇÃO CAPITALISTA NA RÚSSIA ...	353
1. Os fatores que levaram às reformas de Gorbachev _____	355
1.1. Os problemas econômicos que levaram às reformas de Gorbachev _____	355
1.2. O sistema de planejamento na URSS e os seus desequilíbrios _____	364
1.3. As reformas prévias à <i>perestroika</i> _____	369
1.4. O “barril de pólvora” em que havia se transformado a sociedade soviética _____	375
2. As reformas de Gorbachev e o colapso da URSS _____	379
2.1. O primeiro momento da gestão Gorbachev: seus planos gerais e equipe (1985-86) _	380
2.2. O aprofundamento das reformas econômicas: <i>perestroika</i> e socialismo de mercado (1986-88) _____	385
2.3. Os limites das reformas econômicas _____	389
2.4. O aprofundamento das reformas políticas: <i>glasnot</i> (1988-89) _____	391
2.5. Divisões na cúpula e fortalecimento de forças oposicionistas _____	394
2.6. Os “grupos sociais” e o renascimento do movimento operário _____	399
2.7. Nacionalismo, conflitos étnicos e mobilizações por autonomia ou independência nacional _____	404
2.8. As eleições de 1989 e a formação do novo legislativo _____	410

2.9. O caos econômico e a passagem a uma “economia de mercado”	413
2.10. Guinda rumo à restauração (1990-91)	420
2.11. O fim da URSS	423
3. A restauração capitalista na Rússia	427
3.1. “Terapia de choque” e golpe de Estado como pilares da restauração	427
3.2. As privatizações: consolidação da conversão de setores da burocracia em burguesia	434
3.3. As consequências econômicas e sociais da restauração	438
4. Conclusão	439

CAPÍTULO 8 - O COLAPSO DO BLOCO SOVIÉTICO E A RESTAURAÇÃO NA POLÔNIA E NA RDA (ALEMANHA ORIENTAL) 446

1. A restauração na Polônia e o papel do Solidariedade e da burocracia	449
1.1. A distensão gradual após a Lei Marcial	450
1.2. A reforma econômica pró-mercado	452
1.3. A “segunda fase” da reforma econômica: rumo ao socialismo de mercado	455
1.4. O retorno do Solidariedade à ofensiva e suas divisões internas	458
1.5. As “Conversas de Mesa Redonda” e as eleições de 1989: rumo à restauração	461
1.6. O aprofundamento das reformas econômicas e a queda do governo do PZPR	464
1.7. O governo do Solidariedade e o “Plano Balcerowicz”: realizando a restauração	465
1.8. A conversão da burocracia em burguesia e a contrarrevolução capitalista	466
1.9. A postura do Solidariedade diante do governo Mazowiecki e do Plano Balcerowicz	469
1.10. As primeiras mobilizações proletárias e a eleição de Walesa à Presidência	471
2. A restauração na RDA através da absorção pela RFA	474
2.1. 1989: o fortalecimento da oposição e o crescente êxodo para a RFA	476
2.2. A queda de Honecker	479
2.3. A posição da URSS em relação à RDA	480
2.4. A queda do Muro de Berlim e o giro do regime para reformas limitadas	481
2.5. A perda de poder do SED: o governo Modrow e a “Mesa Redonda” alemã	483
2.6. O processo de restauração pela absorção da RDA pela RFA	488
3. Conclusão	491

CAPÍTULO 9 - O MOVIMENTO TROTSKISTA INTERNACIONAL, AS REFORMAS DE GORBACHEV E O COLAPSO DA URSS (1985-91)..... 493

1. O movimento trotskista internacional na segunda metade dos anos 1980 e sua atuação em relação ao bloco soviético	494
1.1 Quarta Internacional (Secretariado Unificado) (“mandelismo”)	495

1.2. Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (“morenismo”) _____	500
2.3. Quarta Internacional (Comitê Internacional de Reconstrução) – “lambertistas” _____	504
2. O movimento trotskista internacional e os eventos na URSS entre 1985-91 _____	507
2.1. Quarta Internacional (Secretariado Unificado) (“mandelismo”) _____	524
2.1.1. O 12º Congresso Mundial da QI (SU) e “Democracia socialista e ditadura do proletariado” (1985).....	524
2.1.2. A chegada de Gorbachev ao poder e as reformas iniciais (1985-88).....	528
2.1.3. A campanha pela reabilitação dos condenados nos Processos de Moscou (1987-88).....	534
2.1.4. A política externa de Gorbachev (1985-88).....	535
2.1.5. A retirada das tropas soviéticas do Afeganistão (1988).....	537
2.1.6. A luta das nacionalidades não-russas (1988)	538
2.1.7. Dois materiais de síntese e de perspectivas.....	540
2.1.8. Os eventos de 1989-90: “da champagne à aspirina”	543
2.1.9. 13º Congresso Mundial da QI (SU): “crise de credibilidade do socialismo” (1991).....	551
2.1.10. Os eventos de 1991: o fim da URSS como algo positivo e a impossibilidade de restauração.....	558
2.1.11. Interpretações e posições sobre a URSS após 1991	564
2.2. Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (“morenismo”) _____	567
2.2.1 I Congresso Mundial (1985): situação revolucionária em escala mundial	567
2.2.2. A chegada de Gorbachev ao poder e as reformas iniciais (1985-88).....	569
2.2.3. A campanha pela reabilitação dos condenados nos Processos de Moscou (1987-88).....	575
2.2.4. A política externa de Gorbachev (1985-88).....	575
2.2.5. A retirada das tropas soviéticas do Afeganistão (1988).....	578
2.2.6. A questão nacional e o início da revolução política (1987-88)	579
2.2.7. II Congresso Mundial (1988): “a hora do trotskismo”	582
2.2.8. Os eventos de 1989-90: “triunfam as revoluções políticas”	584
2.2.9. III Congresso Mundial e as divergências em torno das “Teses de 90” (1990) ..	594
2.2.10. Os eventos de 1991: nova revolução democrática na URSS	603
2.2.11. Interpretações e posições sobre a URSS após 1991	608
2.3. Quarta Internacional (Comitê Internacional de Reconstrução) – “lambertistas” _____	611
2.3.1. A chegada de Gorbachev ao poder e as reformas iniciais (1985-88).....	611
2.3.2. A política externa de Gorbachev (1985-88).....	617
2.3.3. A retirada das tropas soviéticas do Afeganistão (1988).....	619
2.3.4. A revolução política e a questão nacional (1985-88)	619

2.3.5. A revolução política e seu programa	621
2.3.6. A II Conferência Mundial (1988) e a reafirmação das análises e posições	622
2.3.7. Os eventos de 1989-90: “o socialismo avança no Leste”	623
2.3.8. III Conferência Mundial (1991): a burocracia como principal risco restauracionista	632
2.3.9. Os eventos de 1991: o fim da URSS não significou a restauração do capitalismo	634
2.3.10. Interpretações e posições sobre a URSS após 1991	636
CAPÍTULO 10 - O MOVIMENTO TROTSKISTA INTERNACIONAL E O COLAPSO DO BLOCO SOVIÉTICO: OS CASOS POLONÊS E ALEMÃO (1988-90).....	641
1. Quarta Internacional (Secretariado Unificado) (“mandelismo”).....	647
1.1. O caso polonês: “vitória democrática, derrota social”	647
1.2. O caso alemão: anexação (<i>anschluss</i>) e restauração	656
2. Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (“morenismo”) ____	665
2.1. O caso polonês: uma “revolução política triunfante” (1985-91).....	665
2.2. O caso alemão (1988-90): de “magníficos triunfos revolucionários” a uma “derrota para o proletariado mundial”	680
3. Quarta Internacional (Comitê Internacional de Reconstrução) – “lambertistas” _	687
3.1. O caso polonês (1985-90): “o Solidariedade é a ponta de lança da revolução política”	687
3.2. O caso alemão (1989-91): “por um governo do SPD em toda Alemanha”	697
4. Conclusão	707
CONCLUSÃO	716
ANEXO 1- DIAGRAMA DA FRAGMENTAÇÃO DO TROTSKISMO	744
ANEXO 2 - RELAÇÃO DE ACERVOS PÚBLICOS UTILIZADOS.....	745
ANEXO 3 - RELAÇÃO DE GRUPOS E SEUS PERIÓDICOS	746
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	749
1. Referências gerais	749
2. Fontes primárias dos grupos abordados	766
2.1. Fontes do Capítulo 4	766
2.2. Fontes do Capítulo 6	769
2.3. Fontes dos Capítulos 9 e 10	773

INTRODUÇÃO

Nos [tempos reacionários] a tarefa da vanguarda é antes de tudo não se deixar levar pelo refluxo: deve nadar contra a corrente. Se uma relação de forças desfavorável a impede de ocupar as posições que conquistou, deve ao menos conservar suas posições ideológicas, porque nelas se expressa a experiência caríssima do passado. Os tolos vão considerar esta política “sectária”. Na verdade, é o único meio de se preparar para uma nova onda tremenda com a maré histórica que se aproxima.
— Leon Trotski, 1937.

O trotskismo é uma das principais vertentes do socialismo do século XX. Um dos seus pilares teórico-programáticos, ademais da reivindicação da herança dos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista / Terceira Internacional, da teoria da revolução permanente e do programa transitório, são as análises de Leon Trotski e da Oposição de Esquerda Internacional / Quarta Internacional sobre o que era a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Isto é, o que dera errado em relação ao projeto original do Partido Bolchevique, reivindicado pelo trotskismo, e como superar o que se tornara o regime político de ditadura da burocracia, encabeçado por Josef Stalin, a partir de fins dos anos 1920.

Tais análises e as posições políticas a ela vinculadas formam o que chamaremos aqui de teoria do Estado operário burocratizado, uma vez que tinham como conceito central o de que a URSS havia se transformado, na virada dos anos 1920-30, em um “Estado operário burocraticamente degenerado”.

Esse conceito designava uma sociedade de transição entre o capitalismo e o socialismo que, apesar de preservar as “conquistas sociais” da revolução social de 1917 (a socialização dos meios de produção), era dotada de um regime político equivalente ao bonapartismo das formações sociais capitalistas, o “stalinismo”, baseado no monopólio do poder político por uma burocracia. Esse regime era fruto das contradições decorrentes do isolamento internacional da URSS e do atraso de suas forças produtivas, e que bloqueava a concretização de tal transição, necessitando, portanto, ser removido por uma “revolução política”, que reestabelecesse o poder político ao proletariado e seus órgãos de autogoverno (*soviets*), combinada ao avanço da revolução mundial. Caso contrário, tal regime poderia levar, por vias diversas, a uma contrarrevolução que restaurasse o Estado burguês e a propriedade privada dos meios de produção, ao prolongar o isolamento

internacional do Estado operário, bloquear o desenvolvimento das suas forças produtivas e gerar o surgimento de setores da burocracia interessados em uma conversão em burguesia, para assegurarem sua forma de vida privilegiada.

Apesar de o trotskismo ser amplamente conhecido como uma força de oposição ao stalinismo (tanto enquanto regime político na URSS, quanto como vertente política) e as análises de Trotski sobre o tema serem tidas como uma de suas principais contribuições ao marxismo, a bibliografia existente sobre o tema tende a se limitar às elaborações pessoais de Trotski. Desconsidera, assim, as formas pelas quais elas foram apropriadas pelo movimento trotskista internacional do pós-Segunda Guerra Mundial, que buscou aplicá-las e atualizá-las diante de novos fenômenos.

Tais apropriações são marcadas pela aparição de formações sociais equivalentes à URSS no Leste Europeu e outras partes do mundo e pelos desenvolvimentos posteriores da própria URSS, que apresentaram novos elementos para a teoria do Estado operário burocratizado. Também são marcadas pela grande fragmentação organizativa e teórico-programática que afetou o movimento trotskista após o assassinato de Trotski (em 1940), levando a releituras diversas do arcabouço original da Quarta Internacional.

Portanto, abordar a teoria do Estado operário burocratizado sem levar em conta tal desenvolvimento significa desconsiderar a historicidade dessa teoria, que, desde o início, foi elaborada com o objetivo político de ser um “guia para ação” e, por consequência, é dotada de dinâmica para responder à própria realidade contraditória e em desenvolvimento da URSS e do stalinismo. Não se trata, portanto, de uma análise engessada, do tipo “modelo sociológico” ou “tipo ideal”. Sem levar isso em conta, não é possível realizar um balanço aprofundado da sua validade explicativa e programática.

Ademais, desconsiderar as formas pelas quais os diferentes grupos trotskistas surgidos ao longo do pós-guerra se apropriaram do arcabouço teórico-programático original e buscaram aplicá-lo diante de situações concretas impede uma compreensão mais apurada de suas identidades políticas reais, isto é, para além das suas declarações formais de adesão a tal arcabouço. Impede, portanto, uma compreensão sobre as diferenças existentes entre esses grupos e o processo de fragmentação do trotskismo “pós-Trotski”, no que os debates acerca dos Estados operários têm grande importância, ainda que não sejam o único elemento a ser considerado.

Encaramos ser fundamental conhecer melhor a história do movimento trotskista internacional pós-Trotski e avaliar a validade da teoria do Estado operário burocratizado

por que ambos constituem peças fundamentais do marxismo no século XX. O primeiro por ter sido o que encaramos como a continuidade revolucionária do movimento socialista diante da falência da Internacional Comunista, fruto do processo de burocratização da URSS sob Stalin e seus aliados, e o segundo por ser o arcabouço teórico-programático que encaramos que melhor responde a tal processo, tanto em sua capacidade analítica, quanto em suas diretrizes políticas. Resgatar a história de ambos e analisá-las criticamente, ao nosso ver, é um passo fundamental para a necessária reconstrução do socialismo revolucionário no século XXI, a qual não pode prescindir das contribuições do passado, ainda que tampouco deva se limitar a repetí-las mecânica e dogmaticamente.

1. Breve balanço da bibliografia existente

Não obstante, o problema anteriormente mencionado está colocado na bibliografia existente sobre o trotskismo e, de forma mais geral, sobre o marxismo no século XX. Nela predomina uma análise limitada às ideias de Trotski, deixando quase que completamente de lado a apropriação posterior pelo movimento trotskista do pós-guerra. Quando muito, se leva em conta as elaborações de algumas figuras desse movimento que obtiveram certo destaque acadêmico, em particular Ernest Mandel. Porém, mesmo isso é feito de forma em geral superficial, ao não levar em conta seu pertencimento a uma organização política internacional, que possuía elaboração própria, não limitada à de tal figura.

Ademais, a própria abordagem do arcabouço original desenvolvido por Trotski costuma ser deficitária, ao não atentar para as mudanças pelas quais ele passou até atingir o que podemos chamar de uma forma madura, na segunda metade dos anos 1930.

Essa situação, muito provavelmente, é fruto tanto de um certo “academicismo”, que tende a valorizar mais as contribuições de figuras de inserção acadêmica em detrimento das elaborações coletivas das organizações políticas às quais elas pertenciam, quanto pelo estágio ainda muito incipiente dos estudos sobre a história do movimento trotskista internacional pós-Trotski.

É o que vemos, para mencionar alguns poucos exemplos, em comentários sintéticos sobre a teoria do Estado operário burocratizado em específico, ou que abordam como parte de um debate mais amplo sobre as interpretações de inspiração marxista acerca da URSS, tais como aqueles de Robert McNeal, John Marot, Michael

Cox, Murray Smith, Antonio Carlo e Luís Fernandes.¹ O mesmo ocorre também em trabalhos mais densos sobre o tema em questão, como os de Thomas Twiss e Carlos Eduardo Rebello Mendonça, ou sobre as ideias de Trotski de forma mais geral, como o de Baruch Knei-Paz.²

Uma exceção parcial ao problema aqui apontado é o estudo de Marcel Van der Linden sobre as abordagens de inspiração marxista acerca da URSS, que buscou mapear os desdobramentos da teoria do Estado operário burocratizado ao longo do tempo, a partir da sua apropriação por alguns dos herdeiros políticos de Trotski. Porém, por ter um caráter enciclopédico, tal obra não se aprofunda em cada caso e, ademais, padece do problema mencionado, de dar mais espaço a elaborações individuais de figuras de projeção acadêmica (sobretudo Mandel) do que às elaborações coletivas das organizações as quais elas pertenciam.³

Outras exceções são a tese de doutorado de Mordecai Bubis, que aborda os debates sobre tal teoria no interior das forças trotskistas dos EUA nos anos 1930-50 e, de forma mais pontual, o artigo de Perry Anderson sobre o stalinismo na visão de Trotski, que tece breves comentários sobre as apropriações posteriores de suas ideias e posições pelos trotskistas. O material de Bubis, contudo, é limitado temporal e geograficamente, ainda que se dedique a um debate que foi marcante para o conjunto do movimento trotskista internacional da época abordada, enquanto o de Anderson é por demais sintético e, portanto, superficial.⁴

¹ Cf. MCNEAL, Robert H. "Trotskyist interpretations of Stalinism" [1975]. In TUCKER, Robert C. (Ed.). *Stalinism. Essays in historical interpretation*. New Branswick, London: Transaction Publishers, 1999, p. 30-51; MAROT, John. "Trotsky, the Left Opposition and the Rise of Stalinism: Theory and Practice". In *The October Revolution in Prospect and Restrospect*. Leiden: Brill, 2012; COX, Michael. Perry Anderson and Leon Trotsky on the revolutionary betrayed. *Critique: Journal of Socialist Theory*, v. 20, n. 1, p. 151-163, 1993.; SMITH, Murray. Revisiting Trotsky: Reflections on the Stalinist Debacle and Trotskyism as Alternative. *Rethinking Marxism: A Journal of Economics, Culture & Society*, v. 9, n. 3, p. 40-67, 1996; FERNANDES, Luís. *O enigma do socialismo real*. Um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais. Rio de Janeiro: Mauad, 2000; CARLO, Antonio. The Socio-Economic Nature Of The USSR, *Telos* n. 21, Fall 1974.

² Cf. TWISS, Thomas. *Trotsky and the Problem of Soviet Bureaucracy*. PhD thesis (Philosophy). Faculty of Arts and Sciences, University of Pittsburgh, 2009; MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello. *Trotsky diante do socialismo real*. Perspectivas para o século XX. Rio de Janeiro: FAPERJ e Editora FGV, 2010; PAZ-KNEI, Baruch. *The Social and Political Thought of Leon Trotsky*. Oxford: Claredon Press, 1978.

³ LINDEN, Marcel van der. *Western Marxism and the Soviet Union A Survey of Critical Theories and Debates Since 1917*. Leiden, Boston: Brill, 2007.

⁴ Cf. BUBIS, Mordecai Donald. The Soviet Union and Stalinism in the Ideological Debates of American Trotskyism (1937-51). Tese de doutorado (Ciência Política). Londres, London School of Economics and Political Science, 1985; ANDERSON, Perry. Trotsky's Interpretation of Stalinism. *New Left Review*, vol. 1, n. 139, May-June 1983, p. 49-58 (uma versão em português do texto de Anderson pode ser acessada em ANDERSON, Perry. A interpretação de Trotski acerca do stalinismo. Traduzido por Morgana Romão. *Blog Lavrapalavra*, 16/08/2017. Disponível em <https://lavrapalavra.com/2017/08/16/a-interpretacao-de-trotski-acerca-do-estalinismo/>. Acessado em 16/08/2017).

Cabe mencionar, ainda, os pequenos livros produzidos pelos próprios grupos trotskistas acerca da história do trotskismo, os quais, em geral, fazem menção muito pontual aos desenvolvimentos próprios que deram à tal teoria, se limitando a declarar que a reivindicam, de forma que apagam as mudanças que imprimiram a ela. Também costumam afirmar que ela teria se provado correta diante dos eventos do século XX, porém sem dar maiores explicações. Tais materiais, ademais, costumam ser extremamente enviesados, ao omitirem ou distorcerem aspectos da história dos grupos aos quais estão vinculados, para apresentá-los como os verdadeiros herdeiros do trotskismo, em contraste com seus adversários – constituindo, portanto, tentativas de uma “história oficial” do trotskismo, autolegitimadora. Outro problema é que quase não fazem uso de fontes primárias, no máximo mencionando pontualmente algumas resoluções congressuais.⁵

Exceções a essas tentativas de uma “história oficial” por parte dos próprios grupos trotskistas, que abordam em maiores detalhes a questão da teoria do Estado operário burocratizado, são aquelas da corrente “Socialistas Internacionais”, associada ao legado político de Tony Cliff. Por rejeitar tal teoria, suas narrativas sobre a história do trotskismo buscam debatê-la em alguma medida, para explicar tal rejeição. Contudo, padecem dos mesmos problemas de superficialidade e enviesamento.⁶

Cabe mencionar, também, que trabalhos mais bem documentados e metodologicamente criteriosos sobre a história do movimento trotskista, que vem sendo desenvolvidos nos últimos anos, geralmente não abordam o tema da apropriação da teoria do Estado operário burocratizado pelos grupos estudados, principalmente por costumeiramente terem um foco nacional – aspecto em relação ao qual constituem uma valiosa contribuição. Como os debates sobre o tema costumavam ser travados ao nível das estruturas internacionais às quais grupos pertenciam, e lidavam com eventos em países distantes, eles naturalmente não têm muito espaço em uma narrativa sobre a formação e desenvolvimento de um grupo nacional em particular.⁷

⁵ Por exemplo, cf. FRANK, Pierre. *Fourth International. The Long March of the Trotskyists* [1969]. London: Ink Links, 1979; Bensaïd, Daniel. *Trotskyism* [2002]. Lisboa: Combate, 2008; MARIE, Jean-Jacques. *O Trotskismo* [1977]. São Paulo: Perspectiva, 1990; SAGRA, Alicia. *História das Internacionais Socialistas*. São Paulo: Sundermann, 2005; NORTH, David. *The Heritage We Defend: A Contribution to the History of the Fourth International*. Londres: Paperback, 1988.

⁶ Cf. CLIFF, Tony. *Trotskyism After Trotsky. The Origins of the International Socialists*. London, Chicago, Sydney: Bookmarks Publications, 1999; CALLINICOS, Alex. *Trotskyism*. London: Open University Press, 1990.

⁷ É o caso, para citar alguns exemplos acerca da história do trotskismo brasileiro, de trabalhos como

Contudo, esse problema se faz presente, inclusive, na enciclopédica obra de Robert Alexander sobre a história do movimento trotskista internacional – rara exceção que aborda o trotskismo em chave internacional e comparativa –, a qual foca mais em mapear as fases de fundação, desenvolvimento e ocasionais rupturas dos grupos trotskistas ao redor do mundo do que em apresentar uma análise pormenorizada de suas posições e interpretações políticas.⁸

Há, contudo, algumas exceções que, ao estudarem como a esquerda socialista de determinado país interpretou e se posicionou acerca de questões relacionados à história da URSS e de seus chamados “Estados satélites” no Leste Europeu (o “bloco soviético”) – sobretudo o processo de colapso e restauração capitalista – abordam os grupos trotskistas locais. Estas, contudo, tendem a também serem superficiais, apenas elencando algumas posições principais desses grupos, sem maior aprofundamento em termos de contraste com o arcabouço teórico-programático original do trotskismo ou do desenvolvimento histórico de suas posições mapeadas.

É o caso, por exemplo, da tese de doutorado de Izabel Costa, da dissertação de mestrado de Adriano Zão e do livro de Teones França, sobre como alguns grupos socialistas brasileiros lidaram com o processo de colapso do bloco soviético, as quais abordam de forma sintética algumas das correntes trotskistas do Partido dos

LEAL, Murilo. *À Esquerda da Esquerda. Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004; FARIA, Marcos Moutta de. *Partido Socialista ou Partido dos Trabalhadores? Contribuição à História do Trotskismo no Brasil. A experiência do movimento convergência socialista*. Dissertação (Mestrado em História Comparada). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005; ANGELO, Vitor Amorim de. *A trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2007; MARIANO, Andreyson Silva. *Uma esquerda em silêncio. Militantes trotskistas de Fortaleza no período de 1963-1970*. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História). Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2011; OLIVEIRA, Tiago de. *Reorganização do movimento trotskista no Brasil. A formação da Organização Socialista Internacionalista (1968-1976)*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013; MIRANDA, Vinicius A. R. *As trajetórias das organizações Democracia Socialista e Convergência Socialista no PT de 1978 a 1992*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2014; OLIVEIRA, Tiago de. *Entre a crítica das armas e as armas da crítica. Trotskistas contra a ditadura militar (1968-1973). Uma contribuição à história do trotskismo no Brasil*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018; PRADO, Carlos Batista. *Partidos e sindicatos: o PCB, a Oposição de Esquerda e o movimento operário no Brasil (1922-1936)*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019; ROSSIGNOLI, Ícaro. *Os dias de cão do trotskismo brasileiro. Argumentos e táticas nas publicações do Partido Operário Leninista, 1937-1939*. Monografia (Graduação em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018; LIGNANI, Henrique de Bem. *O trotskismo no Brasil e a crise de direção revolucionária. Construção do partido, programa político e movimento operário (1937-1948)*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2020.

⁸ ALEXANDER, Robert J. *International Trotskyism, 1929-1985: a documented analysis of the movement*. Durham: Duke University Press, 1991.

Trabalhadores (no caso de Costa, trata-se apenas de algumas menções pontuais).⁹ É o caso, também, do estudo de Jan Buelinckx, sobre como a esquerda socialista belga lidou com o colapso do bloco soviético, no qual aborda, entre outros grupos não relacionados ao trotskismo, a seção belga da “Quarta Internacional (Secretariado Unificado)”.¹⁰

Há, ainda, alguns estudos sobre a história de determinados grupos trotskistas nacionais que abordam, ainda que pontualmente, a forma como eles analisaram e se posicionaram diante de alguns dos eventos no bloco soviético que nos interessam. É o caso do estudo de Dariusz Zalega sobre o trotskismo na Polônia e, de forma mais pontual, os estudos de Antônio Ozaí da Silva, sobre a esquerda brasileira, nos quais trata de algumas das tendências trotskistas do Partido dos Trabalhadores.¹¹

Esses e outros materiais serão retomados ao longo desta tese, a partir de um diálogo crítico que buscará apropriar o que há de positivo neles, sem deixar de apontar suas insuficiências e eventuais equívocos.

2. Objetivos

O objetivo central desta tese é contribuir para superação de tal problema, de ausência de um estudo histórico e bem documentado sobre as apropriações da teoria do Estado operário burocratizado pelo movimento trotskista internacional pós-Trotsky e o que elas nos dizem sobre as identidades teórico-programáticas dos diferentes grupos que disputam o legado do trotskismo. Para tal, mapeamos e analisamos tais apropriações feitas por algumas das principais organizações trotskistas internacionais dos anos 1950-80, a partir de um denso trabalho com fontes primárias. Buscamos, com isso, avaliar a validade da teoria tanto em sua forma original, quanto nessas apropriações posteriores, bem como ressaltar as diferenças teórico-programáticas que fizeram parte do processo de fragmentação do trotskismo pós-Trotsky. Também levantamos algumas hipóteses sobre as possíveis raízes sociais dessas apropriações diversas.

⁹ Cf. COSTA, Izabel C. G. da. *Em busca do paradigma perdido: as esquerdas brasileiras e a crise do socialismo real*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009; FRANÇA, Teones. *Escombros do Muro de Berlim sobre a Esquerda Brasileira*. Rio de Janeiro: Maud X, 2015; ZÃO, Adriano C. V. *Perspectivas da Esquerda Brasileira Após o Fim da União Soviética*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011.

¹⁰ Cf. BUELINCKX, Jan. *Radicaal-links in België en de val van de Muur: hoe overleefden de KP, de SAP en de PVDA de val van het 'reëel bestaande socialisme'?* Universiteit Gent, Licentiaat in de Geschiedenis, Nieuwste Tijden, 2001-2002.

¹¹ Cf. ZALEGA, Dariusz. *Ruch trockistowski w PRL*. [S/l], [s.d.], [s.p.]; SILVA, Antonio Ozaí da. *História das tendências no Brasil*. Origens, cisões e propostas. 2ª ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1987, p. 178-184; SILVA, Antonio Ozaí da. O Trabalho (OT) - Corrente Interna do Partido dos Trabalhadores. Revista Espaço Acadêmico, Ano I, n. 1, [s.p.], junho de 2001, [s.p.].

Com isso, esperamos contribuir tanto para a história do socialismo no século XX de forma mais ampla, apresentando em detalhes e avaliando a história de um arcabouço teórico-programático desenvolvido para lidar com um dos fenômenos de maior importância desse século, a URSS e outras formações sociais equivalentes, bem como para a história do movimento trotskista internacional, a qual ainda é bastante incipiente, especialmente no que se refere à década de 1960 em diante.

3. Fundamentos teórico-metodológicos e fontes

Nosso trabalho se pautou por uma visão marxista da História, isso é, dialética e materialista. Isso significa que compreendemos as ideias aqui abordadas como frutos de complexas determinações materiais advindas de um contexto de luta de classes internacional, no qual se interconectam múltiplas determinantes. Buscamos realizar, portanto, uma “história marxista do marxismo” (ou, mais especificamente, de uma de suas vertentes).

Ademais, ao abordar a história de organizações políticas que buscaram lidar com alguns dos temas centrais das lutas de classes do século XX não tivemos pretensão à neutralidade. Ao invés, tal qual propõe George Haupt e outros historiadores que se dedicaram à elaboração de uma história marxista dos movimentos socialistas marxistas, acreditamos que é parte essencial de tais movimentos o olhar crítico para seu passado, como forma de promover aprendizados para as lutas do presente. Olhar crítico esse que envolve tomar posições diante dos erros e acertos do passado, mas sem cair em uma narrativa “hagiográfica”, autolegitimadora. É necessário, portanto, se posicionar, mas sem abandonar o rigor metodológico, pois, sem ele, o posicionamento não passará de enaltecimento do passado, incapaz de contribuir para os desafios do presente. Assim, reivindicamos contribuições diversas do trotskismo, tanto teóricas quanto programáticas e analíticas, mas sem deixar de sermos críticos mesmo aos grupos com os quais mais simpatizamos.¹²

Certamente, uma história marxista do movimento trotskista internacional não pode se limitar a uma análise das suas ideias, mas, diante do estado ainda incipiente dessa historiografia, acreditamos ser necessário começar pelo trabalho de melhor compreender suas identidades teórico-programáticas e sua diferenciação interna, no que a reivindicação

¹² Cf. HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5 n. 10, p. 208-231, março/agosto de 1985.

da teoria do Estado operário burocratizado ocupa um lugar de grande importância. Essa pesquisa, portanto, se articula com minha dissertação de mestrado, na qual busquei compreender as apropriações da teoria da revolução permanente pelo movimento trotskista internacional pós-Trotsky no período 1944-63, que é outro pilar de tais identidades, uma vez que envolve a forma como o trotskismo concebe a estratégia para a revolução socialista.¹³ Há, sem dúvidas, outros aspectos desse arcabouço que precisam ser avaliados, mas acreditamos que esses dois são de grande importância.

Uma vez realizado o trabalho de mapeamento e avaliação, em chave comparativa e internacional, do arcabouço teórico-programático com o qual esses grupos operaram, para além de suas reivindicações formais de adesão ao trotskismo “original”, um segundo passo necessário (e que já tem sido dado a nível de estudos de grupos nacionais) é pesquisar sua atuação cotidiana, composição social e dinâmica interna de funcionamento. Sem esses últimos elementos não é possível compreender adequadamente as apropriações feitas do arcabouço original do movimento e a fragmentação organizativa e teórico-programática que adveio delas ao longo dos anos pós-guerra. Isso, contudo, é impossível de ser feito individualmente, devendo ser fruto de um esforço coletivo e colaborativo para a elaboração de uma história social do trotskismo.

A presente tese pretende tão-somente contribuir para tal, sem a pretensão de lidar com todos esses aspectos mencionados. Não obstante, procuramos não nos limitar a uma análise de ideias em abstrato, muito menos aceitar acriticamente as declarações (frequentes) dos grupos abordados de que reivindicam o arcabouço original do trotskismo e são seu verdadeiro representante.

Ao invés, buscamos trabalhar com as ideias “em movimento”, com sua aplicação diante de eventos da luta de classes, para então reconstruirmos no âmbito abstrato o arcabouço teórico-programático que eles compunham e, assim, avaliar sua proximidade com o original do trotskismo e sua adequação diante dos problemas que buscavam solucionar.

Para tal, analisamos a aplicação da teoria do Estado operário burocratizado por alguns dos principais grupos trotskistas internacionais dos anos 1950-80 frente a certos eventos da história da URSS e de seus chamados “Estados satélites” do Leste Europeu (o “bloco soviético”) que, acreditamos, tocam em aspectos-chave do arcabouço teórico-

¹³ MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. *O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-1963)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016.

programático original – em especial nas questões da possibilidade de superação do stalinismo (revolução política) e dos riscos de restauração capitalista (contrarrevolução).

Infelizmente, não há muita bibliografia com a qual dialogar de forma mais direta sobre o tema, de forma que optamos por trabalhar com uma grande quantidade de fontes primárias como compensação. Trabalhamos, mais especificamente, com textos e documentos públicos produzidos pelos grupos internacionais selecionados para a pesquisa, publicados à época dos eventos. Tais materiais foram obtidos através do escrutínio dos principais periódicos publicados por tais grupos, através de seus órgãos internacionais de direção.

Esses periódicos eram utilizados como instrumento de propaganda por tais organizações na sua disputa política no interior da vanguarda socialista, sendo, frequentemente, traduzidos para diferentes idiomas e vendidos pelos militantes dos grupos nacionais pertencentes à “internacional”, juntamente aos periódicos locais (comumente, um jornal e uma revista teórica, além de eventuais boletins sindicais). Ao mesmo tempo, tais periódicos serviam para ajudar na coesão desses grupos nacionais e para fortalecer seu pertencimento a uma dada organização internacional, uma vez que também tinham a função de informar seus militantes das resoluções e análises emitidas pelos órgãos dirigentes internacionais, bem como compartilhar análises de alguns dos grupos nacionais mais destacados e ações práticas por eles realizadas, que serviam de exemplo para os demais.

Também fizemos uso complementar de documentos internos dos grupos, quando isso se mostrou necessário para esclarecer aspectos das fontes abordadas, mas um estudo pormenorizado das disputas e funcionamento interno aos grupos extrapola nossa pesquisa, que focou em sua expressão pública. Fizemos, ainda, uso complementar de periódicos publicados por importantes seções nacionais dos grupos internacionais abordados, quando não conseguimos uma série completa dos seus periódicos internacionais ou quando estes não abordavam de forma aprofundada os eventos em tela.

Esse conjunto de fontes primárias foi obtido em diferentes acervos, a maioria deles de acesso público (alguns mediante pagamento) e de formato virtual, em portais *online*. Mas também fizemos uso de acervos “tradicionais” (físicos), no Brasil e outros países, bem como recorremos, ainda, a alguns acervos privados (coleções de militantes ou ex-militantes dos grupos abordados). Uma relação dos acervos e periódicos utilizados se encontra ao final da tese, nos Anexos 2 e 3.

Ademais do mapeamento e avaliação das apropriações feitas pelos grupos da teoria do Estado operário burocratizado, ainda buscamos apresentar alguns elementos da sua atuação prática em relação aos países do bloco soviético e a setores da oposição anti-stalinista em seu interior. Uma história da atuação dos trotskistas no bloco soviético, contudo, demanda um trabalho à parte, com o qual os elementos aqui abordados – em grande parte extraídos das fontes primárias que usamos – podem contribuir, mas sem a pretensão de dar conta do tema.

A opção pelo foco regional no bloco soviético (URSS e alguns dos seus “Estados satélites”) se justifica pelo fato de que, se incluíssemos as análises, posições e tentativas de atuação em relação a outras formações sociais que os trotskistas do pós-guerra consideravam serem Estados operários (como Iugoslávia, Albânia, Cuba, China, Vietnã e Coreia do Norte, para mencionar as que eram assim caracterizadas de forma mais consensual) um trabalho mais denso, em termos de recorte temporal e quantidade de fontes, se tornaria inviável. Ademais, a URSS era considerada o principal Estado operário pelos trotskistas, não só por ter sido o primeiro, e o caso a partir do qual a teoria do Estado operário burocratizado foi elaborada, mas pelo poder de influência e mesmo tutela que exercia sobre parte dos demais.

Como forma de avaliar a adequação das apropriações de tal teoria pelos grupos abordados, realizamos, também, uma análise própria dos eventos-chave do bloco soviético escolhidos para os estudos de caso, embasada em fontes secundárias (bibliografia especializada), complementadas de forma pontual com algumas fontes primárias (materiais dos grupos atuantes no bloco soviético, que protagonizaram tais eventos). Isso se mostrou relevante pois, sem tal procedimento, nossa avaliação de tais apropriações ficaria reduzida a um contraste formal e abstrato com o arcabouço teórico original do trotskismo.

4. Recorte temporal e componentes da tese

Em termos de recorte temporal, a tese se divide em quatro partes, três delas relacionadas aos eventos-chave que usamos para trabalhar as fontes primárias. A Parte I é dedicada a um estudo do desenvolvimento da teoria do Estado operário burocratizado por Trotski e seus aliados, conforme o próprio fenômeno da degeneração burocrática se desenrolou no interior da URSS. Isso se mostrou necessário devido a problemas

encontrados na bibliografia sobre o tema, que nos levou a um estudo próprio a partir dos textos de Trotski e de seus aliados políticos da época.

O Capítulo 1 aborda os estágios iniciais desse desenvolvimento (anos 1920 e começo dos anos 1930), ao passo que o Capítulo 2 aborda a “fase madura” do pensamento de Trotski acerca da questão burocrática na URSS, buscando sintetizar o que foi a forma que a teoria assumiu em seus anos finais de vida (segunda metade dos anos 1930).

A Parte I serve para contrastar o arcabouço original com suas apropriações posteriores pelos trotskistas do pós-guerra, além de permitir uma avaliação da validade da teoria frente aos eventos seguintes. Já as demais partes atendem a uma periodização da história do bloco soviético pautada pela eclosão de movimentos de massa de oposição ao stalinismo e pela tentativa de mudanças feitas pela própria burocracia, os quais despertaram muitas esperanças de superação do stalinismo entre a esquerda socialista. Elas alternam entre capítulos que apresentam os eventos-chave que suscitaram a produção de elaborações políticas pelo movimento trotskista e capítulos dedicados à análise crítica de tais elaborações.

A Parte II lida com as primeiras tentativas significativas de reforma por parte da própria burocracia da URSS e do bloco soviético e com as revoltas de massas em alguns países, por um socialismo democrático, nos anos 1950-60, eventos que pareciam confirmar os prognósticos da teoria do Estado operário burocratizado, acerca da necessidade e até mesmo inevitabilidade da eclosão de revoluções políticas, mas que também despertaram esperanças na possibilidade uma via de (auto) reforma do stalinismo. O Capítulo 3 apresenta um balanço sobre tais eventos, enquanto o Capítulo 4 analisa a forma como os trotskistas lidaram com eles. Por se tratar de um tema mais abordado na literatura existente de forma que encaramos mais satisfatória, essa Parte II é menor que as demais.

A Parte III lida com o que avaliamos ser um importante ponto de virada na luta contra o stalinismo dentro do bloco soviético, que foi a crise política na Polônia na virada dos anos 1970-80 e o surgimento de uma oposição de massas que não era orientada pelo socialismo (o Solidariedade), mas sim por uma mescla confusa de reivindicações por melhorias sociais e políticas com a reivindicação da economia de mercado, fruto de uma equiparação entre stalinismo e socialismo e entre gestão burocrática e economia socializada e planificada. Acreditamos que o fracasso das tentativas de superação do stalinismo nos anos 1950-60 e a identificação prolongada entre este e o socialismo está

na raiz dessa virada, o que tornou a situação muito mais complexa para os trotskistas. O Capítulo 5 apresenta tais eventos, enquanto o Capítulo 6 analisa a forma como os trotskistas lidaram com eles. Por se tratar de um tema que quase não é abordado na literatura existente sobre o trotskismo e por termos uma interpretação bastante diferente daquela dos grupos abordados, dedicamos um espaço maior à Parte III.

As Partes II e III, ainda que importantes em si mesmas, de certa forma servem de preâmbulo para a Parte IV, que lida com as tentativas de reforma de Mikhail Gorbachev e os complexos eventos interligados que culminaram na dissolução da URSS e no que encaramos ter sido a restauração do capitalismo no bloco soviético, apoiada em movimentos de massa de oposição ao stalinismo que eram, em grande parte, pautados por uma rejeição do socialismo, por eles equiparado àquele. Nesse período, de 1985-91, vemos, portanto, uma generalização no bloco soviético do fenômeno visto entre a oposição polonesa da virada dos anos 1970-80.

Se a situação anterior já apresentara grande complexidade para os trotskistas e gerara grande confusão em suas fileiras, esse final do século XX foi o teste derradeiro para a forma como haviam se apropriado da teoria do Estado operário burocratizado ao longo dos anos anteriores. Avaliamos que os principais componentes do movimento trotskista internacional da época falharam em tal teste, ao apoiarem processos contrarrevolucionários em tais países. Avaliamos, contudo, que isso não significa uma condenação da teoria em si, cuja capacidade explicativa e adequação programática tentamos demonstrar ter se mostrado válida.

A Parte IV se divide nos Capítulos 7 e 8, que apresenta tais eventos, focando, respectivamente, na URSS e no Leste Europeu (no qual demos destaque aos casos polônês e alemão), e nos Capítulos 9 e 10, que analisam a forma como os trotskistas lidaram com eles. Na impossibilidade de uma abordagem da restauração no conjunto dos países do bloco soviético, optamos por destacar o caso polônês, por ter sido o primeiro a apresentar um giro à direita das oposições de massas ao stalinismo, ainda nos anos 1970, e por ter sido o primeiro onde tal oposição chegou ao poder, em 1989, e o caso alemão, pelo simbolismo da queda do Muro de Berlim para o conjunto das forças socialistas da época.

Essa Parte IV ocupa um espaço ainda maior que a III, pela complexidade dos eventos que aborda, sua maior extensão temporal e o grau de divergência da nossa interpretação em relação à dos grupos analisados, ademais da relevância central para a avaliação das suas apropriações do arcabouço original do trotskismo.

Cabe destacar que o colapso do bloco soviético era o recorte original desta pesquisa, contudo, foi apenas em meados do terceiro ano dela que obtivemos volume satisfatório de fontes para tal recorte. Inicialmente, acreditávamos que seria possível obter grande volume de fontes em acervos no exterior, porém, o corte e congelamento de bolsas na modalidade “doutorado sanduíche” inviabilizou realizar tal coleta de material. Ao mesmo tempo, não se realizou nossa expectativa de que haveria certa quantidade de fontes pertinentes em alguns acervos documentais no Brasil. Por conta disso, optamos por dar um espaço muito maior do que originalmente previsto a eventos prévios ao colapso, nos quais as questões do stalinismo, da revolução política e da contrarrevolução também figuraram, tendo desenvolvido o material que compõe as Partes II e III desta tese.

Foi apenas na “reta final” da pesquisa que obtivemos fontes para trabalhar o recorte do colapso de forma satisfatória (em grande parte, graças à digitalização recente de muitos materiais por diferentes acervos *online*), e optamos por desenvolver o material que compõe a Parte IV, ainda que em tempo bastante curto e já tendo uma tese volumosa.

Essa opção, somada aos muitos efeitos negativos da pandemia de COVID-19 sobre nossa capacidade de trabalho, nos impediu de realizar uma revisão mais detalhada da tese, que, acreditamos, teria permitido sintetizar alguns trechos, e também culminou em um tamanho atípico. Não obstante, acreditamos que ela foi pertinente, na medida em que possibilitou uma análise comparativa e de longo prazo sobre as diferentes apropriações da teoria do Estado operário burocratizado, que inclui um conjunto de eventos fundamentais pra tal análise, o colapso do bloco soviético. Assim, no formato final assumido pela tese, as Partes II e III (originalmente desenvolvidas como substitutos, dada a escassez de fontes sobre o colapso) acabaram assumindo o papel de um denso preâmbulo à Parte IV, que constituiu o “núcleo” de fato da tese.

Ao final, a Conclusão apresenta um breve balanço nosso sobre o tema e uma síntese das principais conclusões de cada uma das partes da tese.

Ademais, há três anexos. O Anexo 1 é um diagrama da fragmentação da Quarta Internacional ao longo do século XX, posicionando os diferentes grupos abordados ao longo da tese. O Anexo 2 é uma relação dos acervos públicos de onde obtivemos a maior parte das nossas fontes primárias (algumas foram obtidas através de coleções privadas). O Anexo 3 é uma relação dos periódicos utilizados e os grupos aos quais pertenciam.

Como de praxe, há também uma lista das referências bibliográficas utilizadas ao longo da tese, a qual, para facilitar a consulta pelos leitores, está dividida em “referências

gerais” e “fontes primárias dos grupos abordados”, estas últimas subdividas de acordo com os respectivos capítulos em que aparecem.

5. Grupos abordados

A principal dificuldade enfrentada por esta pesquisa foi de estudar em chave comparativa um movimento que, além de internacional, se tornou cada vez mais fragmentado ao longo do recorte temporal usado. Com isso, não foi possível acompanhar até o fim do recorte temporal alguns dos grupos abordados, e outros tiveram que ser deixados de fora, tanto pelo volume elevado de fontes primárias utilizadas, o que forçou uma escolha daqueles grupos considerados principais, quanto pela dificuldade de obter fontes em volume satisfatório para alguns deles.

Assim, na Parte II, trabalhamos com os dois principais grupamentos internacionais do movimento trotskista nas décadas de 1950-60. De um lado, a Quarta Internacional “propriamente dita” – isso é, a QI “Secretariado Internacional” do período 1953-63, que tem sua continuidade na QI “Secretariado Unificado” de 1963 em diante, doravante QI (SU). De outro, o “Comitê Internacional - Quarta Internacional”, CI-QI, formado em 1953. Ademais das posições dos órgãos dirigentes internacionais, nessa Parte II buscamos também analisar alguns dos seus principais grupos nacionais, por entender que os laços teórico-programáticos que os uniam não eram tão firmes. Assim, trabalhamos também, de forma mais especial, com o *Socialist Workers Party* (SWP) dos EUA, com as duas alas em que se dividiu o *Parti Communiste Internationaliste* da França e com o *The Club / Socialist Labour League* da Inglaterra.

Na Parte III, diante da maior fragmentação do movimento nos anos 1970-80, trabalhamos com a corrente “mandelista”, agrupada na QI (SU), mantendo uma análise à parte para o SWP dos EUA enquanto setor minoritário da QI (SU); com a corrente “healyista”, agrupada no que sobrou do CI-QI; com as correntes “lambertista” e “morenista”, que se unificaram brevemente no “Comitê Paritário” / “Quarta Internacional (Comitê Internacional)” e depois se dividiram e formaram, respectivamente, o “Centro de Reconstrução Internacional”, QI (CIR), e a “Liga Internacional dos Trabalhadores”, LIT-QI; e com a *Spartacist League* dos EUA (SL, na sigla em inglês) e sua “tendência Espartaquista internacional” (iSt, na sigla em inglês), bem como sua dissidência “Tendência Bolchevique Internacional” (IBT, na sigla em inglês).

Na Parte IV, foi deixado de lado o SWP dos EUA, por ter abandonado formalmente o trotskismo na segunda metade dos anos 1980, e a corrente “healyista”, por ter explodido em várias partes em 1985, o que, além de ter dificultado a obtenção de fontes, tornaria o trabalho inviável pela quantidade de grupos concorrentes. Essa Parte focou, assim, nas correntes “mandelista” / QI (SU), “lambertista” / QI (CIR) e “morenista” / LIT-QI. Por questões de tempo, só nos foi possível abordar a *Spartacist League* dos EUA / “tendência Espartaquista internacional” e sua cisão, a “Tendência Bolchevique Internacional”, de forma panorâmica em tal Parte.

Acreditamos que teria sido importante abordar ainda a corrente “grantista”, agrupada, a partir de 1974, no “Comitê por uma Internacional dos Trabalhadores” (CIT), por se tratar de um grupo de razoável tamanho internacional e influência no seu principal país de atuação, a Inglaterra. Porém não conseguimos obter fontes suficientes para realizar um trabalho adequado.

Gostaríamos, ainda, de ter abordado em profundidade a *Spartacist League* dos EUA / “tendência Espartaquista internacional” e sua cisão dos anos 1980, a “Tendência Bolchevique Internacional” na Parte IV, porém não houve tempo hábil para tal. Aqueles familiarizados com tais organizações, contudo, perceberão a proximidade de algumas das nossas análises e posições próprias com as dessas pequenas organizações, que, apesar do tamanho diminuto (mesmo para os padrões do movimento trotskista internacional), acreditamos terem tido a melhor apropriação e desenvolvimento do arcabouço original do trotskismo no período dos anos 1960-70 e 1980, respectivamente.

Ademais, cabe ressaltar que deixamos de fora a corrente “cliffista”, agrupada na “Tendência Socialista Internacional”, pois, apesar da sua reivindicação parcial da tradição trotskista, ela não reivindica a teoria do Estado operário burocratizado, mas, ao invés, uma versão própria da teoria do “capitalismo de Estado”. Chegamos a analisar tal corrente na Parte II da pesquisa, porém avaliamos que ela fugia do nosso escopo, de forma que optamos por não inclui-la na versão final.

PARTE I

O ARCABOUÇO ORIGINAL

A URSS emergiu da Revolução de Outubro como um Estado operário. A estatização dos meios de produção, condição necessária ao desenvolvimento socialista, abriu a possibilidade de um crescimento rápido das forças produtivas. Mas o aparelho do Estado operário submeteu-se, nesse meio tempo, a uma degenerescência completa, transformando-se de instrumento da classe operária em instrumento burocrático de sua coação e, cada vez mais, em instrumento de sabotagem da economia. A burocratização de um Estado operário atrasado e isolado e a transformação da burocracia em casta privilegiada todo-poderosa é a refutação mais convincente não apenas teórica, mas também prática da teoria do socialismo num só país.

— Leon Trotski, 1938.

Trotsky não foi um profeta e não predisse tal situação [de degeneração burocrática da URSS]. Pode-se mesmo acrescentar que precisou de tempo para melhor compreender o nascimento do stalinismo e da casta burocrática de novos mestres privilegiados, mas ele estava anos-luz à frente de todos os comentaristas e analistas de seu tempo, o único, em todo caso, cuja análise e cujos comentários são úteis, hoje em dia, para a compreensão dos problemas atuais, não somente da União Soviética como também da China e da Europa do leste.

— Pierre Broué, 1994.

CAPÍTULO 1

A BUROCRATIZAÇÃO SOVIÉTICA E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO DE TROTSKI ACERCA DA URSS E DO STALINISMO¹⁴

O pensamento de Leon Trotski acerca do que era a União Soviética e do que ele nomeou “stalinismo”, enquanto um conceito que ajuda na compreensão dos rumos negativos por ela seguidos a partir de meados dos anos 1920, acompanhou o próprio desenvolvimento da burocratização do regime criado pela Revolução Soviética e do partido que liderou tal processo, que são fatores centrais em tal pensamento. Esse e o próximo capítulo são dedicados a apresentar o desenvolvimento de ambos elementos ao longo dos anos 1920-30.

A Revolução Soviética de 1917 tem a interessante peculiaridade de ter um projeto bem definido prévio a seu acontecimento. É verdade que os bolcheviques, mesmo já às portas de outubro, encontravam-se divididos acerca de questões fundamentais – por exemplo, apoiar ou não o governo provisório, ainda que “criticamente”, apostar ou não nos *soviets* como órgãos de autogoverno do proletariado, dentre outros temas.¹⁵ Não obstante, é possível acessar materiais que apontam com clareza o que a ala do partido que veio a ser vitoriosa sobre as demais almejava.

Em primeiro lugar está a própria defesa da necessidade da revolução como necessária à construção do socialismo, em contraposição a uma estratégia de acúmulo gradual de reformas. Essa defesa, que se chocava com o posicionamento da ala então dominante da social-democracia europeia, encontrou sua forma mais elaborada na obra de Lenin *O Estado e a Revolução*, escrita no calor do processo revolucionário e, na qual, partindo das obras de Marx e Engels, ele buscou elaborar reflexões e apontamentos estratégicos não só sobre a superação do capitalismo, mas também sobre a transição ao comunismo.

Debatendo essa última questão a partir do resgate das elaborações de Marx e de

¹⁴ Esse capítulo retoma dois textos já publicados, expandindo-os e modificando-os (inclusive em termos de correções importantes no conteúdo). São eles MONTEIRO, Marcio Lauria. A luta de Lenin contra a burocratização soviética e Stalin. *História e Luta de Classes*, ano 13, n. 23, mar. 2017, p. 42-56 (utilizado na seção 1) e MONTEIRO, Marcio Lauria. As análises de Trotski sobre a URSS e o stalinismo. *Verinotio* - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, v. 23, n. 2, ano XII, nov. 2017, p. 176-207 (utilizado na seção 4 e, em parte, na 3).

¹⁵ Ver, por exemplo, GETZLER, Israel. “Outubro de 1917: O debate marxista sobre a revolução na Rússia”. In: HOBBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*. v. 5 São Paulo: Paz e Terra, p. 11-74, 1985; JOHNSTONE, M. “Lênin e a revolução”. In: HOBBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*. v. 5. São Paulo: Paz e Terra, v. 5, p. 113-142, 1985; KRAUSZ, Tamás. *Reconstructing Lenin – an intellectual biography*. New York: Monthly Review Press, Chapter 5, 2015.

Engels, Lenin ressaltou que uma sociedade sem classes (comunismo) é algo que não deriva imediatamente da destruição do Estado burguês, sendo necessária uma etapa histórica intermediária, que crie e consolide as condições para o desaparecimento das desigualdades sociais – o socialismo, entendido enquanto “etapa inferior do comunismo”, configurando uma formação social de “transição” ao comunismo.

Nessa fase intermediária, transitória, ainda existiria um Estado, que seria a forma político-institucional da ditadura da classe proletária sobre os remanescentes da burguesia – algo tido como fundamental para repelir a contrarrevolução. Contudo, pela primeira vez na História, a classe dominante englobaria a esmagadora maioria dos membros da sociedade, de forma que essa ditadura seria um regime altamente democrático, exceto para a burguesia e aristocracia fundiária. Portanto, esse Estado proletário seria um “semi-Estado”, por conta da tendência à crescente socialização da política, que levaria à sua gradual dissolução.¹⁶

Em segundo lugar, até meados dos anos 1920, era um consenso entre os quadros bolcheviques que a revolução no Império Russo não poderia concretizar a transição ao socialismo sem o auxílio do proletariado das nações imperialistas, de forma que a tomada do poder era por eles tida como tão somente o primeiro passo de uma revolução europeia. Apenas como parte integrante desse processo internacional, e com a ajuda material dos países mais desenvolvidos economicamente, é que tal transição poderia ocorrer.

A sociedade pós-capitalista no antigo Império Russo, portanto, seria uma de transição entre o capitalismo e o socialismo até que a revolução triunfasse em outros lugares e fosse possível avançar sobremaneira na eliminação das relações capitalistas e no desenvolvimento das “atrasadas” forças produtivas herdadas do Império. Até lá, seria necessário sobreviver da melhor forma possível, misturando criatividade e pragmatismo, mas sem abrir mão dos princípios básicos – orientações que podem ser observadas nos debates em torno da implementação do “comunismo de guerra” e, posteriormente, da “Nova Política Econômica”.¹⁷

O “plano”, portanto, era claro. A revolução começaria no Império Russo, se espalharia pelo resto da Europa, eliminando a ameaça externa de contrarrevolução e

¹⁶ Cf. LENIN, Vladimir. *O Estado e a revolução* [1917] e *A revolução proletária e o renegado Kautsky* [1918]. São Paulo: Editora Sundermann, 2005. Em especial o Capítulo 5 de “O Estado e a revolução”.

¹⁷ Cf. JOHNSTONE, Monty. “Lênin e a revolução”. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). *História do marxismo* v. 5. São Paulo: Paz e Terra, 1985, p. 113-42; FERNANDES, Luís. Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 39, p. 43-46, 1995; KRAUSZ, Tamás. *Op. cit.*, p. 335-338.

disponibilizando recursos para industrializar a antiga terra dos czares. Alcançado, assim, o socialismo a nível internacional, o desenvolvimento posterior faria com que a classe trabalhadora tivesse recursos materiais, acúmulo cultural e habilidade administrativa suficientes para que a escassez material fosse inteiramente eliminada e a política socializada, de forma que o Estado deixaria de existir junto com as classes sociais, chegando ao comunismo.

Nada mais distante do que aconteceu. Apesar de ter gerado uma onda revolucionária na Europa, a Revolução Soviética permaneceu isolada internacionalmente. Com o isolamento, veio a ameaça externa, na forma de uma guerra contrarrevolucionária que envolveu mais de uma dezena de países, incluindo o conjunto das potências imperialistas da época¹⁸, e que devastou a nascente formação social, já herdeira de uma situação calamitosa decorrente da participação do Império Russo na Guerra Mundial.

Menos de quinze anos após a revolução, apesar de a economia ter se recuperado e ultrapassado os índices pré-Guerra Mundial, o novo Estado havia se tornado uma gigantesca máquina administrativa, altamente militarizada e extremamente autônoma frente às massas trabalhadoras e camponesas, regida por um partido que, apesar de se declarar comunista, já em quase nada se assemelhava com aquele que havia organizado a tomada do poder anos antes. Esse Estado cada vez mais se voltava contra setores da própria classe trabalhadora e sua vanguarda, lançando, nos anos seguintes, uma onda de terror que nada deixou a dever à repressão czarista, até mesmo ultrapassando-a.

Ademais, diante do isolamento internacional e do cerco imperialista, o regime político encabeçado por tal partido não tinha mais o internacionalismo revolucionário como um de seus pilares, buscando, ao invés, uma “coexistência pacífica” com as ameaças externas e a construção do “socialismo em um só país” – termos que, conforme se verá, tornaram-se parte do discurso oficial do regime sob Stalin e seus sucessores.

Assim, no lugar do sonhado autogoverno proletário – a comunidade dos produtores livremente associados de que falavam Marx e Engels – havia um “Estado burocrático que não tem a menor intenção de desaparecer”, nas palavras de um de seus

¹⁸ Kevin Murphy destaca como que, sem a intervenção imperialista, o Exército Branco não teria se sustentado: na primavera de 1918 ele possuía 3685 homens, sendo 2/3 deles oficiais, ou seja, era um “corpo militar profissional sem um exército”. Já no final do verão seguinte, mais de 150 mil soldados estrangeiros haviam chegado no território russo, incluindo “centenas de milhares de rifles, mil peças de artilharia com milhões de morteiros, sete mil metralhadoras, duzentos aviões e uma centena de tanques”. Cf. MURPHY, Kevin. As origens e os significados do stalinismo. *Revista Movimento*, v. 2, n. 6, jul.-set. de 2017. Versão online disponível em <https://movimentorevista.com.br/2017/11/as-origens-e-os-significados-do-stalinismo/>. Acessado em abril de 2018.

mais conhecidos opositores dentro do campo socialista revolucionário, Leon Trotski, registradas na obra de 1936, *O que é e para onde vai a URSS*, ou, *A Revolução Traída*.¹⁹ Entender o que houve entre um ponto e outro é ainda hoje um dos grandes desafios do marxismo, especialmente à luz da necessidade de entender o posterior colapso do chamado “bloco soviético”, ao fim do século XX.

A intenção deste e do próximo capítulo é resgatar as contribuições analíticas a esse respeito vindas de uma das figuras centrais da revolução e posterior opositor do regime stalinista, o mencionado Trotski. Ao travar uma luta oposicionista visando à superação do fenômeno que ele via enquanto uma crescente “burocratização” da nova formação social soviética – essencialmente, a autonomização do aparato administrativo estatal e partidário em relação às massas trabalhadoras – Trotski produziu um sofisticado arcabouço teórico-programático. Tal arcabouço lida com o que era tal formação social tão peculiar e com o que muitos já apontaram ser a questão-chave para a compreensão do que foi a experiência soviética e dos caminhos por ela trilhados, o “stalinismo”.

As suas contribuições que aqui serão abordadas foram elaboradas ao longo da sua própria luta oposicionista e do desenvolvimento da nascente sociedade soviética. São também fruto de uma elaboração coletiva, desenvolvida a partir de debates e colaboração com outros quadros oposicionistas, muitos dos quais acabaram esquecidos por terem posteriormente capitulado ao regime de Stalin, apenas para serem por ele assassinados posteriormente. Nessa elaboração coletiva está incluído até mesmo Lenin que, apesar de boa parte da historiografia ignorar, foi um dos primeiros a se preocupar com a crescente autonomização do Estado soviético e a tentar reverter tal situação.

Por conta desses elementos, as elaborações de Trotski passaram por mudanças ao longo do tempo, de forma que alguns comentadores e analistas de seu pensamento optam por dividi-las em fases distintas, abordagem que facilita uma compreensão pormenorizada. Ao longo das próximas seções e capítulo, serão apresentadas as análises de Trotski acerca da União Soviética (URSS) e seu regime, o conteúdo que atribuía ao termo “stalinismo” e as mudanças pelas quais seu pensamento passou ao longo de diferentes fases. Isso será feito de forma contextualizada com o próprio desenvolvimento da “burocratização soviética” e a história de sua luta oposicionista, cujos elementos centrais serão apresentados de forma sintetizada.

¹⁹ TROTSKY, Leon. *A revolução traída* – o que é e para onde vai a URSS [1936]. São Paulo: Sundermann, 2005, p. 76.

Tal qual propõe Perry Anderson²⁰, chamaremos de “fase inicial” do pensamento de Trotski aquela situada entre os anos 1923-28, período em que ele foi aos poucos passando de uma postura um tanto quanto moderada, de buscar influenciar a direção do Partido Comunista (PC) a adotar outros rumos, a uma posição de confronto aberto e organizado na forma de fração clandestina, e no qual suas análises ainda guardavam forte semelhança com aquelas desenvolvidas por Lenin ao se debruçar sobre a “questão burocrática”, ainda que apresentando diferenças importantes.

Tal fase é marcada por uma grande preocupação com o crescente peso social dos novos setores proprietários sob a NEP (os *kulaks* no campo e *nepmen* na cidade) e sua cada vez mais perceptível influência sobre a cúpula dirigente do partido e do Estado, na forma de concessões políticas e econômicas a eles, de abandono da perspectiva de internacionalização da revolução e de crescente cerceamento do debate no interior do partido, para suprimir as posições contrárias a tais concessões. Trotski via em tal fortalecimento dos novos proprietários e na burocratização do Estado e do PC um grande risco de restauração do capitalismo, donde seu enfrentamento com dita cúpula e sua defesa de uma reforma do regime partidário e estatal, com maior abertura democrática.

Ainda segundo a proposta de Anderson, tomaremos como “fase intermediária” aquela entre 1928-33, quando Trotsky aprofundou algumas elaborações mais próprias ensaiadas no período anterior, sob o impacto da derrota dos oposicionistas (expulsos do partido e da Internacional Comunista, com seus líderes forçados ao exílio em regiões remotas) e do chamado “giro à esquerda” do regime da URSS e da Internacional Comunista. Tal “giro” expropriou os novos proprietários, de forma que levou Trotski a reconsiderar aos poucos sua visão de que eles eram a principal fonte de risco contrarrevolucionário e a base social da burocratização, bem como reconsiderar o programa de como combater tal fenômeno. Assim, realizou mudanças significativas, posteriormente aprofundadas e sistematizadas na “fase madura”.

A “fase madura”, por sua vez, será tomada como aquela compreendida entre 1933-40, quando foram consolidadas as mudanças na sua análise sobre o stalinismo e também nas propostas de como enfrentá-lo (e à burocratização do Estado-partido), impulsionadas, sobretudo, pelo impacto da vitória fascista na Alemanha e consolidação da expropriação dos novos proprietários na URSS. Em tal fase, Trotski passou a considerar a burocracia

²⁰ Cf. ANDERSON, Perry. Trotsky's Interpretation of Stalinism. *New Left Review*, vol. 1, n. 139, May-June 1983, p. 49-58. Texto disponível em português em <https://lavrpalavra.com/2017/08/16/a-interpretacao-de-trotsky-acerca-do-estalinismo/>, acessado em 16/08/2017.

soviética como a principal fonte interna de risco contrarrevolucionário, por conta das muitas contradições que seu regime gerava, e elaborou uma análise muito mais profunda das origens e bases sociais dessa burocracia e da sua ascensão ao poder, bem como um novo programa de como combatê-la, centrado na noção de “revolução política”.

As elaborações de tal fase constituíram o núcleo fundamental das análises e posições da Quarta Internacional (fundada em 1938) frente à URSS e ao stalinismo, bem como o ponto de partida dos trotskistas para interpretar as novas formações sociais surgidas como fruto das revoluções do pós-Segunda Guerra.

Ao analisar o desenvolvimento do pensamento das posições de Trotski em relação à URSS e ao stalinismo, esse e o próximo capítulo apresentam o arcabouço original do movimento trotskista internacional em relação a tais objetos. Com isso, será possível uma melhor compreensão das releituras teórico-programática realizadas pelas diferentes organizações trotskistas diante dos eventos-chave que marcaram a União Soviética na segunda metade do século XX. Trata-se também de um arcabouço que encaramos ser fundamental, em seus elementos centrais, para a devida compreensão desses eventos, de forma que sua apresentação detalhada permitirá um balanço da sua validade histórica ao final dessa tese.

A opção por uma análise pormenorizada desse arcabouço, baseada em análise de fontes primárias e na atenção às mudanças ocorridas ao longo do tempo se justifica pelo fato dele ainda hoje ser pouco conhecido em profundidade no meio acadêmico e também muito marcado por distorções e falsificações. Ademais, o fato de Trotski ter operado mudanças significativas em suas análises e posições ao longo de 1923-36 confundiu e segue confundindo muitos comentadores e até mesmos militantes trotskistas.²¹ Com essa Parte 1, portanto, almejamos contribuir para um conhecimento – e apropriação – mais adequado das suas análises e posições sobre a URSS e o stalinismo.

²¹ Vale destacar que, apesar de Anderson atentar a tais mudanças, ele comete alguns erros do tipo e, ademais, sua análise é um texto sintético, e não um estudo detalhado. O mesmo pode ser dito sobre o breve capítulo que Marcel Van der Linden dedica a Trotski em LINDEN, Marcel van der. *Western Marxism and the Soviet Union A Survey of Critical Theories and Debates Since 1917*. Leiden, Boston: Brill, 2007. Baruch Knei-Paz, por sua vez, realizou um análise mais aprofundada, destacando mudanças importantes no pensamento de Trotski, ainda que se concentre no que Anderson nomeia de “fase madura”, não analisando em pormenor as anteriores (ademais, tem uma avaliação bastante negativa da sua validade), cf. PAZ-KNEI, Baruch. *The Social and Political Thought of Leon Trotsky*. Oxford: Clarendon Press, 1978 – ver em especial a Parte III. O estudo mais completo que há atualmente é o de Thomas Twiss, cf. TWISS, Thomas. *Trotsky and the Problem of Soviet Bureaucracy*. PhD thesis (Philosophy). Faculty of Arts and Sciences, University of Pittsburgh, 2009.

1. Precedente - “A última luta de Lenin”, contra a burocratização soviética e Stalin

Começemos a exposição das análises de Leon Trotski pelo seu principal precedente: a luta iniciada por Vladimir Lenin, em seus últimos momentos de vida, contra a perceptível autonomização do aparato administrativo em relação ao PC, e para a qual buscou arrastar Trotski consigo – a sua “última luta”, conforme título do pioneiro estudo de Moshe Lewin acerca do assunto.²²

Cabe destacar que situar a luta de Lenin como um precedente da de Trotski não significa negar que houve outros quadros que os antecederam em soar o alarme para a degeneração da democracia soviética – caso dos membros do grupo “Centralismo Democrático”, de 1919, e da “Oposição Operária”, de 1920. Essas tendências do Partido Bolchevique detectaram os primeiros sinais de tal degeneração e buscaram combatê-la, porém as primeiras análises e posições de Trotski acerca do assunto se relacionam mais diretamente com aquelas de Lenin.

Lenin detectou o processo de burocratização do Estado soviético ao fim da guerra civil (1917-21), produzindo reflexões e sugestões políticas. Ele costumava chamar de “questão burocrática” (ou “burocratismo”) a progressiva substituição das massas pelo partido no exercício do poder e, por sua vez, a substituição do partido pela burocracia estatal. E de “problema do aparato” o caráter altamente ineficiente dessa burocracia e sua permeação por elementos carreiristas e corruptos. Por mais que cada um tivesse suas particularidades, para Lenin eles estavam intrinsecamente ligados.

A conjuntura não era fácil. Já em 1918 o governo soviético perdeu seu pluralismo, apenas seis meses após ter assumido um formato pluripartidário, uma vez que uma ala do Partido Socialista Revolucionário dele se retirou, após a assinatura do acordo de Brest-Litovski (março), e a ala restante fez o mesmo após ficar em minoria no V Congresso Pan-Russo dos Soviets (julho)²³. Após tais fatos, o Comitê Central SR, inclusive, realizou um *putsch* fracassado em Moscou em meio a tal Congresso (em 6 de julho), assassinando o embaixador alemão, tomando o prédio dos correios e telégrafos (enviando telegramas avisando que haviam se apoderado do governo) e alvejando o Kremlin com tiros de canhões. No mês seguinte, uma militante dessa organização, Fanny Kaplan, tentou

²² LEWIN, Moshe. *Lenin's Last Struggle* [1968]. 4ª ed. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2008.

²³ Cf. JOHNSTONE, Monty. *Lênin e a revolução*, *op. cit.*, p. 133.

assassinar Lenin a tiros de revólver (em 30 de agosto).²⁴

Apesar dessas ações dos SR, devido ao esvaziamento dos debates no Comitê Central Executivo dos *soviets*, após sua composição se tornar inteiramente de bolcheviques, em 1919 um decreto permitiu a participação no órgão de dirigentes de outros partidos, o SR incluso, na condição de delegados com voto consultivo e direito de encaminhar propostas. A condição para a participação era que abandonassem a oposição armada. Mas a medida foi de pouco efeito prático, uma vez que apenas uma minoria seguiu colaborando com o PC.

Ademais, a guerra civil, iniciada pouco após os eventos do V Congresso, levou a uma crescente centralização e concentração de poderes nas mãos das instituições soviéticas, nas quais o PC acabou sendo o único a de fato participar. Nesse contexto, a política do “comunismo de guerra”, a perda massiva de quadros e militantes de base e a crescente passividade política das massas, combinadas às necessidades da máquina de guerra, levaram o governo a adotar medidas de exceção, como a substituição da gestão econômica baseada em órgãos colegiados formados por delegados eleitos e amovíveis por órgãos compostos de um único indivíduo, o qual passou a ser com frequência indicado verticalmente. E não demorou para que essa mudança assumisse a forma de programa político para setores do PC, que, cada vez mais, igualavam a ditadura do proletariado à do partido como regra, e não como situação excepcional.²⁵

A guerra civil também produziu uma mudança drástica na composição social do proletariado fabril, fruto do êxodo urbano decorrente da fome de 1920-21, do deslocamento da vanguarda das fábricas para o *front* e para a máquina administrativa estatal e do posterior êxodo rural no fim da década. Entre 1917 e 1921-22, o proletariado fabril caiu de 3 milhões para 1,24, sendo a produção industrial de 1921 1/5 daquela de 1914. Em contraste, em 1921, o Estado empregava cerca de 6 milhões de funcionários, cinco vezes o número de operários industriais; o PC empregava cerca de 400 mil

²⁴ Não obstante, os membros de base do partido que renunciaram à oposição insurrecional foram anistiados, apenas as lideranças do partido e membros que ocupavam postos de relevância foram punidos de forma severa, e o partido não foi perseguido (tendo inclusive realizado seu VI Congresso em Moscou). Apenas após a rebelião de Kronstadt (março de 1921) que os SR de esquerda e outros partidos tiveram seus jornais fechados e militantes presos em larga escala, ainda que não tenham sido formalmente ilegalizados. Cf. SERGE, Victor. *O Ano I da Revolução*. São Paulo: Boitempo, p. 333-339, 2007 e JOHNSTONE, Monty. *Lênin e a revolução*, op. cit., p. 133-134.

²⁵ Cf. HEGEDŰS, András. “A construção do socialismo na Rússia: o papel dos sindicatos, a questão camponesa, a Nova Política Econômica”. In: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*. Vol. 7. São Paulo: Paz e Terra, 1986, p. 19.

funcionários, dos quais 600 só na equipe da Secretaria Geral.²⁶

O resultado foi a desagregação do proletariado como “classe para si”, uma vez que o grosso dos operários do pós-guerra civil não havia passado pelos anos de rica experiência política pré-revolução, nem pela experiência mais profunda que foi a revolução nos centros urbanos. Em 1929, com a recuperação econômica, apenas metade dos operários fabris haviam tido experiência industrial antes da revolução, número que caiu para 19,6% no ano seguinte (ao longo da década de 1930, a massa operária fabril triplicou, fruto de êxodo rural).²⁷ Muitos, inclusive, mantinham propriedades no campo.²⁸ Em decorrência dessa desagregação, a ditadura do proletariado se tornou uma ditadura do PC, com uma crescente verticalização e centralização da gestão política e econômica, como forma de contrabalancear a situação.

A preocupação de Lenin com tal situação, de crescente autonomização do PC e da burocracia estatal sobre as massas soviéticas, teve como primeira expressão significativa as suas posições ante a chamada “polêmica sobre os sindicatos”. Travada ao longo do período preparatório do X Congresso do partido e durante sua realização, em março de 1921, as duas posições principais da polêmica foram expressas por Trotski e pelo líder da “Oposição Sindical”, Aleksandr Chliapnikov: o primeiro defendendo que os sindicatos deveriam ser os órgãos dirigentes da gestão econômica e, portanto, integrados ao aparato estatal; o segundo defendendo que os sindicatos deveriam preservar seu caráter de instrumento de organização das exigências dos trabalhadores e “vigias” do Estado, dado o caráter burocratizado dos organismos de direção econômica.

Nesse momento, cabe ressaltar que Trotski não só não expressava grande preocupação com a crescente burocratização e autonomização do aparato administrativo, como inclusive advogava posições que, na prática, fortaleceriam tais tendências. Conforme aponta Ernest Mandel, diante do declínio da atividade das massas, Trotski (assim como muitos outros quadros do partido) em tal momento aderira a um “substitucionismo”, como ao afirmar que o Comitê Central deveria decidir as questões centrais diante da desagregação da classe trabalhadora, ou ainda ao defender a supremacia (temporária) da ditadura do partido sobre os direitos democráticos dos trabalhadores, para

²⁶ Cf. MURPHY, Kevin. *Op. cit.*, MEYER, Victor. *Determinações históricas da crise da economia soviética*. Salvador: EDUFBA, 1995, p. 48 e p. 129.

²⁷ Cf. MEYER, Victor. *Op. cit.*, p. 42-60.

²⁸ 37,4% entre os que ingressaram nas minas do Donbass entre 1926-29, 28,4% entre os metalúrgicos ingressantes em Moscou e 27,3% na Ucrânia, cf. *Ibid.*, p. 129.

melhor lidar com os riscos contrarrevolucionários e reconstruir a economia.²⁹

No debate sobre os sindicatos, Lenin assumiu uma posição intermediária entre a de Trotski e da “Oposição Operária”. Apesar de ter defendido, em 1917, a fusão dos sindicatos com o Estado soviético, na ocasião do X Congresso do PC ele defendeu que eles deveriam ser independentes, tendo por função primordial a defesa dos interesses econômicos dos trabalhadores e se constituindo em vigias desse Estado, mas, ao mesmo tempo, que deveriam ser também colaboradores na gestão da economia, atuando como órgãos auxiliares àqueles do Estado. Essa sua nova posição se baseou na caracterização do Estado soviético como um “Estado operário com deformações burocráticas”, a qual reconhecia a autonomização da burocracia estatal e a via como um desvio em relação ao projeto revolucionário.³⁰

Ao longo dos meses seguintes ao congresso, o quadro de burocratização se intensificou ainda mais, com a supressão do direito à formação de frações internas no PC e a perseguição aos partidos de oposição, via fechamento de seus jornais e prisão de militantes. Tais medidas foram adotadas em seguida à revolta dos marinheiros camponeses da base naval de Kronstadt, ocorrida durante o congresso.

Lenin apoiou e até propôs parte dessas medidas, mas isso não foi de todo contraditório com suas mencionadas análises, uma vez que, em reiteradas declarações, elas foram tidas como excepcionais e temporárias. Ele e muitos outros esperavam que o desenvolvimento econômico almejado com a adoção da NEP (Nova Política Econômica) pudesse estabilizar a situação pós-guerra civil e possibilitar, assim, o restabelecimento de ampla democracia para a oposição soviética e para o interior do PC, além de alavancar o nível cultural das massas e criar condições materiais propícias a sua livre participação na decisão dos rumos do país.³¹

Nos anos seguintes, entretanto, essas expectativas não estavam se concretizando. Apesar de a NEP ter suprimido temporariamente o papel de gestor direto e exclusivo da economia que o Estado soviético havia assumido ao longo do “comunismo de guerra”,

²⁹ Cf. MANDEL, Ernest. *Trotsky como alternativa* [1994]. São Paulo: Xamã, 1995, p. 117-118. Mandel destaca ainda que “Desde 1920-21, a estratégia da liderança bolchevique impediu mais do que promoveu a auto-organização dos trabalhadores russos. Além disso, a generalização e justificação teóricas de seu ‘substitucionismo’ tornava a situação ainda pior” (*Ibid.*) – uma vez que, por volta de 1926, os índices econômicos já haviam recuperado ao patamar pré-guerra, mas as práticas substitucionistas utilizadas no começo dos anos 1920 se tornaram ainda mais profundas e generalizadas. Isaac Deutscher discute em mais detalhes essa fase de Trotski em sua conhecida biografia, cf. DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky: o profeta armado, 1879-1921* [1954]. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, Capítulo XIV.

³⁰ Cf. *Idem*, p. 21-27 e JOHNSTONE, Monty. *Lênin e a revolução*, *op. cit.*, p. 138.

³¹ Cf. *Idem*, p. 134-35; KRAUZ, Tamás. *Op. cit.*, p. 233-235.

continuou a existir uma vasta rede administrativa ao nível dos novos trustes e cartéis de “economia mista”, a partir dos quais uma economia de mercado havia sido estabelecida dentro de limites estritamente controlados. Essa rede possuía aparelhos que se expandiam e se complexificavam cada vez mais, atendendo às demandas da multiplicidade de atividades econômicas que então surgiam. Assim, diferente das previsões de Lenin, a NEP acabou aprofundando a tendência anterior à burocratização do controle da produção.³²

1.1. Lenin e as “deformações burocráticas” do Estado soviético

Frente a esse quadro de burocratização que seguia piorando, a preocupação de Lenin só aumentou. Em uma lúcida avaliação feita em 1923, ele ressaltou a distância entre a realidade soviética e aquilo que se esperava originalmente: “os *soviets*, que de acordo com seu programa eram órgãos de governo dos trabalhadores, são na prática apenas órgãos de governo para os trabalhadores pela seção mais avançada do proletariado, mas não pelas próprias massas trabalhadoras”³³.

Ademais, se o partido havia tomado o lugar do proletariado, substituindo o papel de agente dessa classe pela sua vanguarda política, por sua vez essa estava sendo progressivamente substituída pela burocracia administrativa, como Lenin reconheceu em 1922, ao falar do poder detido por antigos oficiais czaristas reaproveitados pela nova máquina administrativa e do risco deles levarem a uma restauração do capitalismo: “Moscou: 4700 líderes comunistas e uma massa de burocratas. Quem está liderando e quem está sendo liderado? Eu duvido muito que se possa dizer que os comunistas estão liderando. Eu penso que se possa dizer que eles estão sendo liderados”³⁴.

Para Lenin, tal quadro grave remetia ao que ele encarava ser um inchaço dos órgãos administrativos, que possuíam um número muito maior de funcionários do que supostamente seria necessário, além de serem profundamente marcados pela ineficiência – que ele acreditava ser decorrente de um baixo nível cultural da população e, conseqüentemente, dos funcionários administrativos. A isso se somava ainda a autonomização desses órgãos frente à classe trabalhadora e aos camponeses, além do crescimento dos privilégios da burocracia deles, o que abria espaço para a penetração no aparelho estatal dos interesses das classes possuidoras. Conforme ele afirmou em seu discurso de abertura do XI Congresso do PC (27 de março de 1922),

³² Cf. HEGEDÜS, András. *Op. cit.*, p. 39-41.

³³ *Apud* LEWIN, Moshe. *Op. cit.*, p. 6.

³⁴ *Apud* *Idem*, p. 10.

o Estado está em nossas mãos, mas ele operou a Nova Política Econômica no sentido que desejávamos ao longo do último ano? Não. [...] A máquina se recusou a obedecer a mão que a guiava. Era como um carro que ia não na direção que o motorista desejava, mas na direção que outra pessoa desejava; como se estivéssemos sendo dirigidos por alguma mão misteriosa e sem lei, sabe lá Deus de quem, talvez de um especulador, ou de um capitalista privado, ou dos dois. Seja como for, o carro não está indo bem na direção que o homem ao volante imagina, e com frequência ele vai para uma direção completamente diferente.³⁵

Passados alguns meses, em uma sessão de outubro do Comitê Executivo Central (órgão operativo máximo do governo soviético), Lenin voltou a afirmar que o novo aparelho de Estado “muito frequentemente trabalha não para, mas contra nós”³⁶, indicando a presença dos interesses não-proletários na condução da administração estatal.

Assim, do final da guerra civil, até sua retirada definitiva da política, Lenin formulou diversas propostas que visavam a reverter as tendências burocráticas em curso, através de uma reforma do aparelho de Estado e de mudanças no próprio PC – então já consideravelmente ligado a esse aparelho e dominado pelos “homens do aparato” (*apparatchiki*). Nessas propostas, predominava a preocupação com o fato desse aparelho ter sido em grande parte herdado do czarismo e da burguesia, sendo necessária sua ampla transformação estrutural e cultural. Essa questão da transformação do aparelho de Estado adquiriu tal importância para Lenin que, em novembro de 1922, afirmou:

A tarefa mais importante do presente momento, e dos próximos anos, é a diminuição e o barateamento sistemático do aparelho soviético, por meio de cortes, de uma organização mais aperfeiçoada, da eliminação da burocracia, do burocratismo e da diminuição dos gastos improdutivos.³⁷

Outro fato que ele enxergava como central nessa reforma antiburocrática do Estado era a necessidade de uma profunda transformação cultural da sociedade, que permitisse atingir uma maior eficiência administrativa. Em um artigo de janeiro de 1923, afirmou que:

Essa mudança radical [de todo o nosso ponto de vista sobre o socialismo] consiste em que anteriormente colocávamos e deveríamos colocar o centro de gravidade na luta política, na revolução, na conquista do poder etc. Mas agora o centro de gravidade desloca-se e transfere-se para o trabalho pacífico de organização cultural”.³⁸

³⁵ LENIN, Vladimir. *Speech In Opening The Congress March 27*. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1922/mar/27.htm>. Acessado em 05/07/2018.

³⁶ LENIN, Vladimir. *Últimos escritos e Diário das secretárias*. São Paulo: José Luis e Rosa Sundermann, 2012, p. 58.

³⁷ *Idem*, p. 63.

³⁸ *Idem*, p. 99-100.

Para o PC, suas propostas focavam: em uma maior rigidez no ingresso de novos membros, com uma considerável extensão do período de experiência e prioridade para camponeses e operários fabris, para evitar a entrada de “carreiristas” interessados em vantagens e privilégios; em punição exemplar aos comunistas que cometessem delitos, para coibir atos de predileção e proteção pelas autoridades; além de uma reforma no Comitê Central, visando a reverter o predomínio de militantes que fossem funcionários do Estado e, portanto, materialmente ligados à burocracia administrativa³⁹.

Analogamente, suas propostas em relação ao aparelho de Estado focavam no combate aos privilégios dos funcionários e na renovação de pessoal, através do ingresso nele de operários e camponeses que não tivessem exercido funções administrativas nos anos anteriores, para evitar os “vícios” da burocracia. A isso também se somavam a defesa contundente de uma significativa redução do aparelho administrativo e a defesa de contenção de medidas de exceção adotadas durante a guerra civil, em especial a limitação das funções da *Tcheka*, a polícia política soviética.⁴⁰

No que diz respeito ao esforço de melhorar a eficiência administrativa e coibir os desvios burocráticos, Lenin apostou consideravelmente na atuação “corretiva” da Inspeção Operária e Camponesa (*Rabkrin*), órgão criado para supervisionar o funcionamento do Estado e que possuía uma estrutura de eleições de delegados e amovibilidade de cargos. Os agentes da *Rabkrin* tinham autoridade para inspecionar a qualquer momento as atividades dos Comissariados do Povo (equivalentes a pastas ministeriais), incluindo reuniões fechadas do Conselho de Comissários (o governo central), a fim de poder eliminar a má gestão e a corrupção herdadas da máquina czarista.⁴¹

Alguns anos depois, frente ao decepcionante desempenho da *Rabkrin*, Lenin propôs em seu “testamento político” (uma carta ao XII Congresso nunca publicada oficialmente, e só revelada após sua morte, no XIII Congresso) a fusão dela com a Comissão Central de Controle (CCC). A CCC desempenhava função semelhante no interior do partido e contava com grande prestígio entre a militância partidária, de forma que Lenin pretendia que os melhores quadros do PC desempenhassem um papel de vigia

³⁹ Cf. *Idem*, p. 29-32, 43-44 e 48, respectivamente. Vale destacar que, em 1920, 53% dos membros do PC atuavam em instituições estatais e 27% estava no Exército Vermelho, cf. PRADO, Carlos. A burocratização, Stálin e a luta da Oposição contra a degeneração do Partido Bolchevique (1922-24). *Verinotio* - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, v. 23, n. 2, ano XII, nov. 2017, p. 153.

⁴⁰ Cf. LENIN, Vladimir. *Últimos escritos*, op. cit., p. 58-59, 62, 76 e 28.

⁴¹ Cf. HEGEDÜS, András. *Op. cit.*, p. 42 e DEUTSCHER, Isaac. *Stalin: uma biografia política* [1966]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 255.

também sobre a burocracia administrativa.⁴² A CCC foi criada pelo mencionado X Congresso, com o propósito de operar expurgos para manter o partido livre dos elementos “carreiristas” e de militantes corrompidos pelo poder. A proposta veio da Oposição Sindical, que almejava um paliativo para a ausência de mecanismos de poder direto do proletariado capazes de depurar o governo de tais elementos.⁴³

Mas todos esses esforços de reforma desde o topo fracassaram em grande parte. Até mesmo a *Rabkrin*, cuja ação deveria ter sido o símbolo maior das mudanças a serem implementados no aparelho de Estado, ao ter sido posta sob o comando de Stalin acabou se tornando tão somente mais um organismo dominado por uma camarilha de administradores com interesses próprios e distintos daqueles das massas soviéticas.⁴⁴

Apesar desses fracassos de Lenin em reverter o processo da burocratização soviética, essa sua “última luta” fornece um poderoso argumento contra aqueles que alegam existir uma continuidade fundamental entre suas posições políticas e o regime stalinista que se seguiu à sua morte, que foi a consolidação e aprofundamento desse processo em uma situação de profunda crise econômica e social.⁴⁵

1.2. Lenin contra o ascendente Stalin, com a ajuda de Trotsky

A inexistência dessa suposta continuidade é também perceptível pela crescente tensão política e pessoal entre Lenin e Stalin no final da vida daquele, que foi a antessala da luta intrapartidária que teve lugar a partir de 1923, com Trotsky à sua frente. Há três ocasiões específicas nas quais essa tensão assumiu um caráter de conflito aberto, levando Lenin a recomendar afastar Stalin de seu cargo de Secretário-Geral e até mesmo a ameaçar romper as relações pessoais com ele. Esses conflitos ocorreram em um momento muito delicado, pois Lenin estava sob ordens de seus médicos para que não se envolvesse em nenhum tipo de atividade política, por conta de dois derrames que sofrera em 1922.

Tais ordens haviam sido acatadas e reforçadas pela direção do PC, mas Lenin as infringiu por mais de uma vez, já que discordava da forma como o órgão dirigente do

⁴² Cf. LENIN, Vladimir. *Op. cit.*, p. 105-10.

⁴³ Cf. DEUTSCHER, Isaac. *Stalin. Op. cit.*, p. 257-58.

⁴⁴ Cf. HEGEDÜS, András. *Op. cit.*, p. 43.

⁴⁵ Para o debate acerca da chamada “tese da continuidade” entre Lenin e Stalin e bolchevismo e stalinismo, ver DEMIER, Felipe e MONTEIRO, Marcio Lauria. “Quem são, hoje, os adversários de 1917?”. In DEMIER, Felipe e MONTEIRO, Marcio Lauria (orgs.). *100 Anos Depois: a Revolução Russa de 1917*. Rio de Janeiro: MaudX, p. 9-14, 2017 e MONTEIRO, Marcio Lauria e MELO, Demian de. Os ciclos de revisionismo histórico nos estudos sobre a Revolução Russa. *Direito & Práxis*, v. 8, n. 3 (2017). Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/29985>. Acessado em 21/09/2018.

partido e seu Secretário-Geral vinham tratando certas questões que considerava essenciais. Para tal, ele contou fundamentalmente com a cumplicidade e colaboração política de Trotski – “o homem mais capaz do atual CC”, conforme afirmou em seu “testamento político”⁴⁶ – bem como com a cumplicidade de sua equipe de secretárias/enfermeiras.⁴⁷

Essa renovada aliança entre Lenin e Trotski foi tão somente o primeiro ato de uma luta que, conforme destaca Aleksandr Podtchekoldin, expressava duas tendências fundamentais de desenvolvimento do partido e do Estado – uma burocrática e outra democrática – e que refletia um conflito no seio do próprio partido frente a uma conjuntura de grave crise econômica e convulsão social, decorrente dos limites atingidos pela NEP.⁴⁸

Foi nesse contexto, de progressivo afastamento físico e político de Lenin da direção do PC e de crescente preocupação entre os demais dirigentes acerca de quem assumiria a liderança dentro do Comitê Central (CC) após sua morte, que se formou a chamada *troika* – um bloco entre Lev Kamenev, Grigori Zinoviev (então líderes de grande prestígio junto às massas e às bases do partido) e Stalin (então responsável direto pelo vasto aparato partidário). A função principal desse bloco foi assegurar uma maioria no *Politburo* do CC (o órgão executivo da direção partidária) e, principalmente, impedir que Trotski ascendesse à sua liderança – uma possibilidade real, dada sua popularidade e sua crescente proximidade com Lenin ao longo das divergências dele com parte desse órgão.

Por mais que a *troika* tenha sido fundamental em assegurar a Stalin o comando da máquina partidária e estatal, é necessário levar em conta o papel central que ele passou a desempenhar em tal máquina ao longo da guerra civil e do começo dos anos 1920. Nessa época, Stalin já se encontrava em uma situação de grande acúmulo de poderes, uma vez que era a um só tempo o Comissário do Povo para as Nacionalidades, o responsável pela *Rabkrin* e membro do *Politburo* do PC.

O primeiro cargo era um dos principais da nascente República Socialista Federativa Soviética (nome original da URSS), uma vez que recaia sob a sua responsabilidade a vasta extensão oriental do que restara do antigo território imperial, na qual se encontravam 65 dos seus 140 milhões de habitantes. A única região fora da sua

⁴⁶ LENIN, Vladimir. *Op. cit.*, p. 74.

⁴⁷ Cf. LEWIN, Moshe. *Op. cit.*, p. 69-70.

⁴⁸ Cf. PODTCHEKOLDIN, Aleksandr. “O Novo Curso: prólogo da tragédia”. In COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Trotsky Hoje*. São Paulo: Ensaio, 1994, p. 68-69.

responsabilidade, além da própria Rússia, era a Ucrânia, governada de forma independente. Dessa forma, Stalin era o elo direto entre o poder central e as lideranças locais, tendo construído uma vasta rede não só de valiosos contatos, mas de fiéis apoiadores.

O segundo cargo, devido às responsabilidades da *Rabkrin* – de vigília do aparato governamental e de treinar uma nova camada de administradores para suplantando aquela herdada do czarismo, constituindo um organismo altamente independente – colocou Stalin em contato direto com a vasta administração estatal soviética. Por sua vez, sua função na divisão de trabalho que havia no *Politburo* (então composto por ele, Lenin, Trotski, Kamenev e Nikolai Bukharin) era a de responsável pelo aparato partidário e sua gestão cotidiana, sendo o ponto de ligação entre esse organismo operativo político do CC e seu outro braço, de caráter organizativo – *Orgburo*, cuja função principal era garantir o cumprimento pelos quadros partidários das decisões dos outros dois.⁴⁹

Não bastasse tamanho acúmulo de funções, no XI Congresso do partido (abril de 1922), Stalin ainda foi nomeado Secretário-Geral do novo CC, que fora ampliado não só em tamanho, mas também em funções. Originalmente, a secretaria-geral seria um organismo auxiliar do *Politburo*, mas suas funções a tornaram na prática mais relevante que ele, uma vez que as decisões deste dependiam de sua ligação com os quadros partidários para serem implementadas. E a secretaria-geral também constituía o elo entre os vários outros organismos da cúpula partidária, incluindo a mencionada CCC, de forma que podia interferir diretamente na execução de expurgos.⁵⁰

É significativo que, por mais que tenha apoiado a nomeação de Stalin para o cargo (sua eleição foi unânime), Lenin tenha comentado à época que “Esse cozinheiro só sabe preparar pratos picantes”⁵¹. Assim, cerca de nove meses depois, em seu “testamento político”, ele propôs sua destituição do cargo, por considerar que havia acumulado muito poder, já que houve um salto no acúmulo de poderes de Stalin após a formação da secretaria-geral, graças a uma série de medidas adotadas rapidamente após o derrame que Lenin sofrera em maio daquele ano (o primeiro de três) e que o afastara formalmente das atividades políticas por alguns meses.

Stalin estabeleceu uma rígida hierarquia partidária, que emanava da secretaria-geral e do *Orgburo* – ambos compostos por seus aliados próximos. Para fazê-la valer,

⁴⁹ Cf. DEUTSCHER, Isaac. *Stalin... Op. cit.*, p. 253-56.

⁵⁰ Cf. *Idem*, p. 257-58.

⁵¹ Cf. *Idem*, p. 257.

esses dois órgãos realizaram intervenções em um grande número de órgãos regionais do partido (principalmente na forma de “indicações” para seus secretariados ou de processos de seleção prévia controlados desde acima); estabeleceram uma rotina de envio regular de informes e orientações; e estabeleceram para os militantes dos escalões superiores uma série de benesses que constituíam um verdadeiro “sistema de privilégios e subornos a funcionários”.⁵²

Ademais, no lugar de eleições, generalizou-se um sistema de nomeações desde acima para cargos administrativos, em especial o de secretário das células de base e demais órgãos, e passou a predominar nos órgãos de cúpula uma “cultura do segredo”, que restringia sobremaneira a circulação de informações para as bases.⁵³ Tal sistema de nomeações chegou ao ponto até de definir delegados para os congressos, tendo o Secretariado nomeado 83% dos delegados do XII Congresso, dos quais 55% eram “quadros permanentes”.⁵⁴

A partir dessas medidas de intervenção direta e de “incentivos” materiais diversos, Stalin e seus aliados foram capazes de produzir uma rede altamente hierarquizada de fiéis funcionários, tendo inchado consideravelmente o aparato partidário e criado sérias desigualdades de poderes e de “benefícios” entre os cargos. Ele se constituiu, assim, como o verdadeiro “homem do aparato”, donde sua posição enquanto representante-mor dos interesses cada vez mais particulares da burocracia administrativa – fenômeno que Trotski analisou em profundidade alguns anos depois.

O primeiro dos três casos significativos de divergência explícita entre Lenin, o CC e Stalin no período pós-guerra civil foi o debate da proposta de abandonar ou não o monopólio do comércio exterior. Nessa disputa, que perdurou de fins de 1921 até meados de 1922, ele se aliou a Trotski contra os favoráveis ao abandono desse dispositivo, que considerava fundamental para a manutenção do poder proletário recém-conquistado – ainda mais no contexto de abertura parcial ao capital proporcionada pela NEP.⁵⁵ Para Lenin, a proposta de abandono – defendida por Stalin e por Bukharin, dentre outros – significaria “deixar a indústria russa totalmente indefesa e realizar a passagem, dissimulada por um leve véu, ao sistema de livre comércio”⁵⁶.

⁵² Cf. PODTCHEKOLDIN, Aleksandr. “1922: o nascimento da partidocracia”. In COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Op. cit.*, p. 121-24.

⁵³ Cf. PRADO, Carlos. *Op. cit.*, p. 157.

⁵⁴ Cf. *Ibid.*, p. 163.

⁵⁵ Cf. LEWIN, Moshe. *Op. cit.*, p. 35-39.

⁵⁶ LENIN, Vladimir. *Op. cit.*, p. 66.

A posição comum dos dois principais líderes do outubro soviético se viu minoritária no CC, mas graças à sua colaboração estreita e a uma agressiva disputa em torno da questão (ameaçando levá-la ao congresso do partido se necessário), a maioria desse órgão acabou por recuar e o XII Congresso (1923) ratificou as posições de Lenin e Trotski quanto ao assunto⁵⁷. Apesar de o conflito ter chegado a termo sem maiores conturbações, ficou clara a cooperação entre os dois e o risco que isso trazia para as ambições dos que se viram em desacordo com Lenin.

O segundo caso, muito mais significativo, exemplifica de forma mais profunda o isolamento político paulatino que Lenin sofrera em seus últimos anos em relação à composição do CC pós-guerra civil, bem como seu crescente conflito com Stalin e sua progressiva aproximação e aliança com Trotski. Trata-se da polêmica em torno da integração da Geórgia ao que viria a ser a URSS. O conflito acerca do monopólio do comércio exterior ocorreu em meio a essa polêmica mais ampla, que teve papel central em opor definitivamente Lenin a Stalin.⁵⁸

Havia uma forte oposição do CC do PC georgiano ao projeto de integração das repúblicas a um governo unificado (que interinamente seria o então governo russo), devido às experiências anteriores com a dominação czarista e seu chauvinismo grão-russo, bem como à invasão do Exército Vermelho durante a guerra civil, que ocorreu sem consulta ao PC local. Assim, esse se negou sistematicamente a abrir mão de uma posição de maior independência frente à Rússia, o que gerou uma enorme tensão entre seus dirigentes – liderados por Budu Mdivani e Filipp Makharadze – e os responsáveis pela elaboração do projeto – Stalin e Sergo Ordzhonikidze. Esses últimos acusaram os georgianos de serem “social-nacionalistas” e conduziram uma agressiva disputa contra suas posições.⁵⁹

A tensão chegou a tal ponto que, para fazer valer a posição pró-integração, Ordzhonikidze usou sanções disciplinares contra seus oponentes, deportou os enviados georgianos em Moscou e ainda agrediu fisicamente um deles – algo até então sem precedentes entre os bolcheviques.⁶⁰ Inicialmente Lenin também encarou a posição dos dirigentes georgianos como um desvio nacionalista, mas, após receber uma carta do grupo de Mdivani detalhando todos esses abusos burocráticos que vinham sofrendo, ele

⁵⁷ Cf. LEWIN, Moshe. *Op. cit.*, p. 39.

⁵⁸ Cf. *Idem*, p. 71-72.

⁵⁹ Cf. *Idem*, p. 44-46 e DEUTSCHER, Isaac. *Stálin...* *Op. cit.*, p. 261.

⁶⁰ Cf. LEWIN, Moshe. *Op. cit.*, p. 56-57.

reconsiderou seu apoio político inicial à posição de Stalin-Ordzhonikidze e determinou que uma comissão investigasse o caso, tendo a sua frente o próprio Stalin e também Felix Dzerzhinski (“o incorruptível”, respeitado dirigente da *Tcheka*).

Apesar da confiança que Lenin ainda depositava em Stalin, vista na sua sugestão de que ele co-liderasse a investigação, no decorrer dela o primeiro começou a se afastar cada vez mais do segundo e a ter crescentes conflitos políticos com ele. Lenin considerou todo o caso gravíssimo, principalmente por conta do histórico de séculos de opressão grã-russa às minorias nacionais do Império Russo, e ficou extremamente indignado com a condução da investigação e os resultados apresentados pela comissão, que atuou no sentido de condenar os dirigentes georgianos como forma de enfraquecer sua posição política. Ele passou, então, a defender criticamente os georgianos, compreendendo seus temores quanto a uma renovada situação de opressão nacional.⁶¹

Ele resumiu sua opinião final sobre da questão em seu “testamento político”, afirmando que “a responsabilidade política de toda esta campanha de verdadeiro nacionalismo russo deve fazer-se recair, é claro, sobre Stalin e Dzerzhinski”.⁶² Indo contra as ordens expressas de seus médicos e do partido, ele ainda conduziu uma investigação própria, de forma “clandestina”, produzindo um dossiê que enviou a Trotski.⁶³

Cinco dias antes de seu terceiro derrame, a partir do qual foi forçado à total inatividade, Lenin enviou a Trotski uma carta expressando sua desconfiança ante Stalin e Dzerzhinski e solicitou a ele que lutasse pela posição dos dirigentes georgianos no interior do CC.⁶⁴ Ademais, Lenin estava preparando um ataque direto contra Stalin para a próxima Conferência e Congresso do PC (a serem realizadas no começo de 1923), determinado a destruí-lo politicamente.⁶⁵

A “questão georgiana” consolidou a crescente desconfiança de Lenin frente a Stalin, a qual ele expressou de forma clara no seu mencionado “testamento”, recomendando afastá-lo de seu cargo de Secretário-Geral e substituí-lo por alguém que fosse “mais tolerante, mais leal, mais correto e mais atento com os camaradas, menos caprichoso, etc.”⁶⁶. Ao mesmo tempo, o aproximou ainda mais de Trotski, algo que Stalin

⁶¹ Cf. *Idem*, p. 58 e 62-63.

⁶² LENIN, Vladimir. *Op. cit.*, p. 87.

⁶³ Cf. LEWIN, Moshe. *Op. cit.*, p. 67-68.

⁶⁴ Cf. LENIN, Vladimir. *Op. cit.*, p. 126.

⁶⁵ Cf. DEUTSCHER, Isaac. *Stalin...Op. cit.*, p. 274-76.

⁶⁶ Cf. LENIN, Vladimir. *Op. cit.*, p. 87.

percebeu e ao que respondeu aumentando o cerco a Lenin, utilizando sua convalescência como desculpa para privá-lo de informações e impedi-lo de redigir documentos, cartas e de tomar parte nas disputas do CC.⁶⁷

O terceiro caso foi uma contenda pessoal entre Lenin e Stalin, gerada por conta deste último ter ofendido a esposa de Lenin e militante do partido, Nadezhda Krupskaya. Em meio a toda a tensão entre ambos, Stalin teria telefonado para Krupskaya e a repreendido duramente, inclusive com xingamentos, por ter redigido uma carta a pedido de Lenin, em um momento em que os médicos haviam determinado rigoroso repouso após seu segundo derrame (dezembro de 1922).

Significativamente, esse repouso forçado foi em razão de um ataque ocorrido no dia seguinte a Lenin ter ouvido de Dzerzhinski os resultados parciais de suas investigações. Igualmente significativa, a carta ditada à Krupskaya era destinada a Trotski, agradecendo-o pela cooperação na disputa em torno do monopólio do comércio exterior e comemorando a vitória no CC. Quando soube do imbróglio alguns meses depois, Lenin exigiu uma imediata retratação por parte de Stalin, ameaçando “romper relações”.⁶⁸

Todavia, o terceiro derrame que Lenin sofreu (março de 1923) o deixou extremamente debilitado e o levou à morte, em 21 de janeiro de 1924. Depois desse derrame, ele se afastou definitivamente de toda e qualquer participação na vida política do partido e do país, de forma que não resolveu sua querela pessoal com Stalin e muito menos pôde levar até o fim a luta a favor dos dirigentes georgianos. O último texto de Lenin foi justamente uma carta a tais dirigentes (com cópias a Trotski e Kamenev), escrita quatro dias antes desse derrame, na qual lhes assegurava que acompanhava a situação com “todo coração” e que estava “indignado com a brutalidade de Ordzhonikidze e com a convivência de Stalin e Dzerzhinsky”⁶⁹.

Esses conflitos de Lenin com o CC pós-guerra civil e, em particular contra Stalin, demonstram que o PC russo não era, até meados da década de 1920, uma máquina burocrática completamente engessada e altamente verticalizada. Ao invés, elas demonstram que havia disputas sérias, tanto em seus órgãos dirigentes, quanto em seus congressos e outras instâncias mais amplas – de forma que mesmo um líder incontestado como Lenin às vezes precisava travar duras batalhas para fazer valer suas posições.

Também demonstram que os desvios políticos e pessoais de Stalin e de sua

⁶⁷ Cf. LEWIN, Moshe. *Op. cit.*, p. 71-72.

⁶⁸ Cf. *Idem*, p. 71 e LENIN, Vladimir. *Op. cit.*, p. 125.

⁶⁹ *Idem*, p. 127.

nascente rede de aliados na cúpula dirigente e na burocracia partidária não foram uma invenção de seus opositores trotskistas, mas algo já detectado por Lenin. Em seus últimos anos de vida, ele travou uma dura e até “clandestina” batalha não só contra tal figura, mas contra o próprio processo de burocratização que o alçou cada vez mais ao poder e que transformou qualitativamente o PC e o Estado – batalha essa na qual convocou Trotski diversas vezes para tomar seu lado, o qual buscou continuá-la após certa vacilação inicial.

2. Fase inicial - Continuando a última luta de Lenin, da Oposição de 1923 à Oposição Unificada

Segundo a análise de Thomas Twiss, a partir da sua experiência à frente do Exército Vermelho durante a guerra civil, Trotski inicialmente encarou a questão burocrática de forma um pouco diferente de Lenin, em termos exclusivos de uma ineficiência da máquina administrativa, decorrente do atraso econômico e cultural – portanto, passível de resolução via reestruturação da máquina e avanço das forças produtivas. Já Lenin, como visto, tal qual alguns outros quadros bolcheviques, via essa questão também em termos de centralização excessiva de poder e de influência de classes não-proletárias no aparato estatal – demandando, assim, outras medidas além das defendidas por Trotski, como o aumento do peso do proletariado no aparato administrativo e a revisão dos “excessos” de poder.

Assim, apesar de ter cooperado com Lenin em seus esforços antiburocráticos, no começo dos anos 1920 Trotski inicialmente encarava que a solução para o problema burocrático residia principalmente no desenvolvimento econômico, na transformação cultural das massas e, sobretudo, através de um planejamento da economia, não dando a mesma importância que aquele para medidas de reforma do aparato estatal.⁷⁰

Ademais, conforme aponta Robert McNeal, a questão burocrática não figurava entre suas preocupações centrais daquele momento.⁷¹ Forte indício disso é que ele inicialmente hesitou em dar continuidade à luta de Lenin contra Stalin, quando aquele saiu de cena por conta de seu estado de saúde. Vendo Stalin como uma peça importante do problema burocrático e tendo preparado o terreno para um enfrentamento direto com ele no XII Congresso do partido (em torno do caso georgiano), Lenin recomendou a

⁷⁰ Cf. TWISS, Thomas Marshall. *Trotsky and the Problem of Soviet Bureaucracy*, op. cit., p. 626.

⁷¹ Cf. MCNEAL, Robert H. “Trotskyist interpretations of Stalinism” [1975]. In TUCKER, Robert C. (Ed.). *Stalinism*. Essays in historical interpretation. New Branswick, London: Transaction Publishers, 1999, p. 30-31.

Trotsky que não buscasse uma conciliação e conduzisse a batalha. Todavia, destaca Deutscher, Trotsky optou pela via inversa na ausência de seu então aliado.⁷²

Pode ser que ele estivesse apenas esperando que Lenin se recuperasse e liderasse o ataque em outra ocasião, ou também que menosprezasse a relevância de Stalin como parte do problema burocrático.⁷³ O fato é que, sabendo dos planos de Lenin, Kamenev procurou Trotsky em 6 de março de 1923, para propor uma conciliação em nome da *troika*. O resultado do acordo foi que a resolução do Comitê Central sobre a questão georgiana poupou Stalin e, em troca, Trotsky ficou responsável pela resolução sobre a situação econômica a ser apresentada ao XII Congresso, na qual ele propôs um embrião de planejamento do setor estatal (transformando a *Gosplan* – “Comitê Estatal de Planejamento” – em um “Estado maior da economia”) como forma de alavancar a industrialização.⁷⁴

Dessa forma, Trotsky não tomou o lado dos líderes georgianos no Congresso, que foram duramente atacados por Stalin e Ordzhonikidze. A única voz dissonante nesse debate foi a de Christian Rakovski, então dirigente da república ucraniana, que defendeu os georgianos contra o que via como uma centralização burocrática da federação russa sobre as demais repúblicas soviéticas. Mais tarde, ele se tornou um importante dirigente da Oposição de Esquerda.⁷⁵

Não obstante essa retirada de Trotsky da luta antiburocrática, em meados de 1923, em um contexto de crescente desemprego e insatisfação proletária com as condições salariais, uma série de eventos fizeram com que ele a retomasse, e passasse a encarar a questão burocrática de forma similar à Lenin, mas também a partir de elaborações próprias. Foi nessa conjuntura que ocorreram as primeiras batalhas de uma longa disputa entre um setor dos velhos quadros bolcheviques e o grupo dirigente ao redor de Stalin em torno dos rumos do regime soviético.

⁷² Cf. DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky: o profeta desarmado, 1921-1929* [1959]. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 119-39.

⁷³ Mandel resume as principais hipóteses sobre esse acordo presentes na bibliografia especializada sobre Trotsky – basicamente, as aqui pontuadas, cf. MANDEL, Ernest. *Trotsky como alternativa*, op. cit., p. 59-61.

⁷⁴ Cf. CARR, E. H. *A revolução russa de Lenin a Stalin (1917-1929)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 65 (agradeço a Carlos Prado pela indicação desse dado e referência).

⁷⁵ Cf. DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky: o profeta desarmado*, op. cit., p. 119-39. Para mais detalhes sobre Rakovski, ver a introdução biográfica à tradução para o português do seu documento “Os perigos profissionais do poder”, cf. MONTEIRO, Marcio Lauria. Introdução a Os perigos profissionais do poder. *Marx e o Marxismo* – Revista do NIEP-Marx, v. 5 n. 8, jan.-jun. 2017, p. 164-174.

Batalha essa ao longo da qual Trotski desenvolveu as análises e posições da “fase inicial” de seu pensamento, que vai de 1923 a 1928, e se subdivide em dois momentos, o da “Oposição de 1923” e o da “Oposição Unificada”, de 1926-28. Apesar dessa divisão, suas análises e posições não passam por uma transformação significativa no que tange ao que ele enxergava como a burocratização soviética, as principais fontes de risco contrarrevolucionário e como resolver a situação. A diferença principal é que, ao longo da segunda metade dos anos 1920, a burocratização e os riscos contrarrevolucionários se agravaram, levando Trotski a sistematizar melhor suas análises, a partir da chave conceitual de “risco termidoriano” – significando risco de contrarrevolução capitalista. Nesse período ele também lidou com as crescentes consequências negativas da burocratização soviética sobre o programa da Internacional Comunista.

2.1. A luta da Oposição de 1923 pela democratização do partido, planejamento econômico e industrialização

Em 1923 a situação econômica da URSS vinha se deteriorando, através do que Trotski nomeou de “crise das tesouras”, um descompasso crescente entre os preços descendentes dos produtos agrícolas e os preços ascendentes dos produtos industriais. Isso era fruto da baixa produtividade da indústria, que não era capaz de atender a demanda do campo, levando os produtores agrícolas a estocarem sua crescente produção, recuperada através dos incentivos que a economia de mercado da NEP representava. Como forma de lidar com a situação, o regime reteve o crédito das empresas estatais no primeiro semestre de 1923, buscando beneficiar o campesinato com os recursos daí advindos.

A classe trabalhadora respondeu aos resultantes atrasos dos pagamentos com uma onda grevista em agosto e setembro, especialmente forte em regiões ucranianas, mas que também se fez presente em Petrogrado e Moscou. Dois grupos clandestinos do PC foram descobertos participando dessas mobilizações, o “Grupo dos Trabalhadores” e o “Verdade dos Trabalhadores”. O CC reagiu de forma repressiva, expulsando cerca de 200 membros que se envolveram com as atividades grevistas e encomendando um relatório a Dzerzhinski (então chefe da GPU) cujo conteúdo demandava, em tom de obrigação, que os membros do partido denunciassem seus companheiros que porventura se envolvessem

em atividades sediciosas. Ademais, ao invés de atender às demandas grevistas, o CC realizou mais uma redução do crédito industrial.⁷⁶

Foi nessa conjuntura que surgiu aquilo que ficou conhecido como “Oposição de 1923”, ou “Oposição de Esquerda”, representada por Trotski e por 46 “velhos bolcheviques”. Trotski foi quem iniciou a disputa, em 8 de outubro de 1923, com uma carta endereçada ao CC, na qual fazia propostas de mudanças em relação à economia e ao regime interno do partido, defendendo a adoção de um planejamento central, conforme já decidido pelo XII Congresso, e uma democratização – ainda que limitada – do regime interno do partido. Uma semana depois, essa carta foi seguida por outra, assinada por 46 “velhos bolcheviques” de destaque, parte dos quais membros das antigas tendências “Oposição Operária” e “Centralismo Democrático”, ativas entre 1918-21, cujo conteúdo era bastante similar ao daquela de Trotski, apesar de não haver indícios de uma articulação entre as duas partes. A disputa se prolongou até o XIII Congresso do PC (maio de 1924), que encerrou oficialmente as discussões.

Cabe destacar que a Oposição de Esquerda não chegou a existir, em 1923-24, enquanto um agrupamento organizado. Ela tinha, conforme aponta Alexander Reznik, uma composição heterogênea e uma organização informal. Alguns de seus “membros”, inclusive, eram avessos a se identificarem como uma oposição. Reznik também chama atenção para a existência de diferenças entre seus porta-vozes na liderança partidária (unidos pelo desejo de reformar o regime do PC e reorientar a política econômica) e os membros de base (em especial operários de Moscou, estudantes e funcionários partidários das províncias) que, de alguma forma, se identificaram com a mobilização dos primeiros. Estes últimos não tinham muita informação para embasar sua “adesão” à Oposição, já que a disputa vinha sendo travada ao nível do CC e pouco ou quase nada sobre as posições oposicionistas aparecia na imprensa partidária, mas também estavam, de uma forma ou de outra, insatisfeitos com o rumo das coisas.⁷⁷

Já a *troika*, conforme Kamenev e Zinoviev posteriormente revelariam a Trotski quando se aproximaram dele para formarem a “Oposição Unificada”, em 1926, constituiu logo nos primeiros momentos da disputa uma fração secreta, composta de sete membros – o “grupo dos sete”, ou *semiorka*, que incluía, além da própria *troika*, Nikholai Bukharin,

⁷⁶ Cf. TROTSKY, Leon. First Letter to the Central Committee (October 8, 1923). In *The Challenge of the Left Opposition*. Vol. 1, 1923-25. Edited By Naomi Allen. New York: Pathfinder, 1975, p. 50 (“Note”).

⁷⁷ Cf. REZNIK, Alexander. Revising the “Trotskyist” Opposition of the Bolshevik Party in 1923-1924. *Canadian-American Slavic Studies*, n. 53, p. 111-116, 2019.

Mikhail Tomski, Alexei Rikov e Valerian Kuybichev – e que não apenas discutia previamente aos encontros do *Politburo* as questões centrais que seriam por ele pautadas, como ainda “tinha seu código secreto, estafetas e um pequeno aparelho na Praça Staraia [Praça Vermelha] n. 4, e dispunha do apoio da GPU”⁷⁸. Havia, de fato, uma “ditadura fracional”.

A *troika* reagiu às propostas de Trotski e dos 46 de forma dura. A Comissão Central de Controle respondeu à “declaração dos 46” no mesmo dia, acusando seus signatários de fracionalismo. Também nesse dia, o *Politburo* respondeu à carta que Trotski enviara na semana anterior, lançando contra ele acusação similar, de instigar uma luta contra o CC, e de arriscar gerar uma crise no partido. Indo mais além, a resposta rebateu sua proposta de “plano geral” para a economia estatal lhe acusando de desejar se tornar um “ditador” dos assuntos militares e econômicos, e reviveu velhas polêmicas realizadas por Lenin, sem nenhuma relação direta com os assuntos levantados por Trotski – uma antecipação da campanha de difamação que se tornaria marca dos métodos de Stalin nas disputas contra ele.⁷⁹

Ainda mantendo a questão ao nível do CC, no dia 24 de outubro, Trotski enviou nova carta ao órgão, curta e focada em rebater as acusações de que suas propostas para a economia estariam em divergência com as posições de Lenin, demonstrando que tratava-se justamente do contrário – ainda que a concordância de Lenin com a ideia de um plano econômico em paralelo à NEP tenha se dado já nos seus últimos momentos de vida. Ele lembrou também que essas acusações, agora realizadas abertamente na resposta do *Politburo*, já haviam sido levantadas de forma velada no XII Congresso.⁸⁰

Emitidas as condenações por “fracionalismo”, o movimento seguinte da *troika* foi tentar liquidar Trotski e os 46 perante as bases, circulando tais condenações nas células partidárias. Todavia, o resultado foi o inverso do desejado, pois suscitou o interesse das bases em conhecer o conteúdo das suas críticas sobre burocratização. Frente à pressão crescente, o CC acabou optando por abrir espaço para debate do tema no *Pravda*, em 7 de novembro. As cartas recebidas para publicação mostravam sintonia com as críticas de Trotski e dos 46 ao regime partidário então vigente. Alguns dos 46 aproveitaram a oportunidade para realizar agitação nas bases, tendo Georgi Piatakov e Vladimir

⁷⁸ KUN, Miklós. *Op. cit.*, p. 97-98.

⁷⁹ Cf. PRADO, Carlos. *Op. cit.*, p. 163-166 e TROTSKY, Leon. Second Letter to the Central Committee (October 24, 1923). In *The Challenge of the Left Opposition*, *op. cit.*, p. 58 (“Note”).

⁸⁰ Cf. TROTSKY, Leon. Second Letter to the Central Committee, *op. cit.*, p. 58-63.

Antonov-Ovseenko se tornou populares porta-vozes da posição antiburocrática, discursando em células de fábricas, universidades e da juventude do partido. Trotski ficou de fora dessas atividades, pois havia se retirado para o interior para se tratar de malária.⁸¹

Através do *Politburo*, a *troika* respondeu de duas formas a essa agitação oposicionista. A primeira foi fechar o debate e afastar parte dos quadros envolvidos dos cargos que ocupavam, como Antonov-Ovseenko, então à frente do Diretório Político do Exército Vermelho. A segunda foi buscar um compromisso com Trotski, através de uma resolução conjunta que soou como uma concessão às posições antiburocráticas da Oposição, mas que não passou de letra morta. Tal resolução, aprovada pelo CC em 5 de dezembro, recebeu o nome de “Novo Curso”, e expressava as propostas da carta de 8 de outubro e da declaração dos 46.

Logo ficou claro que a resolução não seria aplicada se dependesse do CC e do *Politburo* e, principalmente, do vasto corpo de funcionários diretamente ligados à cúpula partidária e já acostumados a enorme autonomia e autoridade perante e sobre as bases. Assim, Trotski aproveitou a autoridade formal concedida pela resolução para levar o debate para fora dessa cúpula, certamente mirando a XIII Conferência do PC, prevista para janeiro de 1924, e o XIII Congresso. No dia 23 de outubro, foi publicado no *Pravda* um texto seu em três partes, no qual aprofundava as posições defendidas na resolução e rebatia críticas feitas a elas nos círculos dirigentes. Essas três partes foram republicadas na forma de livro em janeiro de 1924, pouco antes da XIII Conferência, acompanhadas de outros materiais, também sob o título *Novo Curso*. Tal material condensava a base programática da Oposição de 1923, a qual se dedicou, nos meses seguintes, a conseguir sua implementação.⁸²

O *round* seguinte da luta oposicionista foi a XIII Conferência do partido, iniciada alguns dias depois da publicação em livro de *O Novo Curso* (16 a 18 de janeiro de 1924). Apesar da intervenção pública de Trotski ter despertado as bases partidárias, gerando grande entusiasmo, o peso do aparato burocrático foi mais forte. Ademais, mesmo os oposicionistas tendo conseguido maioria em grande parte das plenárias de base, especialmente nos centros operários, seus delegados e resoluções não saíram dessas instâncias.

⁸¹ Cf. DEUTSCHER, Isaac. *Trotski: o profeta desarmado*, op. cit., p. 150-151; PRADO, Carlos. *Op cit.*, p. 166-167; TROTSKY, Leon. The New Course Resolution (December 5, 1923). *The Challenge of the Left Opposition*, op. cit. 404 (“Note”).

⁸² Cf. PRADO, Carlos. *Op cit.*, p. 167-169 e TROTSKY, Leon. *The New Course Resolution*, op. cit. 404 (“Note”).

Os secretários locais, leais ao Secretário-Geral e à sua rede de aliados por conta do sistema de nomeações de cima para baixo, manipularam as atas, de forma que a oposição ficou em minoria na Conferência. Outro método utilizado pelo aparato contra a Oposição foi a dispersão, via transferências, dos quadros oposicionistas em províncias afastadas dos grandes centros industriais e também em locais onde a *troika* possuía apoio sólido. Para piorar a situação, Trotski mais uma vez se retirara para o interior para tratar de sua saúde, de forma que não tomou parte do evento. A Oposição foi, assim, derrotada na Conferência, com resoluções que a condenaram como um “flagrante desvio pequeno-burguês”, uma “tentativa de revisar o bolchevismo” e uma iniciativa “fracionalista”.⁸³

Na ausência de Trotski, os porta-vozes da Oposição na Conferência foram Piatakov e Ievgeni Preobazhenski, cujas intervenções foram respostas aos informes apresentados por Rikov e por Stalin, respectivamente, sobre a situação econômica e sobre a construção do partido.

Poucos dias após a Conferência, Lenin faleceu, em 21 de janeiro – sendo que, desde março do ano anterior, quando sofrera seu terceiro derrame, já se encontrava completamente incapacitado. A *troika* agiu de forma bastante ardilosa, não avisando Trotski a tempo de ele retornar para Moscou e participar do funeral. Ademais, aproveitou a oportunidade para realizar uma infame “homenagem” ao falecido, recrutando 240 mil novos membros para o partido – mais da metade dos efetivos de então –, com plenos direitos (a regra era que novos membros passassem por um período de experiência antes de terem direito a voto, a serem delegados em congressos etc.) e nomeando tal ato de “Leva Lenin”.

Conforme visto, uma das propostas de Lenin para combater a burocratização do partido era justamente aumentar a rigidez nos processos de recrutamento. Através da “Leva Lenin”, a *troika* conseguiu diluir o poder da velha guarda do partido, afogando sua voz no mar de novos recrutas com iguais direitos. Em especial, assegurou que a Oposição seria novamente derrotada no XIII Congresso, não tendo nenhum delegado.⁸⁴

Ocorrido em fins de maio, o XIII Congresso foi o momento em que, finalmente, o “testamento” de Lenin foi revelado, por iniciativa de Kruspkaiia. O documento,

⁸³ Cf. PRADO, Carlos. *Op cit.*, p. 169-170 e THIRTEENTH Party Conference January 16-18 1924, The. In *Documents of the 1923 opposition*. Richmond: New Park Publications, 1975. Disponível em <https://www.marxists.org/history/etol/document/ilo/1923-lo/ch05.htm>. Acesso em 13/03/2018 (introdução).

⁸⁴ Cf. PRADO, Carlos. *Op cit.*, p. 171 e TROTSKY, Leon. “Speech to the Thirteenth Party Congress (May 26, 1924)”. *The Challenge of the Left Opposition*, *op. cit.*, p. 145 (“Note”).

entretanto, foi lido apenas para um grupo seleta da liderança, que votou por não divulgá-lo para os demais delegados, nem torná-lo público, por uma diferença de 20 votos a 10. Trotski, então de volta a Moscou, foi o único dos membros do *Politburo* entre esses 10.⁸⁵

No Congresso, Trotski subiu à tribuna para fazer uma fala defensiva, mas reivindicando as propostas centrais da Oposição. Ao defender tais propostas, ele usou a autoridade da resolução “Novo Curso” e também de discursos de Bukharin e Kamenev, realizados ao longo dos meses anteriores, que, sem desejá-lo, indiretamente reforçavam tais propostas, ao reconhecer publicamente a existência e a gravidade dos problemas que elas apontavam e buscavam solucionar.⁸⁶

Encerrado o Congresso, a Oposição de 1923 estava não só derrotada pela máquina burocrática, como formalmente proscrita. Não obstante, Trotski aproveitou a ocasião da publicação de uma coletânea de seus escritos de 1917, encomendada antes da derrota da Oposição, para lançar um novo ataque, através do prefácio da obra. Nesse texto, publicado em 1924 e que ficou conhecido como *Lições de Outubro*, ele relembra o papel de Kamenev e Zinoviev durante os momentos mais tensos do processo revolucionário, nos quais vacilaram em relação à tomada do poder e, inclusive, buscaram sabotá-la. Trotski também ressaltou que eles defenderam uma linha de conciliação de classes, ao apoiarem o governo provisório de Kerenski, enxergando nele a fase da “ditadura democrática do proletariado e do campesinato”, que, segundo as considerações originais dos bolcheviques, deveria preceder historicamente a ditadura do proletariado. Assim, eles foram caracterizados como representantes da ala direita do partido, em oposição direta a Lenin e a Trotski.

Stalin também foi alvo de duras críticas, por ter defendido a conciliação com o governo provisório e a fusão com os mencheviques, que apresentavam posições semelhantes a essa. Resgatando tais fatos, Trotski atacou a imagem de pretensos representantes-mor do “leninismo” que o trio vinha criando para si como parte do crescente culto a Lenin. Mas a obra vai além, travando também um importante debate sobre estratégia revolucionária, buscando dialogar com a complexa questão de porque a onda revolucionária na Europa após o Outubro Soviético fracassara.⁸⁷

A resposta do aparato foi pesada. Vários dirigentes foram mobilizados para atacar Trotski, inundando a imprensa e as bibliotecas de materiais contrcrítico o “trotskismo”.

⁸⁵ Cf. PRADO, Carlos. *Op cit.*, p. 171-172.

⁸⁶ Cf. TROTSKY, Leon. *Speech to the Thirteenth Party Congress, op. cit.*, p. 145-162.

⁸⁷ Cf. TROTSKY, Leon. *As Lições de Outubro* [1924]. São Paulo: Sundermann, 2006.

Entre eles, estavam Bukharin, Rikov, Viacheslav Molotov, Grigori Sokolnikov e até mesmo Krupskaja. Trotski foi apresentado como sendo desde sempre um anti-leninista, através do resgate de suas divergências com Lenin prévias a 1917, enquanto Kamenev e Zinoviev minimizaram suas divergências de 1917 com esse, negando a existência de uma “oposição de direita” na ocasião. O ataque foi tão duro que Trotski acabou abdicando de seus cargos como Comissário das forças armadas e Presidente do Conselho Militar Revolucionário, em 6 de janeiro de 1925.

Ao longo dessa campanha contra ele, Trotski mais uma vez adoeceu, diminuindo as suas já limitadas possibilidades de defesa. Zinoviev chegou a demandar que ele fosse expulso do partido, mas Stalin, agindo com cautela, se recusou a apoiar tal proposta. Ao final, apesar de ter permanecido como membro do CC e do *Politburo*, Trotski foi posto como “aspirante”, sem plenos direitos nesses órgãos. No começo de 1925, o próprio CC decidiu por continuar encaminhando uma sistemática campanha contra o “trotskismo” através de todas as instituições e meios disponíveis para “educação” do partido.⁸⁸

2.2. As ideias de Trotski e da Oposição de 1923 sobre a burocratização e os riscos da ausência de planejamento econômico

Com base nos materiais produzidos ao longo desse primeiro momento de luta oposicionista, é possível afirmar que Trotski e a chamada “Oposição de 1923” viam sérios problemas na política econômica então vigente na URSS e no regime interno do partido, conectando essas duas questões ao problema da burocratização soviética e a um risco restauracionista. Todavia, conforme aponta a análise de Twiss, ao longo desses enfrentamentos do começo dos anos 1920 com a liderança partidária Trotski passou a encarar a questão burocrática em novos termos, em comparação ao que pensava até 1923: essencialmente, como uma atuação da burocracia estatal e partidária de forma cada vez mais conservadora e favorável aos setores privados surgidos sob a NEP.

Por sua vez, a burocratização do partido (no sentido de autonomização da sua burocracia em relação ao conjunto dos membros), aprofundada por tal fenômeno, levava à degeneração do partido e de sua liderança e punha em risco a sobrevivência da ditadura do proletariado na URSS. Diante desse quadro, Trotski apostou em uma luta para democratizar o partido e, através dele, corrigir os desvios à direita no regime soviético,

⁸⁸ Cf. BROUÉ, Pierre. *O Partido Bolchevique* [1963]. São Paulo: Sundermann, 2014, p. 201-202.

em particular no que dizia respeito à condução da sua economia.⁸⁹

Conforme expresso na carta de Trotski ao CC, de 8 de outubro de 1923, na “declaração dos 46”, e em *O Novo Curso*⁹⁰, para ele e seus aliados de então, a burocratização do regime partidário levava a uma crescente autonomia do aparato administrativo sobre o restante da organização, assegurada pela generalização de um sistema de nomeações verticais para os componentes desse aparato, em especial os secretários das organizações partidárias. Isso tornava o aparato independente das bases.

Essa autonomia vinha fazendo com que o aparato administrativo adquirisse uma cultura de tomar decisões por conta própria, de se crer autossuficiente para conduzir o partido – um “burocratismo dos secretariados”, conforme afirmou Trotski em sua carta de 8 de outubro.⁹¹ Ela gerava, portanto, uma crescente separação entre o topo e a base, entre os que decidiam e ordenavam, e os que apenas obedeciam. Uma separação marcada, ainda, por um corte geracional, já que os militantes mais experientes e antigos é que ocupavam os cargos desse aparato, algo inclusive assegurado por dispositivos adotados no XII Congresso. Essa situação levava a uma crescente separação do partido em relação às massas trabalhadoras.

Além dessa autonomia do aparato, em tais materiais Trotski e os 46 também denunciaram um constante cerceamento do debate interno, através de uma cultura de tratar como divergência fracional toda e qualquer crítica ou discordância. Como o X Congresso havia banido frações e tendências (antes permitidas como ferramentas temporárias para soluções de conflitos internos), por considerá-las arriscadas no contexto da guerra civil, passou-se a utilizar tal resolução como ameaça contra os dissidentes, sob pena de sanções. Conforme Trotski argumentou em sua carta de 8 de outubro, o cerceamento ao debate havia tornado o regime partidário ainda mais “fechado” do que na época da guerra civil.

Todavia, ainda que erguendo-se enquanto uma voz oposicionista, Trotski não questionou a manutenção de tal resolução do X Congresso. Ao invés, a reforçou em

⁸⁹ Cf. TWISS, Thomas Marshall. *Op. cit.*, p. 626-627.

⁹⁰ Cf. TROTSKY, Leon. *First Letter to the Central Committee, op. cit.*, p. 50-58. Cabe ressaltar que a carta em questão nunca foi publicada na íntegra. A versão aqui analisada é uma soma de fragmentos selecionados, publicados pelo jornal menchevique exilado *Sotsialistichesky Vestnik* em 28 de maio de 1924, intercalados por “resumos” dos trechos suprimidos, e posteriormente traduzidos para o inglês pela editora do então trotskista *Socialist Workers Party* dos EUA. “DECLARATION of the 46” to the Politburo of the CC RCP(b) [15 out. 1923]. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/The_Declaration_of_46. Acessado em 28/11/2017. TROTSKY, León. *El Nuevo Curso* [jan. 1924]. [S.l.]: Grupo Germinal / En Defensa del Marxismo, [s.d].

⁹¹ Cf. TROTSKY, Leon. *First Letter to the Central Committee, op. cit.*, p. 58.

praticamente todos os documentos e intervenções da sua luta de 1923, e em várias ocasiões ao longo dos anos seguintes, ainda que ela tenha sido utilizada para suprimir os oposicionistas em mais de uma ocasião. Para ele, frações e tendências seriam nocivas ao partido, ao menos nas condições de cerco imperialista e atraso econômico então existentes na URSS: “Nosso partido não poderia cumprir sua missão histórica caso se dividisse em frações”, afirmou em *O Novo Curso*.⁹²

Assim, ele não se solidarizou com os militantes expulsos por envolvimento com o “Grupo dos Trabalhadores” e o grupo “Verdade dos Trabalhadores” em meio à onda grevista de 1923, limitando-se a apontar que, enquanto vigorasse a cultura de cercear os debates, as discordâncias fatalmente desaguiariam em agrupamentos fracionais clandestinos.⁹³

Já os 46, ao que parece, possuíam uma posição mais aberta em relação a rever a resolução do X Congresso, uma vez que afirmavam que ela havia criado uma “ditadura fracional”, pois apenas uma “fração” era permitida, a da direção. Para eles, a manutenção dessa resolução teria perdido sentido já à altura do XII Congresso, de forma que estaria prejudicando o partido, pois pressionava as discordâncias a assumirem forma fracional, apassivava a militância, pelo temor em levantar críticas, e levava o partido a se separar das massas trabalhadoras. Todavia, o documento não propõe clara e abertamente o retorno da possibilidade de se conformar tendências e frações temporárias. Ademais, muitas das assinaturas do documento ressaltam concordância apenas com o conteúdo central do documento, mas sem especificar os pontos de discordância, não sendo possível dizer quantos dos 46 concordavam plenamente com tais considerações.

Todas essas análises e posições – à exceção da crítica à resolução do X Congresso por parte da “declaração dos 46” – foram incluídas na resolução “Novo Curso”, adotada pelo CC.⁹⁴ Também foram incluídas na resolução as propostas gerais feitas por Trotski e pelos 46, que envolviam um retorno ao sistema de eleições para os secretários, ao invés das nomeações verticais, e o (re)estabelecimento de uma cultura de livre debate nas fileiras partidárias, ao invés do cerceamento das opiniões divergentes. Com isso, almejava-se operar uma reforma do aparato partidário feita de baixo para cima, de forma a permitir que as novas e alargadas bases do partido pudessem assumir (gradualmente,

⁹² TROTSKY, León. *El Nuevo Curso*, op. cit., p.32.

⁹³ Cf. TROTSKY, Leon. *First Letter to the Central Committee*, op. cit.; TROTSKY, León. *El Nuevo Curso*, op. cit.; TROTSKY, Leon. *Speech to the Thirteenth Party Congress*, op. cit.

⁹⁴ Cf. TROTSKY, Leon. *The New Course Resolution*, op. cit.

defendeu Trotski) a condução da organização junto aos velhos quadros experientes.⁹⁵

Nesse momento – e durante mais alguns anos –, Trotski defendeu, portanto, uma concepção de democracia que significava essencialmente submeter o aparato partidário ao controle das suas bases, conforme expressou claramente em *O Novo Curso* – para ele, o “novo curso” era justamente a entrada em cena das novas bases partidárias. Também nesse material, Trotski deixou claro que contava com a possibilidade desse regime ser estabelecido através de uma reforma, que inclusive regeneraria boa parte dos quadros que haviam se tornado parte do problema de burocratização.⁹⁶

Quanto às origens dessa burocratização do partido, Trotski a localizava na ligação do partido com o Estado. Mais especificamente, no peso dos funcionários estatais dentro do aparato partidário, uma vez que muitos haviam assumido cargos estatais ao longo dos anos anteriores. Situação essa agravada pela desmobilização de grandes contingentes do Exército Vermelho, que buscaram “abrigo” no aparato estatal, e também pela transformação dessa força armada em órgão permanente.

Mas o fator central seria o atraso do desenvolvimento econômico, que perpetuava a desigualdade social, bem como o “atraso cultural” das massas, que aumentava a dependência da economia soviética em relação aos “especialistas” – raízes da burocratização do próprio aparato estatal. A solução a longo prazo, portanto, seria aprofundar o desenvolvimento econômico e cultural, recrutar constantemente operários para o partido, e assegurar o triunfo da revolução internacionalmente.⁹⁷

De forma semelhante, Preobrazhenski, em seu discurso à XIII Conferência, denunciou a existência de uma “centralização” do partido pelo aparato estatal, através da ligação de seu aparato administrativo com aquele.⁹⁸

Conforme ressalta Carlos Prado, aqui destaca-se um distanciamento em relação às análises de Lenin sobre a burocratização soviética, que davam maior peso ao elemento de “herança maldita” (uso de oficiais czaristas no novo aparato, atraso econômico e cultural): “A burocratização, de acordo com Trotski, não poderia ser subestimada, pois ela não era

⁹⁵ Cf. TROTSKY, Leon. *The New Course Resolution*, op. cit.; TROTSKY, Leon. *First Letter to the Central Committee*, op. cit.; “DECLARATION of the 46” to the Politburo of the CC RCP(b), op. cit.; TROTSKY, León. *El Nuevo Curso*, op. cit.

⁹⁶ Cf. TROTSKY, León. *El Nuevo Curso*, op. cit.

⁹⁷ Cf. *Ibid.*

⁹⁸ Cf. THIRTEENTH Party Conference January 16-18 1924, The. In *Documents of the 1923 opposition*. Richmond: New Park Publications, 1975. Disponível em <https://www.marxists.org/history/etol/document/ilo/1923-lo/ch05.htm>. Acessado em 13/03/2018. (“Preobrazhensky’s Speech”).

um resquício do Estado czarista que estava em vias de desaparecimento. Pelo contrário, ela era um fenômeno novo, resultado do estágio atual de desenvolvimento da revolução e do partido”.⁹⁹ Ademais, a partir do debate do “Novo Curso”, Trotski passou a enfatizar cada vez mais a relação entre o fenômeno da burocratização soviética e o fortalecimento de forças capitalistas, apontando para o risco de uma restauração.

Os principais fatores de risco decorrentes da burocratização apontados pelos oposicionistas eram a separação do partido em relação às massas trabalhadoras, a crescente diferenciação social decorrente dos privilégios materiais angariados pelos membros do aparato administrativo do partido e do Estado e a abertura que a autonomia desses aparatos gerava para casos de corrupção, em especial aqueles ligados à penetração nesses aparatos dos interesses do capital privado e dos camponeses ricos.¹⁰⁰ Esses riscos foram inclusive incluídos na resolução “Novo Curso”, adotada pelo CC.¹⁰¹

Já no que tange à economia, desde suas primeiras intervenções, Trotski e os 46 defenderam a adoção de um “plano geral”, que coordenasse o setor estatal, em especial os trustes fabris – plano que deveria ser conduzido pela já existente *Gosplan*.¹⁰² Mas esse plano não significava a eliminação da NEP, e sim uma forma de contrabalancear seus efeitos negativos enumerados na resolução “Novo Curso”, que adotou a proposta de fortalecer o papel da *Gosplan*. Tais efeitos eram, em especial, o crescimento dos setores privados e os desequilíbrios decorrentes do atraso no desenvolvimento econômico, tais como a baixa produtividade do trabalho, os altos custos da produção e a falta de escoamento dos produtos.¹⁰³

A industrialização era vista como uma questão central, uma vez que o atraso no desenvolvimento econômico reduzia o peso social do proletariado em relação aos crescentes setores privados (*kulaks* no campo e *nepmen* nas cidades) e também gerava desequilíbrios que punham em risco a *smytchka* (ligação, soldagem) entre o proletariado e o campesinato pobre e entre o campo e a cidade, conforme visto com a “crise das tesouras”. Conforme sintetizou Piatakov em sua intervenção na XIII Conferência, sem um planejamento econômico e um impulso à industrialização, o capital privado cresceria

⁹⁹ Cf. PRADO, Carlos Batista. *Op cit.*, p. 168.

¹⁰⁰ Cf. “DECLARATION of the 46” to the Politburo of the CC RCP(b), *op. cit.*; TROTSKY, León. *El Nuevo Curso*, *op. cit.*

¹⁰¹ Cf. TROTSKY, Leon. *The New Course Resolution*, *op. cit.*

¹⁰² Cf. TROTSKY, Leon. *First Letter to the Central Committee*, *op. cit.*; “DECLARATION of the 46” to the Politburo of the CC RCP(b), *op. cit.*

¹⁰³ Cf. TROTSKY, Leon. *The New Course Resolution*, *op. cit.*

espontaneamente, de forma que iria solapar as bases do desenvolvimento socialista, a indústria estatal. Ademais, o capital privado estabeleceria relações cada vez mais profundas com o campesinato, ao intermediar as trocas, colocando em risco a *smytchka*, substituindo-a por uma ligação entre os *nepmen* e os camponeses.¹⁰⁴

De forma semelhante, em *O Novo Curso*, Trotski enfatizou a possibilidade de uma contrarrevolução capitalista decorrente do aumento do peso do capital privado e sua consequente ligação crescente com os setores do campesinato, uma vez que intermediava as trocas comerciais – era o risco da ruptura da *smytchka* operário-camponesa. Dessa forma, definiu como central a luta contra o capital privado, donde a defesa do planejamento econômico e de um impulso à industrialização do país.

Apesar de ter declarado considerar “mínima” a chance dessa contrarrevolução se concretizar, afirmou que ela se encontrava em “estado embrionário” e, ao longo dos anos seguintes, conforme a orientação econômica seguiu privilegiando os setores privados em detrimento de um impulso à industrialização, Trotski passou a dar grande importância a tal questão em suas considerações sobre a burocratização soviética.¹⁰⁵

Cabe destacar que a limitação das propostas democratizantes de Trotski é uma marca importante da sua luta oposicionista inicial, e se manteve até pelo menos 1933, mas é frequentemente ignorada pela literatura especializada. É comum que se projete para o período 1923-33 posições que Trotski só veio a defender posteriormente (1933-40), as quais de fato diziam respeito à restauração da democracia direta dos *soviets* experimentada nos primeiros momentos da revolução e de plena democracia interna no partido.¹⁰⁶

Contudo, não há, nem em 1923, nem nos anos seguintes até 1933, defesa de uma

¹⁰⁴ Cf. THIRTEENTH Party Conference, *op. cit.* (“Pyatakov’s Speech”).

¹⁰⁵ Cf. TROTSKY, León. *El Nuevo Curso*, *op. cit.*

¹⁰⁶ Esse erro se encontra inclusive na versão inicial do presente estudo, que não se baseou em fontes primárias para abordar o pensamento de Trotski no período 1923-33, cabendo aqui uma autocrítica. Cf. MONTEIRO, Marcio Lauria. *As análises de Trotski sobre a URSS e o stalinismo*, *op. cit.*, p. 178 e 181. Entre alguns dos poucos analistas que atentam para essa questão, estão MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello. *Trotsky diante do socialismo real*. Perspectivas para o século XX. Rio de Janeiro: FAPERJ e Editora FGV, 2010, p. 88-89, KUN, Miklós. “Trotsky e o Movimento Clandestino Anti-stalinista nas Décadas de 1920 e 1930”. In COGGIOLA, Osvaldo (org.) *Trotsky Hoje*. São Paulo: Ensaio, 1994, p. 100-101, MAROT, John. “Trotsky, the Left Opposition and the Rise of Stalinism: Theory and Practice”. In *The October Revolution in Prospect and Retrospect*. Leiden: Brill, 2012, p. 89; TWISS, Thomas. *Op. ci.*, p. 274; PAZ-KNEI, Baruch. *The Social and Political Thought of Leon Trotsky*. Oxford: Claredon Press, 1978, p. 371-373 e 377. Obviamente não devem ser considerados seriamente os analistas anticomunistas, que, com o intuito de sustentar a falsa “tese da continuidade” entre bolchevismo e stalinismo, em geral cometem o erro inverso, de projetar para o conjunto da luta oposicionista de Trotski suas posições mais limitadas do período 1923-33, ou mesmo aquelas prévias a seu engajamento na luta anti-burocrática (1918-21), que podem ser corretamente tidas como parte deste problema.

democratização do regime político soviético no sentido de retorno à democracia direta dos *soviets*. Até 1933, Trotski equiparava a ditadura do proletariado e a ditadura do PC, ao menos nas condições de isolamento internacional, atraso econômico (e decorrente peso social da pequena-burguesia agrícola) e desmobilização proletária vigentes na URSS. Para ele, tais condições eram fonte de grande risco para a sobrevivência da ditadura do proletário, de forma que a centralização do poder nas mãos do PC, ainda visto como portador dos interesses do proletariado, era necessária para melhor conter tais riscos e gerir a economia enquanto a revolução europeia não triunfasse e viesse em socorro da URSS. Mas o PC deveria ser democrático, pois a burocratização arriscava seu caráter revolucionário e sua ligação com as massas, arriscando o próprio o Estado proletário.

Conforme ele afirmou em *O Novo Curso*, “O proletariado realiza a sua ditadura por meio do Estado soviético. O partido comunista é o partido dirigente do proletariado e, em consequência, do seu Estado”. O problema estaria em como “exercer ativamente esse poder sem fundir o partido com o aparato burocrático do Estado”.¹⁰⁷ É verdade que, mesmo no período 1923-33, Trotski ressaltou, em outras intervenções, que essa “ditadura do partido” era fruto de particularismos, não o modelo ideal, mas não é o caso em *O Novo Curso*.

Em consonância com esse posicionamento, Trotski defendeu, por exemplo, que a direção da economia deveria ser feita pelo partido, que deveria ter democracia em seu interior, mas não mencionou órgãos de democracia direta das massas trabalhadoras, que dessem sentido social ao planejamento econômico.¹⁰⁸ Também ao falar da “Leva Lenin”, que ele inicialmente viu como algo positivo, uma expressão da confiança das massas trabalhadoras no partido, se referiu a ela como uma espécie de “voto” da classe no partido, ato supostamente mais democrático que as democracias parlamentares burguesas, pela expressividade numérica desse recrutamento em massa.¹⁰⁹

2.3. A Oposição Unificada de 1926-27: retomada das posições da Oposição de 1923 e luta por uma linha correta para a Internacional Comunista

Com os oposicionistas fora do caminho, foi realizada a chamada “bolchevização” da Internacional Comunista (IC), que consistiu basicamente na imposição aos demais PCs do mesmo regime burocratizado que então predominava na URSS – feito atingido através

¹⁰⁷ TROTSKY, León. *El Nuevo Curso*, op. cit., p. 7.

¹⁰⁸ Cf. *Ibid.*

¹⁰⁹ Cf. TROTSKY, Leon. *Speech to the Thirteenth Party Congress*, op. cit.

de uma série de expurgos e expulsões conduzidas por Zinoviev, bem como da elevação aos cargos dirigentes de membros leais à direção internacional, da qual muitos partidos dependiam materialmente. O V Congresso da Internacional, ocorrido entre junho e julho de 1924, foi o marco dessa mudança, inscrita nos novos estatutos então aprovados.

Ao final do ano, outra mudança importante ocorreu, com Stalin tendo lançado a ideia de “socialismo em um só país”, em um artigo de dezembro de 1924 intitulado *A Revolução de Outubro e as Táticas dos Comunistas Russos*. Tratava-se de uma resposta ao resgate feito por Trotski da sua teoria da revolução permanente, em *Lições de Outubro*. Rompendo com a compreensão marxista clássica, segundo a qual o socialismo era um fenômeno necessariamente internacional, Stalin defendeu que era possível que a URSS chegasse ao socialismo mesmo isolada internacionalmente.¹¹⁰ Tal ideia foi defendida também por Bukharin, em textos próprios, e adotada como política oficial do regime em 1926. Ela tinha enorme apelo psicológico, ao promover uma saída autossuficiente, no lugar da dependência de novas revoluções na Europa – especialmente dado que, em outubro de 1923, a Revolução Alemã fora novamente derrotada. Porém, preparava novas derrotas, ao secundarizar os esforços internacionalistas da URSS em prol das suas necessidades econômicas e diplomáticas imediatas.

Essa mudança foi acompanhada de um aprofundamento na política econômica favorável aos setores privados. Apesar da “crise das tesouras” ter sido superada por volta de 1925, a situação estava longe de ser positiva. Conforme aponta Broué, os preços agrícolas e os salários ainda se encontravam abaixo dos níveis pré-Guerra Mundial, não havia sido desenvolvida uma indústria pesada e os *kulaks* haviam acumulado grande peso social, sendo responsáveis por 60% das mercadorias agrícolas e detendo 60% do maquinário agrícola e metade das terras cultivadas, onde empregavam uma massa de 3,5 milhões de assalariados e 1,6 milhão de trabalhadores por jornada. Conscientes de seu poder, naquele ano de 1925 os *kulaks* reduziram a produção de excedentes, levando a uma crise de abastecimento, com chances reais de ocasionarem fome nas cidades.¹¹¹

Diante desse cenário, a orientação que predominou na liderança partidária foi a de aprofundar as concessões aos grandes e médios camponeses, em detrimento de fortalecer de imediato a indústria. Bukharin foi uma figura de destaque na defesa política desse

¹¹⁰ Cf. STALIN, J. V. *The October Revolution and the Tactics of the Russian Communists* [1924]. Disponível em <https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1924/12.htm>. Acessado em 31/10/2020.

¹¹¹ Cf. BROUÉ, Pierre. *O Partido Bolchevique*, op. cit., p. 203-204.

aprofundamento, pois lhe forneceu o embasamento “teórico”, ao propor uma construção socialista a partir das relações de mercado, nas quais o camponês, em especial o *kulak*, deveriam enriquecer e o Estado se beneficiar através dos recursos postos em circulação, ainda que o desenvolvimento industrial fosse ser lento. Com isso, o socialismo seria construído “a passos de cágado”, na expressão cunhada por Bukharin, e “em um só país”.¹¹²

Com o “giro à direita” na política internacional e na linha econômica, a *troika* se desfez. A ruptura se deu na votação no *Politburo* das resoluções para a XIV Conferência (27-29 de abril) sobre o “socialismo em um só país” e sobre como responder à crise de abastecimento. Esta última envolvia autorização aos camponeses para o arrendamento de terras e o uso de mão de obra assalariada, liberação de créditos para compra de equipamentos, redução dos preços dos produtos industriais, liberação do controle sobre os preços dos produtos agrícolas e diminuição do imposto sobre as propriedades rurais. Kamanev e Zinoviev votaram contra ambas, que foram defendidas por Stalin e pela “direita” partidária – Bukharin, Tolski e Rikov.¹¹³

Como destaca Broué, não se tratava apenas de uma luta intra-burocrática. Leningrado, o “feudo” de Zinoviev, era um dos principais centros industriais do país, e lá o partido possuía a composição de 72% de operários contra 11% de funcionários, destoando de boa parte das demais regiões. Ademais, em 1925, havia dezenas de milhares de desempregados na cidade. Conforme argumenta Broué, se a política de Bukharin avançasse, não só essa base operária amargaria duras e prolongadas provações, como os burocratas urbanos ficariam em segundo plano no partido, dada a priorização do campo em detrimento da indústria e, conseqüentemente, do operariado fabril.¹¹⁴

Contra a aliança de Stalin com a “direita”, Zinoviev e Kamenev lançaram um bloco que ficou conhecido como “Nova Oposição”, ou “Oposição de Leningrado”, por se basear principalmente no aparato partidário desta cidade. No CC, ela contava com o apoio de Krupskaya e Grigori Solonikov. A partir de Leningrado, foram publicados materiais para as bases que criticavam Stalin e Bukharin, denunciando a degeneração burocrática do partido, o risco contrarrevolucionário da política de favorecimento dos *kulaks*, e combatendo a ideia de “socialismo em um só país”. Zinoviev, ao criticar a falta de democracia no partido, chegou a revelar as maquinações das quais participara nos anos

¹¹² Cf. *Ibid.*, p. 207-209; MANDEL, Ernest. *Trotsky como alternativa*, op. cit., p. 92-95.

¹¹³ Cf. BROUÉ, Pierre. *O Partido Bolchevique*, op. cit., p. 206 e 209-211.

¹¹⁴ Cf. *Ibid.*, p. 206 e 209-213.

anteriores contra a Oposição de 1923.

Contudo, no XIV Congresso (18-31 de dezembro de 1925), mais uma vez a maioria dos delegados foi composta de funcionários indicados por Stalin e sua rede de aliados, de forma que a Nova Oposição foi derrotada e o aparto de Leningrado foi expurgado e posto sob controle de um aliado de Stalin, Sergei Kirov.¹¹⁵

Trotsky não se envolveu nessa disputa e, segundo Broué, parte dos oposicionistas de 1923 discordaram quanto ao que fazer – Antonov-Ovsenko teria chegado até a cogitar uma aliança com Stalin, por vê-lo como o “mal menor”.¹¹⁶ Foi apenas em abril de 1926 que ocorreu a aproximação dos oposicionistas de 1923 com a Nova Oposição, quando Kamenev e Zinoviev não eram mais membros rebeldes do aparelho, mas opositores subjugados por ele. Os dois realizam uma série de concessões como forma de firmar uma aliança contra Stalin, declarando publicamente o acerto de Trotsky em denunciar a burocratização em 1923 e confessando seu papel manipulativo na disputa. Já Trotsky declarou que errou ao não ver que o principal risco era Stalin.

Essa aliança originou o que ficou conhecido como “Oposição Unificada” (OU), à qual se somaram não só os oposicionistas de 1923 e os de 1925, como também antigos membros da Oposição Operária e da tendência Centralismo Democrático. Na avaliação de Broué, a OU era sobretudo uma “aliança de velhos bolcheviques” contra Stalin e Bukharin, composta muito mais por “revolucionários que administradores”, uma vez que quase nenhum era mais membro do aparato e havia ainda expressiva base operária.¹¹⁷

Sua primeira ofensiva foi o lançamento de uma carta-plataforma assinada por 13 membros oposicionistas do CC, em julho. Segundo a análise de Tony Cliff e de Broué¹¹⁸, ela atacava a burocratização, tida como fruto do atraso da URSS e responsável por uma série de desequilíbrios econômicos e políticos, incluindo aí o fracionalismo, por conta da supressão do livre debate no partido. Defendia como central à construção socialista acelerar a industrialização, pois seu atraso arriscava o rompimento da *smytchka* operário-camponesa, e melhorar as condições de vida da classe trabalhadora, descongelando os salários e fornecendo um aumento imediato, além de fornecer melhorias em áreas como

¹¹⁵ Cf. *Ibid.*, p. 210 e 212-219.

¹¹⁶ Cf. BROUÉ, Pierre. “A Oposição Unificada (1926-1927)”. In COGGIOLA, Osvaldo (org.) *Trotsky Hoje*. São Paulo: Ensaio, 1994, p. 85-86.

¹¹⁷ Cf. BROUÉ, Pierre. *A Oposição Unificada (1926-1927)*, op. cit., p. 86-88.

¹¹⁸ CLIFF, Tony. *Trotsky: Fighting the rising Stalinist bureaucracy 1923-1927*. London: Bookmarks, 1991. Edição digital, disponível em <https://www.marxists.org/archive/cliff/works/1991/trotsky3/index.html>. Acessado em 13/07/2018 (Capítulo 7, seção “The United Opposition is launched”); BROUÉ, Pierre. *A Oposição Unificada (1926-1927)*, op. cit., p. 88-89.

habitação e realizar uma revisão da política fiscal, então centrada em impostos indiretos, que penalizavam os trabalhadores e favoreciam os *nepmen*. Ademais, criticava duramente a orientação econômica baseada nos *kulaks* e estratos superiores do campesinato médio.

Até aí, era basicamente o mesmo conteúdo expresso pela Oposição de 1923. Mas a OU também denunciou a primeira consequência internacional da nova política de “socialismo em um só país”: a atuação conciliadora do PC britânico e do Estado soviético em relação à burocracia sindical à frente do TUC (“Conselho dos Sindicatos”, principal central sindical do país) quando ela recuou da greve geral que foi lançada em maio daquele ano.

Essa conciliação se deu através da falta de críticas contundentes à atitude de tal burocracia e da manutenção do “Comitê Sindical Anglo-Russo”, um órgão de ligação entre o TUC e a URSS, criado para pressionar o governo britânico a reatar relações comerciais com a URSS. A OU exigiu a ruptura com tal órgão e a denúncia do papel da burocracia sindical após a experiência da greve geral, como forma de fortalecer o PC britânico junto às bases da burocracia “traidora”.¹¹⁹

Em linhas gerais, essas seriam as principais bandeiras da OU ao longo de sua existência: democratização do regime partidário; industrialização e planejamento combinados a melhorias para a classe trabalhadora, ao invés da orientação de concessões aos *kulaks*; oposição ao “socialismo em um só país” e correção dos desvios que produzia na política externa da URSS e na linha da IC, com retorno da ênfase na centralidade da revolução europeia. Era um conteúdo muito próximo àquele da Oposição de 1923, mas com a luta adicional contra o “socialismo em um só país” e suas consequências políticas.

Inicialmente, a OU travou uma luta ao nível de cúpula, e Stalin adotou medidas adicionais para fortalecer a “cultura do segredo”, reduzindo ainda mais o acesso aos debates a quem estivesse fora do CC. Diferentemente da Oposição de 1923, a OU reagiu atuando de fato como uma fração clandestina, se lançando a disputar as bases operárias do partido ao longo do outono, o que lhe rendeu, segundo Broué, cerca de 8 mil membros.

Mas o aparato respondeu pronta e duramente, enviando emissários leais aos espaços onde os oposicionistas apareciam, e conseguiu bloquear com sucesso essa disputa. Ademais, declarou a OU ilegal perante a resolução do X Congresso sobre

¹¹⁹ Cf. BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1943)* [1997]. Dois tomos. São Paulo: Sundermann, 2007, p. 569. A atitude conciliatória do PC britânico e da URSS de pouco adiantou, pois tal burocracia pouco depois apoiou os chamados “ARCO raids”, a invasão e devassa, pela polícia de Londres, da sede da “Sociedade Cooperativa de Toda a Rússia” (ARCO, na sigla em inglês), em 12 de maio de 1927.

tendências e frações. Como resultado, Zinoviev foi removido do *Politburo* e da liderança da IC. Diante da pesada reação, em 16 de outubro, Zinoviev, Kamenev e Trotski firmaram um “acordo de paz” com a liderança partidária, como forma de evitar sua expulsão do partido, declarando encerradas as atividades da OU.¹²⁰

Apesar das concessões, Stalin apresentou ao *Politburo* teses para a XV Conferência (outubro-novembro de 1926) caracterizando a OU como “desvio social-democrata” e exigindo retratação de seus membros. Ao apresentar tais teses no *Politburo*, enfureceu Trotski, que foi expulso do órgão por acusar aquele de ser o “coveiro da revolução”.¹²¹ Durante a XV Conferência, Stalin fez um longo discurso contra a OU, acusando-a de “trotskismo” e os delegados, mais uma vez escolhidos diretamente pela cúpula partidária leal a Stalin, reafirmam as decisões do CC.

“Adormecida” após a “declaração de paz” de outubro de 1926 e a derrota na XV Conferência, a OU voltou ao combate em 1927, a partir de debates sobre a Revolução Chinesa. O PC chinês atuava como ala interna do partido nacionalista burguês Kuomintang (KMT) desde 1923, por decisão do IV Congresso da IC, como parte da luta pela unificação e soberania do país na forma de uma república democrática, contra as forças colonizadoras e a aristocracia agrária, havendo uma cooperação entre as regiões então já dominadas pelo KMT e a URSS. Todavia, com a intensificação dos conflitos entre capital e trabalho na esteira da radicalização da revolução iniciada em 1925, o PC passou a sofrer repressão da liderança do KMT e, em 1927, suas tropas começaram a realizar massacres contra o proletariado e os comunistas como forma de assegurar os interesses de classe da burguesia. A IC, todavia, manteve a orientação original até o fim do ano.¹²²

Trotski passara a defender a ruptura do PC com o KMT e uma atuação independente em prol do proletariado tomar o poder já em março de 1926. Com a repressão ao PC chinês no começo de 1927, os demais quadros da OU concordaram sobre

¹²⁰ Cf. BROUÉ, Pierre. *A Oposição Unificada (1926-1927)*, op. cit., p. 89-91.

¹²¹ Segundo a análise de Deutscher, uma das razões para a ruptura da “trégua” por parte de Stalin teria sido a publicação, no *The New York Times* de 18 de outubro, do “testamento” de Lenin por Max Eastman, conhecido colaborador de Trotski nos EUA. Deutscher aponta ainda que o testamento quase certamente chegou a Eastman com o conhecimento e incentivo de Trotski. Um ano antes ele havia “desautorizado” as menções ao documento em um livro de Eastman (*Since Lenin Died*), declarando-as como falsas por pressão do *Politburo*, no contexto do primeiro “recuo” da Oposição. Quando esta passou novamente à ofensiva, no começo de 1926, ele teria feito o documento chegar até suas mãos por intermédio de Boris Souvarine, que por sua vez o recebera de um emissário da Oposição. Por azar, o texto só foi publicado após o novo “recuo” dos oposicionistas, de forma que, quando das reuniões do CC e do *Politburo* (23 e 25 de outubro, respectivamente), os principais jornais do mundo falavam com alarde da revelação do “testamento”. Cf. DEUTSCHER, Isaac. *Trotski: o profeta desarmado*, op. cit., p. 351-354.

¹²² Cf. MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello. *Trotsky e a revolução permanente: a história de um conceito chave*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, p. 116-121.

a necessidade de uma atuação independente, mas discordavam quanto aos rumos do processo – se deveria ser uma “revolução democrático-burguesa” liderada pelo proletariado e seu partido, como na clássica fórmula bolchevique de “ditadura democrática do proletariado e do campesinato”, que orientara o partido entre 1905 e abril de 1917¹²³; ou se deveria fundir as tarefas nacional-democráticas e as socialistas, originando uma ditadura do proletariado, conforme a fórmula da revolução permanente e a própria experiência da Revolução Soviética.

O documento sobre o assunto que a OU apresentou ao CC, preparado por Zinoviev, acabou sendo uma mescla da primeira posição (defendida por ele, Kamenev, Radek, Preobrazhenski, dentre outros) com a segunda (Trotski), e centrava suas críticas na orientação de submeter os comunistas chineses política e organizativamente ao KMT. Porém, Stalin agiu para bloquear o debate, se negando a reunir o CC e o *Politburo*.¹²⁴

Nos meses seguintes, conforme a OU intensificou suas críticas sobre esse e os demais temas, seus quadros foram dispersados no exterior e Stalin e Bukharin encaminharam à CCC pedidos de expulsão de Trotski e Zinoviev do CC, para que não pudessem falar na tribuna do XV Congresso (dezembro de 1927). A OU reagiu preparando uma detalhada *Plataforma* para o Congresso, compilando o conjunto das suas críticas à liderança, mas sua circulação não foi autorizada. Cópias foram impressas clandestinamente, mas rapidamente descobertas e suprimidas, e membros da OU foram duramente reprimidos quando tentaram marchar com uma coluna própria durante o desfile pelos dez anos da revolução, em Moscou.

Após esses fatos, em 14 de novembro a CCC acatou os pedidos de expulsão de Trotski e Zinoviev do partido, bem como de remoção do CC daqueles ligados à OU. Em dezembro, o XV Congresso ratificou as expulsões já realizadas e eliminou do partido o que ainda restava da Oposição, que acabou rachando, com Zinoviev e Kamenev mais uma vez buscando a reconciliação, ao passo que Trotski e outros permaneceram firmes.¹²⁵

¹²³ A estratégia da “ditadura democrática do proletariado e do campesinato” preconizava uma revolução com “tarefas burguesas” em uma situação na qual a burguesia não seria capaz de encabeçar o processo, por seu atrelamento aos capitais imperialistas e às elites fundiárias nativas, de forma que restaria ao proletariado, em aliança com o campesinato (incluindo aí a possibilidade de uma atuação independente dessa classe, cujo partido se aliaria de igual para igual com o partido do proletariado), o papel de realizar tal revolução. Esta não ultrapassaria os marcos capitalistas, apesar de protagonizada pelas classes subalternas. Cf. GETZLER, Israel. “Outubro de 1917: O debate marxista sobre a revolução na Rússia”. In HOBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, v. 5, p. 27-32, 1985.

¹²⁴ Cf. BROUÉ, Pierre. *O Partido Bolchevique*, op. cit., p. 244-254.

¹²⁵ Cf. *Ibid.*, p. 254-264.

2.4. As ideias de Trotski e da Oposição Unificada sobre a burocratização e os riscos de uma contrarrevolução

Logo após a primeira derrota da OU, em novembro de 1926, Trotski escreveu um documento no qual tentava explica-la a partir de uma análise do que se passava na URSS desde a revolução de 1917, as *Teses sobre revolução e contrarrevolução*, de 26 de novembro.¹²⁶ Trata-se de uma síntese das ideias, análises e posições que ele desenvolveu ao longo dos anos anteriores acerca do problema da burocratização, mas há algumas diferenças importantes em relação às suas elaborações de 1923.

Seu ponto de partida é a noção de que as revoluções sociais produzem esperanças e expectativas sempre acima do que é possível realizar de imediato, o que gera a tendência a que alguns setores das massas se desiludam e deixem o engajamento de lado após algum tempo.¹²⁷ No caso da Revolução Soviética, como as massas foram submetidas a um alto grau de sofrimento entre 1917-21 e as melhorias alcançadas foram “extremamente graduais”, para usar o termo do próprio Trotski, a disposição destas teria caído muito nos anos 1920. A sua geração mais velha, em particular, estaria “esgotada” e muito temerosa de novas convulsões. Seria esse “estado de ânimo” das massas que teria levado ao “burocratismo” no PC.¹²⁸

Como a geração mais jovem não teve as experiências e aprendizados do período revolucionário, os mais velhos assumiram proeminência. Contudo, muitos tornaram-se “elementos de tipo conservador”, que agem pela “estabilização” do país e buscam entregar os elementos de “lei e ordem” e de “calma” desejado pelas massas desgastadas. A noção de “socialismo em um só país” seria a “ratificação teórica” dessa mudança na liderança.¹²⁹ Assim, além de ser fruto do “estado de ânimos” reduzido do proletariado, essa direção se deixaria “adaptar passivamente” a eles, retroalimentando o fenômeno.¹³⁰

Trata-se, portanto, de uma nova abordagem para explicar a origem da burocratização. Ela será mantida ao longo das mudanças pelas quais passou o pensamento de Trotski, até seu assassinato, mas não substituindo as explicações formuladas em 1923 (o isolamento internacional, o atraso econômico e cultural do país, a desigualdade social), e sim como um elemento a mais na sua análise.

¹²⁶ Cf. TROTSKY, Leon. *Tesis sobre revolución y contrarrevolución* [26/11/1926]. Disponível em <https://ceip.org.ar/Tesis-sobre-revolucion-y-contrarrevolucion>. Acessado em 30/08/2020.

¹²⁷ Cf. *Ibid.*, Tese 2.

¹²⁸ Cf. *Ibid.*, Teses 21 a 23.

¹²⁹ Cf. *Ibid.*, Teses 21 a 26.

¹³⁰ Cf. *Ibid.*, Teses 19 e 20.

A maior parte do documento é dedicada a avaliar os “perigos de classe” que ameaçavam a URSS e que a direção do PC negava existirem, para não atrapalhar a “estabilização” pós-revolucionária. Em 1923, Trotski avaliava que o risco contrarrevolucionário era “mínimo”, existindo apenas em “estado embrionário”. Já em 1926, o peso social do capital privado e do *kulak* aumentara sobremaneira, tornando-se uma grande preocupação em suas análises.

Para Trotski, apesar de a profundidade do processo revolucionário ter levado a uma “derrota total” das classes dominantes no país, o peso social do campesinato, ou seja, da “pequena-burguesia agrícola”, era um fator de risco. Pois alguns interesses camponeses chocavam-se com os proletários, como o desejo por preços altos para os produtos agrícolas e baixos para os industriais, e a NEP agudizou essa contradição, uma vez que o capital comercial é que reconectava o camponês disperso e intermediava sua relação com a cidade, podendo vir a utilizá-lo a seu favor.¹³¹

Contudo, Trotski destaca que a expressão dessas contradições econômicas em fatores políticos não era mecânica, podendo levar anos até se desenvolver.¹³² Frente a isso, ele defende a manutenção da aliança operário-camponesa como central contra o risco contrarrevolucionário enquanto perdurasse o isolamento da URSS, na forma de manutenção do interesse camponês na construção socialista. Apesar de não detalhar, podemos supor que ele tinha em mente, como em 1923, a necessidade de acelerar o desenvolvimento industrial, para permitir a queda do preço dos bens industriais e a defesa dos interesses do pequeno camponês contra o *kulak*.

Ao mesmo tempo, Trotski enfatiza a importância de manter a “solidez” do proletariado e de seu “ativismo político”. Refletindo ainda as limitações da sua luta por uma regeneração da democracia soviética, ele também destaca como central, durante esse período de isolamento, que o PC realizar uma “absoluta concentração da ditadura em suas mãos”, para que possa “manobrar decisivamente” ante os desafios econômico-sociais.¹³³

Já no que tange ao conteúdo da *Plataforma* de 1927 da OU¹³⁴ ela englobava as análises e posições da Oposição de 1923 sobre as questões da burocratização soviética e da necessidade de planejamento econômico e expansão da indústria estatal, mas

¹³¹ Cf. *Ibid.*, Teses 6, 8-10, 13-15.

¹³² Cf. *Ibid.*, Teses 16-17.

¹³³ Cf. *Ibid.*, Teses 12 e 17.

¹³⁴ Cf. TROTSKY, Leon. *Platform of the Joint Opposition* [1927]. London: New Park Publications, 1973. Versão digital disponível em <http://www.marxists.org/archive/trotsky/works/1927/opposition/index.htm>. Acessado em 13/04/2018.

apresentava uma defesa mais firme da regeneração democrática do regime soviético. Para além desses temas, vale ressaltar, dentre outros, que ela também abordava com destaque os riscos contrarrevolucionários existentes no âmbito internacional e interno. Em relação ao primeiro, destacava a ruptura diplomática da Grã-Bretanha com a URSS e a derrota da revolução na China. Em relação ao segundo, destacava o crescimento do capital privado, o favorecimento dos *kulaks* e *nepmen*, e a penetração dos elementos capitalistas no Estado via corrupção – elementos que geravam um “perigo termidoriano”, definido como uma contrarrevolução capitalista.

Essa definição de termidor como contrarrevolução capitalista interna passou a ser bastante utilizada por Trotski ao longo dos anos seguintes. Contudo, ela foi posteriormente revista e utilizada em outro sentido, pois era uma analogia inadequada com o termidor francês, que não constituiu uma contrarrevolução social feudal.

Conforme o programa já consolidado dos oposicionistas, a *Plataforma* defendia como salvaguardas contra esses riscos uma política de fortalecimento do peso social do proletariado, especialmente através da industrialização da URSS (“construção socialista”), da luta contra a burocratização, da reversão das concessões aos *kulaks* e *nepmen*, e de preparação da revolução mundial através da correção da linha da IC.

A *Plataforma* caracterizava o grupo dirigente do partido como oscilando, no plano interno, entre as posições da esquerda do partido (o fortalecimento da indústria e uma agricultura coletiva e mecanizada) e da direita (a diminuição da importância da indústria estatal no orçamento para não prejudicar o fazendeiro capitalista), atrasando, assim, o desenvolvimento da industrialização e arriscando fortalecer os elementos contrarrevolucionários. Já no plano internacional, tal grupo era acusado de operar através de concessões ao imperialismo (reconhecimento da dívida externa, anulação parcial do monopólio do comércio exterior, expansão parcial da NEP), por crer que o capitalismo se manteria por um longo período e, portanto, a URSS deveria construir o “socialismo em um só país”. Segundo o raciocínio da OU, essa política era fruto da pressão pequeno-burguesa e de elementos não proletários sobre a cúpula partidária, e só poderia ser imposta ao partido à força, donde o fortalecimento da burocratização nos anos anteriores.

Ademais, a *Plataforma* apontava também os riscos da crescente autonomização do verdadeiro “exército de funcionários” que compunham a administração estatal e que, conforme demonstravam escândalos de corrupção e propostas como a de conceder direitos políticos aos *kulaks*, vinham se ligando aos “elementos mais ricos” da sociedade.

Como alternativa, a OU defendia o retorno à democracia proletária, no sentido de aproximar o funcionamento do Estado das bases proletárias e camponesas, apontando como negativa a perda de papel dos *soviets*, que deveriam voltar a ser verdadeiros órgãos de poder.

Tratava-se, portanto, de uma proposta diferente daquela da Oposição de 1923, no sentido de falar abertamente da regeneração do regime soviético, e não apenas do regime interno do partido.¹³⁵ Ainda assim, mantinha a defesa do regime de partido único e sem frações ou tendências em seu interior, limitando-se à concepção estabelecida pelo X Congresso, que envolvia liberdade apenas de debate e eleições para os cargos diretivos.

No que tange à Revolução Chinesa, analisada em retrospecto com um balanço muito negativo da linha fornecida pela IC e pelo PC da URSS ao PC chinês, mais uma vez prevaleceu uma mescla das duas posições que existiam na OU, mas de uma forma que, interessante, acabava por fortalecer aquela defendida por Trotski (ainda que em linguagem bastante condicional), pois apontava que a revolução deveria ter inicialmente se pautado nos moldes da estratégia de “ditadura democrática do proletariado e do campesinato”, mas que só poderia ter triunfado caso se desenvolvesse em uma revolução socialista.¹³⁶

Vê-se que os temas abordados em tais documentos são, no geral, os mesmos levantados em 1923, mas com um tom maior de urgência, decorrente do fato de a liderança partidária, ao invés de ter buscado solucionar os problemas apontados pelos oposicionistas daquela época, ter se adaptado a eles e levado ao seu aprofundamento. Ao mesmo tempo, novas análises foram inseridas, como sobre o “ânimo” das massas e o uso do conceito de “termidor” para sintetizar os riscos de contrarrevolução capitalista, e uma maior ênfase foi dada à regeneração do regime soviético, e não apenas do partido.

2.5. Síntese da fase inicial

¹³⁵ Mais especificamente, a OU propunha o “desenvolvimento consistente da democracia proletária no partido, nos sindicatos e nos *soviets*”, “converter os *soviets* das cidades em verdadeiros órgãos de poder proletária e em instrumentos que atraiam as largas massas do povo trabalhador para a tarefa de administrar a construção socialista”, “controle dos *soviets* das cidades sobre o trabalho dos Comitês Executivos regionais”. TROTSKY, Leon. *Platform*, op. cit.

¹³⁶ “Deriva de tudo isso que uma ditadura democrática revolucionária do proletariado e dos camponeses, caso tivesse se cristalizado na forma de *soviets* na China, no atual período de guerras imperialistas e de revoluções proletárias, modificado como ele é pela existência da União Soviética, teria tido todas as chances possíveis de uma transformação comparativamente ligeira em uma revolução socialista. Para além dessa política restava apenas a via menchevique de alianças com a burguesia liberal, a qual leva inevitavelmente à derrota da classe trabalhadora. Que foi o que de fato ocorreu na China em 1927”. TROTSKY, Leon. *Platform*, op. cit.

A partir do descrito anteriormente, é possível sintetizar que, ao longo da “fase inicial” de seu pensamento acerca dos rumos da URSS (1923-28), Trotski e seus aliados mais próximos viam a burocratização soviética como fruto do isolamento internacional, da desigualdade social ainda existente, do baixo nível cultural das massas soviéticas, da desmobilização de seu “ânimo” revolucionário após o desgaste do período 1917-21 e, principalmente, das pressões das classes não proletárias sobre o aparato estatal e partidário, para favorecerem seus interesses em detrimento daqueles da classe trabalhadora. A fusão crescente entre partido e Estado teria levado à burocratização também para o primeiro, afastando sua cúpula das suas bases e afastando o partido como um todo cada vez mais das massas trabalhadoras.

Até aqui se trata de uma análise muito próxima àquela de Lenin em sua “última luta”. Mas havia o diferencial de apontar como principal risco da burocratização o fato de que ela facilitava a – e era também fruto da – penetração dos interesses capitalistas no Estado e no partido. A burocratização favorecia os setores privados no campo e na cidade e, portanto, uma restauração capitalista, especialmente ao atrasar a industrialização e enfraquecer a *smychka* entre o campo e a cidade, ou seja, entre o campesinato pobre e o proletariado. A partir de 1924, os interesses privados e a política conservadora a eles ligada se expressaram ainda através da ideia de “socialismo em um só país” e seus efeitos negativos sobre a linha da IC e a política externa da URSS (Comitê Sindical Anglo-Russo, Revolução Chinesa).

Portanto, conforme ressalta Twiss, com o aprofundamento da burocratização, entre 1926-28, Trotski desenvolveu uma teoria ligando diretamente tal fenômeno à pressão de classes não proletárias sobre o partido e o Estado, que levava a políticas à direita e à supressão da democracia proletária, gerando risco de uma restauração capitalista.¹³⁷ Tal restauração, já ao final dessa fase, passou a ser chamada de “termidor”, em uma incorreta analogia histórica, que foi mais tarde corrigida.

A saída apresentada pelos opositores era democratizar o partido, ainda que dentro dos marcos limitados estabelecidos pelo X Congresso, especialmente ao acabar com o sistema de nomeações verticais e reestabelecer o sistema de eleições, bem como assegurar o livre debate interno. Os opositores também reivindicavam uma reorientação da política econômica rumo a um aumento do peso social do proletariado na sociedade soviética, através tanto de uma industrialização paga por um sistema de taxaço

¹³⁷ Cf. TWISS, Thomas Marshall. *Trotsky and the Problem of Soviet Bureaucracy*, op. cit., p. 627-628.

progressiva no campo, que pesasse mais sobre os *kulaks*, quanto da coordenação da indústria estatal por meio de um plano geral. Assim, a reforma do partido era a ponta para a reforma do regime estatal e dos desequilíbrios de sua política.

Ademais, seria necessário corrigir a linha da IC para assegurar o triunfo da revolução mundial, sem a qual a URSS permaneceria isolada e, nessa condição, não seria capaz de superar suas contradições fundamentais e assegurar a transição ao socialismo.

Mas esse programa de reforma encontrou uma enorme barreira no poder cada vez mais consolidado do aparato partidário-estatal, e na indisposição dos oposicionistas de apelarem às massas extrapartidárias, por medo de gerarem uma instabilidade que abalasse os fundamentos da frágil ditadura do proletariado. Ademais, os oposicionistas não concebiam como plausível a demanda de um novo partido proletário, e, menos ainda, de um regime pluripartidário, defendendo, nas condições dadas então, a ditadura do PC. Essa posição foi mantida durante a fase “intermediária”, donde a atuação dos oposicionistas como “fração pública” do PC da URSS e da IC e suas seções nacionais, com a perspectiva de reformar essas instituições, ainda que tendo sido expulsos delas.

3. Fase intermediária - Construindo a Oposição de Esquerda Internacional e reavaliando o arcabouço anterior frente ao “giro à esquerda” de Stalin

O que Anderson chama de “fase intermediária” do pensamento de Trotski (1928-33) é marcada por mudanças importantes em relação ao que ele avaliava serem os riscos contrarrevolucionários para a URSS e o papel desempenhado por Stalin, ocasionadas por mudanças profundas na própria URSS e na política externa do regime. O que mais impactou Trotski nesse período foi o chamado “giro à esquerda” de Stalin no plano interno e externo, operado na virada dos anos 1920-30, com algumas mudanças de linha política em 1928, mas que assumiram peso muito maior em 1929-30. Essa fase foi encerrada com a vitória nazista na Alemanha em 1933, a qual levou a outras mudanças.

Um elemento adicional é que, como o “giro” de Stalin envolveu romper mais uma vez com aliados “velhos bolcheviques” (Bukharin, Tolski e Rikov, depois de já ter rompido com Kamnev e Zinoviev), ao longo dessa fase Trotski passou a considerar com maior ênfase o papel particular desempenhado por tal figura e sua rede de fiéis burocratas, levando a análises acerca do “stalinismo”, termo que cada vez mais se tornou uma categoria central para sua compreensão do que havia se tornado a URSS.

Outra marca dessa fase é a atuação de forma clandestina da Oposição junto à

classe trabalhadora e o campesinato da URSS, durante a onda de greves e revoltas contra as políticas de requisição forçada da produção agrícola e de racionamento de alimentos nas cidades, em 1928-29, bem como a organização da Oposição a nível internacional, em decorrência da sua expulsão do PC da URSS. No dia 31 de janeiro de 1928, Trotski e sua família foram enviados para o exílio forçado em Alma Ata, no atual Cazaquistão. Foi apenas a primeira parada de uma longa peregrinação, cujo segundo momento foi a expulsão para fora das fronteiras da URSS, em fevereiro de 1929, e que só iria terminar anos depois, em janeiro de 1937, com a concessão de asilo pelo México.

Muitos outros quadros oposicionistas também foram enviados para regiões distantes após a derrota da OU. Ao longo de 1928, um grande esforço foi feito para manter unidos os que não capitularam junto com Kamenev e Zinoviev, consolidando o grupo “Bolchevique-leninista”, como se denominaram. Como aponta Broué, o grupo se manteve vivo em grande parte graças ao recrutamento crescente de jovens operários descontentes com a piora das condições de trabalho e de vida¹³⁸, tendo questões trabalhistas sido um importante foco da oposição na virada dos anos 1920-30 – nas palavras de Alexei Gusev, os “bolcheviques leninistas” tornaram-se “os únicos defensores dos trabalhadores”¹³⁹.

O grupo passou por uma profunda sangria ao longo dos anos seguintes, com muitos capitulando em busca de readmissão no partido, devido tanto à pressão do isolamento e da perseguição, quanto ao “giro à esquerda” de Stalin, que vários oposicionistas viram positivamente.¹⁴⁰ Não obstante, os “bolchevique-leninistas” passaram a se articular também internacionalmente. A OU havia logo cedo estabelecido uma rede de contatos internacionais, impulsionada por seus quadros que haviam sido enviados ao estrangeiro e também pelo aparato de Zinoviev na IC.¹⁴¹ Parte deles se manteve articulada com os bolchevique-leninistas, e Trotski contou com a colaboração dos franceses Alfred Rosmer e Jean van Heijenoort, além de seu próprio filho, Leon Sedov, para construir a “Oposição de Esquerda Internacional” (OEI).

¹³⁸ Cf. BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista*, op. cit. p. 713-714.

¹³⁹ Cf. GUSEV, Aleksei. “The ‘Bolshevik Leninist’ Opposition and the Working Class, 1928-1929”. In FILTZER, D. et al. *A Dream Deferred: New Studies in Russian and Soviet Labour History*. Bern: Peter Lang, p. 160, 2008.

¹⁴⁰ Tal sangria começando com Preobrazhenski e uma leva de 400 militantes, em julho de 1929, e só terminou em março de 1934, com a capitulação de Rakovski. Cf. MAROT, John. *Trotsky, the Left Opposition and the Rise of Stalinism*, op. cit., p. 100.

¹⁴¹ Cf. BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista*, op. cit., p. 578-583 e 714-717. Broué destaca a existência de uma rede de ligações internacionais nos primeiros anos que abrangia belgas, gregos, estudantes chineses em Moscou e, algum tempo depois, também quadros no interior do partido chinês, franceses, alemães, espanhóis e tchecoslovacos.

Os pontos que serviam de base inicial para a OEI eram as posições da OU sobre o Comitê Sindical Anglo-Russo, a Revolução Chinesa, o “socialismo em um só país” e a burocratização da URSS e da IC.¹⁴² Sua perspectiva não era de fundar uma nova Internacional Comunista nem novos Partidos Comunistas. Ela se apresentava como “fração pública” da IC e de suas seções nacionais e reivindicava o direito de readmissão de seus militantes nos PCs, dos quais eram expulsos por criticar a linha oficial.

Apesar de ter conseguido instalar pequenos núcleos em diversos países, a OEI teve muita dificuldade em crescer.¹⁴³ Como destaca Broué, seus militantes enfrentavam uma dupla repressão, “dos Estados, que lhes tratavam como comunistas, e dos comunistas stalinistas, que os tratavam como seus piores inimigos”.¹⁴⁴ Inclusive, como aponta, Miklós Kun, ocorreu forte infiltração de agentes da GPU nas suas fileiras e até mesmo em sua liderança, onde chegou a haver uma maioria de infiltrados em determinado momento.¹⁴⁵ Não obstante as fragilidades desse agrupamento, ele resistiu ao longo dos anos 1930 e foi a base de onde surgiu, em 1938, a Quarta Internacional “trotskista”.

3.1. O início do “giro à esquerda” de Stalin e as primeiras análises de Trotski

O tema que mais impactou a atuação da Oposição Internacional até a vitória do nazismo na Alemanha, em 1933, foi o chamado “giro à esquerda” de Stalin. No plano interno, ele dizia respeito à ruptura com a política de favorecimento dos *kulaks*, em favor da coletivização no campo e da industrialização acelerada e planejada nas cidades. Ele foi formalmente anunciado apenas em 7 de novembro de 1929, através do artigo *Um Ano de Grande Mudança*¹⁴⁶, que consolidou uma política de abandono da NEP. Mas os primeiros passos já vinham sendo dados desde o XV Congresso (1927), através de uma paulatina e errática ruptura com as posições da direita partidária (Bukharin, Tolski e Rikov).

O contexto por detrás desse “giro” era o de uma nova e mais severa “crise das tesouras”, com os *kulaks*, agora com peso econômico muito maior do que em 1923, estocando sua produção de trigo diante dos baixos preços de mercado. A primeira resposta

¹⁴² Cf. *Ibid.*, p. 719-721 e 728.

¹⁴³ Broué contabiliza presença nos seguintes países entre 1928-33: Alemanha, Tchecoslováquia, Espanha, Bélgica, EUA, Canadá, México, Brasil, Argentina, Cuba, Chile, Itália, Grécia, Bulgária, Polônia, Grã-Bretanha, Hungria e Indochina. Cf. *Ibid.*, p. 721-727.

¹⁴⁴ Cf. *Ibid.*, p. 721-729.

¹⁴⁵ Cf. KUN, Miklós. *Trotsky e o Movimento Clandestino Anti-stalinista nas Décadas de 1920 e 1930*, op. cit., p. 109-112.

¹⁴⁶ Cf. STALIN, J. V. *A Year of Great Change* [1929]. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1929/11/03.htm>. Acessado em 04/11/2020.

à crise, ainda em 1928, foi a de requisitar a produção à força, mas ainda de forma subordinada a uma política de conciliação, que se expressou em um aumento de 20% do preço do trigo. A ela se seguiu, no primeiro semestre de 1929, uma tentativa infrutífera de se basear na produção dos camponeses médios, insuficiente para abastecer as cidades.

Diante do agravamento da situação, a XVI Conferência do partido, em abril de 1929, aprovou o 1º Plano Quinquenal, visando à industrialização do país e o início da coletivização de terras na forma de cooperativas (*kolkhozi*) – mas com metas e em um ritmo muito inferior ao que foi implementado a partir do final do ano (a meta de coletivização era de 16 a 18% das terras). Como a medida não bastou, a reunião do CC de novembro de 1929 decidiu pela expropriação dos *kulaks* e a “coletivização total” das terras. Conforme enfatiza Broué, tratava-se mais de uma resposta à grave situação do país, repleta de vacilações e ziguezagues, do que de uma orientação firme e retilínea.¹⁴⁷

O “giro à esquerda” de Stalin também se deu no plano internacional, na forma de uma nova linha geral para a IC, chamada de “terceiro período”, ou “classe contra classe”. Ela foi formalizada em julho de 1929, no 10º Pleno do Comitê Executivo da IC, através de uma resolução preparada por Molotov e Dmitri Manuilski, que afirmava ter se aberto uma conjuntura de ascenso revolucionário mundial – seria o fim do “segundo período”, marcado por um recuo diante da estabilidade do capitalismo (1923-28), após o “primeiro”, de ascenso revolucionário (1917-23).

Com essa mudança, a resolução colocava como tarefa para os comunistas uma atuação visando a uma ofensiva revolucionária contra a burguesia (“greve geral política”, “tomar as ruas”). Isso envolveria não realizar nenhuma aliança com a social-democracia, considerada então “objetivamente” fascista – a ideia do “social-fascismo” – e também organizar sindicatos paralelos àqueles dirigidos por tais forças. Esse Pleno também aprovou afastar Bukharin de suas funções à frente da IC.¹⁴⁸

Muitos opositores viram nessa mudança de orientação uma “aplicação” do programa da Oposição por parte do grupo de Stalin e buscaram uma reconciliação. Como se verá, apesar de essa ser uma noção frequentemente reproduzida na bibliografia acadêmica, a Oposição propriamente dita não enxergou as coisas dessa forma.

¹⁴⁷ Cf. BROUÉ, Pierre. *O Partido Bolchevique*, op. cit., p. 304-311.

¹⁴⁸ Cf. *Ibid.*, p. 277-278 e BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista*, op. cit., p. 617-620. Broué destaca que tal linha já havia sido parcialmente apresentada por Bukharin no 9º Pleno, de fevereiro de 1928, mas que ele não concordava plenamente com a mudança, de forma que a resolução então adotada possuía uma série de incoerências e contradições. Apenas no 10º Pleno, já após o VI Congresso da IC, no qual a ala de Bukharin ficou debilitada, é que ela foi desenvolvida de forma mais acabada.

O principal documento desse período de estruturação de uma oposição a nível internacional e de primeiros passos do “giro à esquerda” é a crítica escrita por Trotski ao projeto de programa para a IC, preparado para seu VI Congresso (julho-agosto de 1928), que se tornou conhecida pelos nomes *A Terceira Internacional Depois de Lenin* e também *Stalin, o Grande Organizador de Derrotas*. Trata-se, na realidade, da junção de dois documentos, a carta *E agora?* e o documento *Crítica ao programa da Internacional Comunista*.

Essencialmente, o primeiro é uma análise dos primeiros momentos do “giro à esquerda” em relação à política econômica e também dos riscos restauracionistas na URSS. Já o segundo é uma crítica detalhada à ideia de “socialismo em um só país” e suas consequências estratégicas e táticas para a IC e os PCs ao redor do globo, que, no VI Congresso, assumiram a forma da estratégia “etapista” para os PCs da periferia capitalista – a ideia de que as forças produtivas dessas formações sociais não eram “maduras” para uma revolução socialista e, portanto, antes se faria necessária uma revolução “democrático-burguesa” e uma longa etapa de desenvolvimento capitalista. Nesse momento, prévio ao 10º Pleno, o “giro à esquerda” ainda não havia se expressado no plano externo.

Em relação ao “giro à esquerda” que representava o fim das concessões aos *kulaks* e o reconhecimento de que tal setor ameaçava a ditadura do proletariado e havia, inclusive, se infiltrado no partido e no Estado, Trotski argumentou que se tratava de uma resposta à culminação dos problemas envolvidos nas crescentes concessões aos *kulaks* feitas ao longo dos anos anteriores. Essa resposta, todavia, teria sido influenciada pela pressão da Oposição, sem a qual o resultado teria sido o de ainda mais concessões. Mais uma vez, Trotski enfatizou a importância de se fortalecer o peso social do proletariado na URSS, através da industrialização estatal.¹⁴⁹

Ao debater se o “giro” seria uma “manobra” ou realmente um “novo curso”, argumentou que havia uma possibilidade real dele se consolidar enquanto uma “linha política consequente e proletária”. Nesse caso, à Oposição caberia aprofundá-la no sentido de reforma do regime partidário e, assim, abrir as portas para a reforma do regime do Estado, o que seria o caminho “mais saudável” a ser seguido.¹⁵⁰

Não obstante a mudança de orientação, Trotski alertava para a existência de uma

¹⁴⁹ Cf. TROTSKY, Leon. *Stalin, el gran organizador de derrotas: la III Internacional después de Lenin* [1928]. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2012, p. 58-67.

¹⁵⁰ Cf. *Ibid.*, p. 70.

“ala direita” no interior do partido (a qual ele não nomeia¹⁵¹), que seria representante de um setor “termidoriano”, desejoso de uma “neo NEP”, no sentido de favorecer as forças capitalistas rumo a um “capitalismo por etapas” (restauração gradual).

Sendo “pequeno-burguesa, oportunista, burocrática, colaboracionista”, essa ala direita se inclinava para a burguesia e tinha uma força que vinha de fora do partido, advindo do aparato estatal e sendo fruto das pressões sobre ele dos interesses não proletários existentes dentro e fora da URSS. Seria graças ao regime não democrático do partido que essa ala conseguia se expressar em seu interior e se impor. Esse seria “o processo mais alarmante” da “vida social” da URSS, resultando na penetração de *kulaks* e *nepmen* no aparato estatal, como exemplificado por alguns recentes escândalos de corrupção, e, através dela, na presença de seus interesses no partido, engendrando o fortalecimento do burocratismo.¹⁵²

A essa altura, portanto, Trotski conectava o burocratismo com um processo mais geral do qual seria fruto, o fortalecimento dos setores capitalistas na formação social soviética e sua penetração no aparato de Estado e no partido. Assim, a “usurpação do poder pelo aparato” (administrativo) seria “o perigo mais terrível” para o partido e a ditadura do proletariado¹⁵³, pois abria as portas aos setores restauracionistas – sendo que aqui Trotski reconheceu que a “fração do aparato”, com sua direção própria, agentes e circulares secretas, já havia obtido controle total do partido à altura de seu XII Congresso.

Diante do enfraquecimento do proletariado e do fortalecimento da burguesia (em outras palavras, do fortalecimento do que então ele chamava de “termidor”), a solução de fundo seria a revolução mundial. Ele encarava a burocracia, portanto, como um instrumento da pressão “termidoriana”, que abria caminho para a restauração (“na União Soviética a burocracia é a expressão e o instrumento da pressão que as classes não proletárias exercem contra o proletariado”¹⁵⁴). Sua força seria tamanha que a direção do partido seria “impotente frente a seu próprio aparato”, sendo sua “prisioneira”¹⁵⁵.

Apesar de manter uma posição crítica à existência de frações, e de não conceber a

¹⁵¹ McNeal afirma que não se tratava do grupo Bukharin-Tomski-Rikov, que passou a ser conhecido como a “direita” do partido após sua ruptura com Stalin, e que Trotski os consideraria parte do “centro”, ou do “centrismo burocrático”, como veio a caracterizar posteriormente o grupo ao redor de Stalin. Contudo, isso não se sustenta diante de documentos posteriores, onde Trotski deixa claro que se refere ao trio como a “direita”. Cf. MCNEAL, Robert. *Trotskyist Interpretations of Stalinism*, op. cit., p. 32.

¹⁵² Cf. TROTSKY, Leon. *Stalin, el gran organizador de derrotas*, op. Cit., p. 68-77.

¹⁵³ Cf. *Ibid.*, p. 184.

¹⁵⁴ Cf. *Ibid.*, p. 189.

¹⁵⁵ Cf. *Ibid.*, p. 77.

possibilidade de uma democracia multipartidária na URSS naquele momento (“em um país no qual os camponeses são uma maioria esmagadora e que está cercado pelos capitalistas, a ditadura do proletariado não admite a liberdade de partidos”¹⁵⁶), nesse documento Trotski se expressou em termos mais “abertos” em relação à existência de “tendências temporárias”, ao destacar que a resolução do X Congresso estimulava o debate interno, apesar de banir as frações e tendências.

Não obstante, em relação ao regime da IC, Trotski defendeu que se deveria permitir as frações e agrupamentos, ao invés do que encarava ser um regime de “centralismo burocrático” que então predominava (“um centralismo acompanhado de uma democracia estrangulada e vazia”¹⁵⁷).¹⁵⁸ Ao apontar a degeneração da liderança da IC como fruto da degeneração do PC da URSS, expressava confiança de que um ascenso revolucionário internacional fortaleceria as ideias da Oposição no interior desta, ao trazer à tona novas forças revolucionárias que contrabalanceassem o peso de tal PC na liderança internacional e que servissem de exemplo para os demais seções nacionais. Dessa forma, para ele o futuro da URSS e da IC se jogavam na arena internacional, não estando definitivamente consolidada a degeneração de ambas, donde a manutenção da perspectiva de reformar a Internacional.

Tal documento praticamente não atingiu as fileiras da IC, com exceção de alguns delegados que o receberam “por engano”, mas logo em seguida quase todos tiveram suas cópias recolhidas. Não obstante, ele gerou certos frutos, sendo a centelha que levou à formação de grupos oposicionistas nos EUA e Canadá, por exemplo.

Alguns meses depois, em outubro de 1928, Trotski escreveu uma carta a seus camaradas da OEI intitulada *Um krenkismo ao contrário*¹⁵⁹, na qual tentava dar conta do crescente conflito entre Stalin e a “direita” partidária e mapear as formas assumidas então pelos riscos contrarrevolucionários. Neste documento constam alguns dos aspectos principais que marcam a “fase intermediária” do seu pensamento.

Nele, Trotski caracteriza a linha de Stalin como “centrismo político”, e localiza sua força no aparato burocrático-administrativo do partido, baseando-se nos “novos ricos proletários”. Ao mesmo tempo, aponta que possuía a debilidade de não ter os novos proprietários a seu lado, os quais tinham na direita partidária seus porta-vozes. Dessa

¹⁵⁶ Cf. *Ibid.*, p. 186.

¹⁵⁷ Cf. *Ibid.*, p. 182.

¹⁵⁸ Cf. *Ibid.*, p.186.

¹⁵⁹ Cf. TROTSKY, Leon. *Un krenkismo al revés* [21/10/1928]. Disponível em <https://ceip.org.ar/Un-krenkismo-al-reves>. Acessado em 30/08/2020.

forma, Stalin se via forçado a manobrar politicamente para se manter no poder, tendo se aliado à direita apenas para fins pragmáticos, diante da ameaça das oposições de 1923 e 1926-27, e agora buscava eliminá-la. Um fator que o ajudava em sua empreitada era a passividade e inatividade momentânea do proletariado. Contudo, ao menos internacionalmente, haveria uma “esquerdização” das massas, o que explicaria a ruptura com a direita no interior da IC, por sua linha não mais servir aos “burocratas estrangeiros”.

Trotsky avalia que, apesar das derrotas que vinha sofrendo dentro do aparato, a direita tinha “sólida base no país”, nos novos proprietários, e era a “porta voz da contrarrevolução”, por defender os interesses deles. Contudo, para ele o trio Bukharin-Tomski-Rikov não tinha a coragem de assumir o “tom de Termidor”, “tom ultrarreacionário”, necessário para derrotar o “centro” com o apoio dessa base (lembrando que, nessa época, Trotsky utilizava “termidor” como sinônimo de restauração capitalista).

Não obstante, o regime de Stalin, por conta do seu “centrismo”, facilitava a ação desses setores. Ele seria um “kerenskismo ao contrário”: sob Kerenski, o poder passou, pelas suas costas, da burguesia ao proletariado, já pelas costas de Stalin, ele “desliza” do proletariado de volta para a burguesia, devido às crescentes concessões feitas nos anos anteriores.

Ademais, Trotsky destaca o papel do Exército como um fator decisivo em uma possível contrarrevolução, que precisaria de uma vitória militar e da concentração de poder para desfazer os ganhos da revolução. Não havia, assim, espaço para uma contrarrevolução democrático-burguesa, de forma que seu resultado seria ou o fascismo, ou o bonapartismo. O “termidor” (restauração), portanto, seria uma “etapa” rumo ao bonapartismo: o primeiro seria a forma da contrarrevolução e o segundo seu resultado em termos de regime político. Para reforçar essa sua preocupação, Trotsky traz à tona declarações de altos oficiais contra o retorno da política de requisição forçada do excedente agrícola, apontando que os interesses *kulaks* já penetravam nas forças armadas.

Ao mesmo tempo em que diferencia Stalin da direita, Trotsky considera que, ao fim e ao cabo, suas políticas levariam ao mesmo resultado contrarrevolucionário, especialmente por depender do aparato repressivo para eliminar seus adversários, de forma que também rumaria a um bonapartismo, mas baseado no aparato administrativo e chegando à restauração através de “zigzagues”. Todavia, enfatiza que o perigo principal seria a direita, inclusive porque o centro poderia vir a se desfazer, com setores girando à esquerda, no caso de um novo ascenso de massas. Essa noção de um “bonapartismo do

aparato” assumiu lugar central na “fase madura” de Trotski, ainda que sob outra forma.

Diante do cenário apontado, caberia à oposição “bolchevique-leninista” lutar por uma “reforma radical do partido”, através da “intervenção decisiva das massas”, para manter o poder proletário e elevar o nível material de vida dos trabalhadores. Para tal reforma, seria central instituir o voto secreto no PC e sindicatos. Contudo, as greves só deveriam ser usadas quando esgotadas as vias de negociação. Mas a arena internacional é que seria decisiva para permitir mudanças profundas na URSS, e o cenário seria favorável, dada a eclosão de uma onda de greves na Europa e a piora da situação econômica, o que poderia levar a um novo ascenso revolucionário internacional.

3.2. O “giro à esquerda” e a crise do arcabouço desenvolvido até então

Com o aprofundamento do “giro à esquerda” de Stalin a partir de fins de 1929, as análises de Trotski sobre os riscos contrarrevolucionários e o papel do próprio Stalin passaram por mudanças importantes. Inicialmente saudando o “giro”, Trotski e muitos “bolchevique-leninistas” logo se tornaram fortes críticos das medidas adotadas.

Como aponta Broué, inicialmente a expropriação dos *kulaks* e a disponibilização de seus meios de produção na forma de fazendas cooperativas, os *kolkhozi*, gerou enorme entusiasmo entre o campesinato, em especial seus estratos inferiores, que eram quase em sua totalidade arrendatários ou assalariados dos camponeses abastados. Também gerou grande entusiasmo nas cidades, com a ida de batalhões de jovens ao campo para auxiliar nas expropriações.¹⁶⁰

Todavia, como o desenvolvimento industrial ainda era muito aquém das necessidades de um campo coletivizado, logo o regime necessitou recorrer a graus cada vez maiores de coerção para empurrar os camponeses para os *kolkhozi* e eles passaram a resistir, na forma de queima dos campos, degola do gado, expulsão dos comunistas das aldeias, revoltas de massas, dentre outros métodos.¹⁶¹ A coerção assumiu verdadeiros ares de guerra civil, na forma de metas de “deskulakização” impostas ao partido e às agências estatais, que envolviam expropriações e deportações indiscriminadas para forçar os camponeses a aderirem aos *kolkhozi*, com o termo *kulak* tendo perdido qualquer sentido

¹⁶⁰ Cf. BROUÉ, Pierre. *O Partido Bolchevique*, op. cit., p. 306

¹⁶¹ Murphy, a partir de dados extraídos da pesquisa de Lyne Viola em acervos da polícia política, aponta que ocorreram 13754 revoltas camponesas, envolvendo 2,5 milhões de camponeses, sendo 176 delas revoltas com caráter de massas, e quase metade (6528) tendo ocorrido em março de 1930, auge da coletivização forçada. Cf. MURPHY, Kevin. *As origens e os significados do stalinismo*, op. cit.

real.¹⁶²

Em outubro de 1929, apenas 4,1% das famílias camponesas atuavam em fazendas coletivas, mas em março de 1930 esse número saltou para 58,1%. Porém, devido à crescente resistência camponesa, em 15 de março um decreto autorizou a saída dos *kolkhozi* e tal número caiu para 23,6% em julho. Apenas graças à coerção estatal, somada ao fato de que os camponeses já não possuíam mais o que destruir em resistência, nem como subsistir em seus lotes, é que os números subiram, chegando a 61,5% em 1932.¹⁶³

Foi respondendo a essa situação calamitosa que o regime buscou implementar uma industrialização acelerada e planejada, financiada pela sobrecarga do proletariado urbano e pela exportação do trigo obtido com as expropriações no campo. Portanto, foi às duras penas que a URSS atingiu um aumento de 250% em sua produção industrial, tendo dobrado a produção de carvão e ferro e quintuplicado a geração de energia elétrica, além de ter introduzido uma indústria química e ter mais do que dobrado seu operariado fabril entre 1928 e 1932, de cerca de 11,6 milhões para 23 milhões.¹⁶⁴

Como Trotski e os “bolchevique-leninistas” reagiram a tais fenômenos? É um tanto quanto comum na literatura a afirmação de que ele teria apoiando os métodos da coletivização e da industrialização forçada, ou ao menos ignorado o que realmente estava ocorrendo na URSS, por ter visto no “giro à esquerda” do regime uma implementação do programa da Oposição.¹⁶⁵

De fato, muitos dos opositores que capitularam viram as coisas dessa forma, mas não Trotski e os que permaneceram na oposição, o que é facilmente perceptível em seus materiais. Conforme destaca Alexei Gusev, afirmações de que eles viram no “giro” de

¹⁶² Cf. BROUÉ, Pierre. *O Partido Bolchevique*, op. cit., p. 304-309. Broué estima que cerca de 10 milhões de camponeses foram deportados para campos de trabalho na Sibéria sob a justificativa de serem *kulaks*.

¹⁶³ Cf. *Ibid.*, p. 304-309.

¹⁶⁴ Cf. *Ibid.*, p. 309-311.

¹⁶⁵ É o caso, por exemplo, da análise de Kevin Murphy, John Marot, Miklós Kun, dentre outros. Cf. MURPHY, Kevin. *As origens e os significados do stalinismo*, op. cit.; MAROT, John. *Trotsky, the Left Opposition and the Rise of Stalinism*, op. cit.; KUN, Miklós. *Trotsky e o Movimento Clandestino Anti-stalinista nas Décadas de 1920 e 1930*, op. cit.. Kun chega a afirmar que as “palavras de ordem ofensivas contra o *kulak*” teriam “antecipado” o “trabalho sujo de coletivização forçada”, apesar de destacar que alguns opositoristas se opuseram às medidas de coletivização forçada ainda em seu início, percebendo o perigo que representavam (Sosnovski, Rakovsky, Muralov) (p. 100-101 e 108). Para Murphy, Trotski e a Oposição “acabaram por ficar ao lado do Estado durante a guerra brutal de Stálin contra os camponeses soviéticos” ([s.p.]). Para Marot, “Trotsky e a Oposição de Esquerda não se opuseram às políticas de coletivização e industrialização forçada de Stalin. Pior, eles falharam em apoiar a resistência operária e camponesa a essas políticas. Na verdade, o programa político e a visão de mundo da Oposição de Esquerda contribuíram objetivamente para a formação e consolidação 'desde acima' de uma nova sociedade de classes [o suposto capitalismo de Estado] no período crítico de 1927-33.” (p. 87). Em sua lógica distorcida e falsificadora, Marot chega até a acusar Trotski e a Oposição de realizarem uma “frente popular” (aliança de colaboração de classes com a burguesia) com o stalinismo (p. 108).

Stalin a aplicação de seu programa são “apriorísticas” e não são acompanhadas de exame das fontes.¹⁶⁶ Ou, como destaca Alexandr Fokin, ver nos “bolchevique-leninistas” defensores da “industrialização radical” é uma visão “estereotipada”.¹⁶⁷

Gusev, destacado historiador das oposições soviéticas, enfatiza que Trotski e seus aliados tinham um programa bem definido para o campo desde o começo dos anos 1920, que era muito diferente da “coletivização total” e forçada implementada por Stalin. Em 1923, contra a linha de Bukharin de favorecimento dos *kulaks*, Preobrazhenski havia defendido o foco nas cooperativas de produção e de vendas, na forma de incentivos estatais. Quando do XV Congresso (1927), a OU exigiu maior apoio financeiro e máxima facilidade ao desenvolvimento de fazendas cooperativas, para converter a pequena produção em produção em larga escala e coletiva.

Assim, apesar de Trotski e o centro bolchevique-leninista terem visto no 1º Plano Quinquenal (1929) uma “cópia quase literal” da sua *Plataforma* e uma “vitória ideológica” da oposição, desde meados de 1928 eles já criticavam os “métodos administrativos” da política de coletivização “pela força”, sem considerar o desejo dos camponeses a disponibilidade de meios técnicos necessários. Com o anúncio da coletivização em larga escala (janeiro de 1930), acusaram Stalin de “aventureirismo” e “loucura”, e de se basear em um “platonismo econômico”, pois não havia suficiente desenvolvimento das forças produtivas para atender às grandes fazendas.

Ademais, Gusev demonstra que, para os opositores, o “giro” era um “zig-zague” à esquerda, que não alterava o caráter autoritário e burocrático do regime e que não tardaria a voltar à direita. Como alternativa, eles defendiam um retorno parcial à NEP, com incentivos estatais às fazendas coletivas e democratização da sua gestão, até a eclosão da revolução mundial, que permitiria à URSS construir as bases materiais necessárias à coletivização voluntária e em larga escala. Havia certas divergências entre Trotski e outros quadros e membros de base da oposição, pelo primeiro ver certo elemento de “progresso histórico” na coletivização de Stalin, apesar dos seus graves problemas, ao passo que os demais faziam uma condenação mais profunda do fenômeno, mas Gusev

¹⁶⁶ Cf. GUSEV, Alexei. “Socialismo con tracción a caballo”: la colectivización estalinista del campo en los análisis de la Oposición comunista. [2019] Disponível em <https://www.izquierdadiario.es/La-colectivizacion-estalinista-y-los-trotskistas-sovieticos#notes>. Acessado em 01/09/2020.

¹⁶⁷ Cf. FOKIN, Aleksandr. *La Oposición de Izquierda soviética y el hallazgo de los cuadernos de la cárcel de Verjneural'sk* [2019]. Disponível em <https://www.izquierdadiario.es/Dossier-La-Oposicion-de-Izquierda-sovietica-y-el-hallazgo-de-los-cuadernos-de-la-carcel-de-Verjneural'sk>. Acessado em 15/09/2020.

ênfatisa que eles estavam de pleno acordo quanto ao essencial.¹⁶⁸

Conforme apontam ainda Ernest Mandel e Carlos Eduardo Rebello Mendonça, há farta documentação demonstrando que Trotski e a oposição se opuseram aos métodos empregados pelo regime. Argumentando que não se suprime as forças capitalistas via decreto, criticaram a violência e a queda na qualidade de vida dos trabalhadores decorrente do “giro” de Stalin, e argumentaram que a “coletivização completa” era “tapeação econômica” (*Declaração de 1930*, assinada por Rakovski) e só teria caráter socialista se fosse baseada em trocas voluntárias (Trotski em *A economia soviética corre perigo*, 1932). Ademais, Trotski defendeu a necessidade da democracia soviética para que a nova orientação econômica fosse de fato um passo adiante na construção socialista (Trotski em *Dois métodos de liderança*, 1928; *O Pleno de Julho e o Perigo de Direita*, 1928; *Economia planejada na URSS: sucesso ou fracasso*, 1933).¹⁶⁹

Os recém-descobertos cadernos de artigos e documentos dos “bolchevique-leninistas” aprisionados no campo de Verjneural'sk, datados do começo dos anos 1930, reforçam tal leitura. O historiador Alexandr Fokin destaca que, neles, os oposicionistas criticam a industrialização acelerada e a coletivização forçada e defendem um retorno parcial à NEP enquanto perdurasse o isolamento internacional da URSS, para recuperar a relação com o campesinato pobre. Inclusive, viam nas fazendas cooperativas um fortalecimento das tendências capitalistas, pois nelas os camponeses pobres eram explorados pelos médios. Não haveria, assim, um “giro à esquerda” de verdade, pois Stalin estaria tentando criar uma base de apoio entre os novos camponeses médios.¹⁷⁰

Twiss também traz à tona as duras críticas de Trotski aos métodos utilizados na transformação econômica, ainda que tenha elogiado e visto de forma positiva a industrialização e a coletivização como princípios, alegando a superioridade da economia socialista e dando boas vindas às novas formas de organização da vida social que passariam a predominar no campo.

Em relação ao planejamento, as críticas principais eram ao seu caráter isolacionista, baseado na ideia de autossuficiência derivada da perspectiva de “socialismo

¹⁶⁸ Cf. GUSEV, Alexei. “*Socialismo con tracción a caballo*”, *op. cit.* Gusev destaca que muitos “bolchevique-leninistas” que estavam exilados nas vilas que foram coletivizadas tiveram uma visão mais negativa que a de Trotski, comparando o processo com a reintrodução da servidão e destacando que levava a uma grave regressão econômica.

¹⁶⁹ Cf. MANDEL, Ernest. *Trotsky como alternativa*, *op. cit.*, p. 98 e MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello. MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello. *Trotsky diante do socialismo real*, *op. cit.*, p. 128.

¹⁷⁰ Cf. FOKIN, Aleksandr. *Op. cit.*

em um só país”; ao ritmo da industrialização, considerado “insano”, pois levaria a desigualdades e desequilíbrios entre os vários setores econômicos, forçando uma desaceleração logo em seguida por conta do caos que geraria; à degradação do nível de vida dos trabalhadores, que afetaria o próprio ritmo da industrialização; e à supressão total do mercado e à ausência de democracia, considerados essenciais para os consumidores demonstrarem suas necessidades, a partir da dinâmica de oferta e demanda, e também para a realização dos cálculos do planejamento (mercado) e para permitir a efetiva articulação do plano e para que os trabalhadores e camponeses determinassem o que desejavam consumir e o que poderia ser acumulado (democracia).¹⁷¹

Em relação à coletivização, Trotski criticou a “deskulakização” como desnecessariamente violenta e fútil, e a coletivização em massa como prematura e, portanto, destinada a arruinar a agricultura. Também criticou o ritmo como um problema grave, especialmente por estar em descompasso com a industrialização, necessária ao funcionamento adequado das fazendas coletivas, com uma agricultura mecanizada. Da forma como estava sendo realizada, a coletivização iria reduzir a produtividade, por reduzir o interesse do produtor no trabalho necessário, bem como criaria novas condições para surgimento de *kulaks*, dada a desigualdade de recursos das famílias camponesas que ingressavam nos *kolkhozi*, apontando que apenas uma revolução industrial e cultural poderia assegurar que não reaparecessem.¹⁷²

Assim, em um texto de dezembro de 1932, Trotski dividiu a condução do regime soviético em dois períodos distintos, um de “oportunismo econômico” (1923-28), marcado pela “luta contra a ‘superindustrialização’ e apostando tudo nos *kulaks*”, e outro de “aventureirismo econômico” (1928-32, ano do texto de referência), marcado pela “aceleração exagerada do ritmo da industrialização, coletivização total, eliminação administrativa dos *kulaks* enquanto classe”¹⁷³.

A partir dessas análises críticas, Trotski reconsiderou o que seria o principal risco “termidoriano” – até então visto como o crescimento dos *kulaks* e *nepmen*, sua penetração no aparato estatal e partidário, e a possibilidade deles se ligarem às massas camponesas, rompendo a *smytchka* entre elas e o proletariado. Com a coletivização forçada e a industrialização acelerada, esse risco passou a ser visto como a deterioração da *smytchka*

¹⁷¹ Cf. TWISS, Thomas Marshall. *Trotsky and the Problem of Soviet Bureaucracy*, op. cit., p. 380-386.

¹⁷² Cf. *Ibid.*, p. 386-388.

¹⁷³ TROTSKY, Leon. *Fundamental Principles of the Left Opposition* [dez. 1932]. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1932/xx/ilo.html>. Acessado em 14/06/2018.

por conta da degradação da qualidade de vida das massas trabalhadoras e camponesas e da resistência camponesa e sua consequente redução na produção agrícola abaixo do suficiente para o abastecimento das cidades. Portanto, o “centrismo burocrático”, como passou a caracterizar a linha política de Stalin, punha em risco a sobrevivência da ditadura do proletariado não apenas por ter atrasado a industrialização entre 1923-28 (período do “oportunismo econômico”), mas também por seus ziguezagues e “saltos adiante” (período do “aventureirismo econômico”).¹⁷⁴

Dessa forma, o “giro à esquerda” do stalinismo não foi visto por Trotski como algo inteiramente positivo, pois, apesar de se voltar contra os setores privados que sua política anterior permitira que ganhassem grande peso social e pusessem em risco a sobrevivência da ditadura do proletariado, ele buscava solucionar o problema de forma “aventureira”, gerando novos riscos contrarrevolucionários.

Portanto, não se sustenta a afirmação de que Trotski tenha apoiado e legitimado a coletivização forçada e a industrialização acelerada, por mais que seja correto afirmar que ele subestimou o caráter de verdadeira guerra civil empreendida pelo regime contra o campesinato em nome da suposta “liquidação” dos *kulaks*.¹⁷⁵ Já da parte dos “bolchevique-leninistas”, que tiveram uma visão muito mais crítica que a de Trotski, é simplesmente impossível afirmar que apoiaram ou mesmo reconheceram como verdadeiro o “giro” de Stalin. Em essência, Trotski e seus aliados viram no “giro” a realização do programa de interesse da burocracia, não a “implementação do programa da oposição com violência”, como afirmam alguns.

Apesar da aparente coerência dessas análises, que advinham da Oposição de 1923 e, principalmente, da Oposição Unificada (1926-28), Twiss destaca algo raramente abordado pela bibliografia especializada. A partir de uma detalhada pesquisa do pensamento de Trotski acerca da questão burocrática, ele aponta que sua concepção da burocratização como uma autonomização das instituições em relação às massas como fruto da pressão de classes não proletárias se tornou cada vez mais incoerente com a realidade da URSS a partir do “giro” do regime.

Primeiro, porque Trotski previa que a derrota da oposição fortaleceria a direita e levaria à “desintegração do centrismo burocrático” (Stalin) e à restauração capitalista. Ao invés disso, o grupo de Stalin ficou ainda mais forte depois de romper com Bukharin-

¹⁷⁴ Cf. TROTSKY, Leon. *The Danger of Thermidor*, op. cit.

¹⁷⁵ Essa questão da “guerra civil” é enfatizada por Kevin Murphy, cf. MURPHY, Kevin. *As origens e os significados do stalinismo*, op. cit.

Tomski-Rikov e operou seu “giro à esquerda”, indo muito mais longe nesse caminho à esquerda do que a própria oposição defendia. Mesmo as classes exploradoras tendo sido duramente golpeadas, a autonomização e o burocratismo aumentaram ainda mais, demonstrando que não eram fenômenos interligados em nexos causal, como supunha Trotski.

Segundo, porque ele insistiu, ao longo de 1928-29, que o “giro” seria algo falso, que logo seria revertido em favor da ala direita e de uma restauração. Portanto, mais um “zigzague” do grupo de Stalin enquanto “centrismo burocrático”. Mas ele não só perdurou como se aprofundou ao longo do começo dos anos 1930.

Ademais, Trotski explicou o “giro”, dentre outros fatores, como fruto da pressão da oposição, o que não se sustenta considerando-se o período de 1929 em diante, quando os opositores foram quase que inteiramente eliminados no interior da URSS.¹⁷⁶

Como forma de lidar com parte das incoerências que vinham surgindo na sua análise da burocratização, Trotski passou, então, a enfatizar cada vez mais a autonomia (relativa) da burocracia em relação às classes como forma de entender seu afastamento dos setores privados, em contraste com a avaliação que predominara até então, segundo a qual ela era um instrumento da pressão de tais setores e era profundamente conservadora. Mas essa ênfase veio após alguns escritos com análises contraditórias, como afirmar que o giro havia sido feito contra o interesse da burocracia, ou foi acompanhada de explicações sobre o aprofundamento do “giro” baseadas atitudes subjetivas da burocracia (“pânico”, “empolgação”).¹⁷⁷

Com tal mudança, que marca a passagem da “fase intermediária” à “madura”, o stalinismo passou a ser definido não mais como fruto do fenômeno do burocratismo, mas como o regime bonapartista de ditadura da burocracia em uma formação social de transição entre o capitalismo e o socialismo, de forma que suas ações e linhas políticas tinham como fundo os interesses sociais da burocracia.¹⁷⁸

¹⁷⁶ Cf. TWISS, Thomas Marshall. *Trotsky and the Problem of Soviet Bureaucracy*, op. cit., p. 275, 350-352 e 394-396. Entre a expulsão do partido, em fins de 1927, até os Processos de Moscou, em 1936, os “bolchevique-leninistas” ficaram reduzidos aos campos de trabalho forçado – após, foram executados.

¹⁷⁷ Cf. *Ibid.*, p. 388-389 e 628-629. Para alguns exemplos mais detalhados dessas incoerências, ver *Ibid.*, p. 394-396 e TWISS, Thomas M. Trotsky’s Analysis of Stalinism. *Critique: Journal of Socialist Theory*, v. 38, n. 4, 2010, p. 552.

¹⁷⁸ Cf. *Ibid.*, p. 553. Cabe destacar que Twiss não aponta que Trotski encarava a autonomia da burocracia em relação às classes como relativa, pois limitada pelo interesse da burocracia em preservar as formas de propriedade estabelecidas pela revolução, das quais dependiam seus privilégios materiais. Assim, fica parecendo que Trotski encarava a burocracia como uma camada social independente das classes sociais, o que não é correto.

3.3. Caracterizações do stalinismo dentro e fora da URSS entre 1928-33: “centro”, “centrismo burocrático” e analogias com a Revolução Francesa (termidor e bonapartismo)

Ao longo da sua “fase intermediária”, Trotski reconsiderou o papel de Stalin e passou a utilizar cada vez mais o termo “stalinismo” como conceito-chave para entender a burocratização soviética. Ele também reconsiderou as analogias com a Revolução Francesa, em especial o significado histórico e conceitual do “termidor”. Cabe uma sistematização antes de passarmos à sua “fase madura”.

Conforme aponta Anderson, o termo “stalinismo” inicialmente era usado basicamente para se referir ao grupo ao redor de Stalin dentro do partido. Nesse sentido, Trotski primeiro considerou Stalin e o “stalinismo” como o “centro” do partido, uma ala gravitando entre as posições da oposição (“esquerda”) e da ala “direita” (Bukharin, Tolski e Rikov).¹⁷⁹ Mas cabe ressaltar que, como até pelo menos 1926, ele não considerava Stalin uma parte central do problema, focando em Kamenev e Zinoviev, o termo não aparece nos materiais relativos à Oposição de 1923, nem em *Lições de Outubro*, de 1924. No que tange aos documentos de grande relevo, é na *Plataforma da Oposição Unificada* (1928) e em *A Terceira Internacional Depois de Lenin / Stalin, o Grande Organizador de Derrotas* (1928) que ele se faz presente com tal conteúdo.

A primeira aparição do termo “stalinismo” contendo um significado para além de grupo de pessoas ao redor de Stalin, segundo levantamento feito por Twiss, teria ocorrido em um documento da OU de 28 de junho de 1927.¹⁸⁰ A partir daí, ele foi usado para se referir a uma série de práticas da liderança partidária consideradas não democráticas, tidas como desviantes daquelas “leninistas”, bem como para se referir a uma série de políticas econômicas e internacionais que desviavam à direita do “leninismo” (as concessões aos *kulaks* e os blocos políticos “oportunistas” na Grã Bretanha e China). Em termos de “doutrina”, o “stalinismo” se expressaria de forma mais acabada na ideia de “socialismo em um só país”, que expressava seu conservadorismo tanto em relação à economia, quanto à política internacional (a noção de um longo período de estabilidade capitalista).¹⁸¹

O stalinismo, assim compreendido, seria fruto da burocratização, entendida como

¹⁷⁹ Cf. ANDERSON, Perry. *Trotsky's Interpretation of Stalinism*, op. cit., p. 50-51.

¹⁸⁰ Cf. TWISS, Thomas M. *Trotsky's Analysis of Stalinism*, op. cit., p. 547.

¹⁸¹ Cf. *Ibid.*, p. 547-550.

a autonomização das instituições governantes em relação às massas e a sua crescente subordinação a classes não proletárias. O raciocínio básico acerca da burocratização por detrás do stalinismo era de que a exaustão e desmoralização do proletariado ao fim da guerra e por conta do fracasso das revoluções na Europa, mais o fortalecimento dos setores privados graças à NEP, teria culminado em uma pressão de direta sobre o Estado e o partido. Sob tal pressão, a liderança do aparato estatal-partidário adotou medidas benéficas esses setores privados, reprimindo a esquerda do partido para garantir a implementação dessas medidas, que, por sua vez, fortaleciam ainda mais ditos setores, retroalimentando o fenômeno.¹⁸²

Ainda que considerando dialeticamente o stalinismo como fruto e impulsionador de um regime político “burocrático” e “plebiscitário”, no sentido de operar via apelos populares demagógicos, ao longo desses anos, marcados pela luta oposicionista, Trotski não o via como a ameaça principal para a sobrevivência da URSS. Conforme ressalta Robert McNeal, preocupavam-no mais a mencionada ala direita, tida como porta-voz dos interesses dos setores privados da economia e, especialmente, certos setores extrapartidários, que ele encarava que poderiam substituir o stalinismo no poder, levando a uma possível guerra civil e a uma restauração do capitalismo. Esses setores extrapartidários, aponta McNeal, seriam compostos por figuras militares como Mikhail Tukhachevski, por membros do aparato policial, como Genrikh Iagoda, e pelos “desertores” e “traidores” da revolução.¹⁸³

Assim, inicialmente, Trotski via o risco representado pelo stalinismo a partir do raciocínio de que, através das suas vacilações, ele abria espaço para tais setores, que ele caracterizava como “termidorianos”. O termo “termidor” aparece na *Plataforma* da Oposição Unificada para falar de um “perigo termidoriano” representado pela infiltração

¹⁸² Cf. *Ibid.*, p. 550.

¹⁸³ Cf. MCNEAL, Robert H. *Trotskyist Interpretations of Stalinism*, op. cit., p. 30-31. Na *Plataforma* da OU, também é mencionado como elemento “termidoriano” Nikolai Ustrialov, anticomunista exilado e pioneiro do “nacional bolchevismo” (defensor de uma grandeza renovada da Rússia), entusiasta do retorno de relações de mercado sob a NEP. Twiss também corrobora tal análise, cf. TWISS, Thomas M. *Trotsky's Analysis of Stalinism*, op. cit., p. 550. Cabe notar que, apesar da análise bem embasada de certos aspectos do pensamento de Trotski, McNeal é claramente hostil a ele, apresentando um quadro muito negativo, e por vezes desdenhoso. Isso acaba fazendo com que ele incorra em várias afirmações pontuais ao longo do texto que simplesmente não se sustentam e, em alguns casos, são contraditas pela sua própria análise: por exemplo, afirma que Trotski utilizava os termos bonapartismo e termidor de forma vaga, fruto da falta de estudo sobre a Revolução Francesa e dos escritos de Marx (p. 34), e que era mais uma “caracterização polêmica do que analítica” (p. 35), um mero “epíteto” (p. 36). Ademais, deixa escapar aspectos importantes da análise de Trotski em sua fase “madura”: as origens do stalinismo nas contradições da URSS enquanto “sociedade de transição” e seu caráter “dual” delas decorrentes, bem como a diferenciação do papel que cumpre no interior da URSS e internacionalmente.

dos setores privados no aparato de Estado e no partido, via corrupção. Ele também aparece em *A Terceira Internacional Depois de Lenin* para falar da burocracia como um instrumento da “pressão termidoriana”, que abria caminho para a restauração. Tal termo tinha grande importância para a compreensão de Trotski da questão burocrática e dos riscos à sobrevivência da ditadura do proletariado na URSS.

Segundo Trotski, em um artigo de 1931, o conteúdo mais preciso por detrás de tais usos é que o “perigo termidoriano” residia em uma camada do partido que se descolou das massas e se conectou a setores não proletários, a qual poderia levar a uma restauração capitalista na forma de “uma dominação mais ou menos duradoura dos bolcheviques aburguesados, com a manutenção formal do sistema soviético”¹⁸⁴. Ou seja, o “termidor” seria uma contrarrevolução que preservaria por algum tempo os elementos formais do regime político: conforme um artigo de 1933, seria uma “contrarrevolução disfarçada, que ainda contém as formas externas e o ritual da revolução, mas que já altera o conteúdo de classe do Estado”¹⁸⁵. Tal concepção de “perigo termidoriano” foi posteriormente revista, por ser baseada em uma analogia equivocada.

Também operando uma analogia com a Revolução Francesa, a partir do começo dos anos 1930, Trotski passou a encarar que o stalinismo possuía traços “bonapartistas”, expressos no fato de que o aparato atacava a Oposição de Esquerda para se livrar dos constantes ziguezagues que se via forçado a fazer entre a esquerda (ela) e a direita (os restauracionistas conscientes e inconscientes). Portanto, Trotski tratava as categorias “bonapartismo” e “termidor” enquanto processos concretos, e não como rígidos esquemas a-históricos, como se fossem etapas da Revolução Francesa a serem repetidas pela Revolução Soviética.

Assim, nesse começo dos anos 1930 ele apontava para a possibilidade de um entrelaçamento de ambos processos no caso soviético, com o stalinismo, dotado de traços bonapartistas, facilitando o crescimento e possível triunfo do “perigo termidoriano”, ou mesmo de um “salto” de um processo sobre o outro, uma vez que, no PC da URSS, existiam então tanto “elementos termidorianos” (substituição de bolcheviques genuínos por “oportunistas”) quanto “elementos bonapartistas” (o poder do aparato e sua

¹⁸⁴ TROTSKY, Leon. *Thermidorianism and Bonapartism* [1931]. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1931/xx/thermbon.htm>. Acessado em 17/04/2018.

¹⁸⁵ TROTSKY, Leon. *The Danger of Thermidor: An Analysis of the Significance of Stalin's Latest Speech* [11 jan. 1933]. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1933/01/thermidor.htm>. Acessado: 17/04/2018.

concentração em Stalin).¹⁸⁶ Alguns anos depois, conforme repensou a analogia histórica do termidor, a categoria de bonapartismo se tornou central em sua “fase madura”.

Com o tempo, ainda no contexto de luta por reforma do PC e do regime soviético, a definição do stalinismo enquanto o “centro” partidário evoluiu para a de “centrismo”, no começo dos anos 1930. Conforme mapeou Twiss, isso inicialmente significava que, politicamente, o stalinismo gravitava entre o oportunismo (significando adaptação aos interesses burgueses) e o marxismo e depois passou a significar que ele gravitava entre o oportunismo e o ultra-esquerdismo (sectarismo, expresso na política do “terceiro período”, ou “classe contra classe”).¹⁸⁷ Essa gravitação, conforme aponta Anderson, seria fruto das pressões de classe tanto dentro como fora da URSS.¹⁸⁸ Foi a partir dessa categoria que Trotski inicialmente explicou os crescentes ziguezagues políticos do stalinismo, tanto dentro como fora da URSS.

Além dessa inconstância política, que fazia do stalinismo politicamente centrista, ele seria ainda um centrismo especial, de tipo burocrático, pois, afetado pela burocratização do regime soviético, por um processo de constante retroalimentação, o próprio partido teria sofrido uma grave degeneração burocrática e instituído então um regime não mais de “centralismo democrático”, e sim de “centralismo burocrático”. Neste, sua direção reverberava e impunha aos membros políticas que correspondessem aos interesses da burocracia encastelada no aparelho de Estado e calava brutalmente qualquer possibilidade de oposição. Em suas palavras, o “centrismo burocrático” seria fruto da “degeneração do bolchevismo, mantendo, na forma de uma caricatura, muitas de suas características”.¹⁸⁹

A inconsistência política do stalinismo que o fazia ser uma forma de “centrismo burocrático” seria decorrente do fato de que suas posições não eram senão a expressão das necessidades sociais da burocracia soviética, questão que ele analisará em profundidade ao longo de sua “fase madura”. Assim, Trotski encarava que o stalinismo defendia a URSS, mas com seus próprios métodos, os quais facilitavam a vitória futura da burguesia. De forma semelhante, no plano internacional, apesar de essa burocracia almejar estabilidade e uma coexistência pacífica com o imperialismo (donde a “teoria”

¹⁸⁶ Cf. *Ibid.*; TROTSKY, Leon. *Thermidor and Bonapartism* [1931]. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1931/xx/thermidor.htm>. Acessado em 17/04/2018.

¹⁸⁷ Cf. TWISS, Thomas M. *Trotsky's analysis of Stalinism*, *op. cit.*, p. 533.

¹⁸⁸ Cf. ANDERSON, Perry. *Trotsky's interpretations of Stalinism*, *op. cit.*, p. 51.

¹⁸⁹ Cf. TROTSKY, Leon. *Two articles on centrism* [fev./mar. 1934]. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/Trotsky/1934/02/centrism.htm>, acessado em: nov. 2013.

do “socialismo em um só país”), ela também se via forçada a momentos de ofensiva para se proteger, levando a diversas outras inconsistências da parte do stalinismo dentro do PC e da IC.¹⁹⁰

No que tange ao stalinismo fora da URSS, após a derrota da OU, Trotski passou a encarar que a degeneração do PC soviético levava também a uma degeneração da IC e a uma subordinação dos demais PCs aos interesses da burocracia governante. Por meio da chamada política de “bolchevização”, implementada a partir de seu V Congresso Mundial (1924), o corpo dirigente da IC impôs aos demais PCs o mesmo modelo rígido e altamente burocratizado que passou a vigorar no interior do PC soviético, removendo das direções nacionais, ou mesmo do partido, todos aqueles elementos que fossem (ou pudessem vir a ser) incômodos para a direção internacional. E o fez, invariavelmente, rotulando-os de “trotskistas” – o que passou a ser o grande espantalho utilizado contra os adversários de Stalin e seu grupo. Um dos principais mecanismos para garantir a fidelidade dos PCs aos constantes giros da linha política da IC, como destaca Broué, era a dependência material frente ao aparato partidário e internacional que, em última instância, era uma dependência material em relação à URSS.¹⁹¹

A partir dessa transformação do regime interno da IC e dos demais PCs, que passaram a mimetizar o “modelo” burocrático do PC soviético, foi possível a imposição a eles de um programa compatível com o que Trotski via como um crescente interesse da burocracia soviética em garantir uma coexistência pacífica com o imperialismo, a partir de uma estabilização da luta de classes entre capital e trabalho. Dessa forma, a IC também teria se tornado “centrista”, ao ter se transformado em mais um dos instrumentos dessa burocracia soviética.¹⁹² Essa análise, de que a IC acabou reduzida a um braço da política externa do regime da URSS, é inclusive compartilhada por diversos historiadores de diferentes colorações políticas.¹⁹³

Foi dessa forma que teve lugar a ressurreição da vulgata evolucionista no interior

¹⁹⁰ Cf. *The Class Nature of the Soviet State* [1 out. 1933]. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1933/10/sovstate.htm>. Acessado em 17/04/2018.

¹⁹¹ Cf. BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista*, op. cit., p. 651-652.

¹⁹² Cf. TROTSKY, Leon. *Two articles on centrism*, op. cit.

¹⁹³ Como um variado leque de referências que sustentam essa mesma conclusão, pode-se mencionar o trotskista “lambertista” Broué (Cf. BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista*, op. cit.), o ex-stalinista e um dos fundadores do “eurocomunismo”, Fernando Claudín (cf. CLAUDÍN, Fernando. *La crisis del movimiento comunista* [1970]. Disponível em marxistarkiv.se. Acessado em 08/05/2015), o liberal Archie Brown (cf. BROWN, Archie. *The rise and fall of Communism*. Nova York: Harper Collins, 2009) e o conservador anticomunista Robert Service (cf. SERVICE, Robert. *Comrades! A history of world communism*. Cambridge: Harvard University Press, 2007).

do nascente movimento comunista internacional, na forma das teses “etapistas” aprovadas no VI Congresso (1928). Afinal, a despeito de ter sido refutada na prática pela experiência revolucionária na Rússia, ela permitia justificar uma política de não enfrentamento do proletariado com a burguesia, uma vez que pressupunha a existência de países não “maduros” para o socialismo, nos quais o proletariado deveria buscar alianças com a burguesia nativa.¹⁹⁴

Dessa forma, houve uma clara mudança de linha nos PCs da periferia do mundo, os quais assumiram uma política nacional-reformista, ao passo que, nos países centrais do capitalismo, a luta de classes e a perspectiva de uma revolução socialista foi constantemente posta em segundo plano, em prol de medidas de “pressão” sobre as burguesias nativas, visando a uma “defesa” da URSS. Mas essa não era uma orientação sólida, tendo sido intercalada com momentos de postura ofensiva por parte da direção da IC para algumas de suas seções ou mesmo para a totalidade delas.

Para Trotski, foi esse o nexos explicativo (centrismo levando a um conservadorismo permeado por ziguezagues) para dois importantes casos de “oportunismo político” na forma de alianças com setores reformistas e também burgueses que, sendo à época amplamente criticados pela Oposição de Esquerda, constituíram-se enquanto um importante divisor de águas entre ela e a direção da IC e do PC soviético: o caso do “Comitê Sindical Anglo-Russo” (1926) e da Revolução Chinesa de 1925-27. Sendo que, no caso da Revolução Chinesa, após uma longa orientação de colaboração de classes com o KMT, no último momento, já sob dura repressão dessa organização, a IC assumiu uma postura de ofensiva pela tomada do poder, com a criação do *soviet* de Cantão, que foi rapidamente massacrado pelo seu até então aliado, o que mostra que ela era capaz de operar giros à esquerda.

Além desse caso emblemático do *soviet* de Cantão, no começo dos anos 1930, os PCs mundo à fora operaram um “giro à esquerda” sob a linha do “terceiro período” / “classe contra classe”. O referido caráter centrista do stalinismo é que explicaria políticas tão díspares dentro e fora da URSS, que oscilaram entre uma orientação de colaboração de classes e uma orientação revolucionária.

Conforme aponta Twiss, similarmente à análise do giro econômico na URSS,

¹⁹⁴ Cf. *Ibid.*, Capítulos 18 e 23. A título de exemplo, pode-se apontar, no caso brasileiro, o que os críticos da estratégia etapista do PCB pré-1992 nomearam de “pensamento dualista”, expresso, por exemplo, nas obras de Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães. Cf. MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984, Capítulo 4, seção 1.

Trotsky viu o giro da IC inicialmente como reação da burocracia às derrotas prévias (Grã-Bretanha, China) e à pressão da Oposição Internacional, mas logo abandonou tal raciocínio, por conta do extremismo que o giro assumiu. Passou então a enfatizar a explicação de reação aos erros a que levaram os acordos anteriores, mas ressaltando que logo a linha retornaria ao oportunismo típico da burocracia, sendo apenas um ziguezague.¹⁹⁵

Como exemplo desses ziguezagues, pode-se sintetizar que, de um lado, houve episódios e linhas políticas em que o stalinismo assumiu caráter nacional-reformista, como: a “teoria” do “socialismo em um só país”, que afirmava não serem necessárias revoluções nos centros imperialistas para que a URSS atingisse o socialismo, e do “socialismo a passos de tartaruga”, a construção lenta do socialismo na URSS, por meio do enriquecimento dos proprietários rurais, como fonte de recursos para o Estado, proposta por Bukharin, proclamadas em 1924; as experiências de colaboração de classes do tipo do referido “Comitê Anglo-Russo” e no caso da Revolução Chinesa. De outro lado, houve casos pontuais como o do *soviet* de Cantão e a orientação da linha do “terceiro período” / “classe contra classe”, de que a tomada do poder pelos PC estava na ordem do dia em todo o globo, não se devendo fazer alianças táticas com a social-democracia, então igualada ao fascismo, do começo dos anos 1930, além da campanha contra os *nepmen* e os *kulaks* na URSS, no mesmo período. Para Trotsky, cada um desses “giros” estava intimamente ligado à defesa dos interesses da burocracia soviética ante diferentes cenários políticos e sociais.

Mas essa explicação, ainda que possuindo lógica interna, foi deixada de lado em meados dos anos 1930, quando, sob o impacto dos eventos que culminaram com a vitória do fascismo na Alemanha, Trotsky reconsiderou a definição de stalinismo a partir de uma nova análise da burocratização soviética, bem como repensou a caracterização do papel que este cumpria internacionalmente, através da IC.

3.4. A vitória fascista na Alemanha e a mudança profunda do arcabouço acerca da burocratização soviética: passando da “fase intermediária” à “madura” (1933-35)

Uma mudança mais profunda do arcabouço desenvolvido entre 1923-28, tanto analítica, quanto política, foi operada sob impacto da ascensão ao poder do fascismo na Alemanha, país que era tido como a chave da revolução europeia desde os primeiros

¹⁹⁵ Cf. TWISS, Thomas Marshall. *Trotsky and the Problem of Soviet Bureaucracy*, *op. cit.*, p. 409-411.

momentos da Revolução Soviética.

Trotsky acompanhou essa ascensão produzindo grande volume de artigos e documentos com vistas a orientar os “bolchevique-leninistas” alemães a implementarem a almejada reforma do PC alemão e correção de sua linha política. Tal linha, ditada pela política do “terceiro período” / “classe contra classe”, imposta desde acima pelo aparato burocrático da IC, significou essencialmente duas coisas: oposição a qualquer tipo de aliança com outras organizações dos trabalhadores contra o fascismo, em especial a social-democracia, tida como “objetivamente fascista” (ideia do “social-fascismo”); postura passiva de aguardar a chegada de Hitler ao poder, apostando na rápida falência de seu governo, que prepararia o terreno para o PC assumir o poder (ideia do “depois de Hitler, nós”).¹⁹⁶

Diante da tragédia alemã, em março de 1933, Trotsky declarou que o stalinismo havia tido seu “4 de agosto” na Alemanha, isto é, uma grande traição. Dessa forma, defendeu que era necessário construir um novo partido na Alemanha, pois o PC não passaria de um “aparato”, rompendo, assim, com a orientação geral da OEI então, que era de atuar como “fração pública” dos PCs e da IC, visando reformá-los.¹⁹⁷

Como a derrota na Alemanha, pela qual Trotsky culpava diretamente a IC e a burocracia à frente do regime da URSS, não gerou uma autocrítica da parte da direção da Internacional e nem uma reação significativa das suas seções e bases, em 15 de julho ele propôs à OEI abandonar a perspectiva de reforma da IC, passando a se engajar na construção de uma nova Internacional.

A perspectiva dessa construção, inclusive, levava em conta um crescente giro à esquerda de setores da social-democracia, que poderiam ser ganhos para um programa correto. No documento em que veiculou essa proposta, Trotsky ainda afirmou que a “ditadura stalinista” na URSS era fruto do atraso econômico somado ao atraso da revolução mundial e que, àquela altura, o PC da URSS já não poderia mais ser considerado um partido, mas apenas um “aparato”, no interior do qual se expressavam elementos dos “partidos” proletário e “termidoriano-bonapartista”.¹⁹⁸

¹⁹⁶ Para uma análise pormenorizada da atuação do PC alemão e da IC, ver BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista*, op. cit., Capítulo 25. Para uma coletânea de textos de Trotsky sobre o assunto, ver TROTSKY, Leon. *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha*. São Paulo: Sundermann, 2011.

¹⁹⁷ Cf. TROTSKY, Leon. *The Tragedy of the German Proletariat: The German Workers Will Rise Again* — Stalinism, Never! [mar. 1933]. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/trotsky/germany/1933/330314.htm>. Acessado em 20/04/2018.

¹⁹⁸ Cf. TROTSKY, Leon. *To Build Communist Parties and an International Anew* [15 jul. 1933]. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/trotsky/germany/1933/330715.htm>. Acessado em 20/04/2018.

Esse documento foi adotado por ampla maioria das seções da OEI e, em julho, a nova orientação foi tornada pública, através de um artigo que declarava que a IC havia se tornado um “cadáver” e que “a política de reforma se exauriu até o fim [...] a *Comintern* está morta para a revolução”. Assim como seria necessário formar uma nova Internacional, na URSS caberia formar um novo “partido bolchevique”, com o objetivo de lutar contra a “ditadura burocrática”. Mas destacava que o destino da URSS dependia essencialmente da arena internacional, em particular do desenvolvimento da revolução europeia.¹⁹⁹

Essa nova orientação política era de grande importância, pois, conforme Trotski deixou claro em um artigo que marca o começo das suas reformulações acerca da burocratização soviética e do stalinismo, *A Natureza de Classe da URSS* (outubro de 1933)²⁰⁰, uma vez que a IC e a URSS estavam ambas submetidas ao aparato stalinista, o colapso da primeira colocava a necessidade de reavaliação da segunda. Apesar do nexos estabelecido, ressaltava que a IC e a URSS não era um mesmo fenômeno, uma vez que, na URSS, o aparato stalinista estava assentado sobre as conquistas da revolução, derivando daí certo sentido progressista para ele, mesmo que no plano internacional este tenha perdido seu significado revolucionário. O stalinismo, portanto, possuiria uma “posição dual” – noção que se tornou uma importante chave interpretativa para Trotski.

Em tal artigo, Trotski caracterizou a URSS como uma “ditadura (do proletariado) adoecida”, fruto de um processo através do qual “a burocracia expropriou politicamente o proletariado para preservar suas conquistas sociais com seus próprios métodos”, transformando a ditadura do partido em uma ditadura do aparato, que depois se tornou uma ditadura de uma pessoa, Stalin. Mas enfatizou que, apesar da perda de poder político por parte do proletariado, este permanecia sendo a classe dominante, pois “a anatomia de uma sociedade é determinada por suas relações econômicas” e as “formas de propriedade que foram criadas pela Revolução de Outubro” não haviam sido derrubadas.

Nesse sentido, ainda polemizou contra análises que caracterizavam a burocracia

¹⁹⁹ Cf. TROTSKY, Leon. *It is Impossible to Remain in the Same International with the Stalins, Manuïlskys, Lozovskys & Co. A Conversation* [20 jul. 1933]. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/trotsky/germany/1933/330720.htm>. Acessado em 14/06/2018. Dando os primeiros passos nessa nova orientação, em agosto foi emitida a “Declaração dos Quatros”, estabelecendo os fundamentos políticos das relações entre a OEI e três outras organizações (uma alemã e duas holandesas), cf. DECLARATION of Four, The. On the Necessity and Principles of a New International [ago. 1933]. Disponível em <https://www.marxists.org/history/etol/document/1930s/four.htm>. Acessado em fevereiro de 2012.

²⁰⁰ Cf. TROTSKY, Leon. *The Class Nature of the Soviet State* [1 out. 1933]. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1933/10/sovstate.htm>. Acessado em 17/04/2018.

da URSS como uma nova classe social, um debate que ele retomou com frequência ao longo dos anos seguintes, ainda que com interlocutores diferentes (na ocasião, debateu as ideias dos marxistas não-stalinistas Lucien Laurat, Jan Wacław Makhański e Gavril Miasnikov²⁰¹). Para Trotski, a burocracia da URSS era um caso de “parasitismo social”: seus privilégios se assentavam sobre as relações sociais criadas pela revolução. Uma vez que dependia dessas relações, ela atuava como um instrumento (todavia, ruim) do desenvolvimento socialista, mas cedo ou tarde necessariamente se tornaria um freio a tal desenvolvimento, tanto em termos econômicos, quanto culturais, ameaçando levar a URSS ao colapso e à restauração capitalista.

Se antes Trotski falou algumas vezes em “traços bonapartistas” do regime, em tal artigo ele caracterizou a existência de um “bonapartismo soviético”. Definindo o bonapartismo como um “regime de crise”, que busca manobrar entre as classes, mas que preserva sempre a mesma base social, a propriedade burguesa, no fenômeno equivalente visto na URSS tratava-se mais especificamente do autogoverno da burocracia, que manobrava entre as classes tanto no plano interno, quanto no plano internacional, tendo sido consolidado através do regime “pessoal” e “plebiscitário” de Stalin. Ao longo dos anos seguintes, essa categoria de “bonapartismo soviético” foi melhor desenvolvida, ganhando grande importância na análise e caracterização da URSS e do stalinismo.

Relembrando uma declaração de Stalin feita em 1927, em resposta à Oposição, afirmando que “A atual burocracia só pode ser eliminada através de uma guerra civil”, Trotski defendeu que era necessário derrubar o regime então existente, abandonando, assim, a perspectiva de reforma que orientou a atuação oposicionista desde 1923. Mas argumentou que, uma vez que a burocracia só se mantinha no poder através do apoio e da “tolerância” do proletariado, que temeria abrir caminho à restauração caso se enfrentasse contra ela, não seria necessária uma guerra civil, mas medidas “policiais” (pontuais), uma vez que o proletariado entrasse em ação. Todavia, enfatizou que era necessária a criação de um partido revolucionário que canalizasse a ampla insatisfação do proletariado da URSS e que, em última instância, a regeneração de seu regime dependia da arena internacional (a revolução europeia).

É interessante destacar que setores de base dos “bolchevique-leninistas” na URSS anteciparam essa nova linha em alguns anos, ao defenderem a necessidade de formação

²⁰¹ Cada um destes possuía uma trajetória diferente: Laurat saía do PC francês para a esquerda da social-democracia; Makhański tentava juntar anarquismo e marxismo; Miasnikov pertencera ao “Grupo dos Trabalhadores”, o grupo clandestino expulso do PC em meio às greves de 1923.

de um novo partido no país, para conduzir o proletariado a derrubar o regime stalinista e reestabelecer a democracia soviética. Os que defendiam tal mudança eram sobretudo jovens operários, enviados para as colônias de exilados, após terem se engajado na onda de greves e revoltas camponesas de 1928-29. Conforme aponta Gusev, eles não concordavam com a linha oficial autolimitante da oposição, de canalizar essa dissidência para uma disputa das instituições oficiais com o objetivo de reformar o PC e o Estado e até evitar greves, exceto em último caso de necessidade. Contudo, o debate não pôde se desenvolver, devido à crescente repressão do regime sobre os “bolchevique-leninistas”.²⁰²

As análises e caracterizações de 1933 foram aprofundadas e aperfeiçoadas algum tempo depois no artigo *O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo* (fevereiro de 1935)²⁰³, no qual Trotski apresentou o núcleo central do que veio a ser sua análise da questão da burocratização soviética e sua caracterização da URSS e do stalinismo em sua fase “madura”. Se antes ele havia caracterizado a URSS como uma ditadura do proletariado “adoecida”, a partir desse artigo até seu assassinato, em 1940, ele passou a usar a categoria de “Estado operário degenerado”, ao caracterizar a URSS como um “Estado operário degenerado sob a ditadura da burocracia” (Estado operário burocraticamente degenerado).

Para explicar tal “degeneração”, Trotski reconsiderou o uso que fizera até então do termo “termidor”, no sentido de “primeiro estágio da contrarrevolução burguesa, voltado contra a base social do Estado operário”. Ele reconheceu a imprecisão da analogia histórica contida nesse uso, uma vez que o termidor “original” não significou o inverso da revolução burguesa (uma contrarrevolução feudal), mas uma disputa interna no vitorioso Terceiro Estado. O uso significando restauração capitalista, portanto, “mais obscureceu do que clarificou a questão”.

No novo sentido atribuído ao termo, o termidor soviético passou a significar “a transferência do poder das mãos da vanguarda revolucionária para as mãos dos elementos mais conservadores entre a burocracia e a camada superior do proletariado” – processo que teria se iniciado em 1924, com o esmagamento da Oposição – e com a “transição gradual dos *soviets* e clubes partidários efervescentes de vida para o comandismo dos secretários, que se sustenta apenas através dos ‘líderes apaixonadamente amados’”.

A base material principal desse fenômeno burocrático teria sido o

²⁰² Cf. GUSEV, Aleksei. *The “Bolshevik Leninist” Opposition*, op. cit.

²⁰³ TROTSKY, Leon. *The Workers’ State, Thermidor and Bonapartism* [fev. 1935]. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1935/02/ws-therm-bon.htm>. Acessado em 17/04/2018.

desenvolvimento econômico atingido a partir de 1923, que possibilitou o surgimento de uma camada privilegiada de administradores, em meio às duras condições que conferiam a eles uma crescente autonomia. Essas duras condições, foram apontadas como as raízes do “burocratismo antissoviético”, descrito como produto das

contradições sociais entre o campo e a cidade, entre o proletariado e o campesinato (esses dois tipos de contradições não são idênticos), entre as repúblicas nacionais e os distritos, entre os diferentes grupos do campesinato, entre as diferentes camadas da classe trabalhadora, entre os diferentes grupos de consumidores e, finalmente, entre o Estado soviético como um todo e seu entorno capitalista.

Desse “termidor soviético” é que teria nascido o regime stalinista, bonapartista em caráter por ser o árbitro e protetor da burocracia, atuando de forma a defender as conquistas da revolução não apenas contra a burguesia, mas também contra a massa de oprimidos, esmagando a “ala esquerda” da revolução e criando uma aristocracia operária (o stakhanovismo) sob a qual em parte se apoiava.

Como destaca Felipe Demier, o “bonapartismo soviético” consistia em um bonapartismo similar àquele de Napoleão I, e não do que fora o objeto das reflexões de Marx quanto ao assunto, o de Luís Bonaparte (Napoleão III): tratava-se, pois, de um regime que usurpava o poder político da classe dominante como forma de consolidar e proteger as novas formas de propriedade estabelecidas pela revolução, com seus próprios métodos peculiares.²⁰⁴ Nas palavras de Trotski:

Do ponto de vista que nos interessa, a distinta base social de ambos os bonapartismos, o de origem jacobina e o de origem soviética, é muito mais importante. No primeiro caso, se tratava da consolidação da revolução burguesa por meio da liquidação de seus princípios e instituições políticas. No segundo caso, se trata da consolidação de uma revolução operária e camponesa por meio do esmagamento do seu programa internacional, do seu partido dirigente, dos seus *soviets*. Levando até as últimas consequências a política do Termidor, Napoleão combateu não só o mundo feudal como também a “plebe” e os círculos democráticos da pequena e média burguesia. Dessa forma concentrou os frutos do regime nascido da revolução nas mãos da nova aristocracia burguesa. Stalin não preserva as conquistas da revolução de Outubro só da contrarrevolução feudal-burguesa, mas também contra os anseios dos operários, sua impaciência, seu descontentamento; esmaga a ala esquerda, que expressa as tendências históricas progressivas das massas trabalhadoras sem privilégios; cria uma nova aristocracia por meio da extrema diferenciação dos salários, dos privilégios, das hierarquias etc. Apoiando-se nos setores mais altos da nova hierarquia social contra os mais baixos – e às vezes fazendo o inverso –, Stalin conseguiu concentrar totalmente o poder em suas mãos. De que outra forma podemos chamar esse regime, senão de

²⁰⁴ Cf. DEMIER, Felipe. *Trotsky e o bonapartismo soviético* [20.08.2015]. Disponível em <http://blogjunho.com.br/trotsky-e-o-bonapartismo-sovietico/>. Acessado em 20.08.2015, [s.p.].

bonapartismo soviético?²⁰⁵

Ainda falando em “centrismo” da burocracia e do stalinismo, Trotski apontou que sua raiz estava no fato de que a burocracia fora “convocada” para regular o antagonismo entre o proletariado e o campesinato e entre o Estado operário e o imperialismo. Todavia, ressaltou que o centrismo burocrático se tornava mais e mais bonapartismo, conforme a burocracia se tornava cada vez mais independente e o poder se concentrava cada vez mais nas mãos de uma só pessoa.

Conforme destaca Twiss, após as reavaliações iniciadas em 1933, a “crescente ênfase acerca do papel ativo do regime bonapartista substituiu em grande parte o papel passivo sugerido por sua análise anterior do centrismo burocrático”²⁰⁶. Todavia, essa mudança não foi percebida por todos. Mesmo entre os analistas do pensamento de Trotski, por exemplo, Anderson, apesar de reconhecer a mudança em relação à caracterização do papel do stalinismo no plano internacional (de centrista a conservador / contrarrevolucionário), não atenta para a substituição da categoria “centrismo” pela de “bonapartismo”, enquanto que McNeal alega que tal mudança foi feita “silenciosamente”, com o termo “centrismo” desaparecendo dos escritos posteriores a outubro de 1933.²⁰⁷ Não obstante, essas mudanças de caracterização acerca do stalinismo geraram confusão mesmo entre os aliados de Trotski, conforme comentado adiante.

Por fim, tal como já delineara em intervenções anteriores, do começo dos anos 1930, aqui Trotski enfatizou que o principal risco restauracionista já não era mais o crescimento dos setores privados e sua infiltração no Estado e no partido – afinal, estes foram duramente golpeados pela coletivização forçada e pela industrialização acelerada, que findaram a NEP. O risco estaria nas crescentes contradições entre o regime bonapartista e as demandas da construção socialista, fonte de “crises internas” e “perigo imediato”.

Diante desse quadro, se fazia necessária a remoção do regime bonapartista e sua substituição pela democracia soviética, como obra da ação do proletariado liderado por sua vanguarda, algo que Trotski passou a chamar de uma “reforma à força”, mais tarde

²⁰⁵ TROTSKY, Leon. *El Estado obrero, el Thermidor y el Bonapartismo*, apud *ibid.*, [s.p.].

²⁰⁶ Cf. TWISS, Thomas M. *Trotsky's analysis of Stalinism op. cit.*, p. 556.

²⁰⁷ Cf. ANDERSON, Perry. *Trotsky's Interpretation of Stalinism*, op. cit.; MCNEAL, Robert H. *Trotskyist Interpretations of Stalinism*, op. cit., p. 34-39. Anderson parece deixar escapar tal questão por tomar *A Natureza de Classe do Estado Soviético* (1933) como o texto no qual Trotski lançou as teses fundamentais que pautariam sua análise do stalinismo e da URSS até o fim de sua vida, ignorando as mudanças operadas em *O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo* (1935), cf. p. 51.

(1936) renomeada e melhor elaborada na forma da estratégia da de “revolução política”.²⁰⁸

Vê-se, portanto, que o abandono da perspectiva de reformar o PC e o regime da URSS levou Trotsky e a Oposição a abandonarem também suas perspectivas limitadas e contraditórias em relação à defesa da democracia soviética. A ênfase na democracia direta das massas como parte da solução para o problema da burocratização e suas consequências já aparecera no debate sobre até onde eram progressivas a coletivização e a industrialização na forma que o stalinismo as estava implementando. A partir das reformulações operadas entre 1933-35, ela passou a figurar como parte central do programa anti-stalinista.

²⁰⁸ Cf. TWISS, Thomas M. *Trotsky's Analysis of Stalinism, op. cit.*, p. 557.

CAPÍTULO 2

A FASE “MADURA” DO PENSAMENTO DE TROTSKI

Em sua “fase madura”, Trotski se dedicou sobretudo à fundação da Quarta Internacional, ocorrida em 1938, e à consolidação das suas seções nacionais, em especial a estadunidense. O novo arcabouço analítico e programático por ele formulado entre 1933-35 teve sua forma mais acabada apresentada na obra de 1936, *A Revolução Traída – O que é e para onde vai a URSS?*, a qual aprofunda e desenvolve as análises anteriormente apresentadas em *O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo* (1935).

Obra principal da fase “madura” de seu pensamento, *A Revolução Traída* foi preparada durante seu exílio na Noruega²⁰⁹, sob impacto de alguns eventos importantes. Um deles foi a preparação e promulgação de uma nova Constituição para a URSS, a qual reverteu uma série de conquistas da revolução e buscou dar maior estabilidade à burocracia e seus privilégios. Outro foi o aprofundamento da repressão estatal, que assumiu cada vez mais a forma de terror. Começando em 1934, com o assassinato de Kirov, o terror stalinista teve um momento marcante nos chamados “Processos de Moscou”, julgamentos armados que levaram ao fuzilamento da velha guarda do Partido Bolchevique, em grande parte já expulsa do partido. Também afetou gravemente as massas, como forma de intensificar o trabalho nas fábricas e fazendas.

Mais um evento marcante desse momento de reflexões de Trotski foi a Revolução Espanhola, sobre a qual ele escreveu ativamente (até o momento em que lhe foi imposto um total isolamento por parte do governo norueguês), enfatizando o que encarou ser um nefasto papel de colaboração de classes e sabotagem da revolução socialista por parte da URSS e dos stalinistas no Estado espanhol.²¹⁰ Tratou-se do maior exemplo prático das consequências da linha política que o stalinismo impôs à IC após o desastre na Alemanha em 1933, a das “Frentes Populares”.

Formulada por Georgi Dimitrov (figura central da IC de meados dos anos 1930 até sua dissolução, em 1943) e aprovada pelo VII Congresso da IC (julho-agosto de 1935), a linha de “Frente Popular” consistia em estabelecer alianças eleitorais (portanto, blocos

²⁰⁹ Em fevereiro de 1929, Trotski foi expulso da URSS para a ilha de Prinkipo (ou Buyukada), na Turquia, de onde saiu em 1933 para a França e, diante da negativa do governo francês em renovar seu visto em 1935, conseguiu estada apenas na Noruega, de onde posteriormente foi para o México, em janeiro de 1937.

²¹⁰ Para uma coletânea de seus escritos sobre o assunto, ver TROTSKI, Leon. *A Revolução Espanhola* [comp.]. São Paulo: Iskra, 2014. Para uma síntese de suas análises e posições, bem como da atuação dos “bolchevique-leninistas” nesse processo, ver MONTEIRO, Marcio Lauria. A história esquecida do trotskismo na Revolução Espanhola: o POUM e os “bolchevique-leninistas”. *Izquierdas*, Santiago (Chile), n. 32, p. 1-17, mar. 2017.

programáticos) com a social-democracia para chegar ao poder e, assim, supostamente deter a ascensão fascista. Tratava-se da adoção de uma via explicitamente reformista e de colaboração de classes, que descartava a revolução socialista por todo um período histórico.²¹¹

Além da obra de 1936, outra importante fonte da fase “madura” de Trotski são alguns de seus escritos de 1939-40, produzidos no contexto de uma disputa dentro da seção estadunidense da Quarta Internacional, contra a tendência Burnham-Carter-Shachtman-Abern, e posteriormente compilados na obra *Em defesa do marxismo* (1940). A referida tendência era um agrupamento heterogêneo, que, sob o impacto do pacto de não-agressão entre a URSS e o “III Reich”, defendia o abandono da caracterização daquela enquanto um “Estado operário”, por avaliar que a burocracia havia se tornado uma classe exploradora, e também o abandono da política de “defensismo revolucionário”, que envolvia a defesa militar da URSS contra o imperialismo e forças restauracionistas.²¹²

1. A URSS como “Estado operário (burocraticamente) degenerado” e as políticas de “defensismo revolucionário” e “revolução política”

Nessa fase “madura”, essencialmente, Trotski encarou que, com as contínuas derrotas sofridas pelos que defendiam a perspectiva de reforma do aparelho de Estado soviético, as tendências burocratizantes haviam se consolidado, com o acúmulo de mudanças quantitativas tendo assumido um caráter de transformação qualitativa. Assim, aquelas “deformações burocráticas” detectadas por Lenin no início dos anos 1920, teriam crescido e se solidificado, levando a um novo regime jurídico-político, mas ainda assentado sobre as bases sociais estabelecidas a partir da revolução.

A URSS seria, assim, caracterizada, de um lado, pela expropriação do poder político do proletariado pela burocracia do Estado e do partido (então já praticamente fundidas em uma só) e, por outro, pela manutenção da forma coletivizada (estatal) da

²¹¹ Cf. BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista, op. cit.*, Capítulo 31. Vale ressaltar que essa linha já havia sido aplicada de forma embrionária na França em 1934, na forma de “apoio sem participação” ao bloco então formado pelo Partido Radical e pela social-democracia francesa no poder.

²¹² Apenas após romper com a Quarta Internacional, em 1940, é que uma parte desta tendência, agrupada em torno de Max Shachtman, em seu recém-fundado *Workers Party*, formulou a teoria alternativa do “coletivismo burocrático”, que caracterizava a URSS como uma formação social de novo tipo, marcada pela existência de uma nova forma de classe exploradora, a burocracia, assentada sobre a propriedade estatal. Para uma coletânea de seus escritos, ver SHACHTMAN, Max. *The bureaucratic revolution: the rise of the Stalinist state*. Nova York: Donald Press, 1962.

propriedade dos meios de produção e pela planificação (burocrática) da economia – o que Trotski conceituou como sendo um “Estado operário (burocraticamente) degenerado”.

Como visto, em alusão à Revolução Francesa, Trotski qualificou tal processo, de usurpação do poder pela burocracia, enquanto uma “reação termidoriana” – uma caracterização histórica, que localiza a forma como o stalinismo chegou ao poder. E classificou o regime stalinista enquanto “bonapartista”, por ser marcado por uma autonomização relativa em relação às classes – uma caracterização política, do tipo de regime que o stalinismo constituía. A caracterização da URSS como um “Estado operário degenerado” levava em conta ainda os seguintes fatores centrais:

Aqueles traços que em 1920 constituíam uma “deformação burocrática” do sistema soviético se transformaram agora num regime burocrático independente, que devorou os *soviets*; 2) A ditadura da burocracia, incompatível com as tarefas internas e internacionais do socialismo, introduziu e continua introduzindo deformações profundas na vida econômica do país; 3) basicamente, no entanto, o sistema da economia planificada, sobre a base da propriedade estatal dos meios de produção, conservou-se, e continua sendo uma conquista colossal da humanidade.²¹³

Dos três pontos elencados nessa citação, extraída do texto *De um arranhão ao perigo de gangrena* (janeiro de 1940) vê-se que a nova caracterização feita por Trotski da URSS como um Estado operário (burocraticamente) degenerado consistia em uma definição dupla, que abarcava simultaneamente o caráter de classe e o regime político da formação social soviética. Apesar da mudança de regime para a qual apontava enquanto uma “degeneração burocrática”, Trotski encarava que o caráter de classe proletário do Estado criado pela Revolução Soviética não havia sido alterado.

A definição do caráter de classe do Estado se baseava em dois eixos explicativos que se complementavam: a ideia de que as formas de propriedade da URSS não haviam sido alteradas pelo processo de degeneração burocrático; e de que a burocracia governante à frente do regime bonapartista não era uma nova classe, e sim uma “casta” (ou grupo social) originada a partir da classe proletária.

Em uma passagem sintética de *A Revolução Traída*, Trotski afirmou que “a nacionalização da terra, dos meios de produção industrial, dos transportes e de troca junto com o monopólio do comércio exterior constitui a base da sociedade soviética”²¹⁴. Essas relações de propriedade, marcadas pela coletivização dos meios de produção realizada

²¹³ TROTSKY, Leon. “De um arranhão ao perigo de gangrena” [24 jan. 1940]. In *Em Defesa do Marxismo*, op. cit., p. 166-167.

²¹⁴ Cf. TROTSKY, Leon. *A revolução traída*, op. cit., p. 223.

pela revolução, seriam para ele a principal base para a definição do caráter de classe proletário da formação social soviética, independente do seu regime político. Conforme afirmou em *Um Estado não operário e não burguês?* (novembro de 1937), para ele, “a natureza de classe do Estado define-se não por suas formas políticas, mas sim por seu conteúdo social, ou seja, pelo caráter das formas de propriedade e das relações de produção que o Estado em questão protege e defende”²¹⁵.

Cabe ressaltar que a vinculação entre propriedade estatal e caráter proletário do Estado não era abstrata ou mecânica. Ela era feita desde um ponto de vista histórico, uma vez que era fruto de uma revolução na qual o proletariado tomou o poder e assentou as bases materiais para a transição ao socialismo, e tal situação não fora revertida por uma contrarrevolução onde a burguesia destruía o “Estado operário” e restaurara as bases materiais do capitalismo.

A partir desse ponto de vista, Trotski ainda fundamentou sua definição do caráter de classe da URSS em alguns argumentos lógicos, os quais possuíam um grande peso político para os socialistas revolucionários. Caso a burocracia fosse derrubada por um partido proletário revolucionário, Trotski encarava que este teria como tarefas principais o restabelecimento da democracia nos sindicatos e nos *soviets*, o restabelecimento das liberdades dos “partidos soviéticos” (isto é, aqueles que defendem as conquistas da revolução) e o expurgo da burocracia de tipo parasitária dos aparelhos do Estado. Entre suas tarefas não constaria, portanto, uma alteração das formas de propriedade então vigentes.²¹⁶

Já no caso de ser um partido burguês contrarrevolucionário a derrubar a burocracia, este teria como tarefa principal uma contrarrevolução social, que restaurasse a forma privada de propriedade dos meios de produção e restabelecesse um Estado

²¹⁵ TROTSKY, Leon. “Um Estado não operário e não burguês?” [25 nov. 1937]. In *Em Defesa do Marxismo*, op. cit., p. 256. Trata-se de uma polêmica contra James Burnham e Joseph Carter, quadros do grupo “bolchevique-leninista” dos Estados Unidos, no contexto da pré-convenção de fundação do *Socialist Workers Party* daquele país, que veio a ser uma das principais seções da Quarta Internacional. À época, Burnham e Carter eram a favor do abandono da caracterização da URSS como Estado operário, mas pela manutenção da política de defesa dela contra ataques imperialistas, pois, contraditoriamente, afirmavam que as bases sociais estabelecidas pela Revolução Soviética permaneciam inalteradas, não tendo havido uma reconversão em Estado burguês. Seu ponto-chave naquele momento era a defesa da ideia de que a burocracia soviética havia se tornado uma nova classe exploradora. Não tendo conseguido a mudança de posição dos trotskistas dos Estados Unidos nessa ocasião, retomaram a ofensiva em prol de suas posições em 1940, através da anteriormente mencionada tendência Burnham-Carter-Shachtman-Abern, no interior da qual Burnham se destacava por uma defesa do abandono do materialismo dialético, não compartilhada pelos demais.

²¹⁶ Cf. TROTSKY, Leon. *A revolução traída*, op. cit., p. 226; TROTSKY, Leon. *O programa de transição*, op. cit., p. 70-71.

burguês.²¹⁷ Daí Trotski afirmou, certa vez: “Stalin derrubado pelos trabalhadores: é um grande passo para o socialismo. Stalin eliminado pelos imperialistas: é a contrarrevolução que triunfa”²¹⁸.

Estruturando essa análise na noção de que as formas de propriedade estabelecidas pela Revolução não haviam sido alteradas, em diversos momentos Trotski precisou argumentar contra aqueles que buscavam igualar essa propriedade coletivizada à prática de estatização por vezes adotada por governos em Estados capitalistas. Contra este tipo de posição – então expressada, sobretudo, pelo dissidente comunista italiano Bruno Rizzi e sua teoria da “burocratização do mundo” –, um de seus principais argumentos apontava para a necessidade de se distinguir entre uma expropriação econômica da burguesia, que eliminasse assim o capital como relação social, e uma medida pontual de estatização. Esta última, argumentou, por exemplo, em *Balanço dos acontecimentos finlandeses* (abril de 1940), seria frequentemente adotada pela própria burguesia, com a intenção de salvar a economia capitalista de uma crise e, conseqüentemente, “frear o desenvolvimento da técnica, sustentando empresas inviáveis e mantendo camadas sociais parasitárias”.²¹⁹

Muitos que realizaram e continuam a realizar uma aproximação entre propriedade socializada e estatização no contexto capitalista fazem por vezes equiparações entre a economia soviética e o estatismo fascista (como através do conceito de “totalitarismo”, popularizado por Hannah Arendt e muito presente na chamada “sovietologia” – os estudos históricos e sociológicos da época da Guerra Fria, marcadamente anticomunistas).²²⁰

Trotski, por sua vez, apontou que, mesmo no contexto do “III Reich”, as estatizações em larga escala faziam do Estado não um proprietário das empresas, “mas

²¹⁷ Cf. TROTSKY, Leon. *A revolução traída*, op. cit., p. 227.

²¹⁸ TROTSKY, Leon. “Uma vez mais, a União Soviética e a sua defesa [4 nov. de 1937]. In *Em Defesa do Marxismo*, op. cit., p. 254.

²¹⁹ TROTSKY, Leon. “Balanço dos acontecimentos finlandeses” [25 abr. 1940]. In *Em Defesa do Marxismo*, op. cit., p. 222. Ao contrário da sua avaliação acerca dos efeitos da estatização capitalista, Trotski encarava que a coletivização (socialista) da propriedade representava um avanço no desenvolvimento das forças produtivas, se comparado aos padrões capitalistas, por resolver a contradição entre o caráter coletivo da produção e o caráter privado da apropriação – ponto nodal da defesa marxista do socialismo. Nesse sentido, o primeiro capítulo de *A revolução traída* é dedicado justamente a realizar um balanço dos avanços produtivos obtidos pela URSS a partir da Revolução de Outubro.

²²⁰ Além de Arendt e da escola totalitarista, predominante na chamada “sovietologia” da década de 1940-50, podem-se mencionar também as diferentes teorias do “capitalismo de Estado” ou “coletivismo burocrático”, como as dos seguidores dos dissidentes trostkistas Tony Cliff e Max Schachtman; a dos maoístas; ou a de setores do chamado “comunismo de esquerda”, ou “conselhismo”, como Otto Rühle e Anton Pannekoek. Para mais detalhes, ver LINDEN, Marcel van der. *Western Marxism and the Soviet Union. A Survey of Critical Theories and Debates Since 1917*. Boston: Brill, 2007.

apenas um intermediário entre seus proprietários”²²¹ – a burguesia alemã. Esta, argumentou ele, continuou a existir enquanto classe independentemente da autonomização relativa extremado do Estado sob o regime fascista e da eliminação (até mesmo física) de membros individuais e mesmo de algumas de suas frações.

Diferentemente, na URSS, para Trotski, teria ocorrido a expropriação da burguesia como classe e a consequente eliminação do capital, ocasionada pela concentração da propriedade coletivizada sob a administração estatal, ainda que sua gestão tenha sido apropriada exclusivamente pela burocracia. Dessa forma, conforme apontou em *A Revolução Traída*, era o Estado que desempenhava funções de “comerciante, banqueiro e industrial universal”²²², impedindo assim o acúmulo individual de dinheiro para reinvestimento produtivo (ou mesmo especulativo, salvo em ações periféricas como trocas no mercado negro). Consequentemente, estaria impossibilitada a concretização do que Marx nomeou de “fórmula geral do capital”, inviabilizando a formação (ou ressurgimento) de uma classe capitalista / burguesa nativa.²²³

Isso porque, não obstante o dinheiro ter sido restabelecido na sociedade soviética ao fim da guerra civil, ele funcionava apenas como medida de valor para a realização de trocas (função de equivalente universal), sendo impossibilitada a sua transformação em capital, devido à forma coletivizada da propriedade e pelo controle estatal dos preços, do sistema financeiro e da distribuição da força de trabalho e dos bens de produção e de consumo. Em determinado momento da vigência da planificação estatal, os salários chegaram até mesmo a perder qualquer base real de cálculo de valor em sua forma monetária, uma vez que eram politicamente determinados – o que ocasionou problemas sérios de produtividade, devido ao desestímulo dos trabalhadores em produzir mais e melhor, dado que isso não influía no salário e também não havia muita variedade de bens de consumo (especialmente de qualidade) para serem obtidos.²²⁴

Dessas análises advinha a dupla política da fase “madura” de Trotski para a URSS

²²¹ TROTSKY, Leon. *Balanço dos acontecimentos finlandeses*, op. cit., p. 222.

²²² TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*, op. cit., p. 90.

²²³ Cf. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política* l. I [1867]. São Paulo: Boitempo, 2013, Capítulo IV.

²²⁴ Cf. TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*, op. cit., p. 90 e 94. Essa questão, cabe destacar, é apontada por diferentes analistas como uma das causas da chamada “estagnação” do período Brejnev (“crise de motivação”), quando as taxas de crescimento da economia soviética passaram a cair cada vez mais, até o momento do colapso ao fim do século (por exemplo, cf. MEYER, Victor. *Determinações históricas da crise da economia soviética*. Salvador: Edufba, 1995; LEWIN, Moshe. *O fenômeno Gorbachev*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; TICKTIN, Hillel. *Abortos históricos, nunca mais* [2006]. Disponível em: <http://rodrigossilvadoo.blogspot.com.br/2016/03/abortos-historicosnunca-mais-hillel.html>. Acessado em abr. 2016).

e o regime stalinista: de um lado o “defensismo revolucionário”, de outro a “revolução política”. O “defensismo revolucionário” consistia em defender a URSS de possíveis ataques do imperialismo ou de forças restauracionistas internas, tomando o lado militar tático do regime – isto é, sem concessões políticas a ele. Tais ataques, caso vitoriosos, destruiriam as relações de propriedade estabelecidas pela revolução e o caráter de classe proletário do Estado, elementos que Trotski considerava como conquistas da Revolução Soviética e que deveriam ser defendidos “incondicionalmente”, a despeito de sua oposição ao regime stalinista.²²⁵ Conforme exposto em um texto de outubro de 1939 (*Novamente, e uma vez mais, sobre a natureza de classe da URSS*):

O que significa dizer defesa “incondicional” da URSS? Quer dizer que não impomos nenhuma condição à burocracia. Quer dizer que, independentemente do motivo e das causas da guerra, defendemos as bases sociais da URSS, se esta for ameaçada pelo imperialismo. [...] Prometemos, unicamente, defender a URSS como Estado operário e, exclusivamente, aquelas coisas internas que ela contém, que pertencem a um Estado operário.²²⁶

Já a “revolução política” advinha da concepção, desenvolvida na fase madura do pensamento de Trotski, de que a democracia direta do proletariado exercida através dos *soviets* só poderia ser reconquistada através da derrubada do regime stalinista por tal classe, liderada por um partido marxista. Ela era, portanto, a estratégia concebida para a substituição da ditadura da burocracia pela democracia proletária. Essa revolução alteraria apenas o regime da URSS, preservando suas fundações sociais, donde a caracterização de “política”.²²⁷ Tal estratégia será abordada em maiores detalhes adiante, dada sua relevância política para o movimento trotskista internacional.

1.1. “Sociedade de transição” e o duplo caráter do Estado soviético

Ao mesmo tempo em que Trotski argumentou contra aqueles que definiam a URSS como uma forma de “capitalismo de Estado” (ou de categorias equivalentes, como “coletivismo burocrático”), não a diferenciando qualitativamente dos países capitalistas, também combateu as alegações do regime stalinista de que ela seria “socialista”. Em verdade, pode-se afirmar que *A revolução traída* é em grande parte uma resposta a estas alegações. Tal caracterização da URSS como sendo um país “socialista” foi oficialmente proclamada pelo regime em 1931, e também foi amplamente reproduzida pela literatura

²²⁵ Cf. *Ibid.*, p. 152 e 167. Sobre o caráter “tático” da aliança temporária com o regime, ver p. 37 e 53.

²²⁶ TROTSKY, Leon. “*Novamente, e uma vez mais, sobre a natureza de classe da URSS*” [18 out. de 1939]. In *Em Defesa do Marxismo*, op. cit., p. 53.

²²⁷ Cf. TROTSKY, Leon. *O programa de transição*, op. cit., p. 70-71.

acadêmica, ainda que às vezes sendo adaptada, especialmente pelos críticos anticomunistas, por meio do termo “socialismo real”.

A essa terminologia e autocaracterização do regime, Trotski contrapôs a impossibilidade, apontada nas obras dos próprios Marx e Engels, de se considerar enquanto socialista uma formação social cujo desenvolvimento das forças produtivas era inferior à daquelas capitalistas e que estava isolada em um único país, sitiado pelo mercado capitalista mundial. Dentro da tradição marxista clássica, considerou-se socialismo uma fase de desenvolvimento de duração imprecisa, na qual a burguesia teria sido eliminada do poder político e econômico, mas ainda existiriam desigualdades sociais herdadas do capitalismo que necessitariam ser superadas para se atingir o comunismo, bem como ainda existiria um aparato Estatal, no sentido de instrumento de dominação de uma classe (proletariado) sobre as demais (burguesia e campesinato). Ademais, sendo o capitalismo um sistema global, também seria imprescindível para se atingir o socialismo que se alcançasse tal patamar.²²⁸

Nesse sentido, Trotski caracterizou a formação social soviética enquanto uma de transição entre o capitalismo e o socialismo, na qual ainda predominava uma profunda desigualdade social, decorrente do incipiente desenvolvimento de suas forças produtivas e reforçada pelo isolamento internacional.²²⁹ Essa avaliação era compartilhada pela velha guarda do partido antes da ascensão de Stalin e sua ideia de “socialismo em um só país” – para Lenin, por exemplo, a revolução e o estabelecimento de um Estado proletário havia significado a conquista do “socialismo político”, mas não do “socialismo econômico”, significando a “sociedade de livres produtores associados”, algo ainda a ser atingido (não obstante, era comum que se falasse coloquialmente em “Estado socialista” ou “sociedade socialista” nos anos 1910-20).²³⁰ Conforme uma passagem de *A Revolução Traída*:

Marx entendia, em todo caso, por “estágio inferior do comunismo” uma sociedade cujo desenvolvimento econômico seria, desde o início, superior ao do capitalismo avançado. Teoricamente, essa maneira de colocar a questão é irreprovável, pois o comunismo, considerado em escala mundial, constitui, mesmo no seu estágio inicial, no seu ponto de partida, um grau superior em relação à sociedade burguesa. [...]

É, pois, muito mais exato chamar o atual regime soviético, com todas as suas contradições, não de socialista, mas de transitório entre o capitalismo e o

²²⁸ Para uma discussão acerca de como tal distinção se fez presente nas obras de Marx e Engels, ver LENIN, Vladimir. *O Estado e a Revolução*, op. cit., Capítulo V.

²²⁹ Cf. TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*, op. cit., p. 74-75.

²³⁰ Cf. KRAUSZ, Tamás. *Reconstruindo Lênin: uma biografia intelectual*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 494-497.

socialismo, ou preparatório para o socialismo.²³¹

Quanto às raízes da degeneração burocrática da URSS, em *A Revolução Traída* Trotski enfatizou centralmente a situação de escassez e “atraso” (econômico e cultural) daquela formação social e a decorrente desigualdade social, somada a um cenário de cerco imperialista. Segundo sua análise, todavia, essa condição de desigualdade social a que estava submetida a URSS, apesar de potencializada pelo seu isolamento, também se faria presente em muitos outros casos de transição ao socialismo.

Dessa forma, um “Estado operário”, fosse saudável ou burocratizado, necessitaria de um direito desigual para dar conta da desigualdade social existente. Os próprios Marx e Engels chamaram a atenção para tal fato, quando afirmaram que “Direito igual aqui [na fase socialista] ainda é, em princípio, direito burguês”, pois, “com um desempenho igual do trabalho e, conseqüentemente, uma parte igual do fundo social de consumo, um receberá, na verdade, mais do que outro (...). Para evitar todos esses defeitos, o direito, ao invés de ser igual, precisaria ser desigual”.²³²

Esse direito desigual – “burguês”, conforme Trotski se refere a ele, por pressupor “a cada um segundo seu trabalho”, e não “a cada um segundo sua necessidade” – se materializaria, sobretudo, na forma da lei do valor – as “normas burguesas de distribuição” anteriormente mencionadas. Isso se daria no sentido de a distribuição dos produtos ocorrer via transformação destes em mercadorias, a serem trocadas (fosse por dinheiro ou outra medida de valor) de acordo com o valor médio socialmente necessário para produzi-las – e na sua proteção pelo “Estado operário”.

Nesse sentido, Lenin afirmara que, ao longo do período de transição, “não só o direito burguês, mais, ainda o Estado burguês, sem burguesia, subsistem”²³³, uma vez que esta classe teria sido expropriada, mas permaneceriam por algum tempo as normas tipicamente capitalistas de distribuição do sobreproduto, reguladas e protegidas pelo aparato estatal. Tal situação só seria alterada quando houvesse abundância suficiente para alcançar a célebre fórmula de Marx, “de cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo as suas necessidades” e, assim, se desse a passagem para a “etapa superior” do comunismo – portanto, ela se faria presente tanto na “etapa inferior” (o socialismo)

²³¹ Cf. TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*, op. cit., p. 74-75.

²³² MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha* [1875]. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1875/gotha/index.htm>. Acessado em setembro de 2015.

²³³ LENIN, Vladimir. *O Estado e a Revolução*, op. cit., p. 104.

quanto na transição ao socialismo.²³⁴

Essa situação estrutural indicava, portanto, que uma formação social de transição entre o capitalismo e o socialismo é, necessariamente, marcada por uma constante contradição na qual tendências estruturais opostas se chocam, parte das quais subsistiriam mesmo com a internacionalização da revolução e a chegada ao socialismo. Ao ser perpassado por tal contradição, argumentou Trotski, o “Estado operário” assume um “duplo caráter”, ao mesmo tempo “socialista”, decorrente da propriedade coletivizada, e “burguês”, decorrente da permanência da lei do valor, derivada do desenvolvimento econômico ainda insuficiente.²³⁵

1.2. “Reação termidoriana” e stalinismo como “regime de crise” / “bonapartismo”

Conforme essa análise, a burocracia de qualquer “Estado operário” seria, assim, a “guardiã do direito burguês”, atuando enquanto uma atenuadora dos antagonismos sociais pela coerção.²³⁶ A posição extremamente autonomizada que a burocracia assumira na URSS, todavia, não seria “normal” no Estado operário, o qual deveria se dissolver progressivamente uma vez feita a passagem ao socialismo, acompanhando o desenvolvimento das forças produtivas e a consequente eliminação das desigualdades sociais.

Isso deveria ocorrer, pois, conforme aumentasse a abundância econômica, e também não houvesse mais um cerco capitalista, tornar-se-ia cada vez mais supérflua a necessidade de um organismo de coerção com fins de mediar conflitos gerados pela desigualdade social e proteger militarmente as conquistas da revolução.²³⁷ Ademais, em tal situação deveria haver mecanismos para evitar a autonomização da burocracia, como amovibilidade de cargos e salários equivalentes ao de um trabalhador qualificado, conforme almejado pela Comuna de Paris e pelo Partido Bolchevique no começo da revolução (vide *O Estado e a Revolução*, de Lenin).²³⁸

Como se viu, a situação estrutural da URSS enquanto uma sociedade de transição, por si só, já fornecia perigosas contradições para uma possível degeneração burocrática. Mas, para Trotski, segundo suas análises da fase “madura”, o processo concreto de encastelamento dessa burocracia no Estado soviético e sua extrema autonomização em

²³⁴ Cf. *Ibid.*, p. 104-105.

²³⁵ Cf. TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*, op. cit., p. 76.

²³⁶ Cf. *Ibid.*, p. 123, 76 e 78.

²³⁷ Cf. *Ibid.*, p. 79-80.

²³⁸ Cf. LENIN, Vladimir. *O Estado e a Revolução*, op. cit., Capítulo 5.

relação às massas, fatores que iam na contramão das expectativas puramente teóricas, seria fruto tanto de elementos estruturais, peculiares à Rússia, quanto de elementos conjunturais e políticos.

O principal deles seria o fato de o Império Russo possuir uma economia marcadamente “atrasada” em comparação com as potências imperialistas da época, a qual se degradou ao extremo ao longo dos anos de participação na Primeira Guerra Mundial e da guerra civil que se seguiu à revolução. Tal economia era baseada em uma vasta massa camponesa analfabeta, com apenas alguns poucos núcleos urbanos fabris.

Além desses elementos estruturais / econômicos, Trotski enumerou ainda como influências importantes para a degeneração burocrática a queda da participação política do proletariado nos órgãos de massa de tipo soviético, fruto dos duros anos de guerra civil, e o isolamento internacional do país, em face da derrota de outros processos revolucionários.²³⁹

Ele considerou ainda o papel desempenhado por medidas antidemocráticas, inicialmente planejadas como temporárias, que acabaram por alimentar ainda mais a situação de “deformação burocrática” em curso. Dentre estas, a proibição das frações internas no partido governante e a supressão de diversas liberdades civis no decurso da guerra contra a reação burguesa²⁴⁰ – as quais o stalinismo transformou todas em dogmas organizativos de seu rígido modelo de partido e de regime político estatal. Trotski ainda apontou que, mesclada à degeneração burocrática do Estado, teve lugar uma degeneração do partido à frente do regime, que se tornou cada vez mais o porta-voz da burocracia estatal e da nova aristocracia operária (por exemplo, os stakhanovistas).²⁴¹

Para Trotski, eram essas as bases econômicas e políticas da forma extrema de autonomização atingida pela burocracia soviética, a qual ele caracterizou como um tipo novo de regime bonapartista, assentado sobre e moldado pelas relações sociais decorrentes do predomínio da propriedade coletivizada. Conceitualmente, esse bonapartismo *sui generis* seria justamente o stalinismo, sinônimo de “bonapartismo

²³⁹ Cf. *Ibid.*, p. 107-108.

²⁴⁰ Cf. *Ibid.*, p. 112-113. Cabe lembrar o fato frequentemente “esquecido” por aqueles hostis à Revolução Soviética, ou realmente desconhecido por muitos, de que chegou a haver uma democracia pluripartidária após outubro de 1917, expressa na presença de representantes do partido menchevique e da ala esquerda do partido SR nos *soviets* e, no caso dos SRs, também no próprio Comitê Executivo Central, órgão máximo de governo. No caso dos SR, como visto, foram os próprios que se retiraram do governo: uma ala em março de 1918, após o Tratado de Brest-Litovski, e outra após o V Congresso dos *Soviets* (julho de 1918), em que ficaram em minoria (tendo então passado a insurreições armadas e atentados a dirigentes bolcheviques, como ao próprio Lenin), cf. JOHNSTONE, Monty. *Lênin e a revolução*, *op. cit.*, p. 133.

²⁴¹ Cf. TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*, *op. cit.*, p. 82-83.

soviético” ou ainda de “ditadura da burocracia”:

O cesarismo – ou a sua forma burguesa, o bonapartismo – entra em cena na história quando a áspera luta entre dois adversários parece elevar o poder acima da nação e assegura aos governantes uma independência aparente relativamente às classes, não lhes deixando, na realidade, mais do que a liberdade de que precisam para defender os privilegiados. O regime stalinista, elevando-se acima de uma sociedade politicamente atomizada, apoiando-se na polícia e no corpo de oficiais, sem tolerar controle algum, é obviamente uma variação do bonapartismo – um bonapartismo de novo tipo, nunca visto antes na história. O cesarismo nasceu em uma sociedade baseada na escravatura e abalada por lutas intestinas. O bonapartismo foi um dos instrumentos do sistema capitalista nos seus períodos críticos. O stalinismo é uma variedade, mas sobre as bases de um Estado operário, dilacerado pelo antagonismo entre a burocracia soviética organizada e armada e as massas laboriosas desarmadas.²⁴²

Todos esses elementos teriam originado o stalinismo enquanto um “regime de crise”, conforme Trotski o descreveu, caracterizado pela autonomização relativa extremada do Estado em uma formação social de caráter proletário. Regime este que teria se constituído por um processo de reação termidoriana, isto é, “a vitória da burocracia sobre as massas”, mas na forma da “reação ainda constrangida a vestir as roupas da revolução”.²⁴³

Caracterizando o stalinismo enquanto um “regime de crise”, Trotski o via como um fenômeno necessariamente excepcional e transitório / temporário, algo que não poderia durar muito, pois atravessado por inúmeras contradições e crises delas derivadas: “O bonapartismo, por sua própria essência, não pode manter-se por muito tempo”²⁴⁴. Ou ele seria derrubado pela “revolução política” junto ao impulso de uma revolução mundial, e não passaria de um incidente no caminho da humanidade para o socialismo, ou seria derrubado por uma contrarrevolução capitalista interna ou externa.²⁴⁵ Daí, inclusive, em parte sua recusa em caracterizar a burocracia soviética como uma nova classe social: “Não ficaremos em uma posição ridícula se justamente alguns anos antes ou alguns meses antes da queda desonrosa da oligarquia bonapartista lhe dermos a denominação de nova classe dirigente?”²⁴⁶.

Quanto ao papel do próprio Stalin enquanto indivíduo à frente desse regime, cabe citar um trecho, ainda que longo, de *A Revolução Traída*:

²⁴² *Ibid.*, p. 244.

²⁴³ *Ibid.*, p. 117 e 162.

²⁴⁴ TROTSKY, Leon. *The Workers' State, Thermidor and Bonapartism*, op. cit. Ver também TROTSKY, Leon. *A URSS na guerra*, op. cit., p. 26-35.

²⁴⁵ Cf. TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*, op. cit., p. 226-227.

²⁴⁶ TROTSKY, Leon. *A URSS na guerra*, op. cit., p. 35.

Seria ingenuidade pensar que Stalin, desconhecido das massas, tivesse saído de repente dos bastidores armado com um plano estratégico completo – não. Antes que ele próprio tivesse entrevisto o seu caminho, a burocracia já o tinha escolhido. Stalin apresentava-lhe todas as garantias desejáveis: o prestígio de um velho bolchevique, um caráter firme, uma visão estreita, e uma indissolúvel ligação com as repartições públicas, fonte única da sua influência pessoal. Ele foi, no início, surpreendido pelo seu próprio êxito. Era a unânime aprovação de uma nova camada dirigente que procurava libertar-se tanto dos velhos princípios como do controle das massas e que tinha necessidade de um árbitro seguro nos seus assuntos internos. Figura de segundo plano para as massas e para a revolução, Stalin revelou-se o chefe incontestado da burocracia termidoriana, o primeiro dos termidorianos.²⁴⁷

Essa caracterização do stalinismo enquanto um regime bonapartista em uma formação social de transição entre capitalismo e socialismo (“Estado operário”) é de grande importância para entender alguns debates do movimento trotskista internacional do pós Segunda Guerra, uma vez que muitos de seus componentes utilizaram o conceito de “stalinismo” para se referir ao regime da URSS mesmo após a morte de Stalin, bem como para se referir aos regimes das formações sociais geradas por novos processos revolucionários – como no conjunto do “bloco soviético” (Leste Europeu), Iugoslávia, China, Cuba, Coreia do Norte, Vietnã e Laos. Tais debates foram por nós analisados em detalhe em uma pesquisa anterior, de forma que não cabe retomá-los aqui.²⁴⁸

Ao longo dos capítulos seguintes, também faremos uso do termo stalinismo nesse sentido, como conceito para designar um regime político de “ditadura da burocracia” no interior de um “Estado operário” / “sociedade de transição entre o capitalismo e o socialismo”, pois encaramos que se trata de um poderoso instrumento conceitual para lidar com a complexidade das formações sociais mencionadas.

1.3. A burocracia soviética enquanto “casta” / “grupo social” parasitário

A análise aqui apresentada não deixa de suscitar o questionamento se a burocracia não seria uma nova classe proprietária, utilizando sua posição de administradora no Estado para se apossar coletivamente dos meios de produção, caracterizando-se assim enquanto uma “burguesia estatal” ou uma nova classe exploradora equivalente.

Tal questionamento não é despropositado, uma vez que a posição privilegiada da burocracia inegavelmente lhe possibilitou uma retenção de parte do sobreproduto soviético, que era adicionada ao seu rendimento, proporcionando-lhe assim regalias

²⁴⁷ TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*, op. cit., p. 110.

²⁴⁸ Cf. MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. *Op. cit.* Para uma síntese, ver MONTEIRO, Marcio Lauria. O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra. *Revista Outubro* n. 27, p. 191-219, novembro de 2016.

diversas – ao passo que muitos operários recebiam apenas um salário mínimo vital. Trotski reconhecia essa realidade, mas não via nela prejuízos para sua caracterização da URSS e do stalinismo, ainda que seja uma das principais fontes de críticas a ela.²⁴⁹

Dada a importância de uma caracterização precisa do que era a burocracia soviética, ele dedicou a esta questão uma profunda atenção. Para analisar a burocracia, ele partiu do princípio segundo o qual “as classes são definidas pelo seu lugar na economia do sistema social e, antes de tudo, pela sua relação com os meios de produção”²⁵⁰. Nesse sentido, afirmou que, apesar da sua considerável autonomia política e das diferenças estruturais entre as formações sociais, a burocracia soviética estava no mesmo patamar social que a burocracia capitalista – especialmente aquela dos regimes fascistas, marcados por uma autonomização atípica da superestrutura frente às relações de produção e a classes sociais conflitantes.²⁵¹ Ou seja, tratava-se de uma autonomia relativa, ainda que extremada, pois limitada pelas formas de propriedade dominantes sobre as quais se assentava o regime político.

Segundo ele, a caracterização da burocracia enquanto grupo social se daria pelo fato de que ela não desempenha funções diretamente produtivas, e sim funções de comando e administração. No caso da burocracia soviética, esta seria uma “casta dirigente” que teria se destacado do restante do proletariado, ao se autonomizar e passar a atuar segundo seus interesses, distintos daqueles da classe proletária.²⁵²

Em *A URSS na Guerra* (outubro de 1939), Trotski destacou que o termo “casta” era “provisório”, pois a própria burocracia soviética era não só um fenômeno novo, como em desenvolvimento, para o qual a “antiga terminologia sociológica não preparou, e nem poderia preparar, um nome”. Para ele, o uso do termo não significava “identificar a oligarquia de Moscou à casta hindu dos brâmanes”, mas sim ressaltar “seu caráter fechado, seu governo arbitrário e a arrogância da camada dirigente, que se considera descendente única dos lábios de Brahma, enquanto as massas populares provêm das partes mais vis de sua anatomia”.²⁵³

Como destaca Michael Löwy, fato é que o termo “casta” soa bastante inadequado, uma vez que, no contexto indiano, ao qual costuma estar associado, transmite a ideia de

²⁴⁹ Cf. *Ibid.*, p. 118-119.

²⁵⁰ *Ibid.*, p. 223.

²⁵¹ Cf. *Ibid.*, p. 223.

²⁵² Cf. *Ibid.*, p. 142-143.

²⁵³ TROTSKY, Leon. “A URSS na guerra” [25 set. 1939]. In *Em Defesa do Marxismo*, op. cit., p. 28.

ausência de mobilidade social.²⁵⁴ Ao contrário, como o próprio Trotski enfatiza, especialmente ao negar que a burocracia soviética constitui uma nova classe social, esta era composta (ao menos nas primeiras décadas da URSS, antes do surgimento de uma tecnocracia altamente especializada) principalmente de trabalhadores que ascendiam gradualmente na hierarquia partidária e administrativa, muitas vezes a partir do chão da fábrica.

Vale ressaltar, contudo, que o próprio Trotski não fez um uso rígido do termo “casta”, algumas vezes tendo utilizado também “grupo social” para se referir à burocracia estatal em geral e na URSS em particular. Esse nos parece um termo mais adequado, uma vez que havia não só possibilidade de “ascensão social” à burocracia e em seu interior, mas também um membro dela poderia facilmente “decair”, como fruto de divergências e desconfiança entre seus pares, levando à perda da posição social privilegiada.

De qualquer forma, para Trotski a autonomização da burocracia teria assumido formas particulares devido à especificidade de a URSS ser um “Estado operário” e, conseqüentemente, seu aparelho administrativo estar diretamente ligado à gestão dos meios de produção. Uma vez beneficiada pela sua relação privilegiada com a riqueza produzida, a burocracia teria consolidado tal autonomização pela expropriação do poder político do proletariado.²⁵⁵ Entretanto, ela não teria alterado a forma coletivizada da propriedade, o que envolveria uma contrarrevolução social para que pudesse deter a posse dos meios de produção. Assim, Trotski concluiu que “a burocracia não criou uma base social para a sua dominação, sob a forma de condições particulares de propriedade”, dependendo, portanto, da defesa das formas de propriedades estabelecidas pela Revolução e se estabelecendo de forma distorcida enquanto “um instrumento da ditadura do proletariado”.²⁵⁶

Nesse sentido, a autonomia de seu regime de tipo bonapartista só poderia ser relativa, uma vez que era limitada pelo seu enraizamento em tais formas de propriedade. Por não ter alterado as formas de propriedade, a burocracia carecia de algo essencial a qualquer classe dominante, isto é, a sua capacidade de se reproduzir socialmente a partir das relações com os meios de produção, sendo, ao invés, um grupo social parasitário:

A burocracia não tem títulos nem ações. Ela é recrutada, suplementada e

²⁵⁴ Cf. LÖWY, Michael. *A política do desenvolvimento desigual e combinado*. A teoria da revolução permanente. São Paulo: Sundermann, p. 160-161, 2015.

²⁵⁵ Cf. *Ibid.*, p. 224.

²⁵⁶ *Ibid.*, p. 224.

renovada como uma hierarquia administrativa, independentemente de qualquer relação de propriedade particular. O burocrata não pode transmitir aos seus herdeiros o seu direito à exploração do Estado. Os privilégios da burocracia são os abusos do poder. Ela esconde os seus rendimentos. Dissimula ou finge não existir como grupo social. O seu domínio sobre uma parte enorme do rendimento nacional é um caso de parasitismo social.²⁵⁷

A partir dessa situação altamente contraditória, Trotski encarava que, por um lado, a burocracia era obrigada a defender as formas de propriedade características do “Estado operário” (“degenerado”) por delas depender sua existência. Mas, por outro, avaliava também que, com o tempo, essa burocracia tenderia a se cindir em frações interessadas em uma maior estabilidade e, portanto, na expropriação desses meios de produção e no (r)estabelecimento da propriedade privada e do capitalismo.²⁵⁸ Tendência essa determinada pela contradição entre o contínuo desenvolvimento das forças produtivas, que estaria “preparando as bases econômicas do socialismo”, e as normas de distribuição do produto social, “cada vez mais burguesas”, em benefício dos cumes da “casta burocrática”. Tal situação contraditória, afirmou, não poderia se prolongar indefinidamente:

Duas tendências opostas estão crescendo no interior do regime soviético: ao contrário do capitalismo decadente, ele desenvolve as forças produtivas, está preparando as bases econômicas do socialismo, e levando ao extremo, para benefício dos altos dirigentes, as normas mais burguesas de distribuição, está preparando a restauração capitalista. A contradição entre as formas de propriedade e as normas de distribuição não pode crescer indefinidamente. Ou as normas burguesas se estenderão, de uma ou de outra maneira, aos meios de produção, ou as normas de distribuição terão de corresponder às normas do sistema de propriedade socialista.²⁵⁹

Se, por um lado, a burocracia governante precisava defender a forma coletiva da propriedade para dela poder parasitar e, por outro, seus estratos superiores teriam um interesse crescente na restauração da propriedade privada, para que pudessem passar de administradores a proprietários (“Não basta ser diretor de truste, é necessário ser acionista”²⁶⁰), Trotski concluiu que o regime stalinista precisaria, então, equilibrar-se entre tendências opostas. Dessa forma, a percepção da relação da burocracia soviética para com os meios de produção e o Estado como sendo um “parasitismo social” (a burocracia como uma “excrescência parasitária”) é, nas análises de Trotski, um dos pontos-chave para a compreensão desta enquanto categoria social, bem como para a

²⁵⁷ *Ibid.*, p. 224.

²⁵⁸ Cf. *Ibid.*, p. 226-227.

²⁵⁹ *Ibid.*, p. 220-221.

²⁶⁰ *Ibid.*, p. 227.

caracterização do regime stalinista e seu papel sociopolítico. Em suas palavras:

A função de Stalin (...) tem um duplo caráter. Stalin serve à burocracia e por isso à burguesia mundial, mas não pode servir à burocracia sem preservar o fundamento social que a burocracia explora em seu próprio interesse. Nessa medida, Stalin defende a propriedade nacionalizada contra o imperialismo e contra as camadas demasiado impacientes e ávidas da burocracia.²⁶¹

O regime stalinista realizava essa defesa da propriedade socializada, todavia, segundo Trotski, “por métodos que preparam o desmoronamento geral da sociedade soviética”, concluindo ser imperativo “derrubar a camarilha stalinista” como forma de evitar a restauração capitalista. Ao mesmo tempo, enfatizava a política de “defensismo revolucionário” da URSS contra o imperialismo, afirmando que “é o proletariado revolucionário que deve derrubá-la. Não pode confiar esta tarefa aos imperialistas. O proletariado defende a URSS contra o imperialismo, apesar de Stalin”.²⁶²

Vendo o stalinismo e a burocracia soviética como perpassados por diversas contradições, Trotski enxergava elementos diametralmente opostos em seu interior, de forma que ela não constituía um grupo coeso e tenderia a se dividir diante de momentos de maior pressão social. Conforme esta passagem de *O Programa de Transição* (1938), na qual comenta as deserções de Ignace Reiss (ex-agente da NKVD, assassinado por essa polícia secreta em 1937, após desertar e declarar apoio à Quarta Internacional) e de Fiodor Butenko (ex-diplomata soviético, que desertou para a Itália fascista por volta de mesma época):

As declarações públicas de antigos agentes do Kremlin no estrangeiro, que se recusaram a voltar a Moscou, confirmaram, irrefutavelmente, à sua maneira, que no seio da burocracia existem todas as gamas do pensamento político: desde o verdadeiro bolchevismo (Ignace Reiss) até o fascismo declarado (F. Butenko). (...)

Se amanhã a tendência burguesa-fascista, isto é, a “fração Butenko”, entrar em luta pela conquista do poder, a “fração Reiss” tomará, inevitavelmente, lugar no outro lado da barricada. Embora possa se encontrar momentaneamente como aliada de Stalin, defenderá, é claro, não a camarilha bonapartista deste, mas as bases sociais da União Soviética, isto é, a propriedade arrancada aos capitalistas e transformada em propriedade do Estado. Se a “fração Butenko” se achar em aliança militar com Hitler, a “fração Reiss” defenderá a União Soviética contra a intervenção militar, tanto no interior do país, quanto a nível internacional.²⁶³

De fato, ao longo da história da URSS e do “bloco soviético” a burocracia se

²⁶¹ *Ibid.*, p. 261.

²⁶² *Ibid.*, p. 261.

²⁶³ TROTSKY, Leon. *O programa de transição*, op. cit., p. 66 e 68-69.

cindiu em diversos momentos frente aos desafios que enfrentava, especialmente em contextos de maior mobilização das massas proletárias.

A tais contradições da burocracia, Trotski adicionou ainda outra de grande relevância. Como o “Estado operário” possui um duplo caráter, burguês e proletário, e, no caso da URSS, tal formação social se encontrava sob um verdadeiro cerco imperialista, que exercia pressões diversas sobre ela, Trotski encarou que o Estado, por meio de sua burocracia, havia se tornado um “mecanismo de transmissão do imperialismo”:

O proletariado da União Soviética domina em um país que não representa mais do que 1/12 avos da humanidade; o imperialismo domina os outros 11/12 avos. A dominação do proletariado, já deformada pelo atraso e pobreza do país, está ainda duas ou três vezes mais deformada pela pressão do imperialismo mundial. O órgão de dominação do proletariado — o Estado — converte-se, assim, em órgão da pressão do imperialismo (a diplomacia, o comércio exterior, as ideias e os costumes). Na escala histórica a luta pela dominação não se dá entre o proletariado e a burocracia, mas sim entre o proletariado e a burguesia mundial. Nesta luta a burocracia não é mais do que um mecanismo de transmissão.²⁶⁴

Assim, era imprescindível remover a burocracia do poder e restaurar a democracia direta dos *soviets* não só porque tal burocracia gerava desequilíbrios na economia e, assim, enfraquecia a URSS, com também representava um risco restauracionista no médio e longo prazo, por ser um instrumento das pressões da burguesia mundial (esse risco será detalhado adiante). Como será visto nos capítulos seguintes, tal elemento se mostra bastante evidente quando levamos em conta o endividamento externo de certos países do “bloco soviético” ao longo dos anos 1960-80 (em especial a Polônia), que permitiu às grandes potências imperialistas imporem uma série de políticas de seu interesse aos seus respectivos governos, como supervisão das finanças públicas, planos de “austeridade” e também concessões políticas a opositores de orientação pró-capitalista.

1.4. A burocracia como “freio” ao desenvolvimento econômico

Cabe, ainda, ressaltar como Trotski encarava a relação entre tal burocracia parasitária e o desenvolvimento das forças produtivas soviéticas. Conforme demonstrado pelo já mencionado primeiro capítulo de *A revolução traída*, ele reconhecia que esta havia cumprido um papel progressivo naquilo que tangia à importação do que havia de mais avançado no mundo capitalista em termos de técnicas e meios de produção, bem como sua implementação na URSS pelo planejamento econômico. Chegou a compará-la, em

²⁶⁴ TROTSKY, Leon. *Um Estado não operário e não burguês*, op. cit., p. 266.

outro texto (*A URSS na guerra*, 1939), ao “despotismo esclarecido” e ao papel histórico que este cumprira em benefício do desenvolvimento e da expansão das relações capitalistas, ainda que a burguesia não estivesse no controle do aparato estatal.²⁶⁵

Todavia, utilizando a mesma analogia histórica em *A Revolução Traída*, apontou que “como a monarquia absoluta se tornou a seu tempo incompatível com o desenvolvimento do mercado burguês”, também a burocracia se tornaria cada vez mais incompatível com o desenvolvimento das forças produtivas na URSS, tornando-se um “freio” a tal desenvolvimento.

Essa incompatibilidade se expressaria, sobretudo, no terreno da qualidade da produção, que envolve estímulos à iniciativa e ao pensamento crítico, particularmente em uma economia onde não há competição de mercado. Se a burocracia era capaz de transplantar à URSS o que havia de mais moderno nas economias capitalistas da época, ainda que a custos muito maiores, decorrentes dos típicos problemas de eficiência envolvidos em suas ações, no terreno da inovação o mesmo não ocorria:

O papel progressista da burocracia soviética coincide com o período destinado a introduzir os mais importantes elementos da técnica capitalistas. O duto trabalho de emprestar, imitar, de transplantar e copiar foi cumprido sobre as bases colocadas pela Revolução. Não houve, até agora, nenhuma palavra nova no campo da técnica, da ciência ou da arte. Sob as ordens da burocracia, poderão ser construídas fábricas gigantescas de acordo com os modelos importados do estrangeiro, pagando, é claro, o triplo do seu preço normal. Mas, quanto mais avançar, maior será o choque contra o problema da qualidade e este escapa à burocracia como uma sombra. A produção parece marcada pelo cunho cinzento da indiferença. Na economia nacionalizada, a qualidade supõe a democracia dos produtores e dos consumidores, a liberdade de crítica e de iniciativa, condições incompatíveis com o regime totalitário do medo, da mentira e da adulação.

[...] A democracia soviética não é uma reivindicação política abstrata ou moral. Tornou-se para o país uma questão de vida ou de morte.²⁶⁶

Portanto, a burocracia seria capaz, ainda que com alto grau de desperdício e ineficácia, de realizar um crescimento extensivo, mas não de fazer a passagem a um intensivo – problema amplamente mencionado na bibliografia sobre história e economia da URSS. Ademais, na análise de Trotski, a incompatibilidade entre o regime stalinista e o desenvolvimento das forças produtivas se expressava também em outros aspectos, como a necessidade dos trabalhadores por um rublo estável, que não fosse calculado meramente de acordo com os desígnios da burocracia, ou o interesse dos trabalhadores por uma boa

²⁶⁵ Cf. TROTSKY, Leon. *A URSS na guerra*, op. cit., p. 26-27.

²⁶⁶ TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*, op. cit., p. 243.

gestão da produção devido ao atrelamento dos salários à produtividade (portanto, interesse em opinar sobre tal gestão).²⁶⁷

Esses aspectos se relacionam com a incompatibilidade entre economia socializada cada vez mais complexa e ausência de planejamento real, isto é, baseado na participação das massas trabalhadoras – uma questão central para a compreensão dos problemas estruturais que levaram ao colapso da URSS, conforme será debatido no Capítulo 7. Por fim, o papel de “freio” da burocracia se relacionava ainda ao risco de os avanços tecnológicos e produtivos minarem as funções sociais por ela desempenhadas, especialmente em relação às tecnologias de computadores.²⁶⁸

Se alguns aspectos dessa avaliação de Trotski podem soar equivocados tendo em vista os vários avanços científicos e tecnológicos realizados na URSS após a Segunda Guerra Mundial, sua vitalidade é ressaltada pelo fato de que a origem desses avanços foi o setor militar, do qual a burocracia necessitava para assegurar a sobrevivência do regime social que parasitava, enquanto o setor de bens de consumo para a população continuou marcado por escassez e má qualidade. Tal vitalidade também é ressaltada quando se leva em conta o declínio das taxas de crescimento da economia soviética observadas a partir de meados dos anos 1950, que levou a própria burocracia a buscar formas de dinamizar a economia, através do recurso crescente a mecanismos de mercado e, sob Gorbachev, à tentativa de “reestruturá-la” de forma profunda.²⁶⁹

1.5. “Revolução política”, a nova estratégia por democracia

Com a mudança na avaliação de Trotski de que a burocratização já era um fenômeno consolidado e de que o proletariado se encontrava politicamente expropriado,

²⁶⁷ Cf. *Ibid.*, p. 242.

²⁶⁸ Cf. *Ibid.*, p. 26-27; TROTSKY, Leon. *Um Estado não operário e não burguês*, op. cit., p. 257-258. Para um interessante estudo que corrobora empiricamente tal ponto de vista, recomenda-se a leitura do artigo de Slava Gerovitch no qual se discute o pioneirismo soviético no desenvolvimento de uma tecnologia de rede nacional de computadores uma década antes da ARPA norte-americana. Gerovitch demonstra que, a despeito dos grandes avanços realizados nesse sentido, com fins de facilitar a planificação econômica, o desenvolvimento da citada rede foi boicotado por alas da burocracia, temerosas de perderem seus postos (cf. Cf. e GEROVITCH, Slava. *InterNyet: why the Soviet Union did not build a nationwide computer network. History and Technology* vol. 24, n. 4, December 2008, p. 335-350).

²⁶⁹ Isaac Deutscher, ainda que não reivindicando inteiramente o arcabouço de Trotski, partiu dele para colocar grande ênfase no que via como uma crescente contradição entre a “base” e a “superestrutura” na URSS pós-Segunda Guerra e, assim, explicar as reformas econômicas e políticas então conduzidas por setores da burocracia. Contudo, sua análise possuía considerável dose de mecanicismo, ao preconizar que a democratização do regime seria inevitável, pois uma necessidade histórica, de forma que a própria burocracia se veria forçada a realizá-la – o que colide com a análise de Trotski sobre a necessidade da “revolução política” e a impossibilidade de a burocracia abdicar de sua ditadura. Cf. DEUTSCHER, Isaac. *Ironies of History: Essays on Contemporary Communism*. California: Ramparts Press, 1971.

sua estratégia de reforma do regime do Estado e do PC foi abandonada. Antes ele almejava reformar o PC para, através desse, corrigir os desvios burocráticos do Estado. Após, passou a encarar que apenas uma revolução, encabeçada por um novo partido marxista, poderia remover a burocracia do poder e restaurar a democracia dos *soviets*. Contudo, como as relações de propriedade e o caráter de classe do Estado não haviam sido alterados, apesar da “degeneração burocrática”, tal revolução teria caráter político (troca de regime), não social (troca da classe dominante e relações de propriedade e produção).

Nos textos que marcam a transição de uma posição para a outra, como *É Impossível Permanecermos na mesma Internacional que os Stalins, Manuïlsks, Losovskis etc.* (20 de julho de 1933) e *A Natureza de Classe da URSS* (outubro de 1933), Trotski fala de forma bastante genérica na necessidade de construção de um novo “Partido Bolchevique” na URSS, para lutar contra a “ditadura burocrática”. Ele também argumenta que não seria necessária uma “guerra civil” para remover a burocracia do poder, apenas “medidas policiais” (medidas pontuais), uma vez que o proletariado se levantasse, pois a burocracia apenas se mantinha no poder devido à “tolerância” desse último.²⁷⁰ Tratava-se do que ele então nomeou “reforma à força” – apenas um esboço do que veio a ser a estratégia da “revolução política”, termo introduzido em 1936.²⁷¹

Em julho 1936, foi realizada uma conferência internacional com o intuito de fundar a Quarta Internacional, o que só foi de fato possível dois anos depois, por conta das divergências sobre se o momento era adequado e da fraqueza numérica dos grupos então reunidos. Não obstante, tal conferência aprovou documentos importantes para guiar a análise e atuação dos grupos “bolchevique-leninistas”, entre os quais *A Quarta Internacional e a União Soviética*. Nele, Trotski escreveu que, “para que o socialismo possa se desenvolver, uma revolução política se tornou inevitável, isto é, a derrubada violenta do regime político da burocracia degenerada, ao mesmo tempo em que se mantêm as relações de propriedade estabelecidas pela Revolução de Outubro”.²⁷²

Conforme Trotski destacou posteriormente em *A Revolução Traída*, que tem longas passagens dedicadas ao tema, o termo parte de uma analogia com as revoluções de 1830 e 1848 na França e aquela de fevereiro de 1917 na Rússia, processos nos quais a

²⁷⁰ Cf. TROTSKY, Leon. *The Class Nature of the Soviet State*, op. cit.; *Id. It is Impossible to Remain in the Same International with the Stalins...* op. cit.

²⁷¹ Cf. TWISS, Thomas M. *Trotsky's Analysis of Stalinism*, op. cit., p. 557.

²⁷² TROTSKY, Leon. *The Fourth International and the Soviet Union*. Apud ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*, p. 267.

burguesia tomou o poder, mas não alterou as relações de propriedade e produção, já predominantemente capitalistas.²⁷³ Baruch Knei-Paz destaca que o termo provavelmente foi apropriado de escritos de Kautsky sobre a revolução burguesa na Rússia, nos quais esse distinguia entre “revolução econômica” (social) e “revolução política”.²⁷⁴

Ainda em *A Revolução Traída*, Trotski reafirmou que “a burocracia só poderá ser afastada revolucionariamente”, ainda que o grau de violência necessário para tal fosse variar de acordo com a força da mobilização proletária e que ele apostasse que provavelmente esse não seria grande, já que a resistência da burocracia tenderia a ser “fraca”. Ele também enfatizou que preparar tal ação seria a tarefa central de uma seção soviética da Quarta Internacional. Delineou, ademais, o programa básico da “revolução política” soviética: restabelecimento do direito de crítica; “renascimento” e reestabelecimento da democracia nos sindicatos e nos *soviets*; restabelecimento das liberdades dos “partidos soviéticos” (isto é, os que não defendem o retorno ao capitalismo); um expurgo nos aparelhos do Estado; e a retomada do internacionalismo revolucionário na política externa.²⁷⁵

Para o triunfo desse processo, ele destacou a necessidade fundamental de um partido marxista enraizado no proletariado que o liderasse à vitória, de forma que não cabia mais buscar reformar o PC, que havia se tornado um mero aparato burocrático. Conforme afirmou em *A Revolução Traída*, “Preparar essa ação [a revolução política] e estar à frente das massas em uma situação historicamente favorável – essa é a tarefa da seção soviética da Quarta Internacional”.²⁷⁶

Apesar de se tratar essencialmente de uma mudança de regime político, a “revolução política” teria também impactos socioeconômicos, afinal, a burocracia era um “freio” ao desenvolvimento da URSS. Como ressalta corretamente Ernest Mandel, não poderia ser de outra forma, dado que as forças produtivas eram estatizadas e, portanto, suscetíveis às mudanças de orientação da política estatal e do regime político.²⁷⁷

O próprio Trotski destacou essa questão em alguns momentos, ainda que sem se aprofundar muito. Por exemplo, em um trecho de *A Revolução Traída*, Trotski aponta que “Após a revolução política, após o derrubamento da burocracia, o proletariado teria

²⁷³ Cf. TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*, op. cit., p. 252.

²⁷⁴ Cf. KNEI-PAZ, Baruch. Op. cit., p. 65.

²⁷⁵ Cf. *Ibid.*, p. 226 e 252-253.

²⁷⁶ Cf. TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*, op. cit., p. 251.

²⁷⁷ Cf. TROTSKY, Leon. *O programa de transição*, op. cit., p. 70-71; MANDEL, Ernest. *Trotsky como alternativa*, op. cit., p. 73.

que cumprir na economia reformas bastante importantes, mas não teria de fazer uma nova revolução social”.²⁷⁸ De forma mais específica, em *A URSS na guerra*, de setembro de 1939, ele afirmou:

É evidente que a distribuição das forças produtivas entre os diferentes ramos da economia e, de modo geral, todo o conteúdo do plano, serão mudados drasticamente quando este plano estiver sendo determinado não pelos interesses da burocracia, mas pelos dos próprios produtores.²⁷⁹

Na conclusão de *A Revolução Traída*, Trotski afirmou que seria inevitável um levante proletário contra o stalinismo. Para ele, o fato de ainda não ter eclodido uma revolta anti-burocrática de larga escala se dava não apenas pela repressão, mas, principalmente, pelo medo que os trabalhadores tinham de uma restauração capitalista em condições de isolamento internacional e constante ameaça imperialista. O futuro da URSS, assim, estava intimamente vinculado ao da ocorrência de novas revoluções, principalmente nos centros capitalistas, de forma que a “revolução política” só teria sentido se vinculado a um programa de revolução internacional. Essa vinculação do destino da URSS à “arena internacional”, cabe destacar, é algo que sempre esteve presente na análise de Trotski, a despeito das mudanças pelas quais ela passou entre 1923-36.

Trotski obviamente não poderia prever quando e como ocorreria a revolução anti-burocrática na URSS, mas sua análise perspicaz do fenômeno stalinista o permitiu compreender que ela muito provavelmente começaria na forma de uma luta econômica por melhores condições de vida e contra os visíveis privilégios da burocracia. Desse ponto de partida, ela tenderia a se transformar com rapidez em uma luta política contra o regime de ditadura da burocracia e em prol da democratização da gestão da economia e política, uma vez que havia um vínculo direto entre a organização das relações de produção e o regime político, inclusive no interior das empresas (o controle vertical da gestão pelo PC).

No trecho a seguir, do manifesto programático da Quarta Internacional, o *Programa de Transição* (adotado na sua conferência de fundação, em 1938), ele apresenta essa interessante previsão – que, conforme se verá no Capítulo 3, mostrou-se bastante acertada – e delineia em maiores detalhes o programa que os marxistas deveriam levantar diante da eclosão de uma “revolução política”, para que ela fosse conduzida à vitória:

O novo ascenso da revolução na URSS começará, sem dúvida alguma, sob a bandeira da LUTA CONTRA A DESIGUALDADE SOCIAL E A OPRESSÃO POLITICA. Abaixo os privilégios da burocracia! Abaixo o

²⁷⁸ Cf. TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*, op. cit., p. 226.

²⁷⁹ Cf. TROTSKY, Leon. *A URSS na guerra*, op. cit., p. 24.

stakhanovismo! Abaixo a aristocracia soviética com sua hierarquia e sua condecorações! Maior igualdade no salário de todas as formas de trabalho!

A luta pela liberdade dos comitês de fábrica e dos sindicatos, pela liberdade de reunião e de imprensa transformar-se-á em luta pelo renascimento e pelo desabrochar da DEMOCRACIA SOVIÉTICA.

A burocracia substituiu os *soviets*, como órgãos de classe, pela ficção do sufrágio universal à maneira de Hitler-Goebbels. É necessário devolver os conselhos não apenas sua livre forma democrática, mas também, seu conteúdo de classe. Assim como, antigamente, a burguesia e os *kulaks* não eram admitidos nos conselhos, também, agora, a burocracia e a nova aristocracia devem ser expulsas dos *soviets*. Nos *soviets* só existe lugar para os representantes dos operários, dos trabalhadores dos *kolkhozi*, dos camponeses e dos soldados vermelhos.

A democratização dos *soviets* é inconcebível sem a LEGALIZAÇÃO DOS PARTIDOS SOVIÉTICOS. Os próprios operários e camponeses, mediante votação livre, mostrarão quais partidos são soviéticos.

REVISÃO DA ECONOMIA PLANIFICADA de alto a baixo no interesse dos produtores e dos consumidores! Os comitês de fábrica devem retomar o direito de controle sobre a produção. As cooperativas de consumo democraticamente organizadas devem controlar a qualidade dos produtos e seus preços.

REORGANIZAÇÃO DOS *KOLKHOZI* de acordo com a vontade dos *kolkhozianos* e segundo seus interesses!

A política internacional conservadora da burocracia deve ceder lugar à política do internacionalismo proletário. Toda a correspondência diplomática do Kremlin deve ser publicada. ABAIXO A DIPLOMACIA SECRETA!

Todos os processos políticos montados pela burocracia termidoriana devem ser revistos mediante ampla publicidade e livre-exame. Os organizadores das falsificações devem sofrer o merecido castigo.

É impossível realizar este programa sem a derrubada da burocracia, que se mantém pela violência e pela falsificação. Somente o levantamento revolucionário vitorioso das massas oprimidas pode regenerar o regime soviético e assegurar sua marcha para a frente em direção ao socialismo. Apenas o partido da Quarta Internacional é capaz de conduzir as massas soviéticas à insurreição.

Abaixo a camarilha bonapartista de Cain-Stalin!

Viva a democracia soviética!

Viva a revolução socialista internacional!²⁸⁰

Nesse trecho está, em essencial, o programa da revolução política, que foi tema de grande relevância para os trotskistas do pós-Segunda Guerra, diante do surgimento de novas formações sociais análogas à URSS e, principalmente, da eclosão de revoltas por uma democracia de base socialista em seu interior. Revoltas essas que, de fato, tiveram início como lutas econômicas e que rapidamente se tornaram lutas políticas pela democratização da gestão e pelo autogoverno proletário, mas nas quais faltou o elemento fundamental de um partido marxista como liderança política dotada de programa firmemente revolucionário, em oposição a perspectivas de conciliação com setores “progressistas” da burocracia ou de “autorreforma” dessa.

1.6. A caracterização do stalinismo internacionalmente após 1933: “conservador” e

²⁸⁰ TROTSKY, Leon. *O programa de transição, op. cit.*, p. 70-71.

“contrarrevolucionário”

Na fase “inicial” e durante parte da fase “intermediária” de seu pensamento, Trotski via o papel do stalinismo fora da URSS como “centrista” – portanto marcado por ziguezagues que iam do “oportunismo” ao “ultra-esquerdismo”. Já na fase “madura”, a partir do novo arcabouço que desenvolvera acerca da burocratização soviética, e da própria redefinição do conceito de stalinismo, ele passou a enfatizar cada vez mais a noção de uma ligação entre este e os interesses materiais da burocracia soviética para explicar a política externa da URSS e a linha política da IC.

Essencialmente, Trotski encarou que as racionalizações “teóricas” do stalinismo (as quais ele via enquanto uma forma de “revisionismo”) não passavam de uma máscara para tais interesses, ou “necessidades sociais”, cujo caráter, ainda que contraditório, por defender as bases sociais da Revolução Soviética, ele já não mais encarava ser centrista, mas sim intensamente marcado pelo “conservadorismo”.

Ademais, depois do baque da ascensão nazista na Alemanha (1933) não ter gerado nenhum abalo interno sério na IC e suas diversas seções nacionais, Trotski passou a considerá-las como uma mera extensão do aparato burocrático da URSS. De fato, o nível de subordinação era gigantesco, dada a profunda dependência material dos quadros dos PCs frente ao aparato da IC e o desta em relação à URSS. Portanto, ao falar do papel do “stalinismo” fora da URSS, ele se referia não a um “movimento stalinista” ou a um programa político específico, mas ao próprio regime de ditadura da burocracia na URSS e seus interesses materiais e políticos, operados através do aparato da IC e de seus PCs.²⁸¹

Como fora da URSS esse aparato atuava como um freio à luta de classes e um empecilho à vitória de novas revoluções sociais, para evitar que as potências imperialistas vissem na URSS uma ameaça, Trotski passou a encarar o stalinismo internacionalmente como desempenhando um papel “contrarrevolucionário”. Essa avaliação se faz presente já em sua fase “intermediária”, conforme sintetizou em uma passagem da obra *A revolução permanente* (1929, uma polêmica com a concepção de “socialismo em um só país” e a estratégia etapista do stalinismo, na qual Trotski defendeu a sua teoria da revolução permanente):

Já explicamos muitas vezes que esta revisão dos valores foi provocada pelas necessidades sociais da burocracia soviética: tornando-se cada vez mais conservadora, ela aspirava a uma ordem mundial estável; desejava que a revolução terminada, tendo-lhe assegurado uma situação privilegiada, fosse

²⁸¹ Cf. ANDERSON, Perry. *Trotsky's Interpretations of Stalinism*, op. cit., p. 58.

suficiente para a construção pacífica do socialismo e reclamava a consagração desta tese.²⁸²

De forma ainda mais enfática, no *Programa de Transição* (1938), já da fase “madura”, ao debater o papel das lideranças oportunistas nas derrotas dos processos revolucionários que vinham ocorrendo (“crise de direção”), Trotski afirmou que:

A passagem definitiva da Internacional Comunista para o lado da ordem burguesa e seu papel cinicamente contrarrevolucionário no mundo inteiro, particularmente na Espanha, na França, nos Estados Unidos e nos outros países “democráticos”, criaram extraordinárias dificuldades suplementares para o proletariado mundial. Sob o signo da Revolução de Outubro, a política conciliadora das “Frentes Populares” condena a classe operária à impotência e limpa o caminho para o fascismo.²⁸³

Ademais, ele apontou a existência de um processo de retroalimentação entre tal conservadorismo levar a derrotas na arena internacional e, ao mesmo tempo, tais derrotas fortalecerem seu responsável, o stalinismo, conforme se vê por esta passagem da principal obra de sua fase madura acerca da questão da burocratização soviética (*A Revolução Traída – O que é e para onde vai a União Soviética*, 1936):

A burocracia soviética ganhava segurança à medida que a classe operária internacional sofria derrotas cada vez mais pesadas. Entre estes dois fatos, a relação não é unicamente cronológica, mas causal e recíproca: a direção burocrática do movimento contribuía para as derrotas; as derrotas fortaleciam a burocracia.²⁸⁴

Portanto, vê-se que Trotski encarava a burocracia como “conservadora”, por não desejar novas revoluções na arena internacional e, ao invés, buscar uma “coexistência pacífica” com as potências imperialistas. Dessa forma, ela atuava, através da IC, buscando limitar a luta de classes ao patamar do tolerável para tais potências, criando, para tal, uma série de “explicações” e “teorias” que justificassem a linha de colaboração de classes, tanto na periferia capitalista, quanto nos grandes centros imperialistas. Assim, evitava tanto atrair a hostilidade das potências adversárias, quanto novas experiências revolucionárias que mostrassem a possibilidade de regimes não-burocráticos, dando força para posições democráticas entre o proletariado da URSS. Tratava-se, assim, de manter a estabilidade do regime burocrático, sacrificando a possibilidade de novas revoluções mundo à fora.

²⁸² TROTSKY, Leon. “A revolução permanente” [1929-30]. In: *A Teoria da Revolução Permanente*. São Paulo: Sundermann, 2011, p. 164.

²⁸³ TROTSKY, Leon. *O programa de transição para a revolução socialista* [1938]. São Paulo: Sundermann, 2008, p. 15.

²⁸⁴ TROTSKY, Leon. *A revolução traída*, op. cit., p. 108.

Como a linha política imposta aos PCs e ICs mudava de acordo com a conjuntura mundial, para se manter adequada aos interesses materiais da burocracia da URSS, Trotski também enfatizou que o stalinismo não continha um programa político definido e coerente, ainda que predominasse como características centrais o conservadorismo e a consequente colaboração de classes com a burguesia para evitar novas revoluções, permeado por práticas autoritárias e brutais. Nesse sentido, no texto *Stalinismo e bolchevismo*, de agosto de 1937, Trotski afirmou que a “burocracia stalinista [...] é, em geral, alheia a qualquer doutrina ou sistema. Sua ‘ideologia’ é inteiramente permeada por um subjetivismo policial, sua prática é o empiricismo da violência crua”.²⁸⁵

Todavia, se Trotski indicou, em alguns textos do começo da década de 1930, que ele estava operando uma mudança em sua análise e caracterização do stalinismo (de “centrismo” a “bonapartismo” e “conservador” / “contrarrevolucionário”), isso não foi feito de maneira suficientemente clara, gerando confusão até mesmo nas fileiras “bolchevique-leninistas”.

Conforme dito pelo próprio Trotski, em uma carta de outubro de 1937 ao dirigente norte-americano James Cannon: “Alguns camaradas continuam a caracterizar o stalinismo como ‘centrismo burocrático’. Essa caracterização está hoje completamente ultrapassada. Na arena internacional, o stalinismo não é mais centrismo, mas a forma mais crua de oportunismo e social-patriotismo. Olhe a Espanha!”²⁸⁶. Ainda assim, tal passagem consiste em um diminuto “P.S.”, ao fim de uma carta sobre um assunto distinto, endereçada a um dos dirigentes da seção da Quarta Internacional nos Estados Unidos.

Provavelmente essa confusão derivava da distinção que Trotski fazia, então, do papel do stalinismo fora da URSS, considerado cada vez mais “contrarrevolucionário”, daquele à frente do regime de tal formação social, considerado “contraditório”, por encapsular características progressistas e conservadoras (a defesa das relações de propriedade estabelecidas pela revolução, mas através de métodos que as colocavam em risco a médio e longo prazo).²⁸⁷

Assim foram explicados os “zigzagues” da burocracia soviética, como, de um lado, a defesa, em diferentes momentos, da colaboração de classes e de medidas que, na

²⁸⁵ TROTSKY, Leon. *Estalinismo e Bolchevismo*. Sobre as Raízes Históricas e Teóricas da IV Internacional. [29 ago. 1937]. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1937/08/29.htm>. Acessado em 19/09/2019.

²⁸⁶ TROTSKY, Leon. “More thoughts on the party regime” (Oct. 3, 1957). In: *Writings of Leon Trotsky (1936-37)*. 2. ed. Nova York: Pathfinder Press, 1978, pp. 478.

²⁸⁷ Cf. ANDERSON, Perry. *Trotsky's Interpretations of Stalinism*, op. cit., p. 51-52.

prática, evitaram a vitória de processos revolucionários. É o caso da noção de “coexistência pacífica” com o imperialismo, em grande parte indissociável da de “socialismo em um só país”, que costuma ser associada a Nikita Khrushchev, mas cuja origem está em Stalin.²⁸⁸ Também da linha das “Frentes Populares”, adotada após 1933 com o objetivo de deter o ascenso fascista, mas através não da revolução socialista, e sim da colaboração eleitoral com setores supostamente “progressistas” da burguesia. Ainda, da sabotagem da Revolução Espanhola de 1936 e o arrefecimento das críticas ao regime alemão como parte do pacto de não-agressão com a Alemanha nazista (1939).

De outro lado, momentos de ofensiva revolucionária, ainda que com muitas distorções e limitações. Em especial, a transformação social operada (militarmente) em regiões da Polônia e da Finlândia, como parte do referido pacto com a Alemanha, visando a criar fronteiras seguras para a URSS.

Assim, apesar dessa nova caracterização, que enfatizava o caráter “conservador” do stalinismo na arena internacional, quando a URSS invadiu partes da Polônia e também a Finlândia, em fins de 1939, Trotski antecipou, no texto *A URSS na guerra* (setembro de 1939), a possibilidade de o stalinismo cumprir ali um papel revolucionário, pois seria necessário haver compatibilidade entre as relações sociais nas quais se sustenta a burocracia soviética e aquelas dos territórios porventura anexados por ela. Todavia, ressaltou que, caso isso ocorresse, seria por meios que ele nomeou de “burocrático-militares”, no sentido de que a “expropriação dos expropriadores” seria “indubitavelmente” acompanhada, “no dia seguinte”, de “desapiedosas medidas policiaiscas, visando a assegurar a predominância da burocracia sobre as massas revolucionárias vigilantes”²⁸⁹, as quais o stalinismo mobilizaria de forma tutelada num primeiro momento. Meses depois, ele retomou o tema em *Balanço dos acontecimentos finlandeses* (abril de 1940), onde apontou o que teria sido o caminho mais provável caso a URSS não tivesse sido derrotada pela Finlândia e tivesse, de fato, tomado o país. Trata-se de uma passagem muito significativa pra compreender a ocupação do Leste Europeu pela URSS ao fim da Segunda Guerra mundial e a transformação social da região:

²⁸⁸ Ver, por exemplo, as entrevistas de Stálin a Elliott Roosevelt (21 de dezembro de 1946) e a Harold Stassen (9 de abril de 1947), nas quais o termo aparece de forma explícita: STALIN, J. V. *Replies to Questions put by Mr. Elliot Roosevelt, in an Interview* [21 dez. 1946]. Disponível em <https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1946/12/21.htm>. Acessado em out. 2014; STALIN, J. V. *Coexistence, American-Soviet Cooperation, Atomic Energy, Europe* [9 abr. 1947]. Disponível em <https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1947/04/09.htm>. Acessado em out. 2014.

²⁸⁹ TROTSKY, Leon. *A URSS na guerra*, op. cit., p. 40.

A obtenção de bases isoladas na Finlândia era tão provável como a ocupação completa do país. A obtenção de bases pressupunha manter o regime burguês em todo o resto do país. A ocupação pressupunha uma mudança social que teria sido impossível sem arrastar os operários e os camponeses pobres para a guerra civil. As negociações diplomáticas iniciais entre Moscou e Helsinque indicavam uma tentativa de solucionar a questão na forma em que foi feita nos países bálticos. A resistência da Finlândia obrigou o Kremlin a conseguir os seus objetivos através de medidas militares. Stalin só podia justificar a guerra perante as amplas massas através da sovietação da Finlândia. A constituição do governo Kuusinen indicava que o destino que aguardava a Finlândia não era o dos Estados bálticos, mas sim o da Polónia, onde Stalin — apesar do que escrevem os colunistas afeccionados do “terceiro campo” — viu-se obrigado a provocar a guerra civil e a modificar as relações sociais.²⁹⁰

Trotsky também não descartou de todo a possibilidade de stalinistas (e até reformistas), “sob circunstâncias excepcionais”, irem “além de seu programa” e de fato dirigirem uma revolução social vitoriosa (ainda que com deformações significativas) — isto é, para além da possibilidade de uma expansão “burocrático-militar” da URSS, a possibilidade de um revolução autóctone protagonizado por um PC alinhado a Moscou. Conforme certa passagem do *Programa de Transição* (1938):

É possível a criação de tal governo [“operário e camponês”, aqui compreendido enquanto sinónimo de ditadura do proletariado] pelas organizações operárias tradicionais? A experiência anterior mostra-nos, como já vimos, que isto é, pelo menos, pouco provável. É, entretanto, impossível negar categóricamente e antecipadamente a possibilidade teórica de que, sob a influência de uma combinação de circunstâncias excepcionais (guerra, derrota, quebra financeira, ofensiva revolucionária das massas etc.), os partidos pequeno-burgueses, incluídos aí os stalinistas, possam ir mais longe do que queriam no caminho da ruptura com a burguesia. Em todo caso, uma coisa está fora de dúvida: se mesmo esta variante pouco provável se realizasse um dia em algum lugar, e um “governo operário e camponês”, no sentido acima indicado, se estabelecesse de fato, ele somente representaria um curto episódio em direção à ditadura do proletariado.²⁹¹

Essas análises mostram que a caracterização que ele fazia do stalinismo estava longe de ser estática. Além de ter alterado suas análises ao longo do tempo, conforme novos eventos impunham reconsiderações, Trotsky buscava sempre partir das determinações materiais básicas por detrás das ações do stalinismo, especialmente daquilo que encarava ser um papel social dual da burocracia soviética, visando a compreender os ziguezagues políticos sob cada conjuntura particular como fruto (a partir de sua fase “madura”) das contradições advindas das bases materiais do fenómeno stalinista. Se, ao invés disso, se pautasse pelas posições políticas episódicas assumidas pelo stalinismo para definí-lo, teria criado uma categoria rígida, incapaz de dar conta das

²⁹⁰ TROTSKY, Leon. *Balanço dos acontecimentos finlandeses*, op. cit., p.

²⁹¹ TROTSKY, Leon. *O programa de transição*, op. cit., p. 52.

contradições concretas que permeavam a ação daquele.

Cabe destacar que essa questão, do “papel dual” do stalinismo, teve papel importante nos debates entre os trotskistas do pós-Segunda Guerra acerca das revoluções sociais então em curso e da (im)possibilidade de o stalinismo cumprir um papel revolucionário, bem como sobre a caracterização da natureza social dos países do Leste Europeu que foram ocupados pelo Exército Soviético e, em alguns casos, até integrados à URSS, nos anos 1940.²⁹²

2. As possibilidades de restauração capitalista em detalhes (1923-40)

Ao longo das seções e capítulo anteriores, foi possível ver quais os riscos que Trotski detectava para a sobrevivência da ditadura do proletariado na URSS e como ele foi reavaliando tal questão em conjunto com suas reavaliações sobre a questão da burocratização soviética e do stalinismo. Sua posição de como combater o stalinismo passou por uma mudança muito significativa, no sentido de abandono do programa inicial (reforma) pelo “maduro” (“revolução política”). Já suas avaliações das possíveis bases sociais e dinâmicas de um processo de restauração capitalista não necessariamente envolvem um corte desse tipo, de rejeição das avaliações iniciais – exceto na questão da fonte principal de um risco restauracionista interno, já que a sociedade passou por profundas transformações decorrentes da coletivização forçada. Dada a importância do tema para esta tese, cabe sistematizarmos as hipóteses levantadas por Trotski ao longo dos anos, para avaliarmos sua validade e sua apropriação pelo movimento trotskista nos próximos capítulos.

Em termos das fontes de risco de uma restauração capitalista, no período 1923-28 Trotski e seus aliados oposicionistas as viam principalmente no crescimento do peso social dos setores privados (*kulaks* e *nepmen*) e a infiltração de seus interesses no Estado e no partido, tanto na forma da corrupção e degeneração dos quadros da administração, quanto na forma de uma “ala direita” do partido. Tal ala seria a porta-voz desses interesses ao propor um lento desenvolvimento que favorecesse tais setores na forma de concessões econômicas. Para Trotski, esse crescente peso social dos novos proprietários arriscava romper a *smytchka* (ligação, soldadura) entre o proletariado e o campesinato, pondo este

²⁹² Esses debates foram analisados em detalhe em minha dissertação de mestrado, cf. MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. *Op. cit.*, e sintetizados em MONTEIRO, Marcio Lauria. *O movimento trotskista internacional, op. cit.*

sob a hegemonia da nascente burguesia.

Ademais, os oposicionistas viam nas vacilações e ziguezagues da “ala de centro” do partido (Stalin) uma porta de entrada para os interesses dos setores privados. Eles sintetizavam esses riscos restauracionistas no termo “termidor”, significando uma contrarrevolução capitalista que preservaria por determinado tempo a aparência formal do regime soviético.

Vejam os mais de perto as dinâmicas possíveis dessa contrarrevolução “termidoriana” segundo Trotski. Em *O Novo Curso* (1923-24), falando dos riscos que o crescimento dos setores privados apresentavam para a manutenção da *smytchka* entre campo e cidade e entre proletariado e campesinato, ele encarou que poderia ocorrer uma contrarrevolução nos seguintes termos: “[a] queda do partido dos trabalhadores, [b] sua degeneração progressiva, [c] uma degeneração parcial acompanhada de cisões e de perturbações contrarrevolucionárias”. Isso ocorrer ou não dependeria da rapidez do desenvolvimento econômico (industrialização). Caso este não ocorresse em tempo hábil, o aparato estatal “sofreria possivelmente uma degeneração burguesa”, com consequências para o partido, e o capital privado se ligaria ao campesinato, criando uma força contrarrevolucionária.²⁹³

Anos depois, no artigo *Termidor*, de 1927, Trotski reforçou a possibilidade de uma via rápida de restauração (contida na ideia de “queda” do PC) e outra mais lenta e marcada por ziguezagues (contida nas duas outras hipóteses levantadas em 1923-24). Ou, em suas palavras, uma via de “reviravolta contrarrevolucionária abrupta” e outra de “giros sucessivos, com um pouco de estremecimento a cada estágio e com um giro termidoriano como estágio mais imediato” – uma contrarrevolução “com os freios ou sem os freios”.²⁹⁴

O raciocínio a respeito da infiltração de interesses não proletários no Estado seguiu sendo enfatizado até ruptura derradeira com a NEP e a expropriação dos novos proprietários urbanos e agrícolas. Assim, em *A Terceira Internacional Depois de Lenin / Stalin, o Grande Organizador de Derrotas* (1928), Trotski enfatizou o risco contrarrevolucionário representado pela autonomização do aparato administrativo diante da crescente penetração nele dos interesses dos setores privados, transformando a burocracia em um instrumento da “pressão termidoriana”.²⁹⁵

²⁹³ TROTSKY, León. *El Nuevo Curso*, op. cit., p. 13 (seção “El Burocratismo y la Revolución”).

²⁹⁴ TROTSKY, Leon. “Thermidor” [1927]. In _____. *The Challenge of the Left Opposition (1926-1927)*. New York: Pathfinder, 1980, p. 333.

²⁹⁵ Cf. TROTSKY, Leon. *Stalin, el gran organizador de derrotas*, op. cit., p. 68-77.

Contudo, na *Plataforma* da Oposição Unificada (1928), além do risco “termidoriano” da infiltração dos setores privados no aparato estatal – o qual o documento alertava já estar se movendo de forma muito mais favorável aos *kulaks*, *nepmen* e aos burocratas do que ao proletariado –, era destacada também a ameaça de contrarrevolução externa, dado o contexto de crescentes tensões internacionais (ruptura de relações diplomáticas e comerciais da parte da Grã Bretanha, derrota da Revolução Chinesa). Nesse sentido, afirmava que uma “guerra contrarrevolucionária” era possível no futuro próximo e até mesmo inevitável a longo prazo, de forma que a revolução europeia era essencial à sobrevivência da ditadura do proletariado na URSS.²⁹⁶

É compreensível que, na primeira metade dos anos 1920 – portanto, ainda pouco tempo após a derrota do Exército Branco e seus aliados imperialistas – essa possibilidade de contrarrevolução externa não tenha sido enfatizada. Mas, com o passar dos anos, com o novo recrudescimento das relações entre a URSS e as potências imperialistas, ela se tornou cada vez mais presente em Trotski. Com a aproximação da Segunda Guerra Mundial e a elevação a patamares ainda maiores desse recrudescimento, ela se tornou, inclusive, uma das principais hipóteses por ele destacadas.

Já no começo dos anos 1930, no contexto de liquidação dos setores privados via coletivização forçada e industrialização acelerada, Trotski passou a identificar o risco “termidoriano” não mais na infiltração desses setores no aparato estatal e na hegemonia desses setores sobre o campesinato, rompendo a *smytchka* deste com o proletariado. Por certo tempo, durante sua fase “intermediária”, o risco principal apontado por ele continuou sendo a ruptura da *smytchka*, mas agora por conta dos métodos utilizados pelo regime na coletivização forçada e na industrialização acelerada. Ele também apresentou novas dinâmicas possíveis.

Dessa forma, em *O Perigo do Termidor: Uma Análise do Significado do Último Discurso de Stalin* (1933), Trotski reforçou as possibilidades de restauração por via externa, na forma de uma “intervenção estrangeira”, e de interna, via “termidor”, mas encarou que esse último só poderia ser então conduzido pelo campesinato. Pois, com a coletivização e industrialização, o campesinato, reunido nos *kholkozi*, se tornara mais capaz de resistir ao regime, ao passo que o proletariado, apesar de ter adquirido um peso social maior do que antes, se encontrava sem uma liderança marxista. Com a degeneração da *smytchka*, esse campesinato se voltaria contra o Estado e, uma vez que possuía acesso

²⁹⁶ TROTSKY, Leon. *Platform of the Joint Opposition*, op. cit., [s.p.].

ao proletariado por vias diversas (laços familiares, relações de troca), o influenciaria com sua ideologia pró-restauracionista.

Nesse cenário, de ofensiva da pequena-burguesia, Trotski encara que o aparato burocrático facilmente se dividiria, pondo em risco a estabilidade da ditadura do proletariado. Ele, inclusive, apresenta a revolta de Kronstadt (1921) como exemplo desse tipo de “termidor”: uma contrarrevolução pequeno-burguesa que, apesar de ser encarada como revolução “democrática”, abre as portas à burguesia.²⁹⁷

Em termos de dinâmica da restauração, em *Thermidorianismo e Bonapartismo* (1931), questionando a noção de que a nacionalização da indústria e o desenvolvimento acelerado seriam uma garantia de desenvolvimento ininterrupto rumo ao socialismo, ele destacou a fragilidade da situação da URSS e levantou a possibilidade de um processo de colapso da ditadura do proletariado, decorrente da ruptura dos laços de “disciplina” entre trabalhadores, administradores e o partido-Estado:

Se assumirmos por um momento que aqueles encarregados da indústria, por um lado, e as camadas dirigentes dos trabalhadores, por outro, se desligam da disciplina partidária, que está fundida com aquela do Estado, então a via para o socialismo será bloqueada: a indústria nacionalizada começaria a se diferenciar entre os grupos em disputa, os conflitos entre a administração dos trustes e os trabalhadores começaria a assumir caráter aberto, os trustes adquiririam uma independência cada vez maior, os primeiros passos dados no sentido do planejamento seriam obviamente reduzidos a zero, arrastando consigo o monopólio do comércio exterior. Todos esses processos levando ao capitalismo iriam inevitavelmente culminar no esmagamento da ditadura do proletariado.²⁹⁸

Apesar de o termo “colapso” não ter sido utilizado em tal artigo, ele o foi em alguns outros textos, principalmente da fase “madura”, nos quais uma dinâmica parecida – de ruptura da “disciplina” – foi delineada.

Outro elemento importante que Trotski introduziu em suas avaliações em 1931 foi o da violência como parte da contrarrevolução, na forma de “guerra civil”. Em *Thermidor e Bonapartismo* (1931), ele enfatizou que só poderia haver contrarrevolução por meio de “guerra civil aberta”, como que complementando as considerações do artigo anterior.²⁹⁹

Quando começou a reavaliar sua visão acerca da URSS e do stalinismo, em *O Caráter de Classe do Estado Soviético* (1933), Trotski levantou mais uma vez a possibilidade de colapso (dessa vez utilizando tal termo) como fruto da ruptura da

²⁹⁷ Cf. TROTSKY, Leon. *The Danger of Thermidor*, op. cit., [s.p.].

²⁹⁸ TROTSKY, Leon. *Thermidorianism and Bonapartism*, op. cit., [s.p.].

²⁹⁹ Cf. TROTSKY, Leon. *Thermidor and Bonapartism*, op. cit., [s.p.].

“disciplina” que mantinha os vários órgãos da ditadura do proletariado unidos, dando lugar a um caos restauracionista marcado por uma guerra civil.

A lógica era que, diante dos desmandos da burocracia e suas consequências sobre as condições de vida dos trabalhadores, estes poderiam deflagrar greves na ausência de outras vias para solucionar os problemas, as quais teriam o potencial de levar ao desmoronamento do regime e a restauração em meio ao “caos” daí decorrente. Ele destacou que esse “colapso” seria inevitável caso não ocorresse uma revolução internacional e se prolongasse o isolamento e suas consequências sociais:

[...] Se a revolução não se expande na arena internacional ao longo da espiral proletária, ela inevitavelmente começa a se contrair ao longo da espiral burocrática dentro dos marcos nacionais. Se a ditadura do proletariado não se torna europeia e mundial, ela se dirigirá para seu próprio colapso. [...]

O primeiro choque social, seja interno ou externo, pode jogar a sociedade soviética atomizada na guerra civil. Os trabalhadores, tendo perdido o controle do Estado e da economia, podem recorrer a greves de massas, como armas de autodefesa. A disciplina da ditadura seria quebrada. Sob o massacre dos trabalhadores, e por conta de pressão das dificuldades econômicas, os trustes seriam forçados a romper os passos iniciais do planejamento e entrarem em competição uns com os outros. A dissolução do regime encontraria naturalmente um eco violento e caótico no campo, e inevitavelmente alcançaria o exército. O Estado socialista iria colapsar, dando lugar a um regime capitalista, ou, mais corretamente, ao caos capitalista.³⁰⁰

Ademais, a noção de uma “guerra civil” como parte de uma contrarrevolução foi aqui enfatizada como contraponto a teses que falavam em uma restauração gradual do capitalismo, as quais Trotski combateu em diversas outras ocasiões, afirmando que se tratava de “passar o filme do reformismo ao contrário” (pois o reformismo preconizava uma transição gradual do capitalismo ao socialismo, sem ruptura revolucionária). Para ele, a transferência de poder de uma classe para outra possui “caráter catastrófico”, por conta do caráter irreconciliável das contradições de classe, donde a impossibilidade de uma tal restauração gradual e imperceptível.³⁰¹

Isso foi reafirmado, por exemplo, em *Uma vez mais: a União Soviética e sua defesa* (1937): “Sem guerra civil vitoriosa, a burocracia não pode dar origem a uma nova classe dominante”.³⁰² Contudo, o elemento de “guerra civil” para consolidar uma contrarrevolução não aparece em Trotski como um imperativo, como alguns intérpretes

³⁰⁰ TROTSKY, Leon. *The Class Nature of the Soviet State*, op. cit., [s.p.].

³⁰¹ Cf. TROTSKY, Leon. *The Class Nature of the Soviet State*, op. cit., [s.p.].

³⁰² TROTSKY, Leon. *Uma vez mais, a União Soviética e a sua defesa*, op. cit., p. 246. Nesse mesmo texto ele retomou essa expressão de “passar o filme do reformismo ao contrário” ao criticar a noção de restauração gradual de Ivan Craipeau, cf. *Ibid.*

e setores do movimento trotskista pós-Segunda Guerra o trataram, mas como uma ênfase na impossibilidade de uma restauração que não seja detectável, sem claras rupturas no nível político e econômico.

Em relação ao que detectava como fonte principal de risco contrarrevolucionário interno, a partir da reavaliação do uso feito até então do termo “termidor” como sinônimo de contrarrevolução capitalista, Trotski passou a encarar que ele estava nas crescentes contradições entre o “regime de crise” que era o bonapartismo soviético (stalinismo) e as demandas da construção socialista, levando a crises internas e instabilidade.

Isso aparece já em *O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo* (1935), onde tal reavaliação é apresentada. Nesse texto e ao longo da sua fase “madura”, ele enfatizou que, sendo o stalinismo um regime de crise, não poderia durar muito, pois seria como uma esfera se equilibrando no topo de uma pirâmide: inevitavelmente teria que cair para um lado em algum momento. Todavia, ressaltou que o colapso do stalinismo, dependendo de como ocorreria, poderia colocar em xeque o caráter de classe da URSS, de forma que delineou duas possibilidades:

O inevitável colapso do regime político stalinista levará ao estabelecimento de uma democracia proletária apenas no caso da remoção do bonapartismo ser fruto do ato consciente da vanguarda proletária. Em todos os outros casos, no lugar do stalinismo só poderá ter lugar a contrarrevolução fascisto-capitalista.³⁰³

Focando na possibilidade de um colapso do regime ocasionado pelas contradições cada vez maiores que ele gerava, em *A Revolução Traída* (1936), Trotski delineou um cenário de catástrofe decorrente da queda do stalinismo sem ser pela via da revolução política. Ao ressaltar “as relações de propriedade estabelecidas pela revolução socialista estão ligadas indissolavelmente ao Estado” e que “o caráter da economia depende, pois, inteiramente do caráter do poder do Estado”, ele apontou como a destruição desse poder poderia sem ser pela restauração da democracia proletária poderia levar à reversão para o capitalismo das relações de propriedade. Em suas palavras:

A queda do regime soviético causaria inevitavelmente o colapso da economia planificada e, assim, a abolição da propriedade estatal. O elo obrigatório entre os trustes e as fábricas se romperia. As empresas mais favorecidas seriam entregues a si próprias; poderiam tornar-se sociedades por ações ou adotar qualquer outra forma transitória de propriedade, por exemplo, a participação dos operários nos lucros. Os *Kolkhozes* se desagregariam de imediato, de forma ainda mais fácil. Assim, a queda da ditadura burocrática atual, sem a sua substituição por um novo poder socialista, significaria a volta ao sistema

³⁰³ TROTSKY, Leon. *The Workers' State, Thermidor and Bonapartism*, op. cit., [s.p.].

capitalista com o declínio da indústria e da cultura.³⁰⁴

Ademais, em *A Revolução Traída* (1936), ele aprofundou a análise das contradições sociais às quais a perpetuação do stalinismo levaria a URSS, em especial a crescente transformação do regime burocrático em um “freio” ao desenvolvimento econômico e cultural, conforme o desenvolvimento das forças produtivas se tornasse mais complexo e também a agudização das “normas burguesas de distribuição” em benefício dos privilégios da burocracia, levando ao aumento da desigualdade social. Dessa forma, Trotski levou em conta a possibilidade de uma ala da burocracia, desejando maior estabilidade social para si, buscar uma restauração capitalista que lhe assegurasse a posse dos meios de produção e a possibilidade de reprodução enquanto grupo social – ou seja, sua transformação em burguesia. Essa seria uma “terceira variante” frente à contrarrevolução via invasão imperialista ou a contrarrevolução por setores internos:

Vamos assumir uma terceira variante. Admitamos, contudo, que nem o partido revolucionário, nem o partido contrarrevolucionário tomem o poder. A burocracia continua à frente do Estado. Mesmo nessas condições, as relações sociais não ficariam congeladas. Não podemos contar com que a burocracia renunciará voluntária e pacificamente em favor da igualdade socialista. Como se sabe, apesar dos graves inconvenientes dessa operação, ela restabeleceu as patentes e as condecorações; será, pois, inevitavelmente necessário que procure apoio nas relações de propriedade. Alguém pode argumentar que pouco importa ao grande burocrata qual a forma de propriedade, desde que garantidos os seus rendimentos. Mas isto é ignorar a instabilidade dos direitos do burocrata e o problema de seus descendentes. O novo culto à família não caiu do céu. Os privilégios valem apenas metade, se eles não podem ser transferidos aos filhos de cada um. Ora, o direito de herança é inseparável do direito de propriedade. Não basta ser diretor de truste, é necessário ser acionista. A vitória da burocracia nesse setor decisivo faria dela uma nova classe possuidora.³⁰⁵

Em *Stalinismo e bolchevismo* (1937), Trotski também levantou as hipóteses de vias variadas, uma de derrubada rápida do regime, outra de degeneração prolongada: “[O Partido Comunista] pode ser derrubado do poder pelo ataque direto de forças hostis. Em um período de tempo mais extenso, ele pode degenerar internamente enquanto ainda mantém o poder”. Essa hipótese da restauração como fruto da degeneração do partido, ressalta Trotski, já havia sido levantada pelos bolcheviques logo nos primeiros momentos, dada a possibilidade de um isolamento prolongado da Revolução Soviética, o qual poderia levar ao abandono do “bolchevismo” pelo partido (isto é, o abandono do seu programa

³⁰⁴ *Ibid.*, p. 225.

³⁰⁵ TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*, op. cit., p. 227.

revolucionário”) e do rumo socialista pelo Estado.³⁰⁶

Um ano depois, no tópico acerca da URSS do manifesto programático da Quarta Internacional, o *Programa de Transição* (1938), Trotski não apresentou dinâmicas possíveis para a restauração, mas enfatizou o risco que representava a manutenção da burocracia no poder: “ou a burocracia, tornando-se cada vez mais o órgão da burguesia mundial no Estado operário, derrubará as novas formas de propriedade e lançará o país de volta ao capitalismo ou a classe operária destruirá a burocracia e abrirá uma saída em direção ao socialismo”.³⁰⁷

Pode-se ver, assim, que, apesar das fontes de risco contrarrevolucionário internos apontadas por Trotski terem passado por uma mudança importante – dos novos proprietários gestados sob a NEP durante as fases “inicial” e “intermediária” para a contrarrevolução externa e a própria ditadura da burocracia (stalinismo) em sua fase “madura” – as hipóteses de dinâmicas para esse processo que Trotski levantava eram variadas e “transitaram” entre as fases de suas análises. Destacam-se, principalmente, as hipóteses do “colapso” do regime como fruto das contradições que ele próprio gerava, na forma de quebra dos elos – ou “disciplina” – entre as empresas, o Estado e o partido), bem como a possibilidade de uma passagem de setores da própria burocracia para uma perspectiva restauracionista.

Fatores que são marcantes em tais hipóteses são a impossibilidade de uma transição gradual e imperceptível ao capitalismo, que teria necessariamente consequências catastróficas e que envolveria algum grau de violência para ser consolidada, na forma da construção de um novo poder de Estado (burguês) e da introdução de novas relações de propriedade (privada). Esses elementos, conforme se verá, estiveram em grande parte presentes nos processos de restauração do capitalismo no “bloco soviético” ao fim do século.

3. Conclusão

De tudo que foi exposto, pode-se ver que, não obstante a moderação inicial e as limitações e contradições mantidas por vários anos, as análises elaboradas por Trotski em sua “fase madura” acerca do fenômeno da burocratização soviética compunham um arcabouço teórico-programático capaz de dar conta de diversos elementos da dinâmica

³⁰⁶ Cf. TROTSKY, Leon. *Estalinismo e Bolchevismo*, op. cit., [s.p.].

³⁰⁷ TROTSKY, Leon. *O programa de transição*, op. cit., p. 65.

complexa e contraditória da formação social gerada pela Revolução Soviética de 1917, contemplando ainda um programa de ação que visava a reestabelecer a democracia direta dos *soviets* por meio da auto-organização da classe trabalhadora, através de uma nova revolução, política.

Conforme seu pensamento em tal “fase madura”, a situação de grande desigualdade social, decorrente de um incipiente desenvolvimento das forças produtivas, somada ao isolamento internacional / cerco imperialista, à devastação humana e material gerada pela guerra civil e ao “atraso cultural” das massas, permitiu à burocracia soviética se autonomizar para muito além do esperado em uma ditadura do proletariado (“Estado operário”) saudável e levar à cabo um processo de “reação termidoriana”, através do qual ela expropriou politicamente o proletariado visando a salvaguardar as bases materiais da revolução com seus próprios métodos. A partir de tal processo, essa burocracia se consolidou enquanto uma “casta parasitária” à frente de um “Estado operário burocraticamente degenerado”, desempenhando a função principal de mediar os conflitos sociais por meio de uma crescente coerção a partir do controle do aparato repressivo de Estado e conformando, assim, um regime político análogo ao bonapartismo nos Estados capitalistas, o “stalinismo”.

Essa burocracia se pautava, acima de tudo, pelo seu interesse particular de continuar a parasitar a propriedade coletiva assegurada pela revolução e, no longo prazo, de fortalecer cada vez mais sua frágil condição social, dada a impossibilidade à sua reprodução orgânica na ausência da propriedade privada dos meios de produção e do direito à herança. Ademais, sua própria existência e atuação extremamente autônoma geravam uma série de desequilíbrios, ao impedir um verdadeiro planejamento econômico dos recursos estatizados (o que demandaria autogestão proletária e democracia), e ao não buscar romper o isolamento internacional por meio da revolução europeia e mundial.

Dai seu caráter contraditório – nem intrinsecamente contrarrevolucionário, nem intrinsecamente revolucionário – que, para Trotski, fazia com que ela defendesse, ainda que de forma muito deficitária e até mesmo prejudicial, as formas de propriedade estabelecidas pela revolução, ao mesmo tempo em que preparava a restauração da propriedade privada – fosse ao gerar desequilíbrios diversos na formação social soviética, fosse pelo interesse de algumas das suas camadas em passarem de gestoras à proprietárias dos meios de produção, fosse pela defesa do isolamento da URSS, favorecido pelas políticas desastrosas da IC ao redor do mundo.

Daí também o caráter inicialmente contraditório, ou centrista, do stalinismo internacionalmente, cujo fim último seria garantir a sobrevivência da burocracia, buscando ora neutralizar as ameaças revolucionárias à sua estabilidade, ora as ameaças imperialistas à sua existência. Caráter que, após anos de manobras entre as rivalidades interimperialistas, Trotski encarou que acabou por se tornar contrarrevolucionário, levando a derrotas fragorosas, tais como a ascensão de Hitler ao poder e a traição da Revolução Espanhola.

Tal constatação não o impediu de reconhecer novos giros políticos determinados pelas contradições características da burocracia soviética. É o caso da ofensiva sobre a Polônia e a Finlândia alguns anos mais tarde, tendendo a expropriar os capitais nativos e imperialistas dessas formações sociais. Nem a descartar a possibilidade, ainda que remota, de tal força política dirigir uma revolução socialista, mesmo que de maneira deformada e como fruto de circunstâncias muito particulares.

Assim, como sintetizou Twiss³⁰⁸, Trotski explicava o stalinismo a partir de duas vias, uma histórica e outra funcional. A burocratização soviética se originou da exaustão e desmoralização do proletariado ao longo de 1918-21, somada a medidas “emergenciais” adotadas pelos bolcheviques nesse contexto, como a crescente fusão entre Estado e partido (em detrimento do autogoverno das massas trabalhadoras), o banimento dos demais partidos e das frações no interior do partido governante – ademais das condições sociais de atraso econômico herdadas do Império Russo.

A burocracia, cada vez mais autônoma, inicialmente utilizou *kulaks* e *nepmen* em seu benefício, como forma de suprimir a ala mais radical do bolchevismo e expandir suas benesses a partir de um desenvolvimento econômico gradual e uma política externa conservadora, marcada pela conciliação de classes. Mas, diante dos riscos e desequilíbrios gerados pelo fortalecimento desses setores privados, ela operou um “giro à esquerda” que os liquidou e, assim, pôde acelerar o desenvolvimento visando a uma maior estabilidade social, ao mesmo tempo em que reprimiu duramente o descontentamento popular.

Ela só pôde se manter no poder pois desempenhava um papel socialmente necessário, de gestora da distribuição dos recursos sociais em uma situação de relativa escassez (guardiã do “direito burguês”, a lei do valor). Todavia, esse papel entrou em crescente contradição com as necessidades do desenvolvimento socialista, levando a burocracia a, cada vez mais, visar à manutenção e expansão de privilégios. Esses

³⁰⁸ Cf. TWISS, Thomas M. *Trotsky's Analysis of Stalinism*, op. cit., p. 557-558.

desequilíbrios colocavam em risco a sobrevivência do “Estado operário”, especialmente diante do aumento das tensões imperialistas ao longo dos anos 1930, que novamente faziam da URSS um alvo militar.

Dessa forma, cabia à nascente e frágil Quarta Internacional não só disputar com o projeto de conciliação de classes dos Partidos Comunistas stalinizados (bem como com a social-democracia reformista) a vanguarda do proletariado, para construir um novo “Partido Mundial da Revolução Socialista” – inclusive para salvaguardar a URSS, que Trotski não via como capaz de sobreviver isolada –, como também lutar pela derrubada do regime stalinista na URSS através de uma “revolução política”, que restaurasse a democracia direta da classe trabalhadora através dos *soviets*. Ao mesmo tempo, seria uma tarefa primordial da nova Internacional defender a URSS das possíveis investidas restauracionistas das potências imperialistas, independentemente de sua oposição ao regime stalinista, por encarar que uma restauração capitalista seria um retrocesso incomensurável.

Ao longo dos anos posteriores ao assassinato de Trotski pelo agente stalinista Ramón Mercader, em 1940, foram muitas as polêmicas travadas entre seus herdeiros programáticos no seio e ao redor da Quarta Internacional acerca da validade total ou parcial de suas análises na nova conjuntura histórica do pós-Segunda Guerra Mundial. Em especial diante de uma série de processos revolucionários que varreram o globo, alguns dos quais se consolidaram na forma de revoluções sociais que expropriaram os capitais nativos e imperialistas dos países onde ocorreram (Iugoslávia, Albânia, China, Coreia, Indochina e Cuba).³⁰⁹

Também houve muitas polêmicas entre os trotskistas do pós-guerra diante dos desenvolvimentos da URSS posteriores à morte de Stalin, em 1953, como a chamada “desestalinização” conduzida pelos governantes dos anos 1950, diante das revoltas por socialismo democrático dos anos 1950-60 no Leste Europeu, diante do surgimento de oposições de massas mais politicamente difusas nos anos 1980 (em particular o Solidariedade polonês), diante das reformas de Gorbachev e do surgimento de movimentos opositores na URSS e em todo o “bloco soviético” ao longo da segunda metade dos anos 1980, e diante do colapso dessas formações sociais ao final do século.

Os próximos capítulos abordarão tais debates, que, ao nosso ver, ajudam a melhor

³⁰⁹ Esse foi o tema da nossa dissertação de mestrado, cf. MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. *Op. cit.*

compreender as identidades dos vários grupos internacionais que concorrem entre si pelo título de verdadeiros representantes do trotskismo, analisando tanto a validade do arcabouço original desenvolvido por Trotski, quanto suas diferentes apropriações pelos trotskistas diante de tais eventos.

De nossa parte, encaramos que a teoria do Estado operário burocratizado, conforme a versão “madura” das elaborações de Trotski, é o melhor arsenal teórico-programático para compreender a URSS e outras formações sociais similares que surgiram no pós-Segunda Guerra. Buscaremos destacar isso ao longo dos próximos capítulos, debatendo os aspectos dela que encaramos terem sido confirmados pelos eventos abordados, sem deixar de apontar limitações e equívocos de ordem secundária.

PARTE II

AS REFORMAS NO BLOCO SOVIÉTICO E A ECLOSÃO DE POSSÍVEIS REVOLUÇÕES POLÍTICAS NOS ANOS 1950-60

É impossível realizar esse programa [de regeneração democrática da URSS] sem a derrubada da burocracia, que se mantém pela violência e pela falsificação. Somente o levante revolucionário vitorioso das massas oprimidas pode regenerar o regime soviético e assegurar sua marcha para a frente em direção ao socialismo. Apenas o partido da IV Internacional é capaz de conduzir as massas soviéticas à insurreição.

— Leon Trotski, 1938.

Os verdadeiros comunistas somos nós, não vocês!

— Operários em greve de Berlim Oeste para os governantes do SED, durante a manifestação que iniciou a revolta de 1953 na Alemanha Oriental.

(...) não posso imaginar que um partido que tenha o poder possa admitir de ser privado dele pela via democrática (...).

— Operário da fábrica ČKD (Praga), durante um debate em meio à “Primavera” tchecoslovaca de 1968.

CAPÍTULO 3

AS REFORMAS DO STALINISMO E AS REVOLTAS E REVOLUÇÕES POR DEMOCRACIA SOCIALISTA NO “BLOCO SOVIÉTICO” (1953-68)

Um primeiro conjunto de eventos muito importantes para a avaliação da teoria do Estado operário burocratizado e suas apropriações pelas forças trotskistas no período posterior à morte de Trotski foram o surgimento de novas formações sociais equivalentes à URSS no Leste Europeu e outras partes do mundo nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial. Outro conjunto de eventos de igual importância são as mudanças e tentativas de reformas ocorridas nos regimes da URSS e seus países-satélites no Leste Europeu (o “bloco soviético”) após a morte de Stalin, em 1953, e as revoltas e revoluções proletárias na região em prol de um socialismo democrático, nos anos 1950-60.

Tais eventos se desenrolaram junto a um processo de fragmentação teórico-programática e organizativa da Quarta Internacional (que abordaremos no começo do próximo capítulo), e tiveram papel muito importante em tal processo, devido a leituras e posicionamentos divergentes entre os trotskistas da época sobre eles.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, a URSS ocupou militarmente grandes porções do Leste Europeu, antes dominadas pelo imperialismo alemão, através das forças nazistas. Inicialmente, Stalin e seus aliados buscaram manter o capitalismo na região, se limitando a construir governos aliados, na forma de coalizões entre os PCs locais e forças burguesas – o que foi nomeado de “democracias populares”.

Com a elevação das tensões por parte dos EUA para reduzir a influência soviética na Europa, na forma do Plano Marshall (1948) e da formação da OTAN (1949), a URSS operou um giro na sua orientação para a região, temendo que ela caísse sob domínio do imperialismo estadunidense. Assim, foram expropriadas as burguesias nativas e capitais imperialistas da região e expulsos dos governos locais os elementos burgueses. Isso foi possível, pois, com a derrota do nazismo, o aparato estatal anterior fora destruído, e as tropas do Exército Soviético que ocuparam a região passaram a constituir o núcleo do poder estatal local. Ocorreu, assim, uma expansão burocrático-militar da formação social soviética no Leste Europeu e a formação de Estados operários já burocraticamente deformados desde o nascimento, subordinados política, militar e economicamente à URSS e sua burocracia.

Em alguns outros países, contudo, a expulsão do imperialismo alemão se deu na forma de revoluções sociais autóctones, encabeçadas pelos Partidos Comunistas locais,

através dos exércitos de resistência à ocupação alemã por eles hegemonzados, sem a participação direta do Exército Soviético. Com isso, sob condições muito excepcionais, forças stalinistas formaram Estados operários também burocraticamente deformados desde o nascimento, porém não subordinados tão diretamente à URSS, na Iugoslávia e Albânia. Algo semelhante e igualmente excepcional ocorreu fora do Leste Europeu, na China e, em parte sob impulso desta, na Coreia do Norte e Vietnã do Norte (posteriormente expandido para o Vietnã do Sul, com a derrota das tropas dos EUA nos anos 1970). Na virada dos anos 1950-60, Cuba também passou por um processo revolucionário triunfante com características similares.

Como visto no Capítulo 2, Trotski levantou a possibilidade de Partidos Comunistas subordinados à burocracia da URSS, sob condições excepcionais, irem além de seu programa de colaboração de classes e liderarem uma revolução social. Ele também levantou a possibilidade de uma expansão burocrático-militar da URSS nas suas regiões vizinhas, no contexto da divisão da Polônia com a Alemanha e da ocupação militar de parte do país, de forma a compatibilizar suas relações de propriedade e produção com aquelas sobre as quais estava assentada a burocracia da URSS e impor seu regime de ditadura burocrática à região. Tais possibilidades, contudo, foram por ele tratadas como exceções, caso viessem a ocorrer, e algo que não alteraria o caráter internacionalmente contrarrevolucionário do stalinismo.

Destacamos a excepcionalidade de tais casos pois, nos anos 1940-50, muitos outros países passaram por situações revolucionárias ou pré-revolucionária sem que os Partidos Comunistas locais, subordinados à URSS e às diretrizes de colaboração de classes e convivência pacífica com o imperialismo impostas pela burocracia soviética, tenham buscado uma ruptura revolucionária e a formação de novos Estados operários. Ao invés, tal qual em relação a processos revolucionários prévios à Segunda Guerra Mundial, a norma foi a traição das mobilizações proletárias, buscando reconstruir a ordem burguesa local. Talvez o caso mais notável tenha sido o da Grécia, onde o PC local possuía enorme influência e poderio militar ao fim da guerra, porém optou por fazer uma coalização com setores capitalistas e reconstruir a ordem burguesa. Outros exemplos no continente europeu são a França e Itália, onde os PCs assumiram a mesma postura.

A nosso ver, tais apontamentos de Trotski ajudam a compreender a transformação do Leste Europeu no pós-guerra. As complexas questões levantadas por tais eventos e seus significativos impactos sobre os trotskistas da época foram por nós analisados em

profundidade em nossa dissertação de mestrado, de forma que não as abordaremos aqui, apenas mencionaremos alguns elementos pontuais no próximo capítulo.³¹⁰

Já os eventos posteriores à morte de Stalin, que envolveram tentativas das burocracias da URSS e seus países-satélites em realizar reformas em seus regimes para salvaguardá-los, e também a eclosão de lutas proletárias e populares por melhores condições de vida, autonomia nacional frente à URSS e democratização do regime ou mesmo a instalação de um autogoverno proletário, são o foco do presente capítulo, ao passo que a forma como os trotskistas da época analisaram e se posicionaram diante deles será abordado no próximo.

O contexto dessas reformas de cima e revoltas de baixo era o da morte de Stalin, da degradação das condições de vida nos países do Leste Europeu integrados à URSS na forma de Estados-satélites e da necessidade das burocracias do conjunto do “bloco soviético” daí surgido em estabelecer novas bases de dominação, de forma a evitar uma luta das massas trabalhadoras pela sua derrubada.

O isolamento internacional da URSS fora mitigado pela sua “expansão burocrático-militar” no Leste Europeu, formando o “bloco soviético”, bem como pelo triunfo de algumas revoluções anticapitalistas na Iugoslávia, China, Coreia e na Albânia. A devastação material causada pelas duas Guerras Mundiais e pela Guerra Civil foi superada (ainda que à duras penas) e as forças produtivas deram um salto considerável, o que também significou maior formação para amplas camadas da população, através da ampliação do acesso ao ensino básico, técnico e universitário.³¹¹

Não obstante, nos países do Leste Europeu que compuseram o “bloco soviético”, a libertação do jugo nazista não deu lugar à prometida liberdade, mas a novos regimes ditatoriais, implantados na virada dos anos 1940-50, através de farto uso de terror (até mesmo contra membros dos Partidos Comunistas locais), gerando enorme quebra de expectativas. Também a prosperidade esperada com o advento do “socialismo” não ocorreu, uma vez que recursos naturais e industriais, além de muito suor dos trabalhadores, foi utilizado para a reconstrução da economia da URSS mais do que para

³¹⁰ Cf. MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. *O movimento trotskista internacional, op. cit.*, sintetizados em MONTEIRO, Marcio Lauria. *O movimento trotskista internacional, op. cit.*

³¹¹ Cf. LEWIN, Moshe. *O Fenômeno Gorbachev, op. cit.*; PONS, Silvio. *A revolução global. História do comunismo internacional, 1917-1991* [2014]. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, p. 281-297, 2014; PAULINO, Robério. *Socialismo no século XX. O que deu errado?* São Paulo: Letras do Brasil, p. 161-170, 2010.

a melhoria das condições de vida locais.³¹²

Diante desse cenário, onde o peso da contrarrevolução capitalista em certa medida diminuiu e a cúpula burocrática na URSS deu sinais de fraqueza (ao atender algumas demandas populares), os quais reverberaram também pelas cúpulas dos demais países do “bloco soviético”, as massas trabalhadoras sob os regimes stalinistas sentiram-se mais à vontade para demandar melhores condições de vida e democracia (fosse ela de tipo parlamentar ou autogoverno proletário) em bases socialistas. Isso ocorreu com graus variados de radicalidade de lugar para lugar, mas, em geral, os anos 1950-60 no interior do “bloco soviético” tiveram como marca principal a existência de uma constante tensão entre, de um lado, as massas trabalhadoras e a *intelligentisia*, e, de outro, a burocracia stalinista.

Utilizando de uma mescla, também em graus variados, de concessões políticas e econômicas, por um lado, e repressão, por outro, a burocracia foi capaz de permanecer no poder até praticamente o fim do século, mas seus regimes acabaram passando por certo “abrandamento” e, em alguns casos, adquiriram certa autonomia frente à URSS.

De forma semelhante, a economia desses países precisou passar por algumas mudanças, uma vez que a gestão burocrática hipercentralizada e verticalizada gerava desequilíbrios e atrasos, bem como o foco na indústria pesada bloqueava melhorias significativas nas condições de vida da população. Assim, em certos países foram introduzidos conselhos de empresas que permitiam certa participação (tutelada) dos trabalhadores na gestão, bem como mecanismos de mercado que eliminavam em alguma parte as irracionalidades ocasionadas pela gestão burocrática, em especial ao tornar as empresas responsáveis pelo seu desempenho e detentoras de certa autonomia fiscal (medidas que, todavia, tiveram como consequência certo aumento da desigualdade social).

Tais eventos atraíram a atenção do conjunto dos socialistas ao redor do globo, fosse no sentido de enxergar nas reformas da burocracia uma traição contrarrevolucionária ao legado de Stalin, de enxergar concessões limitadas para salvar o regime, ou uma genuína transição a um socialismo democrático – posições estas que se expressaram nas fileiras trotskistas. Também no sentido de enxergar nas revoltas proletárias e populares tentativas de “contrarrevolução capitalista”, como fizeram boa parte dos PCs subordinados a Moscou, ou de ver nelas a possibilidade de instalar

³¹² Cf. PONS, Silvio. *Op. cit.*, p. 345-359; PAULINO, Robério. *Op. cit.*, p. 161-170.

regimes de autogoverno da classe trabalhadora e, assim, “desbloquear” o desenvolvimento socialista no “bloco soviético” – posição dos trotskistas, ainda que estes tenham tido divergências de análises e posicionamentos sobre o tema.

Os eventos dos anos 1950-60 no bloco soviético, portanto, levantam questões de grande importância para a avaliação da teoria do Estado operário burocratizado e das suas apropriações pelos diferentes grupos trotskistas da época. Ademais do próprio processo de formação do bloco ao final da Segunda Guerra, e os debates sobre a possibilidade de forças stalinistas construírem Estados operários por via de revoluções autóctones e expansão burocrático-militar a partir do aparato da URSS e de como caracterizar essas formações sociais (abordados em nossa dissertação de mestrado), as mudanças na URSS e seus países-satélites após a morte de Stalin e a entrada em cena de oposições de massas aos regimes stalinistas constituíram importantes testes para o trotskismo.

Dessa forma, os anos 1950-60 constituem um importante precedente para os eventos do final do século, tanto do ponto de vista da história do “bloco soviético”, quanto da história do movimento trotskista internacional. Convém ressaltar, porém, uma diferença fundamental, a saber, a de que as lutas do proletariado e da *intelligentsia* nesses anos tinham clara perspectiva socialista, ao passo que os movimentos de massas surgidos no final do século tiveram um conteúdo muito mais confuso e heterogêneo, ao igualarem stalinismo a socialismo, rejeitando ambos.

As questões suscitadas são, principalmente, se havia possibilidade de mudanças duradouras de certas características dos regimes stalinistas, no sentido de fim do terror e abrandamento parcial das medidas de repressão, feitas pela própria burocracia como forma de preservar seu monopólio do poder político sob novas formas; quão profundos eram os impactos negativos da gestão burocrática da propriedade social e suas possíveis consequências a longo prazo; se havia possibilidade de setores da própria burocracia irem mais além de concessões parciais e autorreformarem o regime, findando com a ditadura burocrática; se a entrada em cena das massas contra tal regime era algo progressivo, ou se constituía um risco contrarrevolucionário; qual programa e estratégia tais massas deveriam ter para concretizarem uma revolução política; o papel que forças marxistas deveriam cumprir junto a tais massas mobilizadas contra os regimes stalinistas. Vejamos em detalhes.

1. A morte de Stalin e o “novo curso” da burocracia stalinista

Stalin morreu em 5 de março de 1953, após três dias agonizando por conta de uma hemorragia cerebral ocorrida no dia 1º. Sua morte foi anunciada no dia 6 e seguiu-se um funeral aberto de três dias, com grandes massas indo prestar homenagem ao corpo do ditador. Ainda no dia 5, o CC se reuniu para reorganizar a cúpula do poder. O modelo de enorme concentração individual de poder que Stalin havia construído ao redor de si foi desfeito e emergiu uma liderança compartilhada, com destaque para o triunvirato formado por Georgi Malenkov (Premiê do governo), Lavrenti Beria (Primeiro suplente do premiê e Minsitro do Interior) e Nikita Khrushchev (Secretário do partido).

Conforme destaca Pierra Broué, essa “direção coletiva” era, todavia, muito frágil, fruto de acordos resultantes de intensas lutas de cúpula entre representantes de diferentes grupos de interesses (forças armadas, polícia política, burocracia partidária, burocracia estatal etc.) e não demorou para ocorrerem rupturas e expurgos em seu interior – em especial o expurgo de Beria, ainda em 1953, temido pelos demais como alguém disposto a ser um novo Stalin.³¹³

Como aponta Ivan Berend, havia gritantes contradições entre a propaganda ufanista dos regimes do Leste Europeu pertencentes ao “bloco soviético” acerca das condições de vida sob o “socialismo” e a realidade. A maior parte dos países do “bloco” era marcada por falta generalizada de bens de consumo (em especial alimentos para além do básico), más condições de habitação e outros problemas gerados pela industrialização acelerada e pela coletivização forçada de terras implementada na virada dos anos 1940-50, além dos investimentos massivos no setor militar. Já na URSS, apesar da devastação da Segunda Guerra, o momento era marcado pela atenuação do isolamento que o país enfrentara desde 1917 e a expansão da capacidade produtiva, acompanhada de maior qualificação da mão de obra na forma de acesso à educação técnica e superior, de forma que havia grandes expectativas por melhorias nas condições de vida.

Não possuindo a mesma autoridade moral de Stalin perante as massas, os novos líderes realizaram de imediato uma série de concessões visando a aliviar a tensão social, em especial reabilitações de figuras de destaque dos primeiros anos de existência da União Soviética, libertação de dezenas de milhares de presos condenados pelo Artigo 58 da Constituição de 1936 (que versava sobre as “atividades contrarrevolucionárias”, massivamente utilizado na segunda metade dos anos 1930) e maiores liberdades de

³¹³ Cf. BROUÉ, Pierre. *União Soviética da revolução ao colapso* [1996]. Porto Alegre: UFRGS, 1996, p. 151-152 e BEREND, Ivan. *Central and Eastern Europe, 1944-1993: Detour from the periphery to the periphery*. New York: Cambridge University Press, 1996, p. 94.

expressão cultural para as minorias nacionais. Inicialmente, o principal defensor dessas concessões foi Beria.³¹⁴

De forma mais ampla, iniciava-se um suposto “novo curso”, oficialmente anunciado em agosto de 1953, através de um discurso de Malenkov. A nova orientação envolveria a perspectiva de coexistência pacífica com o “mundo capitalista” (com ênfase na “resolução pacífica” de conflitos de interesses), medidas para elevar o padrão de vida da população (nova política agrícola para aumentar o estoque de comida e desaceleração da industrialização, aliviando a carga de trabalho do proletariado fabril), instituição de uma liderança coletiva na cúpula do regime (ressalta-se que, a essa altura, Beria já havia sido expurgado, em julho) e restituição do império da lei (“legalidade soviética”). Tratava-se, portanto, do fim da ditadura pessoal, do terror e das arbitrariedades legais, combinado a concessões materiais e políticas à população.³¹⁵

Esse “novo curso” foi também aplicado ao conjunto do “bloco soviético”, em alguns casos por iniciativa dos próprios PCs locais, em outros através da pressão de Moscou. As burocracias desses países amenizaram o terror instaurado na virada dos anos 1940-50, realizaram “autocríticas” de “excessos” do passado, reabilitaram figuras antes condenadas à prisão ou mesmo executadas por serem consideradas “contrarrevolucionárias” e “titoístas”³¹⁶ realizaram algumas concessões econômicas (revisão de normas de trabalho, redução de preços) e políticas (redução da censura e da atuação da polícia política).

O “novo curso” vindo da URSS levou a uma nova rodada de caça a bodes expiatórios nos partidos do Leste Europeu, como forma de exportar o novo “modelo” de liderança coletiva e as concessões parciais. Isso conduziu a uma luta interna em muitos deles, entre “reformadores” (ou “liberais”) e “stalinistas linha-dura” (ou “conservadores”, “anti-revisionistas”), muitas vezes com setores da base (principalmente da juventude) entrando na disputa com demandas por concessões mais amplas e democratização do partido e do regime. No interior do próprio PC da URSS também ocorreu um duro

³¹⁴ Cf. BROUÉ, Pierre. *União Soviética, op. cit.*, p. 140-151 e BEREND, Ivan. *Op. cit.*, p. 94.

³¹⁵ Cf. *Ibid.*, p. 59; PARIS, S. F.; CORREA, M. E. Reconfiguraciones en la burocracia del PCUS. Un análisis de la era pos-estalinista (1956-1971). *Hic Rhodus*, n. 13, p. 57-73, diciembre de 2017; LEWIN, Moshe. *O Fenômeno Gorbachev, op. cit.*, p. 128.

³¹⁶ Josip Broz Tito, dirigente do PC iugoslavo, virou um grande bode expiatório para a burocracia da URSS e seus aliados, após romper com Moscou, ao levar adiante o processo revolucionário iugoslavo, em 1948. “Titoísmo” se tornou uma acusação comum contra adversários da burocracia na virada dos anos 1940-50, designando posturas desviantes daquilo que ela determinava, e servindo de sinônimo para “contrarrevolucionário” – tal qual fora feita em relação a “trotskismo” nos anos 1930-40.

conflito. Neste, de um lado, Beria teve a iniciativa de propor concessões, de outro Krushchev foi contra. Mais tarde, Krushchev se tornou o principal proponente de mudanças e Viacheslav Molotov a principal voz conservadora.³¹⁷

Ainda nos primeiros meses pós-Stalin houve um expurgo na ala “linha dura” do PC e do governo da Geórgia; Walter Ulbricht, principal dirigente do PC da “Alemanha Oriental” (então nomeado Partido Socialista Unificado Alemão, SED) foi forçado a realizar uma “autocrítica” pública em relação a certas políticas do passado e a rever alguns planos econômicos que aumentariam os custos de vida, em troca de auxílio econômico da URSS; na Hungria, o “linha-dura” e todo-poderoso Mátyás Rákosi foi levado à renúncia do comando do governo em favor de Imri Nagy (mas manteve o comando do partido), antigo secretário de Malenkov e alinhado ao “novo curso”.³¹⁸

Muitos analistas fora do “bloco soviético” viram nessas medidas uma “desestalinização” do regime da URSS – termo que passou a ser utilizado com maior frequência após o relatório apresentado por Khrushchev ao XX Congresso do PC da URSS (1956), no qual foi atribuída a Stalin uma série de práticas e medidas que a burocracia agora desejava abandonar (ao menos em termos de uso sistemático) com vistas a evitar o surgimento de revoltas pró-democráticas. Entre estes, cabe destacar o historiador egresso das fileiras trotskista, Isaac Deutscher, que no começo dos anos 1950, após finalizar uma biografia sobre o próprio Stalin, iniciou a escrita da sua conhecida trilogia biográfica de Trotski, além de escrever materiais sobre o futuro da URSS nos quais encarava que esta caminhava inexoravelmente para a democratização, por via de uma autorreforma da burocracia stalinista.³¹⁹

Foi nesse contexto de mudanças, muito aceleradas no caso do Leste Europeu (onde os regimes existentes haviam sido – brutalmente – instalados há poucos anos), que eclodiram as primeiras revoltas por um socialismo que colocasse as massas trabalhadores no controle da política e da economia e que lhes garantisse boas condições de vida. Vendo os conflitos no topo do regime e de seus respectivos partidos, a classe trabalhadora e setores da intelectualidade de diferentes países do “bloco soviético” não tardaram em aproveitar a situação para demandar uma mudança profunda.

Os anos 1953-56 foram, assim, marcados por forte agitação social: operários, camponeses, intelectuais e estudantes, todos passaram a deixar vazar suas frustrações com

³¹⁷ Cf. BROUÉ, Pierre. *União Soviética*, op. cit., p. 158-159.

³¹⁸ Cf. *Ibid.*, p. 153 e BEREND, Ivan. *Op. cit.*, p. 100-102.

³¹⁹ Cf. CALLINICOS, Alex. *Op. cit.*, p. 50-52.

as contradições sociais, falta de liberdade e dificuldades materiais. Diversos PCs passaram por intensas disputas, não só nas cúpulas, mas nas bases, em especial nas organizações de juventude, de onde vinham propostas de reformas mais “radicais” e mesmo de um “retorno a Lenin”. Organizações como sindicatos de escritores passaram a publicar manifestos demandando o fim da censura. No chão das fábricas, os trabalhadores passaram a realizar paralisações e greves, forçando seus sindicatos a defenderem seus interesses ou então, na recusa destes em representá-los, formando comitês de base para organizar a luta.

Em alguns casos, a agitação assumiu a forma de levantes proletários (Pilsen, na Tchecoslováquia, e RDA em 1953; Polônia em 1956) ou mesmo revoluções, com a aparição de um embrião de Estado paralelo, baseado em conselhos proletários (situação de dualidade de poderes – caso da Hungria em 1956). As burocracias à frente dos regimes stalinistas realizam então concessões secundárias (mudança de pessoas, mais “autocríticas”, pequenas melhorias de vida), mas o período seguiu sendo marcado por “aguda instabilidade política e social”, conforme destaca Fernando Claudín, até que a dura repressão à Revolução Húngara (1956) conteve temporariamente o dissenso. Não obstante, ele voltou à tona nos anos 1960, com destaque para a Tchecoslováquia e a “Primavera de Praga” (1968).³²⁰

Invariavelmente, a imprensa stalinista em todo o mundo tratou essas revoltas e revoluções proletárias como “provocações imperialistas”, ou mesmo “fascistas”, e como tentativas de restauração capitalista. Contraditoriamente, na imprensa dos países onde elas ocorriam, os PCs locais eram forçados a reconhecer que se tratava de trabalhadores demandando melhores condições de vida e participação na política do país, dentre outras coisas.

Com frequência, tais eventos também foram deturpados pelos liberais, que buscavam reduzi-los a uma “rebelião civil” contra o “totalitarismo comunista” – para logo perderem o entusiasmo ao verem os trabalhadores defendendo a manutenção da propriedade socializada e até expulsando elementos pró-capitalistas das ruas, assembleias e conselhos. Em grande parte, por conta dessas pressões políticas falsificadoras, ainda hoje a historiografia carece de um bom estudo sobre tais processos. Sem ter a pretensão de realizá-lo, cabe ao menos apresentar uma síntese deles para servir de pano de fundo

³²⁰ Cf. CLAUDÍN, Fernando. *A oposição no “socialismo real”*: União Soviética, Hungria, Polônia, Tchecoslováquia, 1953-80 [1981]. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 150-152.

para a análise de como tais eventos impactaram o trotskismo, e também para avaliar a validade da teoria do Estado operário burocratizado frente a eles.

1.1. 1953: greves na Tchecoslováquia, revolta na RDA e levante nos campos de trabalho da URSS

Os primeiros abalos significativos ocorreram na Tchecoslováquia e, principalmente, na “Alemanha Oriental” (República Democrática da Alemanha, RDA). A industrialização acelerada e a coletivização forçada dos anos 1948-53 levaram a uma série de desequilíbrios nos países do Leste Europeu pertencentes ao “bloco soviético”. Na Tchecoslováquia, o regime buscou lidar com a crescente inflação, decorrente da escassez, aumentando os preços dos bens de consumo em janeiro de 1953 e implementando uma reforma monetária que prejudicaria o poder de compra dos trabalhadores, ao desvalorizar as poupanças em 50 para 1 e os salários em 5 para 1. Ao mesmo tempo, cotas de trabalho foram elevadas e o subsídio aos alimentos racionados abandonado.

Essa reforma foi oficialmente anunciada na noite de 31 de maio e, de imediato, os trabalhadores da Skoda, em Pilsen, um dos maiores complexos industriais do país, entraram em greve. Na manhã seguinte, esses trabalhadores saíram em marcha rumo à prefeitura e se insurgiram, tomando o prédio e erguendo barricadas ao seu redor. Ao longo do dia, outros trabalhadores e também estudantes se juntaram ao movimento, que passou das demandas econômicas contra as mudanças recentes para demandas políticas por eleições democráticas. Algumas unidades policiais se solidarizaram com os revoltosos, mas houve dura repressão, com mais de 200 feridos até o final dos conflitos, que duraram até 2 de junho. Com a implementação da lei marcial, mais de 2 mil revoltosos foram presos e submetidos a penas longas.

A revolta em Pilsen atingiu outras cidades, com greves ocorrendo em outras 19 plantas industriais nas regiões da Bohemia e Morávia, mas sem chegarem à insurreição. No total, cerca de 360 mil trabalhadores pararam e 250 mil protestaram nas ruas entre 31 de maio e 2 de junho. O regime tratou tudo como fruto de “provocadores imperialistas”, mas recuou em parte da reforma monetária e do aumento dos preços.³²¹

Algo semelhante ocorreu pouco depois na RDA, começando com uma forte greve em Berlim Oeste e tornando-se uma revolta proletária em várias cidades. Entre 1950-51,

³²¹ Cf. KRAMER, Mark. The Early Post-Stalin Succession Struggle and Upheavals in East-Central Europe: Internal-External Linkages in Soviet Policy Making (Part 1). *Journal of Cold War Studies* vol 1, n. 1, 1999, 16-22.

o regime havia intensificado o ritmo do trabalho nas fábricas e, em 1952, quando foi anunciado o início da “construção socialista”, o foco em investimentos para expansão da indústria de base e a construção de um exército próprio fez o nível de vida da população cair consideravelmente. Os setores médios responderam através de uma massiva emigração para a Alemanha Ocidental, o que agravou ainda mais a situação econômica de algumas regiões.

Em 9 de junho de 1953, já sob pressão de Moscou e seu “novo curso”, o regime fez um giro e realizou uma série de concessões políticas e econômicas à burguesia remanescente, à pequena burguesia e aos setores médios em geral, mas não aos trabalhadores industriais. Ao contrário, um decreto de 28 de maio que aumentava as cotas de produção em 10% e vinculava os salários à produtividade foi mantido e entrou em vigor em certos setores no dia 10 de junho, afetando parte dos salários do começo desse mês. Isso significou uma redução dos salários para muitos trabalhadores. No caso da construção civil, um setor que então empregava massivamente na devastada Berlim Oriental, a queda salarial foi de 10-15% para trabalhadores não qualificados e de até 50% para os qualificados.

Ainda em 28 de maio havia ocorrido uma paralisação parcial nos canteiros de obra de Berlin contra o aumento das normas. Os primeiros dias de junho foram marcados por intensos debates nas empresas e canteiros. Foram os trabalhadores da construção civil que iniciaram a rebelião e isso não foi casual. Eles não só foram os que sofreram maior impacto, como também possuíam uma tradição de combatividade, visível no fato de que, em 1932, seu sindicato era liderado por comunistas opositores.

A revolta começou com trabalhadores dos canteiros da Stalinalle, no dia 16 de junho. Após uma grande assembleia, eles decidiram caminhar até a sede do governo para entregar sua demanda a Walter Ulbricht em pessoa. No caminho, milhares de trabalhadores se juntaram e a marcha assumiu palavras de ordem mais políticas, contra o regime (“Eleições livres!”, “Queremos ser livres, não escravos!”). Ao chegarem na Casa dos Ministérios, já eram dez mil e foram prontamente recebidos por funcionários do segundo escalão, que garantiram que o aumento das cotas de produção seria suspenso. Mas a multidão não se dispersou, exigiu a presença de Ulbricht e apresentou mais demandas, como eleições livres, redução dos custos de habitação e aumento do nível de

vida em geral.³²² Após alguns oradores apresentarem essas demandas, um jovem engenheiro propôs que marchassem por Berlim chamando todos a uma greve geral para assegurarem a vitória, e assim foi feito.

À noite a notícia se espalhou pelo país e, no dia seguinte, assembleias ocorreram em inúmeras empresas, deflagrando greve e organizado comitês de greve para negociar com os gestores demandas como readmissão de operários demitidos e demissão de funcionários administrativos, além de organizarem a expansão do movimento. Às demandas econômicas se somaram outras políticas, em especial a redução dos salários dos funcionários governamentais, eleições livres, que o governo tomasse a iniciativa para a reunificação alemã, ao invés de deixar que a “Alemanha Ocidental” tomasse a dianteira, e que o governo de Ulbricht renunciasse. Em Berlim, 300 mil metalúrgicos aderiram ao chamado de greve geral e cruzaram para o setor ocidental para se reunirem em um estádio, onde demandaram a saída do governo Ulbricht e a formação de um “governo de metalúrgicos”.³²³

Em diversas cidades, grandes marchas saídas das fábricas e ganharam adesão de outros setores sociais, culminando em vultosas concentrações nas praças centrais, ou ainda em ocupação dos prédios governamentais locais. Em alguns casos, centrais telefônicas e de rádio e televisão também foram ocupadas e mensagens foram transmitidas com as demandas dos grevistas. Ao total, cerca de meio milhão de trabalhadores participaram da greve, com cerca de 10% da população aderindo aos protestos de rua em apoio (cerca de 1 milhão).³²⁴ Muitos membros do “Partido Socialista Unificado Alemão” (SED) participaram e até o jornal do partido se alinhou às demandas econômicas dos trabalhadores.³²⁵

Em alguns lugares, os comitês de greve conseguiram se ligar uns aos outros, formando um embrião de poder político proletário (Hennigsdorf, Görlitz, Cottbus, Gera, Rügen e no núcleo industrial, as cidades de Leipzig, Halle, Merseburg, Bitterfeld-Wolden

³²² As demandas foram assim enumeradas pelo jornal francês *L'Observateur* de 25 de junho: “Diminuição imediata das normas de 10%; diminuição imediata dos preços dos víveres e objetos de primeira necessidade em 40%; aqueles dirigentes que cometeram erros graves devem ser afastados; é necessário democratizar o Partido e os Sindicatos; não se pode permitir que o governo de Bonn tome a iniciativa pela reunificação real da Alemanha, é necessário que o governo da RDA comece desde já a derrubar as barreiras que separam as duas Alemanhas, é necessário unificar o país através de eleições secretas, gerais e livres, e garantir uma vitória dos trabalhadores nessas eleições”. *Apud* GERMAIN, E. [Ernest Mandel]. *Le soulèvement ouvrier en Allemagne Orientale* [26/06/1953]. *Quatrième Internationale* n. 62, juillet 1953.

³²³ Cf. DALE, Gareth. *17 de junho de 1953* [17/06/2017]. Disponível em <https://www.vientosur.info/spip.php?article12755>. Acessado em 02/02/2019.

³²⁴ Cf. *Ibid.*

³²⁵ Cf. PELZ, William. *A People's History of Modern Europe*. London: Pluto, 2016, p. 174-175.

e Schkeuditz). Em Bitterfeld-Wolfen, um comitê central foi formado e coordenou a tomada das fábricas, repartições públicas e instituições policiais, organizando os estoques de alimentos, libertando os presos políticos e prendendo o prefeito, o chefe de polícia e pondo sob custódia os altos funcionários locais. Assegurado o controle da cidade, o comitê central enviou delegações de agitadores a cidades vizinhas e emitiu demandas de caráter nacional, em particular a demissão do governo e formação de um “governo provisório de trabalhadores progressistas”, que deveria dissolver as forças armadas, as fronteiras com a RFA e organizar eleições livres.

Em Gorlitz ocorreu algo similar. Ambas eram grandes centros industriais. Na avaliação de Dale Garteth, por mais que tenha tido caráter espontâneo, o levante foi fruto da atuação de ativistas experientes, que haviam passado pelas fileiras do SPD, do KPD, da resistência antinazista ou outros agrupamentos, e a base possuía sólida memória coletiva das perspectivas socialistas enraizadas nos trabalhadores da época pré-nazista.³²⁶

Apesar das manifestações terem sido pacíficas, o governo mobilizou suas forças policiais, mas, não obstante, em muitos lugares a massa sublevada desarmou os policiais e houve até locais onde estes se solidarizaram com os revoltosos. Foi necessário então recorrer à lei marcial e ao uso das tropas da URSS estacionadas no país. Com a falta de centralização e a entrada em ação da repressão, o movimento refluíu.³²⁷

O governo respondeu de forma dupla ao levante grevista: por um lado, fez concessões importantes (abolição das normas de trabalho por peça; realocações de recursos para indústria de bens de consumo e construção de habitações populares; promessa de vincular o desenvolvimento da indústria pesada ao aumento do padrão de vida da população), por outro lado, prendeu os grevistas mais combativos e as lideranças do levante.³²⁸ Além de algumas dezenas de trabalhadores fuzilados pelas tropas da URSS, houve 25 mil prisões e 46 condenações à morte.³²⁹

O governo e os PCs ao redor do globo trataram o movimento da forma que seria o padrão diante das demais revoltas contra os regimes stalinistas nos anos 1950-60: acusando-o de ser obra de agentes imperialistas e fascistas. Conforme destaca Ernest Mandel, que acompanhou com atenção os eventos e escreveu um artigo detalhado sobre eles, de fato houve a entrada de elementos provocadores em Berlim Oeste na tarde do dia

³²⁶ Cf. DALE, Gareth. *Op. cit.*

³²⁷ Cf. *Ibid.* e PELZ, William. *Ibid.*

³²⁸ Cf. DALE, Gareth. *Ibid.*

³²⁹ Cf. BROUÉ, Pierre. *União Soviética, op. cit.*, p. 155.

17, vindos da Alemanha Ocidental (jovens desempregados e membros do grupo fascista *Bund Deutscher Jugend*, que hoje se sabe ter sido financiado pela CIA para assassinar ativistas radicais na Alemanha Ocidental). Foram eles os principais responsáveis pelos saques e depredações que levaram ao comandante das tropas de ocupação da URSS a declarar estado de sítio e à polícia política a realizar disparos contra os manifestantes.³³⁰ Isso é corroborado pela análise de William Pelz, que destaca que CIA enviou agentes provocadores para Berlim Oriental para realizarem sabotagens e conferirem uma face pró-capitalista à revolta – empreitada que fracassou, uma vez que os revoltosos não colocaram em xeque a propriedade estatizada.³³¹

Conforme relatou “William Sprenger” *in loco* ao jornal do grupo trotskista inglês *The Club*, a repressão, apesar de dura, não quebrou o espírito combativo dos trabalhadores, que seguiu se expressando nas assembleias de fábrica organizadas pelo SED ao longo das semanas seguintes para divulgar as concessões do governo e tentar acalmar os ânimos. Em 7-8 de julho, novas greves começaram, nos mesmos setores que iniciaram a de junho (construção civil e metalurgia), dessa vez demandando a libertação dos grevistas presos, após reconhecimento do direito de greve pelo ministro da Justiça em entrevista a um jornal. Todavia, não tiveram a mesma radicalidade e adesão da revolta de junho.³³²

As repercussões da revolta alemã na URSS foram rápidas. Beria, então o principal defensor da política de concessões na cúpula partidária, foi culpado pela situação e removido de suas funções, acusado de ser a verdadeira fonte dos “excessos” e “falhas” de Stalin. Também pesou sobre seu destino o medo que os demais líderes partidários tinham de que ele se impusesse como um novo líder-supremo. Preso, foi executado ao final do ano. Parte dos grevistas punidos foi deportada para campos de trabalho na URSS, onde espalharam as notícias da revolta.³³³

A mensagem de que o regime se encontrava fragilizado e de que lutar era possível levou a uma greve de uma semana no importante campo de trabalho de Vorkuta (destino de muitos trotskistas nos anos 1930), com um comitê de greve eleito e com programa pela redução da jornada de trabalho, fim das discriminações e anistia aos presos políticos. O movimento se espalhou para outros campos, em especial Karaganda. Somado à queda de

³³⁰ Cf. GERMAIN, E. [Ernest Mandel]. *Le soulèvement ouvrier en Allemagne Orientale*, op. cit.

³³¹ Cf. PELZ, William. *Op. cit.*, p. 174-175.

³³² Cf. SPRENGER, William. E. German Workers Shake Party Bosses. *Struggles Reaching New Heights. Socialist Outlook* n. 88, p. 1, 4, July 17, 1953.

³³³ Cf. BROUÉ, Pierre. *União Soviética*, op. cit., p. 155-156 e 164.

Beria (principal gestor do poderoso aparato repressivo), que desnor-teou os administradores dos campos, e às concessões feitas para evitar uma rebelião na URSS, milhares de presos foram libertados.

As novas concessões envolveram aumento na oferta de bens alimentícios de qualidade (carne, manteiga), quintuplicação do preço pago aos produtos dos kolkhozes, anulação de dívidas, baixa dos preços de bens de consumo, dentre outros pontos. No plano externo, como fruto de linha de “coexistência pacífica” com o imperialismo, medidas de distensão foram adotadas entre julho e agosto visando a aliviar os gastos militares e expandir as relações diplomáticas e comerciais (fim da Guerra da Coreia, proposta de resolução pacífica dos litígios com os EUA, negociação dos impasses na Indochina, retomada das relações com Turquia e Israel).³³⁴

Mas isso não foi suficiente. O ar no “bloco soviético” seguiu denso ao longo dos anos seguintes, com greves eclodindo aqui e ali. Apesar das concessões – que não alteraram a contradição fundamental entre a propriedade “coletivizada” e a gestão e poder políticos expropriados dos trabalhadores –, só foi possível atingir, nas palavras de Pierre Broué, um “equilíbrio instável entre as massas e a burocracia”, caracterizado pela preocupação desta em “manter a ordem”.³³⁵

Ademais, conforme destaca Claudín, a marca fundamental dos regimes do Leste Europeu era seu “caráter importado e dependente”, de forma que às demandas econômicas por melhores condições de trabalho e de vida (que tendiam a facilmente se tornarem demandas políticas por autogestão e democracia direta) se somavam demandas por soberania nacional perante a URSS. Não bastassem tais dificuldades para a burocracia, as disputas em seu interior não cessaram, como pressões da cúpula militar para reabilitação de antigos quadros e a pressão do regime iugoslavo pela reabilitação de militantes de diferentes PCs condenados por “desvio titoísta” nos anos 1948-53.³³⁶

1.2. 1956: o “relatório Krushchev” e sua repercussão na Polônia e Hungria

Passados três anos, Krushchev realizou seu conhecido ataque a Stalin em uma sessão secreta do XX Congresso do PC da URSS (fevereiro de 1956), através de um “relatório” que logo vazou para o mundo todo, “Sobre o culto à personalidade e suas consequências”. Àquela altura, Krushchev já concentrava bastante poder em suas mãos,

³³⁴ Cf. *Ibid.*, p. 155-156.

³³⁵ Cf. *Ibid.*, p. 157.

³³⁶ Cf. *Ibid.*, p. 159 e CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 147.

dado que Malenkov fora removido de suas funções em fevereiro de 1955, por insistir em focar a produção em bens de consumo, e não mais em bens de produção, como a maioria da cúpula da burocracia seguia desejando. Malenkov fora substituído por Nikolai Bulganin, aliado de Krushchev e até então Ministro da Defesa.

Segundo Broué, à altura do XX Congresso havia uma disputa na cúpula do PC entre uma ala favorável a sacrificar a memória de Stalin em prol da reafirmação do “novo curso” e uma contrária, e Krushchev teria tomado lado em cima da hora. O “relatório” ressaltava o caráter “pessoal” do regime de Stalin, de forma que recaía exclusivamente sobre ele todos os erros do período anterior. Assim, atribuía todos os crimes da ditadura burocrática entre 1924-53, tratados como “excessos”, às “falhas” e “fraquezas” pessoais de Stalin. E se, por um lado, Stalin era apresentado como “fraco”, Beria foi apresentado como o verdadeiro gênio do mal que o manipulou em diferentes ocasiões.³³⁷

O “relatório” levou a uma reescrita da “história oficial” (rigidamente controlada através da censura e da repressão) e a novas reabilitações. Novas concessões também foram feitas, como a redução da jornada de trabalho, prolongamento de feriados, gratuidade do ensino superior para os que nele já haviam ingressado, redução da polícia política e anistia para muitos presos políticos. Eram sinais de que a burocracia – que tinha uma poderosa polícia política vigiando os “humores” da sociedade – percebia que precisava ceder mais um pouco de terreno para evitar revoltas.

Com essas medidas, ocorreu uma reativação não intencional da sociedade civil (sindicatos, assembleias, reuniões diversas) na URSS. E, ao vazar, o “relatório” deu grande impulso para os setores sociais desejosos de mudanças no “bloco soviético”. Quase todos os PCs da região fora o da URSS foram perpassados por intensas disputas entre dirigentes “reformadores” e “conservadores”, enquanto intelectuais, estudantes e operários entraram em cena com diferentes graus de intensidade de país para país.

Na Polônia, ocorreu um levante em moldes muito similares ao da RDA em 1953 (porém isolado em uma única cidade) e uma onda de mobilização popular em prol de reformas pró-democráticas e autonomia em relação à URSS. Os eventos poloneses, por sua vez, engatilharam uma verdadeira revolução na Hungria, ambos processos fortemente marcados pelo desejo de democratização do regime político e das relações de produção, bem como por soberania nacional frente à URSS.³³⁸

³³⁷ Cf. BROUÉ, Pierre. *União Soviética*, op. cit., p. 160-161.

³³⁸ Cf. *Ibid.*, p. 164-168.

Interessantemente, também houve uma revolta de cunho conservador, em reação ao “relatório”. Em março, no aniversário de três anos da morte de Stalin, uma série de protestos de rua eclodiram em Tbilisi, capital da Geórgia (país natal daquele), em repúdio às informações que até aquele momento eram públicas acerca das denúncias de Krushchev. A cidade foi paralisada pelas manifestações – encabeçadas, sobretudo, por estudantes – as quais logo assumiram caráter de revolta, demandando a troca do governo central da URSS e também a independência da Geórgia. Nos dias 9 e 10, tropas do governo central intervieram e reprimiram duramente a “Revolta de Tbilisi”.³³⁹

1.2.1. A insurreição de Poznan e o “outubro polonês”

Na Polônia, a cúpula do PC decidiu (de forma não-oficial) que o “relatório” deveria ter uma circulação mais ampla do que almejava o PC da URSS quando o entregou aos demais partidos do “bloco soviético” (inclusive, foi pela Polônia que ele vazou à imprensa ocidental, enfurecendo Moscou). Com o aval do CC, entre fins de março e começo de abril, diversas reuniões ocorreram nas bases do partido para debater novos rumos para o regime, em um contexto no qual ainda vigorava o “relaxamento” do “novo curso” de 1953.

Nessas reuniões, começou a ganhar força um sentimento antirrusso, dado todo o histórico negativo da URSS com o país (divisão do território com Hitler e invasão militar – Pacto Ribbentrop-Molotov; sabotagem ao Levante do Gueto de Varsóvia; terror e massivos expurgos nos partidos comunista e social-democrata poloneses). As bases do PC passaram a demandar que as tropas da URSS se retirassem do país, bem como seus muitos agentes na cúpula do regime; que o parlamento passasse a funcionar de forma autônoma; que um novo congresso partidário fosse convocado; e que elementos pré-1948 que haviam sido expurgados voltassem à liderança partidária.³⁴⁰

A esse fermento político, que logo extrapolou as fileiras partidárias, somava-se uma situação comum aos demais países do “bloco soviético” à época: a piora da situação econômica da população devido à “construção socialista” do começo dos anos 1950. Dentre outros elementos, em 1951 fora implementado o racionamento de alimentos e, em

³³⁹ Cf. NAHAYLO, Bohdan & SWOBODA, Victor. *Soviet disunion: a history of the nationalities problem in the USSR*. New York: Free Press p. 120, 1990; SUNY, Ronald Grigor. *The Making of the Georgian Nation*. Bloomington: Indiana University Press, p. 303-305, 1994.

³⁴⁰ Cf. BROWN, Archie. *Rise and Fall of Communism*. New York: Harper Collins, 2009, p. 277.

1953, houve um aumento de preços de bens de consumo, que fez com que os salários reais caíssem (em 1955, eram apenas 36% dos de 1949).³⁴¹

A liderança do PC polonês havia acabado de passar por um baque, com a morte do Primeiro-secretário Boleslaw Beirut, em 12 de março. Seu substituto, Edvard Ochab, buscou um meio caminho entre os “conservadores” e os “reformadores”, que na Polônia tinham uma forte posição em prol de um “comunismo nacional” (autonomia em relação à URSS, nos moldes da Iugoslávia).³⁴² A nova liderança ao redor de Ochab respondeu ao crescente descontentamento e sentimento antirrusso com a libertação de dezenas de milhares de prisioneiros políticos, maior liberdade para o parlamento e também para a atuação pública da Igreja Católica. Mas não foi o bastante para conter a crescente tensão social.³⁴³

Essa tensão se transformou em revolta na cidade industrial de Poznan, onde trabalhadores fabris já vinham realizando certa agitação contra o aumento das normas de produção, irregularidades no cálculo dos salários e desorganização administrativa. As administrações das fábricas da cidade estavam desde o ano anterior enviando cartas, petições e delegações ao Ministro das Indústrias de Máquinas e à cúpula do PC local (então nomeado Partido Unificado dos Trabalhadores Poloneses) solicitando soluções, sem resultados.

Em 23 de junho, uma delegação de trabalhadores foi à Varsóvia, retornando no dia 26 crendo que algumas das demandas seriam atendidas, mas, no dia 27, o próprio ministro compareceu a uma assembleia de uma grande fábrica em Poznan e retirou boa parte das promessas feitas à delegação. Em resposta, na manhã do dia 28 teve início uma greve espontânea nas Indústrias Metalúrgicas Josef Stalin, com os trabalhadores saindo em marcha até o centro da cidade. No caminho, muitos outros se juntaram, somando uma multidão de cerca de 100 mil protestando por comida, melhorias das condições de trabalho e de vida. Às bandeiras econômicas dos grevistas, somaram-se ainda palavras-de-ordem políticas: “liberdade política”, liberdade para o cardinal Wyszynski e “Russos, voltem para casa!”. A marcha, inicialmente ordeira, se tornou insurrecional devido aos disparos da polícia local e à crença de que haviam sido feitos por forças russas, de forma que a revolta assumiu forte caráter nacionalista.

³⁴¹ Cf. CRAMPTON, R. J. *Eastern Europe in the Twentieth Century - and After* [1994]. New York: Routledge, 1997, p. 248.

³⁴² Cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 277.

³⁴³ Cf. CRAMPTON, R. J. *Op. cit.*, p. 285.

Os trabalhadores dominaram parte das forças armadas locais e tomaram a sede da polícia, a central radiofônica, a prisão e o tribunal. Para conter a situação foram necessários oficiais da URSS e tropas de outras cidades (falsamente informadas de que “provocadores alemães” estavam tentando sabotar a Feira Industrial Internacional de Poznan, então em curso). No dia 29, o Primeiro-Ministro, Józef Cyrankiewicz, chegou à cidade e declarou na rádio local que “qualquer provocador ou lunático que levante a mão contra o governo do povo pode ter certeza que terá a mão cortada fora”. Não obstante, os protestos continuaram até o dia 30, sendo necessários mais de 10 mil soldados e um total de 746 revoltosos presos e mais de 50 fuzilados para que a revolta fosse suprimida.³⁴⁴

Sob efeito dessa revolta, em Varsóvia intelectuais e trabalhadores passaram a se reunir abertamente para debater a política do país, e logo a onda de contestação de espalhou por toda a Polônia. As principais reivindicações eram por soberania nacional frente à URSS (que logo se tornaram manifestações de nacionalismo), dissolução da polícia política e democratização do regime. Muitas manifestações de rua ocorreram em diferentes cidades e, em alguns casos, tornaram-se insurreições pontuais (especialmente com a ocupação de sedes da polícia política), logo debeladas.

Setores da intelectualidade, que já vinham sendo porta-vozes da insatisfação popular com o regime desde o “relaxamento” na censura de 1953, tiveram importante papel de agitação nesse contexto, em especial a revista radical *Po Prostu* (“Falando Francamente”), que conclamou à formação de conselhos proletários e de um autogoverno dos trabalhadores. Os católicos também se sentiram mais à vontade, reunindo-se na Cracóvia em agosto para celebrar o terceiro centenário da padroeira da Polônia, na casa de 1 milhão de peregrinos.³⁴⁵

Nesse contexto, Władysław Gomułka, líder do PC na época da resistência antinazista, que havia caído em desgraça em 1948 acusado de “titoísmo” e sido reabilitado em 1955, se tornou porta-voz dos “reformadores” da cúpula partidária. Estes desejavam seu retorno à liderança do partido e a remoção dos postos de poder dos elementos diretamente ligados a Moscou, em especial o Ministro da Defesa, Konstantin Rokossovski, como forma de implementar um “comunismo nacional”, autônomo em relação à URSS.³⁴⁶ Reunido em julho, o CC respondeu à situação com concessões em

³⁴⁴ Cf. CRAMPTON, R. J. *Op. cit.*, p. 285; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 277; CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 154.

³⁴⁵ Cf. *Ibid.*, p. 154-155 e CRAMPTON, R. J. *Op. cit.*, p. 284.

³⁴⁶ Cf. CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 154-155.

termos de menor centralização das indústrias e menos investimentos no setor de indústria pesada, promessa de aumentos salariais em até 50%, desaceleração da coletivização do campo, retorno de Gomułka ao CC e redução do número de administradores do partido, as quais começaram a ser implementadas nas semanas seguintes.³⁴⁷

Não obstante, em setembro os trabalhadores da fábrica de carros Zeran, próxima da capital, começaram a organizar conselhos sob a influência da revista *Po Prostu* e a iniciativa se espalhou para outros locais. Uma das demandas comuns desses conselhos era que Gomułka assumisse a liderança do partido.³⁴⁸ Na própria cúpula do PC a disputa entre a ala “reformadora” e a ala “conservadora” pelo controle do CC se tornou mais aguda, enquanto nas bases muitos militantes se engajaram em manifestações, em alguns casos inclusive utilizando as células locais e sindicatos para ajudar a convocá-las e organizá-las.³⁴⁹

Em 19 de outubro, o CC se reuniu novamente, com a ala “reformadora” pretendendo reintegrar Gomułka ao órgão e entregar-lhe a liderança do partido. O PC da URSS solicitou o adiamento da reunião, pois não desejava o retorno de Gomułka e estava focado nos eventos que então já se desenrolavam na Hungria. Diante da negativa, a ala “conservadora” e pró-Moscou do CC tentou um golpe para evitar a reunião, ao passo que a URSS aproximou suas tropas na Polônia da capital e posicionou navios de guerra no porto de Gdansk. O governo polonês respondeu pondo suas tropas em estado de alerta e os setores radicais das universidades e da juventude do PC se juntam à ala de Gomułka, que chegou a distribuir armas a alguns destacamentos de trabalhadores para formar uma milícia popular.

A reunião ocorreu mesmo sob o clima de possível invasão pela URSS, com a presença surpresa de uma delegação composta por Krushchev, Anastas Mikoian, Molotov, Lazar Kaganovich, mais o comandante do Pacto de Varsóvia, Ivan Konev. Gomułka foi reintegrado ao CC e, após os “reformadores” convencerem a delegação da URSS de que ele seria o melhor nome para evitar uma revolta que colocasse o regime em risco (mesmo que para Moscou isso significasse perder o controle direto sobre o PC e o governo poloneses), foi nomeado Primeiro-secretário. Em 22 de outubro, massivos protestos pró-Gomułka ocorreram em várias cidades, envolvendo até 100 mil pessoas em certos locais. No dia 24, cerca de meio milhão se manifestou em Varsóvia.

³⁴⁷ Cf. CRAMPTON, R. J. *Op. cit.*, p. 285.

³⁴⁸ Cf. *Ibid.*, p. 286.

³⁴⁹ Cf. CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 154-155.

Mesmo depois da reunião do dia 19, uma supressão militar da situação chegou a ser cogitada pela cúpula do PC da URSS, mas Krushchev defendeu que talvez tal medida gerasse um conflito militar muito custoso. Ademais, Gomulka e os “reformadores”, por mais que demandassem autonomia, asseguravam a permanência da Polônia no Pacto de Varsóvia e do PC polonês no “movimento comunista internacional”, sem alterar a característica essencial do regime stalinista – a ditadura da burocracia.³⁵⁰

Na sequência do “outubro polonês”, Gomulka realizou diversas reformas, prometendo desenvolver uma “democracia socialista” e assegurar relações autônomas frente à URSS. Em 14 de novembro, ele e o Primeiro-Ministro Cyrankiewicz assinaram em Moscou um novo acordo com a URSS, que previa a não-interferência nos assuntos poloneses, melhores termos nos acordos comerciais existentes e retorno de todos os “consultores” da URSS atuantes na Polônia, inclusive o odiado Rokossovski. Também legalizou os conselhos de fábricas (mas rigidamente limitados a funções econômicas), des-coletivizou a terra, reconheceu a liberdade religiosa e anunciou uma liberalização cultural (relaxamento da censura). Mas não alterou o unipartidarismo, não estabeleceu eleições democráticas, nem interferiu na polícia política.³⁵¹

Após a supressão da Revolução Húngara, no começo de novembro – da qual Gomulka foi previamente informado pelo governo da URSS, sem ter se oposto a ela publicamente³⁵² – boa parte das concessões foram revertidas, na forma de uma campanha contra o “revisionismo” e, anos mais tarde, o governo de Gomulka foi um dos apoiadores da supressão da “Primavera de Praga” pelas tropas do Pacto de Varsóvia. A ofensiva contra o “revisionismo” liquidou parte dos ganhos da revolta de outubro e eliminou os “reformadores” mais “radicais” do comando do partido. As únicas coisas que permaneceram do “outubro polonês” foram a relativa autonomia em relação à URSS, o

³⁵⁰ Cf. *Ibid.*, p. 155-156; CRAMPTON, R. J. *Op. cit.*, p. 286; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 277 e 279.

³⁵¹ Cf. CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 154-156 e CRAMPTON, J. R. *Op. cit.*, p. 287.

³⁵² Gomulka e outros líderes do PC polonês se reuniram no dia 31 de outubro, na cidade fronteiriça de Brest, com Krushchev, Malenkov e Molotov, que estavam circulando por todos os países do “bloco soviético” para informar as lideranças locais da invasão da Hungria e assegurar que não haveria reação contrária. Os líderes poloneses concordaram com Moscou que a Revolução Húngara era uma “contrarrevolução” e que ela deveria ser suprimida militarmente, discordando apenas de que isso deveria ocorrer na forma de uma invasão de tropas da URSS. Dessa forma, publicaram um manifesto chamando pela resolução da situação pelos próprios Húngaros e ofereceram Varsóvia como palco de negociações bilaterais entre o governo de Imre Nagy e a URSS, mas não condenaram a invasão quando ela de fato ocorreu, conforme o cronograma do qual já tinham conhecimento desde a reunião em Brest. Cf. KRAMER, Mark. The Soviet Union and the 1956 Crises in Hungary and Poland: Reassessments and New Findings. *Journal of Contemporary History* v. 33, n. 2, April 1998, p. 203.

recuo no uso da repressão ao nível de terror, a des-coletivização da terra e a liberdade de atuação para a Igreja Católica.

Os conselhos proletários rapidamente foram postos sob o domínio do PC polonês e os ganhos salariais foram perdidos para a inflação, apesar de alguns aumentos posteriores. Em agosto de 1957, diante de novas agitações nas fábricas, o CC condenou as greves que seguiam ocorrendo e, em abril de 1958, as tornou ilegais. A censura foi retomada gradualmente, chegando à proibição de revistas pró democracia socialista, em especial a *Po Prostu*, ao passo que, nos primeiros anos da década de 1960, intelectuais radicais passaram a ser perseguidos, expulsos do partido e das instituições nas quais atuavam e até presos.³⁵³

Apesar da ala Gomułka da burocracia ter conseguido conter uma revolta nacional na Polônia barganhando certa autonomia com a URSS e realizando concessões às massas trabalhadoras, à pequena-burguesia e à Igreja Católica, o “outubro polonês” foi o gatilho para a Revolução Húngara. Esta, por sua vez, ao tomar as atenções de Moscou, certamente ajudou na resolução pacífica da crise entre Moscou e o PC polonês.

1.2.2. A Revolução Húngara dos conselhos proletários

Tal qual os demais países do “bloco soviético”, a Hungria passou por uma certa distensão a partir de 1953. Entre 1953 e 1955, o regime húngaro suspendeu o terror sistemático, desacelerou a industrialização, reverteu fundos para melhorar o nível de vida dos trabalhadores, reviu o código trabalhista, permitiu relações de mercado no campo e na cidade (em pequenas atividades) e reduziu a censura, dando certo espaço para o florescimento da vida intelectual e partidária.

A aplicação do “novo curso” na Hungria foi encabeçada por Imre Nagy, principal nome da ala “reformadora” do PC húngaro (então nomeado Partido Húngaro dos Trabalhadores). Típico “comunista de Moscou” durante o exílio na URSS, chegando inclusive a ser informante da NKVD entre os emigrados húngaros, após a libertação do regime nazista, Nagy atuou como Ministro da Agricultura entre 1944-45, do Interior entre 1945-46 e Presidente da Assembleia Legislativa entre 1947-49. Tratava-se, portanto, de um sólido integrante da burocracia húngara.

Em 1953, por pressão de Moscou sobre a liderança do PC húngaro, Nagy assumiu como chefe de governo (Presidente do Conselho de Ministros). Nessa posição, expressou

³⁵³ Cf. CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 230 e CRAMPTON, J. R. *Op. cit.*, p. 287.

ideias em prol do que nomeou de um “novo estágio do socialismo”, caracterizado por maior liberdade pessoal, economia orientada para bens de consumo, vigência da lei, reabilitação de pessoas condenadas injustamente, libertação de prisioneiros políticos e liberdade religiosa.³⁵⁴

Seu governo durou apenas dois anos. Apesar de removida da liderança do partido e do governo em 1953 por pressão de Moscou, os dirigentes “conservadores”, liderados pelo até então todo-poderoso Mátyás Rákosi, mantiveram uma série de postos-chave – o próprio Rákosi seguiu à frente do PC. Essa ala da burocracia foi um entrave constante à política do “novo curso” no país, até que conseguiu reassumir o controle do CC e mudar o governo, em março de 1955. Sua obstinação em impedir as mudanças chegou a resultar em uma repreensão de Moscou a Rákosi em janeiro de 1954. Após esse incidente, os “conservadores” alteraram sua tática e focaram em criticar a nova política econômica de Nagy, de aberturas parciais para relações de mercado, que estava gerando inflação e desemprego.

Nagy respondeu à essa resistência tentando construir uma base de apoio popular através de novas concessões e, às vésperas do congresso partidário de 1954 (realizado em março), revivendo a “Frente Popular Independente” da época do governo de coalização dos anos 1940. Batizada “Frente Popular Patriótica”, tinha a diferença de aceitar filiações individuais e sua liderança não era ligada à cúpula do PC. No congresso, uma disputa dissimulada foi travada entre Nagy e Rákosi, na forma da defesa do “novo curso” e perspectiva de menos interferência estatal no dia a dia da população, por parte do primeiro, e críticas à nova política econômica por parte do segundo. Já no pleno de dezembro do CC a disputa ocorreu de forma mais aberta e direta, no contexto da queda de Malenkov na URSS e da perspectiva de expandir as relações de mercado.

Nagy foi removido da chefia do governo e substituído pelo aliado de Rákosi, András Hegedüs. Pouco depois, ele foi expulso do partido. Com a mudança na cúpula, o “novo curso” húngaro foi em parte revertido, com reforço da censura e suspensão da libertação de presos políticos. Com o recuo na liberalização, Rákosi se tornou muito impopular, ao passo que Nagy se tornou cada vez mais adepto de uma perspectiva de “comunismo nacional” e com mais liberdades (nos limites do “novo curso”), permanecendo como uma figura popular, ao ser visto como uma alternativa.

³⁵⁴ Cf. *Ibid.*, p. 289-290 e BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 279.

Não obstante o sucesso da ala de Rákosi em retomar o controle, após a revolta de Poznan Moscou novamente interferiu no PC húngaro e o fez ser retirado do comando do partido. A posição de Rákosi à frente do PC se tornou insustentável não só devido à sua crescente impopularidade, como também por conta do “relatório Krushchev” e da perspectiva de “desestalinização”, uma vez que ele fora um fiel aliado de Stalin.³⁵⁵

Um dos últimos atos de Rákosi, como forma de tentar conter a crescente insatisfação popular com a suspensão da distensão parcial do “novo curso”, foi a permissão para que a juventude do PC formasse um grupo de debates voltado à intelectualidade. Batizado em homenagem a um poeta nacionalista do século XIX, o “Círculo Petöfi” rapidamente extrapolou seus propósitos, tornando-se um polo de reunião e debate daqueles que desejavam a democratização do regime através de reformas. Suas reuniões, na prática massivas assembleias, debatiam diversos temas relacionados à política nacional e internacional e congregavam até 6000 participantes por sessão. O Círculo se tornou importante porta-voz da oposição a Rákosi-Hagëdus, defendendo o retorno de Nagy ao partido e à chefia do governo.³⁵⁶

Outra concessão impactante dos últimos momentos de Rákosi no poder foi a admissão de erros passados do regime e a reabilitação, também em março, de László Rajk, antigo Ministro do Interior executado durante os expurgos de fins dos anos 1940. Como o próprio Rákosi havia sido algoz de Rajk, foi chamado de “judas” pelo sindicato dos escritores alguns dias depois. Ainda nesse contexto, em uma reunião partidária em um distrito fabril da capital, um operário lhe disse no pódio que ele perdera a confiança do povo e que deveria renunciar. Em junho, a imprensa se rebelou contra a tentativa do regime de reverter a liberdade anteriormente concedida e, em um massivo debate sobre liberdade de imprensa convocado pelo Círculo Petöfi, a viúva de Rajk tomou a palavra para declarar que não bastava reabilitá-lo: era necessário punir os culpados.

A revolta de Poznan ocorreu dois dias depois. Crendo que Moscou apoiaria um recrudescimento do regime diante do cenário na Polônia, Rákosi fechou o Círculo Petöfi e preparou um expurgo de 400 apoiadores de Nagy no PC, mas Moscou não permitiu que isso fosse levado a cabo. No dia 17 de julho, o homem de Moscou no *Politburo*, Anastas

³⁵⁵ Cf. CRAMPTON, J. R. *Op. cit.*, p. 289-292; BEREND, Ivan. *Op. cit.*, p. 102-103; BROUÉ, Pierre. *União Soviética, op. cit.*, p. 157; CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 157-158; BROUÉ, Pierre. “La revolución de los consejos obreros” [1956]. In YANG, Elizabeth Ingrid (ed.). *Hungría del '56: revoluciones obreras contra el stalinismo*. Buenos Aires: Ediciones del IPS, 2006, p. 105-108.

³⁵⁶ Cf. *Ibid.*, p. 106; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 280; CRAMPTON, J. R. *Op. cit.*, p. 293.

Mikoyan, demandou a saída de Rákosi do comando do partido. Este se retirou para Moscou no dia seguinte, após Krushchev confirmar a posição de Mikoyan.³⁵⁷

Rákosi foi substituído por Ernő Gëro, que era um aliado seu, de forma que a mudança não agradou nem aos “reformadores”, nem aos “conservadores”, tampouco à população húngara, que mais uma vez viu sua soberania violada pela URSS e a promessa de mudanças deixada de lado. No dia 30 de junho, o jornal do sindicato dos escritores publicou um artigo de um porta-voz dos trabalhadores da importante fábrica Csepel de Budapeste, no qual declarava que havia chegado a hora dos trabalhadores também participarem da disputa por liberdade e punição dos culpados dos crimes da era Stalin.³⁵⁸

No dia 6 de outubro as tensões chegaram a um clímax, quando ocorreu em Budapeste um funeral simbólico para Rajk. A data era bastante significativa, tratava-se do aniversário da execução de 13 generais húngaros pelo Império Russo em 1849, após o fracasso da revolução liberal de 1848. A procissão fúnebre contou com mais de 240 mil pessoas, com Nagy à frente. Ao final, um protesto de cerca de 500 estudantes, com slogans mais radicais contra o regime, foi duramente reprimido pela polícia. Foi o primeiro evento público de Nagy desde sua queda do governo e, no dia 13, ele foi reintegrado ao PC sob forte clamor popular.³⁵⁹

Todavia, o retorno de Nagy ao partido não foi suficiente para acalmar os ânimos contra o regime. No dia 22 de outubro, o Círculo Petöfi publicou um programa de 10 pontos inspirado nas propostas de Gomulka e convocou uma manifestação para o dia seguinte, em solidariedade ao povo polonês. No dia 16 já havia ocorrido uma ruptura dos estudantes da Universidade Politécnica de Budapeste com a organização de juventude do PC, ruptura essa que se espalhou ao ponto de ser fundada uma nova organização de juventude em uma massiva assembleia realizada no dia 22 nessa universidade. Com cerca de 5 mil estudantes presentes, essa assembleia emitiu uma declaração com 16 demandas por mudanças no regime, mais radicais do que aquela emitida pelo Círculo Petöfi no mesmo dia. Estava declarada a guerra dos estudantes e intelectuais ao regime.³⁶⁰

Em linhas gerais, os estudantes demandaram a democratização do PC e do regime político através de eleições secretas e a formação de uma nova Assembleia Nacional com participação de vários partidos; formação de um novo governo sob o comando de Nagy;

³⁵⁷ Cf. *Ibid.*, p. 294.

³⁵⁸ Cf. BROUÉ, Pierre. *La revolución*, op. cit., p. 108 e BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 279.

³⁵⁹ Cf. *Ibid.*, p. 280; CRAMPTON, J. R. *Op. cit.*, p. 295; CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 157-158.

³⁶⁰ Cf. *Ibid.*, p. 157-158; CRAMPTON, J. R. *Op. cit.*, p. 295; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 281; BROUÉ, Pierre. *La revolución*, op. cit., p. 107-109.

liberdade de imprensa e de crítica; punição dos dirigentes que houvessem cometido crimes e retorno de Rákosi ao país para ser julgado por um tribunal popular; saída das tropas da URSS do país e estabelecimento de relações autônomas frente à URSS; revisão das normas de trabalho na indústria, das normas de requisição agrícolas e do plano econômico com vistas a melhorar as condições de vida da população; atendimento das demandas salariais de trabalhadores manuais e intelectuais; reconhecimento do direito de greve; retorno das insígnias militares e feriados nacionais ligados ao nacionalismo da revolução de 1848 e remoção da estátua de Stalin de Budapeste (feita com o material derretido das antigas estátuas de reis e nobres húngaros) e construção no seu lugar de um monumento aos mártires de 1848-49.

A assembleia estudantil também declarou solidariedade ao povo polonês em sua luta por democracia e independência e convocou todos os estudantes da Hungria para formarem seções locais da recém fundada entidade estudantil independente do PC. Por fim, convocou envio de delegações de todo o país para reunir um “parlamento da juventude” em Budapeste no dia 27.³⁶¹

No dia 23 ocorreu a manifestação convocada pelo Círculo Petöfi, que foi abraçada pelos estudantes. Proibida pelo governo, mas liberada no último momento após a adesão da organização de juventude do partido, a marcha se dirigiu à estátua do general polonês Józef Bem, herói da revolução de 1848. Os manifestantes carregavam retratos de Lenin, gritavam palavras-de-ordem contra Rákosi e o stalinismo, e demandavam o retorno de Nagy ao governo. Com frequência, cantavam uma parte do mais famoso poema de Pëtofi, que diz “Jamais seremos escravos novamente”. Ao final, que coincidiu com o horário de saída dos trabalhadores das fábricas, estes se juntaram aos manifestantes e todos seguiram para a Praça do Parlamento gritando o nome de Nagy. Em dado momento da manifestação, Nagy apareceu na sacada do prédio do parlamento e fez um discurso apaziguador, alegando que faria o possível para que o CC debatesse as demandas populares.

Às 20h, com as ruas da capital ainda lotadas de manifestantes, Gëro se pronunciou através do rádio, anunciando que o CC iria se reunir no dia 31 para debater as demandas e, ao mesmo tempo, insultou os manifestantes de “chauvinistas”, “canalhas” e os acusou de quererem “abrir as portas ao capitalismo”. Em resposta às ofensas, uma parte dos estudantes se dirigiu à central radiofônica para exigir a transmissão de suas demandas e

³⁶¹ A declaração encontra-se reproduzida em BROUÉ, Pierre. *La revolución, op. cit.*, p. 111-112.

outra para a estátua de Stalin, derrubando-a (donde a mais famosa foto da Revolução Húngara). As palavras-de ordem dos manifestantes tornaram-se mais duras: “Russos, voltem para casa!”, “Morte à Gëro!” e “Morte à ÁVH!” (“Autoridade de Proteção do Estado”, a polícia política húngara).

Após uma confusão no prédio da rádio, membros da ÁVH dispararam contra a multidão, matando três manifestantes. Um agrupamento do exército chegou pouco após, mas se solidarizou com os manifestantes, inclusive lhes entregando armas. Na sequência, trabalhadores saíram pela cidade em busca de mais armas, tanto nas muitas fábricas bélicas da capital, quanto nos quartéis, muitos dos quais lhes abriram as portas. Iniciou-se, assim, a Revolução Húngara, com barricadas sendo erguidas por toda Budapeste pelos trabalhadores e estudantes armados (“lutadores pela liberdade”, como ficaram conhecidos) que, diante do aquartelamento das tropas do exército, só encontraram a resistência da ÁVH. Em paralelo aos conflitos de rua, os delegados estudantis se reuniram em um “Comitê revolucionário de estudantes em armas”, que passou a coordenar as ações da insurreição na capital.

À meia-noite, o CC do partido se reuniu emergencialmente e nomeou Nagy chefe do governo e removeu parte dos “linha-dura” do órgão, integrando “reformadores” em seu lugar (entre eles György Lukács). Ao mesmo tempo, solicitou intervenção das tropas da URSS e estabeleceu lei marcial. Na madrugada, Nagy fez um pronunciamento de rádio – segundo alguns relatos, com um revólver russo apontado para a cabeça –, no qual prometeu mudanças por democracia, porém anunciou a solicitação de intervenção militar da URSS e também a declaração de lei marcial, estabelecendo toque de recolher e dando permissão para o exército realizar execuções sumárias. Na manhã do dia 24, 6 mil soldados e 700 tanques da URSS entraram em Budapeste, juntando-se à ÁVH na tentativa de suprimir a insurreição. Com isso, boa parte das tropas até então aquarteladas se juntaram aos insurretos, sob comando do coronel Pál Maléter, que logo se tornou um herói da revolução.³⁶²

Com a entrada das tropas da URSS, a insurreição se expandiu para os bairros operários, com os trabalhadores jovens à frente. Trabalhadores e soldados se juntaram ao Comitê revolucionário dos estudantes, que se tornou o Estado-maior da insurreição em Budapeste. No dia 25, em meio a uma massiva manifestação em frente ao prédio do

³⁶² Cf. CRAMPTON, J. R. *Op. cit.*, p. 296-297; CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 157-158; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 281-282; BROUÉ, Pierre. *La revolución, op. cit.*, p. 112-117 (este e os parágrafos anteriores).

parlamento, as tropas da URSS e da ÁVH realizaram um fuzilamento em massa, resultando em mais de 300 mortos. O Comitê revolucionário respondeu com um chamado à greve geral, que terminava com um “Viva ao novo governo sob a direção de Imre Nagy!”. Além de milhares de panfletos convocando a greve, o Comitê produziu similar quantidade em língua russa, convocando os soldados da URSS a se solidarizarem com a revolução e reforçando que se tratava de uma luta por um “socialismo democrático” (conforme noticiado pelo *New York Times* do dia 27).

Enquanto o conflito seguia na capital, no resto do país, trabalhadores organizaram conselhos de empresas em diversas cidades. Em alguns lugares, diante do colapso do poder central, esses órgãos atuaram organizando a distribuição de víveres e garantindo o funcionamento dos serviços básicos no decurso da greve geral. Em algumas cidades, os conselhos de empresa se unificaram em órgãos centrais de delegados e assumiram o inteiro controle da cidade.

Em Miskolc, primeira cidade a cair sob controle dos trabalhadores, ainda nos dias 24-25, o conselho central emitiu um chamado à formação de conselhos proletários por todo o país e sua unificação na forma de um conselho central nacional. Em Győr, demandas por mudanças foram emitidas e chegou-se a ameaçar uma marcha sobre Budapeste caso Nagy não as implementasse: eleições secretas, liberdade para formação de partidos, retirada das tropas da URSS do país, saída da Hungria do Pacto de Varsóvia e libertação do cardinal Mindszenty. Essas demandas foram assumidas, com uma ou outra variação, por todos os conselhos que surgiam país à fora. Muitos deles reforçavam, em suas declarações, confiança em Nagy para implementar a demanda principal: uma Hungria socialista, democrática e soberana.

No dia 25, o presidente do Conselho revolucionário de Budapeste, o professor de psicologia Ferenc Mérey, se reuniu com Nagy e apresentou demandas adicionais para o cessar-fogo: saída imediata das tropas da URSS; julgamento público dos responsáveis pelo “banho de sangue”; libertação de todos os presos políticos; dissolução da ÁVH. Reforçou, ainda, que os insurretos desejavam um socialismo verdadeiro na Hungria.

Nesse mesmo dia, com a benção dos enviados de Moscou, Mikoian e Mikhail Suslov, foram anunciadas a anistia para os que baixassem as armas e a troca de Gêro no comando do partido por János Kádár – contraditoriamente, substituto e algoz de Rajk no Ministério do Interior, que também caiu em desgraça com o grupo de Rákosi e tornou-se, com o “novo curso”, membro da ala “reformadora” da burocracia. Kádár fez, então, um

pronunciamento no rádio anunciando as medidas, mas se referiu à insurreição como “contrarrevolução” e saudou as ações das tropas da URSS.

À noite, quando nenhum batalhão militar respondia mais ao governo, caminhões militares distribuíram panfletos na capital demandando um novo “exército provisório revolucionário” e um novo “governo nacional provisório revolucionário” com representantes da juventude insurreta; imediata anulação do Pacto de Varsóvia; imediata saída pacífica das tropas da URSS; anistia geral; democracia verdadeira para o socialismo húngaro; e finalizava declarando Nagy e Kádár membros do “novo governo revolucionário do exército”.

No dia 26, mais uma vez sob a benção de Moscou, que ainda via possibilidade de uma solução negociada, Nagy anunciou uma série de concessões adicionais para tentar apaziguar a situação: reconhecimento legal dos conselhos de empresa, reconhecimento de “erros e crimes do passado” e anúncio de que negociaria o estabelecimento de relações soberanas com a URSS, além de formar um governo multipartidário baseado na Frente Popular Patriótica.³⁶³

Apesar do recuo na ofensiva militar da URSS, a revolução se espalhou pelo país e se aprofundou, com a generalização dos conselhos por praticamente todas as empresas e cidades, ainda que sem pleitear o controle direto do Estado. Na capital, uma caça espontânea aos membros da ÁVH levou a uma série de linchamentos e assassinatos dos odiados repressores. Todavia, os trabalhadores, senhores de fato da situação, ainda apostavam na transição democrática prometida por Nagy, a ser aplicada através da depuração dos “conservadores” e da saída das tropas da URSS.

No dia 27, Nagy anunciou a formação de um novo governo, sem membros da ala “linha-dura” do PC e composto de líderes de antigos partidos, em especial o Partido dos Pequenos Proprietários, ligado ao campesinato. Os social-democratas se recusaram a participar. Os vários conselhos lançaram críticas à sua composição, encarando que Nagy seguia recuado e não apostando na mobilização popular. Na madrugada do dia 27 para o 28, Nagy então se reuniu novamente com o Comitê revolucionário de Budapeste e aceitou integralmente suas demandas. Através do rádio, anunciou que as tropas da URSS deixariam o país, que os conselhos seriam parte integrante do regime, na condição de

³⁶³ Cf. *Ibid.*, p. 118-135; CRAMPTON, J. R. *Op. cit.*, p. 297-298; CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 157-158; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 281-282 (este e os parágrafos anteriores).

órgãos autônomos de poder local, que a ÁVH seria dissolvida e que um novo exército seria formado a partir das milícias insurretas.

Ao longo do dia 28, vários conselhos saudaram a decisão de Nagy e enviaram delegações à capital para apresentar as demandas dos trabalhadores para reconhecerem o novo governo. Ao longo dos dias 28 e 29, as promessas de Nagy foram entrando em prática (dissolução da ÁVH, liberação para formação de novos partidos, formação de um novo exército, libertação de todos os presos políticos). O novo governo foi composto pelos “reformadores” do PC, líderes da insurreição (como o coronel Maléter, a quem foi entregue o Ministério da Defesa), líderes dos refundados Partidos Social-democrata, dos Pequenos Proprietários e Nacional Campesino (rebatizado Partido Petöfi). A saída das tropas da URSS foi anunciada. Até então, todas essas concessões tiveram a anuência de Mikoian e Suslov e, portanto, de Moscou.

Novos partidos também surgiram, como o Católico, o Cristão-democrático e o Democrático Popular. Ao mesmo tempo, os conselhos exigiram a refundação do PC sem participação dos implicados nos crimes do regime stalinista e um novo congresso partidário. Sem ter opção, Kádár declarou aceitos os termos dos trabalhadores. Todavia, era impossível “renovar” o partido, que havia rachado entre os membros do aparato, que tomaram o lado da ÁVH e das tropas da URSS, e sua base, que tomou o lado da revolução. Poucos dias depois, Kádár, Nagy e seus aliados fundariam um novo partido.

Com o anúncio de que os conselhos seriam parte integrante do regime, no dia 30 foi formado ainda um Comitê revolucionário do exército, eleito a partir de comitês de base. De forma semelhante, comitês surgiram em todas as repartições públicas. A radicalização da sociedade foi tamanha que mesmo porta-vozes dos setores reacionários, como os recém-libertos cardeal Mindszenty, ou de setores pró-capitalistas, como porta-vozes dos antigos partidos camponeses, fizeram pronunciamentos em prol dos trabalhadores e do socialismo. Jornais recém-fundados que veiculavam propostas pró-capitalistas foram logo suprimidos pelos próprios trabalhadores das gráficas, que se recusaram a imprimi-los. A Rádio *Free Europe*, financiada pela CIA, incitou atos de violência com o propósito de causar caos e, assim, enfraquecer a imagem da URSS. Todavia, suas transmissões provocativas geram desconforto até entre a própria CIA, sem angariar nenhum sucesso.³⁶⁴

³⁶⁴ Cf. *Ibid.*, p. 281-282; CRAMPTON, J. R. *Op. cit.*, p. 297-299; CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 157-158; PELZ, William. *Op. cit.*, p. 175-176; BROUÉ, Pierre. *La revolución, op. cit.*, p. 136-154 (este e os parágrafos anteriores).

A cúpula da URSS estava alarmada com o desenrolar da Revolução Húngara. No dia 30, ela decidiu que poderia retirar as tropas da Hungria caso Nagy assegurasse a permanência do país no Pacto de Varsóvia e normalizasse a situação. Nesse mesmo dia, as tropas em Budapeste recuaram para os limites da cidade. Todavia, no dia 31, os líderes da burocracia da URSS voltaram atrás na sua decisão e resolveram retomar a ofensiva militar para esmagar o processo. Archie Brown avalia que pesou sobre essa decisão a crescente tensão na Romênia e Tchecoslováquia, países com minorias húngaras (que estavam em contato com pessoas na Hungria), e, especialmente, a pressão da Iugoslávia e da China para “controlar a situação”. No próprio dia 31, Krushchev, Malenkov e Molotov fizeram uma série de voos pelo Leste Europeu, reunindo-se com as lideranças dos regimes locais para avisar da decisão e assegurar que não haveria reação contrária da parte dos demais PCs.

No próprio dia 31, enquanto as viagens da cúpula do PC da URSS ainda ocorriam, já havia movimentação nas tropas da URSS estacionadas na Hungria e Suslov e Mikoian deixaram o país. Nagy protestou ao embaixador da URSS, Iuri Andropov e, diante da iminência de uma nova intervenção militar, após deliberação do CC, às 19h declarou no rádio que a Hungria se retirava do Pacto de Varsóvia e declarava “neutralidade”, além de que buscaria auxílio da ONU contra a URSS. A mesma reunião do CC que aprovou essas medidas votou pela dissolução do partido e a fundação de um novo, o “Partido Socialista Húngaro dos Trabalhadores”. Boa parte dos “linha-dura” fugiu para Moscou, enquanto os “reformadores” se dividiram entre uma ala mais moderada, próxima de Kádár, e uma mais favorável aos conselhos, ao redor de Nagy.

Ao final do dia, Kádár e parte de seus aliados no governo desapareceram, só ressurgindo no dia 7, em meio à guerra contra as tropas de ocupação. Hoje se sabe que, apesar de ter votado pelas medidas do CC, ele resolveu mudar de lado e, junto com o “linha-dura” Ferenc Münnich (favorito de Molotov), foi levado a uma base aérea da URSS e, de lá, para Moscou, onde manteve suas posições pró-reformas mas aceitou cumprir o papel de tentar apaziguar a situação após a supressão da revolução.

Enquanto Nagy fazia seu pronunciamento, os mais importantes conselhos regionais – os de Györ, Miskolc e Drebecen – já articulavam a resistência, fortalecendo suas milícias e emitindo chamados internacionalistas às tropas da URSS e aos trabalhadores dos países vizinhos para que não permitissem uma agressão à revolução em curso. No dia 3, Maléter e parte do Estado-maior foram sequestrados, ao se reunirem com

oficiais da URSS para tentar negociar a saída das tropas. Na madrugada do dia 3 para o dia 4 de novembro, cerca de 6 mil tanques adentraram o território húngaro. Boa parte das tropas era fresca e havia sido enviada a partir da parte asiática da URSS, como forma de evitar confraternização, dada a barreira linguística. O momento foi bem calculado: o mundo voltava suas atenções para o Egito, invadido por tropas israelenses no dia 29 de outubro, com apoio da França e Grã-Bretanha, por conta da nacionalização do canal de Suez por Nasser.

Nagy e 41 outros membros do governo buscaram abrigo na embaixada iugoslava quando as tropas invasoras se aproximaram da capital. As tropas da URSS encontraram dura resistência da parte do exército revolucionário e, principalmente, dos trabalhadores nos bairros operários, mas conseguiram se impor. Além do massacre dos revolucionários, ocorreram deportações em massa de prisioneiros, especialmente jovens. No dia 7, Kádár reapareceu, e a rádio de Budapeste anunciou a formação de um “governo operário e camponês” com ele à frente, alegando que esse governo é que havia solicitado a intervenção da URSS. No dia 11, o governo de Kádár anunciou que negociaria a saída das tropas da URSS e chamou por um cessar-fogo. Não obstante, os conflitos duraram até o dia 14, com os conselhos resistindo firmemente à dura repressão desencadeada sobre a vanguarda da revolução e mantendo a greve geral de pé, a despeito das tentativas do governo de bloquear o abastecimento das cidades feito pelos camponeses em apoio à greve e à revolução.

No dia 14, o governo Kádár anunciou, através dos dirigentes dos sindicatos, que os conselhos de empresa seriam legalmente reconhecidos, mas que precisariam passar por novas eleições. Em Budapeste, o conjunto de conselhos locais formou um Conselho Central, verdadeiro senhor da capital, que passou a negociar com Kádár o fim da greve geral. Suas exigências principais foram o reconhecimento do direito de greve, retorno de Nagy ao poder, saída das tropas da URSS, eleições livres, liberdades para os partidos que aceitassem o sistema de propriedade estatizada, independência frente à URSS e “neutralidade” da Hungria. No dia seguinte, seus membros votaram por não terminar a greve até que essas demandas fossem atendidas. A reunião foi interrompida por soldados da URSS e Kádár interveio para apaziguar a situação, aparecendo como um defensor dos conselhos perante a URSS e conquistando, assim, os membros dispostos à conciliação.

Sob a dureza do conflito e da greve, bem como animados por promessas de Kádár, os trabalhadores da importante Csepel, “a vermelha”, decidiram se retirar da greve. Ainda

na noite do dia 15, sob o impacto dessa decisão, uma apertada maioria do Conselho Central decidiu findar a greve geral no dia 17. Mas os conselhos de base reagiram, trocando seus representantes e demandando a formação de um Conselho Central Nacional. O Conselho de Budapeste então convocou a formação de um Conselho Nacional, cujos delegados, vindos das bases radicalizadas fora da capital, tentaram se reunir no dia 21, mas foram impedidos pelas tropas ocupantes. Diante da situação, em reunião ampliada com participação desses delegados de todo o país, o Conselho Central de Budapeste chamou a retomar a greve por 48h, com a demanda central do Conselho Nacional ser reconhecido como única autoridade que fala em nome dos trabalhadores e reafirmando as demandas emitidas no dia 15. A Csepel, todavia, não aderiu inteiramente ao chamado e o Conselho de Budapeste novamente recuou.

Diante dessas vacilações, Kádár tentou ganhar tempo. No dia 21, declarou firmado um acordo com a URSS para a saída segura de Nagy e seus aliados da embaixada iugoslava. A partir do dia 22, passou a minar a autoridade dos conselhos no interior dos ministérios. No dia 23, ao deixar a embaixada, a comitiva de Nagy foi sequestrada pelas tropas da URSS, com cobertura de Kádár, que declarou que eles haviam se convertido em contrarrevolucionários. Não obstante, o Conselho de Budapeste seguiu com uma linha conciliadora – mas, ao mesmo tempo em que recuou da greve geral, demandou, no dia 26, autorização para ter sua própria milícia e periódico. Diante da negativa, conclamou um boicote ao periódico oficial do regime. Kádár retomou a ofensiva contra os conselhos nos dias 4 e 5 de dezembro. Ao mesmo tempo em que prometia permissão para funcionarem no interior das empresas, estritamente limitados a questões econômicas, prendeu as principais lideranças radicais e decretou a dissolução dos comitês revolucionários.

Em resposta à onda repressiva, greves começam a eclodir por todo o país e o Conselho de Budapeste novamente chamou por uma greve de 48h, que ocorreu, com força total, nos dias 11 e 12, a despeito da implementação de lei marcial e da dura repressão sobre os conselhos e comitês. Mesclando concessões (similares às de Gomulka) e repressão, Kádár por fim conseguiu derrotar a revolução. Mesmo assim, manifestações e paralisações esporádicas se estenderam até janeiro de 1957.³⁶⁵

³⁶⁵ Cf. *Ibid.*, p. 136-182; CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 157-158; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 282-288; CRAMPTON, J. R. *Op. cit.*, p. 299-300 (este e os parágrafos anteriores).

Conforme destaca J. R. Crampton, algumas consequências duradouras da revolução derrotada foram a des-coletivização da terra por ação direta dos produtores, que abandonaram e desfizeram cerca de 2 mil das 3950 fazendas coletivas ou estatais. Houve também um grande êxodo pra fora do país, de mais de 200 mil pessoas (incluindo muitos especialistas, como engenheiros, e 40% dos mineiros). As forças armadas tiveram muitos oficiais expurgados e seus armamentos pesados confiscados. 2500 revolucionários foram executados após julgamentos-relâmpago e ao menos um total de 3 mil foram mortos em combate.³⁶⁶

Na avaliação de Broué, a ausência de uma liderança revolucionária, na forma de um partido marxista (trotskista) enraizado na classe trabalhadora, permitiu que lideranças conciliadoras assumissem a frente da revolução e desperdiçassem suas energias com negociações e vacilações que deram tempo à burocracia stalinista para recuperar o poder. Essa avaliação é compartilhada por um dos protagonistas da revolução, Bálasz Nagy (mais conhecido como “Michel Varga”), um dos líderes do Círculo Petöfi, que foi ganho para o trotskismo após se exilar na França e ter contato com Broué. Em um texto de 1966 (uma introdução à edição em húngaro do *Programa de Transição*), Nagy faz uma autocrítica do fato da liderança da revolução ter tido uma orientação reformista e gradualista e não ter almejado erguer um poder político próprio dos conselhos proletários.³⁶⁷ Não obstante, a Revolução Húngara demonstrou o enorme potencial revolucionário da classe trabalhadora em sua luta contra o stalinismo, por um socialismo verdadeiro, internacionalista e baseado no autogoverno da classe trabalhadora.

1.2.3 Repercussões e o fim do período Krushchev

O “outubro polonês” e a Revolução Húngara levaram ao fortalecimento de vozes oposicionistas na URSS, ainda que com alcance limitado. Nas universidades de Moscou e Leningrado houve grande agitação estudantil ao longo do segundo semestre de 1956, e surgiram diferentes grupos clandestinos reivindicando um “retorno a Lenin” e falando em “neobolchevismo”. O regime respondeu duramente, expulsando centenas de estudantes em Moscou e cerca de dois mil em Leningrado.

De forma mais ampla, o regime na URSS passou por recrudescimento como forma de evitar possíveis rebeliões. Isso se deu principalmente na forma de uma campanha

³⁶⁶ Cf. *Ibid.*, p. 301-302.

³⁶⁷ Cf. BROUÉ, Pierre. *La revolución, op. cit.*, p. 182-187 e NAGY, Bálasz. “La actualidad del Programa de Transición” [1966]. In YANG, Ingrid (ed.) *Op. cit.*, p. 212-217.

contra o “revisionismo”, que envolveu certa revalorização da figura de Stalin e denúncias contra o “trotskismo”, o “bukharianismo” e os “provocadores imperialistas”, supostamente os artífices das revoltas no “bloco soviético”. Ao mesmo tempo, novas concessões materiais foram feitas, com vistas a melhorar o padrão de vida da população. De forma semelhante, tanto a Polônia quanto a Hungria receberam grandes recursos da URSS para realizar concessões materiais, ao mesmo tempo em que fecharam seus regimes, em comparação ao período de “relaxamento” de 1953-56.³⁶⁸

Não obstante, em 1961, no XXII Congresso do PC da URSS, Krushchev ensaiou outra rodada de “desestalinização”. Assim, em termos gerais, o imediato pós-1956 no “bloco soviético” foi marcado por uma nova fase repressiva, que combinou concessões econômicas secundárias com uma ofensiva contra o “comunismo nacional” e o “revisionismo”. Porém, não se tratou de um retorno ao regime de terror que existiu na URSS nos anos 1930-40 e no restante do “bloco soviético” na virada dos anos 1940-50.

Claudín ressalta que, nessa segunda metade dos anos 1950, se deu um “esgotamento da via stalinista clássica”, baseada no terror e no rígido controle dos Estados-satélites pela URSS. Isso se expressou, por exemplo, na derrota da ala “linha dura” do PC da URSS (Malenkov, Molotov, Kaganovich), que tentou remover Krushchev do poder, em junho de 1957 – vitoriosos no *Politburo*, foram derrotados no CC, após o marechal Zhukov, chefe das forças armadas, ameaçar um golpe militar caso eles tomassem o partido.

Já no interior do chamado “movimento comunista internacional”, apesar da ala “linha dura” ter predominado na reunião internacional dos PCs de 1957, com Mao e o PC chinês como seus principais representantes, a inadequação das suas propostas para a manutenção da integridade do “bloco soviético” logo deu lugar a um retorno da linha de concessões materiais e políticas parciais inaugurada com o “novo curso” de Krushchev.

Nesse contexto, o ano de 1961 foi marcado por uma nova animação das oposições pró-reformas no Leste Europeu, na esteira da segunda rodada de ataques de Krushchev a Stalin no XXII Congresso. E a década de 1960 como um todo, tanto pelas pressões vindas de baixo, quanto pela orientação vinda de Moscou, foi um período de regimes mais “moderados” e marcados por particularidades nacionais, no lugar da centralização extrema na URSS. As exceções à distensão foram a Albânia e Romênia, onde seguiu existindo um regime stalinista “ortodoxo”, mais próximo daquele da URSS dos anos

³⁶⁸ Cf. BROUÉ, Pierre. *União Soviética*, op. cit., p. 169-173.

1930.

As referidas pressões, tal qual nos anos 1950, foram principalmente a constante agitação de estudantes e jovens intelectuais desejosos de maior liberdade de expressão e democracia, assim como greves e paralisações operárias por melhores condições de vida. Esse novo ciclo chegou ao seu ápice em 1968, ano em que também foi encerrado, com o esmagamento da “Primavera de Praga”.

Àquela altura, cabe ressaltar, Krushchev tinha sido removido do comando da URSS. A remoção se deu em 1964, em meio a uma prolongada situação de crescente desorganização econômica, decorrente de mudanças de gestão implementadas em 1955 e 1957, no sentido de descentralização e ênfase em órgãos decisórios locais, que levaram à queda das taxas de crescimento econômico ao longo de 1958-65. Também pesou para a queda de Krushchev o temor da burocracia com seus planos para refazer os estatutos do partido, o desfecho da Crise dos Mísseis de Cuba (1962) e a piora das relações com a China, além de rumores sobre planos para uma reunificação alemã.³⁶⁹

Coube a seus sucessores, a “liderança coletiva” de Leonid Brejnev (Secretário do partido), Alexei Kosigin (Presidente do Conselho de Minsitros) e Nikolai Podgorni (Presidente do *Presidium* do Soviet Supremo), repetirem, na Tchecoslováquia de 1968, a violenta ação contrarrevolucionária desempenhada na Hungria em 1956.

Vale ressaltar que, apesar da queda de Krushchev, a “liderança coletiva” de Brejnev-Kosigin-Podogrni também era aberta a reformas, principalmente econômicas. Em 1964-65, sob coordenação de Kosigin e inspiração do chamado “debate Liberman” (ocorrido em 1962 e 1964, no qual o economista Evsei Liberman e outros defenderam a reintrodução da lucratividade como mecanismo de gestão econômica), experimentos foram iniciados em um número restrito de empresas, que passaram a funcionar de acordo com sua capacidade de lucrar.³⁷⁰

Nos anos 1966-67, os experimentos foram expandidos para setores mais amplas da economia da URSS com vistas a otimizá-la, ao mesmo tempo em que o planejamento passou a ser feito com maior precisão técnica (uso mais sistemático de computadores). Apesar de resistências dos gestores de empresas e outros setores da burocracia, tais medidas resultaram em certo aumento do crescimento econômico entre 1966–70, em

³⁶⁹ Cf. BEREND, Ivan. *Op. cit.*, p. 95 e CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 168.

³⁷⁰ Cf. LEWIN, Moshe. *O Fenômeno Gorbachev*, *op. cit.*, p. 127-130; MEYER, Victor. *Determinações históricas da crise da economia soviética*. Salvador: EDUFBA, p. 149, 1995; PAULINO, Robério. *Op. cit.*, p. 177-200.

comparação com o início dos anos 1960.³⁷¹ Sob a gestão de Iuri Andropov (1982-84), novos planos foram feitos para aprofundar tais medidas, porém foram abortados pela gestão seguinte, de Konstantin Chernenko, sendo resgatados posteriormente por Gorbachev (1985).³⁷²

2. Doze anos depois: a “Primavera de Praga” (1968)

Nos anos 1950, enquanto boa parte do “bloco soviético” aderiu às mudanças do “novo curso” vindo de Moscou, na Tchecoslováquia, Antonín Novotný, fiel seguidor de Stalin, foi capaz de reter o poder do governo e do partido. Não obstante, a revolta de Pilsen (1953) mostrou que era necessário fazer concessões, e a pressão por mudanças vinda de Moscou se fez presente. Assim, certa “desestalinização” foi conduzida de forma muito controlada e cuidadosa pelo regime, como na remoção de estátuas de Stalin e reabilitação (penal, não política) de parte dos perseguidos da virada dos anos 1940-50, tudo feito sem alardes. Em 1956, a agitação estudantil-intelectual, que engatilhou o “outubro polonês” e a Revolução Húngara, também se fez presente em algumas cidades do país, mas sem grande impacto.

A mudança mais importante pela qual passou o regime tchecoslovaco foi a implementação, em janeiro de 1956, de alguns mecanismos de mercado, como forma de reverter o mau desempenho daquela que era a economia mais industrializada do Leste Europeu dentre os países integrantes do “bloco soviético”. Houve certa resistência passiva dos operários às mudanças, que significariam de imediato certa queda no nível de vida, e ativa dos membros do aparato gestor das empresas. Não obstante, as mudanças foram apoiadas pelo principal setor oposicionista do regime, a intelectualidade (escritores, artistas em geral, acadêmicos), que almejava maior liberdade de expressão.³⁷³

Foi no começo dos anos 1960 que as contradições do regime levaram a crescentes tensões dentro da cúpula e também com partes amplas da sociedade. O contexto era de dificuldades econômicas (a Tchecoslováquia apresentava as menores taxas de crescimento do “bloco soviético”) e aumento da desigualdade social. O regime se viu forçado, então, a realizar algumas concessões econômicas e, em 1963, a ala pró-reformas

³⁷¹ Cf. LEWIN, Moshe. *O Fenômeno Gorbachev*, op. cit., p. 127-130; MEYER, Victor. *Determinações históricas*, op. cit., p. 149; PAULINO, Robério. *Op. cit.*, p. 177-200.

³⁷² Cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 482-86; BROUÉ, Pierre. *União Soviética*, op. cit., p. 183-85.

³⁷³ Cf. BROUÉ, Pierre. *A primavera dos povos começa em Praga* [1969]. São Paulo: Kairós, 1979, p. 35-38.

da cúpula partidária se fortaleceu, conseguindo que o grupo de Novotný aceitasse a formação de um grupo de trabalho no CC para repensar o “planejamento” hipercentralizado.

Tal ala também conseguiu uma redução na censura, o que acabou por liberar uma forte onda de críticas ao stalinismo entre os intelectuais. Essa agitação foi especialmente forte na Eslováquia, onde às contradições do regime stalinista somava-se uma situação de opressão nacional de longas raízes históricas.

A agitação entre intelectuais e estudantes ao longo de 1963 foi intensa, de forma que muitos consideram tal ano como o “ensaio geral” de 1968. A pressão pró-reformas aumentou na cúpula do PC e, em 1966, Novotný aceitou a formação de uma comissão de reforma política (embrião do “Programa de Ação” apresentado mais tarde por Alexander Dubček, marco da “Primavera” de 1968). Também nesse ano, forças pró-reformas avançaram no braço estudantil do PC, e houve uma grande onda de produção artística crítica ao stalinismo, na forma de romances, poemas, peças etc.³⁷⁴

Essa agitação da parte da intelectualidade teve um momento importante em 27-29 de junho de 1967, quando do IV Congresso do Sindicato dos Escritores. Os delegados fizeram duras falas contra a censura. Um deles leu a carta aberta do escritor Aleksandr Solzhenitsin contra a censura na URSS, e outro fez uma análise dura do regime e da burocracia, afirmando que, à transformação social de 1948, deveria ser adicionada uma transformação política, para se caminhar de fato ao socialismo (uma transcrição do seu discurso circulou clandestinamente, causando impacto sobre a intelectualidade do país). Em agosto, o mais prestigiado romancista do país, Ladislav Mnacko, que já vinha tecendo críticas ao regime em suas obras, se mudou em agosto para morar em Israel, fazendo uma crítica pública ao forte antissemitismo propagado pelo regime após a Guerra dos Seis Dias (5-10 de junho), em entrevista a um jornal da Alemanha Ocidental.

Da parte dos estudantes, o ano de 1967 foi marcado por mobilizações em prol da formação de uma entidade estudantil independente da juventude do PC. Um incidente em particular se destacou: uma manifestação em 31 de outubro de estudantes da Cidade Universitária de Strahov, na capital, contra constantes cortes de luz nos alojamentos. Reprimida pela polícia e duramente atacada pela imprensa oficial, a manifestação recebeu solidariedade de outros estudantes de Praga, ganhando força ao longo de novembro, através massivas assembleias. Houve também tentativas de angariar a solidariedade dos

³⁷⁴ Cf. CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 186-192.

trabalhadores fabris, na medida em que os estudantes questionaram não só a censura e a repressão, como também a desigualdade social.

A resposta inicial do regime foi dura. Em 1º de setembro, Novotný aproveitou uma atividade pública para declarar guerra à liberdade de expressão dos intelectuais. Quando o CC se reuniu em 26-27 daquele mês, foram aprovados expurgos e mais censura: remoção de alguns “reformadores” do CC, censura formal a certos membros do partido, rearranjo das redações das publicações oficialmente permitidas, remoção do popular semanário do Sindicato dos Escritores, *Literární Listy*.

Todavia, um estudo sociológico apresentado ao *Presidium* do CC (equivalente tchecoslovaco do *Politburo*) no dia 2 de setembro apontava a crescente descrença da juventude para com o partido e o regime e seu afastamento das instituições a eles ligadas. Isso levou a um debate que culminou na divisão da cúpula entre defensores de reformas (que ficaram conhecidos como “progressistas”) e os “linha-dura” ao redor de Novotný (“conservadores”).

Apesar de os “conservadores” terem triunfado na reunião do CC daquele mês, uma ameaça direta ao dirigente pró-reformas do PC eslovaco, Alexander Dubček – Novotný o acusou de “nacionalista burguês”, algo que alguns anos atrás fora uma sentença de morte para outro desafeto do “Stalin tcheco” – fez todos os eslovacos do órgão se alinharem em torno dos “reformadores”. A primeira batalha para remover Novotný do comando do governo se deu na reunião do *Presidium* no dia 31, enquanto os estudantes tentavam se manifestar nas ruas da capital, mas houve um empate. Novotný chegou a apelar para a ajuda de Brejnev para assegurar sua posição, mas esse decidiu permanecer neutro, ao encarar que era mais uma das muitas disputas de bases nacionais entre dirigentes eslovacos e tchecos.

Na reunião do CC de 19-21 de dezembro, Novotný percebeu que ficaria em minoria e manobrou para que ela só fosse concluída após o recesso de fim de ano, período que ele usou para articular um golpe preventivo junto a alguns oficiais militares. As articulações para pressionarem o CC a mantê-lo no poder, todavia, foram denunciadas ao órgão e, em 5 de janeiro, após uma série de debates e hesitações, este aprovou a remoção de Novotný do controle do partido, elegendo o moderado Dubček em seu lugar, como um nome de consenso entre as alas em disputa.

À população, a mudança foi apresentada de forma a ocultar o conflito que havia ocorrido na cúpula do regime. Apesar da divisão entre “progressistas” e “conservadores”,

nenhuma ala intencionava levar a disputa para fora da cúpula. Conforme destaca Broué, tratava-se, no fundo, de remover as barreiras que os métodos de Novotný e dos “linha-dura” criavam entre o PC e a oposição estudantil-intelectual, visando evitar uma revolta popular. O risco de uma revolta era grande, devido à constante agitação dessa oposição e da possibilidade dela se ligar com sucesso ao operariado, insatisfeito com a degradação das suas condições de vida.³⁷⁵

A nova equipe dirigente em torno de Dubček tinha como foco inicial a implementação da reforma econômica – encabeçada por Ota Sik, ela introduziria mecanismos de mercado na economia –, a distensão das relações com os estudantes e intelectuais e a resolução da questão eslovaca, através da federalização do país. A percepção de que “novos tempos” estavam começando levou a um despertar político generalizado da sociedade civil, encabeçado pela intelectualidade crítica ao regime, através de diversos periódicos e também de programas de televisão, que passaram a demandar uma democratização do regime. Era o início da “Primavera” tchecoslovaca.

Como a imprensa promovia a imagem do novo líder do PC, sua atuação foi tolerada, o que significou um afrouxamento na prática da censura. Todavia, os “conservadores” logo reagiram, temerosos de um “acerto de contas” com o passado. Essa reação se deu tanto na cúpula do PC, quanto em diferentes esferas da sociedade civil, em uma dinâmica na qual os dois lados se retroalimentavam ao tentarem derrotar um ao outro. No dia 17 de fevereiro, Novotný, ainda um membro do CC e chefe do governo, fez uma fala pública em uma fábrica tentando jogar os operários contra os intelectuais, “privilegiados”, e a reforma econômica dos novos dirigentes, que geraria desemprego e aumentariam a desigualdade social. Em resposta, dois outros membros do CC, Josef Borukva (o único do novo *Presidium* que não era um homem do aparato) e Josef Smrkovsky, fizeram agitação nas bases partidárias e nas fábricas contra Novotný e pela democratização do regime e do partido.

Nesse contexto, de florescimento do debate público, encabeçado pela imprensa cada vez mais livre da censura, ocorreu a revelação à população da tentativa de golpe de Novotný. No dia 23 de fevereiro, o próprio semanário do exército trouxe o fato à tona, gerando febril reação nos periódicos e nas ruas pelo esclarecimento dos fatos e pela remoção de Novotný e seus aliados dos postos de responsabilidade que ainda ocupavam

³⁷⁵ Cf. Broué, Pierre. *A primavera dos povos*, op. cit., p. 40-52 e Claudín, Fernando. *Op. cit.*, p. 192.

no partido e no governo. Um dos envolvidos no golpe, o general Jan Sejna, fugiu para os EUA no dia 25 com medo de retaliações, fato que veio à tona no dia 5 de março, adicionando mais combustível à fogueira das vozes pró-reformas, que demandaram pleno esclarecimento acerca da tentativa de golpe e punição dos envolvidos.

Na virada de fevereiro para março, sob forte pressão popular, Dubček e seus aliados desmontaram o aparato repressivo da era novotnista, removendo uma série de dirigentes de postos ligados aos Ministérios do Interior e da Defesa. Todavia, o clamor por um expurgo completo de Novotný e de seus aliados não diminuiu, com o próprio Smrkovky o encabeçando. Face à resistência do aparato em acatar a algumas das demissões realizadas, assembleias se espalharam por todo o país, inclusive no interior das repartições públicas, como forma de garantir o expurgo dos novotinistas.

Foi em meio à campanha pelos expurgos que ocorreu aquilo que a cúpula do PC e do regime mais desejava evitar: a entrada em cena do proletariado fabril. Um marco importante disso foi um chamado dos estudantes da Faculdade de Filosofia aos operários, feito no dia 13 de março, visando a superar a imagem de que o movimento por democratização era uma iniciativa de “privilegiados”, ao levantarem demandas contra a pobreza e o desemprego.

Ao longo dos dias seguintes, várias reuniões estudantis ocorreram na capital, com membros da ala “progressista” da liderança partidária participando para evitar que ultrapassassem os marcos tolerados (isso é, o próprio PC). Dessa agitação estudantil foi organizada uma Assembleia Nacional, nos dias 22-23 de março, que acabou por fundar uma entidade independente da juventude do PC.

De forma semelhante, outros setores da sociedade também fundaram associações e entidades independentes ao longo de março. Os operários, em especial, passaram a demandar sindicatos autônomos e combativos. Em muitas fábricas, assembleias conseguiram trocar as lideranças locais, em um movimento de renovação que chegou até às cúpulas dos aparatos sindicais do país. Onde havia resistência da burocracia sindical, os trabalhadores ameaçavam até entrar em greve e, em alguns lugares, estas de fato foram deflagradas.

Na reunião de 14 de março do *Presidium*, apesar de Dubček ainda manter uma postura recuada, aprovou-se uma resolução na qual a liderança se comprometia a realizar profundas mudanças (sem especificar quais), rumo à construção de um “socialismo democrático”. Na avaliação de Broué, enquanto os “progressistas” seguiam almejando

canalizar o movimento popular por mudanças para a institucionalidade, assim impondo limites a ele, os “conservadores” demandavam um retorno aos métodos de Novotný, com censura firme e repressão generalizada. Todavia, o movimento das massas ultrapassava a ambos, ao romper a censura na prática e implementar mudanças democratizantes com seus próprios métodos. Dentro do próprio PC, as bases demandavam a antecipação do XIV Congresso partidário (previsto para 1970), como forma de renovar a liderança, para uma mais alinhada com posições “progressistas”.

Nesse contexto, foi publicado, nos dias 25 e 26 de março, os esboços do que viria a ser o “Programa de Ação” do governo, bem como foi anunciado o adiamento das eleições municipais para assegurar que ocorressem sob novas regras, mais democráticas. Também foram reintegrados ao partido os intelectuais expulsos no ano anterior. Mas o fim de março foi palco de acontecimentos mais importantes: no dia 22, Novotný apresentou sua carta de demissão da chefia do governo (sua suposição era de que logo a “aventura” dos “progressistas” seria interrompida pela URSS e ele e seus aliados poderiam voltar ao comando); no dia 23, uma reunião das cúpulas dos regimes do “bloco soviético” foi realizada na RDA sobre a situação na Tchecoslováquia; no dia 26, o *Presidium* se reuniu e, no dia 28, adentrando abril, o CC.

Nesse pleno de março-abril, o CC aprovou por unanimidade a remoção de Novotný do *Presidium*, pondo Smrkovsky em seu lugar. Uma série de outras mudanças de pessoal foram feitas no órgão, eliminando parte dos “conservadores”. Mas as mudanças tinham um limite, expresso no fato de o *Presidium* seguiu tendo elementos “conservadores”; na indicação do General Ludvik Svoboda como candidato à Presidência da República – um nome que agradava à URSS; na negativa em antecipar para aquele ano o XIV Congresso do partido (ele foi antecipado para 1969); e na negativa de permitir a organização independente do Partido Social-democrata (“fundido” à força com o PC na virada dos anos 1940-50).

Além da remoção de Novotný do *Presidium*, a decisão mais importante dessa reunião do CC foi a aprovação do “Programa de Ação” da nova liderança. Seu foco residia nas mudanças econômicas, com vistas a introduzir o país na era da revolução técnico-científica e estabelecer um tipo de gestão que permitisse um crescimento de tipo intensivo. Nele, críticas eram feitas ao foco excessivo na indústria pesada e à hipercentralização do “planejamento” então vigente. Almejava-se instaurar órgãos

democráticos de gestão nas empresas, responsabilizá-las pela gestão e também introduzir alguns mecanismos de mercado, como forma de otimizar a economia.

No documento, a democratização do PC e do regime aparecia como um pré-requisito para tais objetivos econômicos, pois sua ausência era vista como fonte de bloqueio à iniciativa e às críticas, atrasando correções necessárias do sistema. Assim, além de permitir o livre debate no interior do partido e findar formalmente a censura, também se almejava um funcionamento verdadeiro da “Frente Nacional” (a coalizão de partidos altamente tutelados que governava formalmente), através da atuação autônoma dos demais partidos políticos permitidos. Ademais, a federalização era apresentada como solução para assegurar a igualdade política aos eslovacos. Todavia, o documento não reconhecia o livre direito de organização e reunião, nem de organizar frações no PC.³⁷⁶

O caráter de “compromisso” das decisões do CC geraram forte onda de críticas da imprensa progressista e, apesar do “Programa de Ação” atender parte dos anseios dos intelectuais e estudantes, pouco apresentou para acalmar os ânimos dos trabalhadores, preocupados com uma queda no seu nível de vida decorrente das reformas de mercado, que previam diferenciação salarial e possibilidade de desemprego.

Ao mesmo tempo, a resistência dos “conservadores” seguiu se expressando. Com a instituição do voto secreto na Assembleia Nacional, os parlamentares “conservadores” demonstraram sua reprovação da nova liderança partidária em uma série de votações. O aparato eslovaco, satisfeito com a questão da federalização, iniciou na sua imprensa uma campanha para reter os “excessos” da imprensa progressista. Na URSS, apesar de não ter havido ataques públicos ao processo de mudanças, havia crescente preocupação na cúpula com a possibilidade dele sair do controle. Já em outros países, como na Hungria, a imprensa oficial local vinha demandando uma intervenção desde 21 de março.³⁷⁷

Ao longo de abril e maio, as limitações do “Programa de Ação” vieram à tona, por exemplo, na questão das reabilitações: não seria possível punir os culpados e aqueles que vinham impedindo o avanço do processo, tal qual exigia insistentemente a imprensa progressista, sem atingir o núcleo do regime burocrático. Um caso de destaque foi o de Rudolf Slánský, expurgado e executado junto a seus aliados em 1952, após ter sido destituído do cargo de Secretário Geral do PC. Em maio de 1968, o grupo foi reabilitado

³⁷⁶ Cf. BROUÉ, Pierre. *A primavera dos povos*, op. cit., p. 55-86 e CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 192-196. Uma versão em inglês do documento se encontra em <https://www.marxists.org/subject/czech/1968/action-programme.htm> (acessado em 13/09/2019).

³⁷⁷ Cf. BROUÉ, Pierre. *A primavera dos povos*, op. cit., p. 76-86 e 94-95.

e foi revelado que a URSS teve um papel central no caso, através de Mikoian e do próprio Stalin. A revelação do envolvimento direto da URSS no terror dos anos 1950 incitou expressões de nacionalismo entre as vozes pró-democratização, expressões essas que logo se intensificaram.³⁷⁸

A agitação social não cessou. Em maio os estudantes realizaram manifestações de solidariedade a estudantes poloneses reprimidos por Gomułka nas semanas anteriores e aos trabalhadores e estudantes franceses. Os trabalhadores seguiram realizando ameaças de greve e mesmo deflagrando movimentos paredistas, por aumentos salariais e melhores condições de trabalho. Em alguns casos, membros da burocracia estimulavam a mobilização operária, visando a enfraquecer os “progressistas” e a renovação do aparato que eles haviam desencadeado. Todavia, a demagogia dos burocratas apenas fortaleceu a luta por sindicatos independentes e dirigentes combativos.

Ocorreu uma renovação da base ao topo na estrutura sindical, com o próprio Conselho Central aderindo à convocação de uma conferência nacional dos sindicatos. Em paralelo, a entidade de juventude do PC se esvaiu de vez, com sua base migrando para novas associações independentes. Dentro do PC, as bases seguiram travando uma dura batalha contra o aparato pela antecipação do XIV Congresso para aquele ano. Nas conferências regionais do PC, realizadas a partir de abril, a questão do congresso se tornou central, e a posição de Dubček prevaleceu na maioria dos locais apenas por uma apertada minoria. Significativamente, na capital ela perdeu por mais de 400 votos. Ademais, surgiram novas associações políticas, incluindo algumas ligadas à igreja católica, e também ganharam vitalidade os partidos da Frente Nacional.³⁷⁹

Em maio, a reação dos demais regimes do “bloco soviético” se intensificou: no dia 4, um jornal da Polônia alertou para os “perigos” ao socialismo na Tchecoslováquia. Nos dias 4 e 5, Dubček e outros dois dirigentes viajaram a Moscou para uma reunião marcada em cima da hora. No dia 9, outros dirigentes do “bloco soviético” foram a Moscou se reunir com a cúpula da URSS para debater a situação. Após este encontro, os jornais desses países começaram uma campanha contra as mudanças em curso na Tchecoslováquia, contra a qual a imprensa progressista do país reagiu.

Diante dos ataques que essa imprensa começou a sofrer por parte dos demais países do “bloco soviético”, os operários de Ostrava organizaram “comitês de defesa da

³⁷⁸ Cf. *Ibid.*, p. 88-92 e CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 197.

³⁷⁹ Cf. BROUÉ, Pierre. *A primavera dos povos*, *op. cit.*, p. 99-102, 93 e 95-99.

liberdade de imprensa”, que logo se espalharam pelo país inteiro, constituindo um tipo de organização inteiramente independente da burocracia.³⁸⁰

Entre 17-26 de maio ocorreram novos encontros de Dubček com a cúpula da URSS, nos quais aquele reafirmou a permanência da Tchecoslováquia no Pacto de Varsóvia e na *Comecon*. Foram firmados alguns compromissos, em troca de ajuda econômica: não legalizar partidos de oposição nem o Partido Social-democrata, assegurar os postos-chaves do regime a membros do PC, não tomar iniciativas na política externa, reforçar a segurança das fronteiras e reestabelecer certo controle sobre a imprensa. Também foi agendado um exercício militar das tropas do Pacto de Varsóvia no país entre 20-30 de junho.³⁸¹

Em casa, Dubček buscou novas concessões para acalmar os ânimos da população. Ele solicitou que 43 novotnistas se retirassem do CC, como forma de acalmar os clamores por antecipação do congresso, mas apenas 3 acataram ao pedido. No dia 26 a Assembleia Nacional suprimiu oficialmente a censura e, no dia 27, aprovou uma lei de reabilitações. Também foram aprovados aumentos salariais e extensão de direitos sociais ao campo, além da melhoria daqueles já usufruídos nas cidades, como a licença maternidade. Foi aprovada ainda a realização de um estudo para estabelecer conselhos de empresas.

O CC, reunido entre 29 de maio e 3 de junho, excluiu Novotný do órgão e do partido e aprovou antecipar o XIV Congresso para setembro, mas o clima da reunião foi de crítica aos excessos da imprensa e aos perigos da democratização. Em meio a essas concessões, as primeiras unidades militares do Pacto de Varsóvia chegaram ao país, no dia 30 de maio.³⁸²

Com as concessões da Assembleia Nacional e as decisões do CC do final de maio, os ânimos se acalmaram um pouco e a imprensa progressista passou a adotar um tom mais ameno, diante do risco de uma intervenção da URSS. Por outro lado, as vozes nacionalistas se intensificaram. É interessante notar também, conforme Broué aponta, que o nome de Trotski e algumas das suas ideias começaram a surgir em diferentes periódicos (provavelmente fruto do contato com a “nova esquerda” europeia).

No clima de relativo refluxo, e com aproximação das férias escolares de verão, o escritor Ludvík Vaculík (um dos expurgados em 1967) lançou um manifesto para manter

³⁸⁰ Cf. *Ibid.*, p. 104 e 106 e CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 196.

³⁸¹ Cf. BROUÉ, Pierre. *A primavera dos povos, op. cit.*, p. 104-105 e CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 198.

³⁸² Cf. *Ibid.* e BROUÉ, Pierre. *A primavera dos povos, op. cit.*, p. 105-108 e 111-112.

a chama acesa. O manifesto “Duas Mil Palavras” foi primeiro publicado em *Literarni Listy*, no dia 27 de junho, com assinaturas de diversos estudantes, intelectuais e professores universitários, e foi logo reproduzido por vários outros periódicos. Apontando para um estancamento do processo de democratização, o documento fazia um chamado à ação, focado em assegurar que ele seguisse adiante.

Apesar de moderado no conteúdo, pois girava em torno de reivindicar a aplicação do “Programa de Ação” e apoiar os dirigentes “progressistas” do PC, o manifesto era radical no método. Para garantir a aplicação do “Programa”, chamava as massas a entrarem em cena e tomarem o PC e a Frente Nacional pelas bases, removendo os dirigentes que se colocassem como entraves. Propunha, assim, a realização de assembleias, apropriação dos aparatos locais do partido e seus periódicos, criação de comitês de base independentes e até greves. A mesma proposta era feita com relação à administração das fábricas, elemento considerado uma peça-chave para mudanças. Alertando para o risco de uma intervenção estrangeira, chamava ainda a população a defender o governo e o país, se necessário de armas em mãos.³⁸³

O momento da sua publicação foi crucial: nos últimos dias do exercício militar das tropas do Pacto de Varsóvia e às vésperas das conferências distritais que elegeriam delegados ao XIV Congresso. A resposta dos “conservadores” foi imediata e dura, caracterizando o manifesto como um chamado à “contrarrevolução” e gerando frisson em todas as instâncias do regime. O *Presidium* acabou por condená-lo como um “ato de desconfiança” para com a nova liderança e uma iniciativa que poderia colocar em risco a democratização.

Todavia, as conferências distritais o abraçaram, com muitos delegados defendendo-o. Nelas, as bases fizeram valer o voto secreto, elegeram delegados a partir das células, circularam listas de homens do aparato cujas candidaturas deveriam ser rejeitadas, e os delegados se pronunciaram na imprensa defendendo a democratização do PC e do regime. As vozes “progressistas” da cúpula se viram, assim, ultrapassadas pela base radicalizada. Expressão disso foi o projeto de novo estatuto do partido, apresentado no dia 10 de agosto, que incorporou algumas das demandas por mudança. Diante desses fatos, a imprensa do restante do “bloco soviético” aumentou o tom, clamando por uma

³⁸³ Cf. *Ibid.*, p. 111 e 113-120; CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 197-199; VACULÍK, Ludvík. *Two Thousand Words that Belongs to Workers, Farmers, Officials, Scientists, Artists, and Everybody* [1968]. Disponível em <http://www.pwf.cz/rubriky/projects/1968/ludvik-vaculik-two-thousand-words> 849.html. Acessado em 13/03/2019.

solução à “ameaça ao socialismo” supostamente em curso na Tchecoslováquia. Em reação, vozes mais radicais surgiram, como, por exemplo, defendendo a ruptura do PC com a burocracia a partir da ação das bases.³⁸⁴

Em meio à crescente perda de poder da burocracia, fosse ela “conservadora” ou “progressista”, na virada de 20 para 21 de agosto, tropas da URSS, Bulgária e Polônia invadiram o país, totalizando cerca de 20 mil tanques e 200 mil soldados. Na época, a URSS publicou uma carta atribuída a tchecoslovacos pedindo o “auxílio” das tropas do Pacto de Varsóvia contra uma “contrarrevolução”. Apesar de ter sido amplamente desacreditada, hoje se sabe que ela era legítima e foi enviada por quatro membros “conservadores” do *Presidium*, que já vinham conspirando junto à URSS há semanas: Vasil Bilak, Oldrich Svestka, Alois Indra e Antonín Kapek, os quais haviam conseguido uma maioria secreta no órgão antes de enviarem tal carta.³⁸⁵

Não obstante, os conspiradores não vieram a público: os órgãos do partido e do Estado condenaram a invasão, de forma que Moscou não conseguiu encontrar pessoas para compor um novo governo. Os quartéis foram cercados para que não houvesse resistência das forças armadas locais e Dubček chamou a população a não resistir. Não obstante, jovens e trabalhadores tomaram as ruas erguendo barricadas e resistiram como puderam. Mineiros, ferroviários e outras categorias se organizaram para sabotar o avanço das tropas estrangeiras.

O XIV Congresso foi realizado clandestinamente na data prevista, sob proteção dos trabalhadores de Praga, que conduziram os cerca de 1200 delegados a uma fábrica onde se realizaram as atividades. O Congresso aprovou o Plano de Ação e elegeu um novo CC, dominado pelos dirigentes “progressistas”. Chamou ainda por uma greve geral de 1h e “resistência passiva”, “não-violenta”, contra a ocupação. Diante da impossibilidade de estabelecer um governo alternativo, a URSS prendeu Dubček e as peças-chave de seu grupo e os enviou para Moscou, onde foram compelidos a reassumir o governo com o compromisso de reter a democratização e, de imediato, não apelar à ONU, anular o Congresso e manter as tropas estrangeiras até a “normalização” da situação.

Assim, sob o nome de “normalização”, a contrarrevolução triunfou não só graças aos tanques, mas também à capitulação dos membros “progressistas” da burocracia e seu

³⁸⁴ Cf. BROUÉ, Pierre. *A primavera dos povos*, op. cit., p. 120-126.

³⁸⁵ Cf. WILLIAMS, Kieran. *The Prague Spring and its aftermath: Czechoslovak politics 1968–1970*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 121-122.

trabalho de desmonte das instituições independentes que haviam surgido ao longo dos meses anteriores. Ainda assim, em novembro ocorreu uma forte greve estudantil, com apoio de sindicatos, e prosseguiu intensa agitação entre estudantes e intelectuais, além de uma efervescência nas fábricas.

Mas Dubček seguiu recuando e cedendo a Moscou. No começo de 1969, o estudante Jan Palach se imolou visando a reacender a resistência, gerando grande comoção entre a população. Em abril, a vitória do time de hóquei tchecoslovaco sobre a URSS espoletou fortes manifestações de rua, que foram usadas como desculpa para a remoção de Dubček, já desejada por Moscou há meses, e a alocação em seu lugar de Gustáv Husák – ex-perseguido dos anos 1950 e dirigente “progressista” –, em um contexto de novos “exercícios” militares no território tchecoslovaco.³⁸⁶

2.1. Repercussões

Pode-se dizer que, no marcante ano de 1968, tal como em outras partes do globo, o clima no interior do “bloco soviético” foi bastante quente. Ademais da “Primavera” tchecoslovaca, em maio, estudantes poloneses, que já vinham travando batalhas contra o regime desde 1956, realizaram uma greve com ocupação de universidades, contra a censura e repressão a intelectuais dissidentes. Eles receberam certo apoio dos operários em suas manifestações de rua e também na forma de greves de solidariedade (rapidamente reprimidas). Na Iugoslávia, também em maio, mais de 5 mil estudantes assinaram um documento contra a repressão dos estudantes poloneses, seguido de manifestações em junho, que, ao serem duramente reprimidas, levaram à ocupação das universidades e a atos de solidariedade da parte dos operários.

A crise iugoslava só foi debelada graças à grande autoridade moral de Tito, que prometeu profundas mudanças e a aplicação do programa dos estudantes, por mais liberdades e melhores condições de vida para os trabalhadores. Mesmo o regime iugoslavo tendo realizado uma série de expurgos após o fim do movimento, em 22 de agosto, mais de 200 mil pessoas protestaram nas ruas de Belgrado contra a invasão da Tchecoslováquia pela URSS.

Essas agitações pelo “bloco soviético” só foram de fato contidas com o sucesso da supressão da “Primavera de Praga”. Tal supressão deu origem ao que passou a ser

³⁸⁶ Cf. CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 197-205 e MELO, Wanderson Fábio de. Tchecoslováquia em 1968: a construção do socialismo interrompida. *Revista Movimentação* v. 5, n. 9, p. 27-54, 2018.

conhecido como “Doutrina Brejnev”, segundo a qual os países do “bloco soviético” tinham uma soberania limitada à manutenção do “socialismo”. Qualquer ameaça a um dos regimes stalinistas do bloco passou a ser considerada como uma ameaça ao conjunto do bloco, podendo, portanto, ser eliminada através de uma intervenção estrangeira.

Tal lógica foi primeiro formulada publicamente através de um artigo de Sergei Kovalev publicado no *Pravda* de 26 de setembro de 1968, e posteriormente reiterada por Brejnev em seu discurso ao congresso do PC polonês, em 13 de novembro do mesmo ano. Ela foi usada para justificar outras ações além da supressão da “Primavera de Praga”, em especial a invasão ao Afeganistão, em 1979.

Tal doutrina sofreu um sério abalo não só devido ao desastre que se tornou a ocupação prolongada do Afeganistão (considerado o “Vietnã da URSS”), mas também por conta da assinatura, em 1975, dos “Acordos de Helsinque”. Tais acordos, que Brejnev acreditava poderiam ser utilizadas como propaganda entre a população, por terem reconhecido as novas fronteiras do Leste Europeu pós-Segunda Guerra, acabaram se tornando uma importante bandeira da oposição anticomunista dentro e fora do “bloco soviético”, por assegurarem a inviolabilidade da soberania nacional e dos “direitos humanos”.³⁸⁷

3. Conclusão

Esse conjunto de eventos no bloco soviético abalou profundamente o movimento socialista da época, por ter despertado esperanças variadas na possibilidade de construção de um socialismo democrático na URSS e no Leste Europeu – fosse pela autorreforma dos regimes burocráticos, fosse pelo triunfo de revoltas e revoluções protagonizadas pelo proletariado local.

A nosso ver, eles confirmam vários aspectos da teoria do Estado operário burocratizada, originalmente desenvolvida para pensar a URSS dos anos 1930. A socialização dos meios de produção possibilitada pela expropriação das burguesias nativas e capitais imperialistas, apesar de ter levado a profundas conquistas sociais para as populações locais, não foi capaz de sanar as desigualdades sociais e as dificuldades materiais dessas populações, devido ao cerco imperialista e à gestão burocrática da propriedade social. Assim, não era possível afirmar que se tratavam de formações sociais

³⁸⁷ Cf. OUIMET, Matthew. *The Rise and Fall of the Brezhnev Doctrine in Soviet Foreign Policy*. Chapel Hill, London: University of North Carolina Press, 2003.

socialistas. Ao invés disso, era mais adequado vê-las como formações sociais de transição e dotadas de regimes de ditadura burocrática, distintos da autogestão proletária, o que permite compreender suas muitas contradições.

Contradições essas que levaram setores da própria burocracia a buscarem realizar, com graus muito variados de profundidade, reformas políticas liberalizantes e mudanças flexibilizadoras no seu sistema de gestão hipercentralizada e verticalizada da economia. Houve, contudo, forte oposição no interior da burocracia a tais medidas, o que confirma seu caráter heterogêneo, uma vez que alguns setores seriam afetados negativamente pelas mudanças almejadas, enquanto outros tinham um apego dogmático aos métodos do passado.

Tais reformas, contudo, foram muito limitadas, pois não podiam eliminar o monopólio do poder político detido pela burocracia, uma vez que isso envolveria findar seus privilégios parasitários e, portanto, equivaleria a um suicídio social. Isso confirma a impossibilidade de uma autorreforma do stalinismo, ainda que este tenha demonstrado capacidade adaptativa, ao incorporar mudanças de ordem secundárias.

Restava, portanto, como única alternativa para a solução de tais contradições a internacionalização da revolução e a realização, nos Estados operários burocratizados, de uma revolução política, que rompesse o aparato repressivo da burocracia e erguesse, em seu lugar, um regime de autogestão proletária – o programa da Quarta Internacional para a superação do stalinismo na URSS nos anos 1930.

A revolução política, previa a Quarta Internacional, começaria na forma de mobilizações econômicas, mas, devido ao caráter social da propriedade, logo se desdobraria em um questionamento ao monopólio político e aos privilégios materiais da burocracia. Tal dinâmica, de fato, se efetivou nos eventos aqui abordados.

Para o triunfo dessas revoluções políticas, contudo, se mostrou necessário, também conforme defendia a Quarta Internacional, a existência de um partido marxista (trotskista) enraizado na classe trabalhadora, que atuasse como estado-maior da revolução e conduzisse a revolta proletária à tomada do poder. Na sua ausência, vimos que setores da burocracia assumiram a liderança do proletariado, desviando-o da luta pelo poder para uma ilusão na possibilidade de reforma do stalinismo.

Ademais, a capacidade de resistência e repressão da burocracia diante de uma revolta proletária se mostrou muito maior do que supunha a teoria do Estado operário burocratizado, em especial devido ao papel cumprido pelo Exército Soviético nos demais

países do Leste Europeu subordinados à URSS e pela pressão mútua das várias burocracias da região para conter, através das tropas do Pacto de Varsóvia, situações que poderiam sair do controle. Lembremos que Trotski supunha que uma revolução política, uma vez que envolveria necessariamente uma crise de hegemonia da burocracia, não demandaria muito mais do que algumas medidas cirúrgicas para findar seu regime.

Contudo, conforme se verá no capítulo seguinte, não necessariamente o conjunto do movimento trotskista extraiu tais conclusões e interpretações dos eventos em tela. Conforme se verá, sua reação a eles envolveu apropriações e aplicações variadas da teoria do Estado operário burocratizado, como parte da sua crescente diferenciação teórico-programática e afastamento de elementos-chave do arcabouço original do trotskismo.

Por outro lado, a principal linha de interpretação acadêmica no Ocidente à época, sobre as formações sociais do bloco soviético, a teoria do totalitarismo, se mostrou completamente incapaz de explicar os eventos aqui abordados. Sua suposição de que a URSS e seus países-satélites eram regimes monolíticos, com um partido-Estado que dominava a tudo e a todos, não era compatível com disputas intraburocráticas, muito menos com a eclosão de movimentos de massas contrários à burocracia, porém a favor do socialismo, que tal teoria igualava ao stalinismo. Ademais, seu foco inteiramente institucional a impedia de dar conta de movimentações desde baixo, as quais foram em grande parte ignoradas por elas, em prol de uma leitura que reduzia os eventos aqui abordados a tentativas dos regimes do Leste em angariar autonomia nacional. Quando levavam em conta as mobilizações populares, as reduziam a uma luta por “democracia” em abstrato, contra o “comunismo” igualado a “totalitarismo”, desconsiderando seu caráter pró-socialista. Com tais deficiências, tal teoria perdeu muito de sua influência entre os estudos especializados nos anos 1960 em diante.³⁸⁸

Em seu lugar, contudo, passaram a predominar estudos empiristas, que meramente buscavam descrever os aspectos da economia (mais especificamente, os sistemas de planejamento econômico) das formações sociais do bloco soviético, ou relatar as mobilizações sociais ocorridas nos anos 1950-60 desde uma perspectiva “de baixo”, em geral reconhecendo que se tratavam de processos pró-socialistas.

Na ausência de um arcabouço teórico alternativo à teoria do totalitarismo, também entraram em cena uma miríade de abordagens “normalizadoras”, centradas na noção de

³⁸⁸ Cf., por exemplo, BRZEZINSKI, Zbigniew. *The soviet bloc: unity and conflict*. Cambridge: Harvard University Press, 1967; SERVICE, Robert. *Op. cit.*

que processos como a industrialização e maior escolarização dessas formações sociais as faziam convergir, cada vez mais, com as sociedades capitalistas da Europa e EUA em termos das suas dinâmicas sociais. Tais abordagens apagavam as profundas diferenças entre essas formações sociais e os países imperialistas em termos de relações de propriedade e produção, confundindo as conquistas sociais da revolução com o “welfare state” e buscando substitutos para as dinâmicas parlamentar-eleitorais dos países imperialistas em elementos como grupos de pressão dentro e fora do Estado (as disputas intraburocráticas, o uso feito pelas massas das engessadas organizações sociais tuteladas pelos PCs etc.).

Portanto, as abordagens “normalizadoras” também se mostraram inadequadas para compreender as contradições por detrás das reformas da burocracia e das revoltas das massas. Quando muito, aventavam que se tratava da busca por “democracia” (ou autonomia nacional), tida em abstrato como um valor universal, ou de relações de mercado, tidas igualmente como universalmente necessárias. No fundo, tratavam-se, portanto, de apologias liberais.³⁸⁹

Ainda que seja inviável neste espaço realizar um escrutínio de como as variadas leituras de inspiração marxista acerca dessas formações sociais interpretaram os eventos em tela, vale mencionar, ainda, que igualmente inadequadas enquanto arcabouço teórico-analítico eram as apologias stalinistas. Estas encaravam as formações sociais da URSS e do bloco soviético com sociedades socialistas e, assim, negavam suas muitas contradições internas, atribuindo-as apenas ao cerco imperialista. Elas reduziram, portanto, as revoltas de massas aqui debatidas a atividades contrarrevolucionárias orquestradas por agências imperialistas, em uma leitura extremamente distorcida e superficial da realidade.³⁹⁰

Por fim, outra abordagem de inspiração marxista, ao nosso ver inadequada, é aquela baseada na noção de que a burocracia era uma nova classe social (as diversas formas de teoria do capitalismo de Estado), pois, ao equiparar as formações sociais da URSS e do bloco soviético ao capitalismo, perdiam de vista as fundamentais conquistas sociais nas quais elas estavam baseadas, que foram fruto da expropriação do grande capital em tais países. Perdiam de vista, também, as reais contradições que moviam as

³⁸⁹ Cf., por exemplo, CRAMPTON, R. J. *Op. cit.*; KRAMER, Mark. *The Soviet Union and the 1956 Crises in Hungary and Poland*, *op. cit.*

³⁹⁰ Cf., por exemplo, APTHEKER, Herbert. *The Truth about Hungary*. [S.l.]: Kraus International Publications, 1957; MARTENS, Ludo. *A URSS e a Contra-Revolução de Veludo* [1991]. [S.l.], Edições Nova Cultura, 2018; MARCY, Sam. *Czechoslovakia 1968: The Class Character of the Events*. New York: World View Publishers, 1978.

revoltas de massas por um socialismo democrático e as tarefas concretas colocadas a elas, as quais não envolviam a socialização da propriedade privada, pois já havia ocorrido uma revolução social no passado, mas sim a socialização da gestão da propriedade social.³⁹¹

A insuficiência explicativa dessas várias abordagens se mostrou ainda maior diante dos eventos de maior complexidade dos anos 1970 e, em especial 1980, no bloco soviético. Tais anos foram marcados por uma piora das economias da região e consequente redução das condições de vida das suas populações, levando a novos intensos protestos populares e degradação da capacidade da burocracia de manter o controle político.

Assim, apesar da relativa estabilidade conquistada no pós-1968, conforme ressalta Broué, as contradições fundamentais dos regimes stalinistas, que alimentavam as revoltas e tentativas de reforma pelo alto aqui debatidas, persistiram, e não demorou muito para novas ondas de contestação e conflitos intraburocráticos terem lugar em diferentes países do “bloco soviético”.³⁹²

Todavia, as oposições de massas atuantes nos anos 1970 e, sobretudo, 1980, passaram por um giro à direita, no sentido de não mais lutarem por um socialismo democrático, mas, ao invés, igualarem socialismo e stalinismo, contra os quais defendiam um retorno às relações capitalistas, na esperança disso significar democracia e melhoria das condições de vida.

Certamente, pesou no abandono da defesa de um socialismo democrático a decepção com as pretensas vias de reforma desde o topo, bem como a enorme dificuldade de uma via de mudanças impostas através de revoltas aqui abordadas. Tal mudança se deu primeiro, de forma mais significativa, na Polônia, ao longo dos anos 1970-80, culminando com o surgimento do “Solidariedade”, conforme se verá na Parte III desta tese. Mas tal fenômeno foi muito mais marcante na segunda metade dos anos 1980, conforme se verá na Parte IV.

³⁹¹ Cf., por exemplo, PAPERT, Dona. Who Made the Hungarian Socialist Revolution. *Socialist Review*, v. 6, n. 4, January 1957; RUSSIA’S Vietnam (editorial). *International Socialism* (1st series), n. 34, p. 1-2, Autumn 1968. Versão transcrita disponível em <https://www.marxists.org/history/etol/newspape/isj/1968/no034/editorial1.htm>. Acessado em 13/11/2018.

³⁹² Cf. BROUÉ, Pierre. *A primavera dos povos*, op. cit., p. 207-217.

CAPÍTULO 4

O MOVIMENTO TROTSKISTA INTERNACIONAL E AS REFORMAS E REVOLTAS NO “BLOCO SOVIÉTICO” (1953-68)

Como os trotskistas da época reagiram aos eventos do período 1953-68 abordados no capítulo anterior? Trata-se de eventos de grande relevância para uma tradição política que buscava se apresentar como a antítese da degeneração burocrática stalinista e se propunha a ser a consciência da revolução política, que deveria derrubar a ditadura da burocracia e erguer em seu lugar a democracia proletária.

Como eles mobilizaram o arcabouço teórico desenvolvido por Trotski e pelos seus camaradas da antiga Oposição de Esquerda e dos primeiros anos da Quarta internacional para compreenderem esses fenômenos? Qual programa de ação eles delinearam para os eventos então em curso? São essas perguntas que o presente capítulo busca responder, ao mesmo tempo em que avalia a adequação da apropriação e aplicação feita pelos grupos aqui abordados da teoria do Estado operário burocratizado em face aos eventos em questão.

1. O movimento trotskista internacional nos anos 1950-60

Antes, contudo, se faz necessária uma breve apresentação da configuração do movimento trotskista internacional à época dos eventos em tela. A Quarta Internacional foi fundada em 1938 por Leon Trotski e seus camaradas da Oposição de Esquerda Internacional, que, por sua vez, surgiu como fração externa da Internacional Comunista / Terceira Internacional, em oposição ao que viam como uma degeneração burocrática da organização e um desvio do seu programa revolucionário original, sob influência da degeneração burocrática da própria URSS.

Já a partir de 1934, a Oposição passou a se engajar no processo de formação de um novo partido internacional, tendo logrado aproximar alguns grupos anti-stalinistas. Contudo, no momento da sua fundação, quatro anos depois, a Quarta Internacional se encontrava bastante fragilizada, uma vez que praticamente toda a direção da antiga Oposição fora assassinada pelos agentes de Stalin ao longo da década de 1930, tendo o próprio Trotski o mesmo destino em 1940. Ademais, seus grupos nacionais não conseguiram crescer muito, tendo permanecido, quase todos, na condição de pequenos grupos de propaganda.

Além dessa liderança frágil, cujos membros eram frequentemente perseguidos e

mesmo assassinados, e do seu tamanho reduzido, a Quarta Internacional deixou de existir na prática durante a Segunda Guerra Mundial, que tornou inviável a comunicação entre seus grupos europeus e dificultou sobremaneira a comunicação entre os demais. Foi apenas ao longo de 1944-48 que ela foi reconstruída, a partir da soma dos esforços de uma nova geração de jovens militantes europeus com os da liderança do *Socialist Workers Party* (SWP) dos EUA, um dos principais grupos trotskistas do pré-guerra.

A forma como a liderança do SWP procedeu nessa reorganização da Quarta Internacional, contudo, foi marcada por medidas que visavam impor ao resto da organização as suas previsões de que ocorreria uma profunda crise econômica mundial e de que se abriria um período revolucionário internacional. Para tal, ela conduziu à nova direção internacional aqueles que concordavam com tal posição e, em resposta às intensas polêmicas que surgiram em torno delas, tomou uma série de medidas autoritárias e burocráticas. Entre elas, expulsões, modificação dos estatutos da organização internacional para instituir o chamado “centralismo de organismo” (a exigência de que os membros dos organismos dirigentes se comportassem de forma unitária perante o restante da organização) e uma série de manobras para forjar uma maioria artificial no seu Segundo Congresso Mundial (1948).³⁹³

Além desses conflitos do período 1944-48, a situação da Quarta Internacional se agravou ainda mais quando a expansão soviética no Leste Europeu, a ruptura Tito-Stalin, a Revolução Chinesa e a Guerra da Coreia deram início a novas e profundas discordâncias entre os trotskistas, no novo contexto de Guerra Fria.

Os principais debates de então envolveram a possibilidade ou não de um “giro revolucionário” por parte do stalinismo diante do acirramento da Guerra Fria e, principalmente, da eclosão de revoluções sociais anticapitalistas triunfantes na periferia mundial, sem a presença de um partido marxista (trotskista) à sua frente. As revoluções sociais triunfantes do pós-guerra apresentaram uma liderança pautada por programas

³⁹³ Cf. JENKINS, Peter. *Where Trotskyism got lost: The restoration of European democracy after the Second World War*. Spokesman’ pamphlet, n. 59. Nottingham: Spokesman Books, 1977. Disponível em <http://tinyurl.com/qb8vluv>. Acessado em 10/04/2015, [s.p.]; BORSTEIN, Sam & RICHARDSON, Al. *The War and the International: A History of the British Trotskyist Movement, 1937-1949*. London: Socialist Platform, p. 215, 1986. As principais críticas feitas à época às referidas previsões da liderança do SWP vieram de tendência Morrow-Goldman de tal partido e da liderança da então seção inglesa, o *Revolutionary Communist Party* (RCP), os quais argumentaram que a economia mundial estava rumando para um período de crescimento e estabilidade e que a burguesia europeia estava preparando uma “reação democrática”. Apesar dessa convergência, esses dois setores discordavam quanto às conclusões práticas de tais previsões (Morrow-Goldman defendiam o abandono do programa transitório e a liderança do RCP não). O RCP foi dissolvido no final dos anos 1940, como fruto de intensos enfrentamentos com a direção da internacional, que demandava sua entrada no *Labour Party*.

nacional-democráticos, tiveram o predomínio de forças sociais localizadas no setor econômico agrário e não tiveram a presença de organismos de poder proletário democráticos (*soviets*), de forma que constituíam eventos bastante complexos para o conjunto da esquerda socialista da época, e geraram intensas divergências entre os trotskistas.

O destino do trotskismo ao longo dos anos pós-Segunda Guerra foi dramático, uma vez que o movimento permaneceu incapaz de romper seu isolamento e se popularizar como referência política, salvo raras exceções. Ademais, os trotskistas passaram por um crescente processo de fragmentação, em grande parte influenciado por tais agudas polêmicas internas. Essa fragmentação teve natureza organizativa e política, dando origem a uma série de “truncos históricos” com perfis teórico-programáticos por vezes bastante distintos, apesar de todos reivindicarem formalmente o arcabouço original da Quarta Internacional.

A história dessa fragmentação do movimento trotskista internacional nos anos 1950-60 já foi bastante abordada por tentativas de “histórias oficiais” produzidas pelos próprios grupos e também por um certo número de trabalhos acadêmicos, de rigor metodológico e embasamento documental muito maiores. Entre estes últimos consta nossa dissertação de mestrado, que aborda a fragmentação teórico-programática da Quarta Internacional entre 1944-63.³⁹⁴ Assim, não iremos entrar a fundo aqui nesse tema, apenas indicar pontualmente alguns elementos para melhor situar os grupos abordados neste capítulo, a partir dos resultados de tal dissertação, cuja leitura recomendamos para os que desejam uma análise pormenorizada.

Durante os anos finais da década de 1940, o movimento trotskista internacional foi perpassado por divergências acerca do que significava a expansão soviética no Leste Europeu e a chegada de Partidos Comunistas ao poder na região e também na China. Um setor majoritário inicialmente negou que houvesse ocorrido uma revolução social nesses

³⁹⁴ Ver MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. *Op. cit.*, e a síntese em MONTEIRO, Marcio Lauria. *O movimento trotskista internacional*, *op. cit.* Recomendamos, também, a enciclopédica obra de Robert Alexander sobre a história do trotskismo internacional, bem como algumas das tentativas de “história oficial” produzidas pelos trotskistas do pós-guerra, ainda que estas devam ser lidas com muita cautela, por serem extremamente apologéticas e perpassadas por diversa omissões e distorções, destinadas a apresentar os grupos aos quais estão vinculadas como os legítimos herdeiros da Quarta Internacional original. Cf ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*; FRANK, Pierre. *Op. cit.*; BENZAÏD, Daniel. *Op. cit.*; MARIE, Jean-Jacques. *Op. cit.*; SAGRA, Alicia. *Op. cit.*; NORTH, David. *Op. cit.*; CLIFF, Tony. *Trotskyism After Trotsky*, *op. cit.*; CALLINICOS, Alex. *Op. cit.* Referências de maior rigor metodológico e muito melhor documentadas que essas “histórias oficiais”, lidando com aspectos mais específicos do trotskismo dos anos 1950-60, podem ser consultadas na bibliografia da minha dissertação aqui referenciada.

países, por encarar que não era possível que forças stalinistas liderassem revoluções triunfantes, nem que a URSS pudesse transformar as formações sociais que ocupara militarmente sem a eclosão de uma revolução proletária. Insistiu, assim, que a região seguia sendo capitalista, com Estados burgueses dotados de governos de colaboração de classes, ainda que passasse por um processo de “assimilação estrutural” pela URSS, mas que este só poderia ser completado, no sentido de uma mudança qualitativa, com a entrada em cena das massas proletárias.

Com a ruptura Tito-Stalin e a dissolução do governo de coalização entre o PC iugoslavo e elementos burgueses, em 1948, um setor inicialmente minoritário da Quarta Internacional, encabeçado por Michel Pablo no órgão de liderança internacional, passou a encarar que o PC iugoslavo havia rompido com o stalinismo e liderado uma revolução social vitoriosa, tornando-se um partido de caráter “centrista de esquerda”, cujo governo deveria ser criticamente apoiado. A mesma análise e posicionamento foram delineados pouco depois para o PC chinês.

Após um período de disputas internas, em 1950 a liderança da Quarta Internacional convergiu no reconhecimento de que ocorrera uma revolução social na Iugoslávia, China e também nos países do Leste Europeu ocupados pela URSS. Essa transformação, contudo, foi explicada a partir de uma lógica gradualista. Para os países ocupados pelo Exército Soviético, encarou-se que eles haviam passado por um processo gradual de “assimilação estrutural” entre 1944-48, que acabou por transformá-los em “Estados operários burocraticamente deformados”, como uma medida de autodefesa da burocracia soviética contra ameaças imperialistas de uma nova guerra mundial.

Já a transformação social na Iugoslávia foi explicada pela noção de que, entre 1944-48, havia ocorrido a formação de um “governo operário e camponês” sob a base do Estado burguês, significando (em uma releitura desse termo, originalmente usado como sinônimo “popular” de ditadura do proletariado) uma situação de dualidade de poderes dentro do Estado burguês, fruto de uma revolução social encabeçada por forças centristas, e que poderia evoluir para a formação de um Estado operário, ou retroceder para a reconstrução do poder burguês, a depender de “fatores objetivos” (nesse caso, a suposta iminência de uma Terceira Guerra Mundial contra a URSS) e da pressão das massas. Houve, assim, a inserção de uma fase intermediária (o “governo operário e camponês”) na revolução social conforme originalmente concebida pelo trotskismo.

Houve, também, uma negação de que existia um regime de ditadura da burocracia

na Iugoslávia, que foi caracterizada como um Estado operário “são”, com, no máximo, algumas “deformações burocráticas” pontuais, passíveis de correção pelo próprio regime. Com isso, a Quarta Internacional delineou uma posição de apoio político crítico ao regime e PC iugoslavo, que foi considerado como não sendo mais stalinista, por ter ido além do programa de colaboração de classes e liderado uma revolução social triunfante. Com isso, o trotskismo ficava reduzido, na Iugoslávia, a atuar como uma espécie de “ala esquerda” do PC.

Pouco após, a mesma análise e posicionamento usado para a Iugoslávia foi aplicado à Revolução Chinesa e ao regime do PC chinês, e também a outros casos similares, de processos revolucionários liderados por forças que não eram socialistas revolucionárias. Foi o caso, em 1952, da Revolução Boliviana, na qual a liderança da Quarta Internacional e sua seção local atuaram com uma linha de apoio crítico à ala sindical do partido burguês MNR, por encarar que sua chegada ao poder como fruto de mobilizações de massas havia formado um “governo operário e camponês”, que poderia rumar para a ruptura com o capitalismo e formação de um Estado operário.

Essas revisões do arcabouço teórico-programático original do trotskismo levaram à primeira divisão significativa da Quarta Internacional no pós-guerra, ao final de 1953, quando, após um intenso debate interno acerca da adoção ou não de novas táticas e de uma nova estratégia para a revolução, baseada em tais leituras e posições, um setor minoritário se retirou da organização. Este acusou o setor majoritário do seu órgão dirigente internacional, o Secretariado Internacional (SI), de desvios revisionistas oportunistas que reduziriam o trotskismo a uma ala esquerda do stalinismo e de realizar abusos burocráticos para impô-los ao resto da organização.

O setor que rompeu com o SI lançou o “Comitê Internacional” (CI), um agrupamento com função de fração externa e objetivo de adiar o Congresso Mundial seguinte, previsto para 1954, e remover o Secretário-geral da organização, o grego Michel Raptis (“Pablo”) de seu cargo, para que pudesse haver debates democráticos sobre as divergências em pauta. Fizeram parte do CI, além de cisões minoritárias de algumas seções nacionais, o SWP dos EUA, o *The Club* inglês, o *Parti Communiste Internationaliste* francês majoritário (que havia sido expulso da Quarta Internacional no ano anterior, por se recusar a implementar certas orientações da liderança internacional) e, posteriormente, grupos latino-americanos agrupados no “Secretariado Latino-americano do Trotskismo Ortodoxo” (SLATO).

Eles acusavam Pablo e seus aliados no SI de romperem com princípios fundamentais do trotskismo, ao acreditarem que, no contexto de tensões internacionais da Guerra Fria, os PCs subordinados a Moscou e outras organizações não-revolucionárias (como nacionalistas na periferia capitalista) se veriam obrigados, por “fatores objetivos” e “pressão das massas”, a irem além de seus programas e a liderarem revoluções triunfantes. Leitura essa que levava o setor majoritário do SI a reduzir o trotskismo a uma “ala esquerda” dessas organizações não-revolucionárias, inclusive com suas seções nacionais se dissolvendo em seu interior (o que foi chamado de “entrismo *sui generis*”), visando tão-somente influenciá-las a dar esse passo à frente quando eclodisse uma situação revolucionária.

Tratava-se, portanto, de um substitucionismo, baseado em uma leitura impressionista e objetivista da conjuntura internacional. Isso levou Pablo e seus aliados a uma ruptura com a teoria da revolução permanente e com as consequências políticas da noção de crise de direção, que eram pilares fundamentais do trotskismo original.

Ademais, o setor majoritário do SI capitulara à burocracia stalinista, por defender que Iugoslávia e China não eram Estados operários com um regime de ditadura burocrática, mas sim com um regime saudável, de forma que apoiou politicamente seus governos e não viu necessidade de um partido trotskista nesses países. Ainda que reconhecesse a existência de aspectos burocráticos nesses regimes, tal setor defendia que, sob pressão das massas e atuação dos trotskistas como uma “ala esquerda” dos PCs locais, eles poderiam passar por uma “autorreforma”. Tratava-se, portanto, também de uma ruptura com o programa da revolução política.

Contudo, apesar de os grupos do CI se declararem “ortodoxos” em oposição ao que nomeavam de “revisionismo pablista”, eles compartilhavam com o setor majoritário do SI uma série de releituras do arcabouço teórico-programático original do trotskismo, realizadas no período 1944-51 para compreender o que havia ocorrido no Leste Europeu e na China.

Ainda que defendessem uma posição de oposição aos regimes dos novos Estados operários, defendendo a necessidade de revoluções políticas neles, e de construção de partidos trotskistas para liderá-las, tais grupos compartilhavam a leitura gradualista desenvolvida nos anos anteriores para explicar sua origem. Isto é, a noção de que o período em que houve governos de coalização com elementos burgueses previamente à expropriação definitiva da burguesia local havia sido uma situação de duplo poder ao

nível do aparato Estatal, um “governo operário e camponês”, conforme o novo significado atribuído pelos trotskistas ao termo, o qual poderia regredir para um governo burguês ou avançar para um Estado operário.

Essa leitura abria brecha para o apoio a organizações não-revolucionárias com influência de massas se alçarem ao poder, para então serem “empurradas” e destruírem o Estado burguês. De fato, foi essa a postura do CI em relação a um dos grupos envolvidos na guerra de independência da Argélia, na virada dos anos 1950-60.

Ademais, os grupos que compuseram o CI não tiveram, antes da sua ruptura, divergências com as orientações do SI para a seção boliviana da Quarta Internacional durante a revolução de 1952 no país, durante a qual o *Partido Obrero Revolucionario* (POR) atuou como uma “ala esquerda” do partido burguês nacionalista MNR, apoiando sua chegada ao poder. Com tal política, o POR boliviano almejava conseguir empurrar o setor do MNR baseado nos aparatos sindicais do país a ir além de seu programa nacional-democrático e romper o Estado burguês. Isso consistia numa ruptura com a estratégia trotskista da revolução permanente.

Portanto, as narrativas produzidas por tais grupos para explicar a crise do trotskismo nos anos 1950, muito centradas no que chamam de “revisionismo pablista”, são insuficientes para a devida compreensão das diferentes apropriações que estavam sendo feitas do trotskismo original diante dos novos desafios do pós-guerra e das variadas pressões sociais às quais os trotskistas da época estavam submetidos – sobretudo seu continuado tamanho reduzido, seu isolamento, o crescimento significativo dos Partidos Comunistas e Social-democratas na Europa e de forças nacionalistas no Terceiro Mundo.

Nos anos seguintes, diante de novos processos revolucionários – sobretudo a guerra de independência da Argélia e a Revolução Cubana – ocorreu uma reaproximação de setores do CI com a liderança da Quarta Internacional (SI), por convergirem na leitura de que esses processos poderiam resultar em revoluções sociais vitoriosas, mesmo na ausência de partidos marxistas (trotskistas) à sua frente, e que era necessário apoiar seus respectivos sujeitos políticos. Também em relação à leitura de que a Revolução Cubana dera origem a um Estado operário com um regime político saudável, isto é, não-stalinista, que deveria ser apoiado politicamente pelos trotskistas.

Com isso, o SWP, o SLATO e outros setores menores deixaram o CI, em 1963, para se reunificarem com o SI, formando o “Secretariado Unificado” da Quarta Internacional – doravante QI (SU). A QI (SU) passou a ser hegemonizada, então, pelo

trio europeu Ernest Mandel - Livio Maitan - Pierre Frank, com Pablo tendo rompido com a organização em 1964, por ter ficado em minoria ao aderir a posições “terceiro-mundistas”. Porém, diferentemente da QI original, a QI (SU) não era uma organização centralizada, e passaram a predominar laços cada vez mais frouxos entre sua liderança internacional e as seções nacionais, chegando ao ponto de existir mais de um grupo por país. Com o acúmulo crescente de divergências internas, novas rupturas ocorreram nos anos 1970.

Os setores que permaneceram no CI, por sua vez, reagiram com sectarismo à Revolução Cubana, não reconhecendo a formação de um Estado operário na ilha, ainda que burocratizado. Enquanto os setores do SI, e posteriormente da QI (SU), passaram a operar com a noção de que forças não-revolucionárias poderiam ser “empurradas” a realizar revoluções vitoriosas, reduzindo o trotskismo a uma “ala esquerda” delas, os setores remanescentes do CI negaram que, na ausência de forças marxistas (trotskistas) à frente de processos revolucionários, eles poderiam ser vitoriosos (ainda que isso fosse ser uma excepcionalidade histórica e cujos resultados exigissem a posterior entrada em cena dos trotskistas e da auto-organização da classe trabalhadora).

O trotskismo dos anos 1950-60 estava, portanto, profundamente marcado, da parte do seu setor majoritário, por perspectivas objetivistas (e também, no caso das ideias mais particulares de Pablo, impressionistas acerca do contexto da Guerra Fria), que levaram a posições oportunistas e substitucionistas, de busca de direções revolucionárias alternativas ao marxismo. E, da parte do seu setor minoritário, por leituras sectárias e dogmáticas dos novos fenômenos da luta de classes da época, mescladas a posições contraditórias, semelhantes às do setor majoritário – posições essas que, nos anos 1960-70, passaram a ter um peso cada vez maior.

Esses dois setores em que se dividiu a Quarta Internacional nos anos 1950-60 não foram os únicos, e acabaram dando origem a outros mais ao longo das décadas seguintes. Há que se mencionar, por exemplo, a formação, nos anos 1950, de um outro “tronco histórico” do trotskismo a partir das leituras de Tony Cliff, para quem a URSS era uma formação social do tipo “capitalismo de Estado”, bem como os demais Estados operários burocratizados (em nossa caracterização) surgidos no pós-guerra – motivo pelo qual não serão abordados nesta tese.

Também é necessário ressaltar que houve setores da Quarta Internacional, bastante minoritários e isolados, que não adotaram leituras objetivistas/substitucionistas

nem dogmáticas/sectárias diante das revoluções sociais do período, reconhecendo a possibilidade excepcional de lideranças não-revolucionárias conduzirem revoluções sociais vitoriosas, sem, com isso, capitular a elas. Foi o caso da Tendência Vern-Ryan do SWP dos EUA nos anos 1940-50, que reconheceu a formação de Estados operários no Leste Europeu e China, sem cair em leituras gradualistas, nem posições de apoio político aos regimes desses países, que caracterizaram como stalinistas. Ela também foi um dos poucos setores que criticaram a orientação do SI para o POR boliviano durante a revolução de 1952 e a forma como esse grupo atuou, vendo nisso uma traição ao programa do trotskismo (o outro setor foi uma ala minoritária do próprio POR).³⁹⁵

Foi o caso também da “Tendência Revolucionária” do SWP nos anos 1960, que posteriormente formou a *Spartacist League* (SL), após sua expulsão do partido, em 1963. Ela reconheceu a formação de um Estado operário em Cuba, porém sem capitular à sua liderança, caracterizando seu regime como stalinista e defendendo a formação de um partido marxista (trotskista) na ilha, para liderar um processo de revolução política.

Em linhas gerais, era essa a configuração do movimento trotskista internacional dos anos 1950-60, o qual foi bastante impactado pelos eventos relatados no capítulo anterior, que colocaram o arcabouço teórico-programático do trotskismo a novos testes, e levaram a novas apropriações dele por parte dos trotskistas da época. Conforme se verá, tais apropriações, ainda que envelopadas por uma reivindicação formal desse arcabouço original, na realidade envolveram mudanças importantes, contribuindo para uma maior diferenciação interna no movimento trotskista.

2. A atuação dos trotskistas junto às oposições no bloco soviético

Certamente houve muito entusiasmo entre as fileiras trotskistas com as revoltas contra os regimes stalinistas descritas no capítulo anterior. Mas esse entusiasmo era contrabalanceado pelo fato de que em nenhum desses países havia organizações trotskistas capazes de intervir nos eventos em curso, salvo poucas exceções, que não duraram muito.

Não obstante, através de suas publicações da época é possível afirmar que foram emitidas declarações, textos de análise, foram levantadas propostas de ações concretas

³⁹⁵ Posteriormente, Nahuel Moreno e também Guillermo Lora teceram duras críticas à linha adotada pelo POR em 1952. Contudo, à época, eles não apresentaram uma visão fundamentalmente diferente daquela do setor majoritário do partido da liderança internacional. Cf. MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. *Op. cit.*, p. 279-281.

para os trabalhadores do “bloco soviético” e para os ativistas influenciados pelos grupos trotskistas em seus respectivos países. Ademais, ainda que muitas vezes de forma limitada, devido ao tamanho quase sempre reduzido desses grupos, foram realizadas atividades públicas em seus locais de atuação (principalmente debates e protestos de solidariedade) e também foram contrabandeados materiais para os países do “bloco soviético” e divulgados materiais vindos de seu interior. Em meio a tudo isso, também houve polêmicas entre os trotskistas, por vezes duras.

Cabe destacar que foi feito um esforço sistemático por parte de alguns setores do movimento trotskista internacional para fazer suas ideias circularem no interior do “bloco soviético” ao longo dos anos 1950-80, bem como colaborar com dissidentes mais à esquerda, com a perspectiva de formar seções nessa parte do mundo. Essa atuação ainda é pouco conhecida e parcamente documentada, mas trabalhos recentes apontam que ela foi bastante intensa no que tange aos países como Polônia e, em menor escala, Hungria e Tchecoslováquia. Como destaca Bent Boel, que se dedica a pesquisar esse tipo de atuação clandestina junto a dissidentes do “bloco soviético”, os trotskistas iniciaram esse tipo de atividade muito antes de outras vertentes políticas (e agentes estatais estadunidenses contrarrevolucionários), ainda no começo dos anos 1960. Apenas nos anos 1980 o intercâmbio de dissidentes com o ocidente se tornou intenso.³⁹⁶

Tratava-se de um trabalho essencialmente clandestino, de contato com dissidentes emigrados e também atuantes no interior do “bloco soviético”, para traduzir, publicar e dar ampla circulação aos materiais por eles produzidos; para enviar ajuda financeira e material a grupos clandestinos (principalmente equipamento para impressão de materiais e transmissão / comunicação por rádio, bem com identidades e passaportes internos falsos); realizar campanhas de solidariedade a presos políticos; e para dar suporte aos que fugiam para a Europa ocidental.

Esse trabalho foi feito principalmente pelas correntes “mandelista” e “lambertista” na França, que possuíam, nos anos 1960-80, certo tamanho e também experiência com atividades clandestinas (os “mandelistas” já haviam atuado no auxílio a guerrilhas na América Latina e países como Argélia). Mas, de forma geral, vários grupos europeus possuíam comissões permanentes dedicadas ao “bloco soviético”, compostas por figuras de destaque da liderança (o que denota a importância dada a tais atividades),

³⁹⁶ Cf. BOEL, Bent. Western Trotskyists and subversive travelling in Soviet Bloc countries, 1956-1989. *Journal of Contemporary Central and Eastern Europe*, v. 25, n. 2, p. 240, 2017.

e os agrupamentos internacionais articulavam uma atuação em rede.³⁹⁷

Alguns documentos famosos da oposição aos regimes stalinistas foram levados para fora do “bloco soviético” por esses trotskistas, como a “Carta Aberta” ao PC polonês (1965), de Jacek Kuroń e Karol Modzelewski, e a declaração fundacional do KOR (“Comitê de Defesa dos Trabalhadores”) polonês, de 1976 (publicada no dia seguinte, no jornal da *Ligue Communiste Révolutionnaire*, então seção francesa da QI (SU), graças à presença de uma militante do grupo na reunião de fundação do KOR). A *Organization Communiste Internationaliste* (OCI, nome assumido pelo PCI - *La vérité* em 1967) chegou inclusive a atuar em auxílio à publicação na França da revista tchecoslovaca *Litsy*. Os “mandelistas” e “lambertistas” atuaram ainda na produção de periódicos voltados para debater e divulgar as atividades dissidentes, como a revista britânica *Labour Focus on Eastern Europe*, a austríaca *Gegenstimmen* e a francesa *L'Alternative / La Nouvelle Alternative*.³⁹⁸

Outras vertentes do trotskismo também buscaram manter um contato ativo com os dissidentes, como, por exemplo, a corrente “cliffista” (que não será abordada em nossa pesquisa): em 1968, John Palmer, do grupo britânico *International Socialism*, viajou por vários países do “bloco soviético”³⁹⁹ e, nos materiais desse grupo, pode-se encontrar republicações de materiais de dissidentes (como a “Carta Aberta” de Kuroń-Modzelewski, publicada em *International Socialism* n. 28, primavera de 1967), além de materiais escritos em conjunto com Edmund Baluka (às vezes grafado Bakula – por exemplo, em *International Socialism* n. 94, de janeiro de 1977), dentre outros dissidentes conhecidos.

Mas os trotskistas não só “importavam” documentos dos dissidentes, documentos trotskistas também circularam mais de uma vez no interior do “bloco soviético”, em meio às revoltas e lutas contra o regime stalinista, como uma declaração da QI (SU) que foi parcialmente reproduzida por uma revista clandestina tchecoslovaca em meio à “Primavera” de 1968; uma versão em húngaro do “Programa de Transição”, produzida pela OCI francesa; e uma versão em polonês da revista internacional da QI (SU), *Inprekor* (*Inprekor*), dentre outros exemplos.

Tamanha foi a expertise desenvolvida pelos trotskistas, em especial da França, que outras instituições buscaram o apoio deles para contrabandear materiais e dinheiro

³⁹⁷ Cf. *Ibid.*, p. 242-243.

³⁹⁸ Cf. *Ibid.*, p. 244.

³⁹⁹ Cf. *Ibid.*, nota 16.

para dentro do “bloco soviético”, como a central sindical francesa *Force Ouvrière* e até a CIA (cuja proposta foi rejeitada).⁴⁰⁰ Não obstante, chegaram a ocorrer prisões de trotskistas devido a tal atuação, como do sueco Göran Jacobsson (em novembro de 1983, na Polônia) e dos franceses Philippe Riès (dezembro de 1978) e François Castaing (1985, Polônia) – ademais, Dobbeleer chegou a ser condenado (*in absentia*) junto com Kuron-Modzelewski por conta da “Carta Aberta” de 1965.⁴⁰¹

Apesar de nunca ter existido uma presença sólida dos trotskistas no interior do “bloco soviético” ao longo do pós Segunda Guerra, todo esse esforço mencionado gerou alguns frutos. Especialmente o recrutamento para a OCI de um dos protagonistas da revolução húngara de 1956, Balasz Nagy (codinome Michel Varga), exilado na França, que passou a organizar outros emigrados em um grupo próprio (a “Liga dos Socialistas Revolucionários Húngaros”), e os dois grupos que existiram brevemente na Polônia nos anos 1980.

Tais grupos poloneses foram o “Partido Polonês Socialista dos Trabalhadores” (PSPP), fundado em 1980, no exílio, em Paris, por Baluka / Bakula e outros colaboradores, em contato com a OCI. No ano seguinte, o PSPP foi implantado na Polônia, porém foi dissolvido em 1984 pela repressão. E o “Acordo da Oposição dos Trabalhadores - Solidariedade” (POR-S), fundado em 1985, em contato com a QI (SU), e rebatizado “Partido Operário da República Autogestionada” (RPRS) no ano seguinte, pouco antes de ser dissolvido por uma crise interna gerada pela ação de agentes infiltrados da polícia política. Tais grupos serão abordados em mais detalhes nos próximos capítulos.

A análise que segue de como os grupos trotskistas reagiram às reformas pelo alto e revoltas por baixo no bloco soviético nos anos 1950-60 foram conduzidas a partir de um trabalho com artigos publicados na imprensa desses grupos e também com alguns documentos internos da Quarta Internacional. Ainda que seja escassa a menção às suas análises e posições acerca dos eventos em tela na bibliografia especializada sobre o trotskismo de tal período, também fizemos uma leitura crítica desta, em especial das “histórias oficiais” produzidas pelos próprios grupos, que serão mencionadas ao longo do texto.

Tal análise das fontes primárias foi realizada a partir de algumas perguntas-chave,

⁴⁰⁰ Cf. *Ibid.*, p. 246.

⁴⁰¹ Cf. *Ibid.*, p. 241 e notas 38, 58 e 59.

que ajudaram a realizar as necessárias comparações entre os diferentes grupos e a avaliação da sua apropriação e aplicação do arcabouço teórico-programático original do trotskismo.

Tais perguntas foram: como caracterizaram os eventos em questão (eram revoluções políticas?); como analisaram a conjuntura internacional do momento e sua influência sobre tais processos; como definiram, ao longo das análises, a “revolução política”; qual papel atribuíram ao fator subjetivo ou, em outras palavras, ao “sujeito político” da almejada democratização dos “Estados operários degenerados” (mais especificamente, se defenderam ou não a necessidade de formação de um partido marxista para cumprir o papel do sujeito político da revolução política); qual análise foi feita da burocracia à frente dos regimes do “bloco soviético” e de seus partidos (mais especificamente, se deveriam ser tomadas como adversárias da democratização ou se, ao invés, poderiam cumprir – ainda que apenas um ala dessas burocracias – algum papel progressista em tal processo, ou mesmo se poderia ser a responsável por conduzi-lo); se havia ou não alguma possibilidade de uma “autorreforma” dessa burocracia, de seus partidos e de seus regimes ditatoriais; qual papel teve a questão da autodeterminação nacional na eclosão das revoltas em questão e como responder a ela em termos de programa político; e, por fim, se havia ou não um risco de restauração capitalista envolvido nesses processos.

3. O movimento trotskista internacional e a revolta de 1953 na Alemanha Oriental

Como antecipamos, o primeiro abalo significativo no interior do “bloco soviético” foi a Revolta de 1953 na Alemanha Oriental. 1953 foi um ano de intensos conflitos no interior da Quarta Internacional, culminando, ao final do ano, na maior ruptura que já houve no movimento trotskista internacional. Os eventos alemães tiveram papel importante nesses conflitos, especialmente no interior da seção estadunidense, que foi a que fez o chamado à ruptura com o Secretariado Internacional em dezembro daquele ano, após um duro conflito em suas próprias fileiras.

Dos eventos aqui abordados, esse parece ter sido o que gerou divergências de análises e posicionamentos mais claras e explícitas entre os trotskistas. Por mais que todos tenham caracterizado tais eventos de forma similar, como um levante proletário pró-socialista que se aproximava de uma revolução política, houve clara divergência sobre o que deveria ser feito.

O setor majoritário da QI, ao redor de Michel Pablo, defendeu uma perspectiva de exercer pressão sobre a burocracia alemã para que esta realizasse mais concessões, até o ponto em que o regime mudaria qualitativamente para uma democracia proletária. O próprio partido do regime, o SED, deveria ser utilizado pelos trabalhadores como instrumento dessa pressão, de forma que deveria ser reformado para se tornar um partido democrático. Provavelmente por encarar que uma democratização gradual estava em curso também na URSS (a tese da autorreforma do stalinismo), a declaração emitida pelo Secretariado Internacional da QI não denunciou o uso das tropas de ocupação contra o levante proletário, nem demandou sua saída da RDA. Estranhamente, tampouco levantou o programa de unificação socialista da Alemanha.

Interessantemente, Daniel Bensaïd, em sua narrativa sobre a história do trotskismo, busca negar as críticas de capitulação ao stalinismo, feitas aos “pablistas” pelos setores que posteriormente formaram o CI, afirmando que “o apoio da maioria internacional” à revolta indicava “os limites da sua adaptação presumida ao stalinismo”. A omissão dos elementos acima referidos, em especial a ausência de demanda pela saída das tropas e a perspectiva de reformar o partido do regime, indica, na verdade, os limites das tentativas de “história oficial” produzidas por essa e outras correntes trotskistas, frequentemente permeadas por omissões e distorções.⁴⁰²

Já narrativas escritas da perspectiva dos “anti-pablistas” costumam enfatizar tais elementos. É o caso das narrativas de Alicia Sagra (da corrente “morenista”, originada do SLATO) e de um livreto apócrifo produzido por um dos grupos da corrente “lambertista” (originada do PCI francês), que mencionam pontualmente a ausência de uma chamada pela retirada das tropas soviéticas por parte do SI e sua aposta na democratização do PC local.⁴⁰³

Por mais que um chamado à retirada das tropas e de uma reunificação alemã em bases socialistas tenham figurado em um artigo de Ernest Mandel, publicado na revista europeia da QI (*Quatrième Internationale*), sua ausência na declaração do órgão dirigente gerou forte reação dos opositores de Pablo. Estes, em especial o SWP dos EUA, encararam o SED como um instrumento do regime burocrático, de forma que levantaram a estratégia da revolução política tal qual concebida por Trotski: construção de um partido marxista independente da burocracia para liderar o proletariado rumo à derrubada

⁴⁰² Cf. Bensaïd, Daniel. *Op. cit.*, p. 94-95.

⁴⁰³ Cf. Sagra, Alicia. *Op. cit.*, p. 173-174; PARTIDO Obrero Socialista Internacionalista. *Breve Historia de la Cuarta Internacional*. Barcelona: [s.d.], p. 22.

revolucionária do regime stalinista e sua substituição por um regime democrático de autogoverno dos trabalhadores, baseado em conselhos proletários (*soviets*).

A esse “núcleo” programático original da QI – isto é, as ideias de Trotsky acerca das tarefas políticas dos revolucionários diante da URSS stalinizada – o SWP e outros setores que viriam a formar o “Comitê Internacional da Quarta Internacional” ao final daquele ano, como o *The Club* inglês e o PCI-*La vérité* francês, também adicionaram a demanda de unificação socialista da Alemanha e a imediata retirada das tropas de ocupação da URSS. Tais setores denunciaram que as tropas soviéticas suprimiram o levante para salvaguardar o regime stalinista na RDA e para impedir que o “exemplo” dos trabalhadores alemães se espalhasse para o restante do “bloco soviético” e ameaçasse, assim, o conjunto das burocracias stalinistas. Vejamos em detalhes.

3.1. Quarta Internacional (Secretariado Internacional) – SI

O Secretariado Internacional da Quarta Internacional reagiu aos eventos alemães em poucos dias, através de uma declaração emitida em 25 de junho, “sobre os eventos na Alemanha Oriental e a situação geral atual nas ‘democracias populares’ europeias e na URSS” (publicada na revista *Quatrième Internationale* de julho).⁴⁰⁴ Essa declaração contém em sua análise os principais elementos das teses defendidas por Pablo e seus aliados em face à suposta iminência de uma Terceira Guerra Mundial: o giro revolucionário que ela forçaria o stalinismo a operar, a inevitável “desestalinização” gradual do “bloco soviético” e a necessidade de transformar o trotskismo em uma “ala esquerda” dos partidos stalinistas.

Acerca dos eventos em si, a declaração os caracteriza como um “esboço de uma revolução política”, afirmando que “trata-se de um movimento operário revolucionário autêntico” dirigido “contra um regime burocrático e policial”, e avalia que “seu significado histórico é imenso e imensamente progressista”, pois abre uma “era anti-stalinista”. A revolta seria a culminação de um acúmulo de forças de resistência à intensificação do trabalho, que vinha desde pelo menos 1949, combinado com o fato de que as “concessões” feitas pela burocracia após a morte de Stalin, com vistas a “diminuir a pressão” das massas por melhores condições de vida e por democracia, não estavam sendo realizadas de forma suficientemente rápida e profunda.

⁴⁰⁴ Cf. DÉCLARATION du Secrétariat International de la IV^{ème} Internationale sur les événements d'Allemagne orientale et la situation générale actuelle dans les “démocraties populaires” européennes et en U.R.S.S [25/06/1953]. *Quatrième Internationale* n. 62, p. 17-21, juillet 1953.

A declaração destaca ainda que foram nos países mais economicamente avançados do Leste Europeu que a revolta contra o stalinismo começou: Tchecoslováquia, em maio, e Alemanha, em junho. Seriam nesses países que a classe trabalhadora de região teria condições objetivas mais favoráveis à mobilização, devido a uma industrialização mais avançada.⁴⁰⁵

Até aí se trata de uma leitura que foi compartilhada pelos demais setores da Quarta Internacional à época. Todavia, apesar de afirmar que as massas alemãs “devem ter confiança apenas em si mesmas”, a declaração trabalhava com a tese de Pablo e Cia., de uma irreversível liberalização gradual dos regimes stalinistas sob pressão de tais massas – uma “via fria” de transição democrática, para evitar uma explosão revolucionária, conforme o termo presente na declaração. Nesse sentido, demandava, dentre outros elementos “clássicos” do programa da revolução política da QI, a “democratização real dos Partidos comunistas”, ao invés de chamar pela formação de um partido marxista (trotskista) na URSS e nos países do Leste Europeu.⁴⁰⁶

Ademais, em momento algum a declaração menciona o uso das tropas de ocupação da URSS contra a revolta, nem demanda sua saída do território alemão e a independência nacional do país, o que gerou fortes críticas dos adversários de Pablo, sendo um dos elementos utilizados por alguns deles para justificar a ruptura com o SI ao final daquele ano. A declaração tampouco levanta a demanda de unificação em bases socialistas da Alemanha, que figurava no programa da Quarta Internacional para a Alemanha dividida do pós-guerra, o que também foi elemento de crítica da parte dos “anti-pablistas”. O trecho a seguir sintetiza a perspectiva de autorreforma gradual do regime stalinista contida na declaração:

os dirigentes soviéticos e aqueles das diferentes “democracias populares” e dos Partidos comunistas [...] são obrigados a perseverar na via das concessões cada vez mais amplas e mais reais, para não arriscarem perderem o apoio das massas e a provocarem explosões ainda mais fortes. Eles não podem parar na metade do caminho. Eles tentarão ajustar as concessões para evitar explosões mais sérias no futuro imediato e, se possível, fazer uma transição “fria” da situação

⁴⁰⁵ “En Allemagne orientale [...] vient de s'ébaucher la Révolution politique des masses travailleuses [...]. C'est un mouvement ouvrier révolutionnaire authentique, très conscient de sa voie et de ses moyens d'action. [...] contre un régime bureaucratique et policier. [...] Sa signification historique est immense et immensément progressive. [...] Il est l'annonciateur d'une ère nouvelle, poststalinienne, antistalinienne”. *Ibid.*, p. 18.

⁴⁰⁶ “démocratisation réelle des Partis communistes”. *Ibid.*, p. 20.

atual para uma situação mais suportável para as massas.⁴⁰⁷

Na mesma edição de *Quatrième Internationale*, foi publicado um texto de Ernest Mandel, datado do dia seguinte a essa declaração, que possui conteúdo mais “ponderado” no que tange às releituras do arcabouço teórico-programático original da QI operadas por Pablo e seus aliados mais próximos. Intitulado “O levante operário na Alemanha Oriental”, nele Mandel caracteriza os eventos alemães como uma “ação revolucionária” de importância histórica, que abrem uma nova etapa da expansão da onda revolucionária para o bloco soviético e que mostram a forma concreta que assumirá a oposição proletária à burocracia. O artigo apresenta bastante informação sobre a revolta e argumenta que, sem a aliança dos trabalhadores de Berlim Leste, que dariam maior peso para a confraternização dos soldados da URSS com os rebeldes, o levante não poderia ter um desfecho favorável.

Diferentemente da declaração do SI, Mandel fala da repressão soviética, destacando que envolveu “uns trinta” fuzilados, mas afirma que se tratou de uma medida “bastante limitada”, para “intimidar”. Também diferentemente da declaração do SI, o artigo defende a unificação revolucionária da Alemanha e a necessidade de saída das tropas de ocupação da URSS. Outra diferença importante é que, ao afirmar que o exemplo alemão se espalhará pelo Leste Europeu e pela própria URSS, e que a burocracia stalinista buscará realizar concessões preventivas, destaca que isso dificilmente terá efeito e que terá lugar, conforme o proletariado recupere confiança em si, a “reversão revolucionária da burocracia pelo proletariado” – ou seja, não apresenta uma visão determinista acerca da possibilidade de uma “autorreforma” de tal burocracia “sob pressão das massas”.⁴⁰⁸

Todavia, tal qual a declaração do SI, o texto de Mandel não menciona a necessidade de construção de um partido marxista na RDA e fala de um suposto “reconhecimento implícito” da justeza das teses trotskistas por parte dos dirigentes do SED. Segundo sua análise, teria ocorrido uma mudança de orientação profunda no partido da burocracia stalinista alemã: face à revolta proletária, seus dirigentes teriam realizado

⁴⁰⁷ “les dirigeants soviétiques et ceux des différentes ‘démocraties. Populaires’ et des Partis communistes ne pourront plus falsifier ou ignorer la signification profonde de ces événements. Ils sont obligés de persévérer dans la voie de concessions encore plus amples et plus réelles pour ne pas risquer de s’aliéner à jamais le soutien des masses et de provoquer des explosions encore plus fortes. Ils ne pourront plus désormais s’arrêter à mi-chemin. Ils s’efforceront de doser les concessions pour éviter des explosions plus graves dans l’immédiat et faire si possible une transition ‘à froid’ de la situation actuelle à une situation plus supportable pour les masses. Mais celles-ci ne doivent avoir confiance qu’en elles-mêmes.” *Ibid.*, p. 20.

⁴⁰⁸ Cf. GERMAIN, E. [Ernest Mandel]. Le soulèvement ouvrier en Allemagne Orientale [26/06/1953]. *Quatrième Internationale* n. 62, p. 22-29, juillet 1953.

“uma autocrítica que ataca as próprias raízes da política econômica e social stalinista. As teses que o movimento trotskista defendeu durante vinte e cinco anos foram de um só golpe admitidas e repetidas pelos dignitários stalinistas mais altos da Alemanha Oriental”.⁴⁰⁹

Ao enumerar as concessões realizadas pela burocracia e que supostamente representariam a aplicação das “teses trotskistas”, Mandel não comenta o núcleo duro dessas “teses”, que é o estabelecimento do poder direto da classe trabalhadora através de uma revolução política, que substitua a ditadura da burocracia por um Estado baseado em conselhos proletários, e que necessita da atuação de um partido marxista como seu estado-maior para que seja vitoriosa. Dessa forma, ainda que com particularidades, pode-se ver que o núcleo fundamental das teses “pablistas” se fizeram presentes também nesse artigo de Mandel.

A mesma análise realizada pelo SI em sua declaração de 25 de junho pode ser encontrada ainda em um curto texto publicado pela então seção francesa da Quarta Internacional, o PCI-*La vérité des travailleurs* (a ala minoritária do PCI original, dirigida por Pierre Frank, que permaneceu ligada ao SI após a expulsão da ala majoritária em 1952). Publicada na edição de setembro de seu jornal e intitulada “O alvorecer da revolução política na URSS”, tal declaração, assinada por “P. Giraud”, apresenta a tese, por meio de uma linguagem um tanto determinista, de que estaria em curso uma liberalização “irreversível” dos regimes stalinistas devido à pressão das massas.⁴¹⁰

Com base nessa leitura, “Giraud” alega que “é sob essa pressão operária que eles [dirigentes do SED] são obrigados a liberalizar o regime, [e] atender às reivindicações dos trabalhadores”.⁴¹¹ Em linhas gerais, o autor afirma que “a política de liberalização que a burocracia é constrangida a realizar é uma arma perigosa para ela [...], ela está engajada de forma definitiva em uma via irreversível [...]. Ela se apegará a seus privilégios, mas sua resistência pode ser mais fraca do que parece se estiver na presença de uma pressão energética das massas”⁴¹².

⁴⁰⁹ “autocritique qui s'attaque aux racines mêmes de la politique économique et sociale stalinienne. Des thèses que le mouvement trotskyste avait défendues pendant vingt-cinq ans se trouvent d'un seul coup admises et reprises par les plus hauts dignitaires staliniens en Allemagne orientale”. *Ibid.*, p. 27.

⁴¹⁰ Cf. GIRAUD, P. L'aube de la révolution politique en U.R.S.S. *La vérité des travailleurs* n. 14, p. 3, septembre 1953.

⁴¹¹ “Et c'est sous cette pression ouvrière qu'ils sont obligés de libéraliser le régime, d'accorder les revendications aux ouvriers”. *Ibid.*

⁴¹² “La politique de libéralisation que la bureaucratie est contrainte de réaliser est une arme dangereuse pour elle. [...] elle s'est engagée en définitive dans une voie irréversible. [...] Elle s'accrochera à ses privilèges,

Tal qual a declaração do SI, o texto não menciona o uso da força pela burocracia da URSS para suprimir a revolta e, conseqüentemente, não apresenta um programa para lidar com essa situação. Tampouco apresenta um programa de “revolução política” (o termo sequer é utilizado, à exceção do título) contra o regime stalinista, ou mesmo reivindica a necessidade de formação de um partido marxista na RDA. Dessa forma, pode-se ver que as teses de Pablo e de seus aliados no SI estavam enraizadas em setores da QI, como a seção francesa, apesar das resistências que serão abordadas a seguir e dos “matizes” existentes no interior do próprio SI.

3.2. Socialist Workers Party dos EUA – SWP

Se na seção francesa do SI pode-se encontrar uma fidelidade às teses de Pablo e à análise e posicionamento delineados pelo SI para os eventos alemães, o mesmo não pode ser dito do *Socialist Workers Party* dos EUA (SWP). A mesma análise e linha política do SI chegou a aparecer na edição de março-abril da revista do grupo, *Fourth International* (certamente publicada com atraso), através do artigo de George Clarke (colaborador próximo de Pablo no SI e então editor da revista), intitulado “Os Dias de Junho em Análise”.⁴¹³

Todavia, na mesma edição, foi publicada uma dura crítica ao artigo, na forma de uma nota editorial que mesclava texto próprio dos “editores” com trechos de uma polêmica interna acerca do rascunho original de Clarke, travada entre ele e “Morris Stein” (pseudônimo de Morris Lewit, veterano do trotskismo nos EUA, dirigente do SWP e membro do Sindicato dos Encanadores de Nova York).⁴¹⁴ Não é possível afirmar quem escreveu a nota editorial, mas, nas edições seguintes da revista, o posto de Editor-chefe passou das mãos de Clarke para William Warde, enquanto o de Editor comercial permaneceu com o veterano Joseph Hansen.

Conforme destaca a nota editorial, Stein criticou o uso feito por Clarke dos termos “socialista em essência” para definir a natureza da economia da URSS e “métodos de planejamento socialista” para falar de seu funcionamento, o que Clarke encarou como “picuinha terminológica”, mas que seus críticos no SWP viam como uma capitulação ao

mais sa résistance peut-être plus faible qu'elle ne parait devoir l'être si elle se trouve en présence d'une pression énérgique des masses. *Ibid.*

⁴¹³ Cf. CLARKE, George. The June Days in Review. *Fourth International* v. 14, n. 2, p. 61-64, March-April 1953.

⁴¹⁴ Cf. CORRESPONDENCE - Editorial Note. *Fourth International* v. 14, n. 2, p. 56-57, March-April 1953.

stalinismo. Mais significativamente, “os editores” criticam Clarke por apresentar o que eles definem como a “inerente e inevitável necessidade de um levante de massas contra a burocracia do Kremlin” como meramente uma variante possível da revolução política. Outra seria a de “reforma progressiva da burocracia”⁴¹⁵, existindo ainda a possibilidade da combinação de ambas. Dessa forma, Clarke, segundo seus críticos do SWP, estaria apresentando uma noção de que a burocracia poderia “dividir o poder” com as massas – uma violação das teses trotskistas acerca do stalinismo e da necessidade da revolução política, conclui a nota.⁴¹⁶

Na edição seguinte de *The Fourth International* foi publicado um novo material assinado pelos “editores”, com o título de “O levante na Alemanha Oriental”.⁴¹⁷ Tal qual na declaração do SI, os eventos alemães são caracterizados como uma revolução política contra o regime stalinista. Mas, naquilo que difere da análise do SI, a declaração ressalta a necessidade fundamental do partido marxista (trotskista) para a vitória da revolução política – uma “necessidade férrea” – o qual daria norte à insatisfação dos trabalhadores e seria uma alternativa revolucionária ao partido da burocracia. Também diferentemente da declaração do SI, tal documento do SWP destaca a supressão da revolta pelas tropas da URSS e demanda sua imediata expulsão da RDA.⁴¹⁸

Após apresentar essas análises e posições, a declaração termina com mais críticas a Clarke, apontando que o texto dele “minimiza o papel contrarrevolucionário do Kremlin, bem como o de seu regime-fantoches [na Alemanha Oriental]”, afirmando, de forma sarcástica, que o autor é “zeloso em apresentar a conduta moderada das forças de ocupação, mas falha em caracterizar e trazer à tona seu papel contrarrevolucionário em bloquear a luta dos trabalhadores pelo poder”.⁴¹⁹

Essa polêmica pública envolvendo dirigentes do SWP e o então Editor-chefe da revista do partido, que também era um de seus representantes no SI, era apenas uma pequena parte da luta que então se desenvolvia no interior do partido, entre o setor majoritário de sua liderança (ao redor de James Cannon, Joseph Hansen, Murry Weiss e Farrel Dobbs), e o minoritário, alinhado a Pablo e à maioria do SI (ao redor de Clarke,

⁴¹⁵ “inherent and unavoidable need for the mass uprising against the Kremlin bureaucracy”. *Ibid.*, p. 56.

⁴¹⁶ *Ibid.*, *passim*.

⁴¹⁷ Cf. EDITORS, The. The East German Uprising *Fourth International* v. 14, n. 3, p.67-70, May-June 1953.

⁴¹⁸ Cf. *Ibid.*

⁴¹⁹ “His presentation plays down the counter-revolutionary role of the Kremlin as well as of its puppet regime. He takes careful note of the moderate conduct of the occupying forces, but fails to characterize and bring out their counter-revolutionary part in blocking the workers’ bid for power.” *Ibid.* p. 70.

Mike Bartel e Bert Cochran). Tal luta foi travada nas bases do partido ao longo de 1953, culminando, em dezembro, com a expulsão da minoria sob acusações de “deslealdade” e com a ruptura do SWP com o SI. Os dois principais documentos dessa luta da maioria do SWP contra o “pablismo”, “Contra o revisionismo pablista” e “Uma carta aos trotskistas ao redor do mundo”, trazem mais algumas análises acerca dos eventos alemães e duras críticas às posições de Pablo, Clarke e Cia.⁴²⁰

O primeiro, publicado na edição de setembro-outubro de *The Fourth International*⁴²¹, era uma polêmica com um dos principais documentos apresentados pelo SI para o 4º Congresso Mundial da Quarta Internacional, previsto para ocorrer no ano seguinte, “Ascensão e declínio do stalinismo”⁴²², escrito por Mandel em agosto. Aprovado com modificações pelo 4º Congresso Mundial (as modificações, de caráter parcial, foram fruto de duras críticas realizadas pela seção cingalesa da Quarta Internacional ao rascunho original) e posteriormente ratificado e expandido pelo 5º Congresso Mundial (1956), ele não continha as teses mais deterministas de Pablo acerca da iminência de uma Terceira Guerra Mundial, a qual, supunha o dirigente, forçaria o stalinismo a operar um “giro revolucionário” ao redor do globo. Não obstante, o texto apresentava o que pode ser tido como o núcleo duro da nova leitura feita acerca do stalinismo, que era compartilhada pelos dirigentes do SI, Mandel incluso.

A leitura em questão, conforme já vislumbrado pela análise e posicionamento do SI diante dos eventos alemães, consistia em enxergar um “novo curso” do stalinismo após a morte de Stalin. Esse “novo curso” seria fruto, por um lado, de mudanças nas condições objetivas que originaram o stalinismo – o isolamento nacional da URSS e o “atraso” econômico e cultural dessa formação social –, em decorrência do avanço das forças produtivas, da expansão para o Leste Europeu e da vitória da Revolução Chinesa. Ele também decorreria, por outro lado, da ascensão revolucionária à escala global, que então ocorria.

Diante desses fatores, os partidos stalinistas fora da URSS poderiam, segundo a lógica do SI, vir a se tornarem “canais” e “instrumentos” da revolução por vir, devido a sua crescente base social proletária, em especial no caso dos países capitalistas mais

⁴²⁰ Para uma análise detalhada da disputa no interior da Quarta Internacional em 1953, que culminou na formação do “Comitê Internacional”, ver MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. *Op. cit.*, Capítulo 4, Seções 4 e 5 (p. 213-234).

⁴²¹ Cf. AGAINST Pabloite Revisionism. *Fourth International* v. 14, n. 5, September-October 1953.

⁴²² Cf. RISE and Decline of Stalinism. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], [s.p.] September 1953.

desenvolvidos (“eles são obrigados a refletir, até certo ponto e apesar de fazê-lo de forma inadequada, os interesses do proletariado”). Assim, ao adentrarem na via revolucionária por conta da pressão das suas bases, os PCs deixariam “molecularmente” de serem stalinistas.⁴²³ Em outras palavras, a expansão da base social do stalinismo nos países capitalistas abria uma possibilidade (forte) de este se tornar uma força revolucionária, ainda que com problemas. Daí decorria a linha do “entrismo *sui generis*” nesses partidos e a redução do trotskismo a uma “ala esquerda” deles.

Ademais, tal previsão de “desintegração” do stalinismo é ainda estendida ao próprio PC da URSS, o qual se avaliava que estaria deixando de ser stalinista com o desenvolvimento das suas forças produtivas. Em relação ao regime da URSS, afirmava-se ainda que a “era Malenkov” representava o “começo do fim” do bonapartismo soviético, uma vez que a juventude do PC vinha demonstrando descontentamento com seus dirigentes e que as massas soviéticas em geral vinham cada vez mais ganhando consciência dos problemas do regime e se mobilizando contra eles.

Assim, o “novo curso” do stalinismo seria caracterizado, de um lado, por melhores condições econômicas para todas as camadas da população dos “Estados operários” e, de outro, por uma distensão na atmosfera repressiva. Fatores esses que, combinados, se não levassem a uma autorreforma gradual por parte burocracia, certamente levariam a revoluções políticas por parte das massas. Todavia, ao aventar a possibilidade de uma ascensão por parte dessas, o documento não definia qual seria o *sujeito político* envolvido na organização e direção desse processo (dando margem para se entender que, também no bloco soviético, os trotskistas deveriam ser a “ala esquerda” dos PCs, que supostamente estavam em vias de deixarem de ser stalinistas).⁴²⁴

É interessante notar que a ideia de uma possível autorreforma por parte da burocracia soviética, defendida por Pablo, por seus aliados no SWP dos EUA (a fração Cochran-Clarke-Bartel) e presente em tal documento, era disseminada também em outros círculos. Por volta da mesma época, por exemplo, Isaac Deutshcer (que abandonara as fileiras trotskistas quando da fundação da Quarta Internacional) desenvolveu a tese de existência de uma “pressão inconsciente objetiva” pela desestalinização, a qual teria ocorrido de forma distorcida pelas mãos da própria burocracia por conta da ausência de

⁴²³ Cf. *Ibid.*, [s.p.].

⁴²⁴ Cf. *Ibid.*, [s.p.].

uma força revolucionária.⁴²⁵

A resposta do SWP a tal documento de Mandel e do SI o critica por ver as concessões do stalinismo como um curso de liberalização quase que automático dos regimes stalinistas, decorrente de uma mudança nas condições objetivas de isolamento e atraso econômico-cultural – sendo que é apontado um exagero na avaliação da profundidade tanto dessas concessões, quanto dessas mudanças objetivas. Critica ainda a resolução por tratar o “terror” como algo excepcional no mando burocrático e encarar que aquele estaria saindo de cena naquele momento.

Cabe comentar que a liderança do SWP dá a entender que o terror se trata de uma característica essencial do stalinismo. Dessa forma, ela tendia a ir ao outro extremo da maioria do SI e não enxergar que de fato ocorria um abrandamento dos regimes stalinistas no pós-guerra, no sentido de não haver mais um uso sistemático do terror presente em parte da gestão Stalin, ainda que eles tivessem mantido suas características centrais de ditadura burocrático-policial.

Ademais, a maioria da liderança do SWP também critica o documento do SI por abandonar a noção de “termidor soviético”, segundo a qual a burocracia é a “primeira fase da restauração burguesa”: “A casta privilegiada, vista qualitativamente na estrutura da sociedade soviética, é uma formação de mentalidade burguesa ainda confinada dentro da cobertura das conquistas remanescentes da Revolução de 1917, da propriedade nacionalizada, da economia planificada.”⁴²⁶ Dessa forma, conclui:

Na forma geral como aborda os eventos posteriores à morte de Stalin e o novo curso do regime de Malenkov, a resolução estabelece as premissas políticas para uma reavaliação da natureza da burocracia stalinista e do tipo de ação que os trabalhadores devem adotar para derrubá-la. Ainda que não apresente abertamente essas revisões, ela abre a porta para tal.⁴²⁷

No que tange especificamente aos eventos alemães, a polêmica do SWP com o SI ressalta sua importância, afirmando que o “levante demonstra em vida como a revolução política contra o stalinismo se origina e se desenvolve”, apontando se tratar de uma

⁴²⁵ Ver DEUTSCHER, Isaac. Ironias da História. Ensaio sobre o comunismo contemporâneo [1966]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

⁴²⁶ “The privileged caste, viewed qualitatively in the structure of Soviet society, is a bourgeois-minded formation still confined within the integument of the remaining conquests of the 1917 Revolution, nationalized property, planned economy.” AGAINST Pabloite Revisionism, *op. cit.*, [s.p.].

⁴²⁷ “In its whole treatment of the events since Stalin’s death and the new course of the Malenkov regime, the resolution lays down the political premises for a reappraisal of the nature of the Stalinist bureaucracy and the kind of action the workers must take to overthrow it. While it does not spell out these revisions, it opens the door for others to do so, as we shall see later.”. *Ibid.*, [s.p.].

“oportunidade para checarmos nosso programa com os eventos”.⁴²⁸ Nesse sentido, enumera algumas “lições” a serem tiradas de tais eventos, dentre elas: o fato de que as massas rapidamente se afastaram do SED; de que “o programa trotskista acerca da necessidade da revolução política contra o stalinismo através de um levante de massas foi reivindicado e adotado na prática pelos trabalhadores insurgentes”; e que “as massas desarmadas e sem apoio tiveram que recuar. Elas sentiram a necessidade de formação de uma liderança revolucionária e de um partido para organizar as próximas etapas e ligar-se com as lutas no Ocidente e nos países da zona-tampão”.⁴²⁹

Em seguida, o documento resume e critica o que vê como limitação das “lições” tiradas pelo SI, em contraste com as ali apresentadas. Ele critica o SI principalmente por se deixar convencer pelas concessões feitas após a revolta de Berlim e assegurar que elas seriam aprofundadas (“De agora em diante eles [a burocracia] não poderão parar a meio caminho [...] Eles serão obrigados a realizar mais concessões”⁴³⁰) e por não levantar um chamado para aprofundar a revolta até derrubar o stalinismo, nem um programa específico para os trabalhadores alemães em revolta. Ademais, critica a demanda de “democratização dos PCs”: o SI se posicionava “como se esses órgãos do regime policial pudessem e devessem ser transformados em veículos para as ações e aspirações revolucionárias das massas”.⁴³¹

O SWP critica ainda a ausência de um chamado pela formação de um partido trotskista e pela saída das tropas de ocupação. Igualmente, condena a não existência da defesa da unificação socialista da Alemanha (apesar dos próprios manifestantes terem levantado essa demanda) ou da independência em relação à URSS. Conforme sintetiza o próprio documento, o material produzido pelo SI “não é formatado para focar a atenção das massas na necessidade de uma nova liderança revolucionária. Justo no momento em que os trabalhadores estão em revolta, ele é permeado por uma atitude conciliatória em relação à burocracia”.⁴³² Por fim, o documento destina críticas similares ao texto já

⁴²⁸ “This uprising demonstrated in life how the political revolution against Stalinism originates and unfolds. [...] opportunity to check our program with the actual events”. *Ibid.*, [s.p.].

⁴²⁹ “The Trotskyist program of the necessity of political revolution against Stalinism by a mass uprising was vindicated and adopted in action by the insurgent workers.”; “The unarmed and unsupported masses had to fall back. They felt the need for the formation of a revolutionary leadership and a party to organize the next stages and link it up with the struggles in the West and the buffer zone countries.”. *Ibid.*, [s.p.].

⁴³⁰ *Apud ibid.*, [s.p.].

⁴³¹ “as though these organs of the police regime could and should be transformed into vehicles for the revolutionary actions and aspirations of the masses”. *Ibid.*, [s.p.].

⁴³² “It is not designed to focus the attention of the masses upon the need for a new revolutionary leadership. At the very time when the workers are in revolt, it is permeated with a conciliatory attitude toward the bureaucracy. *Ibid.*, [s.p.].

mentionado de George Clarke.

Vê-se aqui que o centro da luta então em curso no interior da Quarta Internacional dizia respeito ao elemento subjetivo em um processo revolucionário e à necessidade ou não de um partido marxista para organizar e dar um norte programático à insatisfação das massas trabalhadoras.

Já o segundo documento principal da luta “anti-pablista” da maioria da liderança do SWP, assinado pelo histórico dirigente do trotskismo nos EUA, James P. Cannon, era um chamado aos trotskistas dos demais países a romperem com o SI, por considerar que tal órgão havia cruzado a linha do tolerável nas suas novas formulações, levando a traições políticas.⁴³³ No que tange aos eventos alemães, o documento critica a reação de Pablo a eles contida na declaração de 25 de junho do SI: “Ao invés de repercutir claramente as aspirações políticas dos trabalhadores insurgentes da Alemanha Oriental, Pablo acobertou os sátrapas stalinistas contrarrevolucionários que mobilizaram a tropas soviéticas para acabar com o levante”.

Mais uma vez, o SWP critica no documento do SI a ausência de demanda por retirada das tropas da URSS, alegando que, ao invés, Pablo preferiu “espalhar a ilusão de que ‘concessões mais amplas e genuínas’ viriam dos gauleiteres [títulos dos comandantes nazistas regionais] do Kremlin”, complementando de forma duramente sarcástica que “poderia Moscou ter pedido por uma melhor assistência enquanto procedia em falsificar monstruosamente o profundo significado desses eventos, tachando os trabalhadores em revolta de ‘fascistas’ e ‘agentes do imperialismo estadunidense’ e abrindo uma onda de selvagem repressão contra eles?”.⁴³⁴

Assim, à diferença sobre o fator subjetivo / necessidade do partido marxista acrescentava-se ainda uma diferença de avaliação sobre as possibilidades do stalinismo desempenhar algum papel progressista dentro e fora dos “Estados operários degenerados” – no segundo caso, a possibilidade de uma “autorreforma” do regime.

⁴³³ CANNON, James P. “A Letter to Trotskyists Throughout the World”. In: TOWARDS a History of the Fourth International. Vol. 3. Struggle in the Fourth International. International Committee Documents. 1951-1954. New York: Pathfinder, p. 132-138, 1974.

⁴³⁴ “Instead of clearly voicing the revolutionary political aspirations of the insurgent East German workers, Pablo covered up the counter-revolutionary Stalinist satraps who mobilized Soviet troops to put down the uprising”; “Pablo fostered the illusion that ‘more ample and genuine concessions’ would be forthcoming from the Kremlin’s gauleiters. Could Moscow have asked for better assistance as it proceeded to monstrously falsify the profound meaning of those events, branding the workers in revolt as ‘fascists’ and ‘agents of American imperialism’, and opening a wave of savage repression against them? *Ibid.*, p. 133-134.

3.3. PCI-*La vérité* francês

Do outro lado do Atlântico, apesar de ter sido um dos primeiros grupos a se levantar contra o novo arcabouço teórico-programático em desenvolvimento por Pablo e cia., o PCI-*La vérité*, composto pela ala majoritária expulsa da seção francesa no ano anterior e que viria a integrar o “Comitê Internacional” junto ao SWP, não levantou polêmicas contra a leitura do SI e do PCI-*La vérité des travailleurs* em sua declaração sobre os eventos alemães.

Intitulada “Os proletários de Berlim se levantam – Contra a ocupação, pela unidade alemã”, e publicada na edição de 29 de junho do jornal do partido, esse curto documento ressalta a ausência de um partido marxista capaz de liderar o levante dos trabalhadores da Alemanha Oriental e fala em findar o parasitismo da burocracia e em unificar a Alemanha sob bases socialistas.⁴³⁵ Ela convoca ainda os trabalhadores franceses a “ajudarem a classe trabalhadora alemã na sua luta pela unidade de seu país, pela saída das tropas de ocupação estrangeiras, pelo socialismo”.⁴³⁶

3.4. *The Club* inglês

Ao norte, do outro lado do Canal da Mancha, o *The Club* inglês – outro grupo relevante que veio a compor o “Comitê Internacional” – dedicou mais atenção aos eventos alemães que o PCI-*La Vérité*. Através de seu jornal, *Socialist Outlook*, ele apresentou um relato *in-loco* escrito no dia 26 de junho, um apelo para “salvar do fuzilamento” os grevistas presos e um segundo relato *in-loco* da ressurgência das greves no começo de julho, além de uma nota sobre a expansão da “onda revolucionária” para a própria URSS (debateando o significado da queda de Beria).⁴³⁷

Os eventos alemães foram caracterizados no relato *in loco*, escrito por Wilhelm

⁴³⁵ Cf. PROLÉTAIRES de Berlin se lèvent, Les. Contre l'occupation, pour l'unité allemande. *La Vérité*, n. 317, [s.p.] 29 juin 1953.

⁴³⁶ “aider la classe ouvrière allemande dans sa lutte pour l'unité de son pays, pour le départ des troupes d'occupation étrangères, pour la démocratie ouvrière, pour le socialisme”. *Ibid.*, [s.p.].

⁴³⁷ Cf., respectivamente, SPRENGER, Wilhelm. On-The-Spot Report of E. Berlin Strikes. Workers Fight Party Bosses [22/06/1953]. *Socialist Outlook* n. 85, p. 1, June 26, 1954; LAWRENCE, John. Save These Workers From the Firing Squad! *Socialist Outlook* n. 86, p. 1, 4, July 13, 1953; SPRENGER, William. E. German Workers Shake Party Bosses. Struggles Reaching New Heights. *Socialist Outlook* n. 88, p. 1, 4, July 17, 1953; LAWRENCE, John. Revolutionary Tide Reaches USSR. *Socialist Outlook* n. 88, p. 2, 4, July 17, 1953. Há possibilidade de que os dois relatos assinados por “W. Sprenger” tenham sido escritos por Ernest Mandel, uma vez que o pseudônimo consta entre aqueles listados pelo casal Petra e Wolfgang Lubitz como sendo um dos vários utilizados por ele (cf. http://www.trotskyana.net/Trotskyists/Ernest_Mandel/ernest_mandel.html#pseudos, acessado em 10/02/2019), além do fato de que Mandel se encontrava na Alemanha naquele momento, mas é estranho que tais relatos não constem nos periódicos do Secretariado Internacional e de outras seções da QI.

Sprenger, como um “genuíno movimento de classe dos trabalhadores alemães” (um “levante dos trabalhadores”, conforme seu segundo artigo), e no artigo de John Lawrence como uma “grande onda de greves e manifestações, que representaram uma oposição proletária e socialista ao regime policial que existe em todo o Leste Europeu e na União Soviética”, destacando que o movimento “também foi uma luta pela reunificação da Alemanha em bases socialistas”.

Lawrence, inclusive, ao rebater as acusações do jornal stalinista britânico, *Daily Worker*, de que se tratava de uma “provocação de agentes ocidentais”, reconhece que de fato havia infiltração de elementos pró-capitalistas, mas ressalta que estes falharam em seus objetivos, pois os trabalhadores não se manifestaram contra “o sistema de nacionalização e planejamento”. Em tom semelhante, Sprenger afirma que as demandas dos manifestantes expressam um “alto grau de consciência socialista”, também rebatendo acusações stalinistas de que se tratava de “provocadores fascistas”.⁴³⁸

Ademais, Lawrence chama atenção para a repressão (prisões e fuzilamentos) e defende que o movimento sindical britânico organize uma delegação de “sindicalistas, membros do Parlamento, jornalistas e advogados socialistas” para viajar à RDA e defender os grevistas presos, assegurando que tenham um julgamento justo e prestar assistência a seus familiares.⁴³⁹

Reportando sobre as novas greves de 7-8 de julho, Sprenger aponta que a repressão não quebrou a resistência proletária e analisa que o governo respondeu de forma dupla ao levante grevista: por um lado, fazendo concessões econômicas importantes, e, por outro, prendendo os grevistas mais combativos e as lideranças do levante. Dessa forma, o autor considera que as concessões (incluindo o incentivo, feito pelo partido único, a críticas ao regime no chão das fábricas) como um meio do SED recuperar sua “base de massas” perdida, pois “a burocracia não tem poder social próprio” e depende “de algum tipo de apoio passivo ou tolerância por grandes massas de trabalhadores”. Todavia, aponta que as concessões levavam os trabalhadores a terem mais confiança em si e se mobilizarem mais e mais, o que teria como resultado, por exemplo, a greve de 7-8 de julho (que demandava a libertação dos grevistas presos, após reconhecimento do direito de greve pelo Ministro da Justiça em entrevista a um jornal).⁴⁴⁰

⁴³⁸ Cf. SPRENGER, Wilhelm. *On-The-Spot Report*, op. cit., p. 1; SPRENGER, William. E. *German Workers*, op. cit., p. 1 e LAWRENCE, John. *Save These Workers*, op. cit., p. 1.

⁴³⁹ Cf. LAWRENCE, John. *Save These Workers*, op. cit., p. 4.

⁴⁴⁰ Cf. SPRENGER, William. E. *German Workers*, op. cit.

Já em seu artigo sobre a URSS, Lawrence assinala o que considera ser mudanças nas suas condições objetivas: ela não estaria mais isolada, teria passado por grande avanço industrial e tecnológico, e assistido a uma melhoria nas condições de vida das massas. Ademais, os novos líderes não teriam a mesma autoridade moral de que gozara Stalin. Daí, o artigo conclui que os trabalhadores da URSS iriam se tornar mais e mais refratários à burocracia e buscar removê-la do poder. Assim, encara as concessões feitas após a morte de Stalin para lidar com essa realidade só poderiam “aguçar os apetites dos trabalhadores soviéticos e levar a um afrouxamento ainda mais dramático da ditadura burocrática” – no que se aproxima do determinismo “pablista” presente nas teses sobre a possibilidade de uma autorreforma do stalinismo.

Todavia, argumenta que Malenkov não deve ser encarado como alguém que abandonou seu passado stalinista: “Um burocrata em pânico não é de forma alguma a mesma coisa que um socialista revolucionário! O terror ainda está lá – mas, ao menos por hora, os chefes do partido se sentem obrigados a utilizá-lo com certa circunspeção.” Conclui, assim, que “a assim-chamada ‘liberalização’ do regime deve ser entendida como o reflexo de um grupo privilegiado confrontado com uma classe trabalhadora inquieta ansiando pela restauração da democracia soviética e odiando como o diabo o regime policial de Stalin-Beria.”⁴⁴¹

Trata-se de uma análise interessante, pois diferia daquela da maioria do SI e, não obstante, Lawrence era o homem de Pablo no *The Club*, tendo permanecido ligado ao SI após a ruptura do final de 1953 e se apresentado, no 4º Congresso Mundial (1954), como mais “pablista” que o próprio Pablo, ao propor a dissolução da QI para a devida implementação do “entrismo *sui generis*” – ao ter sua proposta derrotada no Congresso, Lawrence optou pela ruptura.

No começo de 1954, já rompido com o SI, o *The Club* retomou esses temas em sua revista teórica, *Labour Review*, mas abordou apenas de forma passageira os eventos alemães, na seção “Os destaques de 1953”⁴⁴², bem como em um artigo sobre “O que está

⁴⁴¹ “can only whet the appetites of the Soviet workers and lead on to an even more dramatic loosening of the bureaucratic dictatorship”; “A panicky bureaucrat is not at all the same thing as a revolutionary socialist! The terror is still there - but, at least for time being, the party bosses are constrained to use it with a certain circumspection.”; “The so-called ‘liberalisation’ of the regime must be understood as the reflex of a privileged ruling group confronted with an aroused working class yearning for the restoration of Soviet democracy and hating like hell the police rule of Stalin-Beria.”. LAWRENCE, John. *Revolutionary Tide*, *op. cit.*, p. 2.

⁴⁴² Cf. INTERNATIONAL Notes. *Labour Review* v. 1, n. 5, p. 3-9. January-February 1954.

por detrás das conversas de paz”, que abordava a Guerra da Coreia⁴⁴³. Neste último, assinado por Gerry Healy, o dirigente do *The Club* destaca a revolta na Alemanha Oriental e as crescentes dificuldades da burocracia diante do desenvolvimento econômico e da mudança na condição de isolamento nacional devido à revolução chinesa e à expansão no Leste Europeu, fatos que corroíam as bases materiais do stalinismo (atraso econômico-cultural e isolamento nacional).

Tal artigo também afirma que a liquidação de Beria refuta as teorias de que o stalinismo estaria sendo forçado a adotar um “novo estilo” (*new look*) e menciona Deutshcer como o mais “proeminente” defensor da tese de uma liberalização desde o topo. Ademais, ao falar das medidas de “liberalização” adotadas após a morte de Stalin, aponta que nenhuma delas era nova, já tendo sido utilizadas em diferentes momentos pelo próprio Stalin, e que o novo regime usaria os mesmos métodos do anterior – assim, tal qual a liderança do SWP, Healy dá a entender que não vê diferença entre o terror de Stalin e as ditaduras mais “brandas” do pós-guerra.⁴⁴⁴

4. O movimento trotskista internacional, o “outubro polonês” e a Revolução Húngara de 1956

Como vimos, passados três anos da revolta na RDA, eventos semelhantes ocorreram na Polônia e engatilharam uma verdadeira revolução na Hungria. A essa altura, o movimento trotskista internacional já se encontrava cindido entre uma Quarta Internacional desfalcada (doravante referida como QI-SI) e um “Comitê Internacional” (CI-QI) com funções de fração pública. Diante dos eventos de 1956, é possível ver que o núcleo duro das teses “pablistas” ainda sobrevivía na QI-SI e que os “anti-pablistas” do CI-QI eram unidos por laços frouxos não apenas do ponto de vista organizativo, como também teórico-programático, uma vez que produziram análises e respostas políticas diferentes sobre os eventos em questão.

Acerca dos eventos poloneses, houve grande acordo por parte de todos os agrupamentos na caracterização daqueles enquanto sendo um levante revolucionário por democracia e independência, em bases socialistas – um princípio de revolução política, tal qual os eventos alemães de três anos antes. Também houve um acordo geral quanto à importância e o caráter progressista (ou mesmo revolucionário) da luta por independência

⁴⁴³ HEALY, G. What is behind the peace talks?. *Labour Review* v. 1, n. 5, p. 10-16, January-February 1954.

⁴⁴⁴ Cf. *Ibid.*, p. 25-26.

nacional frente à URSS para as repúblicas do “bloco soviético”, desde que conduzida com um norte socialista.⁴⁴⁵

Todavia, mais uma vez se fez presente a divergência de estratégia: a classe trabalhadora deveria pressionar a burocracia por crescentes concessões (QI-SI) ou derrubá-la através de uma revolução (CI-QI)? Atrelada a essa divergência de estratégia, se fez presente, com mais vigor do que no caso alemão, outra diferença política, referente ao que fazer perante a burocracia: como Gomulka buscou manobrar com a revolta para manter o regime burocrático e, ao mesmo tempo, angariar certa autonomia frente à URSS, a QI-SI viu nele e em sua ala do PC polonês um “centrista”, apostando tendo apostado na reforma do partido para que este se democratizasse e se tornasse a liderança do proletariado em sua luta por democracia.

Já os grupos do CI-QI, ainda que tenham tido divergências acerca da caracterização de Gomulka e seu governo (um burocrata à frente de um regime stalinista para o SWP, e um “porta-voz” dos anseios dos trabalhadores à frente de um governo “comunista” para o PCI-LV), defenderam a ação independente dos trabalhadores (com o SWP enfatizando a necessidade de construção de um partido marxista que rivalizasse com o PC, visto como stalinista, e o derrubasse do poder).

Interessantemente, duas obras de “história oficial” produzidas pela corrente “lambertista”, apesar de abordarem de forma razoável (ainda que muito sintética) as reações dos trotskistas à revolta alemã de 1953 e aos eventos de 1956 aqui em questão, convergindo com nossos apontamentos, omitem a mencionada posição do PCI-LV quanto a Gomulka.⁴⁴⁶

No caso húngaro, como os trabalhadores foram além do mero levante e se organizaram em órgãos de poder proletário, não houve muito espaço para a perspectiva de reforma gradual da QI-SI. Partindo da leitura comum de que se tratava de uma revolução política em curso (não apenas o “esboço” ou o “princípio” de uma), tanto a QI-SI, quanto o CI-QI, adotaram a posição de que os conselhos proletários deveriam constituir um novo regime de autogoverno democrático dos trabalhadores, alternativo ao regime stalinista então vigente: tratava-se da estratégia da revolução política conforme preconizada por Trotski e a Quarta Internacional pré-Segunda Guerra.

⁴⁴⁵ Ressalta-se que não nos foi possível acessar fontes do *The Club* inglês referentes a 1956 para além da revista *Labour Review*, a qual era então publicada de forma intermitente e não abordou os eventos poloneses de 1956.

⁴⁴⁶ Cf. PARTIDO Obrero Socialista Internacionalista. *Op. cit.*, p. 22-25; MARIE, Jean-Jacques. *O trotskismo*, *op. cit.*, p. 93-94.

Todavia, enquanto o CI-QI enfatizou a necessidade de um partido marxista independente da burocracia para conduzir a luta dos trabalhadores húngaros à vitória revolucionária, a QI-SI mais uma vez chamou pela democratização do PC local, visto pelo CI-QI como mero aparato burocrático e instrumento de dominação stalinista.

Não obstante, houve pleno acordo na necessidade de saída das tropas da URSS e na análise de que elas foram utilizadas para suprimir o processo revolucionário em curso e, assim, assegurar a perpetuação do regime stalinista na Hungria e no restante do “bloco soviético”. Também houve acordo em relação ao caráter progressista e revolucionário da demanda por independência nacional, ainda que, no interior do CI-QI, tenha existido duas avaliações diferentes sobre como ela deveria ser conduzida – se integrada à luta pelo socialismo democrático, ou se em separado e prévia, inclusive conduzida através de uma frente única com elementos pró-capitalistas (caso do *The Club* inglês).

Vale destacar que Bensaïd, em sua narrativa sobre a história do trotskismo, afirma ter existido um “largo acordo” entre os trotskistas sobre “apoio ativo” à revolta polonesa e à Revolução Húngara (bem como às revoluções argelina, cubana e vietnamita), o que não é de todo verdade, tendo em vista as diferenças aqui apontadas.⁴⁴⁷

4.1. Quarta Internacional (Secretariado Internacional) – QI-SI sobre a Polônia

A análise da revolta polonesa apresentada pela QI-SI, através de um “Balanço da revolução política na Polônia e Hungria” realizado por Pablo no XVIII Pleno do Comitê Executivo Internacional (CEI), em novembro de 1956, apresenta os eventos poloneses e húngaros como uma “ação revolucionária espontânea das massas”, que trouxe à tona os conselhos proletários.

Tal “Balanço” encara que o PC polonês se transformou em um legítimo partido proletário e que liderou tal processo, sendo um substituto (ainda que imperfeito) ao partido marxista. Pablo chega a afirmar que a liderança do PC polonês evitou “incertezas”, “confusões” e “perigos” (restauracionistas) que se fizeram presentes no processo húngaro, o qual não contou com uma liderança política organizada, colocando, assim, a revolta polonesa em um patamar superior de desenvolvimento político que a revolução húngara. Mas destaca a ausência de uma “direção revolucionária consciente”, o que trazia algum risco do processo assumir uma via restauracionista. Direção essa que não poderia ser substituída como “elemento decisivo” para a vitória, ainda que o pudesse

⁴⁴⁷ Cf. BENSÁID, Daniel. *Op. cit.*, p. 98.

ser para a eclosão da revolta, donde esta não ter sido concluída de forma favorável. Gomulka, nesse sentido, é apresentado como expressão deformada da tendência das massas, uma tendência “centrista” evoluindo à esquerda.⁴⁴⁸

Apesar dessa abordagem inicial, que via com bons olhos Gomulka e o PC polonês, em dezembro Pablo tomou mais distância crítica de tais elementos, ao falar da limitação do poder dos conselhos sob o regime de Gomulka, comparando-o com o de Tito na Iugoslávia, onde já existiam conselhos de fábrica com certa participação limitada na gestão econômica. Ao debater tal tema, Pablo valorizou então mais a experiência húngara, onde reconhece que os conselhos proletários rapidamente se tornaram órgãos de poder político.⁴⁴⁹

De forma semelhante à abordagem inicial de Pablo, o PCI-*La vérité des travailleurs* (seção francesa do SI) encarou que o PC polonês havia liderado um processo de “revolução política” após ter assumido, em seu VIII Pleno, um “programa democrático”. Ainda que haja semelhanças claras com a leitura “pablista” de autorreforma da burocracia, essa análise da seção francesa do SI vai mais além, ao falar que o partido da burocracia teria se tornado o sujeito político da derrubada da ditadura da própria burocracia.⁴⁵⁰

Passado algum tempo, Mandel apresentou, como parte dos documentos ao 5º Congresso Mundial da Quarta Internacional (QI-SI), realizado em outubro de 1957, uma emenda ao documento “Ascensão e declínio do stalinismo” (1953-54), nomeada “Declínio e queda do stalinismo” (o documento final aprovado no congresso recebeu o título de “Ascensão, declínio e perspectivas de queda do stalinismo”), na qual debate os eventos poloneses. Seguindo sua postura de apresentar uma versão mais matizada das teses de Pablo e seus aliados mais próximos (e às vezes mais “extremados”), Mandel realizou uma análise segundo a qual o PC polonês teria em seu interior uma “oposição de esquerda” / “oposição liberal” e que esta teria assumido a liderança do CC a partir do VII Pleno do partido (agosto de 1956).

Essa “ala esquerda” do stalinismo (que não é caracterizada como stalinista) é que teria mobilizado o proletariado contra a burocracia e a ingerência da URSS no regime do

⁴⁴⁸ Cf. BILAN de la révolution politique en Pologne, en Hongrie (rapport de Michel Pablo au XVIII Plénum du Comité Exécutif International [novembre 1956]. *La vérité des travailleurs* n. 52, p. 8-9, Décembre 1956.

⁴⁴⁹ Cf. PABLO, Michel. L'importance internationale de la Révolution Hongroise [Décembre 1956]. *Quatrième Internationale* v. 15, n. 1-3, p. 16-18, Mars 1957.

⁴⁵⁰ COMMUNISTES polonais ont choisi d'être avec les masses, les. *La vérité des travailleurs* n. 52, p. 7-8, Décembre 1956.

país. Ela estaria aliada à “fração centrista de Gomulka” contra os “stalinistas”, e seria “um testemunho da nova direção marxista-revolucionária em formação do proletariado polonês”, podendo se consolidar no “papel de guia leninista da classe trabalhadora polonesa”, a depender da “correlação de forças e sobretudo a audácia e a tática correta”. Ou seja, ainda que não afirmando que uma ala da burocracia havia se tornado genuinamente marxista e entrado na via de liderar o proletariado à “revolução política”, Mandel colocava essa possibilidade como provável no horizonte.⁴⁵¹

O documento aborda também a questão nacional, falando da “justa revolta das massas contra a opressão nacional”, da “natureza objetivamente progressista da sua luta por emancipação”, e levantando o programa de “Repúblicas Socialistas Soviéticas independentes e soberanas” para os países do Leste Europeu, defendendo o modelo de federações e confederações.⁴⁵²

Vê-se que, à altura da revolta polonesa, as teses sobre autorreforma do stalinismo assumiam aspecto mais concreto, ao levar seus defensores a enxergarem o partido da burocracia como possuindo uma ala marxista capaz de liderar os trabalhadores na derrubada do stalinismo. E, apesar das ponderações de Pablo, especialmente em seu “Balanço” de novembro sobre a “imperfeição” desse sujeito político, não há a defesa em nenhum dos materiais aqui mencionados à formação de um partido marxista na Polônia para desempenhar o papel de sujeito político da revolução política, ficando em seu lugar a perspectiva de que uma ala do próprio PC polonês pudesse substituir tal partido, ainda que com imperfeições. Daí pode-se aventar a possibilidade de que, para a QI-SI, a tarefa dos marxistas na Polônia seria a de desempenhar o papel de “ala esquerda” dessa “ala esquerda” do stalinismo (já não mais considerada stalinista, e sim “democrática”, “centrista”, “liberal”...).

Cabe ressaltar que essas avaliações algo positivas acerca de Gomulka e do PC polonês não demoraram a serem contestadas pela realidade, uma vez que, na sequência da repressão à Revolução Húngara, o regime polonês reestabeleceu a censura, a

⁴⁵¹ Cf. [MANDEL, Ernest]. Déclin et chute du Stalinisme. *Quatrième Internationale* v. 15, n. 1-3, p. 75-92, Mars 1957. “Par ses liens multiples avec le prolétariat au sein daquel elle s'est profondément enracinée au cours de six mois de lutte politique violente; par la clarté de critique du stalinisme qui se rapproche fortement du marxisme révolutionnaire; par son programme de mobilisation des travailleurs qui reprennent et moin la direction de l'économie; par sa défense farouche des libertés démocratiques ou sein du mouvement ouvrier, la tendance de gauche qui s'est associée à la fraction centriste de Gornulka dans le renversement de la direction stalinienne du P.C. polonais peut être considérée, surtout dans son aile marchante de la jeunesse, comme un noyau de la nouvelle direction marxiste-révolutionnaire du prolétariat polonais en formation.” (p. 82).

⁴⁵² Cf. *Ibid.*, p. 88.

perseguição às greves (tornando-as ilegais) e a repressão aos opositores ao longo de 1956-58. A reação do setor majoritário do movimento trotskista aos eventos poloneses, portanto, repetiu os mesmos erros fundamentais realizados alguns anos antes frente à ruptura Tito-Stalin (1948), que levou muitos nas fileiras da Quarta Internacional a se entusiasmarem com Tito e seu PC iugoslavo, não obstante o marechal responder às acusações de “trotskismo” advindas do Kremlin com afirmações de que na Iugoslávia os trotskistas eram “devidamente tratados” (isto é, fuzilados).

Também é interessante notar que, em meio aos eventos poloneses e húngaros, a QI-SI emitiu, em novembro, uma convocação à unidade do movimento trotskista internacional, aprovado pelo 18º Pleno do CEI. Dirigido ao CI-QI, o chamado afirmava não haver questões políticas ou organizativas que não pudessem ser resolvidas em uma mesma organização e destacava a urgência de dar uma direção revolucionária aos elementos que rompem com o stalinismo. Assim, ignorava o balanço inteiramente divergente feito por setores do CI-QI acerca de Gomulka e dos eventos poloneses.⁴⁵³ Não há indícios de que o CI-QI ou algum de seus grupos tenha respondido a tal chamado, apesar de que existiram setores no CI-QI favoráveis a uma reunificação após a saída dos aliados mais próximos de Pablo das fileiras da QI, em 1954 – aqueles setores estavam, inclusive, realizando esforços de reaproximação em 1955-57.⁴⁵⁴

4.2. Comitê Internacional da Quarta Internacional – CI-QI sobre a Polônia

Se na QI-SI havia certa homogeneidade de avaliação e perspectivas programáticas diante dos eventos poloneses (ainda que com a existência de matizes interpretativos), no CI-QI a situação era diferente, particularmente no que tange à caracterização de Gomulka, do PC e do governo sob seu comando. Em termos de análise, o SWP dos EUA situou a revolta polonesa como fruto e uma nova conjuntura mundial aberta no pós Segunda Guerra, que permitiu o desenvolvimento de uma “consciência revolucionária” entre os trabalhadores da URSS e do Leste Europeu. Isso seria fruto, segundo o grupo, da ascensão

⁴⁵³ Cf. POUR l'Unité du Mouvement Trotskyste. Appel aux directions et aux membres des organisations du “Comite International” [Novembre 1956]. *Quatrième Internationale* v. 15, n. 1-3, p. 69-70, Mars 1957. “Il n'est pas de questions, à l'heure actuelle, organisationnelle ou politique, pour laquelle nous ne pouvons pas trouver en commun une solution satisfaisante pour tous” (p. 70)

⁴⁵⁴ Em particular, Peng Shu-zi, líder exilado dos trotskistas chineses, e George Breitman, membro veterano da liderança do SWP dos EUA. As tentativas de reaproximação entre SI e CI entre 1954-63 encontram-se documentadas na coletânea de documentos em quatro volumes, *The Struggle to Reunify the Fourth International (1954-63)*, publicada pelo SWP dos EUA no final dos anos 1970 (disponível digitalizada em <https://www.marxists.org/history/etol/document/swp-us/education/index.htm#fi>).

da revolução colonial e, acima de tudo, da vitória da Revolução Chinesa, além de um salto enorme das forças produtivas no interior do nascente “bloco soviético”, gerando uma nova e numerosa geração de trabalhadores.⁴⁵⁵

Em termos de caracterização, o SWP avaliou a revolta polonesa em sua declaração “O levante de Poznan” como “qualitativamente idêntica” à revolta na RDA de três anos antes,⁴⁵⁶ detalhando, em uma declaração seguinte (sobre “Revolução na Polônia e Hungria”), que se tratava de um “levante geral revolucionário” por democracia e independência nacional, o qual seria um “estágio na revolução política”⁴⁵⁷.

Essa segunda declaração analisa os eventos poloneses buscando extrair deles lições sobre as formas concretas do que era visto, então, como uma revolução política. Nesse sentido, destaca que, como pôde ser observado na Polônia, sob o regime stalinista, lutas econômicas tendem a transbordar para o plano político e assumir caráter insurrecional, levando a uma ruptura no seio da burocracia entre o alto-escalão e os demais setores, que podem permanecer neutros ou ficarem ao lado dos trabalhadores. A declaração destaca ainda a centralidade da questão nacional, que assumiria no Leste Europeu um significado “profundamente revolucionário”⁴⁵⁸ – por conta disso, o documento declara apoio total à demanda de independência, mas destacando que ela deve ocorrer em bases socialistas.⁴⁵⁹

Diferentemente da QI-SI, o SWP destacou a necessidade de formação de um partido marxista. Sua primeira declaração afirma que a fusão dos intelectuais e estudantes críticos à burocracia com os trabalhadores levaria à formação de um novo “Partido Bolchevique”, “indispensável” para a vitória da revolução política, que passa por “encontrar o caminho” ao “programa trotskista”.⁴⁶⁰ A segunda destaca que o partido marxista a ser criado na Polônia deveria ser “independente da burocracia”.⁴⁶¹ Ademais, o SWP ressaltou a existência de “camadas atrasadas” dos trabalhadores e da pequena burguesia da cidade e do campo, para as quais comunismo significa a tirania do Kremlin” e às quais podiam apelar os *slogans* e partidos burgueses e também a igreja católica,

⁴⁵⁵ Cf. EDITORIAL. The Poznan Uprising. *International Socialist Review*, v. 17, n. 3, p. 75-77, Summer 1956.

⁴⁵⁶ Cf. EDITORIAL. *The Poznan Uprising*, op. cit.

⁴⁵⁷ Cf. REVOLUTION in Poland and Hungary. The Editors. *International Socialist Review* v. 17, n. 4, p. 12, Fall 1956.

⁴⁵⁸ Cf. EDITORIAL. *The Poznan Uprising*, op. cit.

⁴⁵⁹ Cf. REVOLUTION in Poland and Hungary, op. cit.

⁴⁶⁰ Cf. EDITORIAL. *The Poznan Uprising*, op. cit.

⁴⁶¹ Cf. REVOLUTION in Poland and Hungary, op. cit.

visando a desviar o processo para um rumo restauracionista.⁴⁶²

Em relação à Gomulka, o SWP encarou seu regime como “representante dos interesses da burocracia” e avaliou sua composição como uma “frente popular” (governo de colaboração de classes), devido à presença de representantes da burguesia e pequena-burguesia polonesa. Assim, apresentou como tarefa central dos trabalhadores poloneses – assim como dos então também insurgentes trabalhadores húngaros – “derrubar a burocracia e criar as fundações da democracia proletária para a estrutura socializada”.⁴⁶³

Em um terceiro documento (sobre “A Revolução Húngara e a Crise do Stalinismo”), o SWP ressaltou que o regime de Gomulka era prova de que a tese da autorreforma da burocracia não era válida: ainda que reconhecendo que Gomulka tomou o lado das massas contra a ingerência soviética, o documento não lhe tece elogios e destaca que “essa contenção da parte do regime polonês [sua decisão de não reprimir a revolta] não foi uma evidência de qualquer tipo de ‘autorreforma’ stalinista. Ela foi ocasionada pelo medo de que os eventos de Poznan pudessem dar início a uma conflagração revolucionária generalizada, que poderia se espalhar por todo o Leste Europeu e para a própria União Soviética”.⁴⁶⁴ De forma semelhante, já em sua primeira declaração, o SWP afirmara que o suposto “novo curso” do XX Congresso do PC da URSS seria “expressão de uma postura defensiva que a burocracia adotou em relação às massas”.⁴⁶⁵

Já do outro lado do Atlântico, o PCI-*La vérité* teve uma avaliação diferente dessa do SWP, e mais próxima daquela da QI-SI – o que reforça nossa avaliação, sobre os “anti-pablistas” não serem tão distintos dos “pablistas” tal como muitas vezes suas respectivas tentativas de “histórias oficiais” buscam apresentá-los. Conforme sua análise, Gomulka seria um “porta-voz legítimo dos interesses das massas”, de forma que dá a entender que tal fato não o caracterizaria como um stalinista e representante dos interesses da

⁴⁶² Cf. EDITORIAL. *The Poznan Uprising*, op. cit.

⁴⁶³ Cf. REVOLUTION in Poland and Hungary, op. cit. “The problem of the working class is to overthrow the bureaucracy and create the workers democratic foundations for the socialized structure.”

⁴⁶⁴ Cf. HUNGARIAN Revolution and the Crisis of Stalinism, The. Resolution adopted by the SWP National Committee, January 1957. In “*De-Stalinization*”, *the Hungarian Revolution, and World Trotskyism (Documents, 1955-57)*. The Struggle to Reunify the Fourth International (1954-63): Volume II. Education for Socialists Series. New York: National Education Department of the Socialist Workers Party, p. 33-39, 1978. Citação na p. 33-34: “This restraint on the part of the Polish regime was not evidence of any Stalinist ‘self-reform.’ It was occasioned by fear that the Poznan events might touch off a general revolutionary conflagration that could spread throughout Eastern Europe and into the Soviet Union itself.”

⁴⁶⁵ Cf. Cf. EDITORIAL. *The Poznan Uprising*, op. cit.

burocracia polonesa.⁴⁶⁶ Em um de seus artigos, o grupo chegou inclusive a chamar o governo de Gomulka de “governo comunista”.⁴⁶⁷ Não obstante, em outro artigo atacou a tese da autorreforma do stalinismo defendida por Deutscher e outros autores (não nomeados).⁴⁶⁸

Como o próprio CI-QI raramente se reunia e emitia declarações, dificilmente essa divergência de perspectivas entre o SWP e o PCI-LV se expressou em debates conjuntos, tendo cada grupo preferido o conforto do isolamento nacional à busca pela transformação do CI-QI em uma organização de verdade.

4.3. Quarta Internacional (Secretariado Internacional) – QI-SI sobre a Hungria

Mal os eventos poloneses chegaram ao resto do mundo através dos noticiários empresariais e informes militantes, eclodiu a Revolução Húngara. Como visto, de imediato a QI-SI tendeu a ver com mais entusiasmo a revolta polonesa do que a húngara, por enxergar no PC de Gomulka uma liderança firme, ainda que imperfeita (“Balanço” de Pablo de novembro).⁴⁶⁹ Mas o desenrolar dos eventos na Hungria não podia deixar de evidenciar que tratava-se de um processo mais profundo e que expressava um grau mais elevado de consciência por parte dos trabalhadores, devido à sua organização em órgãos de poder direto, ainda que se fizesse ausente um sujeito político capaz de dar um norte programático unificado à revolução em curso. Assim, em um segundo momento (dezembro de 1956), Pablo destacou o caráter avançado dos conselhos húngaros, que eram órgãos de poder proletário, diferenciando-os daqueles existentes nas fábricas da Iugoslávia sob Tito e da Polônia sob Gomulka.⁴⁷⁰

A QI-SI emitiu uma declaração sobre o processo húngaro ainda em outubro (no dia 30), caracterizando-o como uma “revolução vitoriosa ainda não acabada”, e

⁴⁶⁶ BRABANT, Pierre [Pierre Broué]. Ce printemps de Pologne, notre printemps en octobre. *La Vérité* n. 428, p. 2, 26 Octobre 1956. (“A partir du début octobre, l'opposition révolutionnaire a commencé à se cristalliser sur le nom de Gomulka. [...] le dirigeant du PC sous l'occupation symbolisant aux yeux des masses l'opposition communiste à la bureaucratie du Kremlin.” + “Dans sa bouche les masses reconnaissent des phrases qui concordent avec le programme qu'elles ont imposé en ces journées décisives [...]. Les staliniens sont éliminés du nouveau BP.”)

⁴⁶⁷ VIVE les Conseils ouvriers hongrois, en lutte contre la bureaucratie du Kremlin! Vive la Pologne socialiste indépendante! A bas l'infame intervention russe contre les prolétaires hongrois! [30/10/1956]. *La Vérité - Supplément au n. 430 du 2 novembre 1956*. n. 428, p. 2, 26 Octobre 1956.

⁴⁶⁸ Cf. B., P. Vive la Pologne socialiste indépendante! Vive l'action révolutionnaire des travailleurs de Pologne et de Hongrie! *La Vérité* n. 428, p. 1-2, 26 Octobre 1956. É provável que o autor da declaração seja o dirigente do PCI-LV, Pierre Lambert, cujo nome verdadeiro era Pierre Boussel, ou ainda o conhecido historiador Pierre Broué, que acompanhou com viva atenção as revoltas e revoluções no “bloco soviético”.

⁴⁶⁹ Cf. BILAN de la révolution politique, *op. cit.*

⁴⁷⁰ Cf. PABLO, Michel. *L'importance internationale*, *op. cit.*

destacando a necessidade de se consumir uma revolução política na forma da construção de um regime baseado nos conselhos, que removesse a burocracia do poder e findasse sua ditadura. Nessa declaração, a QI-SI abordou a invasão das tropas da URSS para suprimir a revolução em tom de duras críticas, caracterizando-a como “loucura burocrática” levada a cabo por uma “claque podre de burocratas” (muito diferente, portanto, da reação à supressão da revolta alemã de 1953).⁴⁷¹

Frente ao governo de Kádár, diferentemente de como reagiu ao governo de Gomulka, o SI não expressou nenhuma simpatia, caracterizando-o como equivalente àquele de Rakósi (“Se não se trata mais do regime stalinista da Rakósi, seus métodos são mais ou menos os mesmos”⁴⁷²).

Interessantemente, ao mesmo tempo em que a QI-SI inicialmente debateu a necessidade de uma “direção revolucionária consciente” para afastar os riscos restauracionistas e assegurar a vitória da revolução política (tomando a revolta polonesa como mais avançada que a revolução húngara por conta do suposto giro à esquerda do PC polonês)⁴⁷³, não falou da necessidade de construção de um partido marxista na Hungria. Ao invés, defendeu “democratizar” o PC húngaro, tal qual fizera em relação ao SED alemão em 1953 (chamava os “comunistas” húngaros a “introduzirem no seu partido uma democracia ilimitada, bem como a liberdade de opiniões e tendências divergentes”)⁴⁷⁴.

4.2. Comitê Internacional da Quarta Internacional – CI-QI sobre a Hungria

Enquanto no CI-QI houve avaliações divergentes acerca do papel de Gomulka e do PC polonês da parte do SWP dos EUA e do PCI-LV francês, em relação aos eventos húngaros houve sintonia, expressa em uma declaração de 27 de outubro. Nesta, o CI-QI saudou “calorosamente” os conselhos proletários que surgiram e a luta da classe trabalhadora húngara contra a burocracia local e da URSS, o que seria parte do esforço dessa classe em “realizar a sua missão histórica de estabelecer o socialismo autêntico”,

⁴⁷¹ Cf. LONG Live the Independent and Democratic Republic of Hungarian Workers' Councils! An Appeal of the Fourth International to the workers, poor peasants, and intellectuals of Hungary (Translated from the December 1956 issue of *Quatrième Internationale*) [30/10/1956]. In *“De-Stalinization”, the Hungarian Revolution, and World Trotskyism (Documents, 1955-57)*. The Struggle to Reunify the Fourth International (1954-63): Volume II. Education for Socialists Series. New York: National Education Department of the Socialist Workers Party, p. 61-63, 1978.

⁴⁷² REVOLUTION and Counterrevolution in Hungary, *op. cit.*, p. 63.

⁴⁷³ Cf. BILAN de la révolution politique, *op. cit.*, PABLO, Michel. *L'importance internationale*, *op. cit.*

⁴⁷⁴ Cf. LONG Live the Independent, *op. cit.*

isto é, democrático – missão essa para a qual a declaração ressalta não haver “substitutos”, em possível alusão crítica às teses de autorreforma do stalinismo.

Em relação ao processo em si, o CI-QI o caracterizou como ponto de partida da revolução política para “derrubar o stalinismo” no Leste Europeu e na URSS e, nesse sentido, chamou os soldados da URSS a se solidarizarem com os trabalhadores húngaros insurretos. Apesar de não tecer considerações sobre o papel do partido marxista nesse processo, a declaração termina com um “Viva a Internacional proletária de Lenin e Trotski! Viva a Quarta Internacional, que jamais cessou de organizar e dirigir a luta contra o imperialismo e contra a burocracia soviética”.⁴⁷⁵

O SWP, em seus materiais – já mencionados nos comentários sobre sua reação à revolta polonesa – caracterizou os eventos húngaros da mesma forma que os poloneses: os dois movimentos teriam “fundamentalmente o mesmo caráter” (ainda que “em escala ampliada”⁴⁷⁶). O partido avaliou que a Revolução Húngara começou com a insatisfação dos trabalhadores para com “abusos burocráticos, privilégios e erros de gestão”, em paralelo com um movimento de “corajosas críticas revolucionárias” ao regime da parte de estudantes e intelectuais, os quais se fundiram e assumiram forma insurrecional sob hegemonia dos trabalhadores, levantando também a bandeira da independência nacional. Estes últimos criaram comitês de greve e de fábrica, aos quais os estudantes e intelectuais se associaram, culminando na formação de “*soviets* de trabalhadores”.⁴⁷⁷ Conselhos esses que o SWP encara como a “maior contribuição” da revolução Húngara à revolução política no bloco soviético, por demonstrar forma organizativa que ela deve assumir.⁴⁷⁸

Para o SWP, uma vez que o processo húngaro chegou ao ponto da dualidade de poderes através desses conselhos, estava colocado como problema central “como os trabalhadores podem perceber que os seus conselhos devem conquistar o poder total para que se alcance uma independência genuína, isso é, socialista, e a democracia proletária?”. Para tal, apontou como fundamental a construção de um partido marxista independente da burocracia.⁴⁷⁹ E fez o balanço de que, na ausência de tal partido, os conselhos

⁴⁷⁵ Cf. COMITÉ International de la IVe Intle Salue le prolétariat hongrois, Le [27/10/1956]. *La Vérité* n. 433, p. 2, 23 Novembre 1956. “Vive l'internationalisme prolétarien de Lénine et de Trotsky! vive la Quatrième Internationale, qui n'a jamais cessé d'organiser et diriger la lutte contre l'impérialisme et contre la bureaucratie soviétique!”

⁴⁷⁶ Cf. HUNGARIAN Revolution and the Crisis of Stalinism, *op. cit.*, p. 34.

⁴⁷⁷ Cf. REVOLUTION in Poland and Hungary, *op. cit.*

⁴⁷⁸ Cf. HUNGARIAN Revolution and the Crisis of Stalinism, *op. cit.*, p. 36.

⁴⁷⁹ Cf. REVOLUTION in Poland and Hungary, *op. cit.* “the basic problem now confronting the revolution is: how can the workers come to realize that their councils must conquer the full power in order to achieve a genuine, that is, socialist, independence and workers democracy?”.

“careceram de liderança clara e de uma declaração clara de objetivos, que teria feito o levante inequívoco desde o começo”.⁴⁸⁰

Sobre o governo de Nagy, a avaliação do SWP foi a mesma acerca daquele de Gomulka: ele teria representado os interesses da burocracia.⁴⁸¹ Ademais, os trotskistas norte-americanos teceram duras críticas a Nagy, afirmando que ele teria agido na forma “típica do burocrata” e, assustado com o radicalismo proletário e a ameaça da URSS, tentou se apoiar em elementos restauracionistas formando um “governo de frente popular”, abolindo a coletivização da terra, e apelando à “ONU imperialista”.

Diante da invasão do país, o SWP não deixou de criticar duramente os defensores da tese da autorreforma do stalinismo: “De uma vez por todas, os herdeiros de Stalin demonstraram a estupidez de qualquer crença na possibilidade deles se ‘autorreformarem’”.⁴⁸² Mas, não obstante a supressão violenta da Revolução Húngara, o grupo encarou o cenário internacional como “extremamente favorável à revolução política”, devido à ascensão revolucionário então em curso.⁴⁸³

Do outro lado do Atlântico, o PCI-LV também caracterizou os eventos húngaros como um movimento de caráter socialista “contra o regime burocrático” e por “independência nacional”, tendo condenado a invasão do país pelas tropas da URSS, conforme sua mencionada declaração de 30 de outubro. Em tal declaração, buscou também rebater as calúnias do PC francês contra o movimento húngaro e a revolta polonesa.⁴⁸⁴ Apesar da sintonia com as análises e posições do SWP, em uma declaração de 9 de novembro, o PCI-LV levantou uma demanda que seus camaradas dos EUA já haviam condenado: que a ONU interviesse para impor “por todos os meios” a imediata saída das tropas da URSS do território húngaro (bem como das tropas “israelo-franco-inglesas” do Egito).⁴⁸⁵

Ao longo do restante de 1956, o partido dedicou diversos artigos à Revolução Húngara em seu então jornal semanal, com praticamente todas as edições (exceto uma) do restante do ano contendo ao menos um artigo sobre o assunto. Também nas edições

⁴⁸⁰ Cf. HUNGARIAN Revolution and the Crisis of Stalinism, *op. cit.*, p. 34. [“In the absence of a revolutionary socialist party, the Workers Councils lacked the clear leadership and the clear declaration of aims that would have made the uprising unequivocal from the beginning.”]

⁴⁸¹ Cf. REVOLUTION in Poland and Hungary, *op. cit.*

⁴⁸² HUNGARIAN Revolution and the Crisis of Stalinism, *op. cit.*, p. 35. “Once and for all, Stalin's heirs demonstrated the idiocy of any belief in the possibility of their ‘self-reform’.”

⁴⁸³ Cf. REVOLUTION in Poland and Hungary, *op. cit.*

⁴⁸⁴ Cf. VIVE les Conseils ouvriers hongrois, *op. cit.*

⁴⁸⁵ Cf. GLOIRE immortelle aux Prolétaires Hongrois [09/11/1956]. La Vérité - Supplément au numéro 431 du 9 Novembre 1956.

de janeiro de 1957 é possível encontrar artigos sobre o tema. Em tais materiais, o PCI-LV ressaltou a importância desse processo, denunciou a repressão contra os trabalhadores insurretos, rebateu calúnias dos stalinistas franceses e delineou “lições” para os socialistas.

A grande maioria deles foi escrita pelo posteriormente notório historiador Pierre Broué, que então assinava com diferentes pseudônimos (François Manuel, para a maioria dos materiais em questão).⁴⁸⁶ No mesmo ano, ele publicou um pequeno livro dedicado ao processo.⁴⁸⁷ Em parte graças a essa atenção sistemática à Revolução Húngara, o PCI-LV, especialmente a partir da ação de Broué, ganhou para o trotskismo o exilado húngaro Bálasz Nagy (codinome “Michel Varga”), líder do “Círculo Petöfi” de Budapeste. Nagy então formou um grupo de exilados em Paris que se ligou ao CI-QI nos anos 1960 e permaneceu alinhado com o PCI-LV quando este se separou do CI-QI em 1971, tendo um pouco depois se afastado da organização e seguido rumo próprio. Todavia, não há evidências de que o grupo conseguiu estabelecer qualquer tipo de atuação dentro da Hungria.⁴⁸⁸

Por fim, da parte do *The Club* inglês, apesar de não ter sido possível realizar um levantamento exaustivo em seus periódicos da época, encontramos dois materiais significativos de análise da Revolução Húngara, um escrito por um de seus principais dirigentes, Gerry Healy, de novembro de 1956, e outro por Charlie van Gelderen, veterano do trotskismo britânico (foi um dos seus representantes na fundação da Quarta Internacional, em 1938), de 10 de dezembro, ambos de conteúdo bastante próximo.

O texto de Healy, intitulado “Stalinismo desmascarado – Revolução e contrarrevolução na Hungria”, foi publicado na forma de livreto, e é bastante focado em dialogar com as bases do Partido Comunista da Grã-Bretanha (CPGB), que passava por uma séria crise interna desde o vazamento do “Relatório Krushev”, a qual se aprofundou diante da repressão à Revolução Húngara.⁴⁸⁹ O *The Club* foi capaz de recrutar alguns membros do CPGB a partir das suas críticas à supressão violenta de tal processo, entre os

⁴⁸⁶ A lista de seus pseudônimos pode ser encontrada no verbete a ele dedicado do *Dictionnaire Biographique Le Maitron*, disponível online em <http://maitron-en-ligne.univ-paris1.fr/spip.php?article18028> (acessado em 23/01/2019).

⁴⁸⁷ BROUÉ, Pierre. *La revolución de los consejos obreros*, op. cit.

⁴⁸⁸ Cf. ALEXANDER, Robert. *International Trotskyism*, op. cit., p. 512-514.

⁴⁸⁹ Cf. HEALY, Gerry. *Stalinism Unmasked. Revolution and counter-revolution in Hungary* [1956]. London: New Park Publications, 1966. Disponível em <https://www.marxists.org/history/etol/writers/healy/1966/11/hungary.htm>. Acessado em 23/10/2020. A versão consultada é uma reedição de 1966 publicada pela *Socialist Labour League*, nome então adotado pelo *The Club*, em homenagem aos dez anos da Revolução Húngara.

quais o correspondente enviado pelo jornal do partido à Hungria, Peter Fryer, que teve seus artigos simpáticos à revolução censurados. Inclusive, pouco antes de aderir ao *The Club*, também em novembro de 1956, Fryer publicou um livreto sobre a Revolução Húngara, que se tornou uma importância referência entre os trotskistas.⁴⁹⁰ Interessantemente, o texto termina chamando as bases do CPGB a não romperem com o partido, mas, ao invés, “ficarem e lutarem” contra as mentiras da direção.⁴⁹¹

Em “Stalinismo desmascarado”, Healy caracteriza os eventos húngaros como uma “revolução por independência nacional e direitos democráticos”, conectada com uma série de demandas levantadas pelos sindicatos, de ordem econômica e de controle sobre a produção, uma “revolução popular na qual a classe trabalhadora ocupava a posição de vanguarda”.⁴⁹² Nesse sentido, ele destaca a existência de uma situação de duplo poder, mas enfatiza que era necessária uma liderança política marxista para que a revolução fosse vitoriosa, o que não se verificou. Na ausência desta, ganhou força a figura de Nagy, cujo governo é caracterizado como “de centro”, cujas vacilações teriam facilitado a supressão do processo.

Ademais, Healy destaca a existência forças pró-capitalistas, inclusive no interior de tal governo, as quais apresentavam um risco restauracionista. Contudo, encara que o peso do proletariado no processo e o caráter de suas demandas assegurou que os grupos e manifestos pró-capitalistas que surgiram em meio à revolução ficassem marginalizados, concluindo que “o movimento desde o início era predominantemente revolucionário”.⁴⁹³

Healy enfatiza ainda que os eventos húngaros demonstram que o stalinismo está vivo, apesar de Stalin estar morto, marcando uma posição de crítica aos que apostavam em seu desaparecimento. Ele também relembra a fala de Stalin, de 1927, sobre seu grupo só poder ser removido do poder através de uma “guerra civil”, para enfatizar que a burocracia não vai se “auto liquidar ou liberalizar”.

Em termos de programa, o texto conclui com a defesa de solidariedade ativa do movimento operário inglês com a Revolução Húngara, mas também de uma luta contra

⁴⁹⁰ FRYER, Peter. “La Tragedia de Hungría”. In YANG, Elizabeth (ed.). *Hungría del ‘56: revoluciones obreras contra el stalinismo*. Buenos Aires : Ediciones del I.P.S., p. 31-104, 2006.

⁴⁹¹ Cf. HEALY, Gerry. *Stalinism Unmasked*, op. cit., [s.p.].

⁴⁹² *Ibid.*, [s.p.]. “What happened in Hungary, as we shall see, was a revolution for national independence and democratic rights. Connected with this was a series of demands passed by the trade unions.”; “The uprising was symbolised throughout by the unity between the workers, soldiers, and students – clear proof that it was a popular revolution in which the working class occupied the vanguard positions”.

⁴⁹³ *Ibid.* “Capitalist agents there are, to be sure, but the movement right from the start was predominantly revolutionary, and it is this fact which must guide the labour movement.”.

possíveis desvios restauracionistas, o que deveria ser feito, em especial, na forma de apoio à demanda por retirada das tropas soviéticas da Hungria, combinada a uma chamada pelos trabalhadores da Europa ocidental pela retirada das tropas imperialistas de tal região. Também defende que a distribuição de ajuda humanitária à população húngara seja feita por representantes do movimento operário, ao invés de “agentes imperialistas”. As consignas-chave que apresenta são “abaixo o imperialismo”, “abaixo o stalinismo” e “longa vida à revolução socialista húngara”.

Por sua vez, a análise de Gelderen foi publicada na edição de janeiro de 1957 da revista do grupo, *Labour Review*, então publicada de forma intermitente. Intitulado “As Lições da Hungria”, o texto se inicia com uma crítica à tese da autorreforma do stalinismo, apontando que “nenhuma burocracia, tal qual nenhuma classe dominante, se liquida voluntariamente e abre mão de seus privilégios”. Ele caracteriza os eventos húngaros como uma revolução política (“a primeira da história”), destacando o papel central dos conselhos proletários. Mas, tal qual o SWP, ressalta a ausência de um partido marxista à frente do processo revolucionário como um fator limitador deste: “o movimento careceu da direção, compreensão e propósito que apenas um partido revolucionário, profundamente enraizado na classe trabalhadora, poderia ter dado”.⁴⁹⁴

Gelderen ainda aborda a gênese da situação efervescente no interior do “bloco soviético” na expansão de tipo “burocrático-militar” realizada pela URSS no Leste Europeu ao fim da Segunda Guerra, combinada à suposta superação das condições objetivas que geraram a burocratização da URSS. Ligado a essa gênese, destaca a centralidade da questão nacional no “bloco soviético”, tomando como progressiva a demanda por independência, mas abordando-a de forma distinta da do SWP.

Para ele, a forma como o stalinismo se estabeleceu na região fazia com que a revolução política começasse inevitavelmente como uma luta por independência nacional, demanda que avaliar ser progressista, por permitir uma integração do Leste Europeu sob bases fraternas (não-burocráticas) e, assim, contribuir para desbloquear o avanço dessas formações sociais ao socialismo. Como o stalinismo não havia eliminado os elementos restauracionistas, essa luta por independência os envolveria em uma “frente única” com o proletariado e apenas depois da resolução da questão nacional é que poderia

⁴⁹⁴ Cf. GELDEREN, C. van. The Lessons of Hungary [10/12/1956]. *Labour Review* v. 2, n. 1, p. 4-7, January 1957. “No ruling bureaucracy, any more than a ruling class, voluntarily liquidates itself and gives up its privileges.”; “the movement lacked the direction, understanding and purpose which only a revolutionary party with its roots deep in the working class could give”, p. 4.

ocorrer uma divisão em linhas de classe dos setores antiburocráticos.

Apesar de concluir reforçando a tese de que as condições objetivas para a existência da burocracia estavam desaparecendo, Gelderen reafirma a oposição do *The Club* à tese da autorreforma do stalinismo, apontando que “assim como o capitalismo não desaparece pacificamente mesmo que ele já tenha há muito ultrapassado sua utilidade, também a burocracia soviética se agarra desesperadamente ao seu poder e aos seus privilégios”.⁴⁹⁵

5. O movimento trotskista internacional e a “Primavera de Praga” de 1968

Em 1968, quando ocorreu a “primavera” tchecoslovaca, o movimento trotskista internacional havia passado por algumas mudanças importantes, uma vez a QI-SI se tornou o não-centralizado “Secretariado Unificado” (QI (SU)) em 1963, com o retorno às fileiras da Quarta Internacional por parte do SWP dos EUA e de alguns outros agrupamentos menores vindos do CI-QI (pouco tempo depois, também acompanhados pelo agrupamento latino-americano SLATO, liderado por Nahuel Moreno). Ademais, em 1964, Pablo deixara suas fileiras. Já o CI-QI, desfalcado, passou a ser hegemonizado pelos grupos inglês (à altura renomeado *Socialist Labour League* – SLL – e atuando fora do *Labour Party*) e francês (à altura renomeado *Organization Communiste Internationaliste* – OCI).

Apesar da continuada divisão organizativa e da crescente divisão teórico-programática, o conjunto do movimento trotskista internacional mais uma vez se encontrou em certa sintonia inicial diante da “Primavera de Praga”, ao avaliar que os eventos tchecoslovacos se tratavam do princípio de uma revolução política e, portanto, que não se tratavam de um movimento pela restauração capitalista (como bradavam stalinistas em todo o mundo para justificar sua supressão sangrenta). Também houve sintonia na avaliação de que a ação das tropas do Pacto de Varsóvia ocorreu devido ao temor da burocracia de perder o poder no país e do risco, percebido pela cúpula dirigente da URSS, do movimento se expandir para o restante do “bloco soviético”.

O movimento trotskista, de um modo geral, também considerou que havia uma interligação entre a “Primavera de Praga” e o “Maio Francês” (não só um levante da juventude universitária, como é frequentemente lembrado, mas também a maior greve

⁴⁹⁵ *Ibid.*, p. 6.

geral já vista na França). No caso do CI-QI, essa interligação levou a uma ênfase na proposta, sempre presente em seu programa, de criação dos “Estados Unidos Socialistas da Europa”, parte do programa original da Quarta Internacional.

Contudo, divergências importantes se fizeram presentes. Enquanto o CI-QI encarou Dubček como representante de uma ala restauracionista da burocracia, a QI (SU) apenas o criticou após sua capitulação à URSS. Enquanto o CI-QI enfatizou a necessidade de construção de um partido marxista para liderar os trabalhadores tchecoslovacos com vistas a uma revolução política, a QI (SU) apresentou como meta o autogoverno dos trabalhadores, sem, no entanto, especificar como se poderia chegar a ele, na medida em que não propunha a construção de um partido marxista independente do PC tchecoslovaco nem um estratégia de tomada do poder. Essa defesa de um autogoverno proletário descolada de uma estratégia de como implementá-lo, por parte da QI (SU), se faria presente novamente nos anos 1980, em relação à situação na Polônia após o surgimento do Solidariedade.

Quanto à caracterização de tal PC, o CI-QI o tratou como uma organização que havia se tornado “centrista” – o que, não obstante, não levou o CI-QI a abandonar a defesa da necessidade de um partido marxista independente na Tchecoslováquia –, enquanto a QI (SU) não apresentou propriamente uma caracterização do partido oficial, se limitando a apontar o que seria o seu processo de democratização, então em curso.

Em sua narrativa sobre a história do trotskismo, Bensaïd afirma que “as fórmulas derrapantes de Pablo [sobre a URSS]” haviam sido eliminadas no congresso que formou a QI (SU), em 1963, e que “as ilusões quanto a uma autoreforma dos países do Leste impulsionadas por Krouchev [foram] explicitamente afastadas”.⁴⁹⁶ De fato, houve uma mudança, como é possível observar comparando as análises e posicionamentos dessa corrente do trotskismo diante da revolta alemã de 1953 e polonesa de 1956 com aqueles diante da “primavera” tchecoslovaca. Todavia, vê-se que essa mudança não significou um retorno à compreensão original da “revolução política”.

Ademais, houve uma clara diferença em como os dois agrupamentos internacionais reagiram ao discurso de Fidel Castro em apoio à ação repressora das tropas do Pacto de Varsóvia. O CI-QI denunciou essa posição como tipicamente stalinista, movida pelos interesses de evitar que qualquer tipo de movimento auto-emancipatório semelhante ocorresse em Cuba, enquanto a QI (SU) apenas rebateu o que encarou como

⁴⁹⁶ Cf. BENSÁID, Daniel. *Op. cit.*, p. 98.

equívocos no discurso do líder cubano, sem explicar porque este, apoiado “criticamente” por suas seções nacionais, as quais o encaravam como alguém que aplicava “na prática” o programa trotskista, adotou tal posição ignominiosa.

5.1. Quarta Internacional (Secretariado Unificado) – QI (SU)

As avaliações e posições da QI (SU) foram sintetizadas em uma declaração de 18 de abril de 1968, na qual destaca que a democratização só pode ser consolidada na forma de um autogoverno proletário, baseado em um congresso de “conselhos operários (*soviets*) eleitos em todas as empresas do país”, e alerta para os riscos à democratização representados pela burocracia da URSS e pelo grupo ao redor de Novotný. A declaração destaca que a Tchecoslováquia estaria entre os países do “bloco soviético” em melhores condições de atingir a democracia socialista, devido ao tamanho reduzido do campesinato e ao peso social do proletariado, mas enfatiza que isso não se daria automaticamente, nem que resultaria de brigas internas entre claque da burocracia ou ainda que tal projeto seria realizado via reformas.

Aí vê-se um claro distanciamento das teses da autorreforma do stalinismo (ainda que ela vá se fazer presente em outros materiais). Todavia, a declaração não menciona como seria possível assegurar que um congresso de conselhos proletários tomasse o poder, assim como não apresenta qual partido político poderia liderar o proletariado tchecoslovaco nessa empreitada.⁴⁹⁷

É interessante notar que, segundo o jornal do SWP dos EUA (*The Militant*), uma revista tchecoslovaca, porta-voz de um novo grupo interessado em estudar o conjunto das ideias socialistas, publicou partes desse manifesto em junho, omitindo as seções mais diretamente críticas ao Kremlin.⁴⁹⁸

Em uma segunda declaração, de 22 de agosto (posterior à invasão do país), a QI (SU) deu forma mais concreta à sua estratégia de um autogoverno proletário, clamando por uma “resistência de massas” à invasão do país, através dos comitês de base do PC e dos “comitês de ação”, resistência essa que poderia assumir desde formas de uma greve geral até ações mais pontuais. A declaração defende ainda a imediata saída das tropas e pede apoio ativo dos trabalhadores e intelectuais dos demais países do Pacto de Varsóvia,

⁴⁹⁷ Cf. DÉCLARATION du Secrétariat unifié sur la l'évolution de la Tchécoslovaquie – La démocratie socialiste ne peut être définitivement consolidée sans pouvoir des conseils ouvriers [18 abr.] *La Quatrième Internationale* [PCI francês], n. 29, p. 8 e 7, mai. 1968.

⁴⁹⁸ Cf. *The Militant*, v. 32, n. 31, August 12 1968.

se abstendo, no entanto, de propor a construção de um partido marxista no país.⁴⁹⁹

Quanto à caracterização de Dubček, apenas após sua capitulação à URSS é que a QI (SU) se debruçou sobre o assunto, em um “Primeiro Balanço”, de 15 de setembro. Àquela altura, encarou que ele e seus aliados na cúpula do PC eram “homens com um treinamento essencialmente burocrático, há muito inseridos nos sistema que se voltou contra eles”, donde teriam capitulado, pois “devido ao seu treinamento burocrático, lhes faltava qualquer confiança nas massas”, nas quais no máximo poderiam ter buscado um ponto de apoio para brigas de cúpula (como quando derrubaram Novotný), mas “certamente não almejaram empurrar a mobilização das massas tão longe.” Ademais, caracterizou as reformas econômicas de Dubček como uma “política direitista”, ainda que descartando que fossem “restauracionistas”, por não haver camada social pró-capitalista no país “capaz de organizar uma tentativa de reestabelecer a propriedade privada dos meios de produção”.⁵⁰⁰

Já em relação ao apoio de Castro à supressão violenta da “primavera”, a QI (SU) se limitou, em uma declaração de 1º de setembro, a rebater os argumentos por ele utilizados em seu discurso, sem nenhuma explicação dos porquês dessa posição do líder cubano de capitular à URSS.⁵⁰¹

Mais particularmente, o SWP dos EUA, através de seu jornal *The Militant*, buscou rebater a leitura do PC dos EUA de que se tratava de uma “contrarrevolução” e uma suposta “trama trotskista”, chegando a organizar uma manifestação de solidariedade contra a invasão. Todavia, a organização possuía uma posição dúbia em relação à Dubček, como, por exemplo, é possível de ser notado na percepção do seu dirigente histórico, George Novack, para quem as reformas econômicas levadas a cabo por aquele ofereciam “perigos, bem como possíveis benefícios para a saúde do Estado operário” – Novack, contudo, não nomeia tais benefícios, e sim apenas os perigos, como o desemprego e a migração em busca de trabalho no exterior.⁵⁰²

Nesse momento do debate, as teses de autorreforma do stalinismo se expressaram através do PCI-LVT, seção francesa da QI (SU), que, conforme visto, mesmo em 1956,

⁴⁹⁹ Cf. FOURTH International Czech Manifesto [22/08/1968] *The Militant* v. 32, n. 36, p. 6-7, 6 set. 1968.

⁵⁰⁰ Cf. CZECHOSLOVAKIA - First Balance Sheet, First Lessons [15/09/1968]. *Intercontinental Press*, n. 33, p. 849-856, 7 out. 1968.

⁵⁰¹ Cf. FOURTH Int'l takes issue with Castro Czech stand [01/09/1968]. *The Militant*, v. 32 n. 38, p. 10, set 20 1968.

⁵⁰² Cf. NOVACK, George. The Dubcek Regime and the Democratization Movement in Czechoslovakia. *Intercontinental Press*, n. 18, p. 42-228, 13 mai. 1968.

quando Pablo hegemonizava o SI, era o setor que ia mais longe em sua defesa explícita. Em um artigo de seu dirigente Pierre Frank, o grupo considerou que 1968 era marcado por uma efervescência internacional, que teria tomado o lugar, no “bloco soviético”, da suposta política de “retorno à Lenin” de Krushchev implementada entre 1956-57, que visaria a um “retorno gradual a um regime democrático nos Estados operários” (como tal política se relacionaria com o esmagamento sangrento da Revolução Húngara, Frank não se preocupa em debater).

O elemento principal da nova situação seria a exaustão das “ilusões” que haviam predominando no começo da “desestalinização”, exaustão essa decorrente dos resultados reais das reformas, as quais não introduziram de fato a democracia nos regimes políticos. Assim, ainda que marcado por “ilusões reformistas”, afirmavam os trotskistas do PCI-LVT, o período de então no “bloco soviético” tinha a diferença fundamental de que “diferente do passado, não se espera que as soluções venham de cima”.⁵⁰³

5.2. Comitê Internacional da Quarta Internacional – CI-QI

O único material do CI-QI, então reduzido e hegemonizado por Gerry Healy e a SLL inglesa, acerca do tema que nos foi possível acessar se trata de uma longa declaração, datada em 21 de outubro de 1968.⁵⁰⁴ Nela, afirma-se que o que houve na Tchecoslováquia foi o princípio de uma revolução política, aberta pelas disputas e deslocamentos no interior do aparato burocrático. Fazendo um balanço das demais revoltas ocorridas no “bloco soviético” entre 1953-68, a declaração destaca a existência de uma “lei da luta de classes”, segundo a qual, sempre que surge uma brecha no aparato internacional do stalinismo, o proletariado se ergue e põe em movimento o processo da revolução política.

O CI-QI afirmou ainda que os eventos tchecoslovacos deitaram por terra as teses “revisionistas” do SU sobre a “democratização gradual” e “reabsorção da burocracia”, caracterizando a intervenção militar como uma contrarrevolução que demonstra que “a natureza da burocracia stalinista não mudou” – constam, também, críticas ao “terceiro-mundismo” e à “capitulação” a Castro por parte da QI (SU). Em contraste, o documento apresenta a leitura de que, sob a liderança dos trabalhadores, a resistência levou à ruptura do PC local com Moscou e à formação em seu interior de tendências propícias à revolução

⁵⁰³ Cf. FRANK, Pierre. URSS, Tchecoslovaquie, Yougoslavie: des pas vers la révolution politique... *La Quatrième Internationale* [PCI-LVT francês], n. 26, p. 7, fev. 1968.

⁵⁰⁴ Com exceção de tal declaração, não nos foi possível acessar os materiais dos grupos inglês, nem francês para o ano de 1968, apenas do pequeno grupo dos EUA, a *Workers League*.

política – mas que, não obstante, tratava-se de um partido centrista, e não um partido revolucionário.

O balanço do CI-QI é que “apenas o poder independente da classe trabalhadora, na forma de conselhos de trabalhadores, liderados por um partido revolucionário, poderia ter transformado a situação”, defende a formação de conselhos proletários e de um “partido revolucionário da Quarta Internacional”.

Destacando a interligação entre o “Maio Francês” e a “Primavera de Praga”, o CI-QI enfatizou a atualidade do programa de “Estados Unidos Socialistas da Europa”. De forma mais geral, a organização internacional analisou que a crise conjunta do imperialismo e da burocracia do “bloco soviético” fundia os processos da revolução social e política na demanda do poder dos trabalhadores. Mas, para que esses processos fossem vitoriosos, reforçou que era necessário o “elemento consciente” e, daí, a “reconstrução” da Quarta Internacional.⁵⁰⁵

O grupo do CI-QI nos EUA, a *Workers League* (que se originou de uma tendência interna do SWP, expulsa em 1963) teceu duras críticas à declaração de abril da QI (SU), acusando-a de minimizar a ameaça de uma contrarrevolução / restauração mesmo diante das crescentes aberturas ao capitalismo feitas por Dubček. As críticas derivaram também do fato programa proposto aos trabalhadores tchecoslovacos por parte da QI (SU) não defender a formação de um partido revolucionário, ligando essa “falha” às teses de 1954 acerca da possibilidade de autorreforma gradual do stalinismo: “A construção de um partido revolucionário é desnecessária nos países soviéticos SE as contradições fundamentais do stalinismo já tiverem sido resolvidas pela burocracia”.⁵⁰⁶

Ademais, a WL caracterizou Dubček e suas reformas econômicas como “restauracionistas”.⁵⁰⁷ No começo da “primavera”, criticou o SWP por sua aliança com o PC dos EUA no “Movimento Antiguerra” (contra a Guerra do Vietnã), não levantando a necessidade de solidariedade desse movimento com as lutas em curso no “bloco soviético”.⁵⁰⁸ A WL também criticou o SWP e a QI (SU) em diferentes ocasiões por apoiarem Fidel Castro, visto por essas duas organizações como um leninista autêntico à

⁵⁰⁵ Cf. POLITICAL revolution in Czechoslovakia (Statement by the International Committee of the Fourth International) [21/out]. *Fourth International* [SLL UK], v. 5, n. 3, p. 92-114, Winter 68-69. Citações nas p. 97 e 98, respectivamente.

⁵⁰⁶ Cf. WOLFORTH, Tim. SWP and the nature of Stalinism. *Bulletin* v. 4, n. 22, p. 4-5, 22 jul. 1968. Citação na p. 5: “The construction of a revolutionary party is unnecessary in the Soviet countries IF the fundamental contradictions of Stalinism have already been basically solved by the bureaucracy.”.

⁵⁰⁷ Cf. *Bulletin*, v. 4, n. 19, 10 jun. 1968.

⁵⁰⁸ Cf. *Bulletin*, v. 4, n. 14, 1º abr. 1968.

frente de um Estado operário saudável em termos de regime político (ou seja, não stalinista), mesmo diante do apoio dado pelo líder cubano à supressão dos eventos tchecoslovacos.⁵⁰⁹

6. Conclusão

O que se vê a partir das análises e posicionamentos dos diferentes grupos trotskistas diante dos eventos aqui abordados, de grande relevância para aqueles que se reivindicavam socialistas anti-stalinistas, é que havia diferentes compreensões sobre como atingir a democracia proletária no interior do “bloco soviético”. Essas divergências derivavam, em grande parte, de diferentes compreensões acerca do caráter da burocracia à frente daqueles regimes e dos partidos que ela utilizava para a manutenção do seu poder. É possível notarmos que, ainda que com nuances, havia duas posições principais.

Uma delas encarava que a burocracia não seria capaz de ceder o poder às massas trabalhadoras e, portanto, suas eventuais concessões deveriam ser vistas como uma manobra temporária para evitar ou conter revoltas. Assim, a democracia proletária deveria ser conquistada *contra* essa burocracia, através de uma revolução que criasse órgãos de duplo poder (*soviets*), os quais derrubariam o regime stalinista em um enfrentamento político e militar. Para tal, se faria necessária a formação de um partido marxista, independente do partido / aparato da burocracia, para disputar a consciência dos trabalhadores e preparar o terreno e coordenar tal revolução.

Tratava-se de uma análise e posição muito similar à estratégia original da revolução política, que havia sido preconizada pela Quarta Internacional no período anterior à Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, em nossa avaliação, os grupos que apresentaram tal posição tiveram uma apropriação e aplicação mais adequada da teoria do Estado operário burocratizado no período em questão.

A outra posição encarava que certos setores da burocracia poderiam realizar reformas que gradualmente solapariam as bases dos regimes stalinistas – fosse por que de fato desejavam uma transição democrática, fosse porque não possuiriam alternativa diante da crescente insatisfação das massas. Assim, os adeptos dessa leitura descartavam (ou secundarizavam) a necessidade de formação de um partido marxista (trotskista), que rivalizasse com o aparato da burocracia. Ao invés disso, encaravam que seria possível

⁵⁰⁹ Cf. *Bulletin*, v. 5, n. 2 e n. 9, set. e dez. de 1968.

transformar este último em um genuíno partido proletário que, dotado de um programa marxista, poderia ser utilizado como instrumento de mobilização para assegurar uma transição a um regime democrático. Ainda nessa lógica, alguns setores da burocracia foram vistos, em alguns casos, como aliados dessa causa, ainda que “imperfeitos”.

Por mais que o termo “revolução política” não tenha sido abandonado, ele claramente assumiu, para os adeptos dessa segunda posição, outro significado, não mais compreendendo uma estratégia revolucionária, e sim reformista. Tratava-se de uma conclusão lógica do novo arcabouço desenvolvido por Pablo, Mandel e cia. acerca da possibilidade de autorreforma do stalinismo sob pressão das massas e de fatores objetivos, a qual reduzia o trotskismo a uma “ala esquerda” daquele.

Nessa posição vemos um misto de leitura objetivista da realidade, que deixava de lado a questão da crise de direção, ao acreditar que forças não marxistas poderiam ser levadas a cumprir o papel de um partido marxista, sob a pressão de “fatores objetivos”, com posições oportunistas, de capitulação à setores da burocracia.

Ao nosso ver, muito provavelmente, se tratava de uma adaptação oportunista ao fato de que os trotskistas não haviam conseguido se implantar no interior dos Estados operários burocratizados, de forma que alguns passaram a buscar substitutos para o partido marxista / trotskista em setores da própria burocracia. Isso reverberava posições anteriores que, conforme visto no começo do capítulo, passaram a predominar entre os trotskistas do pós-guerra, de buscar substitutos para o sujeito político da revolução social em forças não-revolucionárias com influências de massas, reduzindo o trotskismo a um papel de “ala esquerda” destas.

É perceptível que havia variações diante dos casos concretos de revoltas proletárias por democracia e independência nacional sob bases socialistas. Mas, em linhas gerais, enquanto os grupos da QI-SI e, posteriormente, da QI (SU), operavam com a segunda posição, os do CI-QI operavam com a primeira, ainda que nem sempre houvesse homogeneidade entre eles, mesmo em relação a questões de grande relevância – em especial, no caso do CI-QI, a caracterização de Gomulka feita pelo PCI-LV francês, diametralmente oposta daquela feita pelo SWP dos EUA.

A aparição ocasional, no interior do CI-QI, de posições similares às da QI (SU), indica que alguns de seus grupos também cederam, ainda que momentaneamente, a algumas das mesmas pressões que levaram o setor majoritário do trotskismo da época a desvios em relação ao arcabouço teórico-programático original da Quarta Internacional.

Ademais, isso é um indicativo que a falta de explicações alternativas ao gradualismo usado pelo setor majoritário para explicar a formação dos novos Estados operários burocratizados do pós-guerra teve consequências posteriores. Dessa forma, sua auto-identificação como “ortodoxos” não deve ser aceita acriticamente, como nossa dissertação de mestrado já havia apontado.

A reação dos diferentes grupos trotskistas às primeiras grandes revoltas da classe trabalhadora contra o stalinismo são um importante capítulo da história do movimento trotskista internacional e permitem melhor compreender as diferenças de análise e programa que então se desenvolviam como parte da crescente diferenciação organizativa e teórico-programática desse movimento. Tal reação constitui, dessa forma, importante precedente para como os trotskistas lidariam com os complexos eventos ocorridos no interior do “bloco soviético” ao longo dos anos 1980 e que culminaram, ao final desta mesma década, no colapso da URSS e de seus “Estados satélites” e na restauração do capitalismo.

PARTE III

O GIRO À DIREITA DAS OPOSIÇÕES AO STALINISMO NO BLOCO SOVIÉTICO: O SURGIMENTO DO SOLIDARIEDADE POLONÊS

O objetivo a ser alcançado através da derrubada da burocracia é o restabelecimento do regime dos soviets (conselhos), expulsando deles a atual burocracia. [...] A tarefa dos soviets regenerados é colaborar com a revolução mundial e com a construção de uma sociedade socialista. Portanto, a derrubada da burocracia pressupõe a preservação da propriedade estatizada e da economia planificada. É nisto que se encontra o “x” da questão.

— Leon Trotski, 1939.

Nós dois [Ronald Reagan e o Papa João Paulo II] sentíamos que um grande erro havia sido cometido em Ialta e que algo precisava ser feito a esse respeito. O Solidariedade era justamente a arma para resolver isso, porque era uma organização dos próprios trabalhadores da Polônia.

— Ronald Reagan, 2005.

CAPÍTULO 5

A OPOSIÇÃO POLONESA NOS ANOS 1960-80 E A FORMAÇÃO DO SOLIDARIEDADE: DA LUTA POR UM SOCIALISMO DEMOCRÁTICO À DEFESA DO MERCADO, COM APOIO DOS EUA E DO VATICANO

A Polônia foi um caso bastante importante no processo de colapso do “bloco soviético”, pois lá a restauração capitalista foi capitaneada por uma organização política com vasto apoio social, o “sindicato” Solidariedade (*Solidarność*). A formação do Solidariedade, em 1980, e sua trajetória até o poder, em 1989, representou, portanto, uma ruptura significativa em relação aos movimentos de massas dos anos 1950-60, que defendiam a construção de um socialismo democrático no Leste Europeu, fosse pela via revolucionária ou reformista.

Tal ruptura era um fenômeno mais geral, de giro à direita das oposições ao stalinismo no bloco soviético, sob o impacto do fracasso das reformas de cima e das revoltas de baixo dos anos 1950-60, que fizeram muitos abandonarem as esperanças em um socialismo democrático e, ao invés, abraçarem ideias liberais. Assim, ao longo dos anos 1970-80, cada vez mais setores de oposição aos regimes stalinistas passaram a defender que apenas um retorno ao capitalismo poderia assegurar prosperidade material e liberdades democráticas, igualando stalinismo a socialismo e condenando como irremediavelmente ineficiente e autoritária a propriedade social e o planejamento econômico.

Tais setores foram muito influenciados por *think thanks* liberais financiados por agências imperialistas, que passaram a ter crescente presença no bloco soviético nos anos 1970-80, bem como pela propaganda imperialista, que chegava cada vez mais ao Leste Europeu através das ondas de rádio e televisão e das páginas de livros, revistas e jornais, e que apresentava o capitalismo como uma sociedade de bem estar baseada no consumo e meritocracia.

Surgido como uma federação sindical nacional a partir de um longo processo de acúmulo de forças, cujos episódios principais foram as jornadas grevistas de 1970, 1976 e 1980, o Solidariedade, em poucos meses, conquistou a esmagadora maioria da população (cerca 10 milhões de uma população de 14 milhões), ao se constituir enquanto força aglutinadora dos diversos movimentos e grupos pró-democracia da Polônia. Todavia, de imediato, não tinha um projeto claro de que tipo de democracia almejava – se socialista ou capitalista.

Tal indefinição programática já estava presente no principal grupo impulsionador

do Solidarietà, o KOR (“Comitê de Defesa dos Trabalhadores”), surgido das greves de 1976. A isso somou-se a participação na organização de setores abertamente pró-capitalistas, como a oposição católica – que ocupou lugar central entre seus “consultores” e dirigentes –, e inclusive profundamente reacionários, como o nacionalista e antisemita KPN (“Confederação da Polônia Independente”).

O resultado foi que, em seu primeiro congresso, em setembro de 1981, o Solidarietà acabou por assumir um programa que combinava a reivindicação de uma democracia parlamentar com o reestabelecimento de relações de mercado e o desmonte do planejamento econômico – um perigoso passo restauracionista.

Havia razões objetivas para o afastamento da geração de oposicionistas poloneses dos anos 1970-80 das ideias socialistas. Nesse período, principalmente nos anos 1980, a Polônia passou a enfrentar crescentes dificuldades econômicas, que se expressaram em uma queda considerável do padrão de vida da população, especialmente uma crescente escassez de bens de consumo básicos, incluindo alimentos – fruto direto dos desequilíbrios e barreiras ao desenvolvimento de um “planejamento” burocrático e nacionalmente (ou regionalmente) isolado.

Para parte significativa dessa geração, que entrou em cena politicamente no fim dos anos 1960, socialismo já não era a antítese da barbárie nazista, umbilicalmente associada à decadência capitalista. Era, sim, sinônimo do desastre econômico a que o stalinismo conduzia o país, da repressão e falta de democracia, e da falta de soberania nacional face a sempre presente ameaça de intervenção militar por parte da URSS.

Há ainda outro elemento crucial nos rumos pró-capitalistas assumidos pelo Solidarietà. Fato pouco abordado na historiografia acerca da organização (especialmente entre os seus entusiastas na esquerda socialista e na direita liberal), o Solidarietà, conforme destaca William Pelz, recebeu desde cedo apoio e farto financiamento de um grande arco de forças contrarrevolucionárias. Nele estavam incluídas a AFL-CIO (“Federação Americana do Trabalho - Congresso das Organizações Industriais” – central sindical dos EUA conhecida pelo anticomunismo ferrenho de seus dirigentes e pelas relações umbilicais com as agências estatais de inteligência e segurança), a CIA e outros órgãos do governo de Ronald Reagan (1981-89), o Papa e a Igreja Católica, além de setores do grande capital imperialista e da grande mídia empresarial a ele associada.⁵¹⁰

⁵¹⁰ Cf. PELZ, William. *Op. cit.*, p. 207-208.

Diante de seu caráter programaticamente heterogêneo e mal definido, o Solidariedade foi logo visto pelas forças contrarrevolucionárias mundo à fora como um aliado a ser moldado. Em especial o governo de Reagan, que almejava abandonar a estratégia de “contenção” que predominara durante a chamada *détente* e romper com a divisão geopolítica criada pelos Acordos de Ialta e Potsdam, impondo uma reversão ao capitalismo dos “Estados satélites” da URSS (*rollback*).

A Polônia era vista como o “elo frágil” da corrente, que poderia iniciar um “efeito dominó”, e o Solidariedade era um agente em potencial do processo restauracionista. De forma semelhante pensava o cardeal polonês Karol Józef Wojtyła, consagrado o primeiro Papa não-italiano em quatro séculos, em 1978 (“João Paulo II”), que estabeleceu com Reagan uma “santa aliança” em prol do colapso do regime stalinista polonês e da restauração capitalista no “bloco soviético”.

A Polônia, portanto, de palco de revoltas por um socialismo democrático nos anos 1950-60, passou, nos anos 1980, a um verdadeiro laboratório da contrarrevolução capitalista e ponta de lança do processo restauracionista no interior do “bloco soviético”, antecipando os elementos que mais tarde surgiram nos demais casos.

Tais desenvolvimentos colocam questões centrais para a teoria do Estado operário burocratizado e para sua apropriação pelos grupos trotskistas da época. A existência prolongada do stalinismo na Polônia e no restante do bloco soviético gerou situações inéditas, que o arcabouço original não tinha como prever, ainda que houvesse nele apontamentos valiosos para lidar com elas.

Sobretudo, o profundo desgaste da economia polonesa, gerado pelo isolamento prolongado, pelas decorrentes enormes pressões de reintegração ao mercado mundial e pelos efeitos negativos da gestão burocrática da propriedade social, na forma do planejamento hiper-centralizado e verticalizado. Também o desgaste da adesão das massas proletárias ao projeto socialista, após gerações inteiras sendo convencidas de que ele era sinônimo daquilo que elas já viviam, ou seja, o regime stalinista, com sua ausência de liberdades democráticas, de autogestão, e com a crescente escassez material.

Concretamente, como lidar com uma oposição de massas ao stalinismo, enraizada na classe trabalhadora através de sindicatos independentes, mas que tinha uma liderança pró-capitalista e uma base com muitas ilusões de que um retorno do capitalismo seria algo benéfico? Como lidar com o fato de que forças imperialistas estavam apoiando e dando ajuda material a tal oposição? Diante dessas enormes contradições, havia possibilidade

de tal oposição protagonizar uma revolução política? E como lidar com a reação repressora da burocracia contra tal oposição? Dado seu potencial contrarrevolucionário, uma supressão de tal liderança pró-capitalista deveria ser apoiada?

Tais questões, que marcaram a situação polonesa na virada dos anos 1980-81, ressurgiram com força ainda maior no conjunto do bloco soviético, incluindo a URSS, na segunda metade dos anos 1980, de forma que o caso polonês da virada dos anos 1970-80 e os desafios que ele apresentou aos trotskistas da época constitui um importante precedente para a compreensão do colapso do bloco soviético ao final do século XX e das questões por ele suscitadas entre tal vertente política.

Como o elemento de giro à direita da oposição de massas ao stalinismo na Polônia não é reconhecido pela maior parte da literatura socialista existente – incluindo aí boa parte dos grupos trotskistas por nós abordados –, e como encaramos que se trata de um importante ponto de virada na história do bloco soviético, dedicamos um espaço maior à análise do surgimento do Solidariedade e dos eventos por ele protagonizados até sua supressão parcial e momentânea, ao final de 1981, como forma de melhor embasar nossas avaliações de como os trotskistas da época lidaram com tal fenômeno.

1. Os anos 1960-70: novas forças oposicionistas e enfraquecimento dos ideais socialistas

Como visto no Capítulo 3, apesar de ter ascendido ao comando do PC polonês (“Partido Unificado dos Trabalhadores Poloneses”, PZPR) prometendo democratização, Gomulka assegurou a manutenção do regime stalinista na Polônia, ainda que sob a versão mais “relaxada” que esse regime assumiu no pós-guerra em quase todo o “bloco soviético”. No final dos anos 1950 e ao longo dos 1960, ele e seus aliados apoiaram a supressão violenta da Revolução Húngara (posteriormente, também da “Primavera de Praga”), censuraram as publicações mais críticas (como a revista *Po Prostu*, que foi proibida), censuraram os artistas e intelectuais críticos ao regime (inclusive com prisões), reprimiram e proibiram greves operárias e mantiveram os comitês de empresas surgidos em 1956 rigidamente sob controle do PC e com funções bastante limitadas, levando-os ao esvaziamento.⁵¹¹

Não obstante a repressão, uma nova geração de oposicionistas foi surgindo ao

⁵¹¹ Cf. CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 230-231 e CRAMPTON, J. R. *Op. cit.*, p. 287.

longo dos anos 1960. Em 1964, foi publicada uma detalhada análise de inspiração marxista da sociedade polonesa, na forma de uma “Carta aberta ao partido” (visando membros do PC na Universidade de Varsóvia), por dois jovens estudantes que, nas duas décadas seguintes, seriam figuras de grande importância entre as forças oposicionistas: Jacek Kuroń e Karol Modzelewski.

A “carta” era extremamente crítica ao regime polonês, encarando a burocracia como uma nova classe dominante exploradora. Buscando lições nas derrotas de 1956 na Hungria e na Polônia, defendia a necessidade da formação de um partido que liderasse o proletariado em um processo revolucionário para estabelecer uma democracia socialista baseada em conselhos proletários e dotada de um regime pluripartidário.⁵¹²

O manifesto, todavia, teve suas cópias apreendidas antes de serem distribuídas e seus autores foram condenados a três anos de prisão – também foi condenado o veterano do trotskismo polonês, Ludvik Hass, que ajudou na produção das cópias, com um mimeógrafo obtido através da Quarta Internacional (Secretario Unificado). Ainda assim, algumas cópias chegaram à Europa ocidental (através de militantes da QI (SU)), onde foram reproduzidas por diferentes grupos socialistas. Graças a essa circulação fora do país, o documento sobreviveu e foi difundido em países do “bloco soviético”, a Polônia inclusa, principalmente a partir de 1968.⁵¹³

A rebeldia de Kuroń e Modzelewski não foi uma exceção. Os anos 1960, em especial o período 1966-68, foram marcados por uma permanente tensão entre o regime e a intelectualidade crítica, em especial professores e estudantes universitários. Muitos foram punidos com perda de cargos na universidade, expulsos do partido e ameaçados de diferentes formas.

Em 1967, com a crescente efervescência oposicionista na Tchecoslováquia, que estimulava a intelectualidade crítica da vizinha Polônia, o regime realizou algumas concessões para evitar o fortalecimento da oposição, como soltar antecipadamente Kuroń. Mas o esforço foi em vão e, no começo de março de 1968, ocorreu uma onda de manifestações estudantis e greves universitárias (algumas com ocupações), com um

⁵¹² A carta pode ser lida na íntegra (dividida em duas partes) em KURON, Jacek & MODZELEWSKI, Karol. An Open Letter to the Party. *New Politics* v. 5, n. 2, p. 5-46, 1966 e *Idem*. An Open Letter to the Party II. *New Politics* v. 5, n. 3, p. 72-100, 1966.

⁵¹³ Cf. CLAUDIN, Fernando. *Op. cit.*, p. 231-32 e ROSE, John. Chris Harman, 1968 and the historic Open Letter to the Polish Communist Party. *International Socialism* n. 158, Spring 2018. Versão digital disponível em <http://isj.org.uk/chris-harman-1968-and-the-historic-open-letter-to-the-polish-communist-party/#footnote-10080-12-backlink>. Acessado em 27/05/2019.

programa por socialismo democrático – o manifesto adotado em uma massiva assembleia na Politécnica de Varsóvia afirmava “adesão profunda ao socialismo democrático”.⁵¹⁴

Apesar da dura repressão, o movimento se expandiu para além da capital, mas o regime conseguiu mantê-lo isolado dos trabalhadores fabris e, assim, o neutralizou após algumas semanas. Na sequência, foi realizada uma intensa campanha contra supostos “revisionistas” e “liberais”, que levou a uma onda de expurgos no PC, bem como ao desmonte de cursos universitários – campanha essa marcada por forte antissemitismo.⁵¹⁵

Depois do março estudantil de 1968, Gomulka conseguiu impor uma relativa calma no país, mas ela não durou muito, devido a crescentes problemas econômicos.

Por conta da reversão do processo de coletivização do campo e manutenção de uma classe de pequenos e médios proprietários privados, após o “outubro polonês” de 1956, ao longo dos anos 1960 o regime se viu forçado a subsidiar o preço dos alimentos, para evitar conflitos com tais proprietários, pagando o preço que eles exigiam por sua produção, bem como com a classe trabalhadora, garantindo que ela seguisse acessando tal produção a preços baixos. Ao mesmo tempo, a economia polonesa, tal qual a dos demais Estados operários burocratizados do bloco soviético, vinha passando por uma desaceleração de seu crescimento nesse mesmo período, pela incapacidade de transitar de um modelo de crescimento extensivo a um intensivo, devido aos bloqueios e desequilíbrios gerados pelo planejamento burocrático (hipercentralizado e verticalizado). Diante desse cenário, o regime se viu forçado a buscar cada vez mais empréstimos estrangeiros junto às potências imperialistas, para manter tais subsídios e também tentar renovar o maquinário industrial.

Em 1970, o cenário econômico era grave: queda da produção industrial, estagnação da agrícola e grandes gastos com importação de equipamentos industriais mais modernos e com os subsídios aos produtos agrícolas. Para tentar amenizar o problema, em 13 de dezembro foi realizado um aumento de preços, em um contexto de anos de estagnação salarial para os trabalhadores e aumento dos custos de vida. O aumento significou uma queda de cerca de 20% da capacidade aquisitiva entre os trabalhadores mais bem pagos. Ao nosso ver, isso confirma o prognóstico de Trotski sobre a burocracia se tornar um freio ao desenvolvimento das forças produtivas, pela gestão burocrática da propriedade social e pela tentativa de construção do socialismo de forma nacionalmente

⁵¹⁴ *Apud* CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 235.

⁵¹⁵ Cf. *Ibid.*, p. 232-235 e BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 422-423. Até o principal ideólogo do partido e convicto stalinista, o judeu Adam Schaff, foi expurgado como parte de tal campanha repressiva.

isolado – tema que debateremos mais a fundo nos Capítulos 7 e 8.

Em 14 de dezembro os trabalhadores dos estaleiros de Gdańsk e de Gdynia, no Mar Báltico, não entraram para o trabalho e se dirigiram em marcha até as sedes dos governos locais. Apesar de pacíficas, as manifestações foram reprimidas pela polícia, transformando-se em revolta com amplo apoio da população. As cidades foram paralisadas e sedes do PC e do governo foram incendiadas. Diante da incapacidade da polícia em controlar a situação, o exército foi enviado para conter as revoltas e foi estabelecido toque de recolher em toda a região do Mar Báltico. Não obstante, a rebelião se espalhou ainda para Szczecin e Elblag, importantes cidades industriais.

Ao longo dos dias de rebelião, comitês proletários surgiram por toda a parte no Báltico, muitos com membros de base do PC participando, para coordenar a ocupação dos estaleiros e demais empresas – alguns inclusive com grupos de autodefesa para responder à repressão. Em Gdańsk, destacou-se a figura de Lech Walesa, eletricista no Estaleiro Lenin e futuro líder do Solidariedade. Fora do Báltico, ocorreram ações de solidariedade em importantes cidades, como Varsóvia, Poznan e Katowice.

A cúpula da URSS, com Brejnev à frente, demandou que o regime polonês buscasse uma saída negociada, para evitar nova intervenção das tropas do Pacto de Varsóvia, mas Gomulka não recuou das medidas econômicas. Em 20 de dezembro, a reunião do pleno do CC polonês decidiu, então, removê-lo do comando do PC e o substituiu por Edward Gierek, dirigente partidário na região industrial da Silésia. Alguns dias depois, em 23, o Primeiro Ministro Józef Cyrankiewicz foi substituído por Piotr Jaroszewicz.

Ao assumir, Gierek realizou concessões econômicas para contrabalancear o aumento dos preços (como aumentar salários) e, tal qual Gomulka em 1956, prometeu a construção de um “socialismo democrático” e a correção de “erros” do passado. Assim, conseguiu debelar a revolta proletária. Ao fim dos conflitos, a repressão gerou centenas de mortes e muitos feridos.

Não obstante o fim da revolta, entre 10 e 22 de janeiro, uma nova onda de agitação tomou conta do Báltico, com os trabalhadores levantando demandas políticas, em especial a libertação dos colegas presos em dezembro, formação de sindicatos independentes (autônomos em relação ao regime, com dirigentes eleitos diretamente nas bases e sem necessidade de serem membros do PC), punição dos responsáveis pela repressão e equiparação dos salários dos funcionários do aparelho estatal aos dos operários. No dia

22, a agitação culminou em nova onda de ocupações dos estaleiros.

Gierek novamente realizou concessões parciais como forma de debelar o movimento. Em relação à demanda de sindicatos independentes, permitiu a realização de novas eleições nos comitês de empresa, supervisionadas pelos comitês de greve que haviam surgido. No âmbito econômico, o cancelamento do aumento dos preços realizado por Gomulka só ocorreu diante da eclosão de uma greve têxtil de Łódź, que indicou a possibilidade do movimento no Báltico levar a uma onda nacional de greves.

Apesar da desenvoltura dessas lutas proletárias da virada de 1970-71 e de seu conteúdo político por democratização do regime, a intelectualidade pró-democracia socialista ficou à margem, não tendo realizado ações significativas de apoio. Assim, se em março de 1968 os intelectuais e estudantes se levantaram e ficaram sem apoio dos trabalhadores, na virada de 1970-71 ocorreu o reverso.⁵¹⁶ Mas essa dinâmica logo seria alterada.

Ao longo dos primeiros anos da década de 1970, Gierek se popularizou ao manter contato próximo com os trabalhadores (por exemplo, visitando fábricas com frequência) e ao elevar o padrão de vida da população através de grandes empréstimos estrangeiros, em especial junto a bancos da Alemanha Ocidental. Com isso, ganhou simpatia até de parte dos opositores pró-socialismo democrático, como do ainda encarcerado (e então mais moderado) Modzelewski.⁵¹⁷ Ele também deu abertura para a expansão da atuação da Igreja Católica e de setores nacionalistas.

Mas sua popularidade não durou muito. Em dezembro de 1975, o Congresso do PC aprovou uma reforma da Constituição polonesa. Tratava-se de um movimento coordenado em todo o “bloco soviético”, visando evitar “brechas” que permitissem à oposição pró-democracia utilizar as Constituições como bandeira da sua luta. O foco, na Polônia, era formalizar o domínio do PC no regime (“papel dirigente”) e da URSS no “bloco soviético”. Ocorreu uma forte campanha popular contra essas mudanças e por modificações pró-democráticas, como “eleições livres” para o parlamento e direito de greve. Esse movimento foi encabeçado por católicos progressistas e intelectuais que haviam se destacado em março de 1968, em especial Kuroń e Adam Michnik. Todavia, diferentemente de 1968, a perspectiva de um socialismo democrático deu lugar a defesa

⁵¹⁶ Os parágrafos sobre a greve de 1970 são baseados em *Ibid.*, p. 423 e CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 235-239.

⁵¹⁷ Cf. OST, David. “I Didn’t Sit Eight and a Half Years in Jail to Build Capitalism”. *Jacobin*, maio de 2019. Disponível em <https://jacobinmag.com/2019/05/karol-modzelewski-poland-solidarity-democratic-socialism>. Acessado em 21/05/2019.

de uma democracia sem adjetivos e de tipo parlamentar.⁵¹⁸

Menos de um ano depois, Gierek enfrentou uma crise nova e muito mais forte. Sua política econômica era uma bomba relógio. Muitos bens de consumo foram importados e o grosso da receita obtida com as exportações estava sendo gasto com juros de crescentes empréstimos internacionais. Ademais, os preços vinham sendo mantidos no mesmo patamar há quase uma década, enquanto salários vinham recebendo aumentos. Em 25 junho de 1976, a situação foi subitamente alterada, com um aumento dos preços em até 60%.

Rapidamente ocorreu uma explosão de greves e ocupações de empresas, iniciada em Ursus e Radom, atingindo Plock, Gdańsk, Łódź e outras cidades industriais. Em Radom, ocorreu uma manifestação repleta de bandeiras vermelhas e cujos participantes cantavam a “Internacional”, tendo tomado a sede provincial do PC e a destruído ao descobrirem um grande estoque de alimentos no local. Em Gdańsk, cumpriu papel importante o “Comitê Fundador dos Sindicatos Livres da Costa”, fundado em 1º de maio daquele ano, que contava com Walesa como um dos seus impulsionadores. Em menos de 24 horas, Gierek anunciou o cancelamento do aumento, mas houve dura repressão aos trabalhadores, com detenções e demissões em massa.⁵¹⁹

Diferentemente de 1970, dessa vez a intelectualidade oposicionista buscou agir junto aos trabalhadores, em especial difundindo chamados por solidariedade ao estrangeiro. Essa ação em defesa dos trabalhadores perseguidos, presos e mortos culminou na fundação, em 23 de setembro, do “Comitê de Defesa dos Trabalhadores” (KOR), para fornecer ajuda financeira, jurídica, médica e denunciar a situação ao mundo. Tendo à sua frente Kuroń e Michnik, a organização cresceu rapidamente, com centenas de voluntários e milhares de doadores, e lançou um “Boletim de Informações”. A Igreja Católica também atuou em solidariedade às vítimas da repressão, em especial através de sermões do primaz Stefan Wyszyński contra a brutalidade do regime. Michnik defendia a colaboração do KOR com a instituição, visando repetir a parceria ocorrida durante o movimento contra as mudanças na Constituição.

O regime tolerou parcialmente o KOR, em geral permitindo sua atuação, apesar de realizar algumas prisões esporádicas de membros. Isso levou ao surgimento de outros grupos ao longo de 1977, como os “Comitês Estudantis de Solidariedade” (SKS),

⁵¹⁸ Cf. *Ibid.*, p. 239-240 e BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 423-425.

⁵¹⁹ Cf. *Ibid.*, p. 427 e CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 240-242.

formados após o assassinato de um estudante universitário do KOR, e o “Movimento pela Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão” (ROPCIO), organização pró-democrática composta por reminiscências dos antigos partidos burgueses e católicos, bem como por jovens oposicionistas.

O ROPCIO era uma mescla de progressistas e conservadores, sem caráter socialista, que reivindicava a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948) e os Acordos de Helsinki (1975)⁵²⁰, focando na base católica rural (publicava *Gospodarz*, “Camponês”). Do interior do ROPCIO saiu mais tarde (setembro de 1979) a “Confederação da Polônia Independente” (KPN), partido nacionalista, marcadamente antisemita e pró-capitalista, que reivindicava a figura do ditador antirrusso Józef Piłsudski e era liderado por Leszek Moczulski.⁵²¹

Em 1977 o KOR mudou de nome para “Comitê de Autodefesa Social” (KSS), convertendo-se em uma organização em prol da democratização do regime (mas seguiu usando a sigla original, que havia angariado grande prestígio). Sua linha foi formulada principalmente por Kuroń e Michnik. Todavia, àquela altura, Kuroń já não mais mantinha as posições radicais da “Carta” de 1964, onde defendia uma estratégia revolucionária, nem o referencial socialista.

Kuroń e Michnik formularam uma estratégia que preconizava a democratização do regime através do acúmulo gradual de reformas cautelosamente conquistadas por uma pressão desde baixo, sem questionar o “papel dirigente” do PC nem romper o alinhamento internacional à URSS, como forma de não provocar uma intervenção militar do Pacto de Varsóvia. Essa estratégia decorria de uma suposição de que a via “revolucionária”, de enfrentamento direto pelo poder, só reforçaria o aparato repressivo. Ela foi chamada por Michnik de “novo evolucionismo” (ou “revolução evolucionista”), e seu objetivo final era, nas palavras de Kuroń, uma “finlandização” da Polônia: “democracia parlamentar, limitada nas suas políticas internacionais e também internas na medida em que elas concernem os interesses claramente definidos da União Soviética”.⁵²²

⁵²⁰ Os Acordos de Helsinque, além de defenderem os direitos humanos, defendiam a soberania nacional e foram assinados pela URSS, posteriormente tornando-se uma bandeira de setores oposicionistas liberais no “bloco soviético”.

⁵²¹ Cf. *Ibid.*, p. 242-245 (a informação sobre o número de membros e alcances se encontra na Nota 136, p. 247) e BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 423-425.

⁵²² Os principais artigos de Kuroń nas *samizdat* polonesas foram compilados no livro “Princípios Intelectuais”, publicado em Paris, em 1978 (em polonês) e o principal texto contendo as ideias de Michnik, intitulado justamente “Novo evolucionismo” (disponível em <http://parevo.eu/1parevo/images/PDF/03.%20Michnik%20New%20Evolutionism.pdf>, acessado em

Para tal, o KOR preconizava a combinação entre criação de organismos de base independentes do PC que, aos poucos, assumissem na prática funções de gestão social – donde a ideia de “autodefesa social”, utilizada quase sempre como sinônimo de “autogestão” – e a colaboração destes com a ala pró-reformas do PC, que deveria ser mantido à frente do governo, mas com poderes cada vez mais reduzidos.

Alguns anos mais tarde, essa estratégia, centrada nas noções de órgãos de “autogoverno” e acúmulo gradual de reformas, marcaram profundamente o programa adotado pelo Solidariedade, que foi em grande parte desenvolvido por elementos dirigentes do KOR, junto a membros da Igreja Católica. Mas, no lugar dos termos “novo evolucionismo” e “revolução evolucionista”, ganhou mais popularidade nas formulações do Solidariedade a noção equivalente de “revolução autolimitadora”, formulada por Jadwiga Staniszkis.

O KOR, portanto, se diferenciava dos principais movimentos por democracia socialista dos anos 1950-60, que se dividiam entre uma estratégia de autorreforma do regime, através da democratização do PC, e de revolução, baseada em conselhos proletários que deveriam assumir o poder. Também se diferenciava no sentido que não tinha o socialismo como um elemento central, ainda que não fosse explicitamente pró-capitalista – na prática, buscava uma “terceira via”, que mesclasse mercado e propriedade socializada / economia planificada, sob um regime de democracia parlamentar multipartidária – além da autonomia face à URSS. A caracterização mais comumente atribuída a Kuroń e Michnik é de “social-democratas”, mas aqui ela será evitada, por ter se tornado um termo impreciso e com múltiplos significados.⁵²³

Não é difícil entender os porquês da perda de força da perspectiva socialista entre os opositores do regime. As experiências que tentaram impor mudanças a partir de baixo, na Hungria e Tchecoslováquia, foram suprimidas através de um banho de sangue. As promessas de Gomulka por reformas que conduzissem a uma “genuína democracia” se mostraram vazias e, ao invés, as massas receberam um programa de austeridade

16/08/2019), foi publicado em um periódico polonês no estrangeiro (*Aneks* – “Anexo”, de Paris) em 1976. Cf. TRENCSENYI, B; KOPECEK, M. et al. *A History of Modern Political Thought in East Central Europe*. v. 2, pt. 2. Oxford: Oxford University Press, p. 96, 2018. Citação, *Apud Ibid.*

⁵²³ Sobre a linha do KOR, ver CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 244; BEREND, Ivan. *Op. cit.*, p. 259-258; BARKER, Colin & WEBER, Kara. *Solidarność: from Gdansk to military repression. International Socialism*, p. 1-154, Winter 1982. Versão digital (sem paginação) disponível em <https://www.marxists.org/history/etol/writers/barker-c/1982/solidarnosc/1-4-crisis.html>, Parte I, Capítulo 4. Acessado em 16/05/2019. Para a obra onde a noção de “revolução autolimitadora” é desenvolvida, ver STANISZKIS, Jadwiga. *Poland's Self-Limiting Revolution*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

econômica. Sob Gierek, as coisas continuaram iguais. Com o regime se apresentando sistematicamente como a realização prática do socialismo marxista, este ficava cada vez menos atraente às novas gerações.

Ademais, no interior do KOR também havia uma ala explicitamente liberal, quase tão forte quanto a ala representada por Kuroń e Michnik, e que tinha à sua frente Antoni Macierewicz (atualmente parte do reacionário partido “Lei e Justiça”), Piotr Naimski, Jakub Karpinski e Ludwik Dorn. Essa ala era tão forte que chegou a se apoderar do comitê editorial da revista da organização, após um conflito com Kuroń e Michnik acerca de alguns textos que esses desejavam publicar no periódico.⁵²⁴

O KOR seguiu crescendo ao longo de 1977-79, se inserindo nas fábricas e lançando o jornal *Rabotnik* (“Operário”) e a revista *Glas* (“Voz”, tomada pela ala liberal). Também lançou outras iniciativas para fortalecer o nascente e programaticamente difuso movimento democrático, como as “universidades volantes”. Segundo Kuroń, ao final de 1979, o grupo tinha cerca de 5 mil membros e atingia 50 mil leitores com *Rabotnik* e 10 mil com *Placowka* (“Posto Avançado”, periódico criado para o campo).

A partir da rede de núcleos fabris criada ao redor de *Rabotnik* ao longo de 1977-79, teve início a formação de comitês visando à construção de sindicatos independentes. Em setembro de 1979, *Rabotnik* publicou a “Carta dos direitos dos trabalhadores”, com demandas por democracia e melhores condições de vida, enfatizando a demanda de legalização das greves e formação de sindicatos independentes, como pilar para o “autogoverno” preconizado pelo grupo. A “Carta” foi difundida através de 10 mil exemplares do jornal e também panfletos, que circularam amplamente nos locais de trabalho. Em paralelo, também desenvolveu um movimento no campo, que naquele ano culminou na formação do “Centro de Cultura Rural”, unificando comitês de “autodefesa” camponesa por democracia, autogestão camponesa e resolução dos problemas do campo.⁵²⁵

Apesar da sua força e popularidade, o KOR não era a principal organização política do cada vez mais impactante movimento pró-democrático: tal lugar era ocupado pela Igreja Católica, com destaque para o primaz Wyszyński. Durante o período Gomulka, a Igreja Católica recuperou o terreno que havia perdido entre os trabalhadores no entreguerras. Após as concessões que angariou em 1956, formou o *Znak* (“Sinal”),

⁵²⁴ Cf. ZUZOWSKI, Robert. The origins and activity of the workers’ defence committee, KOR: 1976–1980. *Politikon: South African Journal of Political Studies*, v. 20, n. 1, p. 118 e 126-127, 1993.

⁵²⁵ Cf. CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 242-245.

grupo que logo cresceu e se tornou uma força política muito mais relevante que o *Pax*, partido católico tutelado, permitido pelo regime no governo de coalizão. De forma semelhante ao KOR, a linha do *Znak* e do alto escalão da Igreja Católica na Polônia era de uma reforma gradual do regime, porém com uma postura muito mais moderada, inclusive se oferecendo ao regime em diferentes momentos como mediadora de conflitos com a classe trabalhadora – e sem o foco do KOR nos organismos de autogestão.

A partir dos eventos de 1976, a Igreja Católica passou a se posicionar de forma mais firme em defesa das liberdades e dos movimentos democráticos através de seus órgãos, declarações públicas e eventos religiosos. Em diferentes ocasiões, protegeu e auxiliou ativistas oposicionistas, emitiu falas políticas e liderou procissões de massas com tom crítico ao regime. Em outubro de 1978, sua atuação recebeu um impulso gigantesco com a escolha do cardinal Karol Józef Wojtyła, arcebispo da Cracóvia, para Papa (“João Paulo II”) – como dito, o primeiro não-italiano em quatro séculos e uma importante voz contra o regime, o que desencadeou uma forte onda de entusiasmo nacional.

Sua passagem de nove dias pelo país, em junho de 1979, arrastou multidões, chegando ao pico de 8 milhões de fiéis reunidos, para os quais fez homilias defendendo a “liberdade” e os “direitos humanos”. Ao longo daquele ano, diversas cartas e declarações episcopais foram utilizadas pela instituição para se posicionar como uma oposição moderada, criticando as repressões, mas também as ações combativas do proletariado.⁵²⁶ Sob o papado de Wojtyła, a Igreja Católica polonesa passou a ter uma profunda articulação com o Vaticano, que envolvia envio de relatórios detalhados sobre a situação do país, orientações sobre como atuar na oposição e contrabando de ajuda financeira e material através de uma rede clandestina própria, baseada na movimentação de padres.

Além da visita do Papa e do grande crescimento do KOR, 1979 foi um ano marcante também por alguns outros motivos. Tratou-se de um ano de grande agitação política, com a expansão das redes de comitês industriais e urbanos, formação de novos grupos (o reacionário KPN), efervescência cultural crítica ao regime, dentre outros elementos. Também ocorreram manifestações políticas de grande relevância, em particular comemorações em várias cidades do aniversário da independência de 1918 (11

⁵²⁶ Cf. *Ibid.*, p. 246-249; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 247; PACZKOWSKI, Andrzej & BYRNE, Malcolm. “The Polish Crisis: Internal and International Dimensions”. In PACZKOWSKI, A. & BYRNE, Malcolm (eds.). *From Solidarity to Martial Law. The Polish Crisis of 1980-1981. Documentary History*. Budapest: Central European University Press, p. 4, 2007.

de novembro), organizadas pelo KOR e ROPCIO, e a comemoração, em todo o Báltico, do aniversário da revolta de 1970, com defesa de “sindicatos livres” (em 17 de dezembro). Tratava-se de uma série de desafios públicos ao regime, com forte expressão de nacionalismo, repúdio à URSS e desejo de abertura democrática – mas sem referencial socialista.⁵²⁷

Por sua vez, o PC polonês, nesses anos finais da década de 1970, passou por uma série de convulsões, fruto das crescentes dificuldades econômicas e políticas enfrentadas pelo regime. Em outubro de 1977, uma carta ao CC, assinada por membros notórios (como Eduard Ochab), demandou reformas profundas; em novembro de 1978 surgiu o grupo “Experiência e Futuro” (DIP), que contava com vários membros do partido e até do CC, em aliança com a oposição católica e a oposição civil moderada. No verão de 1979, o DIP publicou um documento apontando a existência de “crise estrutural” e demandando a democratização do PC e do regime como via de solução (mas sem questionar a predominância da URSS sobre o país, nem o “papel dirigente” do PC no regime).

Esse fortalecimento das vozes pró-reformas no partido culminou, no seu VIII Congresso (fevereiro de 1980), na eliminação do Primeiro Ministro Jaroszewicz, duramente criticado pelos delegados como um “homem da URSS”. Porém, reformadores também foram eliminados de cargos importantes, de forma que o grupo de Gierek, que buscava se equilibrar entre estes e a ala “linha dura”, permaneceu no controle do PC. No lugar de Jaroszewicz entrou Edward Babiuch, que traçou um plano de austeridade visando reverter a contínua deterioração da economia polonesa, e que intensificou a repressão sobre os dissidentes diante do descontentamento com as medidas que estavam sendo adotadas.⁵²⁸

Cabe ressaltar que o plano de austeridade de Babiuch foi uma exigência do *pool* de cerca de 400 bancos credores da dívida externa polonesa (oriundos principalmente da Alemanha Ocidental), em troca de uma renegociação dela – dívida essa que estava aumentando de forma alarmante: de 50% das divisas obtidas em 1978, para mais de 60% em 1979 e mais de 90% em 1980. Ademais, os bancos também demandaram o direito de supervisionar todos os aspectos da política econômica polonesa e dar sugestões, o que foi concedido em 1981, quando a dívida já era de 23 milhões de dólares – cifra que seguiu

⁵²⁷ Cf. CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 249-250.

⁵²⁸ Cf. *Ibid.*, p. 250-251.

aumentando ao longo dos anos seguintes, levando a novas concessões do regime stalinista aos capitais imperialistas.

A noção trotskiana da burocracia stalinista enquanto um instrumento de pressão da burguesia internacional no interior de um Estado operário burocratizado talvez encontre sua maior confirmação no caso polonês.

2. O surgimento do Solidarnosc

Seguindo a nova linha econômica de austeridade, em 1º de julho de 1980, o regime tentou, mais uma vez, implementar um aumento de preços. Novamente, greves explodiram com rapidez por todo o país. Os trabalhadores em vários locais formaram comitês de greve, mas, diferentemente de 1970 e 1976, não ocorrem manifestações de rua, evitando, assim, enfrentamentos com o aparato repressivo. O KOR rapidamente emitiu declarações de apoio às greves, defendendo a formação de sindicatos independentes, demandando eleições democráticas de representações nas empresas e a realização de um “debate nacional” por mudanças (em especial, pelo fim da repressão e da censura prévia, pela limitação de poderes da polícia e pela independência dos tribunais). A ala pró-reformas do PC também se movimentou, demandando com urgência um programa de mudanças políticas e econômicas.

Em alguns lugares, as greves foram debeladas via aumentos salariais. Todavia, no dia 14 de agosto, o movimento chegou em Gdańsk, com uma greve de ocupação no Estaleiro Lenin. Tratou-se de uma resposta à demissão de Anna Walentynowicz, membra do KOR, que já vinha sofrendo repressão da polícia e da direção do estaleiro há algum tempo. O movimento contou com o apoio ativo do KOR e de embriões de sindicatos independentes formados após as greves de 1976, como o WZZ (“Sindicatos Livres da Costa”).

A partir daí, o movimento rapidamente se alastrou por todo o Báltico e foi fundado, em Gdańsk, um “Comitê de Greve Inter-empresas” (MKS), unificando os grevistas da cidade. À sua frente estava o demitido político Lech Walesa, que, desde 1976, dirigia o WZZ. Através do boletim que o MKS lançou, nomeado “Solidarnosc”, foi divulgado um programa de 21 pontos, a maioria deles econômicos. Entre os pontos políticos havia clara semelhança com o programa do KOR: direito de greve; “sindicatos livres”; liberdade de expressão; escolha dos gestores de empresas segundo qualificações; fim dos privilégios para membros do aparato estatal e do PC. Nenhuma menção era feita

ao socialismo e se demandava participação “de todas as classes” na elaboração de um programa de reformas socioeconômicas.⁵²⁹

O movimento grevista contou também com forte apoio da Igreja Católica, incluindo o primaz polonês e o próprio Papa – os quais, todavia, pediam cautela e moderação aos trabalhadores. Boa parte dos auxiliares externos dos grevistas eram ligado à Igreja Católica, agrupados ao redor do editor de um jornal desta, Tadeusz Mazowiecki (o qual se tornou Primeiro Ministro em 1989). Não à toa, uma das demandas levantadas pela greve foi a de acesso dos grupos religiosos à TV e ao rádio.

Diante do crescente movimento, Babiuch prometeu que não haveria aumento do preço da carne por um ano. Todavia, o regime se recusou a negociar as pautas políticas do MKS. A greve, assim, foi mantida em Gdańsk e, diante da prisão de 18 líderes do KOR, entre os quais Kuroń e Michnik, se expandiu em agosto para importantes polos industriais, surgindo outros comitês inter-empresas.

Em 23 de agosto, quando os grevistas ao redor do país já somavam cerca de 700 mil, contando com amplo apoio popular, o regime recuou e abriu negociações sobre a pauta política do MKS de Gdańsk, que, apesar de formalmente representar apenas os grevistas da cidade, angariou projeção nacional. Foram atendidas as demandas de legalização do direito de greve, mudança na política econômica, “eleições livres” nos sindicatos e substituição do Primeiro Ministro.

Diante do progresso nas negociações, a Igreja Católica pediu aos trabalhadores do país que terminassem a greve. Mas o MKS não cedeu na demanda de sindicatos independentes e o movimento seguiu se expandido até que, em negociações nos dias 29 e 30, o regime enfim cedeu nessa questão. Para assinar o acordo de término da greve o MKS exigiu ainda a libertação dos presos políticos (a maioria, do KOR), o que também foi atendido.

O acordo foi assinado em 31 de agosto, entre Walesa, representando o MKS de Gdańsk, e Mieczyslaw Jagielski, membro do *Politburo* do PC. Da parte do MKS, foi feita a concessão de reconhecer o “papel dirigente” do PC, não se opor ao “sistema de alianças internacionais” (predomínio da URSS) e se basear no princípio da “propriedade social”, além de “não desempenhar papel de partido político”.⁵³⁰

⁵²⁹ Cf. *Ibid.*, p. 255-258; PACZKOWSKI, Andrzej & BYRNE, Malcolm. *Op. cit.*, p. 6-7; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 428-432. Para uma versão em inglês do programa: WIKIPEDIA. *21 demands of MKS*. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/21_demands_of_MKS. Acessado em 07/06/2019).

⁵³⁰ Cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 428-432; PACZKOWSKI, A. & BYRNE, Malcolm. *Op. cit.*, p. 10; CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 258-259 e 263.

Ao longo dos primeiros dias de setembro acordos semelhantes foram assinados em diferentes regiões. Conforme as greves foram sendo finalizadas e a situação normalizada, Gierek e sua equipe à frente do PC foram removidos dos seus cargos, na reunião do CC do dia 5, e deram lugar a Stanislaw Kania, defensor de uma linha de maior conciliação e diálogo. Em paralelo a expurgos em diversas organizações ligadas ao PC e da ala pró-Gierek no partido, os sindicatos oficiais se esvaziaram diante do surgimento dos novos sindicatos independentes.⁵³¹

Ao final de setembro, entre os dias 17 e 22, delegados de mais de 30 comitês inter-empresas surgidos em todo o país, ao longo da greve de julho-agosto, se reuniram em Gdańsk e fundaram o “Sindicato Independente Autogovernado - Solidariedade” (NSZZ *Solidarność*), adotando o nome do boletim publicado pelo MKS da cidade. Os estatutos aprovados na reunião fizeram do Solidariedade uma organização nacional de tipo federativa, com suas bases sendo organizadas por região, e não por ramo industrial. Para liderá-lo, foi formada uma Comissão Nacional provisória, cujo presidente escolhido foi Walesa. As bandeiras que marcaram seu nascimento foram as mesmas dos “21 pontos” do MKS de Gdańsk e, portanto, também as do KOR e da oposição católica.

Seu crescimento foi espetacular, mesmo com o regime tentando brecá-lo (de empecilhos para estabelecer escritórios a um apagão na mídia sobre o assunto): em outubro já contava com 3 milhões de filiados, pulou para 8 milhões em dezembro e atingiu o pico de cerca de 10 milhões no começo de 1981 (de uma população ativa de 14 milhões de pessoas). Entre esses 10 milhões de filiados, constavam muitos membros do PC polonês, que chegavam a quase um terço do total de pertencentes ao partido (aproximadamente 1 milhão, de um total de pouco mais de 3,5 milhões). Pesquisas de opinião feitas pelo regime indicaram cerca de 89% de apoio popular ao Solidariedade nos seus primeiros meses.⁵³²

Os membros dos grupos pró-democráticos, como o KOR e o ROPCIO, se juntaram à nova organização, fosse como representantes sindicais, parte da estrutura administrativa ou consultores políticos (“especialistas”). Os líderes do KOR, como Kuroń e Michnik, ocuparam papéis de destaque, com presença na Comissão Nacional. O mesmo

⁵³¹ Cf. *Ibid.*, p. 258-259 e 266; PACZKOWSKI, A. & BYRNE, Malcolm. *Op. cit.*, p. 10; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 428-432.

⁵³² Cf. *Ibid.*, p. 428-432; CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 264-265; PACZKOWSKI, Andrzej & BYRNE, Malcolm. *Op. cit.*, p. 11-12; BRAND, Horst. Solidarity's proposals for reforming Poland's economy. *Monthly Labor Review*, May 1982, p. 43.

ocorreu com Mazowiecki, da oposição católica.⁵³³ Obviamente, o Solidariedade não seria capaz de se manter meramente como uma organização sindical, tanto pela presença desses elementos oposicionistas, quando pela ligação profunda entre economia e política em uma formação social de meios de produção socializados.

Vários outros setores sociais passaram a organizar órgãos próprios segundo o princípio da “autogestão” e independência: estudantes, profissionais das artes e ciências, camponeses. Ao final de setembro, surgiram o “Solidariedade Rural” (“Sindicato Independente Autogovernado de Fazendeiros Individuais - Solidariedade”, composto pelos produtores proprietários de terras) e a “União Independente dos Estudantes”. Vários sindicatos já existentes elegeram novas lideranças e diversas organizações também já existentes passaram a demonstrar maior independência frente ao PC.⁵³⁴

O surgimento do Solidariedade também foi acompanhado de uma “rebelião” dos membros de base do PC, que formaram “coordenações horizontais” em várias localidades, visando a uma democratização desde baixo do partido, depurações de dirigentes e, em alguns lugares, até demandando um regime pluripartidário para o país. Os envolvidos nessas iniciativas ficaram conhecidos como “horizontalistas”, e chegaram a reunir alguns milhares em um “Fórum Nacional”, realizado em abril de 1981, em Torun. Ademais, ao longo dos meses seguintes, muitos deixaram o PC, na maior onda de desfiliações até então: cerca de 300 mil até julho de 1981, quase 10% do partido.⁵³⁵

Apesar da rebelião proletária que o criou, a liderança do Solidariedade e, especialmente sua principal figura pública, Lech Walesa, não possuíam uma orientação socialista, como boa parte da esquerda socialista anti-stalinista da época creu, derivando mecanicamente uma coisa da outra.

Desde cedo, Walesa atuou como um dirigente moderado. Ele era muito próximo da Igreja Católica e suas posições refletiam a linha desta, de fazer oposição ao regime, mas, ao mesmo tempo, “cooperar” para evitar a repressão, evitando greves e ações combativas. Não demorou para sua atitude gerar conflitos com os setores mais propensos à combatividade, principalmente devido a posturas autoritárias, como ter cancelado unilateralmente um chamado à greve geral em resposta a uma provocação policial do regime contra a organização, em meados de 1981.

⁵³³ Cf. *Ibid.*, p. 10-11 e CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 283-284.

⁵³⁴ Cf. PACZKOWSKI, Andrzej & BYRNE, Malcolm. *Op. cit.*, p. 12 e CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 265.

⁵³⁵ Cf. CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 269-270 e PACZKOWSKI, Andrzej & BYRNE, Malcolm. *Op. cit.*, p. 12.

Mas Walesa era mais do que moderado em termos de táticas, ele era pró-capitalista. Em fins de 1980, ele saudou a vitória eleitoral de Ronald Reagan, declarando que seria algo positivo para a Polônia. Em outubro de 1981, conforme vazamento do jornal francês *Le Canard Enchaîné*, ele realizou reuniões secretas em Paris com dirigentes de grandes empresas estadunidenses como Ford, IBM, Heinz, dentre outras, preocupadas com o risco que as mobilizações dos trabalhadores apresentavam ao pagamento da dívida externa da Polônia. Walesa era acompanhado, em tais posições, pelos seus “assessores”, ligados à oposição católica, e por parte da intelectualidade advinda do KOR.⁵³⁶

Ademais, desde cedo, o Solidarnosc recebeu financiamento e apoio político e material do governo Reagan e do Vaticano, principalmente através da central sindical estadunidense AFL-CIO (há tempos conhecida entre os meios socialistas revolucionários como “AFL-CIA”). Em janeiro de 1981, segundo o *The New York Times*, cerca de 160 mil dólares já haviam sido enviados ao Solidarnosc através desses meios.⁵³⁷

Ao longo de 1981-89, após a supressão do Solidarnosc pelo regime polonês, esse financiamento tornou-se ainda maior, conforme o governo Reagan, em aliança com o Vaticano, passou a encarar como crucial manter a organização viva na clandestinidade, contando com a AFL-CIO e seus diferentes braços para fazer chegar a ajuda financeira e material a ela (mais detalhes adiante).⁵³⁸

Em meados de 1981, o então Secretário de Estado dos EUA, Alexander Haig, enviou um memorando para Reagan analisando que uma “revolução pacífica” estava em curso na Polônia e que ela deveria ser “consolidada”.⁵³⁹ Reagan assumiu a presidência prometendo alterar a correlação de forças internacional em desfavor da URSS. Para tal, focou em uma “guerra de ideias” para desestabilizar os regimes do “bloco soviético” e levá-los ao colapso (*rollback*) – tratava-se, em essência, de romper os Acordos de Yalta, que ele considerava um erro desastroso.

⁵³⁶ Cf. PELZ, William. *Op. cit.*, p. 207-208; a reportagem do *Le Canard Enchaîné* é citada em *Workers Vanguard* de 08/01/1982.

⁵³⁷ A reportagem do *The New York Times* é citada em *Workers Vanguard* de 08/01/1982 e foi pro nós conferida.

⁵³⁸ Cf. BERNSTEIN, Carl. The Holly Alliance. *Time*, 24/06/2001. Disponível em <http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,159069,00.html>. Acessado em 26/06/2019; CHODAKIEWICZ, Marek Jan. The CIA and “Solidarity”. Review of JONES, Seth G. A Covert Action. Reagan, the CIA and the Cold War Struggle in Poland. *The Institute of World Politics*, 17/03/2019. Disponível em <https://www.iwp.edu/articles/2019/03/17/the-cia-and-solidarity/>. Acessado em 13/08/2019; DOMBER, Gregory. The AFL-CIO, The Reagan Administration And Solidarność. *The Polish Review*, v. 52, n. 3, p. 277-304, 2007.

⁵³⁹ Cf. MACEACHIN, Douglas J. *US Intelligence and the Polish Crisis 1980-1981*. Disponível em <https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/csi-publications/books-and-monographs/us-intelligence-and-the-polish-crisis-1980-1981/index.htm>. Acessado em 25/06/2019.

Essa “guerra” envolveu um grande incentivo financeiro e material às rádios *Free Europe* e *Liberty*, que transmitiam para os países do Leste Europeu e para a URSS, respectivamente, a revistas de opositores emigrados (como *Kultura* e *Aneks*, no caso polonês) e à atividade de propaganda clandestina nos países do “bloco soviético” (como ao principal periódico do Solidariedade, *Tygodnik Mazowsze*, e às interferências realizadas pela organização nas programações de rádio e TV). A Polônia era o foco dessa operação contrarrevolucionária de grande escala, por ser considerada o “elo frágil”.⁵⁴⁰

Da parte da AFL-CIO, a aproximação com o Solidariedade também foi iniciada logo cedo, dado que “sindicatos livres” (de esquerdistas) era uma das suas principais bandeiras anticomunistas. Assim, enviou representantes para Gdańsk durante a greve de 1980, que originou a organização, e criou o “Fundo de Apoio aos Trabalhadores Poloneses” (PWAf). O PWAf contou com um aporte inicial de 25 mil dólares, vindos da federação sindical, e, em novembro de 1981, chegou a 250 mil, a partir de pequenas doações individuais e aportes maiores, vindos de diferentes sindicatos estadunidenses. O dinheiro do PWAf foi usado principalmente para o envio de equipamentos e materiais, especialmente para impressão e comunicação via rádio. Em paralelo, a organização também captou recursos através da USAID (“Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional”), ligada ao governo.⁵⁴¹

Ao longo de todo o período 1981-89, a captação de recursos e o envio de ajuda financeira e material ao Solidariedade por parte da AFL-CIO assumiu formas diversas, mas sempre em estreita cooperação com o governo Reagan, a CIA e o Vaticano, com o objetivo explícito de fazer colapsar o regime stalinista polonês e, em efeito dominó, todo o “bloco soviético”, rumo a uma restauração capitalista.⁵⁴²

Tais elementos, todavia, não significam que o Solidariedade já nasceu com um programa de defesa do capitalismo – por mais que houvesse setores abertamente pró-capitalistas em seu interior. Havia muita dubiedade nas formulações de seus líderes, mesmo aqueles à esquerda de Walesa. Essas dubiedades se expressaram ainda no programa adotado em seu I Congresso, de 1981, que não é explicitamente um manifesto pela restauração capitalista.

Tal dubiedade, muito provavelmente, é fruto do fato de que a base proletária da

⁵⁴⁰ Cf. RAYMOND JR, Walter. Poland – The Road to 1989. *The Polish Review*, v. 44, n. 4, p. 397-400, 1999; CHODAKIEWICZ, Marek Jan. *Op. cit.*, [s.p.].

⁵⁴¹ Cf. DOMBER, Gregory. *Op. cit.*, p. 277-279 e nota 4, 2007.

⁵⁴² Cf. *Ibid.*, *passim*; BERNSTEIN, Carl. *Op. cit.*; CHODAKIEWICZ, Marek Jan. *Op. cit.*

organização não era abertamente favorável a uma restauração capitalista, ainda que setores dela tivessem ilusões de que isso poderia levar a uma melhora em seu nível de vida e assegurar liberdades democráticas, ao passo que a grande maioria não defendia o socialismo, por encarar que o stalinismo era sua realização. Não obstante, tal base defendia a manutenção de formas socializadas de propriedade para a grande indústria e medidas de bem-estar social derivadas dessa socialização.

Todavia, conforme se verá, o programa adotado pelo I Congresso do Solidariedade, ainda que perpassado por algumas contradições, tinha uma clara orientação pró-mercado, ainda que mesclada com considerações secundárias sobre “plano” e “propriedade estatizada”. Ademais, ele não mencionava “socialismo” em nenhum lugar de seu extenso texto. A adoção de tal programa era, portanto, um passo determinante para a restauração capitalista, especialmente pelos vínculos estabelecidos entre a liderança da organização com o Vaticano e o governo Reagan.

3. 1980-81: os conflitos entre o Solidariedade e o regime stalinista

A partir da fundação do Solidariedade, a ditadura da burocracia perdeu parte da sua já frágil legitimidade e também da sua força, dado o peso social e popularidade da nova organização e sua capacidade de “vetar” ações do regime através de fortes greves (ou ameaças de greves). Tratava-se de uma situação sem precedentes, e revertê-la era essencial para a sobrevivência do regime stalinista na Polônia – e no “bloco soviético”.

Já em agosto de 1980, antes dos acordos com o MKS de Gdańsk, uma comissão de alto escalão foi montada na URSS para avaliar a situação no país. Ela fez planos para uma invasão que suprimisse militarmente a onda grevista, mas a empreitada foi descartada em prol de uma solução “nativa”. Na sequência, ainda em agosto, o *Politburo* do PC polonês cogitou o uso da Lei Marcial para suprimir o Solidariedade, mas a onda grevista tornava a empreitada inviável – somente em dezembro de 1981 ela foi posta em prática, e o Solidariedade perdeu sua legalidade, reobtendo-a apenas em 1989.⁵⁴³

Alguns regimes do “bloco soviético”, em especial da RDA e da Tchecoslováquia, ficaram bastante alarmados com a situação no país vizinho. Entre agosto de 1980 e dezembro de 1981, conduziram uma permanente e agressiva campanha contra o Solidariedade em suas imprensas oficiais e também exerceram constante pressão sobre a

⁵⁴³ Cf. *Ibid.*, p. 429-432 e PACZKOWSKI, Andrzej & BYRNE, Malcolm. *Op. cit.*, p. 9 e 14.

URSS para que colocasse em ação as tropas do Pacto de Varsóvia. Além do temor de “contaminação”, tal postura se explica pela Polônia drenar grandes recursos da URSS que, não fosse a necessidade de concessões materiais ao proletariado polonês, poderiam estar sendo melhor repartidos entre os demais regimes do “bloco”.⁵⁴⁴

Mas a cúpula da URSS não estava tão propensa a uma nova intervenção, uma vez que já vinha dedicando muitos recursos à ocupação do Afeganistão, o “Vietnã soviético”. Sua estratégia foi a de manter constante pressão sobre o PC polonês para que agisse contra o Solidariedade, através de exercícios militares do Pacto de Varsóvia, ameaças públicas de corte de fornecimento de gás e eletricidade, campanhas agressivas na imprensa oficial e manobras para favorecer um fortalecimento da ala “linha dura” do partido polonês, encabeçada por Tadeusz Grabski, Stefan Olszowski e Stanisław Kociołek, em detrimento da ala mais moderada e propensa à conciliação de Kania.⁵⁴⁵

Da parte do regime polonês, foram realizadas uma série de escaramuças repressivas a partir de agosto de 1980, para tentar reduzir a força do Solidariedade e, ao mesmo tempo, testar sua capacidade de resistência e disposição ao confronto. Também foi realizado um esforço permanente da imprensa oficial em deslegitimar a organização, ao apresentá-la como indisposta à cooperação para melhorar a situação econômica, permeada de “elementos antissocialistas” e responsável por despertar a ira da URSS e, assim, pôr em risco a limitada soberania conquistada pelo país.

Também foi estimulada a divisão do Solidariedade entre “moderados” (aqueles ao redor de Walesa) e supostos “radicais” (os líderes do KOR) como forma de enfraquecer a organização. Nisso o regime contou com ajuda da Igreja Católica, que, além de constantemente buscar apaziguar os ânimos, também incentivava a divisão “moderados”-“radicais”, tendo se aproximado bastante de Walesa. Na realidade, a divisão existente era de tática, entre aqueles que preferiam negociações de cúpulas e os mais interessados em pressões desde baixo, pois, em termos de objetivos gerais, não havia muita diferença entre o grupo de Walesa e o de Kurón e Michnik.⁵⁴⁶

Ademais, entre agosto de 1980 e dezembro de 1981 ocorreram vários conflitos entre o regime e o Solidariedade, principalmente em torno do não cumprimento de partes do acordo firmado em 30 de agosto de 1980 e de provocações policiais contra membros

⁵⁴⁴ Cf. *Ibid.*, p. 13-15 e CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 266-268, 270-271 e 274.

⁵⁴⁵ Cf. *Ibid.*, p. 270-271; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 429-432; PACZKOWSKI, Andrzej & BYRNE, Malcolm. *Op. cit.*, p. 13-15, 18-20 e 27; CRAMPTON, J. R. *Op. cit.*, p. 372-373; BARKER, Colin & WEBER, Kara. *Op. cit.*, [s.p.]. Parte I, Capítulo 4.

⁵⁴⁶ Cf. CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 270-271.

da organização. A Comissão Nacional respondeu a esses conflitos chamando paralisações nacionais ou mesmo greves gerais, e o regime acabou recuando.

Foi o caso da negativa, pelo tribunal de Varsóvia, em registrar o estatuto do Solidariedade, em novembro de 1980, por não reconhecer o “papel dirigente” do PC e impedir a filiação de detentores de cargos no PC e no Estado. Outro caso de impacto foi a onda de greves locais pela implementação dos “sábados livres” (semana de 5 dias) em janeiro de 1981, acompanhada de uma forte greve estudantil.

Nos dois casos o regime recuou após a Comissão Nacional fazer um chamado à greve geral, e também teve que ceder em outros pontos (também já presentes no acordo de agosto de 1980) para que a convocatória fosse cancelada, como acesso aos meios de comunicação. As reações das imprensas oficiais da URSS, Tchecoslováquia e RDA foram muito duras, levando o regime polonês a alertar para a possibilidade de uma intervenção estrangeira. Já a ala “linha dura” do PC polonês incentivava os conflitos, para justificar uma repressão generalizada.⁵⁴⁷

Após esses conflitos, em 9 de fevereiro, o CC substituiu o Primeiro Ministro pelo então Ministro da Defesa, o general Wojciech Jaruzelski. Ao mesmo tempo em que tinha certa popularidade por sua reputação de lutar contra a corrupção, Jaruzelski também possuía simpatia da cúpula da URSS, por seu histórico militar estar associado às forças armadas do país. Ademais, desde outubro, na qualidade de chefe do Conselho Nacional de Defesa, ele já vinha coordenando a elaboração de um plano de aplicação da Lei Marcial, de forma que sua nomeação era uma concessão à Moscou e à ala “linha dura” do partido.

A gestão de Jaruzelski expressou uma linha que combinava autoridade com negociação. Ele conseguiu encerrar a greve estudantil iniciada em janeiro, através do reconhecimento da nova entidade estudantil independente, autorizou a existência do Solidariedade rural, e negociou outras concessões com o Solidariedade para uma trégua de 3 meses sem greves. Ao mesmo tempo, fortaleceu os preparativos para a supressão do Solidariedade, coordenando, ao longo dos meses seguintes, a elaboração de um detalhado plano de ação e a realização de vários exercícios e testes de força.⁵⁴⁸

Em março, ocorreu outro exercício do Pacto de Varsóvia na Polônia e, em meio a

⁵⁴⁷ Cf. CLAUDÍN, Fernando. *Op. cit.*, p. 265-276 e PACZKOWSKI, Andrzej & BYRNE, Malcolm. *Op. cit.*, p. 10.

⁵⁴⁸ Cf. *Ibid.*, p. 274-280; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 433-434; PACZKOWSKI, Andrzej & BYRNE, Malcolm. *Op. cit.*, p. 13-33.

ele, uma provocação policial na cidade de Bydgoszcz atçou o Solidarnosc (prisão de membros e espancamentos), provavelmente tendo sido algo planejado pela ala “linha dura” do PC para legitimar uma repressão generalizada. A reação foi nova ameaça de greve geral, com forte apoio até nas bases do PC. Todavia, diante da ameaça de uma intervenção da URSS, Walesa chamou unilateralmente pela não realização da greve, que acabou cancelada em 30 de março, em troca da legalização definitiva do Solidarnosc rural.⁵⁴⁹

Diante desses eventos, a ala “linha dura” do PC, encabeçada por Grabski-Olszowski-Kociolek, passou a se organizar através de fóruns regionais de debate e um semanário próprio, com o objetivo de substituir Kania e Jaruzelski. Diferente dos “horizontalistas”, que seguiam ativos e influentes, tal ala tinha expressão no CC. Visando assegurar a unidade do partido diante do golpe de força contra o Solidarnosc que estava sendo planejado, o pleno de março CC resolveu convocar um Congresso Extraordinário para julho.

Em 5 de junho um ultimato foi enviado pela cúpula da URSS, demandando que a “ordem” fosse reestabelecida até 14 de julho, dia de abertura do Congresso. A ala “linha dura” aproveitou a oportunidade para tentar remover Kania e Jaruzelski do cargo, mas os oficiais militares presentes no CC, pró-Jaruzelski, brecaram a tentativa. Respondendo às pressões da URSS, em 16 de junho o Comitê Nacional de Defesa, presidido por Jaruzelski, declarou finalizado o planejamento básico para a implementação da Lei Marcial. A questão passou a ser quando aplicá-la.⁵⁵⁰

Em julho, entre os dias 14 e 22, ocorreu o Congresso Extraordinário do PC. Devido à força dos “horizontalistas”, a escolha dos delegados se deu através de eleições nas bases e as votações no congresso foram secretas. A consequência disso foi que entre 80 a 90% dos delegados eram “estreantes” em um congresso do partido, uma proporção parecida dos membros do novo CC também era estreante no órgão, bem como 7 dos 11 membros do *Politburo*.

Apesar dessa renovação, a maioria era parte da máquina administrativa do partido, ainda que de escalão intermediário, não sendo defensores de ideias muito distintas daquelas da cúpula anterior, de forma que a ala “linha dura” não foi de todo removida dos postos principais, ao mesmo tempo em que Kania se manteve no cargo, se equilibrando

⁵⁴⁹ Cf. PACZKOWSKI, Andrzej & BYRNE, Malcolm. *Op. cit.*, p. 18-20 e BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 433-34.

⁵⁵⁰ Cf. *Ibid.*, p. 23-26.

entre os “duros” e os “pró-reformas”. Novos estatutos foram aprovados, estabelecendo mecanismos de eleição secreta em todos os níveis, bem como de amovibilidade de cargos. Alarmada, a URSS novamente buscou estimular os “duros” contra Kania.⁵⁵¹

Não obstante os conflitos no PC e entre sua cúpula e aquela da URSS, os preparativos para a supressão do Solidariedade seguiam. Diversos generais passaram a ocupar postos-chave no governo e nas estruturas estatais. Tropas foram mobilizadas para atuar no campo e nas cidades auxiliando na colheita, na distribuição de víveres e outras funções similares. Graças a ações como essas, as forças armadas, diferentemente do partido, não estavam desmoralizadas diante da população e, inclusive, uma pesquisa de opinião colocou a confiança popular no exército apenas um pouco abaixo daquela no Solidariedade.⁵⁵²

Em paralelo aos preparativos para suprimir o Solidariedade, o regime polonês também preparou uma reforma econômica para tentar reverter a contínua piora da situação. Ainda em setembro de 1980, o *Politburo* encomendara a preparação de uma reforma econômica a uma comissão de especialistas, que chegou a realizar debates públicos nos institutos econômicos acadêmicos. Esta apresentou o resultado de seus trabalhos ao órgão em janeiro de 1981 e o IX Congresso do partido aprovou as “Diretrizes da reforma econômica”.

As “Diretrizes” foram a base de três mudanças de relevo, realizadas ainda em 1981. Uma reforma na legislação agrícola, em julho, que assegurou a inviolabilidade da propriedade privada no campo e a manutenção da “paridade de renda” entre lares urbanos e rurais. A “Resolução 112” do Conselho de Ministros, que flexibilizou significativamente a possibilidade de criação de pequenas empresas nos três setores econômicos – estatal, cooperativo e também privado (que já era permitido, em pequena extensão, desde a reforma de 1973) – e assegurou o tratamento igual das pequenas empresas privadas em relação às estatais. E a nova lei de empresas estatais, aprovada em 25 de setembro e efetivada em 1º de outubro, com leis complementares aprovadas em novembro e dezembro, que visava a promover certo grau de autonomia, cedendo parcialmente a demandas nesse sentido vindas das mobilizações proletárias. Tal lei deu poderes, ainda que limitados, aos conselhos de empresa sobre a escolha dos gestores e diretores (o que era chamado de “autogestão”) e permissão às empresas para decidirem

⁵⁵¹ Cf. *Ibid.*, p. 26 e CRAMPTON, R. J. *Op. cit.*, p. 372-373.

⁵⁵² Cf. BARKER, Colin & WEBER, Kara. *Op. cit.*, [s.p.], Parte I, Capítulo 4.

sobre a quantidade de empregados e o volume de produção, bem como sobre preços.⁵⁵³

Os objetivos principais da reforma eram aumentar a eficiência na alocação de recursos (descentralizando parcialmente tal atividade), elevar as taxas de inovação, melhorar a capacidade de exportação e eliminar a escassez de bens, ao mesmo tempo em que buscava preservar em grande parte o pleno emprego, a baixa desigualdade salarial e a estabilidade de preços. Também manteria grandes poderes concentrados na cúpula econômico-política de planejamento.

Era uma tentativa, portanto, de superar os bloqueios e desequilíbrios ao desenvolvimento econômico causados pelo planejamento burocrático, que era excessivamente verticalizado e centralizado, porém sem afetar o monopólio do poder pela burocracia. Reformas semelhantes foram aplicadas em maior profundidade no conjunto do bloco soviético ao longo da segunda metade dos anos 1980, conforme se verá nos Capítulos 7 e 8.

Como projetava-se que a reforma levaria a uma redução de cerca de 30% no consumo individual e de cerca de 50% no investimento, foi concebido como um plano de aplicação gradual, que passaria inicialmente por um período de transição de 3 a 5 anos (1982-86). As mudanças adotadas em 1981, portanto, era apenas um primeiro passo. Contudo, a implementação da Lei Marcial, ao final do ano, levou o regime a rever alguns aspectos dessa reforma, que voltaremos a abordar em maiores detalhes no Capítulo 8.

4. A moderação do Solidariedade e o movimento por “autogestão”

Por sua vez, o Solidariedade estava cada vez mais paralisado e dividido depois da provocação policial em Bydgoszcz e da ação de Walesa para cancelar a greve geral que as bases desejavam em resposta. Já desde agosto de 1980, Walesa estava viajando pelo país visando restringir as lutas, almejando “dar espaço” à ala de Kania-Jaruzelski para se fortalecerem no PC e, assim, conseguirem implementar acordos. No começo de 1981, ele foi visitar o Papa em Roma e voltou defendendo um recuo da demanda por “sábados livres”, que vinha gerando conflitos e tensão entre os trabalhadores e o regime stalinista. Na mesma época, ele e seus aliados na Comissão Nacional pressionaram as bases contra ações autônomas, em especial greves, alegando que não dariam apoio caso ocorressem.

⁵⁵³ Cf. SLAY, Bem. *The Polish Economy. Crisis, Reform, and Transformation*. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 77; ADAM, Jan. *Economic reforms in the Soviet Union and Eastern Europe since the 1960s*. London: Palgrave Macmillan, 1989, p. 150; GOMUŁKA, Stanisław; ROSTOWSKI, Jacek. The Reformed Polish Economic System, 1982–83. *Soviet Studies*, vol. 36, July 1984, p. 927 e 929-931.

Internamente, a ala ao redor de Walesa buscou neutralizar os setores mais combativos. Fazendo coro com a tática do regime, de dividir o Solidarnosc entre “moderados” e “radicais”, em janeiro de 1981, Walesa havia declarado publicamente que a organização não precisava mais da ajuda do KOR. Editores de boletins locais ligados à organização foram sistematicamente removidos de suas funções, dando espaço para os “moderados”, em especial ligados à Igreja Católica. Pouco depois, em fevereiro, o KOR sofreu uma série de assédios por parte do regime, na forma de processos contra vários membros.

Ademais, depois da atitude de Walesa diante da provocação em Bydgoszcz (março), os membros mais combativos da Comissão Nacional abandonaram seus postos em protesto ao que consideraram um crescente autoritarismo daquele, que estaria se apoderando da liderança do sindicato. Bogdan Borusewicz, figura central da greve em Gdansk de 1980 e da redação das suas “21 demandas”, foi um deles. Ele criticou a emergência de intolerância e supressão de críticas e também um culto a líderes nacionais (em especial Walesa) e regionais, como consequência do afastamento dos círculos progressistas originais por parte de membros da hierarquia católica e nacionalistas, que tomaram a estrutura do Solidarnosc.⁵⁵⁴ A tática do regime stalinista, de “dividir para conquistar”, estava gerando frutos.

Ao invés da pressão desde baixo, Walesa e a ala “moderada” apostavam em negociações de cúpula: por volta de maio de 1981, sete comissões foram formadas entre o Solidarnosc e o governo para buscar soluções para certas demandas. Em consequência dessas ações e orientações, as greves diminuíram muito entre abril e junho, ao passo que os ataques da parte do regime cresceram (mais de 200 processos foram abertos contra membros do Solidarnosc nesse período).⁵⁵⁵

De qualquer forma, conforme destacaram Colin Barker e Kara Weber, em um estudo da trajetória do Solidarnosc até 1981, independente das divisões na liderança da organização, tanto as táticas de negociação por cima, quanto a de pressão por baixo, perdiam sentido diante das crescentes dificuldades econômicas e falta de ação do PC: enquanto a ala conciliadora de Kania tentava implementar os acordos firmados, os *apparatchik* locais atacavam o Solidarnosc nas bases e bloqueavam parte dos acordos;

⁵⁵⁴ Cf. ZUZOWSKI, Robert. KOR after KOR. The intelligentsia and dissent in Poland: 1981-1987. *The Polish Review*, v. 33, n. 2, p. 171-172, 1988. Borusewicz voltou à ativa após a implementação da Lei Marcial, tornando-se um importante líder do Solidarnosc na clandestinidade, até ser preso em 1984.

⁵⁵⁵ Cf. BARKER, Colin & WEBER, Kara. *Op. cit.*, [s.p.]. Os parágrafos anteriores a essa nota se baseiam na Parte I, Capítulo 4.

o exército denunciava o sindicato vigorosamente em seus periódicos; apesar dos aumentos salariais conquistados, havia crescente escassez de bens de consumo. Para Barker e Weber, a indisposição do Solidariedade em se lançar em uma luta pelo poder contra o PC (“revolução autolimitadora”) o levava a um beco sem saída – mas os autores não levam em conta as terríveis consequências que teriam a implementação do programa da organização, conforme se verificou a partir de 1989.⁵⁵⁶

Diante do agravamento da situação econômica e das dificuldades em implementar os acordos com o governo, em fevereiro de 1981, começou a tomar forma um movimento de comitês proletários nas empresas. Tais comitês visavam implementar certo nível de autogestão, em oposição à nomeação vertical de diretores. Em vários lugares, ameaçaram ou mesmo realizaram greves como forma de forçar o regime a aceitar as indicações de diretores vindas das bases.⁵⁵⁷

A “autogestão” demandada por esses organismos, que ganharam maior ímpeto em junho-julho de 1981, quando a situação da economia já estava mais degradada, acabou sendo abraçada pela Comissão Nacional ainda em fevereiro, quando ainda havia nela certa presença da ala “combativa”. Ela adotou um documento que defendia a autogestão e autonomia local das empresas e maiores poderes ao parlamento (*Sejm*) sobre a economia, como forma de remover o controle burocrático nas empresas e os *apparatchik* locais, que vinham bloqueando a implementação de parte dos acordos com o governo.⁵⁵⁸

Em abril, a Comissão Nacional formou a “Rede de Organizações de Empresas”, para articular os comitês que já existiam, com ênfase no objetivo de preparar estatutos para o controle operário das empresas, para passar de “vigiar e monitorar as autoridades” ao protagonismo de fato dos novos sindicatos na gestão das empresas. Em junho, a “Rede” foi “elevada” a um “centro consultivo da Comissão Nacional” no que tangia aos assuntos da reforma econômica e autogestão. Tratou-se também de uma forma de responder à proposta de lei governamental sobre controle operário (Lei das Empresas Estatais), que não alterava o modelo então vigente, e de dar organização e unidade a conselhos de fábrica, que vinham surgindo na esteira da piora da economia.⁵⁵⁹

Em julho, a “Rede” reuniu mais de 500 delegados de conselhos operários em Gdańsk, para aprovar e divulgar o projeto de “autogestão”. Um pequeno livreto

⁵⁵⁶ Cf. *Ibid.*, [s.p.], Parte I, Capítulo 4.

⁵⁵⁷ Cf. *Ibid.*, [s.p.], Parte I, Capítulo 4.

⁵⁵⁸ Cf. PACZKOWSKI, Andrzej & BYRNE, Malcolm. *Op. cit.*, p. 23.

⁵⁵⁹ Cf. MOVEMENT for Self Management, The. In PERSKY, S. & FLAM, H. (eds.). *The Solidarnosc Sourcebook*. Vancouver: New Star Books, p. 177-179, 1982.

mimeografado, intitulado “O Movimento de Autogestão”, foi distribuído pelo país para explicar de forma didática o projeto da “Rede”. Ele apresentava a palavra de ordem de “reforma por autogestão” como central para o novo período do Solidariedade e tinha como perspectiva formar uma “Coordenação Nacional dos Conselhos de Trabalhadores” e passar uma lei no *Sejm* para “legalizar” o movimento e suas propostas.

O núcleo da proposta de “autogestão” consistia em contrapor o controle operário ao planejamento centralizado, encarado como razão da deterioração da economia. O objetivo era que conselhos operários autônomos exercessem o controle das empresas de “propriedade comunal”, elegendo democraticamente a gestão, que não mais responderia diretamente ao Estado.⁵⁶⁰ Conforme o próprio documento:

A concepção de autogestão resulta da convicção de que o atual sistema de planejamento administrativo centralizado, que incapacita os negócios e subordina as agências à administração econômica, é a principal fonte da crise econômica do país.

[...] em uma economia socialista, trata-se [a “autogestão” proposta] da única forma possível de estabelecer órgãos de gestão das empresas que sejam independentes da administração estatal.”⁵⁶¹

Essa mescla entre “empoderar” (parcialmente) os trabalhadores, através da eleição dos gestores, e findar o planejamento centralizado já prenunciava a proposta do programa que foi adotado pelo I Congresso do Solidariedade, em setembro de 1981, em mudar profundamente as estruturas econômicas do país. No programa, todavia, ficava mais claro o objetivo de estabelecer uma economia de mercado no lugar do planejamento, além de não ser feita nenhuma referência ao “socialismo”.

A mudança de foco, das greves para o movimento por “autogestão”, não durou muito.⁵⁶² A piora da situação econômica se intensificava e se retroalimentava, com trabalhadores gastando muito tempo nas filas para conseguir alimentos, não rendendo no

⁵⁶⁰ Cf. *Ibid.*

⁵⁶¹ *Ibid.*, p. 179. “The concept of self-management results from the conviction that the former system of central administrative planning, which incapacitates business and subordinates it to agencies of economic administration, is the main source of this country's economic crisis. [...] in a socialist economy, it is the only possible form of establishing managing bodies of enterprise, that are independent of the state administration”.

⁵⁶² Isso não significa que o movimento pela autogestão tenha sido abandonado. Em outubro, foram reunidos, em Varsóvia, representantes de mais de 20 coordenações regionais de conselhos de autogestão e foi fundado um “Comitê constitutivo” de uma “Federação Nacional dos Órgãos de Autogestão” (KZ-KFS), a ser sediada em Katowice e cujo objetivo era unificar tais órgãos para sua atuação em prol de legislações de socialização da gestão econômica e política e vigilância sobre sua implementação. Cf. CRÉATION du Comité constitutif de la Fédération nationale des organes d'autogestion. *Inprecor – Intercontinental Press*, n. 112, p. 8, 9 novembre 1981.

trabalho por subnutrição e não vendo incentivo no trabalho, devido à corrosão dos salários e escassez de bens. Igualmente, os camponeses privados não viam incentivo para levarem sua produção ao mercado. Assim, apesar das greves terem caído consideravelmente entre abril e julho, a soma da crise cada vez pior com um anúncio, em meados de julho, de um novo aumento de 40% nos preços e um corte de 1/5 nas rações de carne de agosto e setembro, as fez voltarem com intensidade e acrescentou um novo fenômeno à situação: as “marchas da fome”, de caráter semi-espontâneo. Essas marchas, que denunciavam a crescente carestia, se tornaram fenômeno constante nas cidades, mesmo diante da oposição a elas do setor “moderado” do Solidariedade.

A tensão atingiu um pico com a realização de novos exercícios militares do Pacto de Varsóvia e ameaças de repressão policial da parte de Kania. A reação da Comissão Nacional do Solidariedade foi tentar acalmar os ânimos e evitar protestos, o que gerou certo efeito pequeno, mas grande tensão das lideranças locais com Walesa e cia. Conforme a escassez se generalizava, inclusive pela compra indiscriminada visando estoque e escambo, greves se fortaleceram ainda mais. O governo conseguiu reverter em parte a onda grevista do verão e outono, ao insistir sistematicamente que as greves pioravam a situação de abastecimento do país, no que foi ajudado pela inação e recuo da liderança do Solidariedade. As greves acabaram diminuindo novamente, após atingirem um pico em outubro.⁵⁶³

Em meio a essa situação, se formou uma fração no Solidariedade ao redor de Andrzej Gwiazda, então vice-presidente da Comissão Nacional, um dos fundadores do WZZ báltico (1976) e um dos líderes da greve no Estaleiro Lenin em 1980, conhecida como “constelação” (*gwiazda* em polonês significa estrela). Em resposta às atitudes de Walesa e cia., a fração demandava democracia interna e uma linha mais combativa, denunciando a “ditadura” de Walesa e sua busca por legitimidade através da aproximação com o regime. Essa fração influenciou uma mudança programática, da bandeira da “autogestão” das empresas para a defesa de um “autogoverno”, isto é, um controle democrático desde baixo sobre diferentes aspectos do Estado – perspectiva já defendida há tempos pelos membros do KOR.⁵⁶⁴

Essa mudança foi decidida pela Comissão Nacional em uma reunião em julho, pouco antes do Congresso Extraordinário do PC, a qual adotou o *slogan* de “República

⁵⁶³ Cf. BARKER, Colin & WEBER, Kara. *Op. cit.*, [s.p.], Parte I, Capítulo 4.

⁵⁶⁴ Cf. *Ibid.*, [s.p.].

autogovernada”. A reunião foi marcada por conflitos em torno da proposição de uma reestruturação do Estado. A concepção dos “moderados” e também dos líderes do KOR, como Kuroń, era de que o Solidariedade deveria se restringir às lutas econômicas, enquanto a luta política deveria ficar a cargo de partidos políticos de programas variados, que receberiam apoio do “sindicato”. Ainda assim, conforme a lógica da “revolução autolimitadora”, encaravam que ainda era cedo para demandar “eleições livres”, devido ao risco de uma intervenção da URSS. De qualquer forma, predominou a perspectiva de que era necessário impulsionar uma “autogestão” ao nível do Estado.⁵⁶⁵

No vácuo de soluções para a crise, partidos políticos começaram a se fortalecer, em especial o nacionalista e antissemita KPN, graças a seu discurso de derrubar o regime. Tal partido cresceu principalmente no campo. Nesse contexto, o reacionário ditador antirruso Józef Piłsudski voltou a ser idolatrado como “libertador nacional”, tendo inclusive retratos em vários escritórios do Solidariedade.⁵⁶⁶

5. O I Congresso do Solidariedade e seu programa pró-mercado

Foi nesse clima de fortes tensões entre o Solidariedade e o regime stalinista, e de divisões internas, que ocorreu o I Congresso da organização, em Gdańsk. Ele foi realizado em duas rodadas, uma entre 5-10 de setembro, outra entre 26 de setembro e 7 de outubro. Na noite de abertura ocorreu um exercício militar do Pacto de Varsóvia no Báltico, o maior na região desde a Segunda Guerra Mundial e, enquanto ele ocorria, o Papa publicou uma encíclica (*Laborem Exercens*, de 14 de setembro⁵⁶⁷) que condenava o socialismo marxista e a luta de classes.

Compareceram 892 delegados, dos quais, segundo um questionário respondido por quase todos (exceto 5), 47% possuíam origens na classe trabalhadora, 32,8% na *intelligentsia*, 14,4% no campesinato e 5% possuía “origens mistas”. Ainda segundo o questionário, 43,2% trabalhavam na indústria, mas apenas 22,1% estavam envolvidos fisicamente na produção. 50,5% tinham entre 25-35 anos, 30,6% tinham entre 36-45 e

⁵⁶⁵ Cf. PACZKOWSKI, Andrzej & BYRNE, Malcolm. *Op. cit.*, p. 26 e DOCUMENT No. 57: Notes of Solidarity National Coordinating Commission Conference in Gdańsk. July 24, 1981. In PACZKOWSKI, A. & BYRNE, Malcolm (eds.). *Op. cit.*, p. 319-329.

⁵⁶⁶ Cf. BARKER, Colin & WEBER, Kara. *Op. cit.*, [s.p.].

⁵⁶⁷ Disponível em http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/en/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091981_laborem-exercens.html. Acessado em 20/08/2019. Tratava-se de uma homenagem e “atualização” da famosa encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, publicada em resposta ao crescimento das lutas proletárias na Europa e do marxismo, e que buscou contrapor a elas uma “doutrina social” católica.

16,8% entre 46-55. 50,7% tinham ensino superior completo e 35,7% ensino médio. Não menos que 51% eram parte da estrutura do Solidariedade, sendo cerca de 200 delegados funcionários em tempo integral. Apenas 7,7% eram mulheres. Por fim, 9,4% eram membros do PC.⁵⁶⁸

Apesar do clima de radicalidade entre os delegados, expressando um crescimento da ala mais à esquerda do Solidariedade, a ala de Walesa fez o possível para evitar ações e resoluções que pudessem levar a uma reação violenta do regime, especialmente indicações do desejo de retirar o PC do poder e o país do Pacto de Varsóvia. O crescimento da ala à esquerda não significou um enfraquecimento do grupo de Walesa. Tal grupo conseguiu, por exemplo, impor que a abertura do evento fosse uma missa do novo primaz, Józef Glemp (Wyszyński havia falecido em maio) e, mesmo sua ala tendo menor peso na nova Comissão Nacional eleita, Walesa seguiu como presidente do órgão e escolheu a dedo os membros do novo secretariado executivo.⁵⁶⁹

Ademais, cabe destacar que, entre os convidados internacionais do evento, constavam Lane Kirkland e Irving Brown. Kirkland era presidente da AFL-CIO e de um dos seus braços internacionais, o AIFLD (“Instituto Americano Para o Desenvolvimento do Trabalho Livre”). Kirkland, um anti-comunista ferrenho, também era parte do *think-tank* anti-URSS “Comitê sobre o Perigo Atual”, peça importante do governo Reagan, da qual saíram dirigentes de pastas e agências estratégicas, incluindo a CIA.

Brown, além de também ser dirigente da AFL-CIO, do referido “Instituto” e fundador da AIFLD, já era, desde 1967, publicamente reconhecido como um agente da CIA atuando no movimento sindical europeu, com o objetivo de dividir as organizações para isolar os Partidos Comunistas (informação vazada por um ex-diretor da Divisão Internacional da agência naquele ano). Seu extenso “currículo” também incluía estímulo aos movimentos anticomunistas na Itália e França em 1947-48, que chegaram a realizar ações violentas contra membros e dirigentes dos PCs desses países, e ações para desestabilizar o governo chileno de Salvador Allende. Um típico “*coldwarrior*”.⁵⁷⁰

No I Congresso do Solidariedade, a estratégia fundamental das duas alas principais da organização seguiu sendo a mesma, a saber, reformar o regime

⁵⁶⁸ Cf. PACZKOWSKI, Andrzej & BYRNE, Malcolm. *Op. cit.*, p. 27 e SANFORD, George. “Introduction”. In SANFORD, George (ed.). *The Solidarity Congress, 1981. The Great Debate*. New York: Palgrave Macmillan, 1990, p. 1 e 3-5.

⁵⁶⁹ Cf. CRAMPTON, J. R. *Op. cit.*, p. 373-374 e BARKER, Colin & WEBER, Kara. *Op. cit.*, [s.p.], Parte I, Capítulo 4.

⁵⁷⁰ Cf. INTERNATIONAL Bolshevik Tendency. *Solidarnosc, op. cit.*

gradualmente, através de concessões, apenas divergindo quanto às táticas para tal – enquanto a ala à esquerda prezava por uma orientação combativa, Walesa e cia. preferiam evitar a agitação das bases. Outra linha de divisão entre as duas alas era traçada no que dizia respeito ao papel do Solidariedade: se deveria ser um movimento social por mudanças profundas, como propugnava a ala esquerda, ou se deveria ser um sindicato e se restringir a questões do local de trabalho, como defendiam Walesa e outros do campo “moderado”.⁵⁷¹

No decurso dos debates congressuais, um outro tópico importante de divergências foi acerca da proposta do Solidariedade para a resolução da situação de crescente degradação da economia nacional. Duas alas prevaleceram, ambas com uma orientação claramente pró-mercado: uma em torno do economista Ryszard Bugaj (chamada de “realistas”), que se orientava por uma mudança gradual das estruturas econômicas, e outra ao redor do também economista, membro da oposição católica e co-fundador do KPN, Stefan Kurowski (chamada de “radicais”), que defendia uma política de “choque”. Segundo George Sanford, que traduziu e compilou as detalhadas atas do congresso, “os debates dos especialistas, todavia, passaram batidos pela maioria dos delegados, enquanto as consequências políticas eram por demais impalatáveis pra serem digeridas”.⁵⁷²

O principal documento aprovado pelo congresso, o programa do Solidariedade, expressa com clareza essa orientação pró-mercado e, para sermos mais precisos, restauracionista. Tal documento apresentava o Solidariedade como um sindicato e, ao mesmo tempo, um movimento social, declarando que sua meta era salvar o país da crise econômica e social através de uma “renovação” do regime político e econômico, visando terminar com a injustiça e falta de democracia. Portanto, não se limitaria a questões materiais – seu objetivo máximo era a criação de uma “República autogovernada”.

Listando como referências elementos como o cristianismo e o Papa, o programa propunha um “Novo Contrato Social”: um acordo emergencial anti-crise com o regime, para assegurar a sobrevivência nos meses vindouros de inverno, combinado a um acordo de “reforma econômica”, para “harmonizar as leis de mercado com o planejamento”. O programa falava também, em termos de metas gerais, em distribuir a riqueza e socializar a administração e o governo. Tudo isso deveria ser feito de forma gradual e mantendo as

⁵⁷¹ Cf. BARKER, Colin & WEBER, Kara. *Op. cit.*, [s.p.], Parte I, Capítulo 4 e SANFORD, George. *Op. cit.*, p. 14.

⁵⁷² Cf. *Ibid.*, p. 21-22 (citação na p. 22).

alianças externas (o predomínio da URSS sobre o país).⁵⁷³

Apesar das duas primeiras partes do programa (“Quem Somos e o Que Queremos” e “O Sindicato na Atual Situação do País”) passarem uma imagem pró-“justiça social”, a parte mais desenvolvida é a terceira (“O Sindicato, A Crise e a Reforma Econômica”), na qual predomina a proposta de desmontar o sistema econômico criado pela expropriação da burguesia, em especial nas teses 1 a 4.

É defendido, nos pontos 1 a 3 da Tese 1, um “novo sistema econômico e social”, que “combine planejamento, autonomia e mercado”. Trata-se de um aprofundamento do que já havia sido proposto no programa da “Rede”. A proposta partia da noção – mais desenvolvida na Tese 20 da Parte VI (“A República Autogovernada”) – segundo a qual a base da crise econômico-social polonesa é o “sistema que amarra a economia à política” e ao sistema da *nomenklatura* (a lista de nomes possíveis de indicação), sendo necessário abolir a ligação entre economia e política através da autogestão das empresas pelos conselhos operários. Na prática, propunha uma democratização parcial da gestão das empresas (através da escolha do diretor por um conselho com poderes de removê-lo a qualquer momento), as quais seguiriam sendo propriedade estatal, mas passariam a operar sob uma lógica de mercado.

Era defendido, nesse sentido, “aplicar cálculo econômico nas questões de gestão” e que “a relação entre oferta e demanda deve determinar os preços”. Seu funcionamento visaria “os interesses da sociedade e da própria empresa” (lucro?). Para tal, é defendido “separar o aparato de administração econômica do poder político”, permitir às empresas “operar livremente no mercado interno”, bem como findar o monopólio estatal do comércio exterior, possibilitando às empresas acesso livre ao mercado internacional – em suma, “varrer todas as barreiras burocráticas que tornam impossível ao mercado operar”. Ao fim, ainda propunha a entrada da Polônia para o FMI e o BIRD (Tese 3).

Apesar de mencionar o planejamento econômico como parte do novo modelo proposto, nenhum papel é atribuído a ele, de forma que a defesa de sua manutenção no sistema econômico sob uma forma “socializada” (Ponto 4 da Tese 1) é inteiramente abstrata. O único papel que restaria ao Estado conforme definido no programa seria o de assegurar propostas como a de criar mecanismos anti-monopólio e uma legislação de proteção ao consumidor. Conforme sintetizado na Tese 4, a proposta central era de

⁵⁷³ Cf. SOLIDARITY Program, The [October, 1981]. In PERSKY, S. & FLAM, H. (ed.) *Op. cit.*, p. 205-207, 214 e 224.

“reestabelecer o equilíbrio de mercado”.

O programa reconhecia que esse novo modelo de mercado traria “alguns custos sociais” e aumentaria a desigualdade social, de forma que apresentava uma série de propostas para mitigar tais danos, como políticas voltadas para os “setores mais frágeis da população” (Teses 4 e de 7 a 18). A reforma econômica proposta deveria ser encaminhada por um “Conselho da Economia Nacional”, que avaliaria as medidas econômicas do governo e proporia mudanças (Tese 5).⁵⁷⁴ Ademais, uma resolução complementar estabeleceu que o Solidariedade demandaria ao *Sejm* a realização de um referendo nacional sobre a “autogestão” no local de trabalho, como forma de “legalizar” as iniciativas da “Rede” – e, caso o parlamento se negasse, a própria organização o realizaria.⁵⁷⁵

Certamente essa orientação pró-mercado do programa adotado era fruto da orientação de Walesa e da ala “moderada”, instruída pelos setores católicos diretamente ligados ao Vaticano, pelos nacionalistas reacionários e até por agentes das potências imperialistas. Se as posições pró-capitalistas desses setores estavam apenas “disfarçadas” em tal programa ou se seu caráter “mesclado” expressava ainda algum nível de confusão é algo de menor importância. O determinante é que, a partir dali, o Solidariedade se consolidou como uma força restauracionista. É verdade que parte dos elementos da sua proposta econômica pró-mercado já havia sido implementada na Hungria (1968) e na Iugoslávia (anos 1960-70), e logo seria implementada na própria Polônia sob Jaruzelski (1982 – mais detalhes adiante), mas, nesses casos, o planejamento (burocrático) não foi abandonado e os agentes das mudanças não possuíam vínculos diretos com forças contrarrevolucionárias que objetivavam a liquidação da propriedade socializada em todo o Leste Europeu.

Junto a essa proposta de restauração das relações de mercado, ainda que “mesclada” à manutenção da propriedade estatal, figurava também uma proposta de “democratização” do regime político. Ela se encontra especialmente na Parte VI (“A República Autogovernada”) e tem relação direta com a mudança de foco operada pela Comissão Nacional em julho.

A “República Autogovernada” seria um regime baseado no “pluralismo”, “democracia”, transparência e “reino da lei”. Para atingi-la, era defendida uma série de

⁵⁷⁴ Cf. *Ibid.*, p. 208-211 e p. 214.

⁵⁷⁵ Cf. CRAMPTON, J. R. *Op. cit.*, p. 373-374.

mudanças nas estruturas estatais, no sentido de conferir independência às instituições frente ao PC e ao governo central (em especial à Suprema Corte e demais instâncias do poder judiciário), bem como de formar um órgão de autogoverno a nível nacional para supervisionar a implementação das reformas econômicas propostas e órgãos regionais autônomos (inclusive nas finanças regionais e relações com outras regiões) formados via “eleições livres”. Também era apontada como meta para o futuro um novo sistema eleitoral baseado em “eleições livres”.

Concretamente, isso tudo deveria ser encaminhado através da restauração de poderes supremos ao *Sejm* e realização de novas eleições parlamentares “livres” (Tese 22). Todavia, como parte da lógica de “revolução autolimitadora” / “revolução evolucionista”, o programa declarava aceitar temporariamente a censura da mídia, mas não da cultura e da ciência. Mas, ao mesmo tempo, defendia o “controle social da mídia”, através de órgãos de composição mista, e o fim do monopólio estatal sobre os meios de comunicação.⁵⁷⁶

Apesar desses elementos de moderação no programa, um dos documentos aprovados no Congresso foi um chamado internacional direcionado aos “povos do Leste Europeu”, que incentivava a formação de “sindicatos livres” em toda a região, tomando o Solidariedade como exemplo. Esse documento despertou a ira da cúpula de basicamente todos os regimes do “bloco soviético”, uma vez que era um desafio direto a elas. Em consequência, a pressão sobre Kania e Jaruzelski para avançarem contra o Solidariedade cresceu ainda mais.⁵⁷⁷ Ademais, após o congresso, muitos usaram o programa do Solidariedade e suas demandas por reforma política como arma para demandar mudanças e atuar de forma mais combativa, contra a linha de moderação de Walesa e Cia.⁵⁷⁸

Cabe ressaltar ainda que, em meio ao congresso, o KOR foi declarado dissolvido por parte dos seus fundadores, sob o argumento de ele havia atingido seus objetivos e que a continuação da sua existência “duplicaria” as funções do Solidariedade, no qual muitos membros já estavam atuando. Todavia, Robert Zuzowski destaca que pessoas ligadas ao KOR lançaram outros grupos para substituí-lo, em especial o KSN (“Clubes ao Serviço da Independência”), fundado um dia antes da dissolução do KOR, e o KRS-WSN (“Clubes por uma República Autogoveranda - Liberdade, Justiça e Independência”), fundado em 22 de novembro – o que evidencia divergências programáticas e táticas como

⁵⁷⁶ Cf. SOLIDARITY Program, The. *Op. cit.*, p. 213-218.

⁵⁷⁷ Cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 433-434.

⁵⁷⁸ Cf. BARKER, Colin & WEBER, Kara. *Op. cit.*, [s.p.], Parte I, Capítulo 4.

causa da dissolução.

O KSN foi encabeçado por Antoni Macierewicz (representante da ala liberal do KOR) e tinha um foco na independência do país, além de demandar “eleições livres” ao *Sejm*, como forma de estabelecer uma democracia parlamentar. Por sua vez, o KRS-WSN tinha Kuroń entre seus impulsionadores e reivindicava “fortes laços” com o Partido Social-Democrata Polonês pré-guerra (PPS). Ainda que tendo objetivos gerais quase idênticos aos do KSN, sua estratégia era promover a criação de “clubes” de educação política por todo o país que criassem condições para iniciativas de autogestão implantadas desde baixo visando reconstruir o regime gradualmente. Desde as origens do grupo já havia uma tensão constante entre liberais e afeitos à socialdemocracia, donde tal divisão. Mas a maioria dos membros não se juntou a eles, atuando exclusivamente no Solidariedade.⁵⁷⁹

6. A aplicação da Lei Marcial e o Solidariedade na clandestinidade

Em 13 de setembro, enquanto o congresso ainda ocorria, os planos para implementação da Lei Marcial foram de fato concluídos, mas ainda faltava uma ocasião adequada para pô-los em prática. No outono, o apoio da população ao Solidariedade caíra, mas ainda era forte: fora de 89% para 71%. No pleno do CC de 16-18 de outubro, uma nova investida da “linha dura” foi feita contra Kania, e dessa vez Jaruzelski e os militares não saíram em seu apoio, tendo este sido nomeado como seu substituto. Dessa forma, Jaruzelski acumulou todas as funções-chave da cúpula do regime: chefe do partido, do governo, Ministro da Defesa e chefe do Conselho Nacional de Segurança.⁵⁸⁰

Essa concentração de poderes não foi malvista pela população. Fruto da degradação da situação econômica do país, havia certo sentimento popular em prol de um governo “forte” e com presença militar, de forma que até líderes do Solidariedade saudaram a substituição de Kania. Uma vez assegurada sua posição, Jaruzelski lançou, ao longo de novembro, uma série de escaramuças repressivas contra o Solidariedade para testar sua disposição ao confronto e, ao invés de reagir com vigor, sua direção nacional

⁵⁷⁹ Cf. ZUZOWSKI, Robert. *Op. cit.*, p. 169-170. Após a Lei Marcial, nenhum dos dois grupos deu mais sinal de vida, tampouco o KOR foi revivido, apesar de certo debate sobre isso nos *samizdat*. Os antigos membros dedicaram-se, sobretudo, a contribuir com os *samizdat*, e alguns se mantiveram ativos na estrutura clandestina do Solidariedade (como Kuroń e Michnik). Cf. *Ibid.*, p. 182, 184 e 185.

⁵⁸⁰ Cf. PACZKOWSKI, Andrzej & BYRNE, Malcolm. *Op. cit.*, p. 28-29.

se manteve apaziguadora e focou em tentar firmar acordos de co-governo.⁵⁸¹

Ao longo do outono, a campanha governamental contra o Solidariedade foi intensificada, agitando o risco de mortes por frio e inanição durante o inverno vindouro, em decorrência da “anarquia” que as greves e ações do sindicato supostamente geravam. Tratava-se de criar um terreno propício à investida final contra a organização. Inclusive, conforme destacam Andrzej Paczkowski e Malcolm Byrne, há indícios que o serviço secreto provocou algumas dessas greves e buscou prolongar outras como forma de desgastar o Solidariedade.⁵⁸²

Essa campanha começou a mostrar resultados em novembro, com a redução no número de greves e protestos. Em paralelo, Jaruzelski buscou pôr em prática, como medida diversionista, um plano que havia sido desenhado anteriormente pelo grupo de Kania, de integrar o Solidariedade no governo através de uma “frente nacional”. Mas setores do Solidariedade estavam se radicalizando e, em 17 de novembro, o Comitê Nacional lançou um documento demandando a implementação dos pontos principais do seu programa.⁵⁸³

Ademais, em novembro, os estudantes entraram em cena, com greves e ocupações de instituições de ensino, mantendo a situação tensa. O movimento levou à ocupação, no dia 24, de uma escola de formação de bombeiros em Varsóvia pelos seus cerca de 300 cadetes. A instituição era subordinada ao Ministério do Interior, que agiu com vigor para debelar o movimento, no dia 3 de dezembro, através do uso das forças policiais apoiadas pelo exército. A situação acabou servindo como um teste de força, já que o Solidariedade havia se envolvido em apoio à ocupação, tendo 12 membros detidos para interrogatório e depois soltos. Ademais, o governo anunciou que pediria ao *Sejm* aprovar a ilegalidade das greves por um período de vários meses.⁵⁸⁴

Walesa e seus aliados do secretariado, todavia, responderam seguindo sua linha de conciliação, buscando apaziguar os ânimos e evitar mais conflitos (rapidamente surgiram ameaças de greves pela soltura dos 12 membros detidos). Mas a linha de moderação perdeu espaço, conforme ficou claro na reunião da Comissão Nacional, ocorrida em 3-4 de dezembro, em Radom. Diversos dirigentes encararam que o ocorrido na escola de bombeiros era um ensaio para investir contra com o Solidariedade e

⁵⁸¹ Cf. BARKER, Colin & WEBER, Kara. *Op. cit.*, [s.p.], Parte I, Capítulo 5.

⁵⁸² Cf. PACZKOWSKI, Andrzej & BYRNE, Malcolm. *Op. cit.*, p. 28-29.

⁵⁸³ Cf. CRAMPTON, J. R. *Op. cit.*, p. 374-375.

⁵⁸⁴ Cf. PACZKOWSKI, Andrzej & BYRNE, Malcolm. *Op. cit.*, p. 31 e BARKER, Colin & WEBER, Kara. *Op. cit.*, [s.p.]. Parte I, Capítulo 5.

resolveram que chegara a hora de um assalto ao poder. Alguns propuseram convocar uma greve geral (o representante da regional de Varsóvia inclusive propôs organizar milícias baseadas nas fábricas para proteger os grevistas) e formar um governo provisório que assegurasse “eleições livres”, ainda que não necessariamente excluindo o PC. A decisão da reunião, contudo, se limitou a demandar ao *Sejm* um referendo sobre o monopólio do poder pelo PC e a aliança com a URSS, alertando que o próprio Solidariedade iria realizá-lo em caso de negativa.

Um agente infiltrado gravou a reunião e a imprensa oficial divulgou à exaustão trechos das falas mais agressivas, acusando o Solidariedade de planejar um golpe. O *Politburo* do PC se reuniu dia 5 e programou a implementação da Lei Marcial para breve. Entre os dias 7 e 10, os planos receberam os ajustes finais, em reuniões com a URSS e os dirigentes do Pacto de Varsóvia. Entre os dias 11 e 12, apesar de Walesa e outros ainda almejarem conciliação, setores da Comissão Nacional do Solidariedade puseram à frente a demanda de um referendo sobre Jaruzelski e “eleições livres” para o parlamento. A Lei Marcial foi então posta em prática. Boa parte da liderança do Solidariedade foi presa ainda na noite do dia 12, quando estava reunida em uma sessão de emergência em Gdańsk. Na manhã do dia 13, foi anunciado que uma junta militar assumiria o governo, com Jaruzelski à frente.⁵⁸⁵ Conforme resumem Andrzej Paczkowski e Malcolm Byrne:

[As medidas adotadas pela Lei Marcial] incluíam toque de recolher noturno; corte das comunicações telefônicas domésticas e internacionais; fechamento dos postos de gasolina; contingenciamento do direito de ir e vir; proibição de qualquer aglomeração; fechamento das fronteiras, incluindo dos aeroportos; limitação nos saques bancários; introdução de jurisdição sumária e expansão do alcance das cortes militares. [...] Ademais, estações de rádio e televisão restringiram as transmissões a um único canal cada, a maioria dos jornais impressos e publicações periódicas foi suspensa (apenas três diários centrais e dezessete regionais continuaram sendo publicados) e todas as aulas nas universidades e escolas foram suspensas.⁵⁸⁶

Os líderes do Solidariedade que não foram presos fizeram um chamado por greve geral ao retornarem às suas cidades. Apesar das dificuldades na sua divulgação, ele foi efetivado através de mais de 200 locais de trabalho parados, incluindo os mais essenciais do país. Um comitê nacional de greve foi criado, bem como comitês locais. Mas não foi o suficiente para repelir a investida do regime. A polícia, com apoio do exército, invadiu com brutalidade os locais de trabalho para debelar a greve e cerca de 4 mil pessoas foram presas e outras milhares foram demitidas. Em paralelo, houve ações de intimidação e

⁵⁸⁵ Cf. *Ibid.* e PACZKOWSKI, Andrzej & BYRNE, Malcolm. *Op. cit.*, p. 31-34.

⁵⁸⁶ PACZKOWSKI, Andrzej & BYRNE, Malcolm. *Op. cit.*, p. 33.

negociação visando limpar o Solidariedade dos elementos combativos e submeter a organização ao regime, mas o plano não foi levado até o fim, devido às poucas capitulações. Os porta-vozes da Igreja Católica e o próprio Papa apelaram ao povo para não resistir, para que se evitasse derramamento de sangue.⁵⁸⁷

Em ocasiões anteriores, em que uma ameaça militar da URSS parecia iminente, os EUA se mobilizaram para evitá-la, especialmente em dezembro de 1980, quando Jimmy Carter utilizou declarações duras e articulações com líderes de outras potências aliadas diante da movimentação de tropas da URSS na fronteira com a Polônia. De forma similar, na primavera de 1981, Reagan também lançou alertas do tipo, ainda que de menor envergadura, diante de novos movimentos de tropas da URSS. Todavia, nas semanas precedentes à Lei Marcial, se manteve em silêncio.

Há um debate até hoje sobre se esse silêncio foi fruto de uma aceitação tácita da Lei Marcial pelo governo Reagan como um “mal menor”, em comparação a uma invasão da URSS, que seguia sendo possível. O fato é que a CIA sabia dos planos do regime, pois tinha um informante no Alto Comando das forças armadas polonesas, o Coronel Kuklinski, que havia sido conduzido clandestinamente para os EUA, em novembro daquele ano, após anos de envio constante de informações. Todavia, membros do governo Reagan, como o Secretário de Estado, Alexander Haig, argumentam que não houve uma ação preventiva, pois se acreditava que o regime polonês só agiria como parte de uma operação militar da URSS.⁵⁸⁸

Verdade ou não, os dirigentes do Solidariedade pensavam o mesmo e foram facilmente capturados, além da organização não ter conseguido reagir à altura.⁵⁸⁹ Obviamente, deve-se levar em conta também o fato de que meses de recuos, desmobilização imposta desde cima e semente de ilusões em um co-governo com PC deixaram os trabalhadores despreparados para reagirem.

Passado o período da tentativa fracassada de resistência, o Solidariedade se reorganizou na clandestinidade, entre dezembro de 1981 e abril de 1982, erguendo novos órgãos de liderança e táticas de atuação. Um “Conselho Temporário de Coordenação” (TKK) assumiu as funções da Comissão Nacional, com Zbigniew Bujak à frente (um dos poucos líderes não capturados). Abriu-se um debate nos *samizdat* sobre o que fazer, com Kuroń e Michnik defendendo uma linha combativa: organizar um “comando central” e

⁵⁸⁷ Cf. *Ibid.*, p. 34 e BARKER, Colin & WEBER, Kara. *Op. cit.*, [s.p.], Parte I, Capítulo 5.

⁵⁸⁸ Cf. MACEACHIN, Douglas J. *Op. cit.* O autor foi um Vice-Diretor de Inteligência da CIA.

⁵⁸⁹ Cf. ZUZOWSKI, Robert. *O. cit.*, p. 142.

deflagrar uma greve geral insurrecional, com o objetivo de forçar a restauração da legalidade do Solidarnosc, mas sem remover o PC do poder. Bujak e a maioria do TKK, todavia, foram contra uma greve geral, por encararem que seria uma via suicida. Até greves locais foram descartas, pela repressão dura que se abatia sobre seus iniciadores, predominando a tática de manifestações de rua, por permitirem certo anonimato, operações-tartaruga nas fábricas e um foco em propaganda.⁵⁹⁰

A reorganização culminou em um 1º de maio com mais de 50 mil pessoas em Varsóvia, e manifestações menores em uma quinzena de outras cidades, violentamente reprimidas. Em 31 agosto mais de setenta cidades somaram cerca de 500 mil manifestantes, no aniversário dos acordos de Gdańsk. Todavia, entre junho e agosto, o TKK e algumas direções locais chamaram a suspender greves e mobilizações, visando estabelecer negociações com o regime, mas não obtiveram resultados: em 8 de outubro o *Sejm* proscreeu o Solidarnosc e entre 11-14 do mesmo mês os estaleiros de Gdańsk foram ocupados. O TKK chegou a deixar de lado sua linha moderada e convocou uma greve geral para 10 de novembro, mas ela foi fraca e acabou derrotada. A Igreja Católica polonesa, diretamente orientada pelo Vaticano, boicotou o chamado, firmando um acordo com o regime.

Fruto desse acordo, Walesa foi solto em novembro de 1982, e reforçou o discurso da Igreja Católica por um “acordo nacional”, a Lei Marcial foi suspensa em dezembro de 1982 (porém só terminada de fato em julho de 1983) e o Papa teve permissão para uma nova peregrinação pelo país em junho de 1983. Com o tempo, o regime foi afrouxando a repressão: em julho de 1984 mais uma anistia parcial foi concedida à parte dos condenados e uma anistia completa ocorreu em setembro de 1986. Mas o Solidarnosc permaneceu ilegal e, portanto, clandestino. Apenas em 1988, durante uma forte onda grevista, o governo ofereceu a legalização do sindicato, em troca da suspensão das greves.⁵⁹¹

7. A “santa aliança” Washington-Vaticano-AFL-CIO em prol do Solidarnosc e do colapso do stalinismo

Dois elementos foram fundamentais para a sobrevivência do Solidarnosc na clandestinidade: o apoio logístico da Igreja Católica, que escondeu membros, cedeu seus

⁵⁹⁰ Cf. *Ibid.*, p. 183-184.

⁵⁹¹ Cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 434-436 e DOMBER, Gregory. *Op. cit.*, p. 288.

espaços para reuniões, e atuou como a porta-voz da oposição pró-democrática; e o apoio material e financeiro vindo do estrangeiro, que envolveu desde grupos social-democratas e trotskistas (ver Capítulo 6), até uma ajuda de peso do governo Reagan e do Vaticano.

Para Reagan, era fundamental manter o Solidariedade vivo. Assim que foi informado da Lei Marcial, ele ligou para o Papa e ambos concordaram em articular uma campanha internacional para isolar a URSS e exercer pressão moral e econômica limitada sobre a Polônia, para que a repressão fosse suavizada. William Casey (Diretor da CIA) e Richard Pipes (historiador da escola “totalitarianista” e então chefe do setor do Conselho Nacional de Segurança dedicado à URSS e Leste Europeu⁵⁹²), elaboraram duras sanções econômicas à Polônia e à URSS – em especial a declaração de situação de moratória –, bem como um plano de envio de dinheiro, equipamentos de impressão e comunicação para o Solidariedade. Reagan, todavia, optou por impor sanções menos drásticas que as desejadas por parte da sua equipe, e também demandada pelos anticomunistas raivosos à frente da AFL-CIO, Kirkland e Tom Kahn (do seu Departamento de Assuntos Internacionais).⁵⁹³

Declaradas em 23 de dezembro, as sanções consistiram em bloqueio da ajuda agrícola de 100 milhões de dólares por ano que os EUA vinham fornecendo, suspensão dos créditos econômicos, revogação dos direitos de pescaria em águas estadunidenses, término dos vôos da empresa aérea LOT nos EUA e corte do intercâmbio científico. Reagan buscou evitar ações unilaterais que pudessem prejudicar a coesão política já abalada com seus aliados europeus – havia enorme risco para os bancos alemães, principais credores da dívida polonesa, no caso de uma moratória “imposta”.

Ademais, Reagan via a manutenção das relações comerciais e diplomáticas com a Polônia como um instrumento de pressão, apostando em uma estratégia gradualista, de negociar mudanças nas sanções em troca de concessões parciais do regime às liberdades democráticas e ao Solidariedade, bem como mudanças mais profundas. Já em 31 de janeiro de 1982, por exemplo, os EUA cobriram 71 milhões de dólares da dívida externa polonesa que haviam ultrapassado os prazos de pagamento (recebendo duras críticas da AFL-CIO).⁵⁹⁴ Em troca, o regime realizou uma reforma econômica que concedeu liberdade para empresas fixarem os preços dos produtos, reduziu o escopo da

⁵⁹² Sobre Pipes e a escola totalitarianista da historiografia da Revolução Soviética e da URSS, ver MONTEIRO, Marcio Lauria e MELO, Demian de. *Op. cit.*

⁵⁹³ Cf. BERNSTEIN, Carl. *Op. cit.*, [s.p.]; DOMBER, Gregory. *Op. cit.*, p. 279.

⁵⁹⁴ Cf. *Ibid.*, p. 277-283 e 289.

planificação, fechou mais de 500 empresas não rentáveis, registrou mais de 250 mil empresas privadas, empregando cerca de 2 milhões de funcionários, e passou a integrar o FMI.⁵⁹⁵

Na primeira metade de 1982, o governo Reagan elaborou uma estratégia de 5 pontos para o colapso da economia da URSS, visando enfraquecer seus laços com os demais países do “bloco soviético” e forçar mais reformas internas: 1) tornar a corrida armamentista demasiada cara para a URSS, através do programa *Star Wars* (“Iniciativa Estratégica de Defesa”); 2) realizar operações encobertas de incentivo a movimentos por mudanças na Hungria, Tchecoslováquia e Polônia; 3) fornecer auxílio financeiro a países do Pacto de Varsóvia de acordo com sua atuação em prol de “direitos humanos” e realização de reformas de mercado; 4) isolar economicamente a URSS (especialmente brecando o projeto de um mega-oleoduto conectado com os países da Europa ocidental) e privá-la de tecnologia ocidental e japonesa; 5) aumentar o uso das Rádios *Free Europe*, *Liberty* e *Voice of America* para transmitir mensagens do governo dos EUA.⁵⁹⁶

Essa estratégia assumiu forma institucional com a “Diretiva de Decisão Nacional de Segurança” de 20 de maio daquele ano (NSDD32, de teor secreto), que autorizou várias medidas de pressão econômica, isolamento diplomático e também ações encobertas, para neutralizar os esforços da URSS em manter o “bloco soviético”. As medidas encobertas foram voltadas especialmente para a Polônia, na forma de desestabilização do governo através da ajuda ao Solidariedade e ações de propaganda voltadas para a promoção de direitos humanos, em especial o direito ao credo católico.⁵⁹⁷

Em 7 de junho do mesmo ano, Reagan teve sua primeira reunião presencial com o Papa. A conversa foi focada na Polônia e no “bloco soviético”, e ambos reafirmaram sua concordância que a Polônia era o “elo frágil” a ser rompido, para o bloco colapsar. Estabeleceram, então, o compromisso de atuar em conjunto para desestabilizar o governo polonês e manter o Solidariedade vivo na clandestinidade. Para tal, auxiliariam no envio de equipamentos diversos (principalmente para impressão e comunicação via rádio), utilizando a rede de padres católicos e de membros da AFL-CIO e de sindicatos europeus, com financiamento dos EUA, do Vaticano e dos sindicatos. Também proveriam a liderança do Solidariedade com assessoria estratégica através de padres e “especialistas

⁵⁹⁵ Cf. SAYED, Raúl O. Polónia. ¿Por qué el imperialismo apoya Jaruzelski? *Estrategia Socialista* v. 1, n. 4, p. 42-43, diciembre de 1982; JAN, Adam. *Economic reforms in the Soviet Union and Eastern Europe since the 1960s*. New York: Palgrave Macmillan, p. 150-168, 1989.

⁵⁹⁶ Cf. BERNSTEIN, Carl. *Op. cit.*, [s.p.].

⁵⁹⁷ Cf. *Ibid.*

sindicais”. A CIA iria compartilhar com o Vaticano toda informação que pudesse ser útil para suas bem embasadas análises, alimentadas pelo constante fluxo de informação vindo da Igreja Católica na Polônia.

Nos EUA, não só Reagan era defensor dessa “santa aliança”, mas toda a equipe-chave do seu governo, composto de católicos conservadores. Ao longo dos anos seguintes, ele acompanhou de perto as operações relacionadas à Polônia envolvendo a CIA e o Vaticano, tal qual o Papa também se envolveu diretamente. Todavia, não era claro para os membros de base do Solidariedade a extensão do apoio financeiro e material vindo do governo dos EUA e do Vaticano, já que chegava a eles por vias diversas, como filantropos e sindicatos, que objetivavam mascarar sua fonte.⁵⁹⁸

No dia seguinte à visita ao Papa, Reagan proferiu um importante discurso ao Parlamento Britânico, chamando os líderes das potências aliadas a uma “campanha para ajudar a democracia”, através da construção do que ele nomeou de “infraestrutura da democracia” – “o sistema de uma imprensa livre, sindicatos, partidos políticos, universidades”. O objetivo desse chamado era bastante explícito: deixar o “marxismo-leninismo” “na pilha de cinzas da história”, levando ao colapso o “mundo comunista”.⁵⁹⁹ Era a declaração da “Guerra Fria 2.0”.

Quando da implementação da Lei Marcial, muitos membros do Solidariedade estavam fora do país, geralmente buscando aliados e apoio financeiro e material para a organização. O TKK decidiu não formar um “Solidariedade-em-exílio”, e sim agrupar esses emigrados em “Escritórios de Informação” em diferentes países, centralizados por um “Escritório de Coordenação no Estrangeiro”, inaugurado em 29 de julho de 1982, em Bruxelas.

O objetivo era coordenar amplo apoio à organização, cooperar com sindicatos de todo o mundo dispostos a proverem ajuda e buscar informar ao público do que ocorria na Polônia. Foi através do órgão em Bruxelas que boa parte da ajuda financeira e material chegou ao Solidariedade. Ele buscou ajuda financeira da AFL-CIO logo que foi estabelecido, tendo sido ela a responsável por canalizar e repassar boa parte de seus custos de operação (só no primeiro ano, foram doados cerca de 200 mil dólares).⁶⁰⁰

Após a Lei Marcial, a AFL-CIO aprofundou sua relação de cooperação com o

⁵⁹⁸ Cf. *Ibid.*

⁵⁹⁹ Cf. RAYMOND JR., Walter. *Op. cit.*, p. 398-399. As citações são da versão transcrita disponível em <http://www.historyplace.com/speeches/reagan-parliament.htm> (acessada em 23/08/2019).

⁶⁰⁰ Cf. DOMBER, Gregory. *Op. cit.*, p. 284-286.

governo Reagan para fortalecer o apoio ao Solidariedade, apesar de divergirem das sanções não tão pesadas e da estratégia gradualista adotada pelo governo Reagan. Entre 1981-89, foram várias as reuniões de dirigentes da organização com Reagan, George Bush (Vice-Presidente), Alexander Haig (Secretário de Estado) e William Cassey (Diretor da CIA). O governo Reagan desejava usar a AFL-CIO para angariar apoio da opinião pública às sanções estabelecidas em 1981 e como um canal para envio de ajuda ao Solidariedade, ao passo que a AFL-CIO desejava ajuda financeira do governo para sua operação de “solidariedade ao Solidariedade”, principalmente após o PWAF (o fundo de ajuda criado em 1980) se esgotar em 1983.⁶⁰¹

Boa parte da ajuda coordenada pela AFL-CIO foi canalizada para o escritório de Bruxelas através do “Comitê em Apoio ao Solidariedade” (CSS), criado em dezembro de 1981 e dirigido por Kahn, inicialmente financiado pelo fundo PWAF.⁶⁰² Em novembro de 1983, quando o governo Reagan encontrou dificuldades em conseguir financiamento congressional para as operações envolvendo a Polônia, foi criada, em uma ação conjunta dos Partidos Democrata e Republicano, a “Dotação Nacional para a Democracia” (NED), consistindo de um fundo para operar o repasse de verba do Congresso para iniciativas supostamente em prol da “democracia”.

A NED recebeu, ainda em novembro de 1983, 31,3 milhões para operar. Parte desse dinheiro foi administrado pela AFL-CIO, em substituição ao PWAF, através do “Instituto dos Sindicatos Livres” (FTUI). Em 1984, o FTUI recebeu 11 milhões via NED, dos quais 500 mil foram destinados às operações europeias, incluindo aí a ajuda ao Solidariedade. Em 1985, o NED forneceu 540 mil para o CSS e, em 1986, 304 mil diretamente ao Solidariedade, através de seu escritório em Bruxelas. Em 1987, 412 mil foram destinados ao CSS e ao escritório de Bruxelas, e 375 mil em 1988 às duas entidades. No total, cerca de 300 mil dólares por ano foram repassados ao escritório de Bruxelas através da AFL-CIO e do FTUI, entre 1984-88, representando 2/3 de todas as suas finanças no período.⁶⁰³

Esse dinheiro era usado pelo Solidariedade para cobrir os gastos cotidianos de organização e apoio aos membros, bem como atividades de propaganda. Tais atividades envolviam a publicação de quase 500 periódicos clandestinos, alguns com uma circulação de mais de 30 mil exemplares; milhares de livros e livretos; exibição de filmes e

⁶⁰¹ Cf. *Ibid.*, p. 277-283 e 294-295.

⁶⁰² Cf. *Ibid.*, p.284 e 286.

⁶⁰³ Cf. *Ibid.*, p. 295-296.

documentários em igrejas, porões e casas, alcançando milhões de espectadores; interrupção das transmissões de rádio e TV com mensagens como “Resista” e “Solidariedade vive!”, dentre outras coisas.⁶⁰⁴

Por mais que tenha tido o “efeito colateral” de auxiliar lutas dos trabalhadores poloneses por melhores condições de vida, todo esse investimento feito pela “santa aliança” frutificou com a chegada do Solidariedade ao poder, em 1989, e a contrarrevolução restauracionista que ele então operou.

8. Conclusão

A aparição do Solidariedade polonês gerou forte entusiasmo entre a esquerda socialista ao redor do globo. O fato de ser um movimento de oposição ao regime stalinista com composição fortemente proletária, originado de uma poderosa onda grevista e estruturado na forma de um sindicato nacional independente, levou muitos a tratarem ele como um legítimo representante das aspirações da classe trabalhadora e um instrumento capaz de construir um socialismo genuíno e democrático no país. Foram raras, à época, as vozes na esquerda socialista que atentaram para a orientação pró-capitalista de sua liderança e para os vínculos desta com agências imperialistas. Sua supressão pela burocracia, portanto, foi amplamente condenada.

Contudo, vimos que a situação era muito mais complexa e contraditória. Em vários aspectos, a situação polonesa abordada neste capítulo confirma elementos centrais da teoria do Estado operário burocratizado, porém, a complexidade da situação apresentava aspectos novos.

Tal qual em relação à situação do bloco soviético nos anos 1950-60, a situação polonesa aqui abordada demonstra que o isolamento nacional e a gestão burocrática da propriedade social geravam limites ao desenvolvimento das forças produtivas. Contudo, dado o prolongamento desses elementos no tempo, a economia polonesa estava cada vez mais abalada ao final dos anos 1970, de forma que a burocracia precisou recorrer a uma maior integração ao mercado mundial capitalista, através de um crescente endividamento externo e, para compensá-lo, precisou adotar medidas de austeridade. Essas medidas, por sua vez, ao encontrarem grande resistência da classe trabalhadora, acabaram sendo adiadas ou compensadas por outras políticas, que, na prática anulavam seus efeitos.

⁶⁰⁴ Cf. *Ibid.*; BERNSTEIN, Carl. *Op. cit.*, [s.p.].

Isso confirma tanto o papel de freio ao desenvolvimento econômico representado pelo stalinismo, especialmente a partir do momento em que se dá um esgotamento das vias de crescimento extensivo, como também a dependência da burocracia em ter algum nível de aceitação, ou, ao menos, tolerância, por parte da classe trabalhadora, na forma de políticas de bem estar social. Caso atacasse drasticamente as condições de vida da classe trabalhadora, a burocracia estaria colocando a sobrevivência de seu regime em grande risco.

O fato de a burocracia polonesa, após certa liberalização política em 1956, ter recorrido a novos momentos de recrudescimento repressivo ao longo das décadas seguintes, em especial ao final de 1981, com a Lei Marcial, também confirma que o seu monopólio do poder político era o elemento central de seu regime, de forma que a espinha dorsal do Estado, as forças armadas, assumiram o controle da situação quando este monopólio esteve em risco. Portanto, reformas graduais, que visassem construir um regime de democracia proletária através de mudanças institucionais, mais uma vez se demonstraram inviáveis, com a confirmação da necessidade de uma ruptura revolucionária para findar o stalinismo.

Também tal qual nos anos 1950-60, os eventos poloneses dos anos 1970 e começo dos anos 1980 confirmaram as previsões da dinâmica inicial que teria a entrada em cena das massas contra o regime stalinista. Isto é, começariam como lutas econômicas imediatas e, devido ao caráter social da propriedade, logo se desdobrariam em lutas políticas contra a gestão burocrática dessa propriedade e os privilégios políticos e materiais da burocracia.

Contudo, não era uma revolução política que estava no horizonte na Polônia com a entrada em cena do Solidariedade. Ao invés do que ocorrera no bloco soviético nos anos 1950-60, a existência prolongada do stalinismo parece ter eliminado um elemento que Trotski enfatizara ao analisar a URSS dos anos 1930, a saber, de que a revolução, ainda que usurpada pela burocracia, sobrevivia na consciência das massas.

Assim, se nos anos 1950-60, forças pró-capitalistas foram rapidamente rechaçadas pelas massas mobilizadas contra a burocracia, tendo permanecido muito marginais durante as revoltas desse período, na Polônia da virada dos anos 1970-80 elas conseguiram se aproveitar das legítimas aspirações democráticas e por melhores condições de vida das massas trabalhadoras, para tentar dirigi-las contra a propriedade social. O fato de que tais forças não puderam, de imediato, apresentar seu programa de

forma direta e aberta, devido ao caráter proletário das suas bases e das demandas destas por medidas de bem estar social, bem como o fato de que parte dessas forças acreditava na possibilidade de uma “terceira via”, que mesclasse bem-estar com economia de mercado, não diminui o risco contrarrevolucionário que elas representavam ao Estado operário burocratizado.

Nos anos 1930, Trotski negou a possibilidade de uma contrarrevolução democrática, por encarar que haveria firme resistência por parte da classe trabalhadora, de forma que uma contrarrevolução necessitaria de uma guerra civil para triunfar e daria lugar a um Estado burguês com regime fascista ou bonapartista. Contudo, a situação polonesa do início dos anos 1980 colocou no horizonte a possibilidade de uma contrarrevolução na forma de uma reação democrática, isto é, um processo através do qual forças pró-capitalistas se apoiassem nas aspirações democráticas das massas para destruírem o Estado operário e restaurarem as relações capitalistas de propriedade e produção.

A reação preventiva da burocracia à ameaça ao seu monopólio do poder político, com a supressão do Solidariedade ao final de 1981, apenas adiou essa possibilidade em alguns anos, durante os quais a situação econômica do país seguiu se degradando cada vez mais e a própria burocracia passou a abrir espaço para perigosas tendências restauracionistas, ao realizar reformas de mercado.

Reação preventiva essa que, mais uma vez, demonstrou que a teoria do Estado operário burocratizado havia subestimado a capacidade de reação repressora da burocracia para se manter no poder. Nesse caso, contudo, tratou-se de uma reação não apenas para salvaguardar seu monopólio do poder político, mas também a própria propriedade social da qual a burocracia dependia, na condição de grupo social parasitário. Isso também confirma os apontamentos de tal teoria sobre a possibilidade de, ainda que com seus próprios métodos desastrosos, a burocracia vir a cumprir um papel de defesa das conquistas sociais da revolução em determinadas ocasiões.

Outro elemento de tal teoria que foi confirmado por tais eventos foi o papel da burocracia como correia de transmissão dos interesses imperialistas no interior do Estado operário, uma vez que a burocracia polonesa, como forma de compensar o cada vez mais patente fracasso do “socialismo em um só país” (isto é, do isolamento nacional) e da gestão burocrática da propriedade social, precisou recorrer a uma crescente integração ao mercado mundial, na forma de empréstimos com órgãos imperialistas. Empréstimos esses

que deram abertura para que as forças imperialistas ingerissem nos assuntos internos do Estado operário burocratizado polonês, ao demandarem uma política de austeridade e aberturas a relações de mercado e propriedade privada.

Assim, também se vê que tais eventos confirmam o caráter contraditório da burocracia stalinista, uma vez que ela, por mais que tenha reagido ao risco representado pelo Solidariedade, gerava riscos próprios à manutenção do Estado operário – o que se tornou mais evidente ao longo da segunda metade dos anos 1980, conforme se verá no Capítulo 10.

Mais um elemento confirmado foi a necessidade de um partido marxista (trotskista). Nos eventos de 1950-60, na ausência de uma consciência sobre a necessidade de uma ruptura revolucionária do regime burocrático e de um estado-maior para dirigi-la, setores reformadores da burocracia conseguiram desviar a luta das massas da conquista do poder político, ao semear ilusões em mudanças graduais e por dentro das instituições oficiais. Já na Polônia da virada dos anos 1970-80, tal ausência teve um preço ainda maior, pois não havia uma voz alternativa às visões liberais, que igualavam stalinismo a socialismo, condenando a ambos. Tais visões, assim, se tornaram hegemônicas entre a oposição ao regime, dialogando com suas aspirações democráticas e materiais, porém para direcioná-las a um retorno ao capitalismo – ou para uma utópica “terceira via” que, na prática, também equivaleria a uma contrarrevolução.

Tal qual em relação à Parte II desta tese, conforme se verá no capítulo seguinte, não necessariamente o conjunto do movimento trotskista extraiu tais conclusões e interpretações dos eventos em tela. Sua reação a eles envolveu apropriações e aplicações variadas da teoria do Estado operário burocratizado, como parte da sua crescente diferenciação teórico-programática e afastamento de elementos-chave do arcabouço original do trotskismo.

No que tange às leituras acadêmicas, diferentemente dos eventos dos anos 1950-60, diante dos aqui em tela, os adeptos da teoria do totalitarismo viram uma confirmação desta, por acreditarem que se tratava de uma luta entre “comunismo” e “democracia”, que seriam elementos intrinsecamente incompatíveis. Assumiram, portanto, uma postura de defesa do Solidariedade, porém sem serem capazes de explicar as contradições que levaram as massas a se mobilizarem, reduzindo a situação a um suposto fracasso do “comunismo” (igualado a stalinismo), que seria sinônimo de ditadura e escassez material. Eles também enxergaram nos eventos em tela uma condenação da propriedade social e

do planejamento econômico, que acreditavam ser sinônimos de gestão burocrática hipercentralizada e verticalizada. Isso constitui uma leitura extremamente superficial e eivada de distorções.⁶⁰⁵

De forma semelhante, os defensores das variadas teorias “normalizadoras” (as linhas de pensamento que aproximavam stalinismo com Estado de bem estar social sob o capitalismo), conforme eram movidos por uma apologia liberal e não atentavam para as diferenças fundamentais das formações sociais do bloco soviético em termos de relações de propriedade e produção, também enxergaram nos eventos em tela meramente uma disputa entre democracia e ditadura, em termos abstratos, além de uma luta por autonomia nacional, sem perceberem as peculiaridades da formação social polonesa que perpassavam os problemas que levaram às mobilizações das massas contra a burocracia e dando caráter positivo (alguns, inclusive, falando em “revolução”) ao que seria, na prática, uma contrarrevolução social.⁶⁰⁶

Por sua vez, os apologistas do regime stalinista, mais uma vez reduziram a situação a uma conspiração contrarrevolucionária instigada por agentes imperialistas, ignorando, assim, os problemas gerados pelo regime stalinista que levaram as massas a se mobilizarem em primeiro lugar – inclusive, levando-as a não terem mais o socialismo como um norte claro. Portanto, também se pautaram por leituras simplistas da situação, as quais, muito mais por coincidência do que por real capacidade explicativa, acertaram ao reconhecer riscos contrarrevolucionários da parte da liderança do Solidariedade, porém igualando mecanicamente tal liderança às massas e anulando, assim, a existência das suas justas demandas. Demandas essas que não fariam sentido existir caso a Polônia fosse, conforme eles acreditavam, uma sociedade de fato socialista.⁶⁰⁷

Portanto, assim como um relógio quebrado acerta as horas duas vezes ao dia, também os apologistas do stalinismo, ao denunciarem toda e qualquer mobilização contra os regimes stalinistas como conspirações contrarrevolucionárias, também acertam em certas ocasiões. Porém, apenas superficialmente.

Por fim, as diversas formas de teoria do capitalismo de Estado, ao não enxergarem como conquistas sociais alguns dos elementos nos quais a formação social polonesa estava baseada (sobretudo, a propriedade social), não assumiam uma postura de defesa

⁶⁰⁵ Cf., por exemplo, SERVICE, Robert. *Op. cit.*

⁶⁰⁶ Cf., por exemplo, CRAMPTON, J. R. *Op. cit.*; OST, David. *Solidarity and the politics of anti-politics: opposition and reform in Poland since 1968*. Philadelphia: Temple University Press, 1990.

⁶⁰⁷ Cf., por exemplo, FURR, Grover C. The AFT, the CIA, and *Solidarność*. *Comment* vol. 1, n. 2, Spring 1982, p. 31-34.

delas contra ameaças contrarrevolucionárias (restauracionistas). Em sua análise, a tarefa primordial colocada ao proletariado polonês era a revolução social, de forma que as mobilizações de massas com liderança e programa pró-capitalista constituíam um problema por, no máximo, serem mobilizações de caráter economicista, que não iam além de demandas imediatas por democracia e melhorias materiais. Assim, sua defesa aparentemente mais radical do socialismo se convertia em uma abstenção frente a riscos contrarrevolucionários (restauracionistas).⁶⁰⁸

A insuficiência explicativa dessas várias abordagens se tornou ainda maior diante dos eventos da segunda metade dos anos 1980 na URSS e no bloco soviético, que serão abordados na Parte IV, quando movimentos de massas pró-democráticos, porém não pró-socialistas, se espalharam por toda a região e acabaram por servir de ponto de apoio para uma contrarrevolução restauracionista, protagonizada por forças pró-capitalistas, incluindo aí setores da própria burocracia.

⁶⁰⁸ Cf., por exemplo, BARKER, Colin & WEBER, Kara. *Op. cit.*

CAPÍTULO 6

O MOVIMENTO TROTSKISTA INTERNACIONAL E O SOLIDARIEDADE POLONÊS (ATÉ A LEI MARCIAL DE 1981)

Assim como o surgimento do Solidariedade na Polônia atraiu a atenção das forças contrarrevolucionárias da época, que visaram moldar a nova e heterogênea organização em um instrumento da desestabilização do regime stalinista e a favor da restauração capitalista, também os trotskistas viram aí uma oportunidade. Mas uma oportunidade em chave oposta, isto é, de estabelecer uma democracia proletária no país, em substituição à ditadura da burocracia.

Assim, quase todas as organizações trotskistas da época saudaram o Solidariedade como um veículo da “revolução política” na Polônia ou então como terreno fértil a partir do qual poderia ser construído um partido marxista para desempenhar tal função. Elas buscaram delinear estratégias e programas para o triunfo da revolução política polonesa e fizeram esforços para estabelecer laços com setores da oposição no país.

Contudo, a maioria dessas organizações não percebeu o giro à direita operado por boa parte da oposição nos anos 1970, que culminou na liderança do Solidariedade ter uma posição pró-mercado, e não de avanço ao socialismo, como as oposições à frente das mobilizações de massas dos anos 1950-60. A situação polonesa, portanto, apresentou novos e complexos desafios ao movimento trotskista internacional da época, constituindo um ácido teste às apropriações por eles feitas da teoria do Estado operário burocratizado.

Enquanto a reação dos grupos trotskistas aos eventos abordados no Capítulo 3 é mencionada ou mesmo debatida em algumas das “histórias oficiais” por eles produzidas acerca da história do trotskismo, os deste capítulo (principalmente o surgimento e supressão do Solidariedade, em 1980-81) ocorreram após a escrita da maioria dessas obras. Ao mesmo tempo, não encontramos trabalhos acadêmicos específicos sobre o tema deste capítulo. Dessa forma, o diálogo com outros trabalhos ficou mais escasso aqui.

1. O movimento trotskista internacional dos anos 1970-80⁶⁰⁹

Nos anos 1970, o movimento trotskista internacional passou por novos rearranjos. Em 1971, a OCI francesa deixou o “Comitê Internacional da Quarta Internacional” (CI-

⁶⁰⁹ Mais informações sobre a trajetória dos grupos aqui mencionados ao longo dos anos 1970-80 podem ser obtidas na obra enciclopédica ALEXANDER, Robert. *Op. cit.*, além de nas diversas tentativas de “história oficial” produzidas por cada uma (as quais, de caráter frequentemente hagiográfico, devem ser tomadas com muita cautela).

QI), principalmente por conta da SLL inglesa divergir da postura do POR boliviano frente ao governo Torres (1970-71), denunciando-a como vacilante / centrista. A OCI, por sua parte, teve acordo com tal postura e defendeu o POR. Mas outras divergências já vinham se acumulando há anos entre a OCI e a SLL e, na prática, cada uma mantinha sua própria rede de aliados internacionais, secundarizando a construção do CI-QI. Após deixar o CI-QI, a OCI lançou, em julho de 1972, o “Comitê de Organização pela Reconstrução da Quarta Internacional” (CORQI), como um embrião para uma Quarta Internacional “reconstruída”.

Com a saída da OCI e seus grupos aliados, o CI-QI passou a ser hegemonizado pela SLL inglesa, que foi renomeada *Workers Revolutionary Party* (WRP), em 1973. O WRP e o CI-QI enveredaram por vias cada vez mais “exóticas”, como a acusação, lançada em 1975, e sistematicamente repetida ao longo dos anos seguintes, de que o líder histórico do SWP dos EUA, Joseph Hansen, era um agente do FBI e ex-agente da GPU, que teria atuado em prol do assassinato de Trotski. Também ocorreram mudanças político-programáticas significativas, como, por exemplo, apoiar regimes burgueses nacionalistas no Oriente Médio (Saddam Hussein no Iraque e Muammar Gadaffi na Líbia).

Apesar de perder membros e passar por cisões importantes ao longo dos anos 1970, o WRP era um grupo relativamente grande, para os padrões do movimento trotskista e tinha, inclusive, um jornal diário. Assim, o grupo conseguiu certa notoriedade no país ao longo de tal década, inclusive tendo recrutado a famosa atriz Vanessa Redgrave e seu irmão, Corin, dentre outros artistas de certo destaque.

Em junho de 1979, o 8º Congresso do CI-QI alterou seu propósito para o de um núcleo de uma nova internacional, formalizando o abandono da condição de “fração pública” da Quarta Internacional, que havia sido originalmente adotada quando do seu surgimento, em 1953, mas logo deixado de lado na prática. Em outubro de 1985, o WRP e o CI-QI passaram por um grande baque, com a expulsão de Gerry Healy, por acusações de desvio de dinheiro e abuso sexual de dezenas de membros mulheres. Sem Healy, o principal líder do WRP passou a ser o veterano Michael Banda, mas este também foi logo expulso, ficando a hegemonia nas mãos de outro veterano, Cliff Slaughter.

Durante alguns poucos anos, ao menos três grupos passaram a disputar o nome WRP, e seguiram se fragmentando.⁶¹⁰ Cada um deles reivindicava um “Comitê Internacional” próprio, mas apenas um CI-QI conseguiu se manter, aquele inicialmente ligado ao WRP reivindicado por Healy, mas que rompeu com este ainda nos anos 1980 e passou a ser hegemonizado pelo grupo estadunidense, então nomeado *Workers League* (desde 1995, *Socialist Equality Party*), dirigido por David North (até hoje a principal figura do CI-QI).

O CI-QI ligado a North segue existindo e é conhecido pelo seu site de notícias, *World Socialist Web Site* (WSWS). Devido à fragmentação do CI-QI ao longo dos anos 1980 e à escassez de fontes, tal organização não será abordada nesta pesquisa a partir de 1985.

Em 1979, os grupos latino-americanos ligados a Nahuel Moreno, que compunham a “Fração Bolchevique” no interior da Quarta Internacional (Secretariado Unificado – QI (SU)), a deixaram, junto com o agrupamento “Tendência Leninista Trotskista”, que se tratava de um “entrismo” “lambertista” na seção francesa.

A FB surgiu em 1976, como “Tendência Bolchevique”, após divergências entre os “morenistas” e o SWP dos EUA, que haviam formado juntos uma tendência na QI (SU), em 1973, para se contraporem à linha pró-guerrilhas adotada então pela maioria da direção da internacional (a “Tendência” e, depois, “Fração” “Leninista-Trotskista”). Por sua vez, as divergências que originaram a TB/FB, três anos depois, diziam respeito a posições antagônicas do SWP e dos “morenistas” envolvendo a Revolução Portuguesa, bem como discordância dos “morenistas” com a abertura do SWP para uma reaproximação do CORQI “lambertista” com a QI (SU). Ironicamente, após deixarem a QI (SU), alguns anos depois, os “morenistas” se aproximaram dos “Lambertistas”, conformando junto a eles um novo grupo internacional, que teve vida breve.

Já a ruptura dos “morenistas” (FB) com a QI (SU), em 1979, teve como principal razão o apoio político do setor majoritário da organização ao governo “sandinista” na Nicarágua, ao passo que os “morenistas” tentaram forjar uma ala à sua esquerda, através do envio de militantes ao país na forma da “Brigada Simón Bolívar” (condenada pela direção majoritária da QI (SU)).

⁶¹⁰ Para entender melhor a fragmentação do WRP a partir de 1985, recomenda-se esta “árvore” das organizações trotskistas britânicas: KNOW Your Trots. Family Tree o Trotskyist groups in the UK and their offshoots. Disponível em <https://splitsandfusions.files.wordpress.com/2017/01/trotskyist-family-tree.pdf>. Acessada em 09/12/2019.

Após tal ruptura, a FB, a TLT e o CORQI formaram um “Comitê Paritário”, ainda em 1979, o qual, em uma “Conferência Mundial Aberta”, realizada em Roma, em dezembro de 1980, com representantes de cerca de 50 grupos de 40 países diferentes, se transformou em “Quarta Internacional (Comitê Internacional)” (QI-CI). De vida breve, a organização cessou de existir na prática por volta de outubro de 1981-82, devido a divergências entre os “morenistas” e “lambertistas” envolvendo o apoio eleitoral crítico destes últimos à candidatura burguesa de François Mitterrand à presidência da França naquele ano, dentre outras questões que vinham se acumulando, entre elas as posições a serem defendidas frente aos eventos na Polônia.⁶¹¹

Após essa separação, os “morenistas” lançaram, em janeiro de 1982, a “Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional” (LIT-QI, que segue existindo ainda hoje, apesar de ter sofrido diversas cisões desde a morte de Moreno, em 1987, e praticamente deixado de funcionar por algum tempo, ao longo dos anos 1990). Já os “lambertistas” lançaram, em fevereiro de 1982, a “Quarta Internacional - Centro Internacional de Reconstrução”, de sigla QI (CIR), a qual se proclamou uma “Quarta Internacional refundada” em 1993 (que segue existindo até hoje, apesar de ter passado por um grande racha em 2015).

A QI (SU) seguiu sendo, ao longo do período em análise, a maior organização do movimento trotskista internacional, com inserção em maior número de países e com grupos nacionais em geral maiores. A partir de 1968, se destacou em tamanho a sua nova seção francesa, a *Ligue Communiste Révolutionnaire* (LCR), que, até o começo dos anos 2000, era a maior organização nacional do mundo a reivindicar o trotskismo. Ela fora fundada em 1969, como fruto da fusão do PCI-LVT com as *Jeunesses Communistes Révolutionnaires*, com o nome de *Ligue Communiste*, alterado para LCR em 1974, após ter sido proibida no ano anterior.

A direção da QI (SU) se tornou mais homogênea com a saída da ala de Pablo, em 1964, e dos “morenistas”, em 1979, predominando Ernest Mandel e seus colaboradores de longa data, Livio Maitan e Pierre Frank, junto a novos quadros surgidos nos anos 1960, especialmente na França, como Alain Krivine e Daniel Bensaïd. Este último assumiu proeminência na liderança em meados dos anos 1980, conforme o trio Mandel-Maitan-Frank envelheceu e gradualmente se afastou da gestão da liderança internacional.

⁶¹¹ Cf. BALANCE de Actividades. In CONFERENCIA de fundación de la Liga Internacional de los Trabajadores - Cuarta Internacional. São Paulo: Marxismo Vivo, 2012.

Sem os “morenistas”, a principal voz crítica aos “europeus” no interior da QI (SU) ficou sendo o SWP dos EUA, que, desde os anos 1960, vinha progressivamente abandonando o trotskismo em favor de uma identidade “castrista”. Em 1981, uma dura polêmica foi travada entre um de seus líderes, Doug Jenness, e Mandel, acerca da relevância ou não das ideias de Trotski no desenvolvimento da Revolução Soviética. O debate foi tido por Mandel como o início de um abandono da Teoria da Revolução Permanente pelo SWP.

Esse abandono foi confirmado em um discurso feito por outro líder da organização, Jack Barnes, em 1982, ao congresso da organização de juventude do partido. No ano seguinte, Barnes publicou o artigo “O trotskismo deles e o nosso”, que sintetizou tal abandono da Teoria da Revolução Permanente e defendeu sua substituição pela estratégia de “ditadura democrática do proletariado e do campesinato”, que Lenin sustentou até as “Teses de Abril” (1917).⁶¹² Entre 1983-84, a liderança do SWP realizou diversos expurgos das vozes contrárias ao abandono do trotskismo, e deixou de participar de fato da vida interna da QI (SU), abandonando-a formalmente em 1990. Ele não será mais abordado nessa pesquisa após 1983.

Com o progressivo abandono de uma identidade trotskista pelo SWP, a principal organização a reivindicar tal tradição nos EUA nos anos 1970 foi a *Spartacist League* (SL), fruto de um expurgo ocorrido no SWP em 1963, contra a ala minoritária da organização que criticou a reaproximação com o “Secretariado Internacional” (que produziu a QI (SU)) e as linhas de apoio ao castrismo em Cuba e ao nacionalismo negro nos EUA.

Havia outros competidores, como a mencionada *Workers League* (ligada ao CI-QI e fruto do mesmo expurgo que gerou a SL) e a *International Socialist Organization* (formada em 1977, como parte da corrente “cliffista”, e dissolvida em 2019). Com os expurgos de 1983-84 no SWP, surgiram ainda outros grupos, em especial a *Socialist Action* (ainda hoje ativa como parte do fórum internacional de laços frouxos que virou a

⁶¹² Lenin encarava que a burguesia russa seria incapaz de realizar uma revolução nacional-democrática no país, por conta de seu temor da classe trabalhadora e seus vínculos com os capitais imperialistas, a oligarquia fundiária e o Estado monárquico. Todavia, não preconizava a possibilidade de uma revolução socialista, encarando, ao invés, que o proletariado, em aliança com o campesinato, iria desenvolver o capitalismo russo, sob um regime de “ditadura democrática” dessas duas classes. Cf. GETZLER, Israel. Outubro de 1917: O debate marxista sobre a revolução na Rússia. IN: HOBBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, v. 5, 1985, p. 11-74. Para uma explicação do próprio Trotski acerca da diferença de concepção com Lenin até as Teses de Abril, TROTSKY, Leon. *Três concepções da Revolução Russa* [1939]. Disponível em <https://www.esquerdadiario.com.br/Tres-concepcoes-da-Revolucao-Russa>. Acessado em 10/12/2019.

QI (SU), já há muitos anos não possuindo mais a estrutura de “partido internacional centralizado”). Todavia, a SL merece ser analisada à parte, pois, ao longo dos anos 1970, construiu um agrupamento internacional próprio, a partir de fusões com alguns outros grupos, gerando a “tendência Espartaquista internacional” (iSt, na sigla em inglês), que tinha presença em 8 países quando da sua primeira Conferência Internacional, em 1979. Infelizmente, contudo, não tivemos tempo hábil de inclui-la na Parte IV desta pesquisa, apesar de encarmos que foi o grupo que melhor respondeu a alguns dos eventos aqui abordados.

Vale destacar também que, em 1965, a *Revolutionary Socialist League* (RSL) britânica, liderada Ted Grant e Peter Taaffe, deixou a QI (SU), após essa reconhecer uma segunda seção no país, o *International Marxist Group*, mais alinhado à liderança majoritária da internacional. Entre as diferenças programáticas da RSL com a liderança da QI (SU), expressas no Congresso Mundial de 1965, estava a defesa, por parte da RSL, da necessidade de uma revolução política em países como Cuba e China.

Seguindo no interior do *Labour Party*, a RSL passou a ser conhecida como a corrente *Militant*, nome do jornal que começou a publicar em 1964. Em 1974, ela lançou publicamente o “Comitê por uma Internacional dos Trabalhadores” (CWI, na sigla em inglês), junto a outras doze organizações de diferentes países (sobretudo europeus). Infelizmente, não nos foi possível obter fontes em quantidade suficiente para abordá-la nessa pesquisa.

2. A atuação dos trotskistas em relação aos dissidentes poloneses

Já foi mencionado como os trotskistas buscaram atuar junto às dissidências no interior do “bloco soviético” e como, nos anos 1980, a Polônia foi o foco principal dessa atuação. Para ilustrar com alguns exemplos, em dezembro de 1956, Ernest Mandel, então a principal figura dirigente da Quarta Internacional (Secretariado Unificado) esteve no país e se encontrou com Edward Lipinsk, Oskar Lange e Leszek Kołakowski, visando manter relações próximas com a dissidência pró democracia socialista do país.

Por sugestão de Mandel, o militante belga da QI (SU) Georges Dobbeleer realizou seis visitas ao país, entre 1959-64, tendo contato com Kazimierz Badowski, Karol Modzelewski, Ludwik Hass e Jacek Kuroń. Nessas visitas, Dobbeleer levou dinheiro para um jornal na Cracóvia sob os cuidados de Badowski, publicações da QI (SU) e de Mandel, e um mimeógrafo. Karol Modzelewski também teve contato com outros membros da QI

(SU), como os dirigentes francês Jacques Privas (no final dos anos 1950) e italiano Livio Maitan (no começo dos anos 1960).⁶¹³

O mimeógrafo levado por Dobbeleer foi usado para rodar a “Carta Aberta” de 1965 e a QI (SU) atuou na sua difusão no ocidente, encarando que ela continha uma análise equivalente à do trotskismo acerca do stalinismo, e inclusive saudando-a como o “primeiro programa antiburocrático” no interior do “bloco soviético” desde a desapareição da Oposição de Esquerda.⁶¹⁴ Dobbeleer chegou a ser condenado (*in absentia*) junto com Kuroń e Modzelewski por conta da “Carta Aberta”.⁶¹⁵

Vale ressaltar que Hass era um veterano do movimento trotskista, ao qual aderiu nos anos 1930, tendo sido preso em um campo de concentração da URSS, entre 1939-57, por conta da sua militância. Ele e Badowski mantiveram firme ligação com a QI (SU) ao longo dos anos 1960-80. Hass também estava envolvido na distribuição da “Carta Aberta”, tendo sido condenado junto com Kuroń e Modzelewski.⁶¹⁶

Entre 1974 e 1980, a QI (SU) publicou um pequeno boletim em polonês, *Biuletyn Na Lewo* (Boletim À Esquerda), que era enviado clandestinamente ao país, e contava com Jan Malewski entre seus editores. Segundo Malewski, Hass cooperava com a circulação do material no país.⁶¹⁷

Ao longo dos anos 1970-80, houve um contato constante da QI (SU) com Kuroń e Adam Michnik, que tiveram textos seus publicados nos periódicos internacionais e nacionais da organização, o mesmo ocorrendo com Kołakowski. Outros membros do KOR, como Jan Jozef Lipski e Jan Lityński, também tiveram um intercâmbio constante com a organização. Uma membra da LCR francesa, Jacqueline Heinen (pseudônimo J. Allio), esteve presente na fundação do KOR (1976) e a LCR conseguiu, assim, publicar o manifesto do grupo no dia seguinte. Heinen passou vários anos no país e se enamorou com Kowalewski, que estava em Paris em 1981, quando da Lei Marcial, e por lá ficou, se

⁶¹³ Cf. BOEL, Bent. *Op. cit.*, p. 241.

⁶¹⁴ Cf. EDITORIAL. Les grèves de Pologne. *Quatrième Internationale*, n. 48, anée 29^e (n. 130 do total), p. 4, mars 1971.

⁶¹⁵ Cf. BOEL, Bent. *Op. cit.*, p. 241.

⁶¹⁶ Cf. *Ibid.*, p. 241 e 246; Cf. SERAFIN, Marcel. *Socialist Opposition in the Polish people's Republic, 1964-1989*. BA Hons History and Politics. Newcastle upon Tyne: Department of Humanities of the Northumbria University, p. 25-26, 2015.

⁶¹⁷ Cf. MALEWSKI, Jan. Ludwik Hass (1918-2008), héros trotskiste finalement brisé. *Inprecor*, n. 539-540, juin-août 2008. Disponível em [http://www.inprecor.fr/article-Pologne-Ludwik%20Hass%20\(1918-2008\).%20h%C3%A9ros%20trotskiste%20finalement%20bris%C3%A9?id=581&fbclid=IwAR3t4ywF_jO0KH6aSi6dpXL5FJWuxgr3R6J-HTtp1VHVRzTcEBSF949VK3g](http://www.inprecor.fr/article-Pologne-Ludwik%20Hass%20(1918-2008).%20h%C3%A9ros%20trotskiste%20finalement%20bris%C3%A9?id=581&fbclid=IwAR3t4ywF_jO0KH6aSi6dpXL5FJWuxgr3R6J-HTtp1VHVRzTcEBSF949VK3g). Acessado em 14/12/2019.

juntando à LCR. Mais tarde, em 1989, outro líder do Solidarnosc se juntou à QI (SU), Jozef Pinior.⁶¹⁸

O periódico da QI (SU), *Inprekor*, publicava assiduamente acerca da Polónia ao longo dos anos 1980, em especial materiais escritos por Heinen / Allio e por Jan Malewski (pseudónimo Cyril Smuga). Ambos estiveram presentes no I Congresso do Solidarnosc, em setembro de 1981. Em outubro de 1981, *Inprekor* passou a ser publicado em polonês em formato mensal (*Inprekor*).⁶¹⁹ Segundo Bent Boel, *Inprekor* era produzido na França e entrava na Polónia através da Suécia e, posteriormente (quando a operação foi descoberta), pela Alemanha.⁶²⁰

Mas o primeiro grupo a ter relação direta com o trotskismo na Polónia do período aqui em análise não era ligado à QI (SU), e sim à corrente “lambertista”, centrada na OCI francesa. Durante o começo dos anos 1970, a OCI recrutou o exilado polonês Stefan Bekier, que passou a publicar o jornal *Walka Klas* (Luta de Classes), desde Paris. Em 1982, Bekier retornou clandestinamente para a Polónia e organizou a “Liga Revolucionária dos Trabalhadores”. Todavia, desde 1973, ele e seus colaboradores já não mais atuavam em conjunto com os “lambertistas”, tendo rompido junto com Michel Varga (Balazs Nagy) e outros setores, para construir a “Liga Internacional pela Reconstrução da Quarta Internacional”.⁶²¹ Robert Alexander afirma que tal grupo atuava no interior do Solidarnosc em seu período clandestino, por volta de 1984, o que indica certa sobrevivência da organização, apesar das duras condições impostas à oposição polonesa após a implementação da Lei marcial.⁶²²

Cabe destacar ainda um outro grupo, que teve relação indireta com o trotskismo. Ele foi fundado em 1980, pelo líder operário exilado em 1973, Edmund Baluka / Bakula, que, durante sua estada na França, atuou junto às centrais sindicais CGT e FO em prol de sindicatos independentes na Polónia, e manteve constante contato com a OCI.

Baluka foi um dos dirigentes das revoltas de 1970 e 1971 nos estaleiros de Szczecin. Em 1980, na revista que publicava desde Paris, *Szerszeń* (“Zangão” – também publicada em francês, *Le Frelon*), ele lançou a plataforma de 13 pontos que viria a ser o

⁶¹⁸ Cf. BOEL, Bent. *Op. cit.*, p. 246-247.

⁶¹⁹ Cf. INPREKOR em polonês. *Inprekor - Intercontinental Press* n. 110, p.12, 12 outubro 1981.

⁶²⁰ Cf. BOEL, Bent. *Op. cit.*, p. 243.

⁶²¹ Cf. STEFAN Bekier. *Museum of the History of Polish Jews POLIN*. Disponível em https://sztetl.org.pl/en/oral-history/139667-stefan-bekier?fbclid=IwAR2bf4L2y0sB9LnXH4LHCqxJBlyTd0t2QGcL9_rjKptmZJ1T_nagOr48ei4. Acessado em 14/12/2019. Depoimento de Tim Racine ao autor, 13/12/2019, via mensagem eletrônica.

⁶²² Cf. ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*, p. 657.

programa do “Partido Polonês Socialista dos Trabalhadores” (PSPP, na sigla em polonês), fundado em março do mesmo ano, ainda na França, como evolução da “Associação *Szerszeń*”, responsável pela revista. Tal plataforma defendia o desmonte da estrutura repressiva, o fim do monopólio do poder pelo PC, a independência nacional e retirada das tropas da URSS, liberdades civis e políticas, e a formação de comitês de trabalhadores em todas as empresas.⁶²³

Há indícios de que um núcleo de trotskistas atuava em seu interior, ao menos em 1980, conforme indica um breve informe de um representante do “Grupo Polonês IV Internacional” à “Conferência Mundial Aberta” de dezembro de 1980, segundo o qual tal grupo estaria atuando no interior de um “partido socialista dos trabalhadores” em construção. Robert Alexander também menciona a existência, em 1980, de uma “seção polonesa” da corrente “lambertista”, relatada no jornal da OCI.⁶²⁴ Ressalta-se que a esposa de Baluka, a francesa Françoise Breton-Baluka, era militante da OCI.

Baluka e sua esposa retornaram clandestinamente à Polônia em abril de 1981, onde fundaram núcleos do PSPP em Szczecin, Bielsko-Biala, Starachowice e Poznań. Ele foi internado em um sanatório em 13 de dezembro, fruto da repressão desencadeada com a Lei Marcial, e foi preso em junho de 1982, condenado a 5 anos de prisão, sendo solto na primavera de 1985. O partido, que não cresceu muito devido à repressão, foi desde o início infiltrado por um agente da polícia política, e dissolvido em 1984, em meio a processos contra vários de seus membros. O casal Baluka retornou para a França após sua soltura.⁶²⁵

Conforme afirmado em uma edição de 1983 do periódico internacional da QI (CIR), sua relação com o PSPP tinha por objetivo “ser o artífice de um verdadeiro debate democrático com o único objetivo de colaborar, difundir e apoiar a heroica luta do povo polonês por uma identidade nacional e por seus direitos”.⁶²⁶ Segundo o “lambertista”, Alain Ferestier, o PSPP tinha apoio “incondicional” da QI (CIR), ainda que esta

⁶²³ Cf. POLSKA Socjalistyczna Partia Pracy. In *Encyklopedii Solidarności*. Material online, [2013]. Disponível em http://www.encysol.pl/wiki/Polska_Socjalistyczna_Partia_Pracy. Acessado em 16/08/2019; SERAFIN, Marcel. *Op. cit.*, p. 23-24; HOMENAJE a Edmund Baluka. Declaración del Secretariado Internacional de la IV Internacional [15 de enero de 2015]. Disponível em <http://posicuarta.org/cartasblog/homenaje-a-edmund-baluka/>. Acessado em 16/8/2019. Para uma versão em português da plataforma, 13 pontos da plataforma de Szerszen, Os. *A Verdade - Revista Teórica da 4ª Internacional*, n. 85, julho de 2015, p. 119. A mesma edição de *A Verdade - Revista Teórica da 4ª Internacional* contém outros materiais do PSPP em português.

⁶²⁴ Cf. POLONIA. En el Este y en el Oeste, construir el partido. *Panorama Internacional*, v. 5, n. 16, p. 11, febrero 1981; ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*, p. 634.

⁶²⁵ Mesmas referências de duas notas acima.

⁶²⁶ Cf. *Tribuna Internacional* [espanhol], n. 18, p. 4, octubre de 1983.

reconhecesse não se tratar de uma organização trotskista. A cooperação de Baluka com os “lambertistas” o levou também a assinar o documento de fundação do “Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos” (agrupamento internacional amplo – isto é, não-trotskista – lançado pela QI (CIR)), em janeiro de 1991.⁶²⁷

Ao longo dos anos 1980, em particular 1982-86, em seus periódicos nacionais e internacionais, a QI (CIR) reportou com frequência acerca do desenvolvimento da luta oposicionista na Polônia, deu ampla publicidade a documentos do Solidariedade e do PSPP, bem como denunciou de forma enfática a prisão política de membros da oposição ao regime, travando uma campanha internacional em sua defesa, em especial Baluka. Na França, por exemplo, integrou um “Comitê pela liberdade de Walesa, Kuroń, Baluka e todos os presos políticos” (formado em 1982), o qual buscou posteriormente reproduzir nos países em que possuía presença, e que tinha por principal atividade colher assinaturas de apoio (em 1982, a conferência de fundação da QI (CIR) estabeleceu a meta de colher 100 mil assinaturas internacionalmente). Ademais, também realizou debates públicos e participou de manifestações em solidariedade aos presos políticos poloneses.

Cabe também mencionar também que a OCI era um dos canais da central sindical francesa *Force Ouvrière* para enviar ajuda ao Solidariedade durante seu período clandestino.⁶²⁸ A FO foi criada em 1948 como parte dos esforços da CIA, através de seu agente Irving Brown, para rachar o movimento sindical francês, com vistas a isolar o Partido Comunista, que hegemonizava a CGT (a FO integrou o “Comitê dos Sindicatos Livres” – FTUC, o braço internacional da AFL-CIO fundado por Brown e pelo dissidente do PC dos EUA, Jay Lovestone). Em sua origem, ela foi parcialmente financiada pela CIA, através de doações da AFL-CIO e, durante a gestão Reagan, recebeu fundos da NED (“Dotação Nacional pela Democracia”).⁶²⁹ Dessa forma, ainda que por vias indiretas e sem saber, tal atuação da OCI acabou sendo um serviço prestado aos objetivos contrarrevolucionários da administração Reagan.

Outro grupo trotskista polonês foi o “Acordo da Oposição dos Trabalhadores” (POR, na sigla em polonês), formado em maio de 1985, como fruto da fusão de quatro grupos diferentes, que vinham atuando na resistência operária na Alta Silésia e em

⁶²⁷ Cf. FERESTIER, Alan. Edmund Baluka, operário revolucionário, sindicalista, dirigente político. *A Verdade - Revista Teórica da 4ª Internacional*, n. 85, julho de 2015, p. 111-115.

⁶²⁸ Cf. BOEL, Bent. *Op. cit.*, p. 246.

⁶²⁹ Cf. CHARPIER, Frédéric. *La CIA en France. 60 ans d'ingérence dans les affaires françaises*. Paris: Seuil, p. 40-43, 2008; GANSER, Daniele. *NATO's secret armies. Operation Gladio and terrorism in Western Europe*. London: Routledge, 2005.

Varsóvia, organizados ao redor da publicação clandestina de periódicos. Em maio de 1986, após se expandir para outras cidades, o POR adicionou “Solidariedade” a seu nome (POR-S), para marcar o desejo de aproximação com as forças sindicais clandestinas e com a herança simbólica do sindicato independente. Também em maio, o POR-S participou do lançamento do “Partido Operário da República Autogestionada” (RPRS, na sigla em polonês), que buscou filiação à QI (SU), conforme anunciado em *Inprecor* n. 229. O líder do POR-S, Stefan Piekarczyk, já mantinha contato com a QI (SU) desde 1984 e o grupo recebeu fundos vindos de Paris e também versões em polonês de *Inprecor* para distribuição.

Ainda em 1984, o periódico *Quatrième Internationale* havia publicado uma plataforma pelo reagrupamento de forças revolucionárias, que foi o embrião do POR / POR-S. Tal plataforma polemizava contra a estratégia reformista, em favor de uma revolucionária, contra as ilusões no parlamentarismo, em favor da autogestão, se diferenciando do grupo formado por Kuroń após a dissolução do KOR (KRS-WSN, favorável a uma democracia parlamentar baseada em uma economia de mercado). O programa do POR-S foi publicado em *Inprecor* n. 208. *Inprecor* apresentou o POR-S como a ala “revolucionária e internacionalista” do Solidariedade.

O programa do RPRS, publicado em *Quatrième Internationale* (n. 170 do total), defendia, em linhas gerais, um regime de autogestão da propriedade estatizada e da política nacional, através de conselhos de empresa e de bairros, a serem construídos imediatamente e que deveriam assegurar seu poder por via de uma greve geral que removesse a burocracia do comando do Estado.⁶³⁰

A relação com o RPRS, contudo, teve vida curta. A organização desapareceu após a publicação de uma primeira revista, com seu programa. Após denúncias de colaboradores mais próximos do trotskismo de que tudo se tratava de uma operação para receber dinheiro (uma doação substancial fora feita pela QI (SU)), alguns enviados da QI

⁶³⁰ Este e os parágrafos anteriores cf. SERAFIN, Marcel. *Op. cit.*, p. 25-26; POROZUMIENIE Opozycji Robotniczej. In *Encyklopedii Solidarności*. Material online, [2013]. Disponível em http://www.encysol.pl/wiki/Porozumienie_Opozycji_Robotniczej. Acessado em 16/08/2019; ROBOTNICZA Partia Rzeczypospolitej Samorządnej. In *Encyklopedii Solidarności*. Material online, [2013]. Disponível em http://www.encysol.pl/wiki/Robotnicza_Partia_Rzeczypospolitej_Samorz%C4%85dnej. Acessado em 16/08/2019; POUR un entente de la gauche révolutionnaire [13/01/8]. *Quatrième Internationale* 42e année, 3e série, n. 14 (n. 163 do total), p. 25-57, juillet 1984; PROGRAMME d’action de l’entente de l’opposition ouvrière (POR-S). *Quatrième Internationale*, 44e année, 3e série, n. 22-23 (n. 170 do total), p. 57-78, décembre 1986; WILKINS, Arthur. New Developments in the Polish Left. *International Viewpoint*, n. 107, 27/10/1986, p. 17-19. Estranhamente, Robert Alexander alega não haver indícios de que a QI-SU conseguiu presença na Polônia dos anos 1980 (cf. ALEXANDER, Robert J. *Op. cit.*, p. 657).

(SU) visitaram a Polônia em 1987, e foi descoberto que as várias estruturas locais formadas pelo POR-S nos meses anteriores à fundação do RPRS eram em grande parte artificiais, criadas para simular atividades sindicais inexistentes para receber dinheiro da organização internacional para “financiá-las”.⁶³¹

A partir da segunda metade dos anos 1980, a QI (SU) estabeleceu relações com outros grupos ou indivíduos, mas sem chegar a ter uma seção de fato no país.

3. O movimento trotskista internacional e o surgimento e supressão do Solidariedade

Para compreender como os trotskistas da época analisaram e se posicionaram em relação ao Solidariedade e o que isso revela sobre sua estratégia e programa, foi feita uma análise de fontes (artigos e documentos públicos) que vão de 1968 a 1985, com maior ênfase no período de surgimento e atuação pública do Solidariedade (1980-1981), bem como nos anos posteriores a sua supressão pelo regime polonês, até 1985. Apenas alguns grupos, todavia, tiveram fontes do período prévio e posterior a 1980-81 analisadas, em especial por dificuldades de acesso a elas.

Tais fontes foram obtidas a partir de um escrutínio dos principais periódicos das organizações aqui abordadas, ademais de alguns documentos congressuais. Foram eles a revista do CI-QI, *Fourth International*; as revistas da QI (SU), *Quatrième Internationale* e a versão em francês de *Inprecor*; a versão em inglês de *Inprecor*, publicada pelo SWP dos EUA, para avaliar as posições mais particulares deste grupo no interior da QI (SU); as revistas publicadas pelas forças “morenistas”, *Correspondencia Internacional e Panorama Internacional*, com materiais do Comitê Paritário / QI (CI); as revistas da LIT-QI, *Panorama Internacional e Estrategia Socialista*; as versões em espanhol e português da revista da QI (CIR), *Tribuna Internacional*.

Tal qual na parte precedente dessa pesquisa, a análise dessas fontes foi conduzida a partir de algumas perguntas-chave, que ajudaram a realizar as necessárias comparações entre os diferentes grupos e o legado “original” do trotskismo.

Essas perguntas foram: como caracterizaram a situação polonesa a partir do surgimento do Solidariedade (havia uma “revolução política” em curso?); qual análise foi feita da burocracia à frente do regime polonês e seu partido (mais especificamente, se

⁶³¹ Cf. ZALEGA, Dariusz. *Ruch trockistowski w PRL*. [S/l], [s.d.], [s.p.]. Capítulo 6; FOURTH international statement on Polish Organizations. *International Viewpoint* n. 139, 18/04/1988, p. 26; BOEL, Bent. *Op. cit.*, p. 246 e nota 65.

deveriam ser tomados como adversários da democratização ou se, ao invés, era possível algum tipo de reforma do regime e/ou do partido); como caracterizaram a liderança do Solidarnosc, em especial o grupo ao redor de Lech Walesa; como caracterizaram a ala ligada à esquerda do KOR (Kuroń e Michnik); como analisaram o programa econômico pró-mercado consolidado a partir do I Congresso do Solidarnosc; qual estratégia defendiam para o estabelecimento de uma democracia proletária no país e qual papel atribuíram ao fator subjetivo ou, em outras palavras, ao “sujeito político” da almejada democratização (defendiam ou não a necessidade de formação de um partido marxista para cumprir o papel do sujeito político da “revolução política”? qual o papel do Solidarnosc nesse processo?); como se posicionaram diante da Lei Marcial; se avaliavam haver algum risco de restauração capitalista e em que sentido.

Todas as vertentes do trotskismo abordadas caracterizavam a Polônia como um “Estado operário deformado”. O surgimento do Solidarnosc gerou enorme entusiasmo entre quase todos os grupos trotskistas existentes à época, que viram no feito um sinal de que uma “revolução política” estaria em curso no país (ou tinha grandes possibilidades de ter início), alguns deles enxergando no próprio Solidarnosc o agente da realização de tal “revolução política”. Como mencionado, alguns (com destaque para a QI (SU) e a OCI francesa) buscaram prestar auxílio material à nascente organização.

Salvo o SWP dos EUA, nenhuma das correntes analisadas demonstrou esperança na possibilidade de reformar o regime stalinista polonês ou seu PC. E quase todas, com a exceção da SL dos EUA / iSt, se opuseram à Lei Marcial. Todavia, diferentes linhas foram apresentadas para como passar da “ditadura da burocracia” à “democracia proletária”.

A liderança majoritária da QI (SU) (os “europeus”, liderados por Mandel-Maitan-Frank) encarou Walesa como uma liderança extremamente “moderada” e, apesar de originalmente ter saudado Kuroń / Michnik como “marxistas revolucionários”, nos anos 1960, a partir dos anos 1980 os caracterizou como “reformistas”. A estratégia por ela delineada não era muito clara, tendo sido apresentada sob algumas variações em diferentes materiais.

Essas variações incluíam a concepção original de “revolução política”; a noção de que a burocracia não poderia suprimir uma organização nacional de massas como o Solidarnosc e, portanto, de que não era necessário um assalto ao poder, sendo possível uma via de reformas graduais impostas desde fora do regime; e um projeto de que as

organizações de autogestão formassem uma segunda câmara no parlamento, ou um congresso nacional de delegados, que assumisse o controle da política nacional.

Essencialmente, a QI (SU) defendeu um autogoverno da classe trabalhadora, porém sem abordar diretamente a questão da conquista do poder contra a burocracia stalinista, enfatizando (principalmente a partir de meados de 1981) um protagonismo dos órgãos de autogestão nas empresas. Também chegou a igualar, em um documento posterior à Lei Marcial, “revolução política” à defesa da tomada do poder pelo Solidarnosc.

No que tange à questão de um partido marxista, a organização só tocou nela em algumas ocasiões, nas quais enfatizou a necessidade de disputar a orientação política do Solidarnosc. Quanto ao programa pró-mercado deste, a QI (SU) não o debateu em profundidade, apenas tecendo críticas pontuais em alguns materiais. Quando da Lei Marcial, não só se opôs através de declarações, como buscou realizar mobilizações de solidariedade através de suas seções nacionais.

Em sua narrativa sobre a história do trotskismo, Daniel Bensaïd menciona muito pontualmente os eventos aqui abordados. Vale destacar que ele se refere às “reivindicações do movimento polonês e do Congresso do Solidarnosc de 1980” como uma “defesa e ilustração da revolução política”. Isso mostra que, mesmo décadas depois, o dirigente da QI (SU) manteve a mesma interpretação da organização à época, que apagava as graves contradições que perpassavam a oposição polonesa e o Solidarnosc na virada dos anos 1970-80.⁶³²

No interior da QI (SU), o SWP dos EUA divergiu dos “europeus”, ao encarar que Walesa e Kuroń / Michnik eram lideranças adequadas para a revolução política polonesa, não mencionando o programa pró-mercado da organização, tampouco a necessidade de construção de um partido marxista no país. Ademais, tratou “revolução política” como um acúmulo gradual de reformas, que culminaria na substituição do governo, e viu com entusiasmo o movimento “horizontalista” no interior do PC, com esperanças de que este poderia ser reformado. Trava-se da consolidação de seu abandono gradual da estratégia da revolução política conforme originalmente concebida.

Isso é parcialmente confirmado na mencionada narrativa de Bensaïd, o qual afirma que o SWP silenciara sobre o “levante polonês” (o que não é verdade) e apagara a revolução política de seu programa, “sob pretexto de que ele arriscava enfraquecer o

⁶³² Cf. BENSATD, Daniel. *Op. cit.*, p. 126.

campo socialista” no contexto da renovada Guerra Fria de Reagan. Para Bensaïd, isso era expressão de uma “desmoralização e renúncia ao papel central da luta de classes, substituída pela luta entre Estados e campos”, que integrava o abandono pelo SWP dos princípios do trotskismo.⁶³³

Da parte do CI-QI, o processo polonês foi visto como o início de um processo internacional de revolução política. Encarando o Solidarnosc como um mero sindicato e Walesa como um mero sindicalista, se posicionou em apoio e defesa ao primeiro, e chegou a tecer alguns elogios ao segundo. Já os líderes do KOR não foram mencionados nos materiais por nós obtidos. A organização não fez menção, em tais materiais, ao programa pró-mercado do Solidarnosc, chegando a afirmar que ele defendia a propriedade socializada e a economia planificada, o que não se sustenta. A estratégia defendida pelo CI-QI era basicamente a revolução política em seu sentido original, ressaltando a importância central de um partido marxista para que ela triunfasse.

O breve “Comitê Paritário” / QI-CI viu a direção do Solidarnosc como conciliadora pró-Jaruzelski, mas, apesar dessa crítica, não mencionou o programa pró-mercado da organização. Em contrapartida, enfatizou que a burocracia polonesa estaria aliada ao imperialismo na restauração do capitalismo, através do mecanismo da dívida externa. Ela defendeu uma estratégia de revolução política que passava por fortalecer o Solidarnosc, construir órgãos de autogestão e, de forma inovadora, pela convocação de uma Assembleia Constituinte, para que os trabalhadores fizessem uma experiência com os limites do regime stalinista. Para a organização, apenas após essa experiência é que eles estariam mais dispostos a tomar o poder. A organização ressaltou, ainda, a importância da construção de um partido marxista para liderar a classe trabalhadora nesse processo.

Após a dissolução da QI-CI, a corrente “morenista”, através da LIT-QI, passou a se referir à direção do Solidarnosc como “restauracionista” e a Walesa como “contrarrevolucionário”. Ainda assim, secundarizou o programa pró-mercado da organização, argumentando que o ascenso das massas não poderia culminar em uma restauração do capitalismo. Para a LIT-QI, o principal risco restauracionista estaria na própria burocracia stalinista, que havia se tornado instrumento direto dos interesses imperialistas.

⁶³³ Cf. *Ibid.*, p. 125-126.

Abandonando (momentaneamente) a demanda por uma “Assembleia Constituinte”, a LIT-QI encarou, *a posteriori*, que a consigna central para o triunfo da revolução política polonesa deveria ter sido a de “todo poder ao Solidariedade”. Interessantemente, ao discutir o caso polonês, Nahuel Moreno transportou para a estratégia da revolução política suas “inovações” em relação à estratégia da revolução social, isto é, a divisão em dois “estágios” (um democrático e inconscientemente socialista, outro conscientemente socialista – “fevereiro” e “outubro”), fazendo o mesmo com sua estratégia de construção de um partido para liderar o processo (“Frente Única Revolucionária”, nesse caso, a ser formada através da ala combativa do Solidariedade). Isso envolvia unidade de ação com setores contrarrevolucionários, para primeiro derrubar o regime burocrático, e depois impulsionar a tomada do poder pelo proletariado.

Já a corrente “lambertista”, através da QI (CIR), basicamente manteve as análises e posições desenvolvidas pela QI-CI previamente à aplicação da Lei Marcial. Nesse sentido, encarou que um processo de revolução política seguia em curso no país, apesar do recrudescimento repressivo, e que o proletariado polonês se encontrava na vanguarda da “revolução mundial”. Para o triunfo desse processo, seria fundamental a construção de um partido marxista, a ser construído através da atuação de um núcleo trotskista no interior de organizações mais amplas da classe trabalhadora, incluindo outros partidos políticos. Um partido marxista teria como tarefa fundamental disputar a liderança do Solidariedade e impulsionar a construção de conselhos proletários, que seriam o embrião de um regime de democracia direta da classe trabalhadora, que substituiria o regime stalinista após a derrubada da ditadura da burocracia.

Apesar de ver Walesa e cia. como conciliadores que atrapalhavam o processo revolucionário, a QI (CIR) não encarava seu programa como restauracionista, detectando na burocracia stalinista o principal agente de uma possível contrarrevolução, e enfatizando que suas “reformas econômicas” (implementadas a partir de 1982) estavam aumentando o nível de penetração capitalista no país.

Cabe ressaltar que a QI (CIR) também manteve a “inovação” de defender uma Assembleia Constituinte soberana, na forma de uma demanda “transitória”, para fazer avançar o processo de revolução política no país, ao unificar os vários setores oposicionistas em uma plataforma comum. Mas isso seria apenas um passo rumo ao objetivo final, de uma revolução política em seu sentido original (tomada do poder por conselhos proletários organizados nacionalmente).

Quase nenhum dos grupos mencionados apontou riscos restauracionistas da parte do Solidariedade, sendo que os que o fizeram (QI (SU) e LIT-QI), os minimizaram sobremaneira. O principal risco restauracionista era por eles localizado no regime stalinista polonês e na URSS – a supressão do Solidariedade e, assim, do processo de “revolução política” em curso – e nas potências imperialistas – que o CI-QI, a QI-CI e a LIT-QI enfatizaram que desejavam a supressão do processo para salvaguardar seus investimentos na forma da dívida externa do país. A exceção foi a SL dos EUA / iSt.

Desde os primeiros momentos da formação do Solidariedade, a SL / iSt chamou atenção para o papel de Walesa como um braço da contrarrevolucionária “reação clerical-nacionalista” e caracterizou o KOR como “social-democrata” favorável a uma restauração por vias democráticas (“contrarrevolução democrática”). A organização também chamou atenção para a demanda de “sindicatos livres”, tida como uma bandeira *coldwarrior*. Encarando que a situação polonesa era de um “duplo poder frio”, com a possibilidade de se desenvolver rumo a uma revolução política ou a uma contrarrevolução restauracionista, ela defendeu a necessidade de formação de um partido marxista e de rachar politicamente o Solidariedade, opondo suas bases proletárias à sua liderança, como pré-requisito para a tomada do poder pela classe trabalhadora.

Inicialmente, a SL / iSt encarou o programa pró-mercado do Solidariedade como uma “versão extrema do modelo iugoslavo” (“socialismo de mercado”), mas, após o I Congresso daquele, passou a vê-lo como “contrarrevolucionário”. A virada de avaliação foi provocada pela presença, em tal congresso, do dirigente anti-comunista da AFL-CIO, Lane Kirkland, e do conhecido agente da CIA, Irving Brown, encarada como sinal de que o Solidariedade havia “cruzado o rubicão” e se comprometido definitivamente com a contrarrevolução capitalista.

Passando a denunciar o Solidariedade como um risco contrarrevolucionário, a organização protestou contra a abertura de um escritório seu em New York e apoiou criticamente sua supressão pela Lei Marcial, encarando que a defesa das relações de propriedade e produção então existentes era mais importante que a defesa das liberdades democráticas. A “Tendência Externa da iSt” (futura “Tendência Bolchevique Internacional”, IBT), formada em 1985 por ex-membros que haviam sido expulsos em um processo de perseguição burocrática, adotou as mesmas análises e posições, porém levantou críticas ao que encarou como certo nível de capitulação ao regime stalinista em algumas formulações da SL / iSt.

Vejamos isso tudo em detalhes.

3.1. Comitê Internacional da Quarta Internacional – CI-QI (“healyismo”)

Diante das greves de 1970 e sua repressão pelo regime de Gomulka, o CI-QI publicou uma declaração, na edição do inverno de 1970-71 da sua revista, *Fourth International*, na qual reafirmou sua linha de que a burocracia stalinista não era passível de uma autorreforma e que seria necessária uma revolução política (no sentido original do termo) para estabelecer uma democracia proletária no interior dos Estados operários burocratizados, enfatizando a necessidade para tal de uma liderança revolucionária (marxista). Reafirmou também a noção trotskista básica de que os “privilégios burocráticos e a supressão da democracia proletária” tornavam impossível o devido desenvolvimento de uma economia planejada, sendo a raiz da crescente deterioração da economia polonesa.⁶³⁴ Infelizmente, não encontramos referências às greves de 1976 e o surgimento do KOR na revista do CI-QI, e não nos foi possível acessar os materiais da sua então seção principal, o WRP britânico, para conferir as posições do grupo.

Diante da nova onda grevista de 1980 e dos organismos independentes criados pelos trabalhadores em meio a ela, o CI-QI seguiu defendendo a linha de que apenas uma revolução política poderia produzir uma democracia proletária no país e que, para tal, era necessária a formação de uma liderança revolucionária, na forma de um partido trotskista. Nesse sentido, no editorial da revista da organização publicada em janeiro de 1982 (após um hiato de mais de 2 anos, ao qual se seguiu outro, de mais de três), teceu duras críticas ao SWP dos EUA e ao que considera como linha “pablista” da QI (SU), por apostar na possibilidade de uma reforma do PC polonês para este conduzir uma reforma gradual do regime stalinista (essa era alinha explícita do SWP, porém não era a linha majoritária da QI (SU)).

Para o CI-QI, tal PC era um mero instrumento da burocracia e tal burocracia, por sua vez, estaria atuando como instrumento da restauração capitalista, através do endividamento com bancos ocidentais. A organização, portanto, enxergava um grande risco restauracionista vindo da burocracia, e encarava que os bancos credores e setores imperialistas (como Alexander Haig, Secretário de Estado de Reagan) almejavam uma intervenção da URSS para impedir que os trabalhadores tomassem o poder e, assim, não colocassem a dívida polonesa em risco. Como visto, todavia, a administração Reagan não

⁶³⁴ Cf. FULL support for Polish workers. *Fourth International* [CI-QI] v. 7, n. 1, p. 32, Winter 1970-71.

desejava uma intervenção da URSS, havendo inclusive um debate sobre se ela teria aceitado tacitamente a Lei Marcial como um “mal menor”, e apostava suas fichas não em Jaruzelski, mas no Solidarnosc, em sua estratégia de desestabilização e restauração a longo prazo.

Em relação ao Solidarnosc, o CI-QI declarou “apoio” e “defesa” à organização, mas levantou a necessidade de “um programa independente para levar a classe trabalhadora ao poder” e de um “partido revolucionário” para conduzir tal luta, vendo no Solidarnosc uma organização estritamente sindical. Apesar de criticar o SWP dos EUA por apoiar acriticamente a liderança do Solidarnosc, tal editorial apenas a criticou por ser “espontânea” e não ser um “substituto ao quadro leninista”, chegando a elogiar Walesa por sua “coragem” e “genuíno contato com as massas”.⁶³⁵

Um artigo mais detalhado, escrito por “Mike Banda” (Michael Van Der Poorten, dirigente do WRP britânico), e publicado na mesma revista, caracterizou o movimento grevista de 1980 como a “instituição de duplo poder, desafiando as fundações do regime burocrático”, apontando que “o comitê de greve de Gdańsk assumiu, por certo período, o papel de um *soviet*”. Ainda que reconhecendo a poderosa influência (“dominação”) da Igreja Católica sobre o movimento, Banda destacou que o Solidarnosc dele surgido defendia a “propriedade nacionalizada e a economia planejada” – afirmação que, como visto, não procede.⁶³⁶

A mesma revista contém ainda o rascunho das teses para o 9º Congresso do CI-QI, realizado em 1982, em que consta mais uma vez uma avaliação positiva da liderança do Solidarnosc, tida como “dinâmica e representativa”. Em tal documento, a organização encarava, ademais, que o surgimento do Solidarnosc representou um “golpe devastador no stalinismo” e “o verdadeiro começo da revolução política”, que teria

⁶³⁵ Cf. EDITORIAL. Victory to the Political Revolution in Poland! *Fourth International* [CI-QI] v. 12, n. 1, p. 3-7, January 1982. “Lech Walesa, for all his courage and his genuine contact with the masses [...], is not a substitute for a Leninist cadre.” (p. 5); “The Trotskyist movement supports and defends Solidarity. We defend every one of the gains made by the working class against Stalinism. At the same time we advance an independent program to lead the working class to power. The issue is the construction of the revolutionary party to overthrow the bureaucracy.” (p. 7).

⁶³⁶ Cf. BANDA, Mike [Michael Van Der Poorten]. Poland: On the Road to Political Revolution. *Fourth International* [CI-QI] v. 12, n. 1, p. 29-32, January 1982. “What emerged in those fateful weeks was not just a new trade union movement which would reform the trade union and wage structures of Poland, but an institution of dual power challenging the foundations of bureaucratic rule and the legitimacy of the Stalinist government and party as the sole authority with the exclusive power of distributing the surplus social product. Many observers noted that the Gdansk strike committee had assumed the role of a Soviet for a period.” (p. 30); “[Solidarity] found itself diametrically opposed to the Polish Communist Party on all major questions, while at the same time correctly defending the nationalized property and planned economy.” (p. 31).

alcance internacional. E reafirmava a necessidade de uma revolução política, entendida enquanto a tomada do poder pela classe trabalhadora através de *soviets* liderados por um partido trotskista, encarando que o Solidariedade e sua liderança não eram instrumentos adequado para tal, por possuírem um caráter sindical e, portanto, limitado.⁶³⁷

Os materiais abordados provavelmente foram escritos antes da Lei Marcial de 13 de dezembro de 1981, uma vez que nem ela nem a consequente supressão do Solidariedade são mencionados. Houve um hiato de mais de três anos até a publicação de outra edição da revista do CI-QI, já em um contexto de crise da organização, a partir da explosão da sua seção britânica, em 1985.

Não obstante, no editorial da edição de dezembro de 1981 da revista do WRP inglês, *Labour Review*, nomeado “Total apoio ao Solidariedade”, a então seção principal do CI-QI condenou a implementação da Lei Marcial como um “golpe” e a instauração do que caracterizaram de “ditadura militar”. Em resposta, defendeu a libertação dos presos políticos e a queda do “stalinismo contrarrevolucionário”. Para o WRP, havia uma revolução política em curso, porém desprovida do “elemento subjetivo” necessário à sua vitória, isto é, o partido marxista.

Conforme expresso em tal editorial, para a organização, o recrudescimento do regime polonês era mais uma prova de que o stalinismo não poderia ser reformado, ou autorreformado, pois a burocracia não poderia admitir compartilhar seu poder com uma organização de massas. Apenas a “derrubada organizada da burocracia pela classe trabalhadora organizada”, ou seja, revolução política no sentido original, poderia substituir o stalinismo.

Isso estaria, inclusive, provado historicamente pelas diferentes combinações de regime (ditaduras da burocracia mais ou menos brandas) tentadas na Polônia desde os anos 1950 e pelo fato de que a burocracia, sem ter outra opção para as crescentes dificuldades econômicas que não envolvessem sua perda de poder e privilégios, passou a se voltar cada vez mais para as potências imperialistas em busca de acordos financeiros para sustentar as crescentes importações de bens industrializados e comida e ter

⁶³⁷ Cf. BUILD the World Party of Socialist Revolution. Draft Resolution on Tasks and Perspectives for the 9th Congress of the International Committee of the Fourth International. *Fourth International* [CI-QI] v. 12, n. 1, p. 9-19, January 1982. “The upsurge of the Polish masses, who repudiated the official bureaucratically-run trade unions and organized the 10 million-strong ‘Solidarity’ movement in a matter of weeks, is a devastating blow to Stalinism. It is the real beginning of the political revolution that will destroy the parasitic bureaucracies throughout Eastern Europe, in China and the Soviet Union.” (p. 9-10).

recrudescido o regime para assegurar que a classe trabalhadora pagasse por tais empréstimos através da austeridade econômica.⁶³⁸

No número seguinte de *Labour Review*, que foi publicado apenas em maio de 1982, um artigo do dirigente do WRP, Cliff Slaughter, reafirmou tais posições, a partir de uma dura polêmica contra o SWP britânico (“cliffistas”) e sua caracterização da Polônia e demais países do “bloco soviético” como formações sociais de tipo “capitalismo de Estado”.⁶³⁹

É provável que o WRP britânico e a WL estadunidense tenham feito uma cobertura e análise mais detalhada em seus materiais nacionais dos eventos poloneses de 1981-85, mas isso não pôde ser averiguado por nós.

3.2. Quarta Internacional (Secretariado Unificado) – QI (SU) (“mandelismo”)

Os materiais produzidos pela QI (SU) sobre os eventos poloneses dos anos 1970-80 são muito mais abundantes, tanto em termos de análises da situação no país, quanto reprodução de documentos de diferentes setores da oposição polonesa e chamados por solidariedade internacionalista com esta e com os presos políticos locais.

No que tange à onda grevista de 1970, a organização viu nelas uma rebelião proletária que começou por demandas econômicas e logo assumiu outras de caráter político, com os comitês de greve assumindo caráter de *soviets*. Mas não delineou um programa de ação. Não obstante, já tendo publicado materiais e estabelecido contato com Kuroń e Modzelewski em anos anteriores, ressaltou a relevância da sua “Carta Aberta” de 1965 como o “primeiro programa anti-burocrático” desde o desaparecimento da Oposição de Esquerda, capaz de explicar a situação polonesa e lhe dar solução, de certa forma reivindicando seu programa revolucionário – sendo que, àquela altura, tal programa havia sido abandonado por Kuroń.⁶⁴⁰

Em relação às greves de 1976, a organização destacou a tenacidade da classe trabalhadora polonesa, que embarcava na sua terceira demonstração de força em 20 anos, e encarou que ela possuía o nível mais elevado de consciência de classe no “bloco soviético”, ressaltando ainda a ausência de palavras de ordem anticomunistas. Também chamou atenção para a impossibilidade de a burocracia conseguir acalmar os ânimos do

⁶³⁸ Cf. EDITORIAL. Full support for Solidarity! *Labour Review* v. 5, n. 7, p. 385-390, December 1981.

⁶³⁹ Cf. SLAUGHTER, Cliff. In Defence of Solidarity. *Labour Review* v. 6, n. 1, 54-58, May 1982.

⁶⁴⁰ Cf. NOTES éditoriales. Ouvriers et bureaucrates face à face en Pologne. *Quatrième Internationale*, n. 47, année 29^e (n. 129 do total), p. 9-11, janvier 1971; EDITORIAL. Les grèves de Pologne. *Quatrième Internationale*, n. 48, année 29^e (n. 130 do total), p. 1-5, mars 1971.

proletariado e fornecer concessões materiais no mesmo patamar que em 1970, bem como para o retorno à cena da intelectualidade oposicionista e sua ligação com os trabalhadores. Encarando que a Polônia era o “elo frágil” dos regimes burocráticos do “bloco soviético”, vaticinou que o país se encontrava às vésperas de “grandes mudanças”, como fruto da “profunda crise” dos regimes burocráticos. Todavia, mais uma vez não delineou um programa de ação.⁶⁴¹

Apesar de ter publicado os materiais de fundação do KOR, a QI (SU) não buscou caracterizá-lo de imediato.⁶⁴² Não obstante, no ano seguinte, em um artigo de análise de diferentes materiais da oposição intelectual – que incluía o KOR –, escrito em 20 de maio, tal oposição foi caracterizada como “reformista”, por almejar mudanças graduais no regime, algo tido como consequência do risco de intervenção da URSS e do resultado trágico das experiências anteriores de luta contra o stalinismo. Também foi ressaltada sua “confusão ideológica”, dado que nem sempre havia uma defesa clara do socialismo, havia um forte teor nacionalista, posições favoráveis à Igreja Católica, ausência de uma defesa clara da propriedade socializada e da economia planejada, dentre outros elementos.⁶⁴³

Quando das greves de 1980, em um editorial de *Inprecor* de setembro, a QI (SU) encarou que tais eventos consistiam nos “pródromos” de uma revolução política. Mais uma vez, chamou atenção para a existência de uma “confusão ideológica e política”, considerada “enorme”, ressaltando que não havia uma orientação socialista de parte dos grevistas, apesar de não terem se voltado contra a propriedade socializada. Avaliando os acordos de agosto, caracterizou os líderes do MKS, em especial aqueles ligados à Igreja Católica e ao KOR, como “moderados”, por terem aceitado restringir a nova organização sindical a questões econômicas (algo considerado impossível de ser cumprido, devido à socialização da economia). E alertou ainda que a burocracia iria reagir cedo ou tarde, para recuperar o terreno perdido com a concessão de existência ao Solidarnosc.

Desses elementos, a QI (SU) concluía que havia uma falta de maturidade do “fator subjetivo” e que era necessária uma “direção revolucionária consciente das tarefas” da

⁶⁴¹ Cf. EDITORIAL. Pologne - La classe ouvrière dit non! *Inprecor - correspondance de presse internationale*, n. 55, p. 32 e 31, 8 juillet 1976; DUPIN, F. *Inprecor - international press correspondence*, n. 56, p. 26-28, 22 July 1976. *Inprecor* em inglês, publicado na Inglaterra, era uma cópia fiel da versão em francês, inclusive seguindo a mesma numeração. Ela foi utilizada nos casos em que não foi possível obter a versão em francês do periódico.

⁶⁴² Cf. *Inprecor - international press correspondence*, n. 60, 21 October 1976.

⁶⁴³ Cf. DUPIN, A. Pologne - Situation et courants de l'opposition [20/5/1977]. *Inprecor - correspondance de presse internationale*, n. 8 (nouvelle série), p. 22-29, 9 juin 1977. Muito provavelmente se trata do mesmo “F. Dupin” da edição n. 56 em inglês. Não foi possível averiguar qual seria a grafia correta.

revolução política para que ela pudesse ocorrer. E afirmava que a ditadura burocrática não poderia ser “abolida gradualmente”, e que não havia “democracia socialista parcial”. “Revolução política”, aqui, era utilizada no seu sentido original, da tomada do poder por “conselhos de trabalhadores e populares democraticamente eleitos, com pluralidade de partidos políticos representados no seio desses conselhos e gozo de liberdades democráticas plenas”.⁶⁴⁴

Tratava-se, portanto, de uma posição que destoava daquela adotada pela organização diante da maior parte das revoltas contra a ditadura da burocracia ocorridas nas décadas anteriores, que preconizava uma autorreforma gradual da burocracia através da reforma do PC, com os trotskistas atuando enquanto sua “ala esquerda” e consistindo basicamente em um grupo de pressão.

Essa última posição voltou a ser defendida em um artigo de meados de 1981, escrito por Oliver MacDonald, membro da seção britânica e editor de *Labour Focus on Eastern Europe*, e de conteúdo extremamente contraditório. Nele, MacDonald afirmou que não há possibilidade de reformar gradualmente o regime através de uma pressão das massas (como defendia a estratégia de “revolução evolucionista” e “revolução autolimitada”), pois tal pressão geraria uma crise imediata, já que, no fundo, colocaria em pauta a questão do poder político, ameaçando a burocracia. Nesse sentido, também criticou setores da *intelligentsia* que vinham atuando como conselheiros do Solidariedade e que não almejavam um enfrentamento com o regime para mudá-lo radicalmente, se contentando com concessões e evitando ações de massas, buscando a conciliação e se aliando à Igreja Católica. Apesar de não nomear os alvos da crítica, eram certamente os líderes do KOR.

Todavia, no mesmo artigo, MacDonald se contradiz, ao buscar detalhar sua noção de revolução política, que estava mais próxima daquela defendida pela QI-SI em relação aos eventos analisados na Parte II desta tese. Para ele, a revolução política não necessitaria de uma insurreição proletária, nem de um confronto armado com o aparato repressivo, pois, diante de um movimento proletário nacional, a burocracia se veria paralisada e sem legitimidade. Assim, o uso da repressão contra as massas seria “suicida”, sendo possível apenas uma intervenção estrangeira. Tratava-se exatamente do argumento utilizado para defender a estratégia gradualista anos antes.

⁶⁴⁴ Cf. EDITORIAL. L’explosion polonaise et ses landemains [10/09/1980]. *Quatrième Internationale*, n. 2, année 39^e, 3^e série (n. 151 do total), p. 3-9, octobre-novembre-décembre 1980.

Ademais, segundo MacDonal, a história do “bloco soviético” mostrava que há duas “fases claras” no “desenvolvimento” da revolução política: primeiro, a formação de um movimento de massas de extensão nacional; depois, o estabelecimento de “novas instituições do Estado operário”, que a burocracia da URSS é capazes de aceitar, ao menos temporariamente. Na Polônia já existiria um grande avanço organizativo, ainda que permeado por muitos problemas políticos, conforme a aceitação da cláusula sobre o “papel dirigente do PC” nos acordos de agosto, após manobras no comitê de greve que excluíram delgados mais radicais. O próximo passo seria a imposição, pela classe trabalhadora, de um “plano nacional” para decidir os rumos do país e enfrentar a crise econômica.

Tal plano não seria encabeçado pelos elementos considerados “reformistas”, como Michnik, que acreditavam na possibilidade de convivência com a burocracia, nem pelos setores católicos, e sim pelas correntes socialistas no seio do Solidariedade (supostamente muitas), principalmente os “marxistas revolucionários”, que deveriam lutar pela hegemonia da organização. Essas correntes deveriam ainda formar uma “força nacional” no seio do Solidariedade, com um programa de “transição para a democracia socialista”. Ao mesmo tempo, seria necessário lutar no interior do PC por um “apoio incondicional” às demandas do Solidariedade.⁶⁴⁵

Vê-se, assim, que também havia muita “confusão” da parte da QI (SU) sobre qual estratégia seria adequada para a Polônia, já que, nas formulações desta organização, acabavam se mesclando elementos da estratégia original de revolução política (levante revolucionário liderado por um partido marxista) com outras da estratégia de autorreforma do PC e da burocracia formulada nos anos 1950 – ou, mais propriamente, da estratégia desenvolvida pela oposição polonesa, de evitar um enfrentamento direto pelo poder (“revolução autolimitadora”). Cabe destacar que essa ausência de uma estratégia clara para a conquista de um “autogoverno” da classe trabalhadora já havia aparecido nas posições da QI (SU) em relação à “Primavera de Praga” (1968).

No que tangia ao programa do Solidariedade, a avaliação da QI (SU) também era marcada por contradições. Ao mesmo tempo, essa organização afirmava que o programa do Solidariedade era “claramente a favor da manutenção da propriedade coletiva dos meios de produção, de todas as bases do sistema econômico em vigor no país” (conforme

⁶⁴⁵ Cf. MACDONALD, Oliver. Pologne: regards sur la révolution politique. *Quatrième Internationale* 39e année, 3e série, n. 5 (n.154 do total), p. 49-57, juillet-août-septembre 1981.

uma resolução de abril de 1981) e, no entanto, alertava (no primeiro número de *Inprekor*) para os riscos da sua proposta de autonomia total para as empresas e estabelecimento de relações de mercado.⁶⁴⁶

Em meados de 1981, com o surgimento do movimento por autogestão das empresas e a resolução do Congresso do Solidariedade por uma “República Autogerida”, a QI (SU) encarou, em uma resolução de 7 de outubro, que havia uma situação de dualidade de poderes no país, como parte de uma revolução política em curso. Ademais, encarou que tal Congresso teria representado uma virada política, contra os desejos da liderança de conciliação com a burocracia, e que ele teria sido uma “assembleia do poder proletário embrionário” que vinha ganhando força.⁶⁴⁷ Vale destacar que a resolução afirmava que o Congresso teve um caráter profundamente democrático, o que contradiz o relato de Jacqueline “Allio” (Heinen), que destacou desvios anti-democráticos no evento.⁶⁴⁸

Ao analisar o que seriam três projetos distintos de autogestão – do regime, dos trabalhadores e dos “especialistas moderados do Solidariedade e dos economistas ‘independentes’” – tal resolução caracterizou esse último como “expressão dos interesses da camada de gestores no seio da burocracia”, o descrevendo como um falso projeto de autogestão, focado em “autonomia financeira e decisória das empresas”, com uma extensão dos poderes dos diretores e “um recurso bastante estendido aos mecanismos de mercado, em oposição às necessidades de uma economia verdadeiramente planificada e àquelas dos trabalhadores”. Encarava que tal projeto submeteria os trabalhadores às leis do mercado, causando aumento da desigualdade social e do desemprego. Apesar de ter sido esse o projeto hegemônico no Congresso do Solidariedade, a QI (SU) não deu muita atenção a isso em seus relatos e análises do evento.⁶⁴⁹

⁶⁴⁶ Cf. DEFENSE de la révolution politique en Pologne, En. Résolution du Secretariat unifiée de la Quatrième Internationale [3/04/81]. *Inprekor - Intercontinental Press* n. 100, p. 16-17, 27 avril 1981. “Le syndicat indépendant autogéré, ainsi que ses membres, se sont clairement prononcés en faveur du maintien de la propriété collective des moyens de production, de toutes les bases du système économique en vigueur dans le pays.” (p. 16). INPREKOR en polonais. *Inprekor - Intercontinental Press* n. 110, p. 12, 12 octobre 1981.

⁶⁴⁷ Cf. SECRÉTARIAT unifiée de la IVe Internationale. Les conseils de travailleurs et l’autogestion [7/10/81]. *Inprekor - Intercontinental Press* n. 111, p. 3-6, 26 octobre 1981.

⁶⁴⁸ Cf. ALLIO, Jacqueline. Après la seconde session du I^{er} Congrès National de Solidarité. Reportage de Pologne [15/10/81]. *Inprekor - Intercontinental Press* n. 111, p. 6-7, 26 octobre 1981.

⁶⁴⁹ “Le projet des experts modérés de Solidarité et d’économistes ‘indépendants’, expression des intérêts de la couche des *managers* au sein de la bureaucratie. C’est un projet dit d’autogestion, s’appuyant avant tout sur l’autonomie financière et de décision des entreprises. Il implique des pouvoirs étendus pour les *directeurs* de celles-ci, ainsi qu’un recours très étendu aux mécanismes du marché, en opposition avec les

O projeto que a QI (SU) encarava como mais adequado para “os interesses da classe trabalhadora” e os “objetivos da revolução política” seria o de eleições livres para todos os “organismos de autogestão” e de criação de uma segunda câmara no *Sejm*, composta de representantes de tais organismos, a qual permitiria “criar e centralizar os órgãos de dualidade de poderes já existentes”, como também que as massas trabalhadoras fizessem uma “experiência inicial do que é um verdadeiro poder proletário”, dado que tal segunda câmara mostraria o peso do proletariado e reduziria “em boa parte” o papel da primeira. Para a QI (SU), esta seria uma forma de evitar que a burocracia manobrasse para um grande acordo de reconciliação. Aqui se vê, novamente, o abandono do elemento de confronto pelo poder, central à revolução política conforme originalmente concebida.⁶⁵⁰

Contraditoriamente, na mesma resolução, a QI (SU) caracterizou o PC como o “partido da burocracia” e encarou que a “renovação” de Kania era meramente uma tática para ganhar tempo, pois o objetivo da burocracia era realizar um “golpe contrarrevolucionário”, que não envolvesse tropas estrangeiras, para que a questão nacional não fortalecesse a resistência. Poucos meses depois essa análise se mostrou correta.

A avaliação da QI (SU) acerca do I Congresso foi apresentada através do relato de Allio / Heinen, que esteve presente no evento, e enfatizou a moderação extrema do grupo de Walesa e a existência de setores de direita. Ela caracterizou o programa geral adotado como “desigual”, marcado por trechos “vagos” e até “incompreensíveis”, fruto dos muitos acordos envolvidos entre as diferentes tendências. Seu relato ignorou o programa econômico pró-mercado adotado e focou nas propostas de autogestão.⁶⁵¹ Havia uma clara secundarização da avaliação das propostas pró-mercado do Solidariedade, por mais que a QI (SU) estivesse a par delas e delas discordasse, vendo-as como um risco.

besoins d’une économie véritablement planifiée et ceux des travailleurs, sur le plan social comme sur celui de la gestión.” (p. 4).

⁶⁵⁰ “Le projet le plus conforme aux intérêts de la classe ouvrière et à la réalisation des buts de la révolution politique, c’est, à l’étape actuelle, celui de l’élection libre, avec multiplicité de listes de candidats par tous les organismes d’autogestion, d’une deuxième Chambre de la Diète, *la Chambre des conseils de travailleurs et des autres organes d’autogestion* (territoriaux, etc.). Ce projet permettrait non seulement de créer et de centraliser les organes de dualité de pouvoir déjà existants, mais encore de faire faire aux masses laborieuses l’expérience initiale de ce qu’est un véritable pouvoir des travailleurs. Dans ces conditions, très rapidement, la première Chambre de la Diète verrait ses compétences réduites à la portion congrue. Dans la Pologne d’aujourd’hui, le poids de la classe ouvrière resterait largement majoritaire dans cette deuxième Chambre.” (*Ibid.*, p. 4-5).

⁶⁵¹ Cf. ALLIO, Jacqueline. *Op. cit.*

Em outro artigo de Allio / Heinen, avaliando a situação do país nos meses após o Congresso, ela apresentou ainda outra variante da estratégia concebida pela QI (SU). Para ela, o movimento por autogestão deveria impulsionar um congresso nacional de delegados eleitos nas bases dos diferentes organismos, como forma de pôr de pé um poder proletário capaz de consolidar o processo de “revolução política”, substituindo o regime da ditadura burocrática.⁶⁵² É perceptível como que, a partir de meados de 1981, a QI (SU) passou a apostar mais nos órgãos de autogestão que estavam surgindo e menos no Solidariedade como instrumentos da mudança de regime.

A QI (SU) se posicionou logo no dia seguinte à aplicação da Lei Marcial (13 de dezembro), em editorial de *Inprecor*, levantando a linha de “Tirem as mãos dos trabalhadores poloneses!”, “Solidariedade com o Solidariedade!”, “Liberdade para todos os militantes presos!” e “Apoio à resistência dos trabalhadores poloneses!”. Ela também realizou, através de suas seções, ações de solidariedade internacional nos dias 13 e 14 em vários países da Europa. Alguns dias depois (17 de dezembro), publicou uma declaração onde levantava a linha de oposição a boicotes dos países imperialistas à Polônia e URSS, além de reforçar as demandas mencionadas. Passadas algumas semanas, uma resolução de conteúdo similar foi adotada.⁶⁵³

Ao longo de 1982, outras declarações e resoluções foram adotadas pela organização, realizando um balanço da experiência polonesa. Interessantemente, apesar da própria QI (SU) não ter elaborado uma estratégia clara de enfrentamento pelo poder, optando por uma mescla de auto-organização por baixo (conselhos de autogestão) com medidas institucionais (criação de uma segunda Câmara parlamentar), ela criticou a liderança do Solidariedade por não o fazer, em um editorial de *Quatrième Internationale* de 5 de março, sobre as “Lições da Polônia”.

Para a organização, a “autorreforma da burocracia” teria se comprovado “uma utopia e uma ilusão” e a “falha principal” do Solidariedade teria sido não ter colocado “de maneira clara, limpa e explícita a questão do exercício do poder”, nem ter apresentado os “meios organizativos, institucionais e ideológicos para sua resolução”. Marcada por

⁶⁵² Cf. ALLIO, Jacqueline. Face à la paralysie du pouvoir et devant la combativité ouvrière, quelles perspectives pour Solidarité? *Inprecor - Intercontinental Press* n. 112, p. 4-8, 9 novembre 1981.

⁶⁵³ Cf. EDITORIAL. Pologne: la contre-révolution bureaucratique [14/12/81]. *Inprecor - Intercontinental Press* n. 115, p. 3-4 21 décembre 1981; SOLIDARITÉ avec les travailleurs polnais! Déclaration du Secrétariat unifié (SU) de la IVe Internationale [17/12/81]. *Inprecor. Intercontinental Press* n. 116, p. 3-6, 21 janvier 1982; RÉVOLUTION et contre-révolution politiques en Pologne. Résolution adoptée par le Secrétariat unifié (SU) de la IVe Internationale [08/01/82]. *Inprecor. Intercontinental Press* n. 117, p. 3-13, 25 janvier 1982.

“hesitações, atrasos de consciência e ilusões reformistas”, a liderança do Solidariedade teria apresentando um “excesso de generosidade e de credulidade na boa fé do adversário”. Contra a noção de “revolução autolimitadora”, a QI (SU) argumentou que a burocracia jamais poderia tolerar um sindicato independente e que, portanto, seria inevitável um enfrentamento.

Interessantemente, o mesmo editorial afirmava, rebatendo argumentos provavelmente provenientes de grupos stalinistas, que uma tomada do poder pelo Solidariedade não levaria à passagem de poder para a burguesia, e sim que a “revolução política” significaria o “exercício do poder político pelo proletariado”. Apesar de não ter traçado uma estratégia de “todo poder ao Solidariedade”, aqui fica claro que a QI (SU) igualava “revolução política” à conquista do poder pela organização.⁶⁵⁴

Em 27 de maio de 1982, a QI (SU) adotou uma resolução sobre a “Revolução e contrarrevolução na Polônia”, que foi mais tarde adotada também Congresso Mundial de 1985, com a adição de uma seção sobre a resiliência da resistência.⁶⁵⁵ Nela, mais uma vez foi reafirmada a avaliação de que a experiência polonesa havia sido a mais avançada até então, em função de elementos como seu caráter marcadamente proletário, amplitude e surgimento de órgãos de autogestão nas empresas.

Tal qual no editorial de março, a liderança do Solidariedade foi criticada por não ter elaborado uma estratégia para tomar o poder e por sua estratégia de “autolimitação”, que via na burocracia da URSS, e não na polonesa (considerada fraca e dividida), a principal inimiga. A QI (SU) conclui que a necessidade de um “partido revolucionário de vanguarda” teria sido demonstrada pelos eventos “de maneira muito concreta e clara”, apesar dessa “necessidade” praticamente não ter sido abordado ao longo de 1980-81 nos muitos materiais produzidos pela organização.

Novamente, foi reconhecida a existência de um programa pró-mercado, considerado advindo de uma “ala tecnocrática no seio do movimento pela autogestão”, mas afirma que a ela os trabalhadores teriam oposto “um comportamento elementar de

⁶⁵⁴ Cf. EDITORIAL. Leçons de Pologne [05/03/82]. *Quatrième Internationale* 40^e année, 3^e série, n. 8 (n. 157 do total), p. 3-10, avril-mai-juin 1982. “La faiblesse principale a été au contraire celle de ne pas avoir posé clairement, nettement et de manière explicite la question de l’exercice du pouvoir, de ne pas s’être donné les moyens organisationnels, institutionnels et idéologiques pour la résoudre.” (p. 4); “ce n’est pas d’un excès de radicalisme, c’est d’un excès de générosité et de crédulité dans la bonne foi de l’adversaire.” (p. 5); “La désynchronisation entre le mouvement de centralisation du contre-pouvoir ouvrier et la préparation de la contre-révolution politique de la bureaucratie [...] est aussi le produit des hésitations, des retards de la conscience, des illusions réformistes au sein de la direction de Solidarnosc elle-même.” (p. 10).

⁶⁵⁵ Cf. *Quatrième Internationale* n. spécial 17-18, p. 50-73, septembre 1985.

classe” – respectivamente, a “cooperação dos produtores” e a “cooperação dos conselhos operários de empresas através de um Plano elaborado e adotado democraticamente” – e se baseavam na “propriedade social”, alicerçada na noção de autogestão. Portanto, a QI (SU) seguia secundarizando, ou mesmo omitindo, o fato de que o programa pró-mercado havia sido adotado pelo Congresso do Solidariedade e era parte central da estratégia da organização.

A resolução conclui defendendo uma mobilização internacional de solidariedade pela soltura dos presos políticos, a restituição dos direitos do Solidariedade e as demais demandas que já haviam sido apresentadas em outros materiais. Novamente argumentou contra um boicote internacional à Polônia e URSS, por encarar que seria algo benéfico apenas para os grandes banqueiros e para a política de Reagan.⁶⁵⁶ Conforme mencionado, ao longo dos anos seguintes, a QI (SU) estreitou laços com setores da oposição polonesa, chegando a ter um grupo no país em 1985-86.

3.3. SWP dos EUA (no interior da QI (SU))

Vale ressaltar que, se a liderança da QI (SU) apresentava uma estratégia um tanto quanto confusa para a luta contra o stalinismo polonês, o SWP dos EUA, formalmente parte desta organização internacional, apresentou uma linha bastante clara: a de acumular reformas graduais e mudar o PC por dentro para alterar o regime burocrático. Para tal organização, uma “revolução política e social” havia se iniciado em agosto de 1980 e ela possuía uma liderança adequada – aquela do Solidariedade, elogiada sem nenhuma crítica, tida como “proletária” e “extremamente capaz”. Para o SWP, tanto o Solidariedade quanto sua liderança mereciam “total solidariedade” dos trabalhadores do mundo.

Ao levantar a questão “O regime polonês pode ser reformado?”, o SWP não respondeu de forma direta, entrando em um debate (a partir de citações antigas de Joseph Hansen, de 1958) de que uma revolução seria o fruto do acúmulo de reformas “culminando na transferência do poder para os trabalhadores”. Nesse sentido, encarava como tarefa central do processo em curso “substituir a estrutura burocratizada por uma que permitirá [aos trabalhadores] exercer controle direto” do governo. A ausência de um chamado à tomada do poder pelo Solidariedade deixa claro que se tratava de algo a ser

⁶⁵⁶ Cf. RÉVOLUTION politique et contre-révolution en Pologne. Résolution du Comité exécutif international (CEI) de la IVe Internationale [27/05/82]. *Inprecor - Intercontinental Press* n. 130, p. 15-30, 12 juillet 1982.

atingido gradualmente. Ademais, apesar de declarar que não se deveria ter a “menor confiança” na burocracia, o SWP contava com a possibilidade de uma reforma do PC polonês desde baixo, conforme fica claro em outros artigos da organização.⁶⁵⁷

Em um artigo de Ernest Harsch publicado em abril de 1981, a força dos “horizontalistas”, ao terem imposto eleições secretas para os delegados do congresso do PC que ocorreu em julho, foi comemorada e o autor levantou a possibilidade da “liderança burocrática” ser “varrida” do comando do partido, abrindo um “novo estágio” na “revolução polonesa”. Em outro artigo do mesmo autor, publicado em maio do mesmo ano, ele afirmou que as bases do PC estavam atuando para sua transformação em um “partido revolucionário dos trabalhadores, baseado em princípios marxistas autênticos”.⁶⁵⁸

Vê-se, portanto, que o SWP por mais que mantivesse a reivindicação de uma “revolução política” (exceto para o caso cubano, inclusive contrastado com o regime polonês como um exemplo positivo), havia alterado seu conteúdo para algo bastante próximo daquele desenvolvido pelo Secretariado Internacional nos anos 1950-60, que havia sido duramente criticado pelo próprio SWP à época. Isto é, um processo de acúmulo gradual de conquistas, sem prioridade para a questão da tomada do poder e sem centralidade para um sujeito político marxista, que poderia ser substituído tanto pela liderança do Solidariedade, quanto pelo setor “horizontalista” do PC.

Ironicamente, diante dessas avaliações do SWP, vale lembrar da crítica realizada pela liderança de tal organização, em 1953, à então liderança majoritária da Quarta Internacional, diante das perspectivas por esta defendidas no contexto da morte de Stalin e da revolta proletária na Alemanha Oriental. Para o SWP de então, o “revisionismo pablista” estaria operando uma “reavaliação da natureza da burocracia stalinsita e do tipo de ação que os trabalhadores devem adotar para derrubá-la”⁶⁵⁹ – algo que se aplica bem ao SWP do começo dos anos 1980.

⁶⁵⁷ Cf. FRANKEL, David. The Polish revolution - how it developed, where it is going. *Intercontinental Press* v. 19, n. 14, p. 378-382, April 20, 1981. “It is much closer to reality to view the program of political revolution as the total series of reforms, gained through militant struggle, culminating in the transfer of power to the workers” (Joseph Hansen, *apud* p. 379); “To break out of this, the workers have to do with the government what they have done with the trade unions – replace the bureaucratized structure with one that will enable them to exert direct control.” (p. 380).

⁶⁵⁸ Cf. HARSCH, Ernest. Polish farmers secure union rights. *Intercontinental Press*, v. 19, n. 15, p. 424, April 27 1981; HARSCH, Ernest. Ranks of Polish Communist Party demand reforms. *Intercontinental Press*, v. 19, n. 18, p. 522-525, May 18 1981.

⁶⁵⁹ AGAINST Pabloite Revisionism, *op. cit.*, [s.p.].

3.4. Comitê Paritário / Quarta Internacional (Comitê Internacional) – QI-CI

Não foi possível acessar materiais da “morenista” “Fração Bolchevique” nem do CORQI “lambertista”, mas, ao somarem forças na forma do “Comitê Paritário”, posteriormente renomeado “Quarta Internacional – Comitê Internacional” (QI-CI), tais correntes do trotskismo internacional publicaram em seus periódicos internacionais algumas análises e posicionamentos sobre o que se passava na Polônia.

Apesar do assunto não ter sido mencionado no “Projeto de teses” apresentando a “Conferência Mundial Aberta”, que lançou a QI-CI (dezembro de 1980), vale destacar que a Tese XXVII afirmava a validade da estratégia de “revolução política” conforme concebida no “Programa de Transição” (1938), detalhando que uma revolução política se inicia com uma luta “operária e popular” pela conquista de “democracia em geral”, que avança através da construção de órgãos de autogestão e autogoverno e, que, para triunfar, “necessitará de um partido revolucionário”, um “partido trotskista com alguma força”. Daí, tais teses concluem que seria imprescindível que a “Quarta Internacional” (a ser “reconstruída” pela QI-CI) formasse seções nacionais no interior do “bloco soviético”.⁶⁶⁰

Tal “Projeto de teses” foi originalmente escrito por Nahuel Moreno e modificado a partir dos debates junto aos “lambertistas”. Mais tarde, os “morenistas” resgataram o rascunho original de Moreno, e o publicaram com o título “Teses de atualização do Programa de Transição”, o qual constitui um dos documentos centrais dessa corrente, que abordaremos adiante.⁶⁶¹

Especificamente sobre a situação polonesa, em meio aos materiais principais da Conferência, um breve informe menciona a intervenção do representante do “Grupo Polônês IV Internacional” (acerca do qual não conseguimos obter informações), segundo o qual estaria em curso a construção de um “partido socialista dos trabalhadores”, em cujo interior tal Grupo estaria atuando. Muito provavelmente tratava-se do “Partido Polônês Socialista dos Trabalhadores”, fundado em março de 1980 por Edmund Baluka. O informe destacou a “construção do partido da revolução política” seria, naquele momento, a “questão central na Polônia”.⁶⁶²

⁶⁶⁰ Cf. PROYECTO de tesis para la reorganización (reconstrucción) de la IV Internacional. *Correspondencia Internacional*. La Verdad. Suplemento de Teórico de Apoyo, p. 5-71, noviembre 1980. Ver Tese XXVII.

⁶⁶¹ Cf. PRESENTACIÓN. In MORENO, Nahuel. *Actualización del programa de transición*. [Buenos Aires: Centro Internacional del Trotskismo Ortodoxo, 2001].

⁶⁶² Cf. POLONIA. En el Este y en el Oeste, construir el partido. *Panorama Internacional*, v. 5, n. 16, p. 11, febrero 1981.

Alguns meses depois da “Conferência”, um “Projeto de resolução” apresentado pelo órgão dirigente da QI-CI caracterizou que o movimento grevista de agosto de 1980 havia aberto um processo de “revolução política” no país, encarando que tal processo era a “vanguarda da revolução mundial”. Conforme afirmado, “as massas trabalhadoras de todo o país estão inseridas em um movimento revolucionário cujo objetivo é a instauração da democracia, da abolição dos privilégios a fim de assegurar um verdadeiro avanço rumo ao socialismo”.

No que tange à direção do Solidarnosc (Walesa e os “especialistas”), a QI-CI encarava que, ao terem uma linha de reformar o regime burocrático, em aliança com a ala “moderada” da burocracia, assumiam, na prática, uma posição “fura-greve” pró-Jaruzelski, vendo nele a última possibilidade de conciliação. A QI-CI contrapunha a tal linha a impossibilidade de reformar o regime stalinista e destacava a necessidade de formação de um “novo partido”, que cumprisse o papel de sujeito político da revolução política. O documento ressaltava que tal partido não surgiria já como um “partido da Quarta Internacional”, sendo necessário passar por “etapas e formas de organização transitórias”, que deveriam receber o “apoio fraternal” da organização.

Vale destacar também que o documento alertava para uma crescente penetração e pressão imperialista no país, através, especialmente, da dívida externa, das exportações e importações e da dependência técnica, e também para a ação da Igreja Católica como um instrumento político do imperialismo, servindo os dois elementos à restauração capitalista. Não obstante, encarava que, apesar dos interesses contraditórios do imperialismo e da burocracia stalinista, ambos estariam em pleno acordo no tangente à bloquear a revolução que estaria em curso. Não abordava, portanto, os vínculos de Walesa e seus aliados na direção do Solidarnosc com o imperialismo e o Vaticano e os riscos contrarrevolucionários que isso representava.

Apesar das posições “ortodoxas” em relação à definição de revolução política e à defesa da necessidade de construção de um partido marxista, esse documento afirmava que, como forma de encaminhar adequadamente as demandas “nacionais e democráticas”, seria adequado levantar a demanda por uma Assembleia Constituinte, pois, conforme argumenta, devido à expropriação da burguesia e ao caráter das relações de classe dominantes no país, ela teria caráter necessariamente proletário. Tal demanda

deveria ser usada em conjunto com a ferramenta da greve geral (esta, uma “necessidade urgente”).⁶⁶³

Em um “Complemento” a tal projeto de resolução, o qual foi aprovado e publicado junto a ele, Nahuel Moreno defendeu que a Constituinte era uma “tarefa e consigna mediadora” fundamental da “etapa democrática” da revolução política (incluindo aqui outra inovação, a divisão da revolução política em “etapas”, tal qual já fizera em relação à revolução social – isso será melhor detalhado adiante). Segundo o próprio, sem essa demanda “não há possibilidade de fortalecer o poder operário e popular, nem o preparar para derrubar o governo”, tratando-se da “única síntese positiva de Abaixo o regime totalitário e Viva a democracia”.

Mas o foco do “suplemento” de Moreno era dar mais concretude à estratégia revolucionária a ser defendida pela QI-CI. Para ele, dada a ausência de um partido revolucionário no país, um programa de derrubada imediata do governo, ou construção imediata de *soviets*, seria “ultraesquerdista”. O foco, assim, deveria ser desenvolver e consolidar o “poder popular”, considerado, naquele momento, o Solidariedade. Em paralelo, dever-se-ia estender tal poder aos soldados, visando organizar uma dualidade de poderes no interior das forças armadas. E também organizar um “congresso democrático e representativo” do Solidariedade e dos seus equivalentes rural, estudantil e dos soldados (este último, ainda inexistente).⁶⁶⁴

O ponto sobre a demanda da Assembleia Constituinte, naquele momento, parece ter recebido oposição apenas por parte de Stéphane Just, segundo dirigente mais importante da OCI francesa, após Lambert. Ele apresentou uma emenda para suprimi-lo (também publicada junto ao documento principal), mas foi derrotado. Para ele, tratava-se de uma tentativa de “revisar” o “Programa de Transição” no tangente à revolução política, à qual contrapôs a demanda de uma “assembleia nacional” de delegados operários, camponeses e das massas populares, que deveria reivindicar para si “todos os poderes”.⁶⁶⁵

⁶⁶³ PROYECTO de resolución presentado por el CEI al Consejo General de la IV Internacional (Comité Internacional). *Correspondencia Internacional*. Suplemento, p. 4-6, abril de 1981. “Las masas trabajadoras de todo el país, están, por lo tanto, insertas en un movimiento revolucionario cuyo objetivo es la instauración de la democracia, la abolición de los privilegios a fin de asegurar un verdadero avance hacia el socialismo.” (p. 6, Tese 6).

⁶⁶⁴ Cf. MORENO, Nahuel. Complemento al proyecto de resolución sobre Polonia. *Correspondencia Internacional*. Suplemento, p. 7, abril de 1981. “Es la tarea y consigna mediadoras; sin ellas, no hay posibilidad de fortalecer el poder obrero y popular, ni de prepararlo para derribar al gobierno. [...] Asamblea Constituyente es la única síntesis positiva de Abajo el régimen totalitario y Viva la democracia.” (p. 7)

⁶⁶⁵ Cf. ENMIENDA presentada al consejo general por el camarada Stéphane Just. *Correspondencia Internacional*. Suplemento, p. 7, abril de 1981.

A posição de Just consistia, de fato, de uma reivindicação mais “fiel” do programa original da Quarta Internacional sobre a revolução política. Não era verdade que uma Assembleia Constituinte na Polônia teria caráter exclusivamente proletário, pois, conforme visto no Capítulo 3, um dos legados do “outubro polonês” de 1956 foi a concessão de propriedade de terras aos camponeses, de forma que havia, há décadas, uma classe de pequenos proprietários agrícolas no país.

Ademais do caráter policlassista, uma Assembleia Constituinte não equivale a órgãos de autogestão e autogoverno proletários, como comitês e conselhos organizados por empresas e territórios. Ao invés, trata-se de um órgão parlamentar, cuja inclusão na estratégia de revolução política constitui um desvio reformista e democratista em relação a sua versão original.

Desvio esse que também se fazia presente na concepção de estratégia para revolução social da QI-CI, pois, conforme o mencionado “Projeto de teses”, demandas democráticas teriam ganhado grande importância diante de “tendência profundamente totalitárias” que tanto o imperialismo, como a burocracia stalinista, vinha expressando. Assim, a demanda por uma Assembleia Constituinte deveria figurar como um importante aspecto do programa revolucionário, com o fim de estimular uma ampla mobilização social que, a despeito do “caráter intrinsecamente democrático-burguês” da demanda em si, cumpriria um papel positivo de colocar as massas em movimento.⁶⁶⁶

Essa revisão da estratégia da revolução política, com a inserção nela da demanda por uma Assembleia Constituinte, voltou a aparecer entre “lambertistas” e “morenistas” diante dos eventos no bloco soviético na segunda metade dos anos 1980, que serão abordados na Parte IV desta tese.

Voltando à Polônia, em um texto de análise publicado alguns meses depois, de autoria de “Roberto Ramírez”, e focado no congresso do PC polonês, as posições gerais foram reforçadas: o movimento “horizontalista” seria um “reflexo do duplo poder” no interior do “partido da burocracia”, mas seu desejo de reformar e mudar a orientação do PC seria uma “ilusão”, pois entraria em conflito direto com “o regime próprio de um partido stalinista”. Negando a existência de um setor reformador da burocracia, Ramírez afirmou que as alas em disputa na cúpula convergiam no objetivo de liquidar o “poder operário e popular” surgido com o Solidariedade, divergindo apenas quanto à tática para

⁶⁶⁶ Cf. PROYECTO de tesis para la reorganización (reconstrucción) de la IV Internacional, *op. cit.* Ver Tese XXI.

fazê-lo (se gradualmente ou de imediato). Nesse sentido, Kania estaria agindo tal qual Gomulka e Gierek antes dele, buscando ganhar tempo e liquidar gradualmente as concessões obtidas pelo Solidariedade.⁶⁶⁷

Um *box* que acompanha tal artigo afirmava, ainda, que a Igreja Católica desempenhava um papel “contrarrevolucionário” e que Walesa tinha para com ela uma “relação de amor”, com ambos almejando um “co-governo” com a burocracia.⁶⁶⁸

Vê-se, portanto, que, apesar de apresentar, em linhas gerais, uma posição “ortodoxa”, de firme crítica às perspectivas de “reformatar” o regime stalinista e, em contraponto, de aposta em um processo revolucionário protagonizado pelas massas trabalhadoras sob a liderança de um partido marxista, a QI-CI realizou uma peculiar “inovação” à estratégia da revolução política, com a demanda por uma Assembleia Constituinte. Tal inovação consistia em um desvio reformista-democrático, pois concebia como órgãos políticos da revolução não os *soviets* proletários, mas um órgão parlamentar policlassista.

Ademais, bastante crítica ao grupo de Walesa, a organização apresentou uma linha de “disputar” o Solidariedade e utilizá-lo como uma ferramenta auxiliar do processo revolucionário. Cabe ressaltar, porém, que não foram encontradas referências ao programa pró-mercado do Solidariedade, sendo o imperialismo (auxiliado pela Igreja Católica) tido como a única ameaça restauracionista – e, em menor grau, também a própria burocracia, tida como um instrumento do imperialismo no interior do Estado operário deformado.

Ademais, ao que tudo indica, quando da implementação da Lei Marcial, a QI-CI já não mais funcionava, de forma que não encontramos uma posição do órgão – mas sim dos “lambertistas” e “morenistas” em separado, os quais, pouco após, fundaram novas organizações internacionais concorrentes.

3.5. Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional – LIT-CI (“morenismo”)

Em relação aos anos 1980-81, não nos foi possível obter acesso a materiais da principal organização nacional da corrente “morenista” do período, o *Partido Socialista de los Trabajadores* (PST) argentino, então na clandestinidade.

⁶⁶⁷ Cf. RAMÍREZ, Roberto. Polonia. El congreso de la crisis. *Correspondencia Internacional*, v. I, n. 10-11, p. 2-6, agosto-septiembre 1981.

⁶⁶⁸ O *box* se encontra na p. 4. Não está claro se é de autoria de “Ramírez”.

Em um primeiro momento após a dissolução do breve Comitê Paritário / QI-CI e a fundação da “Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional” (LIT-QI), em janeiro de 1981, tal corrente manteve a linha geral da QI-CI.

Em um artigo publicado em dezembro de 1981, de autoria de “Domingo Terrero”, a organização demandou liberdade para os presos políticos, ainda que caracterizando Walesa (e a Igreja Católica) como elementos “contrarrevolucionários”. Do ponto de vista estratégico, foi mantida a demanda de uma Assembleia Constituinte, encarada como a “única solução democrática”. Ela deveria ser organizada por um congresso conjunto do Solidarietà e pelas entidades rurais e estudantis, em paralelo a assegurar a defesa militar contra a burocracia. Portanto, tratava-se da mesma linha apresentada pelo “Projeto de resolução” da QI-CI de alguns meses antes e do “Complemento” de Moreno.⁶⁶⁹

Pouco após a implementação da Lei Marcial na Polônia, ocorreu a Conferência Extraordinária de fundação da LIT-QI, entre os dias 5-11 de janeiro de 1982, em Bogotá. Entre os vários documentos adotados, contudo, não há quase nada sobre Estados operários e revolução política, salvo algumas passagens pontuais em que é reafirmada a adesão da nova organização aos fundamentos originais do trotskismo. Tampouco foram aprovados documentos sobre a situação na Polônia, porém houve um extenso debate oral sobre o tema, e decidiu-se que as seções nacionais da organização deveriam dedicar esforços a uma campanha internacional contra a supressão do Solidarietà.⁶⁷⁰

Cabe mencionar que, nas “Teses de Fundação” da LIT-QI, escritas por Moreno, afirma-se que a burocracia stalinista se convertera de um freio relativo ao desenvolvimento econômico a um freio absoluto, e que estava cada vez mais atuando pela imposição de planos de “austeridade” e aprofundando a dependência econômica com os empréstimos estrangeiros. Com isso, a burocracia estaria atando cada vez mais os Estados operários burocratizados à crise capitalista mundial. É a partir dessas considerações que, em uma breve passagem, é explicada a “contrarrevolução burocrática” na Polônia (isto é, a imposição da Lei Marcial). Ao mesmo tempo, avalia-se que a “crise das direções burocráticas” abria uma oportunidade ímpar para o fortalecimento do trotskismo.⁶⁷¹

⁶⁶⁹ Cf. TERRERO, Domingo. Polonia, año 2. *Estrategia Socialista*, v. 1, n. 1, p. 40-45, diciembre 1981.

⁶⁷⁰ Cf. Informe de balance de la Conferencia. In CONFERENCIA de fundación de la Liga Internacional de los Trabajadores - LIT-CI. São Paulo: Lorca S.A., 2012, p. 165-174.

⁶⁷¹ Cf. MORENO, Nahuel. Tesis de fundación de la Liga Internacional de los Trabajadores, Congreso de fundación, 1982. Versão digital disponível em <https://archivoleontrotsky.org/view?mfn=2408>. Acessada em 10/06/2020. Ver Teses III e XIII.

Tais avaliações das “Teses de Fundação” se tornaram centrais na forma como a LIT-QI encarou a situação na URSS e no bloco soviético ao longo da segunda metade dos anos 1980, conforme se verá no Capítulo 10.

A despeito da ausência de um documento sobre a Polônia em tal Conferência, alguns meses depois Moreno apresentou um detalhado balanço, em um artigo de março, no qual se afastou de alguns elementos da posição da QI-CI.⁶⁷² Em sua avaliação, o processo polonês era algo inédito em termos de “revoluções políticas”, tendo as experiências anteriores sido meros “esboços” em comparação. Em tal balanço, o Solidariedade foi caracterizado como “sindicato das massas revolucionárias, ultrademocrático”, porém com uma direção “contrarrevolucionária, pró-burguesa”, que seria uma correia de transmissão da Igreja Católica (por sua vez, uma “organização burguesa e imperialista”).

Tal direção seria fruto do atraso que a Igreja e o próprio regime stalinista provocavam sobre a consciência da classe trabalhadora polonesa. Por ser a única organização legal independente do aparato estatal, o Solidariedade (e seus equivalentes rural e estudantil) pôde, mesmo com tal direção, tomar a frente do movimento e das massas. Essa contradição, todavia, seria algo a ser esperado em todo e qualquer ascenso revolucionário.

Se afastando das posições da QI-CI, Moreno avaliou que, em termos estratégicos, a consigna fundamental do processo deveria ter sido a de “Todo poder ao Solidariedade!”, ou alguma variante, como “Que o Solidariedade remova a burocracia do governo!”. A tomada do poder pelo Solidariedade substituiria a ditadura da burocracia por uma “ditadura das organizações democráticas das massas revolucionárias”, porém “com uma falsa consciência operária e uma direção contrarrevolucionária”, que abriria caminho para uma transição pacífica à “ditadura revolucionária do proletariado”. Seria, assim, um equivalente do “governo operário e camponês”, reinterpretado por Moreno como uma estratégia de revolução socialista em dois estágios, sendo o primeiro a tomada do poder por sujeitos políticos não revolucionários, porém com amplo apoio de massas.

Ademais, Moreno descartava um risco restauracionista na tomada do poder pelo Solidariedade, a despeito de seu programa econômico. Duas citações-chave sintetizam sua visão estratégica:

⁶⁷² Cf. MORENO, Nahuel. Polonia. Algunas reflexiones sobre la revolución política polaca [março/82]. *Panorama Internacional* v. 5, n. 20, mayo 1982.

A conquista do poder pelo Solidarietà significaria a conquista do poder pelas massas revolucionárias. [...] A derrota militar do aparato e a derrubada da burocracia pela classe trabalhadora, com todas as suas contradições e os novos problemas que ela coloca, era muito mais importante nesse momento para o processo histórico e a luta de classes mundial, que uma hipotética e abstrata defesa das bases econômicas do Estado operário.⁶⁷³

[A restauração] nunca poderá se produzir como consequência do ascenso revolucionário, mesmo que ele, devido ao baixo nível de consciência do movimentos operário e pela traição das suas direções, possa levantar ou aprovar por um momento programas restauracionistas, como a autogestão por empresas ou a autonomia delas contra o monopólio estatal” (o programa econômico do Solidarietà).⁶⁷⁴

Conforme seu balanço, o fator central que teria permitido a supressão do processo revolucionário através da Lei Marcial teria sido a ausência de uma direção que preparasse uma insurreição para tomar o poder da burocracia. Dessa forma, Moreno concluiu que a “crise de direção revolucionária” havia mais uma vez demonstrado ser um “problema fatal”, e defendeu a construção de uma “Frente Única Revolucionária” (FUR – um bloco entre revolucionários e centristas). A concepção de FUR, formulada em 1958 (“Teses de Leeds”), como parte central da estratégia de revolução social em dois estágios de Moreno, foi, assim, estendida também à revolução política.

Moreno ressaltou também que a necessidade de preparar o enfrentamento militar com o aparato repressivo era uma lição fundamental da experiência polonesa, pois o caráter “totalitário” do regime stalinista colocava a “contrarrevolução” no plano imediato, devido à inexistência de aparatos mediadores que pudesse negociar uma saída.

Recorrendo às analogias com a Revolução Soviética, que tanto permeavam suas análises, Moreno encarou que tal “contrarrevolução” (a implementação da Lei Marcial) teria assumido a forma de um golpe “korniloviano”, assim caracterizado pela falta de apoio popular, e que a revolução política polonesa se encontrava em estágio de “fevereiro”, isto é, “inconscientemente socialista” (ou objetivamente socialista). Fruto do golpe “korniloviano”, o regime polonês havia se tornado “bonapartista ao quadrado”. Ademais, para ele, a “contrarrevolução” era “burocrático-imperialista”. Ainda que não

⁶⁷³ *Ibid.*, p. 57. “La conquista del poder por Solidaridad significaba la conquista del poder por las masas revolucionarias. No por la Iglesia Católica sitio por las masas, a través de la movilización revolucionaria y la democracia obrera, expresada en ese sindicato masivo. La derrota militar del aparato y el derrocamiento de la burocracia por la clase obrera, con todas sus contradicciones y los nuevos problemas que plantea, era mucho más importante en ese momento, para el proceso histórico y la lucha de clases mundial, que una hipotética y abstracta defensa de las bases económicas del estado obrero”.

⁶⁷⁴ *Ibid.*, p. 55. “[La restauración] Nunca se podrá producir como consecuencia del ascenso revolucionario, aunque éste, por el bajo nivel de conciencia del movimiento obrero y por la traición de sus direcciones pueda levantar o aprobar por un momento programas restauracionistas, como la autogestión por empresas o la autonomía de éstas contra el monopolio estatal.”

levando de imediato à restauração das relações capitalistas, ela agia por intermédio da burocracia com vistas alcançar tal situação no longo prazo.⁶⁷⁵

Aqui cabe destacar que, já em 1980, Moreno expressara posições similares, de releitura da revolução política como uma revolução em duas fases. Isso consta no seu rascunho original das teses de fundação da QI-CI, porém foi suprimido do “Projeto de teses” aprovado, que abordamos acima.

Na sua versão original do material, posteriormente publicada pelos “morenista” sob o título “Teses de atualização do Programa de Transição”, Moreno apresenta em detalhes sua noção de que revoluções sociais se dividem em duas fases. Segundo seu raciocínio, a primeira fase, de “fevereiro”, constitui um “prólogo obrigatório” da segunda, de “outubro”. Fevereiro seria uma revolução “operária e popular”, que destrói o Estado burguês ou o coloca em crise, por lutar contra a exploração imperialista, burguesa e dos latifundiários. Contudo, ela seria “inconscientemente socialista”, no sentido de desempenhar tarefas que, apesar de serem democrático-burguesas, só podem ser concluídas através de uma revolução socialista, ainda que a liderança do processo, devido ao atraso de consciência do proletariado, sejam forças que não desejam uma ruptura com o capitalismo e, portanto, buscam manter a revolução no patamar democrático-burguês.

Uma vez no poder, tais forças formariam um “governo operário e camponês” – isto é, um governo que rompeu politicamente com a burguesia, mas não a expropriou economicamente, podendo retroceder a um governo burguês ou avançar para a expropriação (ditadura do proletariado). Para que o processo avançasse para além do patamar democrático-burguês, seria fundamental que os marxistas impulsionassem órgãos de dualidade de poder, ao mesmo tempo em que levantam demandas democráticas adequadas à unidade de ação com as lideranças oportunistas, na forma de uma “Frente Única Revolucionária” (em especial a de Assembleia Constituinte), e pressão sobre elas para romperem com a burguesia.⁶⁷⁶

De forma análoga, Moreno avalia que a experiência húngara (1956) e tchecoslovaca (1968) teriam demonstrado que, também a revolução política, se divide entre uma fase de “fevereiro” e uma de “outubro”. Nesse sentido, ela começaria com um movimento amplo por “democracia em geral”, unindo vários setores sociais e sem programa e liderança claros. Junto ao proletariado, também estaria mobilizada a pequeno-

⁶⁷⁵ Esse e os parágrafos anteriores cf. *Ibid.*

⁶⁷⁶ Cf. MORENO, Nahuel. *Actualización del programa de transición*, Teses XV, XXVI e XXVII.

burguesia e setores dispostos a convocar ajuda do imperialismo, portanto, sem clareza e perspectiva socialista.

Com essa dinâmica, a “revolução de fevereiro” ela não teria um partido marxista à sua frente no momento inicial, inclusive pois ele não teria tido chance de se formar ainda, pois só poderiam surgir nos Estados operários burocratizados junto à eclosão de processos revolucionários. No decurso da luta surgiriam órgãos proletários de poder, como comitês de fábrica e *soviets*, e o partido marxista se fortaleceria. Será necessário, então, enfrentar o setor pequeno-burguês restauracionista e levar a revolução à sua fase de “outubro”.⁶⁷⁷

Em essência, a estratégia de “revolução política” a partir dessa divisão em fases envolvia a unidade de ação com setores contrarrevolucionários em uma luta por democracia em geral, contra o regime burocrático, para só em um segundo momento impulsionar a luta dos trabalhadores pelo poder. A partir dessa lógica fica mais fácil compreendermos porque os “morenistas” chamavam pela tomada do poder pelo Solidariedade, mesmo reconhecendo que sua direção era contrarrevolucionária. Para eles, isso seria a primeira fase da revolução política.

Cabe mencionar que, conforme a pesquisa de María Ocuna, o contexto da ditadura argentina dos anos 1970 impactou profundamente o “morenismo”, que, ao longo de tal década, passou a dar cada vez mais ênfase em seu programa a elementos de liberdades políticas e de defesa dos Direitos Humanos. No âmbito do seu discurso político, inclusive, isso se deu em crescente detrimento de uma linha classista e mesmo obreirista mantida antes dessa época, de forma que, no lugar do “trabalhador” e do “operário”, passou a ter cada vez mais lugar um discurso universalista, de defesa da democracia contra a ditadura. Ainda segundo Ocuna, essa mudança se expressou também na prática política dos “morenistas”, que passaram a dar grande espaço à defesa dos presos políticos e de formas populares de gestão, o chamado “participacionismo popular”, baseado em organizações de bairro, em detrimento de uma atuação centrada nas demandas dos operários e nas fábricas. Pra ela, teria ocorrido uma paulatina secundarização do programa revolucionário em prol de um democrático.⁶⁷⁸

⁶⁷⁷ Cf. *Ibid.*, Teses XXIII e XXVII.

⁶⁷⁸ Cf. OCUNA, María F. De la “Revolución socialista” a la “Revolución democrática”. Las prácticas políticas del PST MAS durante la última dictadura (1976-83). La Plata: Universidad Nacional de La Plata; Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento; Posadas: Universidad Nacional de Misiones, 2015, p. 134-139.

Sem a pretensão de adentrar em um debate aprofundado acerca das origens da lógica “morenista” da revolução dividida em fases, nos parece relevante levar em conta tais elementos abordados por Ocuna para a compreendermos o peso muito maior que o a LIT-QI passou a dar ao programa democrático na estratégia revolucionária.

Retornando à Polônia, ao desvio oportunista, de aliança com setores contrarrevolucionários, e da capitulação democratista, se combinava ainda uma negação objetivista de que uma mobilização de caráter popular ou proletário não poderia levar a um triunfo contrarrevolucionário. Tais leituras e posições levaram os “morenistas”, na segunda metade dos anos 1980, a tomarem o lado da contrarrevolução na URSS e no bloco soviético, confundindo-a com a “fase democrática” / “de fevereiro” da revolução política.

Nas “Teses de atualização”, contudo, Moreno não desenvolve à fundo essas posições e análises, que suscitam questões complexas: o que seria o triunfo da etapa de fevereiro dessa revolução? Seria a queda do regime (a ditadura da burocracia) e a tomada do poder por um “kerenkismo” (que, nesse caso, seria uma tendência restauracionista)? Mas isso não significaria o triunfo de uma contrarrevolução burguesa? A transposição para a revolução política da sua lógica da revolução socialista dividida em “fevereiro” e “outubro”, como se vê, é muito frágil. Inclusive, por que ele próprio não descartou, em tal documento, que, estando o partido marxista fortalecido, não seria necessário passar por “fevereiro”. O desenvolvimento posterior da situação polonesa levou Moreno e seus camaradas da LIT-QI a responderem tais perguntas, conforme se verá no Capítulo 10.

Diante dos eventos aqui em tela, Moreno também buscou polemizar contra setores do movimento trotskista internacional. Criticou, assim, o SWP dos EUA, por sua noção de “revolução política” como uma soma de várias reformas; a QI (SU), por não levantar a demanda de “todo poder ao Solidariedade” e por ter focado na demanda por autogestão e nos organismos ainda embrionários, que surgiram em paralelo ao Solidariedade (“objetivamente, uma traição da revolução política polonesa”); e o “lambertismo” por, ainda que reconhecendo o papel central do Solidariedade (supostamente como uma concessão ao “morenismo”, quando juntos na QI-CI), não ter aceitado o eixo de “todo poder” a ele, alegando que sindicatos não deveriam se envolver na política e, portanto, defendendo o exercício do poder por *soviets* inexistentes ou uma Assembleia Constituinte. Interessantemente, nenhum balanço foi apresentado acerca da demanda por

uma Constituinte, que a própria LIT-QI chegara a veicular em sua revista, *Estrategia Internacional*, alguns meses antes.⁶⁷⁹

Vale mencionar ainda dois artigos, escritos por Raúl Sayed, e publicados em *Estrategia Socialista*, ao final de 1982. Ele avaliava que o proletariado polonês não havia sofrido uma derrota histórica, sendo possível e necessário reorganizar o Solidariedade a partir dos locais de trabalho, para preparar uma nova ofensiva. Todavia, ressaltou que o fracasso da greve geral, tentada em novembro de 1982, demonstrava a gravidade do “problema de direção”, de forma que era necessário que a ala dos “lutadores anti-burocráticos consequentes” se organizasse na forma de uma “frente ou partido da revolução anti-burocrática”.⁶⁸⁰

Sayed reforçou ainda a noção, já apresentada pela QI-CI no ano anterior, segundo a qual a burocracia estaria a serviço da restauração. Pois, para ele, o pacto Glempl-Jaruzelski significava “pleno apoio” dos EUA à ditadura, tanto porque a perspectiva de uma revolução unia a burocracia e o imperialismo contra os trabalhadores, quanto porque ambas forças estariam unidas em um objetivo “estratégico e a de longo prazo”, de restauração do capitalismo. Isso ocorreria através da “colonização” do país pelo FMI e pelos bancos ocidentais, transformando-o em uma “semicolônia ‘socialista’”, na qual os interesses de largas camadas da burocracia estariam ainda mais entrelaçados aos do capital financeiro, originando uma camada pequeno burguesa e também burguesa no país.⁶⁸¹

Vale destacar que, em novembro de 1982, a seção argentina da LIT-QI (a principal da organização), o *Movimiento al Socialismo* (MAS), lançou o jornal *Solidaridad Socialista*, que seria seu principal periódico ao longo dos anos 1980. Seu logo mimetizava aquele do Solidariedade polonês, em uma clara homenagem. A primeira edição apresentou mensagens de apoio aos trabalhadores poloneses⁶⁸² e edições seguintes publicaram informes da situação no país.

3.6. Quarta Internacional - Comitê Internacional de Reconstrução – QI (CIR)

⁶⁷⁹ Cf. MORENO, Nahuel. Polonia. Algunas reflexiones sobre la revolución política polaca [março/82]. *Panorama Internacional*, v. 5, n. 20, p. 51-60, mayo 1982.

⁶⁸⁰ Cf. SAYED, Raúl O. Polonia. La movilización traicionada. *Estrategia Socialista*, v. 1, n. 4, p. 36-44, diciembre de 1982.

⁶⁸¹ Cf. SAYED, Raúl O. Polonia. ¿Por qué el imperialismo apoya Jaruzelski? *Estrategia Socialista*, v. 1, n. 4, p. 42-43, diciembre de 1982.

⁶⁸² Cf. *Solidaridad Socialista*, año I, n. 1, 10 de noviembre de 1982. Ver p. 1 e 2.

(“lambertismo”)

Em relação aos anos 1980-81, não nos foi possível obter acesso a materiais da principal organização nacional da corrente “lambertista”, a OCI francesa – que voltou a ser nomeada “Partido Comunista Internacionalista” (PCI) em 1981. No pouco que foi possível acessar (quatro números esparsos de 1980 da então revista teórica da OCI, *La Vérité*) não havia nada referente à Polônia.

A partir da sua organização na “Quarta Internacional - Comitê Internacional de Reconstrução” formalmente fundada em julho de 1982), é possível afirmar com segurança que a corrente “lambertista” basicamente manteve a mesma linha do breve Comitê Paritário / QI-CI, apresentada no “Projeto de teses” de 1980 e materiais subsequentes.

Nas páginas da revista internacional da QI (CIR), *Tribuna Internacional*, do período 1982-84, eram frequentes artigos e notas relatando sobre a luta do Solidariedade na clandestinidade, bem como relatos sobre a situação dos presos políticos, em especial Edmund Baluka, com chamados por solidariedade internacionalista em sua defesa.

Apesar de não ter sido possível obter acesso a materiais de 1981, é óbvio, pela leitura do que foi produzido posteriormente, que os “lambertistas” se opuseram à Lei Marcial e à tentativa do regime stalinista em suprimir o Solidariedade.

Em um curto artigo sobre a situação no país, na edição de maio de 1982 de *Tribuna Internacional*, o seguinte programa básico é delineado em relação à Polônia: pelo fim do estado de guerra; pela libertação imediata de todos os presos políticos; pelo reestabelecimento incondicional da liberdade de ação e de organização do Solidariedade; pelo direito irrestrito à formação de partidos políticos de sua escolha.⁶⁸³

Em outro breve artigo, da edição de junho, o mesmo programa básico foi apresentado, acrescido da perspectiva de pressionar sistematicamente as embaixadas e consulados poloneses, em defesa das liberdades democráticas.⁶⁸⁴

Nesse último artigo, é ainda apresentada a avaliação de que seria impossível estabelecer um “acordo nacional” entre a oposição e o regime stalinista, o qual o governo

⁶⁸³ Cf. IMPASE del poder, El. *Tribuna Internacional* [espanhol], n. 4, p. 8, mayo de 1982. *Tribuna Internacional* era publicada simultaneamente em português, espanhol e francês, contendo a mesma numeração e datação nas três línguas. Até onde foi possível averiguar, eram raras as edições que continham alguma diferença de conteúdo (no máximo, algum artigo encurtado ou alguma introdução própria, no caso das versões em espanhol e português).

⁶⁸⁴ Cf. LANGEVIN, A. Solidariedad sigue combatiendo. *Tribuna Internacional* [espanhol], n. 5, p. 5, junio de 1982.

vinha indicando interesse em firmar junto ao Solidarietà e à Igreja Católica. Para o autor, “A. Langevin”, a base de tal regime seria o monopólio do poder pelo PC, de forma que as indicações de interesse em um tal acordo seriam tão somente uma manobra para cooptar os líderes do Solidarietà, que o regime teria falhado em destruir através da Lei Marcial. Langevin também destaca que as reformas econômicas que vinham sendo encaminhadas em 1982 eram “um golpe sobre a economia planificada e contra as relações de produção, submetendo ainda mais a economia às exigências dos mercados mundial”.⁶⁸⁵

Essas duas avaliações eram frequentes nos textos da QI (CIR), que considerava utópica a conciliação com o regime desejada por setores como Walesa, criticando-os por isso, e que considerava a burocracia stalinista como o principal risco de uma restauração capitalista.

Ainda na edição de maio de *Tribuna Internacional*, um artigo do dirigente Luís Fravre (então atuando no Brasil) teceu duras críticas às posições de Nahuel Moreno e da LIT-QI em relação à Polônia, no tangente à sua avaliação de que a tomada do poder pelo Solidarietà poderia pôr em risco as conquistas do “socialismo”, pois Walesa e seu grupo estariam aliados às potências imperialistas e ao Vaticano. Sendo mais coerente que Moreno, Favre apontou que a conclusão lógica dessa avaliação, ao menos para aqueles que priorizavam a defesa de tais conquistas sociais, seria a de se opor à tomada do poder por Walesa e cia. – posição que, critica o autor, apenas a SL / iSt, por ele acusada de ser uma “seita cripto-stalinista”, teria apresentado entre os trotskistas.

Indo além, Favre critica ainda a revisão operada por Moreno e pela LIT-QI da noção de revolução política, a partir da divisão desta em duas fases, sendo a primeira sem linha clara de classe e envolvendo setores sociais e políticos diversos – donde supostamente não haver problema em o “contrarrevolucionário” (na caracterização de Moreno) Walesa se alçar ao poder, pois seria apenas o primeiro passo de um processo que, ao final, seria progressista.

Contra Moreno e a LIT-QI, Favre defende o conteúdo do documento de fundação da QI-CI quanto à necessidade (e à noção ali exposta acerca) da revolução política, bem como quanto à necessidade fundamental de um partido marxista (trotskista) à frente do processo, para que ele fosse vitorioso.

Cabe destacar que a posição da QI (CIR) em prol do direito irrestrito à legalização de partidos na Polônia envolvia inclusive o reacionário KPN, cuja legalização Favre

⁶⁸⁵ Cf. *Ibid.*

defende, ao criticar a oposição de Moreno e da LIT-QI a essa medida, contrapondo a afirmação de que tal partido (contrarrevolucionário, conforme visto) supostamente “se pronuncia pela defesa da propriedade social” (o que não era verdade).⁶⁸⁶

Nos documentos da “Conferência Mundial Aberta” que fundou a QI (CIR), em fevereiro de 1982, grande espaço foi dedicado à situação polonesa. No documento de avaliação da conjuntura internacional foi reafirmada a avaliação, originalmente apresentada pela QI-CI, em seu “Projeto de teses” de 1980, segundo a qual estava em curso uma revolução política na Polônia e que o proletariado deste país estaria na vanguarda da “revolução mundial”. Nesse mesmo documento, foi apresentada uma análise segundo a qual o imperialismo estaria passando por uma crise que, por sua vez, engendrava também uma crise das burocracias stalinistas, donde se conclui que havia grandes perspectivas de uma superação do stalinismo através de revoluções políticas.⁶⁸⁷

Essa última consideração foi melhor desenvolvida em um documento sobre a “Revolução mundial”. Neste, foi afirmada a consideração “ortodoxa” sobre a revolução política, segunda a qual é inviável reformar os PCs à frente dos regimes stalinistas (o que teria sido provado pelos casos de Gomulka e Dubček), sendo o único caminho para a construção de uma democracia proletária o da construção de conselhos de trabalhadores, para assumirem o poder, e de partidos trotskistas para liderarem tal processo.⁶⁸⁸

Além de tais considerações gerais acerca da temática da revolução política, permeadas por comentários sobre o caso polonês, uma resolução específica foi dedicada a tal caso. Nela, são aprofundadas as análises anteriormente mencionadas.

Conforme o documento, a burocracia stalinista não poderia compartilhar o poder com o Solidariedade, pois isso iria contra os pilares de seu poder político (o monopólio do PC), e ela seria o principal agente restauracionista no país, devido às reformas econômicas que estavam aumentando a penetração de capitais imperialistas na Polônia. Ademais, apesar das diferenças de interesses existentes entre as potências imperialistas, a Igreja Católica e tal burocracia, todos estariam unidos contra o processo de revolução política em curso.

⁶⁸⁶ Cf. FAVRE, Luis. Dime cuál es tu posición sobre Polonia y te diré quien eres [2/4/1982]. *Tribuna Internacional* [espanhol], n. 4, p. 9, mayo de 1982.

⁶⁸⁷ Cf. RESOLUÇÃO sobre o momento da situação mundial. *Tribuna Internacional* [português], n. 7, p. 9-12, setembro de 1982.

⁶⁸⁸ Cf. REVOLUÇÃO mundial e a IV Internacional, A. *Tribuna Internacional* [português], n. 7, p. 23-32, setembro de 1982.

Tal processo não teria sido suprimido pela Lei Marcial, pois o Solidariedade foi capaz de seguir atuando com força na clandestinidade. Daí conclui-se que a burocracia polonesa estaria débil e buscando alternativas para controlar a oposição – em particular a proposta de um “acordo nacional”, vista como uma manobra para cooptar a liderança “moderada” da oposição. Tal debilidade, ressalta-se, seria fruto de um fenômeno mais amplo, de crise das burocracias stalinistas a nível internacional.

Em termos programáticos, o documento declara oposição a boicotes econômicos de países capitalistas contra a Polônia, pois estes afetariam duramente a classe trabalhadora do país, e defende, em termos propositivos, a “mobilização revolucionária das massas contra o estado de sítio, pelo reestabelecimento de todos os direitos políticos e democráticos”.

A luta por direitos democráticos envolveria, concretamente, a libertação de todos os presos políticos; o reconhecimento oficial das novas organizações da classe trabalhadora, construídas entre agosto de 1980 e dezembro de 1981, em especial o Solidariedade; liberdade total de funcionamento e respeito à independência de tais organizações. A luta por tais objetivos, contudo, seria apenas um primeiro passo, sendo o objetivo estratégico a “tomada do poder por órgãos do povo trabalhador polonês, opostos aos da burocracia” – portanto, a culminação de uma revolução política vitoriosa.

Para o sucesso dessa revolução política, é destacada a centralidade das demandas democráticas, que deveriam ser canalizadas através da demanda por uma Assembleia Constituinte soberana, pois “esta palavra-de-ordem centraliza todas as oposições políticas face ao poder da burocracia, e fornece a base para uma aliança governamental entre os trabalhadores e os camponeses”.⁶⁸⁹

Acerca da demanda por uma Assembleia Constituinte, o já mencionado documento sobre a “Revolução mundial” vai mais fundo na explicação da sua pertinência. Ele defende a perspectiva de transformar a demanda do Solidariedade por “eleições livres” na demanda pela Assembleia Constituinte e por governo de trabalhadores. E argumenta que a igualdade jurídica assegurada pelo sufrágio universal não representaria um risco às relações sociais de produção existentes na Polônia, pois havia uma clara hegemonia proletária no processo de revolução política em curso, demonstrada pelo

⁶⁸⁹ Cf. RESOLUÇÃO sobre a revolução política. *Tribuna Internacional* [português], n. 7, p. 14-17, setembro de 1982. Ambas citações: p. 16.

caráter de classe do Solidariedade. Mais uma vez, reforça-se que o principal risco restauracionista era a burocracia.

Por tais argumentos, vê-se que a QI (CIR) minimizava (ou mesmo ignorava) os riscos envolvidos no programa defendido pela liderança do Solidariedade e seu amplo arco de alianças contrarrevolucionários dentro e fora do país.

Em relação à Assembleia Constituinte, tal documento destaca que ela não era uma demanda universalmente válida, sendo uma demanda “transitória” pertinente, naquele momento, à Polônia e à Alemanha Oriental (na forma de uma defesa da unificação das duas Alemanhas sob bases socialistas). Tal demanda teria caráter “transitório” pois o objetivo estratégico final seria que o Solidariedade construísse conselhos proletários em todo o país e organizasse um congresso nacional destes, para formarem um governo baseado na democracia direta de tais conselhos. O documento levanta ainda a questão que, de um ponto de vista “teórico”, a demanda de “Todo poder ao Solidariedade” seria adequada, mas que, concretamente, a perspectiva da formação de conselhos de base e sua organização a nível nacional seria a melhor.⁶⁹⁰

Vê-se, assim, que apesar de manter formalmente a estratégia original de revolução política, os “lambertistas” insistiram na inclusão nela da demanda por uma Assembleia Constituinte, órgão policlassista e inadequado para concretizar uma ruptura revolucionário com o regime stalinista – um desvio reformista-democratista.

Por fim, no documento específico sobre a questão polonesa, é destacada a importância fundamental da construção de um partido trotskista no país, para liderar o processo de revolução política. Todavia, é destacada também (porém, não é explicada) a impossibilidade imediata de um núcleo trotskista se tornar um partido de massas. Daí conclui-se que um núcleo trotskista em um país do “bloco soviético” deveria “participar da construção de organizações políticas operárias independentes” (sindicatos, centrais sindicais e partidos) – como mencionado, há indícios de que havia um núcleo trotskista ligado à QI (CIR) no interior do PSPP polonês –, atuando com um programa de defesa das liberdades democráticas e da independência nacional, pela eleição de uma Assembleia Constituinte soberana, “pelas reivindicações da classe operária, da juventude e das massas populares” e de luta contra “o parasitismo, a pilhagem, o desperdício da burocracia, por sua expulsão do poder e da gestão da propriedade social”.⁶⁹¹

⁶⁹⁰ Cf. REVOLUÇÃO mundial e a IV Internacional, *op. cit.*

⁶⁹¹ Cf. RESOLUÇÃO sobre a revolução política, *op. cit.*, p. 17.

Vale destacar ainda que, em uma declaração acerca da ilegalização do Solidarnosc pelo parlamento polonês, em 8 de outubro de 1982, e das greves iniciadas em protesto a tal fato, a QI (CIR) iguala a demanda daquele por uma “república autogovernada” ao objetivo final da revolução política, isto é, a democracia proletária, mais uma vez ignorando o projeto econômico da liderança da organização e seu significado.⁶⁹²

Vê-se, portanto, que as análises e programa da QI (CIR) para a Polônia no período posterior ao da Lei Marcial (1982) eram fundamentalmente as mesmas da QI-CI.

3.7. *Spartacist League* dos EUA / tendência Espartaquista internacional – iSt (“espartaquismo”)

Uma organização que destoou inteiramente das demais correntes do movimento trotskista internacional da época, tanto em termos de análises quanto de posições, foi a pequena *international Spartacist tendency* (iSt), impulsionada pela *Spartacist League* (SL) dos EUA. Desde os primeiros momentos, tal organização destacou a possibilidade da situação na Polônia se desenvolver rumo a uma contrarrevolução restauracionista e assumiu postura extremamente crítica em face à liderança do Solidarnosc.

Em um artigo de setembro de 1980, a SL / iSt avaliou que, apesar de existirem “sentimentos socialistas” entre os grevistas, havia também forte influência da Igreja Católica e de “sentimentos pró-ocidentais”, e concluiu que o resultado da jornada grevista que originou o Solidarnosc “fortaleceu a classe trabalhadora organizativamente”, mas também “fortaleceu as forças da reação”. Dessa forma, encarou que a situação poderia culminar ou em uma revolução política, ou em uma “contrarrevolução capitalista liderada pela igreja”, devido ao peso de massas que esta possuía no país e seu caráter de força “contrarrevolucionária e reacionária”.

Segundo tal artigo, estaria aberta no país uma situação de “poder dual frio”, na qual o monopólio do poder da burocracia stalinista havia sido rompido, mas ainda não existia um enfrentamento entre o Solidarnosc e ela. O rumo que ela seguiria (revolução política ou contrarrevolução capitalista) dependeria da existência de um “partido revolucionário de vanguarda”. Tal partido deveria, além de defender a derrubada do regime stalinista pelo proletariado, levantar um programa de defesa da propriedade

⁶⁹² Cf. La revolución política en Polonia conmueve al mundo. Declaración del Secretariado de la IVª Internacional (Centro Internacional de Reconstrucción). *Tribuna Internacional* [espanhol], n. 9, p. 2-3, noviembre de 1982.

socializada e do poder proletário contra as potências imperialistas, e de separação do Estado e da Igreja Católica, como forma de afastar os elementos “clerical-nacionalistas”.

A possibilidade alternativa, restauracionista, poderia se concretizar na forma de uma “(contra)revolução democrática”, que pusesse setores da pequena-burguesia no poder e restaurasse o capitalismo ao quebrar o monopólio do comércio exterior e reintroduzir o país no mercado mundial. A propriedade não necessariamente seria desnacionalizada de imediato, mas subordinada aos interesses capitalistas da pequena-burguesia e do mercado mundial.

Ademais, a SL / iSt encarava que a própria burocracia stalinista, através do endividamento internacional, já estava tornando o país um apêndice do mercado mundial e envolvendo a URSS nessa relação (pois ela estava cobrindo parte da dívida). Assim, as forças imperialistas estariam divididas entre duas estratégias restauracionistas distintas, mas não necessariamente excludentes: uma imediatista, a favor de Gierek derrotar os grevistas e impor um plano de austeridade, ou mesmo da URSS intervir militarmente; e outra de longo prazo, de cooptar o Solidariedade e pressionar Gierek a conceder às suas demandas.

A linha da organização, nesse primeiro momento, era de defender uma revolução política baseada em *soviets*, que tomassem o poder da burocracia. Também defendia a moratória da dívida combinada ao chamado à mobilização revolucionária do proletariado europeu em prol de “Estados Unidos da Europa”, para evitar retaliações.⁶⁹³

A avaliação feita dos grupos oposicionistas poloneses, em um artigo do mesmo mês (setembro de 1980), era de que não possuíam referência no socialismo, o qual igualavam ao stalinismo. Seriam, assim, “inimigos do socialismo”. O KOR, especificamente, seria a “ala esquerda” da oposição, sendo “social-democrata” – significando que almejava uma “restauração pacífica do capitalismo”. A “ala direita” seria composta por grupos “clerical-nacionalistas”, como o ZNAK (liberal católico), ROPCIO (liberal católico de base rural), KPN e PPN (reacionários antisemitas).⁶⁹⁴

⁶⁹³ Este e os parágrafos anteriores cf. FIGHT Clerical Reaction! For Proletarian Political Revolution! Polish Workers Move. In SOLIDARNSC: Polish Company Union for CIA and Bankers. New York: Spartacist Publishing Co., p. 24-32, 1981. Originalmente publicado em *Workers Vanguard*, n. 263, 5 de setembro de 1980.

⁶⁹⁴ Cf. POLISH Social Democrats Arm in Arm with Clerical Reaction. All the Pope’s Dissidents. In SOLIDARNSC, *op. cit.*, p. 33-34. Originalmente publicado em *Workers Vanguard*, n. 263, 5 de setembro de 1980.

De todas as organizações pesquisadas, a SL / iSt foi a única que chamou atenção para os interesses por detrás da ajuda material da AFL-CIO (e outras entidades sindicais estadunidenses e europeias a ela relacionadas) ao Solidariedade. Destacando os elos de Lane Kirkland e Irving Brown com o Departamento de Estado, bem como as ligações da AIFLD com grandes empresas imperialistas e seu histórico de violência e desestabilização contrarrevolucionária na América Latina, a SL / iSt avaliava que a aproximação destas com o Solidariedade era parte de uma “operação anticomunista e provavelmente encabeçada pela CIA”, uma “subversão imperialista com verniz sindicalista”. Nesse sentido, criticou os grupos de esquerda que apoiavam e demandavam essa “ajuda material”. Para tal organização, seria imprescindível uma “divisão política” do movimento sindical polonês, com base em um programa de separação Estado-igreja, defesa dos “Estados operários deformados” contra o imperialismo, e “revolução política”.⁶⁹⁵

Vale ressaltar também que, desde o início, a iSt / SL encarou o *slogan* de “sindicatos livres”, utilizado pelo Solidariedade, como um *slogan* anticomunista, típico da Guerra Fria (de fato, era utilizado por órgãos anticomunistas, como o “Comitê dos Sindicatos Livres” – FTUC, o braço internacional da AFL-CIO, intimamente ligado à CIA). Como contraponto a ele, a iSt / SL enfatizava a demanda de “sindicatos independentes do controle da burocracia e baseados em um programa de defesa da propriedade socializada”.⁶⁹⁶

No que tange ao programa econômico do Solidariedade (conforme a versão publicada em abril de 1981), a SL / iSt inicialmente, em um artigo de agosto de 1981, se referiu a ele como “socialismo de mercado” e alertou que, devido ao estado frágil do Estado na Polônia, as políticas pró-mercado facilitariam a penetração imperialista e fortaleceriam as forças pró-restauração.

Encarando que tal programa seria uma “versão extrema do modelo iugoslavo”, viu suas origens na influência de intelectuais “social-democratas” (KOR) e do “stalinismo liberal” (um fruto da ala tecnocrata da burocracia). A tal programa contrapôs um resgate de Trotski e sua defesa da “interação” entre a democracia proletária, mecanismos de mercado e planejamento econômico como o adequado para uma sociedade de transição

⁶⁹⁵ Cf. KIRKLAND, Fraser on Cold War Assignment. AFL-CIO Tops – Hands Off Poland! In SOLIDARNOSC, *op. cit.*, p. 22-23. Originalmente publicado em *Workers Vanguard*, n. 274, 13 de fevereiro de 1981.

⁶⁹⁶ Cf. FIGHT Clerical Reaction, *op. cit.* e INTRODUCTION [08/10/1981]. In SOLIDARNOSC, *op. cit.*, p. 2-3, 1981. Originalmente publicado em *Workers Vanguard*, n. 289, 25 de setembro de 1981.

entre capitalismo e socialismo.⁶⁹⁷ Pouco depois, porém, passou a tratar esse programa pró-mercado como “restauracionista”.

A virada na avaliação e posicionamento da SL / iSt em relação ao Solidariedade ocorreu a partir do I Congresso deste. Em um artigo com tom de alerta, de setembro de 1981, a organização encarou que a presença de Kirkland (descrito como diretor da “frente sindical da CIA”, a AIFLD) e Brown (“Mr. AFL-CIA”, “criminoso da Guerra Fria” e “operativo de longa data das agências de espionagem”) como convidados no evento “só pode significar uma coisa: adesão aberta à contrarrevolução capitalista”. A direção do Solidariedade, assim, passava a ser uma “ameaça mortal à propriedade coletiva” e tornava-se necessário “esmagar a ameaça contrarrevolucionária” e “defender os ganhos de Outubro”.⁶⁹⁸

Em um artigo de análise mais aprofundada, encarando que o Solidariedade havia “cruzado Rubicão” em seu Congresso e assumido um “rumo contrarrevolucionário”, a SL / iSt passou a igualar uma tentativa de tomada do poder pela organização com o triunfo de uma contrarrevolução restauracionista. Dessa forma, o chamado do Congresso por “sindicatos livres” (visto como um slogan anticomunista da CIA/OTAN) em todo o “bloco soviético” seria uma provocação “*coldwarrior*” à URSS. Já a demanda por “eleições livres” significaria uma “restauração capitalista disfarçada de governo parlamentar”. Uma analogia foi feita com a rebelião de Kronstadt em 1921.

“Eleições livres” teria, assim, o significado de “contrarrevolução democrático-burguesa”, devido ao grande peso do campesinato conservador e católico no total da população, de forma que, provavelmente, resultaria na chegada ao poder de “forças nacionalistas anticomunistas”, que estrangulariam as empresas estatais e abririam o país ao capital imperialista – seria “a contrarrevolução no poder”. De forma semelhante, o chamado de Kuroń a um governo baseado em um “conselho de salvação nacional” seria um “chamado para que um regime contrarrevolucionário tome o poder”.

Vale ressaltar que, diante dessa mudança, a organização reavaliou o projeto econômico apresentado em abril como a primeira aposta do Solidariedade em tomar o poder.

⁶⁹⁷ Cf. Solidarity Leaders Against Planned Economy. “Market Socialism” Is Anti-Socialist. In SOLIDARNOSC, *op. cit.*, p. 15-17. Originalmente publicado em *Workers Vanguard*, n. 279, 14 de agosto de 1981.

⁶⁹⁸ Cf. WALESA Brings “Mr. AFL-CIA” to Poland. Irving Brown: Cold War Criminal. In SOLIDARNOSC, *op. cit.*, p. 13-14. Originalmente publicado em *Workers Vanguard*, n. 289, 25 de setembro de 1981.

A situação na Polônia passou a ser vista como uma de “polarização contrarrevolucionária pró-imperialista”, donde a SL / iSt defendeu que a “ameaça deve ser esmagada a qualquer custo”. Em termos concretos, declarou apoio a uma possível invasão militar pela URSS para suprimir o “curso contrarrevolucionário” do Solidarnosc, independentemente das “idiotices” e “atrocidades” que isso pudesse envolver, inclusive “tomando as responsabilidades” por elas. O SWP dos EUA e a QI (SU) foram duramente criticados, por encararem que estava em curso uma “revolução política” e por não alertarem para o risco restauracionista representado pelo Solidarnosc.

Não obstante, a organização argumentou que o “duplo poder frio” seguia em curso e abria a possibilidade de construção de um partido revolucionário, apesar do “impulso” da situação ter ido em direção de uma “contrarrevolução imperialista”. Defendeu, assim, o desenvolvimento de uma oposição de esquerda no seio do Solidarnosc para “dividi-lo, afastando-o para longe de Walesa”. Para tal, apresentou o seguinte programa básico: separação da Igreja Católica e do Estado, defesa militar incondicional do “bloco soviético” contra o capitalismo-imperialismo, revolução política contra a burocracia stalinista pelo estabelecimento de um governo de trabalhadores democraticamente eleito e baseado em *soviets*.⁶⁹⁹

Coerente com tais avaliações e linha política, ainda em setembro a SL realizou um protesto em Nova York em frente à sede da “Federação Americana de Professores” na cidade (AFT, ligado à AFL-CIO e dirigido por fanáticos anticomunistas do Partido Socialista, defensores de uma guerra nuclear contra a URSS), contra a abertura de um escritório do Solidarnosc no local. Entre as palavras de ordem utilizadas pela organização através de placas em inglês, russo e polonês, constavam “*Solidarność* polonês: agentes da contrarrevolução”, “*Solidarność* polonês: cachorrinhos do imperialismo”, “Reagan e Haig: tirem as mãos da Polónia”, “Waryński sim, Wojtyła não!” (Ludwik Waryński foi um dos pioneiros do marxismo polonês) e “O stalinismo compromete os Estados dos Trabalhadores – Por Partidos Trotskistas de Trabalhadores ao Poder!”.⁷⁰⁰

⁶⁹⁹ Esse e os parágrafos anteriores cf. TIME Runs Out in Poland. Stop Solidarity’s Counterrevolution! In SOLIDARNOSC, *op. cit.*, p. 7-12. Originalmente publicado em *Workers Vanguard*, n. 289, 25 de setembro de 1981.

⁷⁰⁰ Cf. SL Protests Solidarnosc Counterrevolution. *Workers Vanguard*, n. 290, p. 1 e 7, 9 October 1981.

Na introdução a uma coletânea de artigos sobre a situação na Polônia, publicada antes da implementação da Lei Marcial, a SL endureceu ainda mais o tom em relação ao Solidarnosc, tratando-o como um “perigo mortal à propriedade socializada”, argumentando que ele havia se consolidado sobre um “programa antissocialista” e que desejava “vender o país ao imperialismo”. Ainda assim, seguiu enxergando abertura na situação polonesa para uma organização marxista realizar agitação revolucionária, ainda que o potencial maior fosse para uma mobilização reacionária.⁷⁰¹

Quando da Lei Marcial a SL publicou, na edição de 18 de dezembro de seu jornal, *Workers Vanguard*, um artigo intitulado “A contrarrevolução do Solidarnosc em xeque”, no qual afirmava que “foi detida uma tentativa de tomar o poder”, um “golpe de Estado”. Tratava-se do referendo nacional almejado pelo Solidarnosc para, na avaliação da SL, “formar um governo anticomunista e romper a aliança militar com a União Soviética contra o imperialismo ocidental”. Sua vitória teria sido uma vitória para “Wall Street e o Pentágono, para o Mercado Comum e para o FMI, para ditadores sanguinários latino-americanos e racistas sul-africanos” (p. 10). Ademais, a organização ressaltou também a atuação do Solidarnosc no motim na escola de bombeiros, vista como uma tentativa de iniciar trabalho nas fileiras das forças armadas e policiais, e os áudios vazados da reunião da Comissão Nacional de 2 de dezembro, em Radom, que expunham a existência de “planos contrarrevolucionários”.

A ação da burocracia, através da Lei Marcial, teria, portanto, o efeito de “defender os ganhos históricos do proletariado”, donde o apoio da SL / iSt à medida. Ela também teceu críticas à participação da OCI e LCR francesas em manifestações de apoio ao Solidarnosc, ocorridas supostamente com a presença até de neonazistas. Não obstante, a organização ressaltou a existência de um “elemento perturbador” de “bonapartismo militar” na ação do regime. Encarando que a crise na Polônia era, acima de tudo, a crise do “stalinismo liberal” (o curso adotado no país a partir de Gomulka), enfatizou, como solução de fundo, a necessidade dos trabalhadores assumirem o controle do país, em conjunto com o desenvolvimento da revolução europeia, para que a crise fosse solucionada.

A SL encarava que o melhor seria que a “supressão da contrarrevolução do Solidarnosc permanecesse ‘fria’ – isto é, sem derramamento de sangue”, de forma que defendeu que a classe trabalhadora não deveria se mobilizar, acrescentando que atos de

⁷⁰¹ Cf. INTRODUCTION, *op. cit.*

resistência “apenas iriam servir a aventuras reacionárias”, culminando ou na “re-imposição de um estado policial stalinista totalitário, esmagando por anos o movimento dos trabalhadores”, ou numa contrarrevolução capitalista. Afirmou ainda que, no caso de “agitadores anticomunistas” conseguirem fazer eclodir protestos de massa, uma intervenção militar da URSS poderia ser a única forma de “suprimir a contrarrevolução”. Em tom sarcástico com o catolicismo dos líderes do Solidariedade, afirmou “Pai, perdoalhes, porque não sabem o que fazem”.

Não obstante o apoio à supressão do Solidariedade, a SL defendeu que, conforme a “ameaça contrarrevolucionária imediata” passasse, a Lei Marcial deveria ser revertida e até os líderes do Solidariedade soltos, pois a tarefa de uma “vanguarda trotskista” seria derrotá-los “politicamente”, mobilizando a classe trabalhadora polonesa em torno de seus “verdadeiros interesses de classe”. De fato, em outubro de 1983, a organização defendeu a soltura dos “contrarrevolucionários do KOR”.⁷⁰²

Vê-se que as análises e posicionamentos da SL / iSt divergiram consideravelmente daquelas das demais correntes do movimento trotskista internacional da época. Ao encarar que o Solidariedade havia “cruzado o rubicão” e se tornado uma força contrarrevolucionária restauracionista, assumiu a posição lógica de apoiar a sua supressão, ainda que pelas mãos do regime stalinista polonês (ou até de uma invasão da URSS), como forma de salvaguardar o caráter de classe do Estado e as relações de propriedade e produção existentes. Ainda assim, a organização não descartava a possibilidade de a classe trabalhadora ser ganha para um programa socialista e anti-stalinista, de forma que delineou um programa a partir do qual seria possível separar a base da direção “contrarrevolucionária” do Solidariedade.⁷⁰³ Ao longo dos anos seguintes, todavia, tal organização se tornou cada vez menos crítica dos regimes stalinistas, conforme o clima macartista retornou nos EUA sob a “Guerra Fria 2.0” promovida por Reagan.

Vale adicionar que a “Tendência Externa da iSt”, surgida de um processo de expurgos ocorridos ao longo da primeira metade dos anos 1980, e transformada em “Tendência Bolchevique Internacional” (IBT) em 1986, manteve a posição da iSt sobre os eventos poloneses de 1980-81, encarando que seria um “princípio básico” do

⁷⁰² Cf. Cf. WHY KOR Counterrevolutionaries Should Now Be Released. *Workers Vanguard*, n. 340, p. 3 e 13, 21 October 1983.

⁷⁰³ Esse e os parágrafos anteriores cf. SOLIDARNOSC Counterrevolution Checked. Power Bid Spiked. *Workers Vanguard*, n. 295, p. 1 e 10, 18 December 1981.

trotskismo que “a defesa da propriedade coletivizada tem precedência sobre os ‘direitos democráticos’ de correntes pró-capitalistas a se organizarem”. Todavia, a organização buscou se afastar de formulações consideradas “stalino-fílicas” da parte da SL / iSt, como de que esta assumiria responsabilidade pelas “idiotices” e “atrocidades” que os regimes stalinistas cometessem ao suprimirem o Solidariedade – consideradas fruto da “degeneração política” então já em curso em tal organização.⁷⁰⁴ Em um dos documentos adotados em sua conferência de fundação, pode-se ler:

Nosso apoio à supressão do Solidariedade pelos burocratas se aplica apenas aos golpes desferidos contra as partes contrarrevolucionárias do sindicato, particularmente os quadros pró-capitalistas da liderança. Tivessem ocorrido reuniões de trabalhadores anti-restauracionistas, nós nos oporíamos à sua supressão no decurso da ação repressiva.⁷⁰⁵

Contudo, trata-se de uma formulação um tanto quanto abstrata, uma vez que houve várias formas de resistência por parte das bases do Solidariedade, tanto imediatamente após a implementação da Lei Marcial, quanto ao longo dos anos seguintes, contra as prisões e outras medidas repressivas. Não é possível atribuir a todos os setores mobilizados após a implementação da Lei Marcial o mesmo programa defendido por Walesa e cia., inclusive porque muitas ações de resistência tiveram caráter espontâneo ou semi-espontâneo. Nesse sentido, o uso de uma formulação condicional, “tivessem ocorrido” (“*had there been*”), dá a entender que a IBT não detectou ações a cuja supressão ela teria se oposto, caso existisse à época.

4. Conclusão

Tal qual os eventos abordados na Parte II, os aqui abordados foram de grande relevância para as forças socialistas anti-stalinistas, em particular para os trotskistas. Mais uma vez, surgiu uma mobilização de massas contra um regime stalinista, que despertou grandes esperanças de construção de um regime de autogoverno do proletariado / democracia socialista no interior de um Estado operário burocratizado.

⁷⁰⁴ Cf. SOLIDARNOSC: Acid Test for Trotskyists. [S.l.]: [1988]. Versão digital disponível em <http://www.bolshevik.org/Pamphlets/Solidarnosc/solidarnosc.html>. Acessada em 22/05/2013. “The defense of collectivized property takes precedence over the ‘democratic rights’ of pro-capitalist currents to organize.” [s.p.]

⁷⁰⁵ POLAND 1981: Acid Test for Trotskyists Theses on Solidarnosc. 1917, n. 3, p.1-2, Spring 1987 “Our support to the suppression of Solidarnosc by the bureaucrats extends only to those blows aimed at the counterrevolutionary sections of the union, particularly the pro-capitalist cadres of the leadership. Had there been meetings of anti-restorationist workers, we would oppose their suppression in the course of the crackdown.” (p. 2).

Os grupos abordados localizaram corretamente a raiz dos crescentes problemas econômicos da Polônia, aos quais tal mobilização buscava responder, no fracasso do “socialismo em um só país” (ou seja, um Estado operário nacionalmente isolado) e na gestão burocrática da propriedade social, daí concluindo que era necessário remover tal burocracia do poder e lutar por revoluções socialistas em outros países, que tirassem a Polônia (e demais Estados operários burocratizados) do isolamento. Também perceberam corretamente os riscos contrarrevolucionários representados pela burocracia, que tentava lidar com tais problemas econômicos através de uma crescente vinculação ao imperialismo, na forma de empréstimos, que tinham como contrapartida a ingerência de órgãos como o FMI nos assuntos internos do país.

Todavia, tais grupos, em sua quase totalidade (à exceção da SL / iSt), viram a burocracia de forma unilateral, não só como o único risco em cena, como também como desempenhando exclusivamente esse papel, sem enxergar a possibilidade de, ainda que para proteger seus próprios interesses, setores dessa burocracia agirem para defender as bases sociais do Estado operário contra forças contrarrevolucionárias (restauracionistas).

Ademais, a mobilização vista na Polônia na virada dos anos 1970-80, materializada no surgimento do Solidariedade, apresentou um novo e fundamental elemento que a distinguiu daquelas dos anos 1950-60 vistas na Parte II. Isto é, a ausência de uma reivindicação clara do socialismo, e a presença de forças pró-capitalistas à sua frente, que constituíam um inédito risco contrarrevolucionário.

Esse elemento fundamental escapou a quase todos os principais grupos trotskistas internacionais da época. Ainda que alguns tenham reconhecido as graves contradições que perpassavam o Solidariedade, isso não os levou (à exceção da SL / iSt) a verem riscos concretos ao Estado operário burocratizado caso o Solidariedade chegasse ao poder. Ao contrário, de formas variadas, todos os grupos aqui abordados (novamente, à exceção da SL / iSt) defendiam a chegada daquele ao poder como parte, ou mesmo sinônimo, do processo de revolução política na Polônia.

Havia um forte objetivismo da parte desses grupos, que, implícita ou explicitamente, tomavam o caráter massivo e majoritariamente proletário das bases do Solidariedade como uma garantia de que ele não poderia protagonizar um processo de contrarrevolução restauracionista, pois, supostamente, a classe trabalhadora não iria se mobilizar de forma a prejudicar seus interesses históricos.

Com isso, tais grupos descartaram a possibilidade de uma contrarrevolução

restauracionista que assumisse a forma de uma reação democrática, isto é, apoiada em mobilizações de massas e em suas aspirações por democracia. Ao invés disso, seguiram insistindo que apenas uma sangrenta guerra civil poderia assegurar o triunfo de uma contrarrevolução, de forma que esta seria, necessariamente, um enfrentamento militar encabeçado por forças sem apoio de massas.

Ao nosso ver, essa visão objetivista foi a culminação de desvios desenvolvidos ao longo dos anos 1950-60, abordados na Parte II desta tese, que tinham a ver com uma tentativa dos trotskistas de compensarem seu isolamento e ausência nos eventos do bloco soviético ao deixarem inteira ou parcialmente de lado a questão da crise de direção e apoiarem forças não-revolucionárias ou mesmo sem referencial socialista.

Tal objetivismo se fez novamente presente diante dos eventos na Polônia e nos demais países do bloco soviético, incluindo a URSS, ao longo da segunda metade dos anos 1980, quando tais grupos, ao desconsiderarem os riscos contrarrevolucionários dos massivos movimentos de oposição ao stalinismo da época, os apoiaram, ainda que criticamente, e, com isso, confundiram contrarrevolução restauracionista com revolução política, conforme se verá nos Capítulos 9 e 10. Tal elemento, portanto, é de suma importância para a compreensão de como a maior parte do movimento trotskista lidou com o processo que culminou no colapso do bloco soviético ao fim do século – tema da Parte IV desta tese.

Por acreditarem que uma mobilização de massas pró-democrática num Estado operário burocratizado não poderia colocar em risco a propriedade social, a maioria dos grupos abordados deixou em segundo plano o conteúdo social da luta por democracia (a sua vinculação à defesa da propriedade social, ou seja, uma democracia proletária), apoiando o Solidariedade. Isso culminou no que podemos caracterizar como um desvio democratista, no sentido de, na prática, priorizarem a defesa de formas abstratas de democracia (desvinculadas de conteúdo social) acima da defesa da propriedade social (que acreditava erroneamente estar à salvo).

Guiados por tal objetivismo e democratismo, a maior parte dos trotskistas distorceram a realidade, ao verem no Solidariedade (fosse na sua liderança propriamente dita, ou nas suas bases) uma força pró-socialismo democrático, mesmo quando reconheciam o caráter pró-mercado de seu programa adotado no I Congresso e os vínculos de seus líderes com o imperialismo. Assim, acabaram por dar apoio político a uma força contrarrevolucionária, acreditando estarem defendendo uma revolução política.

Para os “healyistas”, “lambertistas” e “morenistas”, não havia riscos contrarrevolucionários na aparição do Solidariedade, bastando a formação de um partido marxista (trotskista) na Polônia para que triunfasse uma revolução política a partir das mobilizações por democracia. Portanto, ainda que enfatizassem a necessidade de uma liderança trotskista, distorciam a situação na Polônia, não enxergando as graves consequências para a consciência das massas da ausência prolongada de uma força política marxista (trotskista). Para eles, a burocracia era o único ou principal inimigo. Tratava-se do abandono parcial da questão da crise de direção.

Ademais, os “lambertistas” e “morenistas” ainda introduziram na estratégia da revolução política um aspecto de caráter democrático-burguês, a demanda de uma Assembleia Constituinte como forma de dar organicidade ao processo, ao invés dos órgãos de duplo poder proletários (*soviets*), capazes de operarem uma ruptura revolucionária com aparato repressivo da burocracia. Eles justificaram tal demanda pela necessidade de unificar a oposição pró-democrática, onde se vê com clareza o mencionado vícios democratista, que coloca em primeiro plano formas democráticas, ao invés de vincular a luta por democracia às formas alternativas de autogoverno proletário, dando a tais formas um caráter claro de classe e de defesa da propriedade social.

Também justificaram tal desvio com o argumento, ao nosso ver equivocado, de que uma Assembleia Constituinte em um Estado operário burocratizado seria, necessariamente, um órgão proletário. Tal argumento desconsiderava a existência de uma classe de proprietários agrícolas no caso da Polônia, ademais da existência da própria burocracia, com seu vasto exército de funcionários no Estado, nas forças armadas e policiais, e nos sindicatos e organizações sociais vinculadas ao seu partido. Nisso se vê o referido objetivismo e as distorções da realidade a que ele por vezes levava.

No caso dos “morenistas”, a “inovação” da Assembleia Constituinte era ainda acompanhada por uma revisão mais profunda do arcabouço teórico-programático original do trotskismo, a saber, a visão de Moreno de que revoluções se dividem em duas fases, sendo a primeira conduzida por uma frente de todas as forças democráticas contra os regimes constituídos. Com essa visão, estava justificado o apoio ao Solidariedade e à sua chegada ao poder, a despeito do reconhecimento do caráter contrarrevolucionário de sua liderança. Pois isso seria tão-somente a antessala necessária para se chegar a uma revolução política triunfante (a segunda fase da revolução).

Portanto, ainda que reivindicando formalmente a estratégia original da revolução

política e se apresentando como “ortodoxos”, frente ao que denunciavam como “revisãoismo” da parte da QI (SU), tais correntes, na prática, também realizaram um revisãoismo do arcabouço teórico-programático original, ademais de seu entusiasmo e apoio a uma força contrarrevolucionária. Ademais, consideramos que os “morenistas” foram mais longe em tal linha, ao darem a ela uma estrutura formal, na sua noção da revolução dividida em fases.

Já para a QI (SU), além do objetivismo que negava a existência de riscos contrarrevolucionários e do democratismo que leva a apoiar acriticamente uma mobilização pró-democrática, porém não pró-socialista, houve ainda o elemento substitucionista, tal qual visto na Parte II. Isto é, apostar não apenas em forças objetivas que levariam as revoltas contra o stalinismo a um desfecho positivo, como também na possibilidade de sujeitos políticos não comprometidos com o socialismo liderarem esse processo – assim, sequer seria necessária a formação de um partido marxista (trotskista). Tratava-se do abandono completo da questão da crise de direção.

A tais elementos se mesclou, ainda, no caso da QI (SU), uma estratégia gradualista (reformista), que não via necessidade de uma ruptura revolucionária com o regime da burocracia, uma vez que a organização apresentou vias diversas para a superação do stalinismo que não passavam por um enfrentamento com o aparato repressivo da burocracia e a tomada do poder por órgãos de autogoverno proletário (*soviets*).

No caso do SWP, enquanto setor minoritário na QI (SU), ainda foi defendida a possibilidade de setores da burocracia ajudarem na dissolução do stalinismo. Esses elementos também já haviam se feito presentes no período abordado na Parte II desta tese, mas, diante do giro à direita operado pela oposição de massas na Polônia nos anos 1970, eles assumiram um caráter ainda mais grave, de apoio a forças contrarrevolucionárias.

Negando os riscos contrarrevolucionários representados pelo programa e liderança do Solidariedade, colocando a defesa de demandas democráticas acima da defesa da propriedade social (por acreditar que esta não poderia estar em risco devido a fatores objetivos), e enxergando a burocracia de forma unilateral, como intrinsecamente contrarrevolucionária, os principais grupos trotskistas da época se colocaram contra a supressão do Solidariedade pela burocracia, de forma que seu teor democratista e a distorção objetivista da realidade os levou a não priorizar a defesa do Estado operário burocratizado diante de uma ameaça concreta à sua existência.

A nosso ver, portanto, as contradições acumuladas pelos principais grupos

trotskistas ao longo das décadas do pós-guerra os levaram a falhar no complexo teste apresentado pelos eventos poloneses aqui abordados, preparando o terreno para interpretações e posições ainda mais desastrosas que tiveram alguns anos depois.

Isso, contudo, não significa uma falência do trotskismo. Pois, a nosso ver, como já debatido ao final do Capítulo 3, a teoria do Estado operário burocratizado era adequada para interpretar e dar resposta políticas a tais eventos, ainda que eles tenham apresentado elementos novos, que o arcabouço original não poderia ter previsto.

Para nós isso foi demonstrado na prática pela apropriação e aplicação dela feita pela SL / iSt à época, que deu conta de alertar para os riscos contrarrevolucionários representados pelo Solidariedade e defender criticamente a ação preventiva da burocracia contra ele, sem deixar de lado (diferentemente dos stalinistas) a necessidade de um regime de autogoverno proletário na Polônia. Criticamente pois viam necessidade de supressão da liderança contrarrevolucionária do Solidariedade, mas defendiam a liberdade de mobilização, discussão e organização da classe trabalhadora desde que vinculada à defesa da propriedade social. A forma como viam a construção de um regime de autogoverno proletário era através de uma revolução política, liderada por um partido marxista (trotskista) que disputasse a consciência dos trabalhadores mobilizados para a defesa de uma democracia proletária.

Com isso, encaramos que tal grupo teve uma análise e posicionamento mais coerente com o trotskismo “original”, ainda que suas posições tenham alguns aspectos secundários nos quais normalizavam ou minimizavam a repressão burocrática, traço que era chamado no contexto do movimento trotskista de “stalinofilia”. Acreditamos que, muito provavelmente, tais aspectos eram uma reação extremada ao contexto de intenso anticomunismo nos EUA da época.

A IBT, grupo composto por ex-membros da SL/iSt, manteve o essencial de sua análise da situação polonesa, mas criticou esses aspectos de “stalinofilia”, o que, a nosso ver, conferiu maior coerência a essa apropriação e aplicação da teoria do Estado operário deformado. Assim, diante dos eventos mais complexos e explosivos da segunda metade dos anos 1980 no bloco soviético, tal grupo estava melhor armado do ponto de vista teórico e programático para responder adequadamente a eles.

PARTE IV

A RESTAURAÇÃO DO CAPITALISMO NO “BLOCO SOVIÉTICO” VIA REAÇÃO DEMOCRÁTICA

O inevitável colapso do regime político stalinista levará ao estabelecimento de uma democracia proletária apenas no caso de a remoção do bonapartismo ser fruto do ato consciente da vanguarda proletária. Em todos os outros casos, no lugar do stalinismo só poderá ter lugar a contrarrevolução fascista-capitalista.

— Leon Trotski, 1935.

Vamos assumir uma terceira variante. Admitamos, contudo, que nem o partido revolucionário, nem o partido contrarrevolucionário tomem o poder. A burocracia continua à frente do Estado. Mesmo nessas condições, as relações sociais não ficariam congeladas. Não podemos contar com que a burocracia renunciará voluntária e pacificamente em favor da igualdade socialista. Como se sabe, apesar dos graves inconvenientes dessa operação, ela restabeleceu as patentes e as condecorações; será, pois, inevitavelmente necessário que procure apoio nas relações de propriedade. [...] Os privilégios valem apenas metade, se eles não podem ser transferidos aos filhos de cada um. Ora, o direito de herança é inseparável do direito de propriedade. Não basta ser diretor de truste, é necessário ser acionista. A vitória da burocracia nesse setor decisivo faria dela uma nova classe possuidora.

— Leon Trotski, 1936.

O prolongamento de seu domínio [da burocracia] abala, cada dia mais, os elementos socialistas da economia e aumenta as chances de restauração capitalista.

— Leon Trotski, 1938.

CAPÍTULO 7

O COLAPSO DA URSS E A RESTAURAÇÃO CAPITALISTA NA RÚSSIA

Ao longo dos anos 1930-40, o regime de Stalin, a despeito de muito desperdício e desequilíbrios, conseguiu produzir um enorme salto no desenvolvimento econômico da URSS, graças à socialização dos meios de produção somada à mescla de altas doses de terror com um sistema de planejamento extremamente centralizado e verticalizado. Seus frutos foram tão significativos que, em 1958, Krushev afirmou que a URSS ultrapassaria os EUA nos níveis de produção absoluta e *per capita* em no máximo 15 anos, vencendo a “competição econômica pacífica” e alcançando a “base técnico-material” para passar ao comunismo.

De fato, havia motivos para otimismo, pois, até os anos 1960, a produtividade do trabalho social na URSS e até mesmo a produtividade industrial estavam acima daquelas dos EUA⁷⁰⁶ e ela havia se tornado uma superpotência econômica e militar.

Em 1973, todavia, ao invés do prometido comunismo, a URSS enfrentava sinais claros de desgaste de seu sistema econômico, os quais seguiram se aprofundando ao longo dos anos seguintes. Eles se expressavam, sobretudo, na forma de uma queda constante dos níveis de crescimento econômico ou, em outras palavras, na desaceleração de tal crescimento, o que levou a URSS a perder a dianteira em relação à sua produtividade para o Japão, especialmente nas unidades já instaladas.⁷⁰⁷

Os sinais de desaceleração e também de desequilíbrios diversos na economia soviética já haviam sido percebidos pela cúpula do regime desde os anos 1950, ainda que, em tais anos, eles ainda tivessem pouco impacto. Assim, em diferentes momentos, conforme a desaceleração e os desequilíbrios cresciam, foram implementadas reformas com vistas a aperfeiçoar os mecanismos econômicos, principalmente para elevar a produtividade e a eficiência, porém sem resultados significativos duradouros. Foi nos anos 1970 que estratégia de crescimento extensivo chegou de fato ao seu limite. Ao mesmo tempo, estava patente a incapacidade do regime de transitar a um crescimento de tipo intensivo, dado o fracasso das reformas econômicas tentadas até então.

Inicialmente, a realização dessa transição a um modelo de crescimento intensivo era o objetivo central da “reestruturação” (*perestroika*) econômica defendida por Mikhail

⁷⁰⁶ Cf. FERNANDES, Luís. *URSS, ascensão e queda*. A economia política das relações da União Soviética com o mundo capitalista [1991]. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 1992, p. 261.

⁷⁰⁷ Cf. *Ibid.*

Gorbachev, que ascendeu ao comando da URSS em 1985 e, desde cedo, defendeu a realização de reformas econômicas significativas. Contudo, assim como nas ocasiões anteriores, houve muita resistência de setores importantes da burocracia, que perderiam parte de seus poderes e privilégios se tais reformas fossem adiante, pois elas sempre envolviam, entre outros elementos, reduzir o nível de centralização e verticalização do sistema de planejamento, conferindo maior autonomia e incentivos às empresas.

Por conta disso, Gorbachev e seus aliados reformadores buscaram realizar também importantes mudanças políticas, para minar o poder de tais setores e conseguir levar as reformas econômicas adiante – o que só foi possível graças ao surgimento de uma tecnocracia cada vez mais preocupada em resolver tais problemas. As reformas políticas também buscavam aliviar parte das tensões acumuladas ao longo das décadas anteriores, em que a sociedade soviética se tornou muito mais complexa como fruto de sua crescente urbanização e escolarização, chocando-se cada vez mais com os limites estritos do regime de ditadura da burocracia. Daí a defesa da “transparência” / “publicidade” (*glasnost*), que se intensificou ao longo do tempo, conforme as reformas não avançavam e novos problemas surgiam.

As reformas econômicas e políticas de Gorbachev, contudo, acabaram liberando forças para além de seu controle, e levaram a URSS e os demais países do bloco soviético, como a Polônia e Alemanha Oriental, os quais passavam por problemas econômicos similares e, até mesmo mais graves, a uma situação de caos político e econômico.

Em meio a esse conturbado cenário de crise, crescentes e massivos protestos espalharam-se pelo bloco soviético ao final dos anos 1980, demandando soberania nacional e democracia. Para muitos dos manifestantes envolvidos nesses protestos, o retorno ao capitalismo seria a única forma de obter tais conquistas, o que em parte fomentou o surgimento de múltiplos grupos sociais afinados com o ideal de uma democracia liberal e representativa, em detrimento do que era então percebido como socialismo. Em tal cenário, as agências internacionais das potências imperialistas – como a CIA, o FMI e o Banco Mundial – atuaram sistematicamente para encaminhar essa situação à restauração do capitalismo.

Os setores centrais da própria burocracia soviética, em consonância a esses múltiplos acontecimentos, abraçaram a restauração como uma forma de salvaguardar os seus interesses particulares, o que selou o destino das formações sociais do bloco soviético, de maneira a culminar no colapso da URSS e na restauração capitalista.

Esse conjunto de eventos é de suma importância para um balanço da validade da teoria do Estado operário burocratizado. Por um lado, tal qual os eventos abordados na Parte II desta tese, eles colocam questões sobre a possibilidade ou não de reformas feitas pela própria burocracia darem conta de eliminar as contradições e desequilíbrios gerados pela ditadura burocrática no terreno econômico e de promoverem uma democratização verdadeira, que permitisse às massas trabalhadoras estabelecerem um autogoverno / socialismo democrático. Também colocam questões de como se posicionar diante de divergências e conflitos no seio dessa burocracia, no sentido de apoiar ou não algum dos seus setores.

Por outro, tal qual os eventos abordados na Parte III, eles colocam o desafio de lidar com uma oposição de massas pró-democrática, porém não claramente comprometida com o socialismo e, em vários casos, liderada por forças abertamente pró-capitalistas e, portanto, contrarrevolucionárias. Diferentemente dos eventos abordados anteriormente, na segunda metade dos anos 1980, contudo, essas questões se fizeram presentes no conjunto do bloco soviético e de forma simultânea.

Ademais, a elas se somou a queda efetiva dos regimes stalinistas e a restauração do capitalismo, colocando questões adicionais de como interpretar e se posicionar diante de tais elementos. Tais questões constituem, portanto, importantes desafios à teoria do Estado operário burocratizado e às formas variadas pelas quais os diferentes grupos trotskistas haviam se apropriado dela ao longo dos anos anteriores e imprimido nela uma série de mudanças, muitas das quais ao nosso ver equivocadas.

Para podermos analisar e avaliar a reação dos trotskistas da época a esse derradeiro teste à teoria do Estado operário burocratizado, cabe uma análise mais detida dos eventos em questão, que será feita neste e no capítulo seguinte. Serão abordados com destaque os casos da URSS – a peça principal do bloco soviético – e também da Polônia e Alemanha Oriental, que então eram os países em pior situação econômica, constituindo o “elo frágil” da corrente, e também foram os países onde os trotskistas conseguiram maior inserção.

1. Os fatores que levaram às reformas de Gorbachev

1.1. Os problemas econômicos que levaram às reformas de Gorbachev

O degaste da economia da URSS, que levou Gorbachev a buscar novas e mais profundas reformas, pode ser visto claramente a partir dos dois gráficos a seguir. Se por um lado o crescimento quantitativo seguiu ininterrupto ao longo do pós-guerra, até o caos

ao fim dos anos 1980 (Gráfico 1), por outro ele se desacelerou progressivamente após os altos índices obtidos durante os anos de reconstrução da indústria no pós-Segunda Guerra (Gráfico 2), indicando possíveis problemas no sistema econômico.

Por certo não há que se esperar um crescimento econômico em ritmo igual uma vez que a infraestrutura fundamental necessária a uma economia industrializada tenha sido criada, o que ocorreu na URSS por volta dos anos 1940-50 (levando-se em conta também a reconstrução dessa infraestrutura após a Segunda Guerra).

Contudo, Robério Paulino destaca que, a partir de 1970, e, mais acentuadamente, a partir de 1975, todos os índices fundamentais apresentaram uma queda contínua na sua taxa de crescimento, como a renda nacional, renda nacional real *per capita*, produção industrial, produção agrícola, investimento de capital, produtividade do trabalho, entre outros.⁷⁰⁸

De forma complementar, Philip Hanson aponta que, a partir da referida década, a economia da URSS teve um “desempenho pobre” quando comparada não só aos países da Europa, mas também aos emergentes asiáticos, sobretudo em relação à sua produtividade do trabalho, a qual passou a se afastar cada vez mais a dos EUA e das demais potências capitalistas, após ter se aproximado delas no período anterior.⁷⁰⁹

Essa queda na velocidade de crescimento, portanto, não era algo “normal”, mas fruto de uma série de fenômenos negativos, que há tempos se acumulavam e retroalimentavam.

Conforme destaca Nelson Olic, o principal efeito disso para o regime foi deixá-lo cada vez mais para trás na corrida tecnológica em relação às potências capitalistas. Esse movimento se expressou em crescentes desperdícios e ineficiências do setor industrial e em uma agricultura onerosa, altamente dependente de subsídios, o que tornava necessária a importação de quantidades cada vez maiores de alimentos. Já para a maior parte da população, as consequências foram também diversas, e envolveram, sobretudo, escassez crescente de bens de consumo e má qualidade daqueles produtos que podiam ser obtidos, fosse pelas vias oficiais ou pelo cada vez mais presente mercado negro. Como fruto da piora da qualidade da vida, a população foi afetada por uma queda da expectativa de vida, que caiu de 66 para 62 anos, e também por um aumento da mortalidade infantil.⁷¹⁰

⁷⁰⁸ Cf. RODRIGUES, Robério Paulino. *O Colapso da URSS*. Um estudo das causas. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006, p. 157-158.

⁷⁰⁹ Cf. HANSON, Philip. *An Economic History of the USSR from 1945*. London: Longman, 2003, p. 246.

⁷¹⁰ Cf. OLIC, Nelson Bacic. *A Desintegração do Leste. URSS, Iugoslávia, Europa Oriental*. São Paulo: Moderna, 1993, p. 69-70.

Figura 1: Produto Nacional Bruto (PNB) da URSS para o período 1940-92 (sendo 1940 = 100).⁷¹¹

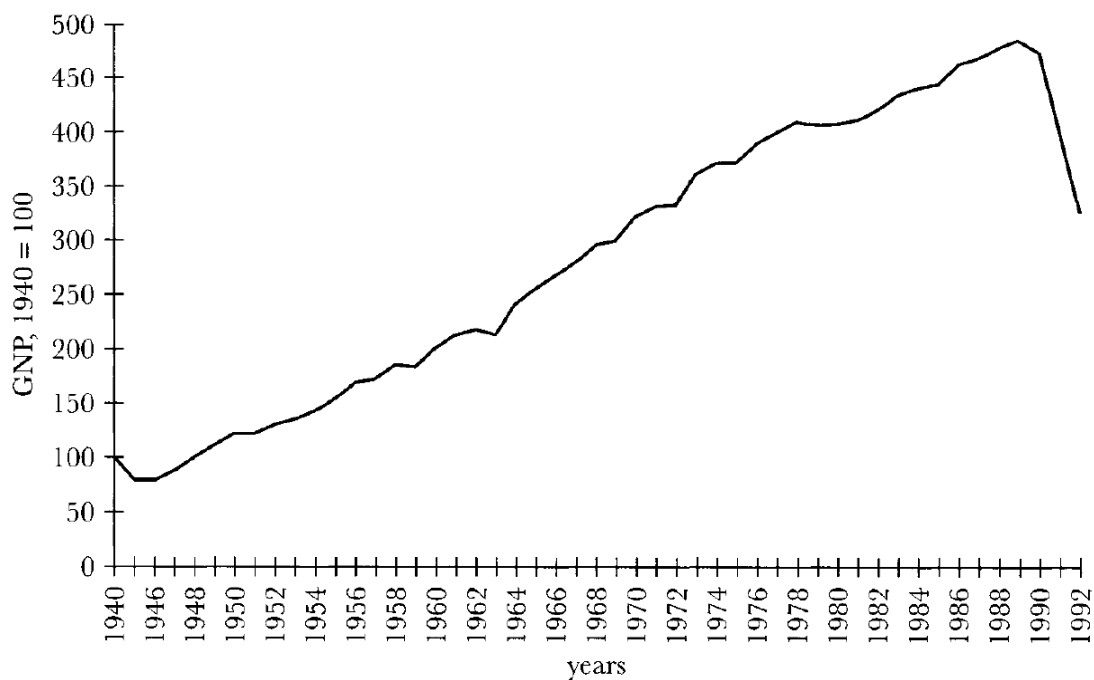
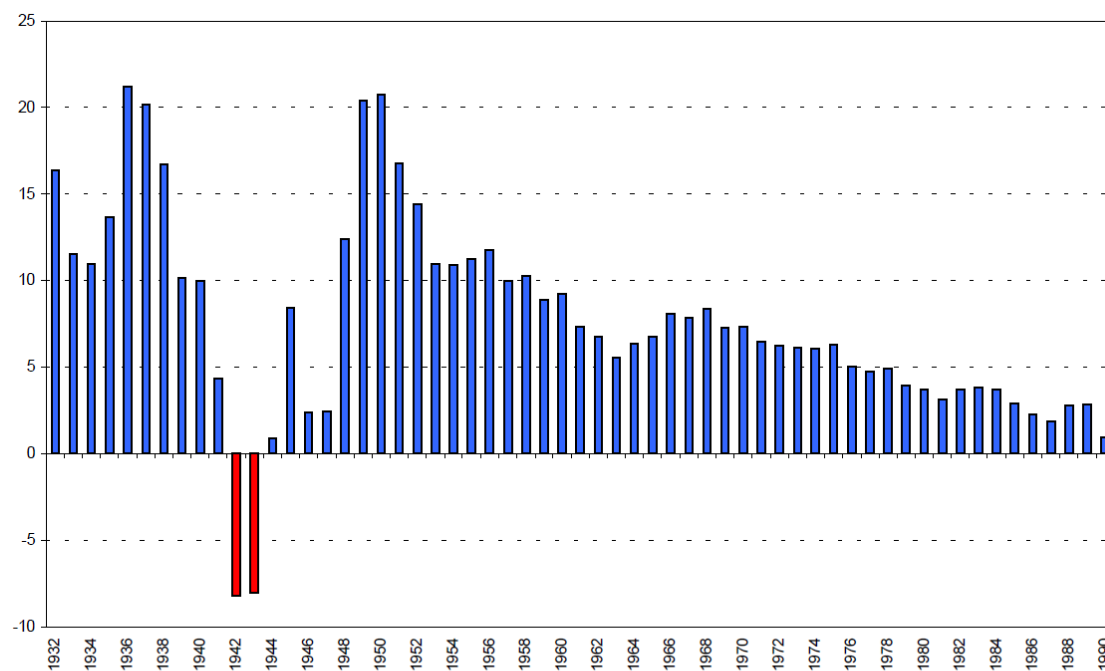


Figura 2: Produto Nacional Líquido da URSS para o período 1932-90 (médias trianuais das taxas de crescimento).⁷¹²



⁷¹¹ Original: HANSON, Philip. *Op. cit.* p. 242.

⁷¹² Original: RODRIGUES, Robério Paulino. *O Colapso da URSS, op. cit.*, p. 161.

Vejamos alguns dados de forma mais detalhada. Conforme enumera Daniel Aarão Reis Filho, ao passo que o crescimento industrial do período 1965-70 foi de 8,4%, ele caiu para 3,5% em 1981-85. Por sua vez, o crescimento da agricultura nesses dois ciclos caiu de 4,3% para 1,4%. Esse crescimento da agricultura foi muito inferior ao crescimento populacional, o que levou a um aumento significativo dos subsídios governamentais ao setor, que chegaram a superar os gastos militares. A produtividade média do trabalho também caiu, de 6,3% para 3%, ao longo de 1965-85, tal qual os investimentos em bens de capital, que foram de 7,8% a 1,8%. Já a inflação oficial, entre 1950-80, foi de 7% nos produtos de preços fixados, e de cerca de 100% nos produtos vendidos a preços livres (os quais eram basicamente a parte dos alimentos produzidos nas parcelas de uso privado dos *kolkhozi*).⁷¹³

Para além desses elementos, as metas estabelecidas pelos planos econômicos e os resultados obtidos na produção passaram por uma crescente defasagem ao longo dos anos 1960-80, conforme pode ser observado na tabela abaixo, que compara os índices de crescimento projetados pelos planos quinquenais (“Plano”) com os índices obtidos ao fim do período (“Real”).

Tabela 1: Comparação de índices de crescimento projetados pelos planos e realmente alcançados.⁷¹⁴

	1966-70		1971-75		1976-80		1981-85	
	PLANO	REAL	PLANO	REAL	PLANO	REAL	PLANO	REAL
Produto Nacional Bruto	6,9	7,1	6,7	5,1	4,7	3,8	3,4	3,2
Produção Industrial	8,2	8,4	8,0	7,4	6,3	4,4	4,7	3,6
Produtividade do trabalho na indústria	6,0	5,7	6,8	6,0	6,0	5,5	4,2	3,2
Investimentos	8,2	7,5	6,7	7,0	7,0	3,2	1,5	3,5
Renda real por habitante	5,4	5,9	5,5	4,4	4,4	3,9	3,1	2,2

Um dos aspectos mais notáveis desses problemas, conforme aponta Victor Meyer, foi a crescente escassez de bens de consumo durante a Era Brejnev, o que levou tanto ao crescimento do mercado negro, quanto das legislações para assegurar o consumo privilegiado da burocracia. Uma forma de legislação, por exemplo, foi a fragmentação

⁷¹³ Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Uma Revolução Perdida*. A história do socialismo soviético. São Paulo: Perseu Abramo, 1997, p. 223-224.

⁷¹⁴ Reproduzida de *Correio Internacional* n. 31, nov. 1987.

das lojas estatais em diferentes categorias, com concessão de acesso às que tinham mais e melhores bens apenas a certos setores da sociedade, categorizados conforme seus postos de trabalho.

Outro elemento notável, igualmente salientado por Meyer, foi o crescimento nas cidades do segundo emprego, não-formal, praticado não só nos horários livres, mas também crescentemente no horário do emprego formal e, muitas vezes, com uso de ferramentas e insumos ilegalmente extraídos dos locais de trabalho. Já no campo, houve uma dedicação cada vez maior dos camponeses dos *kolkhozi* ao trabalho nas parcelas de terra cuja produção era destinada ao mercado livre, em detrimento do trabalho nas parcelas cuja produção era vendida ao Estado a preços fixados.⁷¹⁵

Uma outra fonte de problemas foi a crescente integração da URSS ao mercado mundial, como enfatizam Hanson e Rodrigues. Esta ocorrera a partir da subida dos preços internacionais do petróleo nos anos 1970, quando a URSS aproveitou para aumentar as suas divisas em moeda forte e as utilizou para importação de cereais, bens de consumo e de maquinário moderno, tornando-se mais dependente das flutuações cambiais.⁷¹⁶

Ademais, um aspecto colateral do aumento das divisas dos países-membros da OPEP, nos anos 1970, foi a subida da oferta de crédito no mercado mundial, da qual a URSS fez um considerável uso. Segundo Luís Fernandes, a sua dívida externa aumentou significativamente ao longo de tais anos, atingindo um pico entre 1972-76, o qual só foi estabilizado posteriormente, até 1985, graças à alta dos preços do petróleo. Além disso, Fernandes salienta a existência de uma relação direta entre a queda das taxas de crescimento econômico da URSS e o salto da proporção entre a dívida externa e o volume de investimento interno, a partir de 1975.⁷¹⁷ Assim, a integração da URSS ao mercado mundial foi mais um subterfúgio para o “desempenho pobre” da sua economia, não uma causa dele, ainda que o tenha retroalimentado.

Essa dependência crescente em relação ao mercado mundial cobrou o seu preço em 1979 e no começo dos anos 1980, quando houve, respectivamente, uma repentina subida dos juros das dívidas externas e também uma relativa estagnação do comércio externo da URSS, puxada pela queda de importações de seus produtos pelos países capitalistas mais desenvolvidos. Este segundo elemento foi fruto da retomada de

⁷¹⁵ Cf. MEYER, Victor. *Determinações históricas da crise da economia soviética*. Salvador: EDUFBA, 1995, p. 150-152.

⁷¹⁶ Cf. HANSON, Philip. *Op. cit.*, p. 252; RODRIGUES, Robério Paulino. *O Colapso da URSS, op. cit.*, p. 155-156.

⁷¹⁷ Cf. FERNANDES, Luís. *Op. cit.*, p. 187-188.

restrições comerciais impostas pelos EUA, antes abrandadas durante a *détente*. Tratava-se, em parte, de uma retomada de hostilidades contra a URSS pela administração de Ronald Reagan, que tinha forte apoio daquela de Margaret Thatcher.⁷¹⁸

De forma similar, os demais países do bloco soviético também enfrentavam uma desaceleração econômica ao longo dos anos 1970, mas de uma forma ainda mais agravada. Esses países não tinham as mesmas riquezas naturais que a URSS, o que significava maiores dificuldades para obter divisas em moeda forte através da exportação de *commodities*. Com a subida dos preços do petróleo, a URSS impôs a revisão dos acordos de intercâmbio no interior do COMECON, que, até 1975, estavam abaixo dos preços do mercado mundial. Assim, esses países apostaram no endividamento externo como compensação para seus problemas econômicos, de forma que, com a subida dos juros em 1979, tiveram que comprometer uma grande parte de seus orçamentos com o pagamento destes, e então passaram a enfrentar graves problemas fiscais.⁷¹⁹

Para Hanson, a queda das taxas de crescimento e os problemas dela derivados podem ser parcialmente explicados pela diminuição da transferência de recursos de setores de baixa produtividade para setores de alta produtividade, pela mudança do centro agrícola soviético da parte europeia para a Sibéria (aumentando os custos de transporte), pela não renovação da agricultura, o que levou a crescentes gastos com importação de alimentos, e pela redução da introdução de novas tecnologias no setor.

Apesar de serem problemas, até certo ponto, de “gestão”, o próprio Hanson encara que o “desempenho pobre” da URSS em comparação com as potências capitalistas a partir dos anos 1970 tinha uma raiz “sistêmica”, ligada ao modelo de planejamento. Nesse sentido, Hanson também aponta como um fator provável a ausência dos níveis de repressão que existiam na época de Stalin para garantir o cumprimento do plano, de forma que se poderia falar em uma “perda de disciplina” na sua aplicação, levando à mencionada defasagem crescente entre metas e resultados.⁷²⁰

Além de Hanson, Rodrigues e Angelo Segrillo também situam as raízes “estruturais” desses problemas no modelo de planejamento existente, e destacam ainda outros elementos que vieram a contribuir para o quadro de deterioração da economia soviética nos anos 1970-80. Entre tais elementos, são ressaltados a queda populacional e os esgotamentos do modelo de expansão extensiva, devido ao escasseamento de recursos

⁷¹⁸ Cf. *Ibid.*, p. 185-186; RODRIGUES, Robério Paulino. *O Colapso da URSS*, *op. cit.*, p. 156.

⁷¹⁹ Cf. FERNANDES, Luís. *Op. cit.*, p. 183-185 e 190.

⁷²⁰ Cf. HANSON, Philip. *Op. cit.*, p. 245-252.

naturais, especialmente a quantidade de terras aráveis ainda disponíveis, e de mão de obra rural excedente para ser incorporada à indústria. Tudo isso já havia se tornado perceptível nos anos 1960, mas se agravou sobremaneira ao longo dos anos 1970-80.⁷²¹

Assim, apesar de alguns ajustes secundários de “gestão” para dar continuidade ao crescimento econômico, conforme aponta Segrillo, restava apenas a possibilidade de aumentar os investimentos em maquinário e a realização de um melhor aproveitamento da mão-de-obra e dos recursos disponíveis. Contudo, cerca de 30% do PNB já era usado em investimentos de bens de produção, de forma que aumentar tal índice seria muito prejudicial para o setor de bens de consumo. Daí vieram as reformas econômicas dos anos 1950-70, que buscaram introduzir estímulos que viabilizassem um crescimento intensivo, elevando a eficiência do sistema econômico e, sobretudo, a produtividade do trabalho. Porém, tais reformas não obtiveram resultados duradouros, e, muitas vezes, geraram novas contradições.⁷²²

Uma das consequências mais graves dessa incapacidade de transitar para um modelo de crescimento intensivo foi uma crescente defasagem tecnológica nas áreas de ponta não-militares em relação às potências capitalistas, no correr dos anos 1970-80. Conforme defende Segrillo, isso estava em grande parte ligado ao fato de que tais potências haviam passado pela Terceira Revolução Industrial, ou Revolução Tecnocientífica, marcada pela adoção de padrões “flexíveis” de produção e intenso uso da informática, na forma da robótica e da automação, ao passo que a URSS não conseguiu superar os padrões tayloristas-fordistas, pois o planejamento existente era incompatível com flexibilidade.⁷²³

Por exemplo, em 1979, a URSS possuía apenas 1321 robôs operando em suas empresas, enquanto o Japão possuía cerca de 53 mil. Entre 1983-84, apenas 35% das empresas da URSS com mais de 500 trabalhadores eram equipadas com computadores, contra quase 100% no caso dos EUA e Japão. A própria produção de computadores prevista no plano quinquenal da época atingiu apenas 1% da meta estabelecida.⁷²⁴

⁷²¹ Cf. RODRIGUES, Robério Paulino. *O Colapso da URSS*, op. cit., p. 165-202; SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS*. De Gorbachev ao Pós-Yeltsin. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 13.

⁷²² Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Declínio da URSS*. Um estudo das causas. São Paulo, Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 80-83.

⁷²³ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Declínio da URSS*, op. cit., p. 25-27 e 39-42; RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX*. O Que Deu Errado? 2ª ed. São Paulo: Letras do Brasil, 2010, p. 258.

⁷²⁴ Dados compilados em CARRASCO, Carmen. Reagan-Gorbachov: “Una cumbre hogareña”. *Correo Internacional* n. 16, ene.-feb. 1986, p. 5-7.

Encaramos que os motivos dessa incapacidade de transitar a um modelo de crescimento intensivo é que são a chave para entender as raízes estruturais do “desempenho pobre” da economia soviética, as quais se encontravam no regime político da ditadura da burocracia e no único tipo de planejamento econômico que ele permite, burocrático.

Cabe ainda mencionar que muitos autores enfatizam o peso dos gastos militares como sendo um crescente fardo sobre a economia soviética, ao exemplo de Rodrigues.⁷²⁵ De fato, por mais que não se conheça com precisão o tamanho de tais gastos, sabe-se que eles sempre foram muito altos e que o setor militar tinha prioridade no abastecimento de mão de obra especializada, matérias primas e bens de produção. Contudo, autores como Hanson e Segrillo contestam que esse tenha sido um fator determinante, uma vez que tais gastos já eram altos quando a taxa de crescimento não estava caindo e não se observa uma correlação entre tal queda e o aumento ou diminuição desses gastos. Ademais, a indústria civil e militar da URSS havia sido construída de forma a permitir uma conversibilidade e a indústria militar sempre produziu muitos bens de produção e alguns bens de consumo para o setor civil. O fato é que, diante do desempenho ruim da economia soviética, tais gastos passaram a ter um peso maior.⁷²⁶

Por conta disso tudo, ao chegar ao poder, Gorbachev e seu grupo de “reformadores” passaram a se referir à Era Brejnev como um período de “estagnação”. Essa caracterização passou a predominar também na literatura especializada e perdura até hoje, apesar de ter sido um período de grande crescimento da influência internacional da URSS, de sua equiparação militar com os EUA e do quase contínuo crescimento de seu produto nacional. Assim, o termo “estagnação” não significava que o crescimento havia cessado, mas se referia à piora crescente da economia e sobretudo, à falta de iniciativa por parte do regime para reverter tal quadro.⁷²⁷

Vale lembrar ainda que o período Brejnev foi marcado pela política de “estabilidade dos quadros”, que culminou em um engessamento e envelhecimento na cúpula da burocracia. Esse processo conformou o que foi chamado de “gerontocracia”, em referência à média etária dos dirigentes de escalões superiores e intermediários ser de 70 anos ao final da gestão Brejnev.

⁷²⁵ Cf. RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX*, op. cit., p. 258.

⁷²⁶ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Declínio da URSS*, op. cit., p. 121-133; HANSON, Philip. *Op. cit.*, p. 252.

⁷²⁷ Cf. RODRIGUES, Robério Paulino. *O Colapso da URSS*, op. cit., p. 152-155.

Em 1982, após o falecimento de Brejnev, que já apresentava claros sinais de senilidade, outros dois dirigentes exerceram o comando do regime antes de Gorbachev, Iuri Andropov (1982-84) e Konstantin Chernenko (1984-85). No entanto, por serem igualmente envelhecidos, permaneceram no cargo por pouco tempo, até também falecerem.⁷²⁸

Gorbachev, ao contrário dessas lideranças precedentes, era relativamente jovem, enérgico e determinado a promover reformas que revigorassem a saúde do regime. Pode-se perceber que a sua ascensão à liderança do regime deu-se em meio a um quadro problemático, conforme ele próprio afirmou em seu livro “*Perestroika: novas ideias para o meu país e o mundo*” (1987), no qual afirma que havia um “freio ao desenvolvimento”.⁷²⁹ Um de seus principais assessores, o economista Abel Aganbegian, assim como os autores mencionados anteriormente, via a raiz dos problemas principais no que nomeava de “sistema administrativo de gestão por comando”, ou seja, no sistema de planejamento centralizado, com a estrutura altamente verticalizada e o seu foco em medidas quantitativas. Este teria se tornado um “freio total” nos anos 1970, conforme o desenvolvimento extensivo se esgotou.⁷³⁰

Na análise dessas figuras reformadoras, era necessário dar um salto a um modelo de crescimento intensivo, alinhado com a Revolução Técnico-Científico, com seu modelo de produção flexível. Porém, isso era incompatível com o planejamento centralizado tal qual ele existia.

De forma semelhante, há toda uma produção bibliográfica acerca da URSS e seu colapso que localiza no modelo de planejamento existente a raiz dos problemas econômicos aqui apresentados. Todavia, ao invés de condenar o planejamento em si, conforme fazia Aganbegian e outros defensores do mercado, dos quais se cercou Gorbachev, tal produção busca localizar as raízes históricas deste modelo para debater a questão de que ele não era o único e que tampouco o recurso a mecanismos de mercado era a única alternativa.

Ao nosso ver, trata-se de um debate fundamental, que diz respeito não só aos rumos possíveis que a URSS poderia ter seguido, como também aos rumos atuais de outras formações sociais análogas que enfrentaram ou enfrentam problemas semelhantes aos aqui descritos (China, Cuba, Coreia do Norte, Vietnã e Laos).

⁷²⁸ Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p. 226.

⁷²⁹ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS, op. cit.*, p. 27.

⁷³⁰ Cf. *Ibid.*, p. 27-29; SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS, op. cit.*, p. 13-14.

1.2. O sistema de planejamento na URSS e os seus desequilíbrios

Como funcionava o planejamento na URSS? Após a coletivização forçada e a industrialização acelerada, nos anos 1930, um enorme aparato gestor foi criado para elaborar e coordenar a aplicação dos Planos Quinquenais. Conforme descreve Segrillo, a *Gosplan* (Comitê estatal de planejamento) se tornou o centro desse aparato. Contudo, ela não cuidava diretamente da produção de todos os bens, mas operava com instruções e metas gerais para grupos agregados dos principais produtos a partir de cálculos anuais. Conjuntamente à *Gosplan* operavam a *Gossnab* (Comitê estatal de alocação de recursos) e o *Gosbank* (Banco estatal), também no vértice do sistema de planejamento.

As instruções de como estes grupos agregados de produtos de um mesmo tipo deveriam ser desagregados em categorias mais específicas e como deveriam ser elaborados os planos de produção e de distribuição de cada categoria eram repassadas aos vários ministérios industriais e comitês estatais ligados à gestão econômica. Esses escalões intermediários, por sua vez, destrinchavam as instruções em outras mais específicas e as enviavam a uma cadeia de escalões inferiores, até chegar nas empresas – a base do sistema piramidal de planejamento. Por fim, as empresas enviavam relatórios aos ministérios aos quais estavam subordinadas, especificando elementos como sua capacidade de produção e custos necessários em termos de mão de obra, matérias-primas, equipamentos etc., os quais eram agregados e repassados pelos ministérios à *Gosplan*, para a preparação do plano do ano seguinte.

O estabelecimento das metas de crescimento se baseava sempre no último patamar alcançado, portanto, na taxa de crescimento do ano anterior e, ainda durante a vigência do plano, eram feitas correções, as quais, apesar de previstas apenas para casos excepcionais, eram na realidade, frequentes. Portanto, havia um ciclo elaboração do plano - aplicação - correções - relatórios - novo plano. Por mais que o sistema de planejamento tenha passado por algumas mudanças ao longo dos anos 1950-70, esses eram seus elementos centrais, e se mantiveram durante todo o período prévio à *perestroika*.⁷³¹

Dessa estrutura derivavam vários problemas, que estão na raiz dos anteriormente debatidos. Segundo afirma Segrillo, as metas dos planos eram baseadas no conceito de *valovaya produktsiya*, isto é, de produção bruta. O *val*, como era chamado, era o principal indicador do plano, o que gerava desequilíbrios diversos, que passaram a pesar muito a

⁷³¹ Este e os parágrafos anteriores cf. SEGRILLO, Angelo. *O Declínio da URSS*, op. cit., p. 65-67.

partir dos anos 1960, conforme o modelo de crescimento extensivo passou a encontrar limites. A centralidade do *val* levava as empresas a buscarem o aumento da produção quantitativa a todo custo, de modo a colocar a qualidade em segundo plano, o que afetava não só os produtos finais, mas também gerava desperdícios e uso excessivo de insumos.

O foco nas metas quantitativas também gerava resistências dos diretores e gestores de empresa à implementação de novas tecnologias, pois as mudanças na planta envolveriam reduzir temporariamente a produção, afastando-a das metas estabelecidas, e, portanto, prejudicando os bônus dos gestores. Em um movimento contraditório, havia também um desestímulo ao aumento da produção, pois isso elevaria as metas do período seguinte, devido à forma como elas eram estabelecidas.⁷³²

Portanto, a má qualidade dos produtos, especialmente a dos bens de consumo, não gerava consequências sérias para as empresas, pois a prioridade dada pelo regime aos bens de produção levava à escassez permanente dos bens de consumo, ainda que o grau pudesse variar em diferentes momentos. Além disso, havia uma constante desproporção entre oferta e demanda, pois sempre havia compradores, mas sem qualquer mecanismo de “soberania do consumidor”, através do qual pudessem fazer valer seus interesses. Consequentemente, os compradores existiam, mas em conjunto com produtos de penosa qualidade e frequentemente escassos.⁷³³

Para piorar, esse sistema era altamente verticalizado e marcado por um caráter centralizador e autoritário. Uma importante expressão disto era a concentração das decisões no centro planejador, sem que houvesse diálogos ou negociações com os demais escalões no estabelecimento das metas e alocação dos recursos. Dessa forma, os escalões inferiores se viam alienados, prejudicando sua iniciativa e dedicação. Isso também afetava sobremaneira a eficácia do sistema, pois qualquer atraso ou distorção nos relatórios vindos dos escalões inferiores gerava desequilíbrios em cadeia.

Outra expressão era o princípio da responsabilidade de uma só pessoa (*edinonachalie*), herdado do Comunismo de Guerra. De imediato, este princípio permitiu uma maior disciplina nas empresas, em comparação à gestão baseada em comitês de trabalhadores. No entanto, com o tempo, ele levou a uma grande alienação dos trabalhadores em relação aos processos de gestão da produção, principalmente quando da passagem da eleição dos gestores e diretores para a sua nomeação pelas instâncias

⁷³² Cf. *Ibid.*, p. 63-64 e 68.

⁷³³ Cf. *Ibid.*, p. 73-75.

superiores, através do sistema da *nomenklatura* (a lista de nomes possíveis de indicação).⁷³⁴

Por conta disso tudo, Lewin destaca que era necessária uma grande dose de coerção política para que a estrutura funcionasse, principalmente porque os salários e os empregos dos trabalhadores e gestores eram assegurados por lei. Não havia, assim, uma coerção econômica sobre eles; no máximo, havia incentivo econômico na forma dos bônus de desempenho em relação ao cumprimento das metas e, no caso dos gestores, alguns privilégios materiais, que cresciam sobremaneira conforme eles ascendiam na hierarquia da burocracia.

Assim, durante os anos 1930-40 predominaram o terror de Stalin e a hipercentralização de poderes em suas mãos, nas do Secretariado-geral e do *Politburo*. Tal hipercentralização assumiu a forma de uma duplicação dos órgãos da gestão econômica no interior da cúpula do partido, que passou a ter secretarias ou responsáveis para controlar e supervisionar a atuação de cada um dos órgãos econômicos. Com isso, foi construída uma “matriz governamental” que entrelaçava a burocracia do partido com a do Estado e da gestão econômica.

A partir dos anos 1950, essa hipercentralização nas mãos da Secretaria-geral e do *Politburo* cedeu espaço ao Comitê Central do partido, que passou a ser o responsável por os órgãos “duplicados” para controlar a gestão econômica, na forma de “departamentos”. Havia, assim, dentro do CC, um “Departamento de Agricultura do CC”, um “Departamento da Siderurgia” etc. Lewin conclui, a partir disso, que o PC se fundiu a tal ponto com a administração estatal que virou um “acessório da burocracia econômica”.⁷³⁵

Além dessa “matriz governamental”, erguida sob Stalin, Lewin destaca também o fenômeno do *vedomstvenmost* (“departamentalismo”), nela introduzido a partir da gestão de Krushev. Tratavam-se de “departamentos” gestores (*vedomstvo*), que passaram a atuar como elementos de escalão intermediário entre o centro planejador (*Gosplan*, *Gossnab*, ministérios) e as empresas, devido ao crescimento e complexificação do sistema industrial alcançado ao fim da Segunda Guerra.

Esse elemento gerou diversos problemas novos, ao constituir um sistema de gestão ainda mais segmentado e verticalizado, no qual não havia canais de comunicação horizontal entre os vários níveis inferiores dos “departamentos”. Consequentemente,

⁷³⁴ Cf. *Ibid.*, p. 70-71 e 79.

⁷³⁵ Cf. LEWIN, Moshe. *O fenômeno Gorbachev*, op. cit., p. 136-138.

ocorriam diversas incoerências de gestão e desequilíbrios aos níveis das gestões locais e nacionais, cujas necessidades acabavam sempre sendo subordinadas àquelas do “departamento” ou de um dado ministério da união.⁷³⁶

As cidades industriais, por exemplo, acabavam divididas entre administrações subordinadas a diferentes órgãos superiores, sem que houvesse qualquer comunicação horizontal, criando núcleos urbanos isolados uns dos outros, até mesmo em termos de linhas de transporte público. Em resposta às várias irracionalidades geradas nos processos de urbanização, de produção etc., os trabalhadores frequentemente migravam para outras cidades e mudavam de emprego, o que gerava uma alta rotatividade da mão de obra, ou eles simplesmente faltavam sistematicamente ao trabalho (fenômeno do “absenteísmo”).

No âmbito da economia, esse departamentalismo também tinha consequências diversas, como os constantes desequilíbrios, incapacidade de lidar com mudanças estruturais e o prejuízo para o crescimento e expansão econômicos, que começaram a ser superados pelo crescente mal funcionamento que os acompanhava.⁷³⁷ Conforme aponta Segrillo, também levava à falta de cooperação e à duplicação de recursos entre os diferentes órgãos e áreas da produção.⁷³⁸

No caso das empresas, especificamente, conforme aponta Meyer, elas se viram forçadas a criarem “sistemas de autodefesa”. Como exemplo desta prática, pode-se citar a recorrente prática de estocagem da produção, a qual, ao fim da era Krushev, já ultrapassava em ritmo a própria produção na proporção de duas a três vezes – a produção *na sklad*, “para o estoque”.

Tratavam-se de bens produzidos somente para cumprir as metas quantitativas do plano, possuindo qualidade tão baixa que eram invendáveis e acabavam estocados, gerando assim distorções nos índices de crescimento, que adquiriam uma margem de artificialidade. Essas empresas estocavam produtos de forma recorrente, a fim de se prevenirem da falta de insumos e de peças sobressalentes, uma vez que estas demoravam a ser obtidas quando se faziam necessárias, o que prejudicava o cumprimento das metas. De forma semelhante, devido aos problemas de abastecimento, as empresas tendiam a requisitar mais do que necessitavam para poder ter um estoque de emergência, então distorcendo seus relatórios.

⁷³⁶ Cf. *Ibid.*, p. 130-132.

⁷³⁷ Cf. *Ibid.*, p. 132-135

⁷³⁸ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Declínio da URSS, op. cit.*, p. 76.

Outro mecanismo utilizado para contornar a escassez de insumos e a falta de comunicação horizontal era o uso do *tolkach* (“empurrador”), um funcionário responsável por fazer a ponte entre empresas para conseguir insumos e maquinários dos quais elas precisavam, de forma mais rápida e através de diversos repertórios (de subornos a ameaças). Portanto, os canais horizontais eram criados à revelia do centro e à margem da lei.⁷³⁹

Um problema adicional relacionava-se ao sistema de preços. Como eles eram estabelecidos politicamente e mantidos fixos por períodos prolongados, não podiam servir de guia para o plano. Ademais, era comum haver subsídios para cobrir custos diversos das empresas e também para manter os preços baixos, o que gerava distorções em cadeia e prejudicava a alocação eficaz de recursos.⁷⁴⁰

Conforme destaca Segrillo, esse sistema era marcado ainda por uma grande rigidez, relacionada ao fato de que este havia sido baseado nos padrões tayloristas-fordistas. Ainda que tenha produzido crescimento econômico durante as suas primeiras décadas, apesar do alto grau de desperdício envolvido, ele se mostrou incompatível com as demandas de flexibilidade da Revolução Técnico-Científica, com seu maquinário “reorganizável”, trabalhadores “polivalentes”, valorização da iniciativa, criatividade e cooperação, alta dose de automação, intenso fluxo de informações tanto vertical quanto horizontal e com seu foco na produtividade do trabalho e qualidade do produto final, ao invés da quantidade. Para absorver tais elementos com o objetivo de transitar a um modelo de crescimento intensivo seriam necessárias mudanças profundas no sistema.⁷⁴¹

Cabe enfatizar que, ao nosso ver, esses problemas apontados não derivavam da planificação econômica em si, mas da forma burocrática que o regime stalinista dava a ela, devido ao monopólio do poder político pela burocracia. Forma essa que não substituiu a coerção econômica das relações de mercado por outro elemento capaz de organizar as relações produtivas, a não ser a coerção política, a qual não era sustentável por tempo indeterminado no nível do terror e, com as mudanças pelas quais passou a sociedade soviética ao longo dos anos pós-Segunda Guerra, nem mesmo nos níveis mais atenuados adotados a partir de 1953.

⁷³⁹ Cf. MEYER, Victor. *Determinações históricas*, op. cit., p. 145; LEWIN, Moshe. *O fenômeno Gorbachev*, op. cit., p. 167-168 e 132-135; SEGRILLO, Angelo. *O Declínio da URSS*, op. cit., p. 68.

⁷⁴⁰ Cf. *Ibid.*, p. 69 e 79.

⁷⁴¹ Cf. *Ibid.*, p. 91-102 e 115-116.

A única alternativa possível ao planejamento burocrático que não passasse pelo reestabelecimento da anarquia de mercado seria a autogestão dos trabalhadores, que imprimiria um caráter democrático à gestão da propriedade social e à planificação econômica. Apenas ela poderia assegurar a devida aferição das demandas produtivas da sociedade, a liberdade de pensamento e de informação necessárias à planificação verdadeira (democrática), à inovação e à motivação para o engajamento dos trabalhadores. Essa alternativa, contudo, não era compatível com o regime stalinista e, portanto, não figurava como possibilidade para a burocracia.

1.3. As reformas prévias à *perestroika*

Antes de Gorbachev, diferentes dirigentes da URSS já haviam percebido os problemas causados pelo planejamento burocrático e tentado realizar reformas para corrigi-los. Todas, contudo, falharam.

Nos anos 1950, sob a gestão de Krushev, ainda que se tenha apostado na continuidade do crescimento extensivo para a agricultura, através da campanha de expansão para as “terras virgens” da Ucrânia e da concentração das fazendas em *kolkhozi* muito maiores,⁷⁴² foram feitas mudanças com vistas a inserir um certo grau de flexibilidade e autonomia no sistema de planejamento industrial, através de uma descentralização e desverticalização parcial. Assim, em 1956-57, mais poder foi concedido aos governos das repúblicas sobre as empresas nelas localizadas, aos diretores das empresas e, mais significativamente, os ministérios industriais foram desfeitos e substituídos por 105 Conselhos da Economia Nacional (*sovnarkhozi*), responsáveis pelo planejamento e gestão a nível local (posteriormente reduzidos para 47), ainda que subordinados ao centro. Buscava-se, assim, a passagem para um crescimento intensivo.

Essa maior autonomia administrativa, contudo, levou ao que ficou conhecido como “febre de localismo” (*mestnischestvo*) – uma falta de articulação entre as gestões locais, que passaram a atuar em benefício próprio e em detrimento da cooperação. Com isso, as taxas de crescimento caíram ainda mais e isso afetou a qualidade de vida, o que logo se expressou em agitação operária, na forma de protestos e comícios em diversas cidades, no começo dos anos 1960. Em resposta, o regime recrudescceu a repressão para

⁷⁴² O almejado salto na produção agrícola não se verificou, pois os insumos fornecidos às novas fazendas na Ucrânia não eram de boa qualidade, a mão de obra não recebeu a devida instrução técnica e ainda ocorreram secas e desastres ecológicos. Por sua vez, os novos *kolkhozi* gigantescos não apresentaram bom desempenho, pois se mostraram de difícil administração. Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p. 205.

reestabelecer a disciplina no cumprimento do plano – por exemplo, estabelecendo pena de morte para crimes econômicos, em 1961.⁷⁴³

Ainda sob Krushev, foi aberto um debate entre economistas nas páginas do *Pravda* para tentar soluções melhores, em setembro de 1962. Nele, destacou-se a intervenção de Evsei Liberman, que defendeu que o aumento da eficiência poderia ser alcançado através da adoção do lucro como um critério de desempenho das empresas, ao invés de contar unicamente com metas quantitativas, e com a introdução de mecanismos que vinculassem o financiamento destas à sua lucratividade, de forma a haver estímulos econômicos à elevação da produtividade.

Além disso, Liberman argumentou que a adoção do lucro permitiria aferir de melhor maneira a demanda social para os diferentes bens de consumo, e adequar a produção a ela. Apesar de o debate logo ter sido suprimido, com duras críticas a Liberman, sob argumentos de que as suas propostas levariam à restauração do capitalismo, as suas propostas foram incorporadas por Alexei Kosigin, quando este assumiu o cargo de Presidente do Conselho de Ministro em 1964, após a remoção de Krushev.⁷⁴⁴

Preocupado em corrigir o que percebia como “desequilíbrios” do sistema econômico e em incorporar a Revolução Técnico-Científica, o CC a provou uma série de reformas em 1965-66, encabeçadas por Kosigin. Parte das mudanças descentralizadoras de Krushev foram revertidas, com a abolição dos *glavki* e com o reestabelecimento dos ministérios centrais, porém foram adotadas medidas de estímulo à produtividade e eficiência empresarial propostas por Liberman. Assim, a autonomia das empresas foi ampliada ainda mais, com concessão de maior poder de decisão aos diretores e gestores, com o aumento dos contratos horizontais (interempresariais) e, principalmente, com uma maior autonomia financeira, através da abolição da distribuição gratuita e centralizada dos meios de produção e fundos de investimento, substituída pelo financiamento das compras e investimentos e pelo aumento da parcela de lucro a ser retida pelas empresas para uso livre. A mudança principal foi a introdução do lucro como critério central de determinação da eficiência das empresas, reduzindo a importância do *val* ao contabilizar a produção vendida, para efeito de cumprimento de metas. A

⁷⁴³ Cf. FERNANDES, Luís. *Op. cit.*, p. 126; HANSON, Philip. *Op. cit.*, p. 58; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p. 208.

⁷⁴⁴ Cf. FERNANDES, Luís. *Op. cit.*, p. 146.

lucratividade foi ainda vinculada parcialmente aos aumentos de salários, bônus, preços e de crédito.⁷⁴⁵

No que tange à agricultura, foram desfeitos os *kolkhozi* gigantes de Krushev, foi concedida maior autonomia para os agricultores trabalharem suas parcelas destinadas à subsistência e ao mercado livre, e os preços fixados receberam um aumento significativo. Ademais, tanto na indústria quanto na agricultura houve um esforço sistemático de modernização do maquinário, com aumento dos investimentos tecnológicos.⁷⁴⁶

De início, as reformas Liberman/Kosigin geraram efeitos positivos, expressos em um aumento da média anual de crescimento no 8º Plano Quinquenal em cerca de 7,7%. No entanto, eles logo deram lugar novamente a uma tendência de queda, de forma que, em 1985, tal taxa era de cerca de 3%.

Conforme apontam Fernandes e Segrillo, apesar das mudanças, o aparato central de planejamento seguiu dotado de grandes poderes, e a burocracia a ele ligada interferiu sistematicamente para minar a autonomia concedida aos escalões inferiores.

Por exemplo, os diretores das empresas seguiram sendo nomeados pelos órgãos ministeriais, o que manteve a desvinculação entre gestores e trabalhadores, prejudicando o interesse coletivo na eficiência. As demissões nas empresas seguiram só podendo ocorrer mediante a garantia de um novo emprego, de forma que a coerção econômica sobre os trabalhadores seguiu sendo muito baixa. O montante de investimentos alocados de forma não-centralizada ficou limitado a 20%, com o *Gosbank* mantendo, assim, enorme poder decisório na alocação de recursos. Apesar da reforma de preços agrícolas e também industriais, eles seguiram sendo fixados pelo Comitê Estatal de Preços, ainda que este tenha passado a usar mecanismos que buscassem “refletir” as forças do mercado, como pesquisas de opinião e preferência e reuniões com grupos de compradores, mantendo um desequilíbrio entre oferta e demanda de bens de consumo.⁷⁴⁷

Boa parte dessas reformas acabou sendo revertida ao longo dos anos 1970, com a retomada dos poderes dos ministérios e outros órgãos superiores em detrimento das empresas. No lugar de mudanças mais profundas, apenas ajustes menores foram feitos nessa década, em especial a reorganização industrial de 1973-74, que unificou empresas em unidades maiores (“associações”), para facilitar o planejamento central. Também o decreto de julho de 1979, que estabeleceu cálculos de valor agregado como indicador

⁷⁴⁵ Cf. FERNANDES, Luís. *Op. cit.*, p. 146-147.

⁷⁴⁶ Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p. 218.

⁷⁴⁷ Cf. FERNANDES, Luís. *Op. cit.*, p. 148; SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS, op. cit.*, p. 11-12.

econômico, no lugar do *val*, permitindo criar vínculos mais diretos entre os incentivos materiais ao aumento da produtividade e eficiência e o desempenho econômico das empresas. Contudo, devido à constante resistência da burocracia ligada ao aparato central de planejamento, essas mudanças fracassaram em tornar o crescimento mais intensivo e, enquanto no 8º Plano Quinquenal 40% do aumento da renda nacional foi fruto de um aumento na produtividade, entre 1981-82 essa taxa caiu para 25%.⁷⁴⁸

Conforme aponta Jonas Bellis, o fracasso das reformas de Kosigin está relacionado, em essência, ao conservadorismo e inércia da burocracia ligada aos órgãos do planejamento econômico, que era avessa a conceder maior poder aos gestores empresariais, uma vez que isso significaria perda, ainda que parcial, do seu próprio poder. Como Brejnev buscara a estabilidade do regime através, dentre outros elementos, da garantia da manutenção dos burocratas do alto escalão em seus respectivos postos (política da “estabilidade dos quadros”), não havia base política para uma mudança significativa.⁷⁴⁹

Apesar dessa reversão das reformas, os debates promovidos entre economistas nos anos 1960, a fim de auxiliar as mudanças então em curso, deixaram uma marca importante ao terem gerado uma corrente de pensamento favorável à adoção de mecanismos de mercado, a dos *tovarniki*, à qual se opôs a dos “ortodoxos”. A corrente dos *tovarniki* foi central para a realização das reformas dos anos 1980.⁷⁵⁰

Após a morte de Brejnev, em novembro de 1982, Iuri Andropov assumiu como Secretário-geral e estava mais disposto do que seu antecessor a realizar reformas econômicas profundas, através da introdução de mecanismos de mercado. Provavelmente, essa maior disposição era fruto tanto do agravamento da situação econômica, quanto da aparição de consequências negativas mais severas desse agravamento para a estabilidade do regime, pois, no ano anterior a Andropov assumir, houve a eclosão de uma série de manifestações e greves locais contra a piora das condições de vida. Para viabilizar novas reformas, Andropov e seus aliados trouxeram à tona uma série de escândalos de corrupção, como forma de depurar certos elementos conservadores da burocracia e substituí-los por quadros mais jovens e alinhados com seu projeto de mudanças.

⁷⁴⁸ Cf. FERNANDES, Luís. *Op. cit.*, p. 149; SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS, op. cit.*, p. 14-15.

⁷⁴⁹ Cf. BELLIS, Jonás Chaia de. Supervivencia e implosion. Las burocracias soviética y china ante la restauración del capitalismo. Un enfoque desde la teoría del Estado de L. Trotsky. *Revista Izquierdas*, n. 21, p. 178-205, Octubre de 2014.

⁷⁵⁰ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS, op. cit.*, p. 11-12.

A partir de 1983, Andropov autorizou experimentos com mecanismos de mercado em algumas poucas empresas selecionadas, às quais foi concedida grande autonomia financeira e administrativa em relação ao aparato planejador, bem como maior liberdade de precificação e vinculações entre incentivos financeiros (bônus, salários etc.) e a lucratividade. Ao mesmo tempo, foi elevada a coerção de forma geral, tendo “disciplina” se tornado a principal palavra de ordem das suas reformas, com intuito de combater o absenteísmo e elevar a produtividade do trabalho. Cerca de 30 mil novos jovens policiais foram recrutados a partir das fileiras do PCUS e da *Komsomol* e batidas policiais passaram a ocorrer diariamente em locais como cinemas e bares, para levar os trabalhadores faltosos de volta às empresas. Essa repressão caiu também sobre setores da burocracia, para reduzir os altos níveis de corrupção que a política de “estabilidade dos quadros” havia ajudado a criar durante os anos Brejnev.

Gorbachev esteve diretamente envolvido na elaboração e aplicação de tais medidas, como parte da equipe econômica de Andropov. Este, porém, permaneceu no poder por apenas cerca de 15 meses, tendo falecido em fevereiro de 1984. Após sua morte, quem assumiu foi Konstantin Chernenko, mais alinhado com a ala conservadora, “brejneviana”, que ainda retinha influência na cúpula partidária, de forma que os experimentos foram brechados até sua morte, em março de 1985.⁷⁵¹

Ao longo das décadas de 1950-70, vários países do bloco soviético também realizaram reformas econômicas, pois enfrentavam problemas muito parecidos com os da URSS e, apesar de terem obtido certa autonomia ao longo desse período, ainda tinham sua gestão muito subordinada à daquela, de forma que tais reformas foram realizadas quase sempre em sincronia com as da URSS e sem nunca ir além delas. Exceções importantes foram a Polônia, que, depois da revolta de 1956, reverteu a coletivização das terras, e também a Hungria e a Romênia, países que, em 1968, foram mais a fundo na concessão de autonomia às empresas e na implementação de mecanismos de mercado.⁷⁵²

Ao nosso ver, o fracasso dessas reformas prévias à *perestroika* demonstra a inviabilidade histórica do regime stalinista, pois o monopólio do poder político pela burocracia impedia o devido funcionamento do mecanismo econômico, ao impor uma gestão burocrática à propriedade social. A burocracia não podia modificar a essência dessa gestão, pois isso significaria cometer suicídio enquanto grupo social, já que ela

⁷⁵¹ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS*, op. cit., p. 14-15; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 482-486; WALKER, Martin. *Op. cit.*, p. 62-69 e 74-75.

⁷⁵² Cf. FERNANDES, Luís. *Op. cit.*, p. 149.

consistia de um grupo parasitário, cuja forma de vida dependia de tal monopólio, do qual adivinham seus privilégios materiais. Portanto, para a burocracia, dar lugar a uma gestão democrática da propriedade social não era uma opção para permitir a transição a um modelo de crescimento intensivo e eliminar os vários desequilíbrios e contradições da gestão burocrática. Mesmo mudanças parciais para inserir algum grau, ainda que limitado, de flexibilidade e autonomia empresarial no sistema de planejamento existente, acabavam sofrendo grande resistência, pois interferiam nos interesses materiais de camadas importantes dessa burocracia.

Essa é também a conclusão de alguns dos autores aqui mencionados, como Meyer e Paulino, os quais, ainda que partindo de interpretações diferentes sobre o que era a URSS, convergem na noção de que o problema do planejamento econômico era a ditadura da burocracia, que impedia tal planejamento de ser feito de forma plena, o que demandaria circulação livre de informações, relações horizontais entre as empresas e autonomia e democracia gerencial por parte dos trabalhadores.⁷⁵³

A única opção que restava à burocracia, portanto, era introduzir de forma mais generalizada elementos de economia de mercado no sistema, porém isso envolveria confrontar os interesses de certos setores de tal burocracia, que haviam sabotado experiências anteriores feitas em escala menor – sobretudo aqueles vinculados ao enorme aparato central responsável pela gestão econômica, bem como uma parte dos gestores empresariais cujas empresas eram deficitárias e dependiam de subsídios vindos do centro. Envolveria, também, penalizar em alguma medida setores da classe trabalhadora, que teriam seus padrões de vida rebaixados ao terem seus salários vinculados à produtividade ou mesmo a possibilidade de desemprego. Ademais, daria espaço ao surgimento de novos proprietários e à maior vinculação de setores da burocracia com capitais imperialistas.

Essa opção, portanto, continha graves riscos de instabilidade política para o regime. Não obstante tal risco, diante do crescente desgaste econômico observado ao longo dos anos 1970, e da falta de alternativas, um setor da burocracia partidária acabou por abraçar tal opção, encarando que suas consequências negativas seriam um problema menor em comparação à contínua desaceleração do crescimento, perda de qualidade da produção e aumento da defasagem produtiva e tecnológica entre a URSS e as potências imperialistas – elementos que também gerariam instabilidade para o regime e que

⁷⁵³ Ver, por exemplo, MEYER, Victor. *Op. cit.*, p. 42-60, 121-137, 143 e 160; PAULINO, Robério. *Op. cit.*, p. 27-28, 165-202, 279-281.

ameaçavam sua capacidade de defesa militar. Gorbachev e seus aliados representam esses setores da burocracia partidária.

1.4. O “barril de pólvora” em que havia se transformado a sociedade soviética

Todos esses desequilíbrios e incongruências gerados pela hipercentralização do sistema de planejamento ainda alimentavam e eram retroalimentados pelo que se convencionou chamar de “crise motivacional”, ou “crise de valores” da população, observada sob a gestão Brejnev.

Era amplamente disseminada entre a população da URSS uma mentalidade resumida na noção “eles fingem que nos pagam e nós fingimos que trabalhamos”, de forma que não havia compromisso dos trabalhadores com seu desempenho. Essa ausência de compromisso se explica pela ausência de motivação política para que o trabalhador trabalhasse bem e melhor, uma vez que ele estava cortado da gestão da produção. Havia, ainda, uma motivação material, já que havia escassez de bens, de forma que não havia sentido trabalhar mais do que o mínimo necessário para a subsistência. Ademais, não havia, tampouco, coerção econômica que vinculasse a produtividade do trabalho à remuneração, nem o risco do desemprego, que são os mecanismos adotados sob o capitalismo.

Durante a gestão de Stalin, a “solução” adotada foi o uso de intensa coerção política, através do terror. Contudo, não era praticável para o regime manter o terror de forma prolongada. Assim, durante as gestões de Kruschev e Brejnev, se tornou cada vez mais frequente o uso de programas diversos de bonificações e premiações como forma de estímulo, bem como campanhas ideológicas que promoviam o voluntarismo – medidas que também se fizeram presentes sob Stalin. Isso, porém, não resolviam o problema.⁷⁵⁴

No entanto, não era só no local de trabalho que a alienação se fazia presente. A partir dos anos 1970, pode-se falar em uma “crise de valores”, conforme debate Lewin, que se expressava não só em uma insatisfação generalizada com os empregos, desdobrando-se em elevado absenteísmo e rotatividade de mão-de-obra, desvio de materiais e falta de zelo, mas também em frustração e descontentamento da juventude, disseminação do cinismo e individualismo, aumento de problemas psíquicos e criminais,

⁷⁵⁴ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Declínio da URSS*, op. cit., 70; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Uma Revolução Perdida*, op. cit., p. 223-224.

bem como na escalada da embriaguez, do alcoolismo e do abuso de outras drogas, legais ou não.⁷⁵⁵

Esses fatores, conforme destacam diversos autores, tinham a ver com a complexificação da sociedade soviética a partir dos anos 1950, cuja crescente urbanização e escolarização levou a dificuldades cada vez maiores da ditadura da burocracia manter sua legitimidade e hegemonia.

A urbanização da URSS, em termos de porcentagem de pessoas morando nas cidades, havia ultrapassado a marca de 50% em 1959. Em 1980, esse índice era de 66%. Mais significativamente, a mão de obra urbana havia se diversificado ao longo do pós-Segunda Guerra, com um grande crescimento dos trabalhadores classificados como “empregados” e “especialistas”, em detrimento dos “trabalhadores” (categoria braçal): em 1988, os dois primeiros somavam 40% da população ativa. Os trabalhadores braçais também mudaram bastante de perfil, uma vez que, em 1988, cerca de 46% tinham alguma qualificação. Isso expressava um crescimento do setor de serviços (que se tornou majoritário por pequena margem a partir de meados dos anos 1970) e da mão de obra qualificada. Essa maior qualificação foi fruto da expansão da escolarização, de forma que a parte da população alfabetizada havia passado de 11% em 1939 para 87% em 1984 e a com ensino superior de cerca 1% em 1954 para cerca de 7% em 1984.⁷⁵⁶

Tais mudanças intensificaram as contradições do regime. Por exemplo, havia um subaproveitamento da mão de obra altamente qualificada, que tinha dificuldade de encontrar postos de trabalho condizente com sua formação. Ademais, com a urbanização, conforme enfatiza Lewin, também surgiram novos espaços de socialização, na forma de “microestruturas informais” que permeavam a vida urbana, tais como redes de amizade e coleguismo para além dos círculos familiares e de trabalho, circuitos de arte sem apoio governamental que atraíam bastante gente, associações profissionais, *think tanks* formais e informais etc.

Assim, ainda que com muitas limitações, pode-se afirmar que a urbanização levou ao florescimento de uma sociedade civil nos poros do regime ditatorial. Tal sociedade civil, cada vez mais demandava liberdade de expressão e “direitos pessoais”, sobretudo, direitos de escolhas individuais, como de escolher o emprego, onde morar etc.

⁷⁵⁵ Cf. LEWIN, Moshe. *O fenômeno Gorbachev*, op. cit., p. 136-138.

⁷⁵⁶ Cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 588-590; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Uma Revolução Perdida*, op. cit., p. 220-221.

Ademais, a maior escolarização e especialização afetou não só a classe trabalhadora, como a própria burocracia em seus diferentes escalões. Até os anos 1960, predominava na burocracia os chamados *praktiki*, aqueles que aprendiam seu ofício na prática. Com o aumento da escolarização, estes deram lugar a técnicos e engenheiros especializados, seja na gestão das empresas, seja na cúpula do regime – ainda que em menor proporção nesta última, uma vez que predominavam os critérios de indicação política.

Ao longo dos anos 1970-80, essa tecnocracia obteve grande peso no interior da máquina estatal e partidária, tendo sido uma força importante na promoção das reformas econômicas do período e das reformas mais amplas de Gorbachev, uma vez que almejava maior eficiência a partir da aplicação de saberes técnicos e científicos e também maior liberdade de expressão.⁷⁵⁷

Assim, no seio da própria burocracia surgiram correntes de opinião mais diversificadas que antes, bem como grupos de articulação formais e informais muito mais numerosos e influentes, que muitas vezes reverberavam as demandas de outros setores da sociedade por liberalização do regime. Sob Gorbachev, em especial, associações de setores da burocracia, como de gestores de empresas, se tornaram forças poderosas.⁷⁵⁸

A tudo isso Rodrigues acrescenta também a maior integração cultural com o ocidente capitalista, inclusive com a “revolução cultural” dos anos 1960, com sua mudança de valores, costumes e padrões estéticos. Essa “revolução cultural” fez-se presente no interior do bloco soviético através do maior acesso a bens de consumo importados, da maior circulação internacional de setores da sociedade (especialmente os filhos da burocracia e os intelectuais) e do maior acesso a músicas, filmes e literatura ocidentais. Segundo destaca o autor, enquanto no ocidente essa “revolução” foi assimilada e anestesiada pelo mercado de consumo, no bloco soviético os regimes tentaram reprimi-la, ao ponto de algo banal como usar calça jeans ter se tornado um ato de desafio ao regime.⁷⁵⁹

Ademais, essa integração cultural ao ocidente capitalista também teve como impacto entre setores da população e da própria burocracia uma visão idealizada do capitalismo enquanto uma sociedade de consumo, na qual se poderia ter acesso a uma miríade de bens muito diversificados e de muito melhor qualidade, em contraste com a

⁷⁵⁷ Cf. LEWIN, Moshe. *O fenômeno Gorbachev*, op. cit., p. 80-81.

⁷⁵⁸ Este e o parágrafo anterior, cf. *Ibid.*, Capítulos 5 e 6.

⁷⁵⁹ Cf. RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX*, op. cit., p. 265-269.

escassez e má qualidade dos bens disponíveis na URSS. Isso foi auxiliado pelo surgimento de uma cultura de consumo na própria URSS ao longo dos anos 1970, em que pese a escassez existente. Essa visão idealizada, ademais, também apresentava o capitalismo enquanto uma sociedade de oportunidades e de possibilidade de ascensão social através do “mérito”, em contraste com o engessamento da URSS.⁷⁶⁰

Disso tudo Broué conclui que, nos anos 1970-80, havia um crescente “perigo de esquerda” ao regime, por conta do crescimento da camada de intelectuais desejos de maior abertura em termos de liberdade de informação e pensamento; por conta da profunda concentração e instrução dos operários – cada vez mais hostis aos privilégios da burocracia partidária e estatal; e por conta de uma juventude “em revolta”, ávida leitora dos *samizdat* (publicações clandestinas críticas).⁷⁶¹

Contudo, encaramos que é mais apropriado falarmos de um “perigo de direita”, devido tanto aos atritos no interior da própria burocracia, fruto do aumento de peso do setor tecnocrático favorável a medidas de mercado e iludido com o ocidente capitalista, quanto a um giro à direita operado entre a oposição intelectual após a derrota das tentativas de reformas de cima tentadas por setores da burocracia na URSS e em outras partes do bloco soviético ao longo dos anos 1950-60, bem como das revoltas de baixo do mesmo período. Esse giro à direita se fez presente, sobretudo, após o esmagamento da “Primavera de Praga”, em 1968.

Assim, as novas gerações de oposicionistas que entraram em cena ao longo dos anos 1970-80 passaram a deixar cada vez mais de lado a defesa de um socialismo democrático, crendo que não havia alternativa à ditadura da burocracia dentro do projeto socialista, e igualando o regime stalinista ao socialismo propriamente dito. Ademais, com o crescente desgaste da economia, também a noção de escassez material passou a ser associada ao socialismo, junto à falta de liberdade. Como alternativa, setores significativos desses oposicionistas abraçaram variantes do liberalismo, acreditando que apenas o retorno a uma economia de mercado e à propriedade privada poderiam assegurar liberdades democráticas e prosperidade material. Também setores tecnocráticos da burocracia passaram a abraçar ideias liberais para responder aos problemas da URSS.

Na Parte III vimos como isso ocorreu na Polônia, e não foi muito diferente na URSS e outros países do bloco soviético. Dessa forma, os novos grupos opositores

⁷⁶⁰ Alguns aspectos dessa cultura do consumo são relatados em WALKER, Martin. *Gorbachev e a URSS* [1986]. Lisboa: Livros do Brasil, 1987, Capítulo 10.

⁷⁶¹ Cf. BROUÉ, Pierre. *A União Soviética, op. cit.*, p. 176-177.

surgidos durante a gestão Gorbachev estavam cortados da tradição anterior, dos anos 1950-60, mais claramente comprometida com um socialismo democrático como alternativa à ditadura da burocracia, conforme demonstram diferentes pesquisas sobre o tema. Foram tais grupos pró-capitalistas que acabaram por dar forma política às insatisfações mencionadas anteriormente, liderando as massas insatisfeitas com o regime conforme estas entraram em ação ao final dos anos.⁷⁶²

Eles elementos ajudam a entender parte das razões das reformas políticas promovidas por Gorbachev. Por um lado, ela foi um complemento necessário às reformas econômicas, visando a minar a resistência de setores da burocracia, ao expô-los à opinião pública e, assim, enfraquecê-los em alguma medida. Por outro, tal qual destaca Rodrigues, a abertura política parcial promovida através da *glasnost* foi também uma “reação preventiva” do regime a esse verdadeiro barril de pólvora, visando a promover algumas mudanças para mitigar a “crise de valores” da sociedade e, ao mesmo tempo, se antecipar a uma possível “reação de baixo”, concedendo algumas liberdades.⁷⁶³

2. As reformas de Gorbachev e o colapso da URSS

Com a morte precoce de Andropov, a cúpula partidária ainda tinha muitos elementos da era Brejnev, que eram opostos às mudanças almejadas. Os quadros um pouco mais jovens, na casa dos quarenta, que haviam ascendido sob Andropov, ainda não tinham peso majoritário em tal cúpula, o que se expressou na divisão de poderes entre Chernenko, que assumiu como Secretário-geral com apoio dos “brejnevianos”, e Gorbachev, que assumiu como seu segundo secretário, com apoio dos dirigentes mais jovens e pró-reformas. Tendo durado pouco tempo no poder, Chernenko não foi capaz de criar uma sólida maioria conservadora na cúpula partidária, de forma que Gorbachev herdou uma equipe ainda muito dividida ao substituí-lo como novo Secretário-geral, e não pôde levar à cabo as mudanças que desejava na velocidade e amplitude que gostaria.⁷⁶⁴

⁷⁶² Ver, por exemplo, VIVALDI, Giuliano. The Soviet '68. *Verso Blog*, 16/06/2018. Disponível em <https://www.versobooks.com/blogs/3885-the-soviet-68>. Acesso em 06/01/2021; будрайтскис, илья. ДИССИДЕНТЫ СРЕДИ ДИССИДЕНТОВ. Москва: Свободное Марксистское издательство, 2017 (“Dissidentes entre dissidentes”, de Ilya Budraitskis, em breve estará disponível em inglês pela editora Verso); ZUBOK, Vladislav. *Zhivago's Children. The Last Russian Intelligentsia*. Cambridge: Belknap Press, 2011; JOO, Hyung-Min. *Voices of freedom: Samizdat*. Europe-Asia Studies v. 56, n, 4, p. 571-594, June 2004.

⁷⁶³ Cf. RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX*, op. cit., p. 268-269 e 275.

⁷⁶⁴ Cf. WALKER, Martin. *Op. cit.*, p. 71-72.

Não obstante, tão logo assumiu o cargo de Secretário-geral, em março de 1985, Gorbachev deixou clara a sua intenção de realizar reformas econômicas e políticas, se colocando como um continuador dos projetos de Andropov. Essas mudanças acabaram passando por diferentes fases, tanto em termos de velocidade e amplitude, quanto também de mudanças mais qualitativas, na forma de adaptações decorrentes dos resultados inesperados que elas vinham gerando. Vejamos em detalhes.

2.1. O primeiro momento da gestão Gorbachev: seus planos gerais e equipe (1985-86)

Já nas reuniões de abril e de junho do CC, ele denunciou o estado da economia e apelou por uma mudança significativa, tendo recebido forte apoio dos membros mais jovens do órgão. Porém, em termos gerais, as mudanças econômicas que ele almejava não tinham nada de muito novo em relação às reformas Kosiguin/Liberman e aos experimentos realizados sob Andropov. A diferença principal era a percepção de que as reformas econômicas deveriam ser acompanhadas de reformas políticas, caso contrário voltariam a fracassar diante da resistência de setores-chave da burocracia do aparato econômico.⁷⁶⁵

Assim, em termos de reforma econômica, os objetivos gerais mais uma vez eram a elevação da produtividade e eficiência e a modernização tecnológica, e a forma de alcançá-los, conforme apresentado em tais reuniões do CC, era expandindo e aprofundando os experimentos de Andropov. Ou seja, flexibilizar o plano e lhe dar caráter mais indicativo do que diretivo, ao conceder maior autonomia administrativa e financeira às empresas e órgãos intermediários, bem como estimular relações horizontais; priorizar metas qualitativas sobre metas quantitativas; estabelecer preços reais, através do corte de alguns subsídios e destinação da maior parte da produção a contratos inter-empresas; modernizar a indústria e agricultura, através da incorporação de elementos da Revolução Tecno-Científica e renovação do maquinário; elevar a quantidade e qualidade dos bens de consumo; abrir certo espaço para a iniciativa privada nos setores de comércio e serviços, na forma de cooperativas; reduzir gastos militares; incrementar o comércio internacional.⁷⁶⁶

⁷⁶⁵ Cf. RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX*, op. cit., p. 255-258; LEWIN, Moshe. *O Fenômeno Gorbachev*, op. cit., p. 11-12.

⁷⁶⁶ Cf. RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX*, op. cit., p. 271; SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS*, op. cit., p. 18-20; FERNANDES, Luís. *Op. cit.*, p. 200-201; BROUÉ, Pierre. *A União Soviética*, op. cit., p. 185-186; NOVE, Alec. *Op. cit.*, p. 394;

Nos primeiros meses da gestão Gorbachev, contudo, as mudanças foram tímidas. A palavra-chave que guiou as mudanças iniciais foi “aceleração” (*uskorenie*), visando romper com o que se apontava como “estagnação” do período Brejnev e reverter a tendência à queda da taxa de crescimento econômico. Conforme as médias iniciais se mostraram insuficientes, é que foi adotada a noção de “reestruturação” (*perestroika*).⁷⁶⁷

Nesses primeiros meses, além de expandir um pouco os experimentos iniciados sob Andropov, o foco inicial residiu em realizar campanhas contra a corrupção e pela elevação da disciplina laboral. Entre estas, destacou-se a campanha anti-alcoolismo, iniciada em maio. Ela envolveu a redução das lojas de bebidas e seu horário de funcionamento, multas pesadas para embriaguez no trabalho e repressão policial contra embriaguez em locais públicos, redução da produção de bebidas alcoólicas e aumento de preços. Apesar de alguns resultados positivos, a campanha reduziu a arrecadação de impostos, uma vez que o imposto sobre o álcool era equivalente a cerca de 17% das vendas varejistas totais na URSS em 1985, e gerou uma grande produção ilegal caseira, que acarretou alta dos custos médicos públicos ao longo dos anos seguintes.⁷⁶⁸

Em termos de abertura política, as primeiras medidas no plano interno também foram tímidas. Ocorreu a libertação de alguns presos políticos, a liberação de algumas obras proibidas ou censuradas. Mais significativamente, foi adotada uma linha editorial de dura crítica às gestões anteriores na imprensa oficial e instituição de eleições secretas para alguns cargos dirigentes do partido.⁷⁶⁹

Já no plano externo elas foram muito mais significativas. Ainda em 1985, foram lançadas várias iniciativas visando reduzir as tensões internacionais e, assim, abrir caminho para a almejada redução dos gastos militares, ampliação do comércio internacional e liberalização política.

A base de sustentação da política externa era o chamado “Novo Pensamento”, que propunha que havia uma crescente interdependência entre os diferentes países, bem como “interesses gerais” à humanidade, acima daqueles de classe – dessa forma, no lugar da retórica zhadanovista de “dois mundos” antagônicos, um capitalista e outro socialista, passou-se a uma retórica com ênfase na noção de “comunidade mundial”. Isso se expressou sobretudo na noção (e propaganda) de que a ameaça de guerra nuclear afetava

⁷⁶⁷ Cf. NOVE, Alec. *Op. cit.*, p. 399-400; SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS, op. cit.*, p. 17; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p. 232-233.

⁷⁶⁸ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS, op. cit.*, p. 20-21; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 494-496.

⁷⁶⁹ Cf. FERNANDES, Luís. *Op. cit.*, p. 202; BROUÉ, Pierre. *A União Soviética, op. cit.*, p. 185-186.

o conjunto da humanidade, independente de classes sociais. Tratava-se de um aprofundamento da lógica de “coexistência pacífica” com o imperialismo, agora na forma de uma almejada “cooperação”.

Com essa linha de raciocínio, foram buscados acordos com as potências europeias e com os EUA para reduzir o arsenal militar, especialmente o nuclear, instalado na Europa e, assim, desacelerar a corrida armamentista e os gastos militares a ela ligados. Um objetivo especialmente importante era o fim da “Iniciativa de Defesa Estratégica” dos EUA, conhecida como “Programa Guerra nas Estrelas”. Também visando reduzir os gastos militares, buscou-se findar a ocupação do Afeganistão e findar a cooperação militar com os países do “Terceiro Mundo”, mantendo com eles uma relação estritamente econômica.

A nova política externa também visava a uma maior aproximação diplomática com as potências europeias, como forma de minar as crescentes hostilidades decorrentes da política externa de Reagan e reduzir o isolamento internacional através de acordos comerciais e de intercâmbio científico-tecnológico.

Ademais, essa política externa envolveu uma série de negociações com os EUA para debelar o que foi à época chamado de “conflitos regionais”, isto é, processos de intensa luta de classes que estavam em curso em locais como Nicarágua, El Salvador, África do Sul e Palestina. Tratava-se, portanto, do velho papel contrarrevolucionário cumprido pela burocracia no plano internacional.

Por fim, outro aspecto muito significativo do “Novo Pensamento” foi a mudança em relação aos demais países do bloco soviético, aos quais se conferiu maior autonomia que em qualquer outro momento anterior, como forma de reduzir a significativa presença militar da URSS em seus territórios. Tratava-se, portanto, de uma ruptura com a “Doutrina Brejnev”, de “soberania limitada”, impulsionada pela necessidade de redução dos gastos militares.⁷⁷⁰

Já no velório de Chernenko, Gorbachev deixou claro aos líderes dos demais países do bloco soviético que não mais haveria intervenções militares da URSS para salvaguardá-los de sublevações populares, de forma que deveriam também realizar reformas econômicas e políticas se desejassem manter a estabilidade – algo que foi reafirmado em fóruns internos em outras ocasiões ao longo dos anos seguintes e tornado público em 1988. E, ainda em novembro de 1985, ocorreu a primeira reunião de cúpula entre Gorbachev e Reagan – e também a primeira entre a URSS e os EUA desde 1979.

⁷⁷⁰ Cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 499-500; FERNANDES, Luís. *Op. cit.*, p. 193-198.

Apesar de não ter levado a nenhum acordo imediato, essa cúpula serviu como reaproximação diplomática e pavimentou o caminho para acordos firmados nos anos seguintes, de redução do arsenal e das bases militares estrangeiras de ambos países.⁷⁷¹

A razão principal para a timidez inicial das mudanças internas era o fato de que, durante a gestão de Chernenko, a ala conservadora do partido ganhou maior peso na cúpula, de forma que, no primeiro momento, Gorbachev se viu forçado a conciliar com ela e realizar mudanças de pequeno alcance, ainda que tivesse o apoio de figuras importantes da cúpula, como o Segundo-secretário Iegor Ligatchov. Foi só a partir de mudanças no *Politburo* e no CC herdados de Chernenko, bem como nos secretariados regionais, que ele pôde avançar mais em seu projeto. Isso ocorreu sobretudo após o 27º Congresso do PCUS, realizado em fevereiro de 1986, que marca o início de um segundo momento.⁷⁷²

Não obstante, desde o primeiro momento Gorbachev buscou mover as peças na cúpula de forma a favorecer as mudanças que almejava. Assim, ele antecipou a aposentadoria de alguns membros conservadores do *Politburo*, substituindo-os por reformadores e membros mais jovens.⁷⁷³

Entre as principais mudanças na cúpula nesse primeiro momento se destaca a nomeação para Presidente do Conselho de Ministros do reformador Nikolai Rizhkov, que era o chefe do Departamento Econômico do CC desde 1982 e também trabalhara nos experimentos de Andropov. Rizhkov foi o principal responsável pelos projetos de reforma econômica durante a gestão de Gorbachev, porém se afastou do cargo em janeiro de 1991, por conta de problemas de saúde.

Também foi de grande relevância a recondução de Aleksandr Iakovlev para a chefia do Departamento de Agitação e Propaganda do CC, da qual ele fora removido em 1972, por criticar publicamente expressões de chauvinismo grão-russo e antissemitismo por parte do regime. Ele era defensor de uma ampla abertura política, e ficou conhecido como “padrinho da *glasnost*”, tendo apresentado a Gorbachev já em dezembro de 1985 um memorando defendendo eleições competitivas ao parlamento, divisão de poderes entre legislativo e executivo, criação de um judiciário independente e garantias de direitos humanos e liberdades civis e políticas. A partir de seu cargo, realizou uma ampla

⁷⁷¹ Cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 521-527.

⁷⁷² Cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 482-486.

⁷⁷³ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS, op. cit.*, p. 29-31.

campanha na imprensa oficial em prol de maiores liberdades e de condenação do passado repressor.

Outra mudança significativa foi a substituição do conservador Andrei Grominko no Ministério das Relações Exteriores, onde se encontrava desde 1957, pelo reformador e amigo pessoal de Gorbachev, Eduard Shevardnadze, deslocando Grominko para o cargo quase simbólico de Presidente do Soviete Supremo. Apesar de inexperiente na área, Shevardnadze era completamente alinhado ao “Novo Pensamento”. Por fim, cabe destacar ainda a nomeação de Boris Ieltsin para o controle da gestão de Moscou (Primeiro Secretário do Comitê da Cidade de Moscou), realizada em dezembro, após ter ficado insatisfeito com a nomeação para alguns cargos internos do CC, menos relevantes que seu posto anterior, de secretário regional na província de Sverdlovsk. Ieltsin fora indicado a Gorbachev como um potencial aliado por Ligatchov, porém, nos anos seguintes, tornou-se um crítico dele, ao defender reformas mais amplas, profundas e rápidas.⁷⁷⁴

Gorbachev se cercou ainda de acadêmicos para assessorá-lo nas reformas econômicas, em especial os economistas do Instituto Econômico de Novosibirsk, Abel Aganbegian e Tatiana Zalavskaia. Aganbegian, presidente do Instituto e, nos anos 1960, havia participado do “debate Liberman” e atuado como assessor na equipe que preparou as reformas Liberman/Kossiguin. Zalavskaia, por sua vez, havia apresentado uma conferência em 1983, como parte de um evento fechado da Academia Soviética de Ciências, sobre os crescentes problemas da agricultura da URSS e possíveis reformas para reverter tal quadro, a qual acabou vazando através da sua publicação no *Washington Post* sob o nome de “Relatório Novosibirsk”.

Ambos eram *tovarniki* (pró-mecanismos de mercado) e extremamente críticos do sistema de “gestão de comando” (isso é, o sistema de planejamento burocrático), porém não eram defensores de uma restauração capitalista, ou “economia de mercado”, mas de um “mercado socialista”, que permitisse a soberania e satisfação dos consumidores através da concorrência entre empresas com financiamento e gestão autônomos, porém com manutenção da estatização das forças produtivas.⁷⁷⁵

Nem todos os defensores de reformas, contudo, possuíam acordo com a introdução de mecanismos de mercado ou com a ampliação das liberdades civis e

⁷⁷⁴ Este e os parágrafos anteriores, cf. ARANTES JR, Abelardo da Costa. *Op. cit.*, p. 278-282 e 284-285; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 482-486 e 488-493.

⁷⁷⁵ Cf. RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX, op. cit.*, p. 272; FERNANDES, Luís. *Op. cit.*, p. 204.

políticas. Era o caso de Rhizkov e de Ligatchov, de forma que as relações na cúpula do partido desde o início foram marcadas por uma constante tensão entre conservadores e diferentes tipos de reformadores, com Gorbachev tendo que fazer concessões para agradar às diferentes alas e tentar se equilibrar entre elas.⁷⁷⁶

De forma semelhante, nem todos os governantes dos demais países do bloco soviético estavam alinhados com a nova orientação vinda da URSS. Ao passo que os regimes da Polônia e Hungria estavam bastante dispostos a realizar reformas econômicas mais profundas, já tendo realizados ensaios nesse sentido durante a gestão Andropov ou até mesmo antes (no caso da Hungria), os regimes da RDA, Tchecoslováquia, Romênia e Bulgária se mostraram bastante críticos das mudanças propostas e, ao longo dos anos 1980, apresentaram forte resistência a elas.⁷⁷⁷

2.2. O aprofundamento das reformas econômicas: *perestroika* e socialismo de mercado (1986-88)

Mudanças mais significativas só vieram a partir de dois eventos importantes de 1986. O primeiro foi a renovação da cúpula dirigente do PCUS herdada de Chernenko, no 27º Congresso do partido (fevereiro-março), que incluiu mais reformadores no CC e *Politburo*. A mudança também envolveu certa renovação entre os secretários regionais do PCUS e as instâncias governamentais, com mudanças no gabinete ministerial e dirigentes das repúblicas

O segundo evento foi o desastre da usina nuclear de Chernobil, em abril, que escancarou de forma extrema os riscos decorrentes da defasagem tecnológica, da hipercentralização e verticalização da gestão, da cultura do segredo, dentre outros elementos decorrentes do regime político e do sistema de planejamento vigentes. O desastre levou ao uso sistemático do termo *glasnost* (transparência, publicidade) como bandeira por Gorbachev e pelos reformadores, que lograram maior liberdade de debate e de imprensa ao longo do ano, expondo com maior amplitude suas críticas ao sistema de planejamento.⁷⁷⁸

Assim, com uma cúpula renovada e um evento de grandes proporções que reforçava as posições pró-reformas, mudanças maiores foram encaminhadas,

⁷⁷⁶ Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p. 234.

⁷⁷⁷ Cf. FERNANDES, Luís. *Op. cit.*, p. 199.

⁷⁷⁸ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS*, *op. cit.*, p. 17 e 23; RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX*, *op. cit.*, p. 276-277.

especialmente uma maior liberdade de imprensa. Porém, no terreno da economia, 1986 viu poucas novidades em relação ao ano anterior, tendo apenas ocorrido a continuação da expansão das experiências de Andropov.

Entre as mudanças feitas em 1986, constam um decreto de maio, para aumentar a coerção sobre o mercado negro e desvios de materiais das empresas, e outro de agosto, vinculando salários e resultados, com maior diferencial para trabalhadores qualificados. Mais significativamente, em agosto foi dada permissão a parte dos ministérios e das grandes empresas para operarem diretamente no interior do COMECON, sem depender do Ministério de Comércio Externo – número que foi sendo expandido nos meses seguintes. E, em novembro, foi aprovada a “Lei do Trabalho Individual”, que entraria em vigor em maio de 1987. Ela “legalizou” o “trabalho cinza” (trabalho privado paralelo ao oficial) que existia na área de serviços e reduzia a dedicação ao trabalho oficial na forma de absenteísmo e furtos de materiais e ferramentas, abarcando, segundo estimativas, algo entre 15 e 20 milhões de trabalhadores. Seu efeito imediato foi positivo, com certa melhoria nos serviços e redução dos subornos e desvios nas empresas.⁷⁷⁹

Como os resultados econômicos desses dois primeiros anos de gestão de Gorbachev seguiram marcados pela tendência de queda das taxas de crescimento – por exemplo, com uma queda na variação anual do produto material líquido de 3,5% em 1985 para 2,4% em 1986 – os reformadores na cúpula partidária conseguiram maior força para implementar mudanças significativas ao longo de 1987. Nisso, também foram ajudados pela imprensa cada vez mais ativa na defesa de mudanças, fosse pela maior autonomia concedida, fosse pela atuação de Iakovlev à frente da imprensa oficial.⁷⁸⁰

Foi em janeiro de 1987 que Gorbachev anunciou ao CC a ideia de *perestroika*, isso é, “reestruturação” da economia. Ao longo do primeiro semestre, contudo, salvo algumas poucas medidas de caráter mais geral, as mudanças seguiram limitadas a empresas selecionadas, ainda nos marcos de expandir experimentos ou legalizar fenômenos extra-legais ou mesmo ilegais.

Foi o caso da aprovação, ainda em janeiro, de permissão para instalação de *joint ventures* com empresas estrangeiras (detendo até 49% do capital), com uma série de

⁷⁷⁹ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS*, op. cit., p. 23-24; RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX*, op. cit., p. 278-279; 2 FERNANDES, Luís. *Op. cit.*, p. 202-204, 214-215 e 233-234.

⁷⁸⁰ Cf. FERNANDES, Luís. *Op. cit.*, p. 202.

garantias para os capitais estrangeiros.⁷⁸¹ E também do novo “Estatuto das Cooperativas Agrícolas”, aprovado em maio, que permitia que “brigadas” / “grupos de trabalho”, organizados na forma de cooperativas, explorassem terras e animais dos *kolkhozi* e retivessem parte do lucro. Isso já era feito na prática, atingido até 30% do trabalho, porém os gestores dos *kolkhozi* atuaram para impedir ao máximo uma expansão dessa atuação, para assegurar o cumprimento das metas de produção.⁷⁸²

Esse tipo de choque entre as mudanças e a burocracia do aparato econômico também vinha ocorrendo com as experiências em empresas urbanas, uma vez que, quando expandidas para além de empresas inicialmente selecionadas, setores da burocracia administrativa bloqueavam a efetivação das novas medidas ou as anulavam, buscando formas de contorná-las para manter a gestão centralizada. Por isso, a partir do fortalecimento das posições pró-reforma na cúpula, Gorbachev lutou para dar caráter global à autonomia financeira e administrativa das empresas, o que foi nomeado, respectivamente, de “autofinanciamento” e “autogestão”. Esses dois princípios constituíam os pilares da *perestroika*, e transformariam o plano em instrumento indicativo, ao invés de diretivo. Para tal, o lucro passaria a figurar como medida central.

O caráter global das reformas, que marcou a passagem da mera expansão de experimentos anteriores para a “reestruturação” foi aprovado na reunião do CC de junho, através do documento “Princípios básicos para a reestruturação radical da administração econômica”, que envolvia também a realização de uma reforma de preços, para possibilitar o cálculo do lucro empresarial.⁷⁸³

A “reestruturação” tinha por objetivo a implementação de um “socialismo de mercado”, isto é, manutenção da propriedade social, porém com a alocação de recursos e distribuição de produtos feita majoritariamente através de relações de mercado. Tratava-se do reconhecimento prático da falência do planejamento burocrático, ainda que este não fosse ser inteiramente eliminado.

⁷⁸¹ Tais garantias envolviam isenção de impostos por dois anos após registrar os primeiros lucros, após o que valeria o imposto regular de 30%; isenção dos lucros reinvestidos na URSS; imposto de 20% sobre as remessas de lucro ao estrangeiro; garantia de que as *joint ventures* não seriam confiscados nem multadas por processo administrativo; total autonomia financeira e administrativa; no caso de liquidação, garantia de “repatriação” para a matriz de todo o capital pertencente ao investidor. Cf. FERNANDES, Luís. *Op. cit.*, p. 216-217.

⁷⁸² Cf. RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX*, *op. cit.*, p. 280; SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS*, *op. cit.*, p. 24.

⁷⁸³ SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS*, *op. cit.*, p. 26-27.

Ao longo dos meses seguintes e também de 1988, uma série de leis e decretos foram aprovados para efetivar a “reestruturação”. Ainda em junho de 1987, foi aprovada a “Lei sobre as empresas e conglomerados estatais”, que determinou a passagem gradual, a partir de 1º de janeiro de 1988, de todas as empresas para o regime de “autofinanciamento” e “autogestão” e a transformação, também gradual, do plano de diretivo a indicativo, através da substituição das metas quantitativas pelo lucro. Tratava-se da peça principal da *perestroika*.

Com a mudança, apenas uma parte da produção ficaria atrelada a pedidos compulsórios vindos do centro (*goszakazi*), com a maior parte devendo ser vendida através de contratos entre as próprias empresas, que seriam as responsáveis pela determinação dos preços. As empresas passariam, assim, a competir entre si. Com o lucro, elas deveriam pagar sua folha salarial, inclusive ajustando os salários de acordo com seu sucesso, e comprar parte dos insumos, também através de contratos horizontais. Elas passariam a poder ir à falência se não tivessem um bom desempenho e teriam que realizar demissões para assegurar a produtividade e lucratividade. Ademais, seus diretores e gestores seriam eleitos, porém, dependendo de confirmação superior.⁷⁸⁴

Também em junho foi aprovado a transição a um rublo conversível, para permitir maior integração ao mercado mundial. Isso seria feito gradualmente, começando com a reforma de preços, para aproximá-los dos internacionais, e depois passando à fixação de uma taxa de câmbio mais “realista” em relação às moedas principais, à ampliação da conversibilidade mútua dos países-membros do COMECON, rumo à uma moeda unificada nova, para então alcançar a conversibilidade dessa moeda comum. Ainda em outubro, esse plano foi aprovado também pelo COMECON.⁷⁸⁵

Ainda em 1987, foi aprovado também um decreto sobre o comércio externo, que possibilitou certas empresas, cooperativas e ministérios fazerem compras e buscarem empréstimos no exterior, afetando, assim, o monopólio do Ministério de Comércio Externo e assegurando a efetivação da autonomia empresarial. O número de permissões foi se expandido até dezembro de 1988, quando todas as empresas, cooperativas e organizações “competitivas” receberam tal permissão, ainda que a depender de “permissão especial”, anulando o monopólio do comércio externo instituído em 1917.⁷⁸⁶

⁷⁸⁴ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS, op. cit.*, p. 25-26; RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX, op. cit.*, p. 281; FERNANDES, Luís. *Op. cit.*, p. 202-204.

⁷⁸⁵ Cf. FERNANDES, Luís. *Op. cit.*, p. 221-222.

⁷⁸⁶ Cf. NOVE, Alec. *Op. cit.*, p. 403; SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS, op. cit.*, p. 37.

Já em 1988, o CC aprovou, em maio, uma nova política agrária, que possibilitou o arrendamento de terras por 50 anos (depois expandido também para o arrendamento de pequenas e médias empresas urbanas) e o direito de herança.⁷⁸⁷

Também em maio foi aprovada a “Lei sobre a cooperação na URSS”, ou “Lei das cooperativas”, com vigor a partir de 1º de junho, que permitiu a criação de cooperativas urbanas com o duplo objetivo de sanar lacunas nos setores de comércio e serviço e também gerar maior competição e, assim, impulsionar melhorias nas empresas estatais. Elas funcionariam de forma independente do aparato estatal e poderiam contratar mão de obra assalariada, temporariamente ou a longo prazo. A lei também se aplicava ao campo, permitindo a criação de cooperativas a partir dos *sovkhozi* e *kolkhozi*.

No campo, mais uma vez a resistência dos gestores dos *sovkhozi* e *kolkhozi* tornou a mudança pouco efetiva. Contudo, nas cidades houve uma rápida expansão, que englobou serviços, restaurantes e até pequenas indústrias, chegando a empregar cerca de 6,2 milhões de pessoas ao fim de 1990 e tendo elevado a produção de bens de consumo e os serviços de 40 milhões de rublos para 70 milhões entre 1989-1990. Na prática, essas cooperativas urbanas se constituíram, em sua maioria, enquanto empresas privadas disfarçadas, levando ao surgimento de uma camada de novos proprietários. Ademais, elas frequentemente especulavam vendendo mais caro produtos em falta nas lojas estatais.⁷⁸⁸

Outra mudança muito importante de 1988 foi a oficialização da retirada gradual das tropas soviéticas no Afeganistão, como parte do Acordo de Genebra, firmado em abril junto à ONU pelo Afeganistão e Paquistão, com supervisão da URSS e EUA. A retirada foi iniciada em maio e concluída em fevereiro do ano seguinte, tendo sido mais um passo importante na concretização da redução dos gastos militares.⁷⁸⁹

2.3. Os limites das reformas econômicas

Apesar da intenção de “reestruturar” a economia, no começo de 1988, o “autofinanciamento” ainda não era total. Ele abarcava 5 ministérios industriais e 60% do setor produtivo.⁷⁹⁰ Ademais, as reformas, mesmo após aprovadas, encontravam diversas barreiras para serem efetivadas – da já mencionada resistência direta dos gestores à uma série de lacunas que impediam a criação de um sistema alternativo ao planejamento

⁷⁸⁷ Cf. FERNANDES, Luís. *Op. cit.*, p. 202-204.

⁷⁸⁸ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS, op. cit.*, p. 36; NOVE, Alec. *Op. cit.*, p. 402-403.

⁷⁸⁹ Cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 500-502; SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS, op. cit.*, p. 35.

⁷⁹⁰ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS, op. cit.*, p. 28.

centralizado. Assim, o sistema econômico não só não sofreu mudanças tão significativas na prática, de forma que a queda das taxas de crescimento não foi revertida, como ainda novos desequilíbrios apareceram, agravando a situação a partir de meados de 1988.

Apesar das mudanças de 1988, em especial a “lei das empresas estatais”, ter sido de grande relevo devido a seu caráter global, os *goszakazi* acabaram substituindo as metas do plano, tanto por pressão dos escalões superiores da burocracia, que não queriam perder seus poderes, quando por ação das próprias empresas, uma vez que era uma forma de garantir os escassos insumos necessários à produção, que eram fornecidos para a realização dos pedidos. Assim, a alocação centralizada foi apenas reduzida, e não muito. Somado a isso, não havia um sistema financeiro adequado ao pleno “autofinanciamento” das empresas, que seguiram dependendo do *Gosbank*, o qual muitas vezes condicionava o financiamento a metas de produção.

O uso do lucro como medida central, substitutiva do *val*, também foi extremamente minado. Como a reforma de preços foi adiada por resistência dos ministérios industriais, e os subsídios em cadeia não foram de todo eliminados, seguiu sendo impossível realizar um cálculo real do lucro. Ademais, demissões e falências seguiram sendo vetadas e a autonomia concedida às empresas levou a um aumento generalizado dos salários, os quais subiram muito acima da produtividade.⁷⁹¹

Esse aumento generalizado de salários, por sua vez, fez a inflação subir, de forma que, a despeito da fixação dos preços, ela era calculada como sendo de 8-9% no período 1988-89. E, como a alocação central de recursos foi minada sem que houvesse oferta suficiente de insumos, as empresas, além de recorrerem aos *goszakazi*, também elevaram a estocagem, aumentando a escassez e especulação destes – o que favoreceu tanto os novos proprietários, que tentaram ocupar o lugar dos *tolkach* no fornecimento de insumos, como também das crescentes máfias.

Para piorar, o déficit orçamentário disparou devido aos gastos com o desastre de Chernobil, à má colheita de cereais de 1988, decorrente de más condições climáticas e também de um grave terremoto que atingiu parte da Armênia em dezembro do mesmo ano – ademais, a partir de 1985 o preço internacional do petróleo passou a cair, afetando a captação de moeda forte. Tal déficit, que era de 2-3% do PIB no começo dos anos 1980, saltou para 6,5% em 1986, 7,9% em 1987 e 11,4% em 1988. Assim, apesar do produto

⁷⁹¹ Cf. NOVE, Alec. *Op. cit.*, p. 394-395; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 494-496; RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX, op. cit.*, p. 281-282; NOVE, Alec. *Op. cit.*, p. 395 e 397-398.

material líquido ter apresentado um crescimento razoável em 1988, de 4,4%, a renda nacional cresceu apenas entre 2-3% no intervalo 1986-89.⁷⁹²

Em suma, conforme apontam diferentes estudiosos (Nove, Hanson, Rodrigues, Fernandes, dentre outros), ademais da resistência do aparato burocrático partidário-estatal às mudanças, sabotando-as a cada passo, o enfraquecimento do aparato planejador – especialmente da alocação centralizada de recursos, do sistema de metas produtivas e dos mecanismos de coerção extra-econômica – não foi contrabalanceado pela introdução efetiva de mecanismos de estímulos econômicos, já que a entrada em cena de mecanismos de mercado foi feita de forma limitada, devido à resistência da burocracia do aparato econômico e a problemas anteriores, em especial a escassez de insumos.

Assim, não foi construído um sistema econômico funcional no lugar do planejamento burocrático enquanto este era desmontado, de forma que passou a vigorar um “sistema híbrido” (termo de Fernandes) e cada vez menos funcional. Ao longo dos anos 1989-91, essa disfuncionalidade deu lugar a um crescente caos econômico, retroalimentado pelas cada vez mais intensas disputas políticas no interior da URSS e dos demais países do bloco soviético.⁷⁹³

2.4. O aprofundamento das reformas políticas: *glasnot* (1988-89)

Para implementar a *perestroika* não bastava, portanto, apenas garantir uma maioria reformadora na cúpula do partido e do regime. Era necessário, também, minar o poder da burocracia gestora, que vinha sabotando ativa ou passivamente (pela inércia) as mudanças. Assim, alterações no regime político se mostravam fundamentais para a efetivação das reformas econômicas – em outras palavras, a *perestroika* necessitava do aprofundamento da *glasnost*.

Ainda em janeiro de 1987 Gorbachev anunciou o slogan de *demokratizatsia*, isto é, democratização do PCUS e das instituições estatais. Tratava-se do reconhecimento de que não bastara reduzir o peso da ala conservadora da liderança partidária, pois a resistência às mudanças (mesmo as aprovadas no 27º Congresso) seguiam fortes por parte das burocracias partidária e estatal. Contudo, foi apenas a partir de 1988 que Gorbachev

⁷⁹² Cf. FERNANDES, Luís. *Op. cit.*, p. 208; RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX*, *op. cit.*, p. 282 e 284; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p. 254-255.

⁷⁹³ Cf. NOVE, Alec. *Op. cit.*, p. 397-398 e 407; HANSON, Philip. *Op. cit.*, p. 252-254; RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX*, *op. cit.*, p. 281-282; FERNANDES, Luís. “Os impasses do socialismo e a crise da *perestroika*. Um ensaio de interpretação. In NÓVOA, Jorge (org.). *História à Deriva. Um Balanço de fim de século*. Salvador: Editora da UFBA, p. 100-108, 1993.

teve força política para implementar medidas mais significativas nesse sentido, principalmente afastar o partido do controle do aparato estatal e, sobretudo, econômico.⁷⁹⁴

Como os Congressos partidários ocorriam de cinco em cinco anos, a forma de realizar as mudanças almejadas foi a convocação de uma Conferência. Originalmente funcionando como um “pré-congresso”, dedicado ao debate de propostas e confronto de plataformas, essa instância não era reunida desde 1941, uma vez que perdera muito de seu sentido ante a enorme concentração de poderes na cúpula ao longo dos anos 1930.

A 19ª Conferência do PCUS foi realizada entre junho e julho de 1988. As principais mudanças aprovadas compunham uma significativa reforma do sistema político da URSS, visando assegurar certa autonomia do aparato estatal e governamental frente ao aparato burocrático do partido. Os objetivos declarados dessa reforma eram “democratizar” o Estado e a sociedade e assegurar o “domínio da lei”.

Seu elemento central foi a reforma do poder legislativo, o “Soviete Supremo”. Criado em 1936, ele era composto por duas câmaras, um “Soviete da União” e um “Soviete das Nacionalidades”, as quais elegiam um “Presidium” para atuar entre as sessões. Ele era basicamente simbólico, se reunindo duas vezes ao ano e por poucos dias, para eleger a Suprema Corte, a Procuradoria Geral e o Conselho de Ministros e aprovar leis e mudanças na Constituição. Sua formação se dava através de eleições nas quais só havia um candidato por cargo, necessariamente membro do PCUS, e ele não tinha poderes reais, se restringindo a ratificar as decisões da cúpula partidária, que escolhia de antemão os “candidatos”.

Por sua vez, o novo legislativo teria por base um “Congresso de Deputados do Povo”, composto por 2250 membros, dos quais um terço seria eleito a partir dos critérios anteriormente usados para o Soviete da União (um assento para cada 300,000 habitantes, escolhido a partir de sufrágio universal), outro terço a partir dos critérios usados para o Soviete das Nacionalidades (assentos distribuídos de acordo com eleições direcionadas a diferentes nacionalidades) e o terço restante a partir de critérios novos, de representação de “organizações públicas”, tais quais o próprio PCUS, o *Komsomol*, o “Conselho Central dos Sindicatos” e associações diversas. Além da diferença na composição, seus membros seriam eleitos de forma competitiva, com mais de um candidato por cargo e não necessariamente sendo membro do PCUS.

⁷⁹⁴ Cf. SEDAITS, Judith & BUTTERFIELD, Jim. “The Emergence of Social Movements in the Soviet Union”. In SEDAITS, Judith & BUTTERFIELD, Jim. (eds). *Perestroika from below: social movements in the Soviet Union*. Boulder: Westview Press, 1991, p. 4-5.

Esse Congresso seria responsável por nomear os membros daqueles órgãos que antes era o Soviete Supremo que nomeava e também nomearia, a partir de seus próprios membros, o novo Soviete Supremo. Este, por sua vez, passaria a atuar como poder legislativo autônomo em relação ao PCUS e se reuniria com frequência muito maior que antes.

Ademais, também foi criado um “Comitê de Supervisão Constitucional” na condição de órgão judiciário, composto por 23 especialistas em direito e ciência política e um representante de cada uma das 15 repúblicas, nomeados pelo Congresso de Deputados do Povo, além de um Presidente e Vice-presidente. Alguns outros órgãos secundários foram criados, para acompanhar a luta contra a burocratização e corrupção, além das relações entre as diferentes nacionalidades da URSS. E também seriam implementadas eleições secretas para os administradores do Estado e do PCUS em vários níveis.⁷⁹⁵

Conforme era de praxe nas Conferências e Congressos desde os anos 1930, essas propostas foram aprovadas sem resistência significativa, tendo sido fruto de acordos costurados previamente na cúpula. Todavia, diferentemente do 27º Congresso, a 19ª Conferência foi marcada por intenso debate. Ainda que nenhuma crítica direta tenha sido feita a Gorbachev, que buscou atuar como árbitro entre as diferentes alas dos delegados, muitas o miraram indiretamente. Entre os reformadores, Ieltsin se destacou nas críticas à morosidade das mudanças, acusando diretamente Ligatchov como responsável por isso e defendendo a remoção do *Politburo* de todos os conservadores. Tais debates foram televisionados, o que ajudou a construir uma imagem popular para Ieltsin.⁷⁹⁶

Alguns meses depois da Conferência, outra medida importante de separação entre a burocracia do PCUS e do Estado foi adotada, com o desmonte da duplicação da estrutura dos ministérios econômicos no interior do CC, com seus vários “departamentos” e as “seções” destes.⁷⁹⁷

Como se vê, as reformas políticas de Gorbachev não significavam uma democratização real, no sentido de retorno do poder às mãos do proletariado, pois a burocracia seguiria no controle das instituições-chave do regime e não haveria espaço para outros partidos políticos independentes, menos ainda para órgãos de autogestão

⁷⁹⁵ Este e os parágrafos anteriores, cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 515-517; RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX, op. cit.*, p. 292; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p. 246-249; FERNANDES, Luís. *URSS, ascensão e queda, op. cit.*, p. 205.

⁷⁹⁶ Cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 514; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p. 249.

⁷⁹⁷ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS, op. cit.*, p. 35.

proletária. Tratava-se, fundamentalmente, da criação de um novo mecanismo de governo do regime de ditadura da burocracia, menos centralizado e rígido, com mais espaço para a nova tecnocracia e *intelligentsia* e que permitisse a realização de mudanças que os setores conservadores impediam de ir adiante pelo seu grande nível de controle.

Até esse ponto, o projeto de Gorbachev e seus aliados mais próximos ainda consistia em aperfeiçoar o sistema econômico e político, mantendo-se nos marcos do que consideravam ser um socialismo reformado. Contudo, isso foi mudando conforme a URSS mergulhou num crescente caos econômicos e político, no qual a polarização entre conservadores e reformadores deu lugar a uma disputa entre três setores principais: conservadores, reformadores moderados e um bloco cada vez mais indistinguível entre “reformadores radicais” (defensores da adoção em larga escala de mecanismos de mercado e da reintrodução da propriedade privada) e restauracionistas, especialmente de linha neoliberal (adeptos de uma “terapia de choque”, com rápida privatização em larga escala de quase todo o aparato econômico).⁷⁹⁸

2.5. Divisões na cúpula e fortalecimento de forças oposicionistas

A crescente liberalização promovida pela *glasnost* almejava enfraquecer a resistência da burocracia conservadora às mudanças, ao enfraquecer seu poder de decisão, expô-la à opinião pública e, ao mesmo tempo, dar espaço para setores da sociedade civil se expressarem contra ela. Contudo, essa abertura fez surgir diversas forças políticas que rapidamente fugiram ao controle de Gorbachev e da cúpula partidária, tornando-se elementos centrais do processo de colapso da URSS, por terem confrontado de formas diversas o poder político da ditadura da burocracia, buscando impor uma agenda diferente daquela almejada pelos dirigentes do regime.

Isso se expressou de forma intensa a partir de meados de 1988 em diante, em frentes diferentes, porém interligadas: um crescente conflito entre alas divergentes na cúpula partidária, a extrapolação desse conflito para setores da cada vez mais complexa sociedade civil, e a entrada em cena de forças em certa medida novas, em seu número e influência: grupos de oposição com influência de massas, incluindo aí grupos nacionalistas pró-independência ou autonomia, e também greves operárias.

As eleições do novo legislativo (março de 1989) foram um marco importante do fortalecimento de forças fora do controle da cúpula partidária, bem como as eleições para

⁷⁹⁸ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS*, op. cit., p. 27; NOVE, Alec. *Op. cit.*, p. 407-410.

legislativos das repúblicas, que replicaram a mudança na estrutura da União (ocorridas ao longo de 1990). Vejamos em detalhes.

Ao longo de 1988, diante do quadro de poucos efeitos positivos das mudanças em curso, parte dos aliados de Gorbachev – como Iakovlev e a dupla Abenbegian e Zalavskaia – passaram a pressionar por mudanças mais rápidas e profundas rumo a um “socialismo de mercado” e a uma *glasnost* ampla. Isso envolvia, especialmente, dissolver os monopólios estatais, promover competição entre empresas através da efetivação de falências, estabelecer preços reais e desmontar o poder do aparato burocrático do PCUS.

Já outros recuaram da defesa de reformas, acreditando que as mudanças estavam piorando a situação – como Ligatchov, que passou a embloquear com os conservadores para brejar as reformas mais significativas. Estes últimos, apesar de enfraquecidos após as mudanças na composição do *Politburo* e do CC, ainda ocupavam alguns cargos importantes, como Oleg Baklanov, secretário do CC para indústria militar, ou Vladimir Kriuchkov, à frente da KGB, além de ainda terem algum peso numérico.

Como Gorbachev tentava mediar entre esses dois polos, acabou surgindo um terceiro setor, composto de reformadores críticos dessa postura conciliatória e que defendiam um enfrentamento mais vigoroso contra os conservadores e a burocracia e mais velocidade na implementação das reformas. Ao longo de 1988, Ieltsin tornou-se porta-voz público desse setor, conhecidos como “reformadores radicais”, críticos tanto dos conservadores, quanto de Gorbachev. Eles também eram conhecidos como “democratas”, por se oporem ao regime de partido único. Eles não tinham um programa estruturado, mas se inclinaram cada vez mais à defesa do que chamavam de “economia de mercado” – ou seja, a restauração do capitalismo.⁷⁹⁹

Entre os membros com cargos relevantes na cúpula, o conflito entre essas alas se deu principalmente entre Ligatchov e Iakovlev, dado que ambos estavam envolvidos no trabalho “ideológico” (Departamento de Agitação e Propaganda do CC). Enquanto Iakovlev agia para que a imprensa atuasse de forma independente da cúpula partidária, com conteúdo de crítica ao regime ditatorial e ao passado da gestão Stalin, bem como à favor de reformas, Ligatchov tentava manter o controle da mídia e a defesa do que encarava como princípios do socialismo, como o regime de partido único. Assim, o *Politburo* acabava enviando mensagens contraditórias aos demais órgãos.

⁷⁹⁹ Este e os parágrafos anteriores, cf. SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS*, op. cit., p. 29-31, 37-38, 41 e 45; NOVE, Alec. Op. cit., p. 395 e 407-410; BROWN, Archie. Op. cit., p. 526.

Em outubro de 1988, para amenizar as tensões, Gorbachev acabou removendo ambos dessa função e no lugar colocou Vadim Medvedev, que também era um reformador, porém mais moderado que Iakovlev. Ligatchov foi movido para o Departamento de Agricultura e Iakovlev para o de Política Internacional.⁸⁰⁰

Entre os mais estridentes nas críticas à lentidão e moderação estava Ieltsin. Suas ações acabaram levando a uma crise na cúpula. Em setembro de 1987, por não ter agido para impedir alguns protestos em Moscou, Ieltsin foi repreendido por Ligatchov durante reunião do *Politburo* e reagiu enviando uma carta a Gorbachev em que renunciava a seu posto de membro aspirante do órgão e pedia por ações firmes contra os conservadores. Na reunião seguinte do CC, em outubro, contudo, Gorbachev não se solidarizou com Ieltsin, o que o levou a fazer um duro discurso acusando Ligatchov e os conservadores de impedirem a concretização das reformas e criticando Gorbachev pela lentidão e falta de firmeza em aplicá-las. Na reunião seguinte do CC, em novembro, Ieltsin foi removido do seu posto à frente do Comitê de Moscou, após uma aparente tentativa de suicídio.

Tanto sua renúncia quanto suas críticas ao Secretário-geral eram algo completamente fora do padrão, e seu discurso logo circulou nos *samizdat*, promovendo sua imagem como um defensor firme das mudanças. Imagem essa que ele já vinha construindo, através de denúncias públicas contra a corrupção e discursos a favor da *perestroika* e da *glasnost* enquanto à frente da gestão de Moscou. E que foi reforçada com sua atuação na 19ª Conferência, com seus discursos de dura crítica aos conservadores.⁸⁰¹

Assim como as posições dos “reformadores radicais” estavam extrapolando a esfera interna da cúpula partidária, também a dos conservadores começou a ser difundida para o público geral. Um caso significativo foi o da carta da professora de química Nina Andeeva publicada no jornal “Rússia Soviética” em março de 1988, criticando a liderança partidária de “revisionista”. Em tom muito duro, a carta acusava a *perestroika* de ser um ataque ao socialismo e os reformadores de serem restauracionistas. Ela também defendia o legado de Stalin contra os ataques cada vez mais frequentes a esse passado.

De forma velada, membros conservadores do CC incentivaram comitês regionais do partido a republicarem a carta, com a ajuda de Ligatchov, então ainda atuando no Departamento de Agitação e Propaganda. Membros reformadores tentaram incentivar diretores de jornais e revistas de linha pró-reforma a publicarem uma resposta, mas estes

⁸⁰⁰ Cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 508-512; SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS, op. cit.*, p. 29-31.

⁸⁰¹ Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p. 244-246; SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS, op. cit.*, p. 33; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 496-498.

afirmaram não estarem dispostos a ir contra Ligatchov. Na reunião seguinte do *Politburo*, Ligatchov elogiou o artigo, afirmando que ele representava a linha do partido, no que foi seguido por outros membros conservadores, até que Gorbachev os interrompeu e deixou claro seu desagrado com o conteúdo da carta e com as evidências de que membros da cúpula haviam incentivado sua circulação e, possivelmente, sua escrita. Isso desencadeou uma sequência de críticas da parte dos reformadores, que deixou o outro polo reacuado.

Após três semanas de certa tensão, na qual a carta não foi rebatida por nenhum órgão de imprensa, uma resposta oficial foi publicada no *Pravda*, porém sem assinatura. O artigo não só rebateu com firmeza as acusações de Andreeva, como ainda criticou a passividade da imprensa e das vozes pró-reforma em não terem respondido por conta própria.⁸⁰²

A liberalização da imprensa foi um fator muito importante nessa extrapolação dos debates para fora da cúpula partidária. Apesar da resistência de Ligatchov, a atuação de Iakovlek assegurou que diversas revistas e jornais passassem a ser comandadas por pessoas alinhadas com o ideal de abertura política, transformando-se em porta-vozes de opiniões diversas e defensores da *glasnost* e da *perestroika*.

Com isso, a imprensa passou a denunciar diversos problemas da vida na URSS, em especial a má qualidade dos bens de consumo e serviços, a escassez, os privilégios materiais dos burocratas, a corrupção em diversos níveis, a desigualdade social, injustiças diversas, permanências do stalinismo (entendido de forma ampla, como o regime construído sob Stalin), chegando até mesmo a criticar o regime de partido único e o monopólio do poder pelo PCUS. Questões ecológicas também ganharam grande peso, na forma de denúncia de desastres do passado e de falta de responsabilidade com o meio ambiente no presente, levando a algumas mobilizações contra poluição ou intervenções drásticas, como desvio de rios. Bem como questões de “vida cotidiana”, como debates sobre práticas machistas, alcoolismo, uso de drogas ilícitas, prostituição, dentre outros temas.⁸⁰³

De certa forma, todos os temas que a censura e repressão das décadas anteriores impediram de serem abordados abertamente vieram à tona em profusão, servindo de canal de expressão e ao mesmo tempo incentivo para a organização da sociedade civil em

⁸⁰² Cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 504-508; SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS*, *op. cit.*, p. 34; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p. 245-246; RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX*, *op. cit.*, p. 200-20.

⁸⁰³ RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX*, *op. cit.*, p. 287-288; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p. 238-241.

grupos de debate e também de reivindicação. Isso fez com que os esforços dos reformadores por abertura política fugissem de seu controle, o que recrudesceu ainda mais a reação dos conservadores e dos setores da burocracia temerosos de perderem seus postos.

Com a crescente liberdade de imprensa, reabilitação de obras e figuras expurgadas no passado e afrouxamento da repressão em geral, logo começaram a surgir grupos informais que se alinharam a um ou outro lado dos debates emanados desde a cúpula, os quais ficaram conhecidos como “grupos sociais”. Havia assim, uma crescente variedade de tendências políticas atuando de forma cada vez mais aberta e organizada: conservadores/stalinistas (como Andreeva), defensores de Gorbachev, “reformadores radicais” (como Ieltsin), liberais (especialmente defensores dos “direitos humanos” que se opunham ao regime e tinham forte influência ocidental, como Andrei Sakahrov), intelectuais neoliberais (como alguns dos futuros assessores de Gorbachev e de Ieltsin no começo dos anos 1990 – Stanislav Shatalin, Grigori Iavlinski, Iegor Gaidar, Anatoli Chubais). Quando, em 1990, foi permitida a formalização de novos partidos políticos, muitos se estruturaram a partir de grupos que já vinham atuando em torno de tais linhas políticas.⁸⁰⁴

Gorbachev e seus aliados tiraram proveito e até certo ponto incentivaram esse surgimento de uma sociedade civil crítica ao regime, buscando apoio nos novos “grupos sociais” para manter os conservadores contra a parede. Foi o caso da relação com as “Frentes Populares” em apoio às reformas que surgiram em diversas repúblicas, sob nomes variados – tais como o *Rukh* ucraniano, sigla do “Movimento Popular da Ucrânia Pela Reconstrução/*Prestroika*”, fundado pela Associação de Escritores em fevereiro de 1989 – e também outras associações, em especial a *Pamiat* – “Memória”, dedicada à defesa da memória e “reabilitação” de pessoas condenadas pelo regime no passado, que se tornou uma importante porta-voz da defesa dos direitos humanos, mas que posteriormente se dividiu em várias facções e se tornou um grupo nacionalista de extrema-direita.

Nem todas as novas organizações, contudo, eram simpáticas à Gorbachev e suas reformas. Havia as organizações conservadoras/stalinistas – como a “Sociedade Unidade”, fundada por Andreeva em maio de 1989 no interior do PCUS, e a “Frente

⁸⁰⁴ Cf. RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX*, op. cit., p. 189; BROUÉ, Pierre. *A União Soviética*, op. cit., p. 180-182; KAGARLITSKI, Boris. *A desintegração do monolito* [1992]. São Paulo: Editora da UNESP, 1993, p. 58-61; SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS*, op. cit., p. 32 e 43-44.

Única dos Trabalhadores”, de julho do mesmo ano, que atuava de forma mais pública, entre trabalhadores fabris. A linha desses grupos era defender um retorno ao planejamento centralizado, manutenção do regime de partido único e valorização do passado e de Stalin.

Havia também organizações liberais, a mais destacada delas sendo a “União Democrática”, fundada em maio de 1988, com uma composição política heterogênea, unificando várias vertentes em torno da defesa da democracia e das reformas de Gorbachev, mas que rapidamente assumiu uma identidade contra o “comunismo” e “totalitarismo” e pelo retorno da propriedade privada e das relações de mercado. Tinha, assim, uma orientação restauracionista e muita crítica de Gorbachev, por seu compromisso com o socialismo. Essa linha liberal foi ratificada por seu 2º Congresso (janeiro de 1989), o que fez com que setores identificados com o socialismo ou social-democracia deixassem o grupo.

Devido à essa variedade de organizações e o fato de eles serem autônomas em relação ao regime, Gorbachev muitas vezes fez o movimento contrário, dando certa abertura aos conservadores do partido nas suas críticas e ações contra elas. Ao longo de 1988-91, portanto, Gorbachev oscilou diversas vezes, uma vez que não desejava desmontar por completo a ditadura da burocracia, no sentido do controle das funções essenciais por um grupo de especialistas privilegiados, mas dar a ela um formato mais aberto e, portanto, com maior legitimidade popular.⁸⁰⁵

2.6 Os “grupos sociais” e o renascimento do movimento operário

Desde cedo, com o anúncio das primeiras reformas que reduziram a repressão, esses “grupos sociais” começaram a surgir – ou a “emergir”, no caso de grupos pré-existentes, mas que atuavam de forma menos pública, para evitar repressão. Contudo, durante os dois primeiros anos da gestão Gorbachev eles ainda eram relativamente poucos, provavelmente fruto de uma desconfiança com as promessas de mudança. Foi a partir de fins de 1987 que eles passaram a se multiplicar em velocidade impressionante. Segundo levantamentos publicados no *Pravda*, por exemplo, tais grupos chegavam a cerca de 30 mil em 1988 e 60 mil em 1989. Eles eram compostos, sobretudo, por

⁸⁰⁵ Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p. 242; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 504-508; BROUE 187-188 RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX*, *op. cit.*, p. 200; SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS*, *op. cit.*, p. 43-44; LEVICHEV, V. “Anatomy of the Unofficial Political Movement”. In BABKINA, M. (ed.) *New Political Parties and Movements in the Soviet Union*. Commack: Nova Science Publishers, p. 46, 1991.

intelectuais e jovens, não tendo muita presença entre os trabalhadores fabris, salvo exceções pontuais.

Conforme apontam Judith Sedaitis e Jim Butterfield, tais grupos inicialmente tinham uma atuação mais espontânea e de base, sem estruturas formais. Consistiam em clubes de discussão política bastante heterogêneos e, com alguma frequência, organizavam manifestações de rua sem muito preparo prévio. Contudo, com as eleições de 1989 e, principalmente, as de 1990 (nas quais partidos políticos foram autorizados a participar), eles passaram por uma significativa mudança, adotando estruturas internas mais organizadas, com lideranças eleitas e funcionários, programas políticos mais claros, táticas de atuação mais planejadas e também passaram por unificações ou formação de coalizões.

Muitos fizeram amplo uso das eleições de 1989 e das eleições locais subsequentes, tendo apoiado candidatos ou lançado líderes próprios para a disputa. Tais eleições serviram não só para dar ampla visibilidade aos grupos que dela fizeram uso, mas também demonstraram a vulnerabilidade da burocracia, uma vez que alguns candidatos do regime foram derrotados, ou chegaram perto de sê-lo. Já quando das eleições de 1990, houve um processo de institucionalização, com vários grupos se legalizando na forma de partidos.⁸⁰⁶

Conforme a síntese de V. Levichev, tais grupos se organizavam, principalmente, na forma das “Frentes Populares” (de nomes variados, mas todas ligadas à valorização cultural nacional e a demandas por autonomia ou independência nacional, junto à defesa das reformas de Gorbachev); grupos e associações de caráter étnico-cultural pela preservação e promoção de culturas de etnias minoritárias; partidos políticos propriamente ditos, ainda que não legalizados; clubes de discussão; associações religiosas; movimentos ecológicos; além de uma ampla variedade de grupos e associações bastante diversos, de foco mais restrito (como de veteranos da Guerra do Afeganistão, por exemplo).⁸⁰⁷

Os temas que tais grupos abordavam eram bastante variados, mas foram aqueles com temas mais amplos que mais cresceram, em especial questões ecológicas, demandas por democratização e também valorização / soberania nacional. Não obstante, temas mais específicos, como direitos humanos, domínio da lei sobre a arbitrariedade, exposição e condenação dos crimes de Stalin, direitos das mulheres e questões laborais também tiveram destaque.

⁸⁰⁶ Cf. SEDAITIS, Judith & BUTTERFIELD, Jim. *Op. cit.*

⁸⁰⁷ Cf. LEVICHEV, V. *Op. cit.*, p. 43-50.

Alguns grupos conseguiram suplantar ou mesmo cooptar organizações de massas oficiais do regime em certas localidades. Assim, apesar Gorbachev e seus aliados terem estimulado o aparecimento desses novos grupos sociais autônomos, encarando que eram uma parte essencial do processo de reestruturação econômica e política, eles rapidamente ultrapassaram qualquer controle ou tutela por parte do regime, tornando-se importantes atores políticos e influenciando os rumos dos acontecimentos, em especial ao se vincularem, com frequência, aos “reformadores radicais”, dando-lhes sustentação.⁸⁰⁸

A resposta do regime a essa crescente quantidade e variedade de grupos políticos autônomos foi bastante variada. A partir de alguns estudos de caso, Butterfield e Marcia Weigle classificam tal resposta em ao menos cinco tipos distintos: cooperação de alguma agência ou órgão estatal para a realização dos objetivos do grupo, como no caso de algumas organizações culturais; completo antagonismo, na forma de repressão e difamação sistemática de seus líderes e suas ações coletivas, como no caso de algumas “Frentes Populares” nacionais; ação preventiva, para realizar parte das demandas da organização sem cooperar com ela e, assim, reduzir seu apelo popular; tentativa de cooptar a organização, ao promover sua institucionalização; e ainda uma certa indiferença e tolerância, sem nenhuma ação significativa em relação à organização.

Segundo tais pesquisadores, essa variedade de respostas tinha a ver não só com a própria variedade dos grupos, em seus programas e formas de atuação, mas também com o fato de o regime não ter se preparado adequadamente para o surgimento de tantos grupos e para sua crescentemente impactante atuação de massas. Assim, não haviam protocolos estabelecidos para lidar com a nova situação, apesar de a própria cúpula ter estimulado em alguma parte o surgimento de grupos sociais diversos como parte da *glasnost*. Ademais, havia divergências nessa cúpula sobre quanta liberdade de ação conceder a eles e como lidar com os mais críticos.⁸⁰⁹

Entre 1988-89, por exemplo, diversas medidas restritivas foram adotadas, como uma legislação com condições rígidas para autorização de comícios e manifestações, orientações de como a mídia deveria cobrir tais eventos e criação de uma força policial especial para atuar em eventos de massas (*Spetsnaz*), com amplos poderes de vigiar e reprimir pessoas suspeitas de “perturbação da ordem pública”. Nesse contexto,

⁸⁰⁸ Cf. SEDAITIS, Judith & BUTTERFIELD, Jim. *Op. cit.*

⁸⁰⁹ Cf. BUTTERFIELD, Jim & WEIGLE, Marcia. “Unofficial Social Groups and Regime Response in the Soviet Union”. In SEDAITIS, Judith & BUTTERFIELD, Jim. (eds). *Perestroika from below: social movements in the Soviet Union*. Boulder: Westview Press, p. 187-188, 1991.

autoridades como o Ministro da Justiça fizeram declarações deixando claro seu desagrado com a crescente atuação pública desses grupos sociais, em especial as manifestações de rua.

Não obstante, assessores de Gorbachev, tais como Zalavskaia, Boris Kirashvili e Leonid Albakin os apoiavam como parte fundamental do processo de “reestruturação” econômica e política, e o próprio Gorbachev dava indícios públicos de que, ao menos em alguma medida, tinha acordo com tal posição. Diante dessa divisão de atitudes, a resposta das instâncias estatais inferiores variava enormemente de local para local, especialmente a partir das eleições de 1989 e 1990, que conferiram maiores poderes e autonomia aos legislativos locais, inclusive com presença de “reformadores radicais” em seu interior.⁸¹⁰

Com a exacerbação das disputas intraburocráticas, entre conservadores, reformadores e reformadores radicais, os grupos sociais cumpriram importante papel de mobilizar setores de massas em apoio a um ou outro lado – predominantemente, em apoio aos reformadores radicais, visando pressionar Gorbachev a aprofundar e acelerar as reformas. Com essa vinculação aos reformadores radicais, uma parte importante de tais grupos ajudou a disseminar ilusões de que um retorno ao capitalismo significaria democracia e prosperidade material, ao passo que denunciava o socialismo como significando ditadura e escassez.

Mesmo aqueles grupos sociais que reivindicavam o socialismo, com frequência, disseminavam ilusões no papel do mercado como garantidor de democracia e prosperidade, condenando o planejamento econômico como algo irremediavelmente burocrático e ineficaz, vinculando-se, assim, à ideia de um “socialismo de mercado”. Era o caso, por exemplo, dos grupos reunidos em agosto de 1987 na “Conferência sobre Iniciativas Sociais nos Marcos da *Perestroika*”, que se unificaram em duas frentes após o evento. A “Federação de Clubes Sociais Socialistas”, que tinha Boris Kagarlitski como uma das suas lideranças, era a favor de um “socialismo de mercado”, significando relações de mercado com manutenção de uma série de proteções sociais e medidas de bem-estar, e também defensora do “papel constitucional” do PCUS, mas a favor de participação eleitoral dos “grupos sociais”. E a “Associação de Iniciativas Sociais”, que era um agrupamento mais heterogêneo, sem programa definido, para servir de ponto de encontro para os grupos pró-reformas, também favorável ao “socialismo de mercado”.⁸¹¹

⁸¹⁰ Cf. *Ibid.*, p. 187-190.

⁸¹¹ Cf. SEVERYUKHIN, A. *Perestroika the way for independent social movements*. *International*

Esse elemento é de suma importância, e está relacionado ao mencionado “giro à direita” operado pela oposição intelectual ao stalinismo ao longo dos anos 1970, na esteira da derrota dos processos de reforma feitas de cima e de revoltas feitas por baixo dos anos 1950-60. Assim como havia ocorrido na Polônia na virada dos anos 1970-80, a oposição de massas que emergiu na URSS ao longo da segunda metade dos anos 1980 não estava, em sua maioria, comprometida com a manutenção da propriedade social e com uma perspectiva socialista democrática, sendo, ao invés, perpassada por uma série de ilusões liberais, ou mesmo tendo abraçado abertamente o liberalismo e uma perspectiva restauracionista.

Um outro elemento de grande impacto em meio a essa crescente efervescência política de massas foi a eclosão de “greves selvagens” a partir de 1989, em resposta à constante piora da situação econômica da URSS e seus efeitos sobre as condições de vida da classe trabalhadora, em especial de seus setores menos qualificados. Algumas dessas greves deram lugar a organizações de tipo sindical, levando, assim, a um renascimento do movimento operário na URSS.

A primeira dessas greves selvagens teve lugar nas minas de carvão da Sibéria, em julho de 1989, e se espalhou rapidamente por outras regiões mineiras da Rússia e Ucrânia, levando também a manifestações de massas em algumas cidades próximas. Suas demandas principais eram de melhores salários e abastecimento de itens básicos de consumo, em especial alimentos e itens de higiene, mas também envolveram demandas por condições mais seguras de trabalho e por preservação do meio ambiente. Ela abarcou 158 minas e envolveu cerca de 177 mil grevistas, organizados em comitês de greve que, após o firmamento de acordos salariais, foram convertidos em comitês permanentes para vigiar seu cumprimento. Com a eclosão de novas greves no ano seguinte, tais comitês foram a base para a construção do primeiro sindicato independente da URSS, a “Associação de Sindicatos Independentes de Mineiros”, fundada em outubro de 1990.⁸¹²

Essas novas organizações, contudo, também tinham ilusões liberais e vinculações com os “reformadores radicais”, mesmo aquelas que assumiram um programa formalmente socialista e a favor da autogestão proletária, como a “União dos Trabalhadores de Kuzbass” (também grafado “Kuznetsk”) , formada no começo de 1990,

Viewpoint n. 129, 9/11/1987, p. 4-7; STATEMENT of the Federation of Socialist Social Clubs. *International Viewpoint* n. 129, 9/11/1987, p. 8-9.

⁸¹² Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS*, op. cit., p. 40-41; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p. 259; RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX*, op. cit., p. 285.

a partir de uma greve mineira na Sibéria.⁸¹³ Um dos líderes dessa organização, por exemplo, era Teimuraz Avaliani, membro do PCUS associado aos “reformadores radicais”. Ieltsin, conforme se afastou cada vez mais de Gorbachev, fez um grande esforço para se aproximar dessas organizações proletárias, convencendo seus líderes e membros de que ele era um legítimo defensor da democracia e de melhores condições de vida para os trabalhadores, conseguido apoio junto a suas bases para promover seu programa liberal restauracionista.

Assim, parte expressiva dos grupos sociais surgidos sob a *glasnost*, mesmos os mais “à esquerda” (formalmente favoráveis ao socialismo) e de caráter proletário / sindical, cumpriram um papel importante no processo de contrarrevolução social ocorrido na virada dos anos 1980-90, ao darem sustentação às lideranças restauracionistas por estas se apresentarem como defensoras da democracia, contra a ditadura da burocracia. Ao nosso ver, tal processo contrarrevolucionário só pôde triunfar pois assumiu uma forma de reação democrática, isto é, um processo através do qual forças pró-capitalistas se apoiaram nas aspirações e mobilizações de setores das massas por democracia e melhores condições de vida para destruírem o Estado operário e restaurarem as relações capitalistas de propriedade e produção. Aspirações essas que só podem ser compreendidas se levarmos em conta as ilusões, muito disseminadas por parte desses grupos sociais, de que um retorno ao capitalismo significaria democracia e prosperidade, e de que socialismo era sinônimo de stalinismo e, portanto, de ditadura da burocracia e escassez.

Conforme se verá no próximo capítulo, um processo semelhante, de contrarrevolução via reação democrática, se fez presente nos demais países do bloco soviético nesse período.

2.7. Nacionalismo, conflitos étnicos e mobilizações por autonomia ou independência nacional

Um elemento especialmente importante dessas muitas forças oposicionistas que surgiram na esteira da abertura política e dos crescentes problemas econômicos foram as mobilizações de caráter étnico-nacional, as quais desempenharam papel central na desagregação e colapso da URSS. Em uma entrevista do começo de 1992, o próprio

⁸¹³ Para programa formal dessa organização, ver DECLARACIÓN de la Unión de Trabajadores de Kuzbass. *Correo Internacional* n. 45, mar. 1990, p. 19.

Gorbachev reconheceu sua importância, ainda que tenha destacado que a subestimou na época.⁸¹⁴

A questão nacional sempre foi uma preocupação entre as lideranças soviéticas, devido ao alto grau de centralização do sistema federativo nas mãos da Rússia e também à integração forçada de algumas regiões durante a Guerra Civil e após a Segunda Guerra Mundial – em especial as chamadas “repúblicas bálticas” (Estônia, Letônia e Lituânia) e a Ucrânia. O terror stalinista dos anos 1940, com suas muitas deportações e deslocamentos forçados de etnias inteiras, apenas conseguiu calar o dissenso, não fazê-lo sumir. Não à toa, sob Brejnev, ocorreu uma nova ofensiva de supressão de expressões étnico-nacionais, após reversão parcial dos deslocamentos sob Krushev, na forma da propagação da noção de “povo soviético” unificado, que fosse fruto da integração étnica e do desaparecimento das divisões nacionais.⁸¹⁵

A subestimação de que falou Gorbachev certamente tinha a ver com o discurso oficial construído sob Brejnev, segundo o qual a questão nacional se tratava de algo ou já resolvido, ou em vias de sê-lo. Mas os especialistas ocidentais também não viam a questão nacional como uma fonte potencial de conflitos sérios. Foi com o enfraquecimento gradual do poder do centro e a insegurança quanto à situação econômica que a potencializou sobremaneira, conforme destacam Rodrigues e Segillo.⁸¹⁶

Não obstante esse apelo por unidade do histórico de repressão sob Stalin, foi sob a URSS que diversos grupos étnicos puderam pela primeira vez expressar uma identidade nacional, ou mesmo vieram a criá-la após séculos de subjugação pelo chauvinismo grão-russo. Isso foi fruto tanto de uma política de conceder certo grau de autonomia a tais grupos, na forma das 15 repúblicas nacionais que constituíam a URSS e as várias unidades territoriais administrativas autônomas de base étnica que existiam no interior delas – as quais podiam ser de três tipos, “área autônoma”, “região autônoma” ou “república autônoma”, de acordo com a quantidade e habitantes (em 1985, havia 20 repúblicas, 8 regiões e 10 áreas autônomas). Como também do processo de alfabetização quase universal e de crescente urbanização e escolarização da população ao longo do pós-

⁸¹⁴ Cf. OLIC, Nelson. *Op. cit.*, p. 76-77.

⁸¹⁵ Cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 552-553; JANCÓS, István. “A crise do stalinismo e a questão nacional na Europa centro-oriental”. In NOVOA, Jorge (org.). *História à Deriva. Um Balanço de fim de século*. Salvador: Editora da UFBA, p. 114, 1993; OLIC, Nelson. *Op. cit.*, p. 76-78.

⁸¹⁶ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Declínio da URSS, op. cit.*, p. 155-156 e 172-176; RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX, op. cit.*, p. 306-307.

Segunda Guerra, em boa parte subsidiado por recursos vindos da União, e que produziu intelectualidades locais que ajudaram a promover tais identidades.⁸¹⁷

As 15 repúblicas tinham seus próprios Partidos Comunistas, Conselho de Ministros e Soviete Supremos. Contudo, eram bastante subordinadas ao poder central da União e do PCUS (que era o aparato central e também o Partido Comunista da Federação Russa). Inclusive, era muito comum haver sempre um russo ocupando o segundo cargo de comando desses PCs locais.⁸¹⁸

Assim, sob a abertura promovida pela *glasnost* e uma série de eventos ocorridos ao longo de 1989, se formou uma grande expectativa por autonomia ou mesmo independência por parte de vários grupos étnicos, o que foi retroalimentado pelo crescente caos econômico. Os eventos que mais ajudaram a potencializar os sentimentos nacionalistas foram os processos de profunda mudança política ocorridos no restante do bloco soviético ao longo de 1989, sem que a URSS tivesse intervindo para suprimi-los como no passado, a reforma do sistema legislativo, que foi implementada também ao nível das repúblicas, com eleições ao longo de 1990 e que acabou dando grande força política para as vozes pró-autonomia ou independência, e a criação do cargo de Presidente da URSS, também em 1990, o qual as república logo demandaram ter também. Com os novos legislativos e executivos, algumas repúblicas logo passaram a contestar leis da União e declarar soberania das suas decisões legislativas. Ademais, com os problemas de abastecimento econômico, também passaram a contestar o direito do centro em controlar seus recursos e empresas.⁸¹⁹

Conforme destaca Rodrigues, houve ainda um movimento duplo, de uso dos movimentos pró-autonomia ou independência por setores das burocracias locais como forma de assegurar a manutenção de seus privilégios materiais diante da desagregação da economia soviética e, de outro lado, instrumentalização desses movimentos tanto pelos reformadores do centro, quanto pelos restauracionistas, para enfraquecer os conservadores, que estavam enraizados principalmente aparato central (em especial nas Forças Armadas, polícia secreta e gestão econômica).⁸²⁰

Junto a isso, as disputas por recursos e soberania territorial também levaram a intensos conflitos interétnicos. Assim, o fim dos anos 1980 foi marcado por conflitos

⁸¹⁷ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Declínio da URSS*, op. cit., p. 155-156 e 160-161; RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX*, op. cit., p. 308-309.

⁸¹⁸ Cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 552-553.

⁸¹⁹ Cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 548-553; NOVE, Alec. *Op. cit.*, p. 410.

⁸²⁰ Cf. RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX*, op. cit., p. 311-312.

étnico-nacionais de vários tipos: de minorias nacionais não-russas contra o poder central; entre minorias não-russas diferentes; e entrelaçamentos dos dois tipos; e guerra civil.⁸²¹

O primeiro evento significativo envolvendo a questão nacional durante a gestão Gorbachev ocorreu em dezembro 1986, no Cazaquistão. O então Secretário-geral do PC local, de linha conservadora, foi impedido por Gorbachev de escolher um sucessor alinhado a si, e no lugar foi empossado um dirigente georgiano. Isso levou a manifestações de rua na capital, Alma-Ata, impulsionadas tanto por jovens contrários ao que viram como uma violação da soberania cazaque, quanto por membros da burocracia local contrários a mudanças no *status quo*. Tais manifestações foram duramente reprimidas. Outro evento significativo ocorreu no ano seguinte, com um protesto realizado em Moscou por tártaros da Criméia, denunciando os deslocamentos em massa feitos por Stalin e exigindo reparações.⁸²²

Apesar da importância desses protestos, ao apontarem que a questão nacional estava longe de resolvida na URSS, foi a partir de fins de 1988 em diante que ele se tornou explosiva, na forma de violentos conflitos interétnicos envolvendo áreas habitadas por mais de uma nacionalidade e também de surgimento de organizações políticas nacionalistas pró-autonomia ou independência, em geral intituladas “Frentes Populares”.

Em fevereiro de 1988 ocorreu o *pogrom* de Sumgait, cidade da RSS (República Socialista Soviética) do Azerbaijão, onde algumas dezenas de armênios foram mortos e muitos outros agredidos por grupos de azerbaijanos (segundo números não oficiais, os mortos chegariam a algumas centenas). O *pogrom* ocorreu após protestos na região autônoma de Nagorno-Karabakh, situada na RSS do Azerbaijão e de maioria armênia, terem exigido a unificação da região com a RSS da Armênia e seu Soviete Supremo ter aprovado tal medida. Apesar de a decisão ter sido considerada inválida pela União e pela RSS da Armênia, e publicamente condenada por Gorbachev e vários veículos de imprensa, protestos começaram a ocorrer em cidades armênias em prol da unificação, levando a contraprotestos dos azerbaijanos e a uma escalada de discursos anti-armênios por parte de autoridades azerbaijanas, que chegaram a estimular *pogroms*.

O fato deles terem ocorrido especificamente em Sumgait está relacionado à existência de uma maior população armênia em tal cidade e, também, ao fato dessa população ocupar melhores postos de trabalho e ter maior acesso à educação que os

⁸²¹ Cf. OLIC, Nelson. *Op. cit.*, p. 75-76.

⁸²² Cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 558-559.

próprios azerbaijanos locais, que vinham nutrindo ressentimentos com tal situação devido à piora das condições de vida em decorrência das reformas econômicas.

A população armênic organizou guardas de autodefesa contra futuros *pogroms* e, diante da recusa do poder central em conceder a unificação com a RSS da Armênia, deflagrou uma greve geral organizada por massivas assembleias de base, tanto em Nagorno-Karabakh quanto em Ierevan, capital da RSS da Armênia.

Apesar de contida, a situação não foi resolvida, com novos conflitos e emergindo contra azerbaijanos na RSS da Armênia e armênios na RSS do Azerbaijão ao longo dos anos seguintes, bem como novas mobilizações grevistas. A situação atingiu um pico de violência em janeiro de 1990, quando houve uma intervenção das forças militares da União contra a nacionalista “Frente Popular do Azerbaijão”. Até hoje a disputa por Nagorno-Karabakh (atual República de Artsakh) é um conflito em aberto e marcado por episódios violentos.⁸²³

Outro episódio marcante ocorreu em abril de 1989, na RSS da Geórgia. Conflitos similares vinham ocorrendo em relação à demanda por independência da RSS Autônoma da Abecásia em relação à RSS da Geórgia, com protestos de georgianos contra tal demanda e por independência em relação à URSS. Visando suprimir o conflito, Ligatchov e os conservadores aproveitaram uma viagem de Gorbachev para reprimir violentamente uma manifestação nacionalista dos georgianos em Tblisi, levando a dezenas de mortos, o que apenas conteve momentaneamente o movimento por independência e os conflitos entre georgianos e abecásios, com a disputa em torno da independência da Abecásia também estando em aberto até hoje e tendo dado lugar a uma guerra civil em 1993.⁸²⁴

Diversos outros conflitos interétnicos envolvendo áreas de povos interpenetrados ocorreram na virada dos anos 1980-90. Por exemplo, entre uzbeques e turcos no Vale de Fergana, na RSS do Uzbequistão, entre cazaques e etnias minoritárias em Novi Uzen, na RSS do Cazaquistão, e entre uzbeques e quirquizes em Osh, na RSS da Quirquízia. Além do foco na disputa por determinado território coabitado por mais de uma nacionalidades, eles também envolveram demandas por independência da URSS, por verem o poder central como impeditivo para a secessão desejada por uns ou manutenção do território desejada por outros.⁸²⁵

⁸²³ Cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 558-559; SEGRILLO, Angelo. *O Declínio da URSS, op. cit.*, p. 166-168.

⁸²⁴ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Declínio da URSS, op. cit.*, p. 166-168; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 560-561.

⁸²⁵ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Declínio da URSS, op. cit.*, p. 166-168.

Ademais, os diversos movimentos nacionalistas surgidos a partir de 1989 também levaram a crescentes conflitos com o centro. Eles surgiram primeiros nas repúblicas bálticas, na forma de “Frentes Populares” nacionalistas e com massivo apoio, que demandavam soberania frente à federação. Um elemento central na sua criação foi a revelação oficial, em agosto de 1988, do Pacto Hitler-Stalin, que insuflou sentimento anti-URSS nas repúblicas bálticas, pois foi através dele que elas foram incorporadas à URSS. No aniversário de 50 anos do Pacto, em agosto de 1989, uma corrente humana com cerca de 2 milhões de pessoas cruzou cerca de 600km, de Talin, na RSS da Estônia, à Vilna, na RSS da Lituânia, passando por Riga, na RSS da Letônia, demandando independência e democracia.

Ainda em 1989, esses movimentos levaram à declaração pelos novos legislativos da RSS da Lituânia e da RSS da Estônia da superioridade das suas leis sobre as da federação, o que não foi reconhecido pelo Soviete Supremo da União. Outras “Frentes Populares” logo surgiram nas RSS da Geórgia, Ucrânia e Moldávia, porém de linha mais moderada, por valorização cultural e maior autonomia.

Como a almejada soberania frente à federação não foi concedida, em 1990 as Frentes Populares das repúblicas do báltico passaram a demandas independência, efetivadas após a realização de plebiscitos, e as demais passaram à demanda de soberania das suas leis. Movimentos pré-existentes, como o *Rukh* ucraniano, seguiram caminho similar, ao passarem a focar mais em demandas nacionais e menos na defesa das reformas de Gorbachev. Em 1990, até mesmo a RSS da Federação Russa, então sob comando de Ieltsin, declarou soberania frente à União.⁸²⁶

Cabe destacar que esses movimentos nacionalistas tinham, em grande parte, orientação pró-capitalista, sendo apoiadores dos “reformadores radicais” da cúpula e disseminando ilusões de base liberal sobre um retorno ao capitalismo ser a única forma de assegurar democracia, prosperidade material e a almejada independência ou soberania. Assim, eles também tiveram papel central no processo de contrarrevolução que restaurou o capitalismo na URSS, ao terem conferido a ele uma forma de reação democrática, isto é, contrarrevolução apoiada em aspirações e mobilizações de setores de massas por democracia.

⁸²⁶ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Declínio da URSS*, op. cit., p. 166-168; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 564-565; RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX*, op. cit., p. 313-314; SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS*, op. cit., p. 46.

Os conflitos interétnicos não ficaram limitados à URSS, mas também se fizeram presentes em outros países do bloco soviético, especialmente naqueles que passaram por reconfigurações territoriais após a Segunda Guerra – caso da Romênia, que reincorporou a Transilvânia, de população magiar, mas cedeu a Bessarábia às RSS da Moldávia e Ucrânia, da reincorporação da Eslováquia à Tchecoslováquia reconstruída e da reconstrução e expansão da Iugoslávia. Conforme esses países passaram por mudança de regime político e econômico a partir de 1989, intensos conflitos civis foram deflagrados.⁸²⁷

2.8. As eleições de 1989 e a formação do novo legislativo

Foi em meio a essas crescentes disputas políticas que ocorreram as eleições para o novo legislativo da URSS, em março de 1989. Apesar das medidas para que fossem eleições competitivas, a manutenção do regime de partido único fez com que 85% dos candidatos e 87% dos eleitos fossem membros do PCUS. Desequilíbrios diversos nas regras de proporcionalidade, por sua vez, cooperaram para que não houvesse uma renovação profunda e uma expressão de força dos movimentos nacionalistas e de oposição em geral, exceto por alguns centros urbanos. Tais desequilíbrios se expressavam em maior representatividade para certas organizações políticas em termos de deputados por eleitor frente aos critérios de representação por população – por exemplo, uma assembleia com 190 pessoas da Academia de Ciências da URSS elegeu 25 deputados, o mesmo que 5 milhões de eleitores das representações territoriais normais.

Não obstante, tratou-se de uma eleição disputada, com amplo debate público de propostas divergentes, acompanhado e incentivado pela mídia pró-reformas. Tal debate se deu inclusive entre os candidatos do PCUS, de forma que o centralismo foi rompido na prática. Uma vez reunido o novo Congresso, essa ruptura de centralismo se manifestou novamente, na formação de blocos parlamentares diversos.

Ademais, a nova exigências de que mesmo candidaturas únicas deveriam obter maioria absoluta de votos fez com que a população tivesse um poder de veto contra figuras com as quais estavam insatisfeitas – por exemplo, o Primeiro-secretário do PCUS de Leningrado e os Presidentes dos Conselhos de Ministros das RSS da Letônia e da Lituânia não conseguiram se eleger, mesmo concorrendo sozinhos em suas regiões. As candidaturas mais populares foram aquelas que defendiam algum grau de

⁸²⁷ Cf. JANCÓS, István. *Op. cit.*, p. 114.

autodeterminação das nações não-russas (ainda que não propondo independência) e que se colocavam a favor das reformas econômicas e políticas.

Candidatos nacionalistas tiveram sua maior expressão nas repúblicas bálticas, onde foram eleitores em várias regiões. Por sua vez, Ieltsin foi o candidato opositor que angariou maior visibilidade. Este concorreu como representante de Moscou, que contava como uma unidade nacional, e, apesar do aparato partidário ter favorecido seu adversário, ele fez uma campanha massiva, com grandes comícios nos quais atacava os privilégios da burocracia e a lentidão das reformas, tendo sido eleito com 89% dos votos.⁸²⁸

O novo Congresso dos Deputados do Povo se reuniu pela primeira vez em maio, ao longo de duas semanas. Suas sessões, bem como as do Soviete Supremo, reunido após essas duas semanas de funcionamento do Congresso, foram transmitidas ao vivo, atraindo um interesse sem precedentes pela população. Durante as transmissões, grandes grupos se reuniam ao redor de televisões e rádio e acompanhavam os debates com vivo interesse, muitas vezes formando assembleias semi-espontâneas para debater entre si os temas em pauta. A produtividade do trabalho chegou a despencar durante essas duas semanas, pois as pessoas muitas vezes simplesmente abandonavam seus postos de trabalho para acompanhar as sessões. Por conta desses elementos, as transmissões ao vivo do Soviete Supremo foram interrompidas.

Nas duas semanas de funcionamento do Congresso foram debatidas uma série de questões de grande importância e escolhidos os 542 membros do novo Soviete Supremo (a partir de 573 candidaturas), bem como os membros das demais instituições que cabia ao Congresso nomear.

Os “reformadores radicais”, apesar de minoritários, angariaram grande atenção no Soviete Supremo, ao usarem a tribuna para atacar duramente os conservadores da cúpula partidária, membros do aparato militar-policial e o próprio regime como um todo. Dos vários blocos informais que foram formados, destacou-se o “Grupo Inter-regional de Deputados”, bastante heterogêneo, mas de linha restauracionista liberal-democrática – unificado na defesa de uma economia de mercado, do reestabelecimento da propriedade privada e do pluripartidarismo. Eles atacavam não só os conservadores, como também o próprio Gorbachev. Apesar de pequeno, possuía grande popularidade, tendo como nomes principais Ieltsin e o dissidente de longa data, Andrei Skharov.

⁸²⁸ Este e os parágrafos anteriores, cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 515-17; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p. 255; SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS, op. cit.*, p. 39; FERNANDES, Luís. *URSS, ascensão e queda, op. cit.*, p. 205-206.

Entre as medidas mais importantes votadas ao longo de 1989 pelo Congresso e, após, pelo Soviete Supremo, reunido a partir de junho, constaram a escolha de Gorbachev para o cargo de Presidente do Soviete Supremo, em substituição ao antigo cargo de Presidente do *Presidium* do órgão, com 94,35% dos votos dos delegados, a aprovação do novo gabinete ministerial de Rizkhov (tendo vetado 9 de suas 69 indicações), a ratificação de uma série de medidas anteriores de reforma e algumas novas medidas econômicas propostas pela cúpula partidária e ministerial.

O Congresso voltou a ser reunido em dezembro de 1989 e em março de 1990, para aprovar algumas mudanças constitucionais e econômicas que já haviam sido previamente votadas no CC do PCUS. Entre elas destacou-se a criação do cargo de Presidente da URSS, para o qual Gorbachev foi escolhido com 70,7% dos votos do Congresso, sem ter um competidor. Para o mandato seguinte previa-se eleição por sufrágio universal.

Assumiu como vice de Gorbachev Gennadi Ianaiev, um reformador moderado, que vinha ascendendo na estrutura de liderança do Conselho Central dos Sindicatos desde 1986, tendo assumido sua presidência em abril de 1990. O posto de Gorbachev como Presidente do Soviete Supremo foi ocupado pelo seu então primeiro-vice, o também reformador moderado Anatoli Lukianov. Tratava-se de um importante passo para dar mais peso ao aparato governamental em detrimento do partidário na condução do regime.

Outra mudança significativa foi a alteração do Artigo 6º da Constituição, que estabelecia o PCUS como “força dirigente e orientadora da sociedade soviética e núcleo de seu sistema político e de todas as organizações estatais e organizações públicas”. A nova redação findou o regime de partido único, ao estabelecer o Congresso de Deputados do Povo como instituição central da “tomada de decisões políticas do Estado soviético, gestão do Estado e assuntos públicos”, cuja composição se daria a partir de representantes não só do PCUS, como também “de outros partidos políticos, bem como organizações públicas laborais, de juventude e outras organizações públicas e movimentos de massas”.⁸²⁹

Essa mudança havia sido aprovada previamente pelo CC do PCUS em fevereiro, e a reunião ocorrera em meio a protestos convocados por forças pró-glasnost. Tratava-se de uma medida importante para enfraquecer a burocracia partidária. Contudo, cabe

⁸²⁹ Esse e os parágrafos anteriores cf. SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS, op. cit.*, p. 39; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 517-520; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p. 259. As citações do Artigo 6º foram traduzidas a partir de ARTICLE 6 of the Soviet Constitution. Wikipedia, the Free Encyclopedia. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/Article_6_of_the_Soviet_Constitution. Acessado em 30/12/2020.

destacar que o Artigo 6º só fora introduzido na Constituição em 1977, de forma que ele não era um fator essencial à manutenção da ditadura da burocracia em si.

2.9. O caos econômico e a passagem a uma “economia de mercado”

Na parte econômica, as principais mudanças aprovadas ao longo de 1989-90 representaram uma alteração significativa nos rumos da *perestroika*, com o objetivo de estabelecer o que foi nomeado de “mercado plenamente desenvolvido”, isso é, mercantilização não apenas de bens, mas também de capital, valores, trabalho e divisas comerciais, combinado ao uso do desemprego como estímulo para a produtividade e o fim do sistema de fixação de preços. Assim, cada vez mais o projeto de Gorbachev se aproximava da demanda dos “reformadores radicais” pelo que chamavam de “economia de mercado” – isso é, a restauração parcial ou completa das relações capitalistas, através do retorno da propriedade privada e da liberdade de mercado.⁸³⁰

Essa alteração nos rumos das reformas se deu em parte pelos efeitos negativos das mudanças anteriores, que haviam transformado o sistema econômico em algo híbrido e crescentemente disfuncional. Tais efeitos negativos se expressavam, sobretudo, em uma crescente escassez de bens de consumo e de produção, devido à estocagem pelas empresas e pessoas em decorrência dos contratos horizontais e aumento de preços, o crescimento do mercado negro e fortalecimento das máfias a ele ligadas, aumentos salariais desproporcionais e aumento do déficit orçamentário para mais de 10% (devido a parte de tais fatores e também à queda do preço internacional do petróleo, aumento dos subsídios a alimentos em resposta à subida dos preços internos, queda na arrecadação, dentre outros fatores adicionais).⁸³¹

Mas essa alteração só foi possível graças a fatores políticos, entre os quais a crescente perda de apoio entre a tecnocracia e a própria população da noção de socialismo, ainda que sob a forma de um suposto “socialismo de mercado”, o enfraquecimento da ala conservadora na cúpula do partido (a qual resistia a uma tal mudança) e a maior autonomia do novo legislativo, no qual reformadores tinham maior peso.

Para realizar as mudanças rumo ao “mercado plenamente desenvolvido”, o Conselho de Ministros montou uma “Comissão Estatal para a Reforma Econômica”, no começo de julho, a qual apresentou, em outubro, um programa de mudanças conhecido

⁸³⁰ Cf. FERNANDES, Luís. *URSS, ascensão e queda*, op. cit., p. 210-211.

⁸³¹ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS*, op. cit., p. 42; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p. 253-255 NOVE, Alec. *Op. cit.*, p. 404-405.

como “Plano Albakin”, por conta da Comissão ser presidida pelo então diretor do Instituto de Econômica da Academia de Ciências, Leonid Albakin. Ele previa uma economia com “formas múltiplas de propriedade”, preços livres, competição entre empresas e criação de uma bolsa de valores. Seu conteúdo geral foi apresentado por Rizhkov ao Congresso em dezembro, na forma de um projeto de transitar a uma “economia de mercado regulado” até o final de 1995.

De forma mais concreta, Gorbachev apresentou três rascunhos de leis para iniciar sua implementação, ainda em novembro. Um sobre propriedade, que ademais da propriedade estatal e cooperativa, passava a reconhecer a propriedade privada. Um sobre arrendamento, que permitia arrendar empresas e instalações estatais (inicialmente restrito a pequenos negócios na área de serviços, mas que logo se estendeu para empresas maiores). E um sobre terras, permitindo a formação de propriedades familiares.

Tais medidas foram aprovadas quando da segunda reunião do Congresso, em março de 1990. Em agosto do mesmo ano, foi ainda aprovado via decreto a desmonopolização da economia.

Ademais, foram preparadas medidas anti-inflacionárias, para evitar uma subida súbita dos preços de alimentos e outros bens de consumo essenciais. Também foram ampliadas as garantias e concessões aos investidores estrangeiros atuantes em *joint-ventures*, porém o volume de capital estrangeiro que efetivamente foi investido na URSS seguiu baixo por mais algum tempo.⁸³²

Essa alteração nos rumos da *perestroika* demonstra a dificuldade de conciliar um planejamento burocrático com medidas de mercado, que sirvam de incentivos materiais (coerção econômica) ao aumento da produtividade dos trabalhadores e da qualidade da produção, tal qual já havia sido observado com tentativas anteriores de reformar o mecanismo econômico da URSS. Com isso, as vozes mais inclinadas a uma restauração do capitalismo passaram a ter mais espaço na equipe econômica de Gorbachev, uma vez que o retorno à ineficácia do planejamento burocrático não resolveria os problemas por ele próprio criados, e a implantação de um planejamento verdadeiro, baseado na autogestão e democracia proletária, não era uma opção para nenhuma ala da burocracia.

⁸³² Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS*, op. cit., p. 41-42 e 47; FERNANDES, Luís. *URSS, ascensão e queda*, op. cit., p. 210-211. Tais concessões envolviam permissão de participação de até 90% do capital nas *joint-ventures*, desobrigação de seguir os critérios salariais vigentes, permissão de uso de mão de obra estrangeira, fim da exigência de que os principais cargos de direção fossem ocupados por soviéticos. Em outubro de 1990, a participação de capital estrangeiro foi expandida novamente, para 100%. Cf. FERNANDES, Luís. *URSS, ascensão e queda*, op. cit., p. 216-217.

A restauração, cada vez mais, se tornava a saída de emergência para partes desse grupo social.

Apesar de seguir apostando em reformas, ao longo de 1989-90 a situação saiu completamente do controle de Gorbachev e seus aliados. O fim da política de “soberania limitada” para demais países do bloco soviético e a situação econômica mais grave fez com que movimentos políticos de oposição e setores pró-reformas das burocracias locais ganhassem muito mais força que na URSS.

Dois países se destacaram, pela rapidez e profundidade das mudanças. A Polônia, onde o Solidariedade voltou à legalidade em março de 1989, teve grande expressão nas eleições semi-livres para o parlamento, em julho, e assumiu o poder executivo, em agosto, pondo em prática um plano de restauração do capitalismo. E a Alemanha Oriental, onde o Muro de Berlim “caiu”, em novembro de 1989, e uma coalização de partidos restauracionistas ganhou as eleições livres de março de 1990, levando à absorção pela Alemanha Ocidental em outubro. Esses dois casos serão analisados em maiores detalhes no capítulo seguinte.

No restante dos países do “bloco” eventos semelhantes se desenrolaram ao longo de 1989-90, com protestos de massa contra os regimes, em prol de medidas democráticas e relações de mercado, levando a mudanças de governo através de eleições ou, no caso da Romênia, de um golpe de Estado. Ao final de 1990, já praticamente não havia nenhum governo alinhado com Gorbachev nos demais países do “bloco”. Forças pró-capitalistas conduziram tais processos, levando à restauração do capitalismo em todos esses países e à dissolução do COMECON, em junho de 1991.

No interior da URSS, 1990 foi o ano do início do colapso propriamente dito. Ao longo dos primeiros meses do ano, as 15 repúblicas realizaram eleições para novos legislativos, nos moldes do novo Soviete Supremo da União. Forças nacionalistas pró-autonomia ou independência obtiveram considerável expressão, a partir de campanhas baseadas em intensa mobilização popular. Tais forças logo encontraram apoio entre setores da burocracia local, que, diante da crescente degradação econômica, buscaram vias de assegurar o controle sobre suas empresas e recursos e, cada vez mais, enxergavam no retorno da propriedade privada uma forma de assegurar estabilidade para si, convertendo-se em classe proprietária, ou seja, burguesia.

Após as eleições, vários parlamentos locais entraram em conflito com a União. O mais significativo foi o da RSS da Lituânia, que declarou independência em relação à

URSS ainda em março. Contudo, recuou e aceitou negociar uma transição, devido à pressão internacional contra uma ruptura unilateral. Não obstante, diversas outras repúblicas declararam soberania das suas leis sobre as da União, com destaque para as demais repúblicas bálticas e para o núcleo eslavo, das RSS da Ucrânia, Bielorrússia e, certamente a que causou maior impacto, da Federação Russa, então sob comando de Ieltsin, como Presidente do novo Soviete Supremo local.

Ao longo do ano seguinte, essa autonomia foi transformada em independência por várias repúblicas, através de plebiscitos populares, culminando na dissolução da URSS ao final de 1991. Como havia uma divisão de trabalho entre as repúblicas no âmbito da produção econômica, coordenada pelo centro, o enfraquecimento deste agravou sobremaneira a escassez e o caos econômico, com uma crescente luta de todos contra todos prévia à essa dissolução.⁸³³

O principal rival de Gorbachev nesse contexto era Ieltsin, que se mantinha no PCUS, porém atuando publicamente como opositor, alinhado a um bloco de forças restauracionistas que se apresentava publicamente como “Movimento Rússia Democrática”. Formado em janeiro de 1990 para competir nas eleições para o novo legislativo da RSS da Federação Russa, realizadas em março, ele organizou massivos comícios em torno da defesa de fim do monopólio político do PCUS e de avanço das reformas. Conquistou quase um terço dos assentos do novo legislativo, tornando-se o maior bloco legislativo, e obteve maioria absoluta nos Conselhos Municipais de Moscou, Leningrado e outras cidades importantes, assumindo seu controle.

Com a permissão de formação de novos partidos políticos, uma miríade de pequenos grupos opositores entrou em cena, fruto da legalização e fusão de várias organizações políticas surgidas nos anos anteriores. Conforme a avaliação de Kagarlitski, a maioria era indistinguível em termos de programa, práticas e táticas, mas havia forte hegemonia anti-comunista, aglutinada em torno da defesa do fim do controle do regime pelo PCUS, da democracia parlamentar, da multiplicidade de formas de propriedade e do livre mercado.

Entre as forças mais veementemente anticomunistas destacava-se o “Partido Democrático da Rússia”, de verve conservadora, liderado por Nikolai Travkin e defensor de uma “terapia de choque” para restaurar o capitalismo, tendo adesão de vários membros

⁸³³ Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p. 260; RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX, op. cit.*, p. 314; SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS, op. cit.*, p. 46.

da tecnocracia da RSS da Federação Russa. Entre as forças de orientação mais liberal destacavam-se a “União dos Democratas Constitucionais” e o “Partido Liberal-Democrático” (este, de verve mais nacionalista). Também surgiram vários grupos que se reivindicavam social-democratas, diferenciando-se pouco dos liberais, exceto na sua ênfase na defesa de um capitalismo “humano e democrático”, com destaque para o “Partido Social Democrático da Federação Russa”. Em outubro de 1990, muitos deles somaram forças através do “Movimento Rússia Democrática”, um organização guarda-chuva, composta por filiações individuais e de outras organizações russas.

Entre os defensores do socialismo, minoritários em relação aos grupos pró-capitalistas, havia os “comunistas ortodoxos” (defensores do legado de Stalin), que se sentiram traídos pelos altos dirigentes, reunindo principalmente funcionários de nível médio do PCUS e da gestão estatal – caso do Partido Comunista da RSS da Federação Russa, fundado em maio de 1990, subordinado ao PCUS; “socialistas democráticos”, que defendiam a manutenção da propriedade estatal dos meios de produção, combinada às liberdades políticas que Gorbachev havia promovido – como o “Partido Socialista”, que também defendia o uso de mecanismos de mercado; além de micro-grupos mais à esquerda, defensores da tradição anarquista (como a “Confederação de Anarcossindicalistas”) e socialista revolucionária (como o “Partido Democrático dos Trabalhadores (Marxista)” e o “Partido Marxista dos Trabalhadores” / “Partido da Ditadura do Proletariado”.⁸³⁴

Diante da crescente desintegração da URSS, ao longo de 1991 Gorbachev fez o possível para manter algo da sua estrutura. Diante do quadro econômico em constante piora e das crescentes pressões dos setores pró-restauração e das forças imperialistas, ele cedeu ainda mais terreno à reintrodução de relações capitalistas e buscou negociar um novo Pacto Federativo para tentar acomodar as demandas por maior autonomia das várias repúblicas.

No âmbito econômico, o Produto Nacional Líquido cresceu apenas 2,4% em 1989, e a previsão para 1990 era de piora. Ao final desse ano, o PIB havia encolhido 4% e a inflação oficial chegara a 14%. A crescente disputa entre as repúblicas por reterem seus recursos, ademais da realização de estocagens para fins de especulação, fez com que a circulação de alimentos, combustíveis e peças sobressalentes enfrentasse sérias dificuldades, afetando duramente a produção e a qualidade de vida da população da URSS

⁸³⁴ Cf. KAGARLITSKI, Boris. *Op. cit.*, p. 117-122.

ao longo de 1990-91. Além do fortalecimento das forças nacionalistas e pró-capitalistas, que prometiam que a independência e o livre mercado assegurariam prosperidade e democracia, essa situação levou ainda a uma crescente onda grevista, impulsionada por uma nova greve de mineiros, o que acabou retroalimentando as dificuldades econômicas. A tudo isso ainda se somou a desintegração do bloco soviético e, portanto, também do COMECON.⁸³⁵

Havia, ainda, pressões imperialistas diversas para que a URSS seguisse o mesmo caminho de restauração capitalista pelo qual haviam enveredado os demais países do bloco soviético. Gorbachev buscava desesperadamente empréstimos internacionais e expansão do comércio externo para contrabalancear os efeitos negativos das reformas e da desagregação das relações entre as repúblicas. Ademais, desde 1986, a URSS havia solicitado adesão ao FMI, Banco Mundial e ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Apesar de algumas potências europeias terem demonstrado interesse em negociações bilaterais com a URSS, em especial França e Alemanha, os EUA, tanto sob a gestão Reagan, quanto sob a gestão Bush, atuaram sistematicamente para manter um bloqueio internacional através desses e outros órgãos, com a ajuda do Canadá e Japão. Isso era uma forma de impor à URSS condições para a remoção gradual de restrições internacionais, forçando o regime soviético a acelerar a abertura política e ampliar as aberturas para relações capitalistas.

Essas chantagens restauracionistas já vinham sendo aplicadas aos demais países do bloco soviético desde meados dos anos 1970-80, na forma de chantagens para inclusão no GATT e para a concessão do status de “nação mais favorecida” nas políticas de comércio externo dos EUA, bem como para empréstimos do FMI, condicionadas a planos de “austeridade” e privatizações. A partir de 1989, isso assumiu também a forma de planos de “ajuda financeira” que destinavam quase todos os recursos ao nascente setor privado.⁸³⁶

Em meio ao caos, as forças pró-restauração se fortaleceram na cúpula do regime da URSS, a partir da pressão imperialista no mesmo sentido e da popularidade por elas angariada junto às massas, a partir da instrumentalização do nacionalismo e da defesa da democracia. Assim, os “reformadores radicais” suplantaram de vez os moderados, ao

⁸³⁵ Cf. FERNANDES, Luís. *URSS, ascensão e queda*, op. cit., p. 206 e 213; RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX*, op. cit., p. 285; NOVE, Alec. *Op. cit.*, p. 413; SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS*, op. cit., p. 49.

⁸³⁶ Cf. FERNANDES, Luís. *URSS, ascensão e queda*, op. cit., p. 219-220, 225-226, 237-238 e 240.

passo que os conservadores se viram forçados a concessões cada vez maiores, buscando, ao final, apenas manter a União de pé, preservando uma força armada unificada e um aparato gestor central, ainda que desprovido de grandes poderes perante as repúblicas. Gorbachev, por sua vez, passou a operar constantes ziguezagues entre uns e outros para se manter como uma força dirigente, mas se viu cada vez mais isolado.⁸³⁷

Essas disputas internas se expressaram com clareza no 28º Congresso do PCUS, o último antes da sua dissolução, que foi realizado em julho de 1990, tendo sido antecipado em um ano para dar respostas à crise em curso. Pela primeira vez, seus delegados foram escolhidos por voto direto, a partir de reuniões regionais. Ademais, pela primeira vez desde os anos 1920, foi permitida a formação de “plataformas” rivais. Estas foram criadas a partir, principalmente, da “Conferência de Clubes e Organizações do PCUS”, realizada em janeiro, da qual participaram vários agrupamentos de base que já vinham atuando publicamente com propostas distintas e que se agruparam para disputar o Congresso.

As principais plataformas foram a “Plataforma do Comitê Central do PCUS”, apoiada por Gorbachev e a favor do aprofundamento gradual das reformas rumo à “economia de mercado”; a “Plataforma Unidade”, congregando a maior parte dos conservadores, por uma “*perestroika* de orientação comunista”, pela manutenção da estatização dos meios de produção, contra o multipartidarismo, pela manutenção do controle sobre as repúblicas e de algum nível de planejamento centralizado; a “Plataforma Democrática”, com Ieltsin à frente, congregando os “reformadores radicais” e liberais, pela rápida transição ao capitalismo e pela redução do PCUS a um partido estritamente parlamentar; e ainda a “Plataforma Marxista”, pela defesa de um socialismo democrático, com um “retorno às origens” do partido através da eliminação da burocracia, sendo crítica de Gorbachev e dos conservadores, mas também dos pró-capitalistas.

As disputas entre plataformas foram tão intensas que não foi possível aprovar um Programa para o PCUS, o que era um dos objetivos do Congresso, e o novo CC teve composição bastante dividida entre conservadores, reformadores moderados e reformadores radicais. Por não terem obtido maioria, Ieltsin e muitos membros da “Plataforma Democrática” romperam com o PCUS ao fim das votações.

Em mais uma inovação, o novo Secretário-geral e seu vice foram eleitos diretamente pelos delegados, ao invés de pelo novo CC. Gorbachev foi escolhido por

⁸³⁷ Cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 556.

3411 votos contra 1116, com seu aliado Vladimir Ivashko como vice. Um rival se apresentou na votação, o dirigente do comitê de greve dos mineiros de Kuzbass, alinhado aos “reformadores radicais”, Teimuraz Avaliani, que recebeu 501 votos a favor e 4026 contra. O novo CC eleito se reuniu logo ao término do Congresso e nomeou um *Politburo* inteiramente novo, à exceção de Gorbachev e Ivashko, sem membros suplentes e com adição dos dirigentes partidários de cada república.

Entre as principais decisões do Congresso esteve a aprovação de um novo estatuto, que consolidou o fim do monopólio do poder pelo PCUS e a separação da sua burocracia daquela do aparato estatal, ao proibir o acúmulo de funções nas duas estruturas – exceção feita apenas ao Secretário-geral, com Gorbachev se mantendo na Presidência da URSS. Um novo pacto federativo foi apresentado por Gorbachev, o “Novo Tratado da União”, que almejava salvar a URSS ao conceder grande autonomia às suas repúblicas, na forma de uma “União de Repúblicas Soviéticas Soberanas”.⁸³⁸

2.10. Guinda rumo à restauração (1990-91)

Ao longo de 1990, novas propostas de planos econômicos foram apresentados à Gorbachev por seus assessores econômicos, objetivando uma transição à “economia de mercado”. A essa altura, a *perestroika* enquanto uma “reestruturação” do sistema “socialista” havia sido abandonada de vez, ante uma forte hegemonia pró-restauração do capitalismo. A diferença restante era entre realizar essa transição de forma gradual, conforme propôs uma equipe encabeçada por Rizhkov em um plano elaborado em maio, ou rapidamente, através de uma “terapia de choque” que promovesse em pouco tempo uma privatização em larga escala e eliminasse os mecanismos de controle estatal restantes, conforme propôs uma equipe de neoliberais encabeçada por Grigori Iavlinski e Nikolai Petrakov, no que ficou conhecido, em sua versão final, como “Plano dos 500 Dias”.

A versão final do “Plano dos 500 Dias” foi preparada por uma equipe encabeçada por Stanislav Shatalin e que incluía inclusive assessores de órgãos imperialistas, como FMI e Banco Mundial, após Gorbachev declarar preferência pela proposta de Iavlinski-Petrakov. Sua inspiração era o “Plano Balcerowicz”, implementado na Polônia a partir da chegada do Solidariedade ao poder, e estava alinhado com uma série de demandas do

⁸³⁸ Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p. 261; SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS, op. cit.*, p. 45; KALASHNIKOV, Antony. Interpellation in the late Soviet period: contesting the de-ideologization narrative. *Canadian Slavonic Papers*, v. 58, n. 1, p. 23-48, 2016.

FMI, Banco Mundial e outras instituições que vinham pressionando e chantageando Gorbachev por uma rápida restauração. Ieltsin rapidamente saiu em defesa do “Plano dos 500 Dias” e pressionou Gorbachev a implementá-lo. A essa altura, o livre mercado e as privatizações haviam sido abraçados pelos dirigentes de várias repúblicas da URSS e também por setores-chave da tecnocracia, preocupados com o caos econômico e desejosos de se converterem em burguesia para assegurar seu padrão de vida.

Contudo, enquanto o Soviete Supremo da RSS da Federação Russa, sob pressão de Ieltsin, aprovou rapidamente o “Plano dos 500 Dias”, Gorbachev encaminhou uma versão mais moderada ao Soviete Supremo da URSS, em outubro de 1990. Ainda que contivesse várias medidas do plano original, a versão apresentada e aprovada não estabeleceu um cronograma de implementação, rompendo com a perspectiva original de “choque”, e também eliminou as partes que estabeleciam divisões de poder econômico entre a União e as repúblicas, dando muito mais autonomia às últimas.⁸³⁹

Essa mudança foi um recuo que integrou muitos dos ziguezagues de Gorbachev nesse período entre final de 1990 e início de 1991, decorrente do seu crescente isolamento por conta da radicalização dos reformadores. Com medo de que a situação levasse à derrocada da URSS, ele buscou se aliar a alguns conservadores, para reestabelecer certo nível de poder central e reduzir temporariamente a velocidade das mudanças econômicas, enquanto não recuperasse o controle da situação. Para tal, entre dezembro de 1990 e janeiro de 1991, reorganizou o gabinete ministerial com nomes alinhados a retomada de algum nível de planejamento central, proibição de greves por um ano, repressão da especulação e das forças nacionalistas pró-secessão. Também preparou um referendo popular sobre a manutenção da URSS. Esse recuo o fez perder vários aliados reformadores moderados.⁸⁴⁰

Tais mudanças na cúpula governamental ocorreram no contexto da abertura de negociações em torno do Novo Tratado da União com os governos das repúblicas, iniciada em novembro de 1990. O plebiscito sobre a manutenção da URSS foi realizado em março de 1991, com 76,4% dos votos a favor. Contudo, as repúblicas bálticas e as RSS da Armênia, Geórgia e Moldávia se recusaram a realizá-lo em seus territórios e algumas das demais aproveitaram para inserir também perguntas sobre autonomia ou

⁸³⁹ Cf. KAGARLITSKI, Boris. *Op. cit.*, p. 126 e 128-129; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 556-558; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p. 259; RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX, op. cit.*, p. 294-295.

⁸⁴⁰ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS, op. cit.*, p. 50; RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX, op. cit.*, p. 316-317; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p. 262.

independência nacional, como a RSS da Geórgia. Não obstante, mais de 80% da população adulta da URSS votou, e em nenhum lugar os votos favoráveis à manutenção da URSS foram menores que 70%.

Nesse contexto, as negociações sobre o Novo Tratado da União, iniciadas em abril com participação apenas das nove repúblicas que aplicaram o referendo, se prolongaram sem avanços, forçando Gorbachev a recuar cada vez mais. A versão final do novo tratado, a quarta apresentada por Gorbachev, foi finalizada em 14 de agosto. Ela criaria a “União de Estados Soberanos”, uma federação descentralizada, que previa manutenção sob controle da União apenas das Forças Armadas, da indústria bélica, da política monetária e das relações internacionais.⁸⁴¹

Diversos fatores ao longo do primeiro semestre fizeram com que os conservadores a quem Gorbachev havia se aliado se afastassem dele. Além das crescentes concessões às repúblicas nas seguidas versões do Novo Tratado da União, também os desagradou sobremaneira a não inclusão do PCUS nas negociações, que foram conduzidas por Gorbachev e seu gabinete ministerial, a dissolução do COMECON e do Pacto de Varsóvia (realizadas, respectivamente, em junho e julho), em decorrência do colapso do bloco soviético e também uma nova guinada rumo ao desmonte da propriedade estatizada e dos últimos resquícios de controle estatal da economia.⁸⁴²

Ao longo do primeiro semestre de 1991, ao mesmo tempo em que diversas repúblicas encaminhavam a implementação de privatizações e mecanismos de livre mercado, a União encaminhou uma série de leis de transição à “economia de mercado”. Em janeiro, foi aprovada a redistribuição de terras improdutivas do Estado, ainda que sem permitir propriedade privada por pessoas físicas. Em março, o término gradual do tabelamento de preços. Em abril, permissão e regulamentação para propriedade privada em áreas diversas. Tais medidas, contudo, não impediram o crescente caos gerado pela disputa por recursos entre repúblicas, crescentes conflitos interétnicos, estocagem e especulação por parte das empresas e do mercado negro, dentre outros fatores.⁸⁴³

Apesar da implementação dessas medidas de transição a uma “economia de mercado”, em julho de 1991 Gorbachev foi recebido com bastante hostilidade na reunião do G7, em Londres. Esse tratamento foi uma mudança drástica na forma como as

⁸⁴¹ Cf. RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX*, op. cit., p. 316-318; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 566-70; SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS*, op. cit., p. 53-54.

⁸⁴² Cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 566-570.

⁸⁴³ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS*, op. cit., p. 51-53.

potências capitalistas vinham se relacionando com ele, que vinha sendo paparicado pela grande mídia empresarial e recebido de braços abertos pelos governos europeus, tendo sido escolhido como “homem do ano” pela revista *Time* em 1987 e recebido o Prêmio Nobel da Paz em 1990.

Em 1991, a grande mídia empresarial dos EUA e da Europa vinha cada vez mais demandando a aplicação de uma “terapia de choque” na URSS, seguindo o exemplo de países como a Polônia. O governo Bush sinalizava que, fazendo isso, a URSS receberia uma oferta de crédito bilhonária – o que ficou conhecido na mídia como *Grand Bargain* (“Grande Barganha”). Como Gorbachev resistia a adotar tal linha, cada vez mais essa mídia passou a descartá-lo e a incentivar uma saída autoritária, como forma de viabilizar a rápida transição ao capitalismo. Periódicos como *The Economist* e *The Washington Post* falavam abertamente em uma “via Pinochet”, mesmo que isso significasse suprimir a abertura democrática através de um golpe sangrento.

Foi nesse clima de forte pressão restauracionista da parte do grande capital imperialista e seus porta-vozes na mídia empresarial que Gorbachev foi recebido no G7. Na reunião, lhe foi imposto que qualquer nova concepção econômica à URSS só ocorreria mediante a aplicação de uma “terapia de choque”, com rápida privatização das empresas estatais, eliminação dos mecanismos de controle econômico restantes e drástica redução do aparato militar. Após a reunião, órgãos como FMI e Banco Mundial fizeram as mesmas demandas.⁸⁴⁴

2.11. O fim da URSS

Tudo isso levou a uma forte polarização no CC após a reunião do G7, com o bloco conservador acusando Gorbachev a se submeter a “planos da CIA” para a destruição da URSS e se opondo ao Novo Tratado da União e à adesão às demandas das potências imperialistas, uma vez que ambos significariam um desmonte dos aparatos nos quais tal setor da burocracia se situava. Já fora do PCUS, formou-se uma forte frente restauracionista, o “Movimento pelas Reformas Democráticas”, controlado por aliados de Ieltsin, então recém-eleito para o novo cargo de Presidente da RSS da Federação Russa (como Gavril Popov e Anatoli Sobtchak, prefeitos de Moscou e Leningrado) e ex-aliados de Gorbachev (como Chevardnadze e Iakovlev). Ela congregava vários movimentos e

⁸⁴⁴ Cf. KLEIN, Naomi. *The shock doctrine*. The rise of disaster capitalism. New York: Metropolitan Books, 2007, p. 218-220; BROUÉ, Pierre. “Moscou: o *putsch* de agosto de 1991”. In NÓVOA, Jorge (org.). *História à Deriva. Um Balanço de fim de século*. Salvador: Editora da UFBA, 1993, p. 128-130.

organizações políticas, com forte apoio de setores intermediários da burocracia, em especial a tecnocracia à frente da gestão das empresas estatais.⁸⁴⁵

Após chegar a um acordo em torno do Novo Tratado da União, Gorbachev tirou alguns dias de férias na Criméia. No dia 19 de agosto, um dia antes do seu retorno a Moscou, quando assinaria o acordo junto às nove repúblicas que participariam da sua elaboração, a ala conservadora realizou um golpe de Estado. Gorbachev foi posto sob prisão domiciliar e um trêmulo e hesitante Ianaiev anunciou na rede de televisão e rádio que Gorbachev estava doente e que um “Comitê Estatal do Estado de Emergência” assumiria o poder em seu lugar e de seu gabinete ministerial – algo que sequer era previsto legalmente. Em seu anúncio, afirmou ainda que as reformas em curso seriam mantidas, mas que o Novo Tratado da União seria adiado, para ser melhor debatido junto à população. Também foram anunciadas medidas de combate ao crime e de melhorias habitacionais. A imprensa foi posta sob censura e foi estabelecido estado de emergência em Moscou, Leningrado e nas repúblicas bálticas, com tanques sendo deslocados para perto dos principais prédios governamentais.

O Comitê era composto por oito membros, tendo entrado para a história como “Bando dos Oito”. Destes, sete eram parte do CC: o Vice-presidente Ianaiev, que assumiu o posto de Presidente, o Primeiro-ministro Pavlov, o chefe da KGB Kriuchkov, o Ministro da Defesa Dmitri Iazov, o Ministro do Interior Pugo, Oleg Shenin, membro do *Politburo* e responsável pela secretaria-geral na ausência de Gorbachev, e o vice-presidente do Conselho de Defesa, Oleg Baklanov. Outros diretamente envolvidos no golpe eram Anatoli Lukianov, Presidente do Soviete Supremo, Valeri Boldin, que há anos atuava como acessor de Gorbachev, Iuri Plekhanov, responsável da KGB pela segurança da cúpula do regime, além de membros do alto escalão das forças armadas.⁸⁴⁶

Segundo uma pesquisa mencionada por Eric Hobsbawm, 48% da população e 70% dos comitês locais do PCUS teriam apoiado o golpe.⁸⁴⁷ Os golpistas, contudo, não tinham a determinação e o apoio das forças repressivas necessários para enfrentar a inevitável resistência das forças restauracionistas. Em uma transmissão de televisão e

⁸⁴⁵ Cf. BROUÉ, Pierre. *Moscú, op. cit.*, p. 130; RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX, op. cit.*, p. 319.

⁸⁴⁶ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS, op. cit.*, p. 55; RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX, op. cit.*, p. 320-321; BROUÉ, Pierre. *Moscú, op. cit.*, p. 127-128 e 134-135; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 568-69.

⁸⁴⁷ Cf. HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 478.

rádio feita em frente à “Casa Branca” (o prédio do parlamento da RSS da Federação Russa), Ieltsin tomou a frente da resistência ao golpe, conclamando a população a resistir através de uma greve geral e manifestações de rua. Dezenas de milhares de pessoas atenderam a seu chamado e se dirigiram ao prédio, onde os parlamentares ergueram barricadas junto a Ieltsin, declarando não reconhecer o poder do “Comitê de Emergência”.

Ao longo dos dias seguintes, a imprensa realizou uma febril atividade contra os golpistas e amplificando o chamado à resistência de Ieltsin. Em Moscou, os manifestantes totalizariam cerca de 150 mil nas ruas. Em Leningrado e outras grandes cidades, tanto da RSS da Federação Russa, quanto em outras repúblicas, grandes manifestações de massa também ocorreram, reunindo algumas dezenas de milhares (em Leningrado chegaram a 100 mil). Contudo, a greve geral convocada por Ieltsin não se materializou e os números de manifestantes nas ruas não foram tão altos se comparados ao total populacional das cidades onde houve manifestações significativas.

Diante da mobilização popular, os golpistas se viram paralisados, pois não havia consenso, nem apoio entre os oficiais militares envolvidos, para uma repressão generalizada, que envolveria necessariamente um banho de sangue. O golpe durou apenas três dias. Oficiais da KGB, do Ministério do Interior e do Exército se recusaram a atacar a Casa Branca para dispersar Ieltsin e seus apoiadores, e a cúpula da Aeronáutica ameaçou bombardear o Kremlin, no caso dos golpistas não se renderem.

Até hoje não há clareza de se os golpistas estavam de fato comprometidos com a continuidade das medidas de restauração do capitalismo, sendo o mais provável que houvesse divisões entre eles acerca do assunto. De qualquer forma, a defesa do “socialismo” não foi invocada publicamente em nenhum momento durante os três dias em que se mantiveram no poder: seu foco era salvaguardar as estruturas da União.⁸⁴⁸

Não obstante, uma vitória dos golpistas, ainda que fosse levar a um novo fechamento do regime, poderia ter dado alguma sobrevida ao Estado operário burocratizado e, portanto, algum tempo a mais para que forças comprometidas com o socialismo e a democracia proletária pudessem angariar maior influência e determinar os rumos da situação. Com sua derrota, ao invés, as forças abertamente comprometidas com

⁸⁴⁸ Cf. SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS*, op. cit., p. 56-57; RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX*, op. cit., p. 320-321; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 566-570; BROUÉ, Pierre. *Moscú*, op. cit., p. 134-145; GIBSON, James. Mass Opposition to the Soviet Putsch of August 1991: Collective Action, Rational Choice, and Democratic Values in the Former Soviet Union. *The American Political Science Review*, v. 91, n. 3, September 1997, p. 671-684.

a restauração do capitalismo puderam levar adiante a destruição do Estado operário burocratizado.

Com a derrota do golpe, Ieltsin assumiu as rédeas da situação. Foi uma delegação do parlamento da RSS da Federação Russa que buscou Gobatchov na Criméia e, após este se reestabelecer no cargo de Presidente da URSS, Ieltsin impôs a ele a nomeação de aliados seus no gabinete ministerial e exigiu uma profunda depuração das forças armadas e policiais, bem como dos veículos de mídia que não se declararam contra o golpe, ademais de ter banido o recém-formado PC da RSS da Federação Russa (o qual declarou Gorbachev expulso, em novembro).

Aproveitando a situação de fraqueza do centro, os três estados bálticos declaram independência, seguidos pela RSS da Armênia, ao passo que as RSS da Geórgia e da Moldávia reiteraram suas declarações feitas meses antes, que dessa vez foram reconhecidas por Moscou e internacionalmente. Gorbachev tentou ainda salvar a União através de uma nova versão do Tratado da União, mas enfrentou duras demandas de autonomia por parte de Ieltsin e da RSS da Ucrânia, que levaram a uma versão que previa formar uma confederação de Estados soberanos.

Em 1º de janeiro, contudo, um referendo por independência foi realizado na RSS da Ucrânia, com 90% de votos favoráveis. No dia 8, os governos russo, ucraniano e bielorrusso declararam a formação da “Comunidade de Estados Independentes” e a dissolução da URSS. A CEI foi formalizada no dia 21, com adesão de 11 das 15 repúblicas da URSS, que Gorbachev reconheceu formalmente dissolvida no dia 25, ao entregar seu cargo de Presidente, então já completamente esvaziado de poder. Boa parte do aparato militar e diplomático da URSS ficou nas mãos da Federação Russa.⁸⁴⁹

A dissolução da URSS significou a destruição do Estado operário burocratizado, surgido da Revolução Soviética de 1917 e que passara a ter um regime de ditadura da burocracia a partir de meados dos anos 1920. Tratou-se do triunfo de um processo de contrarrevolução social conduzido por forças restauracionistas apoiadas em setores das burocracias das repúblicas, que buscavam se converter em burguesia para salvaguardar e mesmo expandir seus privilégios materiais. Forças essas que construíram novos Estados burgueses em seus respectivos países e se engalfinharam em conflitos diversos pelo

⁸⁴⁹ Cf. BROUÉ, Pierre. *Moscou, op. cit.*, p. 145-148; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 571-573; RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX, op. cit.*, p. 323-326; SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS, op. cit.*, p. 57-58.

controle dos recursos naturais e meios de produção, através de privatizações e também de expropriações impostas pela força militar das máfias.

Ao nosso ver, essas medidas de privatização e as reformas econômicas mais amplas que instauraram uma economia de mercado realmente plena só foram possíveis porque antes o aparato estatal no qual estava assentada a propriedade social foi destruído, a partir da derrota do golpe de agosto, de forma que, antes das mudanças econômicas, foi necessária a mudança do aparato estatal em termos de caráter de classe.

Podemos afirmar, portanto, que a contrarrevolução restauracionista na URSS (e também no restante do bloco soviético) assumiu a forma de uma reação democrática, uma vez que as forças contrarrevolucionárias que encabeçaram o processo buscaram o apoio dos setores oposicionistas de massas ao revestirem seu programa de uma defesa da democracia, condenando o socialismo como sinônimo de ditadura. Assim, tais forças se aproveitaram e ajudaram a aprofundar as ilusões de setores das massas de que um retorno ao capitalismo seria a única forma de assegurar um regime democrático. Também disseminaram ilusões de que a restauração capitalista iria assegurar prosperidade material, em contraste com o caos econômico pelo qual a URSS passava, por elas atribuída à uma suposta falência do socialismo.

3. A restauração capitalista na Rússia

A URSS, quando da sua dissolução, era composta por 15 repúblicas e várias subdivisões administrativas de base ético-nacional. Entre tais repúblicas, a de maior destaque era a russa, a “República Socialista Federativa Soviética da Rússia”. Essa, por sua vez, era composta por 16 repúblicas autônomas e diversas outras subdivisões. No dia 25 de dezembro de 1991, ela alterou seu nome para “Federação Russa”, mantendo seu território original e até mesmo sua Constituição (de 1978), que só foi substituída em dezembro de 1993.

Não será possível analisar detidamente o processo de restauração nas demais repúblicas que compunham a URSS, mas a russa merece destaque pela sua relevância política e econômica, uma vez que era o verdadeiro centro daquela, tendo “herdado” boa parte de seu aparato militar e postos perante a comunidade internacional.

3.1. “Terapia de choque” e golpe de Estado como pilares da restauração

Ieltsin e seus aliados ganharam ainda mais apoio popular após a derrota do golpe de agosto de 1991, apresentando-se como representantes da oposição democrática e líderes capazes de assegurar a transição ao capitalismo, que eles argumentavam ser a única forma de garantir liberdades democráticas para as massas e uma melhora da situação econômica. Seu compromisso verdadeiro, contudo, não era com a democracia, mas com a restauração das relações capitalistas de propriedade e produção, de forma que deram à contrarrevolução por eles encabeçada a forma de uma reação democrática para assegurar o apoio de setores de massas avessos à ditadura da burocracia e bloquear, assim, uma possível resistência de parte da burocracia à restauração.

Ainda antes da dissolução da URSS, o parlamento russo aprovou uma proposta de Ieltsin de “terapia de choque” e independência nacional como formas de restaurar o capitalismo. Ela foi apresentada em 28 de outubro de 1991, sem muitos detalhes, mas com a promessa de uma melhora rápida e significativa da economia. Para implementá-la, Ieltsin solicitou poderes especiais temporários, para que pudesse realizar as muitas mudanças necessárias através de decretos do poder executivo. Sua proposta foi aprovada por 876 votos, com apenas 16 contrários.⁸⁵⁰

O projeto de fato só veio à público em fevereiro de 1992, e dois nomes se destacam na sua elaboração: Iegor Gaidar e Jeffrey Sachs. Gaidar era um economista neoliberal, apesar de ter atuado durante muitos anos no aparato do PC, chegando até mesmo a ser editor de uma de suas revistas durante a gestão de Gorbachev. Ele assumiu o comando da equipe econômica de Ieltsin, tornando-se seu Ministro de Finanças em novembro de 1991, e assumindo também o posto de primeiro vice Primeiro Ministro, em março de 1992.

Gaidar montou uma equipe composta de jovens economistas alinhados à “Escola de Chicago”, os quais ficaram conhecidos na imprensa ocidental como “jovens reformadores” e na imprensa russa como *chicago boys* – não só devido ao seu alinhamento teórico, mas também em uma comparação de humor ácido com a máfia de Chicago, pela sua tolerância e até incentivo ao roubo de propriedade estatal no processo de privatização que se seguiu.⁸⁵¹

Por sua vez, Sachs era um economista neoliberal da Universidade de Columbia (EUA) que, em 1985, havia cooperado com o ditador boliviano Hugo Banzer na elaboração de um plano para conter a hiperinflação do país – a estreia da “terapia de

⁸⁵⁰ Cf. KOTZ, David; WEIRS, Fred. *Russia's Path from Gorbachev to Putin*. The demise of the Soviet system and the new Russia. New York: Routledge, 2007, p. 160.

⁸⁵¹ Cf. *Ibid.* e KLEIN, Naomi. *Op. cit.*, p. 221-222.

choque”. Tendo se tornado internacionalmente famoso pelos bons resultados obtidos na recuperação da economia boliviana, Sachs foi financiado por George Soros para fazer um “tour” pelo bloco soviético defendendo suas ideias, e acabou sendo solicitado pelo recém-eleito governo do Solidariedade na Polônia, em 1989, para elaborar um plano de choque para o país. Vendo em Sachs alguém capaz de atrair a confiança e ajuda financeira do FMI, tal qual ocorrera na Polônia, em fins de 1991 Ieltsin o convidou para auxiliar seu governo, e Sachs prometeu que conseguiria cerca de 15 bilhões de dólares do órgão caso fosse aplicada uma “terapia de choque” no país.⁸⁵²

Começando já em novembro de 1991, equipes do FMI realizaram uma série de viagens à Rússia para se reunir com Ieltsin e seus aliados, e apenas divergências pontuais emergiram em relação à adoção e aplicação da “terapia de choque”. Da parte do governo dos EUA, foi providenciada ajuda à equipe de Gaidar, através do “Instituto para o Desenvolvimento Internacional” da Universidade de Harvard, o qual recebeu 2,1 milhões de dólares para enviar jovens advogados e economistas para a Rússia na condição de assessores. Sachs, que atuou junto com os enviados de Harvard, assumiu a presidência deste instituto em 1995.⁸⁵³

A “terapia de choque” é uma estratégia neoliberal que envolve, essencialmente, a rápida transformação da economia através da adoção simultânea de várias medidas e políticas de ruptura com a situação anterior, uma “*blitzkrieg*” que impede reação contrária efetiva. Em termos de conteúdo, costuma ser sintetizada no tripé “liberalização”, “estabilização” e “privatização”.⁸⁵⁴ Naomi Klein destaca que, apesar de ser apresentada pelos seus defensores como um pacote de medidas de “recuperação econômica”, trata-se muito mais de aproveitar uma situação de crise profunda para aprovar medidas impopulares que, em situações normais, não seriam aceitas pela população e alguns governantes, e que, no fundo, destinam-se a maximizar os lucros de uma pequena minoria de investidores internacionais e nativos.⁸⁵⁵

Concretamente, “liberalização” envolve a liberação de controle de preços e sua determinação pela relação entre oferta e demanda, sendo que, no caso da Rússia, envolvia

⁸⁵² Cf. *Ibid.*, p. 178 e 221; KOTZ, David e WEIRS, Fred. *Op. cit.*, p. 160.

⁸⁵³ Cf. *Ibid.*, p. 161; KLEIN, Naomi. *Op. cit.*, p. 223.

⁸⁵⁴ Cf. KOTZ, David e WEIRS, Fred. *Op. cit.*, p. 160; ARANTES JR, Abelardo da Costa. *A transição na Europa Oriental: estudo comparativo das crises e transformações desde 1989 e sua influência sobre as relações internacionais*. Tese de doutorado (Relações Internacionais). Brasília, Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2011, p. 380-381.

⁸⁵⁵ Cf. KLEIN, Naomi. *Op. cit.*, Introduction.

também a flutuação do rublo. “Estabilização” envolve a contenção da inflação, via redução dos gastos governamentais e controle rígido do crescimento do estoque de dinheiro e do crédito. “Privatização”, no caso da Rússia, envolveu a privatização imediata das pequenas empresas e desnacionalização e comercialização das ações das médias e grandes, via *joint-ventures*, e submissão à busca de lucro, ao invés de metas do plano, para depois viabilizar sua privatização.

Além desse “tripé”, a terapia de choque na Rússia também envolveu a abolição do que restava do sistema de planificação / alocação central de recursos – o sistema de pedidos governamentais de cumprimento obrigatório – e a remoção das barreiras ao livre comércio e investimento internacional – isto é, um rublo plenamente conversível, eliminação dos limites de importação e redução das altas tarifas, liberdade para as empresas operarem livremente no estrangeiro.⁸⁵⁶

A “terapia de choque” na Rússia foi efetivamente anunciada ao público em janeiro de 1992, uma semana após a dissolução da URSS, e o programa propriamente dito só foi publicado em fevereiro. Como muitos elementos envolveriam a degradação das condições de vida de amplas porções da população, Arantes Jr. destaca que o plano detalhado só poderia ser publicado na íntegra em cima da hora, tal qual fora feita na Polônia e Bolívia anteriormente, para evitar resistências.⁸⁵⁷

Sua primeira fase envolveria uma leva de 225 mil privatizações e adoção de políticas de livre comércio. A primeira medida adotada, em 2 de janeiro, foi a liberação dos preços para 80% dos itens vendidos no atacado e 90% dos vendidos no varejo. Em um mês, os preços de varejo subiram 3,5 vezes e de produtor cerca de 5. Em fevereiro foi publicado o “Memorando de Políticas Econômicas”, sistematizando o projeto. Em março, o FMI declarou endossar tal documento e, no dia seguinte a isso, Bush e Kohl liberaram 24 bilhões de dólares em ajuda à Rússia. Ademais, ao final de abril, a Rússia foi aceita no FMI.⁸⁵⁸

O “Memorando” estava em conformidade com a “cartilha” da “terapia de choque”, de forma que ele projetava liberar os preços restantes, zerar o déficit do orçamento até o final do ano, reduzir drasticamente os subsídios de empresas, manter uma política de crédito restrito, “comercializar” as grandes e médias estatais (isto é, vender

⁸⁵⁶ Cf. KOTZ, David e WEIRS, Fred. *Op. cit.*, p. 156.

⁸⁵⁷ Cf. ARANTES JR, Abelardo da Costa *Op. cit.*, p. 382.

⁸⁵⁸ Cf. KOTZ, David e WEIRS, Fred. *Op. cit.*, p. 161-162; KLEIN, Naomi. *Op. cit.*, p. 223.

parte das suas ações) para posteriormente privatizá-las, eliminar os pedidos estatais e manter compromisso com um rublo conversível.

Contudo, esse plano não estava de acordo com a vontade popular, o que explica o sigilo que envolveu sua preparação e a concentração de poderes no executivo para sua implementação. Em uma enquete realizada em 1992, 67% dos votantes defenderam a conversão das estatais em cooperativas, e não em empresas privadas, e 79% defendeu a manutenção do pleno emprego.⁸⁵⁹

Não obstante, ainda em 1992, a maioria das pequenas empresas foi privatizada (sobretudo de comércio varejista, serviços e artesanato, totalizando cerca de 100 mil), bem como mais de dois terços do parque imobiliário residencial, ao passo que as médias e grandes empresas foram transformadas em *joint-ventures* (e, em sua maioria, privatizadas por completo em 1993). Apesar das fortes pressões populares, o controle de preços não foi reinstituído, permanecendo apenas para o combustível; o sistema de ordens estatais foi abolido e os gastos governamentais foram reduzidos em 9,2% em relação ao ano anterior; as importações foram liberalizadas, as tarifas alfandegárias temporariamente suspensas e as quotas de importação eliminadas; continuaram existindo algumas restrições de exportação, mas com aplicação frouxa, em especial no caso de exportação de capitais por russos; e a conversibilidade do rublo foi atingida em novembro.⁸⁶⁰

Após essas mudanças-relâmpago, ao longo do restante dos anos 1990 o principal foco econômico do governo residiu nas privatizações e na manutenção do controle da inflação, via crescimento mais lento do estoque de dinheiro em relação aos preços, e redução do déficit orçamentário, via redução dos gastos governamentais.

Conforme ressaltam David Kotz e Fred Weirs, o “Memorando” foi aplicado estritamente nos primeiros seis meses, apenas com mudanças pontuais, de adequação a resultados não esperados, de forma que a essência da “terapia de choque” foi implementada. Nesse sentido, tais autores rebatem o argumento de parte da literatura liberal, que busca salvaguardar a “terapia de choque” diante do desastre social e político que ocorreu na Rússia nos anos 1990, afirmando que ela não foi realmente aplicada no país, ou não o foi “suficientemente”.⁸⁶¹

Os primeiros efeitos do “choque” não tardaram a aparecer. Klein destaca que as poupanças foram destruídas pela desvalorização do rublo; salários deixaram de ser pagos

⁸⁵⁹ Cf. *Ibid.*, p. 224; KOTZ, David e WEIRS, Fred. *Op. cit.*, p. 162.

⁸⁶⁰ Cf. *Ibid.*, p. 163-166; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p. 273.

⁸⁶¹ Cf. KOTZ, David e WEIRS, Fred. *Op. cit.*, p. 163.

ou foram pagos com cortes e atrasos por vários meses, devido ao fim de subsídios às empresas estatais; o consumo da população caiu cerca de 40%; e um terço da população ficou abaixo da linha da pobreza. Kotz e Weirs apontam ainda que a política monetária foi muito estrita no começo, de forma que os preços de consumidores subiram 520% nos três primeiros meses de 1992, mas o estoque de dinheiro somente 32%, com seu valor real tendo caído 79% nesse período.⁸⁶²

Em resposta ao forte repúdio popular às mudanças em curso, em dezembro de 1992 o parlamento aprovou remover Gaidar do Ministério das Finanças e, em março de 1993, revogar os poderes especiais de Ieltsin. Ieltsin respondeu declarando estado de emergência, para manter seus poderes, mas a Corte Constitucional revogou tal medida. Na sequência, o parlamento aprovou um novo orçamento, que rompia com a política de austeridade rígida de Gaidar. O Vice-presidente, Alexander Rutskoi, rompeu com Ieltsin e passou a ser um de seus principais críticos no parlamento.

Desejando manter a “terapia de choque”, em abril de 1993, Ieltsin convocou um plebiscito-relâmpago por novas eleições congressuais e presidenciais, que também perguntava se a população apoiava ele e suas “reformas”. O comparecimento foi relativamente baixo (64%), mas o resultado foi uma maioria apertada a seu favor: 59,9% de apoio a si, 54,3% de apoio às “reformas”, 69,1% de apoio a novas eleições parlamentares, e 51,2% de rejeição de novas eleições presidenciais.⁸⁶³

Ieltsin deu um passo adiante no conflito, dado que estava fortalecido pelo resultado do plebiscito e tinha apoio do FMI, do governo dos EUA e da grande mídia empresarial internacional – que atacava sistematicamente o congresso russo, acusando-o de ser composto por “comunistas linha-dura” que estariam tentando brechar a construção da “democracia” na Rússia. No final de abril, ele apresentou uma proposta de nova Constituição e convocou uma reunião do Conselho da Federação (composto pelas lideranças das repúblicas e regiões administrativas da Rússia) para aprová-la, o que ocorreu em 12 de julho. O parlamento, contudo, não aprovou a proposta de Ieltsin e, ao invés, apresentou uma própria. Com isso, abriu-se o que a historiografia convencionou chamar de “crise constitucional”.

⁸⁶² Cf. *Ibid.* p. 164; KLEIN, Naomi. *Op. cit.*, p. 224-225.

⁸⁶³ Cf. *Ibid.* p. 225-226; os dados se encontram em 1993 Russian government referendum. *Wikipedia*. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/1993_Russian_government_referendum, acessado em 23/11/2020.

Ao longo de julho e agosto, o parlamento ainda aprovou uma série de medidas que iam na contramão da política econômica do governo, as quais eram rebatidas com outros decretos de Ieltsin e seu gabinete ministerial (incluindo o retorno de Gaidar ao gabinete ministerial e a remoção de Rutskoi da vice-presidência). Dessa forma, os poderes executivo e legislativo passaram a atuar ignorando-se mutuamente, sendo que a Corte Constitucional tomou o lado do legislativo contra o executivo. Durante esse conflito entre poderes, um agente do FMI “vazou” a informação de que um apoio extra de 1,5 bilhões de dólares seria suspenso, o que levou Ieltsin a decretar a abolição do parlamento e da Constituição no dia seguinte, em 21 de setembro. Em resposta, o parlamento aprovou seu impeachment, com apenas dois votos contrários, e a Corte Constitucional condenou seu decreto.⁸⁶⁴

Ieltsin, então, cercou a Casa Branca com tropas e a população de Moscou respondeu com massivas manifestações pacíficas em apoio ao parlamento. Apesar dessa resistência popular, no dia 4 de outubro, Ieltsin ordenou que as forças armadas atacassem a Casa Branca (o edifício do parlamento) com grande aparato militar, a qual foi bombardeada por tanques e teve seus andares superiores incendiados. Cerca de 500 pessoas morreram na repressão nas ruas, 1000 ficaram feridas e 1700 foram presas. Na sequência, todos os órgãos eleitos foram suspensos, a Corte Constitucional dissolvida, a Constituição abolida e a imprensa censurada.

No dia 12 de dezembro foi realizado um plebiscito para aprovar uma nova Constituição, baseada na que havia sido apresentada por Ieltsin meses antes. Ela foi aprovada por uma maioria apertada, de 58,4%, e o comparecimento foi de apenas 54,4% da população votante. Ela entrou em vigor em 25 de dezembro e se mantém até hoje. Sua principal mudança, além da eliminação de todas as referências restantes ao socialismo e à URSS, foi conferir grandes poderes ao Presidente e dividir o parlamento em duas câmaras, sendo a mais alta (“Conselho da Federação”) composta por dois membros de cada região administrativa, um escolhido pelo executivo local e outro pelo legislativo local, e é a única que pode decidir sobre assuntos como o impeachment do Presidente.⁸⁶⁵

No intervalo até a eleição do novo parlamento a equipe econômica de Ieltsin correu para editar decretos, reestabelecendo e dando prosseguimento à “terapia de

⁸⁶⁴ Cf. KLEIN, Naomi. *Op. cit.*, p. 226-227.

⁸⁶⁵ Cf. *Ibid.*, p. 227-228; os dados se encontram em 1993 Russian constitutional referendum. *Wikipedia*. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/1993_Russian_constitutional_referendum. Acessado em 01/02/2020.

choque”, em especial terminando de liberar os preços, até mesmo de itens básicos de comida, e acelerando ainda mais as privatizações.

O governo Clinton manteve seu apoio a Ieltsin durante toda a “crise constitucional” e o Congresso dos EUA aprovou um auxílio de 2,5 bilhões à Rússia em demonstração de apoio a ele. A grande mídia dos EUA apoiou entusiasticamente o golpe e o então secretário de Estado, Warren Christopher, viajou a Moscou para endossá-lo publicamente, onde afirmou: “Os EUA não apoiam facilmente a suspensão de parlamentos. Mas esses são tempos extraordinários.” Sachs também manteve seu apoio a Ieltsin durante todo o processo, e, conforme destaca Klein, nem sequer mencionou esses eventos em seu livro sobre a experiência da “terapia de choque” na Rússia. Com Ieltsin, os capitais imperialistas enfim haviam encontrado o “Pinochet” que tanto desejaram para Rússia.⁸⁶⁶

3.2. As privatizações: consolidação da conversão de setores da burocracia em burguesia

Um elemento central da restauração foi a privatização voraz das muitas empresas estatais “herdadas” da URSS, a qual viabilizou a conversão de grandes porções da antiga burocracia em burguesia, ou seja, uma conversão de gestores da propriedade social em proprietários privados. Ademais, conforme enfatiza Klein, a privatização – e, portanto, reabertura à exploração por capitais imperialistas de amplas porções de valor – era um dos objetivos centrais dos defensores da “terapia de choque”.⁸⁶⁷

Kotz e Weirs demonstram que essa conversão já havia se iniciado em 1987, quando a Lei Sobre as Cooperativas deu margem para a criação de empresas privadas disfarçadas, e se intensificou a partir de 1988-89, através de mecanismos diversos de apropriação dos bens estatais, como através de *joint-ventures* cujos contratos permitiam à parte privada “drenar” as matérias primas, produtos e lucros das empresas estatais a preços extremamente vantajosos.⁸⁶⁸

Essa conversão assumiu uma escala incomparavelmente maior sob a “terapia de choque”, levando ao que muitos chamam de “cleptocracia”, com a captura das estatais por setores da burocracia – e também por novos empresários, advindos do mercado negro e das máfias ou de setores da intelectualidade (sobretudo economistas). Ao final de 1994,

⁸⁶⁶ Cf. KLEIN, Naomi. *Op. cit.*, p. 229-230.

⁸⁶⁷ Cf. *Ibid.*, Capítulo 11.

⁸⁶⁸ Cf. KOTZ, David e WEIRS, Fred. *Op. cit.*, p. 110-111 e 123-124.

78,5% da produção industrial e 69,9% do emprego industrial já estava em empresas não estatais. Em 1995, cerca de 70% da indústria havia sido privatizada.⁸⁶⁹

O responsável por coordenar as privatizações foi o membro da equipe de Gaidar, Anatoli Chubais. Ele já tinha se destacado como defensor do “mercado livre” nos meios acadêmicos de Leningrado nos anos 1980 e, alinhado com a doutrina de choque, defendia uma rápida privatização, para evitar um retorno do “comunismo”, de forma que sequer via grandes problemas nas práticas de roubo de propriedade, exaltando-as até.⁸⁷⁰

Conforme aponta Klein, os principais beneficiados pelas privatizações foram membros do aparato burocrático pré-1991 e ocidentais gestores de fundos de investimentos. Uma pesquisa citada por Kotz e Weirs demonstra isso ao mapear as origens dos 100 principais empresários russos de 1992-93, dos quais 62% vinham de setores pertencentes ao que os autores chamam de “elite estatal-partidária” (ou seja, a burocracia).

Conforme tal pesquisa, a maior parte, 23%, era advinda da burocracia dos ministérios industriais e comitês estatais, bem como diretores de empresas industriais; 17% haviam passado recentemente pela organização de juventude do PC, o *Komsomol* (local de gestação de muitos empresários, já que todo jovem subindo na hierarquia pessoal passava por ele, onde fazia contatos importantes e podia ficar até o início dos 40 anos); 14% veio dos bancos, privatizando bancos estatais ou criando os seus próprios. Sendo que o segundo grupo estava na primeira leva de novos proprietários (1987-89), enquanto o primeiro e terceiro estavam na segunda leva (1989-91).

Apesar do aumento progressivo de participação de capitais imperialistas na economia russa, em 1995 61% da burguesia nativa ainda era originária de setores da antiga burocracia, conforme destaca Broué.⁸⁷¹

Ao longo dos anos 1990, pode-se diferenciar duas levas de novos proprietários nativos, os chamados “diretores vermelhos” e os “oligarcas”. Os primeiros predominaram entre 1992-94, dando lugar aos segundos entre 1995-97. Essa alternância se explica pelas diferentes modalidades de privatização adotadas pelo governo e pelas dinâmicas “espontâneas” de privatização adotadas pela antiga burocracia gestora das empresas.

Conforme destaca Aranters Jr., como a privatização era uma proposta impopular, ela foi revestida de um face “democrática”, através de um sistema de cupons (*vouchers*)

⁸⁶⁹ Cf. *Ibid.*, p. 166; BROUÉ, Pierre. *União Soviética, op. cit.*, p. 192.

⁸⁷⁰ Cf. KOTZ, David e WEIRS, Fred. *Op. cit.*, p. 214.

⁸⁷¹ Cf. *Ibid.*, p. 113; KLEIN, Naomi. *Op. cit.*, p. 231; BROUÉ, Pierre. *União Soviética, op. cit.*, p. 192.

distribuídos à toda população, equivalendo ao conjunto da riqueza nacional estatal, os quais poderiam ser trocados por ações das empresas estatais em leilões. A inspiração para esse modelo de privatizações veio do aplicado um pouco antes na Tchecoslováquia. Os cupons foram distribuídos na virada de 1992-93, no total de 148 milhões. Contudo, conforme destacam Kotz e Weris, apenas 18% das ações das empresas privatizadas foram vendidas via leilões abertos de cupons. Até julho de 1994, a maioria das privatizações (74%) foi feita através da venda de ações diretamente aos funcionários, de forma que, à tal altura, dois terços das empresas já haviam sido privatizadas por esses métodos.⁸⁷²

Além dos leilões com cupons e da entrega de ações a funcionários, também ocorreram leilões de ações a preços extremamente desvalorizados, bem como acordos entre os antigos gestores das empresas e o Estado tornando-os administradores das ações mantidas sob controle estatal e beneficiários de parte de seus dividendos.

Por conta dessas modalidades emergiu a figura dos chamados “diretores vermelhos” – antigos gestores empresariais da época da URSS, que lucraram muito com os acordos de administração das ações estatais e que, devido ao acúmulo prévio de certa riqueza, também conseguiram adquirir parte das ações entregues aos funcionários. Essas figuras, todavia, passaram a ser eclipsadas pelos chamados “oligarcas” por volta de 1994.⁸⁷³

Os “oligarcas” surgiram se beneficiando do caos econômicos da virada dos anos 1980-90, fazendo rápidas fortunas, aproveitando-se das anomalias de preços internos e internacionais, devido à inflação, desvalorização da moeda e escassez. Eles atuavam através do comércio de oportunidade – revendendo mais caro produtos produzidos pelo Estado onde eles eram escassos e revendendo matéria prima ao estrangeiro – e também da especulação financeira – revendendo materiais e moedas estocados conforme a situação piorava e eles encareciam. Como eram atividades que dependiam de uma visão ampla da situação, para localizar as possíveis oportunidades, bem como de ter conexões com os fornecedores de produtos e matérias-primas, os mais bem sucedidos entre os “oligarcas” vieram do seio da burocracia partidária e estatal, mas não eram da tecnocracia gestora da economia. Havia, ainda, uma porção originada das máfias que operavam no mercado negro.

⁸⁷² Cf. ARANTES JR, Abelardo da Costa. *Op. cit.*, p. 391-392; KOTZ, David e WEIRS, Fred. *Op. cit.*, p. 165-166.

⁸⁷³ Cf. *Ibid.*, p. 214-215.

Muitos “oligarcas” criaram bancos para gerir seus esquemas e, com frequência, utilizaram contatos no Estado para assumir a gestão de fundos públicos (como contas de empresas estatais ou de municípios) e usá-los nos esquemas de especulação. Outro esquema comum de enriquecimento era criar *joint-ventures* com contratos extremamente benéficos para a parte privada, baseados no repasse de materiais ou bens abaixo do preço de produção para serem revendidos.⁸⁷⁴

Com base nessa riqueza, os “oligarcas” tomaram as grandes empresas dos “diretores vermelhos”, através de um esquema de empréstimos ao Estado que tinham grande risco de não serem pagos, em troca dos quais a gestão das ações de empresas estatais era entregue ao banco, e elas passavam a ser dele no caso do Estado não pagar. Esse esquema (*Loans for Shares*) foi legalizado em agosto de 1995 e implementado através de leilões armados. Em alguns casos, “diretores vermelhos” conseguiram forçar sua participação no esquema, mas, entre 1995-96, boa parte deles perdeu seu controle sobre as ações estatais que geriam. Ademais, após terem provido um apoio financeiro fundamental à reeleição de Ieltsin, em 1996, os “oligarcas” conseguiram capturar, a preços baixíssimos, as grandes empresas de petróleo e outras “joias” estatais que foram então privatizadas.⁸⁷⁵

Em meio à onda de privatizações, vários ministros e vice-ministros perderam seus cargos por conta de escândalos de corrupção. A própria família de Ieltsin se beneficiou sobremaneira de tais esquemas de corrupção e especulação, e até mesmo os assessores enviados pela Universidade de Harvard lucraram, utilizando familiares e namoradas como “laranjas”.⁸⁷⁶

A partir de 1996, os “oligarcas” e “diretores vermelhos” criaram “Grupos Financeiro-Industriais”, unificando várias empresas sob seu controle e contando sempre com ao menos um banco e uma empresa de mídia. Dados de 2003 do Banco Mundial sob concentração de poder econômico na Rússia apontam que 22 “grupos de negócios” controlavam, então, 45% das vendas e 47% da mão de obra do país.⁸⁷⁷

Assim, é possível afirmarmos que a contrarrevolução restauracionista beneficiou, sobretudo, setores da própria burocracia, que viram na possibilidade de se tornarem proprietários privados uma salvaguarda da sua forma de vida materialmente privilegiada.

⁸⁷⁴ Cf. *Ibid.*, p. 115-117 e 214-215.

⁸⁷⁵ Cf. *Ibid.*, p. 117-118.

⁸⁷⁶ Cf. *Ibid.*, p. 118. Tais assessores, por contrato, não poderiam participar de negócios privados na Rússia e, por conta disso, foram posteriormente processados pelo Departamento de Estado dos EUA.

⁸⁷⁷ Cf. *Ibid.*, p. 219-220.

Portanto, após anos de “socialismo em só país” e gestão burocrática da propriedade social terem prejudicado o desenvolvimento das forças produtivas, setores significativos da burocracia, responsáveis diretos por tais problemas, simplesmente pularam do barco e atuaram pela destruição do Estado operário burocratizado e seus fundamentos sociais. É o que concluem vários dos autores aqui mencionados.⁸⁷⁸

Nessa empreitada contrarrevolucionária, tais setores da burocracia foram ajudados por uma oposição pró-capitalista, cuja influência de massas só pode ser compreendida como também sendo fruto de anos de regime burocrático, que levou partes da população a identificarem socialismo com stalinismo / ditadura da burocracia, e a terem ilusões em um retorno do capitalismo. Ao nosso ver, o stalinismo é, portanto, responsável direto pelo colapso da URSS e pela restauração do capitalismo.

3.3. As consequências econômicas e sociais da restauração

Em 1998, com a crise econômica asiática, a economia russa quebrou e a popularidade de Ieltsin despencou a 6%. Em 31 de dezembro, por pressão dos “oligarcas”, o já disfuncional Ieltsin, que era alcoólatra, cedeu o poder a Vladimir Putin, em troca de imunidade para si e sua família (a primeira lei assinada por Putin), o qual logo em seguida foi eleito Presidente e detém até hoje o controle do núcleo do poder político na Rússia. O legado de Ieltsin e da contrarrevolução restauracionista foi desastroso.

Durante quase toda a década de 1990, o crescimento do PNB russo e da economia em geral foi negativo (com exceção de 1997 e 1999). Em 1998, mais de 80% das fazendas e cerca de 70 mil empresas havia falido. Ocorreu um desmonte das indústrias, a casa de 50% de redução entre 1990 e 1991. Os investimentos caíram, em 1995, a apenas 8% do PNB. A concentração de renda disparou.

A taxa de desemprego cresceu constantemente entre 1991, quando já era 5,15%, até em 1998, quando atingiu o pico de 13,26% e começou a cair, tendo sido mais acentuada entre os jovens (13,03% em 1991, e 27,14% em 1998). A população considerada pobre (ganhando até 4 dólares por dia) foi de 2 milhões, em 1989, para 74 milhões em 1998. A taxa de mortalidade disparou entre 1988 e 2003. A de suicídio quase dobrou de 1986 para 1994. Os crimes violentos quadruplicaram nesse ano. O consumo abusivo de álcool e também de entorpecentes mais pesados, como heroína, explodiu ao

⁸⁷⁸ Cf. KLEIN, Naomi. *Op. cit.*, p. 233; BROUÉ, Pierre. *União Soviética, op. cit.*, p. 190; KAGARLITSKI, Boris. *Op. cit.* p. 128 e 132; ARANTES JR, Abelardo da Costa. *Op. cit.*, p. 371 e 376; Cf. KOTZ, David e WEIRS, Fred. *Op. cit.*, p. 123-124.

final dos anos 1990. A expectativa de vida despencou continuamente entre 1988, quando era de 69,13 anos, e 2003, quando atingiu 64,95 anos e somente então voltou a subir, recuperando e ultrapassando o índice de 1988 apenas em 2012.⁸⁷⁹

Assim, apesar de a promessa de Ieltsin por uma melhora rápida e significativa da economia não ter se concretizado, setores importantes da antiga burocracia, dos novos proprietários e investidores estrangeiros foram devidamente recompensados por seu apoio à destruição da URSS, tendo se tornado os novos senhores da Rússia. Isso se deu às custas de um colossal nível de sofrimento imposto a maior parte da população.

O retorno do capitalismo, portanto, frustrou as expectativas que muitos tinham na possibilidade de isso significar prosperidade. Da mesma forma, as expectativas de que o retorno ao capitalismo significaria democracia também foram frustradas, uma vez que, para impor os interesses do grande capital imperialista e dos novos ricos russos, um regime autocrático foi erguido sob o controle de Ieltsin e segue vigente até hoje, nas mãos de Putin.

4. Conclusão

A chegada ao poder de Gorbachev e suas promessas de reformas geraram muito entusiasmo ao redor do globo sobre a possibilidade de a URSS adotar um regime democrático e um mecanismo econômico mais dinâmico. Isso se deu tanto nas fileiras liberais, quanto socialistas. A posterior entrada em cena de diversos movimentos políticos com influência de massas, inicialmente favoráveis às reformas, e depois cada vez mais críticos do regime e de Gorbachev, também despertaram grande entusiasmo. Na virada dos anos 1980-90, contudo, no lugar de uma renovação democrática e um salto econômico da URSS o que vimos foi seu progressivo colapso, culminando em sua dissolução. Dissolução essa que deu lugar a medidas de privatização e de readequação das relações produtivas conduzidas por um novo Estado burguês, o que rapidamente produziu enorme desigualdade social e sofrimento para a população do primeiro Estado operário da história.

Esse conjunto de eventos, ao nosso ver, confirmou aspectos centrais da teoria do Estado operário burocratizado, tanto em sua capacidade de explicar a formação social que

⁸⁷⁹ Dados obtidos em KLEIN, Naomi. *Op. cit.*, p. 238, REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p. 272 e GLOBAL Metrics. *Macrotrends*. Disponível em <https://www.macrotrends.net/countries/topic-overview>. Acessado em 27/11/2020.

era a URSS, quanto no sentido de delinear tarefas políticas para desbloquear sua transição ao socialismo.

Primeiro, pois o crescente desgaste econômico da URSS e dos demais países do bloco soviético ao longo dos anos 1960-80 estava relacionado ao seu isolamento nacional, fruto da política de “socialismo em um só país”, e da forma burocrática com a qual era feita a gestão da propriedade social (planejamento burocrático). Assim, estava confirmado o prognóstico sobre a ditadura da burocracia se tornar um freio ao desenvolvimento das forças produtivas, uma vez atingido o limite do crescimento econômico extensivo e colocada a necessidade de um crescimento de tipo intensivo, pois ela suprimia a criatividade e pensamento crítico necessários ao desenvolvimento científico, bem como impedia um planejamento que desse conta dos interesses dos trabalhadores de forma eficaz.

Segundo, pois foi mais uma ocasião em que a burocracia tentou reformar o sistema econômico e o regime político, então de forma muito mais profunda que nas vezes anteriores, colocando (mais uma vez) a teste as teses sobre a possibilidade de uma “autorreforma”. Contudo, uma autorreforma era impossível, pois esbarrava na impossibilidade de a burocracia abrir mão do monopólio do poder político, no qual era baseada sua existência parasitária em relação à propriedade social. Assim, tal qual apontava a teoria, a burocracia precisava ser removida do poder pelo proletariado, através de uma revolução política.

Terceiro, pois, diante das tentativas de reforma impulsionadas por setores da burocracia, ficou mais uma vez nítido, e de forma muito mais profunda que anteriormente, o caráter heterogêneo e instável desse grupo social. Assim, eclodiram disputas intraburocráticas tanto ao nível da cúpula do regime, quanto entre esta e as burocracias das repúblicas e regiões, especialmente diante do crescente mal funcionamento do mecanismo econômico, após as mudanças nele realizadas.

Quarto, pois significativos protestos populares emergiram em todo o bloco soviético, dessa vez incluindo a própria URSS, motivados por críticas aos problemas políticos e econômicos das formações sociais da região, de forma que mais uma vez estava aberta a possibilidade de eclosão de uma revolução política contra o stalinismo e os muitos desafios que isso envolvia. Contudo, tal qual a teoria aponta, é necessária uma liderança marxista (trotskista) com influência de massas à frente da oposição ao stalinismo, para que esta possa assumir a forma de uma revolução política e triunfar. Na

ausência prolongada dessa liderança (“crise de direção”), o proletariado e setores populares acabaram abraçando programas contrários a seus interesses históricos.

Quinto, pois o colapso dos regimes do bloco soviético e os processos de restauração do capitalismo nos diferentes países que o compunham confirmam os aspectos da teoria que enfatizavam os riscos contrarrevolucionários representados não só pelas forças imperialistas e seus mecanismos diversos de pressão sobre os Estados operários burocratizados, ou a tendência do regime burocrático em buscar uma crescente integração ao mercado mundial para compensar o desgaste econômico, mas, sobretudo, a previsão de que setores da própria burocracia poderiam encabeçar um processo de restauração, ao buscarem se converterem em burguesia.

Sexto, pois a restauração capitalista necessitou destruir o Estado operário burocratizado e construir, em seu lugar, um novo Estado burguês, tal qual defendia a teoria, ao enfatizar a necessidade de uma contrarrevolução social alterar o caráter de classe do Estado para que pudesse triunfar, de forma que ela se iniciaria no terreno político e só depois poderia se consolidar no terreno econômico, em termos de mudanças de larga escala nas relações de propriedade e de produção.

Sétimo, pois a restauração capitalista representou uma catástrofe social, o que confirma que o Estado operário, malgrado seu regime de ditadura burocrática, representava uma formação social superior ao capitalismo.

Contudo, é necessário destacarmos, tal qual feito na Parte III, que a teoria do Estado operário burocratizado subestimou a possibilidade de sobrevivência prolongada do regime stalinista, ainda que, do ponto de vista histórico, não seja possível afirmar que ele perdurou de forma significativa. Ademais, provavelmente por conta desse elemento, ela não dava muito destaque à possibilidade de uma contrarrevolução que assumisse a forma de uma reação democrática, pois apostava que a “sobrevivência da revolução na consciência das massas” forçaria a restauração a assumir a forma de uma “guerra civil sangrenta”.

Ao contrário do que era suposto, os, setores de massa que entraram em cena em oposição ao regime burocrático na segunda metade dos anos 1980 na URSS e demais países do bloco soviético o fizeram não na forma de uma revolução política por democracia socialista, mas na forma de uma luta por democracia em abstrato, permeada de ilusões de que um retorno ao capitalismo seria a melhor forma de obter uma mudança de regime, bem como de melhorar a situação econômica do país.

Ao longo dos dois últimos capítulos desta tese, se verá que as principais organizações do movimento trotskista internacional da época não extraíram essas mesmas conclusões ao analisarem e se posicionarem diante dos eventos aqui debatidos. Tal qual visto na Parte III, sua reação a tais eventos envolveu apropriações e aplicações variadas da teoria do Estado operário burocratizado, como parte da sua crescente diferenciação teórico-programática e afastamento de elementos-chave do arcabouço original do trotskismo, levando-os a posições, a nosso ver, desastrosas, que envolveram, na prática, tomar o lado da contrarrevolução.

Da parte das leituras acadêmicas predominantes, cabe destacarmos a ausência (ou caráter bastante marginal) de avaliações sobre a possibilidade de uma mudança sistêmica, pois predominavam visões que atribuíam um alto grau de estabilidade ao regime burocrático.

Salvo algumas exceções, os adeptos da teoria do totalitarismo atribuíam um altíssimo grau de repressão e coesão interna ao regime burocrático, de forma que encaravam mudanças significativas como sendo praticamente impossíveis. Essa teoria, portanto, não foi capaz de explicar os eventos abordados neste capítulo conforme eles se desenrolavam.

Após o colapso, ao invés de lidarem com a evidente contradição entre esse aspecto da sua teoria e os eventos, seus adeptos passaram a reivindicar que ela havia sido comprovada pelos fatos, pois supostamente o comunismo (igualado ao regime stalinista) teria se demonstrado incompatível com democracia. A contraposição entre comunismo e democracia era outro elemento estruturante dessa teoria. Assim, explicaram o colapso pela tentativa da burocracia de introduzir elementos democráticos junto à reforma econômica, o que teria feito ruir os fundamentos do que eles viam como “comunismo”, ao solapar as bases do regime totalitário e permitir a entrada em cena de forças pró-democráticas. Mais do que uma explicação, contudo, tratava-se de uma apologia liberal, que enxerga o capitalismo como sinônimo de democracia e descartava qualquer possibilidade de um socialismo democrático.⁸⁸⁰

Tal teoria, portanto, ignorava as características e contradições fundamentais da formação social soviética, não atentando a suas peculiaridades enquanto uma sociedade

⁸⁸⁰ Cf., por exemplo, BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Failure: The Birth And Death Of Communism In The Twentieth Century*. New York: Scribners, 1989; MALIA, Martin. *Soviet Tragedy: A History of Socialism in Russia, 1917-1991*. New York: Free Press, 1994; PIPES, Richard. *Communism: The Vanished Specter*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

de transição entre capitalismo e socialismo dotada de um regime de ditadura da burocracia. Sendo uma formação social transitória, ela poderia tanto avançar ao socialismo (e à democracia proletária), no caso do rompimento do isolamento nacional através da eclosão de revoluções vitoriosas nos centros imperialistas e de uma revolução política na própria URSS, quanto também retroceder ao capitalismo, no caso de uma contrarrevolução social triunfante.

Por sua vez, as diferentes abordagens “normalizadoras” também tendiam a descartar a possibilidade de uma mudança sistêmica, ao também crerem na existência de um alto grau de estabilidade do regime. Essa estabilidade, contudo, era por eles localizada não na repressão, mas em uma legitimidade derivada das medidas de bem-estar e do que enxergavam como canais de participação popular nas decisões políticas. Assim, em geral, acreditavam na possibilidade das reformas de Gorbachev serem bem-sucedidas, com muitos autores, inclusive, tendo defendido as medidas da *perestroika* e da *glasnost* e se empolgado com a figura de Gorbachev em particular.⁸⁸¹

Ainda que os adeptos da “teoria da elites” (um dos muitos “subgrupos” das abordagens “normalizadoras”) estivessem mais atentos às instabilidades que perpassavam o regime burocrático, ao enxergarem a existência de diferentes “grupos de interesse” no interior da burocracia e os conflitos entre eles, bem como os conflitos entre a burocracia em conjunto e certos setores da população (camponeses, trabalhadores, *intelligentsia*), suas análises não localizavam a raiz material desses conflitos no caráter parasitário da burocracia em relação à propriedade social, nem as peculiaridades de uma formação social baseada nesse tipo de propriedade, porém nacionalmente isolada e sem uma regime de gestão proletária / democrática. Dessa forma, também não aventavam a possibilidade de um colapso, apenas eram mais céticos quanto à possibilidade de uma autorreforma bem-sucedida, tendo, posteriormente, atribuído o colapso tão-somente a erros na condução das reformas.⁸⁸²

As leituras “normalizadoras” praticamente saíram de cena após o fim da URSS, com a desarticulação dos centros de estudos e pesquisas em decorrência da desapareição

⁸⁸¹ Cf., por exemplo, LEWIN, Moshe. *O fenômeno Gorbachev*, op. cit.; COHEN, Stephen. Was the Soviet System Reformable? *Slavic Review*, v. 63, n. 3, Autumn 2004, p. 459-488; KRAMER, Mark. The Reform of the Soviet System and the Demise of the Soviet State. *Slavic Review*, v. 63, n. 3, Autumn 2004, p. 505-512.

⁸⁸² Cf., por exemplo, LANE, David. The Gorbachev Revolution: The Role of the Political Elite in Regime Disintegration. *Political Studies*, v. 44, n. 1, 1996, p. 4-23; LANE, David & ROSS, Cameron. *The Transition from Communism to Capitalism*. Ruling Elites from Gorbachev to Yeltsin. New York: St. Martin's Press, 1999.

de seu principal objeto, bem como da grande influência e popularidade novamente angariada pela teoria do totalitarismo, cuja leitura anticomunista e apologética do capitalismo se alinhava melhor com o triunfalismo neoliberal dos anos 1990. Assim, não houve um balanço crítico de seus adeptos sobre as falhas analíticas acerca da possibilidade uma autorreforma do regime e da incapacidade de antever seu colapso.

Já os apologistas do regime stalinista, em geral, reduzem os eventos que culminaram no colapso da URSS e na restauração do capitalismo a acusações de “traição” e “revisionismo” contra Gorbachev e seus aliados, ou a uma conspiração e manipulação por parte do imperialismo, que teria fomentado e dirigido as oposições de massas contrarrevolucionárias de forma direta.

Por mais que toquem em questões corretas (a influência imperialista, as ilusões das massas, o papel contrarrevolucionário de setores da burocracia), superdimensionam certos elementos, apresentando uma leitura reducionista. Portanto, em geral, ignoram o papel central da própria burocracia e seu regime no processo de colapso e de restauração capitalista, uma vez que não reconhecem as contradições que perpassavam aquela formação social (seu caráter transitório, o bloqueio à transição ao socialismo pelo isolamento nacional e pela ditadura da burocracia), encarando que se tratava de uma sociedade já plenamente socialista. Tampouco reconhecem o protagonismo da burocracia enquanto grupo social (ao invés de apenas alguns indivíduos, tidos como “traidores”) na restauração, ou a raiz material desse seu engajamento na destruição do Estado operário em seu caráter parasitário, que colocava a necessidade de maior estabilidade na forma de conversão em proprietários privados.⁸⁸³

Por fim, os adeptos das teorias do capitalismo de Estado ou coletivismo burocrático explicam a mudança ocorrida com o colapso da URSS como um rearranjo interno que não alterou fundamentalmente as relações de produção e propriedade, apenas alterando os proprietários principais. Assim, alguns falam em um “deslocamento para o lado”, no sentido de que apenas foi substituída a dominação de uma classe capitalista estatal por uma privada, ademais da entrada no mercado mundial – o que ignora as profundas mudanças de relações de propriedade e produção ocorridas, ademais da mudança do próprio caráter de classe do Estado.

⁸⁸³ Cf., por exemplo, MARTENS, Ludo. *A URSS e a Contra-Revolução de Veludo*, op. cit.; MARTENS, Ludo. *Balanço do Colapso da União Soviética* [1992]. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/martens/1992/04/02.htm>. Acessado em 14/02/2021; KENNY, Thomas & KEERAN, Roger. *O Socialismo Traído*. Por trás do colapso da União Soviética. Lisboa: Edições Avante, 2008.

Também a contradição colocada para sua noção de que o “capitalismo de Estado” era uma forma mais elevada e avançada de capitalismo e que, não obstante, houve necessidade de um retrocesso ao capitalismo “normal”, foi simplesmente ignorada. Assim como a contradição de que o colapso da URSS levou a uma profunda degradação das condições de vida da população trabalhadora, devido à destruição da propriedade social e da redistribuição das riquezas majoritariamente em proveito do bem-estar da população.⁸⁸⁴

⁸⁸⁴ Cf., por exemplo, HARMAN, Chris. The Storm Breaks: The Crisis in the Eastern Bloc. *International Socialism* n. 2, v. 46, Spring 1990, pp. 3-93; CALLINICOS, Alex. *A Vingança da História*. O Marxismo e as Revoluções do Leste Europeu. Rio de Janeiro: Zahar, 1992; HAYNES, Mike. Class and Crisis - The Transition in Eastern Europe. *International Socialism*, v. 54, n. 45, January 1992.

CAPÍTULO 8

O COLAPSO DO BLOCO SOVIÉTICO E A RESTAURAÇÃO NA POLÔNIA E NA RDA (ALEMANHA ORIENTAL)

O bloco soviético era composto pelos Estados-satélites da URSS no Leste Europeu: Polônia, República Democrática da Alemanha (“Alemanha Oriental”), Tchecoslováquia, Hungria, Romênia e Bulgária. A estes Estados operários burocratizados, que surgiram de um processo de expansão burocrático-militar da URSS ao final da Segunda Guerra Mundial, se somavam ainda a Iugoslávia e Albânia, Estados operários burocratizados surgidos de revoluções autóctones ocorridas também no contexto de derrota do imperialismo alemão na região ao fim da guerra.

Em todos esses países ocorreram processos similares aos vistos no capítulo anterior em relação à URSS. Isto é, deterioração de suas economias ao longo dos anos 1970-80, por não terem conseguido realizar a transição de um modelo de crescimento extensivo a um intensivo, por conta do isolamento nacional e dos bloqueios e desequilíbrios gerados pela gestão burocrática da propriedade social / pseudo-planejamento burocrático, levando a uma queda contínua das suas taxas de crescimento. Queda essa cujos efeitos que foram parcialmente compensados através de uma crescente integração ao mercado mundial na forma de empréstimos estrangeiros, que tiveram como contraparte uma crescente tutela de órgãos imperialistas como o FMI e o Banco Mundial sobre suas economias e rumos políticos.

Contudo, como esses países não tinham os mesmos recursos naturais que a URSS para exportarem e, assim, conseguirem moeda forte, de forma que seu endividamento foi muito mais profundo. Por consequência, a subida internacional dos juros, a partir de 1979, os afetou muito mais drasticamente. A situação piorou ainda mais com a progressiva redução dos subsídios da URSS aos produtos por ela comercializados no interior do COMECON, mencionados no capítulo anterior.⁸⁸⁵

Em tais países também houve tentativas de reformas do mecanismo econômico e do regime político impulsionadas por setores da burocracia, com vistas a superar a desaceleração econômica através da introdução de mecanismos de mercado e liberalizar o regime para evitar explosões sociais. Tentativas essas que geraram disputas intraburocráticas, entre setores conservadores e reformadores, provocando instabilidade

⁸⁸⁵ Cf. FERNANDES, Luís. *URSS, ascensão e queda*, op. cit., p. 183-185 e 190.

nos seus regimes.

Tal qual na URSS, tais tentativas de setores da burocracia em salvaguardar seus regimes fracassaram, devido à contínua deterioração da situação econômica, forte pressão imperialista por uma restauração das relações capitalistas e entrada em cena de movimentos e organizações pró-democráticos com influência de massas, que defendiam um retorno ao capitalismo, disseminando ilusões de que isso significaria democracia e prosperidade. Grupos e movimentos sobre os quais se apoiaram setores da própria burocracia e de novos proprietários para impulsionarem processos de contrarrevolução social. Processos esses que, salvo algumas exceções, assumiram a forma de reações democráticas, ao associarem a destruição dos Estados operários com promessas democráticas.

Um fator de grande importância para a eclosão e triunfo das contrarrevoluções em tais países foi o abandono, por Gorbachev, da “doutrina de soberania limitada” / “doutrina Brezhnev”. Conforme visto no capítulo anterior, Gorbachev desde cedo deixou claro para os demais líderes do bloco soviético que a URSS não mais realizaria intervenções militares nos países vizinhos para submetê-los a seus desígnios. Também foi de grande relevância o próprio colapso da URSS, a partir de agosto de 1991, o qual foi precedido da dissolução da COMECON e do Pacto de Varsóvia, em junho e julho do mesmo ano, respectivamente. Assim, os setores das burocracias dos demais países do bloco soviético que ainda buscavam manter os Estados operários burocratizados se viram completamente desamparados com a crescente desagregação da URSS entre 1989-91, sem o auxílio militar, político e econômico que necessitavam para se manterem no poder.⁸⁸⁶

A Polônia foi a ponta de lança do processo, tendo iniciado um verdadeiro efeito dominó, ao ter sido o primeiro país da região onde o regime stalinista permitiu a chegada ao poder de uma força oposicionista (o Solidariedade, em agosto de 1989), e sem que a URSS tivesse intervindo. A “queda” do Muro de Berlim, por sua vez, em novembro do mesmo ano, tornou-se o grande símbolo do processo de colapso do conjunto do bloco soviético.

São esses dois processos que analisaremos em maiores detalhes nesse capítulo, tanto por sua importância histórica, quanto por serem os países do bloco soviético, afora a URSS, em que o movimento trotskista interacional em seu conjunto dedicou maior atenção e no qual tinha maior penetração, na forma de contatos com setores da oposição.

⁸⁸⁶ Cf. BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 521-527.

Houve, contudo, variações importantes de local para local. Na Polônia e na Hungria, reformas feitas pelo regime começam em 1986 e se aceleram em 1989, na forma de acordos negociados com grupos de oposição. Em ambos os países foram realizadas eleições das quais saíram vitoriosas forças pró-capitalistas, o Solidariedade na Polônia (1989) e o “Fórum Democrático” na Hungria (1990).

Na RDA, Tchecoslováquia e Bulgária as reformas iniciais foram impostas por fortes mobilizações populares. Na RDA, ademais, a contrarrevolução foi consolidada pela absorção do Estado operário pelo Estado burguês imperialista da República Federal da Alemanha (“Alemanha Ocidental”), após a vitória eleitoral de uma coalização restauracionista liderada pela “Democracia Cristão” (1990). De forma similar, na Tchecoslováquia chegou ao poder via eleições o heterogêneo, porém predominantemente liberal, “Fórum Cívico” (1990), e na Bulgária, a coalizão “União das Forças Democráticas” (1991). Tais forças políticas usaram a bandeira da democracia como forma de convencer setores de massas a apoiarem os processos contrarrevolucionários.

Na Albânia, manifestações eclodiram em 1989-90 contra o caráter muito limitado das reformas políticas propostas pelo regime. Diferentemente dos casos anterior, o PC local conseguiu se manter no poder, ao se converter em “Partido Socialista da Albânia” e abraçar a bandeira da democracia como forma de conduzir, ele próprio, o processo de restauração, que foi consolidado após sua vitória eleitoral em 1991.

Por sua vez, na Romênia um setor das forças armadas protagonizou a derrubada do regime e a restauração do capitalismo, em meio a manifestações populares por democracia e pelo fim da repressão. O processo de restauração foi conduzido por uma “Frente de Salvação Nacional”, que assumiu o poder em dezembro de 1989, e era composta por elementos restauracionistas da burocracia e membros liberais da oposição democrática.

Já na Iugoslávia questões étnico-nacionais desempenharam um importante papel de desagregação da estrutura federativa na qual se baseava o Estado operário, levando a processos de independência entre 1990-91 e a uma sangrenta guerra civil, na qual setores restauracionistas das burocracias das repúblicas locais e novos proprietários se engalfinharam em uma disputa pela captura da propriedade social, abastecida por sentimentos nacionalistas.⁸⁸⁷

A restauração do capitalismo nos países do bloco soviético, tal qual na URSS,

⁸⁸⁷ Cf. OLIC, Nelson. *Op. cit.*, p. 19-21; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 528-548.

levou a um desastre social de grandes proporções. Houve uma queda drástica do Produto Nacional Bruto e da produção industrial, em particular: entre o início de 1990 e o final de 1992, houve queda de cerca de 20% na produção industrial da Polônia, 35% da Hungria e 50% da Bulgária, Romênia e Repúblicas Tcheca e Eslovaca. Houve também uma queda drástica do nível de vida da população, devido ao desemprego em massa e desmonte das políticas de acesso à educação, saúde, moradia e transporte, bem como dos subsídios a obtenção de itens básicos, em particular alimentos. As mulheres foram o grupo social mais afetado pelo desemprego e crescente desigualdade social.

Em todos esses países, setores-chave da burocracia se transformaram em burguesia, através da apropriação da propriedade social através de privatizações feitas através de mecanismos diversos e também da expropriação direta, a partir do uso de força militar. Junto a essa transformação, surgiram máfias comerciais, advindas do antigo mercado negro, as quais também constituíram uma das bases da nova burguesia da região, a qual entrou em cena já de forma associada e subordinada a capitais imperialistas.⁸⁸⁸

Tal qual o processo de colapso da URSS e de triunfo da contrarrevolução restauracionista no primeiro Estado operário da história, todos esses processos colocaram questões de grande relevância para a teoria do Estado operário burocratizado e para sua apropriação pelos grupos trotskistas da época. Em particular, a profunda degradação da economia dos Estados operários, sua crescente integração ao mercado mundial e as respostas dadas pela própria burocracia à situação (introdução de mecanismos de mercado e aberturas para reintrodução parcial da propriedade privada, combinadas a uma liberalização limitada do regime). Também a entrada em cena (ou retorno, no caso da Polônia) de movimentos de oposição com influência de massas, porém comprometidos com um projeto de restauração capitalista, e a forma como se deu a queda dos regimes stalinistas, de triunfo de uma contrarrevolução restauracionista. Vejamos em detalhes os casos polonês e alemão.

1. A restauração na Polônia e o papel do Solidariedade e da burocracia

A Lei Marcial de dezembro de 1981, cuja implementação vimos no Capítulo 5, visava a dois propósitos principais. Primeiro, conter a mobilização oposicionista e as

⁸⁸⁸ Cf. GILL, Louis. “As transformações econômicas no Leste”. In NÓVOA, Jorge (org.). *História à Deriva. Um Balanço de fim de século*. Salvador: Editora da UFBA, p. 153-15, 1993; PELZ, William. *Op. cit.*, p. 212.

greves, para poder aplicar reformas que recuperassem a economia do país – as quais envolveriam ataques às condições de vida da classe trabalhadora. Segundo, tentar cooptar setores do Solidariedade para cooperarem com o regime, integrando-os em uma coalização governamental que assegurasse alguma legitimidade e permitisse a “normalização” da situação (isto é, a estabilidade do regime de ditadura da burocracia).⁸⁸⁹

Com a Lei Marcial, o regime passou a ser dirigido pelo “Conselho Militar de Salvação Nacional” (WRON) e, portanto, a ter um maior protagonismo da burocracia militar, sob o comando de Jaruzelski. Ao longo dos primeiros meses de 1982, greves foram duramente reprimidas pela polícia, com suporte do Exército, algumas fábricas e empresas foram postas sob controle do Exército e seus trabalhadores foram submetidos à disciplina militar, e vários dirigentes do Solidariedade foram presos ou internados em instituições psiquiátricas. Todavia, o regime não conseguiu encontrar dirigentes do Solidariedade dispostos a cooperarem e passou ao objetivo de liquidá-lo, banindo-o legalmente em 8 de outubro de 1982.⁸⁹⁰

1.1. A distensão gradual após a Lei Marcial

Não obstante, mantendo o objetivo de criar um regime com alguma legitimidade, em julho de 1982 o WRON criou o “Movimento Patriótico pelo Renascimento Nacional” (PRON), para substituir a “Frente de Unidade Nacional”. Tal qual sua antecessora, o PRON era uma coalização que integrava, de forma subordinada ao “Partido Unificado dos Trabalhadores Poloneses” (PZPR, o “PC polonês”), os dois outros partidos legais do país – o “Partido Popular Unificado” (ZSL), de bases camponesas, e a “Aliança dos Democratas” (SD). Ele também incluía organizações civis diversas, em especial cristãs e católicas, como a “Associação PAX”. O primeiro presidente oficial do PRON foi Jan Dobraczyński, ex-general do Exército Polonês pré-guerra e do Exército Nacional (resistência anti-nazista) e católico ligado ao PAX. O PRON durou até as eleições de 1989, quando o ZSL e o SD passaram a atuar de forma independente do PZPR.⁸⁹¹

Além da renovação da coalização governamental, o regime relaxou gradualmente as restrições da Lei Marcial, passando a tolerar cada vez mais as organizações de

⁸⁸⁹ Cf. DAVIES, Norman. *God's Playground. A History of Poland. Volume 2, 1795 to the Present*. New York: Columbia University Press, 2005, p. 497; GOMUŁKA, Stanisław & ROSTOWSKI, Jacek. *Op. cit.*, p. 34; HARDY, Jane. *Poland's New Capitalism*. London: Pluto Prss, 2009; p. 34.

⁸⁹⁰ Cf. DAVIES, Norman. *Op. cit.* p. 491-492; GOMUŁKA, Stanisław & ROSTOWSKI, Jacek. *Op. cit.*, p. 34.

⁸⁹¹ Cf. DAVIES, Norman. *Op. cit.* p. 493.

oposição, e também buscou novas formas de legitimação. Norman Davies especula que essa (re)abertura gradual, bem como a reforma econômica (ainda que limitada), foi feita com a anuência da nova gestão da URSS, sob o comando de Iuri Andropov a partir de novembro de 1982. Jaruzelski tinha uma relação pessoal de longa data com Andropov, uma vez que fora formado pelo Exército e pelo serviço secreto da URSS. Dessa forma, até a morte de Andropov, em fevereiro de 1984, pode-se considerar que houve maior margem de manobra para experimentações por parte do regime polonês, dado que Andropov era aberto à necessidade de mudanças e vinha coordenando experimentos de reforma em certas empresas na própria URSS.⁸⁹²

Nesse sentido, em março de 1982, foi criado um “Tribunal Constitucional”, formado por juízes indicados pelo *Sejm*, como forma de assegurar o “império da lei” (malgrado o estado de exceção ainda vigente). Outra medida importante foi a anistia e libertação de alguns líderes do Solidariedade, em especial Walesa e outros igualmente próximos da Igreja Católica, em novembro do mesmo ano. Como mencionado no Capítulo 5, um acordo foi firmado entre o regime e a Igreja Católica ao final de 1982, quando a instituição boicotou o chamado à greve geral feito pelo “Conselho Temporário de Coordenação” (TKK) do Solidariedade, dirigido por Zbigniew Bujak. Tal anistia aos líderes moderados e alinhados à Igreja Católica foi a contraparte desse boicote. Após deixar a prisão, Walesa defendeu publicamente a necessidade de um “acordo nacional” com o regime, se contrapondo à postura combativa do TKK.

Ademais, em dezembro, a Lei Marcial foi suspensa e foi permitida a reativação dos conselhos de empresas, que voltaram a operar ao longo do ano seguinte, após o abrandamento das restrições à limitada “autogestão” conquistada em 1981. Ao longo de 1983 a censura foi gradualmente abrandada e novas medidas de distensão adotadas. Em junho, o Papa teve permissão para uma nova peregrinação pelo país. E, em julho, a vigência da Lei Marcial foi findada e o WRON dissolvido.⁸⁹³

Em fevereiro de 1984 foi realizada uma reforma do sistema eleitoral, que permitiu certa competição para parte dos cargos representativos, inclusive permitindo a participação de vozes críticas, desde que acatassem à plataforma do PRON. A maior parte dos cargos, todavia, seguiu no modelo de uma lista fechada (a “Lista Nacional”), na qual concorria apenas um candidato por cargo. Em julho, mais uma leva de presos políticos

⁸⁹² Cf. DAVIES, Norman. *Op. cit.* p. 496.

⁸⁹³ Cf. DOMBER, Gregory. *Op. cit.*, p. 288; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 434-436; SLAY, Ben. *Op. cit.*, p. 71-72.

foi libertada.⁸⁹⁴

Também em 1984, foi permitida a formação de sindicatos por empresa com lideranças independentes do PC e direito à greve. Como a formação de sindicatos nacionais fora proibida em 1982, foi fundada, em novembro, a “Aliança de Sindicatos de Toda a Polônia” (OPZZ), uma “associação” que reunia os sindicatos por empresa, funcionando como uma confederação nacional. Dirigida por Aldfred Miodowicz (que, em 1985, integraria o *Sejm* e, em 1986, o *Politburo* do PC), a OPZZ foi logo incorporada ao PRON.⁸⁹⁵

Após essas mudanças, ainda em 1984 foram realizadas eleições para os governos regionais e, em 1985, eleições nacionais para o parlamento. Estas últimas deram lugar ao gabinete ministerial encabeçado por Zbigniew Messner, do PZPR. Com tais medidas de distensão e as novas eleições, o regime buscou uma “normalização”, baseada na nova coalização governamental (PRON) e na tentativa de aproximação com a oposição católica e com o setor moderado do Solidariedade. Isso, contudo, não alterou o monopólio do poder político pela burocracia, através da predominância do PZPR no PRON e no governo, controlando as instituições-chave do Estado.

A distensão foi finalizada em setembro de 1986, através de uma anistia geral para os que haviam sido presos em decorrência da Lei Marcial e da criação, em julho de 1987, de uma “Procuradoria de Direitos Civis”, com início de suas operações em 1º de janeiro de 1988. Ademais, em meados de 1987 foram anunciadas reformas econômicas e políticas, que foram submetidas a referendo popular ao final do ano.⁸⁹⁶

1.2. A reforma econômica pró-mercado

No âmbito econômico, imediatamente após a implementação da Lei Marcial, o regime aplicou medidas de austeridade – em especial o reajuste dos preços dos bens de consumo –, que há muito vinha tentando realizar, mas sempre precisava recuar diante da resistência proletária. Em fevereiro de 1982, os preços dos alimentos subiram cerca de 300%. O padrão de vida caiu, com queda salarial média de 40%. Todavia, as filas seguiram enormes e a situação econômica desastrosa, com queda de 15% no PNB,

⁸⁹⁴ Cf. DOMBER, Gregory. *Op. cit.*, p. 288; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 434-436; SLAY, Ben. *Op. cit.*, p. 71-72; DAVIES, Norman. *Op. cit.*, p. 498.

⁸⁹⁵ Cf. OST, David. *The Defeat of Solidarity. Anger and Politics in Postcommunist Europe*. Ithaca and London: Cornell University Press, 2005, p. 44.

⁸⁹⁶ Cf. DOMBER, Gregory. *Op. cit.*, p. 288; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 434-436.

crescimento da dívida externa (atingindo quase 30 bilhões de dólares) e escassez.⁸⁹⁷

Diante dessa situação, o regime realizou também uma reforma parcial do sistema econômico, dando maior espaço para mecanismos de mercado. Em parte, conforme apontado no final Capítulo 5, essa reforma atendia a pressões dos credores da dívida externa polonesa e também dos EUA, que, em janeiro de 1982, havia coberto parte dessa dívida (71 milhões de dólares). Mas ela foi inspirada, sobretudo, na reforma húngara de 1968, que introduziu o chamado “Novo Modelo Econômico” no país, combinando o planejamento (burocrático) com mecanismos de mercado. A versão polonesa foi batizada de “Sistema Econômico Reformado” e havia sido elaborada, em seu formato original, antes da Lei Marcial, conforme também visto no Capítulo 5. Contudo, ela passou por mudanças importantes quando da sua aplicação.⁸⁹⁸

Concretamente, tal reforma envolvia quatro eixos principais – que, se implementados de fato, teriam feito dela algo mais profundo que a húngara que a inspirara. Primeiro, as empresas seriam “independentes, auto-financiadas e auto-geridas” (“princípio dos 3 S”). Segundo, haveria uma crescente flexibilidade de preços, para reduzir o desequilíbrio de mercado, maior “disciplina” orçamentária (limitação do orçamento), e incentivo à competição, via leis anti-monopólio, além de maior liberdade de importação, uma política de crédito conservadora e permissão de falência. Terceiro, o plano central seria menos detalhado e sua implementação passaria a ocorrer por vias indiretas, como taxas, crédito, taxas de câmbio, regulações de preços e salários, e “mercados regulados competitivos” seriam o meio principal de implementação dos planos macro. Quarto, mudanças institucionais seriam feitas para deixar o plano menos arbitrário e refletir mais os “interesses sociais” – princípio da “socialização do processo de planejamento central” via democratização. Esse era o plano original, mas, após a Lei Marcial, os pontos 1 a 3 passaram a ser considerados de implementação a longo prazo e o ponto 4 foi descartado.⁸⁹⁹

Não obstante os obstáculos criados pela Lei Marcial, ao longo de 1982, a reforma teve outros pontos implementados ou retomados, em especial a mencionada reativação dos conselhos de empresa e a facilitação da instalação de empresas tipo *polonia* e maiores incentivos para sua operação. A empresas tipo *polonia*, criadas com a reforma econômica

⁸⁹⁷ Cf. DAVIES, Norman. *Op. cit.* p. 493.

⁸⁹⁸ Cf. ADAM, Jan. *Op. cit.*, p. 167; GOMULKA, Stanisław; ROSTOWSKI, Jacek. *Op. cit.*, p. 927.

⁸⁹⁹ Cf. GOMULKA, Stanisław & ROSTOWSKI, Jacek. *Op. cit.*, p. 927.

de 1976, eram pequenas empresas privadas de poloneses ou pessoas de origem polonesa vivendo no exterior, restritas aos setores de serviço e comércio varejista.⁹⁰⁰

Conforme aponta Jan Adam, as leis iniciais da reforma criaram um novo sistema de financiamento das empresas estatais, aumentaram a importância de instrumentos financeiros e reformaram parcialmente a camada intermediária do sistema de gestão.⁹⁰¹ Porém, conforme Adam e os economistas pró-restauração capitalista Tamas Bauer (húngaro), Stanisław Gomułka e Jacek Rostowski (poloneses), não se tratou da passagem a um “socialismo de mercado”, pois os elementos-chave do “sistema de alocação central de recursos” / “economia de comando” (isto é, planejamento burocrático) foram mantidos. Criou-se algo “híbrido”.

Foi mantida a alocação centralizada de vários insumos fundamentais, sendo que a obtenção de parte deles foi mantida vinculada a metas de produção; o regime manteve pedidos de cumprimento obrigatório a uma série de empresas, interferindo na demanda e, portanto, na precificação; foi mantido o controle central dos preços, que continuaram sendo tabelados abaixo dos custos em vários casos; o orçamento das empresas não foi limitado, dando margem para gastos supérfluos; subsídios continuaram sendo dados a empresas ineficientes; foram aumentadas as restrições para troca de emprego; os conselhos de empresa e sindicatos cumpriam um papel bastante limitado, especialmente nas empresas consideradas essenciais; e o sistema de *nomenklatura* (a lista de nomes possíveis de indicação) manteve relevante peso na estrutura administrativa e gestora.⁹⁰²

Ademais, como a reforma não trouxe mudanças positivas imediatas, setores conservadores da cúpula do regime conseguiram impor alguns recuos, entre 1983-86. Por exemplo, já em 1983, foram feitas mudanças na resolução ministerial de 1981 que flexibilizara significativamente a possibilidade de criação de pequenas empresas e assegurara o tratamento igual das pequenas empresas privadas em relação às estatais, mudanças essas que dificultaram a instalação e operação de pequenas empresas privadas. Ademais, tanto em 1983, quanto também em 1985, foram criadas restrições e taxas mais elevadas para as empresas tipo *polonia*.⁹⁰³

⁹⁰⁰ Cf. SLAY, Bem. *Op. cit.*, p. 77; GOMUŁKA, Stanisław; ROSTOWSKI, Jacek. The Reformed Polish Economic System, 1982–83. *Soviet Studies*, vol. 36, July 1984, p. 997. Entre 1982-84, as empresas tipo *polonia* pularam de 250 para 500, empregando 25 mil pessoas. Em 1986 já eram 670, empregando 62 mil pessoas.

⁹⁰¹ Cf. ADAM, Jan. *Op. cit.*, p. 65.

⁹⁰² Cf. BAUER, Tamas. Reforming or Perfecting the Economic Mechanism. *Social Research*, v. 55, n. 4, Winter 1988, p. 730 e 738; GOMUŁKA, Stanisław & ROSTOWSKI, Jacek. *Op. cit.*, p. 929-931.

⁹⁰³ Cf. SLAY, Bem. *Op. cit.*, p. 77.

Dessa forma, conclui Bauer, a fase 1981-86 da reforma polonesa não se tratou da passagem a um “socialismo de mercado”, como na Hungria em 1968, mas de um “aperfeiçoamento” do sistema vigente.⁹⁰⁴ Isso, contudo, mudaria com a contínua piora da situação, e uma busca, por parte da burocracia, de substituir o planejamento burocrático por relações de mercado mais amplas. De qualquer forma, essas mudanças já indicam a falência desse planejamento, o que, a nosso ver, confirma o prognóstico da teoria do Estado operário burocratizado sobre a necessidade tanto da internacionalização da revolução, quanto de um planejamento democrático, baseado na autogestão proletária.

1.3. A “segunda fase” da reforma econômica: rumo ao socialismo de mercado

Muito provavelmente, a **limitação** das reformas teve a ver com o escopo bastante **limitado** das experimentações na URSS sob Andropov e com a posterior ascensão ao poder de Tchernenko e seu grupo conservador (contrário às reformas de mercado). Foi apenas em 1986, já sob a gestão pró-reformas de Gorbachev, que o regime polonês retomou o projeto original do “Sistema Econômico Reformado”, implementando uma “segunda fase” da reforma.

Certamente, a contínua piora da situação econômica do país também pesou para tal: a escassez de bens de consumo seguia grave, os produtos poloneses perderam competitividade, devido à não renovação do maquinário e à consequente defasagem tecnológica e má qualidade (relativa e absoluta) da produção e também à suspensão de novos empréstimos pelos credores da enorme dívida externa.

Assim, em 1986, ocorreu uma guinada em direção à mercantilização. No começo do ano, com a anuência da URSS, a Polônia foi (re)admitida no FMI e Banco Mundial e, na virada de junho para julho, o X Congresso do PZPR aprovou planos para a “segunda fase” da reforma, anunciando que se trataria de uma mudança radical. O contexto era de avanço das reformas de mercado na URSS, após o XVII Congresso do PC (em fevereiro), e também da previsão de fracasso do plano anual no quesito da obtenção de moeda forte via exportações, essencial para o pagamento dos juros da crescente dívida externa.

Assim, ainda em junho daquele ano foi permitida a formação de grandes *joint ventures* com empresas estrangeiras, o que representava uma mudança significativa na permissão de operação de empresas privadas no país, e também foi permitido que

⁹⁰⁴ Cf. BAUER. Támás. *Op. cit.*, p 730 e 738.

empresas públicas vendessem títulos para se financiarem.⁹⁰⁵

As mudanças mais significativas, contudo, foram feitas em 1987-88. Na virada de março para abril de 1987, o *Politburo* do PZPR aprovou 174 “Teses sobre a segunda fase da reforma econômica”, elaboradas por uma “Comissão de Reforma Econômica”, as quais criticavam as limitações na reforma de 1981-82 e defendiam uma visão de “socialismo de mercado”. Para que o “socialismo de mercado” funcionasse previa-se: a implementação de um equilíbrio de mercado; a redução das restrições na precificação livre; redução do racionamento e de outras barreiras para a realocação de recursos entre empresas e setores; cumprimento estrito do princípio de “auto-financiamento” das empresas, incluindo a liquidação das empresas não lucrativas; medidas para facilitar o “empreendedorismo”, como evitar os monopólios e facilitar a cooperação entre empresas privadas e estatais; completar a reforma do sistema administrativo iniciada em 1981-82; e apoio à uma limitada “autogestão” nas empresas e regiões administrativas do país.⁹⁰⁶

Com base nessas Teses, o *Sejm* aprovou, em outubro, um “Programa de implementação”, que conferia maior autonomia para as empresas e introduzia mais elementos de mercado, em especial a redução das interferências no setor privado e o fim das discriminações entre empresas públicas e privadas, o saneamento da estrutura monetária e de crédito, a comercialização do sistema bancário, a redução dos subsídios às empresas não lucrativas e a criação de um mercado de títulos e de ações.

Ademais, foi criado um “Banco de Exportações para o Desenvolvimento”, para promover exportações e as *joint ventures*, e também um “Escritório Antimonopólio”, para prevenir maior concentração industrial. Foi feita uma reforma da administração econômica, que fundiu os ministérios setoriais em um único “Ministério da Indústria”, bem como concentrou outros ministérios em uma estrutura mais saneada. Foram aprovadas leis que reduziram as empresas consideradas essenciais, de 1391 para 347, e permitiram que os bancos, incluindo o Banco Nacional, criassem empresas estatais. Foi permitida a criação de bancos comerciais, através do desmantelamento do Banco Nacional, e as empresas receberam autonomia para escolherem os bancos que preferissem para suas operações.⁹⁰⁷

Houve, ainda, mudanças no comércio externo, com o Ministério do Comércio Externo tendo sido reestruturado, com redução de orçamento e pessoal, e perdendo a

⁹⁰⁵ Cf. SLAY, Ben. *Op. cit.*, p. 65 e 77.

⁹⁰⁶ Cf. SLAY, Ben. *Op. cit.*, p. 66; ADAM, Jan. *Op. cit.*, p. 151.

⁹⁰⁷ Cf. SLAY, Ben. *Op. cit.*, p. 66-67; ADAM, Jan. *Op. cit.*, p. 151.

prerrogativa de 51% de participação nas empresas de comércio externo (exceto para produtos essenciais), as quais passaram a poder ter suas ações compradas por qualquer empresa estatal. Para incentivar a exportação e importação, foram adotadas taxas mais favoráveis e maior liberalização dos produtos passíveis de importação e exportação. Por fim, para tornar os preços mais próximos dos do mercado mundial, a moeda foi desvalorizada em quinze vezes em relação ao dólar.⁹⁰⁸

Uma questão fundamental envolvendo o “equilíbrio de mercado” era aumentar os preços dos bens de consumo, há anos subsidiados. Para evitar uma forte reação popular, o regime colocou as reformas à votação, através de um referendo realizado em 29 de novembro de 1987. De forma muito vaga, perguntou-se se a população apoiava uma “reforma econômica radical” e uma reforma política, em prol de uma “profunda democratização”.

A oposição chamou ao boicote do refendo, que teve uma abstenção de cerca de 33% – maior do que a das eleições locais de junho de 1984 e parlamentares de novembro de 1985. As reformas tiveram apoio da maioria dos que foram votar: 70,5% dos votos a favor da reforma econômica e 73,7% da política. Todavia, em termos absolutos, os números foram de 44% e 46%, respectivamente, o que tornou o referendo sem validade.⁹⁰⁹ Tratou-se, portanto, de uma demonstração de fraqueza por parte do regime.

Apesar da derrota legal do referendo, os aumentos de preços foram implementados no primeiro semestre de 1988: 110% em alimentos (a primeira parcela de um total de três, a serem implementadas anualmente entre 1988-90) e entre 140% a 200% em aluguéis, aquecimento e gasolina. A classe trabalhadora respondeu com duas ondas grevistas, em abril-maio e em agosto, que puseram abaixo a frágil estabilidade criada à força pela Lei Marcial e reviveram o convalescido Solidariedade. O governo reagiu desesperadamente com aumentos salariais, quase cinco vezes maiores que os concedidos nos anos anteriores, mas não foi o suficiente para reverter a situação, e um novo ciclo histórico se iniciou.⁹¹⁰

Ao nosso ver, esse conjunto de reformas de mercado confirma o prognóstico da teoria do Estado operário burocratizado sobre a impossibilidade de realização do “socialismo em um só país”, bem como sobre o papel de freio que a burocracia

⁹⁰⁸ Cf. SLAY, Ben. *Op. cit.*, p. 68-69; 1987 Polish political and economic reforms referendum.

In *Wikipedia*. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/1987_Polish_political_and_economic_reforms_referendum. Acessado em 14 de março de 2020.

⁹⁰⁹ Cf. SLAY, Ben. *Op. cit.*, p. 69.

⁹¹⁰ Cf. SLAY, Ben. *Op. cit.*, p. 69.

desempenharia ao desenvolvimento das forças produtivas, passado um primeiro momento de crescimento extensivo. Diante da grave deterioração da situação econômica, a própria burocracia buscou uma alternativa ao modelo de planejamento burocrático. Contudo, não era uma alternativa implementar um planejamento verdadeiro, baseado em uma real autogestão proletária (significando não apenas eleição de diretores de empresas e controle sobre elementos secundários do processo de produção, mas controle real sobre o conjunto do sistema econômico), pois isso significaria abolir o monopólio do poder político da burocracia. A única alternativa, portanto, era recorrer crescentemente a mecanismos de mercado. Esta, porém, era uma falsa alternativa, pois apenas iria gerar novas contradições e colocar em cena forças mais diretamente interessadas em uma restauração capitalista.

1.4. O retorno do Solidariedade à ofensiva e suas divisões internas

Em 1987, apesar de todo o apoio financeiro e logístico que vinha recebendo dos EUA e do Vaticano, o Solidariedade era tão somente uma sombra do que fora em 1981. Conforme aponta David Ost, em 1987, a própria imprensa clandestina dava a organização como “morta”, com pouquíssimas células ativas em empresas – tão clandestinas que os trabalhadores não tinham ideia de sua existência e elas eram incapazes de influenciá-los. Na prática, de uma organização de massas com estrutura sindical o Solidariedade se tornara um pequeno grupo político focado na distribuição de literatura oposicionista e em auxiliar os familiares dos seus membros que haviam sido presos ou perdido seus empregos.

Nessa situação, a linha política do Solidariedade se tornara mais homogênea, com clara orientação neoliberal e perspectiva abertamente restauracionista, uma vez que seus líderes se tornaram mais afastados das bases e mais dependentes da ajuda dos EUA e da Igreja Católica, bem como seus assessores intelectuais (já favoráveis a uma economia de mercado em 1981, como visto no Capítulo 5) se tornaram mais influentes junto a tais líderes. Isso permitiu certa aproximação com a ala pró-reformas da burocracia, entre 1987-89.⁹¹¹

Tal orientação refletia o clima geral da intelectualidade oposicionista após 1981, a qual passou a se dedicar, em grande parte, à formação de *think thanks* neoliberais que defendiam o livre mercado e a propriedade privada, e que promoviam o pensamento de

⁹¹¹ Cf. OST, David. *Solidarity and the politics of anti-politics: opposition and reform in Poland since 1968*. Philadelphia: Temple University Press, 1990, p. 208; OST, David. *The Defeat of Solidarity*, *op. cit.*, p. 44-45.

figuras como Friedrich Hayek. Conforme demonstra Ost, após a empolgação de 1980-81 com a classe trabalhadora e sua capacidade de impor mudanças ao regime, quando tal intelectualidade passara a vincular “democracia” à noção de “cidadania ativa”, com protagonismo para os trabalhadores industriais, após a Lei Marcial ela girara para uma profunda desconfiança em relação a tais trabalhadores, que passaram a ser vistos como “esquentados” e “irracionais”, sempre demandando “privilégios”, além de inclinados a admirar “déspotas” – portanto, um risco para a “democratização” almejada.

A democracia passou, então, a ser vista por tais intelectuais como vinculada à defesa do livre mercado e da propriedade privada e sua conquista seria fruto de uma abertura gradual, a ser conduzida a partir de um pacto entre a intelectualidade, que deveria tomar a frente da oposição, e a ala reformadora do regime. Nesse sentido, pautas trabalhistas saíram de cena entre parte significativa dos dirigentes do Solidarnosc após 1981, com o foco passando à defesa de reformas de mercado e da liberdade política.⁹¹²

Movida por tais ideias, a ala neoliberal do Solidarnosc evitou ao máximo o ativismo independente dos trabalhadores e a própria reconstrução de seu enraizamento nos locais de trabalho. Em 1984, por exemplo, quando a formação de sindicatos por locais de trabalho foi permitida, seus dirigentes não só defenderam o boicote dos novos sindicatos que foram surgindo, como também desautorizaram a fundação de “Solidarnosc” locais – mesmo a partir de 1985, quando a repressão se abrandou consideravelmente (o que acabou por abrir grande espaço para a OPZZ crescer).⁹¹³

Nem todos seus antigos quadros, todavia, compactuavam com tais ideias, destacando-se, entre estes, Zbigniew Bujak, Karol Modzelewski e Andrzej Gwiazda. Isso levou a cisões, com o surgimento de organizações rivais, focadas na defesa das condições de vida dos trabalhadores – em especial o “Solidarnosc 80”, fundado em 1989, a partir do “Grupo de Trabalho da Comissão Nacional do Solidarnosc”.

Encabeçado pelos três oponentes de Walesa nas eleições internas de 1981 – Gwiazda, de Gdańsk, Marian Jurczyk, de Szczecin, e Jan Rulewski, de Bydgoszcz – mais o conjunto da antiga liderança de Łódź, o “Grupo de Trabalho” foi formado em 1986, após a prisão de Bujak, e concentrava os principais quadros das principais regiões industriais do país, onde, a partir de 1987, formaram “Solidarnosc” concorrentes com o “original”, cujo controle fora então retomado por Walesa, e que atuavam como

⁹¹² Cf. OST, David. *The Defeat of Solidarity*, op. cit., p. 41-44.

⁹¹³ Cf. *Ibid.*, p. 44-45.

sindicatos de fato.

Em 1989, discordando dos rumos impostos à organização por Walesa e seus aliados, eles romperam formalmente e fundaram o “Solidariedade 80”. Segundo Ost, tratava-se inicialmente de uma organização “ampla”, incluindo de anarco-sindicalistas a conservadores cristãos. Sua unidade era ser contra as reformas de mercado, denunciar o “aburguesamento” do PC e a “capitulação” de Walesa e seus aliados, por buscarem negociar com o regime um retorno à legalidade que envolvesse concessões. O anti-comunista e reacionário (chauvinista e antissemita) KPN teve uma influência crescente em seu interior, por sua postura intransigente contra negociações com o regime. Com o tempo, também o Solidariedade 80 se tornou uma força pró-capitalista, porém com um caráter demagógico e contraditório, de defesa dos empregos e salários dos trabalhadores industriais.⁹¹⁴

Por sua vez, a linha da Igreja Católica, sob a liderança do Primaz Glemp, seguiu sendo pautada pela moderação e pela tentativa de atuar como uma força mediadora entre o regime e a oposição. Suas bases, entretanto, mantiveram plena associação com a oposição ilegal, lhe dando guarida para promover eventos e espalhando sua mensagem e materiais.⁹¹⁵ Surgiram ainda outras organizações, como a “Federação da Juventude Combativa”, que organizava protestos de rua contra o regime.

O fracasso do referendo de 1987, que demonstrou a fraqueza do regime em termos de legitimidade e apoio popular, impulsionou uma reorganização da oposição ao redor do Solidariedade. Walesa foi instado a recompor a liderança eleita pelo Congresso de 1981, porém preferiu fundar uma “Comissão Nacional Executiva” (KKW), composta de “auxiliares” alinhados com suas posições. O KKW buscou abrir negociações com o regime, porém ele não tinha base entre os trabalhadores.⁹¹⁶

Quando da eclosão das greves de abril-maio de 1988, os que estavam à sua frente eram trabalhadores jovens, sem ligação com o Solidariedade ou experiência política prévia. Não obstante sua fraqueza organizativa, o Solidariedade permanecia uma ideia potente, e tais trabalhadores demandaram sua relegalização – a despeito de estarem lutando contra os efeitos de reformas que seus líderes apoiavam.⁹¹⁷

Ao longo de tais greves, o Solidariedade foi reconstruído, ressurgindo ao fim do

⁹¹⁴ Cf. OST, David. *Solidarity and the politics of anti-politics*, op. cit., p. 211.

⁹¹⁵ Cf. DAVIES, Norman. *Op. cit.*, p. 499.

⁹¹⁶ Cf. OST, David. *Solidarity and the politics of anti-politics*, op. cit., p. 207.

⁹¹⁷ Cf. *Ibid.*; OST, David. *The Defeat of Solidarity*, op. cit., p. 46-47.

ano como um sindicato de verdade (ainda que clandestino) e com abrangência nacional. Mas, ressalta Ost, havia três importantes diferenças em relação a 1980-81: seu tamanho era muito menor em termos de membros e comitês locais; sua composição majoritária era de trabalhadores manuais, ao invés de engenheiros e técnicos; sua base era contra os efeitos das reformas econômicas que sua liderança apoiava.⁹¹⁸

Apesar da reação grevista ao aumento do custo de vida, novos reajustes de preços foram realizados ao longo dos meses seguintes. Isso atiçou novamente a ira do proletariado, levando a uma segunda onda grevista em agosto. Dessa vez, porém, o KKW de Walesa conseguiu planejar a deflagração de parte das greves e seus agitadores fizeram o possível para lhes dar um caráter estritamente político e também para contê-las, como forma de evitar uma reação violenta do regime.⁹¹⁹

Apesar da sua ação ter sido bem-sucedida, ela gerou grande desgaste com setores da base. Em Gdańsk, por exemplo, Walesa tentou impor Borusewicz como líder do novo comitê local do Solidariedade, gerando divisão na votação (Borusewicz ganhou por 17 votos contra 14, com 5 abstenções). Em vários locais onde isso se repetiu, disseminaram-se críticas a Walesa como sendo um “ditador” e seus aliados como sua “*nomenklatura* pessoal”. Essas contradições entre a liderança do Solidariedade e sua nova base geraram conflitos para além dos locais de trabalho. Após o término dessa onda grevista, jovens iniciaram diversos protestos de rua, que muitas vezes terminavam em enfrentamentos com a polícia. Conforme o Solidariedade tomava distância destes, seus participantes passaram a criticar Walesa e seus aliados como “traidores”.⁹²⁰

Ainda assim, a liderança do Solidariedade conseguiu o que tanto queria. Em fins de setembro, por conta das enormes pressões oposicionistas, o *Sejm*, de forma completamente inédita no “bloco soviético”, aprovou um voto de não-confiança no gabinete ministerial de Messner. Alarmado, o PZPR chamou Walesa para negociar um “acordo nacional” e, em um sinal de mudança, escolheu para substituir Messner o seu então vice, Mieczysław Rakowski, ex-editor do influente periódico pró-reformas *Polityka*.⁹²¹

1.5. As “Conversas de Mesa Redonda” e as eleições de 1989: rumo à restauração

⁹¹⁸ Cf. OST, David. *Solidarity and the politics of anti-politics*, op. cit., p.208-209 e 213.

⁹¹⁹ Cf. *Ibid.*, p. 209; OST, David. *The Defeat of Solidarity*, op. cit., p. 46-49.

⁹²⁰ Cf. OST, David. *Solidarity and the politics of anti-politics*, op. cit., p. 209; OST, David. *The Defeat of Solidarity*, op. cit., p. 46-49.

⁹²¹ Cf. SLAY, Ben. *Op. cit.*, p. 70.

As conversas preliminares com Walesa e seus aliados à frente do Solidarnosc foram conduzidas pelo Ministro do Interior, o general Czesław Kiszczak, e tiveram dois resultados principais: a relegalização do Solidarnosc e a abertura de negociações formais entre o regime e a organização. Tais medidas foram aprovadas na reunião do CC do PZPR de 16-18 de janeiro de 1989, na qual a resistência da ala conservadora só foi vencida mediante a ameaça de Jaruzelski e Kiszczak de abdicarem de seus cargos.⁹²²

As negociações com a oposição se deram através das chamadas “Conversas de Mesa Redonda”, ocorridas entre 6 de fevereiro e 4 de abril, consistindo em 94 sessões de 13 grupos de trabalho diferentes, integrados por representantes do Solidarnosc (KKW), da OPZZ, da Igreja Católica e do governo. Mas as questões decisivas foram tratadas à parte, por um grupo reunido na cidade de Magdalenka, composto por Walesa, Kiszczak, seus respectivos assessores e mediado por representantes da Igreja Católica.⁹²³

A proposta original do regime era centrada em inserir o Solidarnosc no PRON, ou em uma nova frente eleitoral igualmente tutelada pelo PZPR. Mas o desespero do regime por um pacto levou a concessões muito mais significativas. Tal desespero se justificava não só pela derrota do referendo de 1987 e pela força demonstrada pelo Solidarnosc, como também pelo fato de que se mostrava necessária uma cooperação com a oposição para a implementação da “segunda fase” da reforma econômica, além do crescente desgaste do regime, demonstrado pelo fato de que cerca de 640 mil pessoas haviam abandonado o país entre 1981-88.⁹²⁴

Conforme os acordos firmados, seriam realizadas eleições semi-livres para o *Sejm*, com 35% dos assentos podendo ser disputados por candidatos de fora do PRON; seria criado um Senado, com poder de veto sobre o *Sejm* e cujos cargos seriam todos disputados livremente; seriam realizadas eleições inteiramente livres em quatro anos; as associações civis fechadas após a Lei Marcial teriam permissão para voltarem a funcionar; os demitidos políticos seriam readmitidos. Contudo, seria criado um cargo de Presidente, a ser ocupado inicialmente por Jaruzelski, com poderes de chefe de Estado, incluindo o de dissolver o governo (que seguiria a cargo de um Primeiro-ministro nomeado pelo *Sejm*), e convocar novas eleições. O acordo final foi assinado em 5 de abril e previa, ainda, a realização das reformas em prol da construção de um “socialismo de mercado”. O

⁹²² Cf. DAVIES, Norman. *Op. cit.*, p. 502; OST, David. *Solidarity and the politics of anti-politics*, *op. cit.*, p. 212.

⁹²³ Cf. OST, David. *Solidarity and the politics of anti-politics*, *op. cit.*, p. 205-207.

⁹²⁴ Cf. DAVIES, Norman. *Op. cit.*, p.502-503; HARDY, Jane. *Op. cit.*, p. 26.

Solidariedade foi (re)legalizado duas semanas depois e as eleições parlamentares realizadas em 4 de junho.⁹²⁵

Durante as negociações, inicialmente os representantes do Solidariedade não apresentaram demandas econômicas ou trabalhistas, a despeito das pautas das greves que o catapultaram de novo à relevância. Ao invés, foram os representantes da OPZZ, cujo presidente era alinhado aos conservadores no *Politburo* do PZPR, que levantaram uma série de demandas em prol da melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Todavia, para não perder legitimidade perante sua base, o Solidariedade acabou por incluir algumas dessas demandas como pré-condição para firmar um acordo, entre as quais um gatilho salarial. Ainda assim, aceitou limites ao direito de greve, dentre outras concessões.⁹²⁶

Tanto o regime, quanto o Solidariedade, encontraram resistência durante as negociações. Os regimes da RDA e Iugoslávia se opuseram a elas, temerosos de que isso poderia fortalecer forças oposicionistas em seus próprios países. A polícia secreta polonesa também demonstrou insatisfação, apesar da participação direta do Ministro do Interior nas negociações, e realizou dois assassinatos políticos, de padres envolvidos com atividades clandestinas do Solidariedade. O Solidariedade (KKW), por sua vez, foi duramente criticado pelos membros do “Grupo de Trabalho”, os quais romperam e formaram o “Solidariedade 80”, recusando-se a reconhecer os acordos, que viam como uma “capitulação” – tal qual o KPN, que influenciava consideravelmente a liderança da nova organização.⁹²⁷

Mesmo com as concessões feitas ao Solidariedade na questão das eleições, o PZPR dava por certo que iria assegurar a maioria do novo legislativo, uma vez que tutelava os demais partidos do PRON. O resultado, contudo, foi avassalador: o “Comitê de Cidadãos”, criado pelo Solidariedade para concorrer às eleições, só não conquistou um dos assentos do Senado e conquistou todos do *Sejm* que ele podia disputar. Ademais, muitos membros do PZPR não obtiveram o mínimo de votos necessários para serem eleitos, resultando em uma queda de 245 para 173 deputados em relação ao mandato anterior – os demais partidos do PRON ocuparam os assentos perdidos pelo PZPR. Vale mencionar que as eleições tiveram cerca de 35% de abstenção, em parte impulsionadas por uma campanha de boicote de organizações como o Solidariedade-80 e o KPN.⁹²⁸

⁹²⁵ Cf. DAVIES, Norman. *Op. cit.*, p. 502-503; OST, David. *Solidarity and the politics of anti-politics*, *op. cit.*, p. 205-207.

⁹²⁶ Cf. *Ibid.*, p. 211-212.

⁹²⁷ Cf. DAVIES, Norman. *Op. cit.*, p. 502.

⁹²⁸ Cf. OST, David. *Solidarity and the politics of anti-politics*, *op. cit.*, p. 207 e 211.

Apesar da “derrota” eleitoral, o PZPR apenas redistribuiu seus principais dirigentes entre os cargos-chave do novo governo: Jaruzelski deixou o comando do PZPR e virou Presidente; o ex-Primeiro-ministro, Rakowski, assumiu o comando do PZPR; o ex-Ministro do Interior, Kiszczak, virou Primeiro-ministro. Isso gerou grande indignação popular, que logo foi explorada pelo Solidariedade, cujos principais órgãos de imprensa lançaram a campanha “Vocês têm o Presidente, nós queremos ter o Primeiro-ministro”.⁹²⁹

1.6. O aprofundamento das reformas econômicas e a queda do governo do PZPR

Ainda antes dos acordos da “Mesa Redonda”, em dezembro de 1988, enquanto ocorriam as negociações preliminares entre o regime e o Solidariedade, um novo e significativo passo foi dado na implementação da “segunda fase” da reforma econômica. Foi aprovada, após mais de um ano de debates e controvérsias, a “Lei das Atividades Econômicas”, cujo foco era facilitar o rápido desenvolvimento do setor privado.

Com tal lei, foi eliminada a discriminação entre empresas privadas e estatais, foi facilitada tanto a aquisição de licenças para criação de empresas privadas quanto sua estrutura administrativa, foi removida a restrição sobre a quantidade de trabalhadores que nestas poderiam ser empregados e foi removida a exigência de 51% de posse governamental nas *joint ventures*. Foi permitido a todas as organizações econômicas realizarem negócios entre si e entrar em parcerias com empresas de outros setores (fosse privado, cooperativo ou estatal). No caso das empresas estatais, elas receberam permissão para alugar suas instalações sob diferentes formas e também privatizar seus setores secundários. Essa última medida deu grande impulso às empresas de sociedade por ações (*spółki*).⁹³⁰

Como se verá adiante, tais medidas foram a base legal da privatização de parte da propriedade estatal, da qual setores da burocracia tiraram grande proveito para se converterem em burguesia.

O governo Kiszczak deu continuidade à implementação da “segunda fase” da reforma e, dentre outras medidas, reduziu ou cortou subsídios para alimentos e também matérias primas industriais. Em 1º de agosto, os preços foram liberados de qualquer controle, o que rapidamente gerou hiperinflação. Somada à indignação com a manutenção do PZPR no comando do governo a despeito dos resultados eleitorais, essa situação gerou

⁹²⁹ Cf. *Ibid.*, p. 217-219.

⁹³⁰ Cf. SLAY, Ben. *Op. cit.*, p. 78-79; OST, David. *The Defeat of Solidarity*, *op. cit.*, p. 70.

uma nova onda grevista, com pautas econômicas. De imediato, o Solidariedade não tentou contê-las, mas torná-las políticas, em prol de um novo governo. A isso se somou a disposição dos partidos do PRON a atuarem de forma autônoma, resultando em um acordo articulado por Walesa para a formação de um novo gabinete ministerial, anunciado no dia 7.⁹³¹

Em 16 de agosto, um porta-voz do Escritório de Assuntos Estrangeiros da URSS declarou publicamente que Moscou não iria interferir no conflito. No dia 19, Kiszczak renunciou e Jaruzelski pediu a Tadeusz Mazowiecki para formar um novo gabinete, que foi anunciado e aprovado no dia 24. Mazowiecki era do meio católico, tendo pertencido ao PAX e depois ao *Znak*. Atuou como deputado entre 1961-71 e tinha laços com a oposição secular, através do jornal *Wież*. Na greve de 1980, atuou em Gdańsk como consultor, e voltou lá durante as greves de 1988. Obteve respeitabilidade, assim, perante a oposição e o regime, possuindo ótimas credenciais com todos os lados.⁹³²

Apesar do Solidariedade ter dominado o governo, em particular com a nomeação do economista neoliberal Leszek Balcerowicz como Ministro das Finanças, comprometido com o aprofundamento das reformas de mercado, o PZPR manteve o controle de ministérios-chave: Defesa, Interior (que controlava a polícia secreta), Comércio Externo e Transportes. Ademais, o PZPR tinha ainda a presidência e tropas da URSS seguiam presentes no país (como no conjunto do “bloco soviético”). Mas Gorbachev aconselhou pessoalmente Rakowski a cooperar com o novo governo.⁹³³

1.7. O governo do Solidariedade e o “Plano Balcerowicz”: realizando a restauração

O governo de Mazowiecki assumiu em meio a uma situação econômica ainda pior. A dívida externa estava em torno de 40 bilhões de dólares e a inflação em torno de 600%. Ademais, tal governo, apesar de ter a intenção aberta de restaurar o capitalismo, precisava lidar com os anseios da base proletária do Solidariedade, que almejava não a privatização das empresas, mas sua transformação em cooperativas autogeridas.⁹³⁴

A restauração almejada pelo novo governo seria uma transição gradual à uma “economia de mercado”. Todavia, dado o contínuo agravamento da situação econômica, em especial a hiperinflação descontrolada, em setembro ele girou para a posição de aplicar

⁹³¹ Cf. SLAY, Ben. *Op. cit.*, p. 70; OST, David. *The Defeat of Solidarity*, *op. cit.*, p. 48-49.

⁹³² Cf. OST, David. *Solidarity and the politics of anti-politics*, *op. cit.*, p. 218-219.

⁹³³ Cf. OST, David. *Solidarity and the politics of anti-politics*, *op. cit.*, p. 218-219. DAVIES, Norman. *Op. cit.*, p. 504.

⁹³⁴ Cf. KLEIN, Naomi. *Op. cit.*, p. 175-176.

uma “terapia de choque”, que envolveria mudanças profundas na economia e política. Vale destacar também a aceleração do processo de colapso do “bloco soviético”, que certamente influenciou na passagem do governo Mazowiecki a uma atitude mais “ousada”, bem como as pressões dos EUA e do FMI sobre o novo governo, demandando a realização de privatizações de larga escala em troca de ajuda financeira.

A parte econômica da nova política, de restauração das relações capitalistas, ficou à cargo do “Plano Balcerowicz”, um conjunto de 13 leis elaboradas com a ajuda de Jeffrey Sachs, economista neoliberal, já mencionado no capítulo anterior, e o economista do FMI, David Lipton. Sachs já havia visitado a Polônia a convite do PZPR, tendo também se reunido com o Solidariedade. Ele retornou em 1989 a convite de Geoge Soros, que cobriu os custos da sua estadia e da de Lipton, e ambos passaram a atuar junto ao Solidariedade e do governo. A esperança do governo era que sua presença fizesse os EUA e FMI ajudarem o país. Sachs posteriormente foi chamado a auxiliar Gorbachev e, após, Ieltsin, além dos governos da Eslovênia e Estônia.⁹³⁵

A elaboração do Plano Balcerowicz se deu de forma sigilosa. Ele foi tornado público apenas quando o governo o enviou ao *Sejm* para votação, a qual ocorreu de forma relâmpago e em meio aos festejos natalinos, apenas oito dias após o recebimento dos projetos de leis. Ele foi aprovado no dia 29, com efeito a partir de 1º de janeiro de 1990.

Na mesma sessão, foram aprovadas também as reformas políticas. A Constituição foi alterada, com a remoção de todas as referências ao socialismo, da prerrogativa do “papel dirigente” do PZPR e da aliança com a URSS. Também o nome do país foi alterado, de “República Popular da Polônia” para “República da Polônia”. Alguns meses depois, em fevereiro de 1990, mais uma mudança importante foi feita, uma reforma eleitoral que liberou a formação de partidos e antecipou a realização de eleições livres para outubro de 1992.⁹³⁶

1.8. A conversão da burocracia em burguesia e a contrarrevolução capitalista

Em janeiro de 1990, o PZPR realizou seu XI Congresso, em meio a esse turbilhão de mudanças. Sua principal decisão foi dissolver o partido. Parte dos membros criou duas novas organizações. Com ajuda de uma doação de 1 milhão de dólares do PCUS, Rakowski e Leszek Miller (Secretário do CC e membro do *Politburo*) criaram a “Social-

⁹³⁵ Cf. *Ibid.*, p. 176-177.

⁹³⁶ Cf. DAVIES, Norman. *Op. cit.*, p. 505; OST, David. *The Defeat of Solidarity*, *op. cit.*, p. 55-56.

democracia da República da Polônia” (SdPR), que herdou a maior parte dos membros do PZPR e de suas estruturas, como sua editora. Um setor minoritário fundou a “União Social-democrata da República da Polônia” (USdRP), que logo alterou seu nome para “União Social-democrata da Polônia”.

A dissolução do PZPR foi o ato final em um processo de não resistência à tomada do poder pelo Solidariedade. Mas por que a burocracia abriu mão da sua ditadura e permitiu que o Solidariedade assumisse o poder? Como visto, havia divisões na cúpula, e não foi sem resistência dos setores conservadores que Jaruzelski conseguiu estabelecer negociações formais com o Solidariedade. Mas o controle do Parlamento pela oposição e, ainda mais, o controle do governo pelo Solidariedade não era parte dos planos da ala reformadora.

Certamente, não havia condições para um novo recrudescimento ao estilo do que ocorreu em dezembro de 1981, com o uso da Lei Marcial, uma vez que a URSS tinha deixado claro que não mais iria interferir nos regimes do “bloco soviético” – significando, essencialmente, que não iria usar seu poderio militar para mantê-los de pé. Além de retirar seu apoio militar, a URSS também vinha retirando cada vez mais seu apoio econômico aos países do “bloco soviético”, em meio à tentativa de reformar sua economia. Ainda que os regimes da Tchecoslováquia e RDA se opusessem à abertura política em curso na Polônia, eles não tinham condições de intervir ou prestar auxílio. Em paralelo, a situação econômica polonesa seguia se degradando e os protestos populares aumentando. Mais do que nunca, era necessário que a burocracia cedesse uma fatia do seu poder, caso quisesse manter seus privilégios.

Contudo, havia outras razões, mais profundas. Conforme aponta Jane Hardy, a situação desastrosa da economia polonesa levou setores cada vez maiores de tal burocracia a não enxergarem mais possibilidade de reprodução das suas condições de vida naquela formação social. Com as contradições crescentes das relações sociais do país, tais relações passaram a ser uma ameaça à sua sobrevivência.

Hardy demonstra que, antes da restauração do capitalismo, já existia uma classe proprietária no país, ainda que sem a propriedade formal dos meios de produção.⁹³⁷ Tal classe teria surgido, segundo o autor, da conversão de setores da burocracia em burguesia – os quais, conseqüentemente, não tinham porque ver uma ameaça nos planos restauracionista e na agenda neoliberal do Solidariedade, mas sim uma defesa de seus

⁹³⁷ Cf. HARDY, Jane. *Op. cit.*, p. 47-49.

novos interesses.

Desde a reforma dos anos 1970, que permitiu a existência (ainda que muito limitada) de empresas privadas, e que focou a estratégia de crescimento econômico na importação de maquinário moderno e na exportação de produtos manufaturados, setores da burocracia se aproximaram de capitais estrangeiros e tiveram oportunidades de realizar negócios por vias semi-legais ou mesmo ilegais (como chantagens para facilitar a criação das empresas).⁹³⁸

A partir das reformas de 1981-89, essa vinculação entre burocratas e burgueses deu um salto considerável, especialmente a partir da entrada em cena de capitais estrangeiros, com a permissão de *joint-ventures*, em 1986, e da lei de dezembro de 1988, que permitiu a venda de setores secundários das empresas estatais e também o aluguel de suas instalações.

Através desses dispositivos, diretores de empresas, gestores e membros do aparato central de administração da economia puderam transferir as operações mais lucrativas das empresas estatais para novas empresas mistas, das quais eles se tornaram acionistas ou administradores. Usando sua posição privilegiada, com frequência asseguraram contratos altamente vantajosos, em termos de preços pagos pelos insumos, direito de exclusividade de comercialização da produção, dentre outros dispositivos. Não raro, também eram esses setores da burocracia que definiam o preço das ações, com frequência adquirindo grande parte delas.⁹³⁹

Com o Plano Balcerowicz, tiveram lugar o que a literatura chama de “privatização orgânica” (criação de negócios novos), “privatização estatutária” (transformação de cooperativas em empresas), a privatização das empresas estatais, e também a chamada “privatização espontânea”. Esta última foi a expansão desenfreada desses métodos utilizados por setores da burocracia para se vincularem aos setores privados e também a consolidação legal da sua condição de classe proprietária. Por mais que tais ações da burocracia não fossem ilegais, usando-se de brechas na legislação, denúncias na mídia geram grande indignação popular, e o governo Mazowiecki tomou ações para bloqueá-las em fins de 1989 e começo de 1990.⁹⁴⁰

É tal situação que explica a não resistência da burocracia polonesa para manter sua ditadura sobre a formação social originada da expropriação da burguesia no pós-

⁹³⁸ Cf. *Ibid.*, p. 58.

⁹³⁹ Cf. *Ibid.*, p. 24-25 e 48; SLAY, Ben. *Op. cit.*, p. 78-79; GOMULKA, Stanislaw. *Op. cit.*, p. 1000.

⁹⁴⁰ Cf. GOMULKA, Stanislaw. *Op. cit.*, p. 998 e 1000.

guerra: setores significativos dela haviam se tornado burgueses e assumido uma perspectiva restauracionista. Ainda que fossem outros gerindo a restauração, o processo, ao fim, os beneficiaria.

Pode-se afirmar, portanto, que a posse do governo Mazowiecki representou uma mudança qualitativa em relação ao Estado polonês compreendido enquanto um “corpo de homens armados” (para usar a expressão de Engels) comprometido com a defesa de uma determinada forma de relações de propriedade – uma contrarrevolução capitalista, realizada com a anuência de setores “aburguesados” da própria burocracia. Essa mudança foi consolidada ao longo dos meses seguintes, com a eliminação dos ministros remanescentes do PZPR de seu gabinete, a eliminação de Jaruzelski da presidência, a mudança nas chefias dos muitos departamentos administrativos e repressivos, bem como a caça às bruxas aos gestores do antigo regime que permaneceram à frente de milhares de empresas.

Ao nosso ver, esses eventos confirmam o prognóstico da teoria do Estado operário burocratizado segundo os quais a burocracia, caso permanecesse prolongadamente no poder, setores dela buscariam a restauração das relações capitalistas de propriedade e produção, como forma de assegurar estabilidade para si e mesmo um incremento no seu padrão de vida, passando de gestores da propriedade social a proprietários privados. Cabe ressaltar, contudo, que a contrarrevolução restauracionista não assumiu “guerra civil sangrenta”. Ao nosso ver, isso se explica pelo fato de que a existência prolongada do regime stalinista deteriorou a consciência das massas ao ponto de jogá-las contra o ideal socialista, ao enxergarem o stalinismo como seu sinônimo. Assim, a contrarrevolução pôde triunfar ao assumir a forma de uma reação democrática, angariando apoio de setores de massas ao se apresentar como um processo que asseguraria democracia e prosperidade.

1.9. A postura do Solidarnosc diante do governo Mazowiecki e do Plano Balcerowicz

A postura do Solidarnosc diante do governo Mazowiecki e dos efeitos do Plano Balcerowicz marcou significativamente a política polonesa pós-restauração capitalista, valendo dedicar algumas linhas ao tema.

Apesar do sucesso eleitoral, o Solidarnosc renascido a partir dos acordos da “Mesa Redonda” era muito menor que aquele de 1981, possuindo cerca de 2,2 milhões de membros, menos de 20% do que tivera em seu auge – muitos dos quais nem sequer

pagavam suas cotas de filiados. Essa redução drástica pode ser explicada por fatores como a descrença da população em mudanças, após tantos anos de piora das condições de vida, e também por receio de um novo recrudescimento do regime após um período de aparente liberalização, como já ocorrera em 1956 e 1981.⁹⁴¹

Mas havia outros fatores de peso, em especial a própria estratégia da liderança do Solidariedade, que não almejava um sindicato forte, bem enraizado na classe trabalhadora, já que isso significaria estimular a organização coletiva e geraria risco de mobilizações dessa classe em defesa de seus próprios interesses, ameaçando a restauração do capitalismo.⁹⁴² Como o próprio Walesa declarou, em 1989: “Não podemos ter um sindicato forte enquanto não tivermos uma economia forte” e “Não iremos alcançar a Europa se construirmos um sindicato forte”.⁹⁴³

Outro fator relevante é que o foco do Solidariedade em defender as reformas pró-mercado levou ao quase abandono completo de toda e qualquer pauta econômica e laboral em favor dos trabalhadores. Por mais que houvesse setores minoritários contrários a tais rumos, conforme aponta Ost, as divisões principais no interior do Solidariedade giravam em torno de outros eixos, predominando um sólido acordo em torno das reformas de mercado, da restauração do capitalismo e da agenda neoliberal.

Havia dois eixos principais de discórdia. Entre liberais seculares e conservadores cristãos, em torno de questões de direitos civis (como o direito ao aborto) e do papel da religião na política e na sociedade. E entre os que defendiam usar os sindicatos como órgãos administrativos, no sentido de co-gestores para aplicação das (contra) reformas no interior das empresas, e os que defendiam usá-los para mobilizar os trabalhadores contra os “maus gestores” (especialmente aqueles oriundos da *nomenklatura*), vistos como entraves para tais reformas.

Essa última divisão acabou por se ampliar para uma divisão entre liberais, que defendiam ignorar a crescente raiva do proletariado com os efeitos das reformas, e aquilo que a literatura liberal nomeia de “populistas de direita”, que defendiam canalizar tal raiva para alvos como os “comunistas”, ou mesmo os gestores neoliberais, como forma de desviá-las das (contra) reformas propriamente ditas, abraçando o conservadorismo cristão

⁹⁴¹ Cf. OST, David. *Solidarity and the politics of anti-politics*, op. cit., p. 213 e 220; OST, David. *The Defeat of Solidarity*, op. cit., p. 53.

⁹⁴² Cf. OST, David. *Solidarity and the politics of anti-politics*, op. cit., p. 220; OST, David. *The Defeat of Solidarity*, op. cit., p. 53.

⁹⁴³ Apud OST, David. *The Defeat of Solidarity*, op. cit., p. 53.

e sentimentos nacionalistas – donde eles se automecarem “nacionalistas”.⁹⁴⁴ Uma caracterização mais precisa seria de demagogos reacionários.

Devido a tais orientações, desde sua volta à legalidade, em abril de 1989, o Solidariedade focou a atuação de seus quadros em tentar convencer suas bases de que a tarefa do momento era fazer as reformas darem certo, cooperando com os gestores e diretores de empresas. Em paralelo, o governo Mazowiecki buscou acelerar ao máximo a aplicação das reformas, antes que a insatisfação crescente assumisse uma forma organizada que as colocasse em risco – donde a “terapia de choque”.⁹⁴⁵

Apesar da defesa intransigente das reformas, o Solidariedade tentou manter certa independência do governo. Walesa e outros quadros não assumiram cargos e, ao invés, se dedicaram a consolidar a reconstrução da organização, buscando centralizar ao máximo seu comando – Walesa chegou a tomar o controle do editorial do semanário nacional do Solidariedade, contra a vontade de seus membros. Nesse sentido, o Solidariedade chegou até a fazer críticas a Sachs, co-autor do Plano Balcerowicz.

Não obstante, muitos “especialistas” do Solidariedade foram absorvidos pelo governo, minando qualquer possibilidade de independência real. E a organização atuou sistematicamente na defesa do Plano, apresentando-o às suas bases como a solução para os grandes problemas do país, ainda que sem dar detalhes de seu conteúdo, e também pressionou os parlamentares eleitos por seu “Comitê de Cidadãos” a aprová-lo rapidamente, sem muito debate.⁹⁴⁶

O foco na implementação das reformas e em evitar qualquer mobilização proletária era tanto que, ao longo de 1989, o Solidariedade não organizou nenhuma demonstração pública nos tradicionais aniversários das greves de 1970 e dos acordos de Gdańsk. Seu 2º Congresso Nacional, realizado em abril de 1990, não debateu questões econômicas, e Walesa falou abertamente contra levantar demandas salariais. Tal Congresso, ademais, aprovou um novo programa, explicitamente pró-capitalista.⁹⁴⁷

1.10. As primeiras mobilizações proletárias e a eleição de Walesa à Presidência

Em um primeiro momento, o Plano Balcerowicz conseguiu segurar a inflação,

⁹⁴⁴ Cf. OST, David. *Solidarity and the politics of anti-politics*, op. cit., p. 214; OST, David. *The Defeat of Solidarity*, op. cit., p. 50-52.

⁹⁴⁵ Cf. OST, David. *The Defeat of Solidarity*, op. cit., p. 53.

⁹⁴⁶ Cf. OST, David. *Solidarity and the politics of anti-politics*, op. cit., p. 220; OST, David. *The Defeat of Solidarity*, op. cit., p. 55-57.

⁹⁴⁷ Cf. OST, David. *The Defeat of Solidarity*, op. cit., p. 55-56 e 61.

reverter a escassez, estabilizar a moeda e atrair significativo investimento estrangeiro.⁹⁴⁸ Refletindo os efeitos imediatos positivos (e também a falta de debate público acerca das medidas adotadas), uma pesquisa de opinião realizada em janeiro de 1990 indicou que 42% apoiava o Plano, 9% não apoiava e 40% não soube opinar.⁹⁴⁹

Dando prosseguimento à “terapia de choque”, em 1º agosto de 1990 foi aprovada a “Lei de Privatização das Empresas Estatais”, que visava a reduzir ao máximo a propriedade estatal, e também um “Ministério das Privatizações”, para levar o processo a cabo.⁹⁵⁰ Porém, como destaca Hardy, o Plano teve um enorme custo social, ao transferir uma parte da renda dos trabalhadores para os novos empresários: entre 1989-91, o emprego no setor público caiu 14%, a produção 24%, o desemprego atingiu 8,4% e a renda média nacional caiu a até 50%.⁹⁵¹ Ao longo dos anos seguintes, os efeitos da restauração foram ainda mais drásticos, sobretudo a queda abrupta do padrão de vida da classe trabalhadora, devido ao desmonte de todo o aparato social, que fornecia habitação, alimentação, saúde, educação e transporte, além do aumento do desemprego e da desigualdade social.

As primeiras respostas vieram justamente no mês em que ocorreu o 2º Congresso do Solidariedade, abril de 1990. Os ferroviários, setor que tradicionalmente tinha uma série de benefícios para evitar que entrasse em greve, iniciaram agitações por melhorias salariais, uma vez que não se beneficiaram dos aumentos dados aos setores que paralisaram em agosto de 1989.

O Solidariedade respondeu com simpatia, mas tentou converter a demanda de aumento salarial em demandas por reestruturação da empresa, para substituir antigos gestores. Assim, líderes do Solidariedade foram ao Primeiro-ministro solicitar, em nome da categoria, novas eleições de gestores, substituição do diretor da empresa e um bônus, no lugar do aumento desejado.

A base da categoria não gostou da atitude e uma greve de fome foi iniciada por alguns ferroviários em Slupsk, culminando em uma greve local. Apesar de o Solidariedade ter conseguido manter tal greve isolada, com o argumento de que ela atrapalharia as eleições locais (previstas para maio) estava claro que era necessário fazer algo com a crescente insatisfação do proletariado.⁹⁵²

⁹⁴⁸ Cf. HARDY, Jane. *Op. cit.*, p. 28-29.

⁹⁴⁹ Cf. OST, David. *The Defeat of Solidarity*, *op. cit.*, p. 61.

⁹⁵⁰ Cf. GOMULKA, Stanisław. *Op. cit.*, p. 1003.

⁹⁵¹ Cf. HARDY, Jane. *Op. cit.*, p. 28-29.

⁹⁵² Cf. OST, David. *The Defeat of Solidarity*, *op. cit.*, p. 61-62.

Nesse contexto, Walesa colocou toda a máquina do Solidariedade a serviço de uma campanha pela antecipação das eleições presidenciais e de criticar os efeitos das (contra) reformas sobre as condições de vida dos trabalhadores – mas não na forma de uma oposição às reformas em si, e sim de oposição ao governo, por ser muito “elitista”, “internacionalista” e “secular”. O problema, portanto, seria o liberalismo político do governo, que supostamente estaria impedindo o capitalismo de “emergir”, e a solução seria acelerar as reformas e mudar os responsáveis por sua aplicação. Essa campanha foi a base da formação de uma vertente política autodenominado “nacionalista”.

Após a vitória do “Comitê de Cidadãos” nas eleições locais de maio, ocorreu a queda dos ministros que vieram do PZPR, em julho, e uma reforma constitucional foi aprovada em outubro, antecipando as eleições presidenciais para novembro. Durante a campanha para Presidente, o “Comitê de Cidadãos” rachou, com os liberais apoiando a candidatura de Mazowiecki (entre os quais Bujak, Michnik e Kuron) e os “nacionalistas” a de Walesa, que ganhou em segundo turno, contra um desconhecido empreendedor polonês-canadense, Stanisław Tymiński. No ano seguinte, a vertente “nacionalista”, apesar de ter se fragmentado em vários partidos, entre os quais o “Acordo de Centro”, de Walesa, conseguiu maioria nas eleições parlamentares e formou o novo governo, a partir da aliança entre tais partidos.⁹⁵³

Encabeçado por Jan Olszewski, tal governo durou apenas cinco meses, entre dezembro de 1991 e junho de 1992, mas ajudou a consolidar uma narrativa de que todos os problemas do país decorriam da permanência dos “comunistas” em boa parte do aparato administrativo estatal e empresarial, e que a solução seria a “de-comunistização” definitiva do país. O clima macartista de “caça às bruxas” não tardou a incluir liberais seculares entre seus alvos e a construir uma série de teorias da conspiração, levando à divulgação de uma lista de supostos colaboradores do regime “comunista”, que incluía até mesmo Walesa e muitos membros do Solidariedade. O caso da lista levou à queda do governo Olszewski e à escolha de Hanna Suchocka, para encabeçar um gabinete de unidade entre “liberais” e “nacionalistas”.⁹⁵⁴

O governo Suchocka, todavia, também teve vida curta, devido à explosão de numerosas greves no verão de 1992. Para não perder sua base para a OPZZ e o Solidariedade-80, que tomaram a frente dessas mobilizações, o Solidariedade precisou dar

⁹⁵³ Cf. *Ibid.*, p. 70.

⁹⁵⁴ Cf. *Ibid.*, p. 70-71.

um giro e assumir uma postura combativa, demandando do governo um novo orçamento que incluísse aumentos salariais.

Diante da recusa dos ministros, Walesa dissolveu o parlamento em maio de 1993 e convocou novas eleições, que acabaram levando à vitória da coalização social-liberal “Aliança Democrática de Esquerda”, encabeçada pelos partidos advindos da dissolução do PZPR. Diante do novo governo, o Solidariedade e os novos partidos a ele associados reforçaram a postura macartista e anti-comunista, de denunciar os problemas do país como fruto da permanência dos “comunistas” no poder.⁹⁵⁵

Segundo Ost, essa postura do Solidariedade, de tentar desviar a insatisfação proletária com os efeitos das reformas de mercado para alvos políticos e de manter o movimento sindical enfraquecido, teria ajudado a empurrar a política polonesa para vias “iliberais”, culminando na hegemonia de um “populismo de direita” nos anos 1990 – isto é, de forças demagógicas reacionárias.⁹⁵⁶

Atualmente essa hegemonia assume formas ainda mais agudas, com a disputa principal se dando entre um polo demagógico-reacionário, representado sobretudo pelo governo do “Lei e Justiça” (PiS) – partido herdeiro do “Acordo de Centro” de Walesa – e um polo fascista, formado por uma miríade de organizações extra-parlamentares com certa influência de massas.

Certamente, o total descrédito das ideias socialistas, após décadas de falsificação e vilipêndio destas por parte do regime stalinista, bem como os efeitos sociais catastróficos da restauração capitalista capitaneada pelo Solidariedade, estão na base da atual força da extrema-direita polonesa.

2. A restauração na RDA através da absorção pela RFA

A situação econômica da RDA nos anos 1980 era parecida com a da Polônia dos anos 1970. Por mais que assegurasse uma boa condição de moradia e consumo a seus habitantes, tendo se tornado um dos países mais industrializados do mundo nos anos 1970, a partir de meados de tal década em diante tal condição passou a ser mantida com base em pesados subsídios e um crescente endividamento externo, uma vez que o isolamento internacional, a gestão burocrática da propriedade social e a incapacidade de transitar a um modelo de crescimento intensivo vinham impedindo o regime de manter uma contínua

⁹⁵⁵ Cf. *Ibid.*, p. 78-79.

⁹⁵⁶ Cf. *Ibid.*, p. 37-38, 56 e 60.

elevação do padrão de vida da população. Isso, ao nosso ver, confirma os prognósticos da teoria do Estado operário burocratizado sobre a burocracia se tornar um freio ao desenvolvimento das forças produtivas.

Ao longo dos anos 1970, os preços das suas exportações subiram 17%, ao passo que o das suas importações subiram 34%. Em 1982, os subsídios eram de mais de 16 bilhões de marcos orientais, os quais subiram para mais de 40 bilhões em 1985. Em 1981, a RDA era o 2º país mais endividado do “bloco soviético”, atrás apenas da própria Polônia – consequência da subida dos juros após os choques do petróleo e da redução dos subsídios da URSS ao COMECON. Tal dívida, em moeda forte, era paga através da exportação de produtos manufaturados, por vezes abaixo dos seus custos de produção, já que o maquinário industrial defasado os tornava pouco competitivos.⁹⁵⁷

Conforme os credores da RDA começaram a reter novos empréstimos, temerosos de que o país caminhava para a insolubilidade, foram acordos com a RFA que deram alguma sobrevida à política de subsídios do regime. Tais acordos envolviam acesso aos mercados da Comunidade Econômica Europeia sem custos e milhões de marcos por ano na forma de tarifas pagas por diversas atividades, como uso de estradas e serviços postais da RDA e até mesmo libertação de presos políticos.

Essa relação da RFA com a RDA era uma continuação da *ostpolitik*, estratégia aplicada por Willi Brandt entre 1969-74, para supostamente “humanizar” a divisão da Alemanha, mas que tinha o importante efeito de criar vínculos e dependências crescentes entre os dois países, o que poderia permitir uma absorção da RDA pela RFA em algum momento no futuro. É isso que explica ter sido um político conservador, Franz Joseph Strauss (Ministro-presidente da Bavária), quem negociou um grande empréstimo da RFA à RDA em 1983-84, na ordem de 3 bilhões de marcos, inclusive com garantia do governo da RFA aos bancos envolvidos.⁹⁵⁸

À frente do regime da RDA nos anos 1980 estava Erich Honecker, um representante da ala conservadora do PC local, o “Partido Socialista Unificado da Alemanha” (SED), que assumira os cargos de Ulbricht em 1971, após o fracasso das suas tentativas de aperfeiçoar o sistema econômico (em 1963 e 1968). Por conta das suas posições políticas e da aparente “boa situação” da RDA, no sentido de assegurar consumo

⁹⁵⁷ Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A Reunificação da Alemanha*. [1992] São Paulo: Editora da UNESP, 2009, 131-134 e 208; SECCO, Lincoln. *História da União Soviética*. Uma Introdução. São Paulo: Maria Antonia, 2020, p. 91-92.

⁹⁵⁸ Cf. *Ibid.*, p. 134-135 e BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 399.

à população, Honecker não via com bons olhos as mudanças promovidas por Gorbachev na URSS. No que dependesse dele, não haveria reformas políticas e econômicas em seu país. Conforme perguntou sarcasticamente em certa ocasião, “Vocês preferem *perestroika* ou prateleiras cheias?”. Gorbachev, por sua vez, tampouco via Honecker com bons olhos, e fazia críticas públicas implícitas a ele e sua resistência a reformas.⁹⁵⁹

Em março de 1988, Honecker partiu para o confronto aberto com Gorbachev, fazendo circular na imprensa da RDA a carta de Nina Andreeva contra a *perestroika* e endurecendo a censura ao que vinha da URSS. Isso não só gerou indignação nas bases do próprio SED, que vinham se tornando cada vez mais simpáticas às reformas de Gorbachev, como foi também a “gota d’água” para a cúpula da URSS. A KGB passou a articular sua remoção, com auxílio de membros da própria Stasi (“Serviço de Segurança do Estado”, a polícia política da RDA). Gorbachev e seus aliados tinham ainda outros motivos para desejar a remoção de Honecker, em especial negociar uma reunificação com a RFA, conforme se verá adiante. Mas o determinante para sua queda foi o surgimento de uma crescente mobilização popular de oposição, que pôs o regime contra a parede.⁹⁶⁰

2.1. 1989: o fortalecimento da oposição e o crescente êxodo para a RFA

Prateleiras cheias e nem mesmo todo o poder da Stasi impediram que notícias sobre as reformas na URSS, bem como sobre as mudanças muito mais profundas em curso na Polônia e Hungria, chegassem aos alemães orientais, através principalmente dos sinais de rádio e TV vindos da RFA. Tais meios, ademais, os bombardeavam com uma imagem idílica da vida sob o capitalismo, igualado a prosperidade material e democracia. Assim, foi inevitável certo fortalecimento da oposição, ocorrido ao longo da segunda metade dos anos 1980 e, principalmente, no tumultuado ano de 1989, quando todo o bloco soviético foi chacoalhado pela entrada em cena de fortes forças oposicionistas.

Desde o começo dos anos 1980, grupos católicos e luteranos já vinham se organizando publicamente na RDA e, inclusive, realizando modestos protestos de rua, em torno das pautas de defesa de direitos humanos e civis e também da “paz mundial” (contra a corrida armamentista). O regime passou a tolerá-los em alguma medida, buscando instrumentalizá-los para propaganda contra a OTAN. Porém, eles foram fundamentais para a rápida expansão da oposição secular e anticomunista ao fim da década.⁹⁶¹

⁹⁵⁹ Cf. *Ibid.*, p. 536; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Op. cit.*, p. 143-144 e 151-152.

⁹⁶⁰ Cf. *Ibid.*, p. 151-152.

⁹⁶¹ Cf. *Ibid.*, p. 148-149; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 534-538.

O desgaste do regime atingiu seu pico em 1989, especialmente no segundo semestre. O contexto era marcado, de um lado, pelas profundas mudanças em curso na URSS, Hungria e, sobretudo, na Polônia, e, de outro, pela negativa do regime da RDA em fazer reformas e pela enorme insatisfação da população com as eleições locais de 7 maio daquele ano, as quais a oposição cristã e algumas associações civis acusaram de terem sido fraudadas para favorecer o SED. Enquanto o regime alegou 98,77% de comparecimento e 98,85% de votos para seus candidatos, a oposição apresentou provas de que a abstenção fora de ao menos 10% e a quantidade de votos nulos também.⁹⁶² Ademais, em junho ocorreu a repressão aos protestos de oposição na China (o “Massacre da Praça da Paz Celestial”), os quais foram publicamente saudados pela cúpula da RDA.

A soma desses fatores levou ao surgimento de novos grupos de oposição, que passaram a atuar de forma cada vez mais aberta, à realização de frequentes e cada vez mais massivas manifestações de rua, bem como a um crescente êxodo em direção à RFA, que, tal qual ocorrera nos anos 1950, abalou profundamente a sua economia.

Entre maio e junho de 1989, o regime húngaro desmontou as cercas na sua fronteira com a Áustria. No dia 19 de julho, por iniciativa conjunta dos governos dos dois países, foi realizado um “Piquenique Pan-europeu”, durante o qual cerca de 700 a 900 alemães da RDA aproveitaram para cruzar para a Áustria e, de lá, para a RFA. Isso levou a uma pressão crescente dentro da RDA pelo direito de trânsito entre as duas Alemanhas.

Cerca de 100 mil alemães orientais viajaram para a Hungria até 10 de setembro, onde alguns milhares acamparam na embaixada da RFA, em Budapeste, requisitando asilo. Em tal data, o regime húngaro lhes permitiu cruzarem para a Áustria. Algo semelhante ocorreu na Tchecoslováquia no mesmo período, criando pressão adicional sobre um regime que, tal qual o da RDA, vinha negando a realização de reformas. Não conseguindo mais reter o êxodo, o governo da RDA chegou a disponibilizar, entre 1 e 8 de outubro, 14 trens para os que desejassem emigrar, os quais transportaram cerca de 12 mil pessoas até a Bavária. Até a queda do Muro de Berlim, em novembro, cerca de 225 mil já haviam deixado a RDA, número que chegou a 350 mil até o fim de 1989.⁹⁶³

Após as denúncias de fraude nas eleições de 7 de maio, grupos de oposição em Berlim passaram a organizar protestos no dia 7 de cada mês, para manter a denúncia viva.

⁹⁶² Cf. HAWLEY, Charles. 99 Percent for the Communists. How the End of East Germany Began. In *Spiegel International*, 07/05/2009. Disponível em <https://www.spiegel.de/international/germany/99-percent-for-the-communists-how-the-end-of-east-germany-began-a-623492.html>. Acessado em 18/04/2020.

⁹⁶³ Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Op. cit.*, p. 170 e 188-189; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 536.

Os protestos de rua ganharam maior impulso no dia 4 de setembro, quando teve início, em Leipzig, as “manifestações das segundas-feiras”, que se repetiram semanalmente nesta e em outras cidades, agregando cada vez mais gente. Elas foram inspiradas em reuniões religiosas promovidas na cidade pela oposição luterana desde o início dos anos 1980, pela paz e contra a corrida armamentista, e foram iniciadas em repúdio à repressão realizada a uma dessas atividades.⁹⁶⁴

Com demandas por democracia e liberdade de trânsito entre as duas Alemanhas, as “manifestações das segundas-feiras” rapidamente cresceram, atingindo cerca de 10 mil pessoas em 2 de outubro e, depois, escalando para centenas de milhares: cerca de 120 a 130 mil em 9 e 16 de outubro, 300 mil em 23 e 30 de outubro e meio milhão em 6 de novembro. Nesses protestos, predominava a palavra de ordem “Nós somos o povo”. Os protestos de oposição estavam se tornando tão intensos que se fizeram presentes durante os festejos pelo 40º aniversário da RDA, em 7 de outubro. Na ocasião, Gorbachev visitou o país, e multidões o saudaram em Berlim, aos gritos de “Gorbi, Gorbi, Gorbi!”.⁹⁶⁵

Entre os grupos opositores surgidos em 1989 o que mais se destacou foi o “Novo Fórum”, fundado em 9 de setembro. Seu curto manifesto de lançamento, “Partida 89”, era assinado por 30 nomes, alguns dos quais eram dissidentes já conhecidos, ou parentes. Ele não continha um programa claro, limitando-se à demanda de abertura de um “diálogo democrático” entre o regime e a sociedade, para o qual o grupo se apresentava enquanto uma plataforma de mediação.⁹⁶⁶

Graças à ajuda da oposição cristã na difusão do manifesto, após dez dias o “Novo Fórum” já possuía presença em onze dos quinze distritos da RDA e tinha somado cerca de três mil assinaturas, com força principalmente em Berlim e Leipzig. Ele criou diversos “grupos de trabalho” locais e nacionais para debater uma variedade de temas e participou ativamente da organização dos protestos de rua ao longo dos meses seguintes, estruturando uma direção nacional a partir de delegados eleitos na base. Ao final do ano, as assinaturas totalizaram 200 mil e seus membros ativos eram cerca de 10 mil.

Na prática, conforme aponta Lothar Probst, o “Novo Fórum” era um guarda-chuva que reunia diversos grupos opositores. Seus pontos de unidade, conforme expresso por alguns de seus fundadores, era a democratização do regime, um sistema eleitoral

⁹⁶⁴ Cf. BEREND, Ivan. *Op. cit.*, p. 394.

⁹⁶⁵ Cf. *Ibid.*; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Op. cit.*, p. 158; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 537.

⁹⁶⁶ Um fac-símile e uma transcrição (em alemão) do manifesto encontram-se disponíveis em <https://www.jugendopposition.de/node/151133?guid=922>. Acessado em 16/06/2020.

competitivo, o direito de viagem e reformas econômicas. A ausência de um programa claro foi inicialmente seu ponto forte, ao permitir uma grande adesão, mas logo se tornou também seu ponto fraco, junto com o fato dele não reverberar as cada vez mais fortes demandas dos manifestantes em prol da reunificação alemã e contra o socialismo (ainda que tampouco se apresentasse como a favor). Apesar de se colocar formalmente dentro da legalidade constitucional, no dia 25 de setembro o regime negou seu pedido para participar das eleições parlamentares (previstas para maio de 1990), alegando que não havia necessidade uma tal “plataforma mediadora”.⁹⁶⁷

Além do “Novo Fórum”, vários outros grupos menores surgiram, alguns de inclinação liberal, favoráveis a uma restauração do capitalismo através da reunificação nacional, outros favoráveis ao socialismo, ainda que sob a forma de um “socialismo de mercado” (manutenção da propriedade social, mas regulada por relações de mercado, combinada a manutenção de medidas de bem-estar). Entre as forças mais à esquerda e pró-socialistas estava a “Esquerda Unida”, um agrupamento heterogêneo, fundado em outubro, a partir da unificação de várias forças, que incluía socialistas cristãos, defensores do modelo iugoslavo de “autogestão”, membros de base do SED e até mesmo trotskistas.⁹⁶⁸

As forças à esquerda, contudo, eram formadas principalmente por jovens intelectuais e não tinham um enraizamento entre as massas. Por mais que ajudassem na convocação das manifestações, não estavam de fato em sua liderança. Ademais, foram rapidamente suplantadas pelas forças abertamente pró-capitalistas, que cresceram rapidamente graças ao financiamento por partidos e grupos aliados na RFA e pela maior sintonia com as ilusões dos manifestantes em um retorno ao capitalismo.

2.2 A queda de Honecker

Luiz Alberto Moniz Bandeira aponta que, apesar do *Politburo* do SED aparentar unidade ao redor de Honecker e sua oposição a reformas, figuras importantes temiam que ele estaria conduzindo o país a uma explosão social – especialmente pelo fato de setores do regime estarem defendendo uma repressão generalizada aos crescentes protestos, o

⁹⁶⁷ Este e os parágrafos anteriores, cf. PROBST, Lothar. “Neues Forum (Forum)”. In DECKER, Frank; NEU, Viola Neu (org.). *Handbuch der deutschen Parteien*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2007, p. 347-351; OPPOSITION Forms in East Germany. *New York Times*, 20 September 1989.

⁹⁶⁸ Para uma tradução ao inglês do seu manifesto de fundação, o “Apelo de Böhlen por uma Esquerda Unida” ver UNITY for a socialista alternative. *International Viewpoint* n. 172, Oct. 1989, p. 28.

que culminaria em um enorme banho de sangue. Ademais, em junho de 1989, Gorbachev deixara claro que a URSS não interviria para salvar o SED caso a situação saísse de seu controle.⁹⁶⁹

Entre os descontentes com os rumos impostos por Honecker constavam alguns dos homens mais poderosos do regime, como Erich Mielke, Ministro da Segurança do Estado e, portanto, chefe da Stasi, e Egon Krenz, responsável por segurança no *Politburo* e vice de Honecker no Conselho de Estado. Foram eles que articularam seu afastamento, realizado em 18 de outubro, através de um pedido apresentado por Willi Stoph, Primeiro-ministro, ao *Politburo*. Honecker estava doente, o que fornecia um pretexto público.

Para impedir qualquer reação sua e assegurar a unidade do *Politburo*, Mielke havia preparado um dossiê que supostamente demonstrava “cooperação” de Honecker com a Gestapo, quando fora preso nos tempos da Resistência, mas sequer foi preciso divulgá-lo, pois ele recuou ao vê-lo. Seus postos à frente do partido e do Estado foram assumidos por Krenz, ao passo que Stoph seguiu à frente do gabinete ministerial (que, na prática, era quase simbólico, não tendo autonomia frente ao *Politburo* do SED). Apesar da queda de Honecker, não se tratava de uma mudança em relação à oposição às reformas – Krenz e Stoph eram também conservadores.⁹⁷⁰ Assim, apesar de as manifestações de oposição ao regime terem tido um papel importante na queda de Honecker, esta não representou uma concessão às massas e suas demandas por democracia e liberdade de trânsito.

2.3. A posição da URSS em relação à RDA

Apesar do discurso oficial de Gorbachev, de “não interferência” nos demais países do “bloco soviético”, houve participação direta da URSS na queda de Honecker e em eventos posteriores envolvendo mudanças na RDA. O país era uma peça-chave na nova política externa da URSS e, por isso, era necessário que houvesse certo alinhamento entre as duas cúpulas.

A burocracia da URSS nunca desejara a criação da RDA. Em março de 1952, Stalin tentou negociar uma unificação que criasse uma Alemanha não-alinhada (“neutra”), preferível a ter um enclave das potências imperialistas colado em suas fronteiras e ainda ter que sustentar militar e economicamente um retalho de país, que saíra da Segunda Guerra Mundial em ruínas. Após sua morte, os novos dirigentes mantiveram

⁹⁶⁹ Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Op. cit.*, p. 151-152 e 163-164.

⁹⁷⁰ Cf. *Ibid.*, p. 155-159.

a mesma linha, reforçada em uma decisão do Conselho de Ministros de maio de 1953, adotada por iniciativa de Beria, e mantida após sua eliminação, através de tentativas de negociação com as demais potências.⁹⁷¹

O tema da reunificação foi deixado de lado por certo tempo, especialmente durante os anos 1960, marcados por um exagerado otimismo do regime soviético nas capacidades econômicas da URSS. Já sob Gorbachev, ele retornou à pauta, uma vez que a reunificação era encarada como um passo essencial na desconstrução da bipolaridade geopolítica e à construção da “Casa Comum Europeia”, bem como para o alívio dos gastos da URSS com o “bloco soviético”. Seu projeto visava não à dissolução imediata da RDA, mas à construção de uma federação não-alinhada e desmilitarizada, como primeiro passo de um processo gradual para uma reunificação. Assim, a aversão de Honecker às reformas e sua oposição à Gorbachev eram um problema – inclusive para questões mais “práticas”, como a aproximação da URSS com a RFA para obtenção de empréstimos.⁹⁷²

Apesar de Moscou ter prontamente apoiado Krenz, o nome desejado por Gorbachev para assumir o comando político do país era Hans Modrow, alguém aberto a reformas e que, apesar de pertencer ao CC do SED, não tinha associação pública à clique governante. Ao longo do mês de outubro, enquanto os protestos de oposição seguiram aumentando, a KGB e setores da Stasi promoveram o nome de Modrow na imprensa ocidental como um possível sucessor de Krenz. Ele posteriormente foi nomeado ao *Politburo* e ao cargo de Primeiro-ministro, em novembro, quando o regime se viu forçado a assumir uma via de reformas, ainda que limitadas.⁹⁷³

2.4. A queda do Muro de Berlim e o giro do regime para reformas limitadas

Com a remoção de Honecker, a ameaça de uma guerra civil foi afastada, mas não o descontentamento popular. Krenz era sabidamente um conservador, e havia tido participação ativa na fraude das eleições de maio, além de ter publicamente apoiado a supressão dos protestos na China, em junho. Sua nomeação como Secretário-geral do SED já havia gerado forte indignação da oposição e dos setores reformadores da base do partido, de forma que sua nomeação, em 24 de outubro, para a chefia do Conselho de Estado e do Conselho de Defesa Nacional foram como jogar gasolina no fogo.⁹⁷⁴

⁹⁷¹ Cf. *Ibid.*, p. 104-106, 108-110 e 113.

⁹⁷² Cf. *Ibid.*, p. 117, 154 e 175.

⁹⁷³ Cf. *Ibid.*, p. 166-167.

⁹⁷⁴ Cf. *Ibid.*, p. 164-165.

Diante dos crescentes protestos, na sua reunião do dia 3 de novembro o *Politburo* decidiu liberar a passagem para a RFA dos cerca de 6 mil alemães orientais que se encontravam na embaixada de Praga, na Tchecoslováquia, cujo regime vinha pressionando a cúpula da RDA para tomar uma atitude. Na mesma reunião, 5 membros do órgão foram substituídos e tomou-se a decisão de realizar algumas reformas para tentar apaziguar a situação, a começar por mudanças no “Programa de Ação” do SED e da aprovação de uma nova lei de viagens, que permitiria a ausência do país por até 30 dias.

À noite, Krenz anunciou as decisões no rádio e TV, mas a vagueza das promessas de reformas e as limitações da prometida nova lei só insuflaram os ânimos dos que vinham se manifestando nas ruas. Uma grande manifestação já estava programada para ocorrer em Berlim no dia seguinte, e acabou concentrando de 250 a 500 mil pessoas. Günter Schabowski, membro do *Politburo* que vinha atuando como porta-voz do regime desde a remoção de Honecker, tentou discursar para multidão, mas foi intensamente vaiado.

No dia 5, mais de 40 cidades também tiveram protestos massivos, com demandas por direito irrestrito de viagem, pelo fim da Stasi, pela legalização do “Novo Fórum” e outros grupos de oposição e por eleições livres. Ademais, com a brecha aberta na Tchecoslováquia, cerca de 25 mil pessoas haviam emigrado em um único fim de semana. Devido à crescente pressão popular, no dia 7, Stoph e o conjunto do seu gabinete ministerial renunciaram. Stoph foi posteriormente substituído por Modrow, no dia 13.⁹⁷⁵

Foi meio a esse crescente caos que ocorreu a fatídica reunião do CC de 8 a 10 de novembro. No primeiro dia de reunião, cerca de 50 mil membros da base do SED protestaram em frente à sede do partido, demandando a realização de um Congresso Extraordinário, para aprovar reformas profundas e renovar a liderança. Em uma tentativa de concessão, o conjunto do *Politburo* renunciou e foi aprovada a legalização do “Novo Fórum”. No dia seguinte, um novo *Politburo* foi eleito, com uma composição que desagradou a Krenz, por ter membros reformadores (incluindo Modrow). Também nesse dia foi aprovada uma nova redação da lei de viagens, que removia muitas restrições.

Ao fim desse segundo dia de reunião, Schabowski foi a uma inédita conferência de imprensa televisionada ao vivo e, em meio a relatos de pouco interesse para os jornalistas, foi perguntado acerca da lei de viagens. Ao apresentar a nova redação de lei e ser perguntado sobre quando ela entraria em vigor, Schabowski, claramente desorientado, acabou por afirmar que ela teria validade “imediata”. Essa trapalhada

⁹⁷⁵ Cf. *Ibid.*, p. 168-169.

burocrática precipitou a queda do Muro de Berlim, uma vez que uma multidão de cerca de 300 mil pessoas se dirigiu gradualmente aos pontos de passagem para Berlim Ocidental ao longo da noite e, durante a madrugada, muitos começaram a demolir a estrutura de concreto que fazia parte do conjunto de cercas e arames farpados que cortavam Berlim desde 1961.⁹⁷⁶

No terceiro e último dia da reunião, em meio ao clima extremamente tenso causado pela queda do Muro, foram debatidas as mudanças no “Programa de Ação” do partido. Após intensas polêmicas, foi aprovada a redação do documento “Passos para renovar o socialismo e a RDA”. Seu objetivo era “dar ao socialismo da RDA uma nova dinâmica, com maior democracia”, tendo sido publicado no dia seguinte.

Ele incluía uma reforma no SED, com eleições competitivas aos cargos dirigentes, limite de tempo para os mandatos, estabelecimento de um teto para os salários dos funcionários e prioridade dos organismos eleitos sobre o aparato. Politicamente, previa a separação entre Estado e o SED, a não interferência na linha política da central sindical do país e demais organizações civis que integravam o regime, a legalização de organizações políticas “baseadas na Constituição”, a realização de eleições livres e a formação de um governo de coalizão. Economicamente, falava em promover uma “profunda reforma econômica”, mas sem clareza de seu conteúdo, para além da afirmação vaga e contraditória de que o objetivo seria uma “economia socialista planejada baseada em condições de mercado”, que deveria levar ao “equilíbrio entre desempenho econômico e social”, satisfazendo as necessidades da população, apresentando maior clareza acerca do cumprimento ou não das metas dos planos e acelerando a renovação tecnológica da indústria. Vale destacar que ele não incluiu nada sobre reunificação nacional, pois os conservadores consideravam “traição” meramente abordar o tema.⁹⁷⁷

2.5. A perda de poder do SED: o governo Modrow e a “Mesa Redonda” alemã

Percebendo que a situação estava saindo de controle, a URSS pressionou o SED a ir além nas promessas de reformas. Sua principal demanda foi que Modrow fosse

⁹⁷⁶ Cf. *Ibid.*, p. 170-171; BROWN, Archie. *Op. cit.*, p. 537.

⁹⁷⁷ Cf. HANS-HERMANN Hertle. 9th / 10th November 1989: Incapacity to act of the SED central committee. *Chronik der Mauer*. Disponível em <http://www.chronik-der-mauer.de/material/180373/hans-hermann-hertle-9-10-november-1989-handlungsunfaehigkeit-des-sed-zentralkomitees>. Acessado em 16/04/2020. O programa foi publicado em *Neues Deutschland*, v. 44, n. 266, p.1-2, 11-12 nov. 1989, disponível em https://www.rosalux.de/fileadmin/images/Dossiers/30_Jahre_89/Chronik_Wende/aktionsprogramm89.pdf. Acessado em 16/04/2020.

nomeado chefe de governo e que tivesse poderes reais, escolhendo seu gabinete e atuando de forma independente do *Politburo*. Tendo assumido no dia 13, Modrow deu existência real à “Frente Nacional” de partidos e organizações que compunham formalmente o governo⁹⁷⁸, formando um gabinete multipartidário. Os ministérios principais, contudo, ficaram com o SED, incluindo nove membros do gabinete de Stoph. Seguindo os desejos de Moscou, Modrow se empenhou em estabelecer uma “comunidade contratual” com a RFA.⁹⁷⁹

A situação econômica da RDA àquela altura era desesperadora, com um déficit de 12 bilhões de dólares, uma inflação oficial – certamente abaixo da real – de 12 a 15% ao ano e uma dívida externa de cerca de 20 bilhões (que chegaria a 26,5 bilhões em dezembro), cujos juros, de 4,5 bilhões, estavam consumindo cerca de 65% do que o país obtida com suas exportações. Ademais, com o fim das restrições de viagem, o êxodo já havia atingido 225 mil pessoas, prejudicando gravemente a economia, e produtos da RFA passaram a circular em número crescente na RDA, fazendo a especulação disparar.⁹⁸⁰

Diante desse contexto, bem como da possível derrota eleitoral da Democracia Cristã nas eleições de 1990 na RFA, o governo de Helmut Kohl abandonou a *ostpolitik* e adotou uma postura muito mais dura para com a RDA, visando a obter mais votos. No lugar de seguir exigindo mudanças na lei de viagens em troca de mais empréstimos, ele respondeu à proposta de “comunidade contratual” de Modrow falando em “reunificação” nacional.

Suas posições foram posteriormente sistematizadas em 28 de novembro, através de um “Programa de Dez Pontos” para a reunificação, que começaria na forma de uma “comunidade contratual” e evoluiria através da criação de estruturas de federação, até culminar na reunificação de fato. Como pré-condição, porém, era demandado o livre trânsito de pessoas para dentro e fora da RDA, o fim do “papel dirigente” do SED, a realização de eleições livres, a anistia para os prisioneiros políticos e o fim da “economia planejada burocrática”. É interessante notar que o Programa também garantia acesso à Comunidade Econômica Europeia para os demais países do “bloco soviético”, desde que

⁹⁷⁸ Criada em 1950 e dissolvida em 1990, a “Frente Nacional” na prática era subordinada ao SED. Ela era composta, ademais do SED, pelo “Partido Liberal-Democrático (LDPD), “União Democrata-Cristã” (CDU), “Partido Democrático dos Fazendeiros” (DBD) e “Partido Nacional-Democrático” (NDPD), além de diversas organizações civis, quase todas controladas diretamente pelo SED, como a central sindical do país (FDGB), dentre outras.

⁹⁷⁹ Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Op. cit.*, p. 176.

⁹⁸⁰ Cf. *Ibid.*, p. 170, 173 e 179.

também realizassem essas reformas políticas e econômicas.⁹⁸¹ Com iniciativa, a burguesia imperialista da RFA, através de grupos aliados na RDA, conseguir assumir a linha política das manifestações de oposição, que àquela altura já demandavam como ponto central a reunificação.

Apesar de não estar explícito no documento, a contrapartida envolveria grande ajuda financeira, através de um “Fundo de reconstrução europeia” no total de 2,5 bilhões de dólares, a serem destinados a empresários da RFA interessados em investirem na RDA, além da promessa de empréstimos a empresas da RDA com as mesmas taxas de juros praticadas na RFA. Mas, para isso, era demandado que a RDA aprovasse a formação de *joint ventures* e que facilitasse os trâmites administrativos para a realização de negócios com empresas estrangeiras.⁹⁸²

Nenhuma das potências mundiais, contudo, aprovou a proposta de Kohl. Conforme aponta Moniz Bandeira, para os EUA de George Bush, era fundamental assegurar o alinhamento da Alemanha à OTAN, para a Inglaterra de Margaret Thatcher e a França de François Mitterand, uma Alemanha reunificada seria uma ameaça considerável, dos pontos de vista econômico e militar. Já para a URSS de Gorbachev, era fundamental assegurar uma Alemanha não-alinhada, compensações financeiras maciças e compromisso para a construção da “Casa Comum Europeia”.⁹⁸³

Enquanto a RFA pressionava pela reunificação – que significaria, na prática, a absorção da RDA e a restauração do capitalismo – Modrow buscou apaziguar os ânimos da oposição. Ainda em novembro, a censura à imprensa foi relaxada e vieram à tona, nos próprios jornais oficiais do regime, uma série de denúncias contra antigos dirigentes e governantes, muitos dos quais ligados a Honecker, mostrando suas luxuosas casas e revelando seus elevados salários. Desde a formação do governo Modrow, uma comissão do parlamento vinha se dedicando a investigar casos de corrupção e a Procuradoria Geral do Estado chegou a denunciar e prender alguns desses burocratas.⁹⁸⁴

Mas a oposição não se satisfez com tal “limpeza” no topo do regime, e intensificou as manifestações de rua. Estas, no lugar da palavra de ordem original “Nós somos o

⁹⁸¹ Cf. *Ibid.*, p. 174 e 176; ZEHN-Punkte-Programm. *Wikipedia*. Disponível em <https://de.wikipedia.org/wiki/Zehn-Punkte-Programm>. Acessado em 15/04/2020.

⁹⁸² Cf. CLAMOR in The East: An Economic Proposal; Bonn Outlines Aid For East Germany. *New York Times*, 15 November 1989.

⁹⁸³ Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Op. cit.*, p. 176 e 195-196.

⁹⁸⁴ Cf. *Ibid.*, p. 177-178; CLAMOR in the East. Reports of Corruption in East Berlin Shock Even the Party Rank and File. *New York Times*, 25 November 1989.

povo”, passaram à “Nós somos um povo” e “Alemanha, pátria unida” (trecho do hino da RDA). Nesse contexto, a oposição adotou uma postura ofensiva: uma das mais destacadas organizações oposicionistas após o “Novo Fórum”, a “Democracia Já!”, passou a defender o estabelecimento de “Negociações de Mesa Redonda” entre o regime e a oposição, tal qual ocorrera na Polônia.⁹⁸⁵

Cedendo às pressões da oposição e da RFA, o governo Modrow aceitou abrir negociações formais com grupos opositores e realizar mudanças profundas. Em 1º de dezembro, o parlamento aprovou mudanças na Constituição que removeram a definição da RDA como um “país socialista” e aboliram o “papel dirigente” do SED. Foram ainda convocadas eleições livres, para 6 de maio de 1990 (posteriormente antecipadas para 18 de março).⁹⁸⁶

Ademais, no dia 3, os membros do *Politburo* e do CC renunciaram, por pressão dos novos Primeiro-secretários distritais, recém-eleitos pelas bases, tendo assumido a ala reformadora do SED, composta por jovens que defendiam as reformas de Gorbachev. Gregor Gysi, advogado de intelectuais dissidentes, assumiu como novo Secretário-geral. A nova liderança reformadora convocou o Congresso Extraordinário que as bases vinham demandando há meses, o qual ocorreu nos dias 8 e 9 do mesmo mês. Sob hegemonia dos reformadores, foram aprovadas duras críticas ao regime e à velha-guarda, e a decisão de mudar o nome do partido para “Partido do Socialismo Democrático” (PDS).

No dia 6, Krenz renunciou também a seus cargos como chefe de Estado, sendo substituído por Manfred Gerlach, do “Partido Liberal-Democrático”, na presidência do Conselho Nacional de Estado, ao passo que o Conselho Nacional de Defesa praticamente foi dissolvido, pela renúncia ou prisão de todos seus membros. No dia 8, Modrow concordou com demandas pela dissolução da Stasi, efetivada no dia 14. Em meio a essas mudanças, manifestantes começaram a invadir as sedes da Stasi e da polícia, que em alguns lugares também foram tomadas pelos governos locais, para impedir a destruição de documentos secretos.⁹⁸⁷

No dia 7 de dezembro ocorreu a primeira reunião da “Mesa Redonda Central”, composta por representantes do regime, sete grupos de oposição e mediadores ligados a entidades religiosas protestantes e católicas. As reuniões prosseguiram até 12 de março, e foram replicadas na forma de “mesas redondas” distritais e municipais. Tais

⁹⁸⁵ Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Op. cit.*, p. 179; BEREND, Ivan. *Op. cit.*, p. 395.

⁹⁸⁶ Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Op. cit.*, p. 177-178.

⁹⁸⁷ Cf. *Ibid.*, p. 177-178.

negociações resultaram em um rascunho de uma nova Constituição, de inspiração liberal-burguesa de tipo democrático-representativa, no compromisso de Modrow em dissolver a Stasi, e antecipar as eleições parlamentares para 18 de março de 1990.⁹⁸⁸

Mediante as reformas em curso, Kohl chegou a conceder certa ajuda financeira à RDA, mas longe de ser o suficiente para assegurar o retorno da estabilidade, e, em fevereiro de 1990, propôs a criação de uma “união econômico-monetária” entre as duas Alemanhas, com uma série de garantias à URSS, na forma de cooperação econômica e financeira.⁹⁸⁹

Nas eleições, a coalização vitoriosa foi a “Aliança pela Alemanha” (AfD), dirigida pela “União Democrata-Cristã” (CDU), com 40,05% dos votos. Em seguida veio o “Partido Social-Democrata” (refundado clandestinamente em 7 de outubro de 1989), com 21,88%. Junto a ele e aos liberais (que obtiveram 5,28%) foi formado o novo governo. O SED/PDS ficou em terceiro, com apenas 16,4%. Já a “Liga 90”, formada pelo Novo Fórum e outros grupos opositores que haviam sido proeminentes nas manifestações de 1989, obteve meros 2,9%.

Durante a campanha, os partidos demora-cristão e social-democrata da RFA ajudaram ideológica e materialmente suas contrapartes da RDA, defendendo-as na sua imprensa e enviando significativas remessas de dinheiro, bem com assessor e agitadores, para que eles pudessem crescer rapidamente.

Conforme aponta Moniz Bandeira, a vitória da AfD foi determinada pelo forte desejo popular por uma rápida reunificação, ao passo que o SED/PDS e a “Liga 90” defendiam a manutenção de uma RDA reformada e de uma confederação com a RFA.⁹⁹⁰

Sem o apoio militar da URSS, o controle do governo, do Estado e do SED, e com grandes massas protestando nas ruas, a burocracia viu sua ditadura ruir. Sob o comando de Lothar de Maizière, o novo chefe de governo da RDA, o que restara do aparato estatal criado nos anos 1950, através da liquidação das relações capitalistas, rumou para a restauração dessas mesmas relações e pela sua absorção pelo aparato burguês da RDA.

⁹⁸⁸ Cf. PETSCHOW, Annabelle. Der Runde Tisch. In *Lebendiges Museum Online*. Stiftung Haus der Geschichte der Bundesrepublik Deutschland. Disponível em: <http://www.hdg.de/lemo/kapitel/deutsche-einheit/weg-zur-einheit/der-runde-tisch.html>. Acessado em 18/04/2020; KLOTH, Hans Michael. Runder Tisch. Wer die Qual hat, hat die Wahl. In *Spiegel Geschichte*, 07/12/2009. Disponível em <https://www.spiegel.de/geschichte/20-jahre-runder-tisch-a-948636.html>. Acessado em 18/04/2020.

⁹⁸⁹ Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Op. cit.*, p. 180-181.

⁹⁹⁰ Cf. *Ibid.*, p. 182-186.

Pode-se afirmar que as mudanças constitucionais de dezembro de 1989, portanto, marcam a mudança qualitativa que permitiu o posterior triunfo da contrarrevolução pela restauração do capitalismo na RDA, as quais foram conduzidas, a partir da vitória eleitoral da AfD, por um governo abertamente restauracionista. Se a burocracia não reagiu, foi porque efetivamente não tinha mais como, dos pontos de vistas político e militar, e também porque, tal qual na Polônia (e outras partes do “bloco soviético”) setores não desprezíveis viam vantagens em uma restauração, como forma de converterem-se em proprietários privados.

Ao nosso ver, esses eventos confirmam os prognósticos da teoria do Estado operário burocratizado sobre o caráter heterogêneo e instável da burocracia, perpassada por uma série de conflitos de interesse, bem como sobre a inclinação de setores da burocracia a se converterem em burguesia e, portanto, atuarem por uma restauração capitalista.

2.6. O processo de restauração pela absorção da RDA pela RFA

Em 14 de março de 1990 começaram as chamadas negociações “Quatro + Dois”, envolvendo a URSS, EUA, França, Grã-Breanha e as duas Alemanhas. Com a vitória eleitoral do Afd, a URSS perdeu seu ponto de apoio e as negociações, na prática, viraram “cinco + um”, e os planos de Gorbachev para uma reunificação gradual e de uma Alemanha não-alinhada se tornaram inviáveis. Ainda assim, a URSS tinha direitos sobre a “zona de ocupação” estabelecida pelos acordos pós-Segunda Guerra, e poderia brear a reunificação.

Bush e Kohl aceitaram limitar, então, a jurisdição da OTAN dentro da Alemanha reunificada ao território da RFA e permitiram à URSS desocupar o território da RDA em um prazo de três a quatro anos, no qual as tropas da OTAN também deixariam o país. Outros pontos do acordo envolveram limitação das fronteiras, com abdicação da reivindicação sobre a Pomerânia e a Silésia, abdicação de incorporar as forças armadas da RDA, redução dos efetivos da nova Alemanha e não ter armas de destruição em massa.

Ademais, por volta de julho, Kohl barganhou empréstimos de 5 bilhões de marcos para URSS junto aos bancos da RFA, conseguindo enfim agradar à URSS. A essa quantia, somaram-se, ainda um fundo de 16 bilhões para custeio da manutenção e retirada das tropas da URSS no país e construção de habitações para elas por empresas da RFA. Somando a isso os gastos com recuperação do meio ambiente e multas pela parada de

construção de reatores de modelo soviético, a URSS recebeu um total de cerca de 28 bilhões de marcos para permitir a reunificação.⁹⁹¹

Antes da aprovação do tratado de reunificação, duas medidas importantes foram adotadas. A primeira foi a criação, em 17 de junho, da “Agência Truste” (*Treuhandanstalt*), que assumiu a responsabilidade das 8500 empresas e 2,4 milhões hectares de terras estatais, além das propriedades da Stasi, de parte do exército, habitações e farmácias. Após a reunificação, ela ainda se apoderou das propriedades dos antigos partidos e organizações de massa oficiais da RDA. Seu objetivo era privatizar tudo isso. Ela operou até 1994, quando foi dividida em outras agências responsáveis pela gestão do que ainda restara de empresas e propriedades públicas e que também levaram privatizações adiante. Dos cerca de 4 milhões de trabalhadores sob seu controle, cerca de 2,5 milhões ficaram desempregados.⁹⁹²

A segunda foi a entrada em vigor, em 1º de julho, de um tratado de união monetária (*Staatsvertrag*), que estendeu o marco ocidental à RDA. O câmbio oficial estabelecido favoreceu os cidadãos da RDA, elevando seus rendimentos, mas prejudicou suas empresas, que tinham apenas 33% da produtividade daquelas da RFA, equipamentos obsoletos e deteriorados e passaram a ter que pagar seus salários e dívidas em moeda forte, sendo que os consumidores preferiam comprar produtos da RFA.

Isso resultou em fechamento e demissões já em agosto, com cerca de 350 a 450 mil desempregados – aos quais, se somados os que estavam trabalhando apenas em tempo parcial, chegavam a 1,7 ou 1,8 milhões. Em 1991, já eram 1,5 milhões de desempregados. A situação não se tornou inteiramente catastrófica graças à extensão da seguridade social da RFA à RDA. Por outro lado, pequenas empresas comerciais e industriais foram criadas aos montes, chegando a quase 60 mil já em maio de 1990. Não surpreendentemente, uma pesquisa de opinião feita em 2015 entre alemães da antiga RDA indicou que 82% acreditava ter uma vida melhor antes da reunificação.⁹⁹³

Mesmo com o êxodo em massa para a RFA (além dos 344 mil em 1989, mais de 190 mil em 1990), as taxas de desemprego caíram, uma vez que a demanda explodiu, com a conquista do mercado consumidor da RDA. Com o *boom*, os capitais rapidamente tomaram as empresas da RDA. Mas nem tudo foi positivo para os capitalistas da RFA, pois a incorporação da RDA apresentou ao país uma série de problemas, de ordem legal

⁹⁹¹ Este e os parágrafos anteriores, cf. *Ibid.*, p. 196-199 e 202-203.

⁹⁹² Cf. *Ibid.*, p. 191.

⁹⁹³ Este e o parágrafo anterior, cf. *Ibid.*, p. 188-190; PELZ, William. *Op. cit.*, p. 210.

(como reivindicações por reinstituição de antigos proprietários expropriados), de infraestrutura industrial (muito deficitária na RDA, levando à retração dos investimentos) e de mão de obra (má qualificada e excedente em muitas das antigas estatais), além da falta de familiaridade dos gestores com os mecanismos de mercado.⁹⁹⁴

Ademais, dado o enorme alcance da Stasi, a RFA não pôde aproveitar a maior parte do pessoal da administração estatal da RDA e de suas forças armadas, de forma que o aparato estatal da RFA basicamente tomou a RDA, cujo próprio foi desmontado. Fora isso, o governo de coalização da AfD não pôde decidir sobre as negociações entre Kohl e Gorbachev e, por conta disso, começou a se desfazer a partir de julho. Seu último ato significativo foi a aprovação do tratado de reunificação, levando à incorporação da RDA à RFA em 3 de outubro de 1990.⁹⁹⁵

Dessa forma, a contrarrevolução restauracionista triunfou na RDA, tal qual ocorrera em outras partes do bloco soviético, através de uma forma de reação democrática, com os setores restauracionistas tendo se baseado nas ilusões das massas de que um retorno ao capitalismo significaria prosperidade material e democracia e conseguindo, assim, certo apoio popular para levar o processo à cabo. A questão da reunificação nacional cumpriu importante papel nessa reação democrática, uma vez que era uma demanda legítima, mas que foi instrumentalizada para realizar o retorno do capitalismo à Alemanha Oriental. Ao fim, décadas de regime stalinista degradaram a consciência das massas, convencendo-as de que viviam sob o socialismo, de forma que alguns setores passaram a rejeitar tal ideal e a almejar um retorno ao capitalismo.

Chegou a haver certa reação do proletariado alemão aos efeitos nocivos da restauração, em especial demissões em massa e cortes salariais. Ainda em julho de 1990, ocorreu uma greve de metalúrgicos na RDA, já em agosto, cerca de 45 mil trabalhadores de diferentes categorias, especialmente funcionários públicos, realizaram uma paralisação de 24h e, em novembro, foi a vez dos ferroviários pararem. Todas essas lutas tinham como demandas centrais garantias à manutenção dos empregos após a reunificação e aumentos salariais para compensar a crescente inflação.⁹⁹⁶

Após a reunificação, diante das demissões em massa, manifestações de trabalhadores começaram a ocorrer e expressar força crescente, gerando forte tensão

⁹⁹⁴ Cf. *Ibid.*, p. 190.

⁹⁹⁵ Cf. *Ibid.*, p. 191, 203 e 304.

⁹⁹⁶ Cf. LUNA, Ramón. Alemania. Después de la unidad, ¿qué? *Correo Internacional* n. 51, dic. 1990, p. 26-28; WARNING Strikes Hit 10 Cities in East Germany. *The New York Times*, Aug. 29, 1990; LUNA, Ramón. Alemania: ¿Restauración o revolución? *Correo Internacional* n. 47, mai. 1990, p. 8-15.

contra o governo Kohl. Um sentimento de traição perpassava as massas da antiga RDA, que havia acreditado que a restauração do capitalismo levaria a uma melhora das suas condições de vida. Contudo, após o assassinato do presidente da *Treuhandanstalt*, Detlev Rohwedder, em abril de 1991, as manifestações caíram em número e frequência, diante de uma ofensiva por “unidade nacional” que tomou conta da grande mídia empresarial e dos discursos governamentais. Algumas greves significativas ainda chegaram a ocorrer ao longo dos anos seguintes, com destaque para a forte greve do funcionalismo público de 1992, porém a classe trabalhadora alemã estava fragilizada diante das demissões em massa e piora das suas condições de vida. O triunfo da contrarrevolução restauracionista significara uma derrota histórica para o proletariado alemão que, ademais, estava ideologicamente desorientado, por ter rejeitado o ideal socialista e, ao mesmo tempo, se decepcionado com a vida sob o capitalismo.

3. Conclusão

O processo de colapso do bloco soviético e o triunfo de contrarrevoluções restauracionistas em seus países, tal qual em relação à URSS, impactou profundamente as forças socialistas da época, em particular os diferentes grupos do movimento trotskista internacional. Ao nosso ver, tal qual já afirmado na conclusão do capítulo anterior, eles confirmam aspectos centrais da teoria do Estado operário burocratizado em sua formulação original, ainda que elementos de ordem secundária tenham se mostrado equivocados em alguma medida.

A saber, a impossibilidade de construção do socialismo de forma nacionalmente isolada e inviabilidade histórica do stalinismo; o papel de freio ao desenvolvimento das forças produtivas desempenhado pela burocracia, ao impedir a gestão democrática da propriedade social; também o papel de correia de transmissão do imperialismo dentro do Estado operário, mais evidente com o endividamento externo e ingerência de órgãos financeiros imperialistas nas políticas internas dos Estados operários; a impossibilidade de uma autorreforma do regime burocrático, que dissolva o monopólio do poder político da burocracia; a necessidade de uma liderança marxista (trotskista) à frente da oposição ao stalinismo, para que ela assuma a forma de uma revolução política e possa triunfar; o surgimento de setores da burocracia interessados em se converterem em burguesia através da restauração das relações capitalistas; a necessidade de destruição do aparato estatal e construção de um Estado burguês para o triunfo da restauração; e a catástrofe social

decorrente da restauração.

Contudo, a forma de reação democrática assumida pela contrarrevolução, que prescindiu de uma “guerra civil sangrenta”, não estava entre as vias consideradas prováveis por Trotski para uma restauração capitalista. Ela pode ser explicada, não obstante, pelos efeitos da existência prolonga do stalinismo sobre a consciência do proletariado, que acabou por abandonar o ideal socialista, ao identificá-lo com o próprio stalinismo.

CAPÍTULO 9

O MOVIMENTO TROTSKISTA INTERNACIONAL, AS REFORMAS DE GORBACHEV E O COLAPSO DA URSS (1985-91)

A chegada de Gorbachev ao poder na URSS, em 1985, e suas reformas políticas e econômicas despertaram grande entusiasmo em boa parte da esquerda socialista mundial da época, esperançosa de que elas poderiam levar ao fim do stalinismo e, assim, resgatar os fundamentos originais do projeto revolucionário soviético, em especial no quesito da democracia política.

Também o surgimento de movimentos de massas no interior da URSS nesse contexto despertou grande entusiasmo em tal esquerda, esperançosa de que sua entrada em cena seria uma garantia de que as reformas de Gorbachev não seriam enterradas, como já havia ocorrido com tentativas anteriores de mudar aspectos do regime stalinista, ou que eles protagonizaram a derrocada desse regime e o estabelecimento, em seu lugar, de uma genuína democracia socialista.

Muitos, contudo, não se atentaram ao fato de que, tal qual já havia ocorrido na Polônia na virada dos anos 1970-80 com o Solidariedade, tais movimentos eram extremamente contraditórios e, em geral, predominavam programas e lideranças não comprometidas com o socialismo e com a manutenção das conquistas sociais da revolução, em especial a propriedade socializada e o planejamento econômico.

Assim, os complexos desdobramentos dessas reformas e da ação desses grupos gerou grande confusão nas fileiras socialistas, em especial o colapso da URSS, ao longo de 1990-91, com sua dissolução tendo sido vista por muitos como uma derrota do socialismo.

Esse misto de empolgação, confusão e posterior sentimento de derrota também se fez presente nas fileiras da esquerda socialistas da época em relação ao surgimento de movimentos de massas em outros países do bloco soviético durante a segunda metade dos anos 1980, e a derrubada dos regimes stalinistas neles existentes. De particular importância e simbolismo foi o caso polonês, com a chegada ao poder do Solidariedade, em 1989, tendo iniciado o que muitos viram como o efeito dominó de queda de um regime após o outro nos demais países do Leste Europeu. Também o caso alemão, com a queda do Muro de Berlim, no mesmo ano, tendo se tornado quase sinônimo dos eventos na região e a reunificação alemã, em 1990, tendo encerrado um ciclo histórico de divisão geopolítica da Europa do pós-Segunda Guerra.

Tais eventos constituem um claro teste à teoria do Estado operário burocratizado e às diferentes apropriações dela feitas pelos “truncos históricos” em que se fragmentou a Quarta Internacional ao longo das décadas pós-Segunda Guerra Mundial. De forma muito mais aguda que nos eventos abordados nas Partes II e III desta tese, o processo de colapso do bloco soviético e da URSS colocaram em evidência as questões da revolução política e da contrarrevolução restauracionista que constituem pilares da teoria do Estado operário burocratizado enquanto arsenal analítico e também programático. Teria esse arcabouço e alguma das apropriações dele feitas pelos diferentes grupos trotskistas da época se mostrado válido diante desses eventos, no sentido de suas análises e posições políticas terem se confirmado ou se apresentado como adequadas?

Por se tratar de um período mais extenso e com volume muito maior de fontes a serem trabalhadas, limitamos as “internacionais” trotskistas abordadas neste capítulo a apenas três, que consideramos serem as que tinham maior projeção internacional e membros à época. Quais sejam, a “mandelista” Quarta Internacional (Secretariado Unificado), a “morenista” Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional e a “lambertista” Quarta Internacional - Centro Internacional de Reconstrução.

Assim, deixamos de fora desta parte da pesquisa o “healyista” Comitê Internacional da Quarta Internacional, por ele ter se fragmentado em várias organizações adversárias a partir de 1985, com a explosão de sua principal seção nacional, o WRP da Inglaterra. Infelizmente, por razões de tempo, não foi possível abordar aqui a tendência Espartaquista internacional / *Spartacist League* dos EUA, e sua cisão, a Tendência Bolchevique Internacional, que encaramos serem os grupos que melhor responderam aos eventos em tela – sobretudo este último. Não obstante, adicionamos um breve comentário sobre eles na Conclusão, sintetizando suas principais análises e posições em relação aos eventos abordados.

Por questões de espaço, também dividimos em dois capítulos a análise das fontes, um especificamente sobre a URSS, ainda que contendo comentários mais gerais sobre o bloco soviético como um todo, e outro especificamente sobre os casos polonês e alemão. A referida Conclusão se encontra ao final do Capítulo 10, porém ela abarca as análises apresentadas ao longo não apenas dele próprio, mas também neste Capítulo 9.

1. O movimento trotskista internacional na segunda metade dos anos 1980 e sua atuação em relação ao bloco soviético

Na segunda metade dos anos 1980 o movimento trotskista vivia uma situação aparentemente paradoxal. Por um lado, sua fragmentação crescera sobremaneira, com várias “internacionais” disputando entre si o legado da Quarta Internacional original. Por outro, somadas as organizações dessas “internacionais” e seus respectivos membros, os trotskistas nunca haviam sido tão numerosos quanto naquele momento.

Contudo, os eventos abordados nesse capítulo e no seguinte, sobre os casos polonês e alemão, e a forma como os diferentes troncos históricos da Quarta Internacional original reagiram a eles não só fez aumentar ainda mais tal fragmentação organizativa e teórico-programática, como fez diminuir os números de cada organização, como parte de uma crise mais geral que atingiu duramente o conjunto das forças socialistas ao fim do século.

1.1 Quarta Internacional (Secretariado Unificado) (“mandelismo”)

Ao longo dos anos 1980, a QI (SU) seguiu sendo a principal “internacional trotskista” em termos de grupos nacionais, membros e visibilidade, e sua principal seção seguiu sendo a “Liga Comunista Revolucionária” francesa (LCR), que hegemonizava os órgãos dirigentes da organização. A organização cresceu na América Latina, ganhando expressão, por exemplo, no Peru, através da projeção eleitoral de Hugo Blanco, e também no Brasil, através da corrente Democracia Socialista do PT. Com esse crescimento, em que pese a hegemonia exercida pela LCR, a direção internacional se tornou mais plural.⁹⁹⁷

Não obstante, a QI (SU) enfrentou duras divergências internas e, inclusive, algumas graves.⁹⁹⁸ Destaca-se o abandono do trotskismo pelo SWP dos EUA, em 1982-83, e uma sequência de expurgos conduzidos pela direção de tal organização contra setores alinhados à QI (SU) nos anos seguintes. Por fim, o SWP rompeu com qualquer forma de centralismo da organização internacional, em 1985, e acabou por deixar as fileiras da QI (SU). O SWP da Austrália também rompeu com a QI (SU), em 1986, ao abandonar formalmente o trotskismo, acompanhando em grande parte as posições defendidas por seu homônimo dos EUA.⁹⁹⁹

⁹⁹⁷ Cf. BENSÂID, Daniel *Op. cit.*, p. 123.

⁹⁹⁸ Cf. *Ibid.*, p. 123-127.

⁹⁹⁹ Cf. ALEXANDER, Robert. *Op. cit.*, p. 879-898; THE SWP (USA) rejects the organisational demands of the Twelfth World Congress. *International Viewpoint* n. 86, Nov. 1986; THE split of the Australian SWP from the Fourth International. *International Viewpoint* n. 91, Jan. 1986; *International Viewpoint* n. 93, Supplement, Feb. 1986.

Tendo um periódico internacional quinzenal, a QI (SU) possuía uma ampla cobertura jornalística sobre os eventos no bloco soviético. Os artigos de Gerry Foley, em particular, apresentavam em detalhes o desenvolvimento das manifestações na URSS, graças ao domínio que o autor tinha de uma grande quantidade de línguas.¹⁰⁰⁰ Já os artigos de Ernest Mandel, principal figura pública da organização, e um dos principais membros a se debruçarem sobre os acontecimentos na URSS, costumavam fornecer análises mais densas dos eventos. Não obstante, eram muitos os que escreviam sobre o bloco soviético e ajudavam, assim, a moldar as posições da organização, tais como Arthur Wilkins e Cyril Smuga, sobre os eventos na Polônia (Smuga era filho de imigrantes poloneses), e Catherine Samary, Catherine Verla, David Seppo, dentre outros, sobre eventos nos demais países da região.

Cabe destacar que, diferentemente das demais organizações trotskistas internacionais aqui abordadas, a QI (SU) tinha um grau de centralismo consideravelmente menor. Não raro, inclusive, tinha mais de um grupo num mesmo país, cada um expressando visões e posições distintas sobre os temas locais. Essa convivência de divergências também se expressava na questão da caracterização das formações sociais do bloco soviético. Por mais que a teoria do Estado operário burocratizado fosse reivindicada pela ala majoritária da QI (SU) e por seus principais dirigentes e figuras públicas, é importante pontuar que havia outras posições no interior da organização, por vezes com expressão pública, como a teoria do capitalismo de Estado, ou do coletivismo burocrático. Essas posições, contudo, raramente tinham espaço nas publicações internacionais da QI (SU), que foram as principais fontes utilizadas em nossa pesquisa.

Com alguma frequência, a imprensa da QI (SU) publicava entrevistas, relatos e documentos de dissidentes e grupos opositores do bloco soviético. Além de um esforço contínuo para estabelecer laços com os setores mais avançados deles, a QI (SU) também fazia uso da sua atuação nos movimentos europeus pacifista e pró-desarmamento nuclear para estabelecer contato com organizações do tipo que atuavam no interior do bloco soviético, ainda que costumasse ter divergências importantes com elas.¹⁰⁰¹

Em termos de colaboração com dissidentes do bloco soviético, destacava-se a longa colaboração com Petr Uhl, na Tchecoslováquia. Uhl se aproximou da QI (SU)

¹⁰⁰⁰ Cf. MACKLER, Jeff. Gerry Foley: A Life Dedicated to Socialist Revolution. <https://socialistresistance.org/gerry-foley-a-life-dedicated-to-socialist-revolution/3479>. 30/04/2012. Acessado em 06/03/2021.

¹⁰⁰¹ Cf., por exemplo, DOSSIER mouvement pacifiste. *Inprecor*, n. 212, fév. 1986; ALLIO, Jacqueline. Les mouvements pacifistes dans l'autre Europe. *Inprecor*, n. 199, jui. 1985, p. 5-8.

ainda no começo dos anos 1960, e manteve contato próximo com sua seção francesa, através de Alain Krivine. Nos anos 1970, ele foi uma figura importante do movimento “Carta 77”, com a qual QI (SU) colaborou política e materialmente. Uhl aderiu formalmente à QI (SU) em 1984 e, em 1985, passou a atuar na publicação de *Inprekor* em tcheco (*Inprekor*), cujo primeiro número foi lançado em fins de 1985.¹⁰⁰²

Em 1989, Uhl participou do “Fórum Cívico”, no interior do qual compôs a “Alternativa de Esquerda”. Quando o Fórum Cívico chegou ao poder, ele integrou seu governo, como presidente da agência de notícias oficial e também membro do legislativo.¹⁰⁰³ Apesar do caráter abertamente restauracionista de tal governo e das declarações de Uhl a favor de uma economia de mercado, a QI (SU) seguiu mantendo relações com ele – o que rendeu duras da parte de outras organizações trotskistas.¹⁰⁰⁴ Ele foi um dos convidados do 13º Congresso da organização, realizado em fevereiro de 1991, e, ao final do mesmo ano, ela realizou seu Acampamento de Juventude na Tchecoslováquia.¹⁰⁰⁵

Outro país onde a QI (SU) conseguiu estabelecer laços com setores da dissidência foi a Polônia. A relação com dissidentes poloneses, contudo, teve muitos altos e baixos ao longo dos anos 1960-80, como visto no Capítulo 6. Após o fiasco com o RPRS, que aderira à QI (SU) como seção polonesa em maio de 1986, mas não passou de uma operação desonesta para receber dinheiro da organização, a QI (SU) manteve relações com um setor minoritário oriundo dessa falsa organização, com o qual já tinha relações prévias. Encabeçado por Jana Sylwestrowicza, em Varsóvia, tal setor formou o grupo “Esquerda Revolucionária” (*Lewicy Rewolucyjnej*), publicando o periódico *Kret*, na sequência do desaparecimento do RPRS. Sua linha era de crítica às reformas econômicas e aos setores que nutriam esperanças em reformar o regime.¹⁰⁰⁶

A partir de 1986 a QI (SU) também se aproximou do grupo encabeçado por Josef Pinior, em Wrocław, que participou da fundação do Partido Socialista Polonês (PPS), em novembro de 1987. O PPS, contudo, tinha uma ala pró-capitalista, encabeçada por Jan

¹⁰⁰² Cf. BOEL, Bent. *Op. cit.*, p. 241 e 244; PARUTION d’“Inprekor” en tchèque. *Inprekor* n. 208, 02/12/1985, p. 28.

¹⁰⁰³ Cf. PETR Uhl. *Memory of Nations*. Disponível em <https://www.memoryofnations.eu/en/uhl-petr-1941>. Acessado em 08/06/2021.

¹⁰⁰⁴ Cf. DIRIGENTE do SU defende restauração na Tchecoslováquia. *O Trabalho* n. 303, dez. 1990 a jan. 1991, p. 6; TCHÉCOSLOVAQUIE. Quando les amis d’Alain Krivine se prononcent pour une “économie de marché”. *Informations ouvrières* n. 1458, fév.-mar. 1990, p. 15.

¹⁰⁰⁵ Cf. *Quatrième Internationale* n. 40-41, avr.-juin. 1991; *International Viewpoint* n. 214, Oct. 1991.

¹⁰⁰⁶ Cf. ZALEGA, Dariusz. *Op. cit.*, Capítulo 6.

Lipski, com a qual o setor ao redor Pinior rompeu em 1988, formando o PPS “Revolução Democrática” (PPS-RD). O “Esquerda Revolucionária” logo se juntou ao PPS-RS, na condição de uma tendência interna.

O PPS-RD buscava atuar nas fábricas, em oposição à direção do Solidariedade ao redor de Walesa. Em fevereiro de 1989, o grupo impulsionou uma “Conferência da Oposição Não-constitucional”, que atraiu várias organizações políticas e sindicais. Sua declaração política, que foi assinada por quase todas as organizações presentes, se posicionou contra a Mesa Redonda, por envolver brechar as lutas operárias. Diante das eleições “semi-livres” daquele ano, fruto das negociações da Mesa Redonda, o PPS-RD chamou pelo boicote. Nos meses seguintes à eleição, contudo, a esquerda pró-socialistas perdeu bastante espaço, e Pinior e seus colaboradores mais próximos se tornaram uma força minoritária no PPS-RD e acabaram sendo expulsos do partido.¹⁰⁰⁷

Apesar da cisão no PPS-RD, a QI (SU) manteve relações com Pinior, de forma que ele esteve entre os convidados de seu 13º Congresso Mundial (fevereiro de 1991).¹⁰⁰⁸ Pinior, contudo, não chegou a aderir à QI (SU), tendo, inclusive, mantido relações igualmente próximas com outras “internacionais” trotskistas.

Conforme destaca Dariusz Zalega, através do contato próximo com Pinior, a QI (SU) se tornou muito mais crítica à direção majoritária do Solidariedade, reconhecendo que ela possuía uma linha pró-capitalista e era subordinada material e politicamente a forças imperialistas. Essa mudança será vista em detalhes ao abordarmos os materiais da organização. Cabe destacar que, apesar de ter passado a reconhecer o caráter pró-capitalista da liderança do Solidariedade na segunda metade dos anos 1980, a QI (SU) manteve a avaliação (vista no Capítulo 6) que, em sua origem, tal liderança era uma força pró-socialista, encarando que a mudança ocorrera após o período de clandestinidade (1982-86), em que tal liderança se afastou das suas bases.¹⁰⁰⁹

Na RFA a QI (SU) possuía um número reduzido de militantes, agrupados no interior do “Partido Socialista Unificado” (VSP). O VSP não era uma organização trotskista, ele fora fundado em 1986, a partir da união da antiga seção alemã-ocidental da QI (SU) (GIM) com uma organização que havia rompido com o maoísmo. A formação do VSP, contudo, não significou uma fusão programática, de forma que tal partido era um bloco heterogêneo de forças. O VSP viu os eventos de novembro de 1989 como uma

¹⁰⁰⁷ Cf. *Ibid.*

¹⁰⁰⁸ Cf. BUREAU du Secretariat unifié. XIIIe Congr  Mondial. *Inprecor* n. 325, mar. 1991, p. 26-27.

¹⁰⁰⁹ Cf. ZALEGA, Dariusz. *Op. cit.*, [s.p.].

“revolução democrática” e, a partir da queda do Muro, buscou laços com a “Esquerda Unida” (VL) da RDA, convocando manifestações conjuntas em Berlim nos meses finais de 1989 e tendo apoiado suas candidaturas nas eleições da RDA, de março de 1990.¹⁰¹⁰

Ademais, em novembro de 1989, Mandel esteve na RDA para realizar palestras universitárias, e foi convidado por grupos de oposição para debater com representantes do SED, tendo reportado às publicações da QI (SU) sobre as manifestações em curso.¹⁰¹¹

A partir de meados de 1990, os “mandelistas” passaram a apostar mais em uma colaboração com o PDS, a organização que surgiu da dissolução do SED. Sua aposta era de que o PDS poderia ser um polo para o reagrupamento e reconstrução das forças socialistas na Alemanha reunificada. Em maio de 1990, realizaram um debate público entre Mandel e o dirigente do PDS, Gregor Gysi, sobre o futuro do socialismo. Nas eleições federais de dezembro de 1990, os “mandelistas” alemães integraram a chapa “Lista Esquerda” / PDS, tendo lançado como candidato o veterano do trotskismo alemão, Jakob Moneta. Em 1991, alguns “mandelistas” aderiram ao PDS, e Moneta chegou a integrar o Comitê Central do partido.¹⁰¹²

Já na URSS, a QI (SU) manteve relação de proximidade com alguns dissidentes que colaboravam de forma esporádica com a organização, concedendo entrevistas ou tendo artigos publicados em seus periódicos. Entre estes, o de maior destaque no período em foco foi Boris Kagarlitski, figura de liderança do “Clube de Iniciativas Sociais” (KSI) e da “Federação de Clubes Sociais Socialistas”, formados em 1987, bem como dos “Novos Socialistas”, um comitê formado em 1989 para a fundação de um novo “Partido Socialista” (fundado em 1990). Kagarlitski com frequência era entrevistado pelas revistas internacionais da QI (SU) e eram reproduzidos artigos seus ou documentos das organizações que integrava. Kagarlitski, contudo, não estabeleceu laços formais com a

¹⁰¹⁰ Cf. JÜNKE, Christoph. *A short history of the left-wing socialist VSP from 1986 to 2000*. Disponível em <http://trend.infopartisan.net/trd0401/t130401.html>. Acessado em 27/05/2021; VEREINIGTE Sozialistische Partei. Wikipedia. https://de.m.wikipedia.org/wiki/Vereinigte_Sozialistische_Partei. Acessado em 27/05/2021.

¹⁰¹¹ Cf. MANDEL, Ernest. The political revolution and the dangers that threaten it. *International Viewpoint* n. 174, Nov. 1989, p. 5.

¹⁰¹² Cf. DEBATE on future of socialism. *International Viewpoint* n. 187, Jun. 1990, p. 24; MONTE, Jakob. Germany - still a divided country. *International Viewpoint* n. 192, Oct. 1990, p. 19; KELLNER, Manuel. German left faces elections. *International Viewpoint* n. 192, Oct. 1990, p. 18; KELLNER, Manuel. Big rise in abstentions. *International Viewpoint* n. 194, Nov. 1990, p. 12; JAKOB Moneta. Bio-bibliographical sketch. Disponível em https://www.trotskyana.net/Trotskyists/Bio-Bibliographies/bio-bibl_moneta.pdf. Acessado em 27/05/2021; JAKOB Moneta. Wikipedia. https://de.m.wikipedia.org/wiki/Jakob_Moneta. Acessado em 27/05/2021.

QI (SU), tendo também mantido relações de proximidade com outras “internacionais” trotskistas.

Outro setor da oposição que ganhou atenção da QI (SU) foi a “Plataforma Marxista” do PCUS, formada em 1990, às vésperas do 28º Congresso do partido. Além de ter seu documento fundacional reproduzido na imprensa internacional da QI (SU), seu principal dirigente, Alexander Buzgalin, foi entrevistado sobre a formação dessa tendência do PCUS¹⁰¹³ e, alguns anos depois, foi um dos convidados ao 13º Congresso Mundial da QI (SU) (fevereiro de 1991), junto a outros representantes da Plataforma Marxista e também do PC da Rússia (fundado em 1990 pelos setores conservadores da burocracia).¹⁰¹⁴ Buzgalin, inclusive, foi apresentado por tal imprensa como “líder marxista”.¹⁰¹⁵

A partir de 1989, membros da QI (SU) passaram a visitar a URSS com alguma frequência, compartilhando na imprensa internacional da organização suas impressões da situação no país, entrevistando dissidentes e também sendo entrevistados por revistas da oposição local. Por exemplo, em março de 1989, uma delegação do *Socialist Action* dos EUA esteve na URSS representando a família de Trotski para demandar sua reabilitação junto às autoridades.¹⁰¹⁶ Em julho de 1990, membros da LCR da França, atuantes no comitê editorial de *Inprecor*, visitaram Leningrado.¹⁰¹⁷ Mandel realizou algumas visitas entre 1989-91, sempre aproveitando a oportunidade para dar palestras e entrevistas sobre o legado de Trotski e o significado do trotskismo.¹⁰¹⁸ Também David Seppo esteve na URSS ao final de 1991.¹⁰¹⁹

Apesar desses esforços em divulgar as ideias trotskistas na URSS e buscar laços com setores da oposição, a QI (SU) não logrou construir um núcleo no país antes do colapso.

1.2. Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (“morenismo”)

¹⁰¹³ Cf. *International Viewpoint* n. 187, Jun. 1990.

¹⁰¹⁴ Cf. Cf. BUREAU du Secretariat unifié. XIIIe Congr  Mondial. *Inprecor* n. 325, mar. 1991, p. 26-27. Cf. *Quatri me Internationale* n. 40-41, avr.-juin. 1991.

¹⁰¹⁵ Cf. *International Viewpoint* n. 220, Jan. 1992.

¹⁰¹⁶ Cf. FINAMORE, Carl. Trotskyists well-received in Moscow. *International Viewpoint* n. 162, May 1989, p. 6.

¹⁰¹⁷ Cf. *Inprecor* n. 317, oct.-nov. 1990.

¹⁰¹⁸ Cf. Cf., por exemplo, *International Viewpoint* n. 195, Nov. 1990; *International Viewpoint* n. 200, Feb. 1991.

¹⁰¹⁹ Cf. *International Viewpoint* n. 220, Jan. 1992.

Após sua fundação, em 1982, a LIT-QI alcançou certo crescimento, possuindo 11 seções nacionais representadas em I Congresso Mundial (março de 1985) e realizando um bem sucessivo reagrupamento com um dos setores oriundos da explosão do WRP inglês, em 1987-88 (a *International Socialist League*).¹⁰²⁰ A organização seguiu crescendo, de forma que, à altura de seu III Congresso Mundial (maio de 1990), já tinha presença em 21 países.¹⁰²¹

Ademais, sua principal seção, o “Movimento ao Socialismo” (MAS), da Argentina, alcançou espetacular crescimento em 1988, angariando milhares de membros novos (a partir de uma tática de construção de células partidárias baseadas em bairros populares, que focavam na mobilização da vizinhança, ao invés de priorizar a construção nas fábricas), de forma que se tornou a maior organização trotskista do mundo na época. O MAS conseguiu, inclusive, eleger um deputado nacional em 1989, Luis Zamora, através do bloco eleitoral *Izquierda Unida*, junto ao PC argentino, bloco esse que se tornou a quarta força eleitoral do país.¹⁰²²

Apesar desse crescimento alcançado ao longo dos anos 1980, a LIT-QI seguiu sendo uma organização predominantemente latino-americana, o que a posicionava a uma grande distância dos eventos aqui em foco. Não obstante, ela fez um esforço sistemático para acompanhar os eventos no interior do bloco soviético e para estabelecer relações com dissidentes. Assim, através da sua revista, *Correo Internacional*, a organização publicou diversos artigos de análise acerca dos eventos em foco, bem como materiais de setores da oposição no bloco soviético.

Tal esforço culminou na aproximação com o PPS-RD polonês (ver mais detalhes adiante), na forma de intercâmbio de materiais, na participação de Josef Pinior no II Congresso Mundial da organização (1988) e em seu Congresso Extraordinário (1989), bem como na publicação de uma resolução conjunta – colaboração que seguiu ao longo de 1989 e início de 1990, quando o PPS-RD cindiu, com a ala de Pinior sendo expulsa.¹⁰²³ Após o fim das relações com o PPS-RD, a LIT-QI ainda conseguiu estabelecer laços com

¹⁰²⁰ Cf. PRIMER Congreso Mundial de la Liga Internacional de los Trabajadores - Cuarta Internacional. São Paulo: Editora Lorca S.A., 2012.

¹⁰²¹ Cf. *Correo Internacional* n. 48, jun. 1990.

¹⁰²² Cf. ROJAS, Gonzalo Adrián. *Os socialistas na Argentina (1880-1980): um século de ação política*. Tese (doutorado em Ciência Política). São Paulo: Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2006, p. 179-180; OCUNA, María F. *Op. cit.*, p. 156-157.

¹⁰²³ Cf. *Solidaridad Socialista* n. 294, 17/08/1989, p. 11.

outra organização (“Grupo de Autogestão Operária”) e, assim, publicar uma versão em Polonês de sua revista *Correo Internacional*.¹⁰²⁴

Na Alemanha, contudo, a LIT-QI só conseguiu abrir atuação a partir de meados de 1990, através de um pequeno núcleo berlinense de simpatizantes, reunidos ao redor da revista *Mauerspecht* (“Quebra-muro”) e do “Grupo Socialista”.¹⁰²⁵ A organização, portanto, não conseguiu estabelecer laços com dissidentes da RDA antes da sua dissolução.

Em relação à URSS, membros da LIT-QI fizeram viagens ao país a partir de 1989, buscando estabelecer relações com setores do renascente movimento operário e da oposição socialista. Assim, por exemplo, enviados de *Correo Internacional* estiveram no país durante a greve mineira de setembro de 1989, acompanhando de perto as mobilizações.¹⁰²⁶

Cerca de um ano depois, após mais algumas viagens, foi anunciado, em dezembro de 1990, o lançamento da revista “Nova Iskra”, periódico de “um grupo que adere às posições da LIT-QI”¹⁰²⁷. Dele participava Aleksandr Petrov, dirigente do Sindicato Independente da Primeira Garagem de Ônibus de Leningrado.¹⁰²⁸ Artigos de Petrov e outros membros da organização passaram a ser publicados em *Correo Internacional*. Ao mesmo tempo, a LIT-QI buscou aproximação com Boris Kagarlitski e seus associados, em especial quando formaram o “Novos Socialistas”, em cujo congresso de fundação a LIT-QI esteve presente, em meados de 1990.¹⁰²⁹

Em março de 1991, *Correo Internacional* reproduziu, ainda, um artigo dos “Núcleos Proletários Revolucionários de Leningrado”, que publicavam o periódico “Luta Operária” e reivindicavam o Programa de Transição da Quarta Internacional. A LIT-QI apenas difundiu o artigo, não mencionando ter relações com o grupo, sobre o qual não encontramos outras menções.¹⁰³⁰ Não foram encontradas referências posteriores a esse grupo na imprensa da LIT-QI.

¹⁰²⁴ Cf. RESOLUCIÓN sobre Polonia. RESOLUCIONES del Cuarto Congreso Mundial. *Boletín Internacional*. [S.l.], mar. 1992, p. 34.

¹⁰²⁵ Cf. ORGANIZACIÓN Mauerspecht, La. *Correo Internacional* n. 51, dic. 1990, p. 27.

¹⁰²⁶ Cf. KAGARLITSKY, Boris. “La revolución política en la URSS tiene una dimensión internacional”. *Correo Internacional* n. 42, set. 1989, p. 16-17.

¹⁰²⁷ Cf. APARECE la Nueva Chispa. *Correo Internacional* n. 51, dic. 1990, p. 20.

¹⁰²⁸ Cf. BARCELONA: um grande avanço rumo à nova Internacional! *O Trabalho* n. 304, jan.-fev. 1991, p. 4-5.

¹⁰²⁹ Cf. LIT-CI hoy, La. *Op. cit.*; SALUDO a los “Nuevos Socialistas”. *Correo Internacional* n. 48, jun. 1990, p. 21.

¹⁰³⁰ Cf. SOBRE la revolución política. *Correo Internacional* n. 53, mar. 1991, p. 30-35. O artigo em questão

Não obstante tais elementos, o final dos anos 1980 e começo dos anos 1990 foram muito duros para a corrente “morenista”. Seu principal dirigente, Nahuel Moreno, faleceu em janeiro de 1987, gerando o que a própria organizou nomeou à época de uma “crise histórica de direção”, devido à concentração de poderes que havia em suas mãos e a falta de quadros da mesma envergadura para substituí-lo.¹⁰³¹ Sintoma dessa “crise,” seu II Congresso Mundial, originalmente previsto para maio de 1987, só foi realizado em dezembro de 1988, e foi necessária uma reorganização dos seus órgãos dirigentes para compensar a ausência de Moreno.

Ademais, após o falecimento de Moreno, o MAS argentino dominou a estrutura dirigente da LIT-QI e ainda passou por uma intensa disputa interna, que culminou em uma sequência de rupturas a partir de 1988, levando a um enfraquecimento não só do próprio grupo, mas da LIT-QI como um todo, que também foi perpassada por cisões.

A primeira cisão significativa ocorreu ainda em 1988, com a saída do MAS da “Tendência Bolchevique Internacionalista” (TBI), oposta à aliança eleitoral com o PC argentino, a práticas burocráticas e à centralidade dada ao MAS para a situação argentina em detrimento de outros processos em curso ao redor do globo, tomando a Argentina como centro mundial da revolução. No ano seguinte, o MAS perdeu ainda Zamora, que deixou o grupo pouco após sua eleição como deputado nacional.¹⁰³²

No II Congresso Mundial da LIT-QI (1988), as teses do recém realizado congresso do MAS foram transpostas à Internacional sem debate prévio. Um congresso extraordinário foi convocado para 1989, mas o problema se repetiu, bem como no III Congresso Mundial (1990). Isso levou um setor majoritário do Comitê Executivo Internacional (CEI) a declarar inválidas as teses do III Congresso e preparar documentos alternativos ao IV Congresso (1992).¹⁰³³ As “Teses de 90”, do III Congresso, eram perpassadas por um excessivo otimismo com um suposto ascenso revolucionário global,

defende a necessidade da revolução política, critica os planos restauracionistas, usa a noção morenista de revolução em duas fases (“fevereiro” / “outubro”) para falar da defasagem entre fatores objetivos e subjetivos e defende a necessidade de construção da Quarta Internacional para a situação avançar. Afirma ainda que o artigo foi escrito graças a materiais fornecidos por “União Comunista Internacional”, LIT-QI e *The Militant* britânico.

¹⁰³¹ Cf. LIT-CI ante su mayor desafío, La. *Correo Internacional* n. 29, ago. 1987, p. 38. Ver também PROBLEMA clave: la dirección, Un. *Correo Internacional* n. 29, ago. 1987, p. 44-46.

¹⁰³² Cf. ROJAS, Gonzalo Adrián. *Op. cit.*, p. 180-181; WANDERLEY, Shimenny L. A. *O parlamentarismo revolucionário como proposta transicional: uma análise do caso do Partido de los Trabajadores Socialistas na Argentina*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Campina Grande: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, 2019, p. 94-95.

¹⁰³³ Cf. PRIMEIRA avaliação das teses mundiais: precisamos de um novo documento mundial. [S.l.], [1990], p. 2; ROMERO, A. La revolución política y la época del trotskismo. BDI n. 2, [1990], p. 20.

subestimando ao extremo o problema da crise de direção, superestimando as forças da própria LIT-QI e minimizando a capacidade de reação das potências imperialistas.

Dessa forma, a virada dos anos 1980-90 foi marcada por intensas divergências internas, e estas culminaram em um grande número de novas cisões, com o MAS explodindo em cerca de dez organizações rivais e com seções nacionais inteiras deixando a LIT-QI.¹⁰³⁴ A Internacional foi afetada de forma tão dura por tais cisões, que seu V Congresso Mundial (1994) foi dedicado à “reconstrução” da organização.¹⁰³⁵

Não obstante essas disputas, conforme se verá, no essencial, a LIT-QI seguiu se baseando nas elaborações que Moreno fizera com vistas a “atualizar” o arcabouço original do trotskismo, em especial sua noção de que revoluções (sociais e políticas) se dividem em duas fases (“fevereiro” e “outubro”), sendo a primeira “democrática” e marcada pela ausência do protagonismo proletária e direção marxista e a segunda, de fato, socialista – conforme visto no Capítulo 6.

2.3. Quarta Internacional (Comitê Internacional de Reconstrução) – “lambertistas”

Ao longo dos anos 1980, a QI (CIR) apostou em uma política de reagrupamento internacional através de conferências internacionais abertas, junto a outras organizações, voltadas para campanhas de mobilização. Destacou-se a “Conferência de Caracas” (abril de 1987), contra o pagamento das dívidas externas e a imposição de pacotes de austeridade por parte de órgãos como o FMI. Dela participaram, além das seções da QI (CIR), o *Partido de los Trabajadores* peruano e o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* venezuelano.¹⁰³⁶ Essa política de “conferências abertas” culminou no lançamento da “Aliança internacional dos trabalhadores e povos” (EIT, na sigla em francês), em 1991, na “Conferência de Barcelona”. A EIT foi lançada enquanto um agrupamento internacional “amplo”, isso é, não-trotskista, mas com a QI (CIR) como força hegemônica em seu interior.¹⁰³⁷

A QI (CIR) também apostou na construção de “Partidos Operários Independentes” (partidos operários “amplos”), tendo sua principal seção, o PCI francês, iniciado um “Movimento Por um Partido de Trabalhadores” (MPPT) em 1985, o qual foi fundado em

¹⁰³⁴ Cf. ROJAS, Gonzalo Adrián. *Op. Cit.*, p. 180-183; WANDERLEY, Shimenny L. A. *Op. cit.*, p. 94-97.

¹⁰³⁵ Cf. BREVE esboço da história da LIT-QI, Um. [S.d.] Disponível em <https://litci.org/pt/um-breve-esboco-da-historia-da-lit-qi/>. Acessado em 10/03/2021.

¹⁰³⁶ Cf. *Tribune Internationale* – *La vérité* n. 39, mai. 1988.

¹⁰³⁷ Cf. *Informations ouvrières* n. 1502, jan. 1991; *Boletim O Trabalho – Tribuna Internacional* n. 304, jan.-fev. 1991.

1991, com o PCI se tornando sua corrente interna majoritária, sob o nome “Corrente comunista internacionalista” (hoje o PT francês se chama “Partido Operário Independente” e possui uma cisão chamada “Partido Operário Independente Democrático”).¹⁰³⁸

No Brasil, a corrente “O Trabalho” do Partido dos Trabalhadores aplicou tal política ao participar do PT e apostar em uma aproximação com a “Articulação dos 113”, a qual resultou na dissolução da maior parte da organização em tal grupo, após duas levas de rupturas, em 1986 e 1987. Até hoje O Trabalho é uma corrente interna do PT.¹⁰³⁹

Essa política de Conferências Abertas e partidos amplos era chamada pelos “lambertistas” de “linha de transição” e constituía a forma como estes concebiam a via principal de construção de uma organização revolucionária, buscando reagrupar forças com outros setores políticos da classe trabalhadora. Contudo, segundo as críticas de Stéphane Just, expulso das fileiras lambertistas em meados dos anos 1980, e também algumas análises acadêmicas, tal linha era, na realidade, uma adaptação política do “lambertismo” à social-democracia, em uma tentativa de romper seu isolamento abandonando a defesa prática de um programa revolucionário para se aproximar de setores reformistas. Isso pode ser visto na longa colaboração e adaptação política do PCI francês ao Partido Socialista no interior da central sindical *Force Ouvrière*, no apoio eleitoral dado pelo PCI ao PS em 1890 e 1987, bem como na adaptação de O Trabalho à “Articulação dos 113” no interior do PT brasileiro.¹⁰⁴⁰ Tal adaptação do “lambertismo” à socialdemocracia/reformismo nos parece um elemento importante para a compreensão de certas análises e posições dessa corrente que serão abordadas adiante, concernentes aos eventos no bloco soviético entre 1985-91

Ao mesmo tempo, o principal dirigente da QI (CIR), Pierre Lambert, defendia, desde meados dos anos 1980, uma perspectiva de “reproclamação” da Quarta Internacional, enquanto culminação dessa política de construção partidária. A

¹⁰³⁸ Cf. PARTI des travailleurs (France). *Wikipedia*. Disponível em [https://fr.wikipedia.org/wiki/Parti_des_travailleurs_\(France\)](https://fr.wikipedia.org/wiki/Parti_des_travailleurs_(France)). Acessado em 18/03/2021.

¹⁰³⁹ Cf. SILVA, Antonio Ozaí da. *O Trabalho (OT)*, op. cit., [s.p.]; SILVA, Antonio Ozaí da. *História das tendências no Brasil*. Origens, cisões e propostas. 2ª ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1987, p. 178-184.

¹⁰⁴⁰ Cf. JUST, Stéphane. *Cómo el revisionismo se apoderó de la dirección del PCI*. 27/08/1984. Versão em espanhol publicada pelo Grupo Germinal (en defensa del marxismo). Disponível em <https://www.marxists.org/espanol/just/1984/agosto/27.pdf>. Acessado em 28/06/2006; SILVA, Antonio Ozaí da. *O Trabalho (OT)*, op. cit.; HENTZGEN, Jean. *Du trotskysme à la social-démocratie: le courant lambertiste en France jusqu'en 1963*. Thèse de doctorat en Histoire. Normandie: Université Le Havre-Normandie, 2019; CHARPIER, Frédéric. *Histoire de L'extreme Gauche Trotskiste*. De 1929 à nos jours. Paris: Éditions 1, 2002.

“reproclamação” da Quarta Internacional pela QI (CIR) foi efetuada em 1993, mas sem ter representado um salto nas suas forças, e sim como forma de melhor disputar o legado do trotskismo frente às demais organizações internacionais adversárias.¹⁰⁴¹

Esse conjunto de políticas gerou muitas crises no interior da QI (CIR) ao longo dos anos 1980, tais como a expulsão de Just do PCI francês, por se opor ao MPPT; a ruptura de um setor expressivo de juventude do PCI francês (cerca de 400 membros), sob liderança de Jean-Cristophe Cambadélis, em 1984, para aderir abertamente ao PS e ao governo Mitterrand, após anos de aproximação com estes por parte do PCI; a dissolução de um setor majoritário de O Trabalho na “Articulação dos 113”, em 1986, e a posterior ruptura de Luís Favre (Felipe Wermus) e outros quadros do que restara do grupo, em 1987, resultando na quase desapareição da organização; a expulsão do historiador Pierre Broué e uma centena de aliados do PCI francês, em 1988, após alguns anos acumulando divergências com Lambert. Com tais crises, Lambert se tornou uma figura cada vez mais central na determinação das políticas organização.¹⁰⁴²

A QI (CIR), a partir principalmente da sua seção francesa, realizou uma intensa cobertura jornalística dos eventos no bloco soviético, ainda que muitas vezes limitando-se a narrar os acontecimentos, sem apresentar análises mais profundas ou proposições programáticas. Alguns de seus principais quadros atuaram nessa cobertura, como François Forge e Lucien Gauthier, bem como o historiador Jean-Jacques Marie. Marie, em particular, era o principal responsável por acompanhar a situação na URSS e buscar estabelecer contatos com setores oposicionistas. A cobertura dos eventos na Polônia era particularmente detalhada, e contava com colaboração de dissidentes na forma de entrevistas e cartas. Esse tipo de colaboração, ainda que com menos intensidade, também se fazia presente em relação a outros países do bloco soviético.

Apesar de ter algumas seções na América Latina e África, a QI (CIR) era uma organização predominantemente europeia. Essa localização geográfica facilitou estabelecer e manter contato com dissidentes do bloco soviético. Porém, ao longo de boa parte da segunda metade dos anos 1980, ela não teve muita entrada na região,

¹⁰⁴¹ Cf. *A Verdade* n. 5, mar. 1993; *A Verdade* n. 7, out.-dez. 1993.

¹⁰⁴² Cf. PRÉSUMEY, Vincent. *Pierre Lambert, 1920-2008*. 20/01/2008. Disponível em <http://www.gauchemip.org/spip.php?article6723>. Acessado em 20/01/2021; PRÉSUMEY, Vincent, Pierre Broué (1926–2005). *Revolutionary History* v. 9, n. 4, January 2006. Disponível em <https://www.marxists.org/history/etol/revhist/backiss/vol9/no4/presumey.html>. Acessado em 25/01/2021; SILVA, Antonio Ozaí da. O Trabalho (OT), *op. cit.*, [s.p.]; SILVA, Antonio Ozaí da. *História das tendências no Brasil*, *op. cit.*, p. 178-184.

diferentemente de quando seu colaborador polonês Edmund Bahuka estava mais ativo (até o golpe de 1981) e quando tinha em suas fileiras Michel Varga (Balázs Nagy), à frente de um grupo de dissidentes na Hungria e outro na Polônia.

Pelo que nos foi possível identificar, o único país do Leste Europeu em que a QI (CIR) conseguiu ter alguma atuação foi na RDA, após a queda do Muro de Berlim. Isso se deu através da atuação da sua seção na RFA, a “Organização Socialista Internacional dos Trabalhadores” (ISA), a qual participou da formação, em 1989, dos “Círculos por uma Política Operária e Democracia” (VAA), um partido operário “amplo”. Através da VAA, a ISA se esforçou para estabelecer laços com ativistas da RDA e intervir nas eleições locais (mas suas candidaturas foram barradas por não serem cidadãos).¹⁰⁴³

A política das “Conferências Abertas” e atividades similares permitiu uma aproximação com opositores do bloco soviético, como na “Jornada de estudos sobre a revolução no leste”, promovida pelo PCI francês em fevereiro de 1990, e que teria contado com pessoas de quase todos os países da região, exceto Albânia.¹⁰⁴⁴ Também a “Conferência de Barcelona”, que contou com delegados do bloco soviético (Polônia, Hungria, URSS, além de Iugoslávia e China).¹⁰⁴⁵ Ademais, nas eleições de março de 1989 na URSS, o PCI francês teve um enviado que escreveu para o jornal do grupo sobre os eventos locais¹⁰⁴⁶ e, a partir de meados de 1990, *Tribuna Internacional* passou a ser publicada em versão resumida em polonês, sérvio e húngaro¹⁰⁴⁷.

Já após o colapso da URSS, o PT da França participou de uma conferência em Moscou sobre as privatizações na Rússia, junto com o “Partido Operário” e o “Partido do Trabalho” russos.¹⁰⁴⁸ Ademais, ao longo dos anos 1990, a QI “reproclamada” manteve discussões, inclusive públicas, com alguns ex-membros do PCUS, conforme diversas publicações na revista *A Verdade* dos anos 1990-2000.

2. O movimento trotskista internacional e os eventos na URSS entre 1985-91

¹⁰⁴³ Cf. ALEMANHA: a queda do muro estremece a Europa. *O Trabalho* n. 286, nov.-dez. 1989, p. 6-7; ARNOLD, Frank. Unité ouvrière, Assemblée constituante. *Informations ouvrières* n. 1460, mar. 1990, p. 15.

¹⁰⁴⁴ Cf. *Informations ouvrières* n. 1456, fév. 1990, p. 14.

¹⁰⁴⁵ Cf. BARCELONA: um grande avanço rumo à nova Internacional! *O Trabalho* n. 304, jan.-fev. 1991, p. 4-5.

¹⁰⁴⁶ Cf. *Informations ouvrières* n. 1417, mai. 1989.

¹⁰⁴⁷ Cf. *O Trabalho* n. 294, jul.-ago. 1990.

¹⁰⁴⁸ Cf. EDITORIAL. *La Verdad* n. 4, dec. 1992, p. 3-4.

Assim como nos capítulos anteriores, a análise das leituras e posições dos grupos aqui abordados seguiu algumas perguntas-chave. Foram elas: como avaliaram a chegada de Gorbachev ao poder e seus anúncios iniciais de realizar reformas políticas e econômicas (se criaram alguma expectativa por mudanças significativas); com o avançar da gestão Gorbachev, como avaliaram as reformas econômicas associadas à *perestroika* e as políticas associadas à *glasnost* (se as apoiaram em algum sentido); como avaliaram a nova política externa sob Gorbachev, em particular a retirada das tropas do Afeganistão; como avaliaram as organizações políticas surgidas na URSS e as mobilizações por elas protagonizadas (se havia uma “revolução política” em curso, se tais organizações apresentavam algum risco restauracionista, quais tarefas elas colocavam para os marxistas); como avaliaram as mobilizações e os movimentos políticos das nacionalidades não-russas, em particular as declarações de independência (se a defesa do direito à autodeterminação envolvia defender a independência nacional, se havia algum risco restauracionista nessas mobilizações e movimentos); como avaliaram a oposição encabeçada por Ieltsin; como se posicionaram diante do golpe de agosto de 1991 e da oposição a ele encabeçada por Ieltsin; como avaliaram o fim da URSS e as formações sociais dos países surgidos desse processo (se houve uma contrarrevolução restauracionista).

A análise das posições e leituras da QI (SU) foi realizada a partir de um levantamento exaustivo nos periódicos publicados pela direção internacional da organização, as quadrimestrais *Quatrième Internationale* (França) e *International Marxist Review* (Inglaterra) e as quinzenais *Inprecor* (França) e *International Viewpoint* (França). Em geral, os periódicos em inglês eram traduções daqueles em francês, inclusive sob responsabilidade da mesma equipe editorial. Mas nem sempre o conteúdo era exatamente igual, podendo haver artigos a mais ou a menos, provavelmente decorrente de dificuldades de traduzir tudo a tempo.

A análise das posições e leituras da LIT-QI foi realizada a partir de um levantamento exaustivo em *Correo Internacional* (Argentina), periódico publicado pela direção da LIT-QI, do qual conseguimos obter uma série completa. Alguns artigos foram lidos em sua versão em português publicada em *Correio Internacional* (Brasil). Também foram utilizados alguns documentos internos, como complemento a determinadas posições públicas que passaram por mudanças, fruto de disputas internas.

A análise das posições e leituras da QI (CIR) foi realizada a partir de um levantamento que mesclou materiais da organização internacional com materiais das suas seções francesa e brasileira. Esse procedimento foi adotado devido à impossibilidade de conseguirmos uma série completa dos periódicos da internacional referente ao período em foco e também pelo fato de que nem sempre assuntos de relevância para a pesquisa foram abordados nestes, de forma que buscamos um complemento nos periódicos da sua seção principal e também nos da brasileira, aos quais o acesso foi mais fácil.

Assim, trabalhamos com materiais publicados nos periódicos da direção da QI (CIR), *Tribune Internationale – La vérité* (França) e *La Vérité* (França, publicado a partir de 1990), e também com traduções publicadas em *Boletim O Trabalho – Tribuna Internacional* (Brasil), *La Verdad* (Espanha) e *A Verdade* (Brasil). Como complemento, trabalhamos também com materiais publicados pela seção francesa em seu jornal *Informations ouvrières* e em sua revista *La Vérité* (transformada em revista da QI (CIR) em 1990).

Como visto anteriormente, a QI (SU) não tinha muita consistência na defesa da revolução política, tendo, em certas ocasiões, apostado na possibilidade de reforma de determinados Estados operários burocratizados a partir da aliança entre pressão popular e ação de alas reformadoras da burocracia. Diante dos eventos aqui em foco, essa inconsistência também se fez presente em certos momentos, na forma de grande ambiguidade acerca da estratégia para se obter a desejada “democracia socialista”.

Já há algum tempo, a QI (SU) avaliava que a URSS e outros Estados operários os enfrentavam graves problemas econômicos, e que estes eram fruto da ditadura da burocracia, que impedia a inovação, ao cercear a liberdade de pensamento e expressão, e também a devida gestão de uma economia socializada, que só poderia ser feita, também, de forma socializada (ou seja, democrática).

Portanto, diante das promessas de mudança de Gorbachev e de suas reformas iniciais, a organização argumentou que reformas desde o topo não alterariam as raízes de tais problemas econômicos, as quais só poderiam ser resolvidas com a adoção de uma “democracia socialista”. Ademais, conforme a *perestroika* ganhou mais forma, a partir de 1986, a QI (SU) denunciou que ela penalizava o proletariado, deteriorando suas condições de vida e trabalho, e que abria perigosas brechas para penetração imperialista, de forma que envolvia riscos restauracionistas.

Em relação à *glasnost*, inicialmente, a organização também reagiu com ceticismo, denunciando seus limites e encarando que se tratava de uma forma de salvaguardar a ditadura da burocracia, a partir de concessões parciais. Contudo, enxergou em tais concessões “brechas” pelas quais as massas populares e proletárias poderiam se mobilizar e, assim, realmente democratizar a URSS.

A partir de 1988, conforme mobilizações de fato começaram a surgir de forma mais intensa, a QI (SU) assumiu um tom ambíguo em relação à *glasnost*, afirmando que o “stalinismo” estava sendo desmontado de forma irreversível – sem deixar claro se, com isso, entendia a ditadura da burocracia propriamente dita. Com isso, a organização passou do ceticismo inicial à comemoração de que estava em curso uma “grande vitória” democrática com as reformas políticas, ainda que criticasse tais reformas como limitadas.

Com tal mudança de tom, a QI (SU) não falou mais em “revolução política” ao longo de 1988. Não apenas o termo não foi mais usado nos materiais de tal ano, como considerações mais gerais sobre a necessidade de derrubada revolucionária do regime stalinista tampouco se fizeram presentes. Ao invés, a QI (SU) passou a defender de forma ambígua que a ação das massas iria encaminhar uma democratização verdadeira do regime, e que tais massas deveriam se aliar aos setores reformadores da burocracia em sua tentativa de democratizar as instituições existentes, sem deixar claro se seria necessária uma estratégia de ruptura revolucionária com o conjunto dessas instituições. Conforme visto anteriormente, não foi a primeira vez que a organização adotou posturas reformistas em relação à luta por democracia nos Estados operários burocratizados.

Ademais desse abandono da perspectiva revolucionária e de oposição firme à burocracia, incluindo seus setores reformadores, até meados de 1990, a QI (SU) não enxergou riscos contrarrevolucionários nas lideranças pró-mercado que começaram a despontar à frente de algumas dessas mobilizações, tampouco nas ilusões no capitalismo que passaram a emergir com força entre as massas mobilizadas. Assim, defendeu de forma acrítica os movimentos nacionais e suas demandas por autonomia ou independência, bem como não fez uma caracterização crítica dos setores pró-mercados da oposição democrática.

Em relação à política externa de Gorbachev, a organização também teve uma postura ambígua, tendo variado entre condenação de certos aspectos, como o aprofundamento da lógica de “coexistência pacífica” com o imperialismo, e a reivindicação de outros. Assim, comemorou as concessões feitas ao imperialismo no

sentido do desarmamento parcial da URSS, não vendo nisso um risco contrarrevolucionário, ao enfraquecer as defesas militares do Estado operário. Igualmente, comemorou a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, alegando que seria benéfica aos direitos nacionais do povo afegão e ao desenvolvimento de uma revolução local. Portanto, a QI (SU) priorizou perspectivas pacifistas e democráticas acima da defesa do Estado operário.

Ao final de 1988, a QI (SU) emitiu uma declaração que corrigiu alguns desses desvios em relação à estratégia trotskista original, tendo reafirmado que apenas uma revolução política, no sentido de ruptura revolucionária do poder estatal da burocracia, poderia assegurar a construção de uma “democracia socialista”. Nesse sentido, negou explicitamente que reformas poderiam levar a tal objetivo. Também enfatizou a necessidade de uma liderança marxista à frente das mobilizações de massas, para que estas pudessem ser de fato vitoriosas.

Contudo, tal documento seguiu não lidando com os riscos contrarrevolucionários que estavam em cena. Ao longo dos meses seguintes, inclusive, materiais da organização chegaram a tecer elogios a figuras como Sakharov e Ieltsin, por suas críticas aos “privilégios burocráticos” e à falta de democracia. Ademais, a organização buscou aproximação com um setor do PCUS que considera ser legitimamente socialista, a “Plataforma Marxista”, o que ecoa a defesa anterior de aliança com setores da burocracia.

Frente aos eventos de 1989, a organização encarou que estavam em curso no bloco soviético processos de revolução política, tendo demonstrado grande empolgação inicial com a possibilidade de serem vitoriosos e levarem à “democracia socialista”. Alguns materiais da QI (SU) negaram explicitamente que havia riscos contrarrevolucionários envolvidos nesses processos, argumentando que não havia uma burguesia nativa nesses países, que pudesse tomar o poder, e também negando que os trabalhadores poderiam se mobilizar contra seus interesses objetivos, de preservação da propriedade social.

Após a troca de poder em vários países da região, que, conforme vimos, significou uma contrarrevolução restauracionista, a QI (SU) mudou novamente de tom, em especial diante dos eventos na Alemanha. Passou a enfatizar que havia grandes riscos contrarrevolucionários e que o proletariado estava iludido com o projeto de restauração capitalista, por passar a identificar socialismo com stalinismo. Inclusive, seu 13º Congresso, realizado em fevereiro de 1991, foi pautado pela consideração de que estava em curso uma “crise de credibilidade do socialismo”. Assim, a QI (SU) teve uma

avaliação muito distinta de boa parte da esquerda socialista e de outras “internacionais” trotskistas, que viam vitórias revolucionárias nos eventos de 1989-90, ainda que, num primeiro momento, tenha compartilhado dessa euforia.

Apesar dessa avaliação crítica, a QI (SU) encarou que apenas na RDA havia ocorrido uma contrarrevolução triunfante em 1989-90. Em sua avaliação, nos demais países do bloco soviético, “forças pró-capitalistas” teriam assumido os governos, mas a burocracia é que seguiria no poder, com alguns setores seus ajudando a encaminhar uma restauração gradual. Em relação à URSS, a QI (SU) passou a encarar, a partir de 1990, que Gorbachev e seus aliados haviam passado a um projeto de restauração do capitalismo. Também passou a denunciar Ieltsin e outros elementos dissidentes da burocracia como restauracionistas.

Contudo, a QI (SU) seguiu insistindo que não havia condições de uma restauração triunfar, pela ausência de uma forte burguesia nativa nesses países e da resistência que o proletariado oporia às medidas de privatização e degradação das condições de vida. Assim, operou com um critério sobretudo econômico para determinar se a contrarrevolução havia ocorrido ou não, a saber, o grau de privatização das economias. Dessa forma, destacou que havia aspectos positivos na queda dos regimes stalinistas de parte do bloco soviético, no sentido de terem obtido conquistas democráticas. A organização, assim, se deixou levar pela forma de reação democrática com a qual a contrarrevolução se revestiu, ainda que tenha reconhecido essa instrumentalização da democracia por setores restauracionistas. O mesmo ocorreu com o fim da URSS.

Quando ocorreu o golpe de agosto de 1991, a QI (SU) defendeu estar ao lado de Ieltsin, por encarar que os golpistas não agiam para defender a propriedade social, mas sim seus próprios interesses, ao tentarem salvaguardar o aparato central, contra as relações mais frouxas com as repúblicas, que eram previstas no novo Tratado da União. Não obstante, a QI (SU) denunciou Ieltsin como igualmente restauracionista e autoritário, reconhecendo que, com o fracasso do golpe, ele agira para fortalecer seu poder pessoal. Assim, sua postura de tomar o lado de Ieltsin foi bastante contraditória com sua própria análise, e só é compreensível pela análise posterior, de que o colapso da URSS garantiria direitos democráticos às nacionalidades não-russas. Ou seja, mais uma vez, a organização colocara a defesa de direitos democráticos acima da defesa da manutenção do Estado operário, ainda que burocratizado.

Para a QI (SU), contudo, a vitória de Ieltsin não representara uma contrarrevolução triunfante, mas sim uma redistribuição de poder entre a burocracia. Ele e seus aliados iriam encaminhar, sim, uma restauração, mas esta teria as dificuldades já mencionadas para se consolidar (ausência de uma burguesia nativa forte, resistência proletária às medidas de privatização).

Ao longo dos anos 1990, a análise da QI (SU) sobre o que eram as formações sociais da ex-URSS era bastante ambígua, mas dava a entender que seguiam sendo Estados operários, uma vez que a organização ainda falava de um processo de restauração em curso e de revolução política. Seu foco, contudo, residiu menos em uma caracterização precisa e mais nas tarefas políticas imediatas, que seriam a de conduzir uma luta “em dois *fronts*”, por direitos democráticos e contra privatizações, para, com isso, construir um movimento operário independente e de orientação socialista. De qualquer forma, seus materiais indicam claramente que concebia a possibilidade de uma restauração gradual, ao invés de encarar a contrarrevolução como uma mudança qualitativa a nível do poder de Estado, conforme concebe a teoria do Estado operário deformado.

Ao nosso ver, esse viés “gradualista” é provavelmente um desdobramento, no âmbito da apropriação feita pela QI (SU) da teoria do Estado operário burocratizado, de visões anteriores desenvolvidas pela organização, sobre a possibilidade de uma passagem gradual do capitalismo ao socialismo (conforme mencionado no Capítulo 4).

A escassa bibliografia pertinente, em que pese seu tratamento superficial da organização em foco, converge com tais apontamentos. Bensaïd, em seu livreto sobre a história da Quarta Internacional, comenta que houve uma divisão na QI (SU) diante dos eventos de 1989-91 no bloco soviético, com um setor minoritário tendo aderido de forma mais eufórica e acrítica aos movimentos de oposição ao stalinismo e outro sendo mais cauteloso em relação a seu conteúdo contraditório. Não obstante, Bensaïd aponta que houve consenso sobre haver aspectos positivos na queda dos regimes stalinistas e da própria URSS, ainda que encare que, à “champagne” da comemoração inicial de parte dos “mandelistas”, tenha se seguido uma forte ressaca, que teria demandado uma aspirina para lidar com os resultados trágicos do colapso do bloco soviético.¹⁰⁴⁹

De forma similar, em um breve artigo de balanço das reações da esquerda radical francesa ao colapso do bloco soviético, Philippe Raynaud detalha que, em um primeiro momento, a seção francesa da QI (SU), a LCR, se empolgou com os eventos de 1989 no

¹⁰⁴⁹ Cf. Bensaïd, Daniel. *Op. cit.*, p.127-128.

bloco soviético, vendo neles um possível avanço ao socialismo democrático, porém que esta logo reavaliou a situação, se alarmando com a possibilidade de destruição do stalinismo envolver também a destruição dos Estados operários.

A partir dessa reavaliação da LCR, Raynaud aponta que a organização se dividiu, com uma minoria defendendo a manutenção da visão anterior, segundo a qual a tendência geral dos eventos no bloco soviético era progressista, uma vez que, mesmo que os Estados operários burocratizados desaparecessem, isso teria algo de positivo, pois eliminaria imagem negativa que o stalinismo dava ao socialismo e facilitaria, assim, a defesa do “verdadeiro socialismo”. Em uma reunião do Birô Político da LCR realizada pouco após a queda do Muro, Gérard Filoche (codinome “Matti”), principal porta-voz dessa visão, teria comentado que o evento demandava uma champagne para comemorar, ao que Bensaïd, principal opositor desta, teria respondido que preferiria uma aspirina (donde este ter retomado a analogia champagne-aspirina em seu mencionado livreto).¹⁰⁵⁰

Ademais, estudos que lidam, ainda que brevemente, com grupos trotskistas brasileiros também convergem com tais apontamentos, ao demonstrarem que a seção brasileira da QI (SU), a Democracia Socialista, que atuava como corrente interna do PT, reagiu primeiro com euforia e depois com certo ceticismo em relação aos movimentos de 1989-91 no bloco soviético, e que viu a dissolução da URSS como algo parcialmente positivo. É o caso do livro de Teones França, sobre os impactos do colapso do bloco soviético sobre a esquerda brasileira, e de comentários pontuais sobre o tema na tese de doutorado de Izabel Costa, sobre as estratégias da esquerda socialista brasileira.¹⁰⁵¹

O mesmo ocorre em relação ao estudo de Jan Buelinckx, sobre como a esquerda socialista belga lidou com o colapso do bloco soviético, no qual aborda, entre outros grupos, a seção belga da QI (SU), “Movimento por um Projeto Anticapitalista” (SAP). Buelinckx demonstra que, de forma similar ao que vimos da parte da liderança da QI (SU), o SAP expressou uma posição contraditória em relação ao colapso do bloco soviético. Por um lado, houve um sentimento de desapontamento, por ele ter dado lugar a uma restauração capitalista e representado, assim, uma derrota para toda a classe trabalhadora. Por outro lado, houve certo sentimento de esperança, no sentido de que a

¹⁰⁵⁰ Cf. RAYNAUD, Philippe. La gauche et l'extrême gauche françaises face à la chute du Mur. *Histoire & Liberté* n. 39, Automne 2009, p. 75-85.

¹⁰⁵¹ Cf. FRANÇA, Teones. *Escombros do Muro de Berlim sobre a Esquerda Brasileira*. Rio de Janeiro: Maud X, 2015, p. 110-119; COSTA, Izabel C. G. da. *Em busca do paradigma perdido: as esquerdas brasileiras e a crise do socialismo real*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009, p. 77-78.

saída de cena do stalinismo fosse facilitar a luta pelo socialismo ao redor do globo, pois não mais serviria de exemplo negativo atrelado ao ideal socialista.¹⁰⁵²

Tais materiais, contudo, carecem de profundidade, pois se limitam a alguns comentários mais gerais sobre as posições dos “mandelistas”, sem uma avaliação do desenvolvimento anterior das posições apresentadas e da sua adequação. Ademais, com exceção de Bensaïd, focam em grupos nacionais, negligenciando ou abordando apenas de forma muito pontual as análises e posições da QI (SU).

Em relação aos “morenistas,” ao longo da segunda metade dos anos 1980, a LIT-QI encarava a conjuntura internacional como sendo marcada por uma crise do imperialismo, fruto da combinação de crescentes dificuldades econômicas das potências capitalistas com um ascenso revolucionário crescente. A partir de 1988, a esse cenário também foi adicionada a deflagração da “revolução política” no interior da URSS e de outros países do bloco soviético. Essa leitura de conjuntura teve um grande peso na forma como a organização encarou os eventos no bloco soviético e se posicionou diante deles.

De início, a LIT-QI não viu grandes novidades na gestão de Gorbachev, tratando-o como mais um membro da burocracia a tentar salvaguardar o regime ditatorial que se encontrava em crescentes dificuldades. Conforme suas reformas começaram a ser postas em prática, contudo, a organização passou a destacar que a *perestroika* era uma forma de fazer a classe trabalhadora pagar pelos desequilíbrios econômicos gerados pela gestão burocrática e também que ela era “contrarrevolucionária”, por fortalecer tendências restauracionistas na sociedade soviética.

Já em relação às medidas da *glasnost*, de início a LIT-QI encarou que se tratava de uma reação preventiva para evitar uma explosão social, através de concessões limitadas. Conforme elas se aprofundaram, contudo, a organização passou a considerar que tais concessões, ainda que limitadas, eram “conquistas” das mobilizações populares.

A organização, não obstante, defendeu enfaticamente que o fim da ditadura burocrática só poderia ser alcançado através de uma revolução política protagonizada pelo proletariado, e que, apenas através da democratização da gestão política e econômica obtida por tal revolução é que seria possível resolver os problemas econômicos da URSS. Pois a própria ditadura burocrática seria a raiz dos problemas de desenvolvimento

¹⁰⁵² Cf. BUELINCKX, Jan. *Radicaal-links in België en de val van de Muur: hoe overleefden de KP, de SAP en de PVDA de val van het 'reëel bestaande socialisme'?* Universiteit Gent, Licentiaat in de Geschiedenis, Nieuwste Tijden, 2001-2002. Ver Parte III, Capítulo II.

econômico, de forma que reformas desde o topo não os resolveriam. Para essa revolução pudesse triunfar, ademais, seria necessário um partido trotskista como liderança.

Em relação à Gorbachev especificamente, a LIT-QI avaliava que ele se encontrava isolado do conjunto da burocracia e, como não podia buscar apoio nas massas, que resistiam às suas medidas econômicas, se tornou cada vez mais dependente do imperialismo para se sustentar no poder. Essa dependência se revertera em concessões sem precedentes na diplomacia e defesa nacional, de forma que sua política externa colocava o Estado operário burocratizado em risco. Ademais, a LIT-QI avaliava que tal política externa se pautava pela conformação de uma “frente contrarrevolucionária” junto ao imperialismo, para desmontar o ascenso revolucionário que estaria em curso a nível mundial, uma vez que novas revoluções ameaçariam a estabilidade do regime soviético.

O imperialismo, por sua vez, teria como orientação “semicolonar” o bloco soviético, de forma que pressionava as burocracias da região por crescentes aberturas às relações capitalistas e ao capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que conformava a “frente contrarrevolucionária” para sabotar o suposto ascenso revolucionário mundial.

Em relação a Ieltsin, conforme este passou a se destacar como uma voz opositora, a LIT-QI o caracterizou como parte da burocracia e como restauracionista. Essa caracterização de restauracionista também foi feita em relação a Gorbachev a partir de meados de 1987. Assim, a organização não concedeu nenhum apoio, nem apresentou nenhum entusiasmo, com essas duas figuras. Mas ressaltou que seus planos restauracionistas só poderiam triunfar através de uma contrarrevolução sangrenta, que rompesse o poder de Estado existente para criar um novo, subordinado à burguesia e ao imperialismo, e que derrotasse a inevitável resistência proletária ao desmonte da propriedade social.

A LIT-QI apostava, portanto, nas mobilizações populares como fonte de mudanças significativas. Assim, quando as primeiras mobilizações das nacionalidades despontaram, em 1987, a organização destacou que a luta por autodeterminação nacional dentro da URSS tinha grande potencial revolucionário. Com as mobilizações do povo armênio, no ano seguinte, a LIT-QI encarou que estava deflagrada uma revolução política na URSS. Sua posição era de “apoio incondicional” às demandas das nacionalidades não-russas por autonomia ou independência.

A organização, contudo, não abordou as contradições que perpassavam tais mobilizações, nas quais o socialismo não figurava enquanto perspectiva. Ao contrário,

defendeu a independência das repúblicas bálticas sem sequer subordiná-la à manutenção da propriedade social – o que poderia diferenciá-la dos setores restauracionistas –, e declarou que as mobilizações nacionais não representavam riscos à manutenção do Estado operário. Mesmo a partir de meados de 1990, quando enfim reconheceu a predominância de setores restauracionistas à frente de tais mobilizações, manteve seu apoio “incondicional” a elas. Assim, colocou a defesa do direito democrático à autodeterminação nacional acima da defesa do Estado operário, enxergando apenas a burocracia como fonte de risco restauracionista.

O mesmo se deu com o início das mobilizações operárias grevistas na URSS, em especial mineiras, em 1989. Apesar das muitas ilusões compartilhadas pelas bases e grupos de oposição no retorno de uma economia capitalismo como sinônimo de democracia e prosperidade material, a LIT-QI encarou que a entrada em cena do proletariado fortalecia a revolução política e que uma liderança revolucionária estava surgindo com o avançar dessa revolução.

A chave interpretativa usada pela LIT-QI para lidar com a ausência de uma direção marxista à frente das massas mobilizadas, com a ausência de dualidade de poderes e de uma perspectiva socialista, foi a tese “morenista” de que revoluções (tanto as sociais nas formações sociais capitalistas, como também as políticas, nos Estados operários burocratizados) sempre ocorrem em duas “fases”, devido à crise de direção do proletariado. A primeira delas teria caráter democrático e unificaria todos os setores contrários ao regime stalinista, no caso das revoluções políticas – incluindo aqueles restauracionistas.

Caso triunfasse, o fruto dessa “revolução democrática” seria a derrubada do regime stalinista e, devido à crise de direção do proletariado, a chegada ao poder de uma “frente restauracionista”, que, não obstante, seria débil, por ter chegado ao poder apoiada nas massas (seria “kerenskista”, em alusão ao governo de Kerenski na Rússia de 1917). Para que o processo fosse concluído, uma liderança marxista forjada na luta deveria conduzir o proletariado a derrubar tal governo e instaurar seu poder, através de órgãos próprios, de tipo “soviético” (conselhos de empresa, de bairro etc.).¹⁰⁵³

Assim, para LIT-QI, os eventos de 1989 no bloco soviético (a queda dos regimes stalinistas nos países-satélites da URSS) não significaram a vitória da contrarrevolução

¹⁰⁵³ Cf. MORENO, Nahuel. *Actualización del programa de transición*, op. cit., Teses XV, XXIII, XXVI e XXVII; MORENO, Nahuel. *Revoluciones del siglo XX*. [1984] Versão digital disponível em <https://archivoleontrotsky.org/view?mfn=2420>. Acessado em 10/06/2020, p. 31-32.

capitalista, mas o triunfo da “fase democrática” da revolução política. Fase essa que também teria triunfado na URSS em fevereiro de 1990, com a eliminação do Artigo 6º da Constituição, que estabelecia o domínio do PCUS. Assim, pautada pela lógica da “revolução democrática”, a organização defendeu na prática a atuação em conjunto com forças restauracionistas, contrarrevolucionárias, na luta destas pela tomada do poder.

Tomada por um grande entusiasmo com o que encarava ser uma poderosa onda revolucionária mundial, entre 1989 e meados de 1990 a organização chegou a deixar de lado a questão da crise de direção e avaliou que as revoluções políticas no Leste se encaminhavam rapidamente para o triunfo final – avaliação consolidada nas “Teses de 90”, do III Congresso Mundial da organização. Tais Teses também encaravam que a revolução mundial avançaria rapidamente, pois a “frente contrarrevolucionária” havia perdido seu ponto de apoio na burocracia stalinista, tido como principal bloqueio a tal processo. A organização chegou, inclusive, a cogitar que a uma “Quarta Internacional de massas” estava em vias de surgir, com forças revolucionárias crescendo em todo o mundo.

Nos meses seguintes ao III Congresso ocorreu uma disputa interna na LIT-QI, com um setor da liderança internacional tendo rejeitado essa visão exageradamente otimista e de marcada cegueira voluntária, que deixava de lado as enormes contradições que perpassavam as massas mobilizadas no bloco soviético e, assim, caía em forte objetivismo. O Comitê Executivo Internacional (CEI) da LIT-QI chegou a anular as “Teses de 90”, alegando que haviam sido aprovadas de forma não-democrática, pois a liderança da seção argentina as havia apresentado em cima da hora, sem debate prévio.

Não obstante, a lógica da revolução em fases seguiu sendo usada para interpretar e delinear um programa de ação para o bloco soviético. Assim, mesmo passando a reconhecer os graves riscos restauracionistas em cena e a enfatizar a necessidade da resolução da crise de direção para o triunfo final da revolução política, a LIT-QI seguiu enxergando na reação democrática com a qual a contrarrevolução restauracionista se vestiu a “fase democrática” da revolução política e, assim, tomando o lado de forças contrarrevolucionárias.

Assim, diante dos eventos de agosto de 1991 na URSS, a organização considerou que uma nova revolução democrática havia triunfado no país, tomando o lado das manifestações lideradas por Ieltsin e seus aliados restauracionistas na Rússia. Indo mais além, a organização considerou que era um triunfo democrático o colapso da estrutura central da URSS, pois findava a “prisão dos povos”. Portanto, diante da colossal derrota

histórica que fora o triunfo da contrarrevolução capitalista no bloco soviético e a destruição da URSS, a corrente “morenista” enxergara, ao invés, uma vitória democrática.

Para a LIT-QI, o fim da URSS não significara o triunfo da restauração. Para a organização, apenas esmagando violentamente o proletariado é que a burguesia renascente poderia se alçar ao poder. Como as privatizações caminhavam de forma lenta, a organização viu nisso a prova de que a burguesia não havia retomado o poder de Estado e que a restauração se encontrava bloqueada pela mobilização proletária e, também, pela dificuldade do imperialismo em penetrar a região, tanto pela sua própria crise econômica, quanto pela resistência proletária, que impedia a criação de condições favoráveis para investimentos.

Essa análise foi formalmente mantida até 2005, quando o VIII Congresso da LIT-QI alterou significativa sua leitura dos eventos de 1980-90, passando a encarar que o Estado burguês fora restaurado ainda em 1986, com a passagem de Gorbachev à política de abertura para as relações capitalistas. Assim, os eventos do final da década teriam sido uma revolução democrática contra um regime de ditadura capitalista (equivalente ao fascismo), a primeira fase de uma revolução social, que não avançou até o fim por conta da ausência de uma liderança marxista.

A escassa bibliografia pertinente converge com tais apontamentos. Os mencionados trabalhos de Teones França e de Izabel Costa, bem como a dissertação de mestrado de Adriano Zão, ao abordarem a Convergência Socialista, seção brasileira da LIT-QI, que atuava como corrente interna do PT, destacam sua firme oposição à Gorbachev e suas reformas, e sua leitura os eventos de 1989-91 no bloco soviético terem sido revoluções democráticas triunfantes, que em breve dariam lugar à uma revolução política. Destacam, também, sua leitura eufórica e distorcida da realidade internacional, ao crerem que estava em curso um ascenso revolucionário mundial e que o socialismo avançava internacionalmente. Bem como sua negação de que havia ocorrido uma restauração na URSS e sua visão positiva da dissolução desta. Zão, ademais, faz uma análise das leituras adotadas posteriormente pelos “morenistas”, já nos anos 2000, que alterou àquela adotada no curso dos próprios eventos.¹⁰⁵⁴

Contudo, tais materiais não se aprofundam na análise das leituras apresentadas e das posições a ela atreladas, tendo caráter um tanto quanto superficial – sobretudo no caso

¹⁰⁵⁴ Cf. FRANÇA, Teones. *Op. cit.*, p. 119-130; COSTA, Izabel G. da C. *Op. cit.*, p. 78-79 e 83; ZÃO, Adriano C. V. *Perspectivas da Esquerda Brasileira Após o Fim da União Soviética*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 234-248 e 248-280.

de Costa. A exceção é a abordagem mais detida feita por Zão das novas posições adotadas pelos “morenistas” nos anos 2000, com as quais debate em profundidade, criticando-as.

Em relação aos “lambertistas”, tal qual a LIT-QI, a QI (CIR) também encarava a conjuntura internacional dos anos 1980 como sendo marcada por uma situação revolucionária nos países capitalistas, combinada ao que chamava de “marcha da revolução política” nos Estados operários.¹⁰⁵⁵ Essa visão foi determinante para suas análises e posições sobre os eventos no bloco soviético.

Dos grupos aqui analisados, a QI (CIR) foi a que mais rapidamente condenou a *perestroika*, encarando suas propostas econômicas como “contrarrevolucionárias” já nos primeiros discursos sobre o tema proferidos por Gorbachev, ainda em 1985. Para a organização, a gestão burocrática da propriedade socializada e o isolamento internacional tornavam inviável a economia soviética. Tentando resolver o problema que ela própria criara, a burocracia, através da *perestroika*, estaria tentando fazer a classe trabalhadora pagar o preço, deteriorando suas condições de vida e trabalho, através da introdução de mecanismos de mercado e maior integração ao mercado mundial. Para a QI (CIR), tais elementos, ademais, envolviam um grave risco restauracionista.

Outro grave risco restauracionista, para a organização, residia na dependência que ela enxergava de Gorbachev em relação ao imperialismo. Para a organização, estando isolado entre a burocracia, em sua maioria avessa a mudanças mais significativas, bem como isolado em relação às massas, cujas condições de vida a *perestroika* atacava, seria no imperialismo que Gorbachev teria seu principal ponto de apoio. Para a QI (CIR), em troca de sustentação política, Gorbachev oferecia ao imperialismo uma “cooperação contrarrevolucionária” no cenário internacional, buscando sabotar processos revolucionários, ao mesmo tempo em que aprofundava a função de “correia de transmissão do imperialismo” que a burocracia cumpria dentro do Estado operário. O imperialismo, por sua vez, ademais da “cooperação contrarrevolucionária”, estaria buscando crescentes aberturas às relações capitalistas no bloco soviético, para encaminhar uma restauração. Contudo, estaria fazendo isso sem buscar a queda das burocracias, o que poderia favorecer a “marcha da revolução política”.

¹⁰⁵⁵ Ver, por exemplo, EDITORIAL. Un sommet par comme les autres. *Tribune Internationale – La vérité* n. 31, dec. 1985, p. 1; EDITORIAL. Présentation. *Tribune Internationale – La vérité* n. 32, jan. 1986, p. 1; FORGUE, F. Premiers points de repère pour 1986. *La Vérité* n. 598, fev. 1986, p. 4-15; ÉDITORIAL. Sur la situation mondiale. *Tribune Internationale – La vérité* n. 39, mai. 1987, p. 3-6.

Dessa forma, a QI (CIR) não teve nenhuma simpatia pela figura de Gorbachev, visto como pró-mercado e aliado direto do imperialismo. Tampouco teve simpatia pela figura de Ieltsin, apesar deste se apresentar como um opositor “democrático” – para a organização, tratava-se de um membro da burocracia e um restauracionista, tal qual Gorbachev, mas com a perigosa diferença de tentar se aproximar do renascente movimento operário e das massas descontentes com o regime.

Em relação à *glasnost*, a QI (CIR) a interpretava como concessões limitadas por parte da burocracia, com o objetivo de aliviar a crescente pressão social contra seu regime ditadura e, assim, evitar uma explosão social. Tais limitações estariam demonstradas pela negação ao direito de autodeterminação das nacionalidades não-russas e em permitir o surgimento de organizações políticas e sindicais independentes. A *glasnost* envolveria, portanto, algumas mudanças para salvaguardar os privilégios e o poder da burocracia, não introduzindo, assim, uma real democracia proletária.

Para a organização, tal democracia, bem como a resolução dos problemas econômicas, só poderiam ser obtidos através da verdadeira democratização da gestão da economia e da política, o que demandava, para a QI (CIR), uma revolução política que removesse a burocracia do poder. Para que tal revolução pudesse triunfar, ademais, seria necessária uma liderança marxista, parte de uma Quarta Internacional reconstruída.

Com a eclosão de manifestações das nacionalidades não-russas da URSS, a partir de 1987, a QI (CIR) destacou que se tratavam de mobilizações progressistas e que poderiam contribuir para o que chamavam de “marcha da revolução política”, pois a questão nacional seria um aspecto fundamental da revolução política na URSS. Ainda que reconhecessem a presença de tendências nacionalistas e restauracionistas nessas mobilizações (ou “nacionalismo burguês”, nos termos da própria organização), a QI (CIR) enfatizou em vários momentos que tais elementos não eram “o eixo” principal de tais mobilizações (ou seja, sua característica principal), mesmo quando ficou claro que eram, sim, o elemento predominante em termos dos programas políticos das organizações à sua frente e das ilusões das massas.

Até o fim da URSS, a QI (CIR) seguiu insistindo que a luta contra a ditadura da burocracia e pela “democracia” eram os elementos centrais dessas mobilizações, de forma que defendeu seus chamados por autonomia ou independência.

Com a intensificação das mobilizações por autodeterminação de algumas nacionalidades da URSS, em 1988, a organização encarou que a “marcha da revolução

política” havia dado um salto e, com os eventos de 1989 no Leste Europeu e as greves operárias na URSS, encarou que a revolução política havia se intensificado ao ponto de provocar uma virada na conjuntura mundial e do socialismo avançar a passos rápidos na Europa. Um forte otimismo marcou as análises da QI (CIR) em 1989-91, secundarizando ou mesmo ignorando por completo as ilusões das massas de que um retorno do capitalismo garantiria democracia e prosperidade.

Dessa forma, a organização igualou as mobilizações populares à revolução política, sem levar em conta o programa concreto destas e os sujeitos políticos à sua frente. Parte disso se deu pois os “lambertistas” encaravam que os trabalhadores necessariamente defenderiam a propriedade social na qual sua forma de vida estava baseada, e também por não levar em conta que tipo de democracia era exigida pelas massas e pelos grupos de oposição. Seu otimismo era tamanho que, mesmo com a chegada ao poder de setores abertamente restauracionistas em países como Rússia, Polônia e Alemanha, a organização insistiu que uma revolução política estava em curso no bloco soviético e próxima de triunfar, apesar de não haver uma organização marxista participando das mobilizações, não haver órgãos proletários de dualidade de poder, e o conteúdo político de tais mobilizações ser pró-capitalista.

Apesar de ter denunciado as lideranças pró-restauração à frente de muitas das mobilizações, a QI (CIR) parece não ter sido capaz de compreender que os próprios setores populares compartilhavam os anseios restauracionistas delas, ainda que por razões diferentes. Assim, tomou o lado das massas lideradas por Ieltsin diante do golpe de agosto de 1991, bem como em outros casos de mobilizações contra o stalinismo no restante do bloco soviético, independentemente de seu conteúdo pró-mercado.

Assim, a organização comemorou a queda dos regimes stalinistas, minimizando o que surgiu em seu lugar. A partir de uma leitura objetivista de que a restauração capitalista na região não seria possível devido à resistência dos trabalhadores a seus efeitos práticos e à incapacidade do sistema capitalista mundial (visto como em estado de “putrefação”) de absorver novas regiões e mercados, a QI (CIR) não viu no colapso da URSS e dos regimes stalinistas uma contrarrevolução capitalista. Ao invés, enxergou a dissolução da URSS como algo positivo, pois quebrara a “ordem contrarrevolucionária mundial”, o que facilitaria o triunfo de novas revoluções sociais.

Em sua leitura, mantida ao longo dos anos 1900 e 2000 (talvez ainda hoje), a restauração capitalista no bloco soviético estaria bloqueada e a maior prova disso seria o

parco avanço da privatização dos meios de produção. Com isso, a organização deixou completamente de lado a questão-chave do poder político e do aparato Estatal, fundamental na teoria do Estado operário burocratizado.

Podemos concluir, assim, que, apesar de uma “ortodoxia” formal em relação à teoria do Estado operário burocratizado e ao programa de revolução política, frente à situação concreta no bloco soviético os “lambertistas” ignoraram os graves riscos contrarrevolucionários representados pelas mobilizações eclodidas ao final dos anos 1980 e os sujeitos políticos à frente delas. Ao invés disso, se pautaram por uma cegueira voluntária acerca de tais elementos, bem como por um profundo objetivismo, segundo o qual a luta das massas por “democracia”, ainda que em abstrato (isso é, desvinculada de relações sociais de propriedade e produção), equivalia à uma revolução política e, portanto, seria necessariamente progressista, independente do seu conteúdo político real.

Na prática, portanto, os “lambertistas” se colocaram ao lado de forças contrarrevolucionárias, ao encararem como revolução política o que se mostrou, na realidade, como uma reação democrática conduzida por forças restauracionistas para conduzirem setores de massas a um projeto restauracionista.

A escassa bibliografia pertinente, em que pese seu tratamento superficial da organização em foco, converge com tais apontamentos. Antonio Ozaí da Silva destaca, em seu breve estudo da trajetória da corrente O Trabalho do PT, que os “lambertistas” viram com animação os eventos de 1989-91 no bloco soviético, crendo que estavam em curso processos de revolução política, e afirmando que o que muitos à época caracterizavam como uma “crise do socialismo” era, tão-somente, uma crise dos regimes stalinistas, crendo que o socialismo avançava internacionalmente. Izabel Costa, em sua tese de doutorado, menciona pontualmente a visão dos “lambertistas” de O Trabalho, de que a conjuntura internacional era marcada por um forte ascenso revolucionário, o qual também se faria presente no bloco soviético, bem como sua negação de que uma restauração capitalista era possível, devido à decadência do capitalismo.¹⁰⁵⁶

Em relação aos “lambertistas” franceses do PCI, o mencionado artigo de Philippe Raynaud aponta que estes encaravam que a burocracia stalinista atuava pela restauração do capitalismo e tinham expectativa que os eventos de 1989 fossem levar a revoluções políticas vitoriosas. Raynaud destaca que essa a visão do PCI era, ao menos em parte,

¹⁰⁵⁶ Cf. SILVA, Antonio Ozaí da. O Trabalho (OT) - Corrente Interna do Partido dos Trabalhadores. Revista Espaço Acadêmico, Ano I, n. 1, [s.p.], junho de 2001, [s.p.]; COSTA, Izabel C. G. da. *Op. cit.*, p. 79-79.

fruto da sua longa proximidade com a social-democracia francesa e, portanto, da sua localização em um meio profundamente anticomunista – o que nos parece correto, dado o apego da corrente “lambertista” à defesa da democracia em abstrato diante dos eventos de 1989, e sua comemoração do colapso do bloco soviético como uma conquista democrática.¹⁰⁵⁷

Ademais, em um dos livretos de Jena-Jacques Marie sobre a história do trotskismo, os quais tem forte caráter de uma “história oficial” da corrente “lambertista”, o autor reafirmar que a QI (CIR) viu as reformas de Gorbachev como um risco contrarrevolucionária restauracionista, que viu os movimentos de 1989-91 como processos revolucionários e que viu elementos positivos na dissolução da URSS.¹⁰⁵⁸

Vejamos tudo isso em detalhes.

2.1. Quarta Internacional (Secretariado Unificado) (“mandelismo”)

2.1.1. O 12º Congresso Mundial da QI (SU) e “Democracia socialista e ditadura do proletariado” (1985)

Pouco antes da chegada de Gorbachev ao poder, a QI (SU) realizou seu 12º Congresso Mundial, em janeiro de 1985 (isto é, o 6º Congresso desde a formação da organização, em 1963). No seu documento geral, sobre “A Situação Política Mundial”¹⁰⁵⁹, a organização reafirma sua noção de que os Estados operários burocratizados viviam uma situação prolongada de crise econômica e política. No caso da URSS, em particular, o documento destaca as dificuldades econômicas graves enfrentadas pelo país e a resistência da burocracia às reformas de Andropov, de forma que a tendência seria de uma piora da situação ao longo dos anos seguintes.¹⁰⁶⁰

A partir de uma análise da situação na Polônia entre 1980-81, também reafirma a rejeição de que seria possível reformar tais regimes através de uma “democratização gradual e pacífica”, e enfatiza que a burocracia somente realiza concessões democráticas de forma parcial e temporária, cedendo ante situações de pressão vinda de baixo, ao

¹⁰⁵⁷ Cf. RAYNAUD, Philippe. *Op. cit.*

¹⁰⁵⁸ Cf. MARIE, Jean-Jacques. *El trotskismo y los trotskistas*. De ayer a hoy, la ideología y los objetivos de los trotskistas en el mundo. Madrid: POSI, 2005, p. 131-135 e 145-146.

¹⁰⁵⁹ Cf. THE World Political Situation. *International Viewpoint*, Special issue - Resolutions of 12th Congress of Fourth International, [1985], p. 7-28.

¹⁰⁶⁰ Cf. *Ibid.*, p. 19-20.

mesmo tempo em que se prepara para desferir novos ataques e recrudescer novamente o regime.

Assim, apresenta como única alternativa “uma verdadeira revolução política antiburocrática”. Tal revolução política foi definida em termos ortodoxos, enquanto uma “genuína revolução de massas, que implica a destruição de uma série de aparatos estatais específicos, incluindo especialmente os aparatos repressivos”. Também partindo do caso polonês, o documento destaca que mesmo uma mobilização massiva contra o regime não pode ser bem sucedida em derrubar a ditadura da burocracia sem uma “liderança revolucionária e determinada”.¹⁰⁶¹

O Congresso também adotou uma resolução especificamente sobre a Polônia, que já foi analisada no Capítulo 6, uma vez que se tratou de uma versão levemente expandida de um documento originalmente publicado em maio de 1982.

Ademais desses dois materiais, o Congresso ainda adotou outro dedicado especificamente à questão dos Estados operários e do stalinismo, nomeado “Democracia socialista e ditadura do proletariado”¹⁰⁶². Ele fora originalmente escrito por Ernest Mandel em 1977 e uma versão menor fora aprovada no congresso de 1979 da QI (SU). Em sua versão de 1985, tal documento se tornou uma referência central sobre o tema nas fileiras “mandelistas” ao longo dos anos seguintes, bem como uma síntese da estratégia e identidade política da QI (SU), tendo sido replicado na forma de livreto por suas seções.

Trata-se de um esforço de síntese da estratégia socialista revolucionária e da noção de ditadura do proletariado, a qual envolve também a teoria do Estado operário burocratizado e do programa da revolução política. Nesse sentido, em contraposição ao modelo de ditadura do proletariado / Estado operário baseado na “ditadura da burocracia” (fosse ela gerida por uma tecnocracia ou de forma despótica), o documento defende um modelo de regime de “democracia socialista”.¹⁰⁶³ Tal regime é definido como sendo

o poder direto do proletariado através dos conselhos de trabalhadores (ou conselhos de operários e camponeses) democraticamente eleitos, com um sistema pluripartidário e direitos democráticos plenos e irrestritos, garantidos a todos os trabalhadores, sobre a base de uma autogestão planificada e

¹⁰⁶¹ “There is no substitute for a real anti-bureaucratic political revolution in the bureaucratised workers states. Any hope of a gradual and peaceful democratisation of these states through reforms, whether they be initiated at the top or come about as a result of a split in the bureaucracy and mass pressure, is illusory. [...] The political revolution is a genuine mass revolution that implies the destruction of a series of specific state apparatuses, including especially the repressive apparatus.” *Ibid.*, p. 18.

¹⁰⁶² SECRETARIADO Unificado da Quarta Internacional. *Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado* [1985]. Cadernos Democracia Socialista, volume 1. Porto Alegre: [s.n.], 1987.

¹⁰⁶³ Cf. *Ibid.*, p. 7-9.

democraticamente centralizada da economia pelos produtores associados.¹⁰⁶⁴

O documento defende a revolução política como meio de alcançar a “democracia socialista” nos Estados operários burocratizados, os quais são apresentados como sendo a URSS, os seus estado-satélites no Leste Europeu, a China, a Iugoslávia e o Vietnã. Inclusive, destaca que o risco principal de restauração capitalista na URSS, no bloco soviético e na China reside não em uma ameaça de guerra externa, mas na própria ditadura da burocracia, pois ela bloqueia a transição ao socialismo, de forma que urge a sua eliminação.

Contudo, o documento não especifica uma estratégia para se alcançar a “democracia socialista” nesses países, não definindo, portanto, o que compreende pelo termo revolução política (diferentemente do documento anteriormente mencionado), ainda que apresente os eventos na Hungria (1956), Tchecoslováquia (1968) e Polônia (1980-81) como “experiências do início de revolução política”.¹⁰⁶⁵ Não obstante essa ausência de definição estratégica, apresenta um programa para a revolução política (conjunto de demandas), baseado em tais experiências:

A luta contra a polícia secreta, pela libertação dos presos políticos, contra a repressão de atividades políticas e sindicais que minam o monopólio do poder da burocracia governante, contra a censura de imprensa, contra a arbitrariedade judicial (isto é, a favor da lei escrita e dos direitos dos acusados a um processo e uma defesa de acordo com a lei), contra o sistema de partido único, contra o controle da burocracia sobre o sistema econômico, contra os privilégios materiais exorbitantes da burocracia e por um salto qualitativo adiante para a igualdade socioeconômica: estas são as principais aspirações que mobilizaram as massas trabalhadoras húngaras e tcheco-eslovacas a ir às ruas contra a burocracia.¹⁰⁶⁶

Cabe destacar que nesse programa está incluída a defesa do direito à atuação política de “elementos pró-burgueses”, desde que não estejam ativamente engajados em “violência contrarrevolucionária” (ou em sua preparação), o que não fazia parte da formulação original da revolução política (que falava em liberdade para os “partidos soviéticos”, significando aqueles que defendiam as conquistas sociais da revolução de 1917).¹⁰⁶⁷

Outra questão que chama atenção em contraste com a formação original da revolução política é a ausência de qualquer menção à necessidade do partido marxista

¹⁰⁶⁴ *Ibid.*, p. 32.

¹⁰⁶⁵ Cf. *Ibid.*, p. 27-30.

¹⁰⁶⁶ *Ibid.*, p. 30.

¹⁰⁶⁷ Cf. *Ibid.*, p. 24-25.

para que esta seja vitoriosa, ainda que isso seja explicitado no documento “A Situação Política Mundial”. “Democracia socialista e ditadura do proletariado”, contudo, afirma que os trotskistas não devem vacilar ou ter posição de “expectativa” (passividade?) em relação às lutas antiburocráticas. Todavia, acrescenta que tampouco devem “apresentar opções táticas” às massas, devendo “alinhar-se” à sua luta. Aponta, também, que os setores da burocracia que se apresentam como cedendo às pressões das massas diante de uma revolução política devem ser “tolerados” ou até se tornarem aliados táticos.¹⁰⁶⁸

A nosso ver, trata-se de formulações que parecem flexibilizar a necessidade de um partido marxista de vanguarda e da oposição intransigente à burocracia. Ainda que a formulação original da revolução política desenvolvida por Trotski e pela Quarta Internacional pré-Segunda Guerra aventasse a possibilidade alianças táticas com setores da burocracia que estivessem em ruptura e confronto aberto com o regime stalinista, “tolerar” indica algo diferente.

Cabe destacar também que o documento não apresenta qualquer comentário ou caracterização sobre Cuba, país que a liderança da QI (SU) não encarava como um Estado operário dotado de um regime de ditadura da burocracia, ainda que apontasse a existência de desvios burocráticos nele. Ademais, o SWP dos EUA, enquanto força minoritária no interior da QI (SU), fazia uma defesa quase acrítica do regime cubano, atuando como porta-voz do castrismo no seu país.

Dessa forma, há ausências graves em tal documento, em especial a de uma estratégia para se obter a “democracia socialista” onde ela não existe, ainda que seja usado o termo “revolução política” e um conjunto de demandas seja apresentado. Conforme foi visto nos capítulos anteriores, a QI (SU), por mais que adotasse posições alinhadas à formulação original da revolução política em ocasiões onde o proletariado se levantava contra a ditadura da burocracia, houve ocasiões em que adotou posições que se pautavam por uma expectativa de reforma do regime ou mesmo de autorreforma da burocracia, donde tais ausências ganham especial significado. A ausência da necessidade explícita do partido marxista também é significativa, uma vez que já foi visto que a QI (SU) mais de uma vez flexibilizou tal necessidade diante de processos de luta nos Estados operários burocratizados, encarando que poderiam triunfar sem um sujeito político revolucionário.

Os eventos ocorridos no bloco soviético ao longo da segunda metade dos anos 1980 representaram um teste para o programa de “Democracia socialista e ditadura do

¹⁰⁶⁸ Cf. *Ibid.*, p. 31.

proletariado” e esses pontos em que ele se afasta das formulações trotskistas originais, tanto em relação à sua validade histórica quanto à sua aplicação pela QI (SU).

2.1.2. A chegada de Gorbachev ao poder e as reformas iniciais (1985-88)

Quando da chegada de Gorbachev ao poder, a QI (SU) reagiu através de artigos em seus periódicos internacionais que apresentavam grande ceticismo frente às promessas de mudanças para reverter o quadro econômico negativo, destacando que isso demandaria desmontar aspectos centrais do regime, sobretudo o monopólio do poder político da burocracia. Ademais, destacou também a fragilidade relativa de Gorbachev, ao ser um membro mais jovem da burocracia e, portanto, não ter uma rede de alianças sólida na cúpula do partido e do regime.¹⁰⁶⁹

Após os anúncios e iniciativas iniciais de Gorbachev em prol de uma melhoria da economia da URSS, a QI (SU) seguiu mantendo forte ceticismo quanto à possibilidade de terem efeitos positivos. Em essência, sua posição acerca do tema era de que a ditadura da burocracia era o principal empecilho para uma reversão do quadro econômico negativo. Assim, ao longo de 1985, os textos em sua imprensa sobre o tema destacavam que as medidas de Gorbachev eram muito semelhantes a tentativas anteriores, que haviam fracassado devido à resistência de setores da própria burocracia e por não enfrentarem a raiz do problema, que era o próprio regime burocrático.

Nesse momento inicial, conforme expresso em dois artigos de Ernest Mandel¹⁰⁷⁰, a QI (SU) defendia que nenhuma reforma feita desde o topo, pela própria burocracia e com métodos burocráticos, poderia resolver os problemas econômicos fundamentais da URSS. Tais problemas, para a organização, só poderiam ser solucionados através da transição de um modelo de crescimento de tipo extensivo a um de tipo intensivo. Sendo que um modelo de tipo intensivo, para a QI (SU), demandaria liberdade de pensamento e de circulação de informações, para que pudesse haver inovações técnicas e científicas, e controle democrático da produção pelos trabalhadores, para que estes tivessem razões para se dedicar mais. Portanto, seria algo incompatível com o regime stalinista.

Em sua análise, na impossibilidade de realizar mudanças do tipo, a burocracia ficava limitada a reformas administrativas (aumentar o poder no topo e na base,

¹⁰⁶⁹ Cf. FOLEY, Gerry. Coronation in Moscow. *International Viewpoint* n. 72, 25/03/1985, p. 28; BEK, Marina. Nouvelle succession au Kremlin. *Inprecor*, n. 193, 01/04/1985, p. 21.

¹⁰⁷⁰ Cf. MANDEL, Ernest. The first six months of Gorbachov's reign. *International Viewpoint*, n. 83, 30/09/1985, p. 3-5; MANDEL, Ernest. Gorbachov's reforms. *International Viewpoint*, n. 84, 14/10/1985, p. 13-17.

enfraquecendo as esferas intermediárias, como os ministérios industriais centrais e das repúblicas) e a medidas coercitivas (as campanhas antialcoolismo e anticorrupção). De forma complementar, a burocracia poderia recorrer a medidas de coerção econômica, como a implementação do desemprego, mas os artigos iniciais destacavam que essa via era improvável, já que geraria desgaste com as massas proletárias, podendo ser implementada apenas de forma muito parcial.

A única alternativa verdadeira, segundo a QI (SU), passava por implementar o programa da revolução política (amplas liberdades políticas e controle democrático da produção e do Estado) e, portanto, por remover a burocracia do poder.¹⁰⁷¹

Conforme as reformas econômicas foram sendo aprofundadas e ampliadas, ao longo de 1986-87, a QI (SU) passou a enfatizar que elas buscavam fazer os trabalhadores pagarem o preço da ineficiência da gestão burocrática e que abriam brechas perigosas para a presença econômica imperialista na URSS. Em contrapartida, defendia a necessidade de uma democracia verdadeira para que a economia socializada pudesse funcionar de forma adequada, eliminando o poder e os privilégios da burocracia. Isso, enfatizava, só poderia ser alcançado a partir da mobilização da massa proletária do país, não sendo atingível a partir de reformas feitas de cima para baixo pela própria burocracia.

Dessa forma, em dois artigos de Mandel sobre as mudanças feitas na cúpula do PCUS no 27º Congresso (1986), estas foram vistas como uma disputa interna entre alas da burocracia, sobretudo entre uma ala mais tecnocrática disposta a reformas contra uma “velha guarda” gestada sob Brejnev, de inclinação conservadora.¹⁰⁷²

Em relação ao novo programa adotado pelo 27º Congresso, Mandel teceu duras críticas ao que encarou ser um aprofundamento da “degeneração teórica” e “revisionismo” do PCUS, por tal programa ter excluído qualquer objetivo histórico, focando apenas nas reformas imediatas, e também por ter redefinido uma série de preceitos marxistas clássicos como forma de definir que classes sociais, mercadorias e Estado seguiriam existindo mesmo em uma sociedade comunista, quando o cânone marxista encara que tais elementos já estariam extintos em uma formação social de tipo comunista. Essas mudanças, para Mandel, seriam uma expressão ideológica dos interesses materiais da burocracia em se perpetuar no poder.¹⁰⁷³

¹⁰⁷¹ Esse e os parágrafos anteriores cf. referências da nota anterior.

¹⁰⁷² Cf. MANDEL, Ernest. The CPSU's Congress offers few surprises. *International Viewpoint*, n. 110, 23/06/1986, p. 12-18; MANDEL, Ernest. Le nouveau programme du PCUS. *Inprecor* n. 222, 23/06/1986, p. 12-16.

¹⁰⁷³ Cf. *Ibid.*

Mesmo com o anúncio de mudanças mais profundas e de caráter mais político, a partir do pleno do Comitê Central do PCUS de janeiro de 1987, a QI (SU) manteve tal análise por mais algum tempo. Conforme afirmou Mandel em um artigo de fevereiro de tal ano¹⁰⁷⁴, Gorbachev agia “para salvar o regime burocrático, não para revertê-lo”, situando-se como defensor da “ditadura da burocracia”, ainda que uma “ditadura esclarecida”, guiada por tecnocratas e intelectuais. Assim, Gorbachev não seria um “elemento fundamentalmente antiburocrático”, mas sim parte do “setor mais lúcido” da burocracia, ciente da necessidade de mudanças parciais. Contudo, Mandel enfatiza mais uma vez que as mudanças que a URSS necessitava não poderiam ser realizadas desde o topo do regime.¹⁰⁷⁵

Ademais, em contraposição às promessas de liberalização parcial contidas na noção de *glasnost*, Mandel apresenta um programa de liberdades democráticas e fim de privilégios materiais e políticos, o qual, ele enfatiza, só poderia ser conquistadas através da “ação das massas”. Ainda que criticando tais promessas como limitadas, ele pondera que a liberalização promovida por Gorbachev abria brechas para a ação das massas, tendo, assim, algo de positivo.¹⁰⁷⁶

Interessantemente, as demandas listadas não incluem a liberdade para formação de partidos políticos de oposição ao regime e, por conseguinte, o fim do regime de partido único. Ademais, cabe destacar que tal programa é apresentado como um “teste” à democratização prometida por Gorbachev, e envolve muito mais uma democratização das instituições vigentes (legislativo, sindicatos, código penal, polícia) do que sua destruição, como preconiza a revolução política (que não é mencionada no texto).¹⁰⁷⁷

Essa consideração sobre a liberalização, ainda que parcial, abrir brechas para a ação independente das massas soviéticas, se tornou central à forma como a QI (SU) encarou a *glasnost* a partir do seu aprofundamento, em 1988. Assim, do ceticismo inicial com a possibilidade Gorbachev realizar mudanças significativas, a QI (SU) passou a ver crescentes possibilidades de uma mudança qualitativa no regime, ainda que destacasse que essa mudança não poderia ser feita meramente de cima para baixo e que enfatizasse a necessidade da ação das massas.

¹⁰⁷⁴ Cf. MANDEL, Ernest. Où va Gorbatchev? Le cours d'auto-réforme de la bureaucratie s'accélère. [10/02/1987] *Inprecor* n. 237, 02/03/1987, p. 7-12.

¹⁰⁷⁵ Cf. *Ibid.* Citações na p. 7 e 8.

¹⁰⁷⁶ Cf. *Ibid.* Citações na p. 8 e 12.

¹⁰⁷⁷ Cf. *Ibid.*

A partir de 1988, começa a existir uma grande ambiguidade na imprensa da QI (SU) acerca da possibilidade de uma democratização real na URSS sem ruptura revolucionária e do papel de Gorbachev e da *glasnost*. Vários artigos passam a dar maior ênfase às mudanças políticas e a vê-las em chave positiva, ainda que alguns deem maior destaque às suas limitações. Significativamente, o tema da revolução política (isso é, de uma ruptura revolucionária com o regime) já não aparece explicitamente nos materiais de 1988 em diante acerca da URSS, predominando a defesa de uma democratização construída pela combinação da mobilização das massas com as reformas de Gorbachev, que não é explicada em detalhes táticos.

Nesse sentido, é interessante mencionar uma entrevista de Mandel ao *Jornal do Brasil*, em março de 1988, quando ele fez uma visita a diferentes cidades brasileiras para realizar palestras. Nela, Mandel fala em “autocrítica” em relação ao mencionado ceticismo inicial da QI (SU) acerca das reformas de Gorbachev e, indo muito mais além, declara que o stalinismo na URSS estaria “morto e enterrado” e que seu retorno seria “impossível”.¹⁰⁷⁸

Uma formulação dessas, mesmo que se leve em conta o contexto mais “informal” de uma entrevista, foi significativa da profundidade com a qual a postura de Mandel e seus camaradas mudara, uma vez que, se “stalinismo” para trotskistas é sinônimo de “ditadura da burocracia”, e se o “stalinismo” estava “morto e enterrado”, então isto significava que a ditadura da burocracia na URSS havia deixado de existir? Estaria a URSS rumando para um regime de “democracia socialista” através de uma autorreforma feita por Gorbachev, combinada à pressão das massas?

Na referida entrevista Mandel enfatiza que Gorbachev não é um “democrata”, e sim um “burocrata”, e que havia riscos de que ele tentasse frear o movimento das massas por democracia, o que indica que o dirigente da QI (SU) ainda mantinha um afastamento crítico em relação ao chefe da burocracia da URSS.¹⁰⁷⁹ Cabe destacar também que, nos seus artigos na imprensa da QI (SU), formulações espetaculares sobre o fim do stalinismo não se faziam ainda presentes em 1988. Não obstante, uma mudança é bastante perceptível.

Em um artigo seu de junho de 1988, que discute o “caso Nina Andreeva”, Mandel destaca que a ala de Gorbachev aderira a uma “desestalinização” como forma de quebrar

¹⁰⁷⁸ Cf. VILLAS-BÔAS, Luciana. O otimismo trotskista na “glasnost”. *Jornal do Brasil*, 08/03/1988, p. 11; VILLAS-BÔAS, Luciana. Nem a URSS escapa do mercado. *Jornal do Brasil*, 13/03/1988, p. 7.

¹⁰⁷⁹ Cf. *Ibid.*

a resistência da ala conservadora às medidas econômicas da *perestroika*, porém uma “desestalinização desde o topo”, que geraria limitações e contradições. Não obstante, encara que se trata de algo “preferível” ao regime de Brejnev e de Stalin, ainda que não sendo “suficiente”, uma vez que, mesmo que não fosse capaz de gerar uma renascença da “real politização independente das massas”, poderia “facilitar” e “estimular” isso com as brechas que cria. Desse ponto de vista, declara ser, inclusive, uma “grande vitória” para o movimento trotskista.¹⁰⁸⁰

O que exatamente Mandel quer dizer por “desestalinização” não fica claro – se seria um desmonte dos aspectos mais repressivos do regime, ou o desmonte do próprio regime de ditadura da burocracia. Mas fica clara a visão positiva da *glasnost*, ainda que acompanhada de ponderações críticas.

Em outro, de julho de 1988, no qual tece duras críticas à política externa de Gorbachev, Mandel enfatiza que seria “apressado” condenar a *perestroika* e *glasnost* “em bloco” junto com a nova política externa, pois haveria muitas contradições em cada uma e, inclusive, elementos que precisavam ser defendidos, como a reabilitação das vítimas dos Processos de Moscou e a tolerância com greves. Ao mesmo tempo, destaca que uma defesa unilateral da *perestroika* e *glasnost* seria “inadmissível”, devendo-se julgar cada política e aspecto em separado.¹⁰⁸¹ Portanto, trata-se de uma defesa parcial das reformas.

David Seppo foi mais longe nesse tipo de avaliação, como em um artigo de fins de 1987 e outro do começo de 1988, analisando as reformas econômicas e políticas. No primeiro, a situação na URSS é comparada à “Primavera de Praga” (1968) e Gorbachev é visto como alguém que almeja uma mudança verdadeira do regime, ainda que através de uma via “reformista”, ao invés de revolucionária.¹⁰⁸² No segundo, ainda que encarando que a democratização prometida por Gorbachev não passava de uma “liberalização limitada”, e destacando que apenas a “mobilização independente da classe trabalhadora” poderia promover uma democratização verdadeira, Seppo afirma que esta mobilização precisaria se dar “possivelmente em aliança com os setores mais radicais da burocracia”, e não fala na necessidade de uma ruptura clara com o regime.¹⁰⁸³

¹⁰⁸⁰ Cf. MANDEL, Ernest. A new stage of destalinization in the USSR. *International Viewpoint* n. 143, 13/06/1988, p. 3-6. Os termos citados entre aspas encontram-se nas páginas 5 e 6, respectivamente.

¹⁰⁸¹ Cf. MANDEL, Ernest. The aims and contradictions of Gorbachev's foreign policy. *International Viewpoint* n. 145, 11/07/1988, p. 20-26.

¹⁰⁸² Cf. SEPO, David. Economic reform and democratization. *International Viewpoint* n. 128, 26/10/1987, p. 17-21.

¹⁰⁸³ Cf. SEPO, David. Perestroika and the arms race. *International Viewpoint* n. 137, 07/03/1988, p. 13-15.

Estes e outros materiais, além de não falarem em revolução política, possuem formulações dúbias que dão a entender que uma democratização verdadeira seria possível através da pressão das massas sobre a ditadura da burocracia e da aliança com os setores reformadores desta. Conforme visto nos capítulos anteriores, essa estratégia não era uma novidade para o QI (SU) e já havia sido formulada de forma mais explícita em outros momentos.

Mas havia notas dissonantes na imprensa da QI (SU), em especial os artigos de Gerry Foley. Em sua avaliação acerca da 19ª Conferência do PCUS, Foley faz críticas ao caráter limitado da liberalização defendida por Gorbachev e destaca a impossibilidade de ela levar a uma democratização real.¹⁰⁸⁴ Em suas palavras, “tomada de decisão democrática demanda a abolição do poder burocrático, a formação de órgãos de liderança democráticos, e a criação de verdadeiras vanguardas políticas (...). Nenhuma das medidas adotadas ou anunciadas pela conferência apontam nessa direção”.¹⁰⁸⁵

Essas mesmas críticas às limitações da *glasnost* foram muito presentes nos vários textos de Foley acerca das mobilizações do povo armênio (1988), os quais enfatizam que, ao ter seu poder ameaçado, a burocracia agia de forma repressora.¹⁰⁸⁶ Contudo, Foley tampouco fala em revolução política e em ruptura explícita com o regime. Mas cabe destacar que, em geral, seus textos tinham caráter mais jornalístico do que programático.

Cabe destacar também que a QI (SU) deu razoável destaque ao surgimento de alguns “grupos sociais independentes” auto-identificados como socialistas, sem ter tecido considerações mais cuidadosas e crítica a seus programas. Trata-se de um procedimento muito similar ao que foi visto em relação ao Solidariedade polonês, e que, de forma mais geral, permeava a relação da QI (SU) com organizações de vanguarda com influência de massas.

Nesse sentido, deu espaço para Boris Kagarlitski em sua imprensa e publicou o programa adotado pela “Federação de Clubes Sociais Socialistas” (FSOK) quando de sua fundação, não tecendo nenhum comentário sobre o fato destes defenderem uma economia

¹⁰⁸⁴ FOLEY, Gerry. Gorbachev's conference: how much *perestroika*? *International Viewpoint* n. 145, 11/07/1988, p. 3-4; FOLEY, Gerry. Gorbachev's conference and the crisis of the bureaucracy. *International Viewpoint* n. 146, 25/07/1988, p. 4-6.

¹⁰⁸⁵ *Ibid.*, p. 6. “Democratic decision-making would require the abolition of bureaucratic power, the formation of democratic leading bodies, and the creation of real political vanguards (the confrontation between the Armenian and Azerbaidzhani SSRS has shown how much these are lacking). None of the measures adopted or announced by the conference pointed in that direction”.

¹⁰⁸⁶ Cf., por exemplo, FOLEY, Gerry. Kremlin attempts to suppress Armenian protests. *International Viewpoint* n. 138, 04/04/1988, p. 3-4; FOLEY, Gerry. Gorbachev stabs the Armenian people in the back. *International Viewpoint* n. 154, 26/12/1988, p. 4-5.

de mercado, ainda que dotada de medidas profundas de bem-estar, tais como pleno emprego.¹⁰⁸⁷

Assim, a despeito de certo deslumbramento com Gorbachev por parte de setores socialistas no ocidente, a QI (SU) inicialmente (1985-1987) rejeitou a possibilidade de uma autorreforma do regime e foi bastante crítica de Gorbachev. Contudo, com o aprofundamento da *glasnost*, passou a avaliações positivas de aspectos das reformas políticas e encarou que uma mudança significativa estava em curso – uma “destalinização”, ainda que “limitada”. Essa reavaliação foi acompanhada de uma estratégia que, ainda que não muito explícita, preconizava a possibilidade de um fim da ditadura da burocracia através de pressões vindas de baixo combinadas a reformas vindas de cima, sem fazer referência à noção de revolução política, significando ruptura revolucionária com a ditadura da burocracia.

Provavelmente tratava-se da extensão à realidade soviética de posturas centristas em relação à estratégia revolucionária nos países capitalistas, fruto da adaptação das principais seções da QI (SU) aos setores sociais e movimentos dos quais eram próximas, sobretudo de caráter pequeno burguês e reformista.

2.1.3. A campanha pela reabilitação dos condenados nos Processos de Moscou (1987-88)

A reavaliação dos Processos de Moscou por parte do regime soviético gerou um grande impacto sobre a QI (SU), sendo o aspecto da *glasnost* que mais foi abordado em sua imprensa ao longo de 1988. Conforme destacou Mandel em um artigo de outubro de 1987, tal reavaliação tinha grande relevância pois, necessariamente, envolvia reavaliar o que havia sido o período da gestão Stalin.¹⁰⁸⁸

Frente a acusações falsas contra Trotski e os trotskistas proferidas por Gorbachev em seu discurso de comemoração dos 70 anos da Revolução Soviética, a QI (SU) publicou uma declaração rebatendo-as e defendendo que deveria haver uma “*glasnost* do passado” caso se desejasse de fato uma *glasnost* para o futuro.¹⁰⁸⁹

¹⁰⁸⁷ Cf. SEVERYUKHIN, A. Perestroika the way for independent social movements. *International Viewpoint* n. 129, 9/11/1987, p. 4-7; STATEMENT of the Federation of Socialist Social Clubs. *International Viewpoint* n. 129, 9/11/1987, p. 8-9.

¹⁰⁸⁸ Cf. MANDEL, Ernest. Moves to rehabilitate the Moscow trials defendants. *International Viewpoint* n. 128, 26/10/1987, p. 11-16.

¹⁰⁸⁹ Cf. MIKHAIL Gorbachev's speech: a new mystification history. Statement of the United Secretariat of the Fourth International. [06/11/1987]. *International Viewpoint* n. 130, 23/11/1987, p. 3-4.

A partir de fins de 1987, a QI (SU) se engajou em uma ampla campanha internacional pela anulação dos Processos de Moscou e pela “reabilitação” de suas vítimas, em especial a velha guarda do Partido Bolchevique. Para tal, colheu assinaturas de figuras destacadas dos meios progressistas e socialistas nos países onde possuía atuação (no Brasil, por exemplo, foi obtida a assinatura de Luiz Inácio “Lula” da Silva e várias outras figuras proeminentes do Partido dos Trabalhadores), as quais eram atualizadas constantemente nas páginas de suas publicações.¹⁰⁹⁰ Quando ocorreram as primeiras “reabilitações”, no começo de 1988, Mandel declarou que se tratava de uma grande vitória para o proletariado soviético e a Quarta Internacional.¹⁰⁹¹

2.1.4. A política externa de Gorbachev (1985-88)

No que tange à política externa de Gorbachev e ao chamado “Novo Pensamento”, a QI (SU) não dedicou grande atenção ao tema, havendo uma clara desproporção em relação ao número de artigos sobre ele e aqueles sobre as reformas econômicas e políticas. Mas sua análise era de que se tratava de uma política negativa, que colocava a URSS em crescente risco. Isso já havia sido apontado, em linhas gerais, na análise anteriormente mencionada do novo programa do PCUS, adotado em seu 27º Congresso (1986).

Ademais, em um artigo de Mandel de julho de 1988, o único do período dedicado a analisar de forma mais profunda a política externa de Gorbachev, ela é criticada por representar um recuo significativo em relação à política anterior da URSS, uma vez que apagava as distinções de classe na geopolítica mundial, pautando-se, ao invés, pela noção de um mundo globalizado e com problemas comuns que exigiriam soluções comuns. Isso seria uma “revisão da teoria marxista do imperialismo”, determinada pelo crescente interesse das burocracias do bloco soviético em expandirem suas relações comerciais com os países capitalistas.¹⁰⁹²

Mandel destaca que mesmo noções “revisionistas”, como a de uma “via de desenvolvimento não capitalista” para o Terceiro Mundo (formulada sob Brejnev), foram abandonadas em prol de uma “coexistência pacífica” ainda mais intensa, que sequer

¹⁰⁹⁰ Cf. CLEAR the names of the accused in the Moscow Show Trials. *International Viewpoint* n. 129, 9/11/1987, p. 10-11.

¹⁰⁹¹ Cf. MANDEL, Ernest. A historical victory. *International Viewpoint* n. 135, 22/02/1988, p. 3.

¹⁰⁹² Cf. MANDEL, Ernest. The aims and contradictions of Gorbachev's foreign policy. *International Viewpoint* n. 145, 11/07/1988, p. 20-26.

apresentava formalmente o socialismo como meta mundial. Assim, tal política externa deveria ser condenada como sendo um desvio à direita.¹⁰⁹³

Em similar tom crítico, Seppo enfatizou, em um artigo de março do mesmo ano, que a política externa de Gorbachev no tangente à corrida armamentista era marcada não mais por uma competição com o imperialismo, mas por crescentes concessões unilaterais. Tratar-se-ia, para Seppo, de uma tática para enfraquecer o “fantasma” da ameaça soviética e, assim, levar as potências imperialistas a reduzirem seus arsenais e programas militares. Para ele, contudo, isso só funcionaria na base de uma aliança internacionalista com os movimentos sociais dos países imperialistas, para pressionarem seus governos, aliança essa que só seria possível com uma “democratização” da URSS.¹⁰⁹⁴

Apesar dessas críticas, cabe destacar que as organizações europeias da QI (SU) participavam ativamente dos movimentos pacifistas e contra armas nucleares, os quais defendiam o corte dos orçamentos militares e a redução do poderio bélico (eliminação, no caso dos armamentos nucleares) tanto dos países imperialistas, quanto dos Estados operários burocratizados.

Se adaptando de forma centrista ao programa geral desses movimentos, a QI (SU) teceu críticas a incrementos do arsenal militar da URSS feitos em resposta ao aumento dos arsenais das potências europeias, em 1987,¹⁰⁹⁵ e defendeu que, na improbabilidade de um acordo de desarmamento mútuo, a URSS aprofundasse as iniciativas de redução unilateral de seu arsenal, adotadas por Gorbachev como forma de reduzir os gastos militares do país. A argumentação da QI (SU) era de que isso ajudaria a luta do movimento pacifista, eliminando (ou reduzindo) as bases concretas para os governos europeus e dos EUA justificarem sua militarização como uma resposta à suposta “ameaça soviética”.¹⁰⁹⁶

Tal posição é um claro afastamento da política de “defensismo revolucionário” dos Estados operários do trotskismo em sua origem, uma vez que envolve defender o enfraquecimento militar da URSS frente às potências imperialistas. Isso pode ser compreendido como uma revisão derivada das pressões às quais os membros da QI (SU) estavam submetidos ao participarem dos movimentos pacifistas, os quais tendiam a não

¹⁰⁹³ Cf. *Ibid.*

¹⁰⁹⁴ Cf. SEPPÖ, David. *Perestroika and the arms race*, op. cit.

¹⁰⁹⁵ Cf. ALLIO, Jacqueline. Les mouvements pacifistes dans l'autre Europe. *Inprecor* n. 199, 24/06/1985, p. 5-10.

¹⁰⁹⁶ Cf. KLEIN, Angela. How far do Gorbachov's proposals go? *International Viewpoint*, n. 85, 28/10/1985, p. 3-5.

distinguir entre os Estados operários burocratizados e as potências imperialistas, tratando ambos como uma ameaça à almejada “paz mundial” – ainda que a QI (SU) não se adaptasse inteiramente às posições predominantes em tais movimentos, criticando tal falta de distinção e também ilusões de que a “paz mundial” poderia ser obtida sem a eliminação do capitalismo.¹⁰⁹⁷

Vale mencionar ainda que, quando do acidente nuclear em Chernobil (1986), a QI (SU) emitiu uma declaração reforçando sua demanda pelo fim das bombas atômicas e também defendendo o imediato fechamento de todas as usinas nucleares do mundo, por encarar que não havia condições no então quadro de desenvolvimento tecno-científico de torná-las verdadeiramente seguras.¹⁰⁹⁸

2.1.5. A retirada das tropas soviéticas do Afeganistão (1988)

Ainda no âmbito da política externa, cabe destacar a questão da ocupação soviética do Afeganistão. Conforme sintetizado em um artigo de Salah Jaber de abril de 1987, após um debate interno realizado em janeiro de 1980, a QI (SU) se dividiu entre um setor majoritário que criticou a ocupação, mas rejeitou chamar pela saída das tropas, defendendo uma frente com elas contra forças reacionárias financiadas pelos EUA, e um setor minoritário, que defendeu chamar pela retirada das tropas por encarar que se tratava de uma violação do direito à autodeterminação do povo afegão (houve ainda um setor diminuto que apoiou a ocupação, encarando-a como progressiva). Em maio de 1981, contudo, a liderança internacional reviu sua posição, tendo a linha de chamar pela retirada das tropas se tornado majoritária, e assim permanecido.¹⁰⁹⁹

A lógica dessa posição era que, além de violar o direito à autodeterminação, a ocupação soviética reforçava as forças reacionárias, ao unificar setores da população ao seu redor em uma luta pela soberania. Tal posição, contudo, não envolvia apoiar militarmente o *Mujahideen*, mas sim a resistência do governo local contra ele e denunciar o financiamento imperialista aos reacionários.¹¹⁰⁰

Portanto, quando das negociações iniciais e do posterior anúncio de uma retirada das tropas soviética (1987-88), a QI (SU) se posicionou contra negociações feitas entre

¹⁰⁹⁷ Cf. ALLIO, Jacqueline & MANDEL, Ernest. Comment réaliser nos objectifs communs? Inprecor n. 212, 03/02/1986, p. 22-23.

¹⁰⁹⁸ Cf. UNITED Secretariat statement. *International Viewpoint*, n. 102, 30/06/1986, p. 21.

¹⁰⁹⁹ Cf. JABER, Salah. The Fourth International and Afghanistan. *International Viewpoint* n. 117, April 1987, p. 22.

¹¹⁰⁰ Cf. *Ibid.*

os EUA e a URSS e em favor da imediata retirada das tropas estrangeiras. Em uma declaração de março de 1988, a organização explicou que a retirada das tropas soviéticas seria benéfica para o desenvolvimento de um movimento revolucionário no Afeganistão e países vizinhos e afirmou que, mesmo que o governo do PC afegão caísse, isso seria melhor do que a URSS seguir por tempo indefinido no país sofrendo derrotas militares, se descreditando frente aos movimentos sociais do mundo e gerando um fortalecimento do anticomunismo islâmico dentro das suas próprias fronteiras.¹¹⁰¹

Por mais que seja um tema complexo, colocar a defesa da autodeterminação dos povos acima de uma análise de classe e da defesa das fronteiras de um Estado operário era um afastamento tanto da política leninista para a questão nacional, quanto da política trotskista de defensismo revolucionário. Dessa forma, pode-se ver mais um aspecto em que a QI (SU) se afastava das posições fundantes do trotskismo, muito provavelmente cedendo a pressões democráticas dos setores sociais e movimentos dos quais suas seções europeias eram próximas.

2.1.6. A luta das nacionalidades não-russas (1988)

Um evento que chamou grande atenção da QI (SU) e foi acompanhado em detalhes em sua imprensa foi a intensa mobilização do povo armênio em prol da reinclusão da região de Nagorno-Karabakh na RSS da Armênia (1988). Para a QI (SU), a questão nacional tinha grande potencial mobilizador na luta pela democracia socialista, pois só poderia ser resolvida com a “democratização” da URSS. Contudo, apontamentos de como essa democratização deveria ocorrer mais uma vez se fizeram ausentes, bem como a defesa explícita da revolução política.

Antes dessa mobilização se iniciar, um artigo de Gerry Foley, de março de 1987, já havia destacado que, ao longo das décadas anteriores, os desafios mais significativos à burocracia soviética em termos de manifestações de massas vieram das nacionalidades não-russas, como armênios e georgianos contra o rascunho original da Constituição de 1977, que violava direitos à língua materna. Daí, segundo Foley, a imprensa soviética ter intensificado as críticas ao “nacionalismo” após os eventos em Alma Ata (1987), o que seria uma clara limitação das promessas de democratização feitas por Gorbachev.¹¹⁰²

¹¹⁰¹ Cf. UNITED Secretariat of the Fourth International. No Soviet deals with imperialism. [21/03/1988] *International Viewpoint* n. 138, 04/04/1988, p. 28.

¹¹⁰² Cf. FOLEY, Gerry. Pravda since the Central Committee plenum. *International Viewpoint* n. 116, 23/03/1987, p. 9-11.

Foley foi o principal analista e comentador das mobilizações armênias na imprensa da QI (SU). Em um artigo de março de 1988, ele destacou que o conflito trazia à tona a necessidade de uma democracia verdadeira na URSS. Ademais, destacou também que a situação em Nagorno-Karabakh era marcada não só por manifestações de massas, mas por um “duplo poder”, uma vez que o Comitê Organizador das manifestações possuía grande influência, tendo sido com ele que Gorbachev precisou dialogar, passando por cima do PC local, e que a população armênia havia organizado grupos de autodefesa contra *pogroms*.

Dos eventos iniciais, Foley enfatizou duas lições: que há explosões de massas quando o regime burocrático perde, mesmo que só um pouco, seu controle político, e que as limitações da *glasnost* ficam claras quando há conflito reais.¹¹⁰³ Assim, nesse e em outros artigos posteriores, ele denunciou o uso da repressão pelo governo da União e destacou a contradição que essa postura trazia para as promessas de democratização de Gorbachev.¹¹⁰⁴ Porém, não fez apontamentos estratégicos de como esse “duplo poder” poderia se consolidar contra o regime burocrático.

Quando da segunda rodada de mobilizações intensas, em junho, Foley destacou que tratava-se de uma situação sem precedentes, devido à duração e escopo da greve geral em Nagorno-Karabakh e do uso de guardas de autodefesa pela população armênia. Em termos programáticos, ele defendeu que a intransigência do governo da RSS do Azerbaijão em aceitar as demandas armênias e a falta de reverberação dos apelos internacionalistas entre a população azeri tornava muito difícil resolver o conflito, de forma que seria necessário que as massas armênias se ligassem a um movimento mais amplo “por uma justa resolução da questão nacional na União Soviética”. Ao mesmo tempo, criticou o que enxergava como “limitações políticas” dessas massas, como a reivindicação por terras que já não eram habitadas por um quantitativo significativo de armênios, ainda que, historicamente, tenham pertencido à Armênia.¹¹⁰⁵

Dessa forma, apesar de ter tratado como muito avançados certos elementos da mobilização armênia (seu caráter de massas, a presença de organizações independente à sua frente e o escopo da greve geral), Foley também enfatizou o que enxergava como suas

¹¹⁰³ Cf. FOLEY, Gerry. Soviet Armenian masses mobilize. *International Viewpoint* n. 137, 21/03/1988, p. 3-5.

¹¹⁰⁴ Cf. FOLEY, Gerry. Kremlin attempts to suppress Armenian protests. *International Viewpoint* n. 138, 04/04/1988, p. 3-4.

¹¹⁰⁵ Cf. FOLEY, Gerry. Armenian protests reach new peak. *International Viewpoint* n. 144, 27/06/1988, p. 3-4.

limitações políticas e estratégicas, não vendo uma saída que não envolvesse uma luta geral contra o regime burocrático na URSS. Contudo, ele não apresentou uma estratégia para tal, nem falou diretamente em revolução política.

Foley também acompanhou o desenrolar dos movimentos por autonomia nacional e respeito às tradições culturais locais nas repúblicas bálticas. Porém, seus artigos sobre o tema tinham um caráter mais descritivo, não contendo análises aprofundadas nem propostas programáticas, salvo pela defesa um tanto quanto abstrata de que eles deveriam se unificar em prol da democratização da URSS.¹¹⁰⁶ Cabe destacar que não foram encontradas resoluções da QI (SU) sobre o tema antes de 1989.

2.1.7. Dois materiais de síntese e de perspectivas

Em dezembro de 1988, o Comitê Executivo Internacional (CEI) da QI (SU) emitiu um documento de balanço dos eventos no bloco soviético, para servir de base para os debates rumo ao 13º Congresso Mundial da organização (previsto para 1991).¹¹⁰⁷ Tal documento reforça a leitura já apresentada em artigos na imprensa internacional da organização, de que as reformas adotadas pela burocracia da URSS eram uma forma de esta tentar salvaguardar seu regime, ameaçado pela falência do sistema econômico vigente e pelos riscos de uma explosão social que tal falência gerava.¹¹⁰⁸

Na análise da organização, tais reformas estariam baseadas em uma aliança entre setores da burocracia de caráter antidemocrático e pró-mercado com setores pró-democráticos que viam o mercado como um “mal necessário”, diante do fracasso da gestão burocrática. Do ponto de vista econômico, tais reformas seriam similares àquelas tentadas nos anos 1960, focadas em criar incentivos materiais à produtividade. Contudo, tinham na *glasnost* um diferencial, com reformas políticas destinadas a quebrar a resistência de setores da burocracia avessos às mudanças – a raiz do fracasso das reformas anteriores. A mobilização das massas, porém, teria sido um efeito não intencional da *glasnost*.¹¹⁰⁹

¹¹⁰⁶ Cf. FOLEY, Gerry. Deepening of movement against national oppression. *International Viewpoint* n. 148, 03/10/1988, p. 28; FOLEY, Gerry. The confrontation over national rights sharpen. *International Viewpoint* n. 152, 28/11/1988, p. 28; FOLEY, Gerry. Gorbachev stabs the Armenian people in the back. *International Viewpoint* n. 154, 26/12/1988, p. 4-5.

¹¹⁰⁷ Cf. REFORMS in the Soviet Union, The. *International Viewpoint* n. 159, Mar. 1989, p. 26-28.

¹¹⁰⁸ Cf. *Ibid.*, p. 26.

¹¹⁰⁹ Cf. *Ibid.*, p. 26-27.

As reformas e esse seu efeito estariam gerando divisões no seio da burocracia, mas o documento ressalta que tais divisões não deveriam alimentar “ilusões na possibilidade de reformar o sistema”, pois “o estabelecimento de uma democracia socialista significaria uma revolução”. Nesse ponto, o documento corta a ambiguidade que estava predominando na imprensa da QI (SU), a qual dava a entender que seria possível uma democratização sem uma ruptura revolucionária. Ele deixa claro que a *glasnost*, por mais que estivesse realizando concessões democráticas importantes, não poderia mudar o caráter do regime. Também se posiciona contra o que afirma ser uma “falsa escolha”, entre manter o velho sistema *versus* abraçar o mercado. Como perspectiva geral, defende que socialismo significa combinação de democracia política e econômica.¹¹¹⁰

O documento enfatiza, ainda, que, para se chegar a tal conquista seria fundamental a formação de uma organização “marxista revolucionária” para liderar as massas – um elemento que estava ausente das formulações da QI (SU) até então.¹¹¹¹

Em termos de programa, o documento, além dessa defesa de alcançar um regime socialista democrático através de uma revolução (política), defende a participação nas mobilizações pela democratização das instituições existentes, instigadas pelos gorbachevistas como forma de se enfrentar com os setores conservadores da burocracia. Ressalta, contudo, que tal participação não deveria gerar ilusões de que as instituições do regime burocrático poderiam, de fato, ser democratizadas. Ao invés disso, deveria servir como uma experiência de luta para elevar a consciência das massas, superando suas ilusões reformistas.

Ainda segundo o documento, o programa a ser defendido pelos marxistas nessas mobilizações, para não ficar limitado aos *slogans* oficiais, deveria incluir a separação entre o Estado e o PCUS, a democratização do próprio PCUS e o direito a formar outros partidos. Nessa demanda por liberdade para formação de partidos, não é especificado de partidos defensores da propriedade social, ou de qualquer tipo.¹¹¹²

O documento aborda, ainda, a questão das nacionalidades, ressaltando que o marxismo havia avançado pouco para além de posições gerais, de defesa do direito à autodeterminação. Acrescenta que tal defesa não significava advogar o separatismo em toda situação, devendo cada uma ser analisada em sua especificidade, de acordo com os

¹¹¹⁰ Cf. *Ibid.*, p. 26-27. Citações na p. 27.

¹¹¹¹ Cf. *Ibid.*, p. 28.

¹¹¹² Cf. *Ibid.*, p. 28.

slogans mais adequados para impulsionar a luta contra a opressão nacional e social. Essa ponderação, contudo, destoava dos materiais publicados pela QI (SU) ao longo de 1988 sobre as lutas das nacionalidades não-russas na URSS, onde defendia as demandas por separação de forma acrítica. Essa posição seguiu ao longo dos anos seguintes, quando forças nacionalistas e separatistas passaram a hegemonizar os movimentos nacionais.¹¹¹³

As análises e posições contidas em tal documento se fizeram presentes na forma como a QI (SU) reagiu aos explosivos eventos de 1989-90. Tendo eliminado a ambiguidade que se fizera presente ao longo de 1988, sobre como realizar a democratização da URSS e sobre o papel da *glasnost* e de Gorbachev, a organização manteve, nesses anos seguintes, uma postura de oposição à burocracia, mesmo à sua ala reformadora. Assim, defendeu a perspectiva de uma revolução política como forma de assegurar a construção de um regime democrático, e enfatizou a necessidade de uma liderança marxista. Contudo, tal qual considerações sobre riscos de uma contrarrevolução restauracionista não se fizeram presentes em tal documento do CEI da QI (SU), tampouco elas foram levantadas ao longo de 1989-90, a despeito do aumento de influência de forças pró-capitalistas entre as massas mobilizadas.

Esses mesmos elementos se fazem presentes (ou ausentes) em um livro de Mandel que sintetiza boa parte do que foi apresentado até aqui, o qual foi publicado na França em 1º de janeiro de 1989 e rapidamente traduzido por organizações da QI (SU) em outros países, como no Brasil, servindo, assim, de referência para a corrente “mandelista”.¹¹¹⁴

Intitulado “Para além da *perestroika*”, nele Mandel argumenta que as ações e projetos de Gorbachev seriam fruto das contradições sociais geradas pela modernização e urbanização da sociedade soviética, bem como do crescente desgaste econômico gerado pelo bloqueio do regime burocrático à passagem a um desenvolvimento de tipo intensivo. O fato fundamental da conjuntura não seria tanto as reformas de cima, mas o “despertar das massas”, que seria irreversível, ainda que não necessariamente fosse crescer e avançar de forma constante.

Mandel avalia, ainda, que as reformas dificilmente dariam certo, pois a *perestroika* trazia consigo uma série de elementos negativos para a vida da classe trabalhadora, ao passo que a *glasnost* abria cada vez mais brechas para que esta se mobilizasse e resistisse. Ambas, no entanto, teriam elementos a serem reivindicados: o

¹¹¹³ Cf. *Ibid.*, p. 28.

¹¹¹⁴ Cf. MANDEL, Ernest. *Além da perestroika: a era Gorbachov e o despertar do povo soviético*. 2 v. São Paulo: Busca Vida, 1989.

fim da tentativa de suprimir de forma administrativa as forças de mercado, que deveriam ser eliminadas gradualmente conforme a sociedade de transição avançasse ao socialismo, e também as liberdades democráticas concedidas, ainda que fossem limitadas.

O mesmo valeria para a política externa de Gorbachev. Ainda que fosse marcada por novos revisionismos, e guiada pelo pragmatismo da necessidade de apoio tecnológico e redução de gastos militares, para Mandel, ela tinha como positivo a aposta na desnuclearização, a desocupação do Afeganistão, a redução da presença militar soviética no Leste Europeu e, com isso, a desassociação entre socialismo e agressões militares internacionais.

Cabe destacar que, ao traçar cenários possíveis para o destino da URSS, Mandel não aventa a possibilidade de uma restauração capitalista, e sim de que: 1) triunfe uma revolução política; 2) através de diferentes formas, Gorbachev seja bem sucedido em seus planos; ou 3) ocorra um recrudescimento da ditadura da burocracia, sem, no entanto, que um retorno às suas formas “staliniana” ou “brejneviana” fosse possível. Portanto, ainda que reconhecendo que o cenário era complexo, havia um otimismo no sentido de ver melhoras irreversíveis e ausência de ameaças graves, fosse de retorno de uma versão mais dura da ditadura da burocracia, fosse de contrarrevolução capitalista.¹¹¹⁵

2.1.8. Os eventos de 1989-90: “da champagne à aspirina”

Diante das eleições legislativas de março de 1989, um artigo de Mandel avalia, a despeito de muitos candidatos terem se colocado a favor do aprofundamento das reformas democráticas, que nenhum estava comprometido minimamente com os interesses da classe trabalhadora, nem mesmo com o direito de greve, considero por ele uma medida democrática fundamental. Sobre Ieltsin, que angariou grande popularidade durante a campanha eleitoral, Mandel avalia que seu grande apoio entre trabalhadores tinha a ver com sua postura “populista”, que apelava a tal setor ao denunciar os privilégios da burocracia, mas que isso não significava uma defesa dos interesses do proletariado.¹¹¹⁶

Após o resultado de tais eleições, outro artigo de Mandel afirma que elas haviam expressado um grande descontentamento das massas com regime burocrático. Contudo, argumenta que isso não fora necessariamente ruim para Gorbachev, cuja posição centrista / bonapartista teria sido fortalecida pelo enfraquecimento dos conservadores. Apesar das

¹¹¹⁵ Este e os parágrafos anteriores cf. *Ibid, passim*.

¹¹¹⁶ Cf. MANDEL, Ernest. Crisis in the East. *International Viewpoint* n. 160, Apr. 1989, p. 11-13.

críticas feitas no artigo anterior aos candidatos opositores, neste Mandel destacou três elementos neles que via como progressistas, em especial em Sakharov e Ieltsin: se colocavam contra os privilégios da burocracia, favoráveis a um maior igualitarismo e também à multiplicação de plataformas políticas.¹¹¹⁷

Apesar de Ieltsin e Sakharov serem abertamente pró-mercado, Mandel não teceu nenhum comentário sobre tal tema. A (continuada) ausência de considerações sobre riscos restauracionistas foi uma das características centrais das análises e posições da QI (SU) ao longo de 1989-90. Assim, de forma semelhante, alguns meses após as eleições, *International Viewpoint* reportou brevemente sobre a formação do Grupo Interdistrital no legislativo soviético e também da Frente Popular da Ucrânia, sem nenhuma caracterização ou mesmo comentário de seu caráter restauracionista e reacionário.¹¹¹⁸

Sobre a greve mineira de julho na Sibéria, dentre outros materiais de caráter mais jornalístico, um artigo de Seppo analisa a fundo a situação, destacando que enfim a classe trabalhadora entrara em cena, e conclui que os grevistas haviam demonstrado um alto grau de consciência política e que não seriam facilmente manipulados por nacionalistas de direita, nem por burocratas. Em tom bastante otimista, Seppo afirma que o renascente movimento operário, conforme criasse laços de unidade entre as categorias em luta, iria colocar em pauta a necessidade de democratizar a gestão econômica, e não aceitaria relações de “livre mercado”, pois, desde a generalização das relações de mercado na Europa, o movimento operário teria lutado por regulamentações estatais com vistas a assegurar justiça social.¹¹¹⁹

A partir desses eventos mais explosivos de 1989, a noção de revolução política passou a ser frequente na abordagem da QI (SU), diferentemente da ambiguidade que predominara até a resolução do CEI de dezembro de 1988. Contudo, esse tom de otimismo com as possibilidades abertas pelas mobilizações operárias continha forte traço objetivista, por negar que setores da classe trabalhadora pudessem servir a interesses reacionários. Tais afirmações de Seppo logo se mostraram equivocadas, dada a aproximação do renascente movimento operário soviético com Ieltsin e outros “democratas radicais”, pró-capitalistas.

¹¹¹⁷ Cf. MANDEL, Ernest. Soviet elections get out of hand. *International Viewpoint* n. 161, Apr. 1989, p. 3-4.

¹¹¹⁸ Cf. *International Viewpoint* n. 169, Sep. 1989, p. 12.

¹¹¹⁹ Cf. SEPPON, David. Miners' strike opens new act in perestroika. *International Viewpoint* n. 170, Oct. 1989, p. 10-17.

Outro elemento importante de 1989 foi a escalada dos conflitos interétnicos entre armênios e azerbaijanos, bem como a intervenção militar na região pelo poder central. Como de praxe, tais eventos foram cobertos de forma bastante jornalística por artigos de Foley, sem que propostas programáticas fossem apresentadas para além de comentários muito gerais acerca da necessidade de se respeitar o direito à autodeterminação dos povos, bem como sem que fosse apresentada uma caracterização das lideranças envolvidas.¹¹²⁰

No segundo semestre do ano, Mandel escreveu um artigo mais denso, de balanço dos eventos no bloco soviético.¹¹²¹ Nele, afirma que os eventos na região eram marcados não pelo risco da restauração capitalista, mas pela luta entre democracia socialista / revolução política *versus* um recrudescimento dos regimes burocráticos. Sua explicação é que a pequena e média burguesia existente nos Estados operários eram por demais fracas para conduzirem uma restauração, mesmo com apoio do imperialismo. Para ele, a alternativa mais provável para uma restauração seria que ela fosse conduzida pela ala reformadora da burocracia. Contudo, o setor majoritário da burocracia perderia seu poder e privilégios com uma restauração e, assim, não estaria a favor de tal perspectiva. Portanto, não haveria risco significativo de restauração, a despeito das medidas de crescente abertura às relações de mercado.¹¹²²

Mandel afirma ainda que na Polônia e na Hungria a burocracia permanecia no poder, isso é, no controle do aparato estatal, não as “forças pró-capitalistas” que haviam assumido os governos desses países. A burocracia somente poderia ser extirpada de seus poderes e privilégios, segundo Mandel, através da sua derrubada por uma ação política consciente do proletariado ou de uma verdadeira burguesia. Ademais, para haver uma restauração, a classe trabalhadora precisaria sofrer uma “derrota decisiva” em um conflito social violento. Daí ele conclui que o cenário mais provável na URSS seria o de vitória da revolução política.¹¹²³

Mandel, assim, descartava a possibilidade de conversão da burocracia em burguesia como forma de salvaguardar seus privilégios, e de que, como parte dessa conversão, se aliasse a forças políticas contrarrevolucionárias e a forças imperialistas para destruir o Estado operário e reconstruir em seu lugar um Estado burguês, como na Polônia

¹¹²⁰ Cf., por exemplo, FOLEY, Gerry. Who benefits from the blocked of Armenia? *International Viewpoint* n. 172, Oct. 1989, p. 15.

¹¹²¹ Cf. MANDEL, Ernest. Glasnost and the crisis of the communist parties. *International Viewpoint* n. 172, Oct. 1989, p. 19-27.

¹¹²² Cf. *Ibid.*, p. 24.

¹¹²³ Cf. *Ibid.*, p. 25.

e outros países do bloco soviético. Conversão essa que já era um processo em curso na URSS, graças às medidas de expansão de relações de mercado, reintrodução de propriedade privada e desmonte do monopólio do comércio externo.

O risco contrarrevolucionário estava tão descartado pela QI (SU) que, em meio aos debates na URSS de adoção mais ampla do mercado, já não mais como um mecanismo de regulação da economia socializada, conforme inicialmente apresentado por Gorbachev, mas como parte de um projeto de reintrodução em grande escala da propriedade privada e da restauração das relações capitalistas, materiais e declarações da organização enfatizavam que o mercado não era algo a ser descartado em uma sociedade de transição. É o caso, por exemplo, de alguns textos de Seppo e de Mandel, que argumentam contra a polarização entre economia de mercado e economia de comando burocrático.¹¹²⁴

Por mais que, em nossa avaliação, tais colocações fossem corretas, o contexto em que elas foram feitas era completamente inadequado, uma vez que o debate público nos Estados operários não era sobre como deveria funcionar uma economia de transição entre o capitalismo e o socialismo, mas sobre restaurar o capitalismo. Tal inadequação fica evidente em artigo de Mandel sobre a greve mineira de julho na Sibéria, publicado na edição de julho-agosto de 1989 do jornal da LCR da França (*Rouge*), no qual afirma que o elemento essencial daquela mobilização era a reivindicação da autogestão, “qualquer que seja a forma de propriedade que prevaleça”¹¹²⁵.

Essas visões otimistas da QI (SU) foram parcialmente contrabalanceadas em um artigo de Seppo do início de 1990, no qual analisa mais a fundo o renascente movimento operário na URSS, em especial o setor mineiro.¹¹²⁶ Dois apontamentos são enfatizados, o de que tal setor demonstrava uma politização na forma de aspirações democráticas e fortes sentimentos antiburocráticos, e de que havia uma tendência a tais elementos se desdobrarem em rejeição a qualquer forma de economia planificada e de administração estatal da economia. Seppo explica tal tendência pela influência da mídia de massas e da *intelligentsia* pró-mercado. Assim, reconhece que uma perigosa contradição perpassava a entrada em cena da classe trabalhadora soviética, fruto de uma forte campanha ideológica liberal. Ao debater tal assunto, Seppo menciona que Ieltsin estava entre os que

¹¹²⁴ Cf. MANDEL, Ernest. Crisis in the East. *Op. cit.*; SEPPPO, David. What are Soviet workers thinking? *Op. cit.*

¹¹²⁵ *Apud* EDITORIAL. *Tribune Internationale – La Vérité*, n. 51, sep. 1989 p. 5.

¹¹²⁶ Cf. SEPPPO, David. What are Soviet workers thinking? *International Viewpoint* n. 178, Feb. 1990, p. 13-15.

defendiam que uma democratização política só poderia ocorrer com o desmonte da economia estatizada e planificada.¹¹²⁷

Seppo ilustra as contradições que perpassam o movimento operário renascente ao debater o programa da “União dos Trabalhadores de Kuzbass”. Em sua avaliação, apesar de se declarar socialista e ser fortemente antiburocrático, tal programa mesclava demandas de mudança do modelo econômico que, na prática, significaria o estabelecimento de uma economia de mercado.¹¹²⁸

Não obstante reconhecer tais problemas, Seppo destaca que havia vozes socialistas, defensoras da manutenção da propriedade socializada e da economia planejada sob um regime político democrático. Apesar de estas estarem excluídas do debate público, então hegemonizado por uma coalizão pró-mercado, composta por setores da burocracia em aliança com a *intelligentsia* liberal e os “novos ricos”, Seppo afirma que os socialistas conseguiriam mudar a situação.¹¹²⁹

De forma semelhante, diante da abolição do Artigo 6º da Constituição da URSS, sobre o “papel dirigente” do PCUS, aprovado pela reunião do CC de fevereiro de 1990, diferentemente de boa parte das “internacionais” trostkistas, que comemoraram a mudança como sendo uma vitória democrática das massas, um artigo de Foley argumenta se tratar de algo de menor importância, pois sua abolição teria sido iniciativa dos setores reformadores da burocracia e, principalmente, tal artigo só fora criado em 1977, de forma que a ditadura da burocracia não dependeria de tal dispositivo legal. Em suas palavras, “o sistema de partido único foi criado e mantido sem ele”.¹¹³⁰

Para Foley, muito mais relevante do que uma suposta democratização através da abolição do Artigo 6º, era a possibilidade de criação de um presidencialismo forte, conforme proposto por Gorbachev, o que significaria uma ditadura bonapartista, inclusive sobre o próprio PCUS. Foley destaca, ainda, que algo similar já vinha acontecendo a nível das repúblicas, uma vez que algumas delas já haviam abolido tal artigo e, não obstante, introduzido medidas que recrudesciam o regime.

Assim, no começo de 1990, a QI (SU) deixou parcialmente de lado o otimismo do ano anterior e reconheceu limitações dos movimentos de massas e tendências negativas em curso em termos das mudanças no regime burocrático. Certamente um fator que

¹¹²⁷ Cf. *Ibid.*, p. 13.

¹¹²⁸ Cf. *Ibid.*, p. 14.

¹¹²⁹ Cf. *Ibid.*, p. 14-15.

¹¹³⁰ Cf. FOLEY, Gerry. Debates erupt at Soviet CP Plenum. *International Viewpoint* n. 179, Feb. 1990, p. 6-8. Citação na p. 6.

influenciou nessa mudança foi o curso assumido pelos eventos na RDA, que passaram rapidamente de manifestações pela democratização do regime para um processo de reunificação nacional direcionado para a restauração do capitalismo. Conforme se verá adiante, a QI (SU) reconheceu que o curso dos eventos na Alemanha apontava para uma derrota histórica do proletariado e, conforme comenta Daniel Bensaïd, em seu livreto sobre a história do trotskismo, enquanto os eventos de 1989 foram celebrados com champagne por parte da militância da QI (SU), logo seguiu-se a aspirina para a ressaca.¹¹³¹ Pelo visto foi sob o efeito dessa ressaca que a organização reavaliou a situação na URSS e mudou um pouco seu tom diante dos novos eventos de 1990.

Quando o cargo de Presidente da URSS foi de fato criado, poucos meses depois, Seppo dedicou um artigo ao tema, no qual defende que se tratava de uma forma de Gorbachev impor medidas impopulares visando à construção de uma economia de mercado e de criação de amplos setores privados, bem como de estar melhor preparado para enfrentar as possíveis resistências populares aos efeitos de tais medidas. Assim, por mais que Gorbachev buscasse uma legitimidade de ares democráticos, ao aproximar-se do novo legislativo em detrimento do PCUS, sua intenção verdadeira seria concentrar ainda mais poderes, para melhor conduzir suas reformas.¹¹³²

Um artigo de Poul Larsen sobre o 28º Congresso do PCUS reforçou tal leitura, ao destacar que Gorbachev fora o principal beneficiado pela composição das delegações, tendo conseguindo avançar em seu projeto de enfraquecer o partido em benefício da presidência e de avançar nas reformas de mercado.¹¹³³

A partir de meados de 1990, a QI (SU) também alterou seu tom em relação ao significado das reformas de Gorbachev e das propostas da oposição dos “democratas radicais”, alertando que ambos estavam alinhados a um projeto de restauração capitalista, não mais de reforma do regime burocrático.

Assim, um artigo de Seppo destacou que as disputas entre conservadores e liberais no 28º Congresso do PCUS seriam, essencialmente, entre projetos diferentes de como salvaguardar os interesses materiais da burocracia: mantendo o partido no centro da gestão econômica, ou estabelecendo uma economia organizada pelo mercado.¹¹³⁴

¹¹³¹ Cf. Bensaïd, Daniel. *Op. cit.*, p. 127-128.

¹¹³² Cf. Seppo, David. Gorbachev: what lies behind the new presidential powers? *International Viewpoint* n. 182, Apr. 1990, p. 5-6.

¹¹³³ Cf. Larsen, Poul Funder. Last call for the CPSU. *International Viewpoint* n. 190, Jul. 1990, p. 20-23.

¹¹³⁴ Cf. Seppo, David. Perestroika in crisis. *International Viewpoint* n. 189, Jul. 1990, p. 3-7.

Já um artigo de Catherine Verla argumentou que, enquanto os conservadores buscavam manter o “*status quo*” e os supostos “democratas”, por ela caracterizados como liberais, desejavam uma transição radical a uma economia liberal de mercado, Gorbachev buscava uma transição gradual a uma economia assim. Ela destaca, assim, que as propostas de uma economia de “mercado regulado” já não mais estavam em pauta entre os setores majoritários da burocracia, ao invés, em suas palavras, “passamos da era da reforma à dos projetos restauracionistas”. Tratava-se de transformar a URSS em “um caos burocrático-capitalista pendurado no capital estrangeiro”, tal qual já vinha ocorrendo na Polônia e Hungria.¹¹³⁵

Essa mudança de tom por parte da QI (SU) em relação à situação na URSS também envolveu o reconhecimento da possibilidade de mobilizações populares serem instrumentalizadas para projetos restauracionistas. Assim, no artigo de Seppo que acabamos de mencionar, apesar do autor afirmar que os trabalhadores soviéticos supostamente tinham um maior apego a “valores e ideias socialistas” que os dos demais países do bloco soviético, ele alerta que a oposição a uma economia generalizada de mercado não se traduzia automaticamente em “ação política por uma alternativa socialista”, e que a contínua deterioração da situação econômica podia ser usada pelos liberais para manobrar os trabalhadores.¹¹³⁶

Ademais, apesar de comemorar o que via como o surgimento de forças políticas socialistas, a QI (SU) não deixou de reconhecer que eram pequenas e pouco influentes, e que estavam em franca desvantagem em relação aos liberais. Tais forças seriam, principalmente, os “Novos Socialistas”, que pretendiam refundar um Partido Socialista, e a “Plataforma Marxista” do PCUS, mas também envolveriam elementos socialistas dispersos na “Plataforma Democrática”, anarcossindicalistas, alguns elementos dos movimentos ecologistas e social-democratas de esquerda.¹¹³⁷

A organização também se solidarizou com o efêmero “Movimento de Forças de Esquerda”, composto por algumas dessas forças mencionadas, em oposição aos planos de Gorbachev e de Ieltsin para transformar a URSS em um “caos capitalista-burocrático” (de onde Verla parece ter tirado tal termo, usado no artigo acima mencionado).¹¹³⁸

¹¹³⁵ Cf. VERLA, Catherine. The dictatorship of the pro-marketeers. *International Viewpoint* n. 192, Oct. 1990, p. 3-5. Citações nas p. 4 e 5, respectivamente.

¹¹³⁶ Cf. SEPP, David. *Perestroika in crisis*. Op. cit., p. 7. Citação na p. 7.

¹¹³⁷ Cf. *Ibid.*, p. 7; VERLA, Catherine. *The dictatorship of the pro-marketeers*. Op. cit., p. 5.

¹¹³⁸ Cf. AGAINST bureaucratic-capitalist chaos. *International Viewpoint* n. 194, Nov. 1990, p. 9-10.

Diante da mudança de tom acerca do que ocorria na URSS, até mesmo os artigos sobre as lutas nacionais (quase sempre escritos por Foley), até então marcados pela ausência de comentários críticos sobre suas lideranças, passaram por uma mudança de longo de 1990, ainda que menos enfática.

Assim, por um lado, imprensa da QI (SU) reforçou várias vezes ao longo deste ano a defesa do direito à autodeterminação e, inclusive, da separação de algumas regiões da URSS – ela abordou em tom de comemoração as declarações de independência das repúblicas bálticas e se posicionou contra a ocupação da Lituânia por tropas do poder central.¹¹³⁹ Alguns artigos, inclusive, abordaram em tom positivo algumas das “Frentes Populares”, por oferecerem uma “crítica fundamental à opressão nacional stalinista” e “uma perspectiva de democratização radical das relações sociais”, conforme afirmou Foley.¹¹⁴⁰

Por outro lado, porém, a partir da metade de 1990 em diante, considerações críticas sobre as organizações e movimentos nacionais começaram a aparecer. Por exemplo, a afirmação de Foley de que a defesa da propriedade privada era um consenso no movimento nacional estoniano e que a retórica nacionalista estava se tornando forte no movimento letão.¹¹⁴¹ Também a afirmação de que forças “direitistas” estavam se fortalecendo nos movimentos nacionais bálticos e ucraniano, pautadas pelo nacionalismo e pela defesa de privatizações.¹¹⁴²

Assim, ainda que tardiamente, a QI (SU) reconheceu tendências reacionárias e pró-capitalistas que permeavam os movimentos nacionais no interior da URSS, como parte de uma mudança mais geral de leitura dos acontecimentos no país, marcada pelo alerta de que forças liberais pró-restauração eram hegemônicas entre as massas e de que o próprio regime passara a se orientar por um projeto restauracionista. Contudo, tal reconhecimento tardio não alterou suas posições programáticas em relação aos movimentos nacionais, de forma que a organização seguiu defendendo o direito de tais movimentos romperem a unidade da URSS, mesmo que tudo indicasse que isso seria feito para assegurar uma contrarrevolução capitalista a nível local.

¹¹³⁹ Cf. FOLEY, Gerry. “Lithuania cannot shift the Kremlin alone”. *International Viewpoint* n. 185, May 1990, p. 9-10; JABER, Salah. Lithuanian independence and the future of the Soviet Union. *International Viewpoint* n. 183, Apr. 1990, p. 3-4.

¹¹⁴⁰ Cf. FOLEY, Gerry. “We need an ideology”. *International Viewpoint* n. 186, Jun. 1990, p. 10-12.

¹¹⁴¹ Cf. FOLEY, Gerry. The politics of Baltic independence. *International Viewpoint* n. 188, Jul. 1990, p. 7-10.

¹¹⁴² Cf. FOLEY, Gerry. Each to their own market. *International Viewpoint* n. 194, Nov. 1990, p. 6-9.

Outra mudança relevante ocorrida ao longo de 1990 foi em relação a Ieltsin. Ao passo que outras “internacionais” trotskistas já o denunciavam como um demagogo contrarrevolucionário, foi apenas a partir de meados de tal ano que os “mandelistas” passaram a caracterizá-lo de forma semelhante. Até então, o caracterizavam de forma ambígua e pouco precisa – ou, mais frequentemente, simplesmente o mencionavam em seus materiais sem nenhuma caracterização de suas posições.

Assim, se antes Ieltsin era descrito como um “reformador radical”¹¹⁴³, ou mesmo tinha enaltecido seu suposto combate aos privilégios burocráticos¹¹⁴⁴, ele passou a ser apresentado como um “liberal”¹¹⁴⁵ e “restauracionista”¹¹⁴⁶. Não obstante essa caracterização, a nosso ver correta, a QI (SU) tomou o lado de Ieltsin durante os eventos de agosto do ano seguinte.

2.1.9. 13º Congresso Mundial da QI (SU): “crise de credibilidade do socialismo” (1991)

Entre 7 e 17 de fevereiro, foi realizado, na Itália, o 13º Congresso Mundial da QI (SU) (isto é, o 7º desde a formação da QI (SU), em 1963). Estiveram presentes cerca de 200 delegados e observadores, representando 80 organizações de 48 países. Participaram, entre outros convidados, Josef Pinior, da Polônia, Petr Uhl, da Tchecoslováquia (então membro do governo restauracionista do “Fórum Cívico”), Alexander Buzgalin, dirigente da “Plataforma Marxista” do PCUS, um dirigente do PC da Rússia (formado pelos “conservadores” do aparato), e membros do “Esquerda Unida” da ex-RDA.¹¹⁴⁷

O balanço central que permeou os debates do Congresso foi de que o momento era marcado pela “crise de credibilidade do socialismo” – portanto, uma avaliação diametralmente oposta à euforia de outros setores do movimento trotskista, como “lambertistas” e “morenistas”. No que tange aos eventos no bloco soviético, os documentos aprovados enfatizaram o atraso de consciência das massas, que estavam rejeitando o socialismo ao se manifestarem, a passagem das burocracias stalinistas a um projeto de restauração capitalista como forma de assegurar seus privilégios, e, portanto,

¹¹⁴³ Cf. FOLEY, Gerry. Debates erupt at Soviet CP Plenum. *Op. cit.*

¹¹⁴⁴ Cf. MANDEL, Ernest. Soviet elections get out of hand. *Op. cit.*

¹¹⁴⁵ Cf. SEPPO, David. Gorbachev: what lies behind the new presidential powers? *Op. cit.*; SEPPO, David. Perestroika in crisis. *Op. cit.*

¹¹⁴⁶ Cf. VERLA, Catherine. The dictatorship of the pro-marketeers. *Op. cit.*

¹¹⁴⁷ Cf. BUREAU du Secretariat unifié. XIIIe Congrè Mondiale. Inprecor n. 325, mar. 1991, p. 26-27; *Quatrième Internationale* n. 40-41, avr.-juin. 1991.

o grande risco de uma contrarrevolução capitalista – que, como vimos, na verdade já havia ocorrido em boa parte do bloco soviético àquela altura.

Seu documento sobre a situação mundial avalia que o período histórico aberto no pós-Segunda Guerra se encerrara com os eventos no bloco soviético – colapso dos regimes stalinistas, unificação alemã e crise da burocracia soviética. O novo período que se abria seria marcado tanto pela tentativa de construção de uma “nova ordem mundial” pelas potências imperialistas, quanto pelo fracasso, até então, de tal tentativa, de forma que a instabilidade política seria uma marca fundamental do momento.¹¹⁴⁸

Essa dificuldade do imperialismo em pôr em prática seu projeto, contudo, não significaria que a situação fosse mais favorável aos trabalhadores e à causa socialista. Conforme afirma o documento, “o despertar dos trabalhadores e povos [do bloco soviético], bem como a pressão do mercado mundial, está, num primeiro momento, favorecendo o imperialismo”. Com as brechas abertas pela crise dos regimes stalinistas, o imperialismo estaria conquistando alguns pontos no Leste Europeu, ademais de ter obtido uma vitória significativa com a unificação alemã. Essa situação seria fruto de uma série de derrotas que o proletariado vinha sofrendo internacionalmente desde os anos 1970. Assim, para a QI (SU), “a derrubada das ditaduras [da burocracia] é uma vitória dos oprimidos, mas a afirmação de tendências rumo à restauração do capitalismo é uma derrota para os interesses históricos dos explorados”.¹¹⁴⁹

Não obstante, apesar das derrotas sofridas pelo proletariado, o imperialismo estaria em situação instável, pois a perda de poder da URSS abriria novas disputas interimperialistas, o projeto de restauração capitalista no bloco soviético encontrava dificuldades econômicas, políticas e sociais para avançar e, ademais, contradições sociais, em especial no terceiro mundo, poderiam gerar novas explosões revolucionárias em breve. Daí a avaliação de que a marca do novo período seria a instabilidade.¹¹⁵⁰

Não obstante, de forma contraditória – e mesmo incoerente –, o documento avalia que o colapso do stalinismo abria “novas perspectivas” para a luta revolucionária, uma vez que os regimes stalinistas ajudavam a bloquear revoluções nos países avançados. Assim, não tratou como uma derrota histórica os eventos de 1989-90, ainda que enxergando aspectos negativos neles. Ademais, afirma que estava em cursos desde os

¹¹⁴⁸ Cf. RESOLUTION on the international situation. “New world order” or international instability? *International Marxist Review* n. 11-12, Summer 1991, p. 17-48.

¹¹⁴⁹ Cf. *Ibid.*, p. 18-19. Ambas citações na p. 18.

¹¹⁵⁰ Cf. *Ibid.*, p. 21.

anos 1980 um ascenso global por democracia, não apenas no sentido eleitoral, mas de autogestão, o que representava uma alternativa socialista ao stalinismo.¹¹⁵¹

Essas últimas considerações mostram que, apesar de reconhecer alguns dos graves problemas que perpassavam os eventos no bloco soviético, a QI (SU) não percebera que a democracia fora instrumentalizada por forças restauracionistas como forma de fazer triunfar contrarrevoluções na região, através de processos de reação democrática.

Sobre os eventos no bloco soviético de forma mais específica, o documento enfatiza que eram a demonstração da “falência histórica” do stalinismo, e que as manifestações de massas por democracia e contra os privilégios e desigualdade social na RDA, Hungria e Tchecoslováquia eram o “princípio de revoluções antiburocráticas”, mas que haviam seguido rumos inesperados.

Na sua avaliação, como revoluções políticas se iniciam ao redor de demandas democráticas gerais, que são comuns às forças lutando por democracia socialista e por restauração capitalista, o desmoronamento das forças burocráticas liberara forças contraditórias. Assim, declara que havia uma “esperança”, a partir de eventos anteriores (décadas de 1950-60), de que a predominância da propriedade social fosse favorecer os projetos de autogestão e de democracia socialista, mas que isso não fora confirmado pelos fatos, com os projetos restauracionistas tendo predominando entre os movimentos de trabalhadores por democracia. Órgãos de autogestão e correntes políticas revolucionárias seguiam sendo muito marginais e embrionários, como fruto de anos de repressão. Conforme o documento, tal avaliação sobre o predomínio de forças restauracionistas também se aplicaria aos movimentos nacionais, por mais que as demandas destes fossem legítimas.¹¹⁵²

A despeito de tal avaliação, o documento afirma que a “primeira” onda de “revoluções antiburocráticas”, apesar de não ter levado o proletariado ao poder, tampouco teria levado a burguesia a ele. Para a QI (SU), por mais que houvesse setores desejosos de realizar uma restauração capitalista, sua força social seria por demais limitada no momento. Portanto, conclui que, a despeito dos abalos e derrotas sofridos pelo stalinismo, “em geral o aparato burocrático continua a exercer o poder”.¹¹⁵³

Ao analisar em profundidade o fracasso do stalinismo, no sentido da incapacidade de realizar o “socialismo em um só país” e das graves consequências econômicas da

¹¹⁵¹ Cf. *Ibid.*, p. 18.

¹¹⁵² Cf. *Ibid.*, p. 22-25.

¹¹⁵³ Cf. *Ibid.*, p. 27.

gestão burocratizada, o documento conclui que a burocracia do bloco soviético passou a uma posição restauracionista.¹¹⁵⁴ A explicação é de que, não vendo mais possibilidade de manter o sistema, e tendo as tentativas de reformá-lo fracassado, a transformação em burguesia seria uma forma de manter seu padrão material de vida, ou mesmo de elevá-lo. Contudo, avalia que isso não seria um processo fácil de realizar, pois a captura das empresas estatais geraria resistência dos trabalhadores, uma vez que levaria à piora das suas condições de vida, e haveria competição com o imperialismo.¹¹⁵⁵ Ademais, afirma que:

Para o processo restauracionista ser consumado, o poder precisa ser tomado por uma força capitalista constituída, a parte principal da máquina de Estado precisa ser reorganizada e, acima de tudo, as relações sociais precisam ser submetidas a uma produção de mercado generalizada submetida à lei do valor.¹¹⁵⁶

Acrescenta, ainda, que, apesar de a dominação do poder estatal por forças pró-capitalistas ser um instrumento essencial da contrarrevolução, as principais forças restauracionistas seriam o capital estrangeiro e suas agências internacionais.¹¹⁵⁷

Apesar de exatamente isso ter ocorrido na Polônia e outras partes do bloco soviético em 1989-90, a QI (SU) avaliava que apenas na RDA havia ocorrido uma contrarrevolução vitoriosa (ver adiante). Ainda que reconhecendo que a burocracia havia passado a uma via restauracionista, que outras forças restauracionistas atreladas ao imperialismo hegemonizavam as manifestações de massas contra os regimes stalinistas, e que tais forças chegaram ao poder em vários países, a QI (SU) não reconhecia que contrarrevoluções haviam triunfado. Ainda que isso não tenha se expressado no documento em questão, o fato de que a maior parte da economia dos países do bloco soviético seguia sendo estatal era um dos fatores que levavam a QI (SU) a tal leitura, conforme se verá adiante.

No que tange às questões programáticas, o documento reafirma a adesão da QI (SU) à perspectiva da revolução política e da democracia socialista. Coerente com o balanço acerca do uso da democracia ter sido usado como bandeira pelas forças

¹¹⁵⁴ Outro documento aprovado no Congresso analisou ainda o fracasso das reformas econômicas dos anos 1960-70 e afirma que tal fracasso era parte importante da passagem de setores-chave da burocracia a projetos restauracionistas. Cf. RESOLUTION on the Soviet Union. Decomposition of the bureaucratic regime and struggle for socialist democracy. *International Marxist Review* n. 11-12, Summer 1991, p. 51-55.

¹¹⁵⁵ Cf. RESOLUTION on the international situation, *op. cit.*, p. 28.

¹¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 27.

¹¹⁵⁷ Cf. *Ibid.*, p. 28.

restauracionistas, destaca que a defesa da democracia deve estar associada à determinado conteúdo social, de forma que lista uma série de demandas contra o desmonte da propriedade social e das condições de vida dos trabalhadores, apresentando como norte uma economia socializada e democraticamente planificada. Enfatiza, assim, que democracia não pode ser identificada apenas com eleições parlamentares. Não obstante, em relação à questão nacional, reforça a defesa do direito à autodeterminação e à independência nacional, mas não associa esse direito à manutenção da propriedade social, apesar de apresentar como norte uma “livre associação de repúblicas socialistas livres do controle burocrático”.¹¹⁵⁸

O documento destaca, ainda, que, para que tal programa pudesse ser posto em prática, era necessário “um partido revolucionário capaz de lutar contra a burocracia e as forças restauracionistas”. O primeiro passo para tal seria conquistar a independência de classe, na forma de um “partido de trabalhadores independente da burocracia e do imperialismo”, bem como sindicatos independentes.¹¹⁵⁹

Um outro documento foi dedicado a debater em detalhes a “Decomposição do regime burocrático e a luta por democracia socialista”.¹¹⁶⁰ Além de reafirmar o já dito anteriormente, esse documento dá maior ênfase ao que encara ser a “crise do ideal socialista”. Ele destaca que o que estava emergindo como alternativa ao stalinismo na consciência das massas do bloco soviético era a restauração capitalista, uma vez que elas estavam igualando socialismo à stalinismo, ou seja, à ditadura da burocracia. Essa adesão das massas à restauração, ademais de tal confusão ideológica, se explicaria ainda pela crescente distância entre o crescimento e produtividade dos Estados operários burocratizados em relação aos centros do capitalismo, bem como ao fracasso de tentativas de reformar os regimes stalinistas. Assim, aquelas formações sociais estariam aparecendo cada vez mais às massas como inviáveis e indesejáveis, ao passo que o capitalismo aparecia enquanto sinônimo de prosperidade.¹¹⁶¹

A partir dessa análise, o documento condena considerações “objetivistas”, que quem excluem a possibilidade de o proletariado adotar um programa restauracionista. Dessa forma, tal documento apresenta maior realismo e sofisticação analítica do que a obra de Mandel sobre a *perestroika*, dentre outros materiais da QI (SU) dos anos

¹¹⁵⁸ Cf. *Ibid.*, p. 29-30.

¹¹⁵⁹ Cf. *Ibid.*, p. 30.

¹¹⁶⁰ Cf. RESOLUTION on the Soviet Union. Decomposition of the bureaucratic regime and struggle for socialist democracy. *International Marxist Review* n. 11-12, Summer 1991, p. 49-72.

¹¹⁶¹ Cf. *Ibid.*, p. 50.

anteriores, onde a restauração era descartada por considerar que os trabalhadores não a aceitariam, uma vez que ela degradaria sobremaneira suas condições de vida.

Não obstante, tal qual o anterior, esse documento argumenta que falta ao projeto restauracionista uma base social, pois não haveria uma classe camponesa nem uma burguesia nativa nos Estados operários burocratizados, e a burocracia não teria capacidade material de virar uma burguesia, ainda que alguns indivíduos se saiam melhor que outros no enriquecimento parasitário e na captura de empresas estatais. Ademais, os investimentos estrangeiros não estariam avançando em volume, por haver muita desconfiança sobre se o cenário seria realmente favorável para investimentos.¹¹⁶²

A partir dessa análise, afirma que a via pela qual estava se dando a restauração era a de “usar mudanças nos governos para iniciar a transformação da natureza do Estado e da economia”. Contudo, afirma também que haveria resistência dos trabalhadores às mudanças pretendidas, pois fora criada grande expectativa de que capitalismo significa prosperidade.¹¹⁶³

No caso específico da URSS, afirma que o ponto de virada na *perestroika* para um rumo restauracionista havia sido a Lei das Empresas Estatais, de julho de 1990, a qual deu uma direção liberal e de livre-mercado ao projeto de Gorbachev e seus aliados. Junto a isso, os liberais haviam acelerado seu curso restauracionista, liderados por Ieltsin. Encara, contudo, que haveria um período prolongado de “decomposição caótica”, pois havia muitas dificuldades para a realização da restauração.¹¹⁶⁴

Assim, tal qual o documento anterior, este, mesmo reconhecendo uma “virada” rumo à restauração na URSS e no bloco soviético, não reconhece a conclusão de processos contrarrevolucionários nos países da região, à exceção da RDA. Fica claro, a partir das análises mencionadas, que, para a QI (SU), uma contrarrevolução triunfante não envolvia um momento de mudança qualitativa a nível do poder Estado. Ao invés disso, uma contrarrevolução seria um processo de transformações graduais conduzidas desde cima, sem um momento preciso de mudança qualitativa. Contudo, como seria possível um aparato estatal conduzir uma contrarrevolução social sem ter sido previamente subordinado à classe que se beneficiaria de tal processo?

Essa análise “gradualista” da QI (SU) ficou mais explícita ao longo dos anos seguintes, a partir das suas considerações sobre o que ocorrera com a URSS após seu

¹¹⁶² Cf. *Ibid.*, p. 55.

¹¹⁶³ Cf. *Ibid.*, p. 56. Citação na mesma página.

¹¹⁶⁴ Cf. *Ibid.*, p. 59-60 e 62.

colapso, conforme se verá adiante. Mas cabe destacar que ela ecoa posições anteriores de setores que, em 1963, formaram a QI (SU), para os quais uma revolução social também poderia ocorrer de forma gradual. Assim, a organização já tinha em seu arsenal teórico-programático a noção de que uma revolução ou uma contrarrevolução pode prescindir de um momento de ruptura qualitativa a nível do poder de Estado, conforme propunha o cânone marxista e a Quarta Internacional pré-guerra.

Em termos programáticos mais gerais, o documento reafirma a defesa da “democracia socialista” e explica que ela só pode ser obtida através de “uma verdadeira revolução”, que “objetiva a derrubada do poder burocrático”. Em termos mais imediatos, apresenta uma série de demandas como a defesa dos empregos, da propriedade social e dos padrões de vida da classe trabalhadora, contra os projetos de restauração e contra os privilégios políticos e matérias da burocracia.¹¹⁶⁵

Sobre a questão nacional, avalia positivamente a eclosão de movimentos de massas das nacionalidades oprimidas, e destaca que seus traços principais eram de “poderosas aspirações democráticas e antiburocráticas”. Se coloca contra as intervenções militares feitas pelo poder central em algumas regiões. Afirma, ademais, que a revolução política necessariamente levaria à ruptura da URSS enquanto “prisão das nações”, apesar de não deixar claro se isso significaria o fim da estrutura da URSS ou um redesenho (democrático) das relações entre as repúblicas que a compunham.¹¹⁶⁶

Apesar de tal tom positivo, reconhece que “pressões por restauração capitalista” também estavam se desenvolvendo em tais movimentos, bem como “correntes fundamentalistas e racistas”. O reconhecimento de tais tendências reacionárias, contudo, não levou a conclusões programáticas condizentes, uma vez que afirma defender de forma “incondicional” o direito à autodeterminação e à independência nacional, ainda que defenda também combater “a ilusão de uma independência num quadro de subordinação ao capital estrangeiro”.¹¹⁶⁷

Portanto, mesmo reconhecendo (tardamente) a existência de tendências contrarrevolucionárias no seio dos movimentos nacionais, a QI (SU) não reconheceu que elas eram hegemônicas e, portanto, que tais movimentos se orientavam por uma restauração. Assim, seguiu defendendo-os e, com isso, se colocando ao lado de forças contrarrevolucionárias que lutavam pelo desmembramento da URSS como forma de

¹¹⁶⁵ Cf. *Ibid.*, p. 60-65.

¹¹⁶⁶ Cf. *Ibid.*, p. 66. Citações na mesma página.

¹¹⁶⁷ Cf. *Ibid.*, p. 66 e 68-69. Citações nas mesmas páginas, respectivamente.

assegurar a restauração capitalista, utilizando-se para tal de bandeiras democráticas de forma demagógica.

Não obstante, o documento conclui que era necessário travar uma luta em dois *fronts*, contra a restauração capitalista e contra o regime burocrático, e que, para tal, se fazia necessário um partido de trabalhadores com programa socialista.¹¹⁶⁸

2.1.10. Os eventos de 1991: o fim da URSS como algo positivo e a impossibilidade de restauração

Essas posições e análises foram postas à prova de forma decisiva diante dos eventos que se desenrolaram na URSS ao longo dos meses seguintes. Tal qual já fazia em relação aos movimentos nacionais, a QI (SU), mesmo reconhecendo que a oposição ao golpe de agosto era liderada por forças contrarrevolucionárias, tomou o lado destas e viu como positiva a dissolução da URSS. Assim, apesar dos alertas que a própria organização passara a fazer a partir de meados de 1990, ela claramente se deixou levar pela reação democrática, que foi a forma assumida pela contrarrevolução capitalista, colocando a defesa em abstrato de direitos democráticos acima da defesa do Estado operário, ainda que burocratizado.

No primeiro semestre de 1991, a QI (SU) denunciou que o referendo sobre a União não resolvia os problemas nacionais da URSS e que Gorbachev pretendia utilizá-lo para fazer avançar seus planos restauracionistas, dotando-os de maior legitimidade popular. Denunciou, também, que Ieltsin mal se diferenciava dele em relação à questão das nacionalidades, bem como em relação à perspectiva restauracionista, apesar de tentar se revestir de uma aura democrática.¹¹⁶⁹ Assim, se manteve em firme oposição a ambas figuras.

Em relação ao golpe de agosto, a QI (SU) considerou que a renegociação do Tratado da União fora o pivô. Foi o que registrou Seppo, em um artigo de 25 de agosto. Seppo também destacou que o golpe não fora derrotado por uma mobilização popular, a qual encarou ter sido “mínima”, e que isso levaria a um fortalecimento de Ieltsin e dos liberais e a uma aceleração de seus planos restauracionistas. Sua avaliação, assim, foi crítica em relação a Ieltsin, mas não deixou claro se havia um lado a tomar.¹¹⁷⁰

¹¹⁶⁸ Cf. *Ibid.*, p. 70-71.

¹¹⁶⁹ Cf. MEAD, Colin. Referendum resolves nothing. *International Viewpoint* n. 203, Feb. 1991, p. 28.

¹¹⁷⁰ Cf. SEPO, David. After the conservative coup: the liberal coup? *International Viewpoint* n. 212, Sep. 1991, p. 5-7.

Em artigo do dia 29, Verla acrescentou que o objetivo dos golpistas, além de deter a negociação do novo Tratado da União para preservar o aparato central, de onde advinham seus privilégios, era também o de impor um estado de “lei e ordem”, suprimindo liberdades democráticas concedidas ao longo dos anos anteriores. Ela destacou, ainda, que os golpistas não pretendiam retroceder ao sistema econômico pré-reformas, pois não se diferenciavam dos defensores do mercado. Assim, não vendo diferença em termos de adesão à restauração, Verla afirma que “era necessário se opor ao golpe sem hesitação e, nesse sentido, lutar ao lado de Ieltsin”, ainda que denunciando seu projeto do Programa de 500 Dias como restauracionista.¹¹⁷¹

Essa afirmação, que dá a entender que estar “ao lado de Ieltsin” seria defender as liberdades democráticas, não impediu Verla de reconhecer que, pouco tempo após o fracasso do golpe, a situação passou a ser marcada pela construção de uma “ditadura pró-capitalista” por parte de Ieltsin e seus aliados.¹¹⁷² Assim, nos parece que, mais uma vez, a QI (SU) se deixou levar pela forma democrática da contrarrevolução – ainda que, logo após, tenha reconhecido que esta era basicamente uma bandeira demagógica da parte dos restauracionistas. Com isso, tomou uma posição que ia contra a defesa do Estado operário burocratizado, colocando esta em segundo plano diante da defesa da democracia em abstrato.

Paul Larsen, em artigo de setembro, reafirmou a análise de que Ieltsin e seus aliados estavam conduzindo uma ofensiva para fortalecerem suas posições institucionais, desmontando o controle do PCUS sobre os aparatos estatais. Contudo, afirmou que se tratava de uma “massiva redistribuição de riqueza e poder entre a burocracia”, ou seja, não era uma mudança do caráter de classe do Estado – mesmo que Ieltsin estivesse se cercando de empresários.¹¹⁷³ Essa análise, de que o desmonte do aparato estatal da URSS após agosto não significara uma contrarrevolução, mas uma redistribuição de poder entre setores da burocracia, foi mantida pela QI (SU) ao longo dos anos seguintes.

A direção internacional da organização só emitiu uma declaração formal em outubro.¹¹⁷⁴ Tal qual os artigos mencionados já haviam expressado, nela a organização

¹¹⁷¹ Cf. VERLA, Catherine. The struggle for the state apparatus. *International Viewpoint* n. 212, Sep. 1991, p. 10-11.

¹¹⁷² Cf. VERLA, Catherine. The struggle for the state apparatus. *International Viewpoint* n. 212, Sep. 1991, p. 10-11.

¹¹⁷³ Cf. LARSEN, Paul Funder. Yeltsin extends his power. *International Viewpoint* n. 212, Sep. 1991, p. 8-9.

¹¹⁷⁴ Cf. UNITED Secretariat of the Fourth International. The Soviet Union after 19 August 1991. *International Marxist Review* n. 13, Spring 1992, p. 27-40.

avalia que o golpe de agosto fora uma tentativa do setor conservador / “neo-stalinista” da burocracia de manter o controle dos órgãos centrais e preservá-los diante do novo Tratado da União, bem como reverter liberdades democráticas. Nesse sentido, o caracteriza como “totalmente reacionário”. Sua derrota teria permitido “importante progresso da luta das nações oprimidas” e mostrado a “possibilidade de uma mobilização vitoriosa contra uma tentativa de impor uma ditadura”.¹¹⁷⁵

Contudo, a resolução destaca que os eventos de agosto também levaram a um fortalecimento da “dinâmica rumo a uma restauração capitalista”. Isso é explicado pela ausência de uma força política representando o proletariado, de forma que a derrota do golpe fora “confiscada” por Ieltsin e pelos setores pró-capitalistas e liberais da burocracia. Com isso, teria ocorrido um “deslocamento do poder no interior da burocracia”. Ademais, o setor então no controle do aparato estatal, liderado por Ieltsin, seria não apenas pró-capitalista, como também autoritário.¹¹⁷⁶

Assim, reafirma a contradição de “tomar o lado” de Ieltsin, uma vez que, na avaliação da própria QI (SU), ele e seus aliados seriam igualmente restauracionistas e autoritários, tal qual a organização encarava serem os golpistas. Dentro dessa lógica, a posição da organização deveria ser de neutralidade. Contudo, como houve algum nível de protesto popular sob a liderança de Ieltsin, a organização parece ter cedido à pressão de ver em tais mobilizações algo de progressista, como já vinha fazendo desde o início em relação aos movimentos nacionais e outros fenômenos de mobilização popular, a despeito de terem programa e liderança reacionários. Outro elemento que parece ter pesado foi a consideração que, apesar de também serem autoritários, Ieltsin e seus aliados não teriam as mesmas condições que os golpistas de seguir suprimindo o direito à autodeterminação das nacionalidades não-russas – afinal, apoiavam os movimentos nacionais, por enfraquecerem o centro, e igualmente reivindicava independência para a Federação Russa. Isso transparece na visão de que a dissolução do poder central fora algo progressivo.

Conforme os artigos mencionados já haviam pontuado, a QI (SU), ao ver Ieltsin e seus aliados como parte da burocracia, não enxergou no colapso do aparato central e do PCUS um colapso do Estado operário burocratizado. Ao invés, a resolução destaca que o aparato do PCUS seguia exercendo o poder em boa parte das repúblicas e que a dissolução

¹¹⁷⁵ Cf. *Ibid.*, p. 27. Citações na mesma página.

¹¹⁷⁶ Cf. *Ibid.*, p. 28. Citações na mesma página.

do poder central e sua transformação em uma federação de laços frouxos fora “uma reação legítima contra um centro opressivo”.¹¹⁷⁷

O fato de tal dissolução ter sido acompanhada de “processos restauracionistas”, conforme a própria resolução os caracteriza, não impediria, para a QI (SU), a defesa do direito à autodeterminação, nem permitiria a defesa de um poder central imposto de forma não democrática. Assim, afirma que o desmantelamento da URSS enquanto aparato central era a “única forma de se chegar a uma nova união verdadeiramente democrática entre repúblicas com direitos estritamente iguais”.¹¹⁷⁸

Portanto, mesmo diante do colapso da URSS e do avanço da contrarrevolução (a sua consolidação, na verdade), a QI (SU) seguiu colocando a defesa de direitos democráticos acima da defesa do Estado operário e seu conteúdo social.

Isso se explica parcialmente pela sua leitura de que o colapso da URSS não significava o triunfo da contrarrevolução. Conforme argumenta a declaração, por mais que a forma como se deram os eventos de agosto tenha “acelerado as tendências à desintegração do Estado operário degenerado e à restauração do capitalismo”, o processo ainda não teria triunfado nem no terreno da “reconversão e substituição” dos centros de poder nem no terreno econômico (formas de propriedade, mecanismos econômicos fundamentais, natureza do comércio externo). Nesse último terreno as dificuldades seriam maiores, devido à ausência de recursos para realizar a privatização dos meios de produção e ausência de uma burguesia forte. O principal obstáculo seria, ainda, a “resistência popular” às mudanças econômicas, como privatizações, que implicariam deterioração das condições de vida.¹¹⁷⁹

Assim, a organização operava uma leitura de que uma contrarrevolução não era realmente viável, devido à ausência de uma burguesia nativa e ao potencial de resistência operária. Não obstante, destaca que tal resistência não coincidiria necessariamente com uma tendência à auto-organização do proletariado, menos ainda com um projeto alternativo à restauração. Por conta disso, avalia que nenhuma alternativa se consolidaria em curto prazo, fosse uma revolução política, restauração capitalista ou, ainda, recrudescimento stalinista. O cenário futuro seria de “decomposição prolongada e caótica do sistema”, na direção então predominante de uma restauração capitalista – que, a partir

¹¹⁷⁷ Cf. *Ibid.*, p. 29.

¹¹⁷⁸ Cf. *Ibid.*, p. 29-31. Citação na p. 31.

¹¹⁷⁹ Cf. *Ibid.*, p. 33-34. Citações nas mesmas páginas, respectivamente.

dessa lógica, ocorreria de forma gradual e sem uma mudança qualitativa ao nível do poder de Estado.¹¹⁸⁰

A conclusão programática da declaração é que a mobilização da classe trabalhadora deveria combinar a defesa da propriedade social contra privatizações com lutas por liberdades democráticas e direitos nacionais. Seria a partir de tal mobilização que seria possível impulsionar formas organizativas capaz de levar o proletariado a apresentar uma alternativa de poder. A declaração afirma, ainda, que algumas dessas formas organizativas já se apresentavam de forma embrionária, como a proposta de formação de um “Partido dos Trabalhadores”, no interior do qual os marxistas deveriam atuar para forjar uma consciência de classe e socialista.¹¹⁸¹

Por fim, apesar de declarar como historicamente confirmados os aspectos essenciais da leitura de Trotski sobre a URSS, tal documento destaca pontos em que teria havido insuficiências na sua aplicação por parte da QI (SU): a demora em perceber o esgotamento do crescimento extensivo da economia, ocorrido nos anos 1970; subestimação dos efeitos negativos sobre a consciência da classe trabalhadora do prolongamento da ditadura da burocracia, que teria produzido uma “crise moral-ideológica” e afetado a dinâmica da ruptura das massas com o sistema burocrático; demora em perceber as repercussões políticas da “crise generalizada de credibilidade do socialismo” entre os trabalhadores do bloco soviético, aberta com o golpe de Jaruzelski na Polônia, em 1981 – com o que a decomposição do regime stalinista fora acompanhada de rejeição do socialismo e de ilusões no capitalismo.

O documento aponta, ainda, que esses e outros elementos, tais como a dinâmica da questão nacional da URSS, deveriam ser objeto de análises mais profundas, as quais seriam ajudadas pelo fato de que agora a QI (SU) possuía laços com a atividade política na ex-URSS.¹¹⁸² Contudo, nos anos seguintes a organização praticamente abandonou reflexões sobre o Estado operário burocratizado, inclusive não chegando sequer a avaliar se o suposto processo de restauração gradual havia se concluído ou não.

Para além das análises acerca do golpe de agosto e da situação posterior, ao final do ano, diante do anúncio da formação da Comunidade de Estados Independentes, Seppo denunciou em um artigo que a formação da Comunidade havia ocorrido de forma não democrática e que ela não atenderia aos anseios populares por democracia e soberania

¹¹⁸⁰ Cf. *Ibid.*, p. 34.

¹¹⁸¹ Cf. *Ibid.*, 35-36.

¹¹⁸² Este e o parágrafo anterior cf. *Ibid.*, 39-40.

nacional, especialmente por se colocar no caminho da restauração capitalista. Denunciou, ainda, as lideranças locais das repúblicas de explorarem tais anseios para seu próprio benefício e aumento de poderes. Seppo, ademais, acusou Gorbachev de ser o principal responsável pelo colapso da URSS, por ter resistido a reformar suas estruturas conforme demandavam as massas.¹¹⁸³ Assim, de forma contraditória, a QI (SU) reconheceu que o fim da URSS, por si só, não trouxera nenhum benefício para as nacionalidades oprimidas.

Por fim, vale mencionar um artigo de balanço de Mandel, já do começo de 1992.¹¹⁸⁴ Nele, Mandel encara que a queda de Gorbachev era algo inevitável e que confirmava a impossibilidade de autorreforma da burocracia. Nesse sentido, reafirma análises anteriores, de que a tentativa de reformar o regime só foi adotada pois não restava outra alternativa à burocracia para salvaguardar seus privilégios, que se encontravam em risco devido aos crescentes desequilíbrios econômicos gerados pela gestão hiper-centralizada e burocrática. Todavia, uma mudança profunda só seria possível através de uma revolução política, “uma verdadeira revolução popular desde baixo”. Não obstante estar fadado ao fracasso, através da *glasnost* Gorbachev teria promovido “mudanças profundas e positivas” no sentido de grande expansão das liberdades civis, ainda que limitadas. Liberdades essas, reforça Mandel, que os golpistas de agosto desejavam eliminar.¹¹⁸⁵

Mandel também reforça a leitura de que a restauração não havia ainda triunfado, e tampouco poderia sê-lo no curto prazo. Para ele, ainda que Ieltsin tivesse “adotado medidas” nesse sentido, havia “uma grande distância entre o início e o final de tal processo”, pois não bastaria uma “extensão da economia de mercado”. Seria necessário tornar os bens de produção em mercadoria, e não havia recursos à disposição para isso. Também seria necessário tornar a força de trabalho mercadoria e, para tal, destruir os níveis de vida dos trabalhadores, contra o que haveria forte resistência. Assim, “o cenário mais provável é de um longo período de decomposição e caos”.¹¹⁸⁶

Portanto, fica claro que Mandel e a QI (SU) não viram na destruição do aparato de Estado da URSS uma contrarrevolução capitalista que colocou um novo poder, burguês, em seu lugar. Ademais, focavam na plena realização das tarefas econômicas da

¹¹⁸³ Cf. SEPO, David. What future for the new “Commonwealth”? *International Viewpoint* n. 220, Jan. 1992, p. 23-25.

¹¹⁸⁴ Cf. MANDEL, Ernest. The irresistible fall of Mikhail Gorbachev. *International Viewpoint* n. 221, Feb. 1992, p. 26-27.

¹¹⁸⁵ Cf. *Ibid.*, p. 26.

¹¹⁸⁶ Cf. *Ibid.*, p. 27. Citações na mesma página.

contrarrevolução como critério para reconhecerem seu triunfo, ignorando que tais tarefas só poderiam ser realizadas após o triunfo político da contrarrevolução, no sentido da mudança do caráter de classe do poder de Estado. Assim, invertiam a lógica do processo, não enxergando que o primeiro passo fundamental da restauração já havia sido dado (a reconquista do poder pela burguesia) e que o restante adviria com o tempo.

Nesse sentido, Mandel reafirma a explicação da queda de Gorbachev como produto de uma disputa intraburocrática, não de uma contrarrevolução capitalista: “Gorbachev não foi derrubado por uma mobilização de massas. Tampouco foi derrubado por uma ofensiva imperialista ou por forças burguesas nativas. Ele foi derrubado por uma ala da burocracia liderada por Boris Ieltsin.”¹¹⁸⁷

Ademais, Mandel afirma que Ieltsin não seria fundamentalmente diferente de Gorbachev, no sentido de ser um representante do alto escalão da burocracia. A diferença principal seria sua inclinação mais autoritária, que o tornava mais perigoso. Sua defesa da restauração capitalista seria, em essência, uma “profissão de fé”, que não o tornava parte das forças burguesas propriamente ditas, sendo, assim, parte da burocracia, ainda que ambos grupos pudessem se “sobrepôr nas margens”.¹¹⁸⁸

A conclusão programática, como já constava na declaração de outubro e outros materiais, é que a luta dos trabalhadores deveria ser conduzida em “dois *fronts*”: defesa, extensão e consolidação das liberdades democráticas e contra as privatizações. Contudo, Mandel avalia que essa luta estava distante, pois a classe trabalhadora estava desorganizada e a direita tinha a iniciativa. O fio histórico de lutas proletárias por democracia socialista, iniciada em 1953, havia se rompido e levaria tempo para ser reconstruído. Para que isso ocorresse, e uma revolução política triunfasse, essa luta precisaria ser conduzida por um movimento proletário de massas e independente.¹¹⁸⁹

2.1.11. Interpretações e posições sobre a URSS após 1991

Essas avaliações, sobre a contrarrevolução capitalista não ter triunfado (e nem poder), foram mantidas ao longo de boa parte dos anos 1990. Assim, na introdução à sua obra “Poder e dinheiro - Uma teoria marxista da burocracia”, Mandel afirma que, à exceção da Alemanha, a restauração capitalista “não é algo concluído em nenhum lugar”. Segundo ele, os trabalhadores estariam reagindo às medidas restauracionistas para

¹¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 27.

¹¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 27. Citações na mesma página.

¹¹⁸⁹ *Ibid.*, p. 27.

defenderem seus interesses imediatos, ainda que “sem objetivos e clareza política”. Apenas com a derrota dessa resistência é que o processo de restauração poderia ser concluído.¹¹⁹⁰

Além dessa passagem, em um discurso ao Fórum de São Paulo, em julho de 1992, Mandel afirma estar em curso uma “restauração gradual do capitalismo” na ex-URSS e demais países do bloco soviético.¹¹⁹¹ Mais de dois anos depois, em outro discurso, em novembro de 1994, ele ainda fala da possibilidade de impedir a “restauração plena do capitalismo”, caso a classe trabalhadora reconquistasse sua independência e consciência de classe.¹¹⁹² Esse discurso foi uma das últimas referências ao tema por parte dessa que foi a principal figura pública e referencial político da QI (SU), uma vez que Mandel faleceu em julho de 1995.

No primeiro congresso da QI (SU) após o colapso da URSS, realizado em fevereiro de 1996, nenhum documento específico foi dedicado ao tema dos Estados operários burocratizados, e tampouco o documento principal adotado dedica espaço a ele – apenas menciona de passagem, como sendo um dos fatos fundamentais da conjuntura, a “dinâmica restauracionista no Leste”.¹¹⁹³

Uma breve passagem de um dos outros documentos adotados fala em “processo de restauração em curso nos países do Leste”, de forma que é possível inferir que, para a organização, tal restauração não estava ainda concretizada. Tais países, segundo o documento, ao invés de terem constituído uma zona de expansão do capitalismo, acabaram se tornando um “fardo que o capital internacional não está realmente disposto a carregar”, donde se vê que o foco da avaliação sobre se a contrarrevolução havia se consolidado ou não seguia sendo econômico, especificamente a extensão da privatização.¹¹⁹⁴

Avaliar se a ex-URSS e seus antigos países-satélites no Leste Europeu ainda eram ou não Estado operários burocratizados não parece ser uma questão relevante para a QI

¹¹⁹⁰ Cf. MANDEL, Ernest. *Power and Money. A Marxist Theory of Bureaucracy*. London, New York: Verso, 1992. A obra em si foi escrita antes do golpe de agosto de 1991, mas a introdução é de 1992, quando foi publicada.

¹¹⁹¹ Cf. MANDEL, Ernest. *Socialism and the future*. Julho de 1992. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/mandel/1992/07/future.htm>. Acessado em 01/06/2021.

¹¹⁹² Cf. MANDEL, Ernest. *The Struggle for World Socialist Revolution*. Novembro de 1994. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/mandel/1994/11/sparts.html>. Acessado em 01/06/2021.

¹¹⁹³ Cf. CHALLENGES of the new world situation. 1995. Disponível em <https://internationalviewpoint.org/spip.php?article144>. Acessado em 01/06/2021.

¹¹⁹⁴ Cf. CONFRONTING capitalist globalisation. 1995. Disponível em <https://internationalviewpoint.org/spip.php?article146>. Acessado em 01/06/2021.

(SU) a partir do momento em que a organização encarou que a restauração se tornou a dinâmica predominante, a partir de 1990. Tampouco parece relevante para a QI (SU) definir com precisão o momento em que tal restauração foi concluída, uma vez que encarava que ela ocorreria de forma gradual, se consolidando quando a economia estivesse privatizada e adequada ao mercado como elemento dominante. A partir do colapso do bloco soviético, tais questões parecem ter se tornado secundárias, em detrimento da definição das tarefas políticas imediatas – a saber, combater os processos de privatização e incentivar a organização independente e combativa da classe trabalhadora.

Ademais, cabe lembrar que a QI (SU) não tinha o mesmo nível de centralismo e coesão teórico-programática que outras organizações que reivindicam a tradição trotskista, de forma que, por mais que a teoria do Estado operário burocratizado fosse a posição de seu setor majoritário até o final do século XX, ela não era a única. Se antes do colapso do bloco soviético diferentes concepções sobre o que eram tais formações sociais conviviam dentro da QI (SU) sem grandes conflitos, após o colapso parece ter se tornado ainda menos relevante para seus membros ter uma posição majoritária clara sobre o tema.

Em seu congresso seguinte, realizado em agosto de 2003, o principal documento aprovado dedica um tópico à questão da restauração capitalista no bloco soviético. Ainda que sem explicar de fato como se deu a restauração, tal documento já se refere aos Estados do Leste Europeu e da ex-URSS como Estados burgueses e trata a restauração como algo concluído, ainda que tenha ocorrido de forma gradual por mais de uma década. Tal documento destaca as dificuldades encontradas para levar à cabo a privatização dos meios de produção, na ausência de uma burguesia nativa, e também a fragilidade da resistência dos trabalhadores a tal processo, como explicação para tal duração tão prolongada. Mas seu foco reside em analisar as dificuldades econômicas e políticas que levaram às reformas de Gorbachev e por que estas fracassaram (algo já apresentado à época dos eventos em questão).¹¹⁹⁵

Cabe destacar que o termo “Estado operário” não é utilizado em tal documento. Ao invés, são utilizados os termos de “modo de dominação stalinista” e “Estados burocraticamente governados” para se referir ao que existia no Leste Europeu e ex-URSS antes da restauração capitalista. Tais termos, contudo, não são definidos. Na prática, trata-

¹¹⁹⁵ Cf. NEW phase of the workers’ and social movements, A. 2003. Disponível em <https://internationalviewpoint.org/spip.php?article172>. Acessado em 01/06/2021.

se de uma forma mais genérica de se referir a tais formações sociais, evitando uma caracterização, afinal, dentro da QI (SU) conviviam várias interpretações divergentes e, uma vez que tais formações sociais deixaram de existir, provavelmente deixou também de haver preocupação entre os membros de tal organização de disputar sua caracterização.¹¹⁹⁶

Isso fica evidente pelo fato de tal congresso ter aprovado também uma breve “Declaração sobre a restauração capitalista”, que ainda se refere a um processo em desenvolvimento, ao falar da resistência dos trabalhadores e camponeses do Leste Europeu aos “efeitos da restauração capitalista em curso”. Tal declaração deixa claro que existem visões diferentes dentro da QI (SU) sobre o tema da restauração, e incumbe a liderança a ser eleita pelo congresso de elaborar um debate interno e também público sobre o tema.¹¹⁹⁷ Contudo, não encontramos evidências de que esse debate chegou a ocorrer, nem de que a liderança eleita elaborou documentos para embasá-lo.

2.2. Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (“morenismo”)

2.2.1 I Congresso Mundial (1985): situação revolucionária em escala mundial

Quando da realização do I Congresso Mundial da LIT-QI, entre 7 e 13 de março de 1985, Gorbachev ainda não havia ascendido ao poder. Seu documento principal, “Situação política mundial”¹¹⁹⁸, caracteriza a conjuntura como sendo marcada por uma “situação revolucionária em escala mundial”, fruto da crise capitalista ocorrida em 1968.¹¹⁹⁹ Essa consideração é muito importante pois determina a leitura feita sobre os eventos que se desenrolaram no bloco soviético a partir dos meses seguintes.

No caso dos Estados operários burocratizados, o documento avalia que haveria uma situação de crise econômica prolongada de subprodução, expressa na queda contínua das taxas de crescimento ao longo de quase dez anos. Essa crise seria fruto tanto do isolamento nacional decorrente da política de “socialismo em um só país”, quanto do regime burocrático, que impede uma gestão adequada da economia (democrática, feita

¹¹⁹⁶ Cf. *Ibid.*

¹¹⁹⁷ Cf. STATEMENT on Capitalist Restoration. 2003. Disponível em <https://internationalviewpoint.org/spip.php?article173>. Acessado em 01/06/2021.

¹¹⁹⁸ Cf. SITUACIÓN política mundial. In PRIMER Congreso Mundial de la Liga Internacional de los Trabajadores - Cuarta Internacional. São Paulo: Editora Lorca S.A., 2012, p. 23-50.

¹¹⁹⁹ Cf. *Ibid.*, p. 33.

pelos trabalhadores) e bloqueia o desenvolvimento científico e técnico, devido à falta de liberdade de pensamento e informações.

Ao mesmo tempo, em decorrência da crise das economias capitalistas, as potências imperialistas estariam realizando uma investida para “semicolonizar” os Estados operários, na forma da sua crescente integração ao mercado mundial, da submissão de alguns deles aos órgãos internacionais (FMI, Banco Mundial) e também na construção de “enclaves econômicos” do imperialismo em seu interior (caso da Iugoslávia e China).¹²⁰⁰

Tal documento dedica ainda certo espaço a fazer um balanço da revolução política na Polônia, encarando que, tendo se iniciado em 1980-81, ela fora derrotada apenas parcialmente pelo golpe de Jaruzelski, de forma que, cedo ou tarde, a classe trabalhadora polonesa voltaria à ofensiva contra o regime. Essa parte do documento é bastante elogiosa ao Solidariedade, caracterizando-o como “organização revolucionária de massas”, e não realiza nenhuma demarcação política em relação ao grupo de Walesa.¹²⁰¹

Pouco espaço foi dedicado a apresentar um programa de ação para os Estados operários burocratizados. Cabe destacar um trecho do documento “Balanço de atividades e perspectivas”¹²⁰², que sintetiza o “programa mínimo revolucionário” da LIT-QI, o qual deveria guiar a construção de suas seções nacionais e a busca por formar “partidos revolucionários de massas”. Ainda que sem falar diretamente em revolução política, tal trecho inclui a defesa da “democracia operária e da democracia em geral” nos seguintes termos:

Queremos destruir o sistema de partido único e de controle policial sobre a população, que rege todos os Estados operários existentes. Que os trabalhadores e as massas em geral possam se organizar em quantos partidos queiram e com o programa que queiram. Os mais amplos direitos democráticos para os trabalhadores são um princípio intocável, quaisquer que sejam as circunstâncias.¹²⁰³

¹²⁰⁰ Este e o parágrafo anterior cf. *Ibid.*, p. 28-30.

¹²⁰¹ Cf. *Ibid.*, p. 35. “*Solidaridad* ha sido la más grande organización revolucionaria de masas que ha dado el proletariado europeo en toda esta posguerra; por su carácter masivo y democrático empalma con la tradición de los soviets de la primera pos guerra y de los comités o comisiones de la Revolución Portuguesa.” *Ibid.*

¹²⁰² Cf. BALANCE de Actividades y Perspectivas p. In Primer Congreso Mundial de la Liga Internacional de los Trabajadores - Cuarta Internacional. São Paulo: Editora Lorca S.A., 2012, p. 51-108.

¹²⁰³ *Ibid.*, p. 62. “Queremos destruir el sistema de partido único y control policial sobre la población, que rige en todos los estados obreros existentes. Que los trabajadores y las masas en general puedan organizarse en cuantos partidos quieran y con el programa que quieran. Los más amplios derechos democráticos para los trabajadores son un principio intocable, cualesquiera sean las circunstancias. La democracia para todo el pueblo, incluida la burguesía y la pequeña burguesía, tal cual la garantizó el régimen de Lenin y Trotsky

Esse trecho inclui também a defesa de amplas liberdades políticas para a burguesia e a pequena-burguesia, salvo em condições “extremamente críticas, de guerra civil ou anti-imperialista”.¹²⁰⁴ Tal qual visto em relação ao documento “Ditadura do proletariado e democracia socialista” da QI (SU), essa defesa é uma posição diferente daquela original do trotskismo.

Tais posições e análises logo foram postas à teste com as propostas de reformas econômicas e políticas de Gorbachev e o surgimento de mobilizações de massas no interior do bloco soviético.

2.2.2. A chegada de Gorbachev ao poder e as reformas iniciais (1985-88)

A escolha de Gorbachev como novo líder do PCUS não foi inicialmente tratada como relevante pela LIT-QI, e a URSS praticamente não foi abordada em sua imprensa internacional ao longo de 1985. De forma semelhante, os anúncios iniciais de reformas econômicas por Gorbachev não receberam muita atenção por parte da organização, até meados de 1987, quando elas se intensificaram em número e profundidade.

Em um artigo de setembro de 1985, de Felipe Rolón, as mudanças iniciais feitas por Gorbachev na cúpula foram tratadas como “mudanças para que tudo siga igual”. Tal artigo destaca a situação grave da economia e encara como “inúteis” as reformas feitas por Andropov, as quais Gorbachev intentava repetir e aprofundar, uma vez que o regime de ditadura da burocracia seria a raiz principal dos problemas econômicos da URSS. Assim, aponta que a alternativa verdadeira envolveria liberdade de pensamento e discussão e controle democrático da gestão econômica pela classe trabalhadora. Também destaca que parte das reformas visava a penalizar os trabalhadores com piora nas condições de vida caso não haja um aumento da produtividade – um aspecto da *perestroika* que a LIT-QI passou a enfatizar bastante ao longo dos anos seguintes.¹²⁰⁵

De forma semelhante, a análise da LIT-QI sobre o 27º Congresso do PCUS (1986) resume as mudanças ocorridas na direção partidária como a troca de “burocratas velhos” por “burocratas jovens”. Mais uma vez, enfatiza que as reformas econômicas estavam fadadas ao fracasso, tal qual as feitas em décadas anteriores, pois era fundamental que

en Rusia, sólo puede ser limitada o anulada en condiciones extremadamente críticas, de guerra civil o antiimperialista, es decir, en tanto se levanten en armas contra el gobierno obrero o colaboren en una agresión contrarrevolucionaria del imperialismo.”

¹²⁰⁴ *Ibid.*, ver nota anterior.

¹²⁰⁵ Cf. ROLÓN, Felipe. URSS: algunos cambios para que todo siga igual. *Correo Internacional* n. 12, sep. 1985, p. 37-38.

houvesse democracia na gestão da economia socializada, na forma de decisões coletivas por parte dos trabalhadores. Nesse momento, a LIT-QI ainda não via as reformas como apontando para mecanismos de mercado, e destacou isso como um contraste com aquelas que estavam sendo feitas na China.¹²⁰⁶

Contudo, assim que os primeiros elementos da *perestroika* começaram a ser postos em prática, em meados de 1987, a LIT-QI caracterizou tal política como “contrarrevolucionária”, por fortalecer tendências restauracionistas no interior da URSS, através das aberturas para relações de mercado. Ademais, denunciou enfaticamente os efeitos negativos que teriam sobre as condições de vida e trabalho do proletariado soviético, destacando que ele resistiria e que haveria um grande potencial de luta contra a ditadura da burocracia nessa resistência.

Isso consta na primeira análise aprofundada da organização sobre o conteúdo das reformas de Gorbachev, um artigo de Ramón Luna de novembro de 1987, sobre “A falsa revolução de Gorbachev”.¹²⁰⁷ Nele, Luna reforça a leitura da LIT-QI segundo a qual a crise econômica enfrentada pelos Estados operários burocratizados era decorrente da política do “socialismo em um só país”, que impediu a expansão internacional da revolução, combinada à ditadura da burocracia – elementos que haviam se tornado “obstáculos absolutos” ao crescimento econômico. Assim, as reformas estariam fadadas ao fracasso. Também reforça a leitura de que a conjuntura internacional era marcada por uma “situação revolucionária” cada vez mais intensa. Fatores esses que, combinados, estariam levando Gorbachev a buscar resolver os problemas econômicos da URSS e tentar conter o crescente descontentamento das massas, como forma de evitar uma explosão revolucionária no país.¹²⁰⁸

Assim, *perestroika* e *glasnost* seriam duas faces de uma mesma política, destinada a “preservar e fortalecer o poder e privilégios da burocracia”. Isso se faria visível, por exemplo na reforma administrativa que redistribuiu o poder entre diferentes setores burocráticos, fortalecendo a cúpula e a base da cadeia, ainda que enfraquecendo os escalões intermediários.¹²⁰⁹ Ademais, ao estreitar a relações da burocracia soviética com o imperialismo, aumentar a presença capitalista interna, penalizar os trabalhadores e

¹²⁰⁶ Cf. EDITORIAL. Cambio de guardia en la URSS. *Correo Internacional* n. 18, abr. 1986, p. 3-4.

¹²⁰⁷ Cf. LUNA, Ramon. La falsa revolución de Gorbachov. *Correo Internacional* n. 31, nov. 1987, p. 6-21.

¹²⁰⁸ Cf. *Ibid.*, p. 7 e 13-15.

¹²⁰⁹ Cf. p. 7 e 11. Citação na p. 7.

aprofundar a desigualdade social, as reformas econômicas de Gorbachev seriam “profundamente contrarrevolucionárias”.¹²¹⁰

Mais tarde no mesmo ano, uma declaração da LIT-QI sintetizou a *perestroika* como sendo “fundamentalmente concessões ao capitalismo, no intento de conseguir empréstimos e tecnologia” das potências imperialistas, e as reformas em geral de Gorbachev como “uma tentativa desesperada para salvar os privilégios da burocracia, em estreita aliança com o imperialismo”.¹²¹¹

Em outro material, também de fins de 1987, a LIT-QI destacou a resistência da burocracia gestora das empresas às mudanças, enfatizando que apenas com a remoção da burocracia do poder a democratização da gestão econômica, sob o controle dos “trabalhadores, camponeses e intelectuais”, poderia transformar positivamente a econômica soviética.¹²¹²

Ainda no mencionado artigo de Luna, é destacado que, além de “contrarrevolucionárias” em sentido amplo, as reformas econômicas fortaleceriam as tendências à restauração capitalista, ainda que esse não fosse o objetivo da burocracia. Pois elas gerariam uma ala desta vinculada mais diretamente ao imperialismo e compartilhando interesses comuns com seus sócios comerciais, a qual atuaria como “cavalo de Troia do imperialismo dentro da URSS”.¹²¹³

Mais tarde, em um artigo de julho de 1988, Luna destacou que, ainda que as reformas econômicas internas caminhassem de forma lenta, devido à resistência de setores da burocracia e do próprio proletariado, a abertura da URSS à penetração imperialista aumentava rapidamente. Em tal artigo, Luna caracteriza as *joint ventures* como verdadeiros “enclaves” capitalistas no interior do Estado operário.¹²¹⁴

Luna ainda argumenta que, ao mesmo tempo que levaria ao surgimento de uma ala restauracionista na burocracia, o grupo de Gorbachev, por não ter solidez entre a cúpula burocrática e não poder se apoiar na classe trabalhadora, devido às suas medidas econômicas terem caráter impopular, estaria buscando no imperialismo um ponto de apoio para se manter no poder. Não obstante, Luna enfatiza que um retorno ao capitalismo

¹²¹⁰ Cf. p. 7-8. Citação na p. 8.

¹²¹¹ Cf. 70 Años de la Revolución Rusa. Resolución del Secretariado Internacional de la LIT-CI. *Correo Internacional* n. 31, nov. 1987, p. 30-31. Citações na página 31.

¹²¹² Cf. PANORAMA. La vieja guardia gruñe. *Correo Internacional* n. 25, dec. 1986-ene. 1987, p. 40-41.

¹²¹³ Cf. LUNA, Ramon. *Op. cit.*, p. 10.

¹²¹⁴ Cf. LUNA, Ramon. Reagan y Gorbachov son buenos amigos. *Correo Internacional* n. 35, jul. 1988, p. 6.

não ocorreria sem resistência das massas trabalhadoras e que tampouco poderia se dar pelo acúmulo gradual de (contra)reformas, demandando, ao invés, uma “contrarrevolução sangrenta”.¹²¹⁵

Já a *glasnost*, além de ter sido caracterizada sobretudo como uma concessão por parte da burocracia às massas soviéticas, visando evitar uma explosão social contra o regime, também foi denunciada pela LIT-QI como sendo bastante limitada. A ela a organização contrapôs elementos do que encarava ser uma democratização verdadeira.

Assim, quando das primeiras medidas de reforma política, ainda no começo de 1987, a LIT-QI reagiu tratando-as como mudanças de pouco impacto, destinadas principalmente a enfraquecer a resistência da ala conservadora da burocracia às reformas econômicas. Foi o caso, por exemplo, do anúncio de mudanças na legislação eleitoral a nível local, que passariam a envolver múltiplos candidatos. Para a LIT-QI, o controle de escolha seguiria nas mãos da burocracia, tal qual ocorria em outros Estados operários burocratizados que adotaram sistemas eleitorais do tipo (Polônia, Hungria).¹²¹⁶

Contudo, conforme a liberalização de Gorbachev se aprofundou, ao longo de 1987-88, a LIT-QI passou a dar maior relevância às reformas políticas. Mais do que uma mera disputa intraburocrática, passou a tratá-las como uma concessão da burocracia para evitar uma revolta de massas, que colocasse seu monopólio do poder e seus privilégios em risco.¹²¹⁷

A *glasnost* foi, assim, caracterizada como uma “conquista” das massas, ainda que limitada. Tal limitação se faria presente na continuidade da repressão, ainda que tenha sido reduzida, e na negação de direitos democráticos que colocariam a burocracia em risco, como o de formar partidos de oposição e sindicatos independentes e o direito à autoderminação das nações. Esse último aspecto, em particular, foi bastante enfatizado uma vez que as mobilizações do povo armênio foram respondidas com repressão. Não obstante, nas palavras de Luna, em seu artigo anteriormente mencionado, mesmo com tais limitações a *glasnost* abria “uma brecha que as massas podem utilizar para desenvolver sua luta”.¹²¹⁸

Nesse sentido, para a LIT-QI, os efeitos práticos da *glasnost* deveriam ser defendidos, e se deveria lutar por aprofundar tais concessões. Contudo, a organização

¹²¹⁵ Cf. LUNA, Ramon. *La falsa revolución*, op. cit., p. 20.

¹²¹⁶ PANORAMA. Un sorpresivo anuncio oficial. *Correo Internacional* n. 25, dec. 1986-ene. 1987, p. 39-40.

¹²¹⁷ Cf. 70 Años de la Revolución Rusa, op. cit.

¹²¹⁸ Cf. *Ibid.*; LUNA, Ramón. *La falsa revolución*, op. cit., p. 12-13. Citação na p. 13.

ênfatiou que apenas uma revolução política poderia de fato estabelecer um regime democrático na URSS, ao derrubar a ditadura da burocracia e substituí-la por um regime baseado em conselhos proletários com amplas liberdades democráticas.

No artigo de Luna anteriormente mencionado, a tese de uma autorreforma da burocracia é explicitamente condenada, com base na leitura de que a existência da burocracia enquanto grupo social privilegiado depende essencialmente de seu monopólio do poder político e, portanto, de exercer uma ditadura sobre o proletariado. Luna, inclusive, delinea questões centrais para a mobilização do proletariado soviético no sentido de deflagração de uma revolução política, a qual é sintetizada como sendo o “derrubamento revolucionário da burocracia pelos trabalhadores”. Tais questões seriam: denunciar e lutar contra os privilégios materiais da burocracia, a opressão política e a opressão nacional. Ele ênfatiza, ainda, a importância da existência de um partido trotskista à frente do proletariado soviético para que uma revolução política possa triunfar.

É também interessante notar que Luna ressalta que o direito à autodeterminação das nações é “parte indispensável” do programa democrático na URSS. Sendo que tal consideração precede as primeiras manifestações nacionais significativas sob a gestão de Gorbachev.¹²¹⁹

Em relação à 19ª Conferência do PCUS (1988), analisada por Luna em um artigo de setembro de 1988, esta teria, segundo o autor, ratificado que a *perestroika* não é um retorno ao leninismo ou a democracia operária, conforme Gorbachev propagava, mas um ataque às condições de vida dos trabalhadores e concessões políticas limitadas. As medidas aprovadas na Conferência não envolviam questões essenciais, como o direito à autodeterminação, à greve e ao multipartidarismo. Ademais, ela teria ratificado também a colaboração com o imperialismo, na forma de uma “frente contrarrevolucionária mundial” (mais detalhes sobre esse aspecto adiante).

Luna avalia, ainda, que os conflitos observados no processo de escolha de delegados, com alguns setores de base tendo se mobilizado para garantir um processo mais democrático, e os conflitos na própria Conferência, demonstravam que havia uma crescente insatisfação popular com os efeitos da *perestroika*, que reverberavam dentro do próprio PCUS. Insatisfação essa que, ao assumir a forma de assembleias e greves operárias, gerava importantes plataformas para o desenvolvimento da revolução política.

¹²¹⁹ Este e o parágrafo anterior cf. *Ibid.*, 17 e 19-21. Citação no parágrafo anterior na p. 20.

Para Luna, tais elementos é que explicariam as resoluções da Conferência que proporcionaram maior concentração de poderes nas mãos de Gorbachev (instituição de uma Presidência na URSS), que redistribuíam poderes em favor da tecnocracia e da intelectualidade, em detrimento da burocracia partidária e do aparato militar, e que visavam a criar um legislativo dotado de maior legitimidade. Tais medidas seriam uma forma de melhor canalizar e controlar tal insatisfação e, ao mesmo tempo, viabilizar a aplicação das reformas econômicas pela ala de Gorbachev.

Assim, a *glasnost* não seria democratização de verdade, mas uma forma de melhor “acomodar a burocracia aos ventos que sopram na URSS”. Não obstante, a revolução política já estaria em marcha e não poderia ser detida, ainda que seu ritmo pudesse variar.¹²²⁰

Avaliação semelhante foi registrada por Andres Romero em documento publicado em maio, como contribuição do Secretariado Internacional aos debates do II Congresso da LIT-QI: as reformas políticas serviriam ao propósito de salvar a burocracia de uma revolta de massas e esse medo do proletariado é que estaria determinando as ações de Gorbachev, e não brigas intraburocráticas. A contradição predominante na URSS seria a impossibilidade de o regime realizar uma verdadeira reforma democrática, mas também a de voltar à velha ordem, devido à marcha da revolução política iniciada pelas mobilizações do povo armênio. Para Romero, uma democratização gradual e pacífica e feita em aliança com setores da burocracia seria impossível, sendo realizável apenas através de uma revolução política.¹²²¹

Quanto aos grupos políticos independentes que surgiram a partir de meados de 1987 no contexto da *glasnost*, é interessante destacar que a LIT-QI não os abordou em detalhes. Não obstante, em um dos poucos momentos em que os mencionou, criticou o fato de que muitos deles eram impulsionados por “gorbachevistas”, com o intuito de meramente enfraquecer a ala conservadora da burocracia para favorecer as reformas, ao invés de almejavem mudanças profundas.¹²²² Contudo, apesar de mencionar alguns dos grupos mais destacados, como a “Federação de Clubes Sociais Socialistas” e a “União Democrática”, a LIT-QI não apontou que o primeiro defendia uma economia de mercado,

¹²²⁰ Este e os parágrafos anteriores cf. LUNA, Ramon. Conferencia del PCUS. El espejo de la crisis. *Correo Internacional* n. 36, sep. 1988, p. 17-22. Citação na p. 21.

¹²²¹ Cf. ROMERO, Andres. La situación mundial y las tareas de la LIT (CI). *Correo Internacional* n. 34, may. 1988, p. 18-22.

¹²²² Cf. UNIÓN Soviética: crece la acción de las masas. *Correo Internacional* n. 32, mar. 1988, p. 18.

ainda que com medidas de bem-estar significativas, e que o segundo era abertamente liberal.¹²²³

Em linhas gerais, a LIT-QI viu como positivo o surgimento de vários grupos independentes e, sobretudo, os episódios de resistência proletária à implementação das reformas econômicas. Para a organização, tratava-se de elementos que potencializavam o caminho rumo a uma revolução política – a qual ela considerou que havia se iniciado a partir das mobilizações do povo armênio.¹²²⁴

Essas considerações sobre a *perestroika* e a *glasnost* foram sintetizadas em documento da LIT-QI de julho de 1988, sobre “A revolução política em marcha”.¹²²⁵ A partir de tais análises e posições, é possível afirmar que, até o final de 1988, tal organização manteve uma postura bastante “ortodoxa” frente às reformas de Gorbachev, não cedendo ao “encantamento” com o líder soviético, que se deu entre boa parte da esquerda socialista da época. Ao invés disso, se manteve fiel à perspectiva da revolução política como única forma de assegurar à URSS um regime democrático e um desenvolvimento econômico adequado, ainda que tenha atribuído um formato e conteúdo diferente do original à revolução política, através da sua divisão em “fases”.

2.2.3. A campanha pela reabilitação dos condenados nos Processos de Moscou (1987-88)

Vale mencionar que, em relação à revisão dos Processos de Moscou por parte do regime soviético, a LIT-QI lançou uma campanha internacional pela reabilitação dos condenados, sobretudo a velha guarda do Partido Bolchevique. Pelo que pudemos averiguar, tratou-se de uma campanha de assinaturas que utilizou o mesmo texto daquela realizada pela QI (SU). Quando das primeiras reabilitações, no começo de 1988, a LIT-QI encarou que era uma vitória dessa campanha, e que ela deveria ser aprofundada até a anulação do conjunto dos Processos.¹²²⁶

2.2.4. A política externa de Gorbachev (1985-88)

¹²²³ Por exemplo, LUNA, Ramón. *Reagan y Gorbachov*, op. cit., p. 3-7; LUNA, Ramón. *Conferencia del PCUS*, op. cit., p. 18.

¹²²⁴ Cf. UNIÓN Soviética, crece la acción de las masas. *Op. cit.*

¹²²⁵ Cf. SECRETARIADO Internacional LIT-CI. La revolución política en marcha. *Correo Internacional* n. 35, jul. 1988, p. 21-25.

¹²²⁶ Cf. JUICIOS de Moscú, Los. Resolución del Comité Ejecutivo de la LIT-CI exigiendo la rehabilitación de los acusados. *Correo Internacional* n. 29, ago. 1987, p. 48; JUICIOS de Moscú. *Correo Internacional* n. 32, mar. 1988, p. 31-32.

Em relação à política externa de Gorbachev no período 1985-88, esse foi um tópico que a LIT-QI acompanhou em maiores detalhes desde o início, diferentemente das reformas econômicas e políticas. Ela enfatizou que a “coexistência pacífica” seguia sendo um elemento central do chamado “Novo Pensamento” e que assumia a forma de articulações com os EUA e outras potências capitalistas para debelar os chamados “conflitos regionais”, que ela encarava serem epicentros da situação revolucionária mundial (América Central, África do Sul e Oriente Médio). Essas articulações seriam a concretização do que a LIT-QI passou a denunciar, por volta de 1987, como uma “frente mundial contrarrevolucionária” entre a burocracia soviética, as potências capitalistas, a socialdemocracia, a Igreja Católica e outras organizações, para derrotar as mobilizações de massas e os supostos processos revolucionários então em curso, incluindo a revolução política no bloco soviético.

Assim, diante do novo programa do PCUS aprovado em seu 27º Congresso, Luna enfatizou, no artigo já mencionado, que tal programa nem sequer falava mais em “competição econômica” com os países capitalistas, mas, ao invés, em “cooperação construtiva reciprocamente vantajosa” com eles. Cooperação essa que, destaca Luna, na realidade seria a formação da “frente contrarrevolucionária” junto ao imperialismo, a qual já teria culminado na “maior traição burocrática às lutas de massas” desde aquelas de Stalin ao fim da Segunda Guerra, ao ter debilitado a revolução nicaraguense e centroamericana.¹²²⁷

Essa atuação contrarrevolucionária da burocracia se explicaria, na leitura da LIT-QI, não só pelo fato de processos revolucionários terem potencial desestabilizador para sua ditadura, ao poder inspirar lutas por um socialismo democrático, mas também pela crescente necessidade de auxílio econômico e tecno-científico da parte do imperialismo. Como o imperialismo também necessitava conter as mobilizações de massas em curso e também enfrentava crescentes dificuldades econômicas, a reaproximação diplomática e econômica com a URSS serviria ao duplo propósito de uma articulação internacional contrarrevolucionária e de abrir espaços cada vez maiores para a penetração de capitais no bloco soviético, mirando uma restauração capitalista no futuro.

Seria essa a lógica do “degelo” representado pela retomada das reuniões de cúpula entre EUA e URSS, após seis anos de ausência, conforme apresentada pela análise de

¹²²⁷ Cf. LUNA, Ramón. *La falsa revolución*, op. cit., p. 8. Citação na p. 10.

Carmem Carrasco acerca da primeira delas, ainda em 1985, e reforçada em vários materiais posteriores.¹²²⁸

Todavia, conforme registrado em um documento de maio de 1987 do Comitê Executivo Internacional (CEI) da LIT-QI, a partir de meados de tal ano a organização passou a considerar que a “frente contrarrevolucionária” estaria em situação fragilizada, uma vez que o controle da URSS sobre os PCs ao redor do mundo estava extremamente enfraquecido se comparado ao cenário pós-Segunda Guerra e a sua economia enfrentava crescentes dificuldades, ao mesmo tempo em que a capacidade de atuação militar dos EUA estava prejudicada pelas dificuldades econômicas enfrentadas pelas economias capitalistas. Com isso, a revolução mundial estaria crescendo cada vez mais e chegando, inclusive, aos Estados operários burocratizados, na forma da revolução política, com boas perspectivas de uma vitória mundial do proletariado.¹²²⁹

Frente às concessões militares feitas pela URSS como forma de reduzir seu orçamento militar ao longo de 1985-88 e buscar acordos com os EUA, a LIT-QI denunciou que se tratava de um “retrocesso” e de um debilitamento das defesas do Estado operário burocratizado contra o centro imperialista, conforme registrado em artigo de Jan Poliansky, de fins de 1986 e começo de 1987.¹²³⁰ Nesse sentido, a linha da organização quanto à corrida armamentista era de chamar pelo “desarmamento unilateral” dos EUA e demais potências imperialistas e de defender o direito dos Estados operários, e também nações coloniais e semicoloniais, a terem arsenais militares para se defenderem de ameaças imperialistas.¹²³¹

Entretanto, a LIT-QI não defendia a produção de armas atômicas, por encarar que estas, diferentemente dos armamentos comuns, não teriam nenhuma utilidade para o proletariado em sua luta pelo socialismo.¹²³² Ademais, frente ao desastre nuclear de Chernobil (1986), a LIT-QI se posicionou pelo imediato fechamento das usinas atômicas ao redor do mundo. Seu argumento era que, por mais que a energia atômica fosse um importante avanço tecnológico e das forças produtivas, não havia ainda condições

¹²²⁸ CARRASCO, Carmen. Reagan-Gorbachov: “Una cumbre hogareña”. *Correo Internacional* n. 16, ene.-feb. 1986, p. 5-7. Ver também LUNA, Ramon. *Reagan y Gorbachov*, op. cit.

¹²²⁹ Cf. SITUACIÓN política mundial. *Correo Internacional* n. 29, ago. 1987, p. 40-43.

¹²³⁰ Cf. POLIANSKY, Jan. Un nuevo retroceso para URSS. *Correo Internacional* n. 25, dec. 1986-ene. 1987, p. 25-29; SITUACIÓN política mundial, op. cit., p. 43; LUNA, Ramón. *La falsa revolución*, op. cit., p. 8-9; 70 Años de la Revolución Rusa, op. cit.

¹²³¹ Cf. POLÉMICA sobre el desarme. *Correo Internacional* n. 21, jul. 1986, p. 44-46.

¹²³² Cf. *Ibid.*

realmente seguras para seu uso. Ademais, o fato de seu controle encontrar-se nas mãos de “imperialistas e burocratas” piorava a situação, sendo melhor abolir tal energia.¹²³³

2.2.5. A retirada das tropas soviéticas do Afeganistão (1988)

No que tange à retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, a questão foi abordada de forma um tanto quanto peculiar pela organização. A LIT-QI definia a ocupação como “criminosa”, por violar o direito à autodeterminação do povo afegão e explorar os recursos naturais do país. Destacava ainda que ela era parte de uma “operação contrarrevolucionária a serviço da estabilidade burocrática e em benefício do imperialismo”, pois teria servido para estancar a onda revolucionária (por ela chamada de “revolução islâmica”) aberta na região pela revolução iraniana de 1979, assegurando a ordem nas repúblicas árabes do sul da URSS e, ao mesmo tempo, favorecendo o imperialismo.

Assim, tal outras “internacionais” trotskistas, a LIT-QI chamava pela retirada das tropas soviéticas do Afeganistão. Porém, ao mesmo tempo, encarava que a única forma de garantir a soberania do povo afegão frente ao imperialismo fosse que o país se tornasse um Estado operário. Em um documento de 1985, a forma concreta que deu a essa análise foi a demanda que as próprias tropas soviéticas, antes de se retirarem, expropriassem os latifundiários e assentassem “as bases políticas” para o surgimento de um Estado operário no país, criando uma rede de conselhos proletários e camponeses, sindicatos democráticos e um poder estatal baseado em tais organizações.¹²³⁴

Quando das primeiras cúpulas entre EUA e URSS sob Gorbachev, a LIT-QI denunciou que, mesmo sem que isso estivesse sendo publicizado, o imperialismo e a burocracia soviética preparavam um acordo para uma retirada das tropas feita de forma a evitar que a situação no país se inclinasse para uma revolução social.¹²³⁵ Sendo coerente com a linha anteriormente mencionada, quando Gorbachev anunciou a retirada das tropas (1988), a imprensa da LIT-QI, através de um artigo de Luna, criticou que essa retirada era feita de forma a dar espaço para as “guerrilhas financiadas pela CIA”, ao invés de às massas.¹²³⁶

¹²³³ Cf. EDITORIAL. Cerrar las centrales nucleares! *Correo Internacional* n. 20, jun. 1986, p. 2.

¹²³⁴ Cf. LIT-CI. La ocupación soviética en Afganistán. *Correo Internacional* n. 12, sep. 1985, p. 45-46. Citações nas p. 45 e 46, respectivamente.

¹²³⁵ Cf. POLIANKSY, Jan. Un nuevo retroceso para URSS. *Correo Internacional* n. 25, dec. 1986-ene. 1987, p. 25. [25-29]; CARRASCO, Carmen. *Op. cit.*, p. 6.

¹²³⁶ Cf. LUNA, Ramon. *Reagan y Gorbachov*, *op. cit.*, p. 4.

Em um balanço do Comitê Executivo Internacional (CEI) da LIT-QI, de janeiro de 1989, escrito por Carmen Carrasco, a organização declarou que a retirada das tropas “satisfaz a exigência de libertação nacional do povo afegão”, mas destacou que a resistência à ocupação foi canalizada por guerrilhas nacionalistas reacionárias financiadas e respaldadas pelo imperialismo norte-americano, as quais pretendiam instalar um “regime pró-imperialista hostil ao Estado operário soviético em suas próprias fronteiras”. Assim, conclui que o direito à autodeterminação das massas afegãs ainda não tinha sido assegurado, e teria que ser defendido contra os “novos colonizadores” (EUA). Reforça, ainda, sua linha anterior, de que a única forma de liquidar a influência das guerrilhas da CIA era que a ocupação soviética acabasse e que as tropas, ao se retirarem, ajudassem a transformar o país em um Estado operário.¹²³⁷

Cabe destacar que a demanda de que a burocracia soviética realizasse as tarefas de uma revolução social antes de se retirar é diametralmente oposta à caracterização da ocupação e da própria burocracia como “contrarrevolucionárias”, de forma que a política da LIT-QI sobre o tema era extremamente contraditória. Ao mesmo tempo em que colocava o direito à autodeterminação do povo afegão acima do defensismo revolucionário da URSS, buscava envolver tal posição em uma roupagem revolucionária, muito provavelmente para não parecer estar realizando algum tipo de “capitulação”, ainda que tal roupagem fosse incondizente com sua leitura geral do papel da burocracia soviética. Essa contradição, entre um programa formal “ortodoxo” e as posições concretas assumidas ante eventos no bloco soviético, surgiu com maior força entre 1989-91.

2.2.6. A questão nacional e o início da revolução política (1987-88)

A questão nacional, conforme já havia sido adiantado, era pra LI-QI um aspecto importante da luta por uma revolução política na URSS. A revolta em Alma Ata (1986) foi vista pela organização como um fruto parcial da mencionada “revolução islâmica” que teria se iniciado com a revolução iraniana e, ao comentar o evento em *Correo Internacional*, a organização mais uma vez destacou o potencial explosivo das lutas por autodeterminação no interior da URSS, devido ao centralismo excessivo imposto pela União às demais repúblicas e ao chauvinismo grão-russo da burocracia.¹²³⁸ Isso se

¹²³⁷ Cf. CARRASCO, Carmen. Afganistán. Una invasión que empezó mal y terminó peor. *Correo Internacional* n. 39, mar. 1989, p. 36-41. Citações na p. 36.

¹²³⁸ Cf. REBELIÓN de Alma Ata, La. *Correo Internacional* n. 26, feb. 1987, p. 26-27

mostrou uma consideração muito acertada, dado os eventos que se desenrolaram a partir de 1988 envolvendo o povo armênio e os povos bálticos.

No mencionado documento de maio de 1987 do Comitê Executivo Internacional da LIT-QI, a revolta em Alma Ata e as manifestações dos tártaros e letões em Moscou foram tidos como sinais de que a revolução política avançava no interior da URSS.¹²³⁹

Mas foi a partir de 1988, com a revolta das massas armênicas pela autodeterminação da região de Nagorno-Karabakh e sua reinclusão na RSS da Armênia, a LIT-QI encarou que estava de fato deflagrada uma revolução política no interior da URSS. Tendo se iniciado em Nagorno-Karabakh e na Armênia, a revolução política tenderia, na análise da LIT-QI, a se espalhar para outras regiões e crescer cada vez mais, como parte das lutas nacionais e também da provável entrada em cena do proletariado russo em resistência às medidas da *perestroika*. A tal situação somou-se ainda o novo ascenso proletário na Polônia, no mesmo ano, o qual a LIT-QI avaliou como um novo *round* da revolução política que teria se iniciado no país em 1980-81 (ver adiante).

Para a LIT-QI, conforme registrado em um editorial de *Correo Internacional* de março de 1988 e em um artigo de Virginia de la Siega, de abril do mesmo ano, a mobilização do povo armênio confirmava seus prognósticos de que a questão nacional teria um papel central na revolução política na URSS, pois, assim como a burocracia não pode abrir mão de seus privilégios materiais e políticos, ela tampouco poderia abrir mão de seu centralismo, fatores que equivaleriam a “cometer suicídio como casta privilegiada”. Ademais, tal mobilização teria representado um salto qualitativo em relação a eventos anteriores por conta da sua amplitude (o envolvimento de grandes setores de massas), organização (assembleias de massas, surgimento de organizações locais e de uma organização unificada à frente das mobilizações) e do papel de vanguarda do proletariado fabril (que deflagrou greves).

Tal mobilização teria ainda o potencial de unificar a luta de outros povos contra o “centralismo grão-russo da burocracia”. Para a LIT-QI, com essa mobilização havia se iniciado uma revolução política na URSS, a qual tenderia a se fortalecer sobremaneira com a crescente resistência do proletariado russo à *perestroika*.¹²⁴⁰

¹²³⁹ Cf. SITUACIÓN política mundial, *op. cit.*, p. 40.

¹²⁴⁰ Esse e o parágrafo anterior cf. EDITORIAL. Armenia sacude a la burocracia. *Correo Internacional* n. 32, mar. 1988, p. 4; SIEGA, Virginia de la. La rebelión de los armenios. *Correo Internacional* n. 33, abr. 1988, p. 6-10. Citação na primeira referência.

Com isso, conforme aponta o documento de Romero já mencionado, a URSS passava a integrar os “centros revolucionários de primeira importância” e potencializava outros processos no bloco soviético, em especial aqueles que estariam já mais avançados – Polônia, Iugoslávia e Hungria.¹²⁴¹

A organização do povo armênio em assembleias e comitês foi bastante destacada pela LIT-QI, que encarou que tais fatores constituíam uma situação de “duplo poder” e um retorno às tradições revolucionárias de 1917. Mesmo reconhecendo que a mobilização nas repúblicas bálticas, ocorridas também ao longo de 1988, tenham assumido um formato diferente das mobilizações do povo armênio (isto é, sem ligação com o proletariado e sem organizações de base)¹²⁴², em alguns materiais a LIT-QI enfatizou que este último é que seria o padrão predominante no despertar dos povos da URSS – ou seja, mobilização proletária, greve geral e aparição de organismos “de tipo soviético”.¹²⁴³

Cabe destacar que, apesar de suas formulações anteriores sobre a revolução política via de regra sempre enfatizarem a necessidade de um partido de vanguarda marxista para que o processo fosse vitorioso, e sua consideração de que, com o novo ascenso revolucionário mundial que encarava estar em curso, havia “chegado a hora do trotskismo”¹²⁴⁴, nos materiais sobre as mobilizações do povo armênio e dos povos bálticos a LIT-QI não tocou no assunto, mesmo vendo neles o começo da concretização da revolução política.

Ademais, não teceu considerações sobre o programa político das organizações à frente desses processos, as quais não receberam nenhum tipo de caracterização, à exceção dos comentários sobre as organizações bálticas não terem ligação com o proletariado. O mais próximo de uma caracterização programática foi o comentário, em um documento do Secretariado Internacional de julho de 1988, sobre as massas em luta nos Estados operários ainda não terem “plena consciência” de que deveriam derrubar a burocracia.¹²⁴⁵ Essa falta de atenção ao programa e à liderança da mobilização armênia foi reproduzido mais tarde em relação a outras manifestações dentro da URSS, ainda que não em relação à Polônia (ver adiante).

¹²⁴¹ ROMERO, Andres. *Op. cit.*, p. 20.

¹²⁴² Cf. REPÚBLICAS bálticas despiertan, Las. *Correo Internacional* n. 37, nov. 1988, p. 18.

¹²⁴³ Cf. LUNA, Ramon. *Conferencia del PCUS, op. cit.*, p. 18.

¹²⁴⁴ O termo foi introduzido em um dos materiais preparatório ao II Congresso Mundial e passou a ser bastante utilizado. Cf. ROMERO, Andres. *Op. cit.*, p. 20-21.

¹²⁴⁵ Cf. SECRETARIADO Internacional LIT-CI. La revolución política en marcha. *Correo Internacional* n. 35, jul. 1988, p. 21.

Não obstante, em tal documento do Secretariado Internacional, sobre “A revolução política em marcha”, foi ressaltada a disjuntiva de Trotski acerca da URSS: ou os trabalhadores realizam uma revolução política, ou a burocracia irá restaurar o capitalismo – algo que, o documento destaca, estaria mais próximo de se concretizar graças aos elos orgânicos que a *perestroika* vinha criando entre setores da burocracia e o imperialismo. Assim, dialogando com críticas às mobilizações de massas, o Secretariado Internacional enfatiza que não seriam elas que representariam um risco restauracionista, mas sim a própria burocracia, e adota uma posição de “apoio incondicional” a tais mobilizações, orientando as suas seções nacionais a conduzirem uma campanha de agitação e propaganda em solidariedade a elas.

Conforme o documento, tal campanha deveria buscar a máxima unidade possível nos movimentos sociais para encaminhar moções, declarações e, sendo possível, manifestações, em torno do apoio às demandas democráticas das massas em luta, as quais seriam o eixo presente da revolução política em curso.¹²⁴⁶ A LIT-QI listou ainda uma série de outras demandas, que deveriam compor o programa dessa campanha:

Abaixo a burocracia! Plena democracia para os trabalhadores e povos da URSS e demais Estados operários! Que as massas armênias resolvam soberanamente suas fronteiras e a unidade de seu povo! Total liberdade para que as nacionalidades se auto-organizem e definam suas fronteiras de acordo com as “simpatias” da população! Pela federação de todos os Estados operários existentes no mundo! Pelo reconhecimento da Solidariedade como sindicato independente! Pela pluralidade de partidos! Não pagar ao imperialismo a dívida externa! Abaixo os planos de austeridade da burocracia e do FMI! Chega de privilégios! Igualdade de salários e não ao desemprego! Reabilitação plena de todas as vítimas dos Processos de Moscou! Socialismo sim, burocracia não!¹²⁴⁷

Vale destacar que, ao falar da revolução política na URSS, a LIT-QI buscava se diferenciar da QI (SU), acusando-a de ver nas reformas de Gorbachev a possibilidade de uma autorreforma da burocracia soviética e de “identificar-se” com ele, encarando que seu grupo não era parte da burocracia.¹²⁴⁸

2.2.7. II Congresso Mundial (1988): “a hora do trotskismo”

Essas considerações e posições foram sintetizadas nos documentos do II Congresso Mundial da LIT-QI, que foi realizado em dezembro de 1988. Originalmente

¹²⁴⁶ Esse o parágrafo anterior cf. *Ibid.*, p. 24-25.

¹²⁴⁷ *Ibid.*, p. 25.

¹²⁴⁸ Cf., por exemplo, *Ibid.*, p. 24; ROMERO, Andres. “Todo el poder a los sóviets”... o a Gorbachov? *Correo Internacional* n. 37, nov. 1988, p. 17 e 19.

previsto para maio de 1987, ele foi adiado por conta da mencionada “crise histórica de direção” que acometeu a organização após a morte prematura de Nahuel Moreno.

O documento principal desse Congresso foi “A conjuntura política mundial”, preparado em setembro de 1988 pelo CEI¹²⁴⁹, e cujos elementos centrais já haviam sido adiantados pelo texto de Romero anteriormente abordado, publicado em maio do mesmo ano, com o fim de embasar os debates congressuais.¹²⁵⁰

Ademais do que já foi abordado acima no tangente à questão da URSS e da revolução política, cabe mencionar ainda que o documento de setembro reforça a leitura de um crescente ascenso revolucionário global, do qual a revolução política no bloco soviético seria uma importante faceta. Conta também no material que uma “frente contrarrevolucionária” integrada pela burocracia soviética, pelo imperialismo dos EUA e por outras forças agia energicamente para reverter a situação. E que, ao apoiar-se cada vez mais no imperialismo, fazendo crescentes concessões no plano militar, político e econômico, a burocracia de Gorbachev assumia um “curso restauracionista, que tende a converter setores da burocracia e agentes diretos do imperialismo”.¹²⁵¹

Um elemento importante no documento de Romero é que ele ressalta a “crise de direção” do proletariado e encara que as condições para superá-la estariam amadurecendo, devido às lutas em curso e às experiências das massas com as direções traidoras – assim, teria chegado “a hora do trotskismo”, sendo necessário que a LIT-QI “reagrupasse” militantes trotskistas iludidos pelo “revisionismo” da QI (SU) e dos “nacional-trotskismos” – isso é, as demais organizações trotskistas, incluindo a QI (CIR), que, pelo visto, tinha seu caráter internacional menosprezado pelos “morenistas”.¹²⁵²

O II Congresso também aprovou “Teses sobre o guerrilheirismo”, um “Informe de atividades”, estatutos para a LIT-QI, além de uma série de resoluções, como sobre o que encarava ser uma situação revolucionária aberta na Argentina e as tarefas do MAS, dentre outras. Não houve um documento específico sobre a revolução política, mas uma resolução encomendou o preparo de um pelo CEI para os meses seguintes.¹²⁵³

Não obstante, um dos convidados ao congresso foi Josef Pinior, dirigente do setor PPS polonês identificado como “Revolução Democrática” (PPS-RD), o qual firmou uma

¹²⁴⁹ Cf. CONYUNTURA política mundial, La. *Correo Internacional* n. 36, sep. 1988, p. 44-47.

¹²⁵⁰ Cf. ROMERO, Andres. *Op. cit.*

¹²⁵¹ Cf. CONYUNTURA política mundial, La. *Op. cit.* Citação na p. 46.

¹²⁵² Cf. ROMERO, Andres. *Op. cit.*, p. 20-21.

¹²⁵³ Cf. LIT-CI. Boletín de discusión. II Congreso Mundial. N. 1. 12/08/1988; LIT-QI. Informe de actividades. Agosto de 1988; PROYECTO de resoluciones. Mimografado. [Dezembro de 1988], [s.p.]

declaração conjunta com a LIT-QI sobre a situação na Polônia, defendendo a formação de uma “frente revolucionária” entre organizações comprometidas com a luta por um socialismo democrático (ver adiante).

Também foi decidido convocar um Congresso Mundial Extraordinário para dali a seis meses – ele teve lugar em agosto de 1989.¹²⁵⁴ Cabe ressaltar que não foi encontrada uma compilação completa dos documentos do II Congresso, de forma que talvez haja mais materiais pertinentes aos temas aqui em foco.

2.2.8. Os eventos de 1989-90: “triunfam as revoluções políticas”

Conforme decidido pelo II Congresso Mundial, a reunião de janeiro do CEI da LIT-QI aprovou um documento sobre o tema da revolução política.¹²⁵⁵ Escrito por Romero, ele reforça a leitura de que a burocracia soviética – e também as demais burocracias do bloco soviético – haviam assumido um curso restauracionista. Esse curso seria fruto da contínua piora das economias do bloco soviético, bem como das pressões exercidas pelas potências imperialistas. A “frente contrarrevolucionária” estaria atuando, portanto, para promover uma semi-colonização dos Estados operários burocratizados. Isso colocava o prognóstico de Trotski, “ou revolução política ou restauração capitalista”, em termos ainda mais agudos: “ou revolução mundial ou contrarrevolução imperialista”.¹²⁵⁶

O documento destaca que, através de tal colaboração, estavam avançando as reformas de mercado e a reintrodução da propriedade privada no bloco soviético. Junto a tal processo, setores da burocracia estariam buscando se converter em burguesia, através de uma corrida pelo enriquecimento baseado nos novos negócios privados, e, com isso, se tornarem um “apêndice” do imperialismo.¹²⁵⁷

Ele retoma a caracterização de Trotski da URSS como um “regime transitório” para enfatizar que a possibilidade de retorno ao capitalismo não estava excluída. Mas também retoma elaborações de Moreno, de 1985, sobre as reformas de mercado na China, para defender que a introdução de relações capitalista não equivale à restauração, pois, para tal, se faria necessária uma contrarrevolução que devolvesse o poder à burguesia e ao imperialismo, portanto, um processo político de troca de poder estatal. Essa

¹²⁵⁴ Cf. PROYECTO de resoluciones, *op. cit.*, [s.p.].

¹²⁵⁵ Cf. ROMERO, Andres. La hora de la revolución política. *Correo Internacional* n. 39, mar. 1989, p. 19-29.

¹²⁵⁶ Cf. *Ibid.*, p. 20.

¹²⁵⁷ Cf. *Ibid.*, p. 20.

contrarrevolução necessitaria derrotar as massas, sendo, assim, um processo armado e violento.¹²⁵⁸

Não obstante os esforços restauracionistas, o documento enfatiza que, com a piora da situação econômica no bloco soviético, também crescia cada vez mais a resistência da classe trabalhadora, na forma de descontentamento com os governos e também greves e outros conflitos laborais. Assim, ainda que com graus diferentes de local para local, uma revolução política estaria em curso no bloco soviético (e também na China). O desenrolar dessa revolução confirmaria o programa formulado por Trotski em seus “traços essenciais”. Ademais, tal processo havia se tornado o principal fator de aprofundamento da situação revolucionária mundial, pois, com a queda do “aparato contrarrevolucionário stalinista” se criaria melhores condições para a resolução da crise de direção. No momento de então, a revolução política seria, inclusive, o “fator determinante” da situação nos Estados operários do bloco soviético e na China.¹²⁵⁹

Ainda segundo tal documento, a revolução política estaria mais avançada na Polônia e na Iugoslávia. Não obstante, nos demais países do bloco soviético a situação seria “pré-revolucionária” (ou seja, de crise de hegemonia e entrada em cena das massas, mas ainda sem que a questão do poder estivesse colocada).¹²⁶⁰ Em relação ao fator subjetivo, o documento destaca que “organizações independentes” estavam se espalhando rapidamente, muitas delas atuando em oposição aberta ao regime. Ainda que reconheça que havia muita heterogeneidade entre tais organizações e que muitos de seus líderes tinham uma linha reformista ou mesmo liberal-burguesa, a análise enfatiza que o proletariado seria a ponta de lança da oposição, dando a entender que isso amenizaria o problema.¹²⁶¹

Se referendo a tais organizações independentes, o documento menciona o grupo “Memorial” como tendo grande relevância, em função de sua abrangência nacional. Também menciona a “União Democrática”, porém sem tecer uma caracterização acerca dela, apenas destacando que alguns informes a caracterizam como uma organização liberal, ao passo que outros a caracterizam como socialdemocrata. O documento aponta, ainda, a existência de uma “oposição de esquerda”, composta pelo “Clube Perestroika”, pela revista *Glasnost*, pelo “Partido Comunista dos Trabalhadores” e pela “Federação de

¹²⁵⁸ Cf. *Ibid.*, p. 22-24.

¹²⁵⁹ Cf. *Ibid.*, p. 25.

¹²⁶⁰ Cf. *Ibid.*, p. 28-29.

¹²⁶¹ Cf. *Ibid.*, p. 26.

Clubes Sociais Socialistas”, que teria, em seu interior, uma “corrente socialista revolucionária”.¹²⁶²

Com base em um material posterior, é possível afirmar que tal corrente revolucionária era o setor ao redor de Boris Kagarlitski, uma vez que, na introdução a uma entrevista para *Correo Internacional*, publicada na edição de setembro de 1989, este é descrito como estando engajado na construção de uma “alternativa de esquerda revolucionária”.¹²⁶³

É de particular relevância a consideração sobre o proletariado ser a ponta de lança da revolução política secundarizar o caráter programático difuso do movimento e das lideranças de oposição – muitos dos quais comprometidos com a defesa do mercado e do capitalismo – pois, conforme se verá, frente aos eventos de 1989-90, a LIT-QI deixou praticamente de lado a questão do fator subjetivo na revolução. Ao invés disso, tomou o caráter de massas e, em parte, proletário, dos movimentos contra os regimes stalinistas como evidência de que se tratava de uma luta por um socialismo democrático, produzindo, assim, uma análise profundamente objetivista.

O resultado das eleições de março na URSS foi analisado pela LIT-QI no editorial da edição de maio de *Correo Internacional*.¹²⁶⁴ Para a organização, tal resultado seria parte do ascenso da revolução política, pois a burocracia teria sido rechaçada pela população e, com isso, ficado debilitada. Rechaço esse que não teria sido passivo, dado que foi acompanhado de mobilizações na Geórgia e Armênia contra o regime burocrático. Não obstante, encara que Gorbachev saíra fortalecido do processo eleitoral, pois tal rechaço deixava claro que sua via de reformas era a única alternativa possível para a burocracia.¹²⁶⁵

Tal editorial afirma ainda que, diante do incremento das mobilizações na China e da imposição à burocracia polonesa de negociações com o Solidariedade (“Mesa Redonda”), a situação “pré-revolucionária” nos Estados operários burocratizados se aprofundava e estendia. Mesmo reconhecendo que não havia surgido ainda um “organismo de poder operário”, o editorial destaca que haviam surgido aos montes “organizações que expressam a luta popular contra a burocracia”. Por sua vez, o

¹²⁶² Cf. *Ibid.*, p. 28.

¹²⁶³ Cf. KAGARLITSKY, Boris. “La revolución política en la URSS tiene una dimensión internacional”. *Correo Internacional* n. 42, set. 1989, p. 16-17.

¹²⁶⁴ Cf. EDITORIAL. Burócratas al borde de un ataque de niervos. *Correo Internacional* n. 40, may. 1989, p. 2-3.

¹²⁶⁵ Cf. *Ibid.*, p. 3.

surgimento de corrente políticas variadas também seria de grande relevância, pois demonstrava o fim do regime de partido único na prática.

Com isso, para a LIT-QI, a revolução política ficava mais perto da possibilidade de triunfar. Todavia, para que isso de fato ocorresse, tal editorial enfatiza que seria necessária uma “condução consequente” do processo e que a pouca influência do trotskismo era o elemento mais atrasado da revolução política. Ainda assim, o texto possui tom otimista, encarando que as ideias trotskistas estavam sendo redescobertas aos poucos e que, com a queda dos regimes stalinistas, a situação avançaria sobremaneira.¹²⁶⁶

Já na edição de julho de *Correo Internacional*, a LIT-QI declarou que o aprofundamento das mobilizações na China (“insurreição”) abriam uma “situação revolucionária” nos Estados operários burocratizados, debilitando a “frente contrarrevolucionária”.¹²⁶⁷ No editorial da edição de setembro do periódico, a organização declarou que o “ascenso revolucionário” internacional havia se intensificado ainda mais, e que quase todos os países do mundo estavam passando por greves, lutas de massas e rupturas com direções traidoras. Com as primeiras lutas desse ascenso, em 1988, as massas haviam conquistado liberdades democráticas, com a saída de cena de muitas ditaduras e com a *glasnost* na URSS. Agora, em 1989, estavam enfrentado os planos de austeridade impostos pelos órgãos imperialistas e seus aliados locais em países diversos, incluindo os do bloco soviético.¹²⁶⁸

Esse mesmo editorial afirma ainda que, com o fortalecimento de tal ascenso, as direções burocráticas, burguesas e pequeno burguesas haviam passado de uma situação de crise para a “hora da morte”, sendo rejeitadas cada vez mais pelas bases. Com isso as forças revolucionárias estariam crescendo, como as seções argentina, brasileira e uruguaia da própria LIT-QI, além de novas forças surgirem ao redor do globo, inclusive nos Estados operários. Diante dessa situação, estaria colocada a possibilidade de reconstruir uma “Quarta Internacional de massas”. Para tal, seria necessário impulsionar uma “Frente Única Revolucionária” internacional.

A tática da “Frente Única Revolucionária” (FUR), formalmente definida por Moreno nas suas “Teses de Leeds” (1958), era como o “morenismo” concebia a construção de organizações revolucionária, encarando que os trotskistas deveriam se aproximar das forças centristas e de elementos que estavam se desassociando das

¹²⁶⁶ Este e o parágrafo anterior cf. *Ibid.*, p. 4.

¹²⁶⁷ Cf. PRESENTACIÓN. *Correo Internacional* n. 41, jul. 1989, p. 1.

¹²⁶⁸ Cf. EDITORIAL. Un cambio en la situación mundial. *Correo Internacional* n. 42, set. 1989, p. 1-2.

“direções burocráticas”, para com todos eles formar uma organização comum, com base em um “programa revolucionário mínimo”.

Na prática, ao longo dos anos pós-Segunda Guerra, a tática da “FUR” significou o apoio dos “morenistas” a diversas forças não-revolucionárias e mesmo burguesas. Isso porque encararam que elas poderiam conduzir a “primeira fase” das revoluções sociais – as quais, para essa ala do movimento trotskista, necessariamente ocorriam em duas fases, uma “democrática” (“fevereiro”), dirigida por forças não-proletárias e não-socialistas, e outra “socialista” (“outubro”).¹²⁶⁹ No final dos anos 1980, a “FUR” foi defendida como forma de superar a crise de direção no bloco soviético, ainda que a LIT-QI tenha tendido a secundarizar ou mesmo ignorar a questão da crise de direção frente aos eventos de 1989-91.

A entrada em cena dos mineiros na URSS gerou grande entusiasmo na LIT-QI, pois foi visto como um impulso para a revolução política e como parte do processo de superação da crise de direção. Assim, em um artigo de setembro, Luna afirmou que tal greve abria um novo período nos Estados operários e estava entre um dos acontecimentos mais importantes da luta de classes mundial – um “avanço monumental” da revolução política, pois abria a perspectiva de mobilização e organização do proletariado soviético, lançando o embrião de um novo e gigantesco “Solidariedade” através da auto-organização democrática em comitês. Tais comitês, ademais, teriam aberto, em alguns lugares, uma situação de duplo poder e levantado demandas políticas por democratização (poder aos soviets, fim do papel dirigente do PCUS, voto direto e secreto para presidente do Soviete Supremo).¹²⁷⁰

Um outro texto, também de setembro, porém apócrifo, afirmou ainda que a greve dos mineiros era uma mobilização “objetivamente revolucionária, pela sua magnitude, suas demandas e seus métodos”, e que a existência de uma direção operária era um passo significativo na resolução da crise de direção da revolução política, ainda que não a resolvesse automaticamente – para o que se fazia necessária uma “direção política operária e revolucionária”.¹²⁷¹

¹²⁶⁹ Para mais, ver MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. *Op. cit.*, p. 317-322. Para as “Teses de Leed”, ver MORENO, Nahuel. *Tesis Sobre el Frente Unico Revolucionario* [1958]. In MORENO, Nahuel. *Escritos sobre la revolución política*. Versão digital. Disponível em <https://www.nahuelmoreno.org/tesis-de-leeds-1958.html>. Acessado em fevereiro de 2013.

¹²⁷⁰ Cf. LUNA, Ramon. ¿Y ahora quién para a la clase obrera? *Correo Internacional* n. 42, set. 1989, p. 8-10.

¹²⁷¹ Cf. CONCLUSIONES de la huelga. Los terremotos empiezan bajo tierra. *Correo Internacional* n. 42, set. 1989, p. 11-16.

Alguns meses depois, com a formação da “União dos Trabalhadores de Kuzbass” por parte de mineiros que haviam participado de tal greve, um artigo de Gabriel Massa, de janeiro de 1990, tratou o surgimento dessa organização como um “feito extraordinário”, e afirmou que ela possuía um programa revolucionário, que a tornava um “polo operário revolucionário de massas”.¹²⁷²

Essa empolgação com as mobilizações e organizações dos mineiros da URSS por parte da LIT-QI, cabe destacar, se deu a despeito da sua proximidade com Ieltsin e das muitas ilusões que circulavam entre tais trabalhadores nas reformas de mercado e em um retorno ao capitalismo.

Sobre Ieltsin, inclusive, cabe destacar que a LIT-QI pouco espaço dedicou em seus materiais a debater tal figura, a despeito da grande projeção que o burocrata ganhou ao longo de 1989-90. Não obstante, algumas menções pontuais deixam claro que a organização o via como parte da burocracia e não merecedor de qualquer confiança por parte dos trabalhadores. No mencionado texto de Massa, Ieltsin é apresentado como exemplo de “correntes burocráticas disfarçadas de democráticas”.¹²⁷³ No editorial da edição de maio de *Correo Internacional*, ele é brevemente caracterizado como “burocrata”.¹²⁷⁴

Se a greve dos mineiros de 1989 gerou entusiasmo nas fileiras da LIT-QI, os demais eventos explosivos deste ano foram recebidos ainda mais positivamente. Um artigo de Massa na edição de novembro de *Correo Internacional*¹²⁷⁵ afirma que a explosão dos regimes stalinistas colocava a questão do poder na ordem do dia e feria de morte a “frente contrarrevolucionária” entre as burocracias e o imperialismo, levando à entrada em cena do proletariado também nos países centrais do capitalismo. Em meio a tal processo, novas direções revolucionárias estariam surgindo, como os mineiros na URSS.¹²⁷⁶

Na análise da LIT-QI, além da entrada em cena do proletariado soviético, a questão nacional também estaria assumindo ares mais explosivos, tanto pela demanda por independência dos Estados bálticos, como pelo risco de guerra civil na Armênia, Azerbaijão e Geórgia. O próprio aparato militar e policial da URSS estaria mostrando

¹²⁷² Cf. MASSA, Gabriel. URSS: Los mineros fundan su partido. *Correo Internacional* n. 44, jan. 1990, p. 22-23.

¹²⁷³ Cf. *Ibid.*, p. 22.

¹²⁷⁴ Cf. EDITORIAL. Burocratas al borde de un ataque de niervos. *Op. cit.*, p. 2.

¹²⁷⁵ Cf. MASSA, Gabriel. El estallido del Este. *Correo Internacional* n. 43, nov. 1989, p. 4-7.

¹²⁷⁶ Cf. *Ibid.*, p. 4.

siniais de debilidades e cisões, com a recusa do primeiro em reprimir certas manifestações e manifestações por melhores salários por parte do segundo (em Leningrado). Dessa forma, o regime burocrático da URSS estaria em uma situação grave.¹²⁷⁷

A explosão do bloco soviético seria fruto dessa perda de controle por parte da burocracia da URSS, crise que também se fazia presente no plano externo. As análises e posições da LIT-QI sobre a situação no Leste Europeu serão abordadas mais adiante, em especial os casos polonês e alemão, mas cabe adiantar que Massa pontua que a explosão dos regimes da região não significava a restauração do capitalismo, mas sim o avanço da revolução política.¹²⁷⁸

Tal revolução, ademais, estaria resolvendo sua crise de direção no próprio processo de luta do proletariado. Para Massa, as lideranças à frente das manifestações no bloco soviético seriam uma “alternativa de poder frente aos regimes burocráticos”, pois “encabeçam a mobilização e as organizações que expressam o poder das massas” e também, em muitos casos, “já estão formulando um programa para o derrubamento da burocracia”. Que tais lideranças, na maioria dos casos, estivessem comprometidas com um projeto de restauração capitalista, reproduzindo ilusões de que capitalismo seria sinônimo de democracia e prosperidade, parece escapar a Massa e ao conjunto da LIT-QI.

Para Massa, as massas do bloco soviético estariam “concretizando na ação” o Programa de Transição, e haveria, inclusive, dirigentes que “expressam esse programa de forma cada vez mais completa e consciente”. Estaria aberta, assim, a possibilidade de uma frente “de todos que propõem conscientemente a liquidação dos exploradores, dos burocratas e todos seus sócios e agentes”. A queda do stalinismo, portanto, seria “a antessala do nascimento da QI de massas”.¹²⁷⁹

O otimismo e a cegueira voluntária do texto de Massa, que deixa de lado a enorme contradição de que a suposta revolução política em ascenso era dirigida por setores restauracionistas e, portanto, contrarrevolucionários, apesar de ser impulsionada por setores populares e mesmo proletários, se fez presente também na avaliação do CEI da LIT-QI, reunido em janeiro de 1990. Um resumo desta reunião destacou que a questão

¹²⁷⁷ Cf. *Ibid.*, p. 5.

¹²⁷⁸ Cf. *Ibid.*, p. 5-6.

¹²⁷⁹ Este e o parágrafo anterior, cf. *Ibid.*, p. 6-7. Citações nas mesmas páginas, respectivamente.

central da conjuntura internacional de então era a derrota histórica da contrarrevolução, com a derrubada do stalinismo.¹²⁸⁰

A LIT-QI, portanto, igualava queda dos regimes stalinistas com derrota da contrarrevolução, no exato momento em que a contrarrevolução avançava, na forma de governos dotados de maior popularidade e que falavam abertamente em restauração do capitalismo, convencendo as massas de que isso significaria democracia e melhores condições de vida.

Diante da crescente situação de fragilidade da burocracia stalinista, a organização reforçou de forma unilateral, ao longo de 1989-90, que as forças imperialistas buscavam a manutenção de tal burocracia no poder, como forma de evitar que as massas dele se apoderassem. Unilateral, pois não percebia que as mesmas forças imperialistas também estavam concedendo apoio aos novos governos restauracionistas do bloco soviético, que chegaram ao poder através do confronto com as burocracias da região. A política do imperialismo, portanto, era mais complexa do que a LIT-QI avaliava.¹²⁸¹

Na avaliação de Hernan Cuello, em artigo de março de 1990¹²⁸², esse suposto triunfo das revoluções políticas havia mudado totalmente a conjuntura, pois quebrara o “braço stalinista” da “frente contrarrevolucionária” e eliminara o maior freio e instrumento de traição das lutas proletárias, de forma que o imperialismo estava, então, mais débil. Com isso, estaria “aberta a etapa mais revolucionária da humanidade”, pois a revolução política estaria arrastando atrás de si a revolução mundial, em especial europeia, impulsionada pela queda do Muro de Berlim.¹²⁸³

Segundo Cuello, com tal ascenso sem precedentes, e a crise que ele estaria engendrando nos PCs e PSs mundo à fora, estaria colocada a possibilidade de resolução “rápida e a saltos” da crise de direção política do proletariado. Fruto disso seria o próprio crescimento da LIT-QI, o que reforçava a necessidade de aplicar a tática da “FUR” para reagrupar as novas direções revolucionárias que estariam surgindo.¹²⁸⁴

No caso da URSS, a situação seria de “crise revolucionária aguda”, marcada pela crescente perda de controle da burocracia central sobre diversas regiões e mesmo

¹²⁸⁰ Cf. REUNIÓN del Comité Ejecutivo de la LIT. *Correo Internacional* n. 45, mar. 1990, p. 32.

¹²⁸¹ Cf., por exemplo, MASSA, Gabriel. Cumbre de Malta: una mano para Gorbachov. *Correo Internacional* n. 44, jan. 1990, p. 10-11; GONZALES, Ernesto. Una cumbre en medio de la borrasca. *Correo Internacional* n. 48, jun. 1990, p. 43-45.

¹²⁸² Cf. CUELLO, Hernan F. Estalló el stalinismo. Derrota histórica del frente contrarrevolucionario mundial. *Correo Internacional* n. 45, mar. 1990, p. 8-13.

¹²⁸³ Cf. *Ibid.*, p. 8 e 10. Citação na p. 8.

¹²⁸⁴ Cf. *Ibid.*, p. 11 e 13.

repúblicas inteiras, sendo que, em alguns locais, como regiões mineiras, o controle estaria nas mãos dos trabalhadores.¹²⁸⁵

Com tais considerações, vemos o otimismo e cegueira voluntária da LIT-QI com o que encarava ser um ascenso da revolução política e mundial se converter em uma profunda distorção da realidade, pois, por mais que a burocracia soviética certamente estivesse em maus lençóis, não havia uma alternativa de poder proletário em cena, para que se tratasse de uma “situação revolucionária” (isto é, com dualidade de poderes). Ademais, não só a LIT-QI não estava se tornando uma organização de massas (ainda que tivesse crescido de forma impressionante na Argentina), como as lideranças das mobilizações contra os regimes stalinistas, conforme já pontuamos, estavam longe de serem “revolucionárias”, sendo, ao contrário, em grande parte restauracionistas e, portanto, contrarrevolucionárias.

A nosso ver, a explicação para todo esse entusiasmo e relativização (beirando o abandono) do fator subjetivo para falar em revolução triunfante está na concepção “morenista” de que processos revolucionários tinham, necessariamente, duas fases – uma democrática, outra socialista, ou ainda, uma inconsciente e outra consciente. Conforme visto, essa lógica foi estendida também à revolução política.

Um artigo de Ramón Luna, de março de 1990¹²⁸⁶, explica tal divisão e afirma que o triunfo da primeira etapa na URSS seria “imminente”. Para que triunfasse, de fato, contudo, seria necessário um partido revolucionário, o qual, não obstante, já estaria em construção, através da “União dos Trabalhadores de Kuzbass” e também do “Comitê por um Partido Socialista” (encabeçado por Kagarlitski e outros advindos da ala esquerda da “Federação de Clubes Sociais Socialistas”).¹²⁸⁷

Luna realiza ainda uma análise de como a questão nacional vinha se desdobrando no curso da revolução política na URSS, afirmando que se tratava do ponto mais alto das mobilizações da luta das nacionalidades oprimidas. Destaca que o uso repressivo do exército no Azerbaijão gerara fortes mobilização contra a convocação de reservistas em alguns lugares, bem como deserções de soldados azeris e armênios, que debandaram para as milícias de seus respectivos países. Sobre os conflitos interétnicos, Luna afirma serem lamentáveis, mas pontua que não eram o aspecto central das mobilizações nacionais, que

¹²⁸⁵ Cf. *Ibid.*, p. 9.

¹²⁸⁶ Cf. LUNA, Ramon. Revolución en la URSS. Gorbachov acorralado por la acción de las masas. *Correo Internacional* n. 45, mar. 1990, p. 14-21.

¹²⁸⁷ Cf. *Ibid.*, p. 20.

seriam progressistas e deveriam ser impulsionadas contra a burocracia. Em relação a tais conflitos, acrescenta, ainda, que a única solução seria o retorno do direito incondicional à autodeterminação nacional.¹²⁸⁸

Sobre o tema da questão nacional, cabe acrescentar que o CEI de janeiro se pronunciou contra intervenção militar no Azerbaijão, em janeiro, por encará-la como uma violação de tal direito.¹²⁸⁹

Por fim, vale mencionar que Luna destaca que a abolição do Artigo 6 da Constituição da URSS, adotada pela liderança do PCUS em fevereiro de 1990, o qual estabelecia o “papel dirigente” do PCUS na sociedade, não fora uma “reforma desde cima”, mas uma reação à enorme manifestação em Moscou alguns dias antes. Conforme Luna, com tal medida, a burocracia teria renunciado ao “princípio do monopólio do poder”.¹²⁹⁰

Elevando sobremaneira o tom de entusiasmo e otimismo, uma nota na edição de maio de *Correo Internacional* afirmou que, com tal abolição, a revolução política havia triunfado na URSS – avaliação que foi mantida e reafirmada ao longo do período posterior.¹²⁹¹

Vale mencionar ainda a avaliação de um associado soviético da LIT-QI, Ivan Brassov, publicada na edição de dezembro de *Correo Internacional*. Brassov apresenta uma visão mais balanceada dos eventos na URSS. Ao comentar a realização do II Congresso de Mineiro e a fundação de um sindicato independente, destaca que, a despeito da importância desse feito, havia “confusão” quanto ao que significava o retorno do mercado e até mesmo o “Plano de 500 Dias” de Ieltsin entre os mineiros, não igualando a oposição à Gorbachev a uma posição socialista revolucionária, como vinha fazendo a LIT-QI.¹²⁹²

Acerca de Ieltsin, vale também mencionar que Brassov destaca se tratar de um restauracionista, assim como Gorbachev, e que as diferenças entre ambos seriam apenas acerca do ritmo do processo. A restauração, em sua análise, havia sido abraçada pela burocracia como último recurso de sobrevivência diante das mobilizações das massas e deterioração da situação econômica. Dessa forma, os crescentes conflitos

¹²⁸⁸ Cf. *Ibid.*, p. 17 e 19.

¹²⁸⁹ Cf. REUNIÓN del Comité Ejecutivo de la LIT. *Op. cit.*

¹²⁹⁰ Cf. LUNA, Ramon. Revolución en la URSS. *Op. cit.*, p. 14. Citação na mesma página.

¹²⁹¹ Cf. ÚLTIMOS hechos, Los. *Correo Internacional* n. 47, mai. 1990, p. 17.

¹²⁹² Cf. BRASSOV, Ivan. Mineros: forman sindicato independiente. *Correo Internacional* n. 51, dic. 90, p. 23-25.

intraburocráticos, entre “conservadores”, “reformadores” e “radicais”, teriam a ver fundamentalmente com disputas por tal sobrevivência. As massas, contudo, estariam tomadas por grande “confusão e atraso de consciência”, sendo necessária a consciência da necessidade do partido revolucionário.¹²⁹³

2.2.9. III Congresso Mundial e as divergências em torno das “Teses de 90” (1990)

O otimismo e objetivismo a que nos referimos anteriormente chegou a um extremo no III Congresso Mundial da LIT-QI, realizado em maio de 1990. Conforme os documentos aprovados em tal Congresso e textos divulgados em *Correo Internacional* acerca das análises posições adotadas, a revolução mundial estaria à beira de acontecer e triunfar. Bastaria basicamente a LIT-QI escolher um local e data para tomar o poder, que o processo se desenrolaria.

A linha geral aprovada no III Congresso concebia que estava em curso um giro histórico, marcado por forte ascenso revolucionário em todo o mundo, e pela possibilidade de rápida superação da crise de direção, pois os trabalhadores estariam dando um salto de consciência em todo o mundo. Esse salto seria fruto da “derrota histórica” sofrida pela “frente contrarrevolucionária”, com a derrocada do stalinismo no bloco soviético. Derrota essa provocada pelo triunfo das revoluções políticas em sua primeira “fase”, de caráter “democrático”, as quais estariam avançando para a segunda, “socialista”. Em meio a tal situação, a LIT-QI estaria se tornando uma organização de massas em alguns países, e também abrindo trabalho no bloco soviético (Polônia e URSS). Tudo isso marcaria um giro histórico da situação mundial existente até então.¹²⁹⁴

Tamanho era o otimismo da LIT-QI com a situação mundial que um texto de Eduardo Erico, publicado na edição de *Correo Internacional* que apresentava as análises e decisões do Congresso, conclui que “se nossa interpretação está correta, a grande questão a discutir para a Internacional é a de nos prepararmos para lutar para tomar o poder em algum lugar do mundo”.¹²⁹⁵

Em relação ao suposto triunfo (da primeira fase) das revoluções políticas no bloco soviético, um texto de Mercedes Petit, resumindo a análise de conjuntura aprovada pelo

¹²⁹³ Cf. BRASSOV, Ivan. Unión Soviética: ¿Hacia el estallido? *Correo Internacional* n. 51, dic. 90, p. 19-23. Citação na p. 22.

¹²⁹⁴ Cf. TESES sobre a situação mundial. [S.l.], [1990]; PRESENTACIÓN. *Correo Internacional* n. 48, jun. 1990, p. 1; LIT-CI hoy, La. *Correo Internacional* n. 48, jun. 1990, p. 2-3; PETIT, Mercedes. Tres interpretaciones del giro histórico. *Correo Internacional* n. 48, jun. 1990, p. 4-11.

¹²⁹⁵ Cf. ERICO, Eduardo. Tomar el poder em algún lugar. *Correo Internacional* n. 48, jun. 1990, p. 12.

Congresso, destaca, contraditoriamente, que os novos governos alçados ao poder na região eram agentes diretos do imperialismo. Mas pontua que isso não significava que o capitalismo estava restaurado – ao contrário, estaria em curso um “colossal” processo revolucionário, que agora se enfrentava diretamente contra o imperialismo e seus agentes, de forma que a luta seria mais fácil. Petit nega, ainda, que tivessem se fortalecido ilusões no capitalismo e que as novas direções, que haviam se colocado à frente das massas no processo de enfrentamento com os regimes stalinistas, às levariam a uma derrota. Ao contrário, reforça a leitura de que as condições nunca haviam sido tão favoráveis para a superação da crise de direção.¹²⁹⁶

Um documento foi dedicado especificamente à questão da revolução política.¹²⁹⁷ Nele, é explicada em maiores detalhes a lógica de que tal revolução possuiria duas fases. A primeira já teria triunfado. Seu caráter era democrático, congregando setores diversos na luta contra a ditadura da burocracia. Por tal caráter amplo, essa primeira fase não tinha uma direção marxista (“revolucionária”). Seria pela ausência de tal direção que teria levado ao poder governos e regimes de linha restauracionista. Mas a chegada de tais governos ao poder seria apenas um “subproduto” do processo, e não seu centro.

Tais governos, ademais, teriam caráter débil, “kerenkista”, pois, apesar de serem restauracionistas, haviam chegado ao poder através da ação das massas, as quais seguiam mobilizadas e logo buscariam removê-los. Esse seria o centro da “segunda fase” da revolução, substituir tais governos e regimes por outros, baseados em organismos de tipo soviético (conselhos proletários democráticos) e comprometidos com o socialismo. Tais organismos já estariam em desenvolvimento, e a situação seria de dualidade de poderes, com o proletariado se enfrentando contra os planos restauracionistas.

O documento afirma ainda que, para o triunfo das forças proletárias, seria “essencial” construir lideranças marxistas / revolucionárias. Ainda que essa construção estivesse “atrasada”, as massas já teriam dado um “salto de consciência colossal” a partir de sua experiência de luta e a correlação de forças estaria evoluindo “a favor da revolução, e não da contrarrevolução”. Dessa forma, a LIT-QI deveria envidar esforços para se ligar às forças revolucionárias que estariam surgindo das lutas em curso para lhes prestar auxílio em seu desenvolvimento e, com essa perspectiva, estar disposta a ser uma minoria trotskista numa “Quarta Internacional de massas”.¹²⁹⁸

¹²⁹⁶ Cf. PETIT, Mercedes. Tres interpretaciones del giro histórico. *Op. cit.*, p. 6-10.

¹²⁹⁷ Cf. REVOLUCIÓN Política: las tareas y el programa. *Correo Internacional* n. 48, jun. 1990, p. 13-16.

¹²⁹⁸ Este e os parágrafos anteriores cf. *Ibid.*, p. 13-14 e 16.

O documento aponta, ainda, que o programa a ser defendido diante das revoluções políticas deveria ser pautado por colocar o problema do poder, na forma de um chamado por “todo o poder às organizações que expressem a força da classe trabalhadora”, mesmo que tais organizações tivessem “direções conciliadoras ou traidoras”, pois isso serviria para expor seu verdadeiro caráter às massas.

Aspectos específicos do programa deveriam envolver, no âmbito econômico, lutar contra os planos econômicos e medidas restauracionistas, defender as bases sociais do Estado operário, lutar pelo não pagamento da dívida externa e pela ruptura com o FMI. No plano político, deveria envolver a liquidação dos restos do aparato stalinista, destruição das forças armadas e policiais, denúncia da violação de liberdades democráticas pelos governos, plena liberdade de imprensa e informação, mecanismos de controle e destituição dos representantes eleitos, plena liberdade de ação e organização dos trabalhadores, direito à autodeterminação dos povos, incluindo à separação, formação de uma federação de todos os Estados operários / Federação Socialista da Europa, e construção de partidos revolucionários.¹²⁹⁹

Ainda sobre a questão da revolução política, o principal documento aprovado no Congresso, as “Teses sobre a situação mundial”, também conhecidas entre os “morenistas” como “Teses de 90”, dedica espaço para debater a questão da possibilidade de uma restauração capitalista.¹³⁰⁰

Ademais das avaliações já apresentadas, tal documento afirma que os governos “kerenkistas” que assumiram o poder após o triunfo da “fase democrática” da revolução política no bloco soviético não podiam restaurar o capitalismo, pois se encontravam em “crise permanente”. Tampouco a “confusão ideológica” das massas poderia levar à restauração. Ao invés disso, os “morenistas” encaravam que apenas uma “contrarrevolução sangrenta” seria capaz de realizar a restauração do capitalismo, “derrotando nas ruas a revolução, fechando a crise revolucionária e reconstruindo um aparato estatal e militar sólido”.

Assim, o retorno do capitalismo não poderia ser produto do suposto ascenso revolucionário em curso, “ainda que este, pelo baixo nível de consciência do movimento operário e pela traição das suas direções, possa levantar ou aprovar por um momento programas restauracionistas”, sobretudo porque tal ascenso, a despeito de suas

¹²⁹⁹ Este e o parágrafo anterior cf. *Ibid.*, p. 14-15.

¹³⁰⁰ Cf. TESES sobre a situação mundial. [S.l.], [1990]. Mimeografado.

debilidades subjetivas, estaria se dando, na concepção dos “morenistas”, o sentido de defender as bases dos Estados operários.¹³⁰¹

Vale ainda mencionar que o otimismo e a cegueira voluntária das “Teses de 90” era tanto, que chegou a enxergar a existência de um poder proletário alternativo ao da burocracia até mesmo em meras manifestações de rua, buscando, assim, compensar com “substitutos” a ausência de uma situação verdadeira de dualidade de poderes, quando organismos como assembleias, conselhos e comitês proletários passam a disputar com o Estado o controle da economia, política e forças armadas.

Além desses dois documentos, na edição de *Correo Internacional* dedicada ao Congresso, um artigo de Ramón Luna lidou mais especificamente com a situação na URSS.¹³⁰² Luna destaca que a URSS passava por uma crise aguda, com o poder se fragmentando cada vez mais entre as repúblicas. Isso seria fruto de uma “revolução política triunfante”, uma vez que a “mobilização revolucionária” das massas havia imposto a abolição do Artigo 6 da Constituição e, com isso, o “regime totalitário burocrático” havia caído – ainda que a equipe governante permanecesse a mesma. A saída encontrada por Gorbachev para tentar contornar situação teria sido um incremento dos seus traços bonapartistas, mas, diante das ações das massas, essa escalada autoritária não poderia se consolidar. Luna caracteriza seu governo como de tipo “kerenkista”, “débil” por ser fruto de uma “revolução triunfante”.¹³⁰³

Não obstante a suposta revolução triunfante, Luna reconhece que não havia uma direção revolucionária em cena. Esta, não obstante, estaria em processo de formação, processo esse do qual grupos como os “Novos Socialistas” e a “União dos Trabalhadores de Kuzbass” seriam parte fundamental, ao defenderem a derrubada do regime burocrático e a manutenção da propriedade social.¹³⁰⁴

Vale mencionar ainda que Luna caracteriza Ieltsin como um demagogo, que deseja facilitar a restauração ao confrontar os privilégios da burocracia e seu regime ditatorial, manipulando, assim, os anseios das massas. Em suas palavras, “Ieltsin é um burocrata, não um representante dos interesses dos trabalhadores”.¹³⁰⁵

¹³⁰¹ Este e o parágrafo anterior cf. *Ibid.*, p. 6. Citações na mesma página.

¹³⁰² Cf. LUNA, Ramón. Unión Soviética. Cayó el viejo régimen. *Correo Internacional* n. 48, jun. 1990, p. 20-23.

¹³⁰³ Cf. *Ibid.*, p. 21-22.

¹³⁰⁴ Cf. *Ibid.*, p. 23.

¹³⁰⁵ Cf. *Ibid.*, p. 20-21. Citação na p. 21.

Ainda sobre a URSS, o III Congresso aprovou uma resolução defendendo o direito irrestrito à independência da Lituânia. Ainda que reconhecendo que a direção do movimento nacionalista lituano é restauracionista, a resolução se limita à palavra-de-ordem “Viva a Lituânia independente!”, sem demarcar a necessidade do socialismo.¹³⁰⁶

Por esses materiais, pode-se ver que a LIT-QI reconhecia uma revolução triunfante a despeito das lideranças do movimento de massas defenderem pautas contrarrevolucionárias e do proletariado não ter organismos próprios de poder para se contrapor ao poder da burocracia (dualidade de poderes). Ademais, a LIT-QI encarava que o regime stalinista na URSS havia sido derrubado por uma “revolução”, por conta da abolição do Artigo 6 da Constituição, a despeito de a estrutura estatal e dos governantes terem permanecido os mesmos. Em relação à questão nacional, mesmo reconhecendo que a liderança em certos locais era também contrarrevolucionária, se somou a elas em um chamado abstrato por independência, sem vinculação com a manutenção do Estado operário.

Sua empolgação com as mobilizações de massas, portanto, levou a LIT-QI a deixar de lado uma análise rigorosa do que estava ocorrendo, ou mesmo a ignorar as enormes contradições colocadas (quando as reconhecia), para insistir que as massas proletárias se encaminhavam para consolidar um poder próprio e, assim, fazer avançar a transição ao socialismo no bloco soviético (e no mundo).

Essas questões não passaram despercebidas nas fileiras da LIT-QI. As mencionadas “Teses de 90” não foram publicadas em *Correo Internacional* e, pelo que pudemos apurar, só foram circuladas internamente. Em sua primeira reunião após o Congresso, em junho, o CEI da LIT-QI emitiu um documento rejeitando as “Teses”, e iniciou a elaboração de outros materiais alternativos. O CEI ainda denunciou que as “Teses” haviam sido apresentadas apenas no próprio Congresso, sem debate prévio até mesmo entre a maioria do órgão dirigente da LIT-QI, donde justifica ser legítima sua anulação por tal órgão e a abertura de um debate sobre regime e método de funcionamento da organização, para corrigir o que seria um desvio do centralismo democrático.¹³⁰⁷

Os meses seguintes ao Congresso foram marcados por um conflito interno entre setores da liderança internacional e a liderança da seção argentina, responsável pelos principais documentos congressuais. Esse conflito levou à modificação de alguns

¹³⁰⁶ Cf. ROMPER o bloqueio contra a Lituânia. *Correo Internacional* n. 7, jul. 1990, p. 33-35.

¹³⁰⁷ Cf. PRIMEIRA avaliação das teses mundiais: precisamos de um novo documento mundial. [S.l.], [1990].

aspectos da análise e linha adotados pelo Congresso, em especial o completo abandono da questão subjetiva e da noção de crise de direção, mas manteve as linhas gerais de forte otimismo e cegueira voluntária, que apagava as enormes contradições que permeavam as mobilizações populares em curso no bloco soviético.

Assim, no documento “Primeira avaliação das teses mundiais”, o CEI da LIT-QI condenou “globalmente” as “Teses de 90” por considerarem que não respondiam adequadamente à questão da superação da crise de direção ao subestimar a força da “frente contrarrevolucionária” e superestimar as condições objetivas, anulando, assim, “a contradição fundamental entre o ascenso revolucionário e o vazio de direção revolucionária”.¹³⁰⁸

Para o CEI, sem uma direção revolucionária, “todas as suas lutas estarão cheias de vitórias que nos levarão inevitavelmente a derrotas catastróficas”. Isso seria um “fator fundamental”, ausente nas “Teses”. Dessa forma, a necessidade da direção revolucionária e o seu desenvolvimento seria, naquele momento, maior que nunca. As “Teses”, entretanto, tratam o problema como já estando se resolvendo, através da predominância de fatores objetivos que impulsionariam a revolução. A “revolução alemã”, contudo, seria a maior prova das contradições colocadas pela ausência de uma direção revolucionária.¹³⁰⁹

Ainda sobre a questão da direção revolucionária, o documento do CEI critica as “Teses” por exageram o desenvolvimento de novas direções as forças da própria LIT-QI, ao afirmarem (as “Teses”) que a organização estava se tornando de massas. Segundo tal documento, as “Teses” confundem o surgimento de novas vanguardas com novas direções revolucionárias (“trotskistas ou trotskizantes”) e rebaixam a política de construção do partido a uma unidade de ação com as massas, assentando, assim, “as condições para adaptar-se à consciência presente das massas”. Ademais, as “Teses” ainda deturpariam a política da “FUR”, igualando-a a acordos e frentes transitórias, no lugar das “frentes revolucionárias”.¹³¹⁰

O documento também critica as noções subjacentes às “Teses” de que todo órgão que surgisse da luta dos trabalhadores, independente da forma, seria democrático e

¹³⁰⁸ Cf. *Ibid.*, p. 2. Citação na mesma página.

¹³⁰⁹ Cf. *Ibid.*, p. 3. Citação na mesma página.

¹³¹⁰ Cf. *Ibid.*, p. 4 e 9-10.

revolucionário, e de que a revolução política iria se desenvolver de forma linear a ascendente.¹³¹¹

Não obstante, o CEI declarou ter acordo com a avaliação presente nas “Teses” de que havia ocorrido um “giro histórico” com o enfraquecimento da “frente contrarrevolucionária”, e que isso abria uma oportunidade sem precedentes de construir uma “Quarta Internacional de massas”.¹³¹²

Assim, apesar de condenar as conclusões mais exageradas e objetivistas de que a revolução estava avançando a passos largos, independente da ausência de dualidade de poderes e direção revolucionária, o CEI manteve uma leitura otimista da conjuntura, ignorando que o enfraquecimento das ditaduras da burocracia não se deram por mobilizações de massas assentadas em um programa por socialismo democrático, mas sim em um programa contrarrevolucionário, graças às ilusões de que um retorno ao capitalismo significaria a garantia de democracia e prosperidade.

Na ausência de um documento propositivo que deveria ter sido preparado pelo Secretariado Internacional em substituição às “Teses de 90”, o CEI emitiu um próprio, após sua reunião de novembro.¹³¹³ O documento, logo de início, destacou que a LIT-QI enfrentava uma crise interna, por conta das dificuldades em estabelecer um marco comum de discussão depois dos erros cometidos.¹³¹⁴ De fato, ao longo dos anos seguintes, uma série de cisões levaram à organização a quase desaparecer, e muitas delas tinha as leituras conjunturais e posições políticas apresentadas nas “Teses de 90” como parte de suas razões.

No que tange à parte do documento dedicada à questão da revolução política, tratou-se de uma síntese de um extenso documento apresentado por Romero à reunião de novembro.¹³¹⁵ Tal síntese reafirma a noção “morenista” de que revoluções (sociais e políticas) possuem duas fases, explicando que tal divisão é fruto da imaturidade do fator subjetivo ou, em outras palavras, da ausência de um partido revolucionário influente. Com base nisso, reafirma também a avaliação das “Teses de 90” de que a “fase democrática” da revolução política havia triunfado no bloco soviético.¹³¹⁶

¹³¹¹ Cf. *Ibid.*, p. 4 e 6.

¹³¹² Cf. *Ibid.*, p. 2.

¹³¹³ MINUTA para la discusión sobre la situación política mundial. [S.l.], 10/12/1990.

¹³¹⁴ Cf. *Ibid.*, p. 4.

¹³¹⁵ Cf. ROMERO, A. La revolución política y la época del trotskismo. BDI n. 2, [1990].

¹³¹⁶ Cf. MINUTA..., *op. cit.*, p. 15.

Não obstante, tal documento reduz bastante o tom otimista e objetivista das “Teses de 90”, ao levantar uma série de considerações sobre o que enxergava como graves limitações e contradições nessas revoluções políticas “triunfantes”. Em sua avaliação, havia um significativo atraso de consciência e organização das massas do bloco soviético, o que teria permitido que tais processos fossem desviados, num “primeiro momento”, para “o terreno da democracia burguesa e parlamentar” e que forças “contrarrevolucionárias, pró-imperialistas e restauracionistas” tomassem a sua frente. Também teria feito com que tarefas essenciais da revolução política, como a destruição do aparato militar e policial, não fossem concretizadas, e com que a dualidade de poderes não tivesse sido um “traço determinante” de tais processos, com organismos de poder proletário tendo surgido apenas pontualmente e logo desaparecido.

O referido atraso é explicado como fruto da ditadura da burocracia, das pressões econômicas e políticas exercidas pelas potências imperialistas e pela inexistência de um partido revolucionário. Segundo avalia o documento, nem mesmo “núcleos trotskistas ou trotskizantes” haviam surgido – avaliação muito distante daquela das “Teses de 90”, segundo a qual a crise de direção estava sendo rapidamente superada.¹³¹⁷

A Alemanha teria sido o lugar onde tais contradições haviam se feito presente de forma mais grave. Aqui, enfim o otimismo dá lugar ao realismo, pois o documento, ainda que mantendo a análise de que a abertura do processo de reunificação nacional tenha sido uma vitória das massas, reconhece que o capitalismo fora restaurado na RDA com sua absorção pela RFA. Isso teria ocorrido pois, com a ausência de uma direção revolucionária, o processo de unificação fora conduzido pela burguesia após certa vacilação inicial, tendo a classe dominante se utilizado de uma “reação democrática” para destruir o Estado operário burocratizado e restaurar o capitalismo.

Conforme o documento, a restauração já estaria consolidada, mesmo que uma grande porção da economia da ex-RDA seguisse sendo estatal, pois o Estado alemão havia sido reunificado sob controle da classe burguesa. Tratar-se-ia, pois, de uma derrota para proletariado mundial. Não obstante, o documento não abandona de todo o otimismo que permeia toda a análise da LIT-QI nesse período, pois afirma que o processo revolucionário não havia se encerrado com a restauração, e que o proletariado alemão não sofrera uma “derrota histórica” e, ademais, estava então unificado e, portanto, com maior capacidade de luta.

¹³¹⁷ Cf. *Ibid.*, p. 16-17. Citações nas mesmas páginas.

Não obstante, o documento reforça uma avaliação de Moreno, em suas “Teses de Atualização do Programa de Transição”, segundo a qual, na ausência de uma direção revolucionária, todo triunfo seria seguido de derrotas catastróficas – o que teria de fato ocorrido na Alemanha e seguiria se repetindo enquanto não fosse superada a crise de direção.¹³¹⁸

O documento ainda aborda a questão de que o reconhecimento de que uma contrarrevolução capitalista triunfara na RDA envolvia reconhecer que há possibilidade de uma restauração pacífica, sem que o proletariado tivesse sido esmagado – algo não previsto no arcabouço original do trotskismo nem em sua atualização “morenista”. A explicação é que o proletariado abraçara a defesa do retorno ao capitalismo. Porém, o documento ressalta que, uma vez que a restauração não esmagara o proletariado, este conservava sua capacidade de luta, e já estaria a pondo em prática contra os efeitos da restauração em suas condições de vida, de forma que a situação não estaria ainda de todo fechada.¹³¹⁹

Seria, então, possível que uma restauração pacífica ocorresse nos demais Estados operários burocratizados? O documento trata isso como uma questão em aberto, não descartando tal possibilidade. Mas a considera como pouco provável, pois o caso alemão tinha a peculiaridade da divisão nacional e da existência de uma forte burguesia, capaz de absorver a porção da nação que se tornara um Estado operário burocratizado.

Nos demais Estados operários, contudo, os setores restauracionistas seriam muito mais frágeis, uma heterogênea pequena-burguesia cujo apoio viria do exterior (as forças imperialistas), de forma que necessitariam esmagar o proletariado para assumir o poder de Estado e também porque a reintrodução dessas formações sociais no mercado mundial capitalistas só poderia se dar na forma de uma “semicolonização”, o que envolveria destruir os níveis de vida do proletariado. Assim, na avaliação do documento, uma restauração nesses outros Estados operários dificilmente poderia abrir mão da violência, e provavelmente envolveria guerras civis com apoio direto ou indireto de forças imperialistas.¹³²⁰

Assim, ao longo do segundo semestre de 1990, o CEI amenizara o objetivismo e o otimismo exacerbado, verdadeira cegueira voluntária, que a liderança da seção argentina imprimira nos documentos do III Congresso Mundial da LIT-QI e em materiais

¹³¹⁸ Este e o parágrafo anterior cf. *Ibid.*, p. 18-19.

¹³¹⁹ Cf. *Ibid.*, p. 20.

¹³²⁰ Cf. *Ibid.*, p. 20-21.

anteriores a ele. Muito provavelmente, os rumos desastrosos dos eventos na RDA pesaram nessa mudança de tom por parte de um setor dos “morenistas”.

Contudo, guiada pela lógica da revolução em duas fases, a organização não eliminou a leitura de que a conjuntura era altamente favorável ao avanço da revolução socialista e política, não reconheceu as derrotas históricas que estavam ocorrendo e, sobretudo, a enorme contradição que era a classe trabalhadora dos Estados operários do bloco soviético estar saindo às ruas para defender o retorno do capitalismo. Isso fez com que, diante dos novos eventos explosivos de 1991, a LIT-QI incorresse em erros de avaliação muito similares aos de 1989-90, deixando um terreno fértil para novas e mais severas crises internas, que levaram à dilaceração da organização.

2.210. Os eventos de 1991: nova revolução democrática na URSS

A visão mais atenuada – no sentido de menos exacerbadamente otimista – definida pelos documentos do CEI do segundo semestre de 1990 se fez presente nas análises e posições da LIT-QI diante dos eventos-chave da primeira metade de 1991. Por exemplo, diante da intervenção militar na Armênia, uma declaração do SI da organização não se limitou à defesa do direito à autodeterminação em abstrato, como vinha fazendo nos anos anteriores, sem se diferenciar das lideranças restauracionistas à frente dos movimentos nacionais. Nesta ocasião, a organização denunciou tal caráter dessas lideranças e defendeu como saída para a questão nacional na URSS a formação de uma federação de repúblicas socialistas dotada de democracia operária e baseada na livre adesão, bem como dotada de um “governo operário e camponês sem burocratas e agentes restauracionistas”.¹³²¹

A organização também deu mais atenção à cada vez mais popular figura de Ieltsin em suas análises do começo de 1991. Enfatizou, através de um artigo de seu associado soviético Alexandr Petrov, que as diferenças entre as alas da burocracia, Ieltsin incluso, se davam sobre como aplicar o plano de restauração, com as diferenças residindo em aspectos táticos e de ritmo.¹³²² Visão que foi reafirmada em artigo de Luna, na edição de agosto de *Correo Internacional*.¹³²³

¹³²¹ Cf. RECHACEMOS la represión del Kremlin contra los armenios. *Correo Internacional* n. 54, may. 1991, [s.p.].

¹³²² Cf. PETROV, Alexandr. La "Tercera Fuerza" de la Revolución en la URSS. *Correo Internacional* n. 54, may. 1991, p. 1-6.

¹³²³ Cf. LUNA, Ramón. Los temores del imperialismo ante la irrupción de las masas soviéticas. *Correo Internacional* n. 55, ago. 1991, p. 19.

A LIT-QI também denunciou, em artigo na edição de maio, que Ieltsin se aproveitava da sua popularidade e proximidade com organizações sindicais mineiras para barganhar mais poderes frente a Gorbachev. Dessa forma, enfatizou que era necessário que os trabalhadores rompessem com Ieltsin e outros líderes que usavam o linguajar democrático para traí-los.¹³²⁴

Por mais que a organização já tivesse caracterizado Ieltsin como parte da burocracia e defensor de uma restauração capitalista, tamanho era seu entusiasmo e otimismo com o que via como uma ascendente e arrebatadora revolução política que não havia, até então, lidado de forma mais direta com o fato de que ele tinha grande popularidade, inclusive entre o renascente movimento operário.

Nesse sentido, o mencionado artigo de Luna, de agosto, também reconhece que, apesar de estarem mobilizadas, as massas soviéticas tinham muitas ilusões num retorno à economia de mercado, ainda que ele enfatize que isso não equivalia a uma defesa das privatizações almejadas pela burocracia. Para Luna, predominava uma grande confusão sobre o que realmente significava economia de mercado. Luna também destaca a ausência de uma direção revolucionária à frente dessas mobilizações e que era necessária a construção de um partido trotskista e de órgãos democráticos de combate, como comitês de greve, para que a restauração fosse impedida.¹³²⁵ Dessa forma, a análise da LIT-QI ao invés de enxergar um iminente triunfo revolucionário, atentou para o risco da restauração capitalista se concretizar, ficando, assim, mais próxima da realidade.

Essa visão mais comedida, contudo, durou pouco. Diante do golpe da ala “conservadora” contra Gorbachev, em agosto de 1991, sua reação inicial foi registrada em uma declaração de 28 de agosto, que identificava a resistência ao golpe como um “grande triunfo revolucionário”.¹³²⁶ Negando que tivesse ocorrido uma derrota do socialismo ou uma restauração do capitalismo, para a LIT-QI, tal resistência havia sido (mais) uma “revolução democrática” triunfante, que destruíra “o maior aparato burocrático do mundo” e libertara a “prisão dos povos” para a realização da autoderminação nacional.¹³²⁷

Em sua leitura, contudo, o caráter de tal “revolução” não havia sido proletário, mas “popular”. E sua direção teria ficado a cargo de Ieltsin, definido como “burocrata

¹³²⁴ Cf. ¿QUIÉN salvó a Gorbachev? ¡Boris Ieltsin!. *Correo Internacional* n. 54, may. 1991, p. 7-8.

¹³²⁵ Cf. LUNA, Ramón. Los temores del imperialismo..., *op. cit.*, p. 20.

¹³²⁶ Cf. GRAN triunfo revolucionario en la URSS. *Correo Internacional* n. 56, nov. 1991, p. 34-39.

¹³²⁷ Cf. *Ibid.*, p. 34.

agente do imperialismo”, defensor da restauração, e representante dos “novos ricos” e setores da burocracia que almejavam se converter em burguesia. Assim, haveria dois caminhos abertos para essa “revolução triunfante”: de um lado a restauração desejada por Ieltsin, Gorbachev e dirigentes das repúblicas, de outro que as massas levassem o processo até o fim e tomassem o poder para varrer esses setores e a burocracia.¹³²⁸

O curso dos eventos dependeria do desenvolvimento e centralização de órgãos de luta, criando um duplo poder, e, sobretudo, da resolução da crise de direção, “fator decisivo”. Para os “morenistas”, o cenário tido como mais provável era o de que houvesse grande resistência das massas às medias restauracionistas e que, dessa experiência das massas com Ieltsin se desenvolvessem “organismos independentes e uma direção revolucionária”, como fruto da superação das confusões e ilusões.¹³²⁹

Além dessa análise sintética, a declaração também apresenta um programa para a situação na URSS, visando a impulsionar a tomada do poder pelas massas. Sua demanda central deveria ser a formação de um governo dos mineiros e organizações operárias independentes, sem “novos ricos” nem burocratas. Outras demandas apresentadas iam no sentido do controle democrático da economia, contra demissões, privatizações, pela ruptura com o FMI e pelo não pagamento da dívida externa, pelo fim dos privilégios dos burocratas e confisco de seus bens, por liberdades democráticas amplas, convocação urgente de assembleias constituintes nas repúblicas, direito à autodeterminação nacional, pelo desenvolvimento de organismos de poder operário e popular, por um Partido de Trabalhadores e pela (re)construção da seção soviética da Quarta Internacional.¹³³⁰

Vê-se, assim, que apesar de reconhecer a liderança restauracionista à frente das massas e que a crise de direção era um problema central, a LIT-QI retomou as expectativas de que tal problema fosse ser solucionado a partir da própria experiência das massas com tal liderança, em um curto prazo. Dessa forma, seu otimismo voltou a distorcer a realidade altamente contraditória que predominava no bloco soviético, levando a organização a tomar, na prática, o lado de forças contrarrevolucionárias com influência de massas, uma vez que encaravam que revoluções se iniciavam como processos dirigidos por forças assim. Logo, confundiam contrarrevolução com “primeira fase” de revolução.

¹³²⁸ Cf. *Ibid.*, p. 34-35.

¹³²⁹ Cf. *Ibid.*, p. 37.

¹³³⁰ Cf. *Ibid.*, p. 38.

No editorial da edição de novembro de *Correo Internacional* foi apresentada uma análise mais aprofundada dos eventos de agosto e da situação posterior na URSS.¹³³¹ Ainda que tal editorial reafirme a ênfase no risco de uma restauração, caso não surgisse uma liderança revolucionária, ele mantém a leitura de que mais uma revolução democrática havia triunfado na URSS, na forma de resistência das massas ao golpe de agosto. Interessantemente, contudo, o editorial parece “anular” a “revolução democrática” que a organização enxergara na abolição do Artigo 6º da Constituição, em fevereiro do ano anterior, pois se refere à “quarta” revolução no país no século XX – sendo as outras três as de 1905, de fevereiro de 1917, e de outubro de 1917.¹³³²

O conteúdo desta “quarta revolução” seria a queda do PCUS e o desmoronamento do aparato de Estado central da URSS. Seu sujeito social teriam sido “as massas populares”, que teriam se rebelado contra as condições cada vez piores de vida e contra os restos do regime totalitário, inclusive contra a “prisão dos povos” e a opressão nacional.

Não obstante, o editorial destaca a existência de “imensas contradições e gravíssimos perigos”: a direção da suposta revolução teria sido o “bandido burocrático” Ieltsin e, na maior parte das repúblicas, membros do antigo PCUS seguiam conduzindo o governo e defendendo abertamente o programa de restauração, em íntima aliança com EUA, CE e FMI. Ademais, ressalta que várias estruturas seguiam de pé, ainda que “feridas”, como o exército e a KGB, além de a questão das nacionalidades não se resolver apenas com as independências e a penúria dos trabalhadores ter aumentado pelo desmonte promovido pelos restauracionistas locais.¹³³³

Para a LIT-QI, essas graves contradições se explicariam pelo fato de que as massas não tomaram o poder. Ao invés, o poder fora transferido de um setor da burocracia a outro. Nas palavras do editorial, as massas teriam feito “uma grande revolução, mas sem organização, direção e programa revolucionários”. Haveria apenas germes de órgãos independentes, como os comitês de greve e alguns poucos sindicatos, predominando uma enorme confusão ideológica, fruto de anos de deturpação stalinista acerca do socialismo e também da inexistência de partidos políticos proletários. Portanto, em última instância, a crise de direção seria a razão de tamanhas contradições dessa suposta revolução.¹³³⁴

¹³³¹ Cf. EDITORIAL. La Revolución de Agosto. *Correo Internacional* n. 56, nov. 1991, p. 1-6.

¹³³² Cf. *Ibid.*, p. 2.

¹³³³ Cf. *Ibid.*, p. 2-4.

¹³³⁴ Cf. *Ibid.*, p. 4-5. Citação na p. 4.

Revolução essa que, pela própria análise da LIT-QI, não tinha nenhuma característica de revolução, nem mesmo da “revolução democrática” “morenista”, uma vez que, a nível local, das repúblicas, a ditadura burocrática, seus aparatos estatais e os governantes restauracionistas seguiam no mesmo lugar que antes, como a organização reconhecia, por mais que o aparato central da URSS tivesse se esfacelado. Ademais, o proletariado não tinha protagonizado a derrubada de tal aparato, nem erguido órgãos de poder próprio, como a organização também reconhecia.

Além de voltar a enxergar revoluções triunfantes onde não existiam, a LIT-QI também retomou sua relativização da questão da crise de direção, ainda que apontando formalmente que ela era um problema. Isso fica claro quando retoma a visão otimista de que as ilusões das massas não tardariam a se chocar com a realidade, pois os governos restauracionistas não defendiam seus interesses. Tais governos, ademais, seriam frágeis, por serem uma junção muito heterogênea de pequeno-burgueses, sem a solidez e estabilidade da burguesia e que, ademais, ainda não teriam recebido um apoio efeito do imperialismo (investimento financeiro maciço), apesar da disposição deste em auxiliá-los a evitar uma explosão social. O cenário mais provável, segundo o editorial, seria as massas realizarem greves e mobilizações em curto tempo, pois a desaparecimento do PCUS e a conquista de maiores liberdades eram fatores facilitadores de sua mobilização.¹³³⁵

Assim, o editorial conclui que “nada está decidido” sobre o destino da URSS. Destaca que era necessário criar um partido revolucionário e um governo operário, camponês e popular. E que, apesar de as massas estarem muito atrasadas, por outro lado estariam avançando rápido nas lutas contra os planos restauracionistas. Diante de tal cenário, a tarefa da LIT-QI seria reforçar laços internacionalistas com setores da oposição na URSS e lançar uma grande campanha de esclarecimento sobre os eventos de lá.¹³³⁶

Essa avaliação não foi alterada com a dissolução da URSS, ao final de 1991. É o que consta em artigo de Ernesto González e Hernan Cuello, na edição de fevereiro de 1992 de *Correo Internacional*.¹³³⁷ Tal qual afirmara ante os eventos de agosto de 1991, a LIT-QI não viu no fim da URSS uma restauração do capitalismo. Ao invés, tal artigo argumenta que a quebra da União e a separação das repúblicas fora algo progressivo, por romper a “prisão dos povos”.

¹³³⁵ Cf. *Ibid.*, p. 5.

¹³³⁶ Cf. *Ibid.*, p. 6.

¹³³⁷ Cf. GONZÁLEZ, Ernesto & CUELLO, Hernán. La ex Unión Soviética después del fracaso del golpe. *Correo Internacional* n. 57, feb. 1992, p. 1-4.

Mesmo reconhecendo que os movimentos nacionais eram dirigidos sobretudo por reacionários, e que as repúblicas independentes eram governadas por restauracionistas, cujas ações estavam fortalecendo os “novos ricos” e a conversão da burocracia em burguesia, o artigo afirma que era necessário apoiar o direito à autodeterminação. Mas acrescenta que somente um “governo operário e popular” poderia garantir as aspirações à autodeterminação e também a livre associação dos povos. Assim, denuncia a CEI como uma entidade centralizadora nas mãos do Estado russo e subordinada ao imperialismo para promover uma “semicolonização” dos territórios da ex-URSS.¹³³⁸

Em relação aos planos restauracionistas, o artigo argumenta que eles avançavam de forma “lenta e dificultosa”, não tendo um “futuro assegurado”. O triunfo ou não da restauração, portanto, ainda estaria em aberto e dependeria, sobretudo, da reação do movimento operário. Os trabalhadores, por sua parte, segundo o artigo, estariam avançando nas suas lutas reivindicatórias e na sua consciência, ainda que lentamente. A tarefa central seguia sendo, portanto, a formação de um partido revolucionário para conduzir a luta pelo poder.¹³³⁹

A LIT-QI, portanto, não reconheceu que a contrarrevolução capitalista triunfara com a destruição da URSS, e seguiu vendo com otimismo e cegueira voluntária a possibilidade de os trabalhadores tomarem o poder, a despeito das ilusões e confusões reinantes, da desorganização do movimento operário e da ausência de uma liderança revolucionária influente – elementos que ela própria reconhecia.

2.2.11. Interpretações e posições sobre a URSS após 1991

Tal leitura foi reafirmada pelo IV Congresso Mundial da LIT-QI, realizado entre fevereiro e março de 1992, e perpassado por intensos conflitos entre tendências. A “Resolução sobre situação mundial” adotada pelo Congresso reafirmou que a revolução (tanto a revolução social nas formações sociais capitalistas, quanto a revolução política nos Estados operários burocratizados) se divide em duas fases, sendo a primeira delas “democrática” e liderada por direções “oportunistas”, e afirmou que essa “primeira fase” havia se efetivado no bloco soviético. Mas, diante da ausência da “segunda fase” da

¹³³⁸ Este e o parágrafo anterior cf. *Ibid.*, p. 2-3 e 7.

¹³³⁹ Cf. *Ibid.*, p. 4.

revolução política na região, o documento deixa em aberto a caracterização das formações sociais após a queda dos regimes stalinistas.¹³⁴⁰

Tampouco a resolução adotada sobre a ex-URSS precisou o caráter de tais formações sociais, agora politicamente independentes. Mas reafirmou a leitura de que uma revolução democrática protagonizada por “setores populares” triunfara em agosto e que, não obstante, governos restauracionistas estavam no poder, atuando junto ao imperialismo pela restauração capitalista e pela “semicolonização” da região. Contudo, destaca que a ausência de uma burguesia nacional era um importante obstáculo à concretização da restauração, ainda que setores da burocracia estivessem se convertendo em burguesia e que o CEI cumprisse papel de força auxiliar do imperialismo em prol da restauração.

Diante desse cenário, o programa central para a ex-URSS deveria girar em torno da oposição aos planos restauracionistas e seus efeitos sobre as condições de vida dos trabalhadores e por uma “segunda revolução”, que colocasse os trabalhadores no poder e restabelecesse a propriedade socializada, sob controle democrático do proletariado. Tal programa também deveria incluir a defesa da autodeterminação das nacionalidades, a denúncia da CEI e a defesa da livre associação dos povos.¹³⁴¹

A resolução define, ainda, como tarefa central para a LIT-QI a construção de um núcleo nos países da ex-URSS, o que deveria ser feito aprofundando o trabalho através do periódico “Nova Iskra” de Moscou e se aproximando dos mineiros de Karaganda.¹³⁴²

Pelo que nos foi possível apurar, ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000, a LIT-QI manteve a análise de que a restauração capitalista não triunfara na ex-URSS, bem como manteve também a leitura geral de que o colapso da URSS fora um feito progressivo, fruto de uma “revolução democrática”, e de que a conjuntura mundial era marcada por um ascenso da luta de classes e por grandes oportunidades revolucionárias. Portanto, a LIT-QI manteve o núcleo objetivista e exacerbadamente otimista das “Teses de 90”, ainda que elas tenham sido formalmente rejeitadas ainda em 1990.

Ainda que o desenvolvimento posterior dessa análise da LIT-QI extrapole nosso recorte temporal, vale acrescentar que, em seu VIII Congresso Mundial, realizado em 2005, a organização adotou uma leitura bastante diferente acerca do período Gorbachev

¹³⁴⁰ Cf. RESOLUCIÓN sobre situación mundial. RESOLUCIONES del Cuarto Congreso Mundial. Boletín Internacional. [S.l.], mar. 1992, p. 6-7.

¹³⁴¹ Este e o parágrafo anterior cf. *Ibid.*, p. 13.

¹³⁴² Cf. *Ibid.*; RESOLUCIÓN sobre el trabajo de la LIT(QI) en la ex-URSS. RESOLUCIONES del Cuarto Congreso Mundial. Boletín Internacional. [S.l.], mar. 1992, p. 31-32.

e dos eventos na URSS ao fim do século em relação àquela da época aqui analisada. O principal formulador dessa nova leitura foi Martín Hernandez, que a apresentara publicamente ainda antes do Congresso, em uma introdução à edição brasileira de “Revolução Traída”, publicada naquele mesmo ano pela editora vinculada à seção brasileira da organização. Posteriormente ao Congresso, Hernandez publicou um livro mais denso, onde aprofunda sua leitura.¹³⁴³

Sem termos a pretensão de uma abordagem aprofundada dessa análise *a posteriori* dos eventos aqui em foco, a qual mereceria uma pesquisa à parte, vale apresentarmos uma breve síntese. Segundo essa nova análise da LIT-QI, desenvolvida por Hernandez, o início da *perestroika*, em fevereiro-março de 1986, significou a passagem do regime soviético à uma perspectiva restauracionista. Diferentemente do argumentado à época pela LIT-QI, essa passagem teria significado, também, uma restauração do Estado burguês na URSS, pois, a partir de então, o Estado estaria comprometido com a defesa da propriedade privada e com as relações capitalistas de produção. Como não havia burguesia na URSS, a explicação de Hernandez é que a burocracia havia se subordinado de forma direta ao imperialismo, tornando-se um tipo de apêndice deste dentro da formação social soviética.

Ainda conforme Hernandez, sendo a URSS um Estado burguês, seu regime já não mais seria o stalinismo, entendido enquanto ditadura da burocracia dentro de um Estado operário. Ao invés disso, seria um equivalente ao fascismo. Dentro dessa lógica, o que antes a LIT-QI interpretara como o triunfo da fase democrática da revolução política passou a ser visto como triunfo da fase democrática da revolução social, que levara a conquistas de regimes democrático-burgueses. Portanto, apesar da mudança de leitura, a interpretação sobre os eventos de 1989-91 seguiu sendo de que eles teriam sido vitórias das massas.

Uma lógica similar foi aplicada ao conjunto dos demais Estados operários burocratizados surgidos ao longo da segunda metade do século XX. Nessa nova leitura feita em retrospectiva, conforme os governos desses Estados assumiram políticas de abertura a relações de mercado e de propriedade privada, isso significaria que haviam se

¹³⁴³ Cf. HERNÁNDEZ, Martín. “O Veredicto da História”. In TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*, op. cit., p. 9-35; HERNÁNDEZ, Martín. *O veredicto da História*. Rússia, China e Cuba, da Revolução Socialista à restauração capitalista. São Paulo: Sundermann, 2008; ZÃO, Adriano. *Op. cit.*, p. 248.

convertido em Estados burgueses, de forma que, no século XXI, já não existiria mais nenhum Estado operário deformado.¹³⁴⁴

Cabe destacar que, apesar de essa leitura ressaltar, corretamente, que uma restauração capitalista começa pela superestrutura, no sentido de que só depois de trocado o poder de classe (Estado) é que é possível encaminhar mudanças qualitativas na estrutura econômica, é muito frágil a avaliação de que o momento de mudança qualitativa do caráter de classe do Estado tenha se dado de forma quase imperceptível, pela adoção das reformas econômicas no começo de 1986. Principalmente se considerado que as reformas iniciais de Gorbachev foram muito semelhantes àquelas adotadas a título de experimento por Andropov, e que também foram adotadas anos antes pelo regime húngaro. Ademais, em fevereiro-março de 1986 não ocorreu uma destruição das estruturais estatais da URSS, como em 1991, de forma que não é possível dizer que houve uma mudança qualitativa ao nível da superestrutura. Um debate aprofundado sobre essa nova leitura da LIT-QI, contudo, ultrapassa os objetivos desta pesquisa.

2.3. Quarta Internacional (Comitê Internacional de Reconstrução) – “lambertistas”

2.3.1. A chegada de Gorbachev ao poder e as reformas iniciais (1985-88)

Assim que Gorbachev assumiu o comando do regime, o PCI francês destacou em um artigo de seu jornal que, apesar das divisões internas na burocracia acerca de como conduzir as coisas, havia um consenso sobre a necessidade de mudanças e também uma forte união na defesa de seus privilégios, apontando, assim, que possíveis reformas teriam por objetivo a manutenção do regime. Logo de início, caracterizou Gorbachev como estando mais à direita que Andropov, uma vez que enfatizava o elemento da “coexistência pacífica” na sua proposta de política externa e que defendia a autonomia das empresas em suas propostas econômicas, inspiradas no modelo húngaro. Mas argumentou que sua pretensão de elevar a disciplina laboral e a produtividade do trabalho fracassariam, devido ao ódio que as massas sentiam contra a burocracia.¹³⁴⁵

Ainda em fins de 1985 e começo de 1986, o PCI publicou em sua revista teórica uma densa análise da situação pela qual passava a URSS e das perspectivas para o regime

¹³⁴⁴ Este e os parágrafos anteriores se baseiam nas mesmas referências da nota anterior. Sugerimos a dissertação de Zão para um debate crítico e mais aprofundado da leitura atual da LIT-QI aqui apresentada de forma sintética.

¹³⁴⁵ Cf. L., A. Gorbatchev succede a Tchernenko: sortir de l'immobilisme? *Informations ouvrières* n. 1201, 11-22/03/1985, p. 11.

de Gorbachev, escrita em duas partes por Lucien Gauthier, um de seus principais dirigentes. O artigo de Gauthier destaca que estava aberta uma “nova fase da crise do stalinismo”, que seria marcada por incertezas no seio da burocracia do bloco soviético sobre o que esperar do novo dirigente e também por um aprofundamento das disputas intraburocráticas na URSS, que já se arrastavam desde Andropov, e que teriam como principal razão a “marcha da revolução política”, que forçava a burocracia a buscar melhorias na economia, para salvaguardar seu regime.¹³⁴⁶

A partir dos primeiros anúncios de Gorbachev sobre suas reformas, e do tom assumido pela imprensa oficial acerca dos trabalhadores soviéticos, Gauthier destaca que as reformas econômicas vindouras envolveriam um ataque às condições de vida e trabalho do proletariado em âmbitos como habitação e remuneração, como forma de impor um aumento da sua produtividade, e aberturas ao capitalismo. Contudo, destaca também que as disputas intraburocráticas e a resistência às mudanças por parte do proletariado já haviam levado reformas similares ao fracasso nas décadas anteriores. Tais resistências, por sua vez, alimentariam a eclosão de uma revolução política.

Gauthier também avalia que haveria um aprofundamento da “cooperação contrarrevolucionária” entre EUA e URSS, pois os discursos de Reagan e Gorbachev apontavam para uma reaproximação diplomática com o fim de conter as lutas das massas ao redor do globo (“iminência da revolução mundial”). Mas destaca também que essa cooperação se daria em marcos desiguais, com desvantagens para a URSS em termos de concessões no terreno militar, uma vez que a burocracia se encontrava fragilizada econômica e tecnologicamente. Contudo, ao mesmo tempo em que o imperialismo desejaria um enfraquecimento militar e crescentes aberturas ao capitalismo, não estaria interessado em uma queda das burocracias, pois isso geraria instabilidade e espaço para o avanço da revolução mundial. Não obstante, destaca ainda que, do próprio seio da burocracia, se abriam forças favoráveis à restauração do capitalismo.¹³⁴⁷

A única alternativa a todas essas questões seria a revolução política, de forma que o artigo de Gauthier conclui citando o trecho chave do “Programa de Transição” sobre o tema, no qual Trotski descreve a provável dinâmica do processo, começando como uma luta econômica e rapidamente se desdobrando em uma luta política contra a ditadura da burocracia. Gauthier acrescenta que a questão nacional teria um papel de grande

¹³⁴⁶ Cf. GAUTHIER, Lucien. Une nouvelle phase de la crise de la bureaucratie en URSS (première partie). *La Vérité* n. 597, oct. 1985, p. 49-72

¹³⁴⁷ Esse e os parágrafo anterior cf. *Ibid.* Citações nas p. 50 e 67, respectivamente.

importância num processo de revolução política na URSS, pois as nacionalidades precisariam se enfrentar com a ditadura da burocracia como forma de assegurar seu direito à autodeterminação.¹³⁴⁸

Todos esses elementos apontados por Gauthier se mantiveram como centrais nas análises da QI (CIR) nos anos seguintes. A nosso ver, boa parte de seus apontamentos, foi confirmada pelos desdobramentos dos anos seguintes na URSS, o que mostra o grande potencial analítico representado pela teoria do Estado operário burocratizado. Isso, contudo, não significa que a QI (CIR) tirou as conclusões programáticas adequadas, conforme se verá.

Ao abordar o 27º Congresso do PCUS (1986), marco importante nas reformas de Gorbachev, o jornal do PCI enfatizou que a situação econômica negativa que a URSS enfrentava era fruto não da “planificação centralizada”, mas da “dominação burocrática”, uma vez que uma economia socializada demanda uma “participação ativa” da classe trabalhadora em sua gestão. O argumento é que a monopolização da política pela burocracia e os seus privilégios desorganizavam a economia e levavam a desperdícios e desequilíbrios. Assim, mudanças se faziam necessárias caso a burocracia desejasse evitar uma “situação à polonesa”, que levasse a uma revolta do proletariado devido à piora das condições de vida. Daí as propostas de reforma de Gorbachev – as quais, não obstante, encontravam resistência no interior da burocracia, donde a crescente renovação nos círculos dirigentes desde que ele assumira.¹³⁴⁹

Ao longo de 1987, conforme avançaram as reformas econômicas de Gorbachev, a imprensa do PCI e da QI (CIR) seguiram enfatizando que elas representavam um ataque aos trabalhadores¹³⁵⁰, fazendo-os pagar pela “incompetência” da burocracia¹³⁵¹, e também um enfraquecimento das bases materiais do Estado operário, como o monopólio do comércio externo (no caso da lei que permitiu *joint ventures* com o capital imperialista)¹³⁵² e a própria propriedade coletiva dos meios de produção¹³⁵³. Conforme

¹³⁴⁸ Cf. GAUTHIER, Lucien. Une nouvelle phase de la crise de la bureaucratie en URSS (deuxième partie). [Dèc. 1985] *La Vérité* n. 598, fev. 1986, p. 17-42.

¹³⁴⁹ Cf. FOSTIER, Christian. XXVIIe Congrès du PC d'URSS. La crainte d'une situation “à la polonaise”. *Informations ouvrières* n. 1253, 12-19/03/1986, p. 11.

¹³⁵⁰ Cf., por exemplo, OUVRIERS soviétiques face à la “réforme” de Gorbatchev, Les. *Informations ouvrières* n. 1340, 04-11/11/1987, p. 15; F., C. Gorbatchev défende sa réforme économique et rend hommage à Staline. *Informations ouvrières* n. 1340, 04-11/11/1987, [s.p.].

¹³⁵¹ Cf. FORGUE, François. Que se passe-t-il à Moscou? *Informations ouvrières* n. 1303, 18-25/02/1987, p. 1-2.

¹³⁵² Cf. MARIE, Jean-Jacques. La “main tendue” de Gorbatchev... aux capitalistes. *Informations ouvrières* n. 1304, 25/02-04/03/1987, p. 11.

¹³⁵³ Cf. QUE se passe-t-il en URSS? *Tribune Internationale – La vérité* n. 41, sep. 1987, p. 4-7.

apontou Jean-Jacques Marie em artigo de fevereiro-março de 1987, a reforma de Gorbachev seria “uma reforma burocrática da burocracia” e, por isso, estaria fadada ao fracasso, pois apenas a destruição da ditadura burocrática e a democratização da gestão econômica poderia de fato liberar o desenvolvimento das forças produtivas soviéticas.¹³⁵⁴

Um elemento importante destacado pela QI (CIR), conforme apontado por um artigo de O. Notsag de abril de 1987, é que as reformas econômicas de Gorbachev visavam a uma adaptação da economia soviética ao mercado mundial. Isso se expressaria, por exemplo, no desejo de introdução do desemprego como elemento de regulação econômica e fim do igualitarismo. Tal fato seria uma demonstração do papel da burocracia como correia de transmissão do imperialismo no Estado operário.¹³⁵⁵

Conforme destacam outros materiais de 1987, essa adaptação seria também determinada por uma necessidade da burocracia de buscar apoio no imperialismo frente à “marcha da revolução política” no bloco soviético e ao isolamento do grupo de Gorbachev dentro da URSS, antagonizado pelo proletariado e setores da própria burocracia. De sua parte, o imperialismo estaria aproveitando a situação de fragilidade da burocracia soviética para refazer o pacto do pós-guerra, visando a uma crescente penetração capitalista no bloco soviético e, em última instância, à restauração. A entrada de países como Polônia, Hungria e Iugoslávia para o FMI seria um marco dessa reorientação do imperialismo para a região.¹³⁵⁶

Assim, conforme aponta Marie em um artigo de abril de 1987, a burocracia soviética se via crescentemente dividida diante da pressão do imperialismo por aberturas a relações capitalistas, por um lado, e também a pressão representada pela resistência proletária e a “marcha da revolução política”, por outro. Daí os crescentes conflitos intraburocráticos, que fragilizavam Gorbachev e o impeliam a realizar mudanças políticas.¹³⁵⁷

No que tange às reformas políticas, que foram acompanhadas em detalhe por Marie na imprensa do PCI e da QI (CIR), a organização enfatizou que elas consistiam em

¹³⁵⁴ Cf. *Ibid.*

¹³⁵⁵ [NOTSAG, O.] A “reorganização” da economia. *Boletim O Trabalho - Tribuna Internacional* n. 7 (261), set. 1987, p. 13-15. Originalmente publicado em *Tribune Internationale – La vérité* n. 38, avr. 1987.

¹³⁵⁶ Cf. GAUTHIER, Lucien. A União Soviética e as “reformas” de Mikhail Gorbachev. [27/3/1986] *Boletim O Trabalho - Tribuna Internacional* n. 7 (261), set. 1987, p. 9; FORSTIER, C. Mãos dadas com o imperialismo. *Boletim O Trabalho - Tribuna Internacional* n. 7 (261), set. 1987, p. 11-12. Originalmente publicado em *Tribune Internationale – La vérité* n. 38, avr. 1987; SUR la situation en URSS. *Tribune Internationale – La vérité* n. 42, déc. 1987, p. 20-22.

¹³⁵⁷ Cf. MARIE, Jean-Jacques. Une crise profonde. *Tribune Internationale – La vérité* n. 38, avr. 1987, p. 14-15.

concessões às massas feitas não para alterar o regime da ditadura da burocracia no seu essencial, mas para salvaguardá-lo diante de uma situação de piora das condições de vida da população, que poderia engendrar uma crise política. Tratava-se, então, de aliviar um pouco as tensões acumuladas. Adicionalmente, as reformas também seriam uma concessão ao imperialismo, feitas como forma de barganhar melhores acordos econômicos e militares.

Ademais, Marie enfatizou que tais concessões eram calculadas e pontuais, para que não abrissem espaço significativo para forças de oposição. Não obstante, elas já estariam gerando uma politização da sociedade, que poderia se voltar contra a própria burocracia. Cabe acrescentar que, frente à reação do regime aos primeiros protestos das nacionalidades não-russas ocorridos sob a gestão de Gorbachev, Marie apontou limitações da suposta “democratização” prometida, a qual não incluiria liberdade de opinião e manifestação, já que tais liberdades ameaçam a manutenção do regime.¹³⁵⁸

A QI (CIR) manteve tais considerações mesmo com o aprofundamento da *glasnost*, a partir de meados de 1987. Nesse sentido, diante do anúncio de eleições municipais competitivas (1987), por exemplo, um documento publicado em *Tribune Internationale – La vérité*, de setembro de 1987, contrapôs à “democratização” e “transparência” prometidas por Gorbachev um programa que envolvia a eleição desde a base de representantes revogáveis para todas as instâncias do poder político e da gestão econômica até o direito à constituição de sindicatos independentes do Estado e a “democracia dos conselhos”. Tais medidas, argumenta, demandariam a “destruição” do aparelho repressor. Acrescenta ainda que, sem elas, não poderia haver gestão eficiente da economia nem resolução para a situação da URSS. Portanto, só uma revolução política poderia salvar o país.¹³⁵⁹

Em relação à 19ª Conferência do PCUS (1988) não foi possível encontrar um balanço por parte da QI (CIR) ou do PCI, mas um artigo de Andreu Camps, escrito antes da sua realização, avalia que ela ocorreria em um contexto cada vez mais explosivo e que Gorbachev preparava um enfrentamento com setores da burocracia para alavancar a *perestroika*. Ao comentar os protestos ocorridos em alguns locais, contra manobras de

¹³⁵⁸ Este e o parágrafo anterior cf. MARIE, Jean-Jacques. URSS: la “transparance” de qui? Pourquoi? *Informations ouvrières* n. 1298, 14-21/01/1987, p. 19; MARIE, Jean-Jacques. URSS: on n'utilise un contre-feu qu'en cas d'incendie. *Informations ouvrières* n. 1299, 21-28/01/87, p. 15; MARIE, Jean-Jacques. *Une crise profonde*, op. cit.

¹³⁵⁹ Cf. QUE se passe-t-il en URSS? *Tribune Internationale – La vérité* n. 41, sep. 1987, p. 4-7. Citação na p. 6.

membros da ala conservadora contra a escolha de delegados alinhados a Gorbachev e aos reformadores, Camps enfatiza que o conflito na cúpula do PCUS abria uma brecha pela qual as massas expressam cada vez mais suas demandas. Destaca, ainda que, não haveria nada de novo nas denúncias feitas por Gorbachev e seus aliados contra os crimes de Stalin, o burocratismo e a corrupção, mas que isso também era apropriado pelas massas para confrontarem os privilégios da burocracia.¹³⁶⁰

Assim, é possível afirmarmos que a QI (CIR) não teve ilusões de que as reformas políticas Gorbachev poderiam solucionar os problemas fundamentais da URSS, tampouco que eram profundas o suficiente para garantir uma democratização real. Ao invés disso, seriam medidas preventivas para evitar uma explosão social e, assim, salvaguardar o regime stalinista. A despeito das mudanças em curso na URSS, a organização manteve uma postura de oposição à burocracia, mesmo à sua ala “reformadora”, e de defesa da revolução política como única forma de destravar a transição ao socialismo.

Acerca dos “grupos sociais independentes”, que começaram a surgir a partir de meados de 1987, um documento do Secretariado Internacional da QI (CIR) de novembro de 1987, parte da discussão preparatória à sua II Conferência Internacional, avalia que aqueles eram só um primeiro passo da busca das massas oprimidas por um programa e uma organização adequados para sua emancipação. Assim, destaca que ainda existiam ilusões das massas na possibilidade de reformar o regime, de forma que a revolução política, por mais que ganhasse força, ainda enfrentaria avanços e recuos até chegar à vitória. Nesse cenário, seria fundamental a “reconstrução” da Quarta Internacional e suas seções nacionais como uma alternativa de liderança, para que a revolução mundial, aí incluindo a revolução política no bloco soviético, pudesse ser vitoriosa.¹³⁶¹

Não obstante a consideração crítica anteriormente mencionada, um dos documentos da Conferência Internacional da QI (CIR) (realizada janeiro de 1988) analisa que os grupos independentes que surgiam na URSS se pautavam pela defesa das conquistas sociais da revolução – o que foi visto no Capítulo 7 não ser inteiramente verdadeiro, já que alguns eram abertamente pró-capitalistas. A QI (CIR), contudo, não apresentou em sua imprensa uma análise pormenorizada dessas forças políticas que estavam surgindo em 1987-88. A despeito disso, tal documento também reforça a questão

¹³⁶⁰ Cf. CAMPS, A. URSS: à la veille de la Conférence nationale extraordinaire du PCUS. *Tribune Internationale – La vérité* n. 45, jui. 1988, p. 13-14.

¹³⁶¹ Cf. SUR la situation en URSS, *op. cit.*, p. 21-22.

da “crise de direção” do proletariado e a necessidade de formação de uma nova “Internacional”, baseado no programa original da Quarta.¹³⁶² Portanto, a organização manteve, ao menos formalmente, uma postura coerente com as avaliações originais do trotskismo sobre a necessidade de um sujeito político marxista para o triunfo de revoluções.

Em relação à revisão dos Processos de Moscou, a QI (CIR) teve uma atitude um pouco diferente da QI (SU) e da LIT-QI, uma vez que não se engajou em uma campanha internacional de pressão pela anulação deles. Não obstante, enviou uma “carta aberta” a Gorbachev demandando a abertura dos arquivos da polícia política e o desmonte do aparato responsável pelos crimes do período Stalin que vinham sendo denunciados por ele e seus aliados. Contudo, ao divulgar tal ação, em setembro de 1987, a QI (CIR) destacou que não se tratava de “reabilitar” Trotski e os demais líderes perseguidos no período de Stalin, pois sua “honra e memória” estariam intactos.¹³⁶³

A partir de tais análises e posições, é possível afirmar que, até o final de 1988, tal qual a LIT-QI, a QI (CIR) manteve uma postura bastante “ortodoxa” frente às reformas de Gorbachev e se manteve fiel à perspectiva da revolução política como única forma de assegurar à URSS um regime democrático e um desenvolvimento econômico adequado.

2.3.2. A política externa de Gorbachev (1985-88)

No que tange à política externa de Gorbachev, tal qual a LIT-QI, a QI (CIR) enfatizou bastante o que considerava ser uma “cooperação contrarrevolucionária” com o imperialismo para reverter o que caracterizavam como um ascenso revolucionário internacional, presente nos países capitalistas e também nos Estados operários burocratizados, na forma da revolução política. Essa análise foi apresentada já em dezembro de 1985.¹³⁶⁴

A reaproximação diplomática entre EUA e URSS, da parte do imperialismo, contudo, não seria determinada apenas pela necessidade de conter o ascenso revolucionário internacional. Em artigo de François Forge, de fevereiro de 1986, publicado na revista teórica do PCI, argumenta-se que também haveria um interesse em

¹³⁶² Cf. DÉCLARATION politique de la Conférence mondiale des sections de IVe Internationale – CIR. *Tribune Internationale – La vérité* n. 43, fev. 1988, p. 7-8.

¹³⁶³ Cf. RÉTABLIR la vérité historique: un combat pour la démocratie ouvrière. *Tribune Internationale – La vérité* n. 41, sep. 1987, [s.p.].

¹³⁶⁴ Cf. EDITORIAL. Un sommet par comme les autres. *Tribune Internationale – La vérité* n. 31, dec. 1985, p. 1.

levar à restauração do capitalismo no bloco soviético, através das pressões diversas exercidas através da corrida armamentista e das demandas por abertura ao investimento estrangeiro. Assim, a burocracia, com sua política externa a interna, atuava como lugar-tenente desse interesse.¹³⁶⁵

Esse último aspecto da análise foi posteriormente reforçado em artigo de Camps na revista da QI (CIR), de dezembro de 1986, sobre a cúpula de Genebra entre EUA e URSS. Camps afirma que a burocracia atua como “correia de transmissão” do imperialismo dentro do Estado operário, submetendo-se a ele, e que faz crescentes concessões na sua política internacional pelo medo da eclosão de uma revolução política. Dessa forma, conclui, as concessões e colaborações feitas por Gorbachev frente ao imperialismo seriam avessas aos interesses não só dos trabalhadores da URSS, mas de todo o mundo, uma vez que envolvem a imposição de uma “ação contrarrevolucionária” aos demais PCs.¹³⁶⁶

Ao longo dos anos seguintes, a QI (CIR) seguiu destacando a questão da “cooperação contrarrevolucionária” como um aspecto central da política externa de Gorbachev, ao analisar a atuação da URSS e de PCs locais em países que passavam por intensas mobilizações de massas, como Nicarágua, África do Sul, Filipinas Indonésia e no conjunto do Oriente Médio. Tal “cooperação”, para a QI (CIR), se tornava cada vez mais intensa conforme as tensões políticas na URSS escalavam, de forma que Gorbachev procurava cada vez mais um ponto de apoio nas forças imperialistas. A busca por uma coexistência pacífica com o imperialismo no cenário de escalada revolucionária internacional seria, portanto, o centro do “Novo Pensamento” da equipe de Gorbachev e, inclusive, um ponto acerca do qual não haveria divisões no seio da burocracia, uma vez que tratava-se de um dos pilares do “socialismo em um só país”.¹³⁶⁷

Portanto, para a QI (CIR), remover a burocracia do poder na URSS era importante não só para salvaguardar o próprio Estado operário burocratizado, como também para poder fazer avançar a revolução socialista a nível mundial. Também nesse aspecto, a organização se mantinha nos marcos do arcabouço original da Quarta Internacional.

¹³⁶⁵ Cf. FORGUE, F. *Premiers points de repère*, op. cit., p. 9-10.

¹³⁶⁶ Cf. CAMPS, Andreu. Reykjavik: le sommet de la discorde? [Nov. 1986]. *Tribune Internationale – La vérité* n. 36, déc. 1986, p. 2-3. Citação na p. 2 e 3, respectivamente.

¹³⁶⁷ Cf. FORSTIER, C. Mãos dadas com o imperialismo. *Boletim O Trabalho - Tribuna Internacional* n. 7 (261), set. 1987, p. 11-12; EDITORIAL. Reagan-Gorbachev: rencontre à Moscou. *Tribune Internationale – La vérité* n. 45, jui. 1988, p. 3-4; ARNOLD, Frank. La signature de l'accord sur l'élimination des missiles intermédiaires. *Informations ouvrières* n. 1346, 16-30/12/1987, p. 14; SUR la situation en URSS, op. cit., p. 21.

2.3.3. A retirada das tropas soviéticas do Afeganistão (1988)

Não foi encontrado, nos materiais obtidos, referências à retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, anunciada oficialmente em 1988, como parte central da nova política externa. Infelizmente, foram escassas as edições dos periódicos consultados que conseguimos obter referentes a tal ano.

Não obstante, em um artigo de fevereiro de 1989 de *Informations ouvrières*, escrito por Forgue, a intervenção soviética no Afeganistão, em 1979, é definida como uma “ação contrarrevolucionária”, parte de uma divisão de trabalho entre a burocracia e o imperialismo, para manter a ordem na região e no mundo. Forgue critica a intervenção tanto por violar o direito à autodeterminação do povo afegão, quanto por ter tido o efeito colateral de reforçar a presença imperialista na região e desacreditar o socialismo aos olhos das massas locais. Para Forgue, assim como a intervenção não teria sido feita em prol dos interesses da classe trabalhadora afegã, a retirada das tropas tampouco visava a beneficiar tal classe, sendo, ao invés, parte dos acordos entre Gorbachev e Reagan que visavam a criar melhores condições diplomáticas e econômicas para a burocracia.¹³⁶⁸

O artigo de Forgue foi o único material que conseguimos sobre a questão da ocupação soviética no Afeganistão, mas, sendo Forgue um destacado membro não só do PCI francês, mas da própria QI (CIR), é seguro afirmar que ele expressa a posição de ambas organizações. Assim, é possível ver que, na questão da ocupação do Afeganistão, a defesa militar do Estado operário burocratizado foi colocada em segundo plano em relação ao direito à autodeterminação do povo afegão, ainda que fosse acertado denunciar que tal ocupação não estava beneficiando o proletariado afegão. Essa prioridade de direitos democráticos acima da defesa do Estado operário também se fez presente em relação à questão nacional na URSS.

2.3.4. A revolução política e a questão nacional (1985-88)

A imprensa da QI (CIR) e, em especial, do PCI, fizeram um acompanhamento detalhado das mobilizações nacionais no interior da URSS durante a gestão Gorbachev. Sua análise, conforme registrada em um artigo do PCI de setembro de 1987, sobre manifestações nas repúblicas bálticas, era que a questão nacional voltava a gerar

¹³⁶⁸ FORGUE, François. Afghanistan: la faillite et le “vide”. *Informations ouvrières* n. 1405, fév. 1989, p. 15.

mobilizações pois a burocracia seguia atuando de forma opressora sobre as nacionalidades não-russas.¹³⁶⁹ Essa atuação opressora envolvia, conforme artigo de Marie de janeiro de tal ano, um processo de “assimilação nacional forçada” e russificação no caso de regiões como o Cazaquistão, dentre outras.¹³⁷⁰

Por conta disso, conforme avaliado no mencionado documento do Secretariado Internacional para o debate preparatório da II Conferência Internacional, “Sobre a situação na URSS”, essas mobilizações iriam seguir se desenvolvendo, a despeito da crescente repressão por parte do poder central. Apesar de a QI (CIR) reconhecer que tais mobilizações teriam caráter “contraditório”, por estarem imbuídas de “nacionalismo burguês” em alguns casos, como nas repúblicas bálticas, para a organização essa característica não seria o “essencial” do processo, mas sim o fato de que tais mobilizações se desenvolviam na esteira da “marcha da revolução política”, com caráter progressista.¹³⁷¹

Durante a Conferência propriamente dita (janeiro de 1988), Pierre Lambert realizou uma intervenção ao debater a questão do desenvolvimento da revolução política na URSS, na qual reforçou a interpretação, de que, por mais que existissem “tendências nacionalistas burguesas” nas mobilizações das nacionalidades não-russas, elas não seriam “o eixo” das lutas. A questão nacional, ao invés, seria uma “alavanca fundamental” da revolução política na URSS.¹³⁷²

Nesse sentido, em um dos eventos internacionais promovidos pela QI (CIR) na base da sua política de conferências abertas, a Conferência de Berlim (1988), a resolução final adotada pelo evento saudou e declarou apoio à luta de diversas nacionalidades e minorias nacionais no interior do bloco soviético. Segundo a declaração, o direito à autodeterminação dos povos constitui uma parte importante da luta por direitos democráticos na região.¹³⁷³

A QI (CIR), portanto, ainda que reconhecendo a existência de “tendências burguesas” nos movimentos nacionais, minimizou importância deste elemento. O que a organização via como “tendência”, contudo, era, na realidade, a linha hegemônica dos

¹³⁶⁹ Cf. URSS: les manifestations du 13 août dans les pays baltes. *Informations ouvrières* n. 1332, 09-16/09/1987, p. 15.

¹³⁷⁰ Cf. MARIE, Jean-Jacques. *URSS: on n'utilise un contre-feu*, op. cit.

¹³⁷¹ Cf. SUR la situation en URSS, op. cit., p. 21.

¹³⁷² Cf. DÉBAT sur la marche de la révolution politique. *Tribune Internationale – La vérité* n. 43, fev. 1988, p. 15.

¹³⁷³ Cf. QUELLE est la situation générale en Europe de l'Est et en Union soviétique? Déclaration de la Conférence de Berlin. *Tribune Internationale – La vérité* n. 46, nov. 1988, p. 9.

movimentos nacionais que entraram em cena na URSS em 1988-89, uma vez que eles eram abertamente pró-capitalistas. Ademais, em alguns locais, como na Ucrânia, se mostraram também abertamente reacionários, ao expressarem posições chauvinistas. Mesmo com tais elementos tendo se tornado ainda mais claros a partir de 1989, a QI (CIR) não reconsiderou tal avaliação e, com isso, seguiu defendendo de forma quase acrítica mobilizações que estavam a serviço de uma contrarrevolução restauracionista.

2.3.5. A revolução política e seu programa

Apesar da importância que deu aos movimentos nacionais, diferentemente da LIT-QI, a QI (CIR) não encarou que a mobilização dos armênios abriu a revolução política na URSS. Já no começo de 1986, antes, portanto, das primeiras mobilizações de caráter nacional sob Gorbachev, um artigo de Forgue na revista teórica do PCI francês apontava que o ascenso revolucionário internacional em curso se materializava “cada vez mais diretamente na revolução política”.¹³⁷⁴ Cerca de um ano depois, em um editorial de maio de *Tribune Internationale - La vérité*, a QI (CIR) destacou a resistência dos trabalhadores soviéticos às medidas da *perestroika* como parte de uma profunda situação revolucionária mundial em curso.¹³⁷⁵ Já em 1988, em artigo já mencionado de Camps, é destacado que aspectos da *glasnost* e as disputas intraburocráticas abriam vias para a expressão das massas.¹³⁷⁶ Ademais, a Polônia recebia destaque na imprensa da QI (CIR) e de suas organizações nacionais, pois considerava-se que havia uma revolução política em curso ali desde 1980-81.

Mais significativamente, na “Declaração política” da sua II Conferência Mundial consta a declaração de que a revolução política já estava em curso na URSS, China e Leste Europeu. O programa que apresenta para as mobilizações no interior dos Estados operários engloba o direito de os trabalhadores constituírem organizações sindicais e políticas independentes do Estado, revelação de todos os crimes de Stalin, livre acesso aos arquivos da polícia política e publicação das obras dos dirigentes bolcheviques mortos por Stalin.¹³⁷⁷ Em um informe sobre o debate do tema da revolução política na Conferência, consta ainda a contribuição de um delegado da seção alemã (RFA) de que

¹³⁷⁴ Cf. FORGUE, F. *Premiers points de repère*, op. cit., p. 11.

¹³⁷⁵ Cf. ÉDITORIAL. *Sur la situation mondiale*, op. cit., p. 6.

¹³⁷⁶ Cf. CAMPS, A. *URSS: à la veille de la Conférence*, op. cit.

¹³⁷⁷ Cf. DÉCLARATION politique de la Conférence mondiale, op. cit., p. 7 e 9.

havia sinais de maturação da revolução política na RDA, de forma que a organização deveria acompanhar a situação no país.¹³⁷⁸

Ademais dos aspectos programáticos apresentados pela II Conferência da QI (CIR) acerca da revolução política no bloco soviético, a mencionada Conferência de Berlim elencou outros elementos. A saber, a defesa dos direitos democráticos, inclusive de autodeterminação das nacionalidades, o controle democrático da economia pelos trabalhadores, a rejeição às aberturas ao FMI, Banco Mundial e CEE, e a remoção da burocracia do poder.¹³⁷⁹

Um programa mais detalhado para a revolução política no bloco soviético não foi encontrado nos materiais do período 1985-88 ao qual tivemos acesso. Não obstante, vale destacar, conforme já apontado, que a QI (CIR) considerava de grande importância a resolução da “crise de direção” para o sucesso desse processo.¹³⁸⁰

Assim, ao menos formalmente, a QI (CIR) se mantinha nos marcos do arcabouço original do trotskismo. Contudo, em face aos movimentos concretos, tendia a ignorar o caráter restauracionista das direções políticas em cena e as muitas ilusões das massas em uma restauração capitalista. O programa formal, portanto, caía por terra diante de posições que iam na contramão da defesa do Estado operário.

2.3.6. A II Conferência Mundial (1988) e a reafirmação das análises e posições

A II Conferência Mundial de seções da QI (CIR) ocorreu em janeiro de 1988 e contou com delegados de 28 países diferentes (sobretudo europeus, mas incluindo alguns latino-americanos e africanos), incluindo, segundo informe da organização, delegações de “países do Leste” não especificados, à exceção da Hungria.¹³⁸¹

Ademais do que já foi mencionado acerca de seus documentos principais publicados, a principal decisão foi lançar a construção de uma “Associação internacional operária” com organizações, partidos e tendências independentes, das quais a QI (CIR) seria uma entre outras (tal associação foi fundada em 1991). Tal decisão era baseada na leitura de que estaria em curso um forte processo revolucionário internacional, alimentado pela decadência crescente do imperialismo e pela crise crescente das burocracias stalinistas, de forma que se fazia necessário esforços para superar a “crise de direção” do

¹³⁷⁸ Cf. DÉBAT sur la marche de la révolution politique, *op. cit.*, p. 17.

¹³⁷⁹ Cf. QUELLE est la situation générale, *op. cit.*

¹³⁸⁰ Cf., por exemplo, DÉCLARATION politique de la Conférence mondiale, *op. cit.*, p. 8.

¹³⁸¹ Cf. COMPOSITION de la Conférence mondiale, *La Tribune Internationale – La vérité* n. 43, fev. 1988, p. 32.

proletariado. Para a QI (CIR), tais esforços passavam por reagrupar organizações e indivíduos que buscavam uma atuação independente da burguesia e da burocracia.¹³⁸²

É interessante mencionar que todos esses elementos de análise e posição apresentados até aqui cerca das políticas de Gorbachev e das mobilizações no interior da URSS no período 1985-88, reafirmados pela II Conferência Mundial da organização, também foram sintetizados em um pequeno livro publicado aqui no Brasil em junho de 1988 por Markus Sokol, dirigente da seção brasileira da QI (CIR), a corrente O Trabalho, do PT. Em “Revolução e contra-revolução no país de outubro”, ainda que não se baseando exclusivamente em materiais da sua organização internacional, Sokol reproduz os aspectos fundamentais de suas análises e posições, o que demonstra haver uma homogeneidade considerável nas fileiras da organização.¹³⁸³

2.3.7. Os eventos de 1989-90: “o socialismo avança no Leste”

Infelizmente não nos foi possível obter muitos materiais da QI (CIR) do ano de 1989. Não obstante, é possível afirmar com segurança que, frente aos importantes eventos de 1989-90 na URSS e no Leste Europeu, tal qual a LIT-QI, a QI (CIR) encarou que estava em curso uma onda revolucionária sem precedentes, cujo alvo principal eram as burocracias stalinistas, conforme registrado por Andreu Camps, no Editorial de *Tribuna Internacional* de setembro de 1990.¹³⁸⁴

Também de forma semelhante à LIT-QI, a análise da organização sobre os eventos de 1989 seguiu uma crescente. O resultado das eleições de março para o Soviete Supremo da RSFS da Rússia (que foi acompanhada *in loco* por um enviado do PCI francês) foi interpretado como uma condenação, pela população, da burocracia e seu regime.¹³⁸⁵ A greve mineira de julho na URSS foi vista como a entrada em cena do proletariado soviético na revolução política, ao questionar o monopólio de poder e os privilégios da burocracia.¹³⁸⁶ E a queda do Muro de Berlim foi tida como uma “virada mundial”, a favor

¹³⁸² Cf. EDITORIAL. Vers une nouvelle Internationale. *Tribune Internationale – La vérité* n. 43, fev. 1988, p. 3.

¹³⁸³ Cf. SOKOL, Markus. *Revolução e contra-revolução no país de outubro*. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 1988.

¹³⁸⁴ CAMPS, Andreu. Editorial. *Tribuna Internacional*, n. 57-58, set. 1989, p. 3.

¹³⁸⁵ Cf. FORGE, Christian. Élections en URSS. Déclatante contre le pouvoir. *Informations ouvrières* n. 1411, mar.-avr. 1989, p. 14.

¹³⁸⁶ Cf. ZOCCHI, Paulo. A terra treme na URSS. *O Trabalho* n. 280, jul.-ago. 1989, p. 6.

da revolução.¹³⁸⁷ Assim, 1989 foi, para a QI (CIR), um ano de forte ascenso da revolução política no bloco soviético.

Sua análise dos eventos nos países do Leste Europeu, em especial na Polônia e RDA, será abordada em maiores detalhes adiante. No que tange especificamente à URSS, além do já mencionado, cabe destacar que a QI (CIR) não via a figura de Ieltsin, que ganhou grande destaque ao longo de 1989 enquanto suposto porta-voz dos anseios democráticos das massas, como um elemento progressista. Ao invés disso, destacou sua defesa da propriedade privada, o caracterizando como restauracionista, bem como o tratou como parte da burocracia. Não obstante, enfatizou a necessidade de diferenciá-lo da mobilização popular que havia ao redor dele, a qual seria progressista, por conta de suas pautas pró-democráticas.¹³⁸⁸

Nesse sentido, a imprensa do PCI francês tratou como positivo o surgimento ou fortalecimento de organizações independentes da burocracia, apesar de estas terem expressas simpatias por Ieltsin. Foi o caso do I Congresso do grupo “Memorial”, no começo de 1989, interpretado como uma expressão da luta do povo pela democracia.¹³⁸⁹ Mais significativamente, a organização abordou com entusiasmo o surgimento da “União dos Trabalhadores de Kuzbass”, ao final do mesmo ano, encarando que se tratava do “embrião de um partido operário independente”, e destacando sua luta pelo fim do Artigo 6º da Constituição da URSS (sobre o “papel dirigente” do PCUS) como mostra de que o proletariado estava se engajando na revolução política, até então, segundo os “lambertistas”, impulsionada pelas nacionalidades oprimidas.¹³⁹⁰

Frente à cúpula Bush-Gorbachev, ao final de 1989, a imprensa do PCI francês destacou mais uma vez que a linha das potências imperialistas era de apoio à *perestroika* e de manter as burocracias stalinistas no poder, bem como manter a ordem de Yalta / Helsinque, com uma Alemanha dividida e a divisão da Europa entre os blocos político-militares da OTAN e do Pacto de Varsóvia. Tratar-se-ia de uma forma de impulsionar uma restauração capitalista no bloco soviético e, ao mesmo tempo, impedir as massas

¹³⁸⁷ Cf. INFORME sobre a situação política mundial. *Tribuna Internacional*, n. 57-58, set. 1989, p. 9.

¹³⁸⁸ Cf. G., D. Un meeting de Boris Eltsin à Moscou. *Informations ouvrières* n. 1411, mar.-avr. 1989, p. 15.

¹³⁸⁹ Cf. GAUTHIER, Lucien. Premier congrès d'une organisation indépendante. *Informations ouvrières* n. 1404, fév. 1989, p. 15.

¹³⁹⁰ . APPEL à la grève générale contre “le rôle dirigeant du parti”. *Informations ouvrières* n. 1447, déc. 1989, p. 2.

proletárias e populares de tomarem o poder.¹³⁹¹ A mesma leitura foi apresentada acerca da cúpula realizada entre Bush e Gorbachev em meados de 1990.¹³⁹²

Outros elementos foram destacados nos balanços do ano de 1989 publicados na imprensa da QI (CIR) e de suas seções nacionais no começo de 1990. Um balanço publicado pelo jornal *O Trabalho*, de janeiro, destacou que a revolução política avançava positivamente, impulsionada pela luta por democracia e contra a piora das condições de vida. Segundo tal texto, os processos revolucionários derrubaram governantes e não se detiveram diante dos pedidos de paz de antigos opositores elevados ao comando dos governos. O texto avalia, ainda, que esses novos governos seguiam uma linha de restauração capitalista, porém enfatiza que o surgimento de organizações políticas e sindicais independentes da burocracia fortalecia a luta dos trabalhadores, especialmente onde surgiram “organismo de poder – os conselhos” (China e Romênia). A conclusão, muito comum em textos da QI (CIR) do período, é que a “última palavra” seria dada pelo proletariado.¹³⁹³

Assim, apesar das contradições desses processos, à pergunta “vitória ou derrota no Leste?”, um artigo de *Tribuna Internacional* de fevereiro-março de 1990 respondeu que as revoluções estavam derrotando as burocracias, seus regimes sem liberdades e suas políticas alinhadas ao FMI. Isso seria uma vitória do socialismo, que estaria avançando no conjunto do Leste Europeu.¹³⁹⁴ De forma semelhante, ao final do ano, à pergunta “o socialismo fracassou?”, um artigo do jornal *O Trabalho* reafirmou que os trabalhadores estavam em “poderosa ofensiva contra a burocracia e o imperialismo”, rebatendo afirmações da imprensa empresarial de que os eventos no Leste Europeu significavam o fracasso e o fim do socialismo.¹³⁹⁵

No que tange à questão nacional na URSS, que, até 1988, foi o principal motor das mobilizações populares, um artigo do dirigente do PCI francês, Daniel Gluckstein, publicado no jornal da organização em janeiro de 1990, defendeu que fossem atendidos os pedidos por independência da Lituânia e demais repúblicas e povos da URSS, com base na posição de Lenin de 1920 – aliança livremente consentida de nações e direito de

¹³⁹¹ Cf. FORGE, François. La rencontre Bush-Gorbatchev a Malte. *Informations ouvrières* n. 1447, déc. 1989, p. 4.

¹³⁹² Cf. FORGE, François. Sommet Bush-Gorbatchev: partenaires. *Informations ouvrières* n. 1472, jui. 1990, p. 13.

¹³⁹³ Cf. 1989: a revolução percorre o mundo. *O Trabalho* n. 288, jan. 1990, p. 6-7.

¹³⁹⁴ Cf. VITÓRIA ou derrota no Leste? *Tribuna Internacional*, n. 290, fev.-mar. 1990, p. 7.

¹³⁹⁵ Cf. SOCIALISMO fracassou, O? *O Trabalho* n. 302, nov.-dez. 1990, p. 7.

todas as nações e povos a disporem de si mesmos. No caso de povos interpenetrados, como azeris e armênios, o artigo defende ser necessário organizar comitês democráticos a nível local para resolverem a questão, o que passa por rejeitar qualquer interferência das tropas e instituições da burocracia central.¹³⁹⁶

Apesar da referência às posições de Lenin, cabe destacar que Gluckstein não deixa claro qual seria o melhor caminho a ser seguido pelas repúblicas e povos, quando Lenin (e também Trotsky, ao abordar a questão da independência da Ucrânia) sempre enfatizou a necessidade de manutenção do socialismo e do regime de democracia proletária, bem como a construção de uma federação europeia de repúblicas socialistas. Assim, a luta por democracia e autodeterminação desses povos não ficaria esvaziada de conteúdo de classe.

Em consonância com a linha apresentada por Gluckstein, a imprensa do PCI francês, através de artigo de François Forge, condenou a intervenção militar no Azerbaijão, em janeiro do mesmo ano, e defendeu que somente com a autodeterminação e a democracia a questão do conflito interétnico (entre azerbaijanos armênios) poderia ser resolvida. Dessa forma, seria fundamental derrubar a burocracia.¹³⁹⁷ De forma semelhante, a declaração de independência por parte do legislativo lituano, em março de 1990, foi abordada por Christian Fostier como expressão de um desejo do povo lituano em manter seus direitos e padrões de vida, ademais de ser um voto contra a burocracia.¹³⁹⁸

Contraditoriamente, foi a própria burocracia restauracionista lituana que aprovou a independência, como forma de assegurar seus interesses particulares frente à burocracia central da União. A partir desse elemento, bem como do entusiasmo da QI (CIR) com outros movimentos nacionais e também operários, vê-se que a organização deixou de lado a enorme contradição que perpassava esses movimentos, os quais, ao se confrontarem com aspectos da ditadura da burocracia, abraçavam como alternativa a restauração capitalista, defendida por elementos dissidentes da própria burocracia ou ainda por grupos nacionalistas reacionários (como na Ucrânia), como sendo a garantia de um regime democrático e de prosperidade econômica. Havia, assim, uma tendência objetivista na forma como a QI (CIR) analisou esses movimentos, ao encarar que eles teriam

¹³⁹⁶ Cf. GLUCKSTEIN, Daniel. Réflexions sur des révolutions en curs. *Informations ouvrières* n. 1452, jan. 1990, p. 15.

¹³⁹⁷ Cf. FORGUE, François. Le pourquoi d'une intervention. *Informations ouvrières* n. 1453, jan. 1990, p. 15.

¹³⁹⁸ Cf. FOSTIER, Christian. La Lituanie choisit l'indépendance. *Informations ouvrières* n. 1460, mar. 1990, 14.

necessariamente um desfecho positivo, por serem uma “revolução política”. Isso ficou mais explícito em outros documentos publicados ao longo de 1990-91.

Por exemplo, um artigo de Lucien Gauthier sobre as eleições na URSS de março de 1990 destacou que os votos dados aos candidatos que se apresentavam como alternativa ao PCUS, bem como aos candidatos do PCUS que se apresentavam como reformadores, além da própria abstenção, mostravam que o povo desejava o fim do regime burocrático.¹³⁹⁹

De forma mais direta, um artigo de Jean-Jacques Marie sobre tal eleição argumenta que os resultados mostram que o “tempo das ilusões se desfaz a grandes passos”. Mas reconhece que os votos obtidos por Ieltsin, pelos nacionalistas ucranianos e outros setores se deu por aparecerem como adversários do aparelho burocrático central. Contudo, não lida com a contradição de que esse apoio seria, também, uma forma de “ilusão”, uma vez que tais setores não defendem os interesses do proletariado, mas sim a restauração, conforme a própria leitura da QI (CIR).¹⁴⁰⁰ Havia, assim, uma forte tendência a igualar mobilização popular contra a burocracia com revolução política e defesa do socialismo, mesmo que isso não estivesse de fato ocorrendo.

Com o avanço das mobilizações populares ao longo de 1989 e do primeiro semestre de 1990, a imprensa da QI (CIR) enfatizou a necessidade de uma organização sindical independente da burocracia, que canalizasse e organizasse as demandas das massas.¹⁴⁰¹ Bem como a necessidade de uma organização política revolucionária, para levar a revolução política ao triunfo,¹⁴⁰² e a “reproclamação” da Quarta Internacional, para dar um quadro internacionalista e revolucionário às lutas em curso¹⁴⁰³. Essa defesa “ortodoxa” da necessidade da liderança revolucionária, contudo, acabava sendo meramente formal, uma vez que sua ausência nas mobilizações em curso não levam a QI (CIR) a enxergar os riscos restauracionistas daí advindos.

A remoção do Artigo 6º da Constituição da URSS, em fevereiro de 1990, contudo, não foi vista pela QI (CIR) como uma vitória dessas mobilizações. Ao menos é o que indica um artigo de Marie, já do meio do ano, no qual encara que isso era parte de um

¹³⁹⁹ Cf. GAUTHIER, Lucien. Le résultat des élections en URSS. *Informations ouvrières* n. 1459, mar. 1990, [s.p.].

¹⁴⁰⁰ Cf. MARIE, Jean-Jacques. La abstention. *Informations ouvrières* n. 1460, mar. 1990, 14.

¹⁴⁰¹ Cf. MARIE, Jean-Jacques. Gorbatchev, ou la solitude du président. *Informations ouvrières* n. 1461, mar. 1990, 15.

¹⁴⁰² Cf. TROTSKY e o Estado operário. *O Trabalho* n. 294, mai.-jun. 1990, p. 7.

¹⁴⁰³ Cf. CAMPS, Andreu. Editorial. *Op. cit.*

desmonte do regime centrado na fusão entre Estado e partido, o qual se fazia necessário para a transição a uma economia de mercado. Dessa forma, o fim do Artigo 6º seria parte dos planos restauracionistas da burocracia.¹⁴⁰⁴

Um documento do Conselho Geral da organização, publicado na edição de setembro de *Tribuna International*, como contribuição aos debates preparativos da Conferência Internacional de Seções prevista para janeiro de 1991, apresentou uma análise mais aprofundada da situação no bloco soviético e na URSS.

O documento define que havia um ascenso revolucionário internacional em curso, fruto de um giro histórico que pôs abaixo a ordem estabelecida pelos pactos do pós-guerra. A revolução política se convertera na vanguarda da revolução mundial e levaria à eclosão de lutas revolucionárias em todo o mundo. A queda do Muro de Berlim, em particular, teria sido o fator a impor o referido giro na situação mundial, pois colocava na ordem do dia a questão da reunificação da Alemanha, a qual seria um forte “fator revolucionário”, ao colocar em causa a divisão da Europa como um todo. A Alemanha, seria, assim, o ponto de união entre a revolução política e social em toda Europa.

A queda do Muro seria ainda o marco do “fracasso irreversível da burocracia stalinista”. Esse “fracasso irreversível”, contudo, não levaria à sua desapareção imediata, mas sim uma situação de “agonia”, cuja duração seria determinada pela capacidade da classe trabalhadora em levar a revolução política até o fim. A revolução política, por sua vez, é apontada como já tendo eclodido, com intensidades diferentes, na Tchecoslováquia, Polônia, RDA, Bulgária, Romênia e URSS, pela mobilização das nacionalidades oprimidas e da classe trabalhadora.¹⁴⁰⁵

O documento reivindica e sintetiza as análises de Trotski sobre a burocracia e a URSS. Mas destaca que a situação nos últimos anos se tornou muito menos favorável à burocracia que no pós-Segunda Guerra. Daí a tentativa de restauração de Gorbachev e outros setores da burocracia, como forma de preservar seus privilégios contra a ameaça de a classe trabalhadora removê-los do poder. O documento destaca, ainda, o caráter “artificial” do poder das burocracias do Leste, “satélites” daquela da URSS (com exceção da Iugoslávia), o que as tornava mais frágeis conforme se dava um enfraquecimento do poder burocrático na URSS.

¹⁴⁰⁴ Cf. MARIE, Jean-Jacques. URSS: “Si ça ne marche pas, que'est-ce qui va se passer?”. *Informations ouvrières* n. 1476, jul. 1990, p. 13.

¹⁴⁰⁵ Este e o parágrafo anterior cf. INFORME, *op. cit.*, p. 9, 11 e 4-5. Citação na p. 9.

Segundo a análise apresentada, desde o fracasso em suprimir a revolução política polonesa, em 1980-81, o conjunto da burocracia se vira numa situação de maior fragilidade, tendo que se apoiar cada vez mais apoio no imperialismo para se manter no poder. Ao mesmo tempo, o imperialismo fora forçado a moderar sua pressão sobre tais burocracia e sustentá-las no poder como forma de assegurar que elas encaminhassem projetos de restauração.¹⁴⁰⁶

Vale destacar que o documento definiu revolução política em termos bem ortodoxos, sendo uma “revolução operária contra a burocracia [...] pelo estabelecimento do poder da democracia operária (República dos Conselhos)”. No caso concreto das revoluções políticas em curso, havia também um aspecto central de luta contra a restauração capitalista, que as burocracias estariam levando à cabo.¹⁴⁰⁷

O documento destaca o caso romeno como contendo características comuns aos demais, porém mais claramente demarcadas. Quais sejam, a generalização, por um lado, de organizações proletárias de base (conselhos de empresas, no caso romeno), e, por outro, a capacidade das direções burocráticas apoiadas no imperialismo de conterem a situação, e mesmo de fazê-la retroceder parcialmente.¹⁴⁰⁸ O caso romeno, cabe mencionar, recebeu grande atenção da QI (CIR), que dedicou diversos artigos a ele em sua imprensa ao longo de 1989, destacando que o proletariado havia tomado a vanguarda da luta contra a burocracia local.

As contradições do caso romeno estariam presentes, em maior ou menor grau, em todos os processos de revolução política em curso naquele momento. Assim, em todo o Leste, os governos de “continuidade” que assumiram o poder após a eclosão das revoluções políticas estariam buscando a reconstrução dos Estados burgueses e, para tal, se utilizando de elementos democráticos como forma de angariarem legitimidade. De forma semelhante, o imperialismo estaria “obrigado”, frente às mobilizações das massas, a recorrer a “formas de fachada democrática” para assegurar a restauração, no que contava com a colaboração direta da socialdemocracia em várias partes do bloco soviético, ao assumir o poder, mas manter instituições chave da ditadura burocracia (como as polícias políticas) e, sobretudo, os planos restauracionistas.¹⁴⁰⁹

¹⁴⁰⁶ Este e o parágrafo anterior cf. *Ibid.*, p. 10.

¹⁴⁰⁷ Cf. *Ibid.*, p. 9. Citação na mesma página.

¹⁴⁰⁸ Cf. *Ibid.*, p. 4.

¹⁴⁰⁹ Cf. *Ibid.*, p. 12-13. Citações na p. 13.

A permanência de setores burocráticos, ou de novos setores restauracionistas, à frente das massas, mesmo com sua intensa mobilização, é explicada no documento pelo fato destas últimas ainda terem muitas “ilusões”. Não obstante, enfatiza que a consciência das massas iria se desenvolver determinada pela propriedade social em qual sua existência estava baseada, como demonstrariam as lutas em curso contra ataques às suas condições de vida que advém dos planos restauracionistas. Assim, cedo ou tarde, ocorreria uma quebra de tais ilusões e uma ruptura com as direções restauracionistas.¹⁴¹⁰

De forma semelhante, em relação aos movimentos das nacionalidades oprimidas, o documento reafirma a análise já apresentada em momentos anteriores segundo a qual, por mais que houvesse tendências nacionalistas burguesas em seu seio, elas não eram o fator “essencial”, e sim o fato de que tais movimentos eram parte da “marcha da revolução política”, ao se confrontarem com as instituições da burocracia.¹⁴¹¹

Assim, vê-se com clareza a tendência objetivista anteriormente mencionada. Conforme afirma uma passagem, “se a classe operária desses países tem suas raízes na propriedade social [...] não tem outro recurso senão defender a propriedade social que a constituiu como classe”. Assim, “o movimento contra a burocracia se identifica como movimento concreto contra as medidas restauracionistas”.¹⁴¹² Com tal visão, a QI (CIR) descartava a possibilidade de as massas proletárias do bloco soviético ajudarem, com suas ilusões, a consolidar os projetos restauracionistas – que de fato ocorreu.

Ao nosso ver, uma questão central para compreender essa tendência objetivista é que, em momento algum, a QI (CIR) debateu o tipo de “democracia” que era demanda pelas massas. Ao se mobilizarem contra a ditadura da burocracia, muitos setores da classe trabalhadora do bloco soviético igualavam democracia com capitalismo e relações de mercado, encarando que uma economia socializada e planejada era sinônimo de ditadura burocrática. Diferente das mobilizações dos anos 1950, eram extremamente minoritários os setores que defendiam uma democracia proletária / socialista, baseada na socialização dos meios de produção e na autogestão destes pelos trabalhadores.

Não obstante, a QI (CIR) encarava que tais elementos contraditórios reforçavam a necessidade de formação de uma liderança revolucionária, para assegurar a vitória dos processos de revolução política em curso. Essa deveria ser desenvolvida através da construção de “Partidos Operários Independentes” e “Conferências Mundiais Abertas”,

¹⁴¹⁰ Cf. *Ibid*, p. 11.

¹⁴¹¹ Cf. *Ibid.*, p. 15.

¹⁴¹² Este e o parágrafo anterior cf. p. 11-12 e 14. Citações na p. 14.

visando a reagrupar os setores de vanguarda do proletariado e impulsionar a “reproclamação” da QI, uma tarefa que estaria “na ordem do dia”. Trata-se da já mencionada “linha de transição”, que guiava o projeto de construção de organizações revolucionárias da QI (CIR).¹⁴¹³

Cabe ainda destacar a leitura que o documento faz da situação da burocracia da URSS. Esta aponta que Gorbachev, ao se ver cada vez mais isolado em relação às massas e ao próprio conjunto da burocracia, seguia tendo no imperialismo seu principal ponto de sustentação e, ao mesmo tempo, acentuava os traços bonapartistas do regime, como ao criar para si o cargo de Presidente da URSS, visando a acelerar o processo de restauração. Essa concentração de poderes no vértice da pirâmide do regime burocrático, contudo, para os “lambertistas”, somente iria acentuar as contradições na cúpula burocrática, especialmente com as burocracias locais buscando cada vez mais converterem-se em uma “burguesia compradora” como forma de salvaguardar suas condições materiais de vida. As disputas no 28º Congresso do PCUS teriam a ver centralmente com essas questões. Frente a tal situação, o documento conclui que a defesa da propriedade social deveria ser o centro das mobilizações populares.¹⁴¹⁴ Essa defesa, contudo, conforme visto no Capítulo 7, não se fez presente, com a propriedade social sendo, ao contrário, rejeitada por setores de massas.

Em artigo posterior a tal documento, Marie reforçou a leitura de que Gorbachev buscava acentuar os traços bonapartistas para acelerar a restauração e também analisou em maiores detalhes a figura de Ieltsin, que não fora abordada pelo documento do Conselho Geral. Para Marie, a ruptura de Ieltsin com o PCUS no 28º Congresso se deu para que ele estivesse em posição de melhor atuar em prol da restauração, de forma independente do aparato do PCUS. Sua política, assim, seria a mesma de Gorbachev, mas fora do PCUS ele poderia buscar aproximação e cooptação de setores de massas descontentes com o governo, como os mineiros.¹⁴¹⁵

O artigo também reforça a leitura segunda a qual as “ilusões parlamentares-democráticas” das massas soviéticas estariam se dissipando, inclusive “rapidamente”. Isso abriria espaço para a luta de classes e para o reagrupamento da classe trabalhadora em organizações políticas e sindicais independentes.¹⁴¹⁶

¹⁴¹³ Cf. *Ibid.*, p. 6.

¹⁴¹⁴ Cf. *Ibid.*, p. 15-16.

¹⁴¹⁵ Cf. MARIE, Jean-Jacques. La danza sobre el volcán. *La Verdad* n. 1, nov. 1990, p. 21-23.

¹⁴¹⁶ Cf. *Ibid.*, p. 25.

O caráter restauracionista de Ieltsin, por sua vez, foi ressaltado na imprensa da QI (CIR) em outros artigos de Marie publicados ao longo de 1990. Também foi enfatizado que ele buscava dar um “ar independente” à política restauracionista, agindo, assim, na prática, com uma “divisão de trabalho” com Gorbachev, ao buscar atrair o renascente movimento operário para uma “união nacional” pró-restauração. Suas divergências com Gorbachev seriam, assim, sobretudo em relação ao ritmo que o processo deveria seguir.¹⁴¹⁷

Ao longo de 1990-91, inclusive, o conjunto da burocracia passou a ser caracterizado como restauracionista pela QI (CIR), incluindo os setores “conservadores”. Isso aparece, por exemplo, na leitura feita por Marie do congresso do PC russo (que concentrava os “conservadores”), que se pronunciou a favor de uma “economia de mercado regulada”.¹⁴¹⁸

Essa leitura, de que todos os setores da burocracia eram restauracionistas, parece estar enraizada em uma caracterização de que a burocracia era intrinsecamente contrarrevolucionária, algo que às vezes aparece nos materiais da QI (CIR) de forma mais implícita, às vezes de forma mais direta. Trata-se de um debate que remonta às disputas no interior da Quarta Internacional nos primeiros anos do pós-Segunda Guerra, em que setores da organização negaram que o stalinismo poderia levar à cabo revoluções sociais, ainda que deformadas, ao passo que outros, se mantendo mais fiéis às análises trotskistas do pré-guerra, defendiam que a burocracia possuía um caráter contraditório / dual, fruto da sua própria posição como parasita das conquistas da revolução social, que a constrangia a defendê-las dentro de certos limites.¹⁴¹⁹

2.3.8. III Conferência Mundial (1991): a burocracia como principal risco restauracionista

Em janeiro de 1991, a QI (CIR) realizou sua III Conferência Mundial de Seções. Dela participaram delegados de 35 países. O grande foco do debate foi sobre a questão da “reproclamação” da QI. Ademais de um documento que defendia propor essa questão à Conferência Mundial Aberta que seria realizada na sequência do evento, com

¹⁴¹⁷ Cf. MARIE, Jean-Jacques. Gorbachev, Eltsine et les mineurs. *Informations ouvrières* n. 1478, jul. 1990, [s.p.]; MARIE, Jean-Jacques. Gorbachev, Yeltsin... e os mineiros. *O Trabalho* n. 297, ago. 1990, p. 6.

¹⁴¹⁸ Cf. MARIE, Jean-Jacques. URSS: “Si ça ne marche pas, que'est-ce qui va se passer?”. *Op. cit.*

¹⁴¹⁹ A esse respeito, ver MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. *Op. cit.*

participação de outras organizações para além das seções da QI (CIR)¹⁴²⁰, também foi aprovado o “Informe” do Conselho Geral anteriormente analisado.

Tal “Informe” foi complementado por uma “Resolução política”¹⁴²¹, que, no que tange aos Estados operários, reafirmou a análise segundo a qual a burocracia abraçara o projeto de restauração como uma forma de evitar que a revolução política triunfasse e liquidasse, assim, seus privilégios. Já no que tange à questão da construção de lideranças revolucionárias, tal “Resolução” reafirmou a “linha de transição”, ao defender que a decomposição dos PCs e PSs colocava a necessidade de construção de “Partidos Operários Independentes” através da realização de “Conferências Abertas”.¹⁴²²

Assim, a “Resolução” convocou para 1992 uma nova Conferência Mundial de Seções para impulsionar a reproclamação da QI, a partir de uma ação conjunta com “todos os grupos e organizações independentes que, apesar de não situarem sua ação sobre o Programa de Transição da IV Internacional, declaram estar dispostos a discutir a reproclamação”.¹⁴²³ Essa Conferência de fato ocorreu, mas em 1993.

Cabe destacar ainda que os materiais adotados pela III Conferência da QI (CIR) teceram duras críticas à QI (SU), alegando que tal organização “cruzara o Rubicão”, ao se colocar contra a reunificação alemã e declarar o SED renovado como “organização irmã”, defender uma economia de “terceira via” na Tchecoslováquia, onde seu membro, Petr Uhl, compunha o novo governo, e enxergar na defesa de um multipartidarismo por Gorbachev o programa de Trotski. Na leitura da QI (CIR), a QI (SU) estava se adaptando à burocracia restauracionista.¹⁴²⁴ Ademais, ao adotar tais posições, a QI (SU) estaria pavimentando sua passagem às fileiras da “II Internacional”, a qual era um “agente direto” do imperialismo no projeto restauracionista.¹⁴²⁵

Também é digno de nota que esteve presente na III Conferência um “delegado da seção da Quarta Internacional na URSS” – a qual não foi nos foi possível confirmar se realmente existia enquanto uma organização, devido à escassez de referências a ela na imprensa da QI (CIR). A intervenção deste delegado reforçou a leitura de uma crise da

¹⁴²⁰ Cf. LAMBERT, Pierre. Informe sobre a reproclamação da 4ª Internacional. *Tribuna Internacional*, n. 57-58, set. 1989, p. 22-24.

¹⁴²¹ Cf. RESOLUÇÃO política adotada pela Conferência Internacional. *Tribuna Internacional*, n. 59, mar. 1991, p. 5.

¹⁴²² Cf. *Ibid.*, p. 5 e 7.

¹⁴²³ Cf. *Ibid.*, p. 7.

¹⁴²⁴ Cf. CONFERENCIA Mundial de Secciones. Elementos de informe del Secretariado Internacional. [06/09/1990] *La Verdad* n. 1, nov. 1990, p. 53-54.

¹⁴²⁵ Cf. RESOLUÇÃO, *op. cit.*, p. 6.

burocracia soviética e da sua orientação pela restauração capitalista. Ao mesmo tempo, diferentemente de boa parte das análises na imprensa da QI (CIR), tal delegado enfatizou que o movimento operário renascente na URSS era disperso e tinha organizações muito pequenas, ademais de reinar uma confusão política em suas fileiras, que levava à defesa do mercado.¹⁴²⁶

Na sequência da III Conferência Mundial de Seções da QI (CIR) foi realizada uma nova Conferência Mundial Aberta, em Barcelona. Esta teve como principal decisão lançar o “Acordo Internacional dos Trabalhadores” (EIT, na sigla em francês), uma organização operária internacional de caráter “amplo”, pautada pela defesa da independência sindical e do internacionalismo.¹⁴²⁷

Esteve presente em tal Conferência Aleksandr Petrov, presidente do Sindicato Independente da Primeira Garagem de Ônibus de Leningrado.¹⁴²⁸ Podemos especular que Petrov era o tal “delegado” da URSS na Conferência de Seções realizada dias antes, ainda que ele, nessa época, fosse apresentado como membro da LIT-QI nos materiais da organização “morenista”.

2.3.9. Os eventos de 1991: o fim da URSS não significou a restauração do capitalismo

Ao longo do primeiro semestre de 1991, a imprensa da QI (CIR) publicou materiais que reforçavam a proximidade de Gorbachev e Ieltsin no que concerne à defesa da restauração capitalista e alertaram para o risco de uma tentativa de fechar o regime como forma de acelerar a restauração (seria esse o programa dos “conservadores”).¹⁴²⁹ Mas, por outro lado, enfatizavam que o proletariado da URSS estava na ofensiva contra a burocracia, e que um “poder emergente” estava entrando em cena através das mobilizações e novas organizações da classe trabalhadora soviética.¹⁴³⁰

Diante desse cenário, o imperialismo teria grande receio quanto à possibilidade de uma desintegração do poder central, pois isso impediria a consolidação de uma “nova ordem mundial”, pós Ialta / Helsinki. A burocracia, por sua vez, já não mais atuava como “correia de transmissão” do imperialismo no interior do Estado operário, mas como “um

¹⁴²⁶ Cf. INTERVENÇÃO de um militante da União Soviética, delegado da seção da IVa Internacional na URSS (Extratos). *Tribuna Internacional*, n. 59, mar. 1991, p. 10-11.

¹⁴²⁷ Cf. BARCELONA: um grande avanço rumo à nova Internacional! *O Trabalho* n. 304, jan.-fev. 1991, p. 4-5.

¹⁴²⁸ Cf. *Ibid.*

¹⁴²⁹ Cf. MARIE, Jean-Jacques. URSS: las líneas de una nueva confrontación. *La Verdad*, n. 2, mai. 1991, [s.p.].

¹⁴³⁰ Cf. GORBACHEV contra a parede. *O Trabalho* n. 308, mai. 1991, p. 7.

instrumento na execução dos planos do conjunto do imperialismo”, “instrumento direto da liquidação da propriedade social, da destruição das forças produtivas, das bases da própria produção”.¹⁴³¹

Em relação ao golpe de agosto de 1991, não nos foi possível obter materiais escritos no calor do momento. Não obstante, o editorial da edição de dezembro do mesmo ano da revista *La Verdad / La Verité* (desde novembro de 1990 publicada como órgão da liderança internacional da QI (CIR), em francês, espanhol e, pouco depois, também em português), se refere às “jornadas de agosto”, isso é, às mobilizações populares contra o golpe, como sendo a entrada em cena do movimento das massas trabalhadoras e o fator que levou ao fracasso da empreitada golpista. Daí pode-se entender que, diante do golpe, a QI (CIR) tomou o lado da resistência encabeçada por Ieltsin, dotada de certo apoio popular.¹⁴³²

De forma mais aprofundada, um artigo de Marie, escrito em novembro de 1991,¹⁴³³ destacou que o golpe de agosto tivera como objetivo colocar o processo de restauração sob controle da fração “conservadora” da burocracia, de forma que a diferença não seria quanto a realizar ou não a restauração, mas quais grupos se beneficiariam dela. Marie reforça, assim, a leitura de que o conjunto da burocracia estaria alinhado com o projeto restauracionista, ainda que havendo diferenças de métodos e interesses. Em sua avaliação, o fracasso do golpe, contudo, não significara um fracasso do projeto restauracionista, mas, ao contrário, levava ao deslocamento do centro do poder para as mãos da fração da burocracia “mais abertamente favorável a uma restauração rápida e mais ou menos total”, isto é, a fração representada por Ieltsin, cuja promessa de democracia seria, na realidade, um projeto de “fome para o povo”.¹⁴³⁴

Assim, Marie encara como negativa a subordinação do movimento operário ao campo dos “democratas” de Ieltsin, a qual teria tido seu auge nas mobilizações de agosto. Mas destaca que, desde outubro, estava em curso um processo de crescente diferenciação entre a classe trabalhadora e Ieltsin, na forma de greves e atuação dos sindicatos independentes. Isso mostraria o suposto “apego” dos trabalhadores à forma social da propriedade, contra os planos restauracionistas.¹⁴³⁵

¹⁴³¹ Cf. EDITORIAL. *La Verdad* n. 3, dic. 1991, p. 3. Citações na p. 3.

¹⁴³² Cf. *Ibid.*, p. 3-4.

¹⁴³³ Cf. MARIE, Jean-Jacques. URSS, la marcha al caos [20/11/1991]. *La Verdad* n. 3, dic. 1991, p. 18-23.

¹⁴³⁴ Cf. *Ibid.* p. 18. Citações na mesma página.

¹⁴³⁵ Cf. *Ibid.*, p. 22.

Mais do que as declarações de apoio dos trabalhadores e suas organizações a Ieltsin e às privatizações, para Marie o determinante era a “atitude [dos trabalhadores] ante os fatos”, isto é, a forma como reagiam quando a privatização é posta em prática e veem que o resultado não os beneficia: se organizam coletivamente e buscam o controle da empresa (ele cita alguns poucos exemplos que alega serem gerais). Para Marie, isso significa que ainda seria válido afirmar que “a revolução social ainda vive na consciência dos trabalhadores”.¹⁴³⁶

Ademais, Marie destaca que a conversão da burocracia em burguesia, então já em curso, não daria lugar a uma “burguesia nacional”, mas a uma “burguesia corrupta”, “capa anexa e submissa ao imperialismo mundial”, uma miríade de pequeno burgueses mafiosos e mercantis.¹⁴³⁷ Isso porque os setores restauracionistas buscavam no capital estrangeiro o motor da restauração, atuando como “apêndice da burguesia financeira internacional”¹⁴³⁸, e agiam através do roubo para se consolidarem como proprietários.¹⁴³⁹ Essa análise de que a burocracia convertida em burguesia era uma espécie de “máfia” e um apêndice do imperialismo foi aprofundada pela QI (CIR) ao longo de 1992-93, como forma de explicar o que havia ocorrido na ex-URSS, combinada à noção de que os trabalhadores, a despeito das suas ilusões no capitalismo e da sua subordinação à setores restauracionistas, estariam bloqueando o triunfo da contrarrevolução, por terem um “apego” à propriedade social.

2.3.10. Interpretações e posições sobre a URSS após 1991

Infelizmente não conseguimos muitos materiais da QI (CIR) do segundo semestre de 1991 e do primeiro semestre de 1992. Não obstante, materiais publicados na revista *La Verité / La Verdad*, mostram aspectos centrais de sua análise sobre o colapso da URSS.

Na primeira edição de *La Verdad* publicada após o colapso (edição 4, de dezembro de 1992), não há nenhum artigo dedicado ao tema do colapso da URSS. Mas um trecho de seu editorial fala em “tentativas de restabelecimento do capitalismo” na ex-URSS, dando a entender que não encarava que o processo de contrarrevolução havia triunfado.¹⁴⁴⁰

¹⁴³⁶ Cf. *Ibid.*, p. 22. Citações na mesma página.

¹⁴³⁷ Cf. *Ibid.*, p. 20.

¹⁴³⁸ *Ibid.*, p. 21.

¹⁴³⁹ Cf. *Ibid.*, p., 22. Citação na p. 20.

¹⁴⁴⁰ Cf. EDITORIAL. *La Verdad* n. 4, dec. 1992, p. 3-4.

O número seguinte da revista só foi publicado em março de 1993, e foi dedicado aos documentos preparatórios para a Conferência Mundial da QI (CIR) que “reproclamou” a Quarta Internacional, em julho do mesmo ano, meta que a organização já vinha defendendo há quase dez anos. Um desses documentos foi escrito por Lambert, intitulado “O programa da IV Internacional foi verificado pelos acontecimentos?”. Como o título indica, trata-se de um balanço, no qual o colapso da URSS era um dos temas centrais. Tal documento foi aprovado pela mencionada Conferência.¹⁴⁴¹

Em tal documento, Lambert reafirma a leitura de que a queda do Muro de Berlim significou uma “virada mundial”, no sentido de fortalecimento do ascenso revolucionário mundial e de “impotência do imperialismo restaurar uma nova ordem mundial conforme seus interesses”.¹⁴⁴² Segundo sua explicação, “a burocracia stalinista era o elo mais frágil da cadeia da ordem contrarrevolucionária mundial”, de forma que seu “desabamento” “tende arrastar a cadeia inteira”.¹⁴⁴³

Assim, Lambert não vê no colapso da URSS uma derrota histórica para o proletariado e a causa socialista. Ao contrário, destaca que o processo de privatizações na Rússia avançou muito pouco, pois a resistência dos trabalhadores tornava as condições salariais e de direitos pouco rentáveis para possíveis investidores estrangeiros, a despeito dos esforços dos “governos compradores” da região.¹⁴⁴⁴

Lambert destaca ainda que, mesmo na Hungria e Polônia, onde o processo mais avançou, não alcançou mais do que 10-15% da economia de cada um, e se deu predominantemente no sentido formação de agências de importação de produtos estrangeiros e de expansão de setores baseados na especulação financeira, surgidos principalmente do seio da antiga burocracia, que estaria atuando na forma de uma “máfia”. Até mesmo na Alemanha o balanço é de que o processo de privatização até o momento era um “fracasso”.¹⁴⁴⁵

Nesse sentido, o documento fala em “política que visa à restauração capitalista” e “reformas atualmente em curso visando à restauração da propriedade privada”.¹⁴⁴⁶ Mas não deixa de destacar que a “propriedade social” estava sob ameaça.¹⁴⁴⁷ O fato de a

¹⁴⁴¹ Cf. LAMBERT, Pierre. O programa da IV Internacional foi verificado pelos acontecimentos? *A Verdade* n. 5, mar. 1993, p. 3-22.

¹⁴⁴² Cf. *Ibid.*, p. 16.

¹⁴⁴³ Cf. *Ibid.*, p. 8.

¹⁴⁴⁴ Cf. *Ibid.*, p. 4.

¹⁴⁴⁵ Cf. *Ibid.*, p. 5 e 8.

¹⁴⁴⁶ Cf. *Ibid.*, p. 4 e 5.

¹⁴⁴⁷ Cf. *Ibid.*, p. 8.

“restauração” (aqui reduzida estritamente à restauração da propriedade privada) não ter podido triunfar até o momento é explicado através da análise de que o capitalismo vivia um impasse e estaria rumando para uma “grave crise”, impasse esse materializado em uma crescente dificuldade de realização do valor das mercadorias pela saturação dos mercados existentes, donde o crescimento dos capitais especulativos e também da dificuldade em incorporar a propriedade social da ex-URSS.¹⁴⁴⁸

Ademais, Lambert argumenta que a resistência operária ao rebaixamento das condições de vida também era um impeditivo para o avanço do processo de restauração, uma vez que impede que haja uma margem de lucro convidativa para os potenciais investidores estrangeiros.¹⁴⁴⁹

Devido a tais fatores, mesmo os setores que foram privatizados não teriam levado a um avanço das forças produtivas, mas sim a uma “decomposição” delas. O desejo dos órgãos imperialistas, como o FMI, seria o de realizar uma “recolonização” do Leste Europeu, mas em chave “usurária”, favorecendo o capital especulativo.¹⁴⁵⁰

Como o processo de restauração não teria sido concluído, Lambert destaca que a burocracia seguia existindo enquanto tal. Mesmo desejando se converter em burguesia, não conseguia fazê-lo em seu conjunto (donde as crescentes disputas entre seus vários setores), devido à competição com a burguesia imperialista pelos recursos da ex-URSS. Lambert também assinala que seus métodos parasitários de “roubo e pilhagem” tornavam a burocracia incompatível com as exigências de “rentabilidade e eficiência” do mercado.¹⁴⁵¹

O documento não deixa claro o que seria esse setor social advindo da burocracia e que estava “roubando e pilhando” a “propriedade social”. Em um documento seguinte, sobre o golpe de Ieltsin contra o parlamento da Federação Russa, isso é definido com maior clareza, enquanto uma “máfia”. Vale citar a íntegra da passagem em questão:

Esta nomenclatura não é uma classe social e sim um ajuntamento composto de grupos, de bandos, de gangs cada vez mais procurando tirar sua casquinha. A nomenclatura é acima de tudo, e principalmente, o sindicato comum de todas as máfias. [...] O reino da nomenclatura é o governo de Chicago dos anos 1920.¹⁴⁵²

¹⁴⁴⁸ Cf. *Ibid.*, p. 3-4.

¹⁴⁴⁹ Cf. *Ibid.*, p. 8.

¹⁴⁵⁰ Cf. *Ibid.*, p. 6.

¹⁴⁵¹ Cf. *Ibid.*, p. 8.

¹⁴⁵² QUAL é o significado dos acontecimentos de 3 e 4 de outubro em Moscou? *A Verdade* n. 8, jul. 1994, p. 12.

Cabe destacar ainda que, como para a QI (CIR) a restauração não havia sido consolidada, a revolução política seguia sendo uma tarefa do proletariado da ex-URSS. É o que afirma um texto publicado ao final de 1993, anunciando a “reproclamação” da Quarta Internacional e apresentando uma leitura da conjuntura mundial. Ao debater o processo de restauração na ex-URSS, o texto afirma que a resistência da classe trabalhadora a ele é parte da “revolução política”. Tal resistência, acrescenta o texto, seria uma “resistência subjetiva”, à qual se somaria ainda a resistência das “condições objetivas das relações sociais de produção construídas em Outubro de 1917” e que o capitalismo em crise estaria com enormes dificuldades de absorver.¹⁴⁵³

Dessa forma, a QI (CIR) / QI “reproclamada” negava que a contrarrevolução capitalista tivesse triunfado na URSS, focando no aspecto econômico, em particular na questão das privatizações e deixando de lado o debate sobre o desmonte do aparelho estatal e a reconstrução de um aparato estatal novo, burguês. Isso foi reforçado em outros materiais do início dos anos 1990 para além do documento de Lambert, inclusive nos dois outros mencionados nos parágrafos anteriores.

Trata-se de um método muito distinto daquele de Trotski e da Quarta Internacional pré-guerra para interpretar a URSS como sendo um Estado operário, uma vez que o foco residia, então, muito mais na questão política (os trabalhadores tomaram o poder em outubro de 1917 e esse poder não foi destruído por uma contrarrevolução triunfante) do que na econômica. Inclusive porque, durante o período da NEP, a economia soviética incluía classes proprietárias, baseadas em propriedade privada dos meios de produção na cidade e no campo, o que não significava uma restauração, pois não afetara o poder político.

Vale destacar que, ainda nos anos 2000, a organização manteve tais análises. Isso é afirmado com bastante clareza em um extenso documento de 2004, escrito pelo então principal dirigente internacional do grupo, Daniel Gluckstein (Lambert já tinha, então, 84 anos, e veio a falecer em 2008, com 88). Intitulado “Revolução política e revolução social na ex-União Soviética”, ele foi apresentado à reunião do Conselho Geral da organização de janeiro daquele ano, como parte dos preparativos para seu próximo congresso mundial.¹⁴⁵⁴

¹⁴⁵³ Cf. REPROCLAMADA a IV Internacional: abre-se uma nova etapa. *A Verdade* n. 7, out.-dez. 1993, p. 37.

¹⁴⁵⁴ Cf. GLUCKSTEIN, Daniel. Revolução política e revolução social na ex-União Soviética. *A Verdade* n. 36, abr. 2004, p. 23-56.

Apesar de reconhecer que o processo de privatização avançou nos países da antiga URSS, Gluckstein argumenta que não se tratou de um desmonte completo das relações de propriedade estabelecidas pela Revolução de Outubro. A explicação é a mesma do começo dos anos 1990: a “putrefação do regime social baseado na propriedade privada dos meios de produção” impede que tais países se desenvolvam “sob bases capitalistas”.¹⁴⁵⁵ A partir de tais considerações, Gluckstein conclui que “é muito limitado falar, ao pé da letra, em restauração do capitalismo na ex-URSS”¹⁴⁵⁶ e que, “ainda hoje, o processo não terminou”, “o futuro permanece aberto” e será decidido na arena internacional¹⁴⁵⁷.

A antiga burocracia stalinista não teria conseguido se converter em uma “burguesia compradora”, se configurando “muito mais como elementos satélites de uma classe capitalista estrangeira”. Ela seria uma “excrescência parasitária do capitalismo em putrefação”.¹⁴⁵⁸ A formação social dos países da antiga URSS, contudo, não é definida por Gluckstein. O termo “Estado operário” não aparece no longo documento, mas tampouco “Estado burguês”. Contudo, a Nota 1, em particular, indica que a organização ainda considerava que se tratavam de “sociedades de transição”, porém que, ao invés de rumarem para o socialismo, estavam regredindo ao capitalismo – e que tal regressão se encontrava de certa forma bloqueada, pela incapacidade do mercado mundial em absorver tais economias.

Um indício do que há por trás de tais análises aparece ao fim do documento, com a afirmação de Gluckstein de que encarar que não existem mais “segmentos de propriedade social a defender” leva necessariamente ao derrotismo – isto é, ao abandono da perspectiva revolucionária.¹⁴⁵⁹ Ademais de questões conceituais e analíticas, talvez reconhecer o tamanho da derrota histórica que foi a contrarrevolução capitalista no conjunto do bloco soviético fosse demais para os “lambertistas”, donde sua insistência de que a restauração não foi (e não pode ser) concluída.

Essa posição, até onde nos foi possível averiguar, não foi alterada até hoje, por qualquer um dos grupos internacionais nos quais a QI “reproclamada” se dividiu a partir da cisão ocorrida em sua seção francesa em 2015.

¹⁴⁵⁵ Cf. *Ibid.*, p. 26.

¹⁴⁵⁶ *Ibid.*, p. 31.

¹⁴⁵⁷ *Ibid.*, p. 24-25.

¹⁴⁵⁸ *Ibid.*, p. 31 e 32, respectivamente.

¹⁴⁵⁹ Cf. *Ibid.*, p. 54.

CAPÍTULO 10

O MOVIMENTO TROTSKISTA INTERNACIONAL E O COLAPSO DO BLOCO SOVIÉTICO: OS CASOS POLONÊS E ALEMÃO (1988-90)

Em relação aos eventos na Polônia, as perguntas-chave que guiaram a análise das fontes primárias foram como os trotskistas avaliaram a eclosão de ondas grevistas a partir de 1988 (se era uma “revolução política”, quais tarefas colocava para os marxistas); como avaliaram as negociações de Mesa Redonda e a reforma econômica anunciada; como caracterizaram o Solidariedade re-legalizado e a liderança ao redor de Walesa nesse novo momento; como avaliaram o governo Mazowieck e o Plano Balcerowicz (se representou uma contrarrevolução restauracionista); se havia algum risco restauracionista colocado na Polônia sob o governo Solidariedade.

Em relação aos eventos na RDA, como avaliaram as “Manifestações de Segunda” e as organizações políticas que as protagonizaram (se era uma “revolução política” e quais tarefas colocava para os marxistas); como avaliaram a queda do Muro de Berlim e se posicionaram diante da questão da reunificação alemã; como avaliaram a reunificação da forma que ele foi efetivamente encaminhada (se representou uma contrarrevolução restauracionista).

Da parte da QI (SU), em relação ao caso polonês, a sua maior proximidade com setores da oposição no país fez com que o grupo se tornasse muito mais crítico da liderança do Solidariedade ao redor de Walesa. Ao longo da segunda metade dos anos 1980, a organização passou a caracterizar tal liderança como uma burocracia autonomizada em relação às bases e dependente materialmente de organizações ligadas às potências imperialistas e ao Vaticano, com um programa pró-mercado. Negou, contudo, que tal liderança já tivesse tais características desde 1980-81. Para a QI (SU), os anos de clandestinidade a fizeram romper com seus supostos fundamentos socialistas originais – o que não procede, conforme visto. Portanto, o grupo mudou sua avaliação, porém sem fazer uma autocrítica da capitulação anterior a forças não-socialistas.

Encarando que o regime stalinista polonês estava extremamente debilitado, a QI (SU) viu as negociações de Mesa Redonda e as eleições parlamentares semi-livres como uma forma de a burocracia cooptar o Solidariedade e co-responsabilizá-lo pelas reformas econômicas de mercado, de forma a recuperar alguma credibilidade e neutralizar a oposição. A mesma avaliação foi feita em relação a Mazowiecki ter assumido o cargo de

Primeiro-ministro. Ademais, encarava haver uma convergência de Walesa e cia. com tais reformas. Nisso, a organização estava certa.

Não obstante, até 1989, a QI (SU) defendeu como estratégia a tomada do poder pelo Solidarnosc, a partir de uma greve geral organizada por órgãos de base. Ao mesmo tempo, chamou por uma Assembleia Constituinte, para legitimar a mudança de regime. Assim, ainda que mantendo elementos da concepção original de revolução política (derrubada da burocracia por conselhos proletários), elegeu como sujeito político do processo uma organização que, a despeito da sua base proletária, estava a serviço de interesses imperialistas contrarrevolucionários, como a própria QI (SU) reconhecia, o que significava uma capitulação já observada em relação a eventos anteriores. Ademais, inseria um elemento reformista na estratégia revolucionária, realizando uma atualização inadequada desta como forma de se aproximar dos setores democráticos da oposição.

Ademais, a QI (SU) não reconheceu a chegada do Solidarnosc ao poder, através do gabinete Mazowiecki, como uma contrarrevolução restauracionista. Contudo, reconheceu, a partir do Plano Balcerowicz e da dissolução do PZPR, que estava em curso uma adequação da economia ao capitalismo. Declarou, ainda, que o 2º Congresso do Solidarnosc marcou a passagem da organização a um programa abertamente restauracionista.

Não obstante, a QI (SU) não chamou pela derrubada do governo Mazowiecki, apenas pela remoção de Jaruzelski e demais elementos oriundos da burocracia stalinista – o que o próprio Solidarnosc fez, como forma de consolidar sua contrarrevolução. Tal qual em relação à URS, para a QI (SU), a restauração não havia triunfado na Polónia, pois não havia uma burguesia nativa para tomar o poder, nem recursos para promover a privatização dos meios de produção.

A despeito de não reconhecer que o Solidarnosc havia encabeçado uma contrarrevolução triunfante, a QI (SU), ainda que enxergando sua intenção de fazê-lo, não delineou uma estratégia de remoção dele do poder e sua supressão, capitulando de forma objetivista ao carácter de massas da organização, como se esse fosse uma garantia de que ele ainda retinha algum carácter progressista. Ao invés, focou apenas em combater os remanescentes da burocracia, o que também era uma capitulação à forma de reacção democrática assumida pela contrarrevolução na Polónia.

Em relação ao caso alemão, a organização acompanhou de perto os protestos e a queda do Muro, que caracterizou como o início de uma revolução política. Contudo,

desde o início, se posicionou contra a reunificação nacional, por encarar que, ao não haver uma situação revolucionária na RFA, tal processo só poderia ocorrer na forma de uma anexação do Estado operário burocratizado pela burguesia alemã-ocidental. Também enfatizou a necessidade de um partido marxista à frente das mobilizações na RDA, reconhecendo haver fortes ilusões nos reformadores do SED.

Ao longo do primeiro semestre de 1990, inclusive, a QI (SU) reconheceu que havia ocorrido um “giro à direita”, e que as massas estavam iludidas, então, com uma restauração capitalista. Assim, condenou qualquer “euforia espontaneísta” e, já no início de 1990, alertou que uma restauração via anexação (*anschluss*) era o cenário mais provável, e não o triunfo da revolução política.

Efetivamente, após a votação de outubro sobre a unificação nacional, a QI (SU) declarou que estava consumada restauração capitalista via anexação. A explicação para esse fim foi que as massas identificavam socialismo com stalinismo e que essa identificação fora reforçada pela lentidão do SED em implementar reformas, o que permitiu à burguesia alemã-ocidental liderá-las.

A Alemanha foi o único país do bloco soviético onde a QI (SU) reconheceu que havia ocorrido de fato uma contrarrevolução triunfante.

Nesse caso, portanto, a organização apresentou uma leitura mais condizente com a realidade, ao reconhecer os riscos contrarrevolucionários em cena, e afirmar que era necessário um partido marxista para conduzir as massas a uma revolução política vitoriosa. Essa análise e programa mais coerentes com o arcabouço original do trotskismo reforça nossa caracterização de que a QI (SU) tinha posturas bastante contraditórias em relação aos Estados operários burocratizados – nesse caso, nos parece ter pesado a possibilidade mais visível de uma contrarrevolução, pela existência da RFA.

Não obstante, a QI (SU) buscou uma aproximação com PDS após as eleições na RDA, encarando que ele havia deixado de ser um partido stalinista, como forma de tentar romper seu isolamento. Apesar de tecer críticas à sua falta de balanço do passado stalinista e à sua defesa do mercado e da reunificação, os “mandelistas” alemães passaram a integrar a organização, apostando nela como um polo para reagrupar as forças socialistas, a partir de lutas contra os efeitos materiais da restauração. Assim, mesmo reconhecendo o papel central que o stalinismo teve na vitória da forma de reação democrática assumida pela contrarrevolução, a QI (SU), contraditoriamente, se ligou a seus remanescentes,

reverberando posições anteriores, de aproximação às alas reformadoras da burocracia stalinista.

Da parte da LIT-QI, os mesmos otimismo exacerbado, cegueira voluntária e objetivismo vistos no capítulo anterior se fizeram presentes na sua leitura sobre os eventos nos demais países do Leste Europeu. Para a organização, os eventos de 1989 marcaram a passagem do conjunto desses países a uma situação revolucionária, onde estava colocada a questão da tomada do poder pelo proletariado para realizar uma revolução política. Revolução essa cuja “fase democrática” teria triunfado com a queda dos regimes stalinistas, a despeito da chegada ao poder de setores restauracionistas.

No caso da Polônia, apesar de ter caracterizado Walesa e seus aliados como “agentes do imperialismo” e também capituladores em relação ao regime, com o qual encarava terem convergência em relação aos planos econômicos de austeridade, a LIT-QI seguiu defendendo que era necessário que o Solidariedade tomasse o poder, numa capitulação objetivista ao seu caráter de massas. A organização criticava a ausência de democracia no interior da organização e defendia a convocação de uma Assembleia Constituinte, como forma de garantir a expressão democrática dos anseios da massa sob um governo do Solidariedade, tendo criticado o conteúdo das negociações da Mesa Redonda. Assim, também adicionava um elemento reformista à revolução política, como forma de se aproximar dos setores democráticos, porém não socialistas, da oposição.

Quando o Solidariedade chegou ao poder, através do Primeiro-ministro Mazowiecki, a LIT-QI, segundo sua lógica da revolução em fases, encarou que se tratava do triunfo da “fase democrática” da revolução política. Seguindo a “cartilha” “morenista”, ela encarou que o governo Mazowiecki era contrarrevolucionário, porém “kerenkista”, ou seja, débil, por ter sido alçado ao poder pela ação das massas. A organização criticou seu projeto econômico como restauracionista e defendeu a conclusão da revolução política na forma da tomada do poder pelo proletariado, sob liderança de uma organização marxista – a qual ela aposta que poderia ser o PPS-RD, liderado por Pinior.

Apesar dessa postura de oposição ao governo do Solidariedade, a LIT-QI não só tinha uma estratégia que envolvia ajudar tal força a chegar ao poder, como parte da “fase democrática” da revolução, como rebaixara o programa da revolução política a consignas democráticas nessa primeira fase, por encarar, de forma objetivista, que essa era a via para uma revolução política triunfante.

Mais uma vez, portanto, a LIT-QI confundiu contrarrevolução com “fase democrática” da revolução política, tendo defendido que setores que reconhecia serem restauracionista chegassem ao poder como um primeiro passo de tal revolução. Ademais, ao que tudo indica, tal qual em relação à URSS, a organização passou os anos 1990 considerando que o Estado burguês e as relações capitalistas não haviam sido restauradas na Polônia.

Em relação à RDA, a queda do Muro e de Honecker também foi caracterizada como uma “revolução democrática” triunfante, à qual teria levado ao poder um governo “kerenkista” e contrarrevolucionário, conforme previsto pela lógica “morenista” da revolução em duas fases. Como a LIT-QI encarava estar em curso um poderoso ascenso revolucionário mundial, ela caracterizou a situação na RFA como revolucionária, supostamente impulsionada pela revolução democrática triunfante ao Leste.

Assim, defendeu uma reunificação nacional imediata e incondicional, alegando que ela se daria em chave revolucionária e socialista e que não havia possibilidade de servir à uma contrarrevolução, pois o imperialismo estaria em crise política e econômica. Ademais, defendeu também a convocação de uma Assembleia Constituinte unificada nas duas Alemanhas, como forma de encaminhar os anseios das massas.

Além da caracterização inadequada sobre a situação na RFA, que estava longe de ser revolucionária, a LIT-QI, tal qual em relação à URSS e Polônia, ignorou as ilusões no capitalismo por parte das massas da RDA e de setores da oposição que estiveram nas manifestações de outubro-novembro, realizando uma leitura objetivista, de que massas populares e proletárias mobilizadas levariam, quase que necessariamente, a algo progressista. Assim, tampouco deu relevância a ausência de uma liderança marxista e de uma situação de dualidade de poderes.

Com isso, mais uma vez, viu na contrarrevolução restauracionista uma “revolução democrática”. Até fins de 1990, a LIT-QI, inclusive, negou que a burguesia da RFA estivesse interessada em uma reunificação, quando tal burguesia estava, na realidade, conduzindo o processo em seu benefício.

Contudo, com a rejeição dos aspectos mais objetivistas e de cegueira voluntária das “Teses de 90”, a LIT-QI reconheceu que a reunificação alemã, efetivada em outubro de 1990, havia significado uma contrarrevolução restauracionista. O caráter pacífico de tal contrarrevolução, algo até então não previsto pela teoria do Estado operário burocratizado, foi explicado pela crise de direção do proletariado da RDA, que permitia à

burguesia da RFA e aos setores restauracionistas tomarem as rédeas do processo de reunificação, bem como pela peculiaridade da situação alemã, de uma nação dividida em duas formações sociais distintas (de forma que havia uma forte burguesia alemã, capaz de absorver a RDA).

Ainda que, a partir dessas novas considerações, a LIT-QI não tenha descartado a possibilidade de outras restaurações pacíficas no bloco soviético, sua empolgação com o que viu como “revoluções democráticas” triunfantes na região a impediu de perceber que um processo semelhante havia ocorrido na URSS e em outros países.

Da parte da QI (CIR), em relação ao caso polonês, tal qual em relação à URSS, a organização ignorou as ilusões das massas e de setores da oposição de que apenas uma restauração capitalista poderia assegurar um regime político democrático. Foi só com as negociações de Mesa Redonda que a QI (CIR) passou a criticar Walesa e seus aliados, por estarem buscando uma conciliação com o regime e defenderem uma economia de mercado.

Contudo, a organização insistiu que havia outros setores de maior representatividade no Solidarnosc, que não seriam a favor de um retorno ao capitalismo, de forma que manteve sua posição de que este era uma organização progressista e “ponta de lança” da revolução política polonesa. Essa visão não procede, e parece ser fruto de uma capitulação objetivista da QI (CIR) a forças sindicais de oposição à Walesa, que defendiam uma linha de oposição intransigente ao regime, porém que também eram defensoras de uma restauração (como o “Solidarnosc Combativo” e o KPN), apesar de terem inserção na classe trabalhadora.

Com isso, mesmo tendo se afastado de Walesa e seus aliados, a QI (CIR) seguiu capitulando a forças restauracionistas, por se revestirem de um programa democrático e terem influência de massas – no que podemos ver uma postura objetivista.

Assim, a QI (CIR) seguiu até o fim defendendo que o Solidarnosc era uma organização progressista, mesmo após este ter assumido o governo e encaminhado projetos restauracionistas, como a própria organização reconheceu em sua caracterização do governo Mazowiecki. Tal qual em relação à URSS, contudo, a QI (CIR) afirmava que uma restauração capitalista não seria possível na Polônia, pois o imperialismo em decadência não poderia absorver suas forças produtivas.

Em relação ao caso alemão, tal qual os “morenistas”, a QI (CIR) realizou uma leitura inteiramente objetivista, de que a reunificação nacional levaria à uma revolução

social na RFA, pois supostamente estava sendo imposta pela ação das massas. Assim, defenderam a reunificação imediata e incondicional da Alemanha após a queda do Muro, ainda que agitassem um programa em prol de uma Alemanha unificada “sem patrões nem burocratas”, com manutenção das conquistas sociais da RDA e sua extensão aos trabalhadores da RFA.

Para a organização, não havia risco de uma restauração como fruto da reunificação nacional, pois o imperialismo estaria impedido, pela sua crise econômica e pelo suposto ascenso revolucionário mundial, de absorver as forças produtivas da RDA. Mesmo quando ficou claro que era a burguesia e setores restauracionistas que estavam à frente dessa reunificação, a QI (CIR) seguiu afirmando que eram as massas que conduziam o processo, na forma de uma revolução proletária que combinava revolução política na RDA com revolução social na RFA.

Essa avaliação foi mantida mesmo após a conclusão do processo de incorporação da RDA à RFA, de forma que, tal qual os “morenistas”, o otimismo objetivista da QI (CIR) acabou se tornando pura negação da realidade. Assim como em relação à URSS e à Polônia, a organização não reconheceu o triunfo da contrarrevolução restauracionista na RDA, tendo mantido tal avaliação ao longo dos anos 1990.

Além dessa capitulação à contrarrevolução, vendo nela uma revolução proletária, a QI (CIR) defendeu que o SPD assumisse um governo alemão unificado, mesmo reconhecendo que ele defendia a restauração do capitalismo. Mais uma vez, nos parece ter pesado um desvio objetivista, de capitulação ao SPD pelo fato de que era uma organização com forte influência entre o proletariado da RFA e dos principais aparatos sindicais. Ademais, a QI C(IR) defendeu, ainda, a convocação de uma Assembleia Constituinte como forma de realizar a reunificação em bases socialistas – um desvio reformista, para facilitar a aproximação com setores não-socialistas da oposição democrática.

Vejamos tudo isso em detalhes.

1. Quarta Internacional (Secretariado Unificado) (“mandelismo”)

1.1. O caso polonês: “vitória democrática, derrota social”

Conforme visto no Capítulo 9, o 12º Congresso Mundial da QI (SU) (1985) reafirmou uma resolução sobre a situação polonesa publicada pela organização em 1982,

na qual criticava a liderança do Solidariedade por não ter buscado a tomada do poder. A partir de 1985, a QI (SU) se tornou muito mais crítica dessa liderança e não manteve seu otimismo do início da década, acerca da possibilidade da classe trabalhadora se engajar em uma luta revolucionária a despeito das muitas contradições de consciência e da ausência de uma liderança marxista.

Assim, materiais de 1985 da versão polonesa de *Inprekor*, republicados em *International Viewpoint*, destacam que a liderança do Solidariedade havia se desligado das suas bases por conta dos anos de clandestinidade e também que havia abandonado o foco original na classe trabalhadora fabril, como fruto de sua composição predominantemente intelectual. Também destacam que tendências de direita, antirrussas e anticomunistas, estavam ganhando terreno em meio ao fortalecimento de um sentimento mais geral anti-esquerda e antissocialismo, com até mesmo Reagan despontando como uma fonte de esperança entre alguns setores da oposição ao regime.

Não obstante, tais materiais defendem uma ampla unidade contra o regime, apesar de divergências de estratégia e tática no seio da oposição. Como programa, defendem que, ao invés dos compromissos com o regime e da “autolimitação”, era necessário colocar em pauta a questão do poder, através de uma greve geral organizada por órgãos de base, que servissem de estrutura para um poder proletário democrático.¹⁴⁶⁰ Portanto, um programa “ortodoxo” de revolução política.

Ao longo dos anos seguintes, essa avaliação, sobre a perda de ligação da liderança do Solidariedade com suas bases, foi complementada com a de que, com tal autonomização, tal liderança aderira a um programa abertamente pró-mercado, sob a influência dos elementos intelectuais em seu seio e também de organizações a serviço das potências imperialistas, de cujo financiamento passaram a depender.¹⁴⁶¹

Apesar destes elementos serem verdadeiros, conforme visto anteriormente, tal liderança (o grupo ao redor de Walesa) já tinha um programa restauracionista desde 1981, algo que a QI (SU) não reconheceu à época, alegando que o programa original era supostamente pró-socialismo e que ele fora alterado em meados dos anos 1980.

¹⁴⁶⁰ Cf. INPREKOR. A crisis of perspectives and of leadership. *International Viewpoint*, n. 81, 29/07/1985, p. 16-27; INPREKOR. Toward overcoming the crisis of Solidarnosc. *International Viewpoint*, n. 89, 23/12/1985, p. 12-19.

¹⁴⁶¹ Cf. WILKINS, Arthur. New Developments in the Polish Left. *International Viewpoint*, n. 107, 27/10/1986, p. 17-19; WILKINS, Arthur. Referendum blows up in the generals' face. *International Viewpoint* n. 132, 21/12/1987, p. 5-7; SMUGA, Cyril. Bureaucracy left with barely a scrap of political cover. *International Viewpoint* n. 166, Jun. 1989, p. 18-19.

Após a dissolução do RPRS (1986), a imprensa internacional da QI (SU) repercutiu muito pouco os eventos na Polônia, até 1988, quando a classe trabalhadora voltou à ofensiva.

Não obstante, diante da anistia concedida aos prisioneiros políticos, em setembro de 1986, um artigo de Arthur Wilkins alertou que, apesar de ser uma conquista importante para a oposição, era uma forma do regime buscar uma estabilização e normalização da situação no país, aproximando-se de setores da oposição católica, intelectual e mesmo sindical, para cooptá-los para uma via de colaboração, ao mesmo tempo em que bloqueava ações dos setores mais combativos (como declarar ilegal o TKK do Solidarnosc). Wilkins também denuncia que Walesa, tão logo foi anunciada a anistia, passou a se portar de forma a dar claros sinais ao regime de disposição em colaborar e realizar concessões.¹⁴⁶²

Pouco mais de um ano depois, diante do fracasso do plebiscito promovido pelo regime, em novembro de 1987, Wilkins avaliou que tal regime se encontrava em franca decadência e desmoronamento, já não havendo mais aceitação passiva por parte da população. Destaca, contudo, que a reação da liderança do Solidarnosc fora ambígua, o que seria fruto da grande proximidade entre seu programa econômico “atual” e aquele do regime – programa esse que seria fruto de uma “mudança radical” em relação ao que fora adotado no I Congresso do Solidarnosc.¹⁴⁶³ Contudo, como visto, por mais que o programa adotado em 1981 fosse perpassado por uma série de ambiguidades, ele já era claramente pró-mercado, e Walesa e seus aliados já se posicionavam à favor de uma economia capitalista, inclusive estabelecendo relações com empresas multinacionais.

A partir de 1988 em diante, praticamente todos os materiais na imprensa internacional da QI (SU) sobre a Polônia foram escritos por Cyril Smuga (da LCR francesa), salvo uma ou outra declaração formal da organização. Não obstante, os textos de Smuga estavam plenamente alinhados aos documentos formais emitidos, de forma que é possível afirmarmos que, ainda que eles pudessem ter formulações secundárias particulares do autor, refletiam em seus elementos essenciais as posições da liderança internacional da organização.

¹⁴⁶² Cf. WILKINS, Arthur. A New Challenge for Solidarnosc. *International Viewpoint*, n. 108, 10/11/1986, p. 6-7.

¹⁴⁶³ Cf. WILKINS, Arthur. Referendum blows up in the generals' face. *International Viewpoint* n. 132, 21/12/1987, p. 5-7.

Além de ter repercutido as ondas grevistas de 1988, através de informes e de entrevistas com dissidentes poloneses¹⁴⁶⁴, a imprensa internacional da QI (SU) também publicou alguns artigos de avaliação. Nestes, Smuga enfatizou que as reformas econômicas impostas pelo regime, em consonância com demandas do FMI e Banco Mundial, estavam degradando as condições de vida dos trabalhadores e acabaram por lançar uma nova geração na luta. Com isso, o regime se mostrara frágil e incapaz de implementar as reformas até o fim.¹⁴⁶⁵

Não obstante tal fragilidade, Smuga também avaliou que Walesa e seus aliados atuavam para forjar um acordo pelo alto, que acabaria por dar certo fôlego ao regime caso fosse adiante, pois envolveria desmobilizar ações combativas do proletariado. Smuga, contudo, argumenta que, dado o novo grau de mobilização do proletariado polonês, um acordo desses não vingaria – uma leitura que logo se mostrou demasiada otimista.¹⁴⁶⁶

Diante da postura conciliatória adotada pela liderança do Solidarnosc rumo às negociações de Mesa Redonda, Smuga deu destaque à atuação do PPS e de outras organizações da oposição, que assumiram postura de crítica.¹⁴⁶⁷ Nesse contexto, a QI (SU) se tornou cada vez mais próxima de Pinior, realizando entrevistas com ele e reproduzindo documentos do PPS e do PPS-RD, após a ruptura do primeiro. Na avaliação da QI (SU), o PPS-RD apresentava uma “perspectiva de revolução antiburocrática e de democracia proletária”.¹⁴⁶⁸

A avaliação da QI (SU) sobre o início das negociações de Mesa Redonda, conforme registradas em dois artigos de Smuga, é que se tratava de uma forma de o regime recuperar alguma legitimidade, integrando o Solidarnosc no seu plano de “normalização” do país. Essa integração se daria no controle das mobilizações grevistas e na aceitação das reformas de mercado, em troca da reforma do legislativo (que Smuga denuncia por suas limitações). Smuga ressalta a atuação do PPS-RD em unificar a oposição para impulsionar novas greves em defesa dos interesses da classe trabalhadora, bem como os esforços de outros setores da oposição em combater as intenções do grupo

¹⁴⁶⁴ Cf., por exemplo, SMUGA, Cyril & WILKINS, Arthur. Workers challenge Jaruzelski's “normalization”. *International Viewpoint* n. 141, 16/05/1988, p. 3-5.

¹⁴⁶⁵ Cf. SMUGA, Cyril & WILKINS, Arthur. “There is no freedom without Solidarnosc”. *International Viewpoint* n. 146, 25/07/1988, p. 16-20.

¹⁴⁶⁶ Cf. SMUGA, Cyril. The regime plays cat and mouse with Solidarnosc. *International Viewpoint* n. 147, 19/09/1988, p. 3-6.

¹⁴⁶⁷ Cf. SMUGA, Cyril. Polish opposition discuss the next steps. *International Viewpoint* n. 148, 03/10/1988, p. 10.

¹⁴⁶⁸ Cf. SMUGA, Cyril. First congress of the Polish Socialist Party. *International Viewpoint* n. 152, 28/11/1988, p. 7.

ao redor de Walesa de aceitar os planos do regime, vendo aí uma possibilidade de impedir a cooptação do movimento sindical.¹⁴⁶⁹

Já a avaliação sobre os resultados da Mesa Redonda foi de que aqueles não alteraram os fundamentos do regime, especialmente com os novos poderes concedidos à Presidência. A participação da oposição no parlamento, ao invés de promover mudanças, serviria para que ela fosse corresponsabilizada pela gestão governamental e pelos planos de austeridade e aberturas ao mercado. Não obstante, a concessão de espaço para uma parte da oposição seria um “mergulho no escuro” por parte do regime, uma medida desesperada para se salvar.¹⁴⁷⁰

Essa avaliação, conforme se verá adiante, foi diametralmente oposta à de parte do movimento trotskista internacional, que encarou que tais negociações representaram uma virada democrática conquistada pelas lutas. Pelo que foi visto no capítulo anterior, a avaliação da QI (SU) estava muito mais próxima da realidade.

Diante das eleições legislativas semi-livres (junho de 1989), Smuga argumentou que, apesar da vitória do Solidarnosc, a alta abstenção e a rejeição aos candidatos da burocracia, mesmo com Walesa tendo chamado a votar neles, eram sinais de que as bases do Solidarnosc não apoiavam os acordos firmados com o regime. Também que o regime, apesar de ter sofrido uma derrota, estava usando a situação a seu favor, chantageando o Solidarnosc a assumir a corresponsabilidade pelo plano econômico que seria posto em prática. Essa tentativa de um “acordo nacional” com setores moderados da oposição para implementar os projetos econômicos ditados pelo FMI e Banco Mundial, ademais, teria o apoio das potências imperialistas, que não desejavam uma queda revolucionária do regime.¹⁴⁷¹

Diante da entrega do cargo de Primeiro-ministro ao Solidarnosc, Smuga argumentou que se tratava da última tentativa da burocracia em manter alguma margem de manobra em face à oposição popular e à falta de legitimidade do regime. Não viu, assim, o governo Mazowiecki como um governo a serviço dos trabalhadores, demonstrando, a partir de citações de Walesa e de seus aliados, que seria mantida a

¹⁴⁶⁹ Cf. Cf. SMUGA, Cyril. Deepening economic crisis forces Jaruzelski to negotiate. *International Viewpoint* n. 156, Feb. 1989, p. 28; SMUGA, Cyril. Debate over negotiations between Solidarnosc and the regime. *International Viewpoint* n. 159, Mar. 1989, p. 10-12.

¹⁴⁷⁰ Cf. SMUGA, Cyril. Regime takes a leap into the dark. *International Viewpoint* n. 164, May 1989, p. 3-6.

¹⁴⁷¹ Cf. SMUGA, Cyril. Bureaucracy left with barely a scrap of political cover. *International Viewpoint* n. 166, Jun. 1989, p. 18-19.

orientação anterior, de submissão ao FMI e expansão das reações capitalistas. Critica, assim, “ilusões” das lideranças do Solidariedade e de parte de sua militância de que tal projeto econômico seria benéfico.¹⁴⁷²

Diante disso, Smuga mais uma vez argumentou que a liderança do Solidariedade abandonou gradualmente os elementos “democráticos” e “socialistas” do programa adotado pela organização em 1981 – o que não corresponde aos fatos, uma vez que Walesa e seus aliados mais próximos já eram restauracionistas à época.¹⁴⁷³

Contudo, apesar de citar inclusive declarações explícitas acerca do desejo de uma restauração capitalista, Smuga não caracteriza o novo governo como contrarrevolucionário ou inimigo do proletariado. Assim, apresenta um programa de demandas econômicas em defesa dos salários e empregos, bem como de liberdades políticas, que os trabalhadores deveriam adotar em suas lutas então em curso, chocando-se com o novo governo.

Ademais, Smuga avalia que, com a derrota eleitoral da burocracia, a questão do poder estava colocada, uma vez que tal derrota deixara clara a incapacidade da burocracia em manter seu regime. A resposta programática para essa situação deveria ser a luta por uma Assembleia Constituinte eleita em bases proporcionais e pela formação de um governo do Solidariedade subordinado aos comitês de base e incumbido de implementar tais demandas.¹⁴⁷⁴

Isso mostra que, mesmo reconhecendo o caráter restauracionista da liderança do Solidariedade e a autonomia de sua liderança em relação às bases, a drástica redução destas em relação a 1981, bem como a subordinação de tal liderança às potências imperialistas, a QI (SU) seguia vendo o Solidariedade enquanto uma genuína organização proletária, capaz de levar adiante os interesses da classe trabalhadora. Ademais, sua estratégia de construção de um regime de democracia socialista mais uma vez deixa de lado o caráter revolucionário da superação do regime stalinista conforme proposta pela estratégia original da revolução política, uma vez que não prevê um confronto com as estruturas fundamentais da ditadura da burocracia (exército e polícias), apostando, ao invés, numa via eleitoral-constitucional.

¹⁴⁷² Cf. SMUGA, Cyril. The consequences of historic failure. *International Viewpoint* n. 169, Sep. 1989, p. 7-12.

¹⁴⁷³ Cf. *Ibid.*, p. 8.

¹⁴⁷⁴ Este e o parágrafo anterior cf. *Ibid.*, p. 11.

Com os eventos dos meses seguintes (a aprovação-relâmpago do Plano Balcerowicz, a dissolução do PZPR, a “privatização espontânea” por parte da burocracia), Smuga avaliou que estava em curso uma reorientação dos fundamentos econômicos, agora em favor do capital, e que o regime burocrático estava se dissolvendo junto com o desmonte do aparato do PZPR, que lhe dava coesão. Essa dissolução se dava, em sua avaliação, combinada a uma tentativa de setores da burocracia de se converterem em burguesia, em especial na forma de especuladores comerciais parasitando as empresas estatais.¹⁴⁷⁵

Apesar dessas avaliações acerca de mudanças significativas, Smuga não tece comentários sobre o caráter de classe do Estado polonês, se este permanecia um Estado operário burocratizado ou se já havia se tornado um Estado burguês. Essa ambiguidade de caracterização, que apenas destacava que o país rumava para uma restauração burguesa-capitalista, mas que não estabelecia critérios para avaliar se ela havia ocorrido ou não (mudança qualitativa) permeou as análises da QI (SU) sobre a Polônia ao longo dos anos seguintes, tal qual ocorrera em relação à ex-URSS após sua dissolução.

Não obstante a ambiguidade, em um artigo de Mandel publicado em outubro de 1989, portanto, provavelmente posterior ao Plano Balcerowicz, porém ainda anterior à dissolução formal do PZPR, o dirigente da QI (SU) afirma que, em países como Polônia e Hungria, a burocracia permanecia no poder, isso é, no controle do aparato estatal, e não as “forças pró-capitalistas” à frente dos governos.¹⁴⁷⁶

Para Mandel, a burocracia só seria extirpada do poder através da sua derrubada por uma ação política consciente do proletariado ou de uma verdadeira burguesia. Ademais, para haver uma restauração, a classe trabalhadora precisaria sofrer uma “derrota decisiva” em um conflito social violento. Assim, Mandel excluía a possibilidade de uma restauração que combinasse a conversão de setores-chave da burocracia em burguesia com uma reação democrática através da qual setores contrarrevolucionários associados ao imperialismo chegassem ao poder com apoio das massas – que foi o que de fato ocorreu, em nossa avaliação. Por isso, via uma restauração gradual em curso no bloco soviético, sem que o caráter de classe do Estado houvesse ainda mudado.¹⁴⁷⁷

¹⁴⁷⁵ Cf. SMUGA, Cyril. The time-bomb. *International Viewpoint* n. 178, Feb. 1990, p. 3-7.

¹⁴⁷⁶ Cf. MANDEL, Ernest. Glasnost and the crisis of the communist parties. *International Viewpoint* n. 172, Oct. 1989, p. 25.

¹⁴⁷⁷ Cf. *Ibid.*

Com o novo programa adotado pelo Segundo Congresso do Solidariedade, em abril de 1990, Smuga avaliou que se dera uma clara passagem da organização para a defesa da restauração capitalista, ainda que o programa não usasse tais termos e fosse perpassando por uma série de ambiguidades. Fazendo um balanço dos cerca de nove anos entre este e o primeiro congresso da organização, em 1981, Smuga reafirma a leitura já registrada em outros materiais da QI (SU), segundo a qual tal mudança se iniciara como fruto dos anos de clandestinidade, que afastaram os líderes das bases e os tornaram dependentes de financiamento por agências imperialistas.¹⁴⁷⁸

Contudo, conforme visto, o programa do primeiro congresso, por mais que tampouco falasse abertamente em restauração capitalista e fosse ainda mais ambíguo que o novo, ao refletir a radicalidade operária do momento, também já era perpassando por um consenso quanto à adoção de uma economia de mercado.

Apesar de caracterizar o novo programa como restauracionista, Smuga, argumenta que o Solidariedade ainda era em parte uma organização proletária, que fora reconstruída desde a base por legítimos militantes operários. Contudo, na ausência de uma alternativa ao programa pró-capitalista da liderança ao redor de Walesa, e na continuidade de tarefas de combate ao poder burocrático, ele alerta que há um grande risco de que o descontentamento da classe trabalhadora “se torne uma radicalização reacionária, confundindo as conquistas obtidas sob o regime da burocracia com os bastiões do stalinismo que precisam ser eliminados”. Reconhece, assim, o risco de os trabalhadores serem mobilizados para um processo contrarrevolucionário.¹⁴⁷⁹

Esse processo, contudo, conforme vimos, já havia ocorrido nos meses anteriores, com a captura do poder estatal pelo Solidariedade, apoiado na onda grevista de agosto de 1989 e na decomposição do regime burocrático, e na passagem de setores-chave da própria burocracia à contrarrevolução.

Cabe acrescentar ainda que, apesar de reconhecer o risco contrarrevolucionário representado pelo governo Mazowieck e pela liderança do Solidariedade, a QI (SU) delineava como prioridade a remoção da burocracia do poder, colocando, assim a luta por um regime democrático acima da luta pela manutenção do Estado operário. Nesse sentido, Smuga apresenta como tarefa a remoção de Jaruzelski da presidência, mas não delineia

¹⁴⁷⁸ Cf. SMUGA, Cyril. Solidarnosc: searching for a second wind. *International Viewpoint* n. 185, May 1990, [s.p.].

¹⁴⁷⁹ Cf. *Ibid.*

nenhum programa contra o gabinete de Mazowieck.¹⁴⁸⁰ Por mais que, na nossa avaliação, àquela altura a contrarrevolução já houvesse triunfado, essas análises e posições da QI (SU) colocavam a organização do lado da contrarrevolução, caso ainda houvesse um Estado operário na Polônia (como eles acreditavam haver).

A ambiguidade sobre o que era a Polônia sob o governo do Solidariedade foi mantida mesmo com a eliminação dos últimos ministros do PZPR e a substituição de Jaruzelski por Walesa, após as eleições presidenciais de novembro-dezembro de 1990. Smuga não enxergou tal eleição como positiva, encarando que o pleito fora dominado por candidatos pró-capitalistas, incluindo o próprio Walesa. Apesar da formação de um governo pró-capitalista “puro sangue”, sem mais presença de elementos da burocracia stalinista em seus postos-chave, Smuga e a QI (SU) seguiram sem caracterizar o que isso significava em termos de poder de Estado (se burguês ou ainda proletário) e restauração do capitalismo.¹⁴⁸¹

Alguns meses depois, no 13º Congresso Mundial da QI (SU), nenhum balanço foi feito sobre a situação polonesa, a despeito do destaque que ela tivera no congresso anterior e da presença neste de militantes poloneses, entre os quais Pinior. Uma breve passagem do documento adotado sobre a situação internacional afirma, ao se referir de forma geral aos Estados operários burocratizados do Leste Europeu, que suas burocracias passaram a posições restauracionistas diante da falência do “socialismo em um só país”.¹⁴⁸² Avalia, contudo, que isso não bastava, ao afirmar que

Para o processo restauracionista ser consumado, o poder precisa ser tomado por uma força capitalista constituída, a parte principal da máquina de Estado precisa ser reorganizada e, acima de tudo, as relações sociais precisam ser submetidas a uma produção de mercado generalizada submetida à lei do valor.¹⁴⁸³

Acrescenta, ainda, que, apesar de a dominação do poder estatal por forças pró-capitalistas ser um instrumento essencial da contrarrevolução, as “principais forças restauracionistas residem no capital estrangeiro e suas agências internacionais.”¹⁴⁸⁴ Apesar de exatamente isso ter ocorrido na Polônia e outras partes do bloco soviético em 1989-90, a QI (SU) avaliava que apenas na RDA havia ocorrido uma contrarrevolução

¹⁴⁸⁰ Cf. *Ibid.*

¹⁴⁸¹ Cf. SMUGA, Cyril. Walesa's hollow victory. *International Viewpoint* n. 197, Dec. 1990, p. 25-26.

¹⁴⁸² Cf. RESOLUTION on the international situation. “New world order” or international instability? *International Marxist Review* n. 11-12, Summer 1991, p. 27.

¹⁴⁸³ *Ibid.*, p. 27.

¹⁴⁸⁴ *Ibid.*, p. 28.

vitoriosa, mantendo grande ambiguidade sobre o que seriam as demais formações sociais e Estados da região.

Pelo que foi visto, é possível afirmar que, ainda que muito tardiamente, a QI (SU) reconheceu o caráter restauracionista e subordinado ao imperialismo da liderança do Solidariedade, ainda que encarando que isso não estava colocado em 1981. Assim, não viu com bons olhos a chegada de tal liderança ao poder no país. Contudo, priorizou o combate aos elementos remanescente da burocracia, sem defender a derrubada do governo contrarrevolucionário do Solidariedade. Ademais, apenas também muito tardiamente reconheceu a possibilidade de as massas trabalhadores serem manipuladas por forças restauracionistas para ajudarem a liquidar o Estado operário burocratizado e a propriedade social.

Com isso, fica claro que a organização colocava o formato democrático do Estado acima de seu caráter de classe e que tendia a ser objetivista, ao desconsiderar a possibilidade de mobilizações proletárias terem caráter reacionário ou auxiliarem projetos reacionários.

A QI (SU), ainda, não tinha uma estratégia clara para a revolução política na Polônia, por vezes deixando de lado a estratégia original do trotskismo, de derrubada revolucionária da burocracia, em prol de formas que não colocavam em xeque o poder burocrático, com a convocação de uma Assembleia Constituinte.

Também, ao não tirar as devidas conclusões sobre o caráter restauracionista da liderança do Solidariedade e seguir dando maior relevância ao caráter proletário de sua base do que a tal caracterização de seus dirigentes, a QI (SU) por vezes defendeu que a organização tomasse o poder. Isso acabou ocorrendo de fato, mas não de forma subordinada a órgãos proletários, como a QI (SU) defendia, pois isso seria incompatível com o que o Solidariedade muito rapidamente se tornara: um partido pró-capitalista contrarrevolucionário com influência de massas, mas controlado por um punhado de líderes com grande autonomia, pois mantidos em seus postos graças ao apoio do imperialismo e da Igreja Católica, e não da legitimidade perante as bases.

1.2. O caso alemão: anexação (*anschluss*) e restauração

Apesar de ter um pequeno grupo de membros na RFA, organizados no interior do VSP, a imprensa internacional da QI (SU) só abordou a situação alemã quando ela se tornou explosiva, com as manifestações de setembro-novembro, a partir de artigos de

alguns desses membros e também de dirigentes da internacional, como Mandel (que esteve na RDA em novembro).

Um artigo de Hans-Jürgen Schulz, publicado na edição de novembro de *International Viewpoint*, destaca que as manifestações (então ainda em curso) tinham demandas difusas e expressavam esperança nos reformadores do SED e em Gorbachev. Não obstante, comemora que foram precedidas pelo surgimento de forças pró-socialismo democrático nos meses anteriores, como o mais heterogêneo “Novo Fórum” e as forças signatárias do “Apelo de Böhlen”, considerado mais preciso na defesa da propriedade social. Schulz pontua que tais forças, contudo, não estavam enraizados a ponto de liderar os protestos e que estavam, ademais, distantes dos locais de trabalho. Assim, conclui que as manifestações e o surgimento dessas novas forças políticas, em si, não haviam abalado o poder da burocracia, mas, ao menos, “quebraram o gelo” e alteraram o cenário político.¹⁴⁸⁵

Com a massificação das manifestações, o editorial da edição seguinte de *International Viewpoint* avaliou que a situação começava a se parecer com uma revolução política, e que, por mais que a burocracia tivesse feito concessões às demandas das massas por democracia, a convivência entre o regime ditatorial e uma oposição de massas não seria possível por muito tempo. Ademais, tal qual o artigo de Schulz já havia apontado, o editorial destacou que tal oposição carecia de uma estrutura de “auto-organização” e também de uma vanguarda abertamente socialista. Nesse sentido, avaliou que havia um risco dessa oposição das massas nas ruas ser canalizada por alas reformadoras da burocracia e que era uma tarefa central a construção de uma organização de marxistas revolucionários, para levar à luta a uma mudança de regime, por uma RDA socialista e democrática.¹⁴⁸⁶ O editorial enfatizou, ainda, que, nas condições do momento, em que não havia uma situação revolucionária na RFA, a dissolução das fronteiras entre as duas Alemanhas significaria uma “absorção” da RDA pelo capitalismo europeu.¹⁴⁸⁷

Mandel, que esteve na RDA em novembro para realizar palestras em universidades, escreveu um artigo caracterizando a situação no país como uma revolução política propriamente dita, a despeito de também reconhecer que os trabalhadores não estavam conduzindo greves, nem organizando órgãos de auto-gestão. Mandel argumenta, ainda, que o entusiasmo com a eclosão das manifestações não podia se confundir com

¹⁴⁸⁵ Cf. SCHULZ, Hans-Jürgen. The ice begins to break. *International Viewpoint* n. 172, Oct. 1989, p. 3-5.

¹⁴⁸⁶ Cf. MILLIONS demand an end to Stalinism. *International Viewpoint* n. 173, Nov. 1989, p. 3-4.

¹⁴⁸⁷ Cf. *Ibid.*, p. 4.

uma “euforia espontaneísta”, no sentido de dar por certo que a revolução triunfaria, pois ela possuiria duas fraquezas centrais.¹⁴⁸⁸

Primeira, a existência apenas em forma embrionária de “auto-organização” das massas – apenas em Leipzig haveria uma situação de dualidade de poderes, com a massificação do Novo Fórum, sendo que tal organização, não contava com uma liderança eleita, não sendo, assim, um órgão inteiramente democrático. Segunda, o movimento de massas não contava com objetivos políticos claros, nem uma ideia clara acerca das instituições que deveriam substituir o poder da burocracia. Diante desse cenário, para que a revolução política triunfasse se faria necessária uma vanguarda com objetivos político-institucionais e econômicos claros, e com influência de massas.¹⁴⁸⁹

Ademais, Mandel, como antecipamos, argumenta que uma reunificação, nas condições de então, só poderia significar uma absorção pela RFA capitalista, o que significaria uma derrota da revolução política e uma queda dos trabalhadores em uma posição defensiva, ainda que, no longo prazo, pudesse elevar a mobilização junto aos trabalhadores alemães ocidentais.¹⁴⁹⁰

A ausência de elementos de “auto-organização”, ou seja, de dualidade de poderes, foi mais uma vez enfatizada, em artigo de Manuel Kellner, na edição de dezembro de *International Viewpoint*, no qual é defendida a necessidade de agitação pela formação de tais órgãos de auto-organização entre a classe trabalhadora, na forma de comitês de empresa e sindicatos independentes, para que pudesse haver a possibilidade de uma mudança de regime e uma estratégia para além de meras manifestações de rua. Assim, a QI (SU) se contrapunha às perspectivas então predominante na oposição da RDA, de buscar negociações com o governo através de “Mesas Redondas” – ao invés, defendia a derrubada do regime burocrático e sua substituição por um de democracia proletária baseada em órgãos de base.¹⁴⁹¹

Conforme o governo Kohl deixou de lado suas vacilações iniciais acerca do tema da reunificação e lançou seu “programa de dez pontos”, ao final de novembro, a QI (SU) denunciou, através de outro artigo de Kellner, tratar-se de um plano para anexar o território e a economia da RDA por parte do imperialismo alemão-ocidental. Kellner também reconhece, em tal artigo, que a questão da reunificação ganhara peso entre as

¹⁴⁸⁸ Cf. MANDEL, Ernest. The political revolution and the dangers that threaten it. *International Viewpoint* n. 174, Nov. 1989, p. 5-7.

¹⁴⁸⁹ Cf. *Ibid.*, p. 7-8.

¹⁴⁹⁰ Cf. *Ibid.*, p. 9.

¹⁴⁹¹ Cf. KELLNER, Manuel. Knights of the round table. *International Viewpoint* n. 175, Dec. 1989, p. 7-8.

massas mobilizadas na RDA, diferentemente das manifestações iniciais. Assim, alerta que havia base entre setores das massas para que “planos restauracionistas reacionários e revanchistas” se apoiassem, o que colocava o Estado operário em risco.¹⁴⁹²

A partir do programa de Kohl para absorção da RDA, a QI (SU) passou a denunciar o risco de uma “nova *anschluss*”, isto é, anexação (o termo remete à anexação da Áustria pela Alemanha nazista, em 1939). Também passou a alertar para um “giro à direita” entre as massas que se manifestavam, com predominância de sentimentos nacionalistas e ilusões no capitalismo. Tal giro foi explicado como fruto da demora da ala reformadora da burocracia em atender às demandas democráticas das massas, o que dera ao governo de Kohl a chance de apresentar uma “solução”, através da proposta de reunificação, bem como pela fraqueza das organizações socialistas, que haviam surgido há pouco tempo e não estava enraizadas entre as massas, de forma que não conseguiram se apresentar enquanto alternativa ao regime burocrático conforme este começou a ruir.¹⁴⁹³

Assim, às vésperas das eleições acordadas nas negociações de “Mesa Redonda”, Kellner destacou que o cenário não era nem um pouco animador, com predomínio de ideias nacionalistas e pró-capitalistas entre as massas e entre as organizações de oposição. Kellner vê no grupo “Esquerda Unida” e alguns outros pequenos agrupamentos de pouca expressão e caráter heterogêneo, bem como em alas minoritárias de algumas organizações, como o próprio SED-PDS, a manutenção de posições socialistas, porém muito isoladas diante das massas mobilizadas.¹⁴⁹⁴ Assim, nas eleições, os “mandelistas” da RFA, através do VSP, chamaram a votar nas candidaturas da Esquerda Unida.¹⁴⁹⁵

Essas posições aqui apresentadas destoaram sobremaneira daquelas que predominaram no movimento trotskista internacional, que, em grande parte, saudou as mobilizações de massas nas ruas como uma revolução política em curso, sem apresentar muitas preocupações com a ausência de dualidade de poderes, a predominância de ilusões nacionalistas e pró-capitalistas e a ausência de uma liderança marxista. Nesse sentido, a avaliação da QI (SU) foi muito mais realista, levando em conta as limitações que

¹⁴⁹² Cf. KELLNER, Manuel. Kohl's plan for “re-unification”. *International Viewpoint* n. 176, Dec. 1989, p. 14.

¹⁴⁹³ Cf., KELLNER, Manuel. Stalinism in the bankruptcy court. *International Viewpoint* n. 179, Feb. 1990, p. 16-18; KLEIN, Angela. East Germany: the new *Anschluss*. *International Viewpoint* n. 181, Mar. 1990, p. 11-16.

¹⁴⁹⁴ Cf. KELLNER, Manuel. Stalinism in the bankruptcy court, *op. cit.*

¹⁴⁹⁵ Cf. JÜNKE, Christoph. *Op. cit.*

perpassavam as mobilizações e os riscos contrarrevolucionários que pairavam sobre elas. Ademais, delineou para a situação alemã um programa e estratégia “ortodoxos” de revolução política. Suas análises e posição também destoaram no sentido de que a maior parte das organizações trotskistas da época defenderam uma reunificação incondicional e imediata da Alemanha, sem apresentar preocupações com a possibilidade de isso levar a uma restauração capitalista, uma vez que não havia revolução em curso na RFA.

Essa última posição, contudo, se fez presente no interior da QI (SU), de forma minoritária, porém pública. A defesa de uma reunificação imediata e incondicional em suas fileiras teve como porta-vozes principais o *Socialist Action* dos EUA e um setor minoritário da LCR da França, organizado ao redor de “Matti” (codinome de Gérard Filoche).

Como a QI (SU) não possuía um centralismo muito efetivo, tal posição se expressou publicamente no caso do *Socialist Action*, bem como de alguns outros grupos. Ela também foi publicizada pela própria liderança internacional, através de *International Viewpoint* e *Inprecor*, que publicaram uma resolução proposta pela minoria da liderança em sua reunião de fevereiro-março de 1990.¹⁴⁹⁶ Tal resolução, intitulada “A crise do stalinismo e a questão alemã”, defende que não só o direito à autodeterminação, mas também à reunificação alemã, deveriam ser apoiados “incondicionalmente”. Ela argumenta que a reunificação já estava colocada e não podia ser detida, de forma que os marxistas não deveriam se opor a ela, mas lutar para que se desse em bases socialistas.¹⁴⁹⁷

Ademais, defende também a convocação de Assembleias Constituintes democráticas nas duas Alemanhas, para decidirem sobre a organização social e as instituições estatais, no interior das quais os marxistas defenderiam uma Alemanha reunificada e socialista. Tal resolução apresenta, ainda, um programa de ação para a vitória da revolução política na RDA que, além da convocação de uma Assembleia Constituinte, também defende a dissolução dos órgãos repressivos e a construção de comitês democráticos nas empresas e forças armadas, construção de sindicatos independentes e controle operário democrático sobre a produção e o planejamento.¹⁴⁹⁸

Por sua vez, a resolução majoritária, intitulada “A situação na RDA e as nossas tarefas”, reafirmou as análises e posições até aqui apresentadas.¹⁴⁹⁹ A elas, acrescentou a

¹⁴⁹⁶ Cf. CRISIS of Stalinism and the German question, The. *International Viewpoint* n. 181, Mar. 1989, p. 25-26.

¹⁴⁹⁷ Cf. *Ibid.*

¹⁴⁹⁸ Cf. *Ibid.*

¹⁴⁹⁹ Cf. SITUATION in the GDR and our tasks, The. *International Viewpoint* n. 181, Mar. 1990, p. 23-25.

avaliação de que, se, por um lado, a correlação de forças tornava altamente improvável um recrudescimento do regime burocrático a partir de uma repressão generalizada, por outro, a alternativa mais provável não era o triunfo da revolução política, mas uma contrarrevolução social que restaurasse o capitalismo, na forma de uma absorção da RDA pela RFA, fosse por uma anexação rápida, ou por um processo lento e gradual de imbricação das formações sociais, como através da confederação proposta por alguns.¹⁵⁰⁰

Esse segundo cenário, na avaliação da QI (SU), daria tempo para um possível desenvolvimento da revolução política e seu eventual triunfo. Mas ele não seria o mais provável, dada a defesa por um setor de peso da população da RDA por uma reunificação imediata.¹⁵⁰¹

O documento destaca, ainda, que uma reunificação capitalista seria uma dupla derrota para o proletariado, pois fortaleceria o imperialismo alemão e não o socialismo, uma vez que a questão do poder não estava colocada na RFA. Assim, ainda que se declarando favorável à autodeterminação do povo alemão, os marxistas deveriam dizer com clareza que uma reunificação nos marcos colocados deveria ser rejeitada, mesmo que isso os levasse ao isolamento. O essencial, portanto, seria ganhar tempo, para debater os malefícios de uma reunificação capitalista conforme ela fosse tomando forma, atuando nas lutas em defesa de empregos e salários. A postura seria, portanto, acima de tudo defensiva, já que as possibilidades de a revolução política triunfar seriam “muito limitadas”.¹⁵⁰² Interessantemente, uma posição diferente daquela adotada em relação à questão nacional na URSS, apesar dos semelhantes riscos contrarrevolucionários.

Após esse documento, o tom das análises da QI (SU) sobre o caso alemão passou a ser marcado por um claro pessimismo, compreendendo que a anexação-restauração seria praticamente irreversível. Isso foi reforçado pelos eventos subsequentes.

Refletindo a linha dos “mandelistas”, em 5 de março o VSP emitiu uma declaração “Contra a anexação da Alemanha Oriental”, endossada pela QI (SU). Nela, argumenta que não havia possibilidade de uma revolução política vitoriosa no curto ou médio prazo na RDA, nem possibilidade de uma federação que desse tempo para uma tal revolução se desenvolver, de forma que a reunificação significaria, na prática, uma anexação pela RFA capitalista. Não havendo base real para uma “reunificação socialista”, se coloca contra a demanda de reunificação alemã e defende a convocação de um referendo, para que a

¹⁵⁰⁰ Cf. *Ibid.*, p. 23-24.

¹⁵⁰¹ Cf. *Ibid.*, p. 23-24.

¹⁵⁰² Cf. *Ibid.*, p. 24.

rejeição à anexação pudesse se expressar. Defende, assim, a manutenção da RDA como um Estado soberano e independente – uma posição bastante minoritária no conjunto da esquerda socialista mundial da época.¹⁵⁰³

Diante do resultado das eleições na RDA (março), um artigo de Schulz avaliou se tratar de uma “derrota devastadora” para o socialismo e de um voto pela restauração capitalista. Para ele, tal resultado seria fruto, em termos mais gerais, do descrédito do socialismo gerado pela sua associação ao regime stalinista e, em termos mais imediatos, de um vácuo criado pela falta de enraizamento das organizações socialistas da oposição e sua divisão em torno da questão da reunificação, no que a “Unidade de Esquerda” ficou isolada. Ademais, argumenta que não houve tempo hábil para as organizações socialistas prepararem as campanhas, de forma que tal vácuo fora preenchido por partidos ligados a organizações da RFA, alimentados com significativos recursos materiais e diretamente dirigidos pelos políticos de Bonn. Schulz avalia, contudo, que levaria alguns anos para o novo governo, restauracionistas, realizar a anexação à RFA – o que logo se mostrou um equívoco.¹⁵⁰⁴

Com a perda de influência da Esquerda Unida após as eleições, a QI (SU) passou a dar maior atenção ao PDS, encarando que ele poderia servir de polo de reagrupamento das forças socialistas na Alemanha reunificada. É o que argumenta Kellner em artigo publicado em abril, para quem seria equivocado seguir caracterizando a organização como um partido stalinista, isto é, como o instrumento de dominação da burocracia, pois muitas coisas teriam mudado para além do nome. Tais mudanças seriam, sobretudo, ter se tornado uma organização de oposição, e não mais o centro do poder, ter passado por uma transformação na sua composição, com muitos membros que integravam o partido para obter privilégios tendo saído, e outros terem entrado em busca de uma organização socialista e de oposição ao novo governo, ter adotado um novo regimento que assegurava direitos democráticos aos membros, e ter adotado um novo programa, que defendia um socialismo democrático.¹⁵⁰⁵

Ainda que vendo como “adaptações à ideologia da burguesia triunfante” a defesa pelo PDS do mercado e da reunificação, Kellner conclui que a mudança, no geral, foi progressiva. Estariam equivocados aqueles que viam nas mudanças uma conversão plena

¹⁵⁰³ Cf. AGAINST the annexation of East Germany. *International Viewpoint* n. 182, Apr. 1990, p. 8.

¹⁵⁰⁴ SCHULZ, Hans-Jurgen. The high-tide of the right. *International Viewpoint* n. 182, Apr. 1990, p. 7-8.

¹⁵⁰⁵ Cf. KELLNER, Manuel. Changes in East Germany's former ruling party. *International Viewpoint* n. 184, Apr. 1990, p. 9-10.

à social-democracia, ainda que houvesse elementos disso. O partido estaria à esquerda do SPD, não tinha laços com o Estado burguês em construção e tinha ligação com as massas trabalhadoras, a despeito de ter uma linha reformista e que não ter feito um balanço do passado stalinista. Dessa forma, para Kellner, os marxistas deveriam buscar unidade de ação e “diálogo político” com ele.¹⁵⁰⁶

Essa posição de Kellner foi respalda por Mandel em artigo publicado em julho¹⁵⁰⁷ e, conforme mencionado, adotada como orientação prática pelos “mandelistas” da RFA, que compuseram a chapa “Lista Esquerda” / PDS nas eleições federais de outubro e também adentraram a organização no ano seguinte, com um deles, Jakob Moneta, integrando seu Comitê Central.

Diante do resultado de tais eleições, Kellner avaliou que forças burguesas conservadoras e liberais haviam predominado, diante da ausência de uma alternativa de esquerda à anexação. Tomando como inevitável a reunificação e, portanto, a restauração capitalista, a QI (SU) e seu grupo alemão passaram a focar, então, na luta contra os efeitos negativos sobre a classe trabalhadora, como o desemprego e as privatizações. Seu objetivo era construir uma corrente socialista com influência de massas a partir da experiência concreta dos trabalhadores, principalmente do Leste, com os tais efeitos advindos do capitalismo. Para romper seu isolamento mais rapidamente, a organização se juntou ao PDS nos territórios da antiga RDA, mantendo a VSP onde ele já existia.¹⁵⁰⁸

Com a aprovação da reunificação pelos parlamentos da RFA e RDA, em 3 de outubro, a QI (SU) considerou, conforme declaração emitida em novembro, que a “anexação” era um fato consumado, bem como a restauração do capitalismo. Tais fatos seriam, para a organização, uma “derrota política”, pois “reforça[m] o poder do capitalismo e do imperialismo”. Assim, conclui que a linha que fora adotada de oposição à reunificação fora correta.¹⁵⁰⁹

Tal declaração afirma, ainda, que os ganhos democráticos do movimento de massas foram perdidos após a vitória eleitoral da burguesia nas eleições de março, uma vez que a constituição do Estado unificado ocorreu sem um referendo ou outra forma de decisão popular, pela mera transposição das estruturas estatais e da constituição da RFA no restante do território alemão. As causas dessa derrota estariam nas grandes ilusões no

¹⁵⁰⁶ Cf. *Ibid.*, p. 10.

¹⁵⁰⁷ Cf. MANDEL, Ernest. The new McCarthyism. *International Viewpoint* n. 189, Jul. 1990, p. 15-16.

¹⁵⁰⁸ Cf. KELLNER, Manuel. A black and yellow day. *International Viewpoint* n. 197, Dec. 1990, p. 12-15.

¹⁵⁰⁹ Cf. ON the capitalist reunification of Germany. *International Viewpoint* n. 198, Jan. 1991, p. 22-25. Citação na p. 23.

capitalismo entre os trabalhadores da RDA, geradas pela falência do stalinismo, no conformismo predominante no movimento operário da RFA, como produto da atuação da social-democracia, e a fraqueza da vanguarda antiburocrática e socialista na RDA e da vanguarda anticapitalista na RFA. Portanto, o fator subjetivo teria tido papel central os eventos alemães.¹⁵¹⁰

As tarefas delineadas a partir dessa análise, conforme já registradas em outros materiais, eram de construir uma vanguarda socialista a partir da luta contra os efeitos da reunificação sobre as condições de vida da classe trabalhadora, bem como atuar pela desnuclearização e desmilitarização da Alemanha e contra intervenções imperialistas do país no estrangeiro. Tais tarefas envolveriam uma colaboração com o PDS.¹⁵¹¹

Apesar da aproximação e entrada no PDS, os “mandelistas” alemães não deixaram de colaborar com a Esquerda Unida, de forma que representantes da organização estiveram presentes no 13º Congresso Mundial da QI (SU) (fevereiro de 1991).¹⁵¹²

Nesse congresso, as análises sobre a reunificação ter significado a restauração do capitalismo através de uma “anexação” pela RFA foram reafirmadas por um dos documentos adotados, o qual também apresenta um programa de ação baseado na defesa das condições de vida dos trabalhadores e contra privatizações, conforme já registrado em materiais anteriores.¹⁵¹³

O caso alemão talvez seja aquele diante do qual a QI (SU) se posicionou de forma mais “ortodoxa” em relação ao arcabouço original do movimento trotskista. Diferentemente de outras situações, da mesma época ou anteriores, a organização não apresentou desvios objetivistas que secundarizavam o impacto da ausência de uma liderança marxista e das ilusões das massas mobilizadas pró-capitalismo. Ao contrário, alertou desde cedo que, por conta de tais elementos, o que encarava como um processo de revolução política em curso não poderia triunfar. Ademais, alertou também que, na ausência de um processo revolucionário na RFA e da decomposição do regime stalinista na RDA, uma reunificação só poderia significar a absorção (“anexação”) desta última capitalismo alemão-ocidental, o que seria uma derrota para o proletariado. Com isso, se viu isolada não só de boa parte do movimento trotskista internacional da época, como também de boa parte da esquerda mundial – e enfrentou resistências internas a tal posição.

¹⁵¹⁰ Cf. *Ibid.*, p. 23-24.

¹⁵¹¹ Cf. *Ibid.*, p. 23-24.

¹⁵¹² Cf. *Quatrième Internationale* n. 40-41, avr.-juin. 1991.

¹⁵¹³ Cf. RESOLUTION on the international situation. “New world order” or international instability? *International Marxist Review* n. 11-12, Summer 1991, p. 34.

Essa diferença talvez se explique pelo fato de que, dada a possibilidade de absorção da RDA pelo imperialismo da RFA, a possibilidade de uma mudança qualitativa no sentido de contrarrevolução capitalista era mais claramente demarcada, ao passo que, no restante do bloco soviético, a forma que a contrarrevolução assumiu foi a de governo eleitos democraticamente e com forte ou razoável apoio popular, que desmantelaram junto a setores da burocracia as instituições do Estado operário e ergueram em seu lugar um Estado burguês. Nesses casos, a QI (SU) adotou uma leitura gradualista, de que a restauração estava em curso, porém não concluída, especialmente por conta da lentidão das privatizações dos meios de produção. No caso alemão, era mais difícil uma leitura gradualista, pois a unificação foi um corte muito mais claro nas antigas relações estatais.

Não obstante, a organização aventou a possibilidade de uma restauração gradual, na forma de uma reunificação através de uma federação, que iria subordinar a formação social da RDA ao imperialismo alemão-ocidental ao longo de anos. Mas essa hipótese foi rapidamente ultrapassada pelos eventos.

Ademais, apesar de ter assumido uma postura crítica em relação às organizações surgidas na RDA ao longo de 1989 que se reivindicavam socialista, a QI (SU) buscou se aproximar dos resquícios da ala reformadora da burocracia stalinista, reagrupados no PDS, como forma de romper seu isolamento. Como a própria organização deixou claro, o descrédito das ideias socialistas gerado por décadas de regime stalinista foi um dos fatores que permitiu que as massas da RDA se mobilizassem por uma restauração capitalista. Essa aproximação com o PDS, portanto, só pode ser compreendida como uma forma oportunista de romper o isolamento, e não só ecoa leituras e posições de décadas anteriores, através das quais a QI (SU) viu com bons olhos alas reformadoras das burocracias do bloco soviético, como era similar à aproximação com a “Plataforma Marxista” do PCUS da URSS.

2. Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (“morenismo”)

2.1. O caso polonês: uma “revolução política triunfante” (1985-91)

Apesar da supressão do Solidariedade ao final de 1981, a LIT-QI encarava que a revolução política que supunha ter eclodido em 1980-81 não havia sido inteiramente derrotada. Em uma “escola de quadros” realizada em 1984, Nahuel Moreno reafirma a lógica da revolução em duas fases para interpretar a situação polonesa. A primeira fase

da revolução política, segundo a sua reinterpretação da questão, seria “democrática e popular”, contra o “regime totalitário”, e daria lugar a um governo não-revolucionário, devido à crise de direção. Apenas após a classe trabalhadora fazer uma experiência com tal governo é que um partido marxista conseguiria alcançar influência de massas e, com isso, levar o proletariado à tomada do poder.

Partindo dessa base, Moreno encara que a revolução política na Polônia poderia ter sua primeira fase triunfante com a chegada do Solidariedade ao poder, constituindo uma “ditadura operária democrática, mas não revolucionária”, isto é, “não seria um regime de outubro”. Ainda que tal desfecho fosse “altamente progressivo” (p. 32), pois o Solidariedade seria uma “grande organização operária democrática”, apesar de desprovida de uma liderança revolucionária (marxista), seria necessário seguir lutando por um regime “revolucionário” para a concretização da segunda fase da revolução.¹⁵¹⁴

Esse esquema foi fundamental para a leitura e posicionamento dos “morenistas” frente aos eventos poloneses da segunda metade dos anos 1980.

Vimos, no capítulo anterior, que, no documento principal do I Congresso Mundial da LIT-QI (março de 1985), a organização reafirmou que a revolução política que encarava ter se iniciado na Polônia em 1980-81 não havia se encerrado com o golpe de Jaruzelski, e que ainda via o Solidariedade como uma organização “revolucionária”.¹⁵¹⁵

Ainda em 1985, diante do fracasso da greve geral convocada pelo Solidariedade em julho, um artigo de Felipe Rolón explicou que isso não significava um enfraquecimento da oposição. Em sua avaliação, o governo evitara a greve através de concessões salariais aos trabalhadores industriais. Com tais concessões, o regime estaria apenas adiando um grave problema, pois elas eram feitas às custas de investimentos na produção e manutenção, bem como dos salários de trabalhadores administrativos. Ademais, para Rolón a oposição clandestina seguia forte. Assim, o problema só poderia ser de fato resolvido com tal oposição assumindo o poder.¹⁵¹⁶

Já em 1986, chamou atenção da LIT-QI o surgimento do PPOR (ocorrido na primavera austral de 1985). Na edição de julho de *Correo Internacional*, foi reportada a formação do grupo e publicados alguns documentos seus. A introdução de *Correo*

¹⁵¹⁴ Cf. MORENO, Nahuel. *Revoluciones del siglo XX*, op. cit., p. 31-32. Citações nas mesmas páginas.

¹⁵¹⁵ Cf. SITUACIÓN política mundial. Op. cit., p. 35.

¹⁵¹⁶ Cf. ROLÓN, Felipe. ¿Por que fracasó la huelga general?. *Correo Internacional*, n. 12, set. de 1985, p. 42.

Internacional a tais documentos destaca que a nova organização se norteava pela defesa de uma revolução proletária contra a burocracia, para fazer avançar o socialismo.¹⁵¹⁷

Nessa mesma edição do periódico da LIT-QI, foi publicado um artigo mais extenso de Moreno, avaliando a situação do Solidariedade e o surgimento do “Acordo da Oposição de Trabalhadores” (POR).¹⁵¹⁸ Para Moreno, estava em curso uma crescente “direitização” da direção do Solidariedade, no sentido de abandono de qualquer perspectiva de confronto direto com o regime – tanto da parte dos assessores católicos ao redor de Walesa, que estavam subordinados a um plano contrarrevolucionário definido pelo Vaticano, quanto da parte dos intelectuais que outrora foram a vanguarda da oposição, como Kuroń, e que agora estavam acometidos por uma profunda desmoralização diante do enfraquecimento da mobilização proletária.

Não obstante esse curso da liderança do Solidariedade, o “outro lado da moeda” era o surgimento do POR, em reação a tal curso. Moreno caracteriza a nova organização como sendo uma corrente revolucionária (ou em vias de se tornar uma), ainda que afirme que seu manifesto programático possuía “importantes limitações” (contudo, sem explicitar quais seriam).¹⁵¹⁹

Moreno, ademais, destaca que o aparecimento do POR confirmava a caracterização que a LIT-QI havia feito do Solidariedade como uma organização das massas revolucionárias, “ultra-democrático”, porém com uma direção “contrarrevolucionária”, o que significava que, cedo ou tarde, surgiria uma oposição revolucionária em seu seio. Critica, assim, os “lambertistas” e “mandelistas” por não terem tido uma orientação revolucionária em 1981, junto a seus contatos e organizações polonesas, no sentido de não terem defendido a consigna de “todo poder ao Solidariedade”, como a LIT-QI fizera. Pois, sendo correta a caracterização apresentada, essa seria a via programática acertada.¹⁵²⁰

Cabe destacar que, apesar dessa nítida empolgação com o surgimento do POR, não foram encontradas mais referências ao grupo na imprensa da LIT-QI. Provavelmente porque, em maio de 1986, a organização havia firmado laços com a QI (SU), após se tornar o RPRS e, alguns meses depois, fora denunciada pelos “mandelistas” e seus

¹⁵¹⁷ OPOSICION Obrera, un frente revolucionario. *Correo Internacional*, n. 21, jul. 1986, p. 24.

¹⁵¹⁸ Cf. MORENO, Nahuel. El significado de “Oposición Obrera”. *Correo Internacional*, n. 21, jul. 1986, p. 21-24.

¹⁵¹⁹ Este e o parágrafo anterior, cf. *Ibid.*, p. 21.

¹⁵²⁰ Cf. *Ibid.*, p. 23-24.

colaboradores mais próximos na Polônia como sendo em grande parte uma organização artificial, montada para conseguir dinheiro da QI (SU).

Diante da anistia geral concedida aos presos políticos, em setembro de 1986, uma nota de *Correo Internacional* declarou se tratar de uma conquista das massas, ainda que ponderasse que podia se tratar de uma aposta do regime no enfraquecimento da oposição e no crescente papel da Igreja em seu interior, visando, com tal medida, a impulsionar as divisões no seio da oposição. A nota avalia, ainda, que a anistia também era uma forma de acatar pedidos das potências imperialistas, em troca de mais empréstimos.¹⁵²¹

Ainda em 1986, diante dos projetos de lei que o regime apresentara ao legislativo, visando a tolher os já limitados poderes dos conselhos de empresa, a LIT-QI encarou que se tratava de um preparativo para uma nova rodada de medidas de austeridade, em especial de aumento de preços. Pois, em sua caracterização, mesmo que muito limitados nas suas possibilidades de ação, tais conselhos seriam um “produto deformado das conquistas operárias” de 1980-81, de forma que vinham atrapalhando os planos de austeridade, por terem voz em questões como aumentos salariais e demissões.¹⁵²²

Através dessas análises de 1986, pode-se perceber que a LIT-QI diminuía sua empolgação com a situação polonesa, reconhecendo crescentes retrocessos organizativos e programáticos na oposição. Isso mudou com as novas ondas grevistas do primeiro semestre de 1988.

Uma nota em *Correo Internacional* de maio de tal ano faz um balanço positivo dessa onda de greves, apesar de não terem sido consideradas vitoriosas. Encara que se tratou de um “primeiro round”, o início de um novo ascenso das lutas proletárias, concluindo que fora reaberto o processo de revolução política. Ademais, a nota dá destaque ao papel “traidor e desmobilizador” de Walesa e seus aliados, ao terem fragmentado as negociações empresa por empresa e não terem buscado uma unidade nacional das greves. Também destaca a entrada em cena de uma nova geração de jovens trabalhadores, que chacoalharam as estruturas do Solidariedade, ao se lançarem em greves selvagens. Diante de tais elementos, estaria colocada, portanto, a possibilidade de superar a direção traidora da organização.¹⁵²³

¹⁵²¹ Cf. POLONIA. Liberan presos. *Correo Internacional*, n. 24, oct. 1986, p. 32-33.

¹⁵²² Cf. POLONIA. No dejar rastros de la revolución. *Correo Internacional*, n. 25, dic. 1986-ene. 1987, p. 39.

¹⁵²³ PANORAMA. Terminó el primer round en Polonia. *Correo Internacional* n. 34, may. 1988, p. 13.

Uma declaração do CEI da LIT-QI, também de maio, afirmou que essa nova onda grevista demonstrava que o golpe de 1981 não encerrara a revolução política nem representara uma “derrota histórica” do proletariado polonês. A declaração enfatiza que o novo ascenso na Polônia se dava contra planos econômicos que, em linhas gerais, estavam sendo aplicados no conjunto do bloco soviético, de forma que tal ascenso se ligaria a um processo mais geral de lutas do proletariado da região contra a burocracia. Burocracia essa que estaria cada vez mais subordinada ao FMI e outros órgãos do imperialismo, o que tornava claro o papel desse grupo social como “agente do imperialismo”. A declaração ainda aponta ser crucial forjar uma nova liderança para o Solidariedade para que a revolução política fosse vitoriosa, chamando por “todo o poder ao Solidariedade”. Tal liderança, não obstante, já estaria surgindo segundo a avaliação do CEI.¹⁵²⁴

Correo Internacional ainda dedicou um artigo a uma análise mais detalhada dessa onda grevista, de autoria de Virginia de la Siega. Tal artigo, além de apresentar uma série de informações de como havia sido a mobilização nas principais regiões proletárias do país, faz um balanço de que o papel da liderança do Solidariedade seria o de “agentes de Igreja Católica e elemento estabilizador do regime”. O artigo destaca, ainda, que tal liderança convergia com a burocracia na defesa das reformas econômicas e da abertura do país ao capitalismo. Não obstante, ele destaca que a nova geração de jovens que entrara para a força de trabalho entre 1982-88 vinha reconstruindo o Solidariedade em vários lugares, a partir de posturas combativas.¹⁵²⁵

Apesar de afirmar com certa frequência que uma nova liderança revolucionária estaria surgindo no seio do Solidariedade, foi somente a partir de fins de 1988 que a LIT-QI conseguiu estabelecer contato com setores da oposição polonesa, em particular com o PPS (fundando em novembro de 1987), mais especificamente com sua ala “Revolução Democrática”, liderada por Josef Pinior (PPS-RD). A aproximação parece ter se dado através da ida à Polônia de membros da seção espanhola da LIT-QI, uma vez que, na edição de janeiro de 1989 de *Correo Internacional*, foi publicada uma saudação do PPS-RD polonês ao PST espanhol¹⁵²⁶ e uma entrevista com Pinior, ambas de outubro de

¹⁵²⁴ COMITÉ Ejecutivo Internacional. RESOLUCIÓN sobre Polonia. *Correo Internacional* n. 34, may. 1988, p. 22.

¹⁵²⁵ Cf. SIEGA, Virginia de la. Polonia: “La próxima huelga será mejor”. *Correo Internacional* n. 35, jul. 1988, p. 7-9. Citação na p. 9.

¹⁵²⁶ Cf. SALUDO del PPS. *Correo Internacional* n. 38, jan. 1989, p. 28.

1988¹⁵²⁷, além de alguns materiais do PPS. Na introdução de *Correo Internacional* a tal entrevista, o PPS é caracterizado como uma organização “socialista revolucionária”.¹⁵²⁸

Sendo coerente com tal caracterização, a LIT-QI buscou uma maior aproximação com o grupo polonês ao longo de 1989. Assim, na edição de maio de *Correo Internacional*, foram publicadas entrevistas com Pinior e outros membros do PPS-RD, feitas por um enviado da revista à Polônia, bem como mais materiais da organização, que foi novamente caracterizada como “corrente operária revolucionária”.¹⁵²⁹

Ao longo dos meses seguintes, foram publicadas outras entrevistas, materiais do PPS-RD e também artigos escritos por Pinior para *Correo Internacional*. Em um artigo na edição de maio, a LIT-QI explica em maiores detalhes o porquê da sua caracterização do PPS-RD: tal organização seria uma “corrente operária revolucionária” por conta de seu programa de derrubada da burocracia, de democracia de massas, de oposição à restauração capitalista, de oposição a Walesa e pela sua perspectiva internacionalista. O PPS-RD seria, assim, “a expressão mais elevada” da revolução política nos Estados operários, conclui o texto.¹⁵³⁰

Aprofundando a aproximação entre os dois grupos, Pinior participou como observador no Congresso Extraordinário da LIT-QI (agosto de 1989), em Buenos Aires, e se despediu da Argentina em massivo evento organizado pelo MAS, no Luna Park, com cerca de 7 mil presentes. Pinior ainda visitou o Brasil na sequência, a convite da seção brasileira da LIT-QI.¹⁵³¹

Nesse Congresso Extraordinário, foi aprovado um documento conjunto entre a LIT-QI e o PPS-RD, com a perspectiva de construção de uma Frente Única Revolucionária” internacional entre as organizações, com base em um programa mínimo que ainda seria elaborado. Tal documento, ademais, declara rejeitar os planos econômicos de Jaruzelski e os acordos entre a direção do Solidariedade e o regime, defendendo a conquista do poder pelo proletariado através da mobilização revolucionária. A intenção era que mais organizações se somassem a essa “frente”, desde que se opusessem aos

¹⁵²⁷ Cf. PINIOR, Josef. Polonia: “Vencer al régimen es un proceso internacional”. *Correo Internacional* n. 38, jan. 1989, p. 27.

¹⁵²⁸ Cf. *Ibid.*

¹⁵²⁹ Cf. PRESENTACIÓN. *Correo Internacional* n. 40, may. 1989, p. 1.

¹⁵³⁰ Cf. L., R. Un destacamento de vanguardia de la revolución política. *Correo Internacional* n. 40, may. 1989, p. 7-9.

¹⁵³¹ Cf. *Solidariedad Socialista* n. 294, 17/08/1989, p. 11.

regimes burocráticos dos Estados operários e também aos governos burgueses nos países capitalistas.¹⁵³²

Alguns meses depois, em outubro, quando o PPS-RD realizou sua Conferência Programática, enviados da LIT-QI estiveram presentes e um documento de conteúdo similar foi aprovado por unanimidade.¹⁵³³ Indo mais além, em janeiro de 1990 foi acordado o intercâmbio de materiais entre *Correo Internacional* e a revista do PPS-RD, *Nowa Lewica* (Nova Esquerda), na forma de um suplemento em cada uma.¹⁵³⁴

Conforme visto acima, a reunião do CEI de janeiro de 1989 considerou que a situação no conjunto do bloco soviético era “pré-revolucionária”, significando perda de hegemonia dos regimes burocráticos e entrada em cena das massas e que, no caso da Polônia, a situação era ainda mais avançada, “revolucionária”, no sentido em que estaria colocada a questão do poder.¹⁵³⁵

Não encontramos menção em *Correo Internacional* à segunda onda grevista de 1988, mas seu principal resultado, as negociações de Mesa Redonda entre a liderança do Solidariedade e o regime, foi abordada na edição de março de 1989 da revista. Na análise da LIT-QI, a Mesa Redonda servia para que o PZPR conseguisse estabilizar o regime burocrático e dar prosseguimento às reformas econômicas favoráveis ao imperialismo. Para tal, o Solidariedade seria legalizado e incorporado ao Estado como instrumento de controle do proletariado. A direção do Solidariedade é, assim, novamente caracterizada de “contrarrevolucionária”.

Contudo, a LIT-QI destaca que os pedidos de Walesa para que cessassem as greves não só não estavam sendo atendidos, como surgira uma “vanguarda opositora” a seu grupo. Havia, assim, dois caminhos possíveis para a Polônia: a transformação do país em uma “semicolônia imperialista, administrada por ora por burocratas corruptos”, caso os planos do regime e da liderança do Solidariedade triunfassem, ou então que os trabalhadores assumissem o comando através de uma revolução política, salvaguardando o país da restauração capitalista.¹⁵³⁶ Aqui cabe destacar que o PPS-RD, bem como outros setores da oposição, se posicionou contra a Mesa Redonda, encarando que se tratava de uma capitulação ao regime burocrático.¹⁵³⁷

¹⁵³² Cf. *Correo Internacional* n. 42, set. 1989, p. 22.

¹⁵³³ Cf. COMUNICADO la LIT-CI y el PPS-RD. *Correo Internacional* n. 44, jan. 1990, p. 25.

¹⁵³⁴ Cf. REUNIÓN del Comité Ejecutivo de la LIT. *Correo Internacional* n. 45, mar. 1990, p. 32.

¹⁵³⁵ Cf. ROMERO, Andres. La hora de la revolución política. *Op. cit.*, p. 28-29.

¹⁵³⁶ Este e o parágrafo anterior cf. WALESA de rodillas. *Correo Internacional* n. 39, mar. 1989, p. 42-43.

¹⁵³⁷ Cf. ZALEGA, Dariusz. *Op. cit.*, Capítulo 6.

Após a conclusão da Mesa Redonda, a LIT-QI declarou, em maio, que seu resultado fora um “pacto contra as massas, contra sua mobilização e para impor a elas as medidas econômicas de superexploração”. Não obstante, a organização encarava que a revolução política avançava, especialmente diante da integração aberta de Walesa e seus aliados ao regime, que aceleraria as divisões no seio da oposição e fortaleceria sua ala revolucionária, representada pelo PPS-RD.¹⁵³⁸ A legalização do Solidariedade, ademais, foi considerada “uma extraordinária conquista das massas”, a despeito das intenções do regime de, com isso, cooptar a organização.¹⁵³⁹

Após as eleições “semi-livres” de junho para o legislativo polonês, a LIT-QI declarou, em julho, que a presença da oposição no novo parlamento não significava o fim do regime de partido único, mas sim uma forma de fortalecê-lo, através da conciliação da ala liderada por Walesa. Não obstante, a LIT-QI avaliava que a burocracia seguia carecendo de apoio social, conforme o teria demonstrado o boicote direito às eleições, chamado pelo PPS-RD e outros grupos de oposição a Walesa, e o voto nos candidatos que se apresentaram como oposição. Esse voto seria uma “expressão distorcida de repúdio”, ao passo que o boicote teria sido uma expressão “consciente e revolucionária”. Diante desse cenário, a revolução política estaria avançando rumo a enfrentamentos entre as massas e a burocracia.¹⁵⁴⁰

Os eventos de agosto (a nova onda grevista e a entrega do cargo de Primeiro-ministro à oposição parlamentar) e o programa a ser defendido foram analisados pela LIT-QI no editorial da edição de setembro de *Correo Internacional*.¹⁵⁴¹ Tal editorial declara que o regime da burocracia havia sofrido uma derrota, ao se ver forçado a compartilhar o poder com o Solidariedade por imposição da mobilização das massas, o que significava a queda do regime de partido único, sendo uma “extraordinária vitória das massas”. Haveria, na avaliação da LIT-QI, uma “crise revolucionária aguda” no país, marcada pela existência de uma dualidade de poderes entre a burocracia e os trabalhadores auto-organizados nos comitês do Solidariedade, comitês de greve e correntes de oposição a Walesa.

Para a organização, essa situação colocava com urgência a tomada do poder pelo Solidariedade, expulsando os ministros do PZPR. Contudo, para que isso ocorresse,

¹⁵³⁸ Cf. L., R. Un destacamento de vanguardia de la revolución política. *Op. cit.*

¹⁵³⁹ Cf. EDITORIAL. Burócratas al borde de un ataque de niervos. *Op. cit.*, p. 3.

¹⁵⁴⁰ Cf. EDITORIAL. Polonia: más allá de las elecciones. *Correo Internacional* n. 41, jul. 1989, p. 3-4.

¹⁵⁴¹ Cf. EDITORIAL. Un “castillo de naipes” en Polonia. *Correo Internacional* n. 42, set. 1989, p. 3-4.

destaca que era fundamental remover o grupo de Walesa da liderança do Solidarnosc e encerrar suas práticas não-democráticas de controle sobre a organização. Ademais, ao compartilhar o poder com a burocracia e ajudar a sustentá-la, Walesa e seus aliados estariam atuando como “agentes diretos do imperialismo de da Igreja”, de forma que o governo Jaruzelski-Mazowiecki seria “o principal inimigo do proletariado polonês”. Seria urgente, assim, a convocação de um congresso extraordinário do Solidarnosc e a sua extensão às forças armadas e à polícia. O PPS-RD, conclui a LIT-QI, poderia ser a vanguarda desse processo.¹⁵⁴²

Expulsar os ministros do PZPR do governo e também seus dirigentes dos órgãos estatais foi exatamente o que o Solidarnosc fez ao longo dos meses seguintes. Contudo, isso foi feito para impulsionar o plano restauracionista de Mazowiecki-Balcerowicz-Walesa, pois, como os próprios “morenistas” reconheciam, a liderança do Solidarnosc era uma força contrarrevolucionária subordinada ao imperialismo e ao Vaticano. Os eventos do segundo semestre de 1989 em diante, portanto, mostram que defender “todo poder ao Solidarnosc”, quando tal organização era liderada por restauracionistas, significava, na prática, defender a restauração capitalista.

Por mais que houvesse uma base proletária no interior do Solidarnosc, tal base não exercia controle sobre a liderança ao redor de Walesa e, ademais, muitos trabalhadores apoiavam as promessas de tal liderança de que um retorno do capitalismo significaria democracia e prosperidade. Até mesmo alguns dos setores que faziam oposição à Walesa e cia., por serem contra qualquer negociação com o regime, defendiam uma perspectiva restauracionista. Tratava-se de uma grave contradição, que a LIT-QI não reconheceu, ao desenvolver uma análise objetivista de que, sendo a base do Solidarnosc de caráter proletário, então ela seria progressista e sua mobilização equivaleria a uma revolução política.

Assim, a despeito do avanço acelerado do processo de destruição do Estado operário e construção de um Estado burguês na Polônia, em uma resolução do CEI da LIT-QI, de dezembro de 1989, a organização declarou que a conjuntura internacional era marcada pelo triunfo de “revoluções democráticas” no bloco soviético (Polônia, Alemanha e Tchecoslováquia), com a situação no conjunto da região tendo passado de

¹⁵⁴² Cf. *Ibid.*

“pré-revolucionária” a “revolucionária” (quando a questão do poder está na ordem do dia)¹⁵⁴³.

Ademais, ainda que reconhecendo que as potências imperialistas e setores da burocracia faziam uma ofensiva pela restauração, a LIT-QI declarou que tais forças se encontravam debilitadas, por conta da crise econômica nos países capitalistas e de um suposto ascenso revolucionário mundial, que seria o elemento “determinante” da conjuntura e estaria derrotando ambas as forças. No caso específico da Polônia, a resolução afirma que logo a questão do poder seria colocada, e que o PPS-RD teria papel central na sua resolução, podendo levar ao triunfo de “novos outubros”.¹⁵⁴⁴

Seguindo com seu otimismo de que eram as massas que estavam na ofensiva, um artigo de Hernan Cuello, de janeiro de 1990, apesar de reconhecer que os novos governos do bloco soviético, supostamente frutos de “revoluções democráticas”, buscavam a restauração do capitalismo, afirmou que seria necessária uma “contrarrevolução sangrenta” para consolidar uma restauração, e que tais governos não possuíam a força necessária, sendo “débeis”. Em sua avaliação, a marca da conjuntura era a “ofensiva revolucionária” das massas, de forma que conclui que a revolução política havia desferido “um golpe fatal à restauração capitalista que marchava”.¹⁵⁴⁵

Assim, por mais que a LIT-QI estivesse mais alerta para os riscos restauracionistas na Polônia do que na URSS e para a questão da crise de direção (talvez pelo contato com o PPS-RD), sua análise, não obstante, era marcada por um profundo otimismo e cegueira voluntária, que negava que a restauração pudesse triunfar contra os trabalhadores e que apostava que o Solidariedade (cuja liderança era restauracionista) teria papel fundamental a desempenhar no triunfo de uma revolução política no país.

Essa contradição fica mais nítida na declaração do CEI de dezembro de 1989 e no referido artigo de Cuello, que já apresentavam os elementos básicos da “Teses de 90”. Os artigos posteriores, que se dedicaram a uma análise mais aprofundada, estavam mais alinhados ainda aos preceitos fundamentais que foram posteriormente sintetizados nas “Teses”.

É o caso de outro texto de Cuello, publicado na edição de janeiro de *Correo Internacional*.¹⁵⁴⁶ Nele, Cuello caracteriza a chegada do Solidariedade ao governo como

¹⁵⁴³ Cf. ESTE sacude al mundo, El. [06/12/1989] *Correo Internacional* n. 44, jan. 1990, p. 6-7.

¹⁵⁴⁴ Cf. *Ibid.*, p. 7-8.

¹⁵⁴⁵ Cf. CUELLO, Hernan. ¿Socialismo con democracia o restauración capitalista? *Correo Internacional* n. 44, jan. 1990, p. 18.

¹⁵⁴⁶ Cf. CUELLO, Hernan. Polonia marcó el rumbo. *Correo Internacional* n. 44, jan. 1990, p. 24-27.

uma “revolução política triunfante”, cujo fruto seria um “novo regime”, baseado no Solidarietà e de caráter “progressivo”, “operário e não burocrático”, ainda que dotado de uma “direção reformista, oportunista e contrarrevolucionária, agente da Igreja e do imperialismo”, que almejava a restauração capitalista e a “semicolonização ainda mais profunda do país”. Essa gigantesca contradição seria explicada pelo fato de se tratar da “primeira fase”, “democrática”, da revolução política. Uma “segunda fase”, “socialista, internacionalista, consciente, de outubro” estaria ainda em curso.¹⁵⁴⁷

Seguindo a cartilha “morenista” acerca da revolução dividida em duas fases, Cuello caracteriza o novo governo como “kerenkista” e, portanto, frágil, por ser, ao mesmo tempo, contrarrevolucionário, porém resultado de uma revolução. Para Cuello, seria muito difícil, na realidade, quase impossível, que as massas aceitassem o plano econômico contrarrevolucionário do governo, e que o mais provável era que triunfassem sobre ele. Todavia, para que a segunda fase dessa suposta “revolução” triunfasse, seria “indispensável” a maturação de uma “nova direção revolucionária”, para conduzi-la. Sendo que o PPS-RD seria a encarnação de uma alternativa revolucionária.¹⁵⁴⁸

Ainda segundo Cuello, as duas tarefas centrais de uma direção revolucionária no momento seria lutar pela convocação de uma Assembleia Constituinte, para que fosse a classe trabalhadora que decidisse sobre os rumos do país, e também lutar para que o Solidarietà passasse a funcionar de forma democrática.¹⁵⁴⁹

Ademais, conforme indica um *box* na mesma edição de *Correo Internacional*, o rumo dos eventos na Polônia confirmava integralmente análises e previsões de Moreno feitas em 1982 e 1984, sobre a dinâmica da revolução em duas fases nesse país.¹⁵⁵⁰

Portanto, tal qual em relação à URSS, os “morenistas” confundiam “revolução democrática” / “primeira fase” da revolução política com a contrarrevolução restauracionista, tomando o lado das forças contrarrevolucionárias na sua luta pelo poder, ainda que buscando se diferenciar delas programaticamente e defendendo sua substituição em um segundo momento / “fase” do processo.

O otimismo quanto ao desenvolvimento do PPS-RD, vale destacar, se chocou com a fragilidade do grupo. Em fevereiro de 1990, Pinior fora expulso após divergências e um crescente isolamento da organização (na verdade, de todos os grupos mais à esquerda

¹⁵⁴⁷ Cf. *Ibid.*, p. 24.

¹⁵⁴⁸ Cf. *Ibid.*, p. 26.

¹⁵⁴⁹ Cf. *Ibid.*, p. 27.

¹⁵⁵⁰ Cf. NAHUEL Moreno, más presente que nunca. *Correo Internacional* n. 44, jan. 1990, p. 51.

dentro do movimento operário polonês). Após a expulsão, Pinior e alguns colaboradores formaram o “Centro Político Socialista”.¹⁵⁵¹ Não encontramos menção a essa nova organização em *Correo Internacional*, mas um documento do III Congresso Mundial da LIT-QI (maio de 1990) afirma que o PPS-RD fora “superado pela situação, devido à incapacidade de elaborar programas ou alternativas políticas”, dando a entender que não possuía mais relações com ele.¹⁵⁵²

Não obstante, a LIT-QI seguiu buscando uma aproximação com a oposição polonesa, como demonstra o envio de militantes ao Congresso do Solidariedade, em abril de 1990.¹⁵⁵³ Ademais, em algum momento entre 1990-91, a LIT-QI passou a publicar uma versão em polonês de seu periódico, sob o nome *Poczta ze Swiata* (Correio do Mundo), conforme indica o anúncio de que tal periódico estava integrando uma frente de organizações contrárias às privatizações e à ingerência do FMI, na edição de dezembro de 1991 de *Correo Internacional*.¹⁵⁵⁴

Em uma resolução aprovada pelo IV Congresso Mundial da LIT-QI (fevereiro-março de 1992) consta a informação de que *Poczta ze Swiata* era publicado graças à colaboração com uma organização chamada “Grupo de Autogestão Operária” (GSR) e, que, em algum momento entre 1991-1992, passara a integrar uma publicação encabeçada por este grupo, junto a outros elementos da oposição ao governo do Solidariedade, o “Semanário Antigovernamental”.¹⁵⁵⁵ Ademais, na edição de março de 1991 de *Correo Internacional* foi publicado o projeto de programa que embasava essa iniciativa encabeçada pelo GSR, o qual foi descrito pela LIT-QI como sendo um programa “revolucionário”, por ser pautado pela defesa do protagonismo proletário e dos métodos revolucionários em prol de um socialismo democrático e autogerido pelos trabalhadores.¹⁵⁵⁶ Infelizmente, não encontramos maiores informações sobre o GSR, nem sobre as relações entre ele e a LIT-QI.

Os debates que ocorreram após o III Congresso Mundial da LIT-QI ao redor do otimismo exacerbado das “Teses de 90” aparecem também de forma antecipada em relação à avaliação do que havia ocorrido na Polônia. Pois, ainda que reafirmando a

¹⁵⁵¹ Cf. ZALEGA, Dariusz. *Op. cit.* Capítulo 6.

¹⁵⁵² Cf. REVOLUCIÓN Política: las tareas y el programa. *Op. cit.*, p. 16.

¹⁵⁵³ Cf. LIT-CI hoy, La. *Correo Internacional* n. 48, jun. 1990, p. 2-3.

¹⁵⁵⁴ Cf. BOCHAN, Soledad. ¿Qué es el Comité de Colaboración en Polonia? *Correo Internacional* n. 55, ago. 1991, p. 19.

¹⁵⁵⁵ Cf. RESOLUCIÓN sobre Polonia. RESOLUCIONES del Cuarto Congreso Mundial. *Op. cit.*, p. 34.

¹⁵⁵⁶ Cf. PROYECTO de programa revolucionario, Un. [jan. 1991] *Correo Internacional* n. 53, mar. 1991, p. 27-29.

caracterização da entrada do Solidariedade no governo como a “primeira fase da revolução política”, um artigo de Romero no *Correo Internacional* de março critica os textos anteriores, por igualarem a chegada ao poder do Solidariedade à formação de um novo regime, de caráter “operário e não burocrático”, e de governo das organizações operárias e populares.¹⁵⁵⁷

Na avaliação de Romero, por mais que houvesse, sim, um novo regime na Polônia, distinto do “totalitarismo stalinista”, ele não representava “o poder organizado dos trabalhadores”. Na realidade, o que existiria seria uma “aguda dualidade de poderes”, tanto na Polônia, como nos outros países do bloco soviético onde haviam triunfado “revoluções democráticas”. Para explicar tal avaliação, Romero retoma escritos de Moreno sobre as duas “fases” da revolução política, apontando que, após o triunfo da primeira, cujo centro é a dissolução do regime de ditadura da burocracia, como fruto de uma ampla aliança entre todos os setores anti-burocráticos, se forma uma “frente restauracionista”, contrária a que o proletariado assuma o poder.¹⁵⁵⁸

No caso concreto da Polônia, essa frente seria o governo de coalizão, composto dos restos da burocracia e da “nova elite” do Solidariedade, agentes diretos do imperialismo e da Igreja. Tratar-se-ia de um regime / governo “tipicamente kerenskita”, dado sua debilidade de ser fruto da revolução e sua necessidade de enfrentar as massas.¹⁵⁵⁹

Ainda que reconhecendo que o Solidariedade perdera parte importante de sua base social de 1981, que sua liderança se tornara independente das bases (uma “burocracia”) e que era financiada pelas potências imperialistas, Romero enfatiza que a organização seguia sendo a expressão do poder alternativo do movimento operário. Ademais, destaca que a relativa trégua social iniciada após as greves de agosto de 1989 começava a dar sinais de uma contraofensiva proletária, com o surgimento a todo momento de órgãos de auto-organização como fruto da suposta situação de crise revolucionária em curso, o que indicava a possibilidade de o processo avançar. Qual relação esses órgãos deveriam ter com o Solidariedade, contudo, Romero deixa em aberto, para ser decidida pelo próprio processo de luta.¹⁵⁶⁰

Foi Romero quem dera o informe sobre a situação na Polônia no III Congresso Mundial da LIT-QI, em maio de 1990. Em uma entrevista concedida à *Correo*

¹⁵⁵⁷ Cf. ROMERO, Andres. Polonia: sigue la lucha. *Correo Internacional* n. 45, mar. 1990, p. 22.

¹⁵⁵⁸ Cf. *Ibid.*, p. 23. Citações na mesma página.

¹⁵⁵⁹ Cf. *Ibid.*, p. 23. Citações na mesma página.

¹⁵⁶⁰ Cf. *Ibid.*, p. 26.

Internacional após o Congresso, ele avalia que o governo não conseguiu impor satisfatoriamente o aspecto central de plano restauracionista, as privatizações, pois a dualidade de poderes seguia se desenvolvendo. Sobre o Congresso do Solidariedade, realizado em abril, Romero avalia que predominou o burocratismo, mas que a base estava viva e agitada, ainda que as traições tenham esvaziado a organização frente ao que ela já fora, de forma que novas lutas em breve eclodiriam.¹⁵⁶¹

Portanto, mesmo corrigindo os elementos mais objetivistas da análise anterior, a LIT-QI seguiu confundindo contrarrevolução com “fase democrática” da revolução política, uma vez que a chegada do Solidariedade ao poder, mais do que encaminhar políticas pró-capitalistas, passíveis de serem travadas pela resistência proletária, envolveu um desmonte do aparato estatal previamente existente e a construção de um novo, de caráter burguês e subordinado ao imperialismo – uma derrota histórica.

Diante da ruptura na liderança do Solidariedade, entre o grupo de Walesa e os apoiadores do governo no “Comitê de Cidadãos”, um artigo de Luna¹⁵⁶², na edição de setembro de 1990 de *Correo Internacional*, avaliou que se tratava de duas camarilhas em luta por poder, sem nenhum compromisso com os interesses dos trabalhadores. Nessa luta, Walesa representava um projeto demagógico, que, mesmo convergindo com o projeto econômico de Mazowiecki-Balcerowicz, buscava dialogar com os anseios materiais dos trabalhadores, que haviam voltado a realizar importantes manifestações, diante das medidas de austeridade e das privatizações.¹⁵⁶³

Em relação à restauração capitalista, Luna afirma que ela estava bloqueada pela resistência dos trabalhadores às privatizações no setor produtivo. Essa situação indicava, em sua avaliação, que uma nova crise revolucionária poderia se abrir. Os trabalhadores precisavam impor seu poder para enterrar de vez a ameaça de uma restauração e, para isso, Luna defende que era necessário transformar novamente o Solidariedade em “organismo de luta e poder”, ou então que fossem criados novos órgãos que tomassem a frente das lutas.¹⁵⁶⁴

Vê-se, assim, que nos meses finais de 1989 e os meses iniciais de 1990, a LIT-QI enxergou a situação polonesa a partir de otimismo exacerbado, segundo o qual uma “revolução democrática” havia triunfado e a crise de direção do proletariado estava em

¹⁵⁶¹ Cf. ¿VERANO caliente em Polonia? *Correo Internacional* n. 48, jun. 1990, p. 24.

¹⁵⁶² Cf. LUNA, Ramón. Polónia. Descontento por abajo, alarma por arriba. *Correo Internacional* n. 48, sep. 1990, p. 19-24.

¹⁵⁶³ Cf. *Ibid.*, p. 19-21.

¹⁵⁶⁴ Cf. *Ibid.*, p. 22-24.

vias de se resolver, através da atuação do PPS-RD, de forma que a “segunda fase” da revolução política triunfaria em breve. Que o novo governo tivesse orientação restauracionista e estivesse a serviço das potências imperialistas e do Vaticano seria um elemento menor diante do fato de que surgira um “novo regime”, “não burocrático” e baseado nas organizações de massas da classe trabalhadora.

Após as disputas internas que levaram à rejeição das “Teses de 90”, mas não a uma ruptura com a lógica da revolução em “fases”, alguns dos aspectos mais exageradamente otimistas dessa análise foram deixados de lado, inclusive porque o PPS-RD cindira, indicando claramente que a situação não era tão promissora quanto setores da LIT-QI haviam avaliado. A nova linha, contudo, seguiu enxergando a chegada do Solidariedade ao poder como uma “revolução democrática”, e encarava que havia uma situação de dualidade de poderes, que poderia culminar na restauração capitalista, caso o governo “kerenkista” do Solidariedade saísse vitorioso sobre as massas, através de uma violenta contrarrevolução, ou na vitória da “segunda fase” da revolução política, caso a classe trabalhadora conseguisse tomar para si o poder, inclusive através do Solidariedade.

Assim, no exato momento em que o Estado burguês era restaurado na Polônia, e as relações de propriedade e produção capitalistas retomavam terreno a largos passos, a LIT-QI negou que a restauração houvesse ocorrido e seguiu apostando na possibilidade de uma revolução política, encarando com positividade a situação no país. Ademais, com sua lógica da revolução em “fases” e por não enxergar as ilusões das massas numa volta do capitalismo, saudou a contrarrevolução acreditando se tratar da “primeira fase” de uma revolução política proletária e por um socialismo democrático. Afinal, atuar junto às forças contrarrevolucionárias contra a burocracia stalinista e mesmo vê-las tomar o poder e imporem medidas restauracionistas era algo previsto no “script” morenista da revolução em “fases”, ao que se somou ainda o otimismo imposto desde a Argentina ao resto da LIT-QI por parte de seus principais dirigentes, que acreditavam estar em curso um ascenso revolucionário mundial.

Cabe destacar que, entre os documentos do IV Congresso Mundial da LIT-QI (fevereiro-março de 1992), não consta um balanço do caso polonês. Não obstante, há uma resolução sobre a atuação da LIT-QI na Polônia, que então se dava na forma do já mencionado semanário encabeçado pelo GSR (“Semanário Antigovernamental”) junto a outros elementos, como dissidentes do PPS e anarco-sindicalistas. No programa

apresentado na resolução consta, dentre outros elementos, posição “contra toda tentativa de restauração capitalista”.¹⁵⁶⁵

Podemos assumir, portanto, que, para a LIT-QI, a restauração não havia ocorrido ainda. Assim, é provável que, tal qual em relação à URSS, a organização tenha passado os anos 1990 avaliando que a restauração capitalista não triunfara na Polônia. Isso, contudo, precisaria ser averiguado, a partir de uma análise de seus documentos e publicações posteriores a 1992. Dessa forma, a organização seguiu não enxergando a vitória da contrarrevolução capitalista mesmo cerca de dois anos após ela ter ocorrido.

2.2. O caso alemão (1988-90): de “magníficos triunfos revolucionários” a uma “derrota para o proletariado mundial”

Em relação à RDA, já em maio de 1988 uma nota em *Correo Internacional* alertava que as crescentes dificuldades econômicas do país estavam levando a uma crescente integração com a RFA e também a um crescente descontentamento popular, que medidas limitadas de distensão não estavam sendo capazes de conter.¹⁵⁶⁶ Vimos que, na sua reunião de janeiro de 1989, o CEI da LIT-QI avaliou que a situação no conjunto do bloco soviético era “pré-revolucionária” (sendo “revolucionária” na Polônia e Iugoslávia), o que incluía a RDA.¹⁵⁶⁷

A organização, contudo, não dedicou muita atenção à RDA até os explosivos eventos de outubro-novembro de 1989, quando, através de um artigo de Carmen Carrasco, anunciou que estava deflagrada a “revolução esperada”.¹⁵⁶⁸ Tal artigo, escrito no calor do momento, como ressalta a autora, encara que uma “colossal insurreição” ocorrera na RDA, abrindo uma situação de “crise revolucionária” (quando a tomada do poder está colocada). A queda de Honecker (outubro) e a conquista de liberdades democráticas (novembro) teriam sido um “grande triunfo revolucionário”.¹⁵⁶⁹

Seguindo a lógica “morenista” da revolução em fases, Carrasco caracteriza os eventos de novembro como a “fase democrática e popular” da revolução política, quando uma ampla frente democrática se enfrenta com a ditadura da burocracia, para derrubá-la. O passo, seguinte, portanto, seria o de levar à cabo a “segunda fase”, cujas tarefas seriam

¹⁵⁶⁵ Cf. RESOLUCIÓN sobre Polonia. RESOLUCIONES del Cuarto Congreso Mundial. *Op. cit.*, p. 34.

¹⁵⁶⁶ Cf. PANORAMA. RDA - Burócratas en apuros. *Correo Internacional* n. 34, may. 1988, p. 17.

¹⁵⁶⁷ Cf. ROMERO, Andres. La hora de la revolución política. *Op. cit.*, p. 28-29.

¹⁵⁶⁸ Cf. CARRASCO, Carmen. Alemania: la revolución esperada. *Correo Internacional* n. 43, nov. 1989, p. 7-14.

¹⁵⁶⁹ Cf. *Ibid.*, p. 9. Citações na mesma página.

aquelas que o Programa de Transição define como revolução política propriamente dita: eliminar os privilégios da burocracia e estabelecer um “regime operário democrático e revolucionário”. Ademais, no caso da RDA, o novo regime a ser conquistado teria a tarefa de derrubar as fronteiras com a RFA e chamar os alemães ocidentais a destruir o capitalismo e reunificar, assim, a nação em bases socialistas e revolucionárias. Para isso, contudo, seria necessária uma “direção operária revolucionária”, a qual Carrasco avalia que já estava surgindo no calor da luta.¹⁵⁷⁰

A reunificação em bases socialistas seria possível pois, na avaliação de Carrasco, a situação revolucionária havia se expandido para a RFA, puxada pela revolução política no Leste. Dessa forma, a queda dos regimes stalinistas no bloco soviético como um todo não representava uma contrarrevolução capitalista, mas sim um “colossal processo que vem de baixo, das massas e dos trabalhadores que estão obtendo magníficos triunfos revolucionários”. Dessa forma, conclui Carrasco, a política imperialista de pressionar por aberturas democráticas no bloco soviético estaria se voltando contra seus proponentes.¹⁵⁷¹

Em relação à situação concreta na RDA, Carrasco comenta ainda que o governo Krenz era parte do mesmo aparato “totalitário” e que, por isso, as manifestações continuariam – leitura que esvazia de sentido a caracterização de que uma “revolução democrática” havia triunfado, já que o regime seguia nas mãos da burocracia. Já em relação ao “Novo Fórum”, principal sujeito político das manifestações de novembro, Carrasco afirmar possuir um programa “progressivo”, porém limitado, por não levantar a demanda de reunificação nacional, bem como por chamar suas bases a darem um voto de confiança em Krenz.¹⁵⁷²

Esse artigo antecipa alguns dos elementos principais das “Teses de 90”. Ele encara que uma situação revolucionária estava aberta na RFA, assumindo, assim, que a reunificação se daria em chave socialista. Ele trata a questão da crise de direção como já estando em vias de se resolver, de forma espontânea, apesar de não ser capaz de apontar que direção “operária e revolucionária” era essa que estava surgindo no calor da luta. Sobre tudo, avalia que uma revolução política, ainda que de “primeira fase”, havia triunfado, a despeito de reconhecer que a burocracia seguia no poder, ainda que tendo realizado concessões democráticas às massas.

¹⁵⁷⁰ Cf. *Ibid.*, p. 12. Citações na mesma página.

¹⁵⁷¹ Cf. *Ibid.*, p. 12. Citação na mesma página.

¹⁵⁷² Cf. *Ibid.*

Esses elementos foram reproduzidos quase que integralmente na resolução do CEI de dezembro sobre a situação no bloco soviético. Tal resolução definiu o triunfo da “revolução democrática” na RDA como o fato central da conjuntura, pois supostamente abria a revolução social na RFA e empurrava a revolução social ao Oeste e a política ao Leste.¹⁵⁷³ Contudo, enquanto o artigo de Carrasco colocava a reunificação como tarefa do “regime operário democrático e revolucionário”, a ser criado pelo triunfo da “segunda fase” da revolução política, o CEI definiu como consigna central para a Alemanha “reunificação já e sem condições”.¹⁵⁷⁴ A isso deveria se somar também o desmonte dos mísseis e bases militares da RFA, a retirada das tropas estrangeiras de ambos lados, a ruptura com OTAN e o Pacto de Varsóvia, e a formação de uma aliança militar defensiva contra o imperialismo.¹⁵⁷⁵

Interessantemente, a versão original do texto, que foi corrigida por uma errata publicada na mesma edição de *Correo Internacional*, dizia “reunificação alemã já, para construir uma Alemanha socialista e democrática, que seja parte de uma federação de repúblicas socialistas da Europa”.¹⁵⁷⁶ Na errata, contudo, a perspectiva de que a Alemanha unificada deveria ser “socialista e democrática” e parte de uma federação socialista europeia foi deslocada para o final do documento, aparecendo mais como uma perspectiva abstrata e menos como um programa de ação, dada a demanda de que a reunificação deveria ser imediata e “sem condições” prévias.

Essa perspectiva foi mantida pela LIT-QI ao longo de 1990. Assim, de certa forma, por erradamente avaliar que a havia uma situação revolucionária na RFA, a organização acabou fazendo coro com as potências imperialistas e com o governo de Bonn ao demandar uma reunificação em abstrato, a partir do momento em que estes abandonaram a sua vacilação inicial quanto à questão e passaram a atuar para incorporar a RDA à RFA. Essa mudança de postura das potências imperialistas e de Bonn, ademais, não parece ter sido percebida pela LIT-QI, que seguiu insistindo que eram contrários à reunificação. Nos parece que pesou também a tendência da LIT-QI a colocar questões democráticas (nesse caso, a autodeterminação nacional) acima da defesa do Estado operário.

¹⁵⁷³ Cf. ESTE sacude al mundo, El. *Op. cit.*, p. 6-7.

¹⁵⁷⁴ Cf. FE de erratas. *Correo Internacional* n. 44, jan. 1990, p. 49.

¹⁵⁷⁵ Cf. ESTE sacude al mundo, El. *Op. cit.*, p. 8.

¹⁵⁷⁶ Cf. *Ibid.*, p. 7.

Assim, em novo artigo de Carrasco, publicado na edição de janeiro de 1990 de *Correo Internacional*¹⁵⁷⁷, a “reunificação imediata” aparece como consigna central. Ademais, com a abertura das negociações de “Mesa Redonda”, Carrasco ressalta que, na prática, era este órgão que detinha o poder na RDA, não mais o SED, o qual só estaria à frente do governo pois a oposição estaria tolerando sua permanência, que teria se tornado quase que simbólica. Diante dessa situação, outra consigna central, conforme Carrasco, deveria ser a de convocação de uma Assembleia Constituinte. Essa seria a forma para que o proletariado estabelecesse um governo baseado em suas organizações democráticas, sob a liderança de um partido revolucionário.¹⁵⁷⁸

Carrasco, ademais, reforça a leitura do CEI de dezembro, segundo a qual Bonn e as potências imperialistas não desejavam uma reunificação. Também reforça que o imperialismo estaria em crise, e não na ofensiva, o que, somado ao suposto ascenso revolucionário mundial, impediria que a reunificação servisse para restauração o capitalismo na RDA. Carrasco afirma, ainda, que a reunificação só poderia ser alcançada através da ação unificada dos trabalhadores da RFA e da RDA, fator que também assegurava que ela não poderia ocorrer em chave contrarrevolucionária. Com base nisso, critica os setores da oposição na RDA, como o próprio “Novo Fórum”, que se colocavam contra uma reunificação imediata por acreditarem que levaria à restauração.¹⁵⁷⁹

De forma semelhante, a edição de maio de 1990 de *Correo Internacional* publicou uma nota polemizando com Ernest Mandel e a QI (SU), por estes avaliarem que não havia uma situação revolucionária aberta na RFA e que, por isso, uma reunificação naquele momento só poderia se dar de forma contrarrevolucionária.¹⁵⁸⁰

A situação na RDA após os eventos de novembro é descrita em maiores detalhes em um artigo já abordado, de Cuello, publicado na edição de março de 1990 de *Correo Internacional*. Tal qual teria ocorrido em outros países do bloco soviético, na RDA, segundo a leitura da LIT-QI, havia triunfado uma “revolução democrática”, da qual teria surgido um novo regime político, marcado pela contradição de ser dotado de amplas liberdades políticas (conquista da revolução), mas dirigido por um governo contrarrevolucionário, parte de uma frente pela restauração, que unificava setores da burocracia e do imperialismo, do qual tal governo seria um agente direto.

¹⁵⁷⁷ Cf. CARRASCO, Carmen. Alemania: el fantasma de la reunificación recorre Europa. *Correo Internacional* n. 44, jan. 1990, p. 12-18.

¹⁵⁷⁸ Cf. *Ibid.*, p. 15.

¹⁵⁷⁹ Cf. *Ibid.*, p. 17.

¹⁵⁸⁰ Cf. VISION errónea e impresionista, Una. *Correo Internacional* n. 47, mai. 1990, p. 14.

Seguindo a lógica da cartilha “morenista” sobre a revolução em duas fases, tal governo seria de tipo “kerenkista”, ou seja, débil, por ter chegado ao poder como fruto de uma revolução contra a qual atuava. A tarefa do momento, então, seria a conclusão da revolução política, através do triunfo de sua “segunda fase”, da qual dependeria a construção de uma direção revolucionária (marxista).¹⁵⁸¹

Nesta mesma edição de *Correo Internacinal* foi publicado um artigo de Luna, atualizando a análise da situação alemã após as eleições legislativas de março e debatendo a questão do risco de uma restauração capitalista.¹⁵⁸² Sobre a vitória eleitoral da CDU, Luna a atribui ao fato de ter sido o único setor que defendeu uma reunificação imediata, somado ao auxílio recebido do governo de Bonn, em especial a decisão do câmbio 1:1 no processo de reunificação.¹⁵⁸³

Não obstante tal resultado, Luna avalia que as massas na Alemanha, e em todo o bloco soviético, estavam em ofensiva por democracia e melhores padrões de vida. Essa ofensiva tornava a reunificação algo indesejado para a burguesia e para a burocracia, ademais dos muitos custos que ela traria. A reunificação só teria sido aceita por tais forças pois a queda do Muro não teria deixado outra opção, sendo, assim, um fruto da revolução. Ademais, a eclosão de uma greve metalúrgica na RFA seria demonstrativa de que a revolução política já estaria se unificando com a necessidade de uma revolução social, de forma que a reunificação do país permitiria um salto, ao criar condições para uma luta conjunta do proletariado alemão.¹⁵⁸⁴

Reconhecendo que havia um risco de setores restauracionistas conduzirem o processo de reunificação, Luna defende que se deveria lutar pela convocação de uma Assembleia Constituinte unificada. No interior desse órgão, as forças revolucionárias deveriam defender não só a reunificação, como também a socialização da propriedade na RFA, a retirada das tropas e bases estrangeiras de toda Alemanha e a construção de um governo de trabalhadores. Assim, seria urgente a construção de um partido revolucionário para liderar a luta ao triunfo.¹⁵⁸⁵

A LIT-QI, portanto, seguia minimizando o risco restauracionista, ao não reconhecer que a reunificação havia sido abraçada pela burguesia da RFA e pelas

¹⁵⁸¹ Cf. CUELLO, Hernan F. Estalló el stalinismo. *Op. cit.*, p. 9-10.

¹⁵⁸² Cf. LUNA, Ramón. Alemania: ¿Restauración o revolución? *Correo Internacional* n. 47, mai. 1990, p. 8-15.

¹⁵⁸³ Cf. *Ibid.*, p. 8.

¹⁵⁸⁴ Cf. *Ibid.*, p. 12-15.

¹⁵⁸⁵ Cf. *Ibid.*, p. 15.

potências imperialistas como forma de reestabelecer o capitalismo na RDA, ao encarar que o proletariado alemão (e de todo o bloco soviético) estava em plena ofensiva, e ao não levar em conta as ilusões numa restauração entre a população da RDA. Ademais, ao defender uma Assembleia Constituinte em toda Alemanha, a organização parece ignorar que tal órgão seria, inevitavelmente, um apêndice do Estado burguês, de forma que a perspectiva de que ele levasse à construção de um governo proletário e à expropriação do capital só faz sentido dentro da lógica “morenista” da revolução em duas fases, na qual, inclusive, a demanda por uma Assembleia Constituinte figura com destaque, como forma de unificar a luta para o triunfo da “fase democrática”.

Como vimos, o documento principal do III Congresso Mundial da LIT-QI (maio de 1990) consolidou tais leituras, marcadas por um otimismo exacerbado que superestima ao extremo a conjuntura e subestimava, também ao extremo, os riscos contrarrevolucionários.¹⁵⁸⁶ Já nos meses seguintes, as divergências internas na liderança da LIT-QI levaram a uma leitura mais comedida da situação internacional, ainda que não tendo eliminado muitos dos problemas aqui apontados.

Em relação ao caso alemão, contudo, uma leitura complementarmente diferente foi apresentada, reconhecendo que a contrarrevolução capitalista havia triunfado. Tal triunfo teria sido possível, conforme explica um documento do CEI do final de 1990, porque a crise de direção da classe trabalhadora permitiu que a burguesia tomasse a dianteira do processo de reunificação. Não obstante, a queda do Muro, do regime burocrático da RDA, e o início do processo de reunificação teriam sido conquistas das massas proletárias, parte de uma “revolução democrática triunfante”.

Sob a condução da burguesia, a reunificação teria significado a restauração capitalista, ainda que os grandes complexos industriais da ex-RDA seguissem estatais, pois, agora, havia um único Estado, controlado por tal classe. Isso significava uma derrota do proletariado mundial. O que teria permitido uma restauração pacífica, sem a violência que os trotskistas esperavam de uma contrarrevolução capitalista, era a soma da crise de direção do proletariado com a situação específica do caso alemão, de uma nação dividida, em parte da qual dominava uma poderosa burguesia.¹⁵⁸⁷

¹⁵⁸⁶ Cf. TESES sobre a situação mundial. *Op. cit.*

¹⁵⁸⁷ Este e os parágrafos anteriores cf. MINUTA para la discusión sobre la situación política mundial. *Op. cit.*, p. 18-20.

Essas avaliações foram reforçadas por um artigo de Luna, na edição de dezembro de 1990 de *Correo Internacional*, que apresenta uma análise mais aprofundada.¹⁵⁸⁸ Luna ressalta de forma direta a existência de fortes ilusões das massas da RDA na restauração do capitalismo, ao apontar esse como um fator central no que considera a “expropriação”, por parte da burguesia da RFA, da “grande vitória revolucionária das massas” que teria significado a queda do regime burocrático da RDA. Assim, analisando em retrospectiva, encara que a vitória eleitoral da CDU assinalava “o começo da volta ao capitalismo”. Outro elemento fundamental para que a burguesia tomasse a frente do processo de reunificação, para Luna, foi a recusa da oposição de esquerda a levantar essa demanda.¹⁵⁸⁹

Com a nova situação, a luta passaria a ser entre as aspirações dos trabalhadores por uma vida melhor e a dura realidade oferecida pelo capitalismo. Não obstante a derrota que foi o triunfo da contrarrevolução capitalista, Luna faz referência às greves metalúrgica (julho, na RFA) e ferroviária (novembro) como sinais de que haveria um novo ciclo de lutas, inclusive porque a restauração ocorreu sem o esmagamento do proletariado e ele agora estava unificado e, portanto, mais forte.¹⁵⁹⁰

Por fim, cabe destacar que foi apenas a partir de meados de 1990 que a LIT-QI conseguiu abrir uma atuação na Alemanha, a partir de um pequeno núcleo berlinense de simpatizantes, reunido ao redor da revista *Mauerspecht* (“Quebra-muro”) e do “Grupo Socialista”.¹⁵⁹¹ Dessa forma, as análises aqui apresentadas foram feitas, em grande parte, a uma longa distância e muito marcadas pela generalização feita pela liderança da seção argentina da LIT-QI da situação de ascenso de massas na qual ela estava inserida à época.

Não obstante, em um artigo publicado na edição de maio de 1991 de *Correo Internacional* por membros do “Grupo Socialista”, o otimismo segue sendo uma marca da análise da conjuntura. Pois, mesmo após o reconhecimento de que a contrarrevolução triunfou no país, é defendido que o “refluxo” das lutas das massas alemães era momentâneo, e que a burguesia não estava na ofensiva, tendo, inclusive, que realizar concessões.¹⁵⁹² Vê-se, assim, que, por mais que as “Teses de 90” tenham sido formalmente rejeitas, seu núcleo seguiu pautando a leitura de conjuntura e atuação da

¹⁵⁸⁸ Cf. LUNA, Ramón. Alemania. Después de la unidad, ¿qué? *Correo Internacional* n. 51, dic. 1990, p. 26-28.

¹⁵⁸⁹ Cf. *Ibid.*, p. 26-27. Citações na p. 26.

¹⁵⁹⁰ Cf. *Ibid.*, p. 26 e 28.

¹⁵⁹¹ Cf. ORGANIZACIÓN Mauerspecht, La. *Correo Internacional* n. 51, dic. 1990, p. 27.

¹⁵⁹² Cf. KLEMM, Franciska & NÜSSLEIN, Rudi. ¿Quién paga la reunificación de Alemania? *Correo Internacional* n. 54, may. 1991, p. 18-19.

LIT-QI, que negou até o fim a derrota histórica que sofrera o proletariado do Leste Europeu e do mundo, com o triunfo da contrarrevolução restauracionista.

3. Quarta Internacional (Comitê Internacional de Reconstrução) – “lambertistas”

3.1. O caso polonês (1985-90): “o Solidariedade é a ponta de lança da revolução política”

Frente aos novos eventos na Polônia em 1985-86 (anistia dos presos políticos), o Conselho Geral da QI (CIR) emitiu uma “Resolução sobre a revolução política polonesa” em sua reunião de junho de 1986¹⁵⁹³, a qual foi posteriormente atualizada, em dezembro do mesmo ano, através de um artigo de Lucien Gauthier, dirigente do PCI francês.¹⁵⁹⁴

O documento de junho destaca que a situação na Polônia seguia instável, marcada pela incapacidade da burocracia em reconstruir uma base sólida de apoio junto à população, dada a deterioração das condições materiais de vida desta, à resistência proletária a tal deterioração, bem como à existência do Solidariedade enquanto força de oposição. Por conta disso, a burocracia polonesa estaria passando por profundas divisões, o que inclusive já se fazia presente no aparato repressivo, na forma de atuação de setores terroristas clandestinos no interior deste.¹⁵⁹⁵

Nesse cenário, duas forças estariam atuando para auxiliar a burocracia. Dentro do país, a hierarquia católica, no sentido de buscar integrar a oposição aos quadros institucionais do regime, na forma de uma “união nacional” – política que era seguida desde o começo da década, sem muito sucesso e, inclusive, gerando tensões na base da oposição católica.

Fora do país, as potências imperialistas, sobretudo os EUA, agindo através de órgãos como a OTAN e FMI, buscavam sustentar a burocracia no poder, na forma de uma “cooperação contrarrevolucionária” para impedir que os trabalhadores assumissem o controle do país. Isso estaria evidenciado pelo reescalonamento da dívida externa polonesa e pelo chamado da OTAN a uma “reconciliação nacional”, baseada no diálogo entre governo e oposição. Não obstante essa cooperação, o documento enfatiza que ela não apagava as contradições entre o imperialismo e a burocracia, o que estaria

¹⁵⁹³ Cf. RÉSOLUTION sur la revolution polonaise. [juí. 1986]. *La Vérité* n. 599, déc. 1986, p. 53-65.

¹⁵⁹⁴ Cf. GAUTHIER, L. Sur la révolution politique en Pologne. *La Vérité* n. 599, déc. 1986, p. 45-52.

¹⁵⁹⁵ Cf. RÉSOLUTION sur la revolution polonaise, *op. cit.*, p. 57 e 59.

evidenciado pelas pressões para permitir a penetração na Polônia de capitais estrangeiros.¹⁵⁹⁶

Não obstante tais esforços por uma “normalização”, o documento declara que a revolução política polonesa seguia “viva” e, inclusive, “crescendo”. Esse processo político seguia sendo o mais importante em escala internacional, por evidenciar a incapacidade da burocracia e do imperialismo em manterem o *status quo* da “coexistência pacífica”, bem como por enfraquecer a burocracia da URSS e nutrir sua crise. A “marcha da revolução mundial” seria o principal elemento a impedir a concretização de um acordo estável e durável entre a burocracia e o imperialismo.¹⁵⁹⁷

No que diz respeito ao Solidariedade, o documento reforça a análise anterior da QI (CIR), de que ele “concentra as conquistas vivas da revolução política e constitui o ponto de apoio da resistência ao regime”. A oposição democrática e nacional estaria estruturada ao seu redor e, assim, organizada sob a hegemonia do proletariado. Por conta disso, o documento afirma que a “questão do poder” passaria necessariamente pelo Solidariedade e pelos grupos políticos a ele associados.¹⁵⁹⁸ Contudo, o documento não delineia uma estratégia para a resolução da “questão do poder”. Diante dos eventos de 1980-81, vale lembrar, a corrente “lambertista” defendeu como demanda central a convocação de uma Assembleia Constituinte, para dar forma à luta por democracia, o que não se faz presente no período 1985-90 (ainda que essa demanda tenha sido levantada no caso alemão, entre 1989-90).

O documento dedica ainda algum espaço para analisar o processo de reorganização do Solidariedade e da oposição. Walesa e seu grupo, contudo, não são mencionados. Vale lembrar que, em 1980-81, a principal crítica da QI (CIR) a Walesa era de que ele possuía uma postura conciliadora, almejando uma transição democrática negociada com o governo. A organização, portanto, não tratava Walesa e cia. como restauracionistas. Cabe destacar que o KPN recebe certo espaço na análise do documento, e é afirmado que não se trata de “uma corrente cristalizada sobre um programa”, mas de “uma confederação que agrupa correntes diversas sobre uma plataforma de independência nacional”.¹⁵⁹⁹ Essa afirmação sobre o KPN deixa de lado seu caráter profundamente reacionário, pautado por um chauvinismo antisemita, além de ser restauracionista.

¹⁵⁹⁶ Cf. *Ibid.*, p. 55 e 57-60.

¹⁵⁹⁷ Cf. *Ibid.*, p. 54-55.

¹⁵⁹⁸ Cf. *Ibid.*, p. 61-62. Citação na p. 61.

¹⁵⁹⁹ Cf. *Ibid.*, p. 62. Citações na mesma página.

O artigo de Gauthier, de dezembro, lida com os novos elementos da situação surgidos com a anistia geral aos presos políticos, de setembro. Gauthier destaca que a anistia é parte do projeto de “união nacional” almejado pelo PZPR e pela Igreja Católica, visando a cooptar a liderança do Solidarnosc. Mas destaca que um novo confronto entre o proletariado e o regime seria inevitável, devido à situação econômica e às demandas por legalização do Solidarnosc enquanto organização sindical independente da burocracia. Apesar de mencionar a formação de um “Conselho Nacional Provisório” por parte de Walesa, logo posto na ilegalidade pelo regime, o artigo não tece nenhum comentário crítico ao grupo de Walesa, a despeito do fato de que tal Conselho excluiu as lideranças mais combativas, associadas ao órgão de liderança que seguiu atuando na clandestinidade após a Lei Marcial (TKK).¹⁶⁰⁰

Ao longo de 1987, não encontramos muitas referências à Polônia na imprensa da QI (CIR). Não obstante, sua agitação permanente contra o FMI e o pagamento das dívidas externas dos países periféricos envolvia também a denúncia da crescente presença do órgão no bloco soviético. Assim, em abril de 1987, a QI (CIR) impulsionou a “Conferência de Caracas”, nos moldes de uma conferência “ampla”, com outras organizações, cujo foco era impulsionar uma campanha contra o FMI e as dívidas externas, inclusive dos países do bloco soviético.

No contexto dessa campanha, um artigo de agosto publicado pela corrente O Trabalho do PT brasileiro denunciou os efeitos da entrada de países do bloco soviético no FMI. Tais efeitos envolviam a abertura para capitais imperialistas atuarem na região e para o órgão ingerir nas legislações locais, em troca de empréstimos. Os empréstimos, por sua vez, geravam dívidas externas que, para serem pagas, forçavam os governos a reduzirem o consumo interno da população, para poder expandir a exportação, donde os aumentos de preços e congelamento de salários em países como a Polônia. Outro efeito grave era a redução de investimentos governamentais, para que houvesse maiores reservas para pagar as dívidas, levando a uma crescente aposta no setor privado como compensação.

Diante de tais medidas, o artigo destaca que a própria burocracia se via dividida, uma vez que a propriedade social ficava sob ameaça. Os trabalhadores, por sua vez,

¹⁶⁰⁰ Cf. GAUTHIER, L. *Sur la révolution politique en Pologne*, op. cit.

resistiam de formas diversas em cada país, indo da redução do ritmo de trabalho a ondas grevistas dependendo do país.¹⁶⁰¹

Em relação aos planos de reforma econômica anunciados pelo regime polonês ao longo do ano, e ao referendo sobre eles realizado em novembro, encontramos somente uma nota curta publicada pelo PCI francês, que reproduz uma fala de Walesa sobre a necessidade do pluralismo sindical e do reconhecimento do Solidariedade como pré-condição para quaisquer reformas econômicas.¹⁶⁰² Vale destacar que não encontramos críticas a Walesa nos materiais de 1985-87 publicados pela QI (CIR) ou suas seções francesa e brasileira. Assim, a QI (CIR) via um risco restauracionista apenas na tentativa do imperialismo de subordinar a si o Leste Europeu e em setores da burocracia que estariam dispostos a aceitar tal subordinação, não enxergando a existência de forças pró-capitalistas com influência de massas no seio da oposição ao regime polonês.

Cabe destacar também que o jornal do PCI francês publicou, em junho, uma “carta de um militante do PSPP” relatando um pouco da situação na Polônia naquele momento (as mobilizações da classe trabalhadora em defesa das suas condições de vida, as dificuldades do regime em integrar a oposição a uma “união nacional”).¹⁶⁰³ Contudo, pelo que conseguimos averiguar, o PSPP fora dissolvido por volta de 1984, devido à repressão do regime, e não foi refundado. Muito provavelmente, portanto, tratava-se de um ex-militante do extinto PSPP – inclusive porque nenhuma outra referência ao PSPP foi encontrada nos materiais da QI (CIR) da segunda metade dos anos 1980.

Já em relação ao PPS (Partido Socialista Polonês), fundado em 1987, o jornal do PCI francês publicou uma nota sobre seu congresso fundacional. Nela, destacou o compromisso do manifesto de fundação com a defesa do pluralismo sindical e político, dos direitos humanos e da democracia autogerida. A nota não fez uma análise mais aprofundada do PPS, apenas abordando seu surgimento como algo positivo.¹⁶⁰⁴ Ao longo dos anos seguintes, a QI (CIR) buscou uma aproximação com a organização e, em especial, com a ala encabeçada por Josef Pinior (PPS-RD, “Revolução Democrática”).

¹⁶⁰¹ Este e o parágrafo anterior cf. FMI e os países do Leste, O. *Boletim O Trabalho - Tribuna Internacional* n. 6 (260), ago. 1987, p. 12-15.

¹⁶⁰² Cf. POLOGNE: “Il ne peut y avoir de réformes valables sans reconnaissance de Solidarnosc”. *Informations ouvrières* n. 1338, 21-28/10/1987, p. 15.

¹⁶⁰³ Cf. Cf. POLOGNE, Lettre d’un militant du PSPP. *Tribune Internationale – La vérité* n. 40, jui. 1987, p. 12-13.

¹⁶⁰⁴ Cf. FOSTIER, Christian. Pologne: création du Parti socialiste polonais (PSP). *Informations ouvrières* n. 1343, 25/11-02/12/1987, p. 15.

Apesar de não ter abordado em sua imprensa a derrota do regime polonês no referendo de novembro de 1987 (ao menos não nos periódicos a que tivemos acesso), a imprensa da QI (CIR) tratou com grande entusiasmo as ondas grevistas de 1988, vendo nelas, e nas mobilizações seguintes, o reacender da revolução política, com o Solidarnosc à frente. Ainda em junho de 1987, um artigo se referiu ao Solidarnosc como “ponta de lança da revolução política” polonesa. Essa consideração foi reafirmada ao longo dos eventos de 1988-89, a despeito do papel restauracionista desempenhado pela organização.¹⁶⁰⁵

Em relação à primeira onda grevista, de abril-maio, o jornal da corrente O Trabalho destacou que as burocracias do bloco soviético estavam se alinhando cada vez mais ao imperialismo, através de suas reformas de mercado e planos de austeridade, e que a classe trabalhadora estava dando uma resposta cada vez mais intensa a isso. Essa resposta se materializava em uma ampliação do processo de revolução política, do qual a onda grevista na Polônia seria um elemento de grande importância.

Contudo, o artigo afirma erroneamente que era o Solidarnosc que estava dirigindo essa onda grevista, quando, na verdade, a liderança reunida ao redor de Walesa sabotou ativamente as mobilizações. Não obstante, mais uma vez nenhuma demarcação política foi apresentada em relação a Walesa, mostrando que a QI (CIR) ou não estava a par dos intensos conflitos no interior do Solidarnosc, e do papel de Walesa como uma força de contenção da classe trabalhadora, ou estava minimizando sua importância.¹⁶⁰⁶

Em relação à segunda onda grevista, de setembro, contudo, um artigo de Christian Fostier enfim abordou a questão do papel de Walesa, ao reproduzir um despacho de imprensa de Varsóvia sobre as negociações dele com o governo e a rejeição pelos trabalhadores em greve ao seu chamado a interromper as mobilizações. O próprio Fostier, contudo, não tece comentários sobre tal fato. O artigo se limita a defender a legalização do Solidarnosc e o direito à formação de partidos políticos independentes.¹⁶⁰⁷ De forma semelhante, a mencionada Conferência de Berlim (1988), impulsionada pela QI (CIR),

¹⁶⁰⁵ Cf. NOUVELLES internationales, nouvelles de l'Internationale. *Tribune Internationale – La vérité* n. 40, juí. 1987, p. 4.

¹⁶⁰⁶ Cf. BOITO, M. Solidarnosc desafia Jaruzelski. *Boletim O Trabalho - Tribuna Internacional* n. 13 (267), mai. 1988, p. 11.

¹⁶⁰⁷ Cf. FOSTIER, C. Onda de greves sacode a Polônia. *Boletim O Trabalho - Tribuna Internacional* n. 270, set. 1988, p. 10.

demandou a legalização sem condicionantes do Solidariedade e outras organizações independentes da burocracia.¹⁶⁰⁸

Foi com o início das negociações de Mesa Redonda, em fevereiro de 1989, que a QI (CIR) passou a relatar o papel que Walesa vinha cumprindo e o programa que vinha defendendo, se posicionando de forma crítica a ele. Em um artigo de fevereiro, publicado no jornal do PCI francês, Fostier denunciou que a Mesa Redonda envolvia um atrelamento do Solidariedade ao governo e à suspensão de greves e criticou a defesa do mercado por Walesa.¹⁶⁰⁹ Octave Piane, contudo, argumentou em um artigo também de fevereiro, publicado em *Tribune Internationale*, que a negociação entre o Solidariedade e o regime não era em si um problema, mas sim seu conteúdo. Condenou as intenções do regime e de Walesa em subordinar a legalização do Solidariedade à sua integração ao regime e à manutenção da paz social, defendendo a linha de legalização sem condicionantes.¹⁶¹⁰

Frente às divergências cada vez mais públicas entre as alas do Solidariedade, um artigo de março, escrito por André Langevin para o jornal do PCI, destacou que as bases da oposição rejeitavam o que estava sendo decidido na Mesa Redonda, e também comentou que os vários setores opostos à linha de Walesa possuíam significativa força e representatividade. Langevin destacou em particular o “Grupo de Trabalho” da Comissão Nacional do Solidariedade, um ala com a qual a QI (CIR) demonstrou ter simpatia ao longo dos meses seguintes.¹⁶¹¹

A conclusão da QI (CIR) sobre as negociações de Mesa Redonda pode ser vista em uma nota reproduzida no jornal de maio da corrente O Trabalho, que aponta que seus resultados não foram bons para o povo, mas sim para a burocracia e para os imperialistas credores da dívida externa polonesa. A nota denuncia ainda o compromisso contra greves firmado pelo grupo de Walesa, que significaria uma tentativa de transformar o Solidariedade em “polícia anti-greve do regime”. Mas enfatiza que tal grupo era apenas um dentre outros setores do Solidariedade, e que não tinha legitimidade.¹⁶¹²

¹⁶⁰⁸ Cf. QUELLE est la situation générale en Europe de l'Est et en Union soviétique, *op. cit.*

¹⁶⁰⁹ FOSTIER, Christian. Légalisation ou intégration? *Informations ouvrières* n. 1404, fév. 1989, p. 14.

¹⁶¹⁰ Cf. OCTAVE, Piani. Table ronde en Pologne. *Tribune Internationale – La Vérité*, n. 48, fév. 1989 p. 29.

¹⁶¹¹ LANGEVIN, André. Pologne: Une table ronde de plus en plus bancal. *Informations ouvrières* n. 1407, mar. 1989, p. 14.

¹⁶¹² Cf. POLÔNIA, ninguém representa o sindicato nas negociações. *O Trabalho* n. 277, mai. 1989, p. 6.

Ao longo de maio, a imprensa da QI (CIR) realizou diversas entrevistas e publicou informes e artigos de dirigentes do Solidariedade críticos a Walesa e seu grupo e às negociações da Mesa Redonda, como A. Gwiazda, J. Pinior, dentre outros, buscando, com isso, reforçar sua leitura de que tal grupo não tinha legitimidade.¹⁶¹³

Uma leitura mais aprofundada do que se passava na Polônia foi apresentada em outro artigo de Langevin, de março, que destaca que a burocracia polonesa, cada vez mais, demonstrava desejar se converter em “administradora colonial do capital financeiro”, ao permitir a entrada cada vez maior de capitais estrangeiros no país. Sua negociação com o grupo de Walesa, que também era favorável a relações de mercado, seria uma forma de tornar o Solidariedade parte do processo de restauração capitalista. Langevin destaca ainda que, não obstante, o Solidariedade estaria cada vez mais dividido e que a defesa da democracia por suas bases, bem como a resistência aos efeitos das reformas econômicas, seriam obstáculos para os planos restauracionistas. Langevin defende como linha central a defesa da “democracia”.¹⁶¹⁴ Uma análise semelhante foi apresentada em artigo de Alberto Handfas no jornal da corrente O Trabalho, de julho-agosto.¹⁶¹⁵

Com tal defesa, a despeito dos alertas feitos sobre a burocracia polonesa e Walesa estarem se orientando por uma restauração, pode-se ver mais uma vez que a QI (CIR) tendia a igualar a defesa da democracia, em abstrato, com a revolução política, sem se atentar para a força que as ideias pró-capitalistas tinham angariado entre os setores de oposição e as próprias massas populares e trabalhadoras.

Ao passo que a QI (CIR) igualava tais fatores, o grosso do movimento oposicionista fazia outra equação, uma que igualava retorno do capitalismo à democracia e prosperidade econômica. Isso, contudo, não aparece nas entrevistas e materiais de dirigentes do Solidariedade opostos a Walesa, reproduzidos pela imprensa da QI (CIR). Dessa forma, a QI (CIR) dava a entender que apenas o grupo de Walesa era pró-capitalista, o que não procede – e não fez, ademais, nenhum comentário sobre quando ele se tornara pró-capitalista (como visto, já o era em 1980-81).

Quando o regime fez uma concessão parcial às demandas por democracia, com as eleições semi-livres de junho de 1989, Langevin destacou suas limitações, mas apontou que, mesmo assim, seus resultados expressaram uma rejeição ao poder burocrático do

¹⁶¹³ Cf., por exemplo, *Informations ouvrières* n. 1416, mai. 1989; *Informations ouvrières* n. 1417, mai. 1989; *O Trabalho* n. 277, mai. 1989.

¹⁶¹⁴ Cf. LANGEVIN, André. La Pologne à la croisée des chemins. *Informations ouvrières* n. 1408, mar. 1989, [s.p.].

¹⁶¹⁵ Cf. HANDFAS, Alberto. Acordo contra as massas na Polônia. *O Trabalho* n. 280, jul.-ago. 1989, p. 6.

PZPR e também (pelas abstenções e o não voto nos candidatos oficiais) à política de conciliação de Walesa. Mais uma vez, o debate sobre democracia foi feito em abstrato, deslocado de um conteúdo social e de classe.¹⁶¹⁶ Essa postura levou a QI (CIR) a ser acrítica a grupos “democráticos” que não tinham nenhum compromisso com a classe trabalhadora e com as bases sociais do Estado operário, como o reacionário KPN, que era frequentemente mencionado na imprensa da organização sem nenhum tipo de comentário crítico.¹⁶¹⁷ Provavelmente, o fato de o KPN ter inserção entre a classe trabalhadora e constituir uma organização sindical de oposição a Walesa (o “Solidariedade Combativo”) era o que fazia a QI (CIR), dentro de sua lógica objetivista, não ver a organização como um risco ao Estado operário.

Não obstante essa aproximação acrítica com grupos “democráticos” pró-mercado, a QI (CIR) se manteve bastante crítica do grupo de Walesa ao longo de 1989 e nos anos seguintes, como demonstra a condenação dos compromissos do governo Mazowieck com o FMI, em artigo de José Penha no jornal da corrente O Trabalho, de setembro. Penha destaca, ainda, que estaria em curso uma crescente ruptura entre o “Solidariedade real” e o “oficial” (o grupo sem mandato de Walesa).¹⁶¹⁸ De forma semelhante, diante do congresso do Solidariedade, em 1990, Fostier destacou o esforço de Walesa e dos governantes em transformar a organização em correia de transmissão de suas políticas pró-capitalistas.¹⁶¹⁹

Contudo, ao apresentar um programa de ação para a Polônia ao final do ano, o PCI francês se limitou a demandar a saída das tropas das URSS, a ruptura com o Pacto de Varsóvia e com o FMI, a saída de Jaruzelski do poder e o fim do regime burocrático. O programa não incluía nenhuma menção à necessidade de combater o governo restauracionista de Mazowiecki, ainda que defendesse eleições livres, melhores condições de trabalho para o proletariado e renascimento do “verdadeiro Solidariedade”.¹⁶²⁰

O ano de 1990 foi de profundas mudanças na Polônia: dissolução do PZPR em janeiro, eleições locais em maio, queda dos ministros do PZPR em julho, reforma

¹⁶¹⁶ Cf. LANGEVIN, Adnré. Pologne: raz de marée contre le pouvoir. *Informations ouvrières* n. 1421, jui. 1989, p. 6.

¹⁶¹⁷ Cf., por exemplo, LANGEVIN, André. Pologne: manifestations contre Jaruzelski sur fond de valse des étiquettes. *Informations ouvrières* n. 1424, jui.-jul. 1989, p. 13.

¹⁶¹⁸ Cf. PENHA, José. Para onde vai a Polônia? *O Trabalho* n. 282, set. 1989, p. 6.

¹⁶¹⁹ Cf. FOSTIER, Christian. Pologne: les enjeux du congres de Solidarité. *Informations ouvrières* n. 1467, mai. 1990, p. 14.

¹⁶²⁰ Cf. LANGEVIN, André. Editorial. *Informations ouvrières* n. 11449, déc. 1989-jan. 1990, p. 2.

constitucional em outubro, eleição de Walesa à Presidência em novembro. Não obstante, a imprensa da QI (CIR) abordou muito pouco os eventos no país. Um artigo publicado no jornal do PCI francês, em maio, sobre a situação no conjunto do bloco soviético, afirma que os resultados eleitorais recentes não expressavam um ascenso da direita na região e que a luta dos trabalhadores seguia se aprofundando. Muito provavelmente as eleições locais ocorridas na Polônia em maio, com larga vitória dos candidatos ligados ao Solidariedade (“Comitê de Cidadãos”), estavam incluídas nessa consideração de marcado otimismo, apesar do alinhamento de tais candidatos à política restauracionista.¹⁶²¹

Já um artigo de junho, sobre a ruptura ocorrida no Comitê de Cidadãos, explicou tal ocorrência como fruto das aspirações pessoais dos futuros candidatos à Presidência da República, Walesa e Mazowieck, bem como pelas divergências e dificuldades concernentes à aplicação do plano de restauração (uma disputa de quem os conduziria melhor).¹⁶²²

Não encontramos outros materiais sobre a Polônia nos periódicos da QI (CIR) do ano de 1990 a que tivemos acesso. Infelizmente, conseguimos poucos materiais referentes ao ano de 1991, mas neles tampouco encontramos referências à Polônia. Não obstante, conforme já debatido em relação aos países da ex-URSS, a linha geral da QI (CIR) ao longo dos anos 1990 e 2000 era de que a restauração capitalista não pôde triunfar no bloco soviético, devido à decadência do sistema capitalista mundial e à resistência da classe trabalhadora. É seguro afirmar que essa interpretação também se aplica ao caso polonês, que, inclusive, é mencionado pontualmente no já debatido documento “O programa da IV Internacional foi verificado pelos acontecimentos?”, da Conferência Mundial de 1993, como exemplo de país onde a privatização pouco avançara e onde a burocracia se tornara uma “máfia”.¹⁶²³

Cabe destacar que não foi encontrado nenhum balanço sobre o Solidariedade por parte da QI (CIR). Isso não significa que tal balanço não tenha sido feito, pois, como já indicado, não conseguimos um volume grande de fontes para o período 1989-91 nos acervos públicos (e mesmo alguns privados) disponíveis no Brasil.

De qualquer forma, é um tema central que a organização que era considerada a “ponta de lança da revolução política” tenha sido a responsável pela restauração capitalista no país, e não apenas por ação do grupo ao redor de Walesa, mas de diferentes

¹⁶²¹ Cf. L'EUROPE de l'Est bascule-t-elle à droite? *Informations ouvrières* n. 1469, mai. 1990, p. 13.

¹⁶²² Cf. COUSIN, Pierre. Que se passe-t-il en Pologne? *Informations ouvrières* n. 1475, jul. 1990, p. 14.

¹⁶²³ Cf. LAMBERT, Pierre. O programa da IV Internacional foi verificado pelos acontecimentos? *Op. cit.*

frações concorrentes. Apesar de, por volta de 1989, a QI (CIR) ter passado a criticar o papel de Walesa e seu grupo como agentes pró-capitalista, foi visto que eles já defendiam essa linha política desde 1980-81. Isso apareceu de forma explícita nos debates econômicos realizados no I Congresso do Solidariedade (1981), ainda que, àquela época, a organização certamente fosse muito mais plural e heterogênea, inclusive por seu impressionante tamanho de massas.

Portanto, o curso seguido pelo Solidariedade em 1986-90 não foi nenhum “raio em céu azul”, ao menos não para os que estivessem dispostos a encarar a dura realidade de que uma organização com influência de massas e forte inserção na classe trabalhadora tinha um programa diametralmente oposto aos interesses históricos de tal classe. As análises da QI (CIR), contudo, ao nosso ver foram perpassadas por um forte objetivismo, que igualava luta por “democracia” em abstrato com revolução política, tão somente porque tal luta envolvia largas camadas da população e do proletariado. Com isso, não identificaram a instrumentação da luta democrática por forças contrarrevolucionárias. Ademais, mesmo reconhecendo os riscos restauracionistas representados pelo grupo de Walesa, no único material de cunho mais programático a que tivemos acesso, a QI (CIR) se limitou a delinear tarefas para a remoção do poder do que restara da burocracia, ao fim de 1989, sem se posicionar pelo combate ao governo contrarrevolucionário do Solidariedade, de forma que, na prática, seguiu dando prioridade ao fim do regime de ditadura da burocracia acima da defesa da manutenção da propriedade social.

Por fim, cabe destacar ainda que, nos materiais da QI (CIR) do período 1986-90 sobre a Polônia, nenhuma referência foi encontrada sobre a necessidade de construir uma liderança marxista no país. Após a colaboração com o PSPP, destruído pela repressão, a organização parece ter apostado em uma aproximação com setores do Solidariedade descontentes com o grupo de Walesa, como o “Grupo de Trabalho”, composto por figuras como Andrzej Gwiazda, então próximo do KPN. A QI (CIR) parece ter confundido a intransigência do “Grupo de Trabalho” e do KPN em não negociar com o regime stalinista como sinônimo de uma linha revolucionária, quando, na verdade, tratava-se de uma ala “radical” dentro do setor restauracionista, avessa à uma contrarrevolução negociada pelo alto. Assim, em diversos aspectos, a QI (CIR) adotou posições que atuavam no sentido de fortalecer setores contrarrevolucionários na Polônia, algo diametralmente oposto aos fundamentos da teoria do Estado operário burocratizado em sua forma original.

3.2. O caso alemão (1989-91): “por um governo do SPD em toda Alemanha”

A RDA só passou a figurar com destaque na imprensa da QI (CIR) a partir das massivas manifestações que precederam a queda do Muro de Berlim e, principalmente, após a queda em si. Não obstante, já em um artigo de junho de 1987, a organização destacou que “um movimento profundo começa[va] a se expressar abertamente” no país. O artigo se referia às manifestações de 7 e 8 de junho em Berlim Leste, por democracia e contra o Muro, na ocasião do aniversário da cidade, e destacou que predominaram palavras-de-ordem por democracia e que a “Internacional” foi cantada por certo número de manifestantes, caracterizando tais manifestações como progressistas.¹⁶²⁴

A QI (CIR) estava bem situada para acompanhar a situação na RDA, pois possuía uma seção na RFA, a “Organização Socialista Internacional dos Trabalhadores” (ISA), a qual participou da formação, em 1989, dos “Círculos por uma Política Operária e Democracia” (VAA). A VAA era uma legenda eleitoral da qual outras organizações socialistas faziam parte e que conseguiu se constituir na RDA em fevereiro de 1990.¹⁶²⁵ Infelizmente, não nos foi possível acessar materiais da ISA nem dos VAA, mas os periódicos da liderança internacional da QI (CIR), bem como os periódicos das suas seções francesa e brasileira publicaram bastante material sobre a questão alemão, incluindo alguns textos da ISA / VAA.

Em artigo do jornal da corrente O Trabalho, a dirigente Misa Boito declarou que a massiva manifestação de 9 de novembro em Leipzig, somada à queda do Muro, significava que a revolução política havia se iniciado na RDA. Sua análise enfatiza que não se tratava apenas de um clamor por “liberdade”, mas também contra a deterioração das condições materiais de vida. E acrescenta que a reunificação é “uma questão chave para a classe operária alemã do leste e do oeste”, sendo a burocracia e o imperialismo contrários a ela.¹⁶²⁶

Outro texto, publicado na mesma edição do jornal, especifica que a revolução política na RDA colocava em pauta a questão da reunificação de forma direta, ao demandar eleições e sindicatos livres, uma vez que isso levaria os trabalhadores da RFA

¹⁶²⁴ Cf. NOUVELLES internationales, nouvelles de l’Internationale. *Tribune Internationale – La vérité* n. 40, jul. 1987, p. 4.

¹⁶²⁵ Cf. ALEMANHA: a queda do muro estremece a Europa. *O Trabalho* n. 286, nov.-dez. 1989, p. 6-7; GLUCKSTEIN, Daniel. *Revolução política e revolução social na ex-União Soviética*, op. cit. p. 29; INTERNATIONALE Sozialistische Arbeiterorganisation. In Wikipedia. Disponível em https://de.wikipedia.org/wiki/Internationale_Sozialistische_Arbeiterorganisation. Acesso em 06/04/2021.

¹⁶²⁶ Cf. BOITO, Misa. Alemanha: revolução! *O Trabalho* n. 285, out.-nov. 1989, [s.p.].

a também lutarem. Por sua vez, a burocracia e o imperialismo seriam contra, pois uma reunificação colocaria abaixo a ordem europeia estabelecida pelos pactos do pós-guerra.¹⁶²⁷

Esse segundo artigo menciona ainda que a ISA / VAA estava participando de articulações por uma manifestação nacional, nas duas Alemanhas, por liberdades políticas, direito à formação de organizações sindicais e políticas independentes e legalização do “Novo Fórum”, do SPD e demais organizações independentes surgidas na RDA.¹⁶²⁸ A essas demandas, uma matéria sobre as mobilizações no jornal do PCI francês escrita por Frank Arnold, dirigente da ISA, ainda acrescentou a de “eleições livres”.¹⁶²⁹

Arnold destacou, ainda, que Krenz buscava desmobilizar as massas com concessões, mas que a demanda por eleições livres e organizações sindical e políticas independentes não podia ser concretizada pela burocracia, pois seria um desmonte de seu monopólio do poder.¹⁶³⁰ Em outra matéria em tal jornal, Arnold ainda reforçou a leitura de que as forças imperialistas buscariam manter a burocracia da RDA no poder, como forma de impedir a unificação alemã.¹⁶³¹

Quando as manifestações em Berlim contra o Muro se intensificaram, a linha da ISA / VAA ao participar delas foi de defender as palavras-de ordem de “Liberdade e socialismo! Por um governo sem patrões nem burocratas! Eleições livres em uma Berlim unificada!”. Dessa forma, deixava claro que a reunificação deveria se dar em bases socialistas (algo que não estava colocado nos materiais anteriormente mencionados).¹⁶³² Em sua agitação cotidiana, a ISA / VAA sintetizou tais palavras-de ordem na de “Por uma Berlim unificada, sem patrões nem burocratas”, a qual também deixava claro que a unificação deveria ter caráter socialista.¹⁶³³

Essa palavra-de ordem foi bastante utilizada nos materiais da ISA / VAA aos quais tivemos acesso através da sua reprodução no jornal do PCI francês. Outra demanda que também ganhou centralidade na agitação da ISA / VAA foi a de que a unificação

¹⁶²⁷ Cf. RDA: todo um povo se levanta! *O Trabalho* n. 285, nov. 1989, [s.p.].

¹⁶²⁸ Cf. *Ibid.*

¹⁶²⁹ Cf. A., F. RDA: “Nous avons des intérêts communs avec les travailleurs en RFA!”. *Informations ouvrières* n. 1442, nov. 1989, p. 15.

¹⁶³⁰ Cf. *Ibid.*

¹⁶³¹ ARNOLD, Frank. Qui a peur de l'unité du peuple allemand? *Informations ouvrières* n. 1443, nov. 1989, p. 14.

¹⁶³² Cf. CORRESPONDANT. “Berlin va vivre, le Mur va tomber!” *Informations ouvrières* n. 1444, nov. 1989, p. 2.

¹⁶³³ Cf. CORRESPONDANT. A Berlin, quando le Mur a craqué. *Informations ouvrières* n. 1444, nov. 1989, p. 2-3.

deveria assegurar salários, direitos e liberdades de organização iguais para os trabalhadores da RFA e da RDA.¹⁶³⁴

Vale ainda mencionar que, quando da queda do Muro, o PCI estava realizando seu XXXIV Congresso, o qual aprovou uma resolução sobre “A Revolução na Alemanha”. Nela, declara que a revolução política havia se iniciado na RDA e aponta como central para o processo de reunificação alemã a formação dos “Estados Unidos Socialistas da Europa”, contra a “Europa do capital” e a “perestroika restauracionista”. O documento apresenta, ainda, um programa que envolve, ademais da reunificação nacional, direito à formação de organizações independentes da burocracia, supressão dos sindicatos oficiais da RDA e extensão do DGA (central sindical da RFA) a toda Alemanha, eleições livres unificadas, convocação de uma Assembleia Constituinte, e formação de um “governo unificado dos trabalhadores e suas organizações”. Em relação a esta última demanda, o documento aponta que ela deveria tomar o conteúdo concreto de demanda por um “governo do SPD na Alemanha unificada”.¹⁶³⁵

Um programa muito semelhante foi defendido em uma resolução do Secretariado Internacional da QI (CIR) aprovada pouco após a queda do Muro. Ele envolvia a unificação nacional sem exigências prévias, como parte da defesa do direito do povo alemão à autodeterminação; retirada imediata de todas as forças militares estrangeiras (OTAN, Pacto de Varsóvia) como garantia à soberania; manutenção das conquistas operárias no Leste e no Oeste, não à privatização na RDA, não ao desemprego, não ao trabalho precário; liquidação dos sindicatos oficiais da RDA; direito à formação de organizações sindicais independentes, e extensão do DGB à toda Alemanha; liberdades democráticas plenas, como de viagem, de imprensa, de reunião, de manifestação e de organização, incluindo também o direito de greve; direito à existência em toda a Alemanha de todos os partidos e organizações democráticas que são reconhecidas pelos trabalhadores e o povo alemão; formação de uma Assembleia Constituinte a partir de eleições livres em toda a Alemanha; por um governo do SPD na Alemanha unificada, “que se engaje na satisfação das reivindicações e aspirações da classe operária alemã, um governo sem patrões nem burocratas”.¹⁶³⁶

¹⁶³⁴ G., M. Editorial. *Informations ouvrières* n. 1444, nov. 1989, p. 3.

¹⁶³⁵ Cf. XXXIVe Congrès du PCI et la révolution en Allemagne, Le. *Informations ouvrières* n. 1444, nov. 1989, p. 5.

¹⁶³⁶ Cf. GLUCKSTEIN, Daniel. Revolução política e revolução social na ex-União Soviética. *Op. cit.*, p. 29-30. Citação na p. 30.

Cabe destacar que a demanda por um governo do SPD à frente de uma Alemanha unificada é explicada em alguns outros materiais posteriores a partir da análise de que “os trabalhadores procuram no SPD o instrumento para derrubar Modrow e Kohl”.¹⁶³⁷ De fato, o SPD teve um rápido crescimento na RDA, e ele era a principal força política entre os trabalhadores na RFA. Contudo, tratava-se de uma organização de linha pró-capitalista e, portanto, contrarrevolucionária. Assim, um “governo do SPD na Alemanha unificada” significaria um governo que atentaria contra as bases do Estado operário e que atacaria os interesses históricos do proletariado. Ademais, diferentemente do que defendiam os “lambertistas”, o SPD era contra uma reunificação nacional imediata, defendendo, ao invés disso, um processo gradual e por etapas. Dessa forma, ao nosso ver, o chamado da QI (CIR) para que tal partido assumisse o poder era extremamente contraditório.¹⁶³⁸

A própria imprensa da QI (CIR) criticou tais elementos da política do SPD. Contudo, o “lambertismo” tinha uma longa tradição de aproximação e adaptação política à social-democracia, em especial na França – mas não apenas, como demonstra a trajetória da corrente O Trabalho em relação à “Articulação dos 113” no interior do PT. Política essa que, inclusive, levou importantes setores das organizações francesa e brasileira a se dissolverem no interior dessas outras forças políticas, em 1987. Nos parece que essa trajetória anterior de adaptação à social-democracia, somada ao já referido objetivismo democratista, é que levou a QI (CIR) a adotar a linha de “governo do SPD na Alemanha unificada”.

Ademais dessa grave contradição, ao nosso ver havia ainda outra, igualmente séria. Uma Assembleia Constituinte no conjunto da Alemanha não seria um órgão de poder proletário, mas um órgão policlassista, com participação da burguesia da RFA. Mesmo que esse órgão acabasse tendo uma composição majoritariamente proletária e revolucionária, ele não teria condições de confrontar o poder estatal burguês da RFA, que detinha o controle das forças armadas. Muito provavelmente, uma Assembleia Constituinte acabaria atuando como um apêndice deste poder estatal burguês, o qual teria plenas condições de absorvê-la em seus quadros institucionais e usá-la para legitimar a restauração na RDA, considerando que as ilusões das massas alemãs-orientais levaram uma organização burguesa pró-restauração ao poder nas eleições de março no país.

¹⁶³⁷ Cf. ARNOLD, Frank. Unité ouvrière, Assemblée constituante. *Informations ouvrières* n. 1460, mar. 1990, p. 15.

¹⁶³⁸ Cf., por exemplo, ARNOLD, Frank. Elections en RDA: qui a gagné? *Informations ouvrières* n. 1461, mar. 1990, p. 14.

Cabe ainda acrescentar que, por mais que a QI (CIR) defendesse que a reunificação alemã devesse se dar em bases socialistas, e apresentasse demandas condizentes (como preservação das conquistas dos trabalhadores da RDA), ela desconsiderava que não havia uma situação revolucionária, nem mesmo pré-revolucionária, na RFA. Ou seja, segundo a própria análise dos “lambertistas”, o poder estatal burguês na RFA estava bastante sólido naquele momento, o que, ao nosso ver, permitiria à burguesia alemã-ocidental conduzir em seu benefício o processo de reunificação (que foi o que de fato ocorreu). Contudo, mais uma vez, os “lambertistas” parecem ter se orientado por considerações objetivistas, avaliando que, por si só, a queda do Muro e a mobilização das massas da RDA bastaria para mobilizar o proletariado ocidental e, assim, encaminhar o processo de reunificação em benefício da classe trabalhadora, e não da burguesia. Mais uma vez, portanto, apesar de um programa aparentemente correto, do ponto de vista formal, (isto é, reunificação em chave socialista), a QI (CIR) desconsiderou a correlação de forças realmente existente e, com isso, se alinhou a setores restauracionistas, na sua demanda por reunificação imediata.

Ao longo dos meses seguintes à queda do Muro, a ISA / VAA seguiu defendendo tal programa através de iniciativas diversas, que buscaram a implementação da VAA na RDA. Em 17 de dezembro, a VAA promoveu uma “Conferência operária e jovem por toda a Alemanha”, com cerca de 200 presentes. Seu foco foi organizar formas de unificar a ação dos trabalhadores de toda a Alemanha, a partir de órgãos por empresas. Tal Conferência também decidiu lançar um jornal focado na juventude, a ser distribuído em toda Alemanha, e organizar um encontro da juventude alemã e uma nova Conferência, no começo de 1990.¹⁶³⁹ A nova Conferência foi realizada em fevereiro de 1990 e decidiu constituir um “Comitê de ligação” para dar continuidade aos debates, em uma Conferência a ser realizada em Berlim em junho, visando a integrar grupos da RDA.¹⁶⁴⁰

Ao longo de dezembro de 1989 e dos primeiros meses de 1990, a VAA também atuou na construção de um abaixo-assinado nas duas Alemanhas em prol de um governo do SPD em uma Alemanha unificada, “que garanta a preservação dos direitos e ganhos dos trabalhadores do Leste e Oeste”.¹⁶⁴¹

¹⁶³⁹ Cf. FORGUE, François. “La classe ouvrière allemand est une”. *Informations ouvrières* n. 1449, déc. 1989-jan. 1990, p. 9; JOURNAL pour les jeunes de toute l’Allemagne, Un. *Informations ouvrières* n. 1449, déc. 1989-jan. 1990, p. 12.

¹⁶⁴⁰ Cf. DÉCISIONS, Les. *Informations ouvrières* n. 1456, fév. 1990, p. 14.

¹⁶⁴¹ Cf. ALLEMAMGE: “Réunification! Pas de compromis!” *Informations ouvrières* n. 1455, fév. 1990, p. 15.

A despeito de seus esforços para se implantar na RDA, a VAA não parece ter obtido êxito. É o que indica o fato de que a organização tentou participar das eleições de março de 1990 na RDA, lançando candidatos em Leipzig e Berlim Oriental, mas teve sua participação negada pelo fato de tais candidatos não serem cidadãos do país, mas sim da RFA. Não obstante, atuou durante a campanha eleitoral agitando um programa por eleições livres em toda Alemanha, por uma Assembleia Constituinte e pela unidade da classe trabalhadora “contra patrões e burocratas”.¹⁶⁴²

Diante dos novos eventos que se seguiram à queda do Muro, a linha da QI (CIR) seguiu igual. Diante da renovação da direção do SED, sob o comando do reformador Gysi (dezembro de 1989), a organização seguiu defendendo a remoção da burocracia do poder na RDA, sem confiar em nenhuma de suas alas. Diante das negociações da Mesa Redonda Central (iniciadas também em dezembro), encarou que tal burocracia estava perdendo seu poder real e que a revolução política avançava.¹⁶⁴³

Apesar de destacar a existência de órgãos de base dos trabalhadores, como os “comitês de cidadãos” e conselhos de empresa, a QI (CIR) seguiu apostando na demanda de Assembleia Constituinte como forma de dar organicidade à revolução política, ao invés de colocar tais órgãos no centro de sua estratégia. Trata-se de uma via diferente daquela que preconizava a revolução política em sua formulação original, e mesmo em formulações da própria QI (CIR) à época, em relação à URSS, nas quais apresentava como meta da revolução política a construção de uma “República de conselhos”.¹⁶⁴⁴ Também seguiu insistindo na demanda de um governo do SPD, um partido capitalista, em toda Alemanha, isto é, incluindo aí o Estado operário burocratizado da RDA, o que era algo sem precedentes no arcabouço teórico-programático original do trotskismo.

Em relação às eleições de março na RDA, a QI (CIR) encarou que a derrota do SPD se deveu à sua vacilação na defesa da reunificação, defendendo um processo gradual, bem como à sua defesa do mercado.¹⁶⁴⁵ Mas não encontramos uma análise mais detalhada do porquê de uma organização burguesa e abertamente restauracionista ter ganho a maioria dos votos do proletariado da RDA. Não obstante, um artigo publicado no jornal

¹⁶⁴² Cf. ARNOLD, Frank. Unité ouvrière, Assemblée constituante. *Informations ouvrières* n. 1460, mar. 1990, p. 15.

¹⁶⁴³ Cf. FORGE, François. Allemagne de l'Est: l'heure est aux organisations indépendantes. *Informations ouvrières* n. 1447, déc. 1989, p. 14.

¹⁶⁴⁴ Cf. ALLEMAMGE: “Réunification! Pas de compromis!” *Informations ouvrières* n. 1455, fév. 1990, p. 15.

¹⁶⁴⁵ Cf. ARNOLD, Frank. Elections en RDA: qui a gagné? *Informations ouvrières* n. 1461, mar. 1990, p. 14.

do PCI francês de maio fala em termos gerais das eleições realizadas recentemente no Leste Europeu, questionando se há um “giro à direita na região”. A resposta dada pelo artigo é de que não há um tal giro e que, ao invés disso, a luta dos trabalhadores seguia se aprofundando.¹⁶⁴⁶

Quanto ao tratado de maio, que estabeleceu a “união monetária, econômica e social” entre a RFA e RDA, a QI (CIR) encarou que se tratava de uma verdadeira declaração de guerra contra os trabalhadores, pois iria devastar as conquistas sociais obtidas no Leste pela expropriação da burguesia.¹⁶⁴⁷ Essa foi também a posição da VAA, que se posicionou contra o tratado de maio e demandou a saída do SPD do “governo Kohl - de Maizière”, insistindo na demanda por um governo do SPD em toda Alemanha – a despeito da participação direta de tal partido no planos de restauração capitalista.¹⁶⁴⁸

Há um claro otimismo desmedido nas análises da QI (CIR) sobre o caso alemão. Além de negar que os resultados eleitorais eram um “giro à direita” e de insistir que o SPD assumisse o poder, a despeito da sua participação direta nos planos restauracionistas, a organização insistiu, ao longo de 1989-90, que era a “ação revolucionária” dos trabalhadores que estava à frente do processo de reunificação. Foi nesses termos que a QI (CIR) interpretou a queda do Muro e de Honecker, em novembro de 1989.¹⁶⁴⁹

Diante das promessas de reformas de Krenz, ainda em novembro-dezembro de 1989, a QI (CIR) insistiu que as massas não aceitariam nada menos que o fim do regime burocrático, e que sua luta era em prol do socialismo, não contra ele, uma vez que supostamente defenderiam firmemente suas formas de vida. Ademais, a organização insistiu também que, ao defender a democracia e suas conquistas materiais, a classe trabalhadora da RDA arrastaria consigo sua irmã da RFA, que acabaria se enfrentando de forma revolucionária com a burguesia.¹⁶⁵⁰ Dentro dessa leitura, para a QI (CIR), a reunificação levaria a uma fusão da revolução política na RDA com uma revolução social na RFA, motivo pelo qual as potências imperialistas seriam contra o fim da divisão alemã.¹⁶⁵¹

¹⁶⁴⁶ Cf. L'EUROPE de l'Est bascule-t-elle à droite? *Informations ouvrières* n. 1469, mai. 1990, p. 13.

¹⁶⁴⁷ Cf. ALLEMAGNE: l'unité ne se marchande pas sur les acquis des travailleurs. *Informations ouvrières* n. 1470, mai. 1990, p. 15.

¹⁶⁴⁸ Cf. UNITÉ de l'Allemagne. *Informations ouvrières* n. 1470, mai. 1990, p. 15.

¹⁶⁴⁹ Cf., por exemplo, ALEMANHA: a queda do muro estremece a Europa. *O Trabalho* n. 286, nov.-dez. 1989, p. 6-7.

¹⁶⁵⁰ Cf. FORGUE, François. Allemagne: “Nous sommes un peuple!”. [04/12/1989] *Informations ouvrières* n. 1447, déc. 1989, p. 3.

¹⁶⁵¹ Cf. FORGUE, François. Allemagne de l'Est: l'heure est aux organisations indépendantes. *Informations ouvrières* n. 1447, déc. 1989, p. 14.

Nos diversos materiais a que tivemos acesso referentes ao caso alemão, até outubro de 1990, quando a reunificação foi aprovada pelos parlamentos da RFA e da RDA, encontramos apenas uma única referência ao risco de restauração capitalista. Trata-se de uma entrevista com um membro da VAA alemã, publicada pelo jornal do PCI francês, em dezembro de 1989. Nela, o militante alemão afirma que o vazio de poder criado pela decomposição do regime do SED estava dando margem a um reforço da presença capitalista no país. Contudo, não apresenta considerações sobre o que fazer diante disso.¹⁶⁵²

Essa era uma consideração bastante isolada, uma vez que a linha predominante era de reafirmar frequentemente que “os trabalhadores [da RDA] não vão aceitar um recuo em suas conquistas, como a expropriação dos capitalistas”.¹⁶⁵³ Ao contrário, para QI (CIR), o proletariado alemão almejava a reunificação nacional para combater junto a burocracia stalinista e os capitalistas.¹⁶⁵⁴ Daí a avaliação, já mencionada ao tratarmos do caso polonês, de que o socialismo avançava no Leste¹⁶⁵⁵ – a despeito da orientação restauracionistas dos governos locais e das profundas ilusões das massas de que capitalismo significava democracia e prosperidade.

Portanto, havia um misto de cegueira deliberada, ao negar que as massas estivessem, cada vez mais, aderindo a projetos restauracionistas, com forte objetivismo, ao crer que sua mobilização, por si só, independente da pauta e da liderança, era uma revolução política e que arrastaria o proletariado da RFA para uma revolução social.

Assim, mesmo após o tratado de maio de 1990, que encaminhou a incorporação da RDA à RFA e, portanto, a destruição do Estado operário burocratizado e a restauração do capitalismo na Alemanha Oriental, um artigo de Marc Gauquelin no jornal do PCI francês de julho de 1990 afirmou que não estava em curso uma “anexação” da RDA pela RFA (como afirmavam os “mandelistas”, a quem provavelmente se dirigiu tal argumento), e sim uma população unida pelos objetivos da “revolução de novembro”, quais sejam, democracia, direto ao trabalho e manutenção da produção. Conforme tal artigo, “tudo foi imposto pelos trabalhadores”, nada foi decidido ou conduzido pelos governantes dos dois lados.¹⁶⁵⁶ Com colocações assim, a cegueira voluntária da QI (CIR),

¹⁶⁵² Cf. ENTRETIEN avec un membre berlinois de l'Union des cercles pour une politique ouvrière et pour la démocratie. *Informations ouvrières* n. 1447, déc. 1989, p. 14.

¹⁶⁵³ ALEMANHA: a queda do muro estremece a Europa. *Op. cit.*, p. 6.

¹⁶⁵⁴ Cf. FORGUE, François. Uma nova situação mundial. *A Verdade* n. 38-39, dez. 2004, p. 143.

¹⁶⁵⁵ Cf. VITÓRIA ou derrota no Leste? *Op. cit.*

¹⁶⁵⁶ Cf. G., M. Un “Juin 36” en Allemagne? *Informations ouvrières* n. 1479, jul. 1990, p. 2.

diante da dura realidade que estava à sua frente, se converteu em negacionismo puro e simples.

Um artigo da edição de setembro de 1990 de *Tribuna Internacional*, escrito pelo próprio Gauquelin, chega a reconhecer que a QI (CIR) havia encarado de forma “abrupta” que a reunificação seria obra da ação revolucionária das massas, quando quem a estava organizando de fato era Kohl. Não obstante, afirma que os planos de Kohl encontram várias dificuldades e resistências para se concretizarem, pois haveria uma fusão da revolução política e da revolução social no conjunto da Alemanha. Gauquelin reafirma a linha da QI (CIR), de que a questão do poder deveria ser colocada na forma da demanda por uma Assembleia Constituinte e de construção de conselhos de empresas, e que deveria ter como norte a bandeira dos “Estados Unidos Socialistas da Europa”, como forma de unificar toda a região.¹⁶⁵⁷

Mesmo após a aprovação da reunificação pelos parlamentos da RFA e RDA, em outubro, o que consolidou a condução burguesa e de orientação restauracionista do processo, a QI (CIR) manteve seu otimismo e sua negação da realidade. Em artigo publicado na edição de dezembro de 1990 do jornal da corrente O Trabalho, afirma-se que a classe trabalhadora da Alemanha Oriental não estaria disposta a “se entregar pacificamente aos capitalistas ocidentais” e que, ao invés disso, estaria arrastando consigo para a luta a classe trabalhadora da Alemanha Ocidental. Dessa forma, conclui que a queda do Muro tinha sido um “golpe mortal” na burocracia stalinista e fruto da “mobilização revolucionária das massas.”¹⁶⁵⁸

De forma semelhante, em artigo na primeira edição da nova revista da liderança internacional, *La Verdad / La Verité*, de novembro de 1990, o dirigente do PCI francês François Forge afirma que a unidade alemã envolvia, necessariamente, a luta por igualdade de direitos e salários para o conjunto do proletariado alemão, e que estava em curso uma “revolução operária”, devido ao proletariado ser a “força motriz” do processo e às demandas que estavam em pauta. Forge afirma ainda que, por mais que a burocracia da RDA estivesse tentando restaurar o capitalismo com ajuda do imperialismo, essa via estava, até aquele momento, “bloqueada”.

Frente a essa situação de suposto ascenso revolucionário e bloqueio da restauração, Forge apresenta o programa da QI (CIR) e da sua seção alemã: expropriação

¹⁶⁵⁷ Cf. GAUQUELIN, Marc. A revolução alemã. *Tribuna Internacional*, n. 57-58, set. 1990, p. 25-26.

¹⁶⁵⁸ Cf. ALEMANHA: unificação. *O Trabalho* n. 303, dez. 1990 a jan. 1991, p. 6.

dos bens do SED, seus partidos aliados e da Stasi; confisco do dinheiro dos trustes da Alemanha ocidental; igual salário para igual trabalho; construção de sindicatos independentes em toda Alemanha, agrupados na DGB ocidental, expulsando os burocratas dos sindicatos da Alemanha Oriental. A cegueira voluntária aparece ainda na questão do “fator subjetivo” da suposta revolução operária em curso. Forgue destaca a necessidade de uma organização independente da classe trabalhadora alemã e afirma que essa organização já dava seus primeiros passos, com a VAA, ainda que esta seguisse sendo uma pequena organização, restrita ao território da RFA.¹⁶⁵⁹

Não encontramos um balanço posterior sobre o caso alemão nos documentos da QI (CIR) do começo dos anos 1990. Não obstante, no já debatido documento da sua III Conferência Mundial (1993), a Alemanha é mencionada de forma pontual como exemplo da dificuldade do capitalismo em absorver as economias do antigo bloco soviético, dado que as privatizações caminhavam com dificuldades no país. Tal documento reconhece, contudo, que a unificação levou a um grave rebaixamento do nível de vida do povo alemão, em especial nas regiões da ex-RDA. Fica implícito que, com a dificuldade de levar as privatizações a termo, o processo de restauração capitalista não teria sido consolidado na ex-RDA, tal qual a QI (CIR) encarava que não o foi também na URSS.¹⁶⁶⁰

Mais uma vez, portanto, vê-se que a QI (CIR) priorizava a questão da extensão da propriedade privada em detrimento da questão, central pra o arcabouço original do trotskismo, de qual classe detém o poder de Estado. Na Alemanha, a destruição do aparato estatal da RDA, com sua incorporação à RFA, significou a destruição do Estado operário deformado e sua substituição por um Estado burguês.

Mais ainda que no caso da URSS e da Polônia, pode-se ver um otimismo exacerbado e uma cegueira voluntária da parte da QI (CIR), que levou a organização a negar a realidade, ao encarar que estava em curso uma revolução proletária política (na RDA) e social (na RFA), quando, na verdade, a classe trabalhadora da RDA estava sendo liderada por forças restauracionistas e tomada por profundas ilusões de que o capitalismo significaria democracia e prosperidade.

Sua defesa de que o SPD, partido burguês de base operária e programa contrarrevolucionário, tomasse o poder, justificada simplesmente porque este tinha forte influência entre os trabalhadores, mostra o quão marcada por um objetivismo estava a QI

¹⁶⁵⁹ Este e os parágrafos anteriores cf. FORGUE, François. Diez meses de la revolución alemana. *La Verdad* n. 1, nov. 1990, p. 26-37.

¹⁶⁶⁰ Cf. LAMBERT, Pierre. *O programa da IV Internacional foi verificado pelos acontecimentos?* Op. cit.

(CIR). Pois, tal qual no caso da URSS e da Polônia, a organização colocou um sinal de igual entre mobilização de massas e revolução política / social, descartando considerações sobre os sujeitos políticos na liderança dessas mobilizações e seus programas.

Mais uma vez, nos parece que contou para tal postura um apego à democracia em abstrato, sem considerações de caráter de classe e conteúdo social. É o que demonstra a defesa de uma Assembleia Constituinte para dar organicidade à suposta revolução em curso, Assembleia essa que só poderia se efetivar enquanto órgão policlassista. Bem como ter ignorado que a defesa da democracia e da reunificação “em abstrato” estava levando os trabalhadores do Leste para os braços de grupos restauracionistas como a CDU, vitoriosa nas eleições de março.

4. Conclusão

Os eventos abordados nesta Parte IV são de evidente relevância para as forças socialistas, em especial para os trotskistas, que tinham na defesa das bases sociais dos Estados operários burocratizado e na crítica aos seus regimes stalinistas um importante pilar da sua identidade teórico-programática. Tais eventos, portanto, despertaram intensos debates entre os trotskistas da época, e suas reações a eles ajudam a melhor compreender a identidade de cada um dos grupos que disputavam o título de verdadeiros herdeiros da Quarta Internacional pré-Segunda Guerra.

O que se vê a partir das análises e posicionamentos dos três grupos trotskistas internacionais abordados neste e no capítulo anterior é que, por um lado, acertaram em denunciar os efeitos negativos sobre as condições de vida do proletariado que teriam a *perestroika* de Gorbachev e outras reformas similares no restante do bloco soviético. Também acertaram ao denunciar os riscos contrarrevolucionários que representava a crescente abertura a relações de mercado, propriedade privada e investimentos estrangeiros prevista em tais reformas. Bem como a crescente vinculação das cúpulas dos regimes burocráticos a forças imperialistas e suas agências financeiras, inclusive na forma de uma política externa marcada por significativas concessões no campo militar, no caso da URSS, que enfraqueciam a defesa do Estado operário burocratizado.

Eles acertaram, ademais, ao denunciarem os efeitos nocivos que o “socialismo em um só país” e a gestão burocrática da propriedade social estavam tendo sobre o desenvolvimento das forças produtivas do Estados operários burocratizados, constituindo a raiz da crescente desaceleração observada a partir dos anos 1970, donde defendiam ser

necessário romper o isolamento desses Estados através de novas revoluções socialistas em outros países, e remover a burocracia do poder, para dar lugar a um regime de autogestão proletária / democracia socialista.

Contudo, tais grupos enxergaram a burocracia de forma unilateral, como sendo a única fonte de riscos restauracionistas, inclusive igualando-a ao imperialismo nesse aspecto, como se não houvesse conflito de interesses entre ambos, apesar da sua maior aproximação em relação ao período anterior. Houve, assim, uma capitulação dos três grupos aos movimentos de massas pró-democracia, por não enxergarem que eles também representavam riscos restauracionistas, ao não terem um programa ou liderança comprometidos com o socialismo e com a manutenção das conquistas sociais da revolução, em particular a propriedade socializada e o planejamento econômico.

Como visto nas Parte II e III, os grupos aqui abordados já tinham desenvolvido ao longo das décadas anteriores uma postura de secundarizar o caráter dos programas e lideranças de movimentos de massas contra o stalinismo, crendo de forma objetivista que, por terem caráter proletário ou popular, eles teriam também caráter progressista ou mesmo revolucionário, a despeito da crise de direção (ausência de um partido marxista/trotskista à sua frente). Por conta desse objetivismo, capitulavam a forças políticas não-socialistas ou não-revolucionárias, buscando nelas um substituto para o partido marxista (trotskista), inexistente nos Estados operários burocratizados.

A nosso ver, esse substitucionismo e capitulação eram uma reação oportunista ao fato de que as forças trotskistas não estavam presentes (ao menos não de forma influente) nos países do bloco soviético, e não desejavam reconhecer as consequências amargas que tal ausência teria. Ao invés disso, buscavam uma visão mais positiva do possível desfecho dos eventos em curso e também a possibilidade de construir pontes mais rapidamente com setores da oposição de massas ao stalinismo, a despeito de seu programa não-socialista ou não-revolucionário.

Como também visto na Parte III, os grupos trotskistas em questão tinham certa tendência a colocar aspectos democráticos do programa revolucionário em primeiro plano, acima dos aspectos transitórios ou socialistas, ou mesmo de forma desvinculada desses. Esse desvio democratistas também estava ligado, a nosso ver, com uma vontade de enxergar desfechos mais positivos, ao invés de lidar com os riscos contrarrevolucionários que estavam em cena, bem como com a visão objetivista sobre as massas não poderem se mobilizar contra seus interesses históricos. Assim, descartavam a

possibilidade de uma contrarrevolução que assumisse a forma de uma reação democrática, insistindo, ao invés, na necessidade de uma guerra civil para que forças restauracionistas pudessem impor seu programa e destruir o Estado operário burocratizado.

Dessa forma, tais grupos acabaram não dando importância ou mesmo não enxergando o giro à direita das oposições ao stalinismo no bloco soviético ocorrida ao longo dos anos 1970-80, e o caráter pró-capitalista dos movimentos de massas que entraram em cena na segunda metade dos anos 1980 contra os regimes stalinistas. Daí seu apoio acrítico às demandas por independência nacional desvinculada da defesa de manutenção da propriedade social, bem como seu apoio acrítico às demandas por democracia (liberdades diversas, eleições livres etc.) também desvinculadas da defesa das bases sociais do Estado operário.

Mesmo no caso dos “morenistas” e “lambertistas”, que, diferentemente dos “mandelistas”, insistiam na necessidade de construção de um partido marxista (trotskista) para levar à frente a revolução política, houve essa capitulação aos movimentos sociais pró-democráticos, porém não-socialistas e mesmo abertamente restauracionistas.

Ademais, o referido otimismo se transformou em cegueira voluntária, uma vez que tais grupos enxergaram revoluções políticas mesmo com a ausência de mobilizações significativas da classe trabalhadora e da formação de órgãos de dualidade de poderes por parte dela. Por mais que houvesse uma clara crise de hegemonia dos regimes burocráticos e aparição de uma oposição de massas, esta oposição não tinha no proletariado seu principal sujeito social, nem era baseada em órgãos de autogoverno, como conselhos e comitês organizados por empresas ou bairros, ou ainda sindicatos.

Tais órgãos só apareceram de forma pontual no caso da URSS (especialmente entre os mineiros, com seus sindicatos independentes) e de forma minoritária no caso da Polônia (na forma das comissões de base do Solidarnosc). Porém, mesmo nesses casos, padeciam de uma orientação claramente socialista, estando sob influência das forças liberais ou que, de forma confusa, defendia relações de mercado combinadas a medidas de bem-estar.

Por conta desses elementos, esses três grupos enxergaram uma revolução política no que, na realidade, foi uma contrarrevolução com forma de reação democrática e apoiada em movimentos populares. Dessa forma, se mantiveram neutros diante do golpe de agosto de 1991 na URSS, que poderia ter dado uma sobrevida ao Estado operário

soviético, e comemoraram a destruição dos Estados operários burocratizados acreditando se tratar tão-somente da destruição dos regimes stalinistas, significando a conquista de liberdades democráticas (à exceção do caso alemão, no caso da corrente “mandelista” e, tardiamente, da corrente “morenista”).

Inclusive, como parte da sua visão unilateral da burocracia como intrinsecamente contrarrevolucionária, somada ao referido desvio democratista, tais grupos justificaram sua oposição ao golpe de agosto na URSS e a defesa do lado liderado por Ieltsin pela leitura de que ambos setores eram igualmente restauracionistas, porém que um deles (Ieltsin e seus aliados) estava supostamente comprometido com formas democráticas.

Também foram essas as raízes de posições que, na prática, iam contra a política do “defensismo revolucionário” das bases sociais do Estado operário. Quais sejam, a defesa da retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, mesmo que isso significasse dar espaço a forças fundamentalistas contrarrevolucionárias a serviço do imperialismo na fronteira do Estado operário e, no caso particular da corrente “mandelista”, também demandar o desarmamento unilateral da URSS, o que enfraqueceria sua capacidade de defesa militar.

Outro problema importante de se destacar é que tais grupos inseriram na estratégia da revolução política elementos que desvirtuavam seu caráter de fato revolucionário, em especial a demanda de caráter reformista por uma Assembleia Constituinte. Demanda essa que não coloca no centro da estratégia de superação do stalinismo a necessidade de destruição do aparato repressor da burocracia e sua substituição por órgãos de autogoverno do proletariado, além de gerar ilusões na possibilidade da eliminação da ditadura da burocracia sem um enfrentamento com tal aparato.

Da parta da corrente “morenista”, isso ainda assumiu uma forma de revisão mais profunda da estratégia original da revolução política, através da noção de que esta deveria se dar em duas fases. Sendo a primeira meramente democrática, estava, assim, justificada a frente com forças pró-democracia não-socialistas, pois tratar-se-ia da antessala da revolução política. Revolução política que, supostamente, só poderia triunfar após tais forças chegarem ao poder e as massas fazerem a experiência com elas, avançando para a defesa do socialismo sob a liderança de um partido marxista (trotskista) – que, só após tal experiência, poderia se massificar e cumprir seu papel histórico.

Assim, apesar de as correntes “lambertista” e “morenista” terem uma reivindicação formal de ortodoxia, no sentido de alegarem defender o arcabouço teórico-

programático original do trotskismo, elas na verdade descartavam a possibilidade de mobilizações de massas sem um programa e liderança socialistas cumprirem um papel contrarrevolucionário e capitulavam acriticamente a elas. Chegavam, inclusive a reduzir o programa da revolução política a demandas democráticas desvinculadas da defesa da propriedade social (ou o apresentarem apenas formalmente, dando prioridade à defesa das demandas puramente democráticas de tais mobilizações) e a inserirem elementos reformistas na sua estratégia.

Da parta da corrente “mandelista”, ademais desses problemas, o próprio caráter revolucionário da estratégia trotskista de superação do stalinismo foi completamente deixado de lado em certas ocasiões, como na sua capitulação eufórica às mediadas da *galsnost*, enxergando nelas uma eliminação do stalinismo, que tal corrente defendeu ser possível através da combinação de reformas por parte de setores da burocracia com pressão popular através de mobilizações da oposição democrática. Como visto, essa crença na possibilidade uma autorreforma do regime stalinista, ainda que combinada a pressão de massas, já havia se feito presente nas posições da corrente “mandelista” diante dos eventos abordados nas Parte II e III.

Por fim, nenhum dos três grupos abordados reconheceu o triunfo da contrarrevolução, pois, ademais de descartarem a possibilidade de ela se dar através de uma reação democrática apoiada nas mobilizações das massas por democracia, colocavam em primeiro plano para reconhecer seu triunfo critérios econômicos, de avanço quantitativo da privatização dos meios de produção, deixando de lado a questão central do poder político estatal e que classe o controla.

Essa “metodologia” é a contraparte lógica de visões gradualistas acerca da revolução social que tais grupos haviam desenvolvido ao longo das décadas anteriores (mencionadas na Parte II e abordadas em profundidade em minha dissertação de mestrado). Se era possível uma passagem gradual do Estado burguês ao Estado operário, na forma de “governos operário- camponeses” que constituiriam uma dualidade de poder dentro do Estado, porque o inverso também não seria válido?

No caso das correntes “morenista” e “lambertista”, também pesaram visões extremamente objetivistas, segundo as quais o imperialismo estaria impossibilitado de absorver as forças produtivas dos Estados operários, pela combinação de uma grave crise econômica com um poderoso ascenso revolucionário mundial. Assenso esse que não

correspondia à realidade, sendo fruto de um impressionismo profundo da parte de tais correntes.

A exceção foi o caso alemão, em relação às correntes “mandelista” e “morenista” (esta, após uma correção tardia das suas análises e posições iniciais), em que tais correntes reconheceram o triunfo de uma contrarrevolução a partir da reunificação. Essa diferença provavelmente se deu por ser mais evidente a destruição do Estado operário dada a absorção da RDA pela RFA imperialista.

Assim, em nossa avaliação, os principais componentes do movimento trotskista e a apropriação por eles feita da teoria do Estado operário burocratizado fracassaram diante desse enorme teste que foram os eventos no bloco soviético e URSS ao final do século XX. Esse fracasso não foi fortuito, mas sim produto de anos de acúmulo de desvios teórico-programáticos por parte desses grupos, que, apesar de manterem uma reivindicação formal do arcabouço original do trotskismo, na realidade deformaram seus aspectos centrais, ao capitularem a pressões diversas às quais estavam submetidos enquanto grupos radicais isolados das massas. Com isso, passaram a operar com algo qualitativamente diferente de tal arcabouço, com visões objetivistas e programas centristas.

Esse fracasso, portanto, não significa um fracasso da teoria do Estado operário burocratizado e do acabço teórico-programático original do trotskismo, mas sim das apropriações indevidas dele feitas pelos principais grupos da época que reivindicavam o trotskismo. A nosso ver, a teoria e o arcabouço original foram confirmados pelos eventos, conforme indica a análise que realizados nos Capítulos 7 e 8.

Ademais, houve grupos trotskistas à época que deram conta de responder aos desafios apresentados por tais eventos de forma que encaramos ter sido mais adequada, a saber, a *Spartacist League* dos EUA (SL) e sua “tendência Espartaquista internacional” (iSt) (até, pelo menos, meados dos anos 1980) e também a “Tendência Bolchevique Internacional” (IBT), esta última formada por quadros expulsos da SL / iSt por conta de um processo de burocratização interna ocorrido nos anos 1980.

Apesar de não ter havido tempo hábil para abordar em detalhes a SL / iSt e a IBT nesta Parte IV, muitas de suas análises e posições estão refletidas nas nossas próprias aqui apresentadas. Em especial, sua firme oposição à burocracia, sem capitulações às suas alas reformadoras, sua manutenção do caráter revolucionário da estratégia de revolução política, e sua atenção ao fator subjetivo, não tendo capitulado aos movimentos

democráticos, por perceberem os riscos contrarrevolucionários que suas lideranças e programas apresentavam, e por defenderem a necessidade de formação de um partido marxista (trotskista) para disputar a consciência das massas contra tais lideranças.

No caso da SL / iST, contudo, a perda de quadros e o crescente isolamento diante do refluxo vivido pelo movimento operário estadunidense nos anos 1980, bem como as pressões anticomunistas decorrentes da Guerra Fria “reacendida” por Reagan, levaram o grupo tanto a um processo de degeneração burocrática, quanto de desvios “stalinofílicos” ao longo de tais anos. Com isso, conforme os eventos no bloco soviético se complexificaram, tal organização passou a operar, cada vez mais, com uma visão campista, de mundo dividido entre os “campos” capitalista e “socialista”, e não mais uma visão de luta de classes. Assim, sua defesa dos Estados operários burocratizados se tornou, cada vez mais, uma postura de apostar que as burocracias stalinistas seriam capazes de defender as conquistas sociais desses Estados. Com isso, ademais do que já foi dito em relação à forma como apoiou a supressão do Solidariedade polônês, em 1981, a organização comemorou acriticamente a ocupação do Afeganistão pela URSS, em 1979, e chegou a homenagear Iuri Andropov quando de sua morte, em 1984.

Diante dos eventos de 1989-91, a SL / iSt reagiu de forma errática, e acabou também enxergando uma revolução política no caso da RDA, tendo dedicado grandes esforços e recursos a construção de uma seção no país. Tal seção defendeu uma aliança com o SED, acreditando que o setor da burocracia nele organizado poderia auxiliar no triunfo da suposta revolução por democracia socialista que estaria em curso.¹⁶⁶¹ Assim, ao final dos anos 1980, sua “stalinofilia” acabou se misturando com o mesmo tipo de otimismo e cegueira voluntária visto nos outros grupos abordados.

Provavelmente sob o impacto da cisão que afetou sua seção na RDA, por não ter se realizado as projeções otimistas do grupo, e também do triunfo da contrarrevolução nesse país, a SL / iSt assumiu uma postura diferente do esperado pela sua trajetória anterior diante do golpe de agosto de 1991 na URSS. Ao invés de tomar criticamente o lado dos golpistas, adotou uma posição de neutralidade.¹⁶⁶²

Ademais, tal qual os demais grupos abordados, ela também não reconheceu o triunfo da contrarrevolução na URSS à época, só reavaliando em meados dos anos 1990

¹⁶⁶¹ Ver por exemplo, as edições de 29 de dezembro de 1989 e de 26 de janeiro de 1990 do jornal da SL dos EUA, *Workers Vanguard*.

¹⁶⁶² Ver a edição de 30 de agosto de 1991 de *Workers Vanguard*.

em retrospectiva que a vitória de Ieltsin e seus aliados havia tido tal significado. Ainda assim, afirmou que a contrarrevolução ocorrera de forma gradual.¹⁶⁶³

Já a IBT, a nosso ver, teve as análises posições mais adequadas diante dos eventos em tela. Ademais dos aspectos positivos que ressaltamos da parte de outros grupos, como a oposição à Gorbachev e a denúncia da *perestroika* e da sua política externa, bem como a detecção da raiz dos problemas econômicos no isolamento nacional da URSS e na gestão burocrática da propriedade social, ela também detectou e criticou as limitações e contradições dos movimentos de oposição ao stalinismo surgidos no bloco soviético na segunda metade dos anos 1980, vendo neles um potencial risco restauracionista, no que se diferenciou da maior parte das organizações trotskistas da época.

Conforme esse risco se tornou mais concreto, a IBT denunciou tal elemento, apontando que os eventos de 1989 no bloco soviético se encaminhavam para a direita, na forma de chegada ao poder de grupos restauracionistas. Assim, tal organização foi contra reunificação incondicional da Alemanha e as independências das repúblicas da URSS sob lideranças e projetos restauracionistas, de forma que não colocou a defesa de demandas democráticas acima da defesa das bases sociais dos Estados operários burocratizados.¹⁶⁶⁴

A IBT ainda reconheceu o triunfo da contrarrevolução a partir da destruição dos aparatos estatais dos Estados operários burocratizados, adotando uma análise focada na questão de qual classe controla o aparato estatal, ao invés do gradualismo visto nos demais grupos. Ela também adotou uma postura de defesa dos Estados operários diante desses processos, ao tomar o lado militar dos setores da burocracia que agiram, de uma forma ou de outra, contra as forças contrarrevolucionárias, encarando que sua ação poderia dar alguma sobrevida a tais formações sociais. Foi o caso do golpe de agosto de 1991 na URSS, em que a IBT defendeu o lado militar dos golpistas, ainda que sem lhes conceder apoio político – denunciando que a classe trabalhadora deveria removê-los do poder, tão logo a ameaça representada por Ieltsin e seus aliados fosse suprimida.¹⁶⁶⁵

Em um futuro próximo esperamos poder expandir o presente trabalho, apresentando em detalhes tais elementos de análise e posicionamento por parte da SL /

¹⁶⁶³ Ver a edição de 18 de fevereiro de 1994 de *Workers Vanguard*.

¹⁶⁶⁴ Cf. WORLD Revolution, Not 'Market Socialism'. *Perestroika: A Pandora's Box*. 1917 n. 6, Summer 1989; EASTERN European Regimes Implode: Death Agony of Stalinism. 1917 n. 8, Summer 1990; NATIONAL Question in the USSR, The. 1917 n. 10, 3rd Quarter 1991.

¹⁶⁶⁵ Cf. DEFEND Soviet Workers Against Yeltsin's Attacks! Counterrevolution Triumphs in USSR [Sept. 1991]. 1917 n. 11, 3rd Quarter 1992; THREE Days in August - Soviet Rubicon & the Left. 1917 n. 11, 3rd Quarter 1992.

iSt e da IBT. Não obstante, fazemos questão de mencioná-los aqui para demonstrar que, a despeito da falência de boa parte do movimento trotskista internacional pós-guerra diante dos eventos abordados na Parta IV desta tese, houve grupos que apresentaram uma apropriação do arcabouço teórico-programático original do trotskismo que, ao nosso ver, foram corretos – em especial a SL / iSt até meados dos anos 1980 e a IBT diante dos eventos aqui do período 1985-91.

CONCLUSÃO

Ao longo dessas muitas páginas foi feito um esforço para mapear e avaliar a adequação das variadas formas pelas quais o que chamamos de teoria do Estado operário burocratizado e as orientações políticas a ela vinculadas foram apropriadas e aplicadas por alguns dos principais grupos trotskistas internacionais diante dos eventos que marcaram o bloco soviético ao longo da segunda metade do século XX, bem como se os elementos originais de tal teoria se demonstraram válidos e de que forma.

A conclusão a que chegamos é que a teoria e seus apontamentos políticos, conforme delineados na “fase madura” do pensamento de Leon Trotski, foram confirmados por tais eventos, demonstrando grande poder explicativo e diretrizes políticas adequadas, ainda que alguns elementos de teor secundário não tenham se mostrado válidos, e certas correções e atualizações tenham se mostrado necessárias.

A nosso ver, a teoria do Estado operário burocratizado de Trotski, na sua forma “madura”, é a que melhor dá conta de explicar o que eram as formações sociais da URSS e de seus “Estados satélites” no Leste Europeu (o “bloco soviético”), uma vez que não se tratava de formações sociais capitalistas, de sociedades plenamente socialistas, nem de formações sociais dotadas de uma nova classe exploradora. Tratavam-se, conforme tal teoria, de formações sociais de transição entre o capitalismo e o socialismo, cuja transição encontrava-se bloqueada pelo seu isolamento nacional e pelo regime de ditadura da burocracia (stalinismo).

Encaramos que é essa caracterização que melhor permite compreender tanto os aspectos positivos dessas formações sociais – a socialização dos meios de produção, fruto da revolução social, e a decorrente coordenação e distribuição planejada da produção, ao invés da anarquia de mercado e da acumulação privada – quanto os aspectos negativos, sobretudo o regime de ditadura da burocracia, que havia expropriado politicamente o proletariado para assegurar seu parasitismo da propriedade social, e as contradições que advinham desse regime.

Contradições essas encapsuladas na permanência e proteção, pela burocracia, das “normas burguesas” de distribuição e na gestão não-democrática (hiper-centralizada e verticalizada) da propriedade socializada, que bloqueava a existência de um substituto adequado (a auto-gestão) para as relações de oferta e demanda vigentes sob o capitalismo, impedindo a devida aferição das necessidades da sociedade, além de também bloquear a

existência de um substituto adequado (também a auto-gestão) para o engajamento dos trabalhadores no processo produtivo, na ausência de coerção econômica.

Assim, a gestão burocrática da propriedade social gerava crescentes desequilíbrios e entraves ao desenvolvimento dessa propriedade, e explosivas contradições sociais. Elementos esses que estão na raiz das revoltas ocorridas nessas sociedades nos anos 1950-60, por democracia proletária / socialismo democrático e melhores condições de vida. Revoltas essas cuja dinâmica, de mobilizações inicialmente com pauta econômica se desdobrando em mobilizações contra os privilégios materiais da burocracia e, ainda, em um questionamento global de seu monopólio do poder político, foi extremamente próxima daquela prevista por tal teoria.

Tal teoria explica, também, por que tal burocracia era incapaz de dissolver seu regime ditatorial pra atender a tais demandas, ainda que pudesse realizar mudanças de ordem secundária, como findar o sistema de terror erguido por Stalin nos anos 1930-40 – pois seus privilégios materiais estavam atrelados a seu monopólio do poder político, de forma que abrir mão deste significaria cometer suicídio enquanto grupo social. Donde a necessidade de um processo revolucionário para que o proletariado pudesse se (re)apropriar da gestão da política e da economia, de forma a desbloquear a transição ao socialismo. A teoria, contudo, subestimou a capacidade de resistência e repressão dessa burocracia frente às revoltas proletárias, por não ter acompanhado a formação do enorme aparato repressor centralizado sob Stalin.

A teoria explica, ainda, a instabilidade e heterogeneidade dessa burocracia, e suas lutas internas ao longo da segunda metade do século XX, pois tratava-se de um grupo social dividido em muitos subgrupos: a burocracia partidária, a burocracia militar, a burocracia policial, a burocracia gestora das empresas, a burocracia gestora do aparato central de planejamento econômico, dentre outros. Todos esses grupos tinham interesses particulares, que levavam a disputas pela parte do produto econômico que podiam parasitar. E todos esses grupos eram dependentes de algum nível de aceitação ou, ao menos, tolerância passiva, da parte das massas trabalhadoras para se manterem em seu lugar – donde as tentativas de reforma política e concessões parciais, para aliviar a tensão e assegurar uma contínua melhora do nível de vida de tais massas.

Ela explica, ademais, a impossibilidade de a transição ao socialismo se completar não apenas sem a eliminação da ditadura da burocracia, como também de um processo de internacionalização da revolução, que permitisse um enorme salto no desenvolvimento

das forças produtivas, a partir de seu compartilhamento a nível internacional, e que eliminasse a ameaça de uma contrarrevolução externa pelas forças imperialistas.

Explica, ainda, a necessidade de um partido marxista (trotskista) enraizado na classe trabalhadora e existente a nível internacional, para liderar o proletariado na sua revolução política contra a burocracia e na revolução social para findar o capitalismo no resto do mundo, pois, sem ele, o proletariado tende a não unificar sua luta e órgãos embrionários de autogoverno na forma de captura do poder de Estado. A teoria, contudo, superestimou a possibilidade de formação desse partido na conjuntura da Segunda Guerra Mundial.

Tal teoria explica também a possibilidade de um retrocesso dessas formações sociais ao capitalismo, uma vez que se tratava de sociedades transitórias, que mesclavam elementos do antigo e do novo, e não podiam completar sua transição de forma nacionalmente isolada. A teoria, contudo, tratou como uma possibilidade improvável aquela de uma restauração na forma de reação democrática, que foi a que de fato se realizou, por considerar que o proletariado resistiria a tal processo, de forma que apontava ser necessária uma “guerra civil sangrenta”. Ademais, há que se considerar o contexto de preparação da Segunda Guerra Mundial, que colocava uma contrarrevolução na forma de invasão militar imperialista como a mais provável.

A teoria também se mostrou parcialmente equivocada ao supor que o stalinismo seria um fenômeno muito menos duradouro do que de fato foi, graças à expansão soviética no Leste Europeu e o triunfo de novas revoluções sociais na periferia capitalista. Assim, não tinha como prever a possibilidade de sua existência prolongada levar as massas trabalhadoras nos anos 1980 a, ao se mobilizarem contra os efeitos continuados e aprofundados das referidas contradições geradas pelo regime burocrático, rejeitarem o socialismo e almejem o retorno do capitalismo.

Não obstante, ela explica o protagonismo de setores da própria burocracia na restauração, ao apontar que, cedo ou tarde, certos setores buscariam se converter em burguesia (proprietários) para, com isso, alcançarem estabilidade, melhores padrões de vida e possibilidade de reprodução social via herança – elementos inviáveis na posição de meros gestores da propriedade social e da forte dependência política de seus cargos.

Explica, por fim, a queda drástica dos padrões de vida do proletariado e das massas populares com a restauração, o que confirma que os Estados operários burocratizados eram formações sociais superiores ao capitalismo, ainda que a manutenção por tempo

indefinido do regime burocrático fosse historicamente inviável. Com a restituição da propriedade privada e da anarquia de mercado, as conquistas sociais da revolução de que disfrutavam as massas foram eliminadas ou profundamente abaladas e as forças produtivas retrocederam em vários aspectos.

A teoria do Estado operário burocratizado é, portanto, um arsenal conceitual, analítico e programático superior às leituras burguesas, tais como as teorias totalitaristas ou teorias da convergência, que não percebiam a especificidade daquelas formações sociais e, com frequência, estavam mais preocupadas em condená-las do que em entendê-las. Também é superior às apologias pró-stalinistas, que viam nos Estados operários burocratizados o socialismo já plenamente realizado, de forma que negavam suas muitas contradições, e condenavam automaticamente qualquer mobilização proletária em oposição aos regimes políticos dessas formações sociais. Tal teoria é superior, ainda, às leituras baseadas na noção de uma nova classe social (capitalismo de Estado, coletivismo burocrático e suas muitas variantes), que não reconheciam a superioridade da propriedade social e do planejamento econômico, a despeito da gestão burocrática, em relação à propriedade privada e à anarquia de mercado, de forma que não explicam adequadamente o retrocesso ao capitalismo e as consequências nefastas disso para a maior parte da sua população.

Já a apropriação e aplicação da teoria do Estado operário burocratizado por parte do movimento trotskista internacional no decorrer dos próprios eventos abordados é algo mais complexo de se avaliar. A conclusão a que chegamos em relação a esse elemento é que, por mais que, em vários sentidos, os grupos abordados tenham realizado análises adequadas dos aspectos mais gerais das situações em foco (ao menos até 1988), as suas respostas políticas com frequência se desviaram daquilo que condizia com o arcabouço teórico-programático original, e se mostraram inadequadas frente às situações nas quais buscavam incidir. Ademais, houve ocasiões – em especial o período 1989-91 – em que até mesmo as análises das situações concretas se mostraram bastante inadequadas, ainda que levando em consideração as muitas dificuldades de uma análise feita no calor do momento.

A nosso ver, essa apropriação inadequada da teoria do Estado operário burocratizado é parte integrante da crise do trotskismo no pós-guerra, ou seja, a sua crescente fragmentação teórico-programática e organizativa, e constitui um elemento

indispensável para a devida compreensão dessa crise, ainda que não seja seu único componente.

Certamente, a maior questão colocada é como que, ao fim do século XX, algumas das principais organizações do movimento trotskista internacional, que tinha como um dos seus pilares de identidade a defesa incondicional dos Estados operários burocratizados, por entender que corporificavam importantes ganhos sociais decorrentes de revoluções sociais vitoriosas, a despeito da burocratização de seus regimes políticos, acabaram por tomar o lado de forças políticas que levaram à destruição dessas formações sociais e, em grande parte, comemoraram tal resultado, não enxergando se tratar de uma contrarrevolução restauracionista.

Mas há outros aspectos problemáticos que precisam ser destacados e que, inclusive, se fizeram presentes ainda nas décadas de 1950-60, como posições de expectativa em autorreformas dos regimes stalinistas, “atualizações” inadequadas do arcabouço programático original da teoria do Estado operário burocratizado, em especial da estratégia da revolução política, negações dogmáticas de que certos elementos secundários dessa teoria não (mais) se mostravam válidos e, ainda, incapacidade de identificar a mudança qualitativa a nível do poder político / aparato estatal que consolidou as contrarrevoluções restauracionistas ao fim do século, levando à manutenção da caracterização de Estado operário para os países do bloco soviético ao longo dos anos 1990.

É necessário ressaltar que esses problemas de “aplicação” do arcabouço original por parte dos grupos trotskistas analisados, a nosso ver, não são meras “interpretações” equivocadas, mas fruto de adaptações oportunistas ou sectárias às muitas pressões a que organizações políticas estão submetidas na sua atuação, em especial grupos tão pequenos e isolados como foram, em sua maioria, os trotskistas. Tais problemas, portanto, possuíam raízes sociais. Pesquisar a fundo que raízes foram essas extrapola os objetivos dessa pesquisa, pois demandaria um estudo detalhado de cada organização abordada em termos de sua composição social, funcionamento interno e atuação pública, se não em cada país em que possuía presença, ao menos naqueles onde se localizava sua principal seção nacional. Contudo, cabe levantar algumas hipóteses, a partir dos elementos dessa complexa questão que nossa pesquisa permite vislumbrar, ao mapear as análises e posições dos grupos.

Para melhor compreender esses desvios e equívocos é necessário levar em conta métodos de análise e posições práticas mais gerais que foram se desenvolvendo ao longo das décadas pós-guerra entre setores do movimento trotskista internacional e transformando-os em algo qualitativamente diferente do que era o trotskismo na origem, ainda que por vezes fossem envelopadas em uma reivindicação formal do arcabouço teórico-programático original – tema estudado em nossa dissertação de mestrado.

Em especial, sob o impacto de algumas revoluções sociais triunfantes nos anos 1950-60, que não tinham uma liderança marxista à sua frente, houve uma secundarização ou “flexibilização” da noção de crise de direção, segundo a qual, sem uma liderança trotskista enraizada na classe trabalhadora, seria muito improvável o triunfo de revoluções vitoriosas, pois tal classe acabaria conduzida por forças oportunistas e contrarrevolucionárias, que desviariam os processos de luta de classes da necessária tomada do poder político / estatal. No lugar da centralidade dada pelo trotskismo original ao “fator subjetivo” na luta de classes, muitos componentes do movimento trotskista internacional pós-guerra passaram a operar com noções diversas de “fatores objetivos” que compensariam de alguma forma a ausência de uma liderança trotskista, levando processos à vitória mesmo que conduzidos por lideranças centristas ou reformistas (um “substitucionismo”).

Tratava-se de uma forma de objetivismo, alicerçada na generalização indevida dos casos excepcionais de revoluções triunfantes no imediato pós-guerra, a despeito de um número incomparavelmente maior de processos revolucionários terem sido derrotados pela ausência de uma direção marxista. Com isso, setores do movimento trotskista acabaram por se adaptar politicamente a outras forças políticas com maior influência, ao invés de disputar com elas a liderança da classe trabalhadora – tarefa hercúlea e que não poderia ser concretizada de imediato pelas reduzidas forças trotskistas –, bem como adotaram uma visão de mundo mais otimista e, portanto, mais palatável, segundo a qual revoluções triunfantes seriam mais prováveis do que indicava o arcabouço original do trotskismo.

Tais elementos nos parecem fruto muito direto da situação de prolongado isolamento e consequente baixa capacidade de influenciar os eventos à sua volta, que afetou o trotskismo em quase todo o mundo. No afã de alterar sua situação mais rapidamente, alteraram (ainda que, muitas vezes, sem afirmá-lo) o arcabouço teórico-programático original do trotskismo, porém levando a erros de análise e posicionamento.

Ademais, houve também a inserção de noções gradualistas para dentro desse arcabouço, no contexto das releituras estratégicas dos anos 1950-60, também muito vinculadas a noções objetivistas. Setores do movimento trotskista passaram a defender que seria possível a construção da ditadura do proletariado / Estado operário através não apenas de um processo de ruptura revolucionária do Estado burguês, mas também de processos graduais, que passariam por sucessivos estágios de eliminação parcial do poder político e econômico da burguesia – como na noção de “governo operário e camponês”, ressignificada, na virada dos anos 1940-50, enquanto situação de dualidade de poder no interior do Estado burguês, que poderia progredir para a formação de um Estado operário.

Tal gradualismo, por sua vez, também nos parece ser fruto das pressões advindas do isolamento das forças trotskistas, pois envolvia pensar que, mesmo contra sua vontade, forças centristas ou reformistas seriam de alguma forma “empurradas” a irem além de seu programa pela pressão das massas ou fatores objetivos da conjuntura de Guerra Fria e, assim, darem um passo rumo a uma revolução triunfante, constituindo um estágio intermediário do processo ao se alçarem ao poder. Estágio após o qual seriam substituídas pelas forças marxistas (trotskistas), ou por elas influenciadas a irem mais além de seus próprios programas. Assim, o isolamento dos trotskistas não seria um problema tão grave, pois o triunfo de novas revoluções não dependeria necessariamente de uma mudança dessa situação – forma de pensar que, certamente, trazia alento subjetivo a esses militantes.

Houve, ainda, uma crescente adaptação de setores do movimento trotskista a um programa meramente democrático, desvinculado das demandas sociais revolucionárias e transitórias que compunham o arcabouço original, o que constituiu uma adaptação política a forças reformistas ou mesmo liberal-progressistas e nacionalistas com influência de massas, bem como uma adaptação à consciência geralmente inicialmente recuada das massas quando começam a se mobilizar.

Aqui há duas coisas a se considerar. Primeiro, que isso envolve uma postura menos desconfortável do que a de precisar constantemente “nadar contra a corrente” e, com isso, permite romper mais facilmente o isolamento – porém, às custas de se adaptar a um programa político meramente “democrático” (burguês), que entrava por vezes em contradição com o programa revolucionário. Segundo, que a reação democrática foi um importante instrumento de normalização burguesa na Europa ocidental ao final da Segunda Guerra, e também de partes da periferia capitalista nos anos 1980, de forma que

houve muita propaganda ideológica por parte dos órgãos de hegemonia imperialistas em torno da noção de democracia como valor universal, desvinculada de critérios de classe e formas sociais, o que nos parece ter influenciado em algum grau alguns grupos trotskistas.

A soma desses elementos, ademais de terem influído em mudanças profundas na estratégia para uma revolução social de setores do movimento trotskista internacional do pós-guerra, conforme abordamos em nossa dissertação de mestrado, também afetou a estratégia de superação dos regimes stalinistas dos Estados operários burocratizados (ou seja, a revolução política), e suas avaliações sobre o stalinismo e sobre os riscos contrarrevolucionários aos Estados operários, conforme buscamos demonstrar nesta tese.

Ela levou alguns grupos trotskistas aqui analisados a criarem expectativas em uma superação do stalinismo conduzida por setores da própria burocracia (“autorreforma” do stalinismo). Também levou alguns a reformularem (ainda que não explicitamente) a noção de revolução política na forma de uma estratégia de reforma gradual imposta pela pressão das massas sobre o regime stalinista. A partir dos anos 1980, levou, ainda, alguns a apoiar politicamente forças não comprometidas com o socialismo, mas que encabeçavam movimentos de massas em oposição aos regimes stalinistas.

Em relação a esse último elemento, influíram também outras formas de objetivismo. Quais sejam, a noção de que o proletariado, e as massas populares em geral, não se engajariam em mobilizações que pudessem atentar contra seus interesses históricos (no caso, a restauração do capitalismo), e, como consequência desta, uma limitação do programa da revolução política a demandas democráticas, sem vinculação com a defesa da propriedade social e do norte socialista.

Assim, em diferentes momentos do período pós-guerra, setores importantes do movimento trotskista internacional extirparam o caráter revolucionário (proletário e marxista) da noção de revolução política ou, ainda, confundiram revolução política com uma contrarrevolução com formato de reação democrática.

Ademais, as noções gradualistas afetaram não só a forma como alguns grupos trotskistas concebiam a superação do stalinismo (revolução política), mas, também, a contrarrevolução / restauração capitalista. No lugar da noção original, de que uma contrarrevolução restauracionista envolveria, essencialmente, um momento de mudança qualitativa ao nível do poder de Estado, na forma da destruição do aparato estatal e a construção, em seu lugar, de um Estado burguês, passou a predominar entre diversos

setores do movimento trotskista do final do século XX a noção de que a restauração do capitalismo se realizaria primeiro no terreno econômico e de forma gradual.

A privatização dos meios de produção foi tida, assim, como primeiro passo fundamental para que pudesse ocorrer uma mudança qualitativa (no sentido de classe) a nível do aparato de Estado, através da ação de uma nova e forte burguesia nativa, que construísse para si um Estado burguês. Antes de tal privatização ser completada, portanto, o Estado operário burocratizado seguiria existindo, mesmo que tendo governos abertamente restauracionistas.

Com isso, vários grupos foram incapazes de reconhecer o triunfo da contrarrevolução nos Estados operários burocratizados do bloco soviético e na URSS, pelo fato de as privatizações terem ocorrido de forma lenta em muitos deles e a propriedade estatal ter continuado sendo majoritária por longo período (em alguns lugares, até hoje). Isso certamente se combina com o fato de que tais setores viram na destruição dos aparatos estatais dos Estados operários não a contrarrevolução que triunfava, mas apenas a destruição do regime stalinista, que foi vista como uma vitória democrática.

Houve, ainda, grupos que reagiram de forma dogmática a mudanças nos regimes de ditadura burocrática, negando que estes poderiam abrir mão de elementos secundários (como o terror) como forma de evitar explosões sociais, e grupos que adotaram posturas chamadas pelo próprio movimento trotskista de “estalinofílicas”, isto é, de confiança na burocracia para proteger as bases sociais do Estado operário. Tais posições podem ser compreendidas como reações inadequadas de grupos muito pequenos e isolados às capitulações que a maior parte de seus pares trotskistas vinham operando, bem como uma reação exacerbada ao contexto de forte anticomunismo da Guerra Fria nos países imperialistas.

Esses muitos erros, contudo, não significam que não houve setores do movimento trotskista, ainda que minoritários, que tenham tido análises e posicionamentos corretos diante dos eventos abordados, demonstrando uma apropriação adequada da teoria do Estado operário burocratizado. Em especial, setores que não capitularam a alas reformadoras das burocracias stalinistas, mantendo a necessidade da revolução política, que não secundarizaram a necessidade de construção de partidos marxistas (trotskistas) para liderar tal revolução à vitória. Que não apoiaram os movimentos de oposição ao stalinismo desprovidos de orientação socialista, denunciando suas lideranças e programas

e, inclusive, tomando o lado militar da burocracia quando esta agiu, ainda que em prol de seus próprios interesses e com seus próprios métodos desastrosos, para suprimir tal ameaça ao Estado operário, sem deixar de fazer oposição a tal burocracia. E que reconheceram o triunfo da contrarrevolução na mudança a nível do poder estatal ocorrida entre 1989-91 no bloco soviético e na URSS, enxergando aí uma derrota histórica.

As contribuições corretas desses setores minoritários do trotskismo são um ponto de partida necessário para a reconstrução do marxismo no século XXI, não só pelo seu acerto à época, mas por conterem um método que permite a compreensão adequada de novos desafios da atualidade nos Estados operários burocratizados restantes.

À título de encerramento, vejamos tais elementos em maiores detalhes, na forma de uma síntese dos achados de cada parte dessa pesquisa que lidou com a história do movimento trotskista internacional.

Vimos a história do bloco soviético a partir do pós-guerra através de eventos-chave que colocaram em questão a possibilidade de uma mudança do regime de ditadura da burocracia (stalinismo). Dividimos esse período em três. Os anos 1950-60 (Parte II da tese), marcados por tentativas de reformas limitadas por parte da burocracia, por um lado, e revoltas populares e proletárias por um socialismo democrático, por outro, incluindo uma genuína revolução (derrotada, na Hungria). Os anos 1970-80 na Polônia (Parte III), que é um caso emblemático de passagem da oposição de massas de um programa claramente socialista a um programa pró-capitalista, ainda que marcado por muitas contradições – o prelúdio do que viria a ocorrer adiante no conjunto do bloco soviético. A segunda metade dos anos 1980 (Parte IV), marcada por uma nova rodada de tentativas das burocracias em reformar seus regimes (em especial o mecanismo de planejamento econômico) e pela entrada em cena de oposições de massas pró-democráticas, porém sem terem mais o socialismo como um norte e compartilhando de muitas ilusões numa restauração capitalista, a qual acabou por se efetivar, na forma de uma reação democrática combinada à conversão de setores da burocracia em burguesia.

Dos setores do movimento trotskista que analisamos, aquele que mais claramente se distanciou do arcabouço teórico-programático original do movimento foi justamente seu setor majoritário, a Quarta Internacional “propriamente dita”, que ficou conhecida como QI (Secretariado Internacional) a partir do racha de 1953 e como QI (Secretariado Unificado) a partir da reunificação parcial de 1963. Em nossa avaliação, tal distanciamento não significou uma atualização ou correção adequada, mas uma adaptação

objetivista, cujas posições práticas se mostraram equivocadas diante do desenrolar dos eventos em foco.

Em nossa dissertação de mestrado já havia sido identificado um abandono da estratégia revolucionária original do trotskismo por esse setor, em prol de uma estratégia gradualista, que passava por fazer alianças com forças políticas não-marxistas com influência de massas, na perspectiva de que estas chegassem ao poder e pudessem ser “empurradas” para concluir um processo de expropriação da burguesia e construção de um Estado operário. Também em nossa dissertação de mestrado, já havia sido identificada uma postura de apoio político às forças stalinistas, sempre que estas se distanciavam de posições mais canônicas emanadas desde Moscou (como na condução, numericamente excepcional, de revoluções sociais triunfantes), por considerar que, com isso, deixavam de ser stalinistas de fato. Desvios semelhantes foram detectados nesta pesquisa em relação à questão da revolução política e da possibilidade de uma autorreforma dos regimes stalinistas.

No primeiro período analisado, os anos 1950-60, foi possível ver que a QI (SI) / QI (SU), ainda que reivindicando formalmente a revolução política como solução para o stalinismo, adotou a noção de autorreforma da burocracia diante da aparição de alas reformadoras nos PCs e regimes do Leste.

Diante da revolta alemã de 1953, polonesa de 1956 e da Revolução Húngara de 1956, esse setor do trotskismo apostou em uma estratégia de democratização dos partidos stalinistas através da pressão das massas, e na possibilidade de setores reformadores da burocracia de fato eliminarem o regime ditatorial, deixando de lado a estratégia de construção de um partido trotskista independente da burocracia para liderar uma ruptura revolucionária do aparato estatal burocrático. Isso foi feito de forma bastante explícita a partir da iniciativa de Michel Pablo e seus aliados, em 1953, mas se manteve ainda que de formas atenuadas a partir do maior peso obtido pelo trio Ernest Mandel - Pierre Frank - Livio Maitain na liderança internacional, alguns anos depois.

Em relação à Revolução Húngara, ainda que tenha defendido uma derrubada do regime burocrático, esse grupo apostou na democratização do PC, ao invés da formação de um partido trotskista. De forma semelhante, em relação à Primavera de Praga (1968), defendeu um “autogoverno” das massas, mas sem uma estratégia de como conquistá-lo, tendo, num primeiro momento, apoiado a figura de Dubček, crendo que ele seria capaz

de alterar qualitativamente o regime ditatorial a partir de reformas, além de também ter apostado na democratização do PC tchecoslovaco.

Assim, é possível afirmarmos que, quando o enfrentamento das massas com o regime se intensificava, esse setor do trotskismo tendia a apostar menos numa estratégia de autorreforma, ainda que mantendo elementos de apoio político às forças stalinistas reformadoras.

Isso se fez presente de forma mais marcante no segundo período analisado, o caso polonês da virada dos anos 1970-80. Como não só houve um intenso enfrentamento entre a oposição de massas e o regime, como também o surgimento de uma influente organização independente da burocracia (o Solidariedade), a QI (SU) “mandelista” não apresentou ilusões em uma autorreforma do regime, nem em uma reforma do partido que o sustentava, tendo mantido uma postura de firme oposição, denunciando o regime burocrático como causador de graves problemas econômicos e defendendo sua superação.

Não obstante, oscilou entre uma estratégia de revolução e uma de reforma (gradualismo – democratização através do espalhamento de órgãos de autogestão). Ademais, a mesma secundarização da necessidade de uma liderança marxista se fez presente nesse caso, com a organização tendo assumido uma postura de apoio entusiasmado em relação à liderança do Solidariedade, a despeito da hegemonia nesta de forças pró-capitalistas.

Um elemento novo de grande importância foi desconsideração ao abandono da defesa do socialismo por parte dos principais líderes oposicionistas – já perceptível com o KOR, em contraste com a oposição dos anos 1950-60, e depois mais claramente com o programa econômico pró-mercado adotado no I Congresso do Solidariedade. Por vezes a organização minimizou a relevância desse elemento, mas, na maior parte do tempo, simplesmente negou tal fato, não enxergando a mudança pela qual passara a oposição a partir do fracasso das experiências anteriores de reformas limitadas e revoltas populares. Assim, apostou no Solidariedade como sujeito político da revolução política. Com base nessa caracterização, condenou sua supressão pela burocracia em 1981.

Com o tempo, esse último elemento assumiu a forma de negação de que mobilizações de massas pudessem servir a uma contrarrevolução, pois esta não seria dos interesses objetivos das massas. A QI (SU), portanto, operou com uma visão objetivista, não só por secundarizar o elemento do “fator consciente” na luta pela democracia socialista (o partido trotskista) como negar que as massas pudessem ser levadas a defender

projetos contrários a seus interesses históricos. Também operou com uma postura substitucionista, de apoio a forças não comprometidas com uma estratégia revolucionária e com o socialismo, se deixando levar pelo teor democrático de seu programa.

Quando dos eventos do terceiro período analisado, a QI (SU) “mandelista”, por um lado, se mostrou inicialmente cética em relação às promessas de reforma de Gorbachev, denunciou o regime burocrático como responsável pela economia cada vez mais deficiente, e defendeu que era essencial a democratização da gestão econômica para que as forças produtivas pudessem se desenvolver adequadamente. Por outro, viu com entusiasmo as reformas políticas ao longo de 1988, quando elas se aprofundaram, acreditando estar em curso uma superação do stalinismo.

A QI (SU) corrigiu essa orientação ao final de 1988, e afirmou que apenas uma revolução política poderia findar a ditadura da burocracia, sendo uma autorreforma do regime impossível. Porém, ela tardou até pelo menos 1990 a enxergar as contradições dos “grupos sociais” e dos movimentos nacionais que haviam entrado em cena na URSS, cujas lideranças e programas iam de uma defesa contraditória do socialismo e de relações de mercado até posições mais abertamente pró-capitalistas.

Mesmo percebendo os riscos envolvidos nas lideranças e programas de setores da oposição e nas ilusões das massas mobilizadas, a QI (SU) seguiu defendendo as demandas por independência nacional, sem nenhuma vinculação dessa defesa com a manutenção dos Estados operários. Também, quando do golpe de agosto de 1991 na URSS, se posicionou do lado de Ieltsin e seus aliados, mesmo reconhecendo serem restauracionistas, por encarar que a derrota do golpe salvaguardaria as liberdades democráticas conquistadas do período anterior.

Assim, tal grupo colocou a defesa de direitos democráticos em primeiro plano, acima e desvinculados da defesa do conteúdo social do Estado operário. Essa secundarização da defesa do Estado operário, ainda que não intencional e não declarada, também pode ser vista no fato de que a organização defendia o desarmamento mesmo que unilateral da URSS como forma de enfraquecer a corrida armamentista, e na sua defesa da desocupação do Afeganistão, mesmo que isso desse lugar às organizações fundamentalistas ligadas ao imperialismo dos EUA.

O processo de restauração na RDA parece ter sido a causa da mencionada mudança de percepção em relação à oposição na URSS, uma vez que foi apoiado por grandes massas, através da demanda de reunificação nacional imediata. Percebendo os

riscos que isso representava, a QI (SU) se posicionou contra a reunificação naquele momento e defendeu a necessidade de forjar uma liderança marxista para lutar contra as ilusões populares no capitalismo e nacionalismo. Nesse caso, teve uma postura mais condizente com a defesa do Estado operário e da revolução política.

Contudo, o mesmo não ocorreu em relação à Polônia. Ainda que o contato mais próximo com setores socialistas da oposição no país ao longo dos anos 1980 tenha levado a QI (SU) a ser muito mais crítica da liderança do Solidariedade, reconhecendo seu caráter pró-capitalista e subordinado ao imperialismo, a organização seguiu encarando que o Solidariedade deveria ser o sujeito político da revolução política no país e não levou em conta as ilusões no capitalismo por parte das massas mobilizadas. Ademais, quando o Solidariedade chegou ao poder, a QI (SU) tratou como prioritário remover os elementos restantes da burocracia no Estado, mesmo reconhecendo que os membros do Solidariedade estavam encaminhando uma restauração capitalista.

Assim, ademais do objetivismo e de um apego formal à democracia, desvinculada de conteúdo social, nesse terceiro período analisado, a QI (SU) tratou a burocracia em bloco como o inimigo principal e principal fonte de risco restauracionista, mesmo quando eram outros setores que a impulsionavam, no caso da Polônia, ou quando havia divisões no interior da burocracia que poderiam ser exploradas para dar uma sobrevida ao Estado operário, como na URSS. Ao mesmo tempo, a QI (SU) teve um colaborador participando do governo contrarrevolucionário tchecoslovaco, Petr Uhl.

Por fim, a QI (SU) não reconheceu a mudança qualitativa que houve ao nível do poder político nos Estados operários burocratizados do Leste, tendo avaliado que estava em curso na região um processo de restauração gradual. No lugar de enxergar contrarrevolução como mudança no poder político, a organização focou em aspectos econômicos, sobretudo na privatização das grandes empresas. Isso pode ser visto como uma posição espelhada em relação aos seus desvios acerca da possibilidade uma revolução social ou revolução política feita de forma gradual, ao invés de necessitarem de uma ruptura do aparato Estatal. A exceção foi a RDA, onde a absorção pela RFA tornou mais explícito a existência de um momento de mudança qualitativa ao nível do poder de Estado.

Muito provavelmente, parte dessas posições da QI (SU) foram fruto da combinação do fato da organização não ter ligações sólidas com setores da oposição no interior dos Estados operários, o que certamente dificultava avaliações mais precisas da

situação, com pressões para romper mais rapidamente o isolamento ao qual os trotskistas foram historicamente submetidos, se adaptando a posições de maior aceitação nos meios em que os “mandelistas” atuavam, como movimentos pacifistas, ecologistas e estudantis / de juventude na Europa ocidental. Nestes movimentos tendia a predominar a defesa de direitos democráticos de forma desvinculada de um conteúdo de classe e também ilusões na possibilidade de reformar o capitalismo ou os Estados operários burocratizados, elementos que permearam as posições da QI (SU).

Por sua vez, os setores que romperam com a Quarta Internacional em 1953 para formar o “Comitê Internacional”, alegando defender a “ortodoxia” e o arcabouço teórico-programático original do trotskismo, por mais que tenham, de fato, tido uma proximidade maior desse arcabouço durante o primeiro período aqui analisado, não estiveram isentos de desvios relevantes em relação a ele. Já nos dois períodos posteriores, seus “sucessores” apresentaram desvios maiores em relação a tal arcabouço, ainda que diferentes daqueles da QI (SU).

Em nossa dissertação de mestrado já havia sido identificado esse problema, de um afastamento gradual do arcabouço original por parte desses setores, até culminar em um abandono da estratégia revolucionária original do trotskismo, ainda que, da parte de alguns dos componentes originais do CI, isso tenha se dado por uma via diferente daquela da QI (SI) / QI (SU) – ao invés de uma adaptação centrista ao stalinismo, teve lugar uma rejeição das suas contradições que levou a posturas sectárias.

No primeiro período analisado, os anos 1950-60, foi possível ver que o CI-QI teve uma postura mais condizente com o arcabouço teórico-programático do trotskismo pré-guerra. A organização manteve uma firme oposição às burocracias do Leste diante dos eventos abordados, incluindo às suas alas reformadoras, insistindo na necessidade de uma revolução política, na forma de uma ruptura revolucionária do aparato estatal, dirigida por um partido trotskista, para que a democracia socialista fosse alcançada. Assim, não se iludiu com as concessões parciais feitas pela burocracia, que não alteraram seu monopólio do poder político, nem se iludiram com vias alternativas supostamente mais fáceis para findar o regime, que não a revolução política.

Não obstante, houve alguns casos de equívocos e desvios por parte de alguns componentes do CI-QI – que, é bom lembrar, não era, nesse momento, uma organização internacional coesa e centralizada, mas um tipo de fórum internacional de grupos nacionais com algumas posições-chave em comum.

Diante das reformas limitadas e parciais feitas pela burocracia na URSS e seus países-satélites nos anos 1950, o SWP dos EUA negou dogmaticamente que o stalinismo pudesse prescindir do terror, de forma que encarou tais mudanças como concessões temporárias às massas, que logo seriam revertidas. Com isso, não reconheceu a possibilidade de os regimes stalinistas terem certas variações, que não afetavam seu elemento essencial (o monopólio do poder político pela burocracia).

Em chave diferente, também houve desvios pontuais de grupos do CI-QI, na forma de apoio político a setores da burocracia, ou uso de um programa meramente democrático.

Diante do caso polonês de 1956, o PCI francês (*La Vérité*) apoiou a figura de Gomulka, encarando que ele e seus aliados não eram parte da burocracia, e que poderiam conduzir uma luta revolucionária contra ela. Isso ecoava posições adotadas pelo PCI francês nos anos 1940, de ver mudanças no interior da burocracia como uma ruptura com o stalinismo, como fora o caso com o regime iugoslavo no final dos anos 1940, saudado pelo PCI (e outros setores da Quarta Internacional) como anti-stalinista por romper com Moscou.

Outro equívoco foi observado diante do caso húngaro de 1956, com a SLL inglesa tendo colocado a conquista da soberania nacional frente à URSS como uma tarefa anterior à revolução política, inclusive a ser conduzida junto a setores não-socialistas.

Isso mostra que mesmo os autoproclamados trotskistas “ortodoxos” não estavam a salvo de contradições na busca por uma solução mais rápida para o problema do stalinismo no Leste Europeu. O caso mais claro disso é o do SWP dos EUA, que, a partir da Revolução Cubana, passou a adotar posições muito próximas àsquelas da QI (SI) no sentido de secundarização do fator subjetivo na estratégia revolucionária (como na sua atuação no movimento negro dos anos 1960) e seu entusiasmo cada vez maior em relação ao regime cubano – o que culminou em sua saída do CI-QI e formação da QI (SU).

Diante do caso tchecoslovaco de 1968, os setores remanescentes da CI-QI mantiveram uma postura mais próxima dos princípios trotskistas originais, pois não depositaram confiança em Dubček, inclusive o tendo denunciado como restauracionista (o que nos parece um exagero), caracterizaram o PC local como centrista, como forma de dar conta das mudanças pelas quais ele passava, mas não abandonaram a defesa da necessidade de um partido trotskista independente da burocracia e seus aparatos, e defenderam uma estratégia de ruptura revolucionária.

Ademais, cabe destacar que, ao longo desse primeiro período, a questão nacional foi abordada pelo CI-QI e seus grupos como central para a revolução política no bloco soviético, mas sem com isso aderirem a um programa meramente democrático. Ao invés disso, vinculavam a defesa de independência / soberania nacional desses países à manutenção da propriedade social, na forma da defesa de repúblicas socialistas autônomas. Esse elemento, contudo, se perdeu no terceiro período abordado.

Já em relação ao caso polonês na virada dos anos 1970-80, o que restara do CI-QI teve postura bastante diferente. Então hegemonizado pela SLL / WRP da Inglaterra, que tornara o grupo uma internacional centralizada, o CI-QI “healysta” apoiou a figura de Walesa, não enxergando os riscos contrarrevolucionários que ele representava e mesmo sua postura de moderação das lutas operárias. Tampouco enxergou os riscos representados pelo programa econômico adotado pelo Solidariedade. Ao invés disso, o grupo viu no Solidariedade um importante ponto de apoio para a revolução política. Assim, condenou a sua supressão pela burocracia em 1981.

Não obstante, manteve a defesa de que apenas uma revolução política, no sentido de ruptura revolucionária, poderia eliminar o regime stalinista, e que era necessário um partido trotskista à sua frente.

O que podemos ver, portanto, é que, apesar de manter formalmente a defesa dos Estados operários burocratizados e a estratégia original do trotskismo, o CI-QI “healysta” se deixou levar pelo caráter de massas do Solidariedade e pela popularidade de Walesa enquanto líder sindical, ignorando os riscos que representavam. Podemos ver nisso um objetivismo, no sentido de crença de que o caráter proletário das massivas bases do Solidariedade o tornava, por si só, progressista, bem como o caráter “sindicalista” de Walesa e seus aliados asseguravam que ele não seria avesso aos interesses históricos do proletariado polonês.

Ainda que a falta de informação devido à distância possa ter sido um elemento nesses desvios, o fato de que à época o WRP, principal seção do CI-QI, havia estabelecido uma relação de apoio político e dependência material com regimes nacionalistas árabes indica que pode haver raízes sociais mais profundas e que sua reivindicação da ortodoxia trotskista já havia se tornado uma mera formalidade.

Devido à posterior explosão do WPR e do CI-QI, não foi possível analisar a postura dos “healystas” em relação aos eventos do terceiro período abordado.

Já da parte de um dos principais componentes do CI-QI pós-1963, o “lambertista” PCI francês (renomeado OCI no período entre 1966-81), vimos que, após romper com o CI-QI e formar o breve Comitê Paritário / QI-CI junto às forças latino-americanas lideradas por Nahuel Moreno (1980-81), bem como após formar a QI (CIR), em dezembro de 1981, os “lambertistas” também mantiveram uma reivindicação formal da defesa dos Estados operários burocratizados, da estratégia de revolução política e da necessidade de um partido trotskista à sua frente, em contraste com o que foi visto da parte da QI (SU). Contudo, essa reivindicação formal não impediu sérios erros de análise e de posicionamento por parte do grupo.

Em relação ao caso polonês da virada dos anos 1970-80, os “lambertistas”, tal qual seus antigos aliados ingleses, mantiveram firme oposição ao regime burocrático, mas não viram riscos contrarrevolucionários no programa adotado pelo Solidariedade, nem na figura de Walesa e seus aliados, criticados apenas por sua moderação e postura conciliatória. Ao invés, igualmente viram no Solidariedade um importante ponto de apoio para a revolução política na Polônia. Assim, condenaram sua supressão pela burocracia em 1981. Tal qual em relação aos “healystas”, podemos ver nisso uma forma de objetivismo.

Os “lambertistas”, ademais, apesar de reivindicarem uma ruptura revolucionária do aparato estatal burocrático, liderada por um partido trotskista, introduziram um elemento até então novo na estratégia da revolução política: a convocação de uma Assembleia Constituinte. Com isso, mesclaram de forma contraditória a estratégia original, de uma insurreição baseada em órgãos de duplo poder proletários, com um elemento parlamentar de teor reformista – pois não pressupõe a destruição do aparato burocrático para findar a ditadura.

Podemos supor que esse desvio democrático-reformista em relação à estratégia “soviética” original do trotskismo era uma forma de buscar romper rapidamente o isolamento das forças socialistas, pois o próprio QI (CI), no qual estavam então os “lambertistas”, o justificou como sendo uma forma de se aproximar de setores não-proletários e não-socialistas da oposição.

Esses elementos (ignorar os riscos contrarrevolucionários representados por setores da oposição de massas e dar uma nova forma, contraditória, à estratégia da revolução política) voltaram a se repetir, com maior intensidade e profundidade, diante dos eventos do terceiro período abordado.

Nesse período, os “lambertistas”, então agrupados na QI (CIR), mantiveram uma reivindicação formal da defesa dos Estados operários burocratizados, da revolução política e da necessidade de um partido trotskista à sua frente. Coerentemente, não se iludiram com a figura de Gorbachev e suas promessas de reformas, denunciando-as como um risco contrarrevolucionário. Idem para Ielsin e outras figuras burocráticas de oposição.

Contudo, a QI (CIR) não teve a mesma percepção em relação aos movimentos de oposição de massas e aos movimentos nacionais na URSS, a despeito das muitas contradições que perpassavam ambos e da defesa explícita e cada vez mais forte de uma restauração por setores de peso em seu interior. O grupo se limitou a criticar aqueles setores que tinham ilusões em uma reforma do regime stalinista. O único risco contrarrevolucionário que enxergou, ademais do imperialismo, foi em relação à própria burocracia, mesmo reconhecendo a existência do que nomeava de “tendências burguesas” nos movimentos nacionais.

Vimos, assim, que a organização claramente se pautou por uma percepção objetivista, de que as massas em luta contra o regime stalinista por demandas democráticas não poderiam impulsionar uma contrarrevolução, pois isso iria contra seus interesses de classe. Com isso, desconsiderou as lideranças e programas à frente dos movimentos de massas dos anos 1988-91 no bloco soviético. Assim, tomou o lado das manifestações lideradas por Ieltsin contra o golpe de agosto, pois foi o lado que parte significativa das massas então mobilizadas seguiu.

Outra face desse objetivismo foi um democratismo, no sentido da defesa em abstrato de demandas democráticas, sem considerar seu conteúdo social. Nesse sentido, defendeu as independências nacionais sem vinculá-las à manutenção da propriedade social e de um norte socialista. Comemorou, por consequência, a dissolução da URSS, ao ver nela uma libertação das nacionalidades oprimidas.

Essa comemoração também se deu pela QI (CIR) encarar que a destruição do aparato stalinista, por si só, garantiria um salto das lutas proletárias a nível mundial, ao eliminar uma das principais barreiras a elas – a “cooperação contrarrevolucionária” com o imperialismo.

Essa visão unilateral da burocracia aliada ao imperialismo como sendo a única fonte de risco contrarrevolucionário dentro e fora dos Estados operários vinha de longe, de debates dos anos 1940, em que os setores que posteriormente formaram a QI (CIR) –

sobretudo sua seção francesa – passaram a caracterizar a burocracia como intrinsecamente contrarrevolucionária, apagando as contradições que a teoria do Estado operário burocratizado reconhecia.

Tal visão foi ainda associada a uma negação de que a restauração capitalista seria possível nos Estados operários burocratizados, por uma suposta incapacidade do sistema capitalista em absorver suas forças produtivas. Assim, a QI (CIR), de forma semelhante à QI (SU), passou os anos 1990 não reconhecendo que a destruição dos aparatos estatais do bloco soviético significara uma contrarrevolução, encarnado que o lento avanço da privatização das economias da região o provavam, de forma que aquelas formações sociais seguiriam sendo Estados operários burocratizados. Ademais, junto a isso estava uma visão impressionista de que o capitalismo enfrentava uma crise terminal e que havia um ascenso revolucionário em curso a nível mundial nos anos 1980.

Em relação ao caso polonês, a QI (CIR) seguiu ignorando os riscos contrarrevolucionários representados por Walesa e seus aliados à frente do Solidariedade até pelo menos 1989 e, mesmo após reconhecê-los, minimizou seu peso, encarando que outros setores do Solidariedade tinham maior peso e eram contra a linha pró-capitalista – o que não procedia.

Ainda que reconhecendo essa fonte de risco contrarrevolucionário, a QI (CIR) seguiu ignorando seu real peso dentro da oposição de massas, e dando maior ênfase à burocracia e sua relação com o imperialismo como fontes principais de risco. Ademais, seguiu encarando que o Solidariedade deveria ser a estrutura a encabeçar a revolução política na Polônia. Vemos, assim, a força dos referidos desvios objetivistas da QI (CIR), a despeito da sua reivindicação formal da revolução política.

Em relação ao caso alemão, os desvios da QI (CIR) se fizeram presentes de forma muito mais intensa, pois a organização ignorou qualquer risco contrarrevolucionário representado pela reunificação nacional da forma como estava sendo conduzida, ainda que tenha defendido que ela fosse feita em chave socialista e revolucionária. Mesmo após o triunfo da contrarrevolução, com a absorção da RDA pela RFA, a organização seguiu negando que a reunificação tivera tal significado, pois supostamente o capitalismo não seria capaz de absorver as forças produtivas da RDA e haveria uma situação revolucionária na RFA, com as massas de ambas as Alemanhas como as protagonistas da reunificação. Assim, o objetivismo, ao não ser corrigido, se tornou pura negação da realidade.

Outro desvio relevante foi em relação à estratégia defendida pela QI (CIR) para a combinação da revolução política com a suposta revolução social na RFA. A organização, além de reivindicar o elemento democrático da Assembleia Constituinte como parte central da sua estratégia, incorrendo, pois, em um desvio reformista, também colocou no centro a demanda de um governo do SPD em toda a Alemanha – mesmo esta organização sendo abertamente pela restauração capitalista na RDA.

Essa demanda em relação à socialdemocracia nos parece ser fruto da política seguida por várias seções da QI (CIR), em especial a francesa, de adaptação política à socialdemocracia como forma de romper seu isolamento.

Por sua vez, as forças latino-americanas lideradas por Nahuel Moreno, tendo composto o Comitê Internacional a partir de 1954 e depois participado da formação da QI (SU), em 1963, compuseram, nos anos 1980-81, o breve Comitê Paritário / CI (QI), antes de formarem a “morenista” LIT-QI, no final de 1981 e início de 1982. Essa trajetória peculiar, dos autoproclamados trotskistas “ortodoxos” do CI à reunificação com os “revisionistas” da QI (SI), não impediu as forças “morenistas” de se apresentarem como uma organização “ortodoxa” ao longo dos anos 1980.

De fato, elas tinham uma reivindicação formal da defesa dos Estados operários burocratizados, da estratégia de revolução política e da necessidade de um partido trotskista à sua frente. Todavia, assim como os “lambertistas”, os “morenistas” incorreram em graves erros de análise e posição, que configuravam desvios em relação ao arcabouço teórico-programático original do trotskismo.

Em relação ao segundo período analisado, o caso polonês da virada dos anos 1970-80, vimos que, após romperem com os “lambertistas” e formarem a LIT-QI, os “morenistas” passaram a denunciar Walesa e a direção do Solidariedade como contrarrevolucionários restauracionistas. Contudo, se pautaram por um desvio objetivista, de encarar que o ascenso das massas e do proletariado não poderia levar uma contrarrevolução, a despeito do caráter e programa da sua liderança. Por isso, encaravam que o Solidariedade era um elemento fundamental da revolução política, que deveria seguir pela consigna de “todo o poder ao Solidariedade”, a despeito da sua liderança, de forma que foram contra sua supressão pela burocracia. Não obstante, a LIT-QI defendia a necessidade de formação de um partido trotskista, a partir da ala esquerda do Solidariedade, para conduzir a revolução política polonesa.

De forma muito semelhante aos “lambertistas”, tal objetivismo se fez presente com intensidade e profundidade muito maior em relação os eventos do terceiro período abordado. Por um lado, os “morenistas” da LIT-QI não conferiram apoio político a Gorbachev e suas promessas de reformas em nenhum momento, denunciando-o como dependente do imperialismo e, a partir de meados de 1987, também como restauracionista. Tampouco conferiram apoio a Ieltsin e outros setores da burocracia que tentaram se apresentar enquanto uma oposição democrática, vendo-os como igualmente restauracionistas e pró-imperialistas. Assim, mantiveram uma reivindicação formal da defesa dos Estados operários burocratizados, da revolução política e da necessidade de um partido trotskista à sua frente.

Por outro lado, durante quase todo o período, a LIT-QI enxergou riscos restauracionistas apenas na burocracia e na sua relação com o imperialismo, ignorando, na maior parte do tempo, as ilusões no capitalismo por parte das massas mobilizadas e o programa e caráter pró-mercado das lideranças de parte da oposição pró-democracia e dos movimentos nacionais. Também de forma semelhante aos “lambertistas”, o grupo apoiou de maneira incondicional das demandas por independência dos movimentos nacionais, sem vinculá-las à manutenção da propriedade social e de uma perspectiva socialista.

Ainda que sem afirmá-lo de maneira explícita, a LIT-QI também se pautou por uma perspectiva objetivista, segundo a qual a mobilização das massas não poderia levar a uma restauração. Para o grupo, e isso afirmava com clareza, uma contrarrevolução seria, necessariamente, uma guerra civil sangrenta.

Esse objetivismo tinha, entre os “morenistas”, uma forma mais elaborada do ponto de vista teórico-programático: a noção, desenvolvida por Moreno, de que revoluções sociais ocorrem em duas “fases”. Uma “inconsciente” / “democrática”, onde o proletariado derruba regimes políticos ao se mobilizar por um programa democrático junto a forças não-socialistas ou mesmo não-proletárias, que são as que tomam o poder nesse primeiro momento, formando regimes débeis (“kerenkistas”), que buscam encerrar o processo revolucionário e retroceder nas conquistas obtidas pelas massas. Outra “consciente” / “socialista”, onde o proletariado toma o poder para si, rompendo com tais forças, graças à liderança do partido trotskista, o qual se torna de massas ao longo da primeira fase, conforme o proletariado rompe suas ilusões a partir da experiência concreta

com o regime que ajudou a erguer na primeira fase e também ao se fundir com forças centristas com influências de massas, na forma de uma “Frente Única Revolucionária”.

Essa lógica objetivista, que secundariza sobremaneira o fator subjetivo na revolução social na sua suposta “primeira fase”, e que prevê a unidade política com forças não-marxistas, foi transposta à revolução política ainda no começo dos anos 1980, mas foi diante dos eventos referentes ao terceiro período abordado que a LIT-QI a utilizou de forma sistemática para os Estados operários burocratizados. Com isso, estaria “resolvido” o problema das ilusões das massas no capitalismo e do programa e caráter restauracionista de boa parte das lideranças da oposição de massas – isso seria algo esperado na “primeira fase” da revolução política, após a qual é que se daria uma diferenciação entre socialistas e restauracionistas e um avanço de consciência das massas.

Pautados por essa visão objetivista, e pelos desvios democratistas que ela impunha, uma vez que o programa da “primeira fase” da revolução deveria ser, segundo a própria LIT-QI, apenas democrático, os “morenistas” confundiram contrarrevolução com “fase democrática” da revolução política. Assim, comemoraram a vitória dos setores liderados por Ieltsin em agosto de 1991 e a dissolução da URSS como revoluções democráticas vitoriosas. Inclusive, adotando uma postura eufórica e triunfalista, ignorou a ausência de uma liderança trotskista, encarando que a crise de direção já estava se resolvendo com a própria ação das massas e que a vitória final estava próxima.

Também vimos ter tido um grande peso nessas posições uma visão unilateral da burocracia, como intrinsecamente contrarrevolucionária, de forma que sua eliminação foi vista pela LIT-QI como um grande triunfo, independentemente da forma como se deu, pois supostamente liberaria forças revolucionárias a nível mundial. Forças essas que, segundo uma visão impressionista, já estariam mobilizadas em um poderoso ascenso desde o começo dos anos 1980.

Esses elementos se fizeram igualmente presentes no caso polonês, uma vez que os “morenistas”, apesar de, nesse caso, terem reconhecido desde cedo os riscos contrarrevolucionários representados pelo Solidariedade e sua liderança, seguiram defendendo a consigna de “todo poder ao Solidariedade” e comemoraram a chegada da organização ao poder como uma revolução democrática, vendo tal evento como parte integrante do processo da revolução política. Seria a sua primeira “fase”, de passagem por um governo contrarrevolucionário débil / “kerenkista”, que logo seria derrubado, assim que as massas superassem a crise de direção – o que já estaria em curso.

Idem para o caso alemão, em que a LIT-QI, ademais de objetivismo em relação às mobilizações das massas, ignorando os riscos de suas ilusões e do caráter e programa restauracionista de suas direções, negou a realidade, ao encarar que eram as massas que estavam conduzindo a reunificação, e que ela significaria a fusão de uma revolução política (na RDA) com uma social (na RFA). Por conta disso, o grupo demandou uma reunificação imediata e sem pré-condições, não subordinando o direito democrático à reunificação nacional à manutenção da propriedade social e do norte socialista.

Apesar de ter aplicado a lógica da revolução em “fases” e visto na queda do Muro e de Honecker uma “revolução democrática”, a LIT-QI, contudo, reconheceu, em meados de 1990, que a reunificação significara uma contrarrevolução restauracionista. Contudo, não extraiu daí lições para repensar a situação na URSS, Polônia e restante da região, mantendo seu otimismo objetivista de que, nesses locais, “revoluções democráticas” haviam triunfado e que marchavam para a conclusão da revolução política.

Por fim, em relação ao conjunto do bloco soviético, à exceção da RDA, a LIT-QI encarou, também de forma objetivista, que a restauração capitalista não poderia triunfar, pois a crise econômica e política do imperialismo o impedia de absorver a região e os trabalhadores estavam resistindo às medidas de privatização dos governos “kerenkistas”. Assim, também como os “mandelistas” e “lambertistas”, os “morenistas” ignoraram a mudança qualitativa ao nível do poder de Estado como um triunfo da contrarrevolução, focando apenas em elementos econômicos. Por isso, assim como estes outros setores do movimento trotskista, por longos anos os “morenistas” caracterizavam que os Estados operários burocratizados do bloco soviético seguiam existindo e que a restauração acontecia de forma gradual.

Apesar dos muitos problemas que perpassam a apropriação e aplicação da teoria do Estado operário burocratizado pelos principais grupos internacionais do movimento trotskista no segundo e terceiro períodos abordados, houve grupos que encaramos terem se destacado positivamente, em termos de terem apresentado uma apropriação e aplicação ao nosso ver adequadas para diante dos eventos em foco, tal qual o CI-QI em relação ao primeiro período.

Nos referimos em primeiro lugar à *Spartacist League* dos EUA (SL) e sua “internacional”, a “tendência Espartaquista internacional” (iSt), que durante os anos 1960-70 e parte dos 1980 manteve a defesa de uma estratégia de ruptura revolucionária para os Estados operários burocratizados, sem conferir apoio político a alas reformadoras

da burocracia. Em contraste com outros grupos trotskistas da época, a SL / iSt tampouco se entusiasmou com e conferiu apoio político a movimentos de massas que, apesar de pró-democráticos, não tinham um compromisso com a propriedade social e demais conquistas da revolução social.

Em relação ao caso polonês da virada dos anos 1970-80, vimos que a SL / iSt identificou corretamente os riscos contrarrevolucionários representados pela liderança do Solidariedade, de forma que defendeu criticamente sua supressão pela ação da burocracia, quando esta implementou a Lei Marcial. Ao mesmo tempo, não deixou de defender, desde o início do processo de formação do Solidariedade e também durante a vigência da Lei Marcial, a necessidade de formação de uma partido trotskista que combatesse tanto a liderança do Solidariedade como também a burocracia stalinista, com objetivo de ganhar as bases proletárias do Solidariedade para o programa de defesa da propriedade social e do Estado operário, bem como de revolução política para instaurar um regime de democracia proletária.

Contudo, a partir dos anos 1980, a SL / iSt apresentou inclinações contrárias a tais posições, no sentido de apostar primariamente na burocracia para a defesa do Estado operário burocratizado contra forças restauracionistas, ao invés de ver no proletariado o principal grupo social que deveria atuar pela defesa das conquistas da revolução social. Com essa posição, a SL / iSt assumiu, em certos momentos, uma reivindicação quase acrítica de certas ações repressivas por parte da burocracia stalinista contra forças restauracionistas, como no próprio caso de supressão do Solidariedade polonês, em 1981.

A nosso ver, essa “stalinofilia” era uma reação ao ambiente opressivo da Guerra Fria nos EUA, que fez com que boa parte da esquerda abandonasse a defesa do bloco soviético – ao que a SL / iSt parece ter reagido apagando as necessárias nuances que a complexidade do tema exigia em algumas ocasiões. Ademais, tal grupo passou por um processo de estagnação e transformação burocrática de sua vida interna no contexto de crescente isolamento que sofreu durante o refluxo da luta de classes nos EUA nos anos 1970-80, tendo assumido postura errática com relação a certos eventos políticos estadunidenses e mundiais.

Foi o caso de suas análises e posições contraditórias em relação aos eventos do terceiro período abordado – as quais, infelizmente, não houve tempo hábil para serem analisadas em profundidade na Parte IV. A SL / iSt adotou uma postura de crítica à Gorbachev e Ieltsin, denunciando que suas promessas reformadoras e democráticas não

significavam uma ruptura de fato com o regime de monopólio político da burocracia (stalinismo), mas um rearranjo de forças para salvaguardar tal regime. De forma semelhante, a organização foi crítica aos grupos sociais e movimentos nacionais surgidos na URSS ao longo da segunda metade dos anos 1980, denunciando suas lideranças e programas pró-capitalistas como riscos contrarrevolucionários que deveriam ser suprimidos. Contudo, quando uma ala da burocracia agiu para remover Gorbachev e outros “reformadores” do poder, a SL / iSt adotou uma posição de neutralidade. Ademais, ela demorou a reconhecer o triunfo da contrarrevolução restauracionistas que significou a vitória do contragolpe de Ieltsin e seus aliados.

Ademais, a SL / iSt adotou uma postura de exagerado entusiasmo com os eventos na RDA, enxergando neles uma revolução política em curso, a despeito da ausência de lideranças e programas revolucionários, não tendo atentado para os riscos contrarrevolucionários em cena.

Algumas dessas ponderações críticas com relação às posições da SL / iSt diante dos eventos no bloco soviético foram feitas à própria época pela Tendência Bolchevique Internacional (IBT), que se formou a partir de ex-membros dessa organização no início dos anos 1980 – organização que também não foi possível ser analisada em profundidade na Parte IV. A IBT é a segunda experiência política que acreditamos ter mantido maior coerência em relação à teoria do Estado operário burocratizado diante dos eventos aqui abordados.

Tal qual a SL / iSt, a IBT não conferiu apoio político a alas reformadoras da burocracia e defendeu a necessidade de uma revolução política nos moldes da formulação original do trotskismo, porém sem perder de vista os riscos contrarrevolucionários em cena durante as mobilizações populares da segunda metade dos anos 1980 na URSS e demais países do bloco soviético. Ademais, a IBT não conferiu apoio político à burocracia para suprimir tais riscos, ainda que tenha defendido a “unidade de ação” pontual com setores da burocracia que pudessem agir, pelos seus próprios interesses, contra tais riscos.

A IBT criticou o que via como desvios “estalinofilicos” por parte da SL / iSt, de forma que, ao caracterizar os movimentos pró-democráticos surgidos no interior do bloco soviético ao longo dos anos 1980 como potencialmente contrarrevolucionários apostou primariamente no proletariado como força social que deveria ser mobilizada para eliminar tal ameaça, ainda que aventando a possibilidade de alianças táticas com setores da burocracia que pudessem ajudar em tal tarefa política.

Tais posições podem ser vistas em suas críticas à Gorbachev, Ieltsin e outros “reformadores” como sendo apenas variantes do stalinismo. Também no apoio crítico dado pela organização à supressão do Solidariedade polonês em 1981, que não envolveu concessões políticas nem nenhum nível de confiança na burocracia, diferentemente da SL / iSt, bem como em seu apoio crítico ao golpe de agosto de 1991 na URSS, o qual a organização acreditava que, se vitorioso, poderia dar uma sobrevida ao Estado operário burocratizado e dar tempo, assim, para que o proletariado se organizasse para realizar uma revolução política.

Tal organização também teve posições e análises ao nosso ver mais adequadas diante dos eventos do período 1989-91, uma vez que denunciou os riscos contrarrevolucionários dos grupos sociais e movimentos nacionalistas devido às suas lideranças e programas, tendo defendido a necessidade de um partido trotskista disputar suas bases para um programa de defesa do Estado operário e de revolução política. Ademais, reconheceu o triunfo da contrarrevolução na URSS quando da vitória do contragolpe de Ieltsin, na RDA quando da queda do Muro e colapso do SED e na Polônia com a chegada do Solidariedade ao poder.

Portanto, a nosso ver, a IBT manteve maior coerência em face aos eventos de 1980-91 no bloco soviético, tendo desenvolvido análises e posições muito semelhantes às que contrapusemos aos demais grupos trotskistas ao longo desta tese.

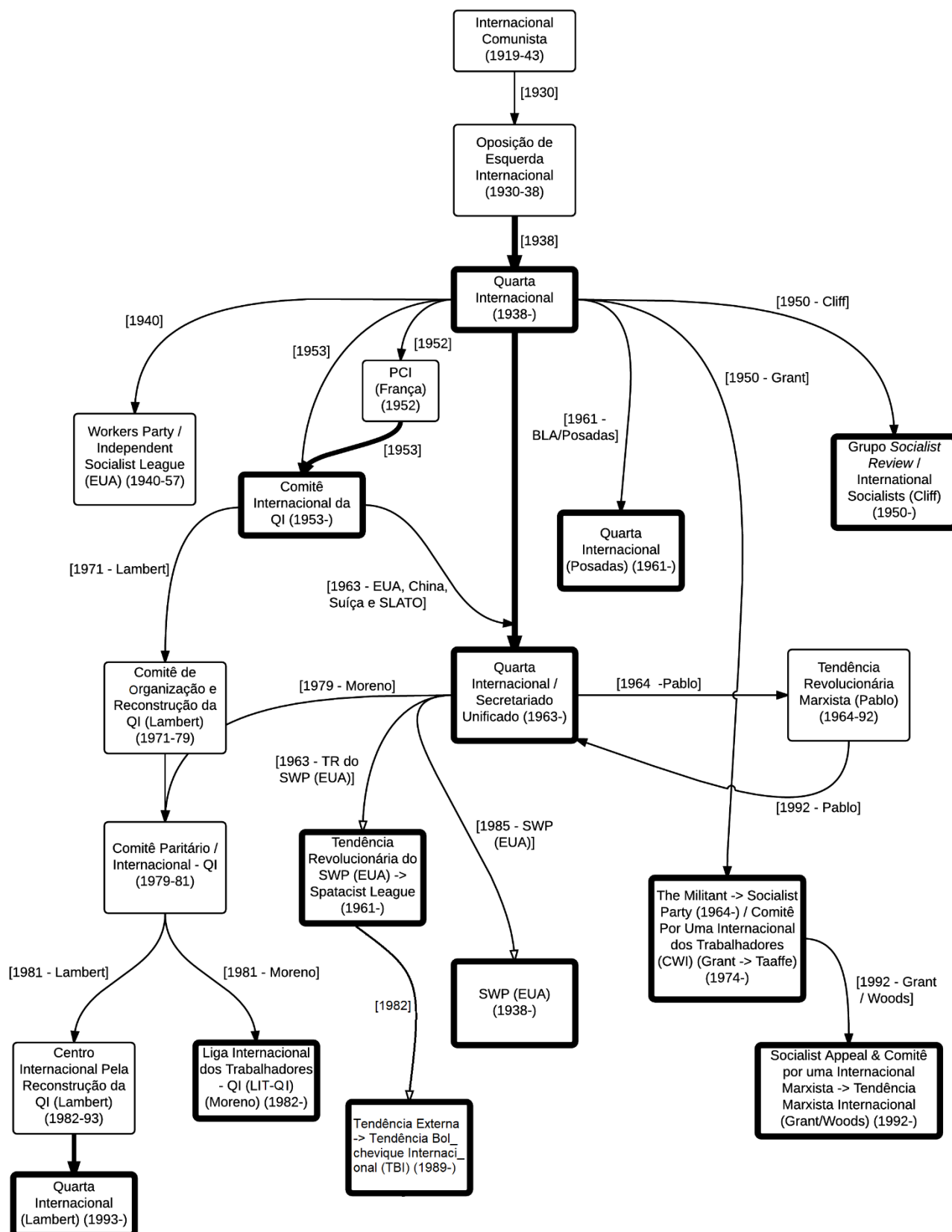
Infelizmente não nos foi possível, por razão de tempo, analisar esses dois grupos de forma pormenorizada na Parte IV, mas acreditamos ser importante deixarmos claro que suas análises e posições serviram, ao menos em parte, de inspiração e referência para nossa própria análise. Esperamos, num futuro próximo, poder complementar esse trabalho com uma análise mais detalhada de suas contribuições à teoria do Estado operário burocratizado.

Com esse trabalho, esperamos ter contribuído em alguma medida para o resgate crítico da teoria do Estado operário burocratizado, que acreditamos ter não só relevância para a compreensão da história do bloco soviético, como também ter mantido vitalidade para explicar outras formações sociais fruto de revoluções ocorridas no século passado e das contradições e desafios que elas enfrentam, quais sejam, Cuba, Coreia do Norte, Laos, Vietnã e China.

Esperamos, também, ter contribuído para um balanço crítico da história do trotskismo, que permita seu resgate e necessária atualização para os desafios do século XXI, pois acreditamos que tal vertente do movimento socialista foi a forma mais coerente assumida pelo marxismo a partir da degeneração da experiência soviética, em que pese não ter conseguido romper o isolamento na maior parte dos países em que atuou.

Somente com o resgate crítico do que o marxismo produziu de melhor no século XX é que poderemos avançar para outra forma de sociabilidade no século XXI, que não o capitalismo e a barbarização da vida que ele apresenta como único futuro possível e que já se concretiza cada vez mais em nosso presente.

ANEXO 1- DIAGRAMA DA FRAGMENTAÇÃO DO TROTSKISMO



Fonte: produção própria. **Legenda:** setas grossas indicam continuidade; setas finas, ruptura/expulsão; caixas grossas, maior relevância.

ANEXO 2 - RELAÇÃO DE ACERVOS PÚBLICOS UTILIZADOS

- *Marxists Internet Archive / Encyclopedia of Trotskyism Online* – Virtual, disponível em <https://www.marxists.org/history/etol/index.htm>.
- *Association RaDAR (Rassembler, diffuser les archives de révolutionnaires)* – Paris, França / Virtual, disponível em <http://association-radar.org>.
- *Centre d'Etudes et de Recherches sur les Mouvements Trotskyste et Révolutionnaires Internationaux (CERMTRI)* – Paris, França / Virtual, disponível em <http://bibnumcermtri.fr/>.
- *Splits and Fusions* – Virtual, disponível em <https://splitsandfusions.wordpress.com/>.
- *Red Mole Rising* – Virtual, disponível em <https://redmolerising.wordpress.com/>.
- Arquivo León Trotsky – Virtual, disponível em <https://archivoleontrotsky.org/>.
- Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), vinculado à Universidade de Campinas – Campinas, Brasil.
- Centro de Documentação e Memória / Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEDEM / CEMAP), vinculado à Universidade Estadual Paulista – São Paulo, Brasil.
- *Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas (CeDInCI)* – Buenos Aires, Argentina.

ANEXO 3 - RELAÇÃO DE GRUPOS E SEUS PERIÓDICOS

Quarta Internacional e “QI - Secretariado Unificado” (“mandelismo”)

Quatrième Internationale – Órgão de imprensa da QI previamente à cisão de 1953, publicado na França. Seguiu sendo o órgão de imprensa da QI após a cisão de 1953 e a reunificação parcial de 1963, que deu origem ao SU. Com a aparição de *Inprecor*, sua publicação se tornou menos assídua e seus artigos maiores e mais densos, no estilo de “revista teórica”. Também foi o nome de uma breve publicação do setor minoritária do PCI francês, resultante da cisão na organização em 1952, mas tratando-se de uma outra publicação.

Fourth International / International Socialist Review – Órgão de imprensa em inglês da Quarta Internacional previamente à cisão de 1953, publicado nos EUA pelo SWP. Após 1953, funcionou como revista teórica do SWP. Foi renomeada *International Socialist Review* em 1956. Seguiu sendo publicada como revista teórica do SWP mesmo após a reunificação de 1963, que deu origem ao SU.

International Marxist Review – Órgão de imprensa da QI (SU), publicado na Inglaterra como equivalente em inglês de *Quatrième Internationale*, mas com numeração diferente e conteúdo nem sempre igual. Teve apenas 15 edições, entre 1982-92.

Inprecor – Órgão de imprensa da QI (SU), publicado na França. Começou a ser publicada em 1973, com traduções de recortes de imprensa internacional e documentos da organização. A partir dos anos 1980, contudo, se tornou um órgão de imprensa da organização, com artigos e resoluções.

International Viewpoint – Órgão de imprensa da QI (SU), publicado na França como equivalente em inglês de *Inprecor*, mas com numeração diferente e conteúdo nem sempre igual. Foi lançada em 1982, após o SWP dos EUA ter parado de publicar *Intercontinental Press* como equivalente em inglês de *Inprecor*.

La vérité des travailleurs – Órgão de imprensa do setor minoritário do PCI francês, resultante da cisão na organização em 1952.

The Militant – Órgão de imprensa do SWP dos EUA.

“Comitê Internacional da Quarta Internacional” (CI-QI)

Fourth International / International Socialist Review – Órgão de imprensa em inglês da Quarta Internacional previamente à cisão de 1953, publicado nos EUA pelo SWP. Após 1953, funcionou como revista teórica do SWP. Foi renomeada *International Socialist Review* em 1956.

Fourth International - Órgão de imprensa do CI-QI, publicado na Inglaterra pela SLL.

The Militant – Órgão de imprensa do SWP dos EUA.

La vérité – Órgão de imprensa do setor majoritário do PCI francês, resultante da cisão na organização em 1952. Posteriormente foi transformado em revista teórica do PCI e, mais tarde, em revista teórica da QI (CIR).

Socialist Outlook – Órgão de imprensa do *The Club* inglês, no interior do *Labour Party* (anos 1950).

Labour Review – Revista teórica do *The Club* inglês, no interior do *Labour Party* (anos 1950). Posteriormente foi mantida como revista teórica da SLL e do WRP ingleses (nomes assumidos pelo *The Club* ao deixar o *Labour Party*).

“Comitê Paritário” e “QI-Comitê Internacional”

Correspondencia Internacional – Órgão de imprensa da QI (CI), publicado na Espanha e na América Latina. Também publicado em português no Brasil.

QI (CIR) (“lambertismo”)

Tribune Internationale – La vérité – Órgão de imprensa da QI (CIR), publicado na França. Também era publicado espanhol e em português no Brasil, tendo assumido formatos diversos nessas duas últimas línguas ao longo dos anos 1980 (revista inteira, com conteúdo e numeração idênticos, e também como seção fixa dentro de outro órgão de imprensa local)

Informations ouvrières – Jornal do *Parti Communiste Internationaliste* (PCI) francês, principal seção nacional da QI (CIR). Também foi apresentado como órgão de imprensa do “Movimento Por um Partido de Trabalhadores”, impulsionado pelo PCI a partir de 1986.

La Verité – Revista teórica do PCI francês. A partir de 1990, passou a ser a revista teórica da QI (CIR), sendo publicada também em espanhol (*La Verdad*) e português no Brasil (*A Verdade*), com conteúdo e numeração idênticos.

Boletim O Trabalho - Tribuna Internacional – Órgão de imprensa da corrente O Trabalho do PT (Brasil), no interior da qual eram publicadas algumas matérias de *Tribune Internationale* – *La vérité*.

Boletim O Trabalho – Órgão de imprensa da corrente O Trabalho do PT (Brasil), após a publicação de *Tribuna Internacional* como revista separada.

LIT-QI (“morenismo”)

Estrategia Socialista – Órgão de imprensa de exilados argentinos na Espanha pertencentes à LIT-QI.

Correo Internacional – Órgão de imprensa da LIT-QI, produzido na Argentina. Também era publicado em português no Brasil (*Correio Internacional*), mas com numeração diferente e conteúdo nem sempre igual. Houve publicação em espanhol por outras seções da LIT-QI, mas com numeração diferente e conteúdo nem sempre igual.

Spartacist League / iSt

Workers Vanguard – Órgão de imprensa da SL (EUA).

Spartacist – Inicialmente órgão de imprensa da SL, se tornou sua revista teórica a partir da publicação de *Workers Vanguard* (1971). Com a fundação da iSt (1979) se tornou o órgão de imprensa do grupo internacional, produzido nos EUA.

Tendência Bolchevique Internacional

1917 – Órgão de imprensa da IBT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Referências gerais

“DECLARATION of the 46” to the Politburo of the CC RCP(b) [15 out. 1923]. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/The_Declaration_of_46. Acessado em 28/11/2017.

13 pontos da plataforma de Szerszen, Os. *A Verdade - Revista Teórica da 4ª Internacional*, n. 85, julho de 2015, p. 119.

1987 Polish political and economic reforms referendum. In *Wikipedia*. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/1987_Polish_political_and_economic_reforms_referendum. Acessado em 14 de março de 2020.

1993 Russian constitutional referendum. *Wikipedia*. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/1993_Russian_constitutional_referendum. Acessado em 01/02/2020.

1993 Russian government referendum. *Wikipedia*. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/1993_Russian_government_referendum, acessado em 23/11/2020.

21 demands of MKS. *Wikipedia*. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/21_demands_of_MKS. Acessado em 07/06/2019.

ADAM, Jan. *Economic reforms in the Soviet Union and Eastern Europe since the 1960s*. London: Palgrave Macmillan, 1989.

ALEXANDER, Robert J. *International Trotskyism, 1929-1985: a documented analysis of the movement*. Durham: Duke University Press, 1991.

ANDERSON, Perry. A interpretação de Trotski acerca do stalinismo. Traduzido por Morgana Romão. *Blog Lavrapalavra*, 16/08/2017. Disponível em <https://lavrapalavra.com/2017/08/16/a-interpretacao-de-trotski-acerca-do-estalinismo/>. Acessado em 16/08/2017.

ANDERSON, Perry. Trotsky's Interpretation of Stalinism. *New Left Review*, vol. 1, n. 139, May-June 1983, p. 49-58. Texto disponível em português em <https://lavrapalavra.com/2017/08/16/a-interpretacao-de-trotski-acerca-do-estalinismo/>, acessado em 16/08/2017.

ANGELO, Vitor Amorim de. *A trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2007.

APTHEKER, Herbert. *The Truth about Hungary*. [S.l.]: Kraus International Publications, 1957.

ARANTES JR, Abelardo da Costa. *A transição na Europa Oriental: estudo comparativo das crises e transformações desde 1989 e sua influência sobre as relações internacionais*. Tese de doutorado (Relações Internacionais). Brasília, Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2011.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A Reunificação da Alemanha*. [1992] São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

- BARKER, Colin & WEBER, Kara. Solidarność: from Gdansk to military repression. *International Socialism*, p. 1-154, Winter 1982. Versão digital (sem paginação) disponível em <https://www.marxists.org/history/etol/writers/barker-c/1982/solidarnosc/1-4-crisis.html>. Acessado em 16/05/2019.
- BAUER, Tamas. Reforming or Perfecting the Economic Mechanism. *Social Research*, v. 55, n. 4, p. 715-746, Winter 1988.
- BELLIS, Jonás Chaia de. Supervivencia e implosion. Las burocracias soviética y china ante la restauración del capitalismo. Un enfoque desde la teoría del Estado de L. Trotsky. *Revista Izquierdas*, n. 21, p. 178-205, Octubre de 2014.
- BENSAÏD, Daniel. *Trotskismos* [2002]. Lisboa: Combate, 2008.
- BEREND, Ivan. *Central and Eastern Europe, 1944-1993: Detour from the periphery to the periphery*. New York: Cambridge University Press, 1996.
- BERNSTEIN, Carl. The Holly Alliance. *Time*, 24/06/2001. Disponível em <http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,159069,00.html>. Acessado em 26/06/2019.
- BOEL, Bent. Western Trotskyists and subversive travelling in Soviet Bloc countries, 1956-1989. *Journal of Contemporary Central and Eastern Europe*, v. 25, n. 2, p. 237-254, 2017.
- BORSTEIN, Sam & RICHARDSON, Al. *The War and the International: A History of the British Trotskyist Movement, 1937-1949*. London: Socialist Platform, p. 215, 1986.
- BRAND, Horst. Solidarity's proposals for reforming Poland's economy. *Monthly Labor Review*, May 1982.
- BREVE esboço da história da LIT-QI, Um. [S.d.] Disponível em <https://litci.org/pt/um-breve-esboco-da-historia-da-lit-qi/>. Acessado em 10/03/2021.
- BROUÉ, Pierre. "A Oposição Unificada (1926-1927)". In COGGIOLA, Osvaldo (org.) *Trotsky Hoje*. São Paulo: Ensaio, 1994.
- BROUÉ, Pierre. "La revolución de los consejos obreros" [1956]. In YANG, Elizabeth Ingrid (ed.). *Hungría del '56: revoluciones obreras contra el stalinismo*. Buenos Aires: Ediciones del IPS, 2006.
- BROUÉ, Pierre. "Moscou: o *putsch* de agosto de 1991". In NÓVOA, Jorge (org.). *História à Deriva. Um Balanço de fim de século*. Salvador: Editora da UFBA, p. 127-151, 1993.
- BROUÉ, Pierre. *A primavera dos povos começa em Praga* [1969]. São Paulo: Kairós, 1979.
- BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1943)* [1997]. Dois tomos. São Paulo: Sundermann, 2007.
- BROUÉ, Pierre. *O Partido Bolchevique* [1963]. São Paulo: Sundermann, 2014.
- BROUÉ, Pierre. *União Soviética da revolução ao colapso* [1996]. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- BROWN, Archie. *The rise and fall of Communism*. Nova York: Harper Collins, 2009.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Failure: The Birth And Death Of Communism In The Twentieth Century*. New York: Scribners, 1989.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The soviet bloc: unity and conflict*. Cambridge: Harvard University Press, 1967.

BUBIS, Mordecai Donald. *The Soviet Union and Stalinism in the Ideological Debates of American Trotskyism (1937-51)*. Tese de doutorado (Ciência Política). Londres, London School of Economics and Political Science, 1985.

BUTTERFIELD, Jim & WEIGLE, Marcia. "Unofficial Social Groups and Regime Response in the Soviet Union". In SEDAITIS, Judith & BUTTERFIELD, Jim. (eds). *Perestroika from below: social movements in the Soviet Union*. Boulder: Westview Press, p. 175-196, 1991.

CALLINICOS, Alex. *A Vingança da História*. O Marxismo e as Revoluções do Leste Europeu. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

CALLINICOS, Alex. *Trotskyism*. London: Open University Press, 1990.

CARLO, Antonio. The Socio-Economic Nature Of The USSR, *Telos* n. 21, Fall 1974.

CARR, E. H. *A revolução russa de Lenin a Stalin (1917-1929)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CHARPIER, Frédéric. *Histoire de L'extreme Gauche Trotskiste*. De 1929 à nos jours. Paris: Éditions 1, 2002.

CHARPIER, Frédéric. *La CIA en France*. 60 ans d'ingérence dans les affaires françaises. Paris: Seuil, p. 40-43, 2008.

CHODAKIEWICZ, Marek Jan. The CIA and "Solidarity". Review of JONES, Seth G. *A Covert Action*. Reagan, the CIA and the Cold War Struggle in Poland. *The Institute of World Politics*, 17/03/2019. Disponível em <https://www.iwp.edu/articles/2019/03/17/the-cia-and-solidarity/>. Acessado em 13/08/2019.

CLAMOR in the East. Reports of Corruption in East Berlin Shock Even the Party Rank and File. *New York Times*, 25 November 1989.

CLAMOR in The East: An Economic Proposal; Bonn Outlines Aid For East Germany. *New York Times*, 15 November 1989.

CLAUDÍN, Fernando. *A oposição no "socialismo real": União Soviética, Hungria, Polônia, Tcheco-eslováquia, 1953-80* [1981]. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CLAUDÍN, Fernando. *La crisis del movimiento comunista* [1970]. Disponível em marxistarkiv.se. Acessado em 08/05/2015.

CLIFF, Tony. *Trotsky: Fighting the rising Stalinist bureaucracy 1923-1927*. London: Bookmarks, 1991. Edição digital, disponível em <https://www.marxists.org/archive/cliff/works/1991/trotsky3/index.html>. Acessado em 13/07/2018.

CLIFF, Tony. *Trotskyism After Trotsky. The Origins of the International Socialists*. London, Chicago, Sydney: Bookmarks Publications, 1999.

COHEN, Stephen. Was the Soviet System Reformable? *Slavic Review*, v. 63, n. 3, Autumn 2004, p. 459-488.

COSTA, Izabel C. G. da. *Em busca do paradigma perdido: as esquerdas brasileiras e a crise do socialismo real*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

COX, Michael. Perry Anderson and Leon Trotsky on the revolutionary betrayed. *Critique: Journal of Socialist Theory*, v. 20, n. 1, p. 151-163, 1993.

CRAMPTON, R. J. *Eastern Europe in the Twentieth Century - and After* [1994]. New York: Routledge, 1997.

DALE, Gareth. *17 de junio de 1953* [17/06/2017]. Disponível em <https://www.vientosur.info/spip.php?article12755>. Acessado em 02/02/2019.

DAVIES, Norman. *God's Playground. A History of Poland. Volume 2, 1795 to the Present*. New York: Columbia University Press, 2005.

DECLARATION of Four, The. On the Necessity and Principles of a New International [ago. 1933]. Disponível em <https://www.marxists.org/history/etol/document/1930s/four.htm>. Acessado em fevereiro de 2012.

DEMIER, Felipe e MONTEIRO, Marcio Lauria. “Quem são, hoje, os adversários de 1917?”. In DEMIER, Felipe e MONTEIRO, Marcio Lauria (orgs.). *100 Anos Depois: a Revolução Russa de 1917*. Rio de Janeiro: MaudX, p. 9-14, 2017.

DEMIER, Felipe. *Trotsky e o bonapartismo soviético* [20.08.2015]. Disponível em <http://blogjunho.com.br/trotsky-e-o-bonapartismo-sovietico/>. Acessado em 20.08.2015, [s.p.].

DEUTSCHER, Isaac. *Ironias da História. Ensaios sobre o comunismo contemporâneo* [1966]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

DEUTSCHER, Isaac. *Ironies of History: Essays on Contemporary Communism*. California: Ramparts Press, 1971.

DEUTSCHER, Isaac. *Stalin: uma biografia política* [1966]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DEUTSCHER, Isaac. *Trotski: o profeta armado, 1879-1921* [1954]. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DEUTSCHER, Isaac. *Trotski: o profeta desarmado, 1921-1929* [1959]. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DOMBER, Gregory. The AFL-CIO, The Reagan Administration And Solidarność. *The Polish Review*, v. 52, n. 3, p. 277-304, 2007.

FARIA, Marcos Moutta de. *Partido Socialista ou Partido dos Trabalhadores? Contribuição à História do Trotskismo no Brasil. A experiência do movimento convergência socialista*. Dissertação (Mestrado em História Comparada). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

FERNANDES, Luís. “Os impasses do socialismo e a crise da *perestroika*. Um ensaio de interpretação. In NÓVOA, Jorge (org.). *História à Deriva. Um Balanço de fim de século*. Salvador: Editora da UFBA, p. 100-108, 1993.

FERNANDES, Luís. Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 39, p. 43-46, 1995. p. 41-83.

FERNANDES, Luís. *O enigma do socialismo real*. Um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

FERNANDES, Luís. *URSS, ascensão e queda*. A economia política das relações da União Soviética com o mundo capitalista [1991]. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 1992.

FOKIN, Aleksandr. *La Oposición de Izquierda soviética y el hallazgo de los cuadernos de la cárcel de Verjneuralsk* [2019]. Disponível em <https://www.izquierdadiario.es/Dossier-La-Oposicion-de-Izquierda-sovietica-y-el-hallazgo-de-los-cuadernos-de-la-carcel-de-Verjneuralsk>. Acessado em 15/09/2020.

FRANÇA, Teones. *Escombros do Muro de Berlim sobre a Esquerda Brasileira*. Rio de Janeiro: Maud X, 2015.

FRANK, Pierre. *Fourth International*. The Long March of the Trotskyists [1969]. London: Ink Links, 1979.

FURR, Grover C. The AFT, the CIA, and *Solidarność*. *Comment* vol. 1, n. 2, Spring 1982, p. 31-34.

FURR, Grover C. The AFT, the CIA, and *Solidarność*. *Comment* vol. 1, n. 2, Spring 1982, p. 31-32. p. 31-34.

GANSER, Daniele. *NATO's secret armies*. Operation Gladio and terrorism in Western Europe. London: Routledge, 2005.

GEROVITCH, Slava. InterNyet: why the Soviet Union did not build a nationwide computer network. *History and Technology* vol. 24, n. 4, December 2008, p. 335-350.

GETZLER, Israel. “Outubro de 1917: O debate marxista sobre a revolução na Rússia”. In: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*. v. 5 São Paulo: Paz e Terra, p. 11-74, 1985.

GIBSON, James. Mass Opposition to the Soviet Putsch of August 1991: Collective Action, Rational Choice, and Democratic Values in the Former Soviet Union. *The American Political Science Review*, v. 91, n. 3, September 1997, p. 671-684.

GILL, Louis. “As transformações econômicas no Leste”. In NÓVOA, Jorge (org.). *História à Deriva. Um Balanço de fim de século*. Salvador: Editora da UFBA, p. 152-160, 1993.

GLOBAL Metrics. *Macrotrends*. Disponível em <https://www.macrotrends.net/countries/topic-overview>. Acessado em 27/11/2020.

GOMUŁKA, Stanisław & ROSTOWSKI, Jacek. The Reformed Polish Economic System, 1982–83. *Soviet Studies*, vol. 36, p. 926-947, July 1984.

GOMULKA, Stanisław; ROSTOWSKI, Jacek. The Reformed Polish Economic System, 1982–83. *Soviet Studies*, vol. 36, p. 926-947, July 1984.

GUSEV, Aleksei. “The ‘Bolshevik Leninist’ Opposition and the Working Class, 1928-1929”. In FILTZER, D. et al. *A Dream Deffered: New Studies in Russian and Soviet Labour History*. Bern: Peter Lang, 2008.

GUSEV, Alexei. “Socialismo con tracción a caballo”: la colectivización estalinista del campo en los análisis de la Oposición comunista. [2019] Disponível em <https://www.izquierdadiario.es/La-colectivizacion-estalinista-y-los-trotskistas-sovieticos#notes>. Acessado em 01/09/2020.

HANS-HERMANN Hertle. 9th / 10th November 1989: Incapacity to act of the SED central committee. *Chronik der Mauer*. Disponível em <http://www.chronik-der-mauer.de/material/180373/hans-hermann-hertle-9-10-november-1989-handlungsunfaehigkeit-des-sed-zentralkomitees>. Acessado em 16/04/2020.

HANSON, Philip. *An Economic History of the USSR from 1945*. London: Longman, 2003.

HARDY, Jane. *Poland's New Capitalism*. London: Pluto Press, 2009.

HARMAN, Chris. The Storm Breaks: The Crisis in the Eastern Bloc. *International Socialism* n. 2, v. 46, Spring 1990, pp. 3-93.

HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5 n. 10, p. 208-231, março/agosto de 1985.

HAWLEY, Charles. 99 Percent for the Communists. How the End of East Germany Began. In *Spiegel International*, 07/05/2009. Disponível em <https://www.spiegel.de/international/germany/99-percent-for-the-communists-how-the-end-of-east-germany-began-a-623492.html>. Acessado em 18/04/2020.

HAYNES, Mike. Class and Crisis - The Transition in Eastern Europe. *International Socialism*, v. 54, n. 45, January 1992.

HEGEDŰS, András. “A construção do socialismo na Rússia: o papel dos sindicatos, a questão camponesa, a Nova Política Econômica”. In: HOBSEBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*. Vol. 7. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

HENTZGEN, Jean. *Du trotskysme à la social-démocratie: le courant lambertiste en France jusqu'en 1963*. Thèse de doctorat en Histoire. Normandie: Université Le Havre-Normandie, 2019.

HOBSEBAWM, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAKOB Moneta. Bio-bibliographical sketch. Disponível em https://www.trotskyana.net/Trotskyists/Bio-Bibliographies/bio-bibl_moneta.pdf. Acessado em 27/05/2021.

JAKOB Moneta. Wikipedia. https://de.m.wikipedia.org/wiki/Jakob_Moneta. Acessado em 27/05/2021.

JAN, Adam. *Economic reforms in the Soviet Union and Eastern Europe since the 1960s*. New York: Palgrave Macmillan, 1989.

JANCSÓ, István. “A crise do stalinismo e a questão nacional na Europa centro-oriental”. In NÓVOA, Jorge (org.). *História à Deriva. Um Balanço de fim de século*. Salvador: Editora da UFBA, p. 109-126, 1993.

JENKINS, Peter. *Where Trotskyism got lost: The restoration of European democracy after the Second World War*. Spokesman’ pamphlet, n. 59. Nottingham: Spokesman Books, 1977. Disponível em <http://tinyurl.com/qb8vluv>. Acessado em 10/04/2015, [s.p.].

JOHNSTONE, Monty. “Lênin e a revolução”. In: HOBBSBAWM, Eric (Org.). *História do marxismo* v. 5. São Paulo: Paz e Terra, 1985, p. 113-142.

JOO, Hyung-Min. Voices of freedom: Samizdat. Europe-Asia Studies v. 56, n. 4, p. 571-594, June 2004.

JÜNKE, Christoph. *A short history of the left-wing socialist VSP from 1986 to 2000*. Disponível em <http://trend.infopartisan.net/trd0401/t130401.html>. Acessado em 27/05/2021.

JUST, Stéphane. *Cómo el revisionismo se apoderó de la dirección del PCI*. 27/08/1984. Versão em espanhol publicada pelo Grupo Germinal (en defensa del marxismo). Disponível em <https://www.marxists.org/espanol/just/1984/agosto/27.pdf>. Acessado em 28/06/2006.

KAGARLITSKI, Boris. *A desintegração do monolito* [1992]. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

KALASHNIKOV, Antony. Interpellation in the late Soviet period: contesting the de-ideologization narrative. *Canadian Slavonic Papers*, v. 58, n. 1, p. 23-48, 2016.

KENNY, Thomas & KEERAN, Roger. *O Socialismo Traído*. Por trás do colapso da União Soviética. Lisboa: Edições Avante, 2008.

KLEIN, Naomi. *The shock doctrine*. The rise of disaster capitalism. New York: Metropolitan Books, 2007.

KLOTH, Hans Michael. Runder Tisch. Wer die Qual hat, hat die Wahl. In *Spiegel Geschichte*, 07/12/2009. Disponível em <https://www.spiegel.de/geschichte/20-jahre-runder-tisch-a-948636.html>. Acessado em 18/04/2020.

KNOW Your Trots. Family Tree o Trotskyist groups in the UK and their offshoots. Disponível em <https://splitsandfusions.files.wordpress.com/2017/01/trotskyist-family-tree.pdf>. Acessada em 09/12/2019.

KOTZ, David; WEIRS, Fred. *Russia’s Path from Gorbachev to Putin*. The demise of the Soviet system and the new Russia. New York: Routledge, 2007.

KRAMER, Mark. The Early Post-Stalin Succession Struggle and Upheavals in East-Central Europe: Internal-External Linkages in Soviet Policy Making (Part 1). *Journal of Cold War Studies* vol 1, n. 1, 1999, 3-55.

KRAMER, Mark. The Reform of the Soviet System and the Demise of the Soviet State. *Slavic Review*, v. 63, n. 3, Autumn 2004, p. 505-512.

- KRAMER, Mark. The Soviet Union and the 1956 Crises in Hungary and Poland: Reassessments and New Findings. *Journal of Contemporary History* v. 33, n. 2, April 1998, p. 163-214.
- KRAUSZ, Tamás. *Reconstructing Lenin – an intellectual biography*. New York: Monthly Review Press, Chapter 5, 2015.
- KUN, Miklós. “Trotsky e o Movimento Clandestino Anti-stalinista nas Décadas de 1920 e 1930”. In COGGIOLA, Osvaldo (org.) *Trotsky Hoje*. São Paulo: Ensaio, 1994.
- KURON, Jacek & MODZELEWSKI, Karol. An Open Letter to the Party. *New Politics* v. 5, n. 2, p. 5-46, 1966 e *Idem*. An Open Letter to the Party II. *New Politics* v. 5, n. 3, p. 72-100, 1996.
- LANE, David & ROSS, Cameron. *The Transition from Communism to Capitalism. Ruling Elites from Gorbachev to Yeltsin*. New York: St. Martin's Press, 1999.
- LANE, David. The Gorbachev Revolution: The Role of the Political Elite in Regime Disintegration. *Political Studies*, v. 44, n. 1, 1996, p. 4-23.
- LEAL, Murilo. *À Esquerda da Esquerda*. Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966). São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.
- LENIN, Vladimir. *O Estado e a revolução* [1917] e *A revolução proletária e o renegado Kautsky* [1918]. São Paulo: Editora Sundermann, 2005. Em especial o Capítulo 5 de “O Estado e a revolução”.
- LENIN, Vladimir. *Speech In Opening The Congress March 27*. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1922/mar/27.htm>. Acessado em 05/07/2018.
- LENIN, Vladimir. *Últimos escritos e Diário das secretárias*. São Paulo: José Luis e Rosa Sundermann, 2012.
- LEVICHEV, V. “Anatomy of the Unofficial Political Movement”. In BABKINA, M. (ed.) *New Political Parties and Movements in the Soviet Union*. Commack: Nova Science Publishers, p. 43-50, 1991.
- LEWIN, Moshe. *Lenin's Last Struggle* [1968]. 4ª ed. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2008.
- LEWIN, Moshe. *O fenômeno Gorbachev*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LIGNANI, Henrique de Bem. *O trotskismo no Brasil e a crise de direção revolucionária*. Construção do partido, programa político e movimento operário (1937-1948). Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2020.
- LINDEN, Marcel van der. *Western Marxism and the Soviet Union A Survey of Critical Theories and Debates Since 1917*. Leiden, Boston: Brill, 2007.
- LÖWY, Michael. *A política do desenvolvimento desigual e combinado*. A teoria da revolução permanente. São Paulo: Sundermann, 2015.
- MACEACHIN, Douglas J. *US Intelligence and the Polish Crisis 1980-1981*. Disponível em <https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/csi->

publications/books-and-monographs/us-intelligence-and-the-polish-crisis-1980-1981/index.htm. Acessado em 25/06/2019.

MACKLER, Jeff. Gerry Foley: A Life Dedicated to Socialist Revolution. <https://socialistresistance.org/gerry-foley-a-life-dedicated-to-socialist-revolution/3479>. 30/04/2012. Acessado em 06/03/2021.

MALEWSKI, Jan. Ludwik Hass (1918-2008), héros trotskiste finalement brisé. *Inprecor*, n. 539-540, juin-août 2008. Disponível em [http://www.inprecor.fr/article-Pologne-Ludwik%20Hass%20\(1918-2008\),%20h%C3%A9ros%20trotskiste%20finalement%20bris%C3%A9?id=581&fbclid=IwAR3t4ywF_j00KH6aSi6dpXL5FJWuxgr3R6J-HTtp1VHVRzTcEBSF949VK3g](http://www.inprecor.fr/article-Pologne-Ludwik%20Hass%20(1918-2008),%20h%C3%A9ros%20trotskiste%20finalement%20bris%C3%A9?id=581&fbclid=IwAR3t4ywF_j00KH6aSi6dpXL5FJWuxgr3R6J-HTtp1VHVRzTcEBSF949VK3g). Acessado em 14/12/2019.

MALIA, Martin. *Soviet Tragedy: A History of Socialism in Russia, 1917-1991*. New York: Free Press, 1994.

MANDEL, Ernest. *Trotsky como alternativa* [1994]. São Paulo: Xamã.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARCY, Sam. *Czechoslovakia 1968: The Class Character of the Events*. New York: World View Publishers, 1978.

MARIANO, Andreyson Silva. *Uma esquerda em silêncio. Militantes trotiskistas de Fortaleza no período de 1963-1970*. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História). Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2011.

MARIE, Jean-Jacques. *El trotskismo y los trotskistas*. De ayer a hoy, la ideología y los objetivos de los trotskistas en el mundo. Madrid: POSI, 2005.

MARIE, Jean-Jacques. *O Trotskismo* [1977]. São Paulo: Perspectiva, 1990.

MAROT, John. "Trotsky, the Left Opposition and the Rise of Stalinism: Theory and Practice". In *The October Revolution in Prospect and Restrospect*. Leiden: Brill, 2012.

MARTENS, Ludo. *A URSS e a Contra-Revolução de Veludo* [1991]. [S.l.], Edições Nova Cultura, 2018.

MARTENS, Ludo. Balanço do Colapso da União Soviética [1992]. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/martens/1992/04/02.htm>. Acessado em 14/02/2021.

MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha* [1875]. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1875/gotha/index.htm>. Acessado em setembro de 2015.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política* l. I [1867]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MCNEAL, Robert H. "Trotskyist interpretations of Stalinism" [1975]. In TUCKER, Robert C. (Ed.). *Stalinism*. Essays in historical interpretation. New Branswick, London: Transaction Publishers, p. 30-51, 1999.

MELO, Wanderson Fábio de. Tchecoslováquia em 1968: a construção do socialismo interrompida. *Revista Movimentação* v. 5, n. 9, p. 27-54, 2018.

MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello. *Trotsky diante do socialismo real*. Perspectivas para o século XX. Rio de Janeiro: FAPERJ e Editora FGV, 2010.

MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello. *Trotsky diante do socialismo real*. Perspectivas para o século XX. Rio de Janeiro: FAPERJ e Editora FGV, 2010.

MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello. *Trotsky e a revolução permanente: a história de um conceito chave*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

MEYER, Victor. *Determinações históricas da crise da economia soviética*. Salvador: EDUFBA, 1995.

MEYER, Victor. *Determinações históricas da crise da economia soviética*. Salvador: EDUFBA, 1995.

MEYER, Victor. Economia Soviética: Introdução à História da Crise. NÓVOA, Jorge (org.). *História à Deriva. Um Balanço de fim de século*. Salvador: Editora da UFBA, 1993, p. 84-93. Versão digital disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/meyer/1993/mes/economia.pdf>. Acessado em setembro de 2016

MIRANDA, Vinicius A. R. *As trajetórias das organizações Democracia Socialista e Convergência Socialista no PT de 1978 a 1992*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2014.

MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. *O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-1963)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016.

MONTEIRO, Marcio Lauria e MELO, Demian de. Os ciclos de revisionismo histórico nos estudos sobre a Revolução Russa. *Direito & Práxis*, v. 8, n. 3 (2017). Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/29985>. Acessado em 21/09/2018.

MONTEIRO, Marcio Lauria. A luta de Lenin contra a burocratização soviética e Stalin. *História e Luta de Classes*, ano 13, n. 23, mar. 2017, p. 42-56.

MONTEIRO, Marcio Lauria. As análises de Trotski sobre a URSS e o stalinismo. *Verinotio* - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, v. 23, n. 2, ano XII, nov. 2017, p. 176-207.

MONTEIRO, Marcio Lauria. Introdução a Os perigos profissionais do poder. *Marx e o Marxismo* – Revista do NIEP-Marx, v. 5 n. 8, jan.-jun. 2017, p. 164-174.

MOVEMENT for Self Management, The. In PERSKY, S. & FLAM, H. (eds.). *The Solidarnos Sourcebook*. Vancouver: New Star Books, p. 177-179, 1982.

MURPHY, Kevin. As origens e os significados do stalinismo. *Revista Movimento*, v. 2, n. 6, jul.-set. de 2017. Versão online disponível em <https://movimentorevista.com.br/2017/11/as-origens-e-os-significados-do-stalinismo/>. Acessado em abril de 2018.

NAGY, Bálasz. “La actualidad del Programa de Transición” [1966]. In YANG, Elizabeth Ingrid (ed.). *Hungría del '56: revoluciones obreras contra el stalinismo*. Buenos Aires: Ediciones del IPS, 2006.

NAHAYLO, Bohdan & SWOBODA, Victor. *Soviet disunion: a history of the nationalities problem in the USSR*. New York: Free Press, 1990.

Neues Deutschland, v. 44, n. 266, p.1-2, 11-12 nov. 1989. Disponível em https://www.rosalux.de/fileadmin/images/Dossiers/30_Jahre_89/Chronik_Wende/aktionsprogramm89.pdf. Acessado em 16/04/2020.

NORTH, David. *The Heritage We Defend: A Contribution to the History of the Fourth International*. Londres: Paperback, 1988.

OCUNA, María F. *De la “Revolución socialista” a la “Revolución democrática”*. Las prácticas políticas del PST / MAS durante la última dictadura (1976-83). La Plata: Universidad Nacional de La Plata; Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento; Posadas: Universidad Nacional de Misiones, 2015.

OLIC, Nelson Bacic. *A Desintegração do Leste. URSS, Iugoslávia, Europa Oriental*. São Paulo: Moderna, 1993.

OLIVEIRA, Tiago de. *Entre a crítica das armas e as armas da crítica*. Trotskistas contra a ditadura militar (1968-1973). Uma contribuição à história do trotskismo no Brasil. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018.

OLIVEIRA, Tiago de. *Reorganização do movimento trotskista no Brasil. A formação da Organização Socialista Internacionalista (1968-1976)*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.

OPPOSITION Forms in East Germany. *New York Times*, 20 September 1989.

OST, David. “I Didn’t Sit Eight and a Half Years in Jail to Build Capitalism”. *Jacobin*, maio de 2019. Disponível em <https://jacobinmag.com/2019/05/karol-modzelewski-poland-solidarity-democratic-socialism>. Acessado em 21/05/2019.

OST, David. *Solidarity and the politics of anti-politics: opposition and reform in Poland since 1968*. Philadelphia: Temple University Press, 1990.

OST, David. *The Defeat of Solidarity*. Anger and Politics in Postcommunist Europe. Ithaca and London: Cornell University Press, 2005.

OUIMET, Matthew. *The Rise and Fall of the Brezhnev Doctrine in Soviet Foreign Policy*. Chapel Hill, London: University of North Carolina Press, 2003.

PACZKOWSKI, Andrzej & BYRNE, Malcolm. “The Polish Crisis: Internal and International Dimensions”. In PACZKOWSKI, A. & BYRNE, Malcolm (eds.). *From Solidarity to Martial Law. The Polish Crisis of 1980-1981. Documentary History*. Budapest: Central European University Press, 2007.

PAPERT, Dona. Who Made the Hungarian Socialist Revolution. *Socialist Review*, v. 6, n. 4, January 1957.

PARIS, S. F.; CORREA, M. E. Reconfiguraciones en la burocracia del PCUS. Un análisis de la era pos-estalinista (1956-1971). *Hic Rhodus*, n. 13, p. 57-73, diciembre de 2017.

PARTI des travailleurs (France). *Wikipedia*. Disponível em [https://fr.wikipedia.org/wiki/Parti_des_travailleurs_\(France\)](https://fr.wikipedia.org/wiki/Parti_des_travailleurs_(France)). Acessado em 18/03/2021.

- PARTIDO Obrero Socialista Internacionalista. *Breve Historia de la Cuarta Internacional*. Barcelona: [s.d.].
- PAULINO, Robério. *Socialismo no século XX*. O que deu errado? São Paulo: Letras do Brasil, 2010.
- PAZ-KNEI, Baruch. *The Social and Political Thought of Leon Trotsky*. Oxford: Claredon Press, 1978.
- PELZ, William. *A People's History of Modern Europe*. London: Pluto, 2016.
- PETR Uhl. *Memory of Nations*. Disponível em <https://www.memoryofnations.eu/en/uhl-petr-1941>. Acessado em 08/06/2021.
- PETSCHOW, Annabelle. Der Runde Tisch. In *Lebendiges Museum Online*. Stiftung Haus der Geschichte der Bundesrepublik Deutschland. Disponível em: <http://www.hdg.de/lemo/kapitel/deutsche-einheit/weg-zur-einheit/der-runde-tisch.html>. Acessado em 18/04/2020
- PIPES, Richard. *Communism: The Vanished Specter*. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- PODTCHEKOLDIN, Aleksandr. “1922: o nascimento da partidocracia”. In COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Trotsky Hoje*. São Paulo: Ensaio, 1994.
- PODTCHEKOLDIN, Aleksandr. “O Novo Curso: prólogo da tragédia”. In COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Trotsky Hoje*. São Paulo: Ensaio, 1994.
- POLSKA Socjalistyczna Partia Pracy. In *Encyklopedii Solidarności*. Material online, [2013]. Disponível em http://www.encysol.pl/wiki/Polska_Socjalistyczna_Partia_Pracy. Acessado em 16/08/2019.
- PONS, Silvio. *A revolução global*. História do comunismo internacional, 1917-1991 [2014]. Rio de Janeiro: Contraponto, Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2014.
- POROZUMIENIE Opozycji Robotniczej. In *Encyklopedii Solidarności*. Material online, [2013]. Disponível em http://www.encysol.pl/wiki/Porozumienie_Opozycji_Robotniczej. Acessado em 16/08/2019.
- PRADO, Carlos Batista. *Partidos e sindicatos: o PCB, a Oposição de Esquerda e o movimento operário no Brasil (1922-1936)*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019.
- PRADO, Carlos. A burocratização, Stálin e a luta da Oposição contra a degeneração do Partido Bolchevique (1922-24). *Verinotio* - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, v. 23, n. 2, ano XII, nov. 2017, p. 152-175.
- PRÉSUMEY, Vincent, Pierre Broué (1926–2005). *Revolutionary History* v. 9, n. 4, January 2006. Disponível em <https://www.marxists.org/history/etol/revhist/backiss/vol9/no4/presumey.html>. Acessado em 25/01/2021.
- PRÉSUMEY, Vincent. *Pierre Lambert, 1920-2008*. 20/01/2008. Disponível em <http://www.gauchemip.org/spip.php?article6723>. Acessado em 20/01/2021.

- PROBST, Lothar. “Neues Forum (Forum)”. In DECKER, Frank; NEU, Viola Neu (org.). *Handbuch der deutschen Parteien*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2007, p. 347-351
- RAYMOND JR, Walter. Poland – The Road to 1989. *The Polish Review*, v. 44, n. 4, p. 397-400, 1999.
- RAYNAUD, Philippe. La gauche et l'extrême gauche françaises face à la chute du Mur. *Histoire & Liberté* n. 39, Automne 2009, p. 75-85.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Uma Revolução Perdida*. A história do socialismo soviético. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.
- REZNIK, Alexander. Revising the “Trotskyist” Opposition of the Bolshevik Party in 1923-1924. *Canadian-American Slavic Studies*, n. 53, p. 107-120, 2019.
- ROBOTNICZA Partia Rzeczypospolitej Samorządnej. In *Encyklopedii Solidarności*. Material online, [2013]. Disponível em http://www.encysol.pl/wiki/Robotnicza_Partia_Rzeczypospolitej_Samorz%C4%85dnej. Acessado em 16/08/2019.
- RODRIGUES, Robério Paulino. *O Colapso da URSS*. Um estudo das causas. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no Século XX*. O Que Deu Errado? 2ª ed. São Paulo: Letras do Brasil, 2010.
- ROJAS, Gonzalo Adrián. *Os socialistas na Argentina (1880-1980): um século de ação política*. Tese (doutorado em Ciência Política). São Paulo: Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2006.
- ROSE, John. Chris Harman, 1968 and the historic Open Letter to the Polish Communist Party. *International Socialism* n. 158, Spring 2018. Versão digital disponível em <http://isj.org.uk/chris-harman-1968-and-the-historic-open-letter-to-the-polish-communist-party/#footnote-10080-12-backlink>. Acessado em 27/05/2019.
- ROSSIGNOLI, Ícaro. *Os dias de cão do trotskismo brasileiro*. Argumentos e táticas nas publicações do Partido Operário Leninista, 1937-1939. Monografia (Graduação em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.
- RUSSIA’S Vietnam (editorial). *International Socialism* (1st series), n. 34, p. 1-2, Autumn 1968. Versão transcrita disponível em <https://www.marxists.org/history/etol/newspape/isj/1968/no034/editorial1.htm>. Acessado em 13/11/2018.
- SAGRA, Alicia. *História das Internacionais Socialistas*. São Paulo: Sundermann, 2005.
- SANFORD, George. “Introduction”. In SANFORD, George (ed.). *The Solidarity Congress, 1981*. The Great Debate. New York: Palgrave Macmillan, 1990, p. 1 e 3-5.
- SECCO, Lincoln. *História da União Soviética*. Uma Introdução. São Paulo: Maria Antonia, 2020.
- SEDAITIS, Judith & BUTTERFIELD, Jim. “The Emergence of Social Movements in the Soviet Union”. In SEDAITS, Judith & BUTTERFIELD, Jim. (eds). *Perestroika*

from below: social movements in the Soviet Union. Boulder: Westview Press, p. 1-12, 1991.

SEGRILLO, Angelo. *O Declínio da URSS*. Um estudo das causas. São Paulo, Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEGRILLO, Angelo. *O Fim da URSS*. De Gorbachev ao Pós-Yeltsin. Petrópolis: Vozes, 2000.

SERAFIN, Marcel. *Socialist Opposition in the Polish people's Republic, 1964-1989*. BA Hons History and Politics. Newcastle upon Tyne: Department of Humanities of the Northumbria University, 2015.

SERGE, Victor. *O Ano I da Revolução*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SERVICE, Robert. *Comrades! A history of world communism*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

SEVERYUKHIN, A. Perestroika the way for independent social movements. *International Viewpoint* n. 129, 9/11/1987, p. 4-7.

SHACHTMAN, Max. *The bureaucratic revolution: the rise of the Stalinist state*. Nova York: Donald Press, 1962.

SILVA, Antonio Ozaí da. *História das tendências no Brasil*. Origens, cisões e propostas. 2ª ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1987, p. 178-184.

SILVA, Antonio Ozaí da. O Trabalho (OT) - Corrente Interna do Partido dos Trabalhadores. *Revista Espaço Acadêmico*, Ano I, n. 1, [s.p.], junho de 2001, [s.p.].

SLAY, Ben. *The Polish Economy*. Crisis, Reform, and Transformation. Princeton: Princeton University Press, 1994.

SMITH, Murray. Revisiting Trotsky: Reflections on the Stalinist Debacle and Trotskyism as Alternative. *Rethinking Marxism: A Journal of Economics, Culture & Society*, v. 9, n. 3, p. 40-67, 1996.

SOLIDARITY Program, The [October, 1981]. In PERSKY, S. & FLAM, H. (ed.) *The Solidarnosc Sourcebook*. Vancouver: New Star Books, 1982.

STALIN, J. V. *A Year of Great Change* [1929]. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1929/11/03.htm>. Acessado em 04/11/2020.

STALIN, J. V. *Coexistence, American-Soviet Cooperation, Atomic Energy, Europe* [9 abr. 1947]. Disponível em [https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1947/04/09](https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1947/04/09.htm). htm. Acessado em out. 2014.

STALIN, J. V. *Replies to Questions put by Mr. Elliot Roosevelt, in an Interview* [21 dez. 1946]. Disponível em [https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1946/12/21](https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1946/12/21.htm). htm. Acessado em out. 2014.

STALIN, J. V. *The October Revolution and the Tactics of the Russian Communists* [1924]. Disponível em

<https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1924/12.htm>. Acessado em 31/10/2020.

STANISZKIS, Jadwiga. *Poland's Self-Limiting Revolution*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

STATEMENT of the Federation of Socialist Social Clubs. *International Viewpoint* n. 129, 9/11/1987, p. 8-9.

STEFAN Bekier. *Museum of the History of Polish Jews POLIN*. Disponível em https://sztetl.org.pl/en/oral-history/139667-stefan-bekier?fbclid=IwAR2bf4L2y0sB9LnXH4LHCqxJBIyTd0t2QGcL9_rjKptmZJ1T_nagOr48ei4. Acessado em 14/12/2019.

SUNY, Ronald Grigor. *The Making of the Georgian Nation*. Bloomington: Indiana University Press, 1994.

THIRTEENTH Party Conference January 16-18 1924, The. In *Documents of the 1923 opposition*. Richmond: New Park Publications, 1975. Disponível em <https://www.marxists.org/history/etol/document/ilo/1923-lo/ch05.htm>. Acesso em 13/03/2018.

TICKTIN, Hillel. *Abortos históricos, nunca mais* [2006]. Disponível em: <http://rodrigossilvadoo.blogspot.com.br/2016/03/abortos-historicosnunca-mais-hillel.html>. Acessado em abr. 2016.

TICKTIN, Hillel. *Abortos históricos, nunca mais* [Weekly Worker, 2006]. *Blog As Novidades de Sempre*, 21 de março de 2016. Disponível em <http://rodrigossilvadoo.blogspot.com.br/2016/03/abortos-historicos-nunca-mais-hillel.html>. Acessado em abril de 2016.

TRENCSENYI, B.; KOPECEK, M. et al. *A History of Modern Political Thought in East Central Europe*. v. 2, pt. 2. Oxford: Oxford University Press, 2018.

TROTSKI, Leon. *A Revolução Espanhola* [comp.]. São Paulo: Iskra, 2014.

TROTSKY, Leon. “A revolução permanente” [1929-30]. In: *A Teoria da Revolução Permanente*. São Paulo: Sundermann, 2011.

TROTSKY, Leon. “A URSS na guerra” [25 set. 1939]. In *Em Defesa do Marxismo*. São Paulo: Sunderman, 2011.

TROTSKY, Leon. “Balanço dos acontecimentos finlandeses” [25 abr. 1940]. In *Em Defesa do Marxismo, op. cit.*

TROTSKY, Leon. “De um arranhão ao perigo de gangrena” [24 jan. 1940]. In *Em Defesa do Marxismo, op. cit.*

TROTSKY, Leon. “More thoughts on the party regime” (Oct. 3, 1957). In: *Writings of Leon Trotsky (1936-37)*. 2. ed. Nova York: Pathfinder Press, 1978.

TROTSKY, Leon. “Novamente, e uma vez mais, sobre a natureza de classe da URSS” [18 out. de 1939]. In *Em Defesa do Marxismo, op. cit.*

TROTSKY, Leon. “Second Letter to the Central Committee (October 24, 1923)”. In *The Challenge of the Left Opposition*. Vol. 1, 1923-25. Edited By Naomi Allen. New York: Pathfinder, 1975.

TROTSKY, Leon. “Speech to the Thirteenth Party Congress (May 26, 1924)”. *The Challenge of the Left Opposition*. Vol. 1, 1923-25. Edited By Naomi Allen. New York: Pathfinder, 1975.

TROTSKY, Leon. “The New Course Resolution (December 5, 1923)”. In *The Challenge of the Left Opposition*. Vol. 1, 1923-25. Edited By Naomi Allen. New York: Pathfinder, 1975.

TROTSKY, Leon. “Thermidor” [1927]. In _____. *The Challenge of the Left Opposition (1926-1927)*. New York: Pathfinder, 1980, p. 329-338.

TROTSKY, Leon. “Um Estado não operário e não burguês?” [25 nov. 1937]. In *Em Defesa do Marxismo*, op. cit.

TROTSKY, Leon. “Uma vez mais, a União Soviética e a sua defesa [4 nov. de 1937]. In *Em Defesa do Marxismo*, op. cit.

TROTSKY, Leon. *A revolução traída – o que é e para onde vai a URSS* [1936]. São Paulo: Sundermann, 2005.

TROTSKY, Leon. *As Lições de Outubro* [1924]. São Paulo: Sundermann, 2006.

TROTSKY, León. *El Nuevo Curso* [jan. 1924]. [S.l.]: Grupo Germinal / En Defensa del Marxismo, [s.d].

TROTSKY, Leon. *Estalinismo e Bolchevismo*. Sobre as Raízes Históricas e Teóricas da IV Internacional. [29 ago. 1937]. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1937/08/29.htm>. Acessado em 19/09/2019.

TROTSKY, Leon. First Letter to the Central Committee (October 8, 1923). In *The Challenge of the Left Opposition*. Vol. 1, 1923-25. Edited By Naomi Allen. New York: Pathfinder, 1975.

TROTSKY, Leon. *Fundamental Principles of the Left Opposition* [dez. 1932]. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1932/xx/ilo.html>. Acessado em 14/06/2018.

TROTSKY, Leon. *It is Impossible to Remain in the Same International with the Stalins, Manuïlskys, Lozovskys & Co*. A Conversation [20 jul. 1933]. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/trotsky/germany/1933/330720.htm>. Acessado em 14/06/2018.

TROTSKY, Leon. *O programa de transição para a revolução socialista* [1938]. São Paulo: Sundermann, 2008.

TROTSKY, Leon. *Platform of the Joint Opposition* [1927]. London: New Park Publications, 1973. Versão digital disponível em <http://www.marxists.org/archive/trotsky/works/1927/opposition/index.htm>. Acessado em 13/04/2018.

TROTSKY, Leon. *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha*. São Paulo: Sundermann, 2011.

TROTSKY, Leon. *Stalin, el gran organizador de derrotas: la III Internacional después de Lenin* [1928]. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2012.

TROTSKY, Leon. *Tesis sobre revolución y contrarrevolución* [26/11/1926]. Disponível em <https://ceip.org.ar/Tesis-sobre-revolucion-y-contrarrevolucion>. Acessado em 30/08/2020.

TROTSKY, Leon. *The Class Nature of the Soviet State* [1 out. 1933]. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1933/10/sovstate.htm>. Acessado em 17/04/2018.

TROTSKY, Leon. *The Danger of Thermidor: An Analysis of the Significance of Stalin's Latest Speech* [11 jan. 1933]. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1933/01/thermidor.htm>. Acessado: 17/04/2018.

TROTSKY, Leon. *The Tragedy of the German Proletariat: The German Workers Will Rise Again – Stalinism, Never!* [mar. 1933]. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/trotsky/germany/1933/330314.htm>. Acessado em 20/04/2018.

TROTSKY, Leon. *The Workers' State, Thermidor and Bonapartism* [fev. 1935]. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1935/02/ws-therm-bon.htm>. Acessado em 17/04/2018.

TROTSKY, Leon. *Thermidor and Bonapartism* [1931]. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1931/xx/thermidor.htm>. Acessado em 17/04/2018.

TROTSKY, Leon. *Thermidorianism and Bonapartism* [1931]. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1931/xx/thermbon.htm>. Acessado em 17/04/2018.

TROTSKY, Leon. *To Build Communist Parties and an International Anew* [15 jul. 1933]. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/trotsky/germany/1933/330715.htm>. Acessado em 20/04/2018.

TROTSKY, Leon. *Três concepções da Revolução Russa* [1939]. Disponível em <https://www.esquerdadiario.com.br/Tres-concepcoes-da-Revolucao-Russa>. Acessado em 10/12/2019.

TROTSKY, Leon. *Two articles on centrism* [fev./mar. 1934]. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/Trotsky/1934/02/centrism.htm>, acessado em: nov. 2013.

TROTSKY, Leon. *Un krenkismo al revés* [21/10/1928]. Disponível em <https://ceip.org.ar/Un-kerenkismo-al-reves>. Acessado em 30/08/2020.

TISS, Thomas M. Trotsky's Analysis of Stalinism. *Critique: Journal of Socialist Theory*, v. 38, n. 4, 2010.

TISS, Thomas. *Trotsky and the Problem of Soviet Bureaucracy*. PhD thesis (Philosophy). Faculty of Arts and Sciences, University of Pittsburgh, 2009.

VACULÍK, Ludvík. *Two Thousand Words that Belongs to Workers, Farmers, Officials, Scientists, Artists, and Everybody* [1968]. Disponível em http://www.pwf.cz/rubriky/projects/1968/ludvik-vaculik-two-thousand-words_849.html. Acessado em 13/03/2019.

VEREINIGTE Sozialistische Partei. Wikipedia. https://de.m.wikipedia.org/wiki/Vereinigte_Sozialistische_Partei. Acessado em 27/05/2021.

VIVALDI, Giuliano. The Soviet '68. *Verso Blog*, 16/06/2018. Disponível em <https://www.versobooks.com/blogs/3885-the-soviet-68>. Acesso em 06/01/2021.

WALKER, Martin. *Gorbachev e a URSS* [1986]. Lisboa: Livros do Brasil, 1987.

WANDERLEY, Shimenny L. A. *O parlamentarismo revolucionário como proposta transicional: uma análise do caso do Partido de los Trabajadores Socialistas na Argentina*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Campina Grande: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, 2019.

WARNING Strikes Hit 10 Cities in East Germany. *The New York Times*, Aug. 29, 1990.

WILLIAMS, Kieran. *The Prague Spring and its aftermath: Czechoslovak politics 1968–1970*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

ZAŁĘGA, Dariusz. *Ruch trockistowski w PRL*. [S/l], [s.d.], [s.p.].

ZÃO, Adriano C. V. *Perspectivas da Esquerda Brasileira Após o Fim da União Soviética*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011.

ZEHN-Punkte-Programm. Wikipedia. Disponível em <https://de.wikipedia.org/wiki/Zehn-Punkte-Programm>. Acessado em 15/04/2020.

ZUBOK, Vladislav. *Zhivago's Children. The Last Russian Intelligentsia*. Cambridge: Belknap Press, 2011.

ZUZOWSKI, Robert. KOR after KOR. The intelligentsia and dissent in Poland: 1981–1987. *The Polish Review*, v. 33, n. 2, p. 167–189, 1988.

ZUZOWSKI, Robert. The origins and activity of the workers' defence committee, KOR: 1976–1980. *Politikon: South African Journal of Political Studies*, v. 20, n. 1, p. 105–135, 1993.

Будрайтскис, Илья. *ДИССИДЕНТЫ СРЕДИ ДИССИДЕНТОВ*. Москва: Свободное Марксистское издательство, 2017. (“Dissidentes entre dissidentes”, de Ilya Budraitskis).

2. Fontes primárias dos grupos abordados

2.1. Fontes do Capítulo 4

[MANDEL, Ernest]. Déclin et chute du Stalinisme. *Quatrième Internationale* v. 15, n. 1–3, p. 75–92, Mars 1957.

AGAINST Pabloite Revisionism. *Fourth International* v. 14, n. 5, September-October 1953.

B., P. Vive la Pologne socialiste indépendante! Vive l'action révolutionnaire des travailleurs de Pologne et de Hongrie! *La Vérité* n. 428, p. 1-2, 26 Octobre 1956.

BILAN de la révolution politique en Pologne, en Hongrie (rapport de Michel Pablo au XVIII Plénum du Comité Exécutif International [novembre 1956]. *La vérité des travailleurs* n. 52, p. 8-9, Decembre 1956.

BRABANT, Pierre [Pierre Broué]. Ce printemps de Pologne, notre printemps en octobre. *La Vérité* n. 428, p. 2, 26 Octobre 1956.

CANNON, James P. "A Letter to Trotskyists Throughout the World". In: TOWARDS a History of the Fourth International. Vol. 3. Struggle in the Fourth International. International Committee Documents. 1951-1954. New York: Pathfinder, p. 132-138, 1974.

CLARKE, George. The June Days in Review. *Fourth International* v. 14, n. 2, p. 61-64, March-April 1953.

COMITÉ International de la IVe Intle Salue le prolétariat hongrois, Le [27/10/1956]. *La Vérité* n. 433, p. 2, 23 Novembre 1956.

COMMUNISTES polonais ont choisi d'être avec les masses, les. *La vérité des travailleurs* n. 52, p. 7-8, Decembre 1956.

CORRESPONDENCE - Editorial Note. *Fourth International* v. 14, n. 2, p. 56-57, March-April 1953.

CZECHOSLOVAKIA - First Balance Sheet, First Lessons [15/09/1968]. *Intercontinental Press*, n. 33, p. 849-856, 7 out. 1968.

DÉCLARATION du Secrétariat International de la IV^{ème} Internationale sur les événements d'Allemagne orientale et la situation générale actuelle dans les "démocraties populaires" européennes et en U.R.S.S [25/06/1953]. *Quatrième Internationale* n. 62, p. 17-21, juillet 1953.

DÉCLARATION du Secrétariat unifié sur la l'évolution de la Tchécoslovaquie – La démocratie socialiste ne peut être définitivement consolidée sans pouvoir des conseils ouvriers [18 abr.] *La Quatrième Internationale* [PCI francès], n. 29, p. 8 e 7, mai. 1968.

EDITORIAL. The Poznan Uprising. *International Socialist Review*, v. 17, n. 3, p. 75-77, Summer 1956.

EDITORS, The. The East German Uprising *Fourth International* v. 14, n. 3, p.67-70, May-June 1953.

FOURTH International Czech Manifesto [22/08/1968] *The Militant* v. 32, n. 36, p. 6-7, 6 set. 1968.

FOURTH Int'l takes issue with Castro Czech stand [01/09/1968]. *The Militant*, v. 32 n. 38, p. 10, set 20 1968.

FRANK, Pierre. URSS, Tchécoslovaquie, Yougoslavie: des pas vers la révolution politique... *La Quatrième Internationale* [PCI-LVT francès], n. 26, p. 7, fev. 1968.

FRYER, Peter. "La Tragedia de Hungría". In YANG, Elizabeth (ed.). *Hungría del '56: revoluciones obreras contra el stalinismo*. Buenos Aires : Ediciones del I.P.S., 2006.

GELDEREN, C. van. The Lessons of Hungary [10/12/1956]. *Labour Review* v. 2, n. 1, p. 4-7, January 1957.

GERMAIN, E. [Ernest Mandel]. Le soulèvement ouvrier en Allemagne Orientale [26/06/1953]. *Quatrième Internationale* n. 62, p. 22-29, juillet 1953.

GIRAUD, P. L'aube de la révolution politique en U.R.S.S. *La vérité des travailleurs* n. 14, p. 3, septembre 1953.

GLOIRE immortelle aux Prolétaires Hongrois [09/11/1956]. *La Vérité - Supplément* au numéro 431 du 9 Novembre 1956.

HEALY, G. What is behind the peace talks?. *Labour Review* v. 1, n. 5, p. 10-16, January-February 1954.

HEALY, Gerry. *Stalinism Unmasked*. Revolution and counter-revolution in Hungary [1956]. London: New Park Publications, 1966. Disponível em <https://www.marxists.org/history/etol/writers/healy/1966/11/hungary.htm>. Acessado em 23/10/2020.

HUNGARIAN Revolution and the Crisis of Stalinism, The. Resolution adopted by the SWP National Committee, January 1957. In "*De-Stalinization*", *the Hungarian Revolution, and World Trotskyism (Documents, 1955-57)*. The Struggle to Reunify the Fourth International (1954-63): Volume II. Education for Socialists Series. New York: National Education Department of the Socialist Workers Party, p. 33-39, 1978.

INTERNATIONAL Notes. *Labour Review* v. 1, n. 5, p. 3-9. January-February 1954.

LAWRENCE, John. Revolutionary Tide Reaches USSR. *Socialist Outlook* n. 88, p. 2, 4, July 17, 1953.

LAWRENCE, John. Save These Workers From the Firing Squad! *Socialist Outlook* n. 86, p. 1, 4, July 13, 1953.

LONG Live the Independent and Democratic Republic of Hungarian Workers' Councils! An Appeal of the Fourth International to the workers, poor peasants, and intellectuals of Hungary (Translated from the December 1956 issue of *Quatrième Internationale*) [30/10/1956]. In "*De-Stalinization*", *the Hungarian Revolution, and World Trotskyism (Documents, 1955-57)*. The Struggle to Reunify the Fourth International (1954-63): Volume II. Education for Socialists Series. New York: National Education Department of the Socialist Workers Party, p. 61-63, 1978.

NOVACK, George. The Dubcek Regime and the Democratization Movement in Czechoslovakia. *Intercontinental Press*, n. 18, p. 42-228, 13 mai. 1968.

PABLO, Michel. L'importance internationale de la Révolution Hongroise [Décembre 1956]. *Quatrième Internationale* v. 15, n. 1-3, p. 16-18, Mars 1957.

POLITICAL revolution in Czechoslovakia (Statement by the International Committee of the Fourth International) [21/out]. *Fourth International* [SLL UK], v. 5, n. 3, p. 92-114, Winter 68-69.

POUR l'Unité du Mouvement Trotskyste. Appel aux directions et aux membres des organisations du "Comite International" [Novembre 1956]. *Quatrième Internationale* v. 15, n. 1-3, p. 69-70, Mars 1957.

PROLÉTAIRES de Berlin se lèvent, Les. Contre l'occupation, pour l'unité allemande. *La Vérité*, n. 317, [s.p.] 29 juin 1953.

REVOLUTION in Poland and Hungary. The Editors. *International Socialist Review* v. 17, n. 4, p. 12, Fall 1956.

RISE and Decline of Stalinism. *International Information Bulletin* [Nova York/SWP], [s.p.] September 1953.

SPRENGER, Wilhelm. On-The-Spot Report of E. Berlin Strikes. Workers Fight Party Bosses [22/06/1953]. *Socialist Outlook* n. 85, p. 1, June 26, 1954.

SPRENGER, William. E. German Workers Shake Party Bosses. Struggles Reaching New Heights. *Socialist Outlook* n. 88, p. 1, 4, July 17, 1953.

VIVE les Conseils ouvriers hongrois, en lutte contre la bureaucratie du Kremlin! Vive la Pologne socialiste indépendante! A bas l'infame intervention russe contre les prolétaires hongrois! [30/10/1956]. *La Vèrite - Supplément au n. 430 du 2 novembre 1956*. n. 428, p. 2, 26 Octobre 1956.

WOLFORTH, Tim. SWP and the nature of Stalinism. *Bulletin* v. 4, n. 22, p. 4-5, 22 jul. 1968.

2.2. Fontes do Capítulo 6

ALLIO, Jacqueline. Après la seconde session du I^{er} Congrès National de Solidarité. Reportage de Pologne [15/10/81]. *Inprecor - Intercontinental Press* n. 111, p. 6-7, 26 octobre 1981.

ALLIO, Jacqueline. Face à la paralysie du pouvoir et devant la combativité ouvrière, quelles perspectives pour Solidarité? *Inprecor - Intercontinental Press* n. 112, p. 4-8, 9 novembre 1981.

BALANCE de Actividades. In CONFERENCIA de fundación de la Liga Internacional de los Trabajadores - Cuarta Internacional. São Paulo: Marxismo Vivo, 2012.

BANDA, Mike [Michael Van Der Poorten]. Poland: On the Road to Political Revolution. *Fourth International* [CI-QI] v. 12, n. 1, p. 29-32, January 1982.

BUILD the World Party of Socialist Revolution. Draft Resolution on Tasks and Perspectives for the 9th Congress of the International Committee of the Fourth International. *Fourth International* [CI-QI] v. 12, n. 1, p. 9-19, January 1982.

DEFENSE de la révolution politique en Pologne, En. Résolution du Secretariat unifiée de la Quatrième Internationale [3/04/81]. *Inprecor - Intercontinental Press* n. 100, p. 16-17, 27 avril 1981.

DUPIN, A. Pologne - Situation et courants de l'opposition [20/5/1977]. *Inprecor - correspondance de presse internationale*, n. 8 (nouvelle série), p. 22-29, 9 juin 1977.

DUPIN, F. *Inprecor - international press correspondence*, n. 56, p. 26-28, 22 July 1976.

EDITORIAL. Full support for Solidarity! *Labour Review* v. 5, n. 7, p. 385-390, December 1981.

EDITORIAL. L'explosion polonaise et ses landemains [10/09/1980]. *Quatrième Internationale*, n. 2, année 39^e 3^e série (n. 151 do total), p. 3-9, octobre-novembre-décembre 1980.

EDITORIAL. Leçons de Pologne [05/03/82]. *Quatrième Internationale* 40^e année, 3^e série, n. 8 (n. 157 do total), p. 3-10, avril-mai-juin 1982

EDITORIAL. Les grèves de Pologne. *Quatrième Internationale*, n. 48, année 29^e (n. 130 do total), p. 4, mars 1971.

EDITORIAL. Les grèves de Pologne. *Quatrième Internationale*, n. 48, année 29^e (n. 130 do total), p. 1-5, mars 1971.

EDITORIAL. Pologne - La classe ouvrière dit non! *Inprecor - correspondance de presse internationale*, n. 55, p. 32 e 31, 8 juillet 1976.

EDITORIAL. Pologne: la contre-révolution bureaucratique [14/12/81]. *Inprecor - Intercontinental Press* n. 115, p. 3-4 21 décembre 1981.

EDITORIAL. Victory to the Political Revolution in Poland! *Fourth International* [CI-QI] v. 12, n. 1, p. 3-7, January 1982.

ENMIENDA presentada al consejo general por el camarada Stéphane Just. *Correspondencia Internacional*. Suplemento, p. 7, abril de 1981.

FAVRE, Luis. Dime cuál es tu posición sobre Polonia y te diré quien eres [2/4/1982]. *Tribuna Internacional* [espanhol], n. 4, p. 9, mayo de 1982.

FERESTIER, Alan. Edmund Baluka, operário revolucionário, sindicalista, dirigente político. *A Verdade - Revista Teórica da 4ª Internacional*, n. 85, julho de 2015, p. 111-115.

FIGHT Clerical Reaction! For Proletarian Political Revolution! Polish Workers Move. In *SOLIDARNOSC: Polish Company Union for CIA and Bankers*. New York: Spartacist Publishing Co., p. 24-32, 1981. Originalmente publicado em *Workers Vanguard*, n. 263, 5 de setembro de 1980.

FOURTH international statement on Polish Organizations. *International Viewpoint* n. 139, 18/04/1988, p. 26.

FRANKEL, David. The Polish revolution - how it developed, where it is going. *Intercontinental Press* v. 19, n. 14, p. 378-382, April 20, 1981.

FULL support for Polish workers. *Fourth International* [CI-QI] v. 7, n. 1, p. 32, Winter 1970-71.

HARSCH, Ernest. Polish farmers secure union rights. *Intercontinental Press*, v. 19, n. 15, p. 424, April 27 1981.

HARSCH, Ernest. Ranks of Polish Communist Party demand reforms. *Intercontinental Press*, v. 19, n. 18, p. 522-525, May 18 1981.

HOMENAJE a Edmund Baluka. Declaración del Secretariado Internacional de la IV Internacional [15 de enero de 2015]. Disponible em <http://posicuarta.org/cartasblog/homenaje-a-edmund-baluka/>. Acessado em 16/8/2019.

IMPASE del poder, El. *Tribuna Internacional* [espanhol], n. 4, p. 8, mayo de 1982.

INFORME de balance de la Conferencia. In CONFERENCIA de fundación de la Liga Internacional de los Trabajadores - LIT-CI. São Paulo: Lorca S.A., 2012, p. 165-174.

Inprecor - international press correspondence, n. 60, 21 October 1976.

INPREKOR en polonais. *Inprecor - Intercontinental Press* n. 110, p.12, 12 octobre 1981.

INPREKOR en polonais. *Inprecor - Intercontinental Press* n. 110, p. 12, 12 octobre 1981.

INTRODUCTION [08/10/1981]. In SOLIDARNSC, *op. cit.*, p. 2-3, 1981.
Originalmente publicado em *Workers Vanguard*, n. 289, 25 de setembro de 1981.

KIRKLAND, Fraser on Cold War Assignment. AFL-CIO Tops – Hands Off Poland! In SOLIDARNSC, *op. cit.*, p. 22-23. Originalmente publicado em *Workers Vanguard*, n. 274, 13 de fevereiro de 1981.

LANGEVIN, A. Solidariedad sigue combatiendo. *Tribuna Internacional* [espanhol], n. 5, p. 5, junio de 1982.

MACDONALD, Oliver. Pologne: regards sur la révolution politique. *Quatrième Internationale* 39e année, 3e série, n. 5 (n.154 do total), p. 49-57, juillet-août-septembre 1981.

MORENO, Nahuel. Complemento al proyecto de resolución sobre Polonia. Correspondencia Internacional. Suplemento, p. 7, abril de 1981.

MORENO, Nahuel. Polonia. Algunas reflexiones sobre la revolución política polaca [março/82]. *Panorama Internacional* v. 5, n. 20, mayo 1982.

MORENO, Nahuel. Polonia. Algunas reflexiones sobre la revolución política polaca [março/82]. *Panorama Internacional*, v. 5, n. 20, p. 51-60, mayo 1982.

MORENO, Nahuel. Tesis de fundación de la Liga Internacional de los Trabajadores, Congreso de fundación, 1982. Versão digital disponível em <https://archivoleontrotsky.org/view?mf=2408>. Acessada em 10/06/2020.

NOTES éditoriales. Ouvriers et bureaucrates face à face en Pologne. *Quatrième Internationale*, n. 47, année 29^e (n. 129 do total), p. 9-11, janvier 1971.

POLISH Social Democrats Arm in Arm with Clerical Reaction. All the Pope's Dissidents. In SOLIDARNSC, *op. cit.*, p. 33-34. Originalmente publicado em *Workers Vanguard*, n. 263, 5 de setembro de 1980.

POLONIA. En el Este y en el Oeste, construir el partido. *Panorama Internacional*, v. 5, n. 16, p. 11, febrero 1981.

POLONIA. En el Este y en el Oeste, construir el partido. *Panorama Internacional*, v. 5, n. 16, p. 11, febrero 1981.

POUR un entente de la gauche révolutionnaire [13/01/8]. *Quatrième Internationale* 42e année, 3e série, n. 14 (n. 163 do total), p. 25-57, juillet 1984.

PRESENTACIÓN. In MORENO, Nahuel. *Actualización del programa de transición*. [Buenos Aires: Centro Internacional del Trotskismo Ortodoxo, 2001].

PROGRAMME d'action de l'entente de l'opposition ouvrière (POR-S). *Quatrième Internationale*, 44e année, 3e série, n. 22-23 (n. 170 do total), p. 57-78, décembre 1986.

PROYECTO de resolución presentado por el CEI al Consejo General de la IV Internacional (Comité Internacional). *Correspondencia Internacional*. Suplemento, p. 4-6, abril de 1981.

PROYECTO de tesis para la reorganización (reconstrucción) de la IV Internacional. *Correspondencia Internacional*. La Verdad. Suplemento de Teórico de Apoyo, p. 5-71, noviembre 1980.

Quatrième Internationale n. spécial 17-18, p. 50-73, septembre 1985.

RAMÍREZ, Roberto. Polonia. El congreso de la crisis. *Correspondencia Internacional*, v. I, n. 10-11, p. 2-6, agosto-septiembre 1981.

RESOLUÇÃO sobre a revolução política. *Tribuna Internacional* [português], n. 7, p. 14-17, setembro de 1982.

RESOLUÇÃO sobre o momento da situação mundial. *Tribuna Internacional* [português], n. 7, p. 9-12, setembro de 1982.

REVOLUÇÃO mundial e a IV Internacional, A. *Tribuna Internacional* [português], n. 7, p. 23-32, setembro de 1982.

REVOLUCIÓN política en Polonia conmueve al mundo, La. Declaración del Secretariado de la IVª Internacional (Centro Internacional de Reconstrucción). *Tribuna Internacional* [español], n. 9, p. 2-3, noviembre de 1982.

RÉVOLUTION et contre-révolution politiques en Pologne. Résolution adoptée par le Secrétariat unifié (SU) de la IVe Internationale [08/01/82]. *Inprecor. Intercontinental Press* n. 117, p. 3-13, 25 janvier 1982.

RÉVOLUTION politique et contre-révolution en Pologne. Résolution du Comité exécutif international (CEI) de la IVe Internationale [27/05/82]. *Inprecor - Intercontinental Press* n. 130, p. 15-30, 12 juillet 1982.

SAYED, Raúl O. Polonia. ¿Por qué el imperialismo apoya Jaruzelski? *Estrategia Socialista*, v. 1, n. 4, p. 42-43, diciembre de 1982.

SAYED, Raúl O. Polonia. La movilización traicionada. *Estrategia Socialista*, v. 1, n. 4, p. 36-44, diciembre de 1982.

SECRÉTARIAT unifiée de la IVe Internationale. Les conseils de travailleurs et l'autogestion [7/10/81]. *Inprecor - Intercontinental Press* n. 111, p. 3-6, 26 octobre 1981.

SL Protests Solidarnosc Counterrevolution. *Workers Vanguard*, n. 290, p. 1 e 7, 9 October 1981.

SLAUGHTER, Cliff. In Defence of Solidarity. *Labour Review* v. 6, n. 1, 54-58, May 1982.

Solidaridad Socialista, año I, n. 1, 10 de noviembre de 1982.

SOLIDARITÉ avec les travailleurs polnais! Déclaration du Secrétariat unifié (SU) de la IVe Internationale [17/12/81]. *Inprecor. Intercontinental Press* n. 116, p. 3-6, 21 janvier 1982.

SOLIDARITY Leaders Against Planned Economy. “Market Socialism” Is Anti-Socialist. In SOLIDARNOSC, *op. cit.*, p. 15-17. Originalmente publicado em *Workers Vanguard*, n. 279, 14 de agosto de 1981.

SOLIDARNOSC Counterrevolution Checked. Power Bid Spiked. *Workers Vanguard*, n. 295, p. 1 e 10, 18 December 1981.

SOLIDARNOSC: Acid Test for Trotskyists. [S.l.]: [1988]. Versão digital disponível em <http://www.bolshevik.org/Pamphlets/Solidarnosc/solidarnosc.html>. Acessada em 22/05/2013.

TERRERO, Domingo. Polonia, año 2. *Estrategia Socialista*, v. 1, n. 1, p. 40-45, diciembre 1981.

TIME Runs Out in Poland. Stop Solidarity’s Counterrevolution! In SOLIDARNOSC, *op. cit.*, p. 7-12. Originalmente publicado em *Workers Vanguard*, n. 289, 25 de setembro de 1981.

Tribuna Internacional [espanhol], n. 18, p. 4, octubre de 1983.

WALESA Brings “Mr. AFL-CIA” to Poland. Irving Brown: Cold War Criminal. In SOLIDARNOSC, *op. cit.*, p. 13-14. Originalmente publicado em *Workers Vanguard*, n. 289, 25 de setembro de 1981.

WHY KOR Counterrevolutionaries Should Now Be Released. *Workers Vanguard*, n. 340, p. 3 e 13, 21 October 1983.

WILKINS, Arthur. New Developments in the Polish Left. *International Viewpoint*, n. 107, 27/10/1986, p. 17-19.

2.3. Fontes dos Capítulos 9 e 10

?VERANO caliente em Polonia? *Correo Internacional* n. 48, jun. 1990, p. 24.

[NOTSAG, O.] A “reorganização” da economia. *Boletim O Trabalho - Tribuna Internacional* n. 7 (261), set. 1987, p. 13-15. Originalmente publicado em *Tribune Internationale – La vérité* n. 38, avr. 1987.

¿QUIÉN salvó a Gorbachev? ¡Boris Ieltsin!. *Correo Internacional* n. 54, may. 1991, p. 7-8.

1989: a revolução percorre o mundo. *O Trabalho* n. 288, jan. 1990, p. 6-7.

70 Años de la Revolución Rusa. Resolución del Secretariado Internacional de la LIT-CI. *Correo Internacional* n. 31, nov. 1987, p. 30-31.

A Verdade n. 5, mar. 1993.

A Verdade n. 7, out.-dez. 1993.

A., F. RDA: "Nous avons des intérêts communs avec les travailleurs en RFA!".
Informations ouvrières n. 1442, nov. 1989, p. 15.

AGAINST bureaucratic-capitalist chaos. *International Viewpoint* n. 194, Nov. 1990, p. 9-10.

AGAINST the annexation of East Germany. *International Viewpoint* n. 182, Apr. 1990, p. 8.

ALEMANHA: a queda do muro estremece a Europa. *O Trabalho* n. 286, nov.-dez. 1989, p. 6-7.

ALEMANHA: a queda do muro estremece a Europa. *O Trabalho* n. 286, nov.-dez. 1989, p. 6-7.

ALEMANHA: a queda do muro estremece a Europa. *O Trabalho* n. 286, nov.-dez. 1989, p. 6-7.

ALEMANHA: unificação. *O Trabalho* n. 303, dez. 1990 a jan. 1991, p. 6.

ALLEMAGNE: l'unité ne se marchande pas sur les acquis des travailleurs. *Informations ouvrières* n. 1470, mai. 1990, p. 15.

ALLEMAMGE: "Réunification! Pas de compromis!" *Informations ouvrières* n. 1455, fév. 1990, p. 15.

ALLEMAMGE: "Réunification! Pas de compromis!" *Informations ouvrières* n. 1455, fév. 1990, p. 15.

ALLIO, Jacqueline & MANDEL, Ernest. Comment réaliser nos objectifs communs?
Inprecor n. 212, 03/02/1986, p. 22-23.

ALLIO, Jacqueline. Les mouvements pacifistes dans l'autre Europe. *Inprecor*, n. 199, jui. 1985, p. 5-8.

ALLIO, Jacqueline. Les mouvements pacifistes dans l'autre Europe. *Inprecor* n. 199, 24/06/1985, p. 5-10.

APARECE la Nueva Chispa. *Correo Internacional* n. 51, dic. 1990, p. 20.

APPEL à la grève générale contre "le rôle dirigeant du parti". *Informations ouvrières* n. 1447, déc. 1989, p. 2.

ARNOLD, Frank. Elections en RDA: qui a gagné? *Informations ouvrières* n. 1461, mar. 1990, p. 14.

ARNOLD, Frank. Elections en RDA: qui a gagné? *Informations ouvrières* n. 1461, mar. 1990, p. 14.

ARNOLD, Frank. La signature de l'accord sur l'élimination des missiles intermédiaires.
Informations ouvrières n. 1346, 16-30/12/1987, p. 14.

ARNOLD, Frank. Qui a peur de l'unité du peuple allemand? *Informations ouvrières* n. 1443, nov. 1989, p. 14.

ARNOLD, Frank. Unité ouvrière, Assemblée constituante. *Informations ouvrières* n. 1460, mar. 1990, p. 15.

ARNOLD, Frank. Unité ouvrière, Assemblée constituante. *Informations ouvrières* n. 1460, mar. 1990, p. 15.

ARNOLD, Frank. Unité ouvrière, Assemblée constituante. *Informations ouvrières* n. 1460, mar. 1990, p. 15.

BALANCE de Actividades y Perspectivas p. In Primer Congreso Mundial de la Liga Internacional de los Trabajadores - Cuarta Internacional. São Paulo: Editora Lorca S.A., 2012, p. 51-108.

BARCELONA: um grande avanço rumo à nova Internacional! *O Trabalho* n. 304, jan.-fev. 1991, p. 4-5.

BARCELONA: um grande avanço rumo à nova Internacional! *O Trabalho* n. 304, jan.-fev. 1991, p. 4-5.

BARCELONA: um grande avanço rumo à nova Internacional! *O Trabalho* n. 304, jan.-fev. 1991, p. 4-5.

BEK, Marina. Nouvelle succession au Kremlin. *Inprecor*, n. 193, 01/04/1985, p. 21.

BOCHAN, Soledad. ¿Qué es el Comité de Colaboración en Polonia? *Correo Internacional* n. 55, ago. 1991, p. 19.

BOITO, M. Solidariedade desafia Jaruzelski. *Boletim O Trabalho - Tribuna Internacional* n. 13 (267), mai. 1988, p. 11.

BOITO, Misa. Alemanha: revolução! *O Trabalho* n. 285, out.-nov. 1989, [s.p.].

Boletim O Trabalho – Tribuna Internacional n. 304, jan.-fev. 1991.

BRASSOV, Ivan. Mineros: forman sindicato independiente. *Correo Internacional* n. 51, dic. 90, p. 23-25.

BRASSOV, Ivan. Unión Soviética: ¿Hacia el estallido? *Correo Internacional* n. 51, dic. 90, p. 19-23.

BUREAU du Secretariat unifié. XIIIe Congr  Mondial. *Inprecor* n. 325, mar. 1991, p. 26-27.

BUREAU du Secretariat unifié. XIIIe Congr  Mondial. *Inprecor* n. 325, mar. 1991, p. 26-27.

BUREAU du Secretariat unifié. XIIIe Congr  Mondial. *Inprecor* n. 325, mar. 1991, p. 26-27.

CAMPS, A. URSS: à la veille de la Conférence nationale extraordinaire du PCUS. *Tribune Internationale – La vérité* n. 45, jui. 1988, p. 13-14.

CAMPS, Andreu. Editorial. *Tribuna Internacional*, n. 57-58, set. 1989, p. 3.

CAMPS, Andreu. Reykjavik: le sommet de la discorde? [Nov. 1986]. *Tribune Internationale – La vérité* n. 36, d c. 1986, p. 2-3.

- CARRASCO, Carmen. Afganistán. Una invasión que empezó mal y terminó peor. *Correo Internacional* n. 39, mar. 1989, p. 36-41.
- CARRASCO, Carmen. Alemania: el fantasma de la reunificación recorre Europa. *Correo Internacional* n. 44, jan. 1990, p. 12-18.
- CARRASCO, Carmen. Alemania: la revolución esperada. *Correo Internacional* n. 43, nov. 1989, p. 7-14.
- CARRASCO, Carmen. Reagan-Gorbachov: “Una cumbre hogareña”. *Correo Internacional* n. 16, ene.-feb. 1986, p. 5-7.
- CHALLENGES of the new world situation. 1995. Disponível em <https://internationalviewpoint.org/spip.php?article144>. Acessado em 01/06/2021.
- CLEAR the names of the accused in the Moscow Show Trials. *International Viewpoint* n. 129, 9/11/1987, p. 10-11.
- COMITÉ Ejecutivo Internacional. RESOLUCIÓN sobre Polonia. *Correo Internacional* n. 34, may. 1988, p. 22.
- COMPOSITION de la Conférence mondiale, La. *Tribune Internationale – La vérité* n. 43, fev. 1988, p. 32.
- COMUNICADO la LIT-CI y el PPS-RD. *Correo Internacional* n. 44, jan. 1990, p. 25.
- CONCLUSIONES de la huelga. Los terremotos empiezan bajo tierra. *Correo Internacional* n. 42, set. 1989, p. 11-16.
- CONFERENCIA Mundial de Secciones. Elementos de informe del Secretariado Internacional. [06/09/1990] *La Verdad* n. 1, nov. 1990, p. 46-55.
- CONFRONTING capitalist globalisation. 1995. Disponível em <https://internationalviewpoint.org/spip.php?article146>. Acessado em 01/06/2021.
- CONYUNTURA política mundial, La. *Correo Internacional* n. 36, sep. 1988, p. 44-47.
- Correo Internacional* n. 42, set. 1989, p. 22.
- Correo Internacional* n. 48, jun. 1990.
- CORRESPONDANT. “Berlin va vivre, le Mur va tomber!” *Informations ouvrières* n. 1444, nov. 1989, p. 2.
- CORRESPONDANT. A Berlin, quando le Mur a craqué. *Informations ouvrières* n. 1444, nov. 1989, p. 2-3.
- COUSIN, Pierre. Que se passe-t-il en Pologne? *Informations ouvrières* n. 1475, jul. 1990, p. 14.
- CRISIS of Stalinism and the German question, The. *International Viewpoint* n. 181, Mar. 1989, p. 25-26.
- CUELLO, Hernan F. Estalló el stalinismo. Derrota histórica del frente contrarrevolucionario mundial. *Correo Internacional* n. 45, mar. 1990, p. 8-13.
- CUELLO, Hernan. ¿Socialismo con democracia o restauración capitalista? *Correo Internacional* n. 44, jan. 1990, p. 18.

CUELLO, Hernan. Polonia marcó el rumbo. *Correo Internacional* n. 44, jan. 1990, p. 24-27.

DÉBAT sur la marche de la révolution politique. *Tribune Internationale – La vérité* n. 43, fev. 1988, p. 15-18.

DEBATE on future of socialism. *International Viewpoint* n. 187, Jun. 1990, p. 24.

DÉCISIONS, Les. *Informations ouvrières* n. 1456, fév. 1990, p. 14.

DÉCLARATION politique de la Conférence mondiale des sections de IVe Internationale – CIR. *Tribune Internationale – La vérité* n. 43, fev. 1988, p. 4-9.

DEFEND Soviet Workers Against Yeltsin's Attacks! Counterrevolution Triumphs in USSR [Sept. 1991]. *1917* n. 11, 3rd Quarter 1992.

DIRIGENTE do SU defende restauração na Tchechoslováquia. *O Trabalho* n. 303, dez. 1990 a jan. 1991, p. 6.

DOSSIER mouvement pacifiste. *Inprecor*, n. 212, fév. 1986.

EASTERN European Regimes Implode: Death Agony of Stalinism. *1917* n. 8, Summer 1990.

EDITORIAL. Armenia sacude a la burocracia. *Correo Internacional* n. 32, mar. 1988, p. 4.

EDITORIAL. Burócratas al borde de un ataque de niervos. *Correo Internacional* n. 40, may. 1989, p. 2-3.

EDITORIAL. Cambio de guardia en la URSS. *Correo Internacional* n. 18, abr. 1986, p. 3-4.

EDITORIAL. Cerrar las centrales nucleares! *Correo Internacional* n. 20, jun. 1986, p. 2.

EDITORIAL. La Revolución de Agosto. *Correo Internacional* n. 56, nov. 1991, p. 1-6.

EDITORIAL. *La Verdad* n. 3, dic. 1991, p. 3.

EDITORIAL. *La Verdad* n. 4, dec. 1992, p. 3-4.

EDITORIAL. *La Verdad* n. 4, dec. 1992, p. 3-4.

EDITORIAL. Polonia: más allá de las elecciones. *Correo Internacional* n. 41, jul. 1989, p. 3-4.

EDITORIAL. Présentation. *Tribune Internationale – La vérité* n. 32, jan. 1986, p. 1.

EDITORIAL. Reagan-Gorbatchev: rencontre à Moscou. *Tribune Internationale – La vérité* n. 45, jui. 1988, p. 3-4.

ÉDITORIAL. Sur la situation mondiale. *Tribune Internationale – La vérité* n. 39, mai. 1987, p. 3-6.

EDITORIAL. *Tribune Internationale – La Vérité*, n. 51, sep. 1989 p. 5.

EDITORIAL. Un “castillo de naipes” en Polonia. *Correo Internacional* n. 42, set. 1989, p. 3-4.

EDITORIAL. Un cambio en la situación mundial. *Correo Internacional* n. 42, set. 1989, p. 1-2.

EDITORIAL. Un sommet par comme les autres. *Tribune Internationale – La vérité* n. 31, dec. 1985, p. 1.

EDITORIAL. Un sommet par comme les autres. *Tribune Internationale – La vérité* n. 31, dec. 1985, p. 1.

EDITORIAL. Vers une nouvelle Internationale. *Tribune Internationale – La vérité* n. 43, fev. 1988, p. 3.

ENTRETIEN avec un membre berlinois de l'Union des cercles pour une politique ouvrière et pour la démocratie. *Informations ouvrières* n. 1447, déc. 1989, p. 14.

ERICO, Eduardo. Tomar el poder em algún lugar. *Correo Internacional* n. 48, jun. 1990, p. 12.

ESTE sacude al mundo, El. [06/12/1989] *Correo Internacional* n. 44, jan. 1990, p. 6-10.

F., C. Gorbatchev défende sa réforme économique et rend hommage à Staline. *Informations ouvrières* n. 1340, 04-11/11/1987, [s.p.].

FE de erratas. *Correo Internacional* n. 44, jan. 1990, p. 49.

FINAMORE, Carl. Trotskyists well-received in Moscow. *International Viewpoint* n. 162, May 1989, p. 6.

FMI e os países do Leste, O. *Boletim O Trabalho - Tribuna Internacional* n. 6 (260), ago. 1987, p. 12-15.

FOLEY, Gerry. "Lithuania cannot shift the Kremlin alone". *International Viewpoint* n. 185, May 1990, p. 9-10.

FOLEY, Gerry. "We need an ideology". *International Viewpoint* n. 186, Jun. 1990, p. 10-12.

FOLEY, Gerry. Armenian protests reach new peak. *International Viewpoint* n. 144, 27/06/1988, p. 3-4.

FOLEY, Gerry. Coronation in Moscow. *International Viewpoint* n. 72, 25/03/1985, p. 28.

FOLEY, Gerry. Debates erupt at Soviet CP Plenum. *International Viewpoint* n. 179, Feb. 1990, p. 6-8.

FOLEY, Gerry. Deepening of movement against national oppression. *International Viewpoint* n. 148, 03/10/1988, p. 28.

FOLEY, Gerry. Each to their own market. *International Viewpoint* n. 194, Nov. 1990, p. 6-9.

FOLEY, Gerry. Gorbachev stabs the Armenian people in the back. *International Viewpoint* n. 154, 26/12/1988, p. 4-5.

FOLEY, Gerry. Gorbachev stabs the Armenian people in the back. *International Viewpoint* n. 154, 26/12/1988, p. 4-5.

- FOLEY, Gerry. Gorbachev's conference: how much *perestroika*? *International Viewpoint* n. 145, 11/07/1988, p. 3-4.
- FOLEY, Gerry. Gorbachev's conference and the crisis of the bureaucracy. *International Viewpoint* n. 146, 25/07/1988, p. 4-6.
- FOLEY, Gerry. Kremlin attempts to suppress Armenian protests. *International Viewpoint* n. 138, 04/04/1988, p. 3-4.
- FOLEY, Gerry. Kremlin attempts to suppress Armenian protests. *International Viewpoint* n. 138, 04/04/1988, p. 3-4.
- FOLEY, Gerry. Pravda since the Central Committee plenum. *International Viewpoint* n. 116, 23/03/1987, p. 9-11.
- FOLEY, Gerry. Soviet Armenian masses mobilize. *International Viewpoint* n. 137, 21/03/1988, p. 3-5.
- FOLEY, Gerry. The confrontation over national rights sharpen. *International Viewpoint* n. 152, 28/11/1988, p. 28.
- FOLEY, Gerry. The politics of Baltic independence. *International Viewpoint* n. 188, Jul. 1990, p. 7-10.
- FOLEY, Gerry. Who benefits from the blocked of Armenia? *International Viewpoint* n. 172, Oct. 1989, p. 15.
- FORGE, Christian. Élections en URSS. Déerlante contre le pouvoir. *Informations ouvrières* n. 1411, mar.-avr. 1989, p. 14.
- FORGE, François. Allemagne de l'Est: l'heure est aux organisations indépendantes. *Informations ouvrières* n. 1447, déc. 1989, p. 14.
- FORGE, François. La rencontre Bush-Gorbatchev a Malte. *Informations ouvrières* n. 1447, déc. 1989, p. 4.
- FORGE, François. Sommet Bush-Gorbatchev: partenaires. *Informations ouvrières* n. 1472, jui. 1990, p. 13.
- FORGUE, F. Premiers points de repère pour 1986. *La Vérité* n. 598, fev. 1986, p. 4-15.
- FORGUE, François. "La classe ouvriere allemand est une". *Informations ouvrières* n. 1449, déc. 1989-jan. 1990, p. 9.
- FORGUE, François. Afghanistan: la faillite et le "vide". *Informations ouvrières* n. 1405, fév. 1989, p. 15.
- FORGUE, François. Allemagne de l'Est: l'heure est aux organisations indépendantes. *Informations ouvrières* n. 1447, déc. 1989, p. 14.
- FORGUE, François. Allemagne: "Nous sommes un peuple!". [04/12/1989] *Informations ouvrières* n. 1447, déc. 1989, p. 3.
- FORGUE, François. Diez meses de la revolución alemana. *La Verdad* n. 1, nov. 1990, p. 26-37.
- FORGUE, François. Le pourquoi d'une intervention. *Informations ouvrières* n. 1453, jan. 1990, p. 15.

FORGUE, François. Que se passe-t-il à Moscou? *Informations ouvrières* n. 1303, 18-25/02/1987, p. 1-2.

FORGUE, François. Uma nova situação mundial. *A Verdade* n. 38-39, dez. 2004, p. 143.

FORSTIER, C. Mãos dadas com o imperialismo. *Boletim O Trabalho - Tribuna Internacional* n. 7 (261), set. 1987, p. 11-12. Originalmente publicado em *Tribune Internationale – La vérité* n. 38, avr. 1987.

FORSTIER, C. Mãos dadas com o imperialismo. *Boletim O Trabalho - Tribuna Internacional* n. 7 (261), set. 1987, p. 11-12.

FOSTIER, C. Onda de greves sacode a Polônia. *Boletim O Trabalho - Tribuna Internacional* n. 270, set. 1988, p. 10.

FOSTIER, Christian. La Lituanie choisit l'indépendance. *Informations ouvrières* n. 1460, mar. 1990, 14.

FOSTIER, Christian. Légalisation ou intégration? *Informations ouvrières* n. 1404, fév. 1989, p. 14.

FOSTIER, Christian. Pologne: création du Parti socialiste polonais (PSP). *Informations ouvrières* n. 1343, 25/11-02/12/1987, p. 15.

FOSTIER, Christian. Pologne: les enjeux du congrès de Solidarité. *Informations ouvrières* n. 1467, mai. 1990, p. 14.

FOSTIER, Christian. XXVIIe Congrès du PC d'URSS. La crainte d'une situation "à la polonaise". *Informations ouvrières* n. 1253, 12-19/03/1986, p. 11.

G., D. Un meeting de Boris Eltsin à Moscou. *Informations ouvrières* n. 1411, mar.-avr. 1989, p. 15.

G., M. Editorial. *Informations ouvrières* n. 1444, nov. 1989, p. 3.

G., M. Un "Juin 36" en Allemagne? *Informations ouvrières* n. 1479, jul. 1990, p. 2.

GAUQUELIN, Marc. A revolução alemã. *Tribuna Internacional*, n. 57-58, set. 1990, p. 25-26.

GAUTHIER, L. Sur la révolution politique en Pologne. *La Vérité* n. 599, déc. 1986, p. 45-52.

GAUTHIER, Lucien. A União Soviética e as "reformas" de Mikhail Gorbatchev. [27/3/1986] *Boletim O Trabalho - Tribuna Internacional* n. 7 (261), set. 1987, p. 9.

GAUTHIER, Lucien. Le résultat des élections en URSS. *Informations ouvrières* n. 1459, mar. 1990, [s.p.].

GAUTHIER, Lucien. Premier congrès d'une organisation indépendante. *Informations ouvrières* n. 1404, fév. 1989, p. 15.

GAUTHIER, Lucien. Une nouvelle phase de la crise de la bureaucratie en URSS (première partie). *La Vérité* n. 597, oct. 1985, p. 49-72

GAUTHIER, Lucien. Une nouvelle phase de la crise de la bureaucratie en URSS (deuxième partie). [Déc. 1985] *La Vérité* n. 598, fev. 1986, p. 17-42.

GLUCKSTEIN, Daniel. Réflexions sur des révolutions en curs. *Informations ouvrières* n. 1452, jan. 1990, p. 15.

GLUCKSTEIN, Daniel. Revolução política e revolução social na ex-União Soviética. *A Verdade* n. 36, abr. 2004, p. 23-56.

GONZALES, Ernesto. Una cumbre en medio de la borrasca. *Correo Internacional* n. 48, jun. 1990, p. 43-45.

GONZÁLEZ, Ernesto & CUELLO, Hernán. La ex Unión Soviética después del fracaso del golpe. *Correo Internacional* n. 57, feb. 1992, p. 1-4.

GORBATCHEV contra a parede. *O Trabalho* n. 308, mai. 1991, p. 7.

GRAN triunfo revolucionario en la URSS. *Correo Internacional* n. 56, nov. 1991, p. 34-39.

HANDEFAS, Alberto. Acordo contra as massas na Polônia. *O Trabalho* n. 280, jul.-ago. 1989, p. 6.

HERNÁNDEZ, Martín. “O Veredicto da História”. In TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*, op. cit., p. 9-35.

HERNÁNDEZ, Martín. *O veredicto da História*. Rússia, China e Cuba, da Revolução Socialista à restauração capitalista. São Paulo: Sundermann, 2008.

Informations ouvrières n. 1417, mai. 1989.

Informations ouvrières n. 1416, mai. 1989.

Informations ouvrières n. 1417, mai. 1989.

Informations ouvrières n. 1456, fév. 1990, p. 14.

Informations ouvrières n. 1502, jan. 1991.

INFORME sobre a situação política mundial. *Tribuna Internacional*, n. 57-58, set. 1989, p. 4-21.

Inprekor n. 317, oct.-nov. 1990.

INPREKOR. A crisis of perspectives and of leadership. *International Viewpoint*, n. 81, 29/07/1985, p. 16-27.

INPREKOR. Toward overcoming the crisis of Solidarnosc. *International Viewpoint*, n. 89, 23/12/1985, p. 12-19.

International Viewpoint n. 169, Sep. 1989, p. 12.

International Viewpoint n. 187, Jun. 1990.

International Viewpoint n. 195, Nov. 1990.

International Viewpoint n. 214, Oct. 1991.

International Viewpoint n. 220, Jan. 1992.

International Viewpoint n. 220, Jan. 1992.

International Viewpoint n. 93, Supplement, Feb. 1986.

INTERNATIONALE Sozialistische Arbeiterorganisation. In Wikipedia. Disponível em https://de.wikipedia.org/wiki/Internationale_Sozialistische_Arbeiterorganisation.

Acesado em 06/04/2021.

INTERVENÇÃO de um militante da União Soviética, delegado da seção da IVa Internacional na URSS (Extratos). *Tribuna Internacional*, n. 59, mar. 1991, p. 10-11.

JABER, Salah. Lithuanian independence and the future of the Soviet Union. *International Viewpoint* n. 183, Apr. 1990, p. 3-4.

JABER, Salah. The Fourth International and Afghanistan. *International Viewpoint* n. 117, April 1987, p. 22.

JOURNAL pour les jeunes de toute l'Allemagne, Un. *Informations ouvrières* n. 1449, déc. 1989-jan. 1990, p. 12.

JUICIOS de Moscú, Los. Resolución del Comité Ejecutivo de la LIT-CI exigiendo la rehabilitación de los acusados. *Correo Internacional* n. 29, ago. 1987, p. 48.

JUICIOS de Moscú. *Correo Internacional* n. 32, mar. 1988, p. 31-32.

KAGARLITSKY, Boris. “La revolución política en la URSS tiene una dimensión internacional”. *Correo Internacional* n. 42, set. 1989, p. 16-17.

KAGARLITSKY, Boris. “La revolución política en la URSS tiene una dimensión internacional”. *Correo Internacional* n. 42, set. 1989, p. 16-17.

KELLNER, Manuel. A black and yellow day. *International Viewpoint* n. 197, Dec. 1990, p. 12-15.

KELLNER, Manuel. Big rise in abstentions. *International Viewpoint* n. 194, Nov. 1990, p. 12.

KELLNER, Manuel. Changes in East Germany's former ruling party. *International Viewpoint* n. 184, Apr. 1990, p. 9-10.

KELLNER, Manuel. German left faces elections. *International Viewpoint* n. 192, Oct. 1990, p. 18.

KELLNER, Manuel. Knights of the round table. *International Viewpoint* n. 175, Dec. 1989, p. 7-8.

KELLNER, Manuel. Kohl's plan for “re-unification”. *International Viewpoint* n. 176, Dec. 1989, p. 14.

KELLNER, Manuel. Stalinism in the bankruptcy court. *International Viewpoint* n. 179, Feb. 1990, p. 16-18.

KLEIN, Angela. East Germany: the new *Anschluss*. *International Viewpoint* n. 181, Mar. 1990, p. 11-16.

KLEIN, Angela. How far do Gorbachov's proposals go? *International Viewpoint*, n. 85, 28/10/1985, p. 3-5.

KLEMM, Franciska & NÜSSLEIN, Rudi. ¿Quién paga la reunificación de Alemania? *Correo Internacional* n. 54, may. 1991, p. 18-19.

- L., A. Gorbatchev succede a Tchernenko: sortir de l'immobilisme? *Informations ouvrières* n. 1201, 11-22/03/1985, p. 11.
- L., R. Un destacamento de vanguardia de la revolución política. *Correo Internacional* n. 40, may. 1989, p. 7-9.
- LAMBERT, Pierre. Informe sobre a reproclamação da 4ª Internacional. *Tribuna Internacional*, n. 57-58, set. 1989, p. 22-24.
- LAMBERT, Pierre. O programa da IV Internacional foi verificado pelos acontecimentos? *A Verdade* n. 5, mar. 1993, p. 3-22.
- LANGEVIN, Adnré. Pologne: raz de marée contre le pouvoir. *Informations ouvrières* n. 1421, jui. 1989, p. 6.
- LANGEVIN, André. Editorial. *Informations ouvrières* n. 11449, déc. 1989-jan. 1990, p. 2.
- LANGEVIN, André. La Pologne à la croisée des chemins. *Informations ouvrières* n. 1408, mar. 1989, [s.p.].
- LANGEVIN, André. Pologne: manifestations contre Jaruzelski sur fond de valse des étiquettes. *Informations ouvrières* n. 1424, jui.-jul. 1989, p. 13.
- LANGEVIN, André. Pologne: Une table ronde de plus en plus bancale. *Informations ouvrières* n. 1407, mar. 1989, p. 14.
- LARSEN, Paul Funder. Yeltsin extends his power. *International Viewpoint* n. 212, Sep. 1991, p. 8-9.
- LARSEN, Poul Funder. Last call for the CPSU. *International Viewpoint* n. 190, Jul. 1990, p. 20-23.
- L'EUROPE de l'Est bascule-t-elle à droite? *Informations ouvrières* n. 1469, mai. 1990, p. 13.
- L'EUROPE de l'Est bascule-t-elle à droite? *Informations ouvrières* n. 1469, mai. 1990, p. 13.
- LIT-CI ante su mayor desafío, La. *Correo Internacional* n. 29, ago. 1987, p. 38.
- LIT-CI hoy, La. *Correo Internacional* n. 48, jun. 1990, p. 2-3.
- LIT-CI hoy, La. *Correo Internacional* n. 48, jun. 1990, p. 2-3.
- LIT-CI. Boletín de discusión. II Congreso Mundial. N. 1. 12/08/1988.
- LIT-CI. La ocupación soviética en Afganistán. *Correo Internacional* n. 12, sep. 1985, p. 45-46.
- LIT-QI. Informe de atividades. Agosto de 1988.
- LUNA, Ramon. ¿Y ahora quién para a la clase obrera? *Correo Internacional* n. 42, set. 1989, p. 8-10.
- LUNA, Ramón. Alemania. Después de la unidad, ¿qué? *Correo Internacional* n. 51, dic. 1990, p. 26-28.

LUNA, Ramón. Alemania: ¿Restauración o revolución? *Correo Internacional* n. 47, mai. 1990, p. 8-15.

LUNA, Ramon. Conferencia del PCUS. El espejo de la crisis. *Correo Internacional* n. 36, sep. 1988, p. 17-22.

LUNA, Ramon. La falsa revolución de Gorbachov. *Correo Internacional* n. 31, nov. 1987, p. 6-21.

LUNA, Ramón. Los temores del imperialismo ante la irrupción de las masas soviéticas. *Correo Internacional* n. 55, ago. 1991, p. 12-20.

LUNA, Ramón. Polonia. Descontento por abajo, alarma por arriba. *Correo Internacional* n. 48, sep. 1990, p. 19-24.

LUNA, Ramon. Reagan y Gorbachov son buenos amigos. *Correo Internacional* n. 35, jul. 1988, p. 3-7.

LUNA, Ramon. Revolución en la URSS. Gorbachov acorralado por la acción de las masas. *Correo Internacional* n. 45, mar. 1990, p. 14-21.

LUNA, Ramón. Unión Soviética. Cayó el viejo régimen. *Correo Internacional* n. 48, jun. 1990, p. 20-23.

MANDEL, Ernest. Où va Gorbatchev? Le cours d'auto-réforme de la bureaucratie s'accélère. [10/02/1987] *Inprecor* n. 237, 02/03/1987, p. 7-12.

MANDEL, Ernest. A historical victory. *International Viewpoint* n. 135, 22/02/1988, p. 3.

MANDEL, Ernest. A new stage of destalinization in the USSR. *International Viewpoint* n. 143, 13/06/1988, p. 3-6.

MANDEL, Ernest. *Além da perestroika: a era Gorbachov e o despertar do povo soviético*. 2 v. São Paulo: Busca Vida, 1989.

MANDEL, Ernest. Crisis in the East. *International Viewpoint* n. 160, Apr. 1989, p. 11-13.

MANDEL, Ernest. Glasnost and the crisis of the communist parties. *International Viewpoint* n. 172, Oct. 1989, p. 19-27.

MANDEL, Ernest. Glasnost and the crisis of the communist parties. *International Viewpoint* n. 172, Oct. 1989, p. 25.

MANDEL, Ernest. Gorbachov's reforms. *International Viewpoint*, n. 84, 14/10/1985, p. 13-17.

MANDEL, Ernest. Le nouveau programme du PCUS. *Inprecor* n. 222, 23/06/1986, p. 12-16.

MANDEL, Ernest. Moves to rehabilitate the Moscow trials defendants. *International Viewpoint* n. 128, 26/10/1987, p. 11-16.

MANDEL, Ernest. *Power and Money. A Marxist Theory of Bureaucracy*. London, New York: Verso, 1992.

- MANDEL, Ernest. *Socialism and the future*. Julho de 1992. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/mandel/1992/07/future.htm>. Acessado em 01/06/2021.
- MANDEL, Ernest. Soviet elections get out of hand. *International Viewpoint* n. 161, Apr. 1989, p. 3-4.
- MANDEL, Ernest. The aims and contradictions of Gorbachev's foreign policy. *International Viewpoint* n. 145, 11/07/1988, p. 20-26.
- MANDEL, Ernest. The aims and contradictions of Gorbachev's foreign policy. *International Viewpoint* n. 145, 11/07/1988, p. 20-26.
- MANDEL, Ernest. The CPSU's Congress offers few surprises. *International Viewpoint*, n. 110, 23/06/1986, p. 12-18.
- MANDEL, Ernest. The first six months of Gorbachov's reign. *International Viewpoint*, n. 83, 30/09/1985, p. 3-5.
- MANDEL, Ernest. The irresistible fall of Mikhail Gorbachev. *International Viewpoint* n. 221, Feb. 1992, p. 26-27.
- MANDEL, Ernest. The new McCarthyism. *International Viewpoint* n. 189, Jul. 1990, p. 15-16.
- MANDEL, Ernest. The political revolution and the dangers that threaten it. *International Viewpoint* n. 174, Nov. 1989, p. 5.
- MANDEL, Ernest. The political revolution and the dangers that threaten it. *International Viewpoint* n. 174, Nov. 1989, p. 5-9.
- MANDEL, Ernest. *The Struggle for World Socialist Revolution*. Novembro de 1994. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/mandel/1994/11/sparts.html>. Acessado em 01/06/2021.
- MARIE, Jean-Jacques. Gorbachev, Eltsine et les mineurs. *Informations ouvrières* n. 1478, jul. 1990, [s.p.].
- MARIE, Jean-Jacques. Gorbachev, Yeltsin... e os mineiros. *O Trabalho* n. 297, ago. 1990, p. 6.
- MARIE, Jean-Jacques. Gorbachev, ou la solitude du président. *Informations ouvrières* n. 1461, mar. 1990, 15.
- MARIE, Jean-Jacques. La “main tendue” de Gorbachev... aux capitalistes. *Informations ouvrières* n. 1304, 25/02-04/03/1987, p. 11.
- MARIE, Jean-Jacques. La abstention. *Informations ouvrières* n. 1460, mar. 1990, 14.
- MARIE, Jean-Jacques. La danza sobre el volcán. *La Verdad* n. 1, nov. 1990, p. 21-25.
- MARIE, Jean-Jacques. Une crise profonde. *Tribune Internationale – La vérité* n. 38, avr. 1987, p. 14-15.
- MARIE, Jean-Jacques. URSS, la marcha al caos [20/11/1991]. *La Verdad* n. 3, dic. 1991, p. 18-23.

- MARIE, Jean-Jacques. URSS: “Si ça ne marche pas, que'est-ce qui va se passer?”. *Informations ouvrières* n. 1476, jul. 1990, p. 13.
- MARIE, Jean-Jacques. URSS: la “transparance” de qui? Pourquoi? *Informations ouvrières* n. 1298, 14-21/01/1987, p. 19.
- MARIE, Jean-Jacques. URSS: las líneas de una nueva confrontación. *La Verdad*, n. 2, mai. 1991, [s.p.].
- MARIE, Jean-Jacques. URSS: on n'utilise un contre-feu qu'en cas d'incendie. *Informations ouvrières* n. 1299, 21-28/01/87, p. 15.
- MASSA, Gabriel. Cumbre de Malta: una mano para Gorbachov. *Correo Internacional* n. 44, jan. 1990, p. 10-11.
- MASSA, Gabriel. El estallido del Este. *Correo Internacional* n. 43, nov. 1989, p. 4-7.
- MASSA, Gabriel. URSS: Los mineros fundan su partido. *Correo Internacional* n. 44, jan. 1990, p. 22-23.
- MEAD, Colin. Referendum resolves nothing. *International Viewpoint* n. 203, Feb. 1991, p. 28.
- MIKHAIL Gorbachev's speech: a new mystification history. Statement of the United Secretariat of the Fourth International. [06/11/1987]. *International Viewpoint* n. 130, 23/11/1987, p. 3-4.
- MILLIONS demand an end to Stalinism. *International Viewpoint* n. 173, Nov. 1989, p. 3-4.
- MINUTA para la discusión sobre la situación política mundial. [S.l.], 10/12/1990.
- MONTE, Jakob. Germany - still a divided country. *International Viewpoint* n. 192, Oct. 1990, p. 19.
- MORENO, Nahuel. El significado de “Oposición Obrera”. *Correo Internacional*, n. 21, jul. 1986, p. 21-24.
- MORENO, Nahuel. *Revoluciones del siglo XX*. [1984] Versão digital disponível em <https://archivoleontrotsky.org/view?mf=2420>. Acessado em 10/06/2020.
- MORENO, Nahuel. Tesis Sobre el Frente Unico Revolucionario [1958]. In MORENO, Nahuel. *Escritos sobre la revolución política*. Versão digital. Disponível em <https://www.nahuelmoreno.org/tesis-de-leeds-1958.html>. Acessado em fevereiro de 2013.
- NAHUEL Moreno, más presente que nunca. *Correo Internacional* n. 44, jan. 1990, p. 51.
- NATIONAL Question in the USSR, The. *19171* n. 10, 3rd Quarter 1991.
- NEW phase of the workers' and social movements, A. 2003. Disponível em <https://internationalviewpoint.org/spip.php?article172>. Acessado em 01/06/2021.
- NOUVELLES internationales, nouvelles de l'Internationale. *Tribune Internationale – La vérité* n. 40, jui. 1987, p. 4.

NOUVELLES internationales, nouvelles de l'Internationale. *Tribune Internationale – La vérité* n. 40, jui. 1987, p. 4.

International Viewpoint n. 200, Feb. 1991.

O Trabalho n. 277, mai. 1989.

O Trabalho n. 294, jul.-ago. 1990.

OCTAVE, Piani. Table ronde en Pologne. *Tribune Internationale – La Vérité*, n. 48, fév. 1989 p. 29.

OLÔNIA, ninguém representa o sindicato nas negociações. *O Trabalho* n. 277, mai. 1989, p. 6.

ON the capitalist reunification of Germany. *International Viewpoint* n. 198, Jan. 1991, p. 22-25.

OPOSICION Obrera, un frente revolucionario. *Correo Internacional*, n. 21, jul. 1986, p. 24.

ORGANIZACIÓN Mauerspecht, La. *Correo Internacional* n. 51, dic. 1990, p. 27.

ORGANIZACIÓN Mauerspecht, La. *Correo Internacional* n. 51, dic. 1990, p. 27.

OUVRIERS soviétiques face à la “réforme” de Gorbatchev, Les. *Informations ouvrières* n. 1340, 04-11/11/1987, p. 15.

PANORAMA. La vieja guardia gruñe. *Correo Internacional* n. 25, dec. 1986-ene. 1987, p. 40-41.

PANORAMA. RDA - Burócratas en apuros. *Correo Internacional* n. 34, may. 1988, p. 17.

PANORAMA. Terminó el primer round en Polonia. *Correo Internacional* n. 34, may. 1988, p. 13.

PANORAMA. Un sorpresivo anuncio oficial. *Correo Internacional* n. 25, dec. 1986-ene. 1987, p. 39-40.

PARUTION d’“Inprekor” en tchèque. *Inprekor* n. 208, 02/12/1985, p. 28.

PENHA, José. Para onde vai a Polônia? *O Trabalho* n. 282, set. 1989, p. 6.

PETIT, Mercedes. Tres interpretaciones del giro histórico. *Correo Internacional* n. 48, jun. 1990, p. 4-11.

PETROV, Alexandr. La "Tercera Fuerza" de la Revolución en la URSS. *Correo Internacional* n. 54, may. 1991, p. 1-6.

PINIÖR, Josef. Polonia: “Vencer al régimen es un proceso internacional”. *Correo Internacional* n. 38, jan. 1989, p. 27.

POLÉMICA sobre el desarme. *Correo Internacional* n. 21, jul. 1986, p. 44-46.

POLIANKSY, Jan. Un nuevo retroceso para URSS. *Correo Internacional* n. 25, dec. 1986-ene. 1987, p. 25-29.

- POLIANKSY, Jan. Un nuevo retroceso para URSS. *Correo Internacional* n. 25, dec. 1986-ene. 1987, p. 25-29.
- POLOGNE, Lettre d'un militant du PSPP. *Tribune Internationale – La vérité* n. 40, jui. 1987, p. 12-13.
- POLOGNE: “Il ne peut y avoir de réformes valables sans reconnaissance de Solidarnosc”. *Informations ouvrières* n. 1338, 21-28/10/1987, p. 15.
- POLONIA. Liberan presos. *Correo Internacional*, n. 24, oct. 1986, p. 32-33.
- POLONIA. No dejar rastros de la revolución. *Correo Internacional*, n. 25, dic. 1986-ene. 1987, p. 39.
- PRESENTACIÓN. *Correo Internacional* n. 40, may. 1989, p. 1.
- PRESENTACIÓN. *Correo Internacional* n. 41, jul. 1989, p. 1.
- PRESENTACIÓN. *Correo Internacional* n. 48, jun. 1990, p. 1.
- PRIMEIRA avaliação das teses mundiais: precisamos de um novo documento mundial. [S.l.], [1990], p. 2.
- PRIMEIRA avaliação das teses mundiais: precisamos de um novo documento mundial. [S.l.], [1990].
- PRIMER Congreso Mundial de la Liga Internacional de los Trabajadores - Cuarta Internacional. São Paulo: Editora Lorca S.A., 2012.
- PROBLEMA clave: la dirección, Un. *Correo Internacional* n. 29, ago. 1987, p. 44-46.
- PROYECTO de programa revolucionario, Un. [jan. 1991] *Correo Internacional* n. 53, mar. 1991, p. 27-29.
- PROYECTO de resoluciones. Mimografiado. [Dezembro de 1988], [s.p.]
- QUAL é o significado dos acontecimentos de 3 e 4 de outubro em Moscou? *A Verdade* n. 8, jul. 1994, p. 8-19.
- Quatrième Internationale* n. 40-41, avr.-juin. 1991.
- Quatrième Internationale* n. 40-41, avr.-juin. 1991.
- Quatrième Internationale* n. 40-41, avr.-juin. 1991.
- Quatrième Internationale* n. 40-41, avr.-juin. 1991.
- QUE se passe-t-il en URSS? *Tribune Internationale – La vérité* n. 41, sep. 1987, p. 4-7.
- QUE se passe-t-il en URSS? *Tribune Internationale – La vérité* n. 41, sep. 1987, p. 4-7.
- QUELLE est la situation générale en Europe de l'Est et en Union soviétique? Déclaration de la Conférence de Berlin. *Tribune Internationale – La vérité* n. 46, nov. 1988, p. 9.
- RDA: todo um povo se levanta! *O Trabalho* n. 285, nov. 1989, [s.p.].
- REBELIÓN de Alma Ata, La. *Correo Internacional* n. 26, feb. 1987, p. 26-27

RECHACEMOS la represión del Kremlin contra los armenios. *Correo Internacional* n. 54, may. 1991, [s.p.].

REFORMS in the Soviet Union, The. *International Viewpoint* n. 159, Mar. 1989, p. 26-28.

REPROCLAMADA a IV Internacional: abre-se uma nova etapa. *A Verdade* n. 7, out.-dez. 1993, p. 3-56.

REPÚBLICAS bálticas despiertan, Las. *Correo Internacional* n. 37, nov. 1988, p. 18.

RESOLUÇÃO política adotada pela Conferência Internacional. *Tribuna Internacional*, n. 59, mar. 1991, p. 5-7.

RESOLUCIÓN sobre el trabajo de la LIT(CI) en la ex-URSS. RESOLUCIONES del Cuarto Congreso Mundial. *Boletín Internacional*. [S.l.], mar. 1992, p. 31-32.

RESOLUCIÓN sobre Polonia. RESOLUCIONES del Cuarto Congreso Mundial. *Boletín Internacional*. [S.l.], mar. 1992, p. 34.

RESOLUCIÓN sobre situación mundial. RESOLUCIONES del Cuarto Congreso Mundial. *Boletín Internacional*. [S.l.], mar. 1992, p. 6-7.

RESOLUTION on the international situation. “New world order” or international instability? *International Marxist Review* n. 11-12, Summer 1991, p. 17-48.

RESOLUTION on the international situation. “New world order” or international instability? *International Marxist Review* n. 11-12, Summer 1991, p. 27.

RESOLUTION on the international situation. “New world order” or international instability? *International Marxist Review* n. 11-12, Summer 1991, p. 34.

RESOLUTION on the Soviet Union. Decomposition of the bureaucratic regime and struggle for socialist democracy. *International Marxist Review* n. 11-12, Summer 1991, p. 51-55.

RESOLUTION on the Soviet Union. Decomposition of the bureaucratic regime and struggle for socialist democracy. *International Marxist Review* n. 11-12, Summer 1991, p. 49-72.

RÉSOLUTION sur la révolution polonaise. [jui. 1986]. *La Vérité* n. 599, déc. 1986, p. 53-65.

RÉTABLIR la vérité historique: un combat pour la démocratie ouvrière. *Tribune Internationale – La vérité* n. 41, sep. 1987, [s.p.].

REUNIÓN del Comité Ejecutivo de la LIT. *Correo Internacional* n. 45, mar. 1990, p. 32.

REUNIÓN del Comité Ejecutivo de la LIT. *Correo Internacional* n. 45, mar. 1990, p. 32.

REVOLUCIÓN Política: las tareas y el programa. *Correo Internacional* n. 48, jun. 1990, p. 13-16.

ROLÓN, Felipe. ¿Por que fracasó la huelga general?. *Correo Internacional*, n. 12, set. de 1985, p. 42.

- ROLÓN, Felipe. URSS: algunos cambios para que todo siga igual. *Correo Internacional* n. 12, sep. 1985, p. 37-38.
- ROMERO, A. La revolución política y la época del trotskismo. BDI n. 2, [1990], p. 20.
- ROMERO, A. La revolución política y la época del trotskismo. BDI n. 2, [1990].
- ROMERO, Andres. “Todo el poder a los sóviets”... o a Gorbachov? *Correo Internacional* n. 37, nov. 1988, p. 16-19.
- ROMERO, Andres. La hora de la revolución política. *Correo Internacional* n. 39, mar. 1989, p. 19-29.
- ROMERO, Andres. La situación mundial y las tareas de la LIT (CI). *Correo Internacional* n. 34, may. 1988, p. 18-22.
- ROMERO, Andres. Polonia: sigue la lucha. *Correo Internacional* n. 45, mar. 1990, p. 22-26.
- ROMPER o bloqueio contra a Lituânia. *Correio Internacional* n. 7, jul. 1990, p. 33-35.
- SALUDO a los “Nuevos Socialistas”. *Correo Internacional* n. 48, jun. 1990, p. 21.
- SALUDO del PPS. *Correo Internacional* n. 38, jan. 1989, p. 28.
- SCHULZ, Hans-Jurgen. The high-tide of the right. *International Viewpoint* n. 182, Apr. 1990, p. 7-8.
- SCHULZ, Hans-Jürgen. The ice begins to break. *International Viewpoint* n. 172, Oct. 1989, p. 3-5.
- SECRETARIADO Internacional LIT-CI. La revolución política en marcha. *Correo Internacional* n. 35, jul. 1988, p. 21-25.
- SECRETARIADO Internacional LIT-CI. La revolución política en marcha. *Correo Internacional* n. 35, jul. 1988, p. 21.
- SECRETARIADO Unificado da Quarta Internacional. *Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado* [1985]. Cadernos Democracia Socialista, volume 1. Porto Alegre: [s.n.], 1987.
- SEPPO, David. After the conservative coup: the liberal coup? *International Viewpoint* n. 212, Sep. 1991, p. 5-7.
- SEPPO, David. Economic reform and democratization. *International Viewpoint* n. 128, 26/10/1987, p. 17-21.
- SEPPO, David. Gorbachev: what lies behind the new presidential powers? *International Viewpoint* n. 182, Apr. 1990, p. 5-6.
- SEPPO, David. Miners’ strike opens new act in perestroika. *International Viewpoint* n. 170, Oct. 1989, p. 10-17.
- SEPPO, David. Perestroika and the arms race. *International Viewpoint* n. 137, 07/03/1988, p. 13-15.
- SEPPO, David. Perestroika in crisis. *International Viewpoint* n. 189, Jul. 1990, p. 3-7.

SEPPO, David. What are Soviet workers thinking? *International Viewpoint* n. 178, Feb. 1990, p. 13-15.

SEPPO, David. What future for the new “Commonwealth”? *International Viewpoint* n. 220, Jan. 1992, p. 23-25.

SEVERYUKHIN, A. Perestroika the way for independent social movements. *International Viewpoint* n. 129, 9/11/1987, p. 4-7.

SIEGA, Virginia de la. La rebelión de los armenios. *Correo Internacional* n. 33, abr. 1988, p. 6-10.

SIEGA, Virginia de la. Polonia: “La próxima huelga será mejor”. *Correo Internacional* n. 35, jul. 1988, p. 7-9.

SITUACIÓN política mundial. *Correo Internacional* n. 29, ago. 1987, p. 38-44.

SITUACIÓN política mundial. In PRIMER Congreso Mundial de la Liga Internacional de los Trabajadores - Cuarta Internacional. São Paulo: Editora Lorca S.A., 2012.

SITUATION in the GDR and our tasks, The. *International Viewpoint* n. 181, Mar. 1990, p. 23-25.

SMUGA, Cyril & WILKINS, Arthur. “There is no freedom without Solidarnosc”. *International Viewpoint* n. 146, 25/07/1988, p. 16-20.

SMUGA, Cyril & WILKINS, Arthur. Workers challenge Jaruzelski’s “normalization”. *International Viewpoint* n. 141, 16/05/1988, p. 3-5.

SMUGA, Cyril. Bureaucracy left with barely a scrap of political cover. *International Viewpoint* n. 166, Jun. 1989, p. 18-19.

SMUGA, Cyril. Bureaucracy left with barely a scrap of political cover. *International Viewpoint* n. 166, Jun. 1989, p. 18-19.

SMUGA, Cyril. Debate over negotiations between Solidarnosc and the regime. *International Viewpoint* n. 159, Mar. 1989, p. 10-12.

SMUGA, Cyril. Deepening economic crisis forces Jaruzelski to negotiate. *International Viewpoint* n. 156, Feb. 1989, p. 28.

SMUGA, Cyril. First congress of the Polish Socialist Party. *International Viewpoint* n. 152, 28/11/1988, p. 7.

SMUGA, Cyril. Polish opposition discuss the next steps. *International Viewpoint* n. 148, 03/10/1988, p. 10.

SMUGA, Cyril. Regime takes a leap into the dark. *International Viewpoint* n. 164, May 1989, p. 3-6.

SMUGA, Cyril. Solidarnosc: searching for a second wind. *International Viewpoint* n. 185, May 1990, [s.p.].

SMUGA, Cyril. The consequences of historic failure. *International Viewpoint* n. 169, Sep. 1989, p. 7-12.

SMUGA, Cyril. The regime plays cat and mouse with Solidarnosc. *International Viewpoint* n. 147, 19/09/1988, p. 3-6.

- SMUGA, Cyril. The time-bomb. *International Viewpoint* n. 178, Feb. 1990, p. 3-7.
- SMUGA, Cyril. Walesa's hollow victory. *International Viewpoint* n. 197, Dec. 1990, p. 25-26.
- SOBRE la revolución política. *Correo Internacional* n. 53, mar. 1991, p. 30-35.
- SOCIALISMO fracassou, O? *O Trabalho* n. 302, nov.-dez. 1990, p. 7.
- SOKOL, Markus. *Revolução e contra-revolução no país de outubro*. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 1988.
- Solidariedad Socialista* n. 294, 17/08/1989, p. 11.
- Solidariedad Socialista* n. 294, 17/08/1989, p. 11.
- STATEMENT of the Federation of Socialist Social Clubs. *International Viewpoint* n. 129, 9/11/1987, p. 8-9.
- STATEMENT on Capitalist Restoration. 2003. Disponível em <https://internationalviewpoint.org/spip.php?article173>. Acessado em 01/06/2021.
- SUR la situation en URSS. *Tribune Internationale – La vérité* n. 42, déc. 1987, p. 20-22.
- TCHÉCOSLOVAQUIE. Quando les amis d'Alain Krivine se prononcent pour une "économie de marché". *Informations ouvrières* n. 1458, fév.-mar. 1990, p. 15.
- TESES sobre a situação mundial. [S.l.], [1990].
- TESES sobre a situação mundial. [S.l.], [1990]. Mimeografado.
- THE split of the Australian SWP from the Fourth International. *International Viewpoint* n. 91, Jan. 1986.
- THE SWP (USA) rejects the organisational demands of the Twelfth World Congress. *International Viewpoint* n. 86, Nov. 1986.
- THE World Political Situation. *International Viewpoint*, Special issue - Resolutions of 12th Congress of Fourth International, [1985], p. 7-28.
- THREE Days in August - Soviet Rubicon & the Left. *1917* n. 11, 3rd Quarter 1992.
- Tribune Internationale – La vérité* n. 39, mai. 1988.
- TROTSKY e o Estado operário. *O Trabalho* n. 294, mai.-jun. 1990, p. 7.
- ÚLTIMOS hechos, Los. *Correo Internacional* n. 47, mai. 1990, p. 17.
- UNIÓN Soviética: crece la acción de las masas. *Correo Internacional* n. 32, mar. 1988, p. 18.
- UNITÉ de l'Allelagane. *Informations ouvrières* n. 1470, mai. 1990, p. 15.
- UNITED Secretariat of the Fourth International. No Soviet deals with imperialism. [21/03/1988] *International Viewpoint* n. 138, 04/04/1988, p. 28.
- UNITED Secretariat of the Fourth International. The Soviet Union after 19 August 1991. *International Marxist Review* n. 13, Spring 1992, p. 27-40.

- UNITED Secretariat statement. *International Viewpoint*, n. 102, 30/06/1986, p. 21.
- URSS: les manifestations du 13 août dans les pays baltes. *Informations ouvrières* n. 1332, 09-16/09/1987, p. 15.
- VERLA, Catherine. The dictatorship of the pro-marketeers. *International Viewpoint* n. 192, Oct. 1990, p. 3-5.
- VERLA, Catherine. The struggle for the state apparatus. *International Viewpoint* n. 212, Sep. 1991, p. 10-11.
- VERLA, Catherine. The struggle for the state apparatus. *International Viewpoint* n. 212, Sep. 1991, p. 10-11.
- VILLAS-BÔAS, Luciana. Nem a URSS escapa do mercado. *Jornal do Brasil*, 13/03/1988, p. 7.
- VILLAS-BÔAS, Luciana. O otimismo trotskista na “glasnost”. *Jornal do Brasil*, 08/03/1988, p. 11.
- VISIÓN errónea e impresionista, Una. *Correo Internacional* n. 47, mai. 1990, p. 14.
- VITÓRIA ou derrota no Leste? *Tribuna Internacional*, n. 290, fev.-mar. 1990, p. 7.
- WALESA de rodillas. *Correo Internacional* n. 39, mar. 1989, p. 42-43.
- WILKINS, Arthur. A New Challenge for Solidarnosc. *International Viewpoint*, n. 108, 10/11/1986, p. 6-7.
- WILKINS, Arthur. New Developments in the Polish Left. *International Viewpoint*, n. 107, 27/10/1986, p. 17-19.
- WILKINS, Arthur. Referendum blows up in the generals' face. *International Viewpoint* n. 132, 21/12/1987, p. 5-7.
- WILKINS, Arthur. Referendum blows up in the generals' face. *International Viewpoint* n. 132, 21/12/1987, p. 5-7.
- Workers Vanguard*, 18/02/1994.
- Workers Vanguard*, 26/01/1990.
- Workers Vanguard*, 29/12/1989.
- Workers Vanguard*, 30/08/1991.
- WORLD Revolution, Not ‘Market Socialism’. Perestroika: A Pandora’s Box. *1917* n. 6, Summer 1989.
- XXXIVe Congrès du PCI et la révolution en Allemagne, Le. *Informations ouvrières* n. 1444, nov. 1989, p. 5.
- ZOCCHI, Paulo. A terra treme na URSS. *O Trabalho* n. 280, jul.-ago. 1989, p. 6.